



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1645

Segunda-feira - 22 de Dezembro de 2014

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Alto Bela Vista.....	2
Antônio Carlos .....	8
Ascurra.....	11
Atalanta.....	15
Balneário Rincão .....	18
Biguaçu .....	18
Blumenau .....	25
Bom Jesus do Oeste .....	51
Bom Retiro .....	53
Brunópolis .....	54
Brusque.....	57
Caçador.....	90
Camboriú.....	96
Campo Alegre .....	102
Campos Novos .....	127
Canelinha .....	146
Canoinhas.....	146
Capinzal .....	161
Catanduvas.....	162
Chapadão do Lageado .....	163
Cocal do Sul.....	163
Concórdia .....	194
Cordilheira Alta .....	194
Coronel Martins.....	197
Corupá .....	197
Curitibanos .....	199
Dionísio Cerqueira .....	206
Doutor Pedrinho.....	207
Ermo .....	229
Forquilha.....	230
Fraiburgo.....	232
Frei Rogério .....	244
Garuva .....	244
Gaspar .....	247
Governador Celso Ramos .....	253
Grão Pará .....	253
Guaramirim.....	255
Guarujá do Sul.....	271
Herval d'Oeste .....	271
Ibiam .....	284
Ilhota .....	286
Imbituba .....	286
Indaial.....	287
Iomerê .....	299
Ipumirim .....	303
Irineópolis .....	304
Itapoá .....	310
Ituporanga .....	331
Jacinto Machado .....	331
Joaçaba.....	336
José Boiteux .....	362
Lages .....	362
Lauro Muller .....	363
Leoberto Leal.....	364
Lindóia do Sul .....	369
Luzerna .....	370
Mafrá .....	374
Maracajá .....	376
Massaranduba.....	412
Meleiro .....	479
Navegantes.....	482
Nova Trento .....	487
Ouro .....	488
Ouro Verde.....	489
Paial.....	490
Palhoça .....	491
Palmitos .....	532
Papanduva.....	542
Paulo Lopes .....	547
Penha.....	550
Peritiba.....	553
Pinheiro Preto .....	554
Ponte Serrada .....	556
Porto Belo.....	557
Porto União.....	558
Rio do Sul.....	569
Salto Veloso.....	595
Santa Rosa do Sul .....	606
Santa Terezinha do Progresso .....	607
São Bento do Sul.....	616
São José.....	766
São José do Cedro.....	772
São Lourenço do Oeste.....	772
São Miguel da Boa Vista .....	773
São Miguel do Oeste.....	773
São Pedro de Alcântara.....	775
Sombrio.....	780
Tigrinhos .....	781
Timbé do Sul .....	789
Timbó .....	793
Treze Tilias .....	796
Tunápolis.....	797
Turvo .....	798
Videira.....	800
Vitor Meireles.....	811
Xavantina .....	820
Xaxim.....	824
Zortéa .....	853

### Associações

AMMVI .....	853
-------------	-----

### Consórcios

AGIR .....	861
CIM-AMAVI .....	862
CIMCATARINA.....	862
CIMVI.....	862
CIS Nordeste .....	871
CIS/AMREC.....	872
CIS/AMURES.....	875

### Editais de Notificação

Gaspar .....	878
Guaramirim.....	1014

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinícius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1940 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

Considerando a conclusão do Processo Seletivo Público nº 002/2014, homologado através do Decreto nº 1.918/2014;

#### DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a partir da presente data, a Sra. FERNANDA NESELLO, para exercer o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, em caráter temporário, classificada em 5º lugar no Processo Seletivo 002/2014, homologado através do Decreto n. 1.918, de 07 de novembro de 2014, com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de Janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A Contratação ora realizada, dar-se-á até realização de concurso público para o preenchimento da referida vaga conforme previsão do art. 2º da Lei Complementar 014 de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Bela Vista/SC, em 09 de Dezembro de 2014.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas Publicações

### EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Objeto: Processo Seletivo Público de Prova Escrita e de Títulos, para FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA DE PROFESSORES, no Município de Alto Bela Vista/SC, para atuação em caráter temporário, em consonância com a legislação municipal vigente e com o disposto no Edital, a ser realizado sob a responsabilidade da empresa ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA E PRIVADA EIRELI - EPP (ASSCON-PP), pessoa jurídica de direito privado, estabelecida no Município de Concórdia, SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.688.208/0001-48.

Das inscrições: As inscrições estarão abertas no período de 19 de dezembro de 2014 a 17 de janeiro de 2015, somente via internet, pelo site [www.assconpp.com.br](http://www.assconpp.com.br).

Das vagas: Estão disponíveis as seguintes vagas:

Cargo	Codificação dos cargos	Formação	Carga horária semanal	Vencimento base¹ (R\$)
Professor de Educação Infantil	1063	Superior	20h	1.164,88
	1102	Superior	20h	
	1103	Médio	20h	1.001,96
Professor de Ensino Fundamental	1063	Superior	20h	1.164,88
	1102	Superior	20h	
	1103	Médio	20h	1.001,96
Professor de Base Diversificada	1102	Superior	20h	1.164,88
	1103	Médio	20h	1.001,96
Professor de Educação Física	1109	Superior	20h	1.164,88
	1103	Médio	20h	1.001,96

A íntegra do presente Edital está publicada nos sites [www.assconpp.com.br](http://www.assconpp.com.br) e [www.altobelavista.sc.gov.br](http://www.altobelavista.sc.gov.br).

Alto Bela Vista/SC, 19 de dezembro de 2014.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

### LEI COMPLEMENTAR Nº065, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

“DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DO IDOSO, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO - CMI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I

##### Das Disposições Preliminares

Art. 1º A Política Municipal do Idoso reger-se-á de acordo com os dispositivos da Política Nacional do Idoso e da Lei nº 10.741 de 2003 - Estatuto do Idoso.

Art. 2º A Política Municipal do Idoso tem por objetivo proteger, promover e defender os direitos sociais do idoso, criando condições para sua autonomia, integração e participação na sociedade.

Art. 3º Considera-se idoso, para efeito desta Lei, a pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos, conforme art. 1º do Estatuto do Idoso.

Art. 4º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata o Estatuto do Idoso, assegurando-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Art. 5º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público Municipal assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

## CAPÍTULO II

### Dos Princípios das Diretrizes

#### Seção I

##### Dos Princípios

Art. 6º A Política Municipal do Idoso reger-se-á pelos seguintes princípios:

- I - a família, a comunidade, a sociedade e os poderes municipais constituídos têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;
- II - o processo de envelhecimento diz respeito a todos os munícipes de Alto Bela Vista, devendo ser objeto de conhecimento e informação para toda a sociedade;
- III - o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;
- IV - o idoso deve ser o principal agente e destinatário das ações e dos direitos previstos nesta política;
- V - as diferenças econômicas, sociais, religiosas e culturais deverão ser observadas e respeitadas pelo Poder Público Municipal e pela sociedade em geral, na aplicação desta Lei.

#### Seção II

##### Das Diretrizes

Art. 7º A Política Municipal do Idoso, no desenvolvimento de suas ações, terá como base as seguintes diretrizes:

- I - viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, que proporcionem sua integração às demais gerações;
- II - participação do idoso, através de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas, dos planos, programas e projetos a serem desenvolvidos;
- III - capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços;
- IV - implementação de sistema de informações que permita a divulgação da política, dos serviços e benefícios oferecidos, dos planos, programas e projetos em cada órgão do governo municipal;
- V - estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre o exercício da cidadania e os aspectos bio-psico-sociais do envelhecimento;
- VI - atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população;
- e VII - apoio a estudos e pesquisas sobre as questões relativas ao envelhecimento, inclusive quanto aos aspectos preventivos, visando melhoria de qualidade de vida do idoso.

## CAPÍTULO III

### Das Competências

#### Seção I

##### Das Ações do Governo Municipal

Art. 8º Ao Município, através do órgão responsável pela execução da Política Municipal de Assistência Social, compete:

- I - coordenar e executar a Política Municipal do Idoso;
- II - implantar, implementar e avaliar ações de efetivação da Política Municipal do Idoso;
- III - elaborar e manter atualizado diagnóstico da realidade da população idosa do município de Alto Bela Vista;
- IV - coordenar e elaborar o Plano de Ação Governamental

Integrado para a implementação da Política Municipal do Idoso e a proposta orçamentária em conjunto com os demais órgãos responsáveis pelas políticas de saúde, assistência social, educação, trabalho, transporte, habitação, urbanismo, justiça, esporte, turismo, cultura e lazer;

V - encaminhar o Plano de Ação Governamental Integrado à implantação da política municipal do idoso para apreciação, deliberação e aprovação do Conselho Municipal do Idoso;

VI - encaminhar para apreciação, deliberação e aprovação do Conselho Municipal do Idoso propostas orçamentárias, relatórios de atividades e realização financeira dos recursos destinados ao idoso;

VII - prestar assessoramento técnico às entidades e organizações de atendimento ao idoso do Município, de acordo com as diretrizes definidas pelo Conselho Municipal do Idoso;

VIII - formular política e criar mecanismos à qualificação sistemática e continuada de recursos humanos para atendimento na área do idoso;

IX - garantir estrutura técnica, administrativa e financeira necessária para o funcionamento do Conselho Municipal do Idoso;

X - garantir assessoramento técnico ao Conselho Municipal do Idoso, bem como a órgãos municipais e entidades não-governamentais, no sentido de tornar efetivos os princípios, as diretrizes e os direitos estabelecidos nas Leis n.ºs 8.842 de 1994 e 10.741 de 2003;

XI - garantir recursos financeiros destinados à capacitação dos conselheiros e colaboradores do Conselho Municipal do Idoso, bem como sua participação em eventos referentes à área do idoso, tais como: conferências, fóruns, seminários e congressos;

XII - prestar apoio técnico e financeiro às iniciativas comunitárias de estudo, pesquisa e atendimento na área do idoso.

Art. 9º Para a implementação da Política Municipal do Idoso compete às Gerências/Coordenadorias:

I - na área da assistência social:

- a) garantir a promoção, proteção e defesa dos direitos dos idosos;
- b) prestar serviços e desenvolver ações de proteção social básica e especial ao idoso;
- c) implantar ou implementar programas, serviços ou unidades de atendimento especializado ao idoso (cuidados diários) e que proporcionem a convivência;
- d) incentivar e apoiar iniciativas de inclusão social ao idoso, estimulando sua participação comunitária;
- e) promover e apoiar simpósios, seminários, encontros específicos e conferências;
- f) planejar, coordenar, supervisionar e financiar estudos, levantamentos, pesquisas e publicações sobre a situação social do idoso no âmbito do município;
- g) promover capacitação de recursos humanos para atendimento ao idoso;
- h) assegurar aos idosos a gratuidade nos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos no município, por meio da emissão de passes de transporte;
- i) disponibilizar ônibus extra por ocasião de eventos alusivos aos idosos, respeitando o direito à gratuidade.

II - na área da saúde:

- a) garantir a assistência integral à saúde do idoso, nos diversos níveis de atendimento do Sistema Único de Saúde, através de ações e serviços de prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde;
- b) prevenir, promover, proteger e recuperar a saúde do idoso, mediante programas e medidas profiláticas;
- c) implantar e/ou implementar serviços, programas ou centros de referência de atendimento à saúde do idoso;
- d) fiscalizar e aplicar normas de funcionamento às Instituições de

Longa Permanência para Idosos (ILPIS) e outros serviços geriátricos, de acordo com resoluções da ANVISA;

e) promover capacitação de recursos humanos para atendimento ao idoso, com cursos voltados para a geriatria e gerontologia;

### III - na área da educação:

a) adequar currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais destinados ao idoso;

b) inserir nos currículos mínimos dos diversos níveis e das diversas modalidades do ensino formal conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar preconceitos e a produzir conhecimentos sobre o assunto;

c) assegurar educação para idosos no ensino fundamental e médio da rede municipal/estadual;

d) desenvolver e/ou apoiar programas educativos, especialmente nos meios de comunicação, com a finalidade de informar a população sobre o processo de envelhecimento;

e) apoiar a criação de universidade aberta para as pessoas idosas, como meio de universalizar o acesso às diferentes formas do saber;

f) criar programas de informática básica para idosos; e

g) capacitar profissionais da área da educação para atuar nas turmas de alfabetização de idosos.

### IV - na área do trabalho:

a) criar programas de inclusão produtiva para os idosos;

b) criar e estimular programas de preparação para a aposentadoria, com antecedência mínima de um ano antes do afastamento;

c) incentivar a criação de programas de profissionalização especializada para os idosos, aproveitando seus potenciais e habilidades para atividades regulares e remuneradas;

d) criar programas de incentivo às empresas privadas para admissão de idosos ao trabalho; e

e) promover programas de capacitação para inclusão digital do idoso;

### V - na área da habitação e urbanismo:

a) criar programas habitacionais específicos para população idosa de baixa renda;

b) incluir nos programas de assistência ao idoso, formas de melhoria de condições de habitabilidade e adaptação de moradia, considerando seu estado físico e sua independência de locomoção;

c) garantir, nos programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos, reserva de três por cento das unidades residenciais para atendimento aos idosos, implantação de equipamentos urbanos comunitários voltados aos idosos e à acessibilidade através de eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas;

d) criar critérios específicos que garantam o acesso da pessoa idosa à habitação popular;

e) assegurar a reserva de cinco por cento das vagas nos estabelecimentos públicos e privados para os idosos, as quais deverão ser posicionadas de forma a lhes garantir acessibilidade e comodidade;

### VII - na área do turismo, cultura, esporte e lazer:

a) garantir ao idoso a participação no processo de produção, reelaboração e fruição dos bens culturais;

b) garantir a participação do idoso em atividades culturais e de lazer, mediante descontos de pelo menos cinquenta por cento nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais;

c) valorizar o registro da memória e a transmissão de informações e habilidades do idoso aos mais jovens, como meio de incentivar a continuidade da identidade cultural;

d) incentivar e criar programas de cultura, lazer, esporte e atividades físicas que auxiliem a manter a capacidade funcional do idoso e estimulem sua participação na comunidade;

e) criar programas especiais de incentivo ao turismo para idosos de baixa renda;

f) criar programas de incentivo ao turismo específicos para idosos e/ou grupos de idosos; e

g) criar programas especiais de preparação para idosos atuarem na área de turismo;

## CAPÍTULO IV

### DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

#### SEÇÃO I

##### Da Natureza

Art. 10. Fica criado o Conselho Municipal do Idoso de Alto Bela Vista (CMI) órgão colegiado permanente, com caráter deliberativo, normativo, fiscalizador, paritário, consultivo, deliberativo, formulador e controlador das políticas públicas e ações voltadas para o idoso no âmbito do Município de Alto Bela Vista, sendo acompanhado e vinculado a Coordenadoria Municipal de Assistência Social, órgão gestor das políticas de assistência social do Município.

#### Seção II

##### Da Competência

Art. 11. Competirá ao Conselho Municipal do Idoso (CMI):

I - elaborar e aprovar o regimento interno;

II - requerer, dos órgãos competentes, diagnóstico da população idosa, sob os aspectos bio-psico-social, político, econômico e cultural, no âmbito municipal;

III - definir prioridades da Política Municipal do Idoso, bem como acompanhar e fiscalizar a sua aplicabilidade;

IV - formular, reformular, acompanhar, fiscalizar, avaliar e encaminhar aos órgãos competentes alterações na Política Municipal do Idoso, a partir de estudos e pesquisas que levem em conta a sua inter-relação com o sistema social vigente, zelando pela sua execução;

V - participar da elaboração do diagnóstico social referente à situação do idoso no município e traçar estratégias de intervenção e programas sociais de atendimento;

VI - deliberar, avaliar e aprovar programas e/ou projetos de acordo com a Política Municipal do Idoso, propor adequações necessárias em articulação com os planos setoriais;

VII - inscrever e fiscalizar entidades e programas governamentais e não-governamentais de atendimento ao idoso, no âmbito municipal, de acordo com art. 48 do Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741 de 2003);

VIII - apreciar propostas orçamentárias do governo municipal, na área do idoso, bem como avaliar e deliberar sobre a aplicação dos recursos destinados à implantação e/ou implementação da Política Municipal do Idoso;

IX - zelar pela efetiva descentralização político-administrativa e incentivar a participação do idoso e de organizações representativas na formulação de políticas, planos, programas e projetos de atendimento ao idoso;

X - acompanhar, controlar, avaliar e deliberar sobre celebração de convênios e contratos das entidades públicas com entidades privadas e filantrópicas, onde forem aplicados recursos governamentais do Município, Estado ou União;

XI - articular com os conselhos de direitos e setoriais nas interfaces relacionadas à área do idoso e com organizações governamentais e não-governamentais, buscando parcerias à implementação da Política Municipal do Idoso;

XII - requisitar adequações das entidades e/ou programas governamentais e não-governamentais de atendimento ao idoso, de acordo com o Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741 de 2003);  
XIII - propor, incentivar, organizar e apoiar a realização de eventos, estudos, programas e pesquisas voltadas para a promoção, a proteção e a defesa dos direitos do idoso;  
XIV - convocar, a cada dois anos, a sociedade civil para organizar o Fórum Eletivo das Organizações Não-Governamentais para compor o Conselho Municipal do Idoso de Alto Bela Vista;  
XV - convocar, bianualmente, a Conferência Municipal do Idoso de Alto Bela Vista;  
XVI - promover, anualmente ou quando se fizer necessária, capacitação para os conselheiros;  
XVII - requisitar informações e ou documentos de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, no âmbito de sua competência, com o objetivo de instruir procedimentos e efetuar encaminhamentos necessários;  
XVIII - atuar na definição de alternativas de atenção à saúde do idoso, na rede pública e privada, conveniada de serviços e hospitalares com atendimento integral;  
XIX - propor medidas que assegurem o exercício dos direitos dos idosos;  
XX - apreciar o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a proposta orçamentária anual e suas eventuais alterações, zelando pela inclusão de ações voltadas à política de atendimento do idoso;  
XXI - oportunizar processos de conscientização da sociedade em geral com vistas à valorização do idoso;  
XXII - articular a integração de entidades governamentais e não governamentais que atuam na área do idoso;  
XXIII - indicar prioridades para a destinação dos valores depositados no Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, elaborando ou aprovando planos e programas em que está prevista a aplicação destes recursos;  
XXIV- cumprir e zelar pelo cumprimento das normas constitucionais e legais referentes ao idoso, sobretudo a Lei Federal nº8.842, de 04/07/1994, a Lei Federal nº 10.741 de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso) e leis pertinentes de caráter estadual e municipal, denunciando à autoridade competente e ao Ministério Público o descumprimento de qualquer uma delas; e  
XXV - estabelecer a forma de participação do idoso residente no custeio da entidade de longa permanência para idoso filantrópica ou casa-lar, cuja cobrança é facultada, não podendo exceder 70% (setenta por cento) de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social recebido pelo idoso.

Parágrafo Único - Aos membros do Conselho Municipal do Idoso será facilitado o acesso a todos os setores da administração pública municipal, especialmente às Gerências e aos programas e/ou projetos prestados à população, a fim de possibilitar a apresentação de sugestões e propostas de medidas de atuação, subsidiando as políticas de ação em cada área de interesse do idoso.

### Seção III

#### Da Estrutura e Funcionamento

Art. 12º O Conselho Municipal do Idoso é composto de forma paritária entre o poder público municipal e a sociedade civil e será assim composto:

I - indicados pelo Poder Executivo e representando os seguintes órgãos governamentais do Município:

- a) dois representantes da Coordenadoria Municipal de Assistência Social;
- b) dois representante da Gerência Municipal de Saúde;
- c) um representante da Gerência Municipal de Educação e Esporte;

- d) um representante da Gerência Municipal de Urbanismo e Habitação;
- e) um representante da Gerência Municipal de Cultura e Turismo;
- f) um representante da Gerência Municipal de Administração e Finanças.

II - representantes de entidades civis organizadas do Município, eleitas em fórum, nas seguintes categorias:

- a) um representante de cada um dos seis Grupos de Idosos do Município ;
- b) um representante do Centro de Cultura - AMULBI;
- c) um representante das entidades sindicais do município - SIN-TRAF

§ 1º Cada membro do Conselho Municipal do Idoso terá um suplente.

§ 2º Os membros do Conselho Municipal do Idoso e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Prefeito Municipal, por meio de Decreto, respeitando as indicações previstas na Lei.

§ 3º Os membros do Conselho terão um mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por um mandato de igual período, enquanto no desempenho das funções ou cargos nos quais foram nomeados ou indicados.

III - as organizações não-governamentais serão eleitas bianualmente, na própria entidade que represente. E caberá às entidades a indicação de seus representantes ao Prefeito Municipal por meio de cópia de ata e ofício indicando os nomes eleitos.

IV - os representantes governamentais serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, no prazo máximo de trinta dias, a partir da indicação dos representantes não governamentais.

V - Os órgãos governamentais e não governamentais que compõem o Conselho Municipal do Idoso poderão ser substituídos a qualquer tempo, conforme dispositivos regimentais do Conselho.

VI - As funções dos membros do Conselho Municipal do Idoso não serão remuneradas, sendo seu desempenho considerado como serviço público relevante e seu exercício prioritário, justificadas as ausências a quaisquer outros serviços quando determinadas pelo comparecimento às Sessões Plenárias do Conselho, reuniões de Comissões ou participação em diligências.

VII - Nas ausências ou impedimentos dos Conselheiros Titulares, assumirão os seus respectivos suplentes.

VIII - As entidades não governamentais representadas no Conselho Municipal do Idoso perderão essa condição quando ocorrer uma das seguintes situações:

§ 4º - Extinção de sua base territorial de atuação no município;

§ 5º - Irregularidades no seu funcionamento, devidamente comprovadas, que tornem incompatível a sua representação no Conselho;

§ 6º - Aplicação de penalidades administrativas de natureza grave, devidamente comprovadas;

IX - O Regimento Interno do CMI estabelecerá a forma de ressarcimento de despesas aos seus membros e aos servidores a seus serviços, de acordo com a disponibilidade financeira na LDO do Município.

Art. 13º Somente poderão compor o Conselho Municipal do Idoso instituições juridicamente constituídas, em regular funcionamento

e que estejam inscritas no Conselho.

Art. 14º Perderá o mandato e vedada a recondução para o mesmo mandato, o Conselheiro que:

I - No exercício da titularidade faltar a três assembleias ordinárias consecutivas, ou seis alternadas, salvo justificativa aprovada pelo Regimento Interno.

II - Desvincular-se do órgão ou entidade de origem de sua representação;

III - Apresentar renúncia ao plenário do Conselho, que será lida na sessão seguinte à sua recepção na Secretaria do Conselho;

IV - Apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;

V - For condenado em sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal.

§ 1º Na perda do mandato de conselheiro titular, de órgão governamental, assumirá o seu suplente ou quem for indicado pelo órgão representado para substituí-lo.

§ 2º Na perda do mandato de conselheiro titular, de órgão não governamental, assumirá o respectivo suplente.

Art. 15º O Conselho Municipal do Idoso terá a seguinte estrutura:

I - Assembleia Geral;

II - Diretoria

III - Secretaria Executiva.

§ 1º A Assembleia Geral é a instância deliberativa e soberana do Conselho Municipal do Idoso, compete deliberar e exercer o controle da política municipal do idoso, podendo dela participar representantes governamentais e não governamentais que executam programas de atendimento ao idoso.

§ 2º A Diretoria será composta pelos seguintes cargos:

I - Presidente;

II - Vice-presidente;

III - 1º Secretário;

IV - 2º Secretário.

§ 3º A Diretoria será escolhida dentre os membros que compõe a diretoria e terão mandato de dois anos, permitida recondução, e a ela compete representar o Conselho, dar cumprimento às decisões plenárias e praticar atos de gestão.

§ 4º A Secretaria Executiva, instância de apoio técnico-administrativo do Conselho Municipal do Idoso, será composta por, no mínimo, dois técnicos, dos quais um deverá ser assistente social e um assistente administrativo, cedidos pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 16º A Coordenadoria a qual se vincula o CMI compete coordenar e executar a política do idoso em conjunto com as demais Gerências, elaborando diagnóstico e planejando as ações a serem desenvolvidas em parceria com o Conselho.

Art. 17º Cumpre ao Poder Executivo Municipal providenciar a alocação de recursos humanos e materiais e assessoria técnica necessários ao funcionamento do Conselho Municipal do Idoso.

Art. 18º Para o atendimento das despesas de manutenção do Conselho Municipal do Idoso, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a movimentar créditos dentro do orçamento do

órgão executor da Política Municipal de Assistência Social.

Art. 19º As organizações não governamentais que executam programas de atendimento aos idosos, devem submeter os membros a apreciação do CMI.

Parágrafo único: As organizações não governamentais com atuação na área do idoso, deverão inscrever-se no Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 20º O Conselho Municipal do Idoso reunir-se-á bimestralmente, em caráter ordinário, e extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou por requerimento da maioria de seus membros.

Art. 21º O Conselho Municipal do Idoso instituirá seus atos por meio de resolução aprovada pela maioria de seus membros.

Art. 22º As sessões do Conselho Municipal do Idoso serão públicas.

## CAPÍTULO V

### DO FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO

Art. 23º Fica criado o Fundo Municipal de Direitos do Idoso, instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltadas aos idosos no Município de Alto Bela Vista.

Art. 24º Constituirão receitas do Fundo Municipal de Direitos do Idoso:

I - recursos provenientes de órgãos da União ou do Estados vinculados à Política Nacional do Idoso;

II - transferências do Município;

III - as resultantes de doações do Setor Privado, pessoas físicas ou jurídicas;

IV - rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;

V - as advindas de acordos e convênios;

VI - as provenientes das multas aplicadas com base na Lei n. 10.741/03;

VII - outras.

Art. 25º O Fundo Municipal ficará vinculado diretamente à Coordenadoria da Assistência Social, tendo sua destinação liberada através de projetos, programas e atividades aprovados pelo Conselho Municipal de Direitos do Idoso.

§1º. Será aberta conta bancária específica em instituição financeira oficial, sob a denominação "Fundo Municipal de Direitos do Idoso", para movimentação dos recursos financeiros vinculados ao Fundo, sendo que as demonstrações contábeis e orçamentárias serão apresentadas junto ao Orçamento Geral do Município como Unidade Orçamentária, vinculada a Coordenadoria de Assistência Social.

§2º. A contabilidade do Fundo tem por objetivo evidenciar a sua situação financeira e patrimonial, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

§3º. Caberá à Coordenadoria da Assistência Social gerir o Fundo Municipal de Direitos do Idoso, sob a orientação e controle do Conselho Municipal de Direitos do Idoso, cabendo ao seu titular:

I - solicitar a política de aplicação dos recursos ao Conselho Municipal do Idoso;

II - submeter ao Conselho Municipal de Direitos do Idoso demonstrativo contábil da movimentação financeira do Fundo;

III - assinar cheques, ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;

IV - outras atividades indispensáveis para o gerenciamento do Fundo.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 26º Para a primeira instalação do Conselho Municipal de Direitos do Idoso, o Prefeito Municipal convocará, por meio de edital, os integrantes da sociedade civil organizada atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos do idoso, que serão escolhidos em fórum especialmente realizado para este fim, a ser realizado no prazo de trinta dias após a publicação do referido edital, cabendo as convocações seguintes à Presidência do Conselho.

Art. 27º Os recursos financeiros necessários à implantação e/ou implementação das ações afetas às áreas de saúde, assistência social, educação, trabalho, transporte, habitação, urbanismo, turismo, cultura, esporte e lazer serão previstos e alocados nos orçamentos dos respectivos órgãos municipais.

Art. 28º O Município, por intermédio do órgão executor da Política Municipal de Assistência Social, proporcionará o apoio técnico, administrativo e financeiro necessário ao funcionamento do Conselho Municipal do Idoso.

Art. 29º O Conselho Municipal do Idoso terá noventa dias a contar da data de sua instalação, para elaborar e aprovar o Regimento Interno que regulará o seu funcionamento.

Parágrafo único. O regimento interno disporá sobre o funcionamento do Conselho Municipal do Idoso, das atribuições de seus membros, entre outros assuntos.

Art. 30º Para atendimento das despesas de instalação e manutenção do Conselho Municipal do Idoso fica o poder executivo autorizado a abrir crédito especial, podendo, para tanto, movimentar recursos dentro do orçamento, no presente exercício.

Art. 31º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 17 de Dezembro de 2014.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável Pelas Publicações

## PORTARIA Nº115 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2014

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

### RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor Público Municipal MARCELO KIRSTEN, ocupante de cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE BALSA, matrícula nº 649, lotado na Gerência de Transportes e Obras, a partir de 1º de dezembro de 2014, a pedido do servidor pelo requerimento protocolado sob nº 287/2014 e datado de 26 de novembro de 2014.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista em 1º de Dezembro de 2014.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas publicações

## PORTARIA Nº119 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, TITULAR DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

Considerando as disposições do capítulo V, Par. 4º e seguintes do artigo 14 e artigo 15 da Lei Complementar nº 012 de 10 de janeiro de 2005, que "Dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais"

### RESOLVE

Art. 1º Conceder ao servidor, JOELSON ROBERTO WUADEN, matrícula nº 559 lotado no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, desta Municipalidade, adicional por interesse de qualificação estabelecido na alínea "a" e "b" do Inciso II do artigo 15 da Lei Complementar nº 012, de 10 de janeiro de 2005, com a progressão de 10(Dez) referências, tendo em vista a conclusão do Ensino Médio, através da Escola Básica Teixeira de Freitas na cidade de Alto Bela Vista/SC, apresentado e deferido pelo requerimento 293/2014 e duas (2) referências pela qualificação em cursos apresentados pelo requerimento 288/2014 e deferido a totalidade de 164 horas.

Art. 2º Serão contadas apenas quarenta (40) ou oitenta (80) horas, segundo o dispositivo no Par. 6º do Art.14 da Lei Complementar 012, de 10 de janeiro de 2005, sendo as horas excedentes aproveitadas para fins da referida progressão em anos posteriores.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 03 de dezembro de 2014.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Fátima Lorete Clein da Silva  
Responsável Pelas Publicações

## Antônio Carlos

### PREFEITURA

#### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

##### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS. AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO. Objeto: Compra de cortinas para o novo prédio do NEM Profª Verônica Guesser Pauli, tendo em vista que na Licitação 092/2014, Pregão 060/2014 (Registro de Preço) o item cortina constou como deserto. Além disso, há urgência em finalizar a unidade escolar para o ano letivo de 2015. Contratado: Carol Comércio de Cortinas Ltda EPP, CNPJ: 13.841.422/0001-31. Valor: R\$ 14.266,45 (catorze mil duzentos e sessenta e seis reais e quarenta e cinco centavos). Prazo: 16/12/2014 - 31/12/2014. Fundamento legal: Lei 8666/1993, Artigo 24, V.

Antônio Carlos, 16/12/2014.

ELIANE NUNES DE OLIVEIRA FOLGANES

Presidente da Comissão de Licitações.

#### DECRETO N 144/2014

DECRETO Nº 000144/14 de 18 de Dezembro de 2014

Abre Crédito Adicional Suplementar -Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a

Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº

001451/13 de 17 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 58.941,45 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0007.2.028-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 2.800,00

11.01.10.301.0007.2.027-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 22.000,00

11.01.10.301.0007.2.029-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 5.900,00

11.01.10.301.0007.2.027-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 19.900,00

11.01.10.301.0007.2.029-3.1.91.00.00.00.00.00 -Aplicações Diretas -Oper.Intra-Orçamentárias 835,03

11.01.10.301.0007.2.027-3.1.91.00.00.00.00.00 -Aplicações Diretas -Oper.Intra-Orçamentárias 7.506,42

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):  
Subtrair excesso de arrecadação 58.941,45

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 18 de Dezembro de 2014

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

**DECRETO N 145/2014**

DECRETO Nº 000145/14 de 18 de Dezembro de 2014  
Remanejamento entre despesas no Orçamento programa de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº

001451/13 de 17 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 1.154,84 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.304.0007.2.031-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 1.154,84

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total

da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.304.0007.2.031-3.1.91.00.00.00.00.00 -Aplicações Diretas -Oper.Intra-Orçamentárias 154,84

11.01.10.304.0007.2.031-4.4.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 1.000,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 18 de Dezembro de 2014  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

**DECRETO N 146/2014**

DECRETO Nº 000146/14 de 19 de Dezembro de 2014  
Abre Crédito Adicional Suplementar -Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº

001451/13 de 17 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 6.923,86 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

13 -INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS

13.01 -INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS

13.01.09.272.0010.0.007-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 6.923,86

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total

da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação 6.923,86

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 19 de Dezembro de 2014  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

**DECRETO N 147/2014**

DECRETO Nº 000147/14 de 19 de Dezembro de 2014  
Abre Crédito Adicional Suplementar -Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº

001451/13 de 17 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 28.260,73 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 -SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANCAS

03.01 -SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANCAS

03.01.04.122.0001.0.001-3.3.91.00.00.00.00.00 -Aplicações Diretas -Oper.Intra-Orçamentárias 28.260,73

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total

da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação 28.260,73

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 19 de Dezembro de 2014  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

**DECRETO N 148/2014**

DECRETO Nº 000148/14 de 19 de Dezembro de 2014  
Remanejamento entre despesas no Orçamento programa de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº

001451/13 de 17 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 4.500,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.13.392.0005.2.011-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 4.500,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total

da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.13.392.0005.2.011-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 4.500,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 19 de Dezembro de 2014  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N 595/2014**

PORTARIA Nº 595/2014.

Prorroga contrato de trabalho de servidor act.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso das atribuições legais, e da competência que lhe confere o inciso VI do Artigo 56, da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO que os contratos de trabalho das Servidoras descritas no artigo 1ª desta portaria se encerram na data de 19/12/2014;

CONSIDERANDO que todas as servidoras abaixo delineadas, em tempo e modo apresentaram ao setor de Recursos Humanos exames que comprovam estado gestacional;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 prevê nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (art. 10º, II, "b") a vedação a dispensa arbitrária ou sem justa causa de empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto;

CONSIDERANDO ainda, que esta municipalidade já fora processada e condenada a ressarcir prejuízo de funcionário exonerado em estado gestacional;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Prorrogar por tempo limitado o contrato de trabalho das servidoras descritas abaixo, uma vez que, todas encontram-se em estado gestacional.

I - FABRICIA ANDREZA AMORIM HOFFMANN - matr. 1485

II - FABRICIA ANDREZA AMORIM HOFFMANN - matr.1421

III - ALEXANDRA GUESSER KOCH - matr. 1449

IV - ALEXANDRA GUESSER KOCH - matr. 1414

V - ANTONIA R. SAMPAIO DOS SANTOS - matr. 1401

Art. 2º - A prorrogação de que trata o artigo acima é limitada até a data em que cessar a licença maternidade da servidora.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 19 de dezembro de 2014.

Antônio Paulo Remor  
Prefeito Municipal

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 057/2014****EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 057/2014; Origem: Processo Licitatório nº. 032/2014 - Inexigibilidade 002/2014. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS/SC. Contratada: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI; Objeto: Aditar o prazo do presente contrato, que consiste na "prestação de serviço de assistência técnica e extensão rural para o município de Antônio Carlos"; prorrogação prazo 12 (doze) meses, novo vencimento 31 de janeiro de 2016.

Antônio Carlos, 19 de dezembro de 2014.

Antônio Paulo Remor  
Prefeito Municipal

# Ascurra

## PREFEITURA

### CONTRATO DE RATEIO CIAPS Nº 001/2014

CONTRATO DE RATEIO CIAPS nº 001/2014

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS E OS MUNICÍPIOS DE APIÚNA, ASCURRA E RODEIO, OBJETIVANDO O RATEIO DE RECURSOS PARA MANUTENÇÃO DAS FINALIDADES DO CONSÓRCIO PÚBLICO NO EXERCÍCIO DE 2015.

Pelo presente contrato de rateio, de um lado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 21.568.943/0001-95, com sede na Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, bairro Centro, no Município de Apiúna - SC, aqui representado por seu presidente Nicanor Morro, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado os MUNICÍPIOS de APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede à Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Nicanor Morro, inscrito no CPF nº 004.461.659-72; de ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Moacir Polidoro; e de RODEIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.814/0001-64, com sede na Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Paulo Roberto Weiss, inscrito no CPF nº 765.097.459-68, doravante denominados simplesmente CONSORCIADO(S), considerando a aprovação da proposta de Orçamento pela Assembleia Geral na reunião realizada em 21 de outubro de 2014, tem justo e contratado o que segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem como objeto o rateio dos recursos necessários à manutenção das finalidades do CONSÓRCIO no exercício de 2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 - O rateio dos recursos entre os CONSORCIADO(S) se dará pelo critério populacional (IBGE - 2012).

2.2 - As cotas de despesas serão divididas conforme elementos de despesa do CONSÓRCIO proporcionalmente entre os CONSORCIADO(S).

2.3 - O valor correspondente a cada CONSORCIADO será dividido em 12 (doze) parcelas, resultando na "Cota Mensal", que será repassada mensalmente sob a forma de depósito em conta corrente de titularidade do CONSÓRCIO, que fornecerá o recibo correspondente datado no dia do depósito.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1 - Para o objeto deste contrato considerar-se-á para o exercício de 2015 o valor total de R\$ 126.400,00 (cento e vinte e seis mil e quatrocentos reais), compreendendo a previsão necessária para pagamento de pessoal, encargos sociais, material de expediente, deslocamentos, serviços de terceiros, etc.

3.2 - O rateio do valor total entre os CONSORCIADO(S) resulta nos seguintes valores, em reais:

Município	Cota Mensal (R\$)	Cota Anual (R\$)		
		Grupo de Despesa (%)	Valor	Valor Total Anual (R\$)
Apiúna	3.661,58	3190 (88,88)	39.054,62	43.938,92
		3390 (9,99)	4.389,94	
		4490 (1,13)	494,36	
Ascurra	2.785,61	3190 (88,88)	29.711,52	33.427,34
		3390 (9,99)	3.339,73	
		4490 (1,13)	376,10	
Rodeio	4.086,14	3190 (88,88)	43.583,09	49.033,73
		3390 (9,99)	4.898,96	
		4490 (1,13)	551,68	

3.3 - Os depósitos em conta corrente das cotas mensais correspondentes deverão ocorrer até o dia 15 (quinze) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2015.

3.4 - Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento ficam condicionadas a aprovação em assembleia, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

#### CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

4.1 - O presente Contrato de Rateio terá início de vigência em 01 de janeiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes da execução do presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias constantes no orçamento programa (LOA) de cada CONSORCIADO(S), vigente para o exercício financeiro de 2015.

5.2 - Os repasses mensais feitos pelo(s) CONSORCIADO(S) ao CONSÓRCIO serão incorporados como receita orçamentária do CIAPS, conforme Orçamento-Programa Anual 2015.

5.3 - Na eventualidade de não observância dos prazos para repasse pelo(s) CONSORCIADO(S) este(s) deverá(o) inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo ao CONSÓRCIO contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 - Fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento de suas finalidades;
- contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelo(s) CONSORCIADO(S);
- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção de suas finalidades;
- facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

6.2 - Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CIAPS e do Contrato de Consórcio Público, fica(m) o(s) CONSORCIADO(S), desde já, responsável(is) por:

- efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, nos termos estipulados na cláusula terceira;
- inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;
- fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

6.3 - O não repasse dos valores devidos ora acordados poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros de mora, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei, no Estatuto do CIAPS ou fixada em Assembléia do Consórcio Público.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de multa a base de 10% (dez por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

8.2 - Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o(s) CONSORCIADO(S), mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste instrumento, sem prejuízo da aplicação da penalidade estabelecida na cláusula anterior.

8.3 - A eventual impossibilidade de o(s) CONSORCIADO(S) cumprir(em) obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obriga o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

8.4 - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do(s) CONSORCIADO(S), todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 - As partes elegem o Foro da Comarca de Ascurra - SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

Apiuna - SC, 18 de dezembro de 2014.

CIAPS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL  
Presidente

MUNICÍPIO DE APIÚNA - SC  
Nicanor Morro - Prefeito

MUNICÍPIO DE ASCURRA - SC  
Moacir Polidoro - Prefeito

MUNICÍPIO DE RODEIO - SC  
Paulo Roberto Weiss - Prefeito

#### **EDITAL DE PREGÃO 01/2015 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EDITAL DE PREGÃO Nº01/2015

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 13/01/2015 às 15 horas, PREGÃO PRESENCIAL, para AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme Edital. Maiores Informações e cópia do Edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br)

Ascurra, 22 de dezembro de 2014.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

#### **EDITAL DE PREGÃO 01/2015 PMA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA  
EDITAL DE PREGÃO Nº01/2015

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 13/01/2015 às 14 horas, PREGÃO PRESENCIAL, para AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, conforme Edital. Maiores Informações e cópia do Edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br)

Ascurra, 22 de dezembro de 2014.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

#### **EDITAL DE PREGÃO 02/2015 PMA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA  
EDITAL DE PREGÃO Nº02/2015

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 14/01/2015 às 14 horas, PREGÃO PRESENCIAL, para AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS, conforme Edital. Maiores Informações e cópia do Edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br)

Ascurra, 22 de dezembro de 2014.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

**RESOLUÇÃO 03/2014 - CONTROLE INTERNO E CONTABILIDADE**

Resolução nº 03, de 11 de Dezembro de 2014.

Institui Unidade de Controle Interno do Consórcio Público e designa agentes da AMMVI para as atividades de controladoria e contabilidade.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIAPS, e fundamentado no Convênio de Cooperação Institucional nº 001/2014, firmado nesta data, resolve:

Art. 1º - INSTITUIR UNIDADE DE CONTROLE INTERNO com a finalidade de executar a verificação e acompanhamento e estabelecer providências para correção dos atos administrativos e de gestão fiscal produzidos pelos seus órgãos e autoridades no âmbito do próprio Poder, visando à observância dos princípios constitucionais da legalidade, da publicidade, da razoabilidade, da economicidade, da eficiência e da moralidade, bem como para auxiliar o controle externo.

§ 1º - A instituição do controle interno decorre originariamente do art. 31, caput, c/c o art. 74, da CF, estando previsto pelos arts. 60 a 64 e 119 da Lei Complementar Estadual nº 202, de 2000 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas), com a redação da LC nº 246, de 2003.

§ 2º - O controle interno decorre do dever de regularidade dos atos administrativos, que se realiza com o acompanhamento e a fiscalização efetiva e contínua para detectar eventuais irregularidades e prevenir desvios ou ilegalidades e para fins de auxiliar o controle externo exercido pelo Tribunal de Contas.

§ 3º - O controle interno deve atentar para o cumprimento da legislação vigente, com ênfase para a Constituição Federal, a Constituição Estadual, as Leis Orgânicas Municipais, o Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio Público e Estatuto do CIAPS, a Lei Federal nº 11.107/05 e seu regulamento, a Lei Federal nº 4.320/64, a Lei Complementar Federal nº 101/00 (LRF), a Lei Complementar Estadual nº 202/00 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas), o Regimento Interno do Tribunal de Contas (Resolução nº TC-06/2001), a Resolução nº TC-16/94 e alterações posteriores, as Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02, e demais legislações locais.

§ 4º - São atividades próprias do Controle Interno, entre outras, o acompanhamento e o controle, cabendo-lhe, analisar e avaliar, quanto à legalidade, eficiência, eficácia e economicidade, os registros contábeis, os atos de gestão, entre eles: os processos licitatórios, a execução de contratos, convênios e similares, o controle e guarda de bens patrimoniais do CIAPS, o almoxarifado, os atos de pessoal, incluídos os procedimentos de controle de frequência, concessão e pagamento de diárias e vantagens, elaboração das folhas de pagamento dos servidores, controle de uso, abastecimento e manutenção do(s) veículo(s) oficial(is); uso de telefone fixo e móvel (celular); execução da despesa pública em todas suas fases (empenhamento, liquidação e pagamento); a observância dos limites constitucionais no pagamento dos servidores; a assinatura do Relatório de Gestão Fiscal, junto com o Presidente do Consórcio Público (art. 54 da LRF), assim como, a fiscalização prevista no art. 59 da LRF; alertar a autoridade administrativa sobre imprecisões e erros de procedimentos, assim como sobre a necessidade de medidas corretivas, a instauração de tomada de contas especial e/ou de processo administrativo; executar as tomadas de contas especiais determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado; comunicar ao Tribunal de Contas do Estado irregularidades ou ilegalidades de que tenha conhecimento, acerca das quais não foram

adotadas quaisquer providências pela Autoridade Administrativa, sob pena de responsabilidade solidária (art. 74, § 1º, CF, art. 113 da CE e arts. 60 a 64 da Lei Complementar Estadual nº 202/2000), observado o art. 5º da Decisão Normativa nº TC-02/2006; fazer a remessa ao Poder Executivo das informações necessárias à consolidação das contas, na forma, prazo e condições estabelecidas pela legislação vigente.

§ 5º - A remessa ao Tribunal de Contas do Estado dos Relatórios de Gestão Fiscal, em cumprimento ao estabelecido nos arts. 54 e 55 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (LRF), faz-se mediante a alimentação de dados via informatizada, no Sistema e-S-finge, conforme programa disponibilizado pelo Tribunal de Contas.

§ 6º - A comunicação de irregularidades ou ilegalidades de que tenha conhecimento deve ser endereçada à Presidência do Tribunal de Contas, observadas as disposições da Decisão Normativa nº TC-02/2006, de 1º/11/2006, bem como, das normas que regulam a instauração e organização de processos de tomada de contas especial, conforme Instrução Normativa nº TC-01/2001, de 1º/10/2001, do TCE/SC.

§ 7º - Deve o controle interno ficar atento às normas editadas pelo Tribunal de Contas, quanto aos procedimentos que devem ser adotados tanto em relação às atividades próprias do controle interno como na condição de auxiliar do controle externo.

Art. 2º - DESIGNAR agentes da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, delegando-lhes competência para exercer, concomitantemente, atividades no Consórcio Público, como segue:

I - SABRINA FURLANI, Agente de Controle Interno da AMMVI, para desempenhar conjuntamente as funções de controladoria na Unidade de Controle Interno do CIAPS, a contar de 1º de Janeiro de 2015, na forma do Convênio de Cooperação Institucional nº 001/2014, firmado nesta data;

II - VALDETE KORZ MARQUES, Contadora da AMMVI, para exercer conjuntamente as funções de Contabilidade do CIAPS, na forma dos instrumentos legais do Consórcio Público e do Convênio de Cooperação Institucional nº 001/2014, firmado nesta data.

Apiúna - SC, em 11 de Dezembro de 2014.

Nicanor Morro  
Presidente do CIAPS

**RESOLUÇÃO 04/2014 - CONTRATA COORDENADOR EXECUTIVO**

Resolução nº 04, de 18 de Dezembro de 2014.

Contrata Marli Kuchler para emprego público de confiança de Coordenadora Executiva do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial - CIAPS.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIAPS, considerando-se a aprovação na 1ª Assembleia Geral do Consórcio Público e fundamentado no art. 37, V da Constituição Federal e no art. 450 c/c com os artigos 468, Parágrafo Único, e 499 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, resolve:

Art. 1º - Contratar a Sra. MARLI KUCHLER, CPF nº 579.539.029-15, para exercer o emprego público de confiança de Coordenadora Executiva deste Consórcio Público, a contar de 01 de Janeiro de

2015.

Art. 2º - A contratada ficará submetida ao Regime Jurídico trabalhista decorrente da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS estabelecido pelo art. 201 da Constituição Federal e regulamentado pelas Leis nº 8.212/91 e 8.213/91.

Art. 3º - A contratada estará submetida à carga horária semanal, sem prejuízo da dedicação integral ao Consórcio Público, com salário mensal correspondente à R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), conforme o Anexo I do Contrato de Consórcio Público.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Apiúna - SC, em 18 de Dezembro de 2014.

Nicanor Morro

Presidente do CIAPS

## RESOLUÇÃO 05/2014 - ESTIMA RECEITA E FIXA DESPESA

Resolução nº 05, de 18 de Dezembro de 2014.

Estima a receita e fixa a despesa do CIAPS para o exercício de 2015, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIAPS, e com base na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000; e

Considerando a aprovação da proposta de Orçamento pela Assembleia Geral na reunião realizada em 21 de outubro de 2014; resolve:

Art. 1º - Estabelecer o Orçamento do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial - CIAPS para o exercício de 2015, estimando a Receita e fixando a Despesa em R\$ 444.400,00 (quatrocentos e quarenta e quatro mil e quatrocentos reais).

§ 1º - A Receita do CIAPS será realizada mediante a arrecadação de transferências dos municípios, rendas e outras Receitas Correntes e/ou Receitas de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	444.400,00
RECEITAS CORRENTES	444.400,00
Transferências dos Municípios	
Transferências dos Municípios – Contrato de Rateio	126.400,00
Município de Apiúna	43.938,92
Município de Acurra	33.427,34
Município de Rodeio	49.033,73
Outras Receitas – Transferências Intergovernamentais	318.000,00
Transferências da União	168.000,00
Transferências do Estado SC	150.000,00

§ 2º - As Despesas do CIAPS serão realizadas obedecendo à legislação em vigor e serão distribuídas da seguinte maneira:

DESPESA ORÇAMENTÁRIA	444.400,00
Despesas Correntes	439.400,00
Pessoal e Encargos	395.000,00
Outras Despesas Correntes	44.400,00
Despesas de Capital	5.000,00
Investimentos	5.000,00

Art. 2º - A Presidência do CIAPS fica autorizada a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 3º - A Presidência do CIAPS está autorizada ainda, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 25% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III - Superávit financeiro do exercício anterior, se for o caso;

IV - A reserva de contingência.

Parágrafo Único - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de 1º de Janeiro de 2015.

Apiúna - SC, em 18 de Dezembro de 2014.

Nicanor Morro

Presidente do CIAPS

## TERMO DE POSSE - COORDENADORA

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO Nº 01/2015

Ao primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze, (01/01/2015), às 08:00 horas, na sede do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, presente o Sr. NICANOR MORRO, Presidente do CIAPS, compareceu o(a) Sr(a). MARLI KUCHLER, CPF nº 579.539.029-15, que declarou vir, na forma da Cláusula Décima Segunda e do Anexo I do Contrato de Consórcio Público do CIAPS, prestar o compromisso de posse ao emprego público de confiança de COORDENADORA EXECUTIVA, salário mensal de R\$ 4.000,00, para carga horária semanal regular de 40:00 horas e dedicação integral ao serviço, do Quadro de Pessoal do CIAPS.

Apresentou-se na oportunidade, os documentos legalmente exigidos, comprometendo-se a exercer com probidade e cumprir fielmente as atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao emprego público, no qual foi empossada a partir desta data.

Assim sendo, ordenou o Sr. Presidente lavrar o presente Termo de Posse e Compromisso, que lido e achado conforme, vai assinado em duas vias de igual teor e forma.

Apiuna (SC), 01 de Janeiro de 2015.

-----  
NICANOR MORRO  
Presidente do CIAPS

-----  
MARLI KUCHLER  
Empregado(a)

## Atalanta

### PREFEITURA

#### PORTARIAS DE 153 A 172

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA  
PORTARIA Nº 153/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal,  
RESOLVE:

Alterar a carga horária da Professora REGIANE FIGUEIREDO, contratada por tempo determinado, passando de 30hs para 40hs, a partir de 17 de outubro de 2014

Prefeitura Municipal de Atalanta  
17 de outubro de 2014  
TARCISIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA  
PORTARIA Nº 154/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere a Lei nº 1177/2010 de 06 de outubro de 2010 em seu art. 9, inciso I e o item IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Dispensar MARAIZA MARA NUNES DE SOUZA contratada por prazo determinado, para o Cargo de Professora, a partir de 20 de outubro de 2014.

Prefeitura Municipal de Atalanta  
20 de outubro de 2014  
TARCISIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA  
PORTARIA Nº 155/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Alterar a carga horária da Professora RUBIA MARIA CARVALHO, contratada por tempo determinado, passando de 10hs para 20hs, a partir de 20 de outubro de 2014

Prefeitura Municipal de Atalanta  
20 de outubro de 2014  
TARCISIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA  
PORTARIA Nº 156/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal,  
RESOLVE:

Alterar a carga horária da Professora PATRICIA BERGER JOCHEM, contratada por tempo determinado, passando de 30hs para 40hs, a partir de 21 de outubro de 2014

Prefeitura Municipal de Atalanta  
21 de outubro de 2014  
TARCISIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA  
PORTARIA Nº 157/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal,  
**RESOLVE:**  
Designar o Servidor AGNALDO ADEMAR LAURENTINO, para exercer sua função junto a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a partir de 27 de outubro de 2014

Prefeitura Municipal de Atalanta  
27 de outubro de 2014  
TARCISIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA  
PORTARIA Nº 158/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o art. 32, Parágrafo 1º inciso IV da Lei Complementar nº 014/2013 de 18 de setembro de 2013,  
**RESOLVE:**  
Conceder progressão por Capacitação profissional, ao Servidor JONAS DE OLIVEIRA, a partir de 01 de outubro de 2014.

Prefeitura Municipal de Atalanta  
27 de outubro de 2014.  
TARCISIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA  
PORTARIA Nº 159/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 231, Inciso II da Lei Complementar nº 005/2011,  
**RESOLVE:**  
Conceder licença para tratamento de saúde a Servidora NEUSA DE FATIMA RODRIGUES, conforme atestado médico arquivado em sua pasta, a partir da data de 29 de outubro de 2014.

Prefeitura Municipal de Atalanta  
30 de outubro de 2014  
TARCISIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº. 160/ 2014  
O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o Artigo 1º, inciso I e da Lei nº. 1177/2010,

**RESOLVE:**  
Contratar por prazo determinado, a Senhora LUCIANA GODINHO FEDER, para o cargo de Servente 40hs semanais, conforme Edital nº 05/2013/ SMECE, a partir de 01 de novembro de 2014

ATALANTA (SC), 03 de novembro de 2014.  
TARCISIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 161/2014  
O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o art. 41, Parágrafo 1º e 2º, inciso I da Lei Complementar nº 014/2013 de 18 de setembro de 2013,  
**RESOLVE:**  
Conceder progressão por Formação profissional, a Servidora ADELAIDE SCHELTER AMARANTE, a partir de 01 de novembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Atalanta  
03 de novembro de 2014.  
TARCISIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA  
PORTARIA Nº 162/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o art. 41, Parágrafo 1º e 2º, inciso I da Lei Complementar nº 014/2013 de 18 de setembro de 2013,  
**RESOLVE:**  
Conceder progressão por Formação profissional, ao Servidor PAULO CEZAR CORREIA, a partir de 01 de novembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Atalanta  
03 de novembro de 2014.  
TARCISIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA  
PORTARIA Nº 163/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o art. 41, Parágrafo 1º e 2º, inciso I da Lei Complementar nº 014/2013 de 18 de setembro de 2013,  
**RESOLVE:**  
Conceder progressão por Formação profissional, a Servidora ROSENILDE MARCILIO PEZENTI, a partir de 01 de novembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Atalanta  
03 de novembro de 2014.  
TARCISIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA  
PORTARIA Nº 164/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o art. 41, Parágrafo 1º e 2º, inciso I da Lei Complementar nº 014/2013 de 18 de setembro de 2013,  
**RESOLVE:**  
Conceder progressão por Formação profissional, ao Servidor JONAS DE OLIVEIRA, a partir de 01 de novembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Atalanta  
03 de novembro de 2014  
TARCISIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA  
PORTARIA Nº 165/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe

confere o artigo 231, Inciso II da Lei Complementar nº 005/2011, RESOLVE:

Conceder licença para tratamento de saúde ao Servidor VALDIR LAURENTINO, conforme atestado médico arquivado em sua pasta, a partir da data de 10 de novembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Atalanta  
10 de novembro de 2014  
TARCISIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA  
PORTARIA Nº 166/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 231, Inciso II da Lei Complementar nº 005/2011, RESOLVE:

Conceder licença para tratamento de saúde a Servidora LUCELIA RIBEIRO ABREU, conforme atestado médico arquivado em sua pasta, a partir da data de 19 de novembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Atalanta  
19 de novembro de 2014  
TARCISIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA  
PORTARIA Nº 167/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o Artigo 236, parágrafo 1 e 2 da Lei Complementar nº 005/2011,

RESOLVE:

Conceder licença especial a gestante a Servidora BERENICE DE FATIMA BRISOLA, a partir da data de 01 de dezembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Atalanta  
01 de dezembro de 2014  
TARCISIO EDEGAR HILLESHEIM  
Prefeito Municipal em exercício

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA  
PORTARIA Nº 168/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o Artigo 35, Inciso VI da Lei Complementar nº 005/2011, RESOLVE:

Abrir vacância de cargo público por motivo de aposentadoria do Servidor GUIDO PISKE, a partir da data de 01 de dezembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Atalanta  
01 de dezembro de 2014  
TARCISIO EDEGAR HILLESHEIM  
Prefeito Municipal em exercício

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 169/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 49, Parágrafo único e anexo IV da Lei Complementar nº 014/2013 ,

RESOLVE:

Designar o Servidor ADEMIR GEMBRO, a ocupar Função Executiva de Confiança FEC-2, acrescida ao salário do cargo efetivo a gratificação de 30% do salário base, a partir da data de 01 de dezembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Atalanta  
01 de dezembro de 2014  
TARCISIO EDEGAR HILLESHEIM  
Prefeito Municipal em exercício

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA  
PORTARIA Nº 170/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o Artigo 236, parágrafo 1 e 2 da Lei Complementar nº 005/2011,

RESOLVE:

Conceder licença especial a gestante a Servidora SILVANI DEFREIN ALVES PAES, a partir da data de 04 de dezembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Atalanta  
04 de dezembro de 2014  
TARCISIO EDEGAR HILLESHEIM  
Prefeito Municipal em exercício

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA  
PORTARIA Nº 171/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere a Lei nº 1177/2010 de 06 de outubro de 2010 em seu art. 9, inciso I e o item IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Dispensar SANDRA MARA MATTEUSSI, contratada por prazo determinado, para o Cargo de Professora, a partir de 10 de dezembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Atalanta  
10 de dezembro de 2014  
TARCISIO EDEGAR HILLESHEIM  
Prefeito Municipal em exercício

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA  
PORTARIA Nº 172/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere a Lei nº 1177/2010 de 06 de outubro de 2010 em seu art. 9, inciso I e o item IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Dispensar VANDERLEIA GONÇALVES KRIEGER, contratada por prazo determinado, para o Cargo de Servente, a partir de 15 de dezembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Atalanta  
15 de dezembro de 2014  
TARCISIO EDEGAR HILLESHEIM  
Prefeito Municipal em exercício

**Balneário Rincão****PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO PP 095/PMBR/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 095/PMBR/2014.

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

Data e horário da sessão de abertura: 09/01/2014 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para prestação de serviços de segurança e medicina do trabalho, para o Município de Balneário Rincão/SC, durante o exercício de 2015.

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão - SC, 19 de Dezembro de 2014.

Pregoeira

Gisele P. Ferreira

**Biguaçu****PREFEITURA****EXTRATO CONTRATO Nº 10.135/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 60/2014 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.135/2014

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 60/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELLI ME

Valor: R\$ 8.533,00 (oito mil quinhentos e trinta e três reais).

Vigência: 12/12/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.144/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 45/2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.144/2014

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 45/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA A POLI-CLÍNICA MUNICIPAL, VIGILÂNCIA AMBIENTAL, EPIDEMIOLÓGICA E SANITÁRIA, CLÍNICA DE FISIOTERAPIA, PROGRAMAS DST E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE BIGUAÇU. OS MATERIAIS PERMANENTES PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE SERÃO CUSTEADOS PELA PROPOSTA MINISTRAL Nº 08999257000/1140-01 VIABILIZADA ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR. ENQUANTO OS MATERIAIS PERMANENTES DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL SERÃO CUSTEADOS COM O RECURSO DO PISO VARIÁVEL DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO E SAÚDE.

Fornecedor: CELIA REGINA W. SANI ME

Valor: R\$ 11.553,17 (onze mil quinhentos e cinquenta e três reais e dezessete centavos).

Vigência: 15/12/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.148/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 45/2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.148/2014

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 45/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA A POLI-CLINICA MUNICIPAL, VIGILÂNCIA AMBIENTAL, EPIDEMIOLOGICA E SANITÁRIA, CLINICA DE FISIOTERAPIA, PROGRAMAS DST E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE BIGUAÇU. OS MATERIAIS PERMANENTES PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE SERÃO CUSTEADOS PELA PROPOSTA MINISTRAL Nº 08999257000/1140-01 VIABILIZADA ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR. ENQUANTO OS MATERIAS PERMANETES DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL SERÃO CUSTEADOS COM O RECURSO DO PISO VARIÁVEL DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO E SAÚDE.

Fornecedor: JET-MED COMÉRCIO DE PRODUTOS DESCARTÁVEIS LTDA. - EPP

Valor: R\$ 7.565,80 (sete mil quinhentos e sessenta e cinco reais e oitenta centavos).

Vigência: 15/12/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.150/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 45/2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.150/2014

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 45/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA A POLI-CLINICA MUNICIPAL, VIGILÂNCIA AMBIENTAL, EPIDEMIOLOGICA E SANITÁRIA, CLINICA DE FISIOTERAPIA, PROGRAMAS DST E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE BIGUAÇU. OS MATERIAIS PERMANENTES PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE SERÃO CUSTEADOS PELA PROPOSTA MINISTRAL Nº 08999257000/1140-01 VIABILIZADA ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR. ENQUANTO OS MATERIAS PERMANETES DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL SERÃO CUSTEADOS COM O RECURSO DO PISO VARIÁVEL DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO E SAÚDE.

Fornecedor: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.

Valor: R\$ 5.708,88 (cinco mil setecentos e oito reais e oitenta e oito centavos).

Vigência: 15/12/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.152/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 45/2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.152/2014

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 45/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA A POLI-CLINICA MUNICIPAL, VIGILÂNCIA AMBIENTAL, EPIDEMIOLOGICA E SANITÁRIA, CLINICA DE FISIOTERAPIA, PROGRAMAS DST E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE BIGUAÇU. OS MATERIAIS PERMANENTES PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE SERÃO CUSTEADOS PELA PROPOSTA MINISTRAL Nº 08999257000/1140-01 VIABILIZADA ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR. ENQUANTO OS MATERIAS PERMANETES DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL SERÃO CUSTEADOS COM O RECURSO DO PISO VARIÁVEL DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO E SAÚDE.

Fornecedor: PLASMEDIC COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA

Valor: R\$ 1.916,00 (mil novecentos e dezesseis reais).

Vigência: 15/12/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.154/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 57/2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.154/2014

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 57/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, DE INFORMÁTICA, MOBILIÁRIO, COZINHA INDUSTRIAL E ORTOPÉDICO CIRURGICO PARA O HOSPITAL REGIONAL DO MUNICIPIO DE BIGUAÇU, CONFORME HABILITAÇÃO CONCEDIDA NA PORTARIA Nº. 1.484, DE 18 DE JULHO DE 2014, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Fornecedor: ADVENTURE COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA. EPP

Valor: R\$ 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais).

Vigência: 16/12/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.158/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 57/2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.158/2014  
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 57/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, DE INFORMÁTICA, MOBILIÁRIO, COZINHA INDUSTRIAL E ORTOPÉDICO CIRURGICO PARA O HOSPITAL REGIONAL DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, CONFORME HABILITAÇÃO CONCEDIDA NA PORTARIA Nº. 1.484, DE 18 DE JULHO DE 2014, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Fornecedor: DISMACENTER INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELLI EPP

Valor: R\$ 3.429,00 (três mil quatrocentos e vinte e nove reais).

Vigência: 17/12/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.176/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 45/2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.176/2014  
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 45/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA A POLICLINICA MUNICIPAL, VIGILÂNCIA AMBIENTAL, EPIDEMIOLOGICA E SANITÁRIA, CLINICA DE FISIOTERAPIA, PROGRAMAS DST E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE BIGUAÇU. OS MATERIAIS PERMANENTES PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE SERÃO CUSTEADOS PELA PROPOSTA MINISTRAL Nº 08999257000/1140-01 VIABILIZADA ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR. ENQUANTO OS MATERIAS PERMANETES DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL SERÃO CUSTEADOS COM O RECURSO DO PISO VARIÁVEL DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO E SAÚDE.

Fornecedor: QUALYMEDIC COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA EPP

Valor: R\$ 1.794,00 (mil setecentos e noventa e quatros reais)

Vigência: 17/12/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.177/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 82/2014 - FMS**

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.177/2014  
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 82/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE FORMULAS ALIMENTARES PARA AS DE-MANDAS JUDICIAIS IMPOSTAS AO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU PARA O ANO DE 2015.

Fornecedor: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA.

Valor: R\$ 17.100,00 (dezesete mil e cem reais).

Vigência: 01/01/2015 a 31/12/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.178/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 82/2014 - FMS**

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.178/2014  
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 82/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE FORMULAS ALIMENTARES PARA AS DE-MANDAS JUDICIAIS IMPOSTAS AO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU PARA O ANO DE 2015.

Fornecedor: NUTRICLIN SAÚDE COMÉRCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA. EPP

Valor: R\$ 2.655,00 (dois mil seiscentos e cinquenta e cinco reais).

Vigência: 01/01/2015 a 31/12/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

**LEI Nº 3527/2014**

LEI Nº 3527/2014 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014  
DENOMINA VIA PÚBLICA A SERVIDÃO ANTÔNIO DE JESUS FRAGOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, PREFEITO MUNICIPAL, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E SANCIONA A SEGUINTE LEI

Art. 1º - Fica denominada de Servidão Antônio de Jesus Fragoso a via pública que inicia a primeira à esquerda, partindo da Rua Paranapanema, vindo da Rua Nossa Senhora dos Navegantes, lat. 27º 30' 37.06" S, long. 48º 38' 12.88" O e finaliza na praia, sentido leste, lat. 27º 30' 37.30" S, long. 48º 38' 11.39" O, no Bairro Saveiro no município de Biguaçu-SC.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 11 de dezembro de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

Lei nº 3527/2014, de 11/12/2014  
Sancionada em 11/12/2014  
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons  
Escriturária

**LEI Nº 3528/2014**

LEI Nº 3528/2014 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014

DENOMINA VIA PÚBLICA A RUA SAIMON FELTZ DO NASCIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, PREFEITO MUNICIPAL, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E SANCIONA A SEGUINTE LEI

Art. 1º - Fica denominada de Rua Saimon Feltz do Nascimento a via pública que inicia à esquerda, final da Rua Rodrigo Campos Bastos, sentido noroeste, lat. 27º 29' 45.89" S, long. 48º 39' 31.30" O e finaliza na paralela do imóvel da Sra. Maria Malvina Martendal, lat. 27º 29' 40.67" S, long. 48º 39' 34.46" O, no Bairro Universitário, município de Biguaçu-SC.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 11 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

Lei nº 3528/2014, de 11/12/2014

Sancionada em 11/12/2014

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Escriturária

**LEI Nº 3532/2014**

LEI Nº 3532/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual de 2014.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar em ações de Governo no montante de até R\$ 1.378.000,00 (Um milhão trezentos e setenta e oito mil reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações de ações de Governo, conforme abaixo especificado:

**ANULAÇÃO**

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0801	SECRETARIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA	
0801.15.452.0009.2083	Manutenção da Secretaria de Obras e Infra-Estrutura	333.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	333.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	315.000,00
3.1.91.00	Aplicações Intra	18.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	333.000,00
1101	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	
1103.16.482.0006.1025	Biguaçu meu Lar	104.000,00
4.4.00.00	Investimentos	104.000,00
4.4.90.00	Obras e Instalações	104.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	104.000,00

1501	SECRETARIA DE AGRICULTURA	
1501.20.606.0007.2070	Manutenção do Fundo Municipal de Agricultura	225.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	45.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	45.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	180.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	180.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	225.000,00
1701	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
1701.18.543.0008.1039	Construção de Parques	46.000,00
4.4.00.00	Investimentos	46.000,00
4.4.90.00	Obras e Instalações	46.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	46.000,00
1701.18.541.0008.2078	Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente	670.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	650.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	650.000,00
4.4.00.00	Investimentos	20.000,00
4.4.90.00	Obras e Instalações	20.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	670.000,00
	TOTAL	1.378.000,00

**SUPLEMENTAÇÃO**

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
0701.12.306.0003.2025	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Infantil	35.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	35.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	35.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	35.000,00
0701.12.306.0003.2017	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Fundamental	20.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	20.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	20.000,00
1201	Secretaria Desenv. Econômico e Renov. Tecnológica	
1201.22.661.0007.1032	Pagamento de Precatório c/ Desapropriação Imóvel	110.000,00
4.4.00.00	Investimentos	110.000,00
4.4.90.00	Obras e Instalações	110.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	110.000,00
1801	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
1801.10.301.0004.2033	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	119.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	119.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	119.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	119.000,00
1801.10.301.0004.2034	Ações de Atenção Básica	540.000,00

3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	540.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	540.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	540.000,00
1801.10.301.0004.2035	Ações de Saúde da Família	324.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	324.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	324.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	324.000,00
1801.10.301.0004.2037	Ações de Saúde Bucal	17.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	17.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	17.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	17.000,00
1801.10.302.0004.2041	Serviços de Atendimento Móvel às Urgências	9.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	9.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	9.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	9.000,00
1901	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
1901.28.843.0000.0003	Amortização de Dívidas	204.000,00
4.6.00.00	Inversões Financeiras	204.000,00
4.6.90.00	Aplicações Diretas	204.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	204.000,00
	TOTAL	1.378.000,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

Lei nº 3532/2014, de 19/12/2014

Sancionada em 19/12/2014

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons  
Escriturária

### LEI Nº 3533/2014

LEI Nº 3533/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI ORDINÁRIA N.º 2622 DE 20 DE MAIO DE 2008, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E SANCIONA A SEGUINTE LEI ORDINÁRIA:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º, da Lei Ordinária n.º 2622/2008, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica denominada de “Escola Básica Municipal Professora Ruth Faria dos Reis” a Escola Municipal de 1ª a 4ª série do Loteamento Ipiranga - Morro da Bina, Município de Biguaçu.”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

Lei nº 3533/2014, de 19/12/2014

Sancionada em 19/12/2014

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons  
Escriturária

### LEI Nº 3534/2014

LEI Nº 3534/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

Autoriza a transferência de recursos a entidade que menciona e dá outras providências.

RAMON WOLLINGER. PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DO MUNICÍPIO QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a transferir R\$ 20.790,00 (vinte mil, setecentos e noventa reais) ao LAR FRANCISCO DE PAULA CÂNDIDO XAVIER, CNPJ - 13.368.388/0001-20, mediante convênio, pagável em parcela única, para execução dos serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, constantes do objeto do seu estatuto, conforme Plano de Aplicação apresentado e aprovado pelo Executivo Municipal.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da lei Orçamentária Anual com a seguinte classificação: 1101.08.243.0006.2057- Proteção Especial de Alta Complexidade, através do Grupo de Natureza de Despesa: 3.3.50.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º - A entidade beneficiada por esta lei deverá prestar contas dos recursos no prazo de até 30 (trinta dias), contados do seu recebimento, na forma estabelecida pela Controladoria Geral do Município, sob pena de suspensão dos pagamentos e instauração de tomada de contas especial.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

Lei nº 3534/2014, de 19/12/2014

Sancionada em 19/12/2014

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons  
Escriturária

### LEI Nº 3535/2014

LEI Nº 3535/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

Autoriza a transferência de recursos a entidade que menciona e dá outras providências.

RAMON WOLLINGER. PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DO MUNICÍPIO QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a

transferir R\$ 20.790,00 (vinte mil, setecentos e noventa reais) a CASA LAR VOVÔ SEBASTIANA, CNPJ - 03.860.470/0001-13, mediante convênio, pagável em parcela única, para execução dos serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, constantes do objeto do seu estatuto, conforme Plano de Aplicação apresentado e aprovado pelo Executivo Municipal.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da lei Orçamentária Anual com a seguinte classificação: 1101.08.243.0006.2057 - Proteção Especial de Alta Complexidade, através do Grupo de Natureza de Despesa: 3.3.50.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º - A entidade beneficiada por esta lei deverá prestar contas dos recursos no prazo de até 30 (trinta dias), contados do seu recebimento, na forma estabelecida pela Controladoria Geral do Município, sob pena de suspensão dos pagamentos e instauração de tomada de contas especial.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

Lei nº 3535/2014, de 19/12/2014

Sancionada em 19/12/2014

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons  
Escriturária

#### **LEI Nº 3536/2014**

LEI Nº 3536/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou a ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, mediante convênio, a transferir R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) mensais, por aluno atendido, pagável em 12 parcelas mensais, limitados ao valor da dotação orçamentária do exercício financeiro de 2015, à entidade "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE", CNPJ nº 82.101.874/0001-08, destinados a atender despesas de manutenção da entidade, constantes do objeto do seu estatuto, conforme Plano de Aplicação apresentado e aprovado pelo Executivo Municipal.

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da Lei Orçamentária Anual de 2015 com a seguinte classificação: 07- - Educação; 367 - Educação Especial; 0003 - O futuro se faz com educação; 2029 - Apoio à APAE; 3.3.50.00 - Outras Despesas Correntes/Transferências a Instituições privadas sem fins lucrativos; 0.1.00.000000 - Recursos Ordinários.

Art. 3º A entidade beneficiada por esta lei deverá prestar contas de cada parcela no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do seu recebimento, de acordo com as normas de controle interno, sob pena de suspensão dos pagamentos e instauração de tomada de contas especial.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

Lei nº 3536/2014, de 19/12/2014

Sancionada em 19/12/2014

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons  
Escriturária

#### **LEI Nº 3537/2014**

LEI Nº 3537/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, mediante convênio, a transferir R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) mensais, (janeiro à novembro), por criança atendida, limitados ao valor da dotação orçamentária do exercício financeiro de 2015, à entidade "Associação de Moradores da Rua Júlio Teodoro Martins", CNPJ nº 06.343.144/0001-27, destinados a atender despesas de manutenção do Centro Educacional Infantil Planeta Azul, constante do objeto do seu estatuto, conforme Plano de Trabalho apresentado e aprovado pelo Município.

Parágrafo Único - No mês de dezembro/2015 será pago o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por criança atendida.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da Lei Orçamentária Anual com a seguinte classificação: 0701.12.365.0003.2026(Código da funcional) - Manutenção do Ensino Infantil, através do Grupo de Natureza de Despesa: 3350.00 - Outras despesas correntes / TIPSFL(Nome da Natureza da Despesa).

Art. 3º A entidade beneficiada por esta lei deverá prestar contas de cada parcela no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do seu recebimento, de acordo com as normas de controle interno, sob pena de suspensão dos pagamentos e instauração de tomada de contas especial.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

Lei nº 3537/2014, de 19/12/2014

Sancionada em 19/12/2014

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons  
Escriturária

**LEI Nº 3538/2014**

LEI Nº 3538/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou a ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, mediante convênio, a transferir R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) mensais (janeiro à novembro), por criança atendida, limitados ao valor da dotação orçamentária do exercício financeiro de 2015, à entidade "Associação dos Moradores da Praia João Rosa - AMPRA", CNPJ nº 01.569.993/0001-80, destinados a atender despesas de manutenção do Centro Educacional Infantil Comunitário Anjinho da Guarda, constante do objeto do seu estatuto, conforme Plano de Trabalho apresentado e aprovado pelo Município.

Parágrafo Único - No mês de dezembro/2015 será pago o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por criança atendida.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da Lei Orçamentária Anual com a seguinte classificação: 0701.12.365.0003.2026 - Manutenção do Ensino Infantil, através do Grupo de Natureza de Despesa: 3350.00 - Outras despesas correntes / TIPSFL.

Art. 3º A entidade beneficiada por esta lei deverá prestar contas de cada parcela no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do seu recebimento, de acordo com as normas de controle interno, sob pena de suspensão dos pagamentos e instauração de tomada de contas especial.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

Lei nº 3538/2014, de 19/12/2014

Sancionada em 19/12/2014

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons  
Escriturária**LEI Nº 3539/2014**

LEI Nº 3539/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

AUTORIZA A INDENIZAÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL ATRAVÉS DE PERMUTA POR ÁREA INSTITUCIONAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar contrato de permuta de imóvel pertencente a esta municipalidade, localizada no bairro Fundos, conforme descrição no inciso I deste artigo com área particular de propriedade do Sr. José Mendes, localizada no bairro Rio Caveiras, Rua Pedro Veríssimo das Neves, neste Município conforme descrição no inciso II deste artigo:

I - Um terreno com área de 553,46 m<sup>2</sup> (quinhentos e cinquenta e três metros e quarenta e seis decímetros quadrados), situado na Rua Clementina de Andrade, Bairro Fundos, nesta Cidade e Comarca de Biguaçu/SC, com a seguinte descrição: Partindo-se do vértice V1 com coordenadas X=732374.3043 e Y=6954206.6139, seguindo com azimute 237º36'02" e distância 45,04 metros

chega-se ao vértice V2 com coordenadas X=732336.2747 e Y=6954182.4801, confrontando com terras da expropriada Porto Sul Construtora e Incorporadora LTDA; deste com azimute de 331º45'47" e distancia 12,00 metros chega-se ao vértice V3 com coordenadas X=732330.5973 e Y=6954193.0521, confrontando com terras de propriedade de Anselmo Agostinho Schmitz; deste com azimute de 9,32 metros chega-se do vértice V4 com coordenadas X=732338.0588 e Y= 6954198.6400; deste com azimute de 56º31'41" e distancia 12,17 metros chega-se ao vértice V5 com coordenadas X= 732348.2188 e Y=6954205.3576; deste com azimute de 63º07'27" e distancia 0.86 metros chega-se ao vértice V6 com coordenadas X= 732348.9880 e Y= 6954205.7475; deste com azimute de 63º07'27" e distancia 11,26 metros chega-se ao vértice V7 com coordenadas X=732359.0353 e Y=6954210.8394, todos confrontando com terras de propriedade de Fernando Gomes Pimenta; deste com azimute de 56º21'11" e distancia 11,09 metros chega-se ao vértice V8 com coordenadas X=732368.2750 e Y=6954216.9892, confrontando com terras de propriedade de Antônio Adinei Alves, deste com azimute de 149º50'17" e distancia 12,00 metros chega-se ao vértice V1, ponto origem deste perímetro, confrontando com terras de propriedade de José Braz da Rosa.

II - Um terreno situado no lugar Rio Caveiras, neste Município, designado por lote número quatorze (14) da quadra "K", do loteamento "Jardim Carandaí", medindo doze metros (12,00m<sup>2</sup>) de frente, por trinta metros (30,00m<sup>2</sup>) de fundos, com área de trezentos e sessenta metros quadrados (360,00m<sup>2</sup>) confrontando na frente com a rua "C", nos fundos com terras de Wilibaldo Schmitz, pela lateral direita com o lote número 13 e pela lateral esquerda com o lote número 15.

Art. 2º - Para fins de regularização de registro imobiliário fica desafetada a área descrita no inciso I do artigo 1º desta Lei.

Art. 3º - As partes envolvidas nesta desapropriação estarão isentas de eventuais impostos ou taxas municipais que sobrevierem relativos a presente transmissão imobiliária.

Art. 4º - Fica revogada a Lei nº 3375, de 26 de Junho de 2013.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

Lei nº 3539/2014, de 19/12/2014

Sancionada em 19/12/2014

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons  
Escriturária**PP 281/2014 PMB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 281/2014 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, ASSISTÊNCIA, FAZENDA E TRANSPORTE.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 14 janeiro, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 14 janeiro, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante

a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)  
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 22 de dezembro de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

### **REVOGAÇÃO CV 278/2014 PMB**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO CV 278/2014 PMB

O Prefeito Municipal de Biguaçu Senhor RAMON WOLLINGER, torna público para conhecimento de todos os interessados, a Revogação, por falta de empresas interessadas, do Processo Licitatório CV 278/2014-PMB, que tem por objeto "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APRESENTAÇÃO DO EVENTO PARADA DE NATAL.

Biguaçu, 19 de Dezembro de 2014  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

## **Blumenau**

### **PREFEITURA**

#### **10º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 012/10**

EXTRATO - 10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 012/10  
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A  
EMPRESA PÓLIS INFORMÁTICA LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços de manutenção dos sistemas aplicativos no Sistema ERP da Secretaria Municipal de Administração e DA Secretaria Municipal da Fazenda.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº 09-165, de 09 de dezembro de 2009.

PREÇO: Renova-se também o valor pago à contratada que se mantém em R\$ R\$ 470.450,88 (quatrocentos e setenta mil quatrocentos e cinquenta reais e oitenta e oito centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 12 de dezembro de 2014 até 11 de dezembro de 2015.

DATA: 27 de outubro de 2014.

#### **14º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 277/09**

EXTRATO - 14º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 277/09  
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A  
EMPRESA GTA - GESTÃO AMBIENTAL LTDA.

OBJETO: Serviços de coleta e disposição final de resíduos.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência n.º 03-014/09, de 12 de novembro de 2009.

PREÇO: Renova-se também o valor total do contrato que se mantém em R\$ 89.393,30 (oitenta e nove mil, trezentos e noventa e três reais e trinta centavos).

PRAZO: Prorroga-se o prazo da prestação de serviços por mais 06 (seis) meses, ou seja, de 17 de novembro de 2014 até 16 de maio de 2015.

DATA: 22 de outubro de 2014.

#### **1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 005/13**

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO nº 005/13  
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O  
BANCO SANTANDER

OBJETO: Concessão de empréstimos sob consignação.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 116 da Lei nº 8.666/93.

PRAZO: Prorroga sua vigência por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de fevereiro até 31 de janeiro de 2015.

DATA: 13 de junho de 2014.

**1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 135/13**

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 135/13  
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A EMPRESA  
MEGAFORTH DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS LTDA.

OBJETO: Locação de um galpão destinado à utilização da Secretaria Municipal de Administração, da Secretaria Municipal Social e da Secretaria Municipal de Educação.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-140, de 06 de setembro de 2013.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 22.992,29 (vinte e dois mil novecentos e dois reais e vinte e nove centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 15 de setembro de 2014 até de setembro de 2015.

DATA: 20 de outubro de 2014.

**1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 138/14**

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 138/14  
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A EMPRESA  
FSB ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para projetos arquitetônicos, plantas para construção reformas ou ampliação para as EBM'S Quintino Bocaiúva, Profª Nemésia Margarida, Profª Adelaide Starke e Lauro Mueller.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 02-011/14.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual até o dia 10 de dezembro de 2014.

DATA: 21 de outubro de 2014.

**1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 143/13**

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 143/2013  
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU (SETERB)  
E A EMPRESA  
MAITE PRISCILLA GOMES.

OBJETO: Permissão de uso de área de 63,27m², denominada de sala 05, situada no piso térreo do terminal rodoviário de passageiros Prefeito Hercílio Deeke - TRPPHD, para instalação de agência emissora de passagens e transbordo de cargas rodoviárias.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº. 09-108, de 16 de outubro de 2013.

PREÇO: Reajusta o valor pago ao SETERB para R\$ 1.000,83 (mil reais e oitentas e três centavos) mensais, totalizando o valor mensal pago ao SETERB em R\$ 1.150,95 (mil, cento e cinquenta reais e noventa e cinco centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 30 de setembro de 2014 até 29 de setembro de 2015.

DATA: 23 de outubro de 2014.

**1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 146/13**

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 146/2013  
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU (SETERB)  
E A  
SRA. TERESA BACHMANN.

OBJETO: Locação de uma casa de alvenaria, contendo 252,38m², localizado na Rua Antônio TREISS, Nº 55, Bairro Vorstadt, Blumenau/SC, destinado ao funcionamento DO Abrigo Nossa Casa I - Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-178, de 25 de outubro de 2013.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 2.969,91 (dois mil, novecentos e sessenta e nove reais e noventa e um centavos), totalizando o valor do contrato em R\$ 35.638,92 (trinta e cinco mil, seiscentos e trinta e oito reais e noventa e dois centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de outubro de 2014 até 30 de setembro de 2015.

DATA: 16 de outubro de 2014.

**1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 164/14**

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 164/2014  
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A  
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU / HOSPITAL SANTO ANTONIO.

OBJETO: Credenciamento para prestação de serviços de assistência à saúde para atendimento ambulatorial (urgência/emergência, diagnóstico e tratamento), para internações hospitalares.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº 09-112/2014.

PREÇO: Suprime a quantia de R\$ 236.955,39 (duzentos e trinta e seis mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e trinta e nove centavos) mensais, a contar de setembro de 2014, totalizando o valor da supressão em R\$ 2.132.598,51 (dois milhões, cento e trinta e dois mil, quinhentos e noventa e oito reais e cinquenta e um centavos).

DATA: 28 de outubro de 2014.

**1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 181/13**

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 181/2013  
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A EMPRESA  
SINCROSLOG PROCESSOS DE MOVIMENTAÇÃO E ARMAZENAGEM LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de logística para distribuição e gestão dos almoxarifados DAS Secretarias de Administração, Educação, Saúde, Desenvolvimento Social e Pró-Família.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 124, de 07 de novembro de 2013.

PREÇO: Renova-se também o valor dos serviços é de R\$ 1.092.720,00 (um milhão, noventa e dois mil e setecentos e vinte reais).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 02 de dezembro de 2014 até 1º de dezembro de 2015.

DATA: 05 de novembro de 2014.

### **1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 188/13**

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 188/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA MESSIAS DA SILVA MARTINS ME.

OBJETO: Confecção de prótese odontológica para atendimento aos serviços do Projeto Brasil Sorridente DO Ministério da saúde.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 115, de 31 de outubro de 2013.

PREÇO: Renova-Se também o valor pago à contratada que se mantém em R\$ 290.200,00 (duzentos e noventa mil e duzentos reais) sendo: Item I - Valor unitário: R\$ 389,00 (trezentos e oitenta e nove reais); Item II - Valor unitário: R\$ 389,00 (trezentos e oitenta e nove reais); Item III - Valor unitário: R\$ 236,00 (duzentos e trinta e seis reais); Item IV - Valor unitário: R\$ 236,00 (duzentos e trinta e seis reais).

PRAZO: Prorroga prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 05 de dezembro de 2014 até 04 de dezembro de 2015.

DATA: 28 de outubro de 2014.

### **1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 196/14**

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 196/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA JV PARTICIPAÇÕES LTDA.

OBJETO: Locação de 4 (quatro) salas comerciais - 101, 102, 103 e 104, localizadas na Rua Amadeu da Luz, Nº 132 - 1º ANDAR, CENTRO, Blumenau/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-173, de 12 de agosto de 2014.

PREÇO: Altera-se também o valor total do contrato que passa a ser de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

PRAZO: Retifica o prazo de vigência da locação, que passa a ser: de 1º de novembro de 2014 até 31 de agosto de 2015.

DATA: 07 de outubro de 2014.

### **1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 218/14**

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 218/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA JJF EVENTOS E RECREAÇÕES LTDA. ME.

OBJETO: Contratação de empresa ou entidade organizadora DE eventos para desenvolver os trabalhos de organização e realização dos desfiles da 31ª e 32ª Oktoberfest.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 085/2013.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 57.400,00 (cinquenta e sete mil e quatrocentos reais).

DATA: 20 de outubro de 2014.

### **21º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 228/09**

EXTRATO - 21º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 228/09

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA LOCASIM LOCADORA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS LTDA.

OBJETO: Locação de veículos (diária e mensal) sem motorista.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 06-119/2009, de 25 de setembro de 2009.

PREÇO: Renova-se também o valor da locação que se mantém em R\$ 1.216.417,57 (um milhão, duzentos e dezesseis mil, quatrocentos e dezessete reais e cinquenta e sete centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 06 (seis) meses, ou seja, de 19 de outubro de 2014 até 18 de abril de 2015.

DATA: 29 de outubro de 2014.

### **2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 129/13**

EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 129/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

OBJETO: Serviços de instalação e manutenção do sistema de transporte ponto a ponto de sinais de vídeo e dados para o vídeo monitoramento eletrônico dos Logradouros Públicos do Município.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 078, de 23 de agosto de 2013.

PREÇO: Reajusta o valor anual dos serviços para R\$ 518.018,10 (quinhentos e dezoito mil dezoito reais e dez centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 04 de outubro de 2014 até 03 de outubro de 2015.

DATA: 20 de outubro de 2014.

### **2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 162/14**

EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 162/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE MISERICÓRDIA DE VILA ITROUPAVA.

OBJETO: Credenciamento para prestação de serviços de assistência à saúde para atendimento ambulatorial (urgência/emergência, diagnóstico e tratamento), para internações hospitalares.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº 09-110/2014.

PREÇO: Suprime a quantia de R\$ 27.032,69 (vinte e sete mil, trinta e dois reais e sessenta e nove centavos) mensais, a contar de setembro de 2014, totalizando o valor da supressão em R\$

243.294,21 (duzentos e quarenta e três mil, duzentos e noventa e quatro reais e vinte e um centavos).

DATA: 29 de outubro de 2014.

#### **2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 172/12**

EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 172/12

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

OBRATECH ENGENHARIA, CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

OBJETO: Construção de quadra poliesportiva na Escola Básica Municipal Prof. Fernando Ostermann.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 03-007, de 21 de junho de 2012.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual até 17 de dezembro de 2014.

DATA: 21 de outubro de 2014.

#### **2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 173/12**

EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 173/12

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

OBRATECH ENGENHARIA, CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

OBJETO: Construção de quadra poliesportiva na Escola Básica Municipal Prof. Oscar Unberhaun.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 03-007, de 21 de junho de 2012.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual até 17 de dezembro de 2014.

DATA: 21 de outubro de 2014.

#### **2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 174/12**

EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 174/12

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

OBRATECH ENGENHARIA, CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

OBJETO: Construção de quadra poliesportiva NA Escola Básica Municipal Profª. Alice Thiele.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 03-007, de 21 de junho de 2012.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual até 17 de dezembro de 2014.

DATA: 21 de outubro de 2014.

#### **2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 175/12**

EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 175/12

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

OBRATECH ENGENHARIA, CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

OBJETO: Construção de quadra poliesportiva na Escola Básica Municipal Profª. Hella Altenburg.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 03-007, de 21 de junho de 2012.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual até 17 de dezembro de 2014.

DATA: 21 de outubro de 2014.

#### **2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 219/12**

EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 219/12

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA LANCHONETE PARADA 10 LTDA.

OBJETO: Outorga de concessão administrativa de uso, a título oneroso, de espaço localizado no Terminal Rodoviário De Passageiros Prefeito Hercílio Deeke - TRP PHD, com área de 59,60 M² para exploração de atividade comercial de lanchonete e comércio de jornais e revistas.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 03-011, de 26 de setembro de 2012.

PREÇO: Reajusta o valor da remuneração mensal pago ao Município para R\$ 2.061,55 (dois mil, sessenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), a contar de 08 de outubro de 2014.

DATA: 20 de outubro de 2014.

#### **3º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 038/12**

EXTRATO - 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 038/12

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA CONSTRUVIAS PAVIMENTAÇÕES LTDA.

OBJETO: Execução de terraplanagem, drenagem e pavimentação asfáltica da Rua Arnoldo Beck.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços 02-026.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual até o dia 16 de abril de 2015.

DATA: 10 de novembro de 2014.

#### **3º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 080/12**

EXTRATO - 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 080/12

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA CONSTRUVIAS PAVIMENTAÇÕES LTDA.

OBJETO: Execução de obras de pavimentação asfáltica com execução de Ponte na Rua Jacob Ineichen.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-010, de 07 de novembro de 2011.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual até o dia 24 de julho de 2015.

DATA: 10 de novembro de 2014.

### **3º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 099/12**

EXTRATO - 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 099/12

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

CONSÓRCIO DAS EMPRESAS CONSTRUVIAS PAVIMENTAÇÕES LTDA. E GEOSOLO ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA.

OBJETO: Execução das obras de contenção das margens do rio Itajaí-Açu de trecho final 1.500m., situado o início a noroeste 200 m. a montante da ponte de estrutura metálica denominada Ponte Aldo Pereira de Andrade e seu fim no limite jusante da praça Juscelino Kubitschek de Oliveira (prainha).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-014/11.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual até o dia 20 de setembro de 2015.

DATA: 10 de novembro de 2014.

### **3º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 124/11**

EXTRATO - 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 124/11

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

DIOCESE DE BLUMENAU.

OBJETO: Locação de imóvel destinado ao funcionamento do CEI Profª Elzira Hornburg.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-079, de 10 de junho de 2011.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 4.087,80 (quatro mil e oitenta e sete reais e oitenta centavos), totalizando o valor do contrato em R\$ 49.053,60 (quarenta e nove mil, cinquenta e três reais e sessenta centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de junho de 2014 até 31 de maio de 2015.

DATA: 31 de outubro de 2014.

### **3º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 211/11**

EXTRATO - 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 211/11

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA ODONTO BLU COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA.

OBJETO: Serviços de manutenção de equipamentos odontológicos.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 110, de 24 de outubro de 2011

PREÇO: Renova-se também o valor total estimado pago pelos serviços prestados que se mantém em R\$ 224.000,00 (duzentos e vinte e quatro mil reais).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 16 de novembro de 2014 até 15 de novembro de 2015.

DATA: 30 de outubro de 2014.

### **4º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 081/12**

EXTRATO - 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 081/12

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA CONSTRUVIAS PAVIMENTAÇÕES LTDA.

OBJETO: Execução de ponte na Rua Selma Volles.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-018/11, de 15 de fevereiro de 2012.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual até o dia 30 de abril de 2015

DATA: 10 de novembro de 2014.

### **5º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 104/13**

EXTRATO - 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 104/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

CONSÓRCIO NOVAPONTE.

OBJETO: Elaboração de projeto executivo de engenharia rodoviária, inclusive obra de arte especial, incluindo os estudos ambientais complementares para obtenção de licenciamento ambiental de instalação (Iai) e o estudo de impacto de vizinhança (EIV), referente à nova ligação viária entre as Ruas Alwin Schrader / Itajaí com as Ruas Paraguay / Porto Rico e a adequação da geometria da Avenida Brasil e das Ruas Paraguai, Porto Rico, Bolívia (entre a Rua Paraguay e a Avenida Brasil) e Rua Alwin Schrader (até a Rua Ceará) de engenharia rodoviária.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços 02-005/13.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual até o dia 19 de dezembro de 2014.

DATA: 14 de outubro de 2014.

### **5º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 168/12**

EXTRATO - 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 168/12

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

CONSÓRCIO ENGEPLAN-FREEDOM.

OBJETO: Execução macrodrenagem da bacia hidrográfica do Ribeirão da Velha.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-022/11.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual até o dia 10 de fevereiro de 2015.

DATA: 28 de outubro de 2014

**5º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 226/11**

EXTRATO - 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 226/11

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

SR. JACI JOSÉ TAMBANI.

OBJETO: Locação de uma casa de alvenaria destinada ao funcionamento do C.E.I. Wally Serena Brandes.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-167, de 03 de novembro de 2011.

PREÇO: Renova-se também o valor da locação que se mantém em R\$ 3.077,81 (três mil, setenta e sete reais e oitenta e um centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 36.933,72 (trinta e seis mil novecentos e trinta e três reais e setenta e dois centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de novembro de 2014 até 31 de outubro de 2015.

DATA: 27 de outubro de 2014.

**6º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 004/11**

EXTRATO - 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 004/11

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

SENIOR SISTEMAS S.A.

OBJETO: Serviço de manutenção dos sistemas aplicativos no sistema de gestão de pessoas nos módulos de medicina, portal rh, recrutamento, treinamento e quadro de vagas.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº. 09-358, de 08 de dezembro de 2010.

PREÇO: Renova-se também o valor pago à contratada que se mantém em R\$ 7.084,60 (sete mil, oitenta e quatro reais e sessenta centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 85.015,20 (oitenta e cinco mil quinze reais e vinte centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 07 de dezembro de 2014 até 06 de dezembro de 2015.

DATA: 28 de outubro de 2014.

**6º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 051/13**

EXTRATO - 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 051/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA SC ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA.

OBJETO: Elaboração de estudo de concepção de drenagem URBANA sustentável nas áreas de influência do Ribeirão Fortaleza, com vistas a indicar as soluções adequadas para a urbanização do Parque Linear Ribeirinho; restauração de margens; E recomposição de vegetação ciliar.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 02-003, de 07 de maio de 2013.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual até o dia 28 de dezembro de 2014

DATA: 05 de novembro de 2014.

**6º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 052/13**

EXTRATO - 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 052/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA SC ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA.

OBJETO: Elaboração de estudo de concepção de drenagem URBANA sustentável nas áreas de influência do Ribeirão Fortaleza, com vistas a indicar as soluções adequadas para a urbanização do Parque Linear Ribeirinho; restauração de margens; E recomposição de vegetação ciliar.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 02-004, de 07 de maio de 2013.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual até o dia 27 de dezembro de 2014

DATA: 05 de novembro de 2014.

**7º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 005/11**

EXTRATO - 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 005/11

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA GROSSENbacher ADMINISTRADORA LTDA

OBJETO: Locação destinada a instalação da central de veículos.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-191, de 13 de dezembro de 2010.

PREÇO: Renova-se o valor da locação que se mantém em R\$ 6.368,23 (seis mil, trezentos e sessenta e oito reais e vinte e três centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 76.418,76 (setenta e seis mil quatrocentos e dezoito reais e setenta e seis centavos).

PRAZO: Renova o prazo contratual por mais 12 meses, ou seja, de 28 de novembro de 2014 até 27 de novembro de 2015.

DATA: 05 de novembro de 2014.

**7º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 255/10**

EXTRATO - 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 255/10

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA PÓLIS INFORMÁTICA LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços de manutenção dos sistemas aplicativos no sistema ERP protocolo, jurídico e controle de documentos.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº 09-348, de 25 de novembro de 2010.

PREÇO: Renova-se também o valor pago à contratada que se mantém em R\$ 114.542,61 (cento e quatorze mil, quinhentos e quarenta e dois reais e sessenta e um centavos).

PRAZO: Renovando o prazo da prestação de serviços em mais

12 (doze) meses, ou seja, de 27 de novembro de 2014 a 26 de novembro de 2015.

DATA: 27 de outubro de 2014.

### **8º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 188/10**

EXTRATO - 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 188/10

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

SR. CELESTE LORENZI.

OBJETO: Locação de um prédio de alvenaria, destinado ao funcionamento do E.S.F. Áurea Pfuetzenreiter.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-115, de 02 de agosto de 2010.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 3.066,81 (três mil, sessenta e seis reais e oitenta e um centavos) mensais, totalizando o valor da locação em R\$ 36.801,72 (trinta e seis mil oitocentos e um reais e setenta e dois centavos).

DATA: 20 de outubro de 2014.

### **DECRETO Nº 10 521/2014**

DECRETO N. 10.521, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECLARA DE necessidade PÚBLICA, PARA FINS DE ocupação temporária, ÁREAS DE TERRAS NECESSÁRIAS À LIGAÇÃO VIÁRIA TEMPORÁRIA ENTRE A RUA DAS MISSÕES E A RUA FRITZ SPERNAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, usando das atribuições que lhe conferem os artigos 59, inciso XIII, e 75, inciso I, alínea "o", da Lei Orgânica do Município, com fundamento no art. 36 do Decreto-Lei n. 3.365, de 21 de junho de 1941 e,

CONSIDERANDO que o Poder Público Municipal tem a necessidade de interromper temporariamente o fluxo de veículos na Rua Gustavo Lueders para a implantação de bueiro simples tubular metálico entre a mencionada via pública e a Rua 7 de Maio,

CONSIDERANDO a necessidade de disponibilizar uma forma alternativa para o acesso viário entre a Rua Dois de Setembro e a Rua Fritz Spernau enquanto perdurarem as mencionadas obras,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam declaradas de necessidade pública para fins de ocupação temporária as seguintes áreas de terras, necessárias a abertura de um acesso viário transitório entre a Rua das Missões e a Rua Fritz Spernau:

I - a área contendo 627,23m<sup>2</sup>, integrante do imóvel pertencente a Tarumã Empreendimentos Imobiliários Ltda, localizada na Rua das Missões, matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis dessa Comarca sob nº11.572 e inscrito no cadastro técnico municipal sob nº4.2.07.0001.0076.000.

II - a área contendo 1.843,44m<sup>2</sup>, integrante do imóvel pertencente a ACHS - Participações Ltda, localizado nos fundos do lado par da Rua 2 de Setembro, matriculado no 3º Ofício de Registro de Imóveis dessa Comarca sob nº5.266 e inscrito no cadastro técnico municipal sob nº4.2.07.0001.0077.000;

III - a área contendo 723,10m<sup>2</sup>, integrante do imóvel pertencente

a ACHS - Participações Ltda, localizado nos fundos do lado par da Rua 2 de Setembro e da Rua das Missões, matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis dessa Comarca sob nº9.194 e inscrito no cadastro técnico municipal sob nº4.2.07.0001.0723.000;

IV - a área contendo 752,78m<sup>2</sup>, integrante do imóvel pertencente a Sigríd Hayashi, localizado na Rua Fritz Spernau, matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis dessa Comarca sob nº15.305 e inscrito no cadastro técnico municipal sob nº4.2.07.0001.0747.000;

V - a área contendo 963,35m<sup>2</sup>, integrante do imóvel pertencente a Duca Administradora de Bens Ltda Epp, localizado na Rua Fritz Spernau, matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis dessa Comarca sob nº15.611 e inscrito no cadastro técnico municipal sob nº4.2.07.0001.0097.000.

Parágrafo único. As áreas de terras declaradas de necessidade pública neste artigo estão identificadas de acordo com o Mapa que constitui o anexo único deste Decreto.

Art. 2º. Esta intervenção ocorrerá pelo prazo de sete meses contados da publicação deste Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de dezembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 10 522/2014**

DECRETO Nº 10.522, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, O PROJETO DE ENGENHARIA RODOVIÁRIA REFERENTE À NOVA LIGAÇÃO ENTRE AS RUAS ALWIN SCHRADER/ITAJAÍ COM AS RUAS PARAGUAY/PORTO RICO E DE ADEQUAÇÃO DA GEOMETRIA DA AVENIDA BRASIL E DAS RUAS PARAGUAY, PORTO RICO, BOLÍVIA E ALWIN SCHRADER (VP 112).

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, XIII, da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e com fundamento no que dispõe o art. 3º, VIII, "b" e o art. 8º, ambos da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de licenciamento ambiental, nos termos do que dispõe a Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, o projeto de engenharia rodoviária referente à nova ligação entre as Ruas Alwin Schrader/Itajaí com as Ruas Paraguay/Porto Rico e de adequação da geometria da Avenida Brasil e das Ruas Paraguay, Porto Rico, Bolívia (entre a Rua Paraguay e a Avenida Brasil) e Alwin Schrader (até a Rua Ceará), identificadas no Sistema Viário do Município como Via Projetada nº 112.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de dezembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 10 525/2014**

DECRETO N. 10.525, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

APROVA O REGULAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO - FMI.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, I, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar n. 906, de 12 de setembro de 2013, que, em seu Título III, institui o Fundo Municipal do Idoso - FMI; e

CONSIDERANDO a aprovação, por votação unânime, do Regulamento do Fundo Municipal do Idoso pelo Conselho Municipal do Idoso - CMI,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento do Fundo Municipal do Idoso - FMI, baixado pela Coordenadora Geral do Conselho Municipal do Idoso, cuja íntegra acompanha o presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de dezembro de 2014.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 10 525/2014 - ANEXO**

REGULAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO.

Art. 1º O Fundo Municipal de Direitos do Idoso - FMI, instituído pela Lei Complementar nº 906/2013, é instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos, destinado a propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltados aos idosos do Município de Blumenau, atendendo as diretrizes e deliberações do Conselho Municipal do Idoso - CMI.

§ 1º As ações de que trata o caput deste artigo tem por objetivo facilitar e assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, bem como, atender ao disposto no Estatuto do Idoso.

Art. 2º O FMI tem sua estrutura de execução e controle contábil vinculados ao órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social que, através do Gestor do Fundo, administrará os recursos segundo o Plano de Aplicação Anual elaborado pelo Conselho Municipal do Idoso e aprovado na Lei Orçamentária Anual, constituindo parte integrante do orçamento do Município.

Parágrafo único. Fica o Município de Blumenau autorizado, por meio do órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social, a firmar convênios, prestar auxílio financeiro e/ou subvenções, com os recursos do FMI, através de Resolução do CMI.

Art. 3º Os recursos do FMI serão constituídos de:

- I - doações de contribuintes do Imposto de Renda e outros incentivos governamentais;
- II - transferência financeira configurada anualmente na legislação orçamentária municipal;
- III - doações, auxílios, contribuições, subvenções, transferências e legados de pessoas físicas, organizações nacionais, internacionais, governamentais e não governamentais;
- IV - remuneração oriunda de aplicações financeiras;

- V - produto das aplicações dos recursos disponíveis e receitas de vendas de materiais, publicações e eventos realizados;
- VI - receitas oriundas de multas aplicadas com base na Lei nº 10.741/03;
- VII - receitas provenientes de convênios, acordos, contratos realizados entre o Município e organizações governamentais ou não governamentais, que tenham destinação específica;
- VIII - recursos provenientes de órgãos da União ou do Estado vinculados à Política Nacional do Idoso;
- IX - doação do setor privado, pessoas físicas ou jurídicas;
- X - outros recursos legalmente constituídos.

Parágrafo único. Os saldos financeiros do FMI constantes do balanço geral anual serão transferidos para o exercício seguinte.

Art. 4º A gestão executiva do FMI, administrada na forma do art. 5º deste Regulamento, é operacionalizada, controlada e contabilizada conforme legislação vigente.

§ 1º A movimentação das contas, inclusive on line, será efetuada pelo Gestor do FMI, em conjunto com o órgão gestor da Política Municipal da Assistência Social.

§ 2º O Gestor do FMI será indicado pelo órgão gestor da Política Municipal da Assistência Social, devendo a escolha recair entre os servidores pertencentes ao Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 5º Além das competências estabelecidas no art. 26, da Lei Complementar nº 906/2013, compete ao Gestor do FMI:

- I - administrar e coordenar a execução dos recursos do Fundo, de acordo com as deliberações do FMI e com o Plano de Aplicação Anual, ordenando as respectivas despesas;
- II - apresentar ao CMI para aprovação, a movimentação financeira mensal do Fundo e o balanço anual;
- III - tomar conhecimento e cumprir as obrigações definidas em convênios, ajustes, acordos e contratos financiados pelo Município e que digam respeito ao Fundo;
- IV - assessorar a Mesa Coordenadora do CMI na elaboração da proposta orçamentária a ser aprovada pelo Conselho para o exercício seguinte;
- V - submeter ao CMI os atos normativos que se refiram à aplicação dos recursos do Fundo;
- VI - diligenciar junto às entidades conveniadas e/ou subvencionadas ao CMI, objetivando a coleta de dados para elaboração de relatórios;
- VII - manter em coordenação com o órgão competente do município, o controle de bens patrimoniais do Fundo;
- VIII - desenvolver outras atividades indispensáveis à consecução das finalidades do Fundo.

Art. 6º Os recursos do FMI serão depositados em conta bancária específica, aberta em instituição bancária oficial, sob a denominação "Fundo Municipal do Idoso - FMI".

Parágrafo único. O exercício financeiro do Fundo coincidirá com o ano civil.

Art. 7º Os recursos do Fundo Municipal do Idoso serão destinados ao financiamento de programas e ações, governamentais e não governamentais, que:

- I - visem ao protagonismo da pessoa idosa;
- II - visem à integração e ao fortalecimento dos Conselhos dos Direitos de Idosos;
- III - promovam o envelhecimento ativo da pessoa idosa;
- IV - fomentem a prevenção e enfrentamento da violência contra a pessoa idosa;
- V - promovam acessibilidade, inclusão e reinserção social da

pessoa idosa;

VI - financiem pesquisas, estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da pessoa idosa;

VII- fomentem a capacitação e a formação profissional continuada dos operadores do sistema de garantia dos direitos dos idosos.

VIII- desenvolvam programas e projetos de comunicação campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção defesa e atendimento dos direitos da pessoa idosa; e

IX - fortaleçam o sistema de garantias dos direitos do idoso, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da pessoa idosa.

Art. 8º É vedada a utilização dos recursos do Fundo Municipal do Idoso para:

I- despesas que não sejam diretamente relacionadas ao financiamento de programas e ações relacionados à pessoa idosa; e

II - financiamento de políticas públicas de caráter continuado, nos termos definidos pela legislação pertinente.

Art. 9º Os recursos financeiros para cobertura dos convênios, contratos e subvenções, aprovados pelo CMI, serão liberados após assinatura de uma só vez ou de acordo com o cronograma de desembolso estabelecido.

Parágrafo único. O CMI, através da sua Coordenação Geral e da Comissão Permanente de Finanças e Captação, fará articulação para captação dos recursos necessários para fazer frente às despesas correntes.

Art. 10º Compete ao CMI, na qualidade de responsável pela supervisão superior do FMI:

I - fixar as diretrizes operacionais do Fundo e parâmetros técnicos;

II - baixar normas e instruções disciplinares complementares da aplicação dos recursos financeiros disponíveis;

III - aprovar o orçamento, convênios, ajustes, acordos e contratos firmados com base nos recursos do Fundo;

IV - disciplinar e fiscalizar a arrecadação da receita do Fundo;

V - definir o Plano Anual de Aplicação dos recursos do Fundo, regulamentado através de Resolução, em consonância com o Plano de Ação para a defesa e garantia dos direitos da pessoa idosa;

VI - examinar e aprovar as contas do Fundo, emitindo as respectivas resoluções;

VII - acompanhar e fiscalizar, mensalmente, a prática de atos concernentes às atividades operacionais e aos resultados financeiros do Fundo, através da Comissão Permanente de Finanças e Captação, bem como, os balancetes anuais;

VIII - solicitar, a qualquer tempo e a seu critério, as informações necessárias ao acompanhamento, ao controle e à avaliação das atividades a cargo do Fundo;

IX - mobilizar os diversos segmentos da sociedade no planejamento, execução e controle das ações voltadas à Política Municipal do Idoso;

X - fiscalizar os programas desenvolvidos requisitando, quando entender necessário, auditoria do Poder Executivo;

XI - dar ampla publicidade, no município, de todas as resoluções do CMI relativas ao Fundo, bem como, publicar no Diário Oficial do Município a prestação de contas sintético financeiro anual.

Art. 11. Caberá ao órgão gestor da Política Municipal da Assistência Social proporcionar suporte de pessoal técnico para execução do Fundo e sua contabilização.

Art. 12. A contabilidade tem por objetivo evidenciar a situação financeira e patrimonial do Fundo, observados padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

Parágrafo único. Deverá ser organizada de forma a permitir o exercício das funções de controle prévio, concomitante e subsequente, inclusive de apurar os custos dos serviços e interpretar e analisar os resultados obtidos.

Art. 13. A prestação de contas da gestão do Fundo está sujeita ao CMI, ao Poder Legislativo ao Tribunal de Contas do Estado e União, quando houver repasse de recursos.

Art. 14. As organizações governamentais e não governamentais que receberem recursos transferidos do Fundo a título de subvenção sociais, auxílio, convênios transferências a qualquer título, serão obrigadas a comprovar aplicação dos recursos recebidos, segundo os fins a que se destinarem, sob pena de suspensão de novos recebimentos, além de responsabilização civil, criminal e administrativa.

Art. 15. Os casos omissos serão resolvidos pela Plenária do CMI.

Art. 16. Este Regulamento foi aprovado em Plenária Ordinária do CMI, em 25 de novembro de 2013, conforme ata nº 10/2013 e após considerações da PROGEM as alterações foram aprovadas em Plenária Extraordinária no dia 12 de Setembro de 2014, conforme Ata nº 09/2014 e entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Blumenau, 12 de setembro de 2014.  
MARIA MERCEDES FARIAS LUTTKE  
Coordenadora+ Geral do CMI

## DECRETO Nº 10 531/2014

DECRETO N. 10.531, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

FIXA OS VALORES DAS TARIFAS DO TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS - TÁXI, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso de das atribuições que lhe conferem o art. 75, I, "i", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento nos arts. 49 da Lei Complementar n. 75, de 24 de outubro de 1994, e

CONSIDERANDO os estudos realizados pelo Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, integrantes do Processo Administrativo nº. 05/2014, os quais apontam a necessidade de reajuste de preços praticados no serviço de transporte individual de passageiros no percentual de 7,614%, correspondente ao INPC acumulado no período de junho de 2013 a outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1o. Os valores das tarifas do transporte individual de passageiros (táxi) no Município de Blumenau passam a ser fixadas na seguinte forma:

I - R\$ 4,85 (quatro reais e oitenta e cinco centavos) para a Bandeirada;

II - R\$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos) para o quilômetro rodado na Bandeira I;

III - R\$ 3,35 (três reais e trinta e cinco centavos) para o quilômetro rodado na Bandeira II;

IV - R\$ 24,75 (vinte e quatro reais e setenta e cinco centavos) para a hora parada;

V - R\$ 1,65 (um real e sessenta e cinco centavos) para o quilômetro

rodado em viagem fora do Município.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2015.

Art. 3º. Fica revogado o Decreto n. 9.990, de 20 de maio de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, de 18 de dezembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **EXTRATO CONTRATO Nº 202/2014**

EXTRATO - CONTRATO Nº. 202/2014  
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A  
SÊNIOR SISTEMAS LTDA.

OBJETO: Consultoria especializada para avaliar as necessidades de adequação no sistema Vetorh e seus módulos frente às novas exigências e adequações para o eSocial.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº 09-079, de 18 de junho de 2014.

PREÇO: O valor dos serviços contratados será de R\$ 170,00 (cento e setenta reais) a hora do serviço prestado para execução dos serviços de consultoria especializada e de R\$ 169,00 (cento e sessenta e nove reais) a hora do serviço de coordenação de projeto, totalizando o valor contratual em R\$ 61.140,00 (sessenta e um mil e cento e quarenta reais).

PRAZO: O prazo do presente contrato é de 12 (doze) meses a contar de 1º de agosto de 2014.

DATA: 03 de setembro de 2014.

#### **EXTRATO CONTRATO Nº 236/2014**

EXTRATO - CONTRATO Nº. 236/2014  
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A  
ARTECH INFORMÁTICA DO BRASIL LTDA.

OBJETO: Manutenção e suporte técnico do software para o programa GENEXUS.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº 09-105/2014.

PREÇO: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 32.644,32 (trinta e dois mil seiscentos e quarenta e quatro reais e trinta e dois centavos).

PRAZO: O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, a contar do dia 15 de outubro de 2014.

DATA: 03 de outubro de 2014.

#### **EXTRATO CONTRATO Nº 244/2014**

EXTRATO - CONTRATO Nº. 244/14  
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A  
DTCOM DIRECT TO COMPANY S/A.

OBJETO: Manutenção de 01 (um) ponto do Sistema de transmissão de eventos e programas educacionais - capacitações à distância para os servidores municipais.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº. 09-147, de 08 de outubro de 2014.

PREÇO: O valor dos serviços é de R\$ 9.500,64 (nove mil quinhentos reais e sessenta e quatro centavos).

PRAZO: O prazo de vigência do presente contrato é de 06 (seis) meses, a contar de 1º de junho de 2014, ou até que se homologue nova licitação.

DATA: 14 de outubro de 2014.

#### **EXTRATO CONTRATO Nº 253/2014**

EXTRATO - CONTRATO Nº. 253/2014  
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A  
CRW TECNOLOGIA EM EVENTOS EIRELI ME.

OBJETO: Locação de equipamentos de projeção (telões, projetores e filmagem) para evento Reveillon 2015.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 133/2014.

PREÇO: O valor dos serviços é de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais).

PRAZO: O prazo de vigência do presente contrato é a partir da assinatura do contrato até 20 de janeiro de 2015.

DATA: 22 de outubro de 2014.

#### **EXTRATO CONTRATO Nº 254/2014**

EXTRATO - CONTRATO Nº. 254/14  
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A  
TECNOPONTO LTDA. EPP.

OBJETO: Locação de ar condicionados, com instalação e retirada.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial Nº 135/2014.

PREÇO: Item 01: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) a unidade, totalizando R\$ 19.950,00 (dezenove mil, novecentos e cinquenta reais); Item 02: 699,66 (seiscentos e noventa e nove reais), totalizando R\$ 9.795,33 (nove mil, setecentos e noventa e cinco reais e trinta e três centavos).

PRAZO: O presente contrato terá vigência a contar da data de assinatura até o dia 28 de fevereiro de 2015..

DATA: 22 de outubro de 2014.

**EXTRATO CONTRATO Nº 255/2014**

EXTRATO - CONTRATO Nº. 255/14

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

BERMO EMPREENDIMENTOS LTDA. ME.

OBJETO: Locação de imóvel registrado no 2º ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau sob a matrícula nº. 4.242, na Rua Carlos Jansen, nº. 205, Bairro Itoupava Seca, destinado ao funcionamento da Vigilância Epidemiológica de Blumenau.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-212/2014, de 03 de outubro de 2014.

PREÇO: O valor da locação é de R\$ 3.648,00 (três mil, seiscentos e quarenta e oito reais) mensais, totalizando o valor contratual em R\$ 43.776,00 (quarenta e três mil setecentos e setenta e seis reais).

PRAZO: O prazo da presente locação é de 12 (doze) meses, com vigência a partir do dia 1º de agosto de 2014 até 31 de julho de 2015.

DATA: 23 de outubro de 2014.

**EXTRATO CONTRATO Nº 256/2014**

EXTRATO - CONTRATO Nº. 256/14

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

PATHOLOGY - DIAGNÓSTICOS EM MEDICINA LTDA. EPP.

OBJETO: Credenciamento para realização de Exames Citopatológicos e Anátomo Patológicos, conforme tabela SIGTAP/SIA/SUS, para usuários do SUS, caracterizado como Laboratório do Tipo I.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº 09-160/2014.

PREÇO: Estima-se em R\$ 15.040,39 (quinze mil, quarenta reais e trinta e nove centavos) mensais, totalizando o valor contratual em R\$ 180.484,68 (cento e oitenta mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e sessenta e oito centavos).

PRAZO: O presente contrato vigorará por 12 (doze) meses e tem início em 1º de outubro de 2014 e término 30 de setembro de 2015.

DATA: 03 de novembro de 2014.

**EXTRATO CONTRATO Nº 257/2014**

EXTRATO - CONTRATO Nº. 257/14

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

LGL ASSESSORIA MÉDICA S/C LTDA.

OBJETO: Credenciamento para realização de Exames Citopatológicos e Anátomo Patológicos, conforme tabela SIGTAP/SIA/SUS, para usuários do SUS, caracterizado como Laboratório do Tipo I.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº 09-161/2014.

PREÇO: Estima-se em R\$ 84.876,59 (oitenta e quatro mil, oitocentos e setenta e seis reais e cinquenta e nove centavos) mensais, totalizando o valor contratual em R\$ 1.018.519,08 (um milhão, dezoito mil, quinhentos e dezenove

reais e oito centavos).

PRAZO: O presente contrato vigorará por 12 (doze) meses e tem início em 1º de outubro de 2014 e término 30 de setembro de 2015

DATA: 03 de novembro de 2014.

**EXTRATO CONTRATO Nº 261/2014**

EXTRATO - CONTRATO Nº. 261/14

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

RENAL SERVICE LTDA. ME.

OBJETO: Empresa especializada para serviços de marcenaria e confecção lago de 200m2 na área externa da Vila Germânica, com fornecimento de material, incluindo montagem, desmontagem e manutenção corretiva durante.

FUNDAMENTO LEGAL: Convite 01-028/14.

PREÇO: O valor total dos serviços é de: R\$ 101.172,93 (cento e um mil e setenta e dois reais e noventa e três centavos).

PRAZO: O presente contrato terá prazo de 09 de novembro de 2014 até 28 de fevereiro de 2015.

DATA: 07 de novembro de 2014.

**EXTRATO CONTRATO Nº 267/2014**

EXTRATO - CONTRATO Nº. 267/14

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

MEGA ESTRUTURAS METÁLICAS EIRELI - ME.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de um bicicletário a ser implantado na área de acesso do Terminal Urbano Helga Cicatto (Terminal Fortaleza).

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 227/2014.

PREÇO: O valor dos serviços é de R\$ 24.544,83 (vinte e quatro mil quinhentos e quarenta e quatro reais e oitenta e três centavos).

PRAZO: O prazo da vigência do presente contrato é de 80 dias a contar da data de assinatura.

DATA: 11 de novembro de 2014.

**EXTRATO CONTRATO Nº 291/2014**

EXTRATO - CONTRATO Nº. 291/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

(SEFAZ)

E A

CAIXA ECONOMICA FEDERAL.

OBJETO: Contratação da Caixa Economica Federal, com atendimento bancário, para prestação dos serviços de cobrança, sem registro, sem exclusividade, de carnês de imposto predial e territorial urbano - IPTU, taxa de licença de localização e funcionamento - TLF e imposto sobre serviço de qualquer natureza (de sociedade simples) - ISSQN, e imposto sobre a transmissão de bens imóveis

- ITBI, dívida ativa (emitidos durante a vigência do contrato), taxa de cemitério e demais taxas de prestação de serviços.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-247/2014.

PREÇO: Pela presente contratação o MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA o valor de tarifa de R\$ 1,08 por cada ficha de compensação nacional recolhida, totalizando o valor contratual em R\$ 648.000,00 (seiscentos e quarenta e oito mil reais).

PRAZO: Este Termo de Contrato terá vigência pelo período de 12(doze) meses, sendo de 01/01/2015 à 31/12/2015.

DATA: 16 de dezembro de 2014.

### EXTRATO Nº 317/2014 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 317/2014

Dispensa de Licitação nº. 157/2014

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, com sede na Rua Antônio da Veiga, 140, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento licitatório com fundamento no Artigo 24, Inciso VIII, da Lei Federal Nº 8.666/93 e demais alterações, para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS E OUTRAS AVENÇAS PARA A FURB.

Blumenau, 20 de novembro de 2014.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

### LEI COMPLEMENTAR Nº 963/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 963, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALTERA E INCLUI DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR N. 660, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2007, QUE "DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os artigos adiante indicados da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. [...]

[...]

§2º O concurso público poderá incluir programa de treinamento, exame psicotécnico e teste de aptidão física como etapas integrantes do processo seletivo.

[...]

Art. 16. [...]

[...]

§5º A renúncia à nomeação correspondente à classificação no concurso poderá ser formalizada até o final do prazo de posse, uma única vez, mediante deslocamento do renunciante para o

último lugar na lista dos aprovados.

Art. 22. [...]

[...]

I - exercer cargo de provimento em comissão em órgão da administração federal, estadual ou municipal, respectivas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

[...]

VIII - permanecer à disposição de órgão da administração federal, estadual ou municipal, respectivas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, em caráter temporário, mediante prévia anuência do servidor.

[...]

§5º Na hipótese do inciso VIII, sendo a cessão do Poder Executivo para o Poder Legislativo, autarquia, fundação ou sociedade de economia mista do Município, ou dessas entidades e do Poder Legislativo para o Poder Executivo, o ônus da remuneração será do cedente, mantido o ônus para o cessionário, mediante ressarcimento, nos demais casos.

§6º Quando a cessão a que se refere o §5º for para exercício de função de confiança, a gratificação correspondente será paga diretamente pelo cessionário ou, se este preferir, pelo cedente, mediante ressarcimento do valor pelo cessionário.

§7º Na hipótese do inciso I, a cessão de servidor do município para órgãos ou entidades da administração federal, estadual ou municipal, o ônus da remuneração total será do cedente, mediante ressarcimento, até o valor pago pelo cessionário, quando o servidor optar pela remuneração do cargo efetivo acrescida ou não de percentual da retribuição de cargo em comissão.

Art. 29. [...]

Parágrafo único. A readaptação não poderá acarretar aumento ou redução da remuneração do servidor, ressalvado o acréscimo vencimental decorrente do seu enquadramento, não havendo coincidência entre os vencimentos, no padrão de vencimento imediatamente superior do cargo em que for readaptado.

Art. 30. [...]

Parágrafo único. Na hipótese de reversão, o servidor que tiver acréscimo vencimental decorrente do enquadramento na readaptação retornará à classificação vencimental do cargo de origem, sem prejuízo dos reajustes e promoções adquiridos na carreira.

Art. 53. A remoção de ofício dar-se-á no relevante interesse público.

[...]

Art. 113. O serviço extraordinário pago ao servidor integrará, pela média das horas realizadas nos respectivos períodos aquisitivos, o cálculo da gratificação natalina e das férias.

Art. 151. [...]

§1º No caso de optar pela conversão em pecúnia, deverá o servidor gozar o restante do período, observado o disposto no art. 153.

[...]

Art. 153. A licença-prêmio será usufruída em período contínuo,

ficando a critério do servidor a época da fruição.

Parágrafo único. A chefia imediata autorizará a fruição imediata da licença, ou, motivadamente, no prazo de até 90 (noventa) dias, contado do pedido do servidor, observado o interesse do serviço.

Art. 292. [...]

[...]

§3º O não comparecimento do servidor ao SESOSP para submeter-se a exames médico-periciais previamente agendados, sem motivo relevante, ou a recusa dele em realizá-los implicará na suspensão ou no indeferimento do benefício, sem prejuízo da reposição dos dias de ausência ao serviço."

Art. 2º Ficam incluídos na Lei Complementar n. 660, de 28 de novembro de 2007, os artigos 120-A e 273-A com a seguinte redação:

Art. 120-A. O servidor receberá, durante as férias, a remuneração que lhe for devida na data da sua concessão.

§1º Os adicionais e gratificações serão computados na remuneração que servirá de base ao cálculo das férias.

§2º Se, na data da concessão das férias, o servidor não estiver recebendo o mesmo adicional ou gratificação do período aquisitivo, ou quando o valor destes não tiver sido uniforme será computada a média duodecimal recebida naquele período, após atualização dos valores pagos, mediante incidência dos percentuais dos reajustamentos remuneratórios supervenientes.

§3º O servidor que estiver ocupando cargo em comissão na data da concessão das férias receberá a remuneração do cargo efetivo, calculada na forma do §2º, quando o valor desta, no período aquisitivo, for superior ao da remuneração do cargo em comissão.

§4º O servidor que ocupou cargo em comissão, durante o período aquisitivo, receberá o valor da diferença entre o vencimento do cargo efetivo e o vencimento do cargo em comissão, após atualização deste, mediante incidência dos percentuais dos reajustamentos remuneratórios supervenientes.

§5º O valor da diferença vencimental de que trata o §4º será pago na razão de um doze avos por mês de exercício de cada cargo em comissão titularizado no período aquisitivo, acrescido da gratificação ou do adicional calculados na forma do §2º.

§6º Aplica-se o disposto nos §§4º e 5º quando a remuneração do cargo em comissão titularizado no período aquisitivo for superior à remuneração do cargo efetivo na data da concessão das férias.

§7º Será considerada como mês integral a fração igual ou superior a quinze dias.

Art. 273-A. O servidor, ou pessoa por ele indicada, encaminhará o atestado do médico assistente ao SESOSP no prazo de até setenta e duas horas, contado da data do seu afastamento para tratamento de saúde, para fins de obtenção do laudo médico na forma prevista em regulamento.

Art. 3º Fica incluído no art. 137 da Lei Complementar n. 660, de 28 de novembro de 2007, o §2º com a seguinte redação, transformando-se o parágrafo único do artigo em §1º:

"Art. 137. [...]

§1º [...]

§2º O atestado médico necessário à concessão da licença deverá ser encaminhado ao SESOSP no prazo de que trata o art. 273-A."

Art. 4º Fica incluído no art. 273 da Lei Complementar n. 660, de 28 de novembro de 2007, o §2º com a seguinte redação, transformando-se o parágrafo único do artigo em §1º:

Art. 273. [...]

§1º A licença de até cinco dias será concedida mediante atestado do médico assistente e além desse prazo por laudo médico pericial do SESOSP.

§2º A perícia será realizada durante o período de afastamento do exercício do cargo por médico definido mediante critério aleatório.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de dezembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 964/2014**

LEI COMPLEMENTAR Nº 964, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 1º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 551, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2005, QUE "CRIA O ARQUIVO MUNICIPAL DE BLUMENAU."

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 1º da Lei Complementar nº 551, de 23 de dezembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica criado o Arquivo Municipal de Blumenau, órgão subordinado à Diretoria de Serviços de Ouvidoria e Atendimento ao Público da Secretaria Municipal de Administração, com a finalidade de planejar e implementar a política de gestão dos documentos produzidos e recebidos pelos órgãos da administração direta do Município, em decorrência do exercício de suas atividades específicas".

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de dezembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 965/2014**

LEI COMPLEMENTAR Nº 965, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

ACRESCENTA E ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 632, DE 30 DE MARÇO DE 2007 - CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O §4º do art. 375 da Lei Complementar nº 632, de 30 de março de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 375 [...]

[...]

§4º Para fins de cálculo da taxa de que trata o presente Capítulo, será atribuído o CA de 10m³ (dez metros cúbicos) por categoria/economia, na hipótese do contribuinte realizar comprovadamente, ao seu encargo, os serviços por ela remunerados".

Art. 2º O art. 375 da Lei Complementar nº 632, de 30 de março de 2007, passa a vigorar acrescido do §6º, com a seguinte redação:

"Art. 375 [...]

[...]

§6º Os serviços de coleta de resíduos com características de domiciliar que excederem a quantia de 100 (cem) litros/dia por economia poderão ser realizados pelo SAMAE".

Art. 3º A caracterização dos imóveis classificados como SOCIAL no art. 1º, inciso II, do Anexo VI - DA DEFINIÇÃO DOS USOS DOS IMÓVEIS, da Lei Complementar nº 632, de 30 de março de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO VI - DA DEFINIÇÃO DOS USOS DOS IMÓVEIS

Art. 1º [...]

[...]

II - SOCIAL: Destinada a moradias de família em situação de vulnerabilidade social, devidamente comprovada com as seguintes características:

a) estar inserido em algum programa social mantido pelo Município de Blumenau e cadastrado no CadÚnico do Governo Federal;

b) renda familiar de até 0,5 (meio) salário mínimo per capita;

c) residir em Blumenau a mais de 01 (ano) ano.

d) renda familiar de até 1 (um) salário mínimo per capita quando houver, na composição familiar, um dos integrantes com as seguintes vulnerabilidades:

1. pessoa com deficiência que receba Benefício de Prestação Continuada - BPC ou 1 (um) salário mínimo de aposentadoria;

2. pessoa idosa que receba BPC ou 1 (um) salário mínimo de aposentadoria;

3. em moradia de família com até 4 (quatro) pessoas".

Art. 4º O art. 1º do Anexo VI - DA DEFINIÇÃO DOS USOS DOS IMÓVEIS, da Lei Complementar nº 632, de 30 de março de 2007, passa a vigorar acrescido dos §§ 3º a 6º, com a seguinte redação:

"ANEXO VI - DA DEFINIÇÃO DOS USOS DOS IMÓVEIS

Art. 1º [...]

[...]

§3º A concessão do benefício da tarifa SOCIAL dependerá de prévio requerimento do interessado junto ao órgão competente.

§4º A situação de vulnerabilidade social, nos termos do inciso II do artigo 1º do Anexo VI, desta Lei Complementar, será diagnosticada

através de um conjunto articulado de ações sociais, educacionais e de saúde, identificado por profissional do serviço social do órgão responsável pela política municipal de assistência social.

§5º Deferido o benefício da tarifa SOCIAL, este terá validade de um ano, com a possibilidade de prorrogação por igual período mediante avaliação do profissional da área de assistência social.

§6º Durante o período de vigência do benefício da tarifa SOCIAL, um profissional da área de assistência social do Município poderá, periodicamente, visitar as famílias cadastradas a fim de confirmar a situação de vulnerabilidade".

Art. 5º Fica revogado o §5º do art. 378, da Lei Complementar nº 632, de 30 de março de 2007.

Art. 6º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, observado o disposto no art. 150, inciso III, alíneas "b" e "c", da Constituição Federal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de dezembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 18.311/2014**

PORTARIA Nº 18.311, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

CONCEDE EXONERAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NATACHA BIANO SPINO AMARAL VOLTOLINI.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO a servidora pública municipal NATACHA BIANO SPINO AMARAL VOLTOLINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Jornalista, lotada na Secretaria Municipal de Comunicação Social - SECOM, a contar de 12 de dezembro de 2014, conforme Processo Administrativo nº 9508/12/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de dezembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 18.312/2014**

PORTARIA Nº 18.312, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

EXONERA ANA LUCIA MACARINI PINTO MATESCO DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE MANUTENÇÃO NA FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 46, "I" da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com o §2º do art. 7º da Lei Complementar nº 706, de 29/01/2009 e alterações posteriores, resolve:

EXONERAR

ANA LUCIA MACARINI PINTO MATESCO, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Manutenção, símbolo

CC-3, na Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB, nomeada pela Portaria nº 17.083, de 08 de julho de 2013, a contar de 14 de dezembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de dezembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.313/2014**

PORTARIA Nº 18.313, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

NOMEIA ADENIR MARIA BARBIERI WALTRICK PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE MANUTENÇÃO NA FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com o §2º do art. 7º da Lei Complementar nº 706, de 29/01/2009, resolve:

NOMEAR

ADENIR MARIA BARBIERI WALTRICK, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Manutenção, símbolo CC-3, na Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB, a contar de 15 de dezembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de dezembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.314/2014**

PORTARIA Nº 18.314, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPENSA SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e conforme Memorando SEMED nº 388, de 02/12/2014, resolve:

DISPENSAR as servidoras públicas municipais abaixo, ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério, lotadas na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, das seguintes funções gratificadas de confiança, a contar de 31 de dezembro de 2014:

ADRIANA PERPETUA BECKHAUSER SOUZA, Coordenadora Pedagógica, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Serviços na Educação Infantil, FGC-50%, designada pela Portaria nº 17.465, de 13/01/2014;

HELENA TEREZINHA CASSANIGA, Coordenadora Pedagógica, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Serviços na Educação Infantil, FGC-50%, designada pela Portaria

nº 17.465, de 13/01/2014;

SANDRA SUELI NICOLETTI DE SOUSA, Educadora, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Serviços na Educação Infantil, FGC-50%, designada pela Portaria nº 16.873, de 12/04/2013;

REGIANI FRANCEZ NOVACK, Professora, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador Curricular, FGC-70%, designada pela Portaria nº 17.465, de 13/01/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de dezembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.315/2014**

PORTARIA Nº 18.315, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

DESIGNA SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e conforme o Memorando nº 388/2014, de 02/12/14, resolve:

DESIGNAR, a contar de 1º de janeiro de 2015, as servidoras públicas municipais abaixo relacionadas, ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro Permanente de pessoal do Poder Executivo e do Magistério, para o exercício das seguintes Funções Gratificadas de Confiança, constantes do Anexo XX da Lei Complementar nº 870, de 01/04/2013:

JOICE HELENE PASSOLD, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para a função de Coordenador de Serviços na Educação Infantil, símbolo FGC-50%;

MAIKE HIEMISCH DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para a função de Coordenador de Serviços na Educação Infantil, símbolo FGC-50%;

SANDRA MARIA MUELLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para a função de Coordenador de Serviços na Educação Infantil, símbolo FGC-50%;

SANDRA SUELI NICOLETTI DE SOUSA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para a função de Coordenador Curricular, símbolo FGC-70%.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de dezembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.316/2014**

PORTARIA Nº 18.316, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando

nº 210/2014, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo concurso público nº 002/2014, a contar de 16 de dezembro de 2014:

GLACI SCHWEIGERT DOTTO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

RENI BEDIN DE SOUZA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

CAMILA GRECIELEN NOGUEIRA CALIXTO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

PAOLA CADORE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ENILIR FERRERA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

IRENI PHILIPPSEN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

SORAIA VIRGES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARIANE WESCHENFELDER RIBEIRO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ELISANGELA CIPRIANI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE,

jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

CELISE BEZERRA AQUINO DA SILVA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

KARLA RENATA DE SOUZA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

REGIANE DO NASCIMENTO VARGAS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

SILVANA TERESINHA MACHADO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de dezembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.317/2014**

PORTARIA Nº 18.317, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando

nº 210/2014, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo concurso público nº 002/2014, a contar de 16 de dezembro de 2014:

FABIANA ZENILDE CERCAL MOHR, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

CINTHIA MAIARA CORREA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ELISIA CASAS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MAIRLA ROCHA SOUZA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARCIA MARILETE ZABEL, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

THAYSE STOLL, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

VALCI PEREIRA DOS SANTOS JUNIOR, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

BRUNA DA SILVA FREITAS ISENSEE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

FRANCIELE BARBOSA DA SILVA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

EIME DAS GRAÇAS OLIVEIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

FABIANA PASOLD MULLER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ANGELAMAR DA SILVA HOFFMANN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

SHIRLEI DOS SANTOS BENTO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de dezembro de 2014.

NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 18.318/2014**

PORTARIA Nº 18.318, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 210/2014, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, os candidatos abaixo, a contar de 16 de dezembro de 2014:

MARIANE PANI FEL, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo concurso público nº 002/2014;

ELENISE TELES FERREIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo concurso público nº 002/2014;

SANDRA MARA FERMINO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo concurso público nº 002/2014;

KARINA LUEDERS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo concurso público nº 002/2014;

ROSEMERI A DA COSTA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo concurso público nº 002/2014;

MARA CRISTINA DE SOUZA GONÇALVES JOOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo concurso público nº 002/2014;

ROSE DA SILVA PORTO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo concurso público nº 002/2014;

FERNANDO VARGAS GARCIA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Ultrassonografista, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "II", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de dezembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.319/2014**

PORTARIA Nº 18.319, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DOS CIDADÃOS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

TORNAR SEM EFEITO,

de acordo com o art. 16, §4º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, por não terem tomado posse no prazo legal, conforme Memorando nº 205/2014, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, a nomeação dos seguintes cidadãos:

GIOVANA MARIA ROSSI, nomeada através da Portaria nº 18.274, de 01 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2011;

ELIANE CALEGARI, nomeada através da Portaria nº 18.223, de 14 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2011;

MARA DENISE PAMPLONA PISSAIA, nomeada através da Portaria nº 18.227, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

GISELE DE CASTRO CARDOSO, nomeada através da Portaria nº 18.259, de 25 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

GERLANE CRISTINA PEREIRA REIS, nomeada através da Portaria nº 18.259, de 25 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

ELIANE APARECIDA ECKEL PEREIRA, nomeada através da Portaria nº 18.258, de 25 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de dezembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.319/2014**

PORTARIA Nº 18.319, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DOS CIDADÃOS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

TORNAR SEM EFEITO,

de acordo com o art. 16, §4º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, por não terem tomado posse no prazo legal, conforme Memorando nº 205/2014, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, a nomeação dos seguintes cidadãos:

GIOVANA MARIA ROSSI, nomeada através da Portaria nº 18.274, de 01 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2011;

ELIANE CALEGARI, nomeada através da Portaria nº 18.223, de 14 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2011;

MARA DENISE PAMPLONA PISSAIA, nomeada através da Portaria nº 18.227, de 17 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

GISELE DE CASTRO CARDOSO, nomeada através da Portaria nº 18.259, de 25 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

GERLANE CRISTINA PEREIRA REIS, nomeada através da Portaria nº 18.259, de 25 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

ELIANE APARECIDA ECKEL PEREIRA, nomeada através da Portaria nº 18.258, de 25 de novembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de dezembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.321/2014**

PORTARIA Nº 18.321, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPENSA MARISA GROSS MARTINS DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SECTUR.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

DISPENSAR

a servidora pública municipal MARISA GROSS MARTINS, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, lotada na Secretaria Municipal de Turismo - SECTUR, da função gratificada de confiança de Coordenador de Compras, FGC-70%, concedido pela Portaria nº 17.747, de 24/04/2014, no dia 04 de janeiro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de dezembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.322/2014**

PORTARIA Nº 18.322, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPENSA RODRIGO RAMOS DE ARAUJO DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SECTUR.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

#### **DISPENSAR**

o servidor público municipal RODRIGO RAMOS DE ARAUJO, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, lotado na Secretaria Municipal de Turismo - SECTUR, da função gratificada de confiança de Coordenador de Projetos, FGC-70%, concedido pela Portaria nº 17.830, de 20/05/2014, no dia 04 de janeiro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de dezembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.323/2014**

PORTARIA Nº 18.323, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

DESIGNA MARISA GROSS MARTINS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SECTUR.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

#### **DESIGNAR**

a servidora pública municipal MARISA GROSS MARTINS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Turismo, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Projetos, FGC-70%, a contar de 05 de janeiro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de dezembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.324/2014**

PORTARIA Nº 18.324, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

DESIGNA LEILA MARIA MENESTRINA PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SECTUR.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

#### **DESIGNAR**

a servidora pública municipal LEILA MARIA MENESTRINA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Turismo - SECTUR, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Compras, FGC-70%, a contar de 05 de janeiro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de dezembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.325/2014**

PORTARIA Nº 18.325, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

DESIGNA MARA FABIANA MIRANDA WAISCZIK PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

#### **DESIGNAR**

a servidora pública municipal MARA FABIANA MIRANDA WAISCZIK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Assessor de Alvará de Habite-se, FGC-50%, a contar de 05 de janeiro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de dezembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.330/2014**

PORTARIA Nº 18.330, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

DETERMINA A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DA CONSELHEIRA TUTELAR R.M.L.R.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'f', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de conformidade com a Lei Complementar nº 419, de 24 de outubro de 2003, e alterações posteriores, e de acordo com o encaminhamento efetuado por meio do Ofício nº 009/2014, de 05/09/2014, subscrito pela Presidente da Comissão de Ética para os Conselhos Tutelares, resolve:

**DETERMINAR**

a abertura de Processo Administrativo, a ser conduzido pela Comissão de Ética para os Conselhos Tutelares designada pelas Portarias n.º 17.483, de 14/01/2014, 17.543, de 10/02/2014, 17.642, de 19/03/2014 e 17.886, de 09/06/2014, a fim de apurar a responsabilidade da Conselheira Tutelar R.M.L.R., matrícula nº 920345, de acordo com os documentos acostados ao Ofício nº 066/2014, de 21/08/2014, subscrito pela Coordenadora Geral do CMDCA, por ter, em tese, infringido os incisos III, IV, V, VI combinado com os incisos II e IV do parágrafo único do art. 4º, da Lei Complementar n.º 419, de 24 de outubro de 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de dezembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.331/2014**

PORTARIA Nº 18.331, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.  
APLICA PENALIDADE À CONSELHEIRA TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 5º, inciso I, parágrafo 4º da Lei Complementar n.º 419, de 24 de outubro de 2003, resolve:

**APLICAR**

a penalidade de advertência escrita à Conselheira Tutelar R.M.L.R. matrícula n. 920345, por infringência aos incisos IV e VI do art. 4º, da Lei Complementar n.º 419, de 24 de outubro de 2003, de acordo com a decisão proferida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos autos do Processo Administrativo n.º 002/14.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de dezembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 242/2014 - SETERB**

PORTARIA Nº 242/2014  
CONCEDE AUXÍLIO FUNERAL AO SERVIDOR PÚBLICO AUTARQUICO MUNICIPAL DALMO LUIZ QUARANTANI

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar nº 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

**CONCEDER AUXÍLIO FUNERAL**

De acordo com o artigo 284 § 2º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007 ao servidor:

DALMO LUIZ QUARANTANI, pelo falecimento do cônjuge MARLI GAULKE QUARANTANI, ocorrido em 20/11/2014. Processo nº 188/2014.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau, em 26 de novembro de 2014.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 243/2014 - SETERB**

PORTARIA Nº 243/2014

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE SOBRE A DIVERGÊNCIA DE REGISTRO DE PRESENÇA, A SUPOSTA FALSIDADE NA ANOTAÇÃO DE REGISTRO DE PRESENÇA/ATIVIDADE E PELO PAGAMENTO INDEVIDO DE HORAS TRABALHADAS A SERVIDOR

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar nº 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

**PRORROGAR,**

por até 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão do Processo de Sindicância nº 15/2014, que está sendo conduzido pela CSPA desta Autarquia, a fim de apurar a responsabilidade sobre a divergência de registro de presença, a suposta falsidade na anotação de registro de presença/atividade e pelo pagamento indevido de horas trabalhadas a servidor.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 01 de dezembro de 2014.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 244/2014 - SETERB**

PORTARIA Nº 244/2014

CEDE SERVIDOR PÚBLICO AUTARQUICO MUNICIPAL PARA EXERCER FUNÇÕES JUNTO A 15ª SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE BLUMENAU.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º, da Lei complementar 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

**CEDER**

com ônus para o SETERB, sem ressarcimento, o servidor público autárquico municipal JOSÉ BENTO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, por período determinado, com início em 11 de setembro de 2014 e término em 10 de setembro de 2015, de acordo com o Processo Administrativo nº 186/2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 11 de setembro de 2014.

Blumenau, 02 de dezembro de 2014.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 245/2014 - SETERB**

PORTARIA Nº 245/2014

ALTERA O VALOR DA GRATIFICAÇÃO DE CONDUÇÃO DO SERVIDOR EWANDRO RIBEIRO BELTRAMINI.

Sergio Ricardo Chiste Santos, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

**ALTERAR**

o valor da Gratificação de Condução do servidor EWANDRO RIBEIRO BELTRAMINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, de 10%(dez por cento) para 30%(trinta por cento).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 04 de dezembro de 2014.

Blumenau (SC), 05 de dezembro de 2014.  
SERGIO RICARDO CHISTE SANTOS  
Diretor Presidente - SETERB

**PORTARIA Nº 556/2014 - FAEMA**

PORTARIA Nº 556

TORNA PÚBLICO TERMOS DE REFERÊNCIA A SEREM ADOTADOS NOS PROCESSOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

JEAN CARLOS NAUMANN, Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso I, da Lei Complementar nº 507, de 17 de março de 2005, resolve:

Art. 1º - Tornar público os Termos de Referência abaixo designados, consoante deliberação e aprovação do Conselho Municipal do Meio Ambiente - CMMA, em reunião ordinária realizada em 09/12/2014, os quais integram esta Portaria e estarão disponibilizados no site da FAEMA.

TERMO DE REFERÊNCIA - TR nº 001 - Termo de Referência para Elaboração do Relatório Ambiental Prévio (RAP);

TERMO DE REFERÊNCIA - TR nº 002 - Termo de Referência para Elaboração do Estudo Ambiental Simplificado (EAS);

TERMO DE REFERÊNCIA - TR nº 003 - Termo de Referência para Elaboração de Estudo de Conformidade Ambiental (ECA) com relação de proporcionalidade ao RAP;

TERMO DE REFERÊNCIA - TR nº 004 - Termo de Referência para Elaboração de Estudo de Conformidade Ambiental (ECA) com relação de proporcionalidade ao EAS;

TERMO DE REFERÊNCIA - TR nº 005 - Termo de Referência para Elaboração do Relatório Técnico visando a Obtenção ou Renovação da Licença de Operação.

Art. 2º - Aplicar os Termos de Referência aos processos de Licenciamento Ambiental requeridos após a sua vigência.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau(SC), 18 de dezembro de 2014.  
JEAN CARLOS NAUMANN  
Presidente da FAEMA

**PORTARIA Nº 559/2014 - FAEMA**

PORTARIA Nº 559

DESIGNA SERVIDORES QUE INDICA, LOTADOS NA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FAEMA, PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA.

JEAN CARLOS NAUMANN, Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 6º, VI, da Lei Complementar nº 507, de 17/03/2005, e de acordo com o art. 27-A, § 2º, do mesmo diploma legal, acrescido pelo art. 15 da Lei Complementar nº 880, de 01/04/2013, resolve:

**DESIGNAR**

a servidora pública municipal EVANI APARECIDA ALBANO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, Matrícula nº 214604, cedida para exercer funções na Fundação Municipal do Meio Ambiente, através da Portaria nº 27.719, de 31/10/2013, para o exercício da função gratificada de confiança de Coordenador Financeiro/Fiscal - FGC - 70% (setenta por cento), a contar de 15 de dezembro de 2014;

o servidor público municipal JEAN CLAUDE ZIMMERMANN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, lotado na Fundação Municipal do Meio Ambiente, matrícula nº 1105, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Rotinas Procedimentais - FGC - 50% (cinquenta por cento), a contar de 15 de dezembro de 2014.

Blumenau(SC), 18 de dezembro de 2014.  
JEAN CARLOS NAUMANN  
Presidente da FAEMA

**PORTARIA Nº 560/2014 - FAEMA**

PORTARIA Nº 560

TORNA PÚBLICA A INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 014 A SER ADOTADA NOS PROCESSOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE OBRA DE MOVIMENTAÇÃO DE TERRA (TERRAPLANAGEM) NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

JEAN CARLOS NAUMANN, Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso I, da Lei Complementar nº 507, de 17 de março de 2005, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a Instrução Normativa - IN Nº 014, que trata do Licenciamento Ambiental de obra de movimentação de terra (terraplanagem), consoante deliberação e aprovação do Conselho Municipal do Meio Ambiente - CMMA, em reunião ordinária realizada em 10/06/2014, à qual integra esta Portaria e estará disponibilizada no site da FAEMA.

Art. 2º - Aplicar a Instrução Normativa - IN Nº 014 aos processos de Licenciamento Ambiental requeridos após a sua vigência.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau(SC), 18 de dezembro de 2014.  
JEAN CARLOS NAUMANN  
Presidente da FAEMA

**PORTARIA Nº 5625/2014 - SAMAE**

PORTARIA N.º 5625/14

NOMEIA PARA EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO LUIZ CARLOS DE AGUIAR.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

**NOMEAR**

Com base no artigo 9, inciso II, da Lei Complementar Nº. 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 20, inciso II, Lei Complementar nº 509, de 17 de março de 2005:

LUIZ CARLOS DE AGUIAR, no cargo de provimento em comissão de Gerente de Estação de Tratamento de Água 1, lotado na Diretoria de Operações, a contar desta.

Samae, 21 de novembro de 2014.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5626/2014 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5626/14

RETIFICA A PORTARIA Nº 5622/14, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

**RETIFICAR**

a Portaria nº 5622/14, de 13 de novembro de 2014, que dispensou o servidor público autárquico municipal Janor Fernandes André, de Função Gratificada de Confiança, onde se lê: "a contar desta data, da seguinte função gratificada de confiança:" leia-se: "a contar de 12 de novembro de 2014, da seguinte função gratificada de confiança:"

Samae, 21 de novembro de 2014.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5627/2014 - SAMAE**

PORTARIA N.º 5627/14

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO O SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL AIRTON PEREIRA

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº. 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

**EXONERAR**

Com base no artigo 46, inciso I, da Lei Complementar Nº. 660, de 28 de novembro de 2007:

Airton Pereira, cadastro 1930-5, do cargo de provimento em comissão de Coordenador Técnico, a partir de 23 de novembro de 2014.

Samae, 23 de novembro de 2014.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5628/2014 - SAMAE**

PORTARIA N.º 5628/14

NOMEIA PARA EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO AIRTON PEREIRA.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

**NOMEAR**

Com base no artigo 9, inciso II, da Lei Complementar Nº. 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 20, inciso II, Lei Complementar nº 509, de 17 de março de 2005:

Airton Pereira, no cargo de provimento em comissão de Coordenador Técnico, lotado na Diretoria de Operações, a contar desta data.

Samae, 25 de novembro de 2014.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5629/2014 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5629/14

DECLARA ESTABILIDADE DE SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL QUE INDICA.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

**DECLARAR**

Estável no serviço público autárquico municipal o servidor efetivo dos quadros permanentes de pessoal da autarquia:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	LOTAÇÃO	AQUISIÇÃO DA ESTABILIDADE
André Luiz Virtuoso	1877-2	Agente Administrativo	Diretoria Financeira	29/11/2014

Samae, 28 de novembro de 2014.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5630/2014 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5630/14

CONCEDE LICENÇA PATERNIDADE A SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

CONCEDER

Licença paternidade com fulcro no artigo 276, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, a:

Adriano Bauer, cadastro nº 1669-1, servidor público autárquico municipal desde 23/07/2008, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Eletricista, lotado no Departamento de Operações, conforme Processo Administrativo nº 377/1411;

Juliano Guimarães Vieira, cadastro nº 1656-0, servidor público autárquico municipal desde 21/07/2008, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Mecânico, lotado no Departamento de Operações, conforme Processo Administrativo nº 400/1411.

Samae, 28 de novembro de 2014.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5631/2014 - SAMAE**

PORTARIA Nº. 5631/14

CONCEDE AUXÍLIO NATALIDADE A SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, resolve;

CONCEDER

Auxílio Natalidade de acordo com o artigo 266, § 2º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, a servidor público autárquico municipal:

Adriano Bauer, cadastro nº 1669-1, servidor público autárquico municipal desde 23/07/2008, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Eletricista, lotado no Departamento de Operações, pelo nascimento de seu filho Guilherme Oliveira Bauer, conforme Processo Administrativo nº 376/1411;

Juliano Guimarães Vieira, cadastro nº 1656-0, servidor público autárquico municipal desde 21/07/2008, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Mecânico, lotado no Departamento de Operações, pelo nascimento de sua filha Luana Guimarães Vieira Janz, conforme Processo Administrativo nº 401/1411.

Samae, 28 de novembro de 2014.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5632/2014 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5632/14

CONCEDE AUXÍLIO FUNERAL

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

CONCEDER

De acordo com o Artigo 284, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, alterado pela Lei Complementar Nº 890, de 27 de maio de 2013, benefício do Auxílio Funeral, à:

Wlademir Salvador, CPF 902.294.019-53, pelo falecimento de Clóvis Salvador, servidor público autárquico municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Encanador de Manutenção Meio Oficial, falecido em 15/11/2014, conforme Processo nº 397/1411.

Samae, 28 de novembro de 2014.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5634/2014 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5634/14

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005 e alterações, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013: RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO

a nomeação correspondente à classificação no Concurso Público nº 01/2014, do candidato relacionado, de acordo com o Artigo 16, §4º, da Lei Complementar Nº 660, de 28 de novembro de 2007, a contar 26/11/2014:

Álvaro da Silva Alves, nomeado pela Portaria nº 5595, de 10 de outubro de 2014, publicada em 27/10/2014 no Diário Oficial dos Municípios, nº 1601, para ocupar cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 2, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 328/1410.

Samae, 28 de novembro de 2014.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5636/2014 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5636/14

DISPENSA SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, de acordo com o art. 20-A, Anexo III da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005 e alterações, RESOLVE:

**DISPENSAR**

Os servidores públicos autárquico municipal relacionado, ocupantes de cargos de provimento efetivo dos Quadros de Pessoal, a contar de 30 de novembro de 2014, das seguintes funções gratificadas de confiança:

Paulo Sérgio Rocha, cadastro 1125-8, Agente de Logística, lotado na Diretoria Administrativa, da função de Coordenador de Gestão Patrimonial, símbolo FGC-80%, designado pela Portaria nº 5348/13, de 12/04/2013;

Voldinei Furlamento Neves, cadastro 1837-6, Motorista, lotado na Diretoria de Operações, da função de Coordenador de Tesouraria, símbolo FGC-80%, designado pela Portaria nº 5450/13, de 06/11/2013;

Mariana Floriano, cadastro 1951-8, Agente de Logística, lotada na Diretoria Financeira, da função de Assessor de Comunicação, símbolo 50%, designada pela Portaria nº 5532/14, de 01/06/2014.

Samae, 28 de novembro de 2014.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5637/2014 - SAMAE**

PORTARIA Nº. 5637/14

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO AUTARQUICO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, de acordo com o art. 20-A, Anexo III da Lei Complementar nº 509 de 17 de março de 2005, resolve;

**DESIGNAR**

Os servidores públicos autárquico municipal relacionado, ocupantes de cargo de provimento efetivo, para o exercício, a contar de 01 de dezembro de 2014, para as seguintes Funções Gratificadas de Confiança, constantes do Anexo III da Lei Complementar nº 509, de 17 de maio de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 880 de 01 de abril de 2013:

Voldinei Furlamento Neves, cadastro 1837-6, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Diretoria de Operações, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Gestão Patrimonial, símbolo FGC-80%;

Mariana Floriano, cadastro 1951-8, ocupante do cargo de

provimento efetivo de Agente de Logística, lotada na Diretoria Financeira, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Tesouraria, símbolo FGC-80%.

Samae, 01 de dezembro de 2014.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5638/2014 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5638/14

CONCEDE AUMENTO DE JORNADA DE TRABALHO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, AO SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

**CONCEDER**

De acordo com o Artigo 41 da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, aumento de jornada de trabalho, em caráter temporário, de 30 horas para 40 horas semanais, ao servidor:

Janor Fernandes André, cadastro nº 1993-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de Químico, lotado na Diretoria de Operações, a contar desta data.

Samae, 01 de dezembro de 2014.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5639/2014 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5639/14

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005 e alterações, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013: RESOLVE:

**TORNAR SEM EFEITO**

a nomeação correspondente à classificação no Concurso Público nº 01/2014, do candidato relacionado, de acordo com o Artigo 16, §4º, da Lei Complementar Nº 660, de 28 de novembro de 2007, a contar desta data:

Felipe Piva, nomeado pela Portaria nº 5605, de 31 de outubro de 2014, publicada em 06/11/2014 no Diário Oficial dos Municípios, nº 1609, para ocupar cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 2, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 370/1410.

Samae, 06 de dezembro de 2014.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5640/2014 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5640/14

CONCEDE A CONVERSÃO DA LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA TOTAL AO SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL RELACIONADO.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

**CONCEDER**

Licença Prêmio em Pecúnia Total, conforme art. 146 e art. 151, parágrafos 2º e 3º, da Lei Complementar nº 660 de 28 de novembro de 2007, regulamentado pelo Decreto nº 8.613, de 1º de fevereiro de 2008, em seus artigos 5º e 6º, aos servidores:

João Cunha, cadastro nº 1303-0, servidor público autárquico municipal desde 01/06/1994, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina, lotado na Diretoria de Operações, referente ao decênio 2004/2014, conforme Processo Administrativo nº 186/1405.

Pedro Andrade, cadastro nº 650-5, servidor público autárquico municipal desde 10/12/1984, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Manutenção, lotado na Diretoria de Operações, referente ao decênio 2004/2014, conforme Processo Administrativo nº 408/1411.

Samae, 06 de dezembro de 2014.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5641/2014 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5641/14

DECLARA ESTABILIDADE DE SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL QUE INDICA.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

**DECLARAR**

Estável no serviço público autárquico municipal o servidor efetivo do quadro permanente de pessoal da autarquia:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	LOTAÇÃO	AQUISIÇÃO DA ESTABILIDADE
Fernanda Geisa Michel Brollo	1886-4	Engenheira Civil	Diretoria Técnica	10/12/2014

Samae, 12 de dezembro de 2014.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5642/2014 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5642/14

CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL A SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

**CONCEDER**

Promoção Horizontal com base nos Artigos 24º e 25º, inciso I, da Lei Complementar nº. 661 de 28 de novembro de 2007, a partir de 01 de dezembro de 2014, de acordo com o Processo Administrativo Nº. 425/1412, aos servidores:

Cadastro	Servidor	Cargo	Novo Padrão de Vencimento	GO	A partir de
1887-2	Andre Luiz Virtuoso	Agente Administrativo	B	GF	01/12/2014
1886-4	Fernanda Geisa Michel Brollo	Engenheira Civil	B	GE	01/12/2014

Samae, 15 de dezembro de 2014.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

**RESOLUÇÃO CMMA 002/14**

Resolução CMMA N.º 002/2014

Torna pública a retificação da listagem de atividades/empreendimentos de impacto local sujeitas ao Licenciamento Ambiental e, a listagem de atividades/empreendimentos de impacto local sujeitas à Autorização Ambiental - AuC, no âmbito do Município de Blumenau, aprovada anteriormente pela Resolução CMMA Nº 001/2014

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - CMMA, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 5º, inciso V, da Lei Complementar nº 785, de 15 de dezembro de 2010,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Tornar pública a retificação da listagem de atividades/empreendimentos de impacto local sujeitas ao Licenciamento Ambiental e, a listagem de atividades/empreendimentos de impacto local sujeitas à Autorização Ambiental - AuC, no âmbito do Município de Blumenau, integrante dos anexos I e II, da Resolução CMMA Nº 001/2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, de nº 1595, de 17/10/2014, pág. 31-37, consoante deliberação e aprovação do Conselho Municipal do Meio Ambiente em reunião ordinária realizada em 11/11/2014.

**ANEXO I**

Retifique-se:

Onde se lê:

26.94.01 Mistura de grãos/sementes e de alimentos preparados para animais - exclusive fabricação.

Pot. Poluidor/Degradador Geral: P

Porte: 0,05 < AU < 0,5: pequeno

0,5 < AU < 5,0: médio (RAP)

AU ≥ 5: grande (RAP)

Leia-se:

26.94.01 Mistura de grãos/sementes e de alimentos preparados para animais - exclusive fabricação.

Pot. Poluidor/Degradador Geral: P

Porte: 0,05 < AU ≤ 0,5: pequeno

0,5 < AU < 5,0: médio (RAP)  
AU ≥ 5: grande (RAP)

Onde se lê:

30.40.00 Fabricação de abrasivos.

Pot. Poluidor/Degradador Geral: P

Porte: 0,01 < AU ≤ 0,1: pequeno

Leia-se:

30.40.0 Fabricação de abrasivos.

Pot. Poluidor/Degradador Geral: P

Porte: 0,015 < AU ≤ 0,1: pequeno

Onde se lê:

30.60.00 Fabricação de etiquetas, rótulos e tags com impressão.

Pot. Poluidor/Degradador Geral: M

Porte: AU ≤ 0,2: pequeno

0,2 < AU < 1,0: médio (RAP)

AU ≥ 1: grande (RAP)

Leia-se:

30.61.00 Fabricação de etiquetas, rótulos e tags com impressão.

Pot. Poluidor/Degradador Geral: M

Porte: AU ≤ 0,2: pequeno

0,2 < AU < 1,0: médio (RAP)

AU ≥ 1: grande (RAP)

Onde se lê:

30.60.01 Fabricação de etiquetas, rótulos e tags sem impressão.

Pot. Poluidor/Degradador Geral: P

Porte: 0,05 < AU ≤ 0,2: pequeno

0,2 < AU < 1,0: médio (RAP)

AU ≥ 1: grande (RAP)

Leia-se:

30.61.01 Fabricação de etiquetas, rótulos e tags sem impressão.

Pot. Poluidor/Degradador Geral: P

Porte: 0,05 < AU ≤ 0,2: pequeno

0,2 < AU < 1,0: médio (RAP)

AU ≥ 1: grande (RAP)

Onde se lê:

71.10.10 Segregação e/ou compactação para recuperação de papel, papelão e aparas, material têxtil, vidro, desperdícios de madeira, sucatas de alumínio, sucatas e ferragens metálicas (metais ferrosos e não ferrosos) e borracha de pneus usados e outros materiais não especificados, exceto resíduos classe I, sem transporte próprio associado.

Pot. Poluidor/Degradador Geral: P

Porte: 1 < QT < 5: pequeno

QT ≥ 50: grande (RAP)

os demais: médio (RAP)

Leia-se:

71.10.10 Segregação e/ou compactação para recuperação de papel, papelão e aparas, material têxtil, vidro, desperdícios de madeira, sucatas de alumínio, sucatas e ferragens metálicas (metais ferrosos e não ferrosos) e borracha de pneus usados e outros materiais não especificados, exceto resíduos classe I.

Pot. Poluidor/Degradador Geral: P

Porte: 1 < QT < 5: pequeno

QT ≥ 50: grande (RAP)

os demais: médio (RAP)

## ANEXO II

Retifique-se:

Onde se lê:

26.70.10 Resfriamento e distribuição de leite.

Porte: 0,015 < AU ≤ 0,02

Leia-se:

26.70.10 Resfriamento e distribuição de leite.

Porte: 0,01 < AU ≤ 0,02

Onde se lê:

27.10.00 Fabricação e engarrafamento de vinhos.

Porte: 0,015 < AU ≤ 0,03

Leia-se:

27.10.00 Fabricação e engarrafamento de vinhos.

Porte: 0,015 < AU < 0,03

Onde se lê:

27.20.10 Fabricação e engarrafamento de aguardente.

Porte: 0,015 < AU ≤ 0,03

Leia-se:

27.20.10 Fabricação e engarrafamento de aguardente.

Porte: 0,015 < AU < 0,03

Onde se lê:

27.20.20 Fabricação e engarrafamento de licores e outras bebidas alcoólicas.

Porte: 0,015 < AU ≤ 0,03

Leia-se:

27.20.20 Fabricação e engarrafamento de licores e outras bebidas alcoólicas.

Porte: 0,015 < AU < 0,03

Onde se lê:

27.40.00 Fabricação de bebidas não alcoólicas - exclusive engarrafamento e gaseificação de águas minerais em embalagem pet.

Porte: 0,015 < AU ≤ 0,02

Leia-se:

27.40.00 Fabricação de bebidas não alcoólicas - exclusive engarrafamento e gaseificação de águas minerais em embalagem pet.

Porte: 0,015 < AU < 0,02

Onde se lê:

27.40.10 Fabricação e engarrafamento de cervejas, chopes, inclusive maltes.

Porte: 0,015 < AU ≤ 0,02

Leia-se:

27.40.10 Fabricação e engarrafamento de cervejas, chopes, inclusive maltes.

Porte: 0,015 < AU < 0,02

Onde se lê:

27.40.20 Fabricação de refrigerantes e água mineral com engarrafamento e/ou gaseificação.

Porte: 0,015 < AU ≤ 0,02

Leia-se:

27.40.20 Fabricação de refrigerantes e água mineral com engarrafamento e/ou gaseificação.

Porte: 0,015 < AU < 0,02

Onde se lê:

30.60.01 Fabricação de etiquetas, rótulos e tags sem impressão.

Porte: AU ≤ 0,05

Leia-se:

30.61.01 Fabricação de etiquetas, rótulos e tags sem impressão.

Porte: AU ≤ 0,05

Onde se lê:

71.10.10 Segregação e/ou compactação para recuperação de papel, papelão e aparas, material têxtil, vidro, desperdícios de madeira, sucatas de alumínio, sucatas e ferragens metálicas (metais ferrosos e não ferrosos) e borracha de pneus usados e outros materiais não especificados, exceto resíduos classe I, sem transporte próprio associado.

Porte: 0,2 < QT ≤ 1

Leia-se:

71.10.10 Segregação e/ou compactação para recuperação de

papel, papelão e aparas, material têxtil, vidro, desperdícios de madeira, sucatas de alumínio, sucatas e ferragens metálicas (metais ferrosos e não ferrosos) e borracha de pneus usados e outros materiais não especificados, exceto resíduos classe I.  
Porte:  $0,2 < QT \leq 1$

Onde se lê:

71.40.20 Restaurante, pizzaria, padaria, confeitaria, lanchonete e pastelaria com forno a lenha e/ou fogão a lenha.

Porte:  $AU \leq 0,01$

Leia-se:

71.40.20 Restaurante, pizzaria, padaria, confeitaria, lanchonete e pastelaria com forno a lenha e/ou fogão a lenha.

Porte:  $AU \leq 0,015$

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 18 de dezembro de 2014.

JEAN CARLOS NAUMANN

Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente - CMMA.

## Bom Jesus do Oeste

### PREFEITURA

#### CONTRATO ADM Nº 85/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 85/14 DE 19.12.2014.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO

ADMINISTRATIVO Nº 48/14 DE 19.05.2014.

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CGC sob nº. 01.594.009/0001-30, com sua sede na Av. Nossa Senhora de Fátima, 120, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor AIRTON ANTONIO REINEHR, residente e domiciliado na Rua Eduardo Sehnem, 385, neste Município de Bom Jesus do Oeste - SC, portador do CI, sob nº. 1.835.845 do CIC nº. 569.504.709-91, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado; A empresa CERES CONSULTORIA E PROJETOS AMBIENTAIS LTDA. - ME, com sede na Av. Araucária, 310, sala 02, centro, Maravilha - SC., inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.869.247/0001-90, representada neste ato pela Srta Patrícia Boff, brasileira, solteira, engenheira ambiental, inscrita no CPF nº 041.594.349-32, e portadora do RG nº 4.991.404 SSP/SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/93, legislação pertinente e às seguintes cláusulas contratuais:

Tem de comum acordo e com amparo legal nas Leis Federais nºs. 8.666/93, 8.883/94, que entre si, certos e ajustados, celebram o presente TERMO ADITIVO ao contrato administrativo nº 48/14 de 19 de maio de 2014, de conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DA VIGENCIA

O prazo previsto na cláusula sexta fica prorrogado para 30 de dezembro de 2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Ficam ratificadas, em todos os seus termos, as demais cláusulas do contrato nº 48/14.

E, por estarem assim justos e acordados firmam o presente Termo Aditivo, juntamente com as testemunhas signatárias, em duas vias de igual teor e forma, para produza os jurídicos e legais efeitos.

AIRTON ANTONIO REINEHR      PATRICIA BOFF  
PREFEITO MUNICIPAL      CONTRATADO CIC - 041.594.349-32

#### TESTEMUNHAS:

WALTER NAUJORKS      CELIO FAZZIONI  
CIC Nº 446.591.219-68      CICI Nº 892.881.499-53

JOAO PAULO TESSEROLI SIQUEIRA  
ASSESSOR JURIDICO  
OAB - SC Nº 14565 B

**DECRETO MUNICIPAL Nº 4631/2014**

DECRETO Nº 4631/14 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.  
ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs 900/13 de 25.10.2013 (LDO) e 901/13 de 25.10.2013 (LOA).

**DECRETA:**

Art. 1º - Abre Credito Suplementar nos projetos abaixo, elementos respectivos, cria desdobramento de fonte de recursos dentro da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, no valor de R\$ 13.000,00 (Treze mil reais).

Órgão: 03 - Secretária Municipal de Administração Fazenda.

Unidade Orçamentária: 03.01 - Administração Geral.

Proj/Ativ.: 0412200042.008 - Apoio Financeiro a Entidades Municipais.

Elemento: 3350 - Aplicações Diretas. (96)

Valor R\$ 1.557,02 (Um mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e dois centavos).

Fonte: 03.00 - Recursos Ordinários.

Detalhamento da Fonte: 0000 - Sem Detalhamento

Órgão: 09 - Secretária Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

Unidade Orçamentária: 09.01 - Departamento da Agricultura.

Proj/Ativ.: 2060200382.037 - Manutenção da Inseminação Artificial.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas. (1052)

Valor R\$ 2.000,00 (Dois mil reais)..

Fonte: 03.00 - Recursos Ordinários.

Detalhamento da Fonte: 0000 - Sem Detalhamento

Órgão: 05 - Secretária Municipal da Educação Cultura e Esporte.

Unidade Orçamentária: 05.02 - Departamento do Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1236100162.017 - Manutenção do Ensino Básico do Município.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas. (1436)

Valor R\$ 9.442,98 (Nove mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e noventa e oito centavos).

Fonte: 03.01 - Recursos Ordinários.

Detalhamento da Fonte: 0000 - Sem Detalhamento

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos extraídos do superávit financeiro do exercício de 2013, demonstrado no Balanço Patrimonial, conforme anexo 14 em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/ conta do orçamento municipal

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,  
aos 19 de dezembro de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2939/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2939/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 068/2014

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:00 horas do dia 09 de Janeiro de 2015, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a locação de sala comercial para instalação da biblioteca municipal e conselho tutelar.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93, 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste - SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br ou no site www.bomjesusdoeste.sc.gov.br

Bom Jesus do Oeste - SC, aos 22 de Dezembro de 2014.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2940/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 2940/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 069/2014

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 09:00 horas do dia 09 de Janeiro de 2015, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a contratação de medico ginecologista para o exercício de 2015.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste - SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br ou site www.bomjesusdoeste.sc.gov.br

Bom Jesus do Oeste - SC, aos 22 de Dezembro de 2014.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2941/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 2941/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 070/2014

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO,

para o conhecimento dos interessados que às 10:00 horas do dia 09 de Janeiro de 2015, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a contratação de empresa para confecção de próteses dentárias para o exercício de 2015.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste - SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br ou pelo site www.bomjesusdooeste.sc.gov.br

Bom Jesus do Oeste - SC, aos 22 de Dezembro de 2014.

Airton Antonio Reinehr  
Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2942/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 2942/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 071/2014

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 11:00 horas do dia 09 de Janeiro de 2015, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a contratação de serviços médicos para atendimento a população na Estratégia na Saúde da Família para o exercício de 2015.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste - SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br ou pelo site www.bomjesusdooeste.sc.gov.br

Bom Jesus do Oeste - SC, aos 22 de Dezembro de 2014.

Airton Antonio Reinehr  
Prefeito Municipal

## **Bom Retiro**

### **PREFEITURA**

#### **PRIMEIRO TA CONTRATO 09/2014 FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM RETIRO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato Nº 09/2014 Inegibilidade de Licitação nº 01/2014

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro

Contratado: Reunidas Turismo S.A. - Transportes Coletivos.

Aquisição de passagens para transporte coletivo regular intermunicipal de passageiros, através de linhas regulares e autorizadas pelo poder concedente competente, para atender a necessidade de pacientes que necessitam de tratamento médico-hospitalar fora do município de Bom Retiro, no trajeto de Bom Retiro/Lages; Bom Retiro/Rio do Sul; Bom Retiro/Florianópolis e (vice versa). Fica alterada a Cláusula Terceira (Do Prazo), prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 31 de dezembro de 2015, com início da vigência a partir de 01/01/2015, conforme faculta a legislação vigente.

Bom Retiro, 19 de dezembro de 2014.

Albino Gonçalves Padilha  
Prefeito

# Brunópolis

## PREFEITURA

### LEI MUN. Nº 827

LEI Nº 827, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conforme artigo 100, inciso XXV, da Lei Orgânica Municipal, FAZ saber a todos os habitantes do Município de Brunópolis que os Vereadores votaram e aprovaram e ELE sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O Município de Brunópolis fica autorizado a receber, por doação, do Estado de Santa Catarina, os imóveis onde estão edificadas as seguintes escolas:

- a) Escola Isolada Barra do Rio do Pinto;
- b) Escola Isolada Fazenda Carazinho;
- c) Escola Isolada Galegos;
- d) Escola Isolada Lageado dos Borbas;
- e) Escola Isolada Lageado dos Pereiras;
- f) Escola Isolada Nossa Senhora Aparecida;
- g) Escola Isolada Rio do Pinto;
- h) Escola Isolada São João Batista; e
- i) Escola Isolada Vila Weber.

Art. 2º. Caberá ao Município de Brunópolis promover os atos necessários à titularização da propriedade.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação revogando as disposições contrárias.

Brunópolis (SC), 16 de dezembro de 2014.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA  
PREFEITO MUNICIPAL

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FAZENDA

REGISTRDA E PUBLICA A PRSENTE LEI NO DOM.

### LEI MUN. Nº 828

LEI Nº 828, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conforme artigo 100, inciso XXV, da Lei Orgânica Municipal, FAZ saber a todos os habitantes do Município de Brunópolis que os Vereadores votaram e aprovaram e ELE sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O Município de Brunópolis fica autorizado a celebrar termo de permissão de uso de bens móveis, máquinas e equipamentos agrícolas, a título gratuito, até 31 de dezembro de 2019, em favor da Associação dos Produtores de Alho da Colônia Hempel de Biazoto, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 18.691.213/0001-72, dos seguintes bens de propriedade do Município de Brunópolis-SC:

- I - TUBO DE SEMENTES T. 700MM FAB. CHAPA FINA FRIO 0,90 PROD. 400G/H.
- II - DEBULHADOR DE ALHO FAB. CHAPA 0,90 ROLO ATR, BORRACHA MOT.1/2CV.
- III - CLASSIFICADOR DE BULBO DE ALHO 6T. 0,70 FAB. PERF.U. MOTOR 1/2CV
- IV - CARRETA AGRICOLA SÉRIE 2775.

Art. 2º. O Município de Brunópolis fica autorizado a celebrar termo de permissão de uso de bens móveis, máquinas e equipamentos agrícolas, a título gratuito, até 31 de dezembro de 2019, em favor da Associação de Agricultores de Rio do Índio, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 07.402.692/0001-43, do seguinte bem de propriedade do Município de Brunópolis-SC:

- I - CARRETA AGRICOLA BASCULANTE METALICA CAPACIDADE 04 TONELDAS, SÉRIE 2774;
- II - DITRIBUIDOR DE CALCÁRIO E COMPOSTO ORGÂNICO CAPACIDADE DE 04 TONELADAS, SÉRIE 2777; e
- III - PLANTADEIRA MARCA VENCE TUDO, MODELO AS 14600A, SÉRIE 08521.

Art. 3º. O Município de Brunópolis fica autorizado a celebrar termo de permissão de uso de bens móveis, máquinas e equipamentos agrícolas, a título gratuito, até 31 de dezembro de 2019, em favor da Associação de Produtores de Leite do Lageado dos Pereiras, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 09.008.361/0001-59, do seguinte bem de propriedade do Município de Brunópolis-SC:

- I - PLANTADEIRA MARCA VENCE TUDO, MODELO AS 14600A, SÉRIE 08520;
- II - ENSILADEIRA/COLHEDORA DE FORRAGEM, MARCA CUSTOM, 930-C, CREMASCO, COM ROTOR DE 10 FACAS, ROTAÇÃO MÍNIMA NA TDP DE 540-RPM, REGULAGEM DE CORTE DE 2 A 7MM, COM CAPACIDADE PRODUTIVA DE 12 A 30 TONELADAS POR HORA.

Art. 4º. O Município de Brunópolis fica autorizado a celebrar termo de permissão de uso de bens móveis, máquinas e equipamentos agrícolas, a título gratuito, até 31 de dezembro de 2019, em favor da Associação de Produtores de Leite de Bracatinga, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.536.942/0001-42, do seguinte bem de propriedade do Município de Brunópolis-SC:

- I - DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO MARCA: PICCIN MOD. MASTER 5500, SÉRIE 09/09351.

Art. 5º. As despesas com manutenção, guarda, combustíveis e operadores decorrentes da utilização do equipamento será de exclusiva responsabilidade de cada uma das permissionárias, que responderão por todo e qualquer dano decorrente da utilização dos equipamentos cedidos.

Parágrafo Primeiro - Eventuais funcionários contratados pelas associações permissionárias não terão vínculo com a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Segundo - Será de competência da Associação permissionária fazer o seguro da máquina/equipamento.

Art. 6º. As permissionárias poderão cobrar dos agricultores pelas horas/máquinas prestadas, desde que respeitados os preços praticados na região.

Art. 7º. A restituição dos bens ao Município poderá se dar a qualquer tempo, bastando que a parte interessada comunique com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e que os bens estejam em perfeitas condições de uso no momento da restituição.

Art. 8º. Os equipamentos deverão ser utilizados em proveito coletivo da comunidade, cabendo à permissionária o gerenciamento dos serviços, não podendo discriminar ou excluir qualquer agricultor dos benefícios que a presente lei intenta alcançar.

Parágrafo único - As permissionárias deverão, mensalmente, informar através de relatório à Secretaria Municipal de Agricultura, o nome dos beneficiados e o respectivo número de horas trabalhadas.

Art.9º. O respectivo Termo de Permissão de uso firmado regulará o uso dos bens de que trata esta Lei.

Art.10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação,

revogada as disposições em contrário.

Brunópolis (SC), 16 de dezembro de 2014.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA  
PREFEITO MUNICIPAL

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FAZENDA

REGISTRADA E PUBLICA A PRESENTE LEI NO DOM.

**RELAÇÃO DE CONTRATOS MÊS 11 - 2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

## Relação dos Contratos

Página: 1/1

Sequ. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
264	141/2014	30/09/2014	31/12/2014	42/2014	Não	1.938,00		Prestador de Serviços	BETHA SISTEMAS LTDA
	Objeto: Prestação de serviços de locação, manutenção e suporte do aplicativo de controle de patrimônio.								
265	142/2014	04/11/2014	31/12/2014	41/2014	Não	20.900,00		Compras e Serviços	I. SILVEIRA E CIA LTDA - ME
	Objeto: Aquisição de equipamentos para implantação de academia da saúde, conforme convênio nº 4372/2012-9, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, através da SDR Campos Novos e, o município de Brunópolis.								
266	143/2014	17/11/2014	31/12/2014	43/2014	Não	60.000,00		Compras	AUTO MECANICA GERAL LTDA
	Objeto: Aquisição de veículo, conforme convênio 2014TR3400, celebrado entre o município de Brunópolis e o Estado de Santa Catarina.								
267	144/2014	26/11/2014	31/12/2015		Não	3.420,00		Prestador de Serviços	CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLI
	Objeto: Contrato de prestação de serviço relativo ao programa de gestão tributária celebrado entre o município de Brunópolis e o Consorcio de Informatica na Gestão Publica Municipal (CIGA).								
268	145/2014	26/11/2014	31/12/2015		Não	3.540,00		Prestador de Serviços	CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLI
	Objeto: Contrato de prestação de serviço relativo ao Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina celebrado entre o município de Brunópolis e o Consorcio de Informatica na Gestão Publica Municipal (CIGA)								
269	146/2014	27/11/2014	31/12/2015		Não	2.837,52		Prestador de Serviços	CONTROLLER TEC.SISTEMAS INFORMACÃO LTDA
	Objeto: O presente contrato tem como objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para cessão de licenciamento de uso de sistema informatizado integrado para gestão escolar na Rede Municipal de Brunópolis, nas unidades escolares existentes à época do contrato.								

**Total: 6**

# Brusque

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 2.792/2014

PORTARIA Nº 2.792/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013, considerando a solicitação emitida pela Secretaria Municipal de Educação por meio do memorando nº 601/2014/ADMIN/SEME, considerando o Art. 49 da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009, considerando o termo de acordo requerido pela servidora Maria Alaide Giancesini; considerando o despacho da Secretária Municipal de Educação manifestadamente favorável a aprovação do pedido a contar do próximo ano letivo, considerando que os prazos para iniciar na nova unidade de lotação atende aos requisitos legais,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Remover mediante acordo, a servidora efetiva e estável MARIA ALAIDE GIANESINI, ocupante do cargo de Professor Auxiliar (Educação Infantil), lotada no CEI Tia Lourdes, para a CEI Tia Trude.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02/02/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de dezembro de 2014.  
Arnaldo Francisco da Silva  
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC

Daniel Felício  
Diretor de Recursos Humanos

### PORTARIA Nº 9.457, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 9.457, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I-E,

#### RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Claudemir Vaz dos Santos, matrícula 354031-0, do cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Obras, a partir de 31/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de dezembro de 2014.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON  
Chefe de Gabinete

### PORTARIA Nº 2.791/2014

PORTARIA Nº 2.791/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

considerando a solicitação emitida pela Secretaria Municipal de Educação por meio do memorando nº 600/2014/ADMIN/SEME, considerando o Art. 52 da Lei Complementar nº 146, de 31 de agosto de 2009, considerando que os prazos para iniciar na nova unidade de lotação atende aos requisitos legais, considerando o parágrafo único do Art. 45 da Lei complementar 147, de 25 de setembro de 2009,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Remover de ofício, o servidor em estágio probatório JEAN PIERRE CARDEAL, ocupante do cargo de Coordenador Pedagógico, lotado C. E. I. Ponta Russa, para a E. E. F. Pe. Vendelino Wiemes.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/02/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de dezembro de 2014.  
Arnaldo Francisco da Silva  
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC

Daniel Felício  
Diretor de Recursos Humanos

### ANEXO LEI COMPLEMENTAR Nº 230, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

ANEXO  
TAXAS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA  
ATOS DA SAÚDE PÚBLICA

1 - ALVARÁ SANITÁRIO ANUAL (POR ATIVIDADE DESENVOLVIDA)  
11 - INDÚSTRIA DE ALIMENTOS/PRODUTOS  
111 - MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO  
CÓD. CNAE VALOR EM R\$  
11101 - Abatedouro/matadouro acima de 501 animais por mês 1011-2/01 1103,40  
11102 - Abatedouro/matadouro até 200 animais por mês 1011-2/01 364,38  
11103 - Abatedouro/matadouro de 201 até 500 animais por mês 1011-2/01 728,76  
11104 - Conservas de produtos de origem animal 1013-9/01 910,95  
11105 - Conservas de produtos de origem vegetal 1032-5/99 522,27  
11106 - Derivados de Leite 1052-0/00 910,95  
11107 - Doces/produtos confeitaria (c/ creme) 1099-6/99 522,27  
11108 - Embutidos de origem animal 1011-2/01 910,95  
11109

- Fatiamento de origem animal 1013-9/01 910,95  
 11110 - Massas frescas 1094-5/00 522,27  
 11111 - Panificação (Fabricação e Distribuição) 1091-1/00 522,27  
 11112 - Produtos alimentícios infantis 1099-9/99 522,27 11113  
 - Produtos congelados 1096-1/00 522,27 11114 - Produtos  
 dietéticos 1099-6/07 522,27 11115 - Refeições Industriais  
 1099-6/99 522,27 11116 - Sorvetes e similares 1053-8/00  
 522,27 11117 - Fabricação de bebidas alcoólicas 1111-9/02  
 522,27 11118 - Fabricação de bebidas não-alcoólicas 1122-4/99  
 522,27 11119 - Importação, fabricação, distribuição, armazena-  
 mento de produtos alimentícios 10.99-6/99 522,27 11198 - Con-  
 gêneres (grupo acima- 111) 522,27

#### 112 - MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO

##### VALOR EM R\$

11201 - Aditivos 2093-2/00 397,78  
 11202 - Água mineral 1121-6/00 397,78  
 11203 - Amido e derivados 1065-1/01 397,78  
 11204 - Bebidas anacólicas, sucos e outros 1099-9/99 397,78  
 11205 - Biscoito e bolachas 1092-9/00 397,78  
 11206 - Cacau, chocolates e sucedâneos 10.93-7/01 397,78  
 11207 - Cerealista, depósito e beneficiador de grãos 1099-6/99  
 397,78  
 11208 - Condimentos, molhos e especiarias 1095-3/00 397,78  
 11209 - Confeitos, caramelos, bombons e similares 1093-7/01  
 397,78  
 11210 - Desidratadora de frutas (uvas passas, maçã, banana e  
 outros) 1099-6/99 397,78  
 11211 - Desidratadora de vegetais e ervateiras 1099-6/99 397,78  
 11212 - Farinhas (moinhos) e similares 1062-7/00 397,78  
 11213 - Gelatinas, pudins, pós para sobremesas e sorvetes 1099-  
 6/12 397,78  
 11214 - Gelo 1099-6/04 397,78  
 11215 - Gorduras, óleos, azeites, cremes (fáb., refinaria e envasa-  
 doras) 1041-4/00 397,78  
 11216 - Marmeladas, doces e xaropes 1099-6/99 397,78  
 11217 - Massas secas 1094-5/00 397,78  
 11218 - Refinadora e envasadora de açúcar 1072-4/01 397,78  
 11219 - Refinadora e envasadora de sal 0892-4/03 397,78  
 11220 - Salgadinhos e batata frita (empacotado) 1099-6/99  
 397,78  
 11221 - Salgadinhos e frituras 1096-1/00 397,78  
 11222 - Suplementos alimentares enriquecidos 1099-6/99 397,78  
 11223 - Tempero a base de sal 1099-6/99 397,78  
 11224 - Torrefação de café 1081-3/02 397,78  
 11298 - Congêneres (grupo acima - 112) 397,78

#### 12 - LOCAL DE ELABORAÇÃO E/OU VENDA DE ALIMENTOS

##### 121 - MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO

##### VALOR EM R\$

12101 - Açougue 4722-9/01 197,37  
 12102 - Assadora de aves/carnes 5611-2/01 45,54  
 12103 - Cantina escolar 5620-1/03 45,54  
 12104 - Casa de carnes 4722-9/01 100,20  
 12105 - Casa de frios (laticínios e embutidos) 4721-1/03 60,73  
 12106 - Casa de suco, caldo de cana e similares 5611-2/03  
 45,54  
 12107 - Comércio atacadista e depósito de produtos perecíveis  
 5211-7/01 297,57  
 12108 - Comércio e depósito de bebidas 4723-7/00 91,09  
 12109 - Confeitaria 4721-1/02 106,27  
 12110 - Cozinha clube hotel, motel, boate e similares 5620-1/01  
 100,20  
 12111 - Cozinha escolas 5620-1/03 100,20  
 12112 - Cozinha lactários, hospitais, maternidade e casas de saú-  
 de 5620-1/01 91,09  
 12113 - Feira livre e comércio ambulante  
 (venda de carne, pescados e outros) 5612-1/00 121,46

12114 - Lanchonete, café colonial e petiscaria 5611-2/03 121,46  
 12115 - Mercado: hiper; super; médio e mini  
 (mais o somatório das atividades) 4711-3/02 91,09  
 12116 - Merceria e/ou armazém (única atividade) 4712-1/00  
 91,09  
 12117 - Padaria e/ou panificadora 4721-1/02 151,82  
 12118 - Pastelaria 5611-2/03 91,09  
 12119 - Peixaria (pescados e frutos do mar) 4722-9/02 151,82  
 12120 - Pizzaria 5611-2/01 151,82  
 12121 - Produto caseiro artesanal 1099-6/99 91,09  
 12122 - Produtos congelados 1096-1/00 197,37  
 12123 - Refeitório 5620-1/01 100,20  
 12124 - Restaurante, buffet e churrascaria 5611-2/01 212,55  
 12125 - Rotisserie 5611-2/01 212,55  
 12126 - Serv-car, drive-in, quiosque, trailer e similares 5612-  
 1/00 91,09  
 12127 - Sorveteria e/ou posto de venda 5611-2/03 91,09  
 12128 - Ambulante cachorrão, sanduíches 5612-1/00 91,09  
 12129 - Ambulante churros 5612-1/00 91,09  
 12130 - Ambulante doces, salgados e similares 5612-1/00 91,09  
 12131 - Ambulante lanches (pequenas refeições) 5612-1/00  
 91,09  
 12132 - Ambulante pipoca 5612-1/00 91,09  
 12133 - Ambulante suco 5612-1/00 91,09  
 12134 - Envasadora de chás, cafés, condimentos e especiarias  
 5611-2/03 91,09  
 12198 - Congêneres (grupo acima - 121) 121,46

#### 122 - FESTIVIDADES

##### VALOR EM R\$

12201 - Cachorrão, sanduíches (POR EVENTO) 5612-1/00 45,54  
 12202 - Churros (POR EVENTO) 5612-1/00 45,54  
 12203 - Doces, salgados e similares (POR EVENTO) 5612-1/00  
 45,54  
 12204 - Pipoca (POR EVENTO) 5612-1/00 45,54  
 12205 - Bomboniere (POR EVENTO) 5612-1/00 45,54  
 12206 - Restaurante (POR EVENTO) 5611-2/01 45,54  
 12207 - Bar (POR EVENTO) 5611-2/02 45,54  
 12208 - Sucos (POR EVENTO) 5611-2/03 45,54  
 12297 - Congêneres (grupo acima - POR EVENTO) 45,54

#### 123 - MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO

##### VALOR EM R\$

##### Atividade: Principal Secundária

12301 - Bar, wiskeria 5611-2/02 91,09  
 12302 - Boate 9329-8/01 145,50  
 12303 - Bomboniere 4721-1/04 45,54  
 12304 - Café 5611-2/03 91,09  
 12305 - Comércio atacadista produtos não perecíveis 5211-7/01  
 116,40  
 12306 - Depósito de bebidas 4723-7/00 91,09  
 12307 - Depósito de frutas e verduras 5211-7/01 91,09  
 12308 - Depósito de produtos não perecíveis 5211-7/01 91,09  
 12309 - Feira livre e comércio ambulante de alimentos não pere-  
 cíveis 5612-1/00 91,09  
 12310 - Posto de venda de pães 4721-1/02 45,54  
 12311 - Quitanda (frutas e verduras) 4724-5/00 45,54  
 12398 - Congêneres (grupo acima) 91,09

#### 13 - INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE

##### 131 - MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO

##### VALOR EM R\$

13101 - Agrotóxicos e/ou produtos tóxicos 4612-5/00 516,20  
 13102 - Cosméticos, perfumes e produtos de higiene 2063-1/00  
 516,20  
 13103 - Insumos farmacêuticos 4771-7/01 516,20  
 13104 - Produtos biológicos 2013-4/00 516,20

13105 - Produtos de consumo laboratorial 3250-7/01 516,20  
 13106 - Produtos de consumo médico/hospitalar 3250-7/02 516,20  
 13107 - Produtos de consumo odontológico 3250-7/01 516,20  
 13108 - Produtos farmacêuticos(medicamentos em geral e ou correlatos) 2121-1/01 516,20  
 13109 - Próteses (ortopédicas, estética, auditiva e out.)mat. implantável 3250-7/04 516,20  
 13110 - Saneantes domissanitários - 2052-5/00 346,16  
 13111 - Educação física, embelezamento ou correção estética(órteses) 9313-1/00 516,20  
 13112 - Artefatos de cimento de esgotamento sanitário 2330-3/02 409,92  
 13113 - Equipamentos ou aparelhos ou instrumentos radiológicos 2123-8/00 409,92  
 13198 - Congêneres (grupo 131) 516,20

#### 132 - MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO

##### VALOR EM R\$

13201 - Embalagens 1731-1/00 409,92  
 13202 - Equipamentos e instrumentos laboratoriais 3250-7/01 409,92  
 13203 - Equipamentos e instrumentos medico/hospitalar 4645-1/01 409,92  
 13204 - Equipamentos e instrumentos odontológicos 3250-7/01 409,92  
 13205 - Produtos veterinários 2122-0/00 409,92  
 13298 - Congêneres (grupo 132) 409,92

#### 14 - COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE

##### 141 - MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO

##### VALOR EM R\$

14101 - Comércio e ou distribuidora de produtos tóxicos 3822-0/00 364,38  
 14102 - Comércio e ou distribuição de medicamentos 4644-3/01 516,20  
 14103 - Comércio e ou distribuição de produtos laboratoriais 4773-3/00 297,57  
 14106 - Comércio e ou distribuição de veterinários 4644-3/02 297,57  
 14107 - Comércio e ou distribuição de saneantes/domissanitários 4789-0/05 297,57  
 14108 - Produtos químicos(tintas, solventes, vernizes,outros) 4789-0/05 297,57  
 14109 - Distribuidora de Produtos Tóxicos 3822-0/00 297,57  
 14110 - Transportadora de Produtos Tóxicos 4930-2/03 297,57  
 14111 - Transportadora de Medicamentos 4930-2/03 297,57  
 14112 - Comércio e ou distribuição de cosméticos, perfumes e produtos de higiene 4772-5/00 197,37  
 14198 - Congêneres (grupo acima) 297,57

#### 142 - MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO

##### VALOR EM R\$

14201 - Comércio e ou distribuidora de produtos destinados a alimentação animal (ração/supletivos) 4623-1/09 197,37  
 14202 - Embalagens 4686-9/02 197,37  
 14203 - Equipamentos e instrumentos agrícolas e ferragens 0161-0/99 197,37  
 14204 - Equipamentos e instrumentos laboratoriais 4645-1/01 197,37  
 14205 - Equipamentos e instrumentos médico/hospitalar 4645-1/01 197,37  
 14206 - Equipamentos e instrumentos odontológico 4645-1/01 197,37  
 14207 - Fertilizantes, corretivos 4683-4/00 197,37  
 14208 - Próteses (ortopédicas, estética, auditiva e outras) 4645-1/02 197,37

14209 - Sementes selecionadas, mudas 4623-1/06 197,37  
 14210 - Agropecuária (mais o somatório das atividades) 4692-3/00 45,54  
 14211 - Comércio de cosméticos e perfumaria 4772-5/00 197,37  
 14298 - Congêneres (grupo acima) 197,37

#### 15 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE DA SAÚDE

##### 151 - MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO

##### VALOR EM R\$

15101 - Agência transfusional de sangue 8640-2/12 197,37  
 15102 - Ambulatório enfermagem 8650-0/01 197,37  
 15103 - Ambulatório médico 8630-5/03 197,37  
 15104 - Ambulatório odontológico 8630-5/04 197,37  
 15105 - Ambulatório veterinário 7500-1/00 100,20  
 15106 - Banco de leite humano 8690-9/02 100,20  
 15107 - Banco de órgãos, olhos, rins, fígado e outros 8640-2/14 100,20  
 15108 - Banco de sangue 8640-2/12 273,28  
 15109 - Clínica médica 8630-5/02 397,78  
 15110 - Clínica veterinária 7500-1/00 197,37  
 15111 - Dispensário de medicamento 4771-7/01 100,20  
 15112 - Drogaria 4771-7/01 397,78  
 15113 - Ervanária 4771-7/03 197,37  
 15114 - Farmácia (alopática) 4771-7/01 397,78  
 15115 - Farmácia (homeopática) 4771-7/03 397,78  
 15116 - Farmácia privativa (hospital, clínica, associação e similares) 4771-7/01 397,78  
 15117 - Hemodiálise 8640-2/03 197,37  
 15118 - Hospital especializado 8610-1/01 494,94  
 15119 - Hospital geral 8610-1/01 494,94  
 15120 - Hospital infantil 8610-1/01 494,94  
 15121 - Laboratório citogenético 8640-2/01 397,78  
 15122 - Laboratório de análises bromatológicas 7120-1/00 397,78  
 15123 - Laboratório de análises clínicas 8640-2/02 397,78  
 15124 - Laboratório de anatomia e patologia 8640-2/01 397,78  
 15125 - Laboratório de controle qualidade da indústria farmacêutica 7120-1/00 397,78  
 15126 - Laboratório químico toxicológico 8640-2/02 397,78  
 15127 - Maternidade 8610-1/01 494,94  
 15128 - Medicina nuclear 8640-2/05 394,74  
 15129 - Policlínica 8630-5/03 397,78  
 15130 - Posto de coleta de material de laboratório 8640-2/02 121,46  
 15131 - Posto de coleta de sangue 8640-2/12 170,04  
 15132 - Posto de medicamentos 100,20  
 15133 - Pronto socorro 8630-5/04 100,20  
 15134 - Radio imunoensaio 8640-2/05 394,74  
 15135 - Radiologia médica (por equipamento) 8640-2/05 334,10  
 15136 - Radiologia odontológica (por equipamento) 8640-2/05 121,46  
 15137 - Radioterapia, cobaltoterapia 8640-2/11 394,74  
 15138 - Serviço de hemoterapia 8640-2/12 394,74  
 15139 - Serviço de nutrição e dietética 8650-0/02 100,20  
 15140 - Serviço industrial derivados de sangue 2110-6/00 522,27  
 15141 - Unidade integrada de saúde 8630-5/02 397,78  
 15142 - Unidade volante de comércio farmacêutico 100,20  
 15143 - Unidade volante de assistência médica pré-hospitalar (SAMU) 8621-6/02 212,55  
 15144 - Unidade volante de médica de enfermagem 8650-0/01 121,46  
 15145 - Quimioterapia 8640-2/10 334,10  
 15146 - Clínicas e institutos de beleza sob resp. técnica 9602-5/02 197,37  
 15147 - Clínica de diagnóstico por imagem 8640-2/05 397,78  
 15148 - Unidade volante de assistência odontologica 212,55  
 15198 - Congêneres (grupo acima)

## 152 - MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO

## VALOR EM R\$

15201 - Clínica de fisioterapia e/ou reabilitação	8650-0/04	297,57
15202 - Clínica de fonoaudiologia	8650-0/06	197,37
15203 - Clínica de odontologia	8630-5/04	297,57
15204 - Clínica de ortopedia	8630-5/02	297,57
15205 - Clínica de psicanálise	8650-0/03	297,57
15206 - Clínica de psicoterapia e/ou desintoxicação	8720-4/99	297,57
15207 - Clínica de tratamento e repouso	8711-5/03	297,57
15208 - Clínica de ultrassom	8640-2/99	297,57
15209 - Consultório de psicanálise/psicologia	8650-0/03	197,37
15210 - Consultório médico	8630-5/03	197,37
15211 - Consultório nutricional	8650-0/02	197,37
15212 - Consultório odontológico	8630-5/04	197,37
15213 - Consultório veterinário	7500-1/00	197,37
15214 - Estabelecimento de massagem	9602-5/02	197,37
15215 - Estabelecimento de massoterapia	8690-9/01	197,37
15216 - Laboratório de ótica	197,37	
15217 - Laboratório de prótese auditiva	3250-7/04	197,37
15218 - Laboratório de prótese dentária	3250-7/06	197,37
15219 - Laboratório de prótese ortopédica	3250-7/04	197,37
15220 - Ótica	4774-1/00	100,20
15221 - Serviços eventuais (pressão arterial, coleta e tipo sangue)	8650-0/99	91,09
15222 - Unidade móvel médica	8621-6/02	212,55
15223 - Consultório de fisioterapia	8650-0/04	197,37
15224 - Consultório de fonoaudiologia	8650-0/06	197,37
15225 - Consultório de terapia ocupacional	8650-0/05	197,37
15226 - Consultório de estética	9602-5/02	197,37
15298 - Congêneres (grupo acima)	91,09	

## 16 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE DA SAÚDE

## 161 - MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO

## VALOR EM R\$

16101 - Asilos e similares	8711-5/01	121,46
16102 - Desinsetizadora, desratizadora e serviço de desinfecção	8122-2/00	349,19
16103 - Escola de natação e similares	8591-1/00	197,37
16104 - Estabelecimento de ensino (todos os graus) - regime de internato	8599-6/99	197,37
16105 - Estabelecimento de ensino 1º, 2º e 3º graus e similares	8520-1/00	197,37
16106 - Estabelecimento de ensino aprendizagem profissional	8599-6/99	197,37
16107 - Estabelecimento de ensino curso preparatórios	8599-6/05	197,37
16108 - Estabelecimento de ensino especial	8511-2/00	197,37
16109 - Estabelecimento de ensino idiomas	8593-7/00	197,37
16110 - Estabelecimento de ensino informática	8599-6/03	197,37
16111 - Estabelecimento de ensino pré-escolar - creche	8511-2/00	197,37
16112 - Estabelecimento de ensino pré-escolar - jardim de infância	8512-1/00	197,37
16113 - Estabelecimento de ensino pré-escolar - maternal	8512-1/00	197,37
16114 - Estação hidromineral, termal e climatério	8512-1/00	522,27
16115 - Piscina coletiva	9321-2/00	197,37
16116 - Radiologia industrial	8640-2/05	397,78
16117 - Sauna	9609-2/05	212,55
16118 - Zoológico	9103-1/00	297,57
16119 - Estab. de propriedade da união, estado e município	8411-6/00	ISENTO
16120 - Centro de formação de condutores	8599-6/01	197,37
16121 - Serviço de coleta, transporte e destino de resíduos	3812-2/00	522,27

16122 - Serviço de limpeza e desinfecção de poços	8129-0/00	522,27
16123 - Serviço de limpeza ou desinfecção de caixa d'água	8129-0/00	522,27
16124 - Serviço de limpeza e conservação de ambientes	8129-0/00	522,27
16125 - Serviço de capina química	8129-0/00	522,27
16126 - Desentupidora de rede de esgotamento sanitário	3702-9/00	397,78
16198 - Congêneres (grupo acima)	212,55	

## 162 - MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO

## VALOR EM R\$

16201 - Academia de ginástica. Dança, artes marciais e similares	9313-1/00	121,46
16202 - Agência bancária e similares	6421-2/00	91,09
16203 - Aviário e criação de pequenos animais	4724-5/00	106,27
16204 - Barbearia	9602-5/01	91,09
16205 - Camping	5590-6/02	197,37
16206 - Cárcere, penitenciária e similares	8423-0/00	ISENTO
16207 - Casa de diversão (jogos, eletrônico, boliche e similares)	9329-8/04	106,27
16208 - Casa de espetáculo (discoteca, baile e similares)	9329-8/01	197,37
16209 - Cemitério e/ou necrotério	9603-3/01	212,55
16210 - Cinema, auditório e teatro	9493-6/00	91,09
16211 - Circo, rodeio, hípica, parque de diversão	9001-9/04	91,09
16212 - Comércio varejista em geral	4789-0/99	91,09
16213 - Comércio de revenda de carros usados	4511-1/02	197,37
16214 - Dormitório (por cômodo)	5590-6/99	9,10
16215 - Empresa produtora de módulos sanitários	2330-3/02	121,46
16216 - Escritório em geral	8211-3/00	45,54
16217 - Estação tratamento água para abastecimento público	3600-6/01	397,78
16218 - Estação tratamento de esgoto	3701-1/00	397,78
16219 - Estética facial, maquiagem	9602-5/02	100,20
16220 - Floricultura, plantas, mudas	4623-1/06	91,09
16221 - Garagem, estacionamento coberto	5223-1/00	91,09
16222 - Hotel (por cômodo)	5510-8/01	12,14
16223 - Igrejas e similares	9491-0/00	45,54
16224 - Lavanderia	9601-7/01	91,09
16225 - Motel (por cômodo)	5510-8/03	24,29
16226 - Oficina, consertos em geral	4520-0/01	91,09
16227 - Orfanato, patronato	8730-1/01	45,54
16228 - Parque natural, campo de naturalismo	9103-1/00	91,09
16229 - Pensão (por cômodo)	5590-6/03	12,14
16230 - Posto combustível, lubrificante	4731-8/00	100,20
16231 - Quartel	5590-6/03	ISENTO
16232 - Salão de beleza, manicure, cabeleireiro	9602-5/01	91,09
16233 - Serviço de limpeza de fossa	3702-9/00	297,57
16234 - Serviço e veículo transporte alimentos (por veículo)	5212-5/00	91,09
16235 - Serviço lavagem de veículos	4520-0/05	91,09
16236 - Shopping área comum (exceto estabelecimentos)	121,46	
16237 - Tabacaria	4729-6/01	91,09
16238 - Transportadora produtos perecíveis (por veículo)	4929-9/01	91,09
16239 - Transporte coletivo (terrestre, marítimo e aéreo)	91,09	
16240 - Estabelecimento de tatuagem / percing	9609-2/06	91,09
16241 - Construção / obras de alvenaria	4399-1/03	91,09
16242 - Colônia de férias	5590-6/99	45,54
16298 - Congêneres (grupo acima)	91,09	

## 163 - DIVERSOS MENOR RISCO

## VALOR EM R\$

16301 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 9003-5/00 45,54  
 16302 - Fecção/confecção de roupas e outros artigos do vestuário 1412-6/03 91,09  
 16303 - Pet shop, alojamento, higiene, embelezamento de animais 9609-2/03 91,09  
 16304 - Bronzeamento artificial 9602-5/02 91,09  
 16305 - Reparação e manutenção de objetos e equipamentos pessoais e domésticos 9529-1/99 121,46  
 16306 - Reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação 9511-8/00 121,46  
 16307 - Serviço e veículo de transporte de resíduos sólidos e líquidos 4930-2/03 91,09  
 16308 - Livraria, papelaria 4761-0/01 91,09  
 16309 - Empresa prestadora de serviços em geral 121,46  
 16310 - Serviço e veículo de transporte de cosméticos e/ou perfumaria 91,09  
 16311 - Tornearia 2539-0/01 91,09  
 16312 - Reciclagem de materiais (papelão, plástico) 3839-4/99 170,04  
 16313 - Fabricação de artefatos têxteis (fios, cordas, elásticos, cadarços, fitas) 1322-7/00 136,64  
 16314 - Serviço e veículo de transporte de medicamentos 91,09  
 16315 - Incorporação de empreendimentos imobiliários 4110-7/00 60,77  
 16316 - Instalações elétricas 4321-5/00 121,46  
 16317 - Instalações hidráulicas, de sistemas de ventilação e refrigeração 4322-3/01 121,46  
 16318 - Obras de acabamento 4330-4/99 121,46  
 16319 - Outros serviços especializados para construção 4399-1/99 121,46  
 16320 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos 3319-8/00 121,46  
 16321 - Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis 1340-5/99 60,77  
 16322 - Comércio atacadista de tecidos, artefatos de tecidos e de armarinho 4641-9/03 121,46  
 16323 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios 4642-7/01 121,46  
 16324 - Comércio atacadista de calçados e artigos de viagem 4643-5/01 121,46  
 16325 - Comércio atacadista de cosméticos, produtos de perfumaria e de Higiene pessoal 4646-0/01 121,46  
 16326 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria; livros, jornais e outras publicações 4647-8/01 121,46  
 16327 - Comércio atacadista de equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico 4649-4/99 121,46  
 16328 - Comércio atacadista de computadores, periféricos e suprimentos de informática 4651-6/01 121,46  
 16329 - Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação 4652-4/00 121,46  
 16330 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças 4661-3/00 121,46  
 16331 - Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças 4662-1/00 121,46  
 16332 - Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças 4663-0/00 121,46  
 16333 - Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes

e peças 4665-6/00 121,46

16334 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças 4669-9/99 121,46  
 16335 - Comércio atacadista de madeira e produtos derivados 4671-1/00 121,46  
 16336 - Comércio atacadista de ferragens e ferramentas 4672-9/00 121,46  
 16337 - Comércio atacadista de material elétrico 4673-7/00 121,46  
 16338 - Comércio atacadista de cimento 4674-5/00 121,46  
 16339 - Impressão de jornais, livros, revistas e outras publicações periódicas 1811-3/02 91,09  
 16340 - Impressão de material de segurança 1812-1/00 91,09  
 16341 - Impressão de materiais para outros usos 1813-0/99 91,09  
 16342 - Serviços de pré-impressão e acabamentos gráficos 1822-9/99 91,09  
 16343 - Reprodução de materiais gravados em qualquer suporte 1830-0/01 91,09  
 16344 - Armazenamento, carga e descarga 5212-5/00 91,09  
 16345 - Atividades de Correio 5310-5/01 91,09  
 16346 - Atividades de malote e de entrega 5320-2/02 91,09  
 16347 - Edição de livros, jornais, revistas e outras atividades de edição 5811-5/00 91,09  
 16348 - Atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão 5911-1/99 91,09  
 16349 - Programadoras e atividades relacionadas à televisão por assinatura 6022-5/01 91,09  
 16350 - Telecomunicações por fio 6110-8/01 91,09  
 16351 - Telecomunicações sem fio 6120-5/01 91,09  
 16352 - Telecomunicações por satélite 6130-2/00 91,09  
 16353 - Operadoras de televisão por assinatura 6141-8/00 91,09  
 16354 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda 6201-5/00 60,77  
 16355 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis 6202-3/00 60,77  
 16356 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis 6203-1/00 60,77  
 16357 - Consultoria em tecnologia da informação 6204-0/00 45,54  
 16358 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação 6209-1/00 60,77  
 16359 - Tratamento de dados, hospedagem na internet e outras atividades relacionadas 6311-9/00 60,77  
 16360 - Atividades de gravação de som e de edição de música 5920-1/00 91,09  
 16361 - Atividades de rádio 6010-1/00 91,09  
 16362 - Atividades de televisão aberta 6021-7/00 91,09  
 16363 - Agências de notícias 6391-7/00 91,09  
 16364 - Atividades fotográficas e similares 7420-0/01 91,09  
 16365 - Locação de meios de transporte sem condutor 7711-0/00 91,09  
 16366 - Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos 7721-7/00 91,09  
 16367 - Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e similares 7722-5/00 91,09  
 16368 - Aluguel de objetos do vestuário, joias e acessórios 7723-3/00 91,09  
 16369 - Aluguel de objetos pessoais e domésticos não especificados anteriormente 7729-2/02 91,09  
 16370 - Atividades de vigilância e segurança privada 8011-1/01 136,64  
 16371 - Atividades de transporte de valores 8012-9/00 136,64  
 16372 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança 8020-0/00 136,64  
 16373 - Atividades de investigação particular 8030-7/00 121,46  
 16374 - Atividades de teleatendimento 8220-2/00 121,46

16375 - Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos 8230-0/01 91,09  
 16376 - Atividades de cobrança e informações cadastrais 8291-1/00 60,77  
 16377 - Envasamento e empacotamento sob contrato 8292-0/00 91,09  
 16378 - Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares 9001-9/01 91,09  
 16379 - Criação artística 9002-7/01 91,09  
 16380 - Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas 9003-5/00 91,09  
 16381 - Atividades de bibliotecas e arquivos 9101-5/00 45,54  
 16382 - Atividades de museus e de exploração, restauração artística e conservação de lugares e prédios históricos e atrações similares 9102-3/01 45,54  
 16383 - Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental 9103-1/00 297,57  
 16384 - Atividades de exploração de jogos de azar e apostas 9200-3/99 121,46  
 16385 - Atividades de organizações associativas patronais, empresariais e profissionais 9411-1/00 45,54  
 16386 - Atividades de organizações sindicais 9420-1/00 45,54  
 16387 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais 9430-8/00 45,54  
 16388 - Atividades de organizações religiosas 9491-0/00 45,54  
 16389 - Atividades de organizações políticas 9492-8/00 45,54  
 16398 - Congêneres (grupo acima) 91,09

#### 164 - DIVERSOS MAIOR RISCO

##### VALOR EM R\$

16401 - Fabricação de esquadrias de metal 2512-8/00 197,37  
 16402 - Fabricação de obras de caldeiraria pesada 2513-6/00 197,37  
 16403 - Fabricação de artigos de cutelaria 2541-1/00 197,37  
 16404 - Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias 2542-0/00 197,37  
 16405 - Fabricação de ferramentas 2543-8/00 197,37  
 16406 - Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes 2330-3/02 197,37  
 16407 - Fabricação de papel, cartolina e papel-cartão 1722-2/00 197,37  
 16408 - Fabricação de embalagens de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado 1732-0/00 197,37  
 16409 - Fabricação de produtos diversos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado 1741-9/02 197,37  
 16410 - Fabricação de estruturas metálicas 2511-0/00 197,37  
 16411 - Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras 2521-7/00 197,37  
 16412 - Fabricação de embalagens metálicas 2591-8/00 197,37  
 16413 - Fabricação de produtos de trefilados de metal 2592-6/01 197,37  
 16414 - Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal 2593-4/00 197,37  
 16415 - Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico 1351-1/00 197,37  
 16416 - Fabricação de artefatos de tapeçaria 1352-9/00 197,37  
 16417 - Fabricação de artefatos de cordoaria 1353-7/00 197,37  
 16418 - Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos 1354-5/00 197,37  
 16419 - Fabricação de tecidos de malha 1330-8/00 197,37  
 16420 - Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção 1414-2/00 197,37  
 16421 - Fabricação de meias 1421-5/00 197,37

16422 - Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens 1422-3/00 197,37  
 16423 - Fabricação de art, para viagem e de artefatos diversos de couro 1521-1/00 197,37  
 16424 - Fabricação de calçados 1531-9/01 197,37  
 16425 - Fabricação de partes para calçados, de qualquer material 1540-8/00 197,37  
 16426 - Fabricação de vidro e de produtos do vidro 2319-2/00 197,37  
 16427 - Fabricação de componentes eletrônicos 2610-8/00 197,37  
 16428 - Fabricação de equipamentos de informática e periféricos 2621-3/00 197,37  
 16429 - Fabricação de equipamentos de comunicação 2631-1/00 197,37  
 16430 - Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo 2640-0/00 197,37  
 16431 - Fabricação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle; cronômetros e relógios 2651-5/00 197,37  
 16432 - Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, fotográficos e cinematográficos 2670-1/01 197,37  
 16433 - Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas 2680-9/00 197,37  
 16434 - Fabricação de lâmpadas e outros equipamentos de iluminação 2740-6/01 197,37  
 16435 - Fabricação de eletrodomésticos 2759-7/99 197,37  
 16436 - Fabricação de motores, bombas, compressores e equipamentos de transmissão 3321-0/00 197,37  
 16437 - Fabricação de máquinas e equipamentos de uso geral 2829-1/99 197,37  
 16438 - Fabricação de tratores e de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária 2831-3/00 197,37  
 16439 - Fabricação de máquinas e equipamentos de uso na extração mineral e na construção 2852-6/00 197,37  
 16440 - Fabricação de máquinas para a indústria metalúrgica 2861-5/00 197,37  
 16441 - Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo 2862-3/00 197,37  
 16442 - Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil 2863-1/00 197,37  
 16443 - Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias do vestuário, do couro e de calçados 2864-0/00 197,37  
 16444 - Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de celulose, papel e papelão e artefatos 2865-8/00 197,37  
 16445 - Fabricação de máquinas e equip. para a indústria do plástico 2866-6/00 197,37  
 16446 - Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários 2910-7/01 197,37  
 16447 - Fabricação de caminhões e ônibus 2920-4/01 197,37  
 16448 - Fabricação de motocicletas 3091-1/01 197,37  
 16449 - Fabricação de móveis 3103-9/00 197,37  
 16450 - Fabricação de artigos de joalheria, bijuteria e semelhantes 3212-4/00 197,37  
 16451 - Fabricação de instrumentos musicais 3220-5/00 197,37  
 16452 - Produção de ferro-gusa 2411-3/00 197,37  
 16453 - Produção de ferroligas 2412-1/00 197,37  
 16454 - Produção de semiacabados de aço 2421-1/00 197,37  
 16455 - Produção de laminados planos de aço 2422-9/01 197,37  
 16456 - Produção de laminados longos de aço 2423-7/02 197,37

16457 - Produção de relaminados, trefilados e perfilados de aço 2424-5/02 197,37  
 16458 - Produção de tubos de aço com costura 2431-8/00 197,37  
 16459 - Produção de outros tubos de ferro e aço 2439-3/00 197,37  
 16460 - Metalurgia do alumínio e suas ligas 2441-5/01 197,37  
 16461 - Metalurgia dos metais preciosos 2442-3/00 197,37  
 16462 - Metalurgia do cobre 2443-1/00 197,37  
 16463 - Fundição de ferro e aço 2451-2/00 197,37  
 16464 - Fundição de metais não-ferrosos e suas ligas 2452-1/00 197,37  
 16465 - Produção de forja. de aço e de metais não-ferrosos e suas ligas 2531-4/02 197,37  
 16466 - Produção de artefatos estampados de metal; metalurgia do pó 2532-2/01 197,37  
 16467 - Serviços de usinagem, solda, tratam. e revestimento em metais 2539-0/01 197,37  
 16468 - Produção de forjados de aço, de metais não-ferrosos e suas ligas 2531-4/02 197,37  
 16469 - Construção de edifícios 4120-4/00 197,37  
 16470 - Demolição e preparação de canteiros de obras 4311-8/01 197,37  
 16471 - Perfurações e sondagens 4312-6/00 197,37  
 16472 - Obras de terraplenagem 4313-4/00 197,37  
 16473 - Obras de fundações 4391-6/00 197,37  
 16474 - Tecelagem, exceto malha 1321-9/00 197,37  
 16475 - Curtimento e outras preparações de couro 1510-6/00 197,37  
 16476 - Preparação e fiação de fibras têxteis 1312-0/00 197,37  
 16477 - Comércio atacadista de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, exceto gás natural e GLP 4681-8/01 197,37  
 16478 - Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP) 4784-9/00 197,37  
 16479 - Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo 4683-4/00 197,37  
 16480 - Comércio atacadista de produtos químicos e petroquímicos, exceto agroquímicos 4684-2/99 197,37  
 16481 - Comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção 4685-1/00 197,37  
 16482 - Comércio atacadista de papel e papelão bruto e de embalagens 4686-9/01 197,37  
 16483 - Comércio atacadista de resíduos e sucatas 4687-7/02 197,37  
 16484 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, ortopédico e odontológico 4645-1/01 197,37  
 16485 - Comércio atacadista de produtos farmacêuticos para uso humano 4644-3/01 197,37  
 16486 - Comércio atacadista de produtos farmacêuticos para uso veterinário 4644-3/02 197,37  
 16487 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças 4664-8/00 197,37  
 16488 - Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP) 4784-9/00 197,37  
 16489 - Estamparia, tinturaria 1340-5/01 197,37  
 16490 - Tecelagem 1321-9/00 197,37  
 16491 - Fiação 1313-8/00 197,37  
 16498 - Congêneres (grupo acima) 197,37

=====//=====

2 - ALVARÁ SANITÁRIO PARA HABITAÇÃO (Habite-se Sanitário)  
 21 - DIVERSOS

## 211 - DIVERSOS

### VALOR EM R\$

21101 - Habitação moradia econômica/popular (convênio CEAB) ISENTO  
 21102 - Apartamento, hotel, cabana (prédio) M² Área Contruída 0,4555  
 21103 - Cemitério e afins M² Área Contruída 0,4555  
 21104 - Estabelecimento de ensino M² Área Contruída 0,4555  
 21105 - Estabelecimento de ginástica, natação e lazer M² Área Contruída 0,4555  
 21106 - Estabelecimento de saúde M² Área Contruída 0,4555  
 21107 - Galpão, depósito e similares M² Área Contruída 0,4555  
 21108 - Garagem, estacionamento coberto M² Área Contruída 0,4555  
 21109 - Ginásio, estádio e similares M² Área Contruída 0,4555  
 21110 - Habitação coletiva - internato e similares M² Área Contruída 0,4555  
 21111 - Maternal, creche, jardim de infância, asilo M² Área Contruída 0,4555  
 21112 - Residencial, comercial M² Área Contruída 0,4555  
 21199 - Congêneres M² Área Contruída 0,4555

## 3 - ANÁLISE DE PROJETOS

### 31 - DIVERSOS

#### 311 - DIVERSOS

### VALOR EM R\$

31101 - Habitação moradia econômica/popular (convênio CEAB) ISENTO  
 31102 - Apartamento, hotel, cabana (prédio) M² Área Contruída 0,3036  
 31103 - Cemitério e afins M² Área Contruída 0,3036  
 31104 - Estabelecimento de ensino M² Área Contruída 0,3036  
 31105 - Estabelecimento de ginástica, natação e lazer M² Área Contruída 0,3036  
 31106 - Estabelecimento de saúde M² Área Contruída 0,3036  
 31107 - Galpão, depósito e similares M² Área Contruída 0,3036  
 31108 - Garagem, estacionamento coberto M² Área Contruída 0,3036  
 31109 - Ginásio, estádio e similares M² Área Contruída 0,3036  
 31110 - Habitação coletiva - internato e similares M² Área Contruída 0,3036  
 31111 - Maternal, creche, jardim de infância, asilo M² Área Contruída 0,3036  
 31112 - Residencial, comercial M² Área Contruída 0,3036  
 31198 - Congêneres M² Área Contruída 0,3036 31199 - Em caso de Projetos Indeferidos haverá Cobrança integral a partir da Terceira Reanálise.

## 4 - SERVIÇOS DIVERSOS

### 41 - DIVERSOS

#### 411 - DIVERSOS

### VALOR EM R\$

41101 - Alteração de Contrato Social 45,54  
 41102 - Baixa de alvará sanitário ISENTO  
 41103 - Baixa de responsabilidade técnica ISENTO  
 41104 - Fornecimento de notificação de receita (por bloco) ISENTO  
 41105 - Mudança de endereço 45,54  
 41106 - Mudança de responsabilidade técnica 45,54  
 41107 - Segunda via do alvará sanitário 45,54  
 41108 - Vistos em receitas e notificação de receitas ISENTO  
 41109 - Certidões ISENTO

## 412 - VISTORIAS PARA LAUDOS TÉCNICOS PARA PROCESSOS

### VALOR EM R\$

41201 - Natureza simples 121,46  
41202 - Natureza Complexa 212,55

**413 - GUIAS/LICENÇAS**

41301 - Licença de Transporte, exceto de produtos alimentícios 45,54  
41302 - Mudança de endereço (estabelecimento sujeito à fiscalização sanitária) 45,54  
41399 - Todos os estabelecimentos de responsabilidade/propriedade da União/Estado/Município ISENTOS

**EXTRATO DO CONTRATO 123/2014 SAMAE****EXTRATO DO CONTRATO 123/2014**

ESPÉCIE: Fornecimento e Instalação de Ar Condicionados na Sede Administrativa do SAMAE. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 055/2014. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.001.04.122.300.2291.44900000000.20000/60000; VIGÊNCIA: 04 meses. DATA DA ASSINATURA: 19 de dezembro de 2014; VALOR: R\$ 32.825,00. CONTRATADA: VRF ENGENHARIA DE CLIMATIZAÇÃO LTDA. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 19 de dezembro de 2014.

PUBLIQUE-SE  
Rogério Ristow

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 02/2014**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO nº 02/2014, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA, E A ASSOCIAÇÃO BRUSQUENSE DOS PROFISSIONAIS DA COMUNICAÇÃO. Objeto: prorrogação do prazo de vigência do Convênio nº 02/2014, previsto na cláusula quinta, por mais 03 (três) meses, a contar de 01 de janeiro de 2015. Pelo Município: Paulo Roberto Eccel, Prefeito Municipal, Mirella Zucco Muller, Secretária de Assistência Social e Habitação/Fund. Mun. da Infância e Adolescência - FIA.; Maria Aparecida dos Santos Machado, Presidente da Assoc. Brusquense dos Profissionais de Comunicação. Data: 19 de dezembro de 2014.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 03/2014**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO nº 03/2014, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA, E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BRUSQUE - APAE. Objeto: prorrogação do prazo de vigência do Convênio nº 03/2014, previsto na cláusula quinta, por mais 03 (três) meses, a contar de 01 de janeiro de 2015. Pelo Município: Paulo Roberto Eccel, Prefeito Municipal, Mirella Zucco Muller, Secretária de Assistência Social e Habitação/Fund. Mun. da Infância e Adolescência - FIA.; Sebastião Ernani Póia, Presidente da APAE de Brusque. Data: 19 de dezembro de 2014.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 04/2014**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO nº 04/2014, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA, E A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE - FEBE. Objeto: prorrogação do prazo de vigência do Convênio nº 04/2014, previsto na cláusula quinta, por mais 03 (três) meses, a contar de 01 de janeiro de 2015. Pelo Município: Paulo Roberto Eccel, Prefeito Municipal, Mirella Zucco Muller, Secretária de Assistência Social e Habitação/Fund. Mun. da Infância e Adolescência - FIA.; Günther Lothar Petschy, Fundação Educacional de Brusque. Data: 19 de dezembro de 2014.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONVÊNIO Nº 03/2014**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONVÊNIO nº 03/2014, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E O BRUSQUE CONVENTION & VISITORS BUREAU. Objetivo: Prorrogar o prazo de vigência do Convênio 03/2014, previsto na Cláusula Quarta, por mais 2 (dois) meses, a contar de 01 de janeiro de 2015. Pelo Município: Paulo Roberto Eccel, Prefeito Municipal; Brusque Convention & Visitors Bureau: Cassiano Heil. Data: 19 de dezembro de 2014.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONVÊNIO Nº 12/2014**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONVÊNIO nº 12/2014, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BRUSQUE - APAE. Objetivo: Prorrogar o prazo de vigência do Convênio 12/2014, previsto na Cláusula Quarta, por mais 90 (noventa) dias, a contar de 01 de janeiro de 2015. Pelo Município: Paulo Roberto Eccel, Prefeito Municipal; Mirella Zucco Muller, Secretária de Assistência Social e Habitação/Fund. Mun. Assistência Social; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais: Sebastião Ernani Póia, Presidente. Data: 19 de dezembro de 2014.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONVÊNIO Nº 14/2014**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONVÊNIO nº 14/2014, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, E A ENTIDADE LAR MENINO DEUS. Objetivo: Prorrogar o prazo de vigência do Convênio 14/2014, previsto na Cláusula Quarta, por mais 90 (noventa) dias, a contar de 01 de janeiro de 2015. Pelo Município: Paulo Roberto Eccel, Prefeito Municipal; Mirella Zucco Muller, Secretária de Assistência Social e Habitação/Fund. Mun. Assistência Social; Entidade Lar Menino Deus: Helena Dias, Presidente. Data: 19 de dezembro de 2014.

## EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONVÊNIO Nº 16/2014

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONVÊNIO nº 16/2014, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, E A ENTIDADE LAR SAGRADA FAMÍLIA. Objetivo: Prorrogar o prazo de vigência do Convênio 16/2014, previsto na Cláusula Quarta, por mais 90 (noventa) dias, a contar de 01 de janeiro de 2015. Pelo Município: Paulo Roberto Eccel, Prefeito Municipal; Mirella Zucco Muller, Secretária de Assistência Social e Habitação/Fund. Mun. Assistência Social; Entidade Lar Sagrada Família: Ingeborg Civinski, Presidente. Data: 19 de dezembro de 2014.

## EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONVÊNIO Nº 18/2014

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONVÊNIO nº 18/2014, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE SAÚDE, E A ASSOCIAÇÃO BRUSQUENSE DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS - ACAPRA. Objetivo: Prorrogar o prazo de vigência do Convênio 18/2014, previsto na Cláusula Quarta, por mais 90 (noventa) dias, a contar de 01 de janeiro de 2015. Pelo Município: Paulo Roberto Eccel, Prefeito Municipal; Ana Baron Ludvig, Secretária da Saúde; Associação Brusquense de Proteção aos Animais: Lilian Valquíria Dressel, Presidente. Data: 19 de dezembro de 2014.

## LEI COMPLEMENTAR Nº 227, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI COMPLEMENTAR nº 227, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Altera e acrescenta dispositivos legais à Lei Complementar nº 142/09, que instituiu o Programa Municipal de Parcelamento dos Créditos Tributários, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os §§ 1º, 3º, 5º e 6º do art. 1º, § 4º do art. 2º, e incisos I e II do art. 8-A, todos da Lei Complementar nº 142, de 20 de fevereiro de 2009, alterada pelas Leis Complementares nºs 156/2010, 173/2011, 193/2012, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 1º. ... ..

§ 1º Os créditos tributários, constituídos de ofício ou não, relativos aos tributos municipais de qualquer natureza e demais receitas municipais, inscritos em dívida ativa, poderão ser pagos em parcelas iguais, mensais e sucessivas.

§ 3º As parcelas não poderão ser inferiores ao valor mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para o contribuinte pessoa física, e R\$ 200,00 (duzentos reais) para o contribuinte pessoa jurídica.

§ 5º Nas execuções fiscais, havendo hipótese de garantia do crédito em juízo por meio da indisponibilidade de ativos em nome do executado no sistema bancário (penhora online), o parcelamento fica condicionado ao recolhimento de 30% do valor do débito.

§ 6º A opção pelo programa deverá ser formalizada na Secretaria da Fazenda, mediante requerimento.”(NR)

“Art. 2º. ....

§ 4º A Secretaria da Fazenda deverá comunicar, de imediato, à Procuradoria Geral do Município sobre a adesão de contribuintes

que possuírem débito ajuizado.”(NR)

“Art.8-A .....  
I - recolha, no primeiro parcelamento, o valor equivalente a 20% (vinte por cento) do saldo devedor;  
II - recolha, no segundo parcelamento, o valor equivalente a 40% (quarenta por cento) do saldo devedor.” (NR)

Art. 2º Fica acrescentado o § 7º ao art. 1º da Lei Complementar nº 142, de 20 de fevereiro de 2009, alterada pelas Leis Complementares nºs 156/2010, 173/2011, 193/2012, com a seguinte redação:

“Art. 1º .....  
.....

§ 7º Às empresas optantes do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições - Simples Nacional, fica assegurada a atualização de valores dos créditos tributários e o parcelamento dos débitos abrangidos pelo referido sistema nas condições e formas constantes da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011 e suas respectivas alterações.” (AC)

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de dezembro de 2014.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON  
Chefe de Gabinete

## LEI COMPLEMENTAR Nº 228, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI COMPLEMENTAR nº 228, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido à Microempresa (ME), à Empresa de Pequeno Porte (EPP), ao Microempreendedor Individual (MEI) e à Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI), de que trata a Lei Complementar Federal nº. 123/2006, no Município de Brusque, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei Complementar dispõe sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido assegurado à Microempresa (ME), à Empresa de Pequeno Porte (EPP), ao Microempreendedor Individual (MEI) e à Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI) no Município de Brusque, em conformidade com o que dispõe os artigos 146, III, alínea d, 170, IX, e 179 da Constituição Federal e a Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei Complementar, considera-se entidade preferencial aquela beneficiada pelo tratamento diferenciado, simplificado e favorecido de que trata este artigo.

Art. 2º O tratamento diferenciado, favorecido e simplificado de

que trata o art. 1º desta Lei Complementar incluirá, entre outras ações:

- I - o incentivo à formalização de empreendimentos;
- II - a unicidade do processo de registro, alterações e baixa;
- III - a simplificação e compatibilização dos requisitos para segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios;
- IV - a preferência nas compras governamentais;
- V - as regras da fiscalização orientadora;
- VI - a promoção ao associativismo, ao apoio e à representação pelo porte da empresa;
- VII - o acesso ao crédito e à capitalização;
- VIII - o estímulo à inovação;
- IX - a educação empreendedora;
- X - o acesso à justiça e ao tratamento judicial diferenciado; e
- XI - o estímulo ao desenvolvimento sustentável e à geração de emprego e renda.

Art. 3º Fica criado o Comitê Gestor Municipal para a implantação desta Lei Complementar, denominado CGM, ao qual caberá:

- I - regulamentar mediante Resoluções municipais a aplicação e observância desta Lei Complementar;
- II - gerenciar os subcomitês técnicos que atenderão às demandas específicas decorrentes dos capítulos desta Lei Complementar;
- III - coordenar as parcerias necessárias ao desenvolvimento dos subcomitês técnicos que comporão a Sala do Empreendedor;
- IV - coordenar a Sala do Empreendedor que abrigará os subcomitês técnicos criados para implantação desta Lei Complementar.

Art. 4º O CGM será constituído por 08 (oito) membros titulares, com direito a voto, representantes dos seguintes órgãos e instituições ou seus sucedâneos:

- I - Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda do Município;
- II - Secretaria da Fazenda do Município;
- III - Instituto Brusquense de Planejamento - IBPLAN;
- IV - Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA;
- V - Sindicato dos Contabilistas de Brusque - SINDCONT;
- VI - Associação Comercial e Industrial de Brusque - ACIBr;
- VII - Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL;
- VIII - Associação das Micro e Pequenas Empresas - AMPE.

§ 1º O CGM será presidido pelo representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda do Município.

§ 2º O CGM promoverá pelo menos uma conferência anual, a realizar-se preferencialmente no mês de setembro, para a qual serão convocadas as entidades envolvidas no processo de geração de emprego e renda e qualificação profissional.

§ 3º O CGM poderá ter uma Secretaria-Executiva, responsável pelas ações de cunho operacional demandadas pelo CGM e pelo fornecimento das informações necessárias às suas deliberações.

§ 4º A Secretaria-Executiva de que trata o parágrafo anterior será exercida por servidores indicados pela Presidência do Comitê Gestor Municipal, com a devida anuência do Chefe do Executivo Municipal.

§ 5º O Município, em parceria com outras entidades públicas ou privadas, assegurará recursos suficientes para garantir a estrutura física e a de pessoal necessária à implantação e ao funcionamento do CGM e de sua Secretaria-Executiva, em caso de sua criação.

Art. 5º Os membros do CGM serão indicados pelos órgãos ou entidades a que pertençam e nomeados por Decreto do Chefe do Executivo Municipal.

§ 1º Cada representante efetivo terá um suplente e mandato por um período que coincidirá com a extensão do mandato do Chefe do Executivo Municipal, sendo permitida a recondução.

§ 2º Os representantes das secretarias municipais, quando forem os próprios titulares das pastas, terão seus mandatos coincidentes com o período em que estiverem no exercício do cargo de agente político.

§ 3º O suplente poderá participar das reuniões com direito à voz, devendo exercê-lo com direito ao voto somente quando representar a categoria na ausência do titular efetivo.

§ 4º As decisões e deliberações do CGM serão sempre tomadas pela maioria absoluta de seus membros.

§ 5º O mandato dos membros não será remunerado a qualquer título, sendo seus serviços considerados relevantes ao Município.

## CAPÍTULO II DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO

### SEÇÃO I DA INSCRIÇÃO, LEGALIZAÇÃO, BAIXA E INATIVIDADE

Art. 6º A inscrição das empresas de que trata esta Lei Complementar deverá ser realizada no sítio oficial do Município, por meio do sistema de Registro Mercantil Integrado (REGIN), após o deferimento da consulta de viabilidade, que é obrigatória e precede o pedido de inscrição.

Parágrafo único. O microempreendedor individual poderá realizar a inscrição municipal, sem custos, pela FAC eletrônica a ser encaminhada por meio da Sala do Empreendedor.

Art. 7º Todos os órgãos públicos municipais envolvidos no processo de abertura e fechamento de empresas observarão a unicidade do processo de registro e de legalização, devendo, para tanto, articular as competências próprias com aquelas dos demais órgãos de outras esferas envolvidas na formalização empresarial, buscando, em conjunto, compatibilizar e integrar procedimentos, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade do processo, da perspectiva do usuário.

§ 1º O CGM, por meio de Resolução, homologada por Decreto do Chefe do Executivo Municipal, estabelecerá os prazos máximos em dias, que cada órgão público municipal envolvido nos procedimentos de abertura e/ou baixa, expedição de alvarás e licenças levará para o devido encaminhamento dos processos.

§ 2º O processo de registro do microempreendedor individual deverá ter trâmite especial, opcional para o empreendedor na forma a ser disciplinada pelo CGM.

Art. 8º Os aspectos urbanísticos, sanitários, ambientais, além da inscrição municipal, considerando-se os fins de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas, deverão ser simplificados, racionalizados e uniformizados pelos órgãos envolvidos na abertura e fechamento de empresas, no âmbito de suas competências.

Parágrafo único. A regulamentação deste artigo se dará por meio de Resolução do CGM, homologada por Decreto do Chefe do Executivo Municipal.

Art. 9º Poderá ser autorizado o funcionamento de atividades econômicas que contemplem o uso conjunto misto do uso residencial, agregado a usos comerciais, industriais ou de prestação de serviço, desde que de pequeno impacto, baixo risco e sem geração de grandes fluxos de pessoas e veículos, especialmente no caso dos

MEIs, a ser regulamentado por meio de Resolução do CGM, homologado por Decreto do Chefe do Executivo Municipal.

Art. 10. A administração pública municipal disponibilizará, em 6 (seis) meses contados da publicação desta lei, um banco de dados com informações, orientações e instrumentos à disposição dos usuários, de forma presencial e pela rede mundial de computadores, de forma integrada e consolidada, que permitam realizar pesquisas prévias às etapas de registro ou inscrição, alteração e baixa de empresas, de modo a prover ao usuário a certeza quanto à documentação exigível e quanto à viabilidade do registro ou da inscrição.

Parágrafo único. O banco de dados a que se refere o caput poderá ser substituído por iniciativa vinculada ao portal a ser criado pelo Comitê para Gestão da REDESIM.

Art. 11. Deverão ser observados os demais dispositivos constantes da Lei Complementar Federal 123/06, da Lei Federal n. 11.598/06 e das resoluções do Comitê para Gestão da REDESIM.

Art. 12. As empresas de que trata esta Lei Complementar que se encontram inativas por mais de doze meses, ficam autorizadas a proceder a baixa dos seus registros perante a Prefeitura Municipal de Brusque, independente do pagamento de taxas ou alvarás retroativos, condicionada a baixa, ao pagamento dos tributos devidos até a data da cessação da atividade, observado o disposto nos §§ 3º e 4º deste artigo.

§ 1º A comprovação de inatividade independe do registro de distrato perante a junta comercial.

§ 2º A comprovação de inatividade poderá ser feita mediante a apresentação de cópia da Declaração de Inatividade apresentada perante a Receita Federal do Brasil, acompanhada por declaração do responsável contábil da empresa.

§ 3º A baixa referida no caput não impede que, posteriormente, sejam lançados ou cobrados impostos, contribuições e respectivas penalidades, decorrentes da simples falta de recolhimento ou da prática comprovada e apurada em processo administrativo ou judicial de outras irregularidades praticadas pelos empresários, microempresas, empresas de pequeno porte ou por seus titulares, sócios ou administradores.

§ 4º A solicitação de baixa na hipótese prevista no caput importa responsabilidade solidária dos titulares, dos sócios e dos administradores do período de ocorrência dos respectivos fatos geradores.

Art. 13. A empresa que encerrar as suas atividades mediante Distrato Social homologado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, deverá regularizar a sua situação cadastral até 31 de dezembro do respectivo ano, perante a Prefeitura Municipal de Brusque, sob pena de aplicação de multa.

Parágrafo único. O valor da multa será fixado mediante tabela da Secretaria da Fazenda do Município, na qual deverá constar diferencial para empresas de pequeno porte, microempresas, e para o MEI.

Art. 14. O contador ou técnico contábil devidamente registrado no respectivo conselho de classe, comunicará na forma regulamentada pelo Código Tributário Municipal, por requerimento protocolado no setor de fiscalização e tributação municipal ou por declaração eletrônica que seja disponibilizada, a condição de inatividade, paralisação, encerramento, suspensão e reinício das atividades da empresa, por meio de documento próprio.

## SEÇÃO II

## DA CONSULTA DE VIABILIDADE E DA CONCESSÃO DE ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 15. A consulta de viabilidade deverá ser requerida ao Instituto Brusquense de Planejamento - IBPLAN.

§ 1º O microempreendedor individual fica dispensado de pagamento de taxas relativas à consulta de viabilidade.

§ 2º O microempreendedor individual poderá ter seu pedido de consulta de viabilidade encaminhado pela Sala do Empreendedor, sem custos.

Art. 16. Todos os procedimentos relativos à consulta de viabilidade, inscrição, alteração e baixa de empresas poderão ser realizados por meio de sistemas informatizados, integrados ao sistema Registro Mercantil Integrado - REGIN.

Art. 17. Para fins de cadastramento e concessão do Alvará de Licença para Localização e Funcionamento, o Município adotará a codificação prevista na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE em todos os documentos necessários a inscrição das empresas, incluindo Alvarás de qualquer natureza e Habite-se.

Art. 18. O Município, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/06 e suas alterações, poderá emitir Alvará de Localização e Funcionamento Provisório às entidades preferenciais, a título de autorização precária do funcionamento e instalação de atividade econômica para posterior regularização definitiva, desde que cumpridos os requisitos a serem estabelecidos em legislação municipal ou pelas Resoluções do Conselho Gestor Municipal - CGM.

Parágrafo único. O Alvará de Localização e Funcionamento Provisório terá validade de 01 (um) ano, contado a partir da data de sua emissão, e será expedido pela Secretaria da Fazenda do Município.

Art. 19. A inscrição do microempreendedor individual deverá ser realizada no Portal do Empreendedor, disponível no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br), após a realização e deferimento da consulta de viabilidade no IBPLAN.

Art. 20. O art. 21 da Lei Complementar nº 139/08, alterado pela Lei Complementar nº 150/09, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 21. Nenhum empreendimento poderá funcionar sem o Alvará de Localização e Funcionamento da Municipalidade.

§ 1º Para a obtenção do Alvará de Localização e Funcionamento Definitivo é necessária a apresentação dos seguintes documentos: I - Consulta de Viabilidade de Localização e Funcionamento válida e aprovada, expedida para o uso da atividade pretendida pelo requerente pelo REGIN ou por meio físico no IBPLAN;

II - Alvará Sanitário emitido pela Vigilância Sanitária para as atividades previstas na legislação;

III - Licença/Certidão Ambiental, Dispensa ou Declaração, expedida pelo órgão ambiental competente, para as atividades previstas na legislação vigente, com exceção dos empreendimentos de que trata a Lei que dispõe sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido à ME, EPP, MEI e EIRELI, não considerados de alto risco;

IV - Atestado de Aprovação de Vistoria para Funcionamento emitido pelo Corpo de Bombeiros;

V - Cópia do Contrato Social;

VI - Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

VII - FAC eletrônica devidamente preenchida, etiquetada, assinada e protocolada eletronicamente via software disponível no site

<http://www.brusque.sc.gov.br> ;

VIII - Comprovante de domínio ou contrato de locação sobre o imóvel para o qual pleiteia o alvará;

IX - Habite-se da construção.

§ 2º Exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto, será concedido para o início imediato de operação do empreendimento, Alvará de Localização e Funcionamento Provisório, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - Consulta de Viabilidade de Localização e Funcionamento válida e aprovada, expedida para o uso da atividade pretendida pelo requerente pelo REGIN ou por meio físico no IBPLAN;

II - Protocolo de solicitação do Alvará Sanitário ou da Licença Provisória Sanitária emitida pela Vigilância Sanitária;

III - Protocolo de solicitação da Licença/Certidão Ambiental, Dispensa ou Declaração, expedida pelo órgão ambiental competente, para as atividades previstas na legislação vigente, com exceção dos empreendimentos de que trata a Lei que dispõe sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido à ME, EPP, MEI e EIRELI, não considerados de alto risco;

IV - Protocolo de solicitação de Vistoria para funcionamento emitido pelo Corpo de Bombeiros;

V - Cópia do Contrato Social;

VI - Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

VII - FAC eletrônica devidamente preenchida, etiquetada, assinada e protocolada eletronicamente via software disponível no site <http://www.brusque.sc.gov.br>;

VIII - Comprovante de domínio ou contrato de locação sobre o imóvel para o qual pleiteia o alvará;

IX - Habite-se da construção;

X - Termo de ciência e responsabilidade relativo a precariedade do alvará.

§ 3º A Consulta de Viabilidade referida no inciso I do § 2º deste artigo, deverá ser feita, previamente, por meio de requerimento que especifique com clareza:

I - atividade do empreendimento;

II - o local em que o requerente pretende exercer a sua atividade;

III - o horário de funcionamento;

IV - nível de ruído;

V - número de funcionários;

VI - quantidade e porte dos caminhões de carga/descarga em média mensal;

VII - quantidade de vagas de estacionamento (2,40 x 5,00 metros) no interior do terreno.

§ 4º O Alvará de Localização e Funcionamento provisório terá as seguintes características:

I - será de natureza precária, não cabendo qualquer indenização caso não venha a ser fornecido o alvará definitivo;

II - seu prazo de validade será de 01 (um) ano, contado a partir da data de sua emissão;

III - sua concessão não isentará o pagamento de qualquer tributo, exceto aqueles de previsão legal aplicável às entidades preferenciais;

IV - durante a vigência de seu prazo de validade e enquanto não forem finalizados os processos de licenciamento nos órgãos competentes de análise, o beneficiado é responsável por eventuais danos causados à saúde, segurança e meio ambiente públicos;

V - sua cassação ou cancelamento será comunicada ao Comitê Gestor do Simples Nacional;

VI - será concedido uma única vez, por endereço, sendo vedada sua concessão a quem tiver sido anteriormente beneficiado;

VII - permitirá o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato de inscrição e registro, exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado significativo ou alto, conforme a legislação municipal vigente ou por determinações

contidas nas Resoluções do CGM.

§ 5º Casa haja flexibilização do prazo para cumprimento das exigências de projeto e execução necessárias para regularização das atividades perante o IBPLAN, Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros e órgão ambiental competente, o requerente deverá apresentar os documentos em questão no prazo determinado pelos órgãos citados, sob pena de cassação do Alvará de Localização e Funcionamento Definitivo, independente de prévia comunicação.

§ 6º Ficam dispensados da apresentação de Habite-se para a concessão do Alvará de Localização e Funcionamento Definitivo, os empreendimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços cujas edificações foram construídas até a data de entrada em vigor da presente Lei Complementar, sem efetiva regularização do Habite-se.

§ 7º Para comprovação da data de construção prevista no § 6º deverá haver a apresentação de documento que comprove e justifique a efetiva data de ocupação da construção anterior a publicação desta Lei Complementar, tais como: faturas de água, ligação definitiva de energia elétrica, carnês de IPTU com lançamento de imposto predial ou outros documentos de igual teor.

§ 8º A constatação de notória falsidade nas informações prestadas em toda a documentação apresentada pelo requerente para a obtenção do Alvará de Localização e Funcionamento o sujeitará às penalidades cabíveis.

§ 9º Para fins de expedição do Alvará de Localização e Funcionamento Definitivo, nos termos do § 6º deste artigo, os representantes dos empreendimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços deverão apresentar, com a devida firma reconhecida, declaração no Instituto Brusquense de Planejamento - IBPLAN, na qual informa que a edificação comercial/industrial não possui a certidão do Habite-se. Sendo o proprietário titular do empreendimento, é necessário a apresentação de termo de regularização da construção, estabelecendo-se o prazo de 01 (um) ano para cumprimento das exigências legais.

§ 10. Em não havendo a regularização, o órgão municipal competente, sem prejuízo das sanções legais, notificará o responsável para cumprimento do termo de regularização, estabelecendo novo prazo de 01 (um) ano.

§ 11. Transcorrido os prazos fixados nos §§ 9º e 10º deste artigo, o responsável terá seu imóvel lançado no "Rol dos Imóveis Inaptos para abertura de empresas", a ser divulgado pelo Instituto Brusquense de Planejamento - IBPLAN, sem prejuízo das penalidades legais, que notificará o representante do empreendimento, para, no prazo de 01 (ano), realizar o procedimento de alteração de endereço, sob pena de cassação do Alvará de Localização e Funcionamento Definitivo.

§ 12. A entidade preferencial que exercer atividade econômica sem localização fixa, deverá declarar como domicílio fiscal o seu endereço residencial para fins exclusivamente de correspondência e intimações oficiais, dispensado Habite-se da construção, sendo proibido o desenvolvimento da atividade no local, o afluxo de clientela, fornecedores, ou empregados, colocação de placas de identificação, potencial ou real prejuízo ao sossego público, em face da natureza da atividade, independente de restrição urbanística e de loteamento, caso em que o pedido de alvará de funcionamento será concedido, sob homologação.

§ 13. Cumprida a legislação municipal, será concedido ao MEI o Alvará de Localização e Funcionamento, sem prévia vistoria, com exceção das atividades econômicas consideradas de alto risco.

§ 14. Se após a concessão do alvará for constatada alguma irregularidade da inscrição do MEI, este será intimado a proceder sua

regularização, sob as penas da legislação municipal.

§ 15. Na hipótese do § 12 haverá dispensa do Alvará Sanitário, desde que a atividade econômica exercida não comporte sua exigência.

§ 16. Ressalva a disposição do § 12, as atividades econômicas com características comerciais, industriais ou de prestação de serviços somente serão autorizados em loteamentos aprovados no âmbito municipal caso:

I - os usos do solo estiverem previstos nos Alvarás e Decretos Municipais de aprovação do loteamento ou nos memoriais descritivos que estiverem devidamente registrados no Cartório de Registro de Imóveis; ou

II - não havendo restrição de usos nos documentos de aprovação do loteamento pela municipalidade, obedeçam ao disposto no zoneamento constante do Plano Diretor para o local.

§ 17. Quando houver flexibilização na legislação estadual e federal relativa à apresentação de documentação para registro de empresa no âmbito de suas competências, poderá o município observar o citado na referida legislação."

Art. 21. São consideradas atividades de alto risco exercidas pelo microempreendedor individual - MEI aquelas, cujas atividades sejam prejudiciais ao sossego público e que tragam riscos ao meio ambiente e que contenham entre outros:

I - material inflamável;

II - aglomeração de pessoas;

III - possam produzir nível sonoro superior ao estabelecido em Lei;

IV - material explosivo;

V - outras atividades definidas pelo Comitê Gestor Municipal.

§ 1º As atividades de alto risco a que se refere o caput deste artigo são as definidas abaixo, com identificação na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE:

#### CNAE DESCRIÇÃO

9603-3/04 Serviços de funerárias

0161-0/01 Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas

3101-2/00 Fabricação de móveis com predominância de madeira

3104-7/00 Fabricação de colchões

1340-5/01 Estamparia e texturização em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário

1340-5/02 Alvejamento, tingimento e torção em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário

1510-6/00 Curtimento e outras preparações de couro

1721-4/00 Fabricação de papel

1742-7/01 Fabricação de fraldas descartáveis

2052-5/00 Fabricação de desinfetantes domissanitários

2061-4/00 Fabricação de sabões e detergentes sintéticos

2062-2/00 Fabricação de produtos de limpeza e polimento

2063-1/00 Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal

2092-4/02 Fabricação de artigos pirotécnicos

3104-7/00 Fabricação de colchões

3812-2/00 Coleta de resíduos perigosos

4520-0/01 Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores

4771-7/02 Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas

4784-9/00 Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)

4789-0/05 Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários

4789-0/06 Comércio varejista de fogos de artifício e artigos pirotécnicos

4784-4/00 Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (glp)

8122-2/00 Imunização e controle de pragas urbanas

9001-9/02 Produção Musical - casas de show e eventos - discotecas

2539-0 Galvanoplastia - serviços de usinagem, solda, tratamento e revestimento em metais

9329-8/01 Discotecas, danceterias, salões de dança e similares

4520-0/05 Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores

§ 2º Os demais empreendimentos desta Lei Complementar serão enquadrados nos termos das Resoluções nºs 13 e 14 do CONSEMA.

§ 3º Outras atividades de alto risco a que se refere o caput deste artigo poderão ser definidas por meio de Resolução do CGM, homologadas por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 4º O CGM regulamentará a expedição do Alvará de Licença para Localização e Funcionamento para o comércio ambulante, no prazo de até 06 (seis) meses a partir da publicação desta Lei.

Art. 22. Os alvarás, definitivos ou provisórios, serão cancelados se:

I - expedido com inobservância da legislação e regulamentos;

II - ocorrer reincidência de infrações à legislação municipal;

III - se após a notificação da fiscalização orientadora não forem cumpridas as exigências estabelecidas pela Administração Municipal, nos prazos por ela definidos.

Art. 23. A presente lei não exime o contribuinte de promover a regularização perante os demais órgãos competentes, assim como nos órgãos fiscalizadores do exercício profissional.

#### SEÇÃO III

##### DA SALA DO EMPREENDEDOR

Art. 24. Com o objetivo de orientar os empreendedores, simplificando os procedimentos de registro de empresas no município, fica criada a Sala do Empreendedor, com as seguintes atribuições:

I - disponibilizar aos interessados as informações necessárias à emissão da inscrição municipal e do alvará de localização e de funcionamento, mantendo-as atualizadas nos meios eletrônicos de comunicação oficial;

II - obtenção da Consulta de Viabilidade, verificando o zoneamento na área do empreendimento;

III - obtenção do alvará pelo município;

IV - orientação acerca dos procedimentos necessários para a regularização da situação fiscal e tributária dos contribuintes;

V - obtenção de certidões de regularidade fiscal e tributária.

§ 1º Na hipótese de indeferimento de alvará ou inscrição municipal, o interessado será informado a respeito dos fundamentos e será oferecida orientação para adequação à exigência legal na Sala do Empreendedor.

§ 2º Para a consecução dos seus objetivos, na implantação da Sala do Empreendedor, a administração municipal firmará parceria com outras instituições para oferecer orientação acerca da abertura, do funcionamento e do encerramento de empresas, incluindo apoio para elaboração de plano de negócios, pesquisa de mercado, orientação acerca de crédito, associativismo e programas de apoio oferecidos no município.

#### SEÇÃO IV

##### DO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO

Art. 25. Caberá ao Poder Executivo Municipal a designação de servidor(es) e área responsável em sua estrutura funcional para a efetivação dos dispositivos previstos na presente lei, observadas as especificidades locais.

§ 1º A função de Agente de Desenvolvimento caracteriza-se pelo exercício de articulação das ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e territorial, mediante ações locais ou comunitárias, individuais ou coletivas, que visem ao cumprimento das disposições e diretrizes contidas nesta Lei, sob supervisão do órgão gestor local responsável pelas políticas de desenvolvimento.

§ 2º O(s) Agente(s) de Desenvolvimento deverá preencher os seguintes requisitos:

I - residir na área da comunidade em que atuar;

II - haver concluído, com aproveitamento, curso de qualificação básica para a formação de Agente de Desenvolvimento;

III - haver concluído o ensino médio;

IV - ser servidor efetivo da municipalidade.

§ 3º Caberá ao(s) Agente(s) de Desenvolvimento buscar no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com as demais entidades municipalistas e de apoio e representação empresarial, o suporte para ações de capacitação, estudos e pesquisas, publicações, promoção de intercâmbio de informações e experiências.

### CAPÍTULO III DO REGIME TRIBUTÁRIO

Art. 26. As entidades preferenciais optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte - Simples Nacional, relativamente ao Imposto Sobre Serviços - ISS, cingir-se-ão às disposições fixadas pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, e pelas normas expedidas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.

Art. 27. A retenção na fonte de ISS das microempresas ou das empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional somente será permitida se observado o disposto nos artigos 3º a 6º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e deverá observar as seguintes normas:

I - a alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ISS previsto nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação;

II - na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser prestado no mês de início de atividades da microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser aplicado pelo tomador a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à menor alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

III - na hipótese do inciso II deste parágrafo, constatando-se que houve diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada, caberá à microempresa ou empresa de pequeno porte prestadora dos serviços efetuar o recolhimento dessa diferença no mês subsequente ao do início de atividade em guia própria do Município;

IV - na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte estar sujeita à tributação do ISS no Simples Nacional por valores fixos mensais, não caberá a retenção a que se refere o caput salvo quando o ISS for devido a outro município;

V - na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte não informar a alíquota de que tratam os incisos I e II deste artigo e no documento fiscal, aplicar-se-á a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à maior alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

VI - não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal for

inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença será realizado em guia própria do Município;

VII - o valor retido, devidamente recolhido, será definitivo, e sobre a receita de prestação de serviços que sofreu a retenção não haverá incidência de ISS a ser recolhido no Simples Nacional.

Art. 28. O valor devido mensalmente a título de ISS pelas microempresas optantes pelo Simples Nacional que auferam receita bruta, no ano-calendário anterior, igual ou inferior ao valor definido no § 18, do art. 18, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, poderá ser por estimativa, nos termos e nos limites estabelecidos na legislação federal e suas respectivas resoluções.

Parágrafo único. Optando o Município pelo regime de estimativa constante do caput, deverá o Secretário da Fazenda realizar a publicação de Edital com os valores estimados e as empresas sujeitas ao regime no ano anterior a adoção de estimativa, que será aplicada a partir do ano-calendário seguinte à publicação.

Art. 29. Os escritórios de contabilidade, mesmo que optantes pelo Simples Nacional, recolherão o ISS conforme dispõe o art. 18, § 5º-B c/c § 22-A, inciso XIV da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 30. Aplicam-se para efeitos desta lei as obrigações acessórias previstas no Código Tributário Municipal e demais legislações correlatas.

### CAPÍTULO IV DA FISCALIZAÇÃO ORIENTADORA

Art. 31. Sem prejuízo de sua ação específica, a autoridade fiscal exercerá sua atividade prioritariamente de maneira orientadora e não punitiva às entidades preferenciais.

Parágrafo único. Sempre que possível e a infração não pôr em risco os consumidores e os trabalhadores, o auto de infração será precedido de intimação com prazo de 30 (trinta) dias para solucionar a irregularidade.

Art. 32. Nos moldes do artigo anterior, quando da fiscalização municipal, será observado o critério de dupla visita, para lavratura de auto de infração, exceto na ocorrência de reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização.

Art. 33. A dupla visita consiste em uma primeira ação, com a finalidade de verificar a regularidade do estabelecimento e em ação posterior de caráter punitivo quando, verificada qualquer irregularidade na primeira visita, não for efetuada a respectiva regularização no prazo determinado.

Art. 34. Quando na visita for constatada qualquer irregularidade, será lavrado um termo de verificação e orientação para que o responsável possa efetuar a regularização no prazo de 30 (trinta) dias, sem aplicação de penalidade.

§ 1º Quando o prazo referido neste artigo, não for suficiente para a regularização necessária, o interessado deverá protocolar na Secretaria da Fazenda do Município, um termo de ajuste de conduta, no qual, justificadamente, assumirá o compromisso de efetuar a regularização dentro do cronograma que for fixado no termo, acompanhado de documentos que comprovem a impossibilidade de providenciar a regularização proposta, ficando a análise sujeita a despacho do Secretário da Fazenda do Município.

§ 2º Decorridos os prazos fixados no caput ou no termo de verificação, sem a regularização necessária, será lavrado auto de infração com aplicação de penalidade cabível.

Art. 35. Fica autorizado o Município de Brusque a firmar convênio com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para realizar a inscrição em dívida ativa municipal e a cobrança judicial dos tributos municipais a que se refere a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações.

## CAPÍTULO V DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

### SEÇÃO I DO APOIO À INOVAÇÃO

Art. 36. O Poder Público Municipal criará a Comissão de Tecnologia e Inovação do Município, com a finalidade de promover a discussão de assuntos relativos à pesquisa e ao desenvolvimento científico-tecnológico, o acompanhamento dos programas de tecnologia e a proposição de ações na área de Ciência, Tecnologia e Inovação de interesse do Município e vinculadas ao apoio a entidades preferenciais.

Parágrafo único. A Comissão referida no caput deste artigo será constituída por representantes, titulares e suplentes, de instituições científicas e tecnológicas, centros de pesquisa tecnológica, incubadoras de empresas, parques tecnológicos, agências de fomento e instituições de apoio, associações de microempresas e empresas de pequeno porte e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda ou sua sucedânea.

### SEÇÃO II DO FOMENTO ÀS INCUBADORAS, CONDOMÍNIOS EMPRESARIAIS E EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA

Art. 37. O Poder Público Municipal manterá programa de desenvolvimento empresarial, instituindo ou apoiando pré-incubadoras e incubadoras de empresas inovadoras, com a finalidade de desenvolver ME, EPP, MEI e EIRELI em vários setores de atividade.

§ 1º A Prefeitura Municipal será responsável pela implementação do programa de desenvolvimento empresarial referido no caput deste artigo, por si ou em parceria com entidades de pesquisa e apoio à entidade preferencial, órgãos governamentais, agências de fomento, instituições científicas e tecnológicas, núcleos de inovação tecnológica e instituições de apoio.

§ 2º As ações vinculadas à operação de incubadoras serão executadas em local especificamente destinado para tal fim, ficando a cargo da municipalidade as despesas com aluguel, manutenção do prédio, e demais despesas de custeio.

§ 3º Por meio de Resolução do Comitê Gestor Municipal será estabelecido incentivo fiscal para as empresas desenvolvedoras de software e hardware devidamente inscritas e localizadas no município, principalmente, no que se refere aos valores de taxas, emolumentos e demais custos relativos à abertura, à inscrição, ao registro, aos alvarás de licença, havendo estímulo para adequação das empresas já existentes.

Art. 38. O Poder Público Municipal poderá criar distritos industriais, parques e condomínios tecnológicos, inclusive mediante aquisição ou desapropriação de áreas situadas no Município para essa finalidade.

Parágrafo único. Para consecução dos objetivos de que trata o presente artigo, a Prefeitura Municipal poderá celebrar instrumentos jurídicos apropriados, inclusive convênios e outros instrumentos jurídicos específicos, com órgãos da Administração direta ou indireta, federal ou estadual, bem como com organismos internacionais, instituições de pesquisa, universidades, instituições de fomento, investimento ou financiamento, buscando promover a

cooperação entre os agentes envolvidos e destes com empresas cujas atividades estejam baseadas em conhecimento e inovação tecnológica.

## CAPÍTULO VI DO ACESSO AOS MERCADOS

Art. 39. Nas contratações públicas de bens, serviços e obras do Município, poderá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as entidades preferenciais, nos termos do disposto na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial, de seu capítulo V.

Parágrafo único. Subordinam-se ao disposto nesta Lei, além dos órgãos da administração pública municipal direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município.

Art. 40. Para a ampliação da participação das entidades preferenciais, a Administração Pública Municipal poderá instituir cadastro próprio, de acesso livre, ou adequar os cadastros existentes, para identificar as entidades preferenciais sediadas regionalmente.

Art. 41. As contratações diretas por dispensas de licitação com base nos incisos I e II do artigo 24 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, poderão preferencialmente ser realizadas com entidades preferenciais sediadas no Município ou região, desde que seja vantajoso ao Erário.

Art. 42. Exigir-se-á da entidade preferencial para habilitação em licitações do Município para fornecimento de bens e/ou prestação de serviços, os documentos constantes definidos no Instrumento Convocatório, na forma da legislação.

Art. 43. A comprovação de regularidade fiscal das entidades preferenciais será exigida no momento da licitação, conforme disciplinado no Instrumento Convocatório, sendo-lhes assegurado o seguinte:

I - havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis justificadamente por igual período, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for notificado pela autoridade da Administração para a regularização da situação fiscal, podendo ser inclusive na própria sessão de licitação;

II - a não regularização da documentação, no prazo previsto no inciso I, implicará na preclusão do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, caso comprovado algum prejuízo ao Poder Público, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

Art. 44. As entidades contratantes poderão exigir dos licitantes para fornecimento de bens, serviços e obras, a subcontratação de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, sob pena de desclassificação.

§ 1º A exigência de que trata o caput deve estar prevista no instrumento convocatório; não sendo passível de subcontratação as parcelas relativas à qualificação técnica, quando exigidas.

§ 2º É vedada a exigência de subcontratação de empresas específicas.

§ 3º A Administração poderá estabelecer no Instrumento Convocatório as parcelas passíveis de subcontratação, naquilo que couber, conforme o objeto licitado e a composição do mesmo.

§ 4º As entidades preferenciais deverão apresentar à fiscalização do serviço/fornecimento, todos os documentos solicitados pela Administração, sob pena das sanções legais e contratuais.

§ 5º A empresa contratada compromete-se a substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta dias), na hipótese de extinção da subcontratação devidamente justificada, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando a fiscalização do Órgão ou Entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis.

§ 6º A empresa contratada responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação, não se estabelecendo qualquer vínculo entre a Administração e as entidades preferenciais.

§ 7º Os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da Administração poderão ser destinados diretamente às entidades preferenciais subcontratadas.

§ 8º Demonstrada a inviabilidade de nova subcontratação, nos termos do § 5º, a Administração deverá transferir a parcela subcontratada à empresa contratada.

§ 9º Não deverá ser exigida a subcontratação quando esta for inviável ou não for vantajosa para a Administração Pública Municipal ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

Art. 45. A exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:

I - microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou empresa individual de responsabilidade limitada; II - consórcio composto em sua totalidade ou parcialmente por microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais ou empresa individual de responsabilidade limitada, respeitado o disposto no artigo 33 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 46. Nas licitações para a aquisição de bens, produtos e serviços de natureza divisível e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo, a Administração Pública Municipal poderá reservar, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto, para a contratação de entidades preferenciais.

§ 1º O disposto neste artigo não impede a contratação das entidades preferenciais na totalidade do objeto.

§ 2º Admite-se a divisão da cota reservada em múltiplas cotas, objetivando-se a ampliação da competitividade, de forma que a soma dos percentuais de cada cota em relação ao total do objeto não poderá ultrapassar a 25% (vinte e cinco por cento).

§ 3º Não havendo interessados para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada aos demais interessados.

§ 4º A cota de 25 % (vinte e cinco por cento) a que se refere o caput será prevista no instrumento convocatório, o qual especificará o objeto/itens passíveis de contratação preferencial por microempresas e empresas de pequeno porte.

Art. 47. Nas licitações será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais.

§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas entidades preferenciais sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º será apurado após a fase de lances e antes da negociação e corresponderá à diferença de até 5 % (cinco por cento) superior ao valor do melhor preço.

Art. 48. Para efeito do disposto no artigo anterior, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I - a entidade preferencial mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado, em seu favor o objeto; II - não ocorrendo a contratação da empresa preferencial, na forma do inciso I, serão convocadas as remanescentes, que porventura se enquadrem na hipótese do artigo 48, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas entidades preferenciais que se encontrem nos intervalos estabelecidos no artigo 48, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 1º Na hipótese da não contratação nos termos previstos nos incisos I, II e III, o contrato será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 2º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por entidade preferencial.

§ 3º No caso de pregão, após o encerramento dos lances, a entidade preferencial melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos por item em situação de empate, sob pena de preclusão.

§ 4º Nas demais modalidades de licitação, o prazo para os licitantes apresentarem nova proposta será de 5 (cinco) dias úteis, sendo válido para todos os fins a comunicação feita na forma que o edital definir, inclusive eletronicamente.

Art. 49. Os órgãos e entidades contratantes poderão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de entidades preferenciais nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Art. 50. Não se aplica o disposto neste capítulo, quando:

I - os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as entidades preferenciais não forem expressamente previstos no instrumento convocatório; II - o tratamento diferenciado e simplificado para as entidades preferenciais não for vantajoso para a Administração ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado; III - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de entidades preferenciais, aplicando-se o disposto no art. 50.

Art. 51. Para fins do disposto nesta lei, o enquadramento das empresas previstas no art. 1º desta Lei dar-se-á por meio da Certidão Simplificada da Junta Comercial ou declaração do Contador, documentação a ser entregue, em se tratando de pregão durante o credenciamento e nas demais modalidades tradicionais da Lei 8.666/93, na fase de habilitação, conforme disciplinado no edital, sob pena de preclusão.

Art. 52. As disposições deste capítulo entrarão em vigor dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de entrada em vigor da presente Lei Complementar.

**CAPÍTULO VII****DO ESTÍMULO AO MERCADO LOCAL, AO CRÉDITO E À CAPITALIZAÇÃO**

Art. 53. A Administração Municipal incentivará a realização de feiras, eventos, congressos e eventos congêneres, de produtores e artesãos locais, assim como apoiará missões técnicas para exposição e venda de produtos locais em outros centros e municípios de grande comercialização.

Art. 54. A Administração Pública Municipal, para estímulo ao crédito e à capitalização das microempresas e empresas de pequeno porte e dos microempreendedores individuais, poderá reservar em seu orçamento anual, percentual a ser utilizado para apoiar programas de crédito e ou garantias, isolados ou suplementarmente aos programas instituídos pelo Estado ou a União, de acordo com regulamentação específica do Poder Executivo Municipal.

Art. 55. A Administração Pública Municipal fomentará e apoiará a criação e o funcionamento de linhas de microcrédito operacionalizadas por meio de instituições, tais como: cooperativas de crédito, sociedades de crédito ao empreendedor e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, dedicadas ao microcrédito com atuação no âmbito do Município ou da região.

Art. 56. A Administração Pública Municipal fomentará e apoiará a criação e o funcionamento de estruturas legais focadas na garantia de crédito com atuação no âmbito do Município ou da região.

Art. 57. A Administração Pública Municipal fomentará e apoiará a instalação e a manutenção, no Município, de cooperativas de crédito e outras instituições financeiras, público e privadas, que tenham como principal finalidade a realização de operações de crédito com as entidades preferenciais.

Art. 58. A Administração Pública Municipal fica autorizada a criar um Comitê de Orientação ao Crédito, coordenado pelo Poder Executivo do Município, constituído por agentes públicos, associações empresariais, profissionais liberais, profissionais do mercado financeiro, de capitais e/ou de cooperativas de crédito, com o objetivo de sistematizar as informações relacionadas ao crédito e financiamento e disponibilizá-las aos empreendedores, com foco principal nas entidades preferenciais, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda do Município ou sua sucedânea.

§ 1º Por meio desse Comitê, a administração pública municipal disponibilizará as informações necessárias aos empresários localizados no município, a fim de obter linhas de crédito menos onerosas e com menos burocracia.

§ 2º Também serão divulgadas as linhas de crédito destinadas ao estímulo à inovação, informando-se todos os requisitos necessários para o recebimento desse benefício.

§ 3º A participação no Comitê não será remunerada.

Art. 59. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termos de Adesão com a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário ou seu sucedâneo, em programas cujos recursos serão destinados à concessão de créditos a microempreendimentos do setor rural ou no âmbito de programas de reordenação fundiária.

Art. 60. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar as condições necessárias ao acesso dos depósitos especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nos termos do artigo 63 da Lei Federal 123/06.

§ 1º Poderão ser disponibilizados recursos financeiros obtidos no CODEFAT para programa específico de auxílio às cooperativas de crédito de cujos quadros de cooperados participem microempreendedores, empreendedores de microempresa e empresa de pequeno porte, bem como suas empresas.

§ 2º Os recursos referidos no caput deste artigo deverão ser destinados exclusivamente às microempresas e empresas de pequeno porte.

**CAPÍTULO VIII****DO ACESSO À JUSTIÇA**

Art. 61. O Município poderá realizar parcerias com a iniciativa privada, por meio de convênios com entidades de classe, instituições de ensino superior, ONGs, Ordem dos Advogados do Brasil - OAB e outras instituições semelhantes, a fim de orientar e facilitar às empresas de pequeno porte e microempresas o acesso à justiça, priorizando a aplicação do disposto no artigo 74 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 62. O Município poderá celebrar parcerias com entidades locais, inclusive com o Poder Judiciário, objetivando a estimulação e utilização dos institutos de conciliação prévia, mediação e arbitragem para solução de conflitos de interesse das empresas de pequeno porte e microempresas localizadas em seu território.

§ 1º O estímulo a que se refere o caput deste artigo compreenderá campanhas de divulgação, serviços de esclarecimento e tratamento diferenciado, simplificado e favorecido no tocante aos custos administrativos e aos honorários cobrados.

§ 2º Com base no caput deste artigo, o Município também poderá formar parceria com Poder Judiciário, OAB e Universidades, com a finalidade de criar e implantar o Setor de Conciliação Extrajudicial, bem como postos avançados do mesmo.

**CAPÍTULO IX****DO ASSOCIATIVISMO**

Art. 63. O Poder Executivo incentivará microempresas e empresas de pequeno porte a organizarem-se em Sociedades de Propósito Específico, na forma prevista no artigo 56 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ou outra forma de associação para os fins de desenvolvimento de suas atividades.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá alocar recursos para esse fim em seu orçamento.

Art. 64. A Administração Pública Municipal, identificadas as principais vocações econômicas do Município, incentivará o fortalecimento das principais atividades empresariais relacionadas a ela, estimulando a participação por meio de associações e cooperativas.

Art. 65. O Poder Executivo adotará mecanismos de incentivo às cooperativas e associações, para viabilizar a criação, a manutenção e o desenvolvimento do sistema associativo e cooperativo no Município por meio do (a):

I - estímulo à inclusão do estudo do cooperativismo e associativismo nas escolas do município, visando ao fortalecimento da cultura empreendedora como forma de organização de produção, do consumo e do trabalho;

II - estímulo à forma cooperativa de organização social, econômica e cultural nos diversos ramos de atuação, com base nos princípios gerais do associativismo e na legislação vigente;

III - estabelecimento de mecanismos de triagem e qualificação da informalidade, para implementação de associações e sociedades cooperativas de trabalho, visando à inclusão da população do

município no mercado produtivo fomentando alternativas para a geração de trabalho e renda;  
 IV - criação de instrumentos específicos de estímulo à atividade associativa e cooperativa destinadas à exportação;  
 V - apoio aos funcionários públicos e aos empresários locais para organizarem-se em cooperativas de crédito e consumo;  
 VI - cessão de bens e imóveis do município.

#### CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 66. As empresas de que trata esta Lei Complementar, que estiverem com sua licença de funcionamento vencida, poderão requerer os benefícios nesta lei estabelecidos, para fins de regularização.

Art. 67. As comunicações e notificações a serem efetuadas aos contribuintes enquadrados nesta Lei Complementar, obedecerá ao disposto no Código Tributário Municipal.

Art. 68. Os valores das multas constantes nesta Lei serão corrigidos anualmente pelo IGP-M ou outro que venha a ser adotado para a atualização dos tributos municipais.

Art. 69. Fica instituída a Semana Municipal do Empreendedor, da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte e do Microempreendedor Individual, a ser comemorada anualmente, com início no primeiro dia útil da terceira semana de setembro.

Art. 70. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia útil subsequente à sua publicação.

Art. 71. Revogam-se todas as disposições em contrário, em especial a LC 149/09 e os artigos 21-A, 21-B e 21-C da Lei Complementar 139/08.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de dezembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL
---------------------

Prefeito Municipal
--------------------

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial do Município - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON  
Chefe de Gabinete

### LEI COMPLEMENTAR Nº 229, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI COMPLEMENTAR nº 229, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.  
 Dá nova redação e acrescenta dispositivos legais à Lei Complementar nº 154/09 que trata da Guarda de Trânsito de Brusque, e dá outras providências.

#### O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O inciso XII do art. 6º e os artigos 8º, 9º e art. 12 todos da Lei Complementar 154, de 18 de dezembro de 2009, alterada pelas Leis Complementares nºs 158/10, 163/10, 200/12 e 221/13, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 6º ... ..

I - ... ..

.....  
 XII - realizar palestras em escolas e empresas sobre trânsito, bem como programas e ações de educação para o trânsito instituídas pela Guarda de Trânsito de Brusque;

.....  
 .....

Art. 8º A estrutura organizacional da Guarda de Trânsito de Brusque é composta por uma Diretoria, uma Coordenadoria das Atividades da Guarda de Trânsito, Supervisão de Operações de Trânsito, e por Agentes de Autoridade de Trânsito.

Art. 9º Ficam criados 01 (um) cargo de Diretor da Guarda de Trânsito de Brusque, 01 (um) cargo de Coordenador das Atividades da Guarda de Trânsito, e o cargo de Supervisor de Operações de Trânsito, todos de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 1º Os vencimentos do cargo de Diretor da Guarda de Trânsito e de Coordenador das Atividades da Guarda de Trânsito, são os correspondentes ao Padrão CC-IV e CC-V, respectivamente, estabelecidos no Anexo I-E da Lei Complementar nº 143/09.

§ 2º O cargo em comissão de Supervisor de Operações de Trânsito será ocupado por servidor ocupante de cargo efetivo integrante da Guarda de Trânsito de Brusque, cujo quantitativo será fixado em observância ao número de Agentes de Autoridade de Trânsito em exercício, sendo para cada 10 (dez) servidores efetivos 01 (um) Supervisor de Operações de Trânsito.

§ 3º O vencimento do cargo de Supervisor de Operações de Trânsito, será de R\$ 2.765,00 (dois mil, setecentos e sessenta e cinco reais), assegurado a revisão anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

.....

Art. 12. Compete ao Coordenador das Atividades da Guarda de Trânsito:

I - chefiar a execução das ações referentes à fiscalização do trânsito em geral, patrulhamento das vias e orientação a motoristas e pedestres;

II - promover o gerenciamento das ações no âmbito da educação escolar, voltadas à prevenção de acidentes, conforme disposições de ordem interna;

III - coordenar as atividades dos Supervisores de Operações de Trânsito e dos Agentes de Autoridade de Trânsito para garantia do bom andamento das atividades operacionais;

IV - outras competências inerentes ao cargo.

..... ” (NR).

Art. 2º Ficam acrescentados os incisos XVII e XVIII ao art. 6º e art. 12-A à Lei Complementar 154, de 18 de dezembro de 2009, alterada pelas Leis Complementares nºs 158/10, 163/10, 200/12 e 221/13, com as seguintes redações:

“Art. 6º .....

I - ... ..

.....  
 XVII - realizar o controle de trânsito nos horários de entrada e saída dos estabelecimentos de ensino;

XVIII - prestar auxílio no controle de trânsito nos locais onde estão sendo executadas obras públicas, sempre que solicitado pela Diretoria da Guarda de Trânsito de Brusque.

.....

.....  
 Art. 12-A O Supervisor de Operações de Trânsito terá as seguintes competências:

I - criar e elaborar as escalas de serviços da Guarda de Trânsito de Brusque;

II - verificar o asseio pessoal, fardamento e equipamentos dos agentes de autoridade de trânsito ao assumirem sua função;

III - verificar com os condutores das viaturas da Guarda de

Trânsito as condições da frota para garantir segurança dos agentes de trânsito quando no exercício de suas funções;  
IV - fazer cumprir os horários de saída e chegada na base operacional, bem como comunicar a direção na primeira oportunidade a falta ou atraso ao serviço dos agentes de autoridade de trânsito;  
V - realizar patrulhamento das vias do município, bem como monitorar as atividades previamente estabelecidas para os demais agentes;  
VI - auxiliar diretamente no planejamento e comandar a execução de eventos e serviços;  
VII - desenvolver e elaborar cronogramas e atividades de fiscalização individual e conjunta com demais instituições;  
VIII - orientar os pedestres e ciclistas para uma conduta segura no trânsito;  
IX - apoiar projetos e ações educativas desenvolvidas pela Secretaria de Trânsito e Mobilidade;  
X - designar agentes para atuação nas ações e programas educativos da instituição;  
XI - emitir avisos e recomendações conforme estatuto dos servidores públicos para agentes que não tiverem conduta adequada e ética em sua atividade diária;  
XII - outras atividades determinadas pelo Secretário de Trânsito e Mobilidade." (AC).

Art. 3º Fica acrescido no ANEXO II da Lei Complementar nº 154, de 18 de dezembro de 2009, alterada pelas Leis Complementares nºs 158/10, 163/10, 200/12 e 221/13, que trata do Manual de Ocupações do Quadro Permanente de Pessoal da Guarda de Trânsito de Brusque - Agente de Autoridade de Trânsito, atribuição de CONDUZIR VEÍCULO DE PROPULSÃO HUMANA, DOTADO DE DUAS RODAS.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de dezembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL
---------------------

Prefeito Municipal
--------------------

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON  
Chefe de Gabinete

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 230, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

LEI COMPLEMENTAR Nº 230, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária do Município, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Esta Lei Complementar dispõe sobre a Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária do Município, instituída pela Lei Complementar nº 16/92.

Art. 2º Os serviços e atividades sujeitos a Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária são:

I - vistoria sanitária: a pedido da pessoa proprietária ou responsável pela empresa, imóvel, bens, produtos ou serviços que por sua natureza, uso, aplicação, comercialização, industrialização, transporte, armazenamento, divulgação, que possa interessar a saúde pública;

II - vistoria prévia: vistoria realizada para instruir o processo para a concessão de Alvará Sanitário;

III - concessão de Alvará Sanitário: entendido como autorização sanitária para funcionamento de estabelecimentos, serviços e atividades de interesse da Vigilância Sanitária Municipal, a ser renovado anualmente;

IV - concessão de Licença Especial: entendida como autorização sanitária para a realização de atividades não enquadradas no inciso anterior;

V - concessão de Licença Provisória: entendida como autorização sanitária para a realização de atividades por prazo pré-determinado, que não ultrapasse os dias referentes a realização dos eventos, festas ou similares;

VI - fornecimento de Certidão, Declaração ou Atestado: relativos a assentos atribuíveis à Secretaria de Saúde do Município;

VII - análise e aprovação sanitária de Projetos de Construção, Reconstrução, Reforma e ou Ampliação;

VIII - concessão de Alvará Sanitário: para construção, reconstrução, reforma e ou ampliação;

IX - reemissão de Alvará Sanitário: em casos de perda do documento, em casos de mudança do Responsável Técnico, entre outros;

X - análise de projetos;

XI - concessão de Habite-se Sanitário;

XII - vistos, licenças, liberações e autenticações, baixas e alterações: relativos a receitas, notificações, produtos sujeitos a controle ou de interesse da saúde e livros de controle.

Art. 3º Considera-se ocorrido o fato gerador da Taxa de Vigilância Sanitária a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição, ou o exercício regular de atividades inerentes ao poder de polícia do serviço de vigilância sanitária no território do Município.

Parágrafo único. As normas do Procedimento Administrativo Fiscal concernentes à Taxa de Vigilância Sanitária, assim como a forma de inscrição dos correspondentes créditos tributários em dívida ativa do Município e de sua cobrança, reger-se-ão pelas regras estabelecidas no Código Tributário do Município.

Art. 4º A taxa é estabelecida em moeda corrente nacional e seu parâmetro de atualização se dará pelo mesmo índice e forma fixada em lei complementar para a atualização dos tributos municipais.

Art. 5º A Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária será remunerada de acordo com a tabela constante do Anexo, parte integrante da presente Lei Complementar.

Art. 6º O produto da arrecadação da Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária será de competência da Secretaria de Saúde do Município, a qual administrará tais recursos no aperfeiçoamento de ações e serviços de saúde no município.

**Art. 7º São isentos da Taxa de Vigilância Sanitária:**

- I - os órgãos da administração direta, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- II - as entidades sem fins lucrativos, declaradas de Utilidade Pública Municipal.

§ 1º Para fazer jus ao benefício, as entidades de que trata o inciso II deste artigo, deverão cumprir o disposto no art. 3º da Lei Municipal nº 3.414/11.

§ 2º A isenção da Taxa de Vigilância Sanitária não dispensa a obrigatoriedade do cumprimento das exigências contidas nas normas legais e regulamentares.

Art. 8º O contribuinte da taxa é o usuário efetivo ou potencial, de serviço sujeito à sua incidência, ou o destinatário de atividade inerente ao exercício do poder de polícia.

Art. 9º A arrecadação e fiscalização da taxa compete a repartição fazendária municipal e a Secretaria de Saúde do Município e será recolhida:

I - até a data em que deva ser requerido o serviço ou atividade, quando este ou aquele estiver sujeito a prazo certo;

II - até a data do requerimento do serviço ou atividade, nos demais casos;

III - até a data de vencimento do alvará sanitário, renovado anualmente.

§ 1º O exercício dos alvarás sanitários inicia-se em 01 de janeiro e encerra-se dia 31 de dezembro de cada exercício.

§ 2º O prazo para renovação do alvará sanitário e recolhimento da respectiva Taxa dos Atos da Vigilância Sanitária encerra-se no dia 28 de fevereiro de cada exercício, sob pena de aplicação da penalidade de multa e demais sanções previstas no Código Sanitário Municipal.

§ 3º O valor da taxa a ser cobrada será a soma das atividades efetivamente exercidas pelo contribuinte, e apuradas mediante fiscalização.

Art. 10. Os valores das taxas de que trata esta Lei Complementar, ficam reduzidos em 25% (vinte e cinco por cento) para microempresas e empresas de pequeno porte, no primeiro ano de suas atividades.

Art. 11. O Poder Executivo poderá expedir os regulamentos caso necessários à execução desta Lei.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de dezembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL
---------------------

Prefeito Municipal
--------------------

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON  
Chefe de Gabinete

**LEI COMPLEMENTAR Nº 231, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

LEI COMPLEMENTAR nº 231, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Altera, acrescenta e revoga dispositivos legais à Lei Complementar nº 34/94, que instituiu o Código Tributário do Município de Brusque, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:**

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O § 1º do art. 16, inciso III do art. 20, inciso III do art. 35, art. 37, inciso I do art. 83, inciso I e alínea b do art. 110, art. 114, art. 146, caput do art. 173, art. 188, § 3º do art. 201, inciso III e parágrafo único do art. 249, que passa a ser § 1º, art. 253, caput do art. 279 e seu parágrafo único, que passa a ser § 1º, cabeçalho da Tabela I-A, item 2.1 da Tabela I-B, todos da Lei Complementar nº 34, de 20 de dezembro de 1994, alterada pelas Leis Complementares nºs 40/95, 48/95, 65/97, 69/98, 70/99, 72/99, 82/00, 89/01, 94/01, 99/02, 103/03, 106/03, 131/08, 153/09, 157/10, 161/10, 181/11, 204/13 e 220/13, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 16. ... .."

§ 1º A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra."(NR)

"Art. 20. ....

III - comunicar à Fazenda Municipal, no prazo de 90 (noventa) dias contados da ocorrência, o encerramento ou a paralisação de atividades."(NR)

"Art. 35. ....

I - ....

III - lançamento por declaração, quando, na forma da legislação tributária:

a) o sujeito passivo declarar o valor do imposto apurado em seus controles fiscais obrigatórios;

b) for efetuado pelo fisco com base na declaração de informações sobre a matéria de fato, indispensável à sua efetivação; prestadas à autoridade fazendária por terceiro;

... .." (NR)

"Art. 37. Os lançamentos e suas alterações serão comunicados ao contribuinte mediante notificação, na forma dos arts. 176-A e 176-B."

... .." (NR)

"Art. 83. ....

I - a diferença a favor da Fazenda Municipal será exigida por meio de notificação ao sujeito passivo." (NR)

"Art.110. ....

I - quando ocorrer atrasos no pagamento de impostos próprios ou no recolhimento dos impostos retidos em substituição tributária, taxas e contribuições de melhoria, de lançamento direto ou indireto: multa de 2% (dois por cento) ao mês ou fração até atingir total de 20% (vinte por cento);

... ..

IV - ....

a) ... ..

b) em casos de sonegação fiscal e independentemente da ação criminal que couber: multa de 100% (cem por cento) do valor do

tributo sonegado; (NR)

c) em caso de retenção por responsabilidade por substituição tributária, sem o devido recolhimento aos cofres municipais e independentemente da ação criminal que couber: multa de 100% (cem por cento) do valor do tributo não recolhido, sem prejuízo da ação criminal correspondente;

... .." (NR)

"Art. 114. Serão punidas com as seguintes multas, expressas em Unidades Fiscais Municipais (UFMs) as seguintes infrações acessórias:

I - em relação às obrigações cadastrais:

a) iniciar atividades ou praticar ato sujeito a Taxa de Licença e Localização, antes da concessão desta: multa equivalente a 385 (trezentas e oitenta e cinco) UFMs;

b) deixar de comunicar, nos prazos previstos, o encerramento de atividades, mudança de endereço ou outras alterações que modifiquem as informações do Cadastro Municipal: multa equivalente a 385 (trezentas e oitenta e cinco) UFMs;

c) quando o contribuinte em "status" cadastral de "suspensão" ou em "status" cadastral de "baixado de ofício", retornar à atividade sem receber prévia autorização da Secretaria da Fazenda: multa equivalente a 385 (trezentas e oitenta e cinco) UFMs, por período de apuração, sem prejuízo da multa de que trata o art. 110;

II - em relação aos documentos fiscais:

a) deixar de emitir Nota Fiscal de Serviço, quando obrigatória: multa equivalente a 1 (uma) UFM por documento, não inferior a 500 (quinhentas) UFMs;

b) emitir documento que exija autorização expressa do fisco para sua impressão ou para sua emissão sem que tenha sido concedida tal autorização: multa equivalente a 1 (uma) UFM por documento, não inferior a 500 (quinhentas) UFMs;

c) deixar de emitir nota fiscal de serviços que prestar, por lote de 100 (cem) notas fiscais de serviços, ou fração inferior, quando da emissão não resultaria imposto a pagar: multa equivalente a 5% das prestações neles contidas, não inferior a 100 (cem) UFMs;

d) fraudar, por qualquer forma a emissão de documento fiscal eletrônico: multa equivalente a 10 (dez) UFMs por documento fraudado, não inferior a 500 (quinhentas) UFMs;

III - em relação à obrigação de prestar informações e entregar documentos, livros e papéis:

a) deixar de remeter à repartição municipal, quando obrigado, documento ou relatório exigidos pela legislação tributária: multa equivalente a 100 (cem) UFMs, por documento ou relatório não inferior a 500 (quinhentas) UFMs, sem prejuízo da multa de que trata o art. 110;

b) deixar de realizar, no prazo regulamentar, a apuração da base de cálculos e do valor do imposto devido, mesmo que, tendo emitido os respectivos documentos fiscais: multa equivalente a 20 (vinte) UFMs, por período de apuração, sem prejuízo da multa de que trata o art. 110;

c) atrasar a entrega da declaração periódica devida, mesmo que sem movimento ou apenas com atividades isentas ou não tributáveis, desde que não aplicada a penalidade da alínea "b" deste inciso: multa equivalente a 20 (vinte) UFMs, por período de apuração;

d) omitir ou prestar informação incorreta ou com inobservância da legislação tributária em declaração periódica devida: multa equivalente a 20 (vinte) UFMs, por período de apuração, sem prejuízo da multa de que trata o art. 110;

e) negar-se a prestar informações, ou, por qualquer modo, tentar embaraçar, iludir, dificultar ou impedir a ação dos fiscais de tributos: multa equivalente a 100 (cem) UFMs, por período de apuração, sem prejuízo da multa de que trata o art. 110;

f) fraudar por qualquer forma a prestação de declaração eletrônica: multa equivalente ao valor de 200 (duzentas) UFMs por fraude, não inferior ao valor de 1.000 (um mil) UFMs, sem prejuízo da aplicação da penalidade material cabível;

g) omitir-se, a instituição financeira, na entrega da declaração mensal de serviços, ou entregá-la em formato diverso daquele

exigido pela legislação municipal: multa de 1.000 (um mil) UFMs por mês de competência não entregue;

h) deixar, a instituição financeira, de cumprir integral ou parcialmente intimação no prazo nela estabelecido: multa de 300 (trezentas) UFMs, não inferior a 1.000 (um mil) UFMs, por item de intimação não cumprido.

IV - praticadas por terceiros:

a) deixar de entregar documento, papel, livro ou outro elemento que esteja em sua posse, inclusive relatórios financeiros e contábeis, e que tenha sido requisitado por intimação pelo Fisco Municipal: multa equivalente a 385 (trezentas e oitenta e cinco) UFMs por item indicado na intimação;

b) deixar de prestar as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros, quando intimado a prestá-las: multa equivalente a 385 (trezentas e oitenta e cinco) UFMs por item indicado na intimação;

c) omitir-se a empresa administradora de cartão de crédito e/ou de débito em conta corrente, ou estabelecimento similar, inclusive as empresas processadoras que a elas prestam serviços operacionais, de prestar informação que detenha em relação às transações realizadas em seus sistemas eletrônicos relativas a estabelecimentos localizados no Município de Brusque:

1. que esteja obrigada periodicamente por força regulamentar: multa equivalente a 1.000 (um mil) UFMs por mês de competência;

2. que tenha sido requisitada em intimação do Fisco Municipal: multa equivalente a 300 (trezentas) UFMs, não inferior a 1.000 (um mil) UFMs, por item de intimação não cumprido;

d) concorrer terceira pessoa, física ou jurídica, para embaraçar ou impossibilitar a ação fiscal: multa equivalente ao valor de 385 (trezentas e oitenta e cinco) UFMs;

V - de descumprimento de outras obrigações acessórias:

a) deixar de cumprir qualquer outra obrigação acessória estabelecida na legislação tributária municipal: multa de 100 (cem) UFMs por infração diferente.

§ 1º Entende-se por mês de competência o mês civil a que correspondem as informações devidas.

§ 2º As multas definidas nos incisos I, II, III e V do caput neste artigo serão reduzidas:

a) de 70% (setenta por cento) para os contribuintes optantes pelo sistema de tributação simplificada do Simples Nacional, classificadas como microempreendedores individuais;

b) de 50% (cinquenta por cento), quando cabíveis, para os contribuintes autônomos e sociedades profissionais com tributação especial por profissional;

c) de 30% (trinta por cento) para os contribuintes classificados como microempresas e empresa de pequeno porte.

§ 3º A aplicação das penalidades previstas neste artigo não exclui a aplicação da penalidade prevista no art. 110." (NR)

"Art. 146. O contribuinte que não concordar com o lançamento poderá reclamar, no prazo de 20 (vinte) dias, contados na forma prevista para as intimações nos arts. 176-A e 176-B." (NR)

"Art. 173. Das decisões de primeira instância contrárias, no todo ou em parte, à Fazenda Municipal, inclusive por desclassificação da infração, será interposto recurso de ofício, com efeito suspensivo, sempre que a importância em litígio exceder o valor de 2.000 (duas mil) vezes o valor da UFM." (NR)

"Art. 188. O lançamento do imposto será feito de ofício, anualmente, com base nos dados constantes no cadastro imobiliário do Município ao se encerrar o exercício anterior, ou que comprovadamente se encontrava na referida data." (NR)

"Art. 201. ... .."

... ..  
§ 3º Não havendo acordo entre a Fazenda e o contribuinte, o

valor será determinado por avaliação contraditória, por requisição do contribuinte, anexando pareceres fornecidos por profissionais habilitados e demais provas que entender pertinentes.

..... "(NR)

"Art. 249. ....

.....  
III - exercício da atividade de vendedor ambulante;

.....  
§ 2º O Município manterá, pelo prazo prescricional, os registros que comprovem a efetiva prestação dos serviços públicos.

..... "(NR)

"Art. 253. A cobrança da taxa de licença será feita por meio de guias ou conhecimentos, nos prazos estabelecidos abaixo:

I - nos casos a que se referem os incisos I e II do artigo 249: em uma parcela, com vencimento no mês de janeiro de cada exercício ou antes do início da atividade;

II - nos casos a que se referem os incisos III e IX do artigo 249: em uma parcela, que será paga antes da realização do evento;

III - nos demais casos: antes do início da atividade ou ocorrência do fato ou ato." (NR)

"Tabela I - A

Nº DE EMPREGADOS ATIVOS (NR)	COEFICIENTE (UFMs) (NR)

..... "(NR)

"Item 2.1 da Tabela I-B

2.1 Edificações (NR)	
O montante da obrigação principal referente à taxa pelo licenciamento a que se refere este item será constituído de uma parte fixa igual a 6 (seis) UFMs e uma parte variável correspondente a 0,3 (três décimos) UFMs por metro quadrado a ser edificado. (NR)	

..... "(NR)

"Art. 279. O Município define e estabelece como índice para reajuste das obrigações tributárias o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acumulado no período de doze meses encerrado em setembro do ano imediatamente anterior.

§ 1º Todos os valores expressos em U.F.I.R. constantes na Lei Complementar nº 34/94, alterada pela Lei Complementar nº 65/97, serão convertidos em reais e atualizados pelo I.N.P.C. ... ..

..... "(NR)

Art. 2º Ficam acrescentados § 7º ao art. 35, alínea c ao inciso IV do art. 110, o Título III, com seu Capítulo Único e arts. 176-A e 176-B ao Livro Primeiro, inciso IX e § 1º ao art. 249, inciso IV e parágrafo único ao art. 255, parágrafo único ao art. 256, §§ 1º, 2º e 3º ao art. 279, todos da Lei Complementar nº 34, de 20 de dezembro de 1994, alterada pelas Leis Complementares nºs 40/95, 48/95, 65/97, 69/98, 70/99, 72/99, 82/00, 89/01, 94/01, 99/02, 103/03, 106/03, 131/08, 153/09, 157/10, 161/10, 181/11, 204/13 e 220/13, com as seguintes redações:

"Art. 35. ....

.....  
§ 7º A declaração, na forma do inciso III do caput, é exigível independentemente de notificação prévia ou de instauração de procedimento administrativo." (AC)

"Art. 110. ... ..

IV - ... ..

.....  
c) em caso de retenção por responsabilidade por substituição tributária, sem o devido recolhimento aos cofres municipais e independentemente da ação criminal que couber: multa de 100%

(cem por cento) do valor do tributo não recolhido, sem prejuízo da ação criminal correspondente;" (AC)

"LIVRO PRIMEIRO

.....

TÍTULO III

INTIMAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

CAPÍTULO ÚNICO

DAS INTIMAÇÕES E NOTIFICAÇÕES AO CONTRIBUINTE

Art. 176-A. A intimação e a notificação far-se-ão sempre na pessoa do contribuinte ou responsável, ou na de seu mandatário ou preposto, ou, ainda, na pessoa de seu advogado, quando regularmente constituído nos autos do processo, com poderes expressos para tanto, neste último caso para conhecimento das decisões, ou qualquer uma das seguintes formas:

I - pessoalmente, mediante aposição de data e assinatura do sujeito passivo, seu representante ou preposto no próprio instrumento ou no processo;

II - mediante remessa ao sujeito passivo de cópia do instrumento ou de comunicação de decisão ou circunstância constante de processo, provada pelo aviso de recebimento, datado e assinado pelo destinatário, ou por quem em seu nome a receba;

III - mediante acesso ao sistema informatizado da prefeitura através dos dados identificadores fornecidos quando da protocolização do processo administrativo junto à Administração Municipal;

IV - via correspondência eletrônica despachada pelo sistema de controle eletrônico do Município para o endereço eletrônico de "email" constante de seu cadastro junto à Administração Municipal, nos casos previstos em regulamento;

V - por edital, publicado em seus termos integrais no veículo destinado a publicações dos atos oficiais do Município.

§ 1º Recusando-se o intimado a apor sua assinatura, o servidor responsável pela intimação declarará essa circunstância na via do documento destinado ao Fisco, assinando-a em seguida e providenciará uma das outras formas de intimação.

§ 2º Quando não determinada forma específica, a autoridade competente para a intimação poderá optar por qualquer uma das formas de intimação ou notificação previstas neste artigo.

§ 3º Far-se-á a intimação por edital, no caso de encontrar-se a parte em lugar incerto e não sabido, quando mostraram-se ineficazes os demais meios, ou quando de interesse do Município, certificando-se, no processo, este ato." (AC)

"Art. 176-B. Presume-se feita a intimação:

I - quando pessoal, na data da respectiva assinatura;

II - quando por remessa, na data constante do aviso de recebimento e, na omissão desta, na data da devolução da remessa pelo agente intermediário, o que será certificado no processo;

III - quando eletrônica, no quinto dia contado da data fixada para a consulta da decisão;

IV - quando por edital, cinco (5) dias após a data da publicação.

Parágrafo único. Quando a intimação de que trata o inciso III for exarada após a data prevista fixada, o prazo de cinco dias é contado da data em que o resultado for colocado à disposição do requerente." (AC)

"Art. 249. ... ..

.....

IX - exercício de atividade eventual.

.....

§ 1º Para os fins dos incisos III e IX do caput deste artigo, considera-se atividade eventual aquela exercida temporariamente em curto espaço de tempo." (AC)

"Art. 255. ... ..

.....

IV - os eventos, quando promovidos por entidades sem fins lucrativos, por entidades imunes e por entidades que tenham recebido o benefício de isenção por força de lei municipal específica.

Parágrafo único. Não se incluem na isenção do inciso IV as licenças

concedidas para terceiras pessoas, físicas ou jurídicas, que se estabelecerem de forma eventual durante a realização do evento, no local onde se realizar, ou em sua redondeza, aproveitando os efeitos de sua realização.” (AC)

“Art. 256. ....  
Parágrafo único. Também são isentas do pagamento da taxa de licença as autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Município e as Associações de Pais e Professores das Escolas de Educação Básica com sede no Município de Brusque.” (AC)

“Art. 279. ....  
.....  
§ 2º Fica instituída, a contar de 01/01/2015, a Unidade Fiscal Municipal (UFM) que valerá R\$ 3,2366 (três reais e dois mil trezentos e sessenta e seis milésimos de real).  
§ 3º O valor da UFM será atualizado monetariamente no dia 1º de janeiro de cada exercício.” (AC)

Art. 3º Fica alterada a nomenclatura Secretaria de Finanças para Secretaria da Fazenda, caput do art. 237, 238, 240, 241, 243, 244, 270, §§ 1º e 2º do art. 274 e 276, todos da Lei Complementar nº 34, de 20 de dezembro de 1994.

Art. 4º Ficam revogados:  
I - os incisos II e III do caput do art. 110; os arts. 143; 144; 145; 164; 237; o inciso III do art. 255 e o art. 266, todos da Lei Complementar nº 34, de 20 de dezembro de 1994;  
II - os arts. 30 e 31 da Lei Complementar nº 111, de junho de 2005.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de dezembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON  
Chefe de Gabinete

### LEI Nº 3.831, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI nº 3.831, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

Estima a receita e fixa a despesa do Município de Brusque para o exercício financeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Brusque para o exercício financeiro de 2015, compreendendo, nos termos do § 3º do art. 149 da Lei Orgânica do Município de Brusque, o orçamento fiscal e da seguridade social referente aos Poderes Executivo e Legislativo, da administração direta municipal incluindo seus fundos especiais, e das entidades de administração indireta.

#### I - Do orçamento fiscal consolidado

Art. 2º O Orçamento fiscal dos Poderes do Município, seus Fundos Especiais, Órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta para o exercício de 2015, discriminado nos anexos desta Lei, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 494.354.661,62 (Quatrocentos noventa quatro milhões, trezentos cinquenta e quatro mil e seiscentos sessenta e um reais e sessenta e dois centavos).

Art. 3º A receita total do Orçamento Fiscal, a ser realizada de acordo com a legislação em vigor, está orçada segundo as seguintes estimativas:

RECEITAS CORRENTES	
Receita Tributária	59.786.820,00
Receita de Contribuições	11.206.000,00
Receitas Patrimoniais	3.211.810,00
Receitas Industriais	3.201.000,00
Receita de Serviços	23.953.000,00
Transferências Correntes	241.491.134,00
Outras Receitas Correntes	12.446.916,00
Receitas de Contribuições Intra-Orçamentárias	10.053.490,00
Receitas de Serviços Intra-Orçamentárias	210.000,00
(-) Deduções da Receita	30.659.800,00
SUB-TOTAL	334.900.370,00
RECEITAS DE CAPITAL	
Operações de Crédito	91.878.985,00
Alienação de Bens	3.510.000,00
Transferências de Capital	64.065.306,62
SUB-TOTAL	159.454.291,62
TOTAL DA RECEITA LIQUIDA	494.354.661,62

Art. 4º A despesa fixada do Orçamento Fiscal observará a programação constante dos anexos desta Lei, obedecendo a classificação institucional, por função e natureza, conforme segue:

#### I - Classificação Institucional

PODER LEGISLATIVO	
Câmara Municipal	8.391.750,00
PODER EXECUTIVO – ADM. DIRETA	
0200 – Gabinete do Prefeito	1.405.300,00
0203 – Fundo Municipal de Defesa Civil	1.374.374,08
0300 – Procuradoria Geral do Município	2.390.100,00
0302 – Fundo Procuradoria Geral do Município	18.000,00
0400 – Secretaria de Governo e Gestão Estratégica	1.781.000,00
0500 – Secretaria de Comunicação Social	2.905.000,00
0900 – Secretaria Municipal de Educação	77.918.950,76
1000 – Secretaria de Turismo	1.954.000,00
1002 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Turístico	1.693.100,00
1101 – Secretaria de Desenvolv. Econômico Trabalho e Renda	700.000,00
1102 – Departamento de Agricultura e Abastecimento	834.500,00
1300 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos	177.796.657,00
1400 – Encargos Gerais do Município	10.515.686,24

1501 – Secretaria de Assistência Social e Habitação	450.000,00
1502 – Fundo Municipal p/ a Infância e Adolescente	270.000,00
1503 – Fundo Municipal Habitação Interesse Social	4.510.458,16
1800 – Controladoria Geral do Município	445.750,00
1900 – Secretaria de Orçamento e Gestão	22.660.000,00
2100 – Secretaria de Trânsito e Mobilidade	4.524.400,00
2200 – Fundação Municipal de Esportes	8.940.000,00
2300 – Secretaria da Fazenda	2.495.000,00
2500 – Fundo Municipal de Saúde	88.875.619,00
3000 – Fundo Municipal de Assistência Social	9.574.377,00
4000 – Fundação Ecológica e Zoobotânica	2.384.000,00
5000 – Instituto Brusquense de Planejamento e Mobilidade	4.144.049,38
5500 – Fummpom – Fundo Municipal Melhoria da Polícia Militar	969.100,00
6000 – Fumrebom – Fundo Mun. De Reeq. Corpo Bombeiros	1.470.000,00
6500 – Fundação Cultural de Brusque	2.069.000,00
7000 – Instituto Brusquense de Previdência	24.734.490,00
7500 – Fundação Municipal de Meio Ambiente	1.110.000,00
8001 – SAMAE – Serv. Autônomo Municipal de Água Esgoto	5.900.000,00
8002 – SAMAE – Técnica	18.100.000,00
8003 – SAMAE – Precatório	600.000,00
9000 – Reserva de Contingência	450.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>494.354.661,62</b>

## II - Classificação por Função

01 – Legislativa	8.391.750,00
04 – Administração	40.463.650,00
06 – Segurança Pública	7.954.374,08
08 – Assistência Social	10.349.377,00
09 – Previdência Social	24.734.490,00
10 – Saúde	88.875.619,00
12 – Educação	77.918.950,76
13 – Cultura	2.069.000,00
14 – Direitos da Cidadania	375.000,00
15 – Urbanismo	86.726.224,38
16 – Habitação	4.000.458,16
17 – Saneamento	18.095.000,00
18 – Gestão Ambiental	98.089.482,00
19 – Ciência e Tecnologia	30.000,00
20 – Agricultura	834.500,00
22 – Indústria	670.000,00
23 – Comércio e Serviços	4.266.100,00
27 – Desporto e Lazer	8.940.000,00
28 – Encargos Especiais	11.115.686,24
99 – Reserva de Contingência	455.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>494.354.661,62</b>

## III - Classificação segundo a natureza

<b>DESPESAS CORRENTES</b>	
Pessoal e Encargos Sociais	166.020.022,24
Juros e encargos da Dívida	2.000.000,00
Outras Despesas Correntes	127.855.711,76
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>295.875.734,00</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	
Investimentos	183.254.437,62
Inversões Financeiras	0,00
Amortização da Dívida	2.700.000,00
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>185.954.437,62</b>
Reserva de Contingência	450.000,00
Reserva do RPPS	12.074.490,00
<b>TOTAL</b>	<b>494.354.661,62</b>

## II - Dos Orçamentos Fiscais

### I - Da Prefeitura Municipal de Brusque

Art. 5º O Orçamento da Prefeitura Municipal de Brusque para o exercício financeiro de 2015, estima a receita em R\$ 403.142.158,24 (Quatrocentos três milhões, cento quarenta e dois mil cento e cinquenta oito reais e vinte e quatro centavos), e fixa a despesa em R\$ 317.092.276,24 (Trezentos dezessete milhões, noventa e dois mil duzentos setenta e seis reais e vinte e quatro centavos); as transferências financeiras concedidas aos fundos, fundações, entidades, inclusive da administração indireta, e ao Poder Legislativo, constituem o valor de R\$ 86.049.882,00 (Oitenta e seis milhões, quarenta e nove mil oitocentos oitenta e dois reais).

§ 1º A Receita da Prefeitura Municipal, será realizada mediante a arrecadação de Receitas Tributárias, de Contribuições, Patrimoniais, Industrial, de Serviços, de Transferências Correntes, de Outras Receitas Correntes, de Operações de Crédito, de Alienação de Bens, e de Transferências de Capital, conforme anexos desta Lei, com o seguinte desdobramento por categoria econômica:

RECEITAS CORRENTES	283.992.216,00
DEDUÇÃO RECEITA CORRENTE	30.659.800,00
RECEITAS DE CAPITAL	149.809.742,24
<b>TOTAL</b>	<b>403.142.158,24</b>

§ 2º A Despesa da Prefeitura Municipal será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação econômica, conforme os valores totais a seguir:

DESPESAS CORRENTES	153.676.334,00
DESPESAS DE CAPITAL	162.965.942,24
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>316.642.276,24</b>
Transferências Financeiras	86.049.882,00
Reserva de Contingência	450.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>403.142.158,24</b>

### II - Do Fundo Municipal de Saúde

Art. 6º O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Brusque para o exercício financeiro de 2015, estima a receita em R\$ 40.037.400,00 (Quarenta milhões, trinta e sete mil e quatrocentos reais), e fixa a despesa em R\$ 88.875.619,00 (Oitenta e oito milhões, oitocentos setenta e cinco mil seiscentos e dezenove reais); as transferências financeiras recebidas constituem o valor de R\$ 48.838.219,00 (Quarenta e oito milhões, oitocentos trinta e oito mil duzentos e dezenove reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante a arrecadação segundo as especificações conforme anexos desta Lei, com o seguinte desdobramento por categoria econômica:

RECEITAS CORRENTES	35.958.400,00
RECEITAS DE CAPITAL	4.079.000,00
Transferências Financeiras Recebidas	48.838.219,00
TOTAL	88.875.619,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação econômica, conforme os valores totais a seguir:

DESPESAS CORRENTES	81.764.985,00
DESPESAS DE CAPITAL	7.110.634,00
TOTAL	88.875.619,00

### III - Do Fundo Municipal de Assistência Social

Art. 7º O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Brusque para o exercício financeiro de 2015, estima a receita em R\$ 1.858.214,00 (Hum milhão oitocentos cinquenta e oito mil duzentos e quatorze reais), e fixa a despesa em R\$ 9.574.377,00 (Nove milhões quinhentos setenta e quatro mil trezentos setenta e sete reais); as transferências financeiras recebidas constituem o valor de R\$ 7.716.163,00 (Sete milhões setecentos e dezesseis mil cento e sessenta e três reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante a arrecadação segundo as especificações conforme anexos desta Lei, com o seguinte desdobramento por categoria econômica:

RECEITAS CORRENTES	1.858.214,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	7.716.163,00
TOTAL	9.574.377,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal de Assistência Social será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação econômica, conforme os valores totais a seguir:

DESPESAS CORRENTES	8.315.665,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.258.712,00
TOTAL	9.574.377,00

### IV - Da Fundação Municipal de Esportes

Art. 8º O Orçamento da Fundação Municipal de Esportes, para o exercício financeiro de 2015, estima a receita em R\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de reais), e fixa a despesa em R\$ 8.940.000,00 (Oito milhões novecentos e quarenta mil reais); as transferências financeiras recebidas constituem o valor de R\$ 3.940.000,00 (Três milhões novecentos e quarenta mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante a arrecadação segundo as especificações conforme anexos desta Lei, com o seguinte desdobramento por categoria econômica:

RECEITAS CORRENTES	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	5.000.000,00
Transferências Financeiras Recebidas	3.940.000,00

TOTAL	8.940.000,00
-------	--------------

§ 2º A Despesa da Fundação Municipal de Esportes será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação econômica, conforme os valores totais a seguir:

DESPESAS CORRENTES	2.370.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	6.570.000,00
TOTAL	8.940.000,00

### V - Do Fundo Municipal de Melhoria da Polícia Militar - FUMMPOM

Art. 9º O Orçamento do Fundo Municipal de Melhoria da Polícia Militar de Brusque para o exercício financeiro de 2015, estima a receita em R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais), e fixa a despesa em R\$ 969.100,00 (Novecentos sessenta e nove mil e cem reais); as transferências financeiras recebidas constituem o valor de R\$ 879.100,00 (Oitocentos setenta e nove mil e cem reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante a arrecadação segundo as especificações conforme anexos desta Lei, com o seguinte desdobramento por categoria econômica:

RECEITAS CORRENTES	90.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	879.100,00
TOTAL	969.100,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal de Melhoria da Polícia Militar será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação econômica, conforme os valores totais a seguir:

DESPESAS CORRENTES	505.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	464.100,00
TOTAL	969.100,00

### VI - Do Fundo Municipal de Reparelhamento do Bombeiro - FUN-REBOM

Art. 10. O Orçamento do Fundo Municipal de Reparelhamento do Bombeiro de Brusque para o exercício financeiro de 2015, estima a receita em R\$ 470.000,00 (Quatrocentos e setenta mil reais), e fixa a despesa em R\$ 1.470.000,00 (Hum milhão quatrocentos e setenta mil reais); as transferências financeiras recebidas constituem o valor de R\$ 1.000.000,00 (Hum milhão reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante a arrecadação segundo as especificações conforme anexos desta Lei, com o seguinte desdobramento por categoria econômica:

RECEITAS CORRENTES	470.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	1.000.000,00
TOTAL	1.470.000,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal de Reparelhamento do Bombeiro será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação econômica, conforme os valores totais a seguir:

DESPESAS CORRENTES	588.000,00
--------------------	------------

DESPESAS DE CAPITAL	882.000,00
TOTAL	1.470.000,00

#### VII - Da Fundação Ecológica Zoobotânica

Art. 11. O Orçamento da Fundação Ecológica Zoobotânica de Brusque para o exercício financeiro de 2015, estima a receita em R\$ 105.900,00 (Cento e cinco mil e novecentos reais), e fixa a despesa em R\$ 2.384.000,00 (Dois milhões trezentos e oitenta e quatro mil reais); as transferências financeiras recebidas constituem o valor de R\$ 2.278.100,00 (Dois milhões duzentos setenta e oito mil e cem reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante a arrecadação segundo as especificações conforme anexos desta Lei, com o seguinte desdobramento por categoria econômica:

RECEITAS CORRENTES	105.900,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	2.278.100,00
TOTAL	2.384.000,00

§ 2º A Despesa da Fundação Ecológica Zoobotânica será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação econômica, conforme os valores totais a seguir:

DESPESAS CORRENTES	1.884.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	500.000,00
TOTAL	2.384.000,00

#### VIII - Da Fundação Cultural

Art. 12. O Orçamento da Fundação Cultural de Brusque para o exercício financeiro de 2015, estima recursos financeiros que serão transferidos pelo Poder Executivo Municipal - Prefeitura Municipal de Brusque, por meio de transferências financeiras da ordem de R\$ 2.069.000,00 (Dois milhões sessenta e nove mil reais), e fixa a despesa em R\$ 2.069.000,00 (Dois milhões sessenta e nove mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante a transferência financeira advinda da Prefeitura Municipal de Brusque - Poder Executivo.

RECEITAS CORRENTES	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	2.069.000,00
TOTAL	2.069.000,00

§ 2º A Despesa da Fundação Cultural será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação econômica, conforme os valores totais a seguir:

DESPESAS CORRENTES	1.969.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	100.000,00
TOTAL	2.069.000,00

#### IX - Do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAMAE

Art. 13. O Orçamento do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Brusque - SAMAE para o exercício financeiro de 2015, estima a receita em R\$ 24.600.000,00 (Vinte quatro milhões seiscentos mil reais), e fixa a despesa em R\$ 24.600.000,00 (Vinte quatro milhões seiscentos mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante a arrecadação segundo as

especificações conforme anexos desta Lei, com o seguinte desdobramento por categoria econômica:

RECEITAS CORRENTES	24.530.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	70.000,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00
TOTAL	24.600.000,00

§ 2º A Despesa do Serviço Autônomo de Água e Esgoto será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação econômica, conforme os valores totais a seguir:

DESPESAS CORRENTES	20.400.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	4.195.000,00
Reserva de Contingência	5.000,00
TOTAL	24.600.000,00

#### X - Do Instituto Brusquense de Planejamento e Mobilidade

Art. 14. O Orçamento do Instituto Brusquense de Planejamento e Mobilidade para o exercício financeiro de 2015, estima a receita em R\$ 1.327.049,38 (Um milhão trezentos e vinte sete mil quarenta e nove reais e trinta e oito centavos), e fixa a despesa em R\$ 4.144.049,38 (Quatro milhões cento quarenta e quatro mil quarenta e nove reais e trinta e oito centavos); as transferências financeiras recebidas constituem o valor de R\$ 2.817.000,00 (Dois milhões oitocentos e dezessete mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante a arrecadação segundo as especificações conforme anexos desta Lei, com o seguinte desdobramento por categoria econômica:

RECEITAS CORRENTES	831.500,00
RECEITAS DE CAPITAL	495.549,38
Transferências Financeiras Recebidas	2.817.000,00
TOTAL	4.144.049,38

§ 2º A Despesa do Instituto Brusquense de Planejamento e Mobilidade será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação econômica, conforme os valores totais a seguir:

DESPESAS CORRENTES	3.245.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	899.049,38
TOTAL	4.144.049,38

#### XI - Da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA

Art. 15. O Orçamento da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA para o exercício financeiro de 2015, estima a receita em R\$ 439.450,00 (Quatrocentos trinta e nove mil quatrocentos e cinquenta reais), e fixa a despesa em R\$ 1.110.000,00 (Um milhão cento e dez mil reais); as transferências financeiras recebidas constituem o valor de R\$ 670.550,00 (Seiscentos e setenta e sete mil quinhentos e cinquenta reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante a arrecadação segundo as especificações conforme anexos desta Lei, com o seguinte desdobramento por categoria econômica:

RECEITAS CORRENTES	439.450,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00

Transferências Financeiras Recebidas	670.550,00
TOTAL	1.110.000,00

§ 2º A Despesa da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação econômica, conforme os valores totais a seguir:

DESPESAS CORRENTES	931.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	179.000,00
TOTAL	1.110.000,00

## XII - Do Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV

Art. 16. O Orçamento do Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV para o exercício financeiro de 2015, estima a receita em R\$ 17.284.490,00 (Dezessete milhões duzentos oitenta quatro mil e quatrocentos noventa reais), e fixa a despesa em R\$ 24.734.490,00 (Vinte e quatro milhões setecentos trinta e quatro mil quatrocentos e noventa reais); as transferências financeiras recebidas constituem o valor de R\$ 7.450.000,00 (Sete milhões quatrocentos e cinquenta mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante a arrecadação segundo as especificações conforme anexos desta Lei, com o seguinte desdobramento por categoria econômica:

RECEITAS CORRENTES	17.284.490,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	7.450.000,00
TOTAL	24.734.490,00

§ 2º A Despesa do Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação econômica, conforme os valores totais a seguir:

DESPESAS CORRENTES	12.530.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	130.000,00
Reserva de Contingência RPPS	12.074.490,00
TOTAL	24.734.490,00

## XIII - Da Câmara Municipal de Vereadores de Brusque - Poder Legislativo

Art. 17. O Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Brusque para o exercício financeiro de 2015, estima recursos financeiros que serão transferidos pelo Poder Executivo Municipal - Prefeitura Municipal de Brusque, por meio de transferências financeiras da ordem de R\$ 8.391.750,00 (Oito milhões trezentos noventa um mil e setecentos e cinquenta reais), e fixa a despesa em R\$ 8.391.750,00 (Oito milhões trezentos noventa um mil e setecentos e cinquenta reais).

§ 1º A Receita da Câmara Municipal será realizada mediante a transferência financeira advinda da Prefeitura Municipal de Brusque - Poder Executivo.

§ 2º A Despesa da Câmara Municipal de Vereadores de Brusque - Poder Legislativo será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação econômica, conforme os valores totais a seguir:

DESPESAS CORRENTES	7.691.750,00
DESPESAS DE CAPITAL	700.000,00
TOTAL	8.391.750,00

Art. 18. O Fundo Municipal de Defesa Civil integra o orçamento da Prefeitura Municipal de Brusque, na forma de unidade orçamentária da Secretaria de Assistência Social e Habitação, conforme dispõe o art. 8º § 2º, da Lei Municipal n. 3.772/2014.

Art. 19. O Fundo Procuradoria Geral do Município integra o orçamento da Prefeitura Municipal de Brusque, na forma de unidade orçamentária da Secretaria de Assistência Social e Habitação, conforme dispõe o art. 8º § 2º, da Lei Municipal n. 3.772/2014.

Art. 20. O Fundo Municipal de Desenvolvimento Turístico integra o orçamento da Prefeitura Municipal de Brusque, na forma de unidade orçamentária da Secretaria de Assistência Social e Habitação, conforme dispõe o art. 8º § 2º, da Lei Municipal n. 3.772/2014.

Art. 21. O Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA integra o orçamento da Prefeitura Municipal de Brusque, na forma de unidade orçamentária da Secretaria de Assistência Social e Habitação, conforme dispõe o art. 8º § 2º, da Lei Municipal n. 3.772/2014.

Art. 22. O Fundo Municipal Habitação Interesse Social integra o orçamento da Prefeitura Municipal de Brusque, na forma de unidade orçamentária da Secretaria de Turismo, conforme dispõe o art. 8º, § 2º, da Lei Municipal n. 3.772/2014.

## XIV - Da autorização para Abertura de Créditos Suplementares e Especiais

Art. 23. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Créditos Adicionais Suplementares, até o limite de 30% (trinta por cento) da receita estimada para o orçamento geral do Município, utilizando como fonte de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, ou sua tendência, nos termos previstos no inciso II, do § 1º e § 3º, do art. 43 da Lei Federal 4.320/64;

II - superávit financeiro do exercício anterior apurado em balanço patrimonial;

III - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

IV - as operações de crédito autorizadas em lei;

V - a Reserva de Contingência, observando o disposto no inciso III, do art. 5º, da Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000, e na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município.

Parágrafo único. Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 24. As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária, terão sua execução condicionada ao efetivo ingresso das referidas receitas no fluxo financeiro do Município.

Art. 25. As fontes e/ou destinações de recursos, constantes nesta Lei Orçamentária, bem como seus créditos, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução do orçamento, por decreto do Poder Executivo.

Art. 26. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares por ato do Chefe do Poder Executivo

Municipal.

Art. 27. As receitas não previstas no orçamento do Município, ou de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação ou sua tendência, para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 28. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar valores de uma dotação orçamentária para outra, inclusive a modalidade de aplicação, dentro de cada projeto, atividade e operações especiais.

Art. 29. Ficam excluídos dos limites a que se refere o art. 23 desta Lei, os créditos suplementares para atender as despesas com pessoal ativo e inativo inclusive encargos sociais, serviços da dívida, débitos de precatórios judiciais, e as alterações previstas no art. 28 desta Lei.

Art. 30. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar os ajustes orçamentários, financeiros e contábeis decorrentes de reorganização ou reforma administrativa, podendo para tanto transferir as dotações orçamentárias de uma unidade para outra, para alocar os recursos em dotações originadas pela reorganização administrativa.

Art. 31. É autorizado ao Chefe do Poder Executivo Municipal, incluir novas classificações de despesas, quanto a sua natureza, suas fontes de recursos, e seus respectivos valores, para adequação dos Orçamentos, respeitado o limite previsto no art. 23 desta Lei.

#### XV - Das Disposições Finais

Art. 32. Durante o exercício de 2015 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para o financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 33. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 34. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, e seus poderes, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta e indireta, inclusive com a cessão de servidores.

Art. 35. O Chefe do Poder Executivo Municipal é autorizado a efetuar correções de valores por eventuais erros de lançamentos em suas respectivas dotações orçamentárias, verificados quando da aprovação, execução e/ou acompanhamento do orçamento vigente.

Art. 36. Esta Lei vigorará durante o exercício de 2015, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.  
Parágrafo único. Ficam alteradas, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual do quadriênio 2014-2017, as metas de receita e de despesa neles previstas para o exercício de 2015, nos exatos termos, classificações e valores constantes da presente lei orçamentária anual.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de dezembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON  
Chefe de Gabinete

#### LEI Nº 3.832, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI nº 3.832, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Altera a redação do caput e incisos do artigo 6º da Lei nº 3492/12, acrescenta as alíneas 'g', 'h' e 'i' ao inciso I e alínea 'g' ao inciso II e altera as alíneas 'a' e 'b' do Inciso II.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alteradas as redações do caput e dos incisos do artigo 6º, acrescidas as alíneas 'g', 'h' e 'i' ao inciso I e alínea 'g' ao inciso II e alterada a redação da alínea 'a' e 'b' do inciso II:

"Art. 6º O conselho Municipal de Juventude (COMJUV) será constituído de 18 (dezoito) membros titulares e respectivos suplentes, divididos paritariamente entre Poder Público municipal e entidades não-governamentais, designados pelo Prefeito Municipal de Brusque, observada a seguinte composição:

I - 9 (nove) membros efetivos e 9 (nove) suplentes do Poder Executivo, sendo um de cada um dos seguintes órgãos, indicados pelo seu respectivo titular:

- a) ....;
- g) um representante do Gabinete do Prefeito;
- h) um representante da Secretaria de Trânsito e Mobilidade - SETRAM;
- i) um representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda.

II - 9 (nove) jovens integrantes efetivos e 9 (nove) suplentes, representantes da sociedade civil organizada, quais sejam:

- a) dois representantes de estudantes secundaristas do município de Brusque, matriculados em escola pública ou particular;
- b) dois representantes do Movimento Estudantil Universitário;
- c) ...;
- g) um representante de entidades filantrópicas de Juventude."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de dezembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município  
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC

CEDENIR ALBERTO SIMON  
Chefe de Gabinete

**LEI Nº 3.833, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

LEI nº 3.833, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dá nova redação aos artigos 10-A e 11-A da Lei nº 3.248/09, acrescidos pela Lei nº 3.564/12, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Os artigos 10-A e 11-A da Lei nº 3.248, de 31 de agosto de 2009, acrescidos pela Lei nº 3.564, de 17 de dezembro de 2012, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 10-A A Secretaria de Administração passa a denominar-se Secretaria de Orçamento e Gestão, e terá como área de competência executar as atividades relativas ao recrutamento e seleção, ao treinamento, ao regime jurídico, aos controles funcionais, segurança e medicina do trabalho, e as demais atividades de pessoal; acompanhar junto à Controladoria-Geral do Município os convênios realizados pelo Município; padronizar, adquirir, guardar e distribuir o material utilizado na Prefeitura; tomba, registrar, inventariar, proteger e concentrar bens móveis, imóveis e semoventes; administrar e controlar a frota de veículos do Poder Executivo; implantar as políticas de informatização das unidades administrativas; coordenar e executar as atividades de processamento de dados; firmar contratos delegados pelo Prefeito, e administrar a sede do edifício da Prefeitura; constituir e manter a Comissão Processante Permanente, em atendimento ao inciso LV, do art. 5º da CF/88; administrar os cemitérios; assessorar as demais unidades administrativas quanto a assuntos de administração geral; elaborar Concursos Públicos ou contratar sua realização; organizar Processos Seletivos, quando de contratação temporária; administrar a folha de pagamento de servidores ativos; gerir o plano de carreira; administrar o Terminal Rodoviário Urbano e o Terminal Rodoviário; manter o prédio da Unidade do Tiro de Guerra de Brusque; coordenar os setores de Suprimentos, Compras e Licitações Públicas; administrar a Junta de Serviço Militar; elaborar o orçamento municipal e controlar a execução orçamentária; promover a escrituração contábil e contabilizar as contas municipais; guardar e aplicar os recursos financeiros; exercer outras atividades correlatas. (NR)

Art. 11-A A Secretaria de Orçamento e Finanças passa a denominar-se Secretaria da Fazenda, e terá como área de competência: acompanhar a formulação da política econômico-tributária, inclusive em relação a benefícios fiscais e incentivos fiscais; executar a política tributária do Município; promover, por servidores investidos em cargo de provimento efetivo com poderes para tanto, o lançamento do crédito tributário relativo a todos os tributos municipais; realizar, por servidores investidos em cargo de provimento efetivo com poderes para tanto a fiscalização de todos os tributos municipais, efetuando o lançamento dos valores apurados e aplicando as penalidades na forma da lei; realizar, por servidores investidos em cargo de provimento efetivo com poderes para tanto, o lançamento necessário para tornar viável a inscrição de débitos não tributários em Dívida Ativa; manter atualizado o cadastro de contribuintes e dos inscritos em Dívida Ativa; promover a permanente capacitação de seus servidores para o exercício das atividades vinculadas à Secretaria; promover medidas de aperfeiçoamento e regulamentação da legislação tributária municipal, bem como adotar medidas para sua consolidação; editar atos normativos relativos às atribuições de sua competência, em obediência às leis e regulamentação tributária do Município; manter arquivo atualizado da legislação tributária do Município e dos atos normativos que expedir; preparar e julgar, em primeira instância, processos administrativo-tributários do contencioso fiscal, inclusive nos casos de pedidos de reconhecimento de imunidade, de não-incidência e de isenção; preparar e julgar, em primeira instância, os processos administrativos que contenham pedidos de restituição de receita pública; preparar e decidir sobre pedidos de moratória e de

parcelamento de créditos tributários e não-tributários; verificar a regularidade da participação do Município no produto da arrecadação dos tributos da União e do Estado; celebrar convênio com as administrações públicas federal, estadual e dos demais municípios para compartilhar cadastros e informações fiscais, inclusive para promoção de ações integradas e de prestação de mútuo auxílio no processo de fiscalização tributária; prestar apoio técnico ao órgão responsável pela representação judicial do Município em matéria fiscal-tributária; expedir, cancelar e cassar Alvarás e outros documentos de licença; desenvolver outras atividades relacionadas com a fiscalização e a tributação; manter estreito intercâmbio de informações com as demais unidades administrativas; informar permanentemente ao Gabinete do Prefeito sobre matérias financeiras e econômicas de interesse do Executivo, bem como controlar a numeração predial; executar outras atividades correlatas."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de dezembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL
---------------------

Prefeito Municipal
--------------------

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios- DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

**LEI Nº 3.834, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

LEI nº 3.834, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dá nova redação ao art.1º da Lei nº 3.628 de 08/08/2013, que Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Artigo 1º da Lei nº 3.628/2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica denominada RUA LEÔNIDAS PADILHA DE OLIVEIRA, a via identificada como DJ-049, a transversal da rua Irmã Josefina, Bairro Dom Joaquim, ficando a 140 metros (sentido oeste/leste) depois da Rua Anna Heil.

Paragrafo único. ..."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de dezembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL
---------------------

Prefeito Municipal
--------------------

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se na Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON  
Chefe de Gabinete

**LEI Nº 3.835, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

LEI nº 3.835, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA ARTHUR ERICO HEINIG, a via identificada como Rua SF-001, transversal da Rua Ana Souza, Bairro Steffen, localizada a 50,00 metros sentido bairro/centro, antes da Rua Zenaide dos Santos de Souza.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 345,00 metros, tendo a pista largura de 6,00 metros e passeios de 2,25 metros para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de dezembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL
---------------------

Prefeito Municipal
--------------------

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON  
Chefe de Gabinete

**LEI Nº 3.836, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

LEI nº 3.836, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Altera a extensão da Rua Madre Teresa de Calcutá, denominada pela Lei nº 3.529/2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 3.529/2012, de 31 de agosto de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ...

Parágrafo único. A artéria a ser denominada possui uma extensão de 266,00 metros, tendo a pista largura de 7,00 metros e passeios de 1,50 metro para ambos os lados."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Lei nº 3809, de 01 de dezembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de dezembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL
---------------------

Prefeito Municipal
--------------------

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON  
Chefe de Gabinete

**LEI Nº 3.837, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

LEI nº 3.837, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Altera § 3º do art. 19 da Lei nº 3250, de 31 de agosto de 2009, que trata da progressão funcional na Câmara Municipal de Brusque.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O § 3º, do art. 19 da Lei nº 3.250 de 31 de agosto de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação.

"Art. 19. ...

....

§ 3º A instauração do processo de progressão será realizada a cada 02 (dois) anos, no mês correspondente à data de nomeação do servidor, mediante ato da Presidência da Câmara Municipal, para vigorar a partir do mês seguinte ao ato da concessão, sendo automática na falta das providências para a constituição do competente processo progressivo."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de dezembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL
---------------------

Prefeito Municipal
--------------------

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 143/2014 SAMAE**

PORTARIA Nº 143/2014

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 157, Inc. II, da Lei Complementar N. 147/2009:

RESOLVE

1) Conceder Licença de 05 (cinco) dias ao servidor Márcio Varriento dos Santos, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais, em virtude de Casamento Civil, Certidão de Casamento Civil, Matrícula: 108928 01 55 2014 2 00054 196 0012210 81, de 14 de novembro de 2014.

2) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 14/11/2014, revogando-se as disposições

em contrário.

Brusque, 26 de novembro de 2014.

ROGÉRIO RISTOW Diretor Presidente SAMAE
---

## **PORTARIA Nº 9.455, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 9.455, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E;

### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Celia Avila de Souza para ocupar o cargo em comissão de Coordenadora, Padrão CC-V, lotada na Secretaria de Educação, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo I - E, da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13 e 3.703/14.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de dezembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

## **PORTARIA Nº 9.456, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 9.456, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

### **RESOLVE:**

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante os Edital nº 005/2013, de 20 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento dos cargos efetivos de COORDENADOR PEDAGÓGICO, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROFESSOR DE ANOS INICIAIS, PROFESSOR DE ARTES, PROFESSOR DE CIÊNCIAS, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, PROFESSOR DE GEOGRAFIA, PROFESSOR DE HISTÓRIA, PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA, PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA E PROFESSOR DE MATEMÁTICA, conforme abaixo nominados:

### **COORDENADOR PEDAGÓGICO**

JOSIANE AMARAL GOIS REIS
--------------------------

MARIA CAROLINA DIEGOLI HILDEBRAND
-----------------------------------

GICELI WOLF LEONI
-------------------

KARINE DE OLIVEIRA
--------------------

ALESSANDRA CELESTE
--------------------

GISLAINE DE MIRANDA
---------------------

### **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

ANDREA DALSENTER
------------------

DENIZE DA SILVA SAGAS MACANEIRO
---------------------------------

SANDRA REGIS DELMONDES GOIATTI
--------------------------------

JULIANA VIDIGAL RENAUX
------------------------

BIANCA GAMBA DEHLAGNE
-----------------------

JOSELI DA COSTA DE CASTRO
---------------------------

MARLI MARTINS DE SOUZA
------------------------

CHEILA GOEDERT RIBEIRO
------------------------

JANETE APARECIDA BOAVA BOAVA
------------------------------

ELISA APARECIDA DA ROSA MELO
------------------------------

DIELE BEATRIZ FERREIRA DO NASCIMENTO
--------------------------------------

SIMONE PEREIRA
----------------

SILVANA APARECIDA PADILHA
---------------------------

NEIDE AGOSTINI DALMOLIN
-------------------------

SILVIA FERREIRA DE OLIVEIRA
-----------------------------

CHIRLEI DIETRICH SCHLINDWEIN
------------------------------

ROSANGELA ROZA SIEMSEN
------------------------

ELLEN CRISTINE DIAS
---------------------

FABIELE FERNANDES SOARES
--------------------------

NIQUELE CRISTIANE ANTUNES
---------------------------

CIBELE FURBRINGER
-------------------

SILVANA REGINA BARNI LAMIM
----------------------------

DIANA MARIA PEREIRA
---------------------

LUIZA CARLA MASERA DA SILVA
-----------------------------

ANA LUCIA BATISTA
-------------------

IVONE GONCALO DE SOUZA TRINDADE
---------------------------------

AMARA CLIMENE EVANGELISTA
---------------------------

MABEL DE VARGAS
-----------------

SONIA CRISTINA WOLF MORAES DA SILVA
-------------------------------------

BARBARA MARIA FISCHER
-----------------------

LETICIA DE SOUSA FERREIRA VASSELAI
------------------------------------

ZENAIDE ALEXANDRE JACINTHO
----------------------------

MARIA MECIAS PINHEIRO
-----------------------

NAYARA NOEMIA DO ESPIRITO SANTO
---------------------------------

MICHELE CRISTINE SILVA DE OLIVEIRA KOHLER
---

STELLA MARIS PAIVA BARBOZA
----------------------------

DAIANE DE NOVAES
------------------

JANAINA NILZEN PEREIRA
------------------------

RAFAELA CHIERICI GONCALVES
----------------------------

ANA PAULA LIMA DE OLIVEIRA
----------------------------

JUCELE KLANN EDUARDO
----------------------

SIMONE APARECIDA DE AVIZ
--------------------------

LUCIENE RAMOS ALMEIDA
-----------------------

VANDERLEIA MARIANO
--------------------

PAMELA HARLOS
---------------

MARA REGINA GULARTE VILLALBA
------------------------------

HELOISA GAIGUER
-----------------

SANDRA LUZIA VICENTAINER PEREIRA
----------------------------------

MARINAIDE SELHORST CONTESINI VINOTTI

MAIARA HAAG

PALOMA CRISTINA BARON DA SILVA

ANA MATILDE BECHTOLD

## PROFESSOR ANOS INICIAIS

DAIANA BARNI BUDNI

MARINALVA DA COSTA FELICIO

SUZANE BECKER

JAQUELINE MARIA WANKA

KARLA TEIXEIRA

SIRLEI APARECIDA BOM FOGO FEITOZA

EUCELIS NUNES GONCALVES DA SILVA

MARIA TEREZINHA DOS REIS KOGIKOWSKI

ANDREIA CRISTINA SCHWEIGERT WILBERT

CIMARA HABITZREUTER

ELENIR DALAGNOLI CASAGRANDA

MARTA MARIA DOS SANTOS

## PROFESSOR DE ARTES

KARINA BIANCHINI STOLL

SILVANA KUSZKOWSKI

CLEIDE REIS SILVA

## PROFESSOR DE CIÊNCIAS

PATRICIA FERNANDA BECKHAUSER

LUANA GABRIELA SCHWARZ HOLETZ

ROSALIA REGINA FERNANDES PAVANATI

PAMELA CATIUSCIA FELIPIM DA SILVA

MAURICIO SOARES HALAIKO

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

DAIANA BARNI BUDNI

MARINALVA DA COSTA FELICIO

SUZANE BECKER

JAQUELINE MARIA WANKA

KARLA TEIXEIRA

SIRLEI APARECIDA BOM FOGO FEITOZA

## PROFESSOR DE GEOGRAFIA

PRISCILA MORELLI

ROSANE GOLYSKI NOGUEIRA

MARCELO NOLDIN

CARLA CRISTINA UHLMANN

CASSIANE DE FATIMA PEROVANO

## PROFESSOR DE HISTÓRIA

EDU GEVAERD NETO

LUCIANA PAZA TOMASI

ADRIANA MOSIMANN

GRAZIELA MAFFEZZOLLI

ELISANGELA HOFFMANN

## PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA

JONAS GUILHERME VIEIRA

ALANA MOTTA GERLACH CAMPOS

TALITA POSTAI

JAINE LAIS VICENTINI

CRISTINA HELENA DE SOUZA ASSINI

## PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

SANDRO VERGILIO FRANCISCO

EDGARD LEVY SAPORITO DA SILVA

IVELINE DE FREITAS REHBEIN PAZA

ROGERIO PEREGO

## PROFESSOR DE MATEMÁTICA

ALINE NERVO DE MATOS

SAMUEL HAAG

THIAGO HERMENEGILDO DE FARIA

DEISE BECKER

ANA FLAVIA BATILANI SCHMITZ

SILVANA APARECIDA MARTINS

FREDDY VINICIUS COSTA

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 18/12/2014.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de dezembro de 2014.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### PORTARIA Nº 9.458, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 9.458, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

## RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, o candidato habilitado em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante os Edital nº 005/2013, de 20 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento do cargo efetivo de PROFESSOR DE ANOS INICIAIS, com a inscrição no certame de número 9841.

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar

n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 18/12/2014.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de dezembro de 2014.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 9.459, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº 9.459, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Rubens Merizio para ocupar o cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo I - E, da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13 e 3.703/14.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de dezembro de 2014.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 9.460, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº 9.460, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Retificar a Portaria n.º 8.645/2013 para fazer constar que Mariana Schlindwein Brandt foi nomeada para exercer o cargo de provimento em comissão como Chefe Operacional, Padrão CC - VI, lotada na Secretaria de Obras.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 10/06/2013.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de dezembro de 2014.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON  
Chefe de Gabinete

# Caçador

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO CONVÊNIO APAE

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAÇADOR E A ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAÇADOR - APAE.

Pelo presente Termo Aditivo de Convênio, o MUNICÍPIO DE CAÇADOR, pessoa jurídica de direito interno, doravante denominado Município, com sede na Avenida Santa Catarina, nº 195, Centro, Caçador/SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.074.302/0001-31, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GILBERTO AMARO COMAZZETTO, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAÇADOR - APAE, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ nº 82.800.103/0001-09, com sede na Rua Altamiro Guimarães, nº 543, nesta cidade de Caçador/SC, representada neste ato por sua Vice-Presidente ÉLIDA PANCERI GUZZI, com CPF nº 745.813.929-34, acordam o que segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

A cláusula segunda do Convênio original fica acrescida da seguinte redação:

#### CLÁUSULA SEGUNDA DOS RECURSOS

(...)

"Parágrafo único. O valor original do convênio fica acrescido de R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais)."

CLÁUSULA SEGUNDA - As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem de acordo, assinam o presente convênio em duas vias de igual teor.

Caçador, 19 de dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO    ÉLIDA PANCERI GUZZI  
Prefeito Municipal de Caçador    Vice-Presidente da APAE Caçador

#### TESTEMUNHAS:

1ª \_\_\_\_\_  
CPF

2ª \_\_\_\_\_  
CPF

### DECRETO Nº 6.266/2014

DECRETO nº 6.266, de 18 de dezembro de 2014.  
Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 652,85m² (seiscentos e cinquenta e dois metros e oitenta e cinco decímetros quadrados), objeto do Registro nº 31.691, do Registro de Imóveis desta Comarca, localizado nas

Ruas 1 e 3 do Loteamento Colina, nesta cidade, de propriedade de Ivanir Baseggio e Nilda Deolinda Carneiro Baseggio, ficando após o desmembramento constituído de 02 áreas, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - Gleba A com 338,43m² (trezentos e trinta e oito metros e quarenta e três decímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: ao NOROESTE com o imóvel constante da matrícula nº 31.692 medindo 27,05 metros; ao NORDESTE com a Gleba B deste desmembramento medindo 20,76 metros; ao SUDOESTE com a Rua 1 medindo 3,50 metros; ao SUDESTE com a Rua 3 medindo 30,49 metros.

II - Gleba B com 314,42m² (trezentos e quatorze metros e quarenta e dois decímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: ao NOROESTE com o imóvel constante da matrícula nº 31.692 medindo 13,00 metros; ao NORDESTE com a área de posse de Beatriz Martins Nica e Nizia Maria Virgínia Nica e com o imóvel constante da matrícula nº 15.147 medindo 26,00 metros; ao SUDOESTE com a Gleba A deste desmembramento medindo 20,76 metros; ao SUDESTE em dois planos com a Rua 3 medindo 8,71 metros e 5,80 metros respectivamente.

Parágrafo único - A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 2º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 18 de dezembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### DECRETO Nº 6.267/2014

DECRETO Nº 6.267, de 18 de dezembro de 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor da Secretaria da agricultura, da pecuária e do abastecimento.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais previstas no art. 79, VIII da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA :

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor da Secretaria da agricultura, da pecuária e do abastecimento, na importância de R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais), conforme segue:

02.07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DO ABASTECIMENTO  
20.606.0026.1.088 - Aquisição de máquinas e implementos agrícolas  
4.4.90.00.0024 - Aplicações Diretas ..... R\$ 155.000,00

Art. 2º Para atender a abertura de crédito adicional suplementar

disposta no art. 1º, serão utilizados recursos financeiros recebidos referente ao Convênio nº 002765/2014, que entre si celebram o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Regional de Caçador, e o Município de Caçador - Processo Nº SDR100000938/2014, objetivando aquisição de equipamento para Patrulha Agrícola.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 18 de dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

### EDITAL Nº 02/2014 CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAÇADOR/SC  
Edital CMDCA nº. 02/2014

Divulga e torna pública a relação dos candidatos que tiveram seus pedidos de REGISTRO DE CANDIDATURA DA ELEIÇÃO SUPLEMENTAR DO CONSELHO TUTELAR Deferidos e Indeferidos em conformidade com o item 3. do Edital CMDCA 01/2014 para a eleição suplementar dos membros do Conselho Tutelar. Conforme estabelece no referido Edital fica estabelecido o prazo de 23/12/2014 a 26/12/2014 para apresentação de recursos pelos candidatos que tiveram seu registro indeferido, conforme art. 4º.

A Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990, a qual dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e na Lei Municipal nº 2.436, de 20 de abril de 2007, torna público o presente Edital conforme listagem abaixo:

Registro de Candidatura da Eleição Suplementar do Conselheiro Tutelar:

Deferidos:

Maria Augusta Nhoato Moreira  
Susana Ribeiro dos Santos  
Fátima Teresinha Danieli

Indeferidos:

Nome	Documentos não apresentados, ou apresentados de forma incorreta. Subitens do item 3. do Edital CMDCA 01/2014
Eliana Aparecida Ramos Batista	Item 3.1.5 – Atestado comprovando possuir experiência e identificação no trabalho com criança e adolescente de no mínimo um ano
Sibele Baldicera	Item 3.1.5 – Atestado comprovando possuir experiência e identificação no trabalho com criança e adolescente de no mínimo um ano
Silvane Andrioni	Item 3.1.5 – Atestado comprovando possuir experiência e identificação no trabalho com criança e adolescente de no mínimo um ano

Conforme estabelece o edital, os recursos deverão ser protocolados junto a Secretaria dos Conselhos, sito à Rua Vitor Batista Adami, 275- Centro nos dias 23/12/2014 a 26/12/2014;

Não serão recebidos recursos intempestivos e nem protocolados em local diverso do acima determinado.  
Caçador, 19 de dezembro de 2014.

Marizete Fátima Iaczkinski  
Presidente do CMDCA

### LEI Nº 3.197/2014

LEI Nº 3.197, de 19 de dezembro de 2014.

Autoriza doar bem móvel ao Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão - Polícia Civil.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar ao Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão - Polícia Civil, nos termos do Convênio nº 9.919/2011-8, datado de 08 de agosto de 2011, celebrado entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/SC, a Polícia Militar de Santa Catarina e o Município de Caçador, objetivando estabelecer condições para ação conjunta, visando à engenharia de tráfego e de campo, sinalização e fiscalização do trânsito, na conformidade do Código de Trânsito Brasileiro, o bem móvel abaixo discriminado:

I - um veículo Ford/Focus 2.0, marca Ford, álcool/gasolina, ano/modelo 2014/2015, cor cinza, placa MMJ3569, código RENAVAM 1030516585, chassi 8AFSZZFFCFJ276379.

Parágrafo único. O bem acima identificado destina-se ao uso exclusivo nas ações da Polícia Civil de Santa Catarina e ficará sob a responsabilidade da Delegacia Regional de Polícia de Caçador.

Art. 2º As despesas com a execução desta Lei, correrão por conta da donatária.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 19 de dezembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

### LEI Nº 3.198/2014

LEI Nº 3.198, de 19 de dezembro de 2014.

Autoriza a repassar recursos financeiros, a título de auxílio, à Associação Comunitária de São Francisco.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Caçador autorizado a repassar recursos financeiros, a título de auxílio, à Associação Comunitária de São Francisco, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.283.361/0001-18, com sede na Linha São Francisco, nesta cidade de Caçador, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a ser pago após a aprovação desta Lei.

§ 1º Os recursos, objeto desta Lei, serão destinados a custear as despesas com execução de obras de infraestrutura no campo de futebol da entidade, na forma constante do Plano de Trabalho proposto.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014:

12.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

27.812.0031.2.149 - Contribuições Financeiras às Entidades Desportivas

3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos ..... R\$ 20.000,00

Art. 3º A referida Associação prestará contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas expedidas pela Secretaria Municipal da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 19 de dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **PORTARIA Nº 24.789**

PORTARIA Nº 24.789, de 03 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 122, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER RETORNO da Licença Sem Vencimentos, concedida a Servidora Pública Municipal MARILDA APARECIDA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Servente, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, com efeitos a contar de 03 de Novembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 03 de Novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

#### **PORTARIA Nº 24.790**

PORTARIA Nº 24.790, de 03 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 122, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER RETORNO da Licença Sem Vencimentos, concedida a Servidora Pública Municipal NEUSA TERESINHA PELEGRINI, ocupante do cargo de Professora, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, com efeitos a contar de 03 de Novembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 03 de Novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

#### **PORTARIA Nº 24.802**

PORTARIA Nº 24.802, de 04 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 114, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com nova redação dada pela Lei Complementar nº 137, de 24/11/2008,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, especificando: código, nome, cargo, escola de atuação e período de afastamento da licença, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	Período
10432	Graziela Wagner da Costa Bender	Auxiliar de Creche e Berçário	CMEI Pierina Adami	04/11/2014 a 02/05/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 04 de Novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

#### **PORTARIA Nº 24.803**

PORTARIA Nº 24.803, de 04 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 42 da Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

REDUZIR A CARGA HORÁRIA da Servidora Pública Municipal, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, a seguir relacionada, especificando: código, nome, cargo efetivo, carga horária antiga,

carga horária atual, escola da função e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo Efetivo	De	Para	Escola da Função	A contar de:
13551	Thays Aparecida de Jesus Seixas	Professora	19	16	EMEB Walsin Nunes Garcia, V.V. Carmen Castilho, Licença Tratamento de Saúde	04/11/2014
12905	Jailson de Oliveira	Professor	40	30	EMEB Morada do Sol	01/11/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 04 de Novembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

#### **PORTARIA Nº 24.804**

PORTARIA Nº 24.804, de 04 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

ALTERAR a Portaria nº 24.349, de 15 de Agosto de 2014, que contratou diversos Servidores, somente no que se refere a servidora NILVA MARIA FERNADES, ocupante do cargo de Professora de 1º ao 5º ano, 20 ( vinte) horas semanais, na EMEB Morada do Sol, na vaga vinculada a do servidor Celso Viero, que encontra-se em licença para tratamento de saúde, com relação somente a data fim do contrato, que passa a ser 19 de Dezembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
04 de Novembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

#### **PORTARIA Nº 24.805**

PORTARIA Nº 24.805, de 04 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

ALTERAR a Portaria nº 24.349, de 15 de Agosto de 2014, que contratou diversos Servidores, somente no que se refere a servidora MARCIA ANTONIA RICETTI, ocupante do cargo de Professora de 1º ao 5º ano, 20 (vinte) horas semanais, com relação ao local de trabalho, que passa a ser, na EMEB Morada do Sol, vaga vinculada

a do servidor Celso Viero, que encontra-se em licença para tratamento de saúde, e a data fim do contrato, que passa a ser 19 de Dezembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
04 de Novembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

#### **PORTARIA Nº 24.806**

PORTARIA Nº 24.806, de 04 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

ALTERAR a Portaria nº 24.213, de 14 de Julho de 2014, que contratou diversos Servidores, somente no que se refere a servidora SANDRINE FOGAÇA FERNADES, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche e Berçário, 40 (quarenta) horas semanais, com relação ao local de trabalho, que passa a ser, na CMEI Sonho Encantado, vaga vinculada a da servidora Cristina de Castilho, que encontra-se em licença para tratamento de saúde, e a data fim do contrato, que passa a ser 26 de Novembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
04 de Novembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

#### **PORTARIA Nº 24.807**

PORTARIA Nº 24.807, de 04 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

ALTERAR a Portaria nº 24.308, de 05 de Agosto de 2014, que contratou diversos Servidores, somente no que se refere a servidora RUBIA MARLUZA GOMES, ocupante do cargo de Professora, com relação ao local de trabalho, que passa a ser, EMEB Walsin Nunes Garcia, vaga vinculada a da servidora Marilene Coelho Gonçalves, que encontra-se em Licença Prêmio, e a data fim do contrato, que passa a ser 19 de Dezembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
04 de Novembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 24.838**

PORTARIA Nº 24.838, de 13 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Educação, licença para tratamento de saúde, especificando: código, nome dos servidores, cargo, número de dias e período do afastamento, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	Nº de dias	A contar de:
10542	Alexandre Maicon de Lima	Secretário Escolar	CMEI Santa Clara	45	04/11/2014
1230	Cleide Fatima Dariz	Exercendo Função de Diretora	EMEB Hilda Granemann de Sousa	15	04/11/2014
10530	Cristina de Castilho	Auxiliar de Creche e Berçário	CMEI Sonho Encantado	15	28/10/2014
672	Sueli Terezinha Prestes Leite	Secretária Escolar	EMEB Vereda dos Trevos	45	03/11/2014
10525	Waldir Schuppel	Professor	EMEB Profª Maria Luiza Barbosa	15	03/11/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 13 de Novembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 24.839**

PORTARIA Nº 24.839, de 13 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 163, da Lei Complementar de 24/02/2010, que dispõe sobre a Contratação de Servidores Públicos Municipais em Caráter Temporário, e art. 60, da Lei 8.213, de 24/07/1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências,

**RESOLVE:**

CONCEDER ao Servidor Público Municipal abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Educação, licença para tratamento de saúde, especificando: código, nome do servidor, cargo, escola de atuação, dias de afastamento, dias lançados para pagamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	Total de Dias	Dias Lançados	Licença Tratamento Saúde a contar de:
12917	Diego Clemente Cavalett	Auxiliar de Biblioteca	EMEB Morada do Sol	30	15	31/10/2014 a 14/11/2014, após Regime Geral de Previdência Social – INSS

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 13 de Novembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 24.852**

PORTARIA Nº 24.852, de 19 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 166, da Lei Complementar nº 56 de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

**RESOLVE:**

CONCEDER a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, 01 (um) vencimento mínimo do serviço público como auxílio-natalidade, em virtude do nascimento de seu filho, especificado: código, nome, cargo, secretária e data de nascimento do filho, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec.	Data Nasc.
10532	Franciele Escher	Auxiliar de Creche e Berçário	005	30/10/2014

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 19 de Novembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 24.859**

PORTARIA Nº 24.859, de 20 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

**RESOLVE:**

ALTERAR A CARGA HORÁRIA dos Servidores Públicos Municipais

a seguir relacionados, lotados junto a Secretaria de Municipal de Educação, especificando: código, nome, cargo efetivo, carga horária antiga, carga horária atual, escola da função e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo Efetivo	De	Para	Escola	A contar de:
13548	Fabiana da Silva	Professora	18	21	EMEB Walsin Nunes Garcia, V.V. Carmen Castilho, Licença Tratamento de Saúde	20/11/2014 até 19/12/2014
13488	Maria de Lourdes Cassol	Professora	20	40	EMEB Hilda Grammann de Sousa, V.V. Marizete Zago, Licença Tratamento de Saúde	09/10/2014 até 30/11/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 20 de Novembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

## IPASC

### PORTARIA N.º 775, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA n.º 775, de 12 de dezembro de 2014.

Altera dispositivo da Portaria nº 708, de 22/05/2014, que concedeu pensão por morte a NELCI CUNHA.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, e de acordo com o inciso II, § 7º, do art. 40 da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional nº 41, de 31/12/03, c/c Artigo inciso I, do art. 8º e inciso II, §3º, do art. 38 e Parágrafo único do art. 39, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006 e Audiência do Processo @PPA 14/00413114 do TCE/SC,

#### RESOLVEM:

Art. 1º Alterar redação do art. 1º, da Portaria nº 708, de 22 de maio de 2014, que concedeu pensão por morte a NELCI CUNHA, Matrícula 5955, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º Conceder pensão por morte a NELCI CUNHA, Matrícula 5955, na condição de companheira do Servidor Público Municipal ativo EDEMILSON JOSÉ FERNANDES, Matrícula 54, falecido no dia 17/03/2014, na espécie sem paridade, com benefício integral, originário dos vencimentos do servidor falecido, compreendendo o valor de horas normais de R\$ 1.338,55 (hum mil, trezentos e trinta e oito reais e cinquenta e cinco centavos), adicional de triênio no valor de R\$ 401,56 (quatrocentos e um reais e cinquenta e seis centavos), mais o adicional 25 anos 6ª parte no valor de R\$ 290,02 (duzentos e noventa reais e dois centavos), cujo valor do benefício totaliza R\$ 2.030,13 (dois mil, trinta reais e treze centavos), com efeitos a contar de 18 de março de 2014." (NR)

Art. 2º. Determinar à Diretoria Administrativa do IPASC para providenciar a notificação da pensionista NELCI CUNHA para devolução dos valores recebidos a maior e demais atos pertinentes à matéria.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 12 de dezembro de 2014.

Alcedir Ferlin

DIRETOR PRESIDENTE.

Eliete Catarina D'Agostini

DIRETORA ADMINISTRATIVA.

### PORTARIA Nº 777, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 777, de 16 de dezembro de 2014

Estabelece recesso administrativo compensado nas duas semanas comemorativas de festas de Natal e Final de Ano do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, e em especial o disposto no Decreto nº 6.184, de 30 de outubro de 2014,

#### RESOLVEM:

Art. 1º - Estabelecer o recesso administrativo compensado do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, nas duas semanas comemorativas de festas de Natal e Fim de Ano.

Art. 2º - O recesso administrativo compensado compreenderá na primeira semana, nos dias 22, 23 e 26 de dezembro de 2014 e, na segunda, os dias 29 e 30 de dezembro de 2014 e 02 de janeiro de 2015.

Art. 3º - Deverão funcionar as atividades que não possam sofrer solução de continuidade e não poderá ocorrer prejuízo à prestação de serviços do Instituto.

Art. 4º - Para cumprimento do disposto desta Portaria, os servidores deverão compensar as horas não trabalhadas na proporção de uma hora por dia, a partir de 05/01/2015 sem prejuízo do cumprimento da jornada de trabalho a que estiverem sujeitos, salvo aos servidores que possuírem créditos do banco de horas, ficando dispensados de compensação posterior.

Art. 5º - A falta de compensação, total ou parcial, das horas de trabalho acarretará os descontos pertinentes, e se total, o apontamento de falta ao serviço.

Art. 6º - O servidor que gozar férias no período, ainda que parcialmente, não poderá participar do recesso compensado ou ter faltas abonadas.

Art. 7º - O expediente do Instituto obedecerá ao seu horário normal de funcionamento.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, em 16 de dezembro de 2014.

Alcedir Ferlin

DIRETOR PRESIDENTE.

Eliete Catarina D'Agostini

DIRETORA ADMINISTRATIVA.

# Camboriú

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PR 99/14 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 099/2014 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 058/2014 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO INDIRETA E CONTINUADA, DOS SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS PARA FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS EM ÂMBITO NACIONAL, INCLUINDO EMISSÃO, CANCELAMENTO, REMARCAÇÃO, ENDOSSO, ENTREGA DE BILHETES OU ORDEM DE PASSAGENS E QUAISQUER OUTRAS ATIVIDADES RELACIONADAS QUE SE MOSTREM NECESSÁRIAS AO COMPLETO ALCANCE DA LOCOMOÇÃO VIA AÉREA DE SECRETÁRIOS, PRESIDENTES E PREFEITA, VICE-PREFEITO E SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO PARA FORNECIMENTO, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 18/12/2015

1ª Publicação.

### DECRETO N.º 1.978/2014

DECRETO N.º 1.978/2014

Regulamenta a Lei Municipal n.º 2.476, de 24 de outubro de 2012, que versa sobre o sistema de gestão sustentável de resíduos da construção civil no âmbito do Município de Camboriú.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO o Sistema de Gestão Sustentável de Resíduos da Construção Civil instituído pela Lei Municipal n.º 2.476/2012, de 24 de outubro de 2012;

CONSIDERANDO a Resolução CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente n.º 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;

CONSIDERANDO o que preceitua a Lei Municipal n.º 2.613 de 18 de novembro de 2013, que "disciplina o uso de caçambas estacionárias para coleta e remoção de entulho, terras e sobra de material de construção civil situadas nos logradouros públicos e dá outras providências";

CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 1.863/2014, que "Cria e nomeia membros do Núcleo Permanente de Acompanhamento e dá outras providências".

DECRETA:  
CAPÍTULO I  
DO OBJETO

Art. 1º Ficam regulamentados de acordo com as diretrizes constantes deste Decreto:

- I - o programa municipal de gerenciamento de resíduos da construção civil relativo à implantação e à operação da área de entrega para quaisquer volumes;
- II - as áreas para recepção de quaisquer volumes;
- III - os projetos de gerenciamento de resíduos da construção civil;
- IV - transporte de resíduos da construção civil;
- V - o uso de agregados reciclados em obras e serviços públicos ou particulares;
- VI - o núcleo permanente de acompanhamento.

CAPÍTULO II  
DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto consideram-se:

- I - ABNT NBR15112: define requisitos exigíveis para projeto, implantação e operação de áreas de transbordo e triagem de resíduos da construção civil;
- II - ABNT NBR15113: define requisitos mínimos exigíveis para projeto, implantação e operação de aterros de resíduos sólidos da construção civil classe A e de resíduos inertes;
- III - ABNT NBR15114: define resíduos mínimos exigíveis para projeto, implantação e operação de áreas de reciclagem de resíduos sólidos da construção civil classe A;
- IV - ABNT NBR15115: estabelece critérios/procedimentos para execução de camadas de pavimentação com agregado reciclado de resíduo sólido da construção civil;
- V - ABNT NBR15116: estabelece requisitos para o emprego de agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil;
- VI - Agregados Reciclados: material granular proveniente do beneficiamento de Resíduos da Construção Civil de natureza mineral (concreto, argamassas, produtos cerâmicos e outros), designados como classe A, que apresenta características técnicas adequadas para aplicação em obras de edificação ou infraestrutura conforme especificações da norma brasileira NBR 15.116/2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- VII - Área de Reciclagem de Resíduos da Construção Civil: estabelecimento destinado ao recebimento e transformação de resíduos da construção civil designados como classe A, já triados, para produção de agregados reciclados conforme especificações da norma brasileira NBR 15.114/2004 da ABNT;
- VIII - Controle de Transporte de Resíduos (CTR): documento emitido pelo transportador de resíduos que fornece informações sobre gerador, origem, quantidade e descrição dos resíduos e seu destino, conforme especificações das normas brasileiras NBR 15.112/2004, NBR 15.113/2004 e NBR 15.114/2004 da ABNT;
- IX - Equipamentos de Coleta de Resíduos da Construção Civil: dispositivos utilizados para a coleta e posterior transporte de resíduos, tais como caçambas metálicas estacionárias, caçambas basculantes instaladas em veículos autopropelidos, carrocerias para carga seca e outros, incluídos os equipamentos utilizados no transporte do resultado de movimento de terra;
- X - Geradores de Resíduos da Construção Civil: pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, proprietárias ou responsáveis por obra de construção civil ou empreendimento com movimento de terra, que produzam Resíduos da Construção Civil;
- XI - Geradores de Resíduos Volumosos: pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, proprietárias, locatárias ou ocupantes de imóvel em que sejam gerados Resíduos Volumosos;
- XII - Volumes de Resíduos da Construção Civil: aqueles volumes que resultam das diversas atividades de construção civil, reforma, ampliação, demolição, movimentação de terra e escavações;
- XIII - Receptores de Resíduos da Construção Civil: pessoas

jurídicas, públicas ou privadas, operadoras de empreendimentos, cuja função seja a recepção e o manejo adequado de resíduos da construção civil, contando com áreas de triagem, áreas de reciclagem, entre outras, licenciadas para tal atividade;

XIV - Reservação de Resíduos: processo de disposição segregada de resíduos triados para reutilização ou reciclagem futura;

XV - Resíduos da Construção Civil: provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos. De acordo com a Resolução CONAMA n.º 307, de 05 de julho de 2002, os resíduos da construção civil são classificados em: resíduos Classe A, B, C e D. Os resíduos Classe A são os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento, solos, argamassa e concreto). Os resíduos Classe B são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como: plásticos, papel/papelão, metais, vidros, madeiras e outros (plásticos, papel/papelão, metais, vidros, madeiras). Os resíduos Classe C são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação. Os resíduos Classe D são os resíduos perigosos, oriundos do processo de construção, tais como: tintas, solventes, óleos e outros, ou aqueles contaminados oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros;

XVI - Resíduos Secos Domiciliares Recicláveis: resíduos provenientes de residências ou de qualquer outra atividade que gere resíduos com características domiciliares ou a estes equiparados, constituídos principalmente por embalagens e que podem ser submetidos a um processo de reaproveitamento;

XVII - Transportadores de Resíduos de Construção: pessoas físicas ou jurídicas, encarregadas da coleta e do transporte remunerado dos resíduos entre as fontes geradoras e as áreas de destinação;

XVIII - Obras: todas as atividades de construção civil, reforma, ampliação, demolição e movimentação de terra;

XIX - Beneficiamento: é o ato de submeter um resíduo a operações e/ou processos que tenham por objetivo dotá-los de condições que permitam a sua utilização como matéria-prima ou produto;

XX - Reutilização: é o processo de reaplicação de um resíduo, sem a sua transformação;

XXI - AQV: Área de Manejo para Quaisquer Volumes de Resíduos da Construção Civil (Áreas de Transbordo e Triagem, Áreas de Reciclagem).

### CAPÍTULO III

#### DA REDE DE ÁREAS PARA RECEPÇÃO DE QUAISQUER VOLUMES

Art. 3º As áreas para recepção de quaisquer volumes, quando implantadas e operadas por particulares interessados, devem observar a legislação do Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial do Município de Camboriú e da Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo, mediante consulta de viabilidade junto à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, bem como à legislação federal, estadual e municipal de controle da poluição ambiental, quando for exigível, sendo a rede constituída de:

I - áreas de transbordo e triagem de resíduos da construção civil (ATT);

II - áreas de reciclagem;

III - área para depósito temporário de material reciclado, de forma segregada.

Art. 4º Os empreendedores interessados na implantação de áreas para recepção de quaisquer volumes, deverão apresentar seu projeto de empreendimento ao órgão ambiental competente - Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM ou Fundação do Meio Ambiente - FATMA, dependendo do porte do empreendimento, para análise e aprovação, bem como obedecer rigidamente o que observam as leis estaduais, federais e municipais.

Parágrafo único. A Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM ou a Fundação do Meio Ambiente - FATMA devem:

I - expedir as respectivas licenças ambientais, quando atendidas as exigências legais;

II - informar concomitantemente o Núcleo Permanente de Acompanhamento a respeito do projeto apresentado e da licença concedida.

Art. 5º As áreas de transbordo e triagem de resíduos da construção civil devem obedecer às condições estabelecidas na norma brasileira, notadamente no tocante a:

I - isolamento da área;

II - identificação das atividades que serão desenvolvidas e da licença de funcionamento;

III - definição de sistemas de proteção ambiental;

IV - documentação de controle dos resíduos recebidos e dos resíduos retirados, conforme o plano de controle de recebimento de resíduos que deve ser elaborado como previsto na NBR 15.112/2004 da ABNT.

Art. 6º Os resíduos transportados para as áreas de transbordo e triagem, áreas de reciclagem e aterros de resíduos da construção civil, devem estar acompanhados pelo respectivo controle de transporte de resíduos, emitido em 03 (três) vias, de acordo com o modelo constante do Anexo "B" - Tabela 1, integrante deste Decreto.

Art. 7º Os resíduos recebidos nas áreas de transbordo e triagem, bem como nas áreas de reciclagem de resíduos da construção civil devem ser controlados cumulativamente, conforme modelo de Planilha do Anexo "B" - Tabela 2, integrante deste Decreto, quanto:

I - à procedência;

II - à quantidade;

III - à qualidade.

Parágrafo único. O responsável pela área de transbordo e triagem, assim como áreas de reciclagem de resíduos da construção civil devem apresentar à Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM e/ou a FATMA relatórios mensais, contendo:

I - quantidade mensal e acumulada de resíduos recebidos;

II - destino dos diversos tipos de resíduos triados, com os respectivos comprovantes;

III - relação de transportadores usuários no mês vigente.

Art. 8º A operação das áreas de transbordo e triagem de resíduos da construção civil deve estar em conformidade com a NBR 15.112/2004 da ABNT, notadamente em relação às seguintes condições gerais:

I - a unidade deve receber apenas resíduos da construção civil;

II - só devem ser aceitas descargas e expedições de veículos com a devida cobertura dos resíduos neles acondicionados;

III - os resíduos descarregados na área de transbordo e triagem de resíduos da construção civil devem:

a) estar acompanhados do respectivo controle de transporte de resíduos, emitido pelo transportador, em conformidade com o Anexo "B" - Tabela 1, integrante deste Decreto;

b) ser integralmente triados, evitando-se o acúmulo de material não triado.

IV - os resíduos devem ser classificados pela sua natureza, sendo:

a) subclassificados, quando possível;

b) acondicionados em locais adequados e diferenciados.

V - o acondicionamento dos materiais descarregados ou armazenados temporariamente deve impedir o acúmulo de água;

VI - os rejeitos que eventualmente estejam na massa de resíduos recebidos devem ter destino adequado;

VII - a remoção de resíduos da área de transbordo e triagem de

resíduos da construção civil deve estar acompanhada pelo respectivo controle de transporte de resíduos, conforme Anexo "B" - Tabela 1, emitido em 03 (três) vias.

Art. 9º Os resíduos da construção civil de origem mineral (concreto, argamassas, produtos cerâmicos e outros), designados como classe A pela legislação federal específica, excluídos os produtos à base de amianto, devem ser:

- I - reutilizados;
- II - reciclados na forma de agregados;
- III - ou encaminhados às Áreas e Reciclagem de Resíduos da Construção Civil para a reservação segregada e futura utilização.

§ 1º Os demais tipos de resíduos da construção civil devem, obedecidas às normas brasileiras específicas, ser encaminhados pelos geradores e a iniciativa privada, para:

- I - à reutilização;
- II - à reciclagem;
- III - à armazenagem.

§ 2º A obrigação prevista neste artigo deve constar do respectivo projeto, sujeitando-se o receptor de resíduos, quando em desacordo, às sanções legais aplicáveis.

Art. 10. A transformação dos materiais triados somente pode ser realizada na própria área de transbordo e triagem de resíduos da construção civil se a área possuir licenciamento específico para esta atividade, a critério do órgão ambiental Estadual (FATMA) ou da Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM.

Art. 11. Os responsáveis por áreas de reciclagem de resíduos da construção civil devem seguir as diretrizes:

- I - definidas nos processos de licenciamento pelos órgãos competentes para:
  - a) implantação;
  - b) apresentação de projetos;
  - c) operação.
- II - estabelecidas nas normas técnicas brasileiras específicas, notadamente no tocante a:
  - a) compatibilidade da área com a legislação de uso do solo e com a legislação ambiental;
  - b) solução adequada dos acessos, isolamento e sinalização;
  - c) soluções para proteção de águas subterrâneas e superficiais;
  - d) triagem integral dos resíduos recebidos;
  - e) estabelecimento dos planos de controle, monitoramento, manutenção e operação definidos nas normas técnicas brasileiras;
  - f) documentação de controle dos resíduos recebidos, resíduos aceitos e dos resíduos retirados, conforme os planos que deverão ser elaborados.

Art. 12. As áreas de transbordo e triagem públicas, áreas de reciclagem públicas de resíduos da construção civil, destinadas à recepção de resíduos da construção civil oriundos de ações públicas de limpeza, devem seguir todas as diretrizes definidas neste Decreto.

Art. 13. O empreendedor é responsável pela operação adequada das áreas de transbordo e triagem de resíduos da construção civil, áreas de reciclagem e aterros de resíduos da construção civil.

#### CAPÍTULO IV DOS PROJETOS DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Art. 14. Os Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil devem ser:

- I - elaborados e implementados pelos geradores de quaisquer volumes, definidos no Sistema de Gestão Sustentável de Resíduos da Construção Civil do Município;

II - elaborados pelos órgãos municipais responsáveis por projetos, especificações técnicas, memoriais descritivos e outros documentos referentes às obras públicas municipais e implementados pelos executores de obras públicas municipais, inclusive os detentores de contratos decorrentes de quaisquer modalidades de licitação pública.

§ 1º Os Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil devem ter como objetivo estabelecer os procedimentos necessários para sua minimização e para o manejo e destinação ambientalmente adequados dos resíduos em conformidade com as diretrizes do Sistema de Gestão Sustentável de Resíduos da Construção Civil.

§ 2º Os Projetos de Empreendimentos e Atividades Públicos e Privados:

- I - não enquadrados na legislação como objeto de licenciamento ambiental, também devem apresentar o Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil juntamente com o Projeto de Construção do Empreendimento para análise pelo órgão municipal competente;
- II - sujeitos ao licenciamento ambiental, devem aprovar o Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil junto à Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM, anexando-o ao processo de aprovação de projetos, junto à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

§ 3º O órgão da Administração Pública, responsável pela licitação de obras públicas municipais deve incluir as exigências referentes aos projetos de gerenciamento de resíduos da construção civil nos editais referentes a estas obras.

Art. 15. Os Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil devem contemplar as seguintes etapas:

- I - caracterização - etapa em que o gerador deve identificar e quantificar os resíduos de construção e demolição gerados no empreendimento;
- II - triagem - deve ser realizada preferencialmente pelo gerador, na origem, ou ser realizada nas áreas de destinação licenciadas no sistema de gestão sustentável de resíduos da construção civil no Município, respeitadas as classes de resíduos estabelecidas na legislação específica;
- III - acondicionamento - o gerador deve garantir o confinamento dos resíduos desde a geração até a etapa de transporte, assegurando, em todos os casos em que seja possível, as condições de reutilização e de reciclagem;
- IV - transporte - deve ser realizado pelo próprio gerador ou por transportador cadastrado pelo Poder Público, respeitadas as etapas anteriores e as normas técnicas vigentes para o transporte de resíduos;
- V - destinação - deve ser prevista e realizada em áreas de destinação licenciadas e estar documentada nos Controles de Transporte de Resíduos, de acordo com o estabelecido no sistema de gestão sustentável de resíduos da construção civil no Município.

§ 1º Os Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil com atividades de demolição devem incluir a identificação dos componentes da construção e sua posterior desmontagem seletiva, visando:

- I - à minimização dos resíduos;
- II - à potencialização das condições de reutilização e reciclagem de cada uma das classes de resíduos segregados.

§ 2º Os responsáveis pelos Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil devem, quando necessário, apontar os procedimentos a serem tomados para a correta destinação de outros resíduos, como os de serviços de saúde e domiciliares, provenientes de ambulatórios e refeitórios, obedecidas às normas brasileiras específicas.

§ 3º Os responsáveis pelos Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil podem desenvolvê-lo de acordo com as informações mínimas presentes no modelo constante do Anexo "A", integrante deste Decreto.

Art. 16. A implementação do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil pelos geradores pode ser realizada mediante a contratação de serviços de terceiros, desde que discriminadas as responsabilidades das partes.

§ 1º A contratação dos serviços de triagem, transporte e destinação deve ser formalizada entre as partes, aceitando-se como expressão legal de contrato os registros realizados nos documentos de controle de transporte de resíduos estabelecidos no sistema de gestão sustentável de resíduos da construção civil.

§ 2º Todos os executores contratados para a realização das etapas previstas no Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil devem estar licenciados junto aos órgãos competentes.

Art. 17. O órgão municipal responsável pela análise do Projeto de Gerenciamento de Resíduo da Construção Civil é a Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM, em casos omissos haverá análise e manifestação do Núcleo Permanente de Acompanhamento, previsto no art. 10. da Lei Municipal nº 2.476/2012, devendo-se informar aos geradores de resíduos da construção civil, por meio de lista oficial, sobre:

I - os transportadores com cadastro válido;

II - as áreas licenciadas para disposição dos resíduos caracterizados no Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil.

Art. 18. Constatada pela fiscalização da administração pública a deposição de resíduos provenientes de obras em locais incorretos, será determinado:

I - notificação do responsável para retirada dos resíduos dispostos em maneira inadequada e recuperação da área degradada;

II - o valor da multa;

III - suspensão do exercício da atividade por até 15 (quinze) dias;

IV - embargo da atividade.

§ 1º Verificada desobediência ao embargo, deve ser requisitada força policial e requerida a imediata abertura de inquérito policial para a apuração de responsabilidade do infrator pelo crime de desobediência previsto no Código Penal e crime ambiental previsto na Lei de Crimes Ambientais, encaminhando-se processo devidamente instruído para as providências judiciais cabíveis.

§ 2º O levantamento do embargo da obra só será realizado após a devida correção pelo infrator da deposição incorreta realizada.

§ 3º A solicitação do proprietário da obra para levantamento do embargo deve ser encaminhada para o Departamento de Fiscalização que efetuou o embargo, junto ao Departamento de Protocolo do órgão ambiental do Município.

Art. 19. A emissão de alvará de construção pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, para os empreendimentos geradores de volumes de resíduos de construção, está condicionada à apresentação do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, aprovado pela Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM.

Art. 20. A emissão do habite-se da construção pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, para os empreendimentos geradores de volumes de resíduos de construção, está condicionada à apresentação do parecer de conclusão do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, aprovado pela Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM.

Art. 21. Os geradores de resíduos de construção, submetidos os

contratos com o Poder Público, devem comprovar durante a execução, nas medições, e no término da obra, o cumprimento das responsabilidades definidas no Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil.

Art. 22. Para maior controle da quantidade e destinação dos resíduos gerados, os geradores de resíduos de construção civil devem utilizar o modelo de planilhas, conforme Anexo "B" - Tabela 3.

Art. 23. Os geradores contratantes dos serviços e as empresas cadastradas devem obedecer às seguintes diretrizes definidas na Lei Municipal nº 2.476/2012:

I - os geradores ficam proibidos:

a) de utilizar caçambas metálicas estacionárias para a disposição de outros resíduos que não exclusivamente resíduos de construção civil;

b) de utilizar chapas, placas e outros dispositivos suplementares que promovam a elevação da capacidade volumétrica de caçambas metálicas estacionárias, devendo estas serem utilizadas apenas até o seu nível superior.

II - os geradores, quando usuários de serviços de transporte, ficam obrigados a utilizar exclusivamente os serviços de remoção de transportadores cadastrados pela Municipalidade.

## CAPÍTULO V

### DO TRANSPORTE DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Art. 24. Os transportadores de resíduos da construção civil ficam proibidos de:

a) utilizar seus equipamentos para o transporte de outros resíduos que não exclusivamente resíduos de construção civil;

b) sujar as vias públicas durante a carga e transporte dos resíduos;

c) fazer o deslocamento de resíduos sem o respectivo documento de Controle de Transporte de Resíduos a que se refere o Anexo "B" - Tabela 1, integrante deste Decreto;

d) utilizar caçambas estacionárias em más condições de conservação e de retirá-las e transportá-las quando preenchidas além dos limites superior e lateral permitidos, particularmente quanto a ferragens e elementos pontiagudos;

e) retirar e transportar as caçambas quando preenchidas com resíduos não enquadrados na classificação da Resolução CONAMA nº 307/2002.

Art. 25. Os transportadores ficam obrigados:

I - a fornecer, aos geradores atendidos, comprovantes nomeando a correta destinação a ser dada aos resíduos coletados;

II - a utilizar dispositivos de cobertura de carga (tampa e lona) em caçambas metálicas estacionárias ou outros equipamentos de coleta, durante a retirada e o transporte dos resíduos;

III - a fornecer documento simplificado de orientação aos usuários de seus equipamentos, contendo:

a) instruções sobre posicionamento da caçamba e volume a ser respeitado;

b) tipos de resíduos admissíveis;

c) prazo de utilização da caçamba;

d) proibição de contratar transportadores não cadastrados;

e) penalidades previstas em lei e outras instruções que julgue necessárias.

## CAPÍTULO VI

### DO USO PREFERENCIAL DE AGREGADOS RECICLADOS EM OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Art. 26. Ficam definidas as condições para o uso preferencial de agregados reciclados ou dos produtos que os contenham na execução das obras e serviços listados a seguir:

I - execução de sistemas de drenagem urbana ou suas partes, em substituição aos agregados convencionais utilizados a granel em lastros, nivelamentos de fundos de vala, drenos ou massas;

II - execução de obras sem função estrutural, como muros,

passeios, contra pisos, enchimentos, alvenarias, etc.;

III - preparação de concreto sem função estrutural para produção de artefatos, como blocos de vedação, tijolos, meio-fio (guias), sarjetas, canaletas, briquetes, mourões, placas de muro, etc.;

IV - execução de revestimento primário (cascalhamento) ou camadas de reforço de subleito, sub-base e base de pavimentação em estacionamentos e vias públicas, em substituição aos agregados convencionais utilizados a granel.

§ 1º O uso preferencial desses materiais deve se dar tanto em obras contratadas, como em obras executadas pela administração pública direta ou indireta.

§ 2º A aquisição de materiais e a execução dos serviços com agregado reciclado devem ser feitas com obediência às normas técnicas NBR 15.115/2004 e NBR 15.116/2004 da ABNT.

§ 3º As disposições deste artigo ficam condicionadas à existência de preços inferiores para os agregados reciclados, em relação aos agregados naturais, e sujeitas aos termos da legislação que rege os contratos e licitações públicas.

§ 4º Qualquer licitação de obras públicas municipais deve incluir as disposições deste artigo nos editais referentes a tais obras.

Art. 27. Para a execução dos serviços previstos nos incisos I, II, III, IV, do artigo anterior, podem ser utilizados agregados reutilizados ou reciclados produzidos em instalações públicas ou privadas, sendo obrigatória em ambos os casos, a observância das normas técnicas da ABNT referidas no § 2º do artigo anterior deste Decreto.

## CAPÍTULO VII

### DO NÚCLEO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO

Art. 28. O Núcleo Permanente de Acompanhamento, órgão previsto no artigo 10, da Lei Municipal n.º 2.476/2012, é responsável:

I - pela coordenação das ações previstas no Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil;

II - pela implementação do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil;

III - pelo monitoramento de áreas de recebimento de quaisquer volumes de resíduos da construção civil - RCC;

IV - pela realização de reuniões periódicas com representantes dos agentes geradores, transportadores e receptores, visando o compartilhamento de informações para a gestão adequada dos resíduos;

V - pelo julgamento dos recursos decorrentes das penalidades impostas em razão de infração à Lei Municipal n.º 2.476/2012 e a este Decreto.

## Seção I

### Das Atribuições Gerenciais

Art. 29. São atribuições gerenciais do Núcleo Permanente de Acompanhamento:

I - monitorar o funcionamento das áreas de recebimento de quaisquer volumes de resíduos da construção civil;

II - orientar os geradores quanto aos locais adequados para a disposição de resíduos da construção civil;

III - divulgar a listagem dos transportadores corretamente cadastrados no Sistema de Gestão Sustentável de Resíduos da Construção Civil;

IV - informar aos transportadores os locais licenciados para a disposição de resíduos;

V - monitorar e controlar locais de descargas irregulares e botas-foras;

VI - identificar as instituições e entidades locais com potencial multiplicador na difusão dos novos procedimentos de gestão e manejo dos resíduos, monitorando as parcerias constituídas;

VII - orientar e controlar as ações de fiscalização, monitorando os

resultados;

VIII - supervisionar e monitorar o serviço de acesso telefônico a pequenos transportadores;

IX - monitorar o banco de áreas para aterramento e outras ações, como programas de apoio a pequenos transportadores e à coleta seletiva de resíduos domiciliares secos recicláveis;

X - cabe a Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM, podendo contar com o apoio de entidades de classe, organizações governamentais e não governamentais, clubes de serviço, entre outros, incluir no Programa de Educação Ambiental estudos e atividades específicas sobre o tema "Resíduos da Construção Civil - RCC".

## CAPÍTULO VIII

### DAS PENALIDADES

Art. 30. O não cumprimento das determinações expressas neste Decreto, por agentes submetidos a contratos com o Poder Público, determina o seu impedimento de participar de novas licitações ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta.

Art. 31. As obras e serviços referenciados nos artigos 26 e 27 deste Decreto, aplicam-se, no que couberem, as normas administrativas já em vigor, tanto às referentes ao seu andamento, como aos profissionais e à fiscalização.

Art. 32. A Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM é responsável pela implementação das diretrizes do Capítulo III do presente Decreto, tendo as empresas destinadas a remoção e transporte de entulhos (resíduos da construção), com caçambas estacionárias, o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação deste Decreto, para a regularização de sua situação.

§ 1º A não regularização de sua situação no prazo estipulado no caput, enseja a aplicação das penalidades cabíveis ao caso, estabelecidas no artigo 33 deste Decreto.

§ 2º A presente regulamentação não exige o proprietário do veículo ou da caçamba, de seguir as demais legislações correlatas, tais como o Código de Trânsito Brasileiro, Código Obras e de Posturas do Município e outras normas aplicáveis.

Art. 33. O descumprimento das disposições estabelecidas neste Decreto enseja a aplicação das penalidades estabelecidas no art. 13, incisos I, II, III, IV, da Lei Municipal n.º 2.476/2012, sem prejuízo da aplicação da Lei de Crimes Ambientais e outras pertinentes.

## CAPÍTULO IX

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34. As especificações técnicas e editais de licitação para obras públicas municipais referentes às atividades aqui previstas devem fazer, no corpo dos documentos, menção expressa a este Decreto e às condições e exigências nele estabelecidas.

Art. 35. As despesas com a execução deste Decreto devem correr por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 36. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 10 de dezembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa  
Secretário M. de Administração

Lista de siglas:

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas  
AQV - Área de Manejo Para Quaisquer Volumes de Resíduos da Construção Civil  
ATT - Áreas de Transbordo e Triagem de Resíduos da Construção Civil  
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente  
CTR - Controle de Transporte de Resíduos  
FUCAM - Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável  
RCC - Resíduos da Construção Civil

ANEXOS:

Anexo "A" - Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil

Anexo "B" - Planilhas de Controle de Entrada, Saída e Transporte de RCC

ANEXO "A"

PROJETO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE CAMBORIÚ

Informações Básicas:

1. Identificação da empresa executora da obra e seus responsáveis técnicos (Proprietários e engenheiros).
2. Endereço do empreendimento, com a respectiva consulta de viabilidade.
3. Características básicas da obra (Finalidade, prazo de execução, áreas, pavimentos e outras descrições pertinentes).
4. Materiais e componentes básicos utilizados em cada etapa (Preparo do canteiro, fundações, estrutura, vedações, instalações, revestimento, etc.).
5. Perspectiva dos resíduos a serem gerados, com a respectiva classe (A, B, C e D), bem como a estimativa de volume a ser gerado.
6. Proposição de iniciativas para minimizar os resíduos.
7. Iniciativas para acondicionamento diferenciado e transporte adequado (forma de organização dos resíduos das quatro classes, dispositivos empregados, etc).
8. Descrição do destino a ser dado aos resíduos não absorvidos, conforme cada uma das respectivas classes (A, B, C e D).
9. Descrição do Destino a ser dado aos resíduos (Eventuais resíduos de ambulatórios, refeitórios, etc).
10. Indicação dos agentes licenciados responsáveis pelo fluxo posterior dos resíduos (Os agentes podem ser substituídos, a critério do gerados, desde que informado no processo como anexo, ressaltando-se o caráter imprescindível de ser legalmente licenciado), conforme tabelas abaixo:
- 11.

11.1 Identificação do Transportador	11.2 Identificação da área receptora dos resíduos
Nome:.....	Nome:.....
CNPJ:.....	CNPJ:.....
Endereço:.....	Endereço:.....
Telefone/e.mail:.....	Telefone/e.mail:.....

Preencher quantos campos seja necessários.

12. Caracterização dos Responsáveis:

12.1 Identificação do Gerador

Nome:.....

CNPJ:.....

Endereço:.....

Telefone/e.mail:.....

Assinatura/local/data:.....

12.2 Identificação do responsável

técnico da obra c/ ART

Nome:.....

CNPJ:.....

Endereço:.....

Telefone/e.mail:.....

Assinatura/local/data:.....

Podem ser incluídas informações complementares caso sejam julgadas relevantes.

ANEXO "B"

PLANILHAS DE CONTROLE DE  
ENTRADA, SAÍDA E TRANSPORTE DE  
RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL - RCC

## DECRETO N.º 1.982/2014

DECRETO N.º 1.982/2014

Dispõe sobre a prorrogação de prazos do Decreto Municipal n.º 1.441, de 27 de março de 2012.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;  
CONSIDERANDO a necessidade de adequação dos procedimentos contábeis previstos na Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN n.º 406, de 20 de junho de 2011, alterada pela Portaria Secretaria do Tesouro Nacional - STN n.º 828, de 14 de novembro de 2011;

DECRETA:

Art. 1º Ficam prorrogados até 31/12/2015 os prazos originalmente estabelecidos no Decreto Municipal n.º 1.441/2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 19 de dezembro de 2014.

MÁRCIO AQUILES DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

## DECRETO N.º 1.983/2014

DECRETO N.º 1.983/2013

Dispõe sobre a abertura de crédito especial e anulação de dotações do orçamento do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros do Município autorizado pela Lei Municipal n.º 2.781, de 15 de dezembro de 2014.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito especial no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para suplementar o orçamento do Município no órgão e unidade orçamentária abaixo descrita:

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú  
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Administração  
Função: 06 - Segurança Pública  
Subfunção: 182 - Defesa Civil  
Programa: 0014 - Gestão de Apoio aos Bombeiros  
Atividade: 2.049 - Manutenção das Atividades do FUNREBOM  
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 0.1.0000 - Recursos Ordinários  
Código Reduzido: 111  
VALOR: R\$ 100.000,00  
Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se a anulação parcial de dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme abaixo e de acordo com o previsto no inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964.  
Órgão: 09 - Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros  
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros  
Função: 06 - Segurança Pública  
Subfunção: 182 - Defesa Civil  
Programa: 0014 - Gestão de Apoio aos Bombeiros  
Atividade: 2.049 - Manutenção das Atividades do FUNREBOM  
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 0.1.0000 - Recursos Ordinários  
Código Reduzido: 02  
VALOR: R\$ 100.000,00  
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,  
Em, 19 de dezembro de 2014.  
MÁRCIO AQUILES DA SILVA  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa  
Secretário M. de Administração

## Campo Alegre

### PREFEITURA

#### PORTARIA Nº 11.539 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.539 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias ao Servidor Público ocupante do cargo de Professor I, exercendo a função de Professor de Educação Física, RODOLFO HENRIQUE WORMS, Matrícula Funcional nº 000468, Registro no Sistema sob nº 954474, referente aos períodos aquisitivos: 01 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2013 = 10 (dez) dias; 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014 = 26 (vinte e seis) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
17 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 8.734 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 8.734 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.199 de 22 de Outubro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.900,00 (três mil, novecentos e reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
12.361.0008.2.045 -	Pessoal do Apoio Administrativo à Educação	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339046.00.519 -	Auxílio Alimentação	R\$ 100,00
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino Fundamental	
300000.00.141 -	Despesas Correntes	
310000.00.141 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.141 -	Aplicações Diretas	
319004.00.141 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 50,00
339049.00.141 -	Auxílio Transporte	R\$ 650,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
12.365.0011.2.047 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Educação Infantil	
300000.00.139 -	Despesas Correntes	
330000.00.139 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.139 -	Aplicações Diretas	
339049.00.139 -	Auxílio Transporte	R\$ 1.800,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
15.452.0043.2.052 -	Pessoal da Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319016.00.896 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 950,00
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
13.392.0075.2.809 -	Pessoal da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319016.00.896 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 900,00
	Total	R\$ 3.900,00

Art.2º) O créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
12.361.0008.2.045 -	Pessoal do Apoio Administrativo à Educação	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
310000.00.519 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.519 -	Aplicações Diretas	
319016.00.519 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 100,00
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	

12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino Fundamental	
300000.00.141 -	Despesas Correntes	
310000.00.141 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.141 -	Aplicações Diretas	
339046.00.141 -	Auxílio - Alimentação	R\$ 150,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
12.365.0011.2.047 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Educação Infantil	
300000.00.139 -	Despesas Correntes	
310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.139 -	Aplicações Diretas	
319011.00.139 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 1.800,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
15.452.0043.2.052 -	Pessoal da Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319011.00.896 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 950,00
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
13.392.0075.2.809 -	Pessoal da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319004.00.896 -	Contratação Por Tempo Determinado	R\$ 900,00
	Total	R\$ 3.900,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 8.735 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 8.735 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.045 de 10 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (um mil, reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração
03.01 -	Serviço de Administração
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração
300000.00.896 -	Despesas Correntes
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes
339000.00.896 -	Aplicações Diretas
339014.00.896 -	Diárias - Civil R\$ 1.000,00

Art.2º) O créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração
03.01 -	Serviço de Administração
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração
300000.00.896 -	Despesas Correntes
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes
339000.00.896 -	Aplicações Diretas
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos 04 de Dezembro de 2014.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 18 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 8.736 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 8.736 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

CONSTITUI COMISSÃO COORDENADORA DA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PME, DECÊNIO 2014/2024.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Federal nº 13.005 de 25 de Junho de 2014 e, Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de Abril

de 1990;

DECRETA:

Art.1º) Constituir a Comissão Coordenadora da elaboração do PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DECÊNIO 2014-2024, cuja finalidade é ainda, implantação, acompanhamento e implementação do referido PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Parágrafo Único - Caberá também a Comissão Coordenadora da elaboração as articulações juntamente com a Comissão Técnica entre o Plano Municipal de Educação e o PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO.

Art.2º) A Comissão Coordenadora da elaboração do PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PME, para o próximo decênio de acordo com a Lei Federal nº 13.005, de 25 de Junho de 2014, será composta pelos seguintes profissionais do Magistério Público Municipal da Secretaria Municipal de Educação, representantes abaixo descritos, que elaborarão os trabalhos, reunindo-se quando necessário para analisar as propostas formuladas por estes.

Art.3º) A Comissão Coordenadora da elaboração do PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DECÊNIO 2014-2024, em atenção a Lei Federal 13.005 de 25 de junho de 2014, será composta pelos seguintes membros:

I - ANA LUIZA DA CRUZ KMIECIK - Professor I;

II - LUZIA KOBUS - Professor I;

III - MARQUIELLI APARECIDA ROSÁRIO DA CRUZ - Professor I;

IV - MARILDA SCHADECK - Professor I;

V - ERNANI DOS SANTOS - Professor IX;

VI - MARILIS VELLASQUES - Especialista em Assuntos Educacionais;

VII - BRIGITTE SUELI VAN DEN AKKER STEUERNAGEL - Professor IV;

VIII - SIRLEY DRANKA DE SOUZA FREITAS - Professor I;

IX - BERTINA BAHR - Professor I;

X - JOSIANE VALERIA FRITZEN ROELL - Professor VII;

XI - Ana Caroline Kroll Uhlig - Professor V.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado, publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416, 3.386 em: 19/12/2014.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.531 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.531 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo IV da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 12 (doze) dias de férias a Secretária Municipal de Educação, LEDA CARINA MUNHOZ ODIA, Registro no Sistema sob nº 955390, referente ao período aquisitivo: 01 de Julho de 2014 á 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) A Secretária gozará férias no período de 05 de Janeiro de 2015 á 16 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
17 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.532 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.532 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO DO ENSINO FUNDAMENTAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 12 (doze) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor I, exercendo a função Gratificada de Chefe do Serviço Ensino Fundamental, MAIRA JOCELI PEREIRA DE MIRANDA, Matrícula Funcional nº 000092, Registro no Sistema sob nº 295640, referente aos períodos aquisitivos: 01 de Março de 2013 a 28 de Fevereiro de 2014 = 08 (zero oito) dias; 01 de Março de 2014 a 28 de Fevereiro de 2015 = 04 (zero quatro) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 01 de Março de 2014 a 28 de Fevereiro de 2015.

Art.2º) A Chefe gozará as férias no período de 05 de Janeiro de 2015 á 16 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
17 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.533 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.533 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO DO ENSINO INFANTIL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor I, exercendo a função Gratificada de Chefe do Serviço Ensino Infantil, TACIANA AMORIM CUNHA, Matrícula Funcional nº 000153, Registro no Sistema sob nº 181300, referente ao período aquisitivo: 19 de Fevereiro de 2014 a 18 de Fevereiro de 2015, pagamento de um terço de férias referente ao período.

Art.2º) A Chefe gozará as férias no período de 05 de Janeiro de 2015 á 09 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
17 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.534 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.534 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO CHEFE DO SERVIÇO DE APOIO A EDUCAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias ao Servidor Público ocupante do cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, exercendo a função Gratificada de Chefe do Serviço de Apoio a Educação, JOSÉ CARLOS NENEVE CORDEIRO, Matrícula Funcional nº 000084, Registro no Sistema sob nº 867200, referente ao período aquisitivo: 15 de Janeiro de 2013 a 14 de Janeiro de 2015,

pagamento de um terço de férias referente ao período.

Art.2º) O Chefe gozará as férias no período de 05 de Janeiro de 2015 á 09 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
17 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 11.535 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.535 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE DO TRANSPORTE ESCOLAR MERENDA E MANUTENÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 12 (doze) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor I, exercendo a função Gratificada de Chefe do Serviço de Controle e Manutenção das Unidades Escolares, MARIA MAURENE OTTVAGEN MAY, Matrícula Funcional nº 000082, Registro no Sistema sob nº 295130, referente ao período aquisitivo: 15 de Janeiro de 2014 a 14 de Janeiro de 2015, pagamento de um terço de férias referente ao período.

Art.2º) A Chefe gozará as férias no período de 05 de Janeiro de 2015 á 16 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
17 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 11.536 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.536 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, MARILUCI DOS SANTOS NUNES BUCHANN, Matrícula Funcional nº 000722, Registro no Sistema sob nº 955219, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
17 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 11.537 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.537 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, MARINES WOYESKOYSKY UHLIG, Matrícula Funcional nº 0229, Registro no Sistema sob nº 310540, referente ao período aquisitivo 09 de fevereiro de 2014 a 08 de Fevereiro de 2015, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
17 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.538 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.538 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 29 (vinte e nove) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, REGIANE CRISTINA HUBNER DE OLIVEIRA, Matrícula Funcional nº 000758, Registro no Sistema sob nº 955353, referente ao período aquisitivo 20 de Fevereiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2015, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 26 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
17 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.540 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.540 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 24 (vinte e quatro) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, ROSANE VIEIRA DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 000066, Registro no Sistema sob nº 104130, referente aos períodos aquisitivos: 01 de julho de 2013 a 30 de Junho de 2013 = 03 (zero três) dias; 01 de Julho de 2013 a 30 de Junho de 2014 = 21 (vinte e um) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo de 01 de Julho de 2013 a 30 de Junho de 2014.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 21 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
17 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.541 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.541 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, SANDRA ADRIANE PRESTES DE SOUZA INGLEZ, Matrícula Funcional nº 000143, Registro no Sistema sob nº 104210, referente ao período aquisitivo 16 de Julho de 2014 a 15 de Julho de 2015, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.542 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.542 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, SANDRA PAULA SCHWEDLER, Matrícula Funcional nº 000602, Registro no Sistema sob nº 954837, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 a 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.543 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.543 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor Auxiliar, exercendo a função de Professor Auxiliar "em extinção", SANDRA SCHWARZ, Matrícula Funcional nº 000522, Registro no Sistema sob nº 954620, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 a 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.545 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.545 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, SILVANIRA TELMA, Matrícula Funcional nº 000226, Registro no Sistema sob nº 102000, referente ao período aquisitivo 09 de Fevereiro de 2014 a 08 de Fevereiro de 2015, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 a 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.546 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.546 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, SOLANGE DOS PASSOS, Matrícula Funcional nº 000195, Registro no Sistema sob nº 714500, referente ao período aquisitivo 15 de Fevereiro de 2014 a 14 de Fevereiro de 2015, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.547 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.547 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, VANESSA MILCZEWSKY NASCIMENTO, Matrícula Funcional nº 000653, Registro no Sistema sob nº 955081, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.548 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.548 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor Auxiliar, exercendo a função de Professor Auxiliar "em extinção", VERA LUCIA CARVALHO DE LIMA, Matrícula Funcional nº 000535, Registro no Sistema sob nº 954638, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.549 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.549 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, VANESSA MILCZEWSKY NASCIMENTO, Matrícula Funcional nº 000653, Registro no Sistema sob nº 955081, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.550 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.550 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, ALINE CRISTIANE FRIEDRICH, Matrícula Funcional nº 000445, Registro no Sistema sob nº 954386, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.551 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.548 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor Auxiliar, exercendo a função de Professor Auxiliar "em extinção", VERA LUCIA CARVALHO DE LIMA, Matrícula Funcional nº 000535, Registro no Sistema sob nº 954638, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias

referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.552 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.550 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, ANA LUIZA DA CRUZ KMIETIK, Matrícula Funcional nº 000451, Registro no Sistema sob nº 954462, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.553 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.553 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor Auxiliar, exercendo a função de Professor Auxiliar "em extinção", ANGELA MARIA GSCHWENDTNER, Matrícula Funcional nº 000557, Registro no Sistema sob nº 954678, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.554 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.554 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, ARLETE JORGENSEN SCHIESSL, Matrícula Funcional nº 0232, Registro no Sistema sob nº 437501, referente ao período aquisitivo 09 de Fevereiro de 2014 a 08 de Fevereiro de 2015, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.555 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.555 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 29 (vinte e nove) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor II, exercendo a função de Professor de Educação Física, BEATRIZ ZANGARI RANK, Matrícula Funcional nº 000752, Registro no Sistema sob nº 955344, referente ao período aquisitivo 18 de Fevereiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2015, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 26 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.556 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.556 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública

ocupante do cargo de Professor Auxiliar, exercendo a função de Professor Auxiliar "em extinção", CARLA ALEXANDRE BANGHUCK DA SILVEIRA, Matrícula Funcional nº 000474, Registro no Sistema sob nº 954480, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 11.557 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.557 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 29 (vinte e nove) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, CAROLINE NEUMANN, Matrícula Funcional nº 000761, Registro no Sistema sob nº 955364, referente ao período aquisitivo 05 de Março de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 26 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 11.558 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.558 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, CÉLIA REGINA DRANCKA COELHO QUEIROZ, Matrícula Funcional nº 000013, Registro no Sistema sob nº 367000, referente ao período aquisitivo 03 de Julho de 2013 a 02 de Julho de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 11.559 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.559 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, CLAUDIA INES CARDOSO, Matrícula Funcional nº 000508, Registro no Sistema sob nº 954592, referente aos períodos aquisitivos: 01 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2013 = 20 (vinte) dias; 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014 = 10 (dez) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 á 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 11.560 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.560 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor Auxiliar, exercendo a função de Professor Auxiliar "em extinção", CRISTIANE MARIA OLESCOWITZ, Matrícula Funcional nº 000517, Registro no Sistema sob nº 954615, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 11.561 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.561 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora

Pública ocupante do cargo de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, DAGMAR DENISE RIBEIRO PETRIS, Matrícula Funcional nº 000015, Registro no Sistema sob nº 740400, referente aos períodos aquisitivos: 15 de Agosto de 2013 a 14 de Agosto de 2014 = 11 (onze) dias; 15 de Agosto de 2014 a 14 de Agosto de 2015 = 25 (vinte e cinco) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 15 de Agosto de 2014 a 15 de Agosto de 2015.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 11.562 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.562 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, ELIANE BAUM, Matrícula Funcional nº 000090, Registro no Sistema sob nº 272000, referente ao período aquisitivo 18 de Fevereiro de 2014 a 17 de Fevereiro de 2015, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.563 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.563 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, ELIANE REGINA NENEVE SLOMINSKY, Matrícula Funcional nº 000514, Registro no Sistema sob nº 954610, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 27 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.564 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.564 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, ELISABET SCHINDLER, Matrícula Funcional nº 000129, Registro no Sistema sob nº 297420, referente ao período aquisitivo 02 de Maio de 2014 a 01 de Maio de 2015, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.565 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.565 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 36 (trinta e seis) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo de Professor II, exercendo a função de Professor de Educação Física, FERNANDO LUIS RANK, Matrícula Funcional nº 000677, Registro no Sistema sob nº 955108, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2015, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 29 de Dezembro de 2014 à 02 de Fevereiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de Dezembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PROCESSO SELETIVO CLASSIFICATÓRIO Nº 007/2014****PROCESSO SELETIVO CLASSIFICATÓRIO Nº 007/2014**

O Prefeito do Município de Campo Alegre-SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, resolve tornar pública a abertura das inscrições ao Processo Seletivo de Provas, para a contratação temporária de professores/especialista para a rede municipal de ensino de Campo Alegre e cadastro de reserva, durante o prazo de validade do Processo Seletivo nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas neste Edital, cuja realização ficará sob a responsabilidade da organizadora MGA CONCURSOS e supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo, e será regido pelas instruções especiais constantes do presente instrumento, elaborado em conformidade com os ditames da Legislação Federal e Municipal vigente e pertinente.

**1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 - O Processo Seletivo será regido por este Edital, seus Anexos, eventuais retificações e/ou aditamentos, e será realizado sob a responsabilidade da organizadora MGA Concursos, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo.

1.2 - É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar todas as publicações referentes a este Processo Seletivo.

1.3 - O regime jurídico adotado é Regime Administrativo Especial (Contrato Temporário), nos termos estabelecidos pela Legislação Municipal vigente e pertinente.

**2 - DOS EMPREGOS, DAS CARGAS HORÁRIAS, DAS REMUNERAÇÕES, DOS REQUISITOS:**

2.1 - Os cargos temporários serão preenchidos conforme a disponibilidade de classes/aulas, salários e requisitos, a saber:

EMPREGO FUNÇÃO	VENCIMENTO MENSAL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VA-GAS	VAGAS PNE'S	REQUISITOS PARA PROVIMENTO	DATA E HORÁRIO DA PROVA
Especialista em Assuntos Educacionais	R\$ 2.053,14	Até 40 horas semanais	CR	00	Formação superior em pedagogia, com habilitação em gestão, orientação ou supervisão escolar, ou pedagogia, com pós graduação especificada na área, conforme art. 61, da Lei Federal nº 9.394/96 – LDB, ou licenciatura em pedagogia	DOMINGO MANHÃ
Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais (Docência na Educação Infantil e/ou Anos Iniciais)	HABILITADO R\$ 1.993,32	Até 40 horas semanais	08	01	Habilitado: Formação de Nível Superior em Pedagogia ou Normal Superior com Habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais, Licenciatura Plena em Pedagogia ou Pedagogia com *pós-graduação (lato sensu) em Educação Infantil e Anos Iniciais	DOMINGO TARDE
	NÃO HABILITADO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO (R\$ 1.697,00)				Não Habilitado: Cursando Pedagogia/Normal Superior – Habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais.	
Professor II - Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)	HABILITADO R\$ 1.993,32	Até 40 horas semanais	03		Habilitado: Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área.	DOMINGO TARDE
	NÃO HABILITADO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO (R\$ 1.697,00)			00	Não Habilitado: Cursando Licenciatura Plena específica na área.	
Professor III - Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)	HABILITADO R\$ 1.993,32	Até 40 horas semanais	04	01	Habilitado: Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área	DOMINGO TARDE
	NÃO HABILITADO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO (R\$ 1.697,00)				Não Habilitado: Cursando Licenciatura Plena específica na área.	
Professor IV - Professor de Inglês (Docência no Ensino Fundamental)	HABILITADO R\$ 1.993,32	Até 40 horas semanais	03		Habilitado: Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área.	DOMINGO TARDE
	NÃO HABILITADO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO (R\$ 1.697,00)			00	Não Habilitado: Cursando Licenciatura Plena específica na área.	
Professor V - Professor de Língua Portuguesa Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental	HABILITADO R\$ 1.993,32	Até 40 horas semanais	03		Habilitado: Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área.	DOMINGO MANHÃ
	NÃO HABILITADO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO (R\$ 1.697,00)			00	Não Habilitado: Cursando Licenciatura Plena específica na área.	

Professor VI - Professor de Matemática (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)	HABILITADO R\$ 1.993,32	Até 40 horas semanais	03		Habilitado: Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área.	DOMINGO TARDE
	NÃO HABILITADO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO (R\$ 1.697,00)			00	Não Habilitado: cursando Licenciatura Plena específica na área.	
Professor VII - Professor de Ciências (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)	HABILITADO R\$ 1.993,32	Até 40 horas semanais.	01		Habilitado: Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área.	DOMINGO MANHÃ
	NÃO HABILITADO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO (R\$ 1.697,00)			00	Não Habilitado: cursando Licenciatura Plena específica na área.	
Professor VIII - Professor de Geografia (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)	HABILITADO R\$ 1.993,32	Até 40 horas semanais.	02		Habilitado: Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área.	DOMINGO MANHÃ
	NÃO HABILITADO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO (R\$ 1.697,00)			00	Não Habilitado: cursando Licenciatura Plena específica na área.	
Professor IX - Professor de História (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)	HABILITADO R\$ 1.993,32	Até 40 horas semanais.	02		Habilitado: Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área.	DOMINGO TARDE
	NÃO HABILITADO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO (R\$ 1.697,00)			00	Não Habilitado: cursando Licenciatura Plena específica na área.	
Professor X - Professor de Ensino Religioso (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)	HABILITADO R\$ 1.993,32	Até 40 horas semanais.	CR		Habilitado: Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área.	DOMINGO MANHÃ
	NÃO HABILITADO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO (R\$ 1.697,00)			00	Não Habilitado: cursando Licenciatura Plena específica na área.	

**CR - Cadastro de Reserva**

- A carga horária será definida a depender da necessidade e interesse público, respeitada a ordem classificatória final dos candidatos.

- Os candidatos poderão se inscrever e concorrer para até dois cargos, desde que o horário de aplicação das provas sejam diferentes.

2.2 - A coordenação, organização e aplicação do Processo Seletivo Classificatório ficarão sob a responsabilidade da organizadora MGA Concursos, com a supervisão da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo.

2.3 - As atribuições dos cargos constam do Anexo II deste Edital.

2.4 - As inscrições são gratuitas, não sendo cobrado nenhum valor referente a taxa de inscrição dos candidatos.

**3 - DAS INSCRIÇÕES**

3.1 - As inscrições deverão ser efetuadas, única e exclusivamente, pela internet no endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br) no período de 22 de dezembro de 2014 a 07 de janeiro de 2015.

3.1.1 - As inscrições são gratuitas, não sendo cobrado nenhum valor referente a taxa de inscrição dos candidatos.

3.1.2 - Não será permitida inscrição pelos correios, fac-símile, condicional ou fora do prazo estabelecido no subitem 3.1 deste edital.

3.2 - Para inscrever-se, o candidato deverá:

3.2.1 - Acessar o endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br) durante o período de inscrição, descrito no item 3.1 deste edital;

3.2.2 - Ler atentamente o Edital de Abertura e Anexo(s);

3.2.3 - Preencher corretamente o Formulário de Inscrição, e fazer a opção pelo CARGO para o qual pretende concorrer;

3.3 - O candidato será responsável por qualquer erro e/ou omissão, bem como pelas informações prestadas no Formulário de Inscrição.

3.4 - O candidato que fizer qualquer declaração falsa, inexata, ou ainda, que não atenda todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada e, em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado em todas as fases do certame.

3.5 - Será divulgada a lista das inscrições homologadas, através de Edital disponibilizado no endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br) e afixado no mural da Prefeitura, no dia 12 de janeiro de 2015, sobre a qual caberá recurso, no prazo de 01 (um) dia, nos termos previstos pelo item 9 deste Edital.

3.7 - É única e exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos oficiais deste Processo Seletivo que será feita em mural na Prefeitura de Campo Alegre - SC, e no endereço eletrônico e [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br).

3.8 - A organizadora MGA Concursos, não se responsabilizará por solicitação de inscrição via internet não recebida por falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

**3.9 - São condições para a inscrição:**

3.9.1 - Ser brasileiro nato ou naturalizado nos termos do Art. 12 da Constituição Federal.

3.9.2 - Ter até a data da contratação, idade mínima de 18 anos, gozar de boa Saúde Física e Mental, estar no gozo dos direitos Políticos e Cíveis, e, se do sexo masculino, estar quite com o Serviço Militar.

3.9.3 - Estar ciente que se aprovado, quando da convocação, deverá comprovar que preenche todos os requisitos exigidos para a função, constantes do presente Edital, sob pena de perda do direito à vaga.

3.9.4 - Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado "a bem do serviço público", mediante decisão transitada em julgado em qualquer esfera governamental.

**4 - DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS - PNE**

4.1- Será assegurada a inscrição às Pessoas com Necessidades Especiais nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal e pela Lei Nº 7.853/89 e legislação municipal sendo assegurado o direito de inscrição para as funções em Processo Seletivo, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

4.1.1 - Em obediência ao disposto no art. 37, § 1º e 2º do Decreto 3.298 de 20/12/99 que regulamenta a Lei 7853/89, será reservado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas existentes para cada função, individualmente, das que vierem a surgir ou que forem criadas no prazo de validade do presente Processo Seletivo Classificatório.

4.1.1.1 - Se na aplicação do percentual resultar número fracionado igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), estará formada 01(uma) vaga para o PNE. Se inferior a 0,5 (cinco décimos) a formação da vaga ficará condicionada à elevação da fração para o mínimo de 0,5 (cinco décimos), caso haja aumento do número de vagas para o emprego ou função.

4.1.2 - Consideram-se PNE aqueles que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal Nº 3.298/99.

4.1.3 - Aos Candidatos PNE, serão resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal Nº 3.298/99, particularmente em seu art. 40, participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e a nota mínima exigida para os demais candidatos. Os benefícios previstos no artigo 40, §§ 1º e 2º, deverão ser requeridos por escrito, durante o período das inscrições, através de campo próprio na ficha de inscrição disponibilizada no site.

4.1.4 - O candidato deverá encaminhar via SEDEX com AR, no prazo de 22/12/2014 até o dia 07/01/2015, para a organizadora MGA Concursos, no endereço: Avenida Lucílio de Held, nº 1378, sala 03- Jd. Alvorada - CEP 87033-230 - Maringá/PR, na via original ou fotocópia autenticada, os documentos abaixo relacionados:

a) Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação de prova.

b) Solicitação de prova especial, se necessário.

4.1.5 - O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instruções constantes neste Edital ou não solicitar prova em condições especiais não terá avaliação especificamente elaborada, não podendo impetrar recurso em favor de sua situação.

4.1.6 - Serão automaticamente indeferidas as inscrições na condição de PNE, dos candidatos que não encaminharem dentro do prazo e forma prevista no presente Edital.

4.1.7 - Aos deficientes visuais (cegos) serão oferecidas provas no sistema braile e suas respostas deverão ser transcritas também em braile. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia da aplicação da prova, reglete e punção, podendo ainda, utilizar-se de soroban. Aos deficientes visuais (amblíopes) serão oferecidas provas ampliadas, com tamanho e letra correspondente

a corpo 24.

4.1.8 - Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas a PNE, estas serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância da ordem classificatória.

4.1.9 - O candidato que não atender ao solicitado no subitem 4.1.5 deste edital, não será considerado PNE, e passará automaticamente a concorrer às vagas de Ampla Concorrência.

4.1.10 - Ao ser convocado para investidura na função pública, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pela Prefeitura do Município de Campo Alegre - SC, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício da função. Será eliminado da lista de PNE o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.

4.1.11 - Será excluído do Processo Seletivo o candidato que tiver deficiência considerada incompatível com as atribuições do emprego, bem como aquelas conceituadas pela medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e legislação aplicável a espécie, e que constituam inferioridade que implique em grau acentuado de dificuldade para integração social.

4.1.12 - Não serão considerados como deficiência os distúrbios passíveis de correção.

4.1.13 - Após o ingresso do candidato PNE, a necessidade especial não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação do emprego, e de aposentadoria por invalidez.

**5 - DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO**

5.1 - O Processo Seletivo será de provas e títulos, com efeito classificatório, constituído pelas seguintes etapas:

5.1.1 - 1ª ETAPA - PROVA ESCRITA OBJETIVA - para todos os empregos, de caráter seletivo e classificatório.

**6 - DAS PROVAS**

6.1 - As provas objetivas serão aplicadas na cidade de Campo Alegre/SC, tendo como local o prédio da Escola Municipal de Educação Básica "Maria José Duarte Silva Bernardes", sito a Rua Benjamin Constant, nº 500, Centro, conforme abaixo:

TABELA 6.1.1

Cargos	PERÍODO	Data	Horários
PARA TODOS OS EMPREGOS/FUNÇÕES DO PERÍODO	MANHÃ	18/01/2015	Abertura dos portões: 08h Fechamento dos portões: 08h45min Início da aplicação das provas: 09h Término das Provas: 12h
PARA TODOS OS EMPREGOS/FUNÇÕES DO PERÍODO	TARDE	18/01/2015	Abertura dos portões: 13h Fechamento dos portões: 13h45min Início da aplicação das provas: 14h Término das Provas: 17h

6.1.2 - A Prova Objetiva de múltipla escolha conterá questões das áreas de conhecimento, conforme estabelecido no quadro de provas.

**6.2 - DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA**

6.2.1 - A Prova Objetiva será aplicada em 18 de janeiro de 2015, das 09h até às 12h para o período da manhã e das 14h até às 17h para o período da tarde, obedecido o cronograma da tabela 6.1, com duração de 03h (três horas) de prova.

6.2.2 - A Prova Objetiva de múltipla escolha conterá questões das áreas de conhecimento, conforme estabelecido no quadro de provas (item 6.4).

6.2.3 - As questões da Prova Objetiva serão de múltipla escolha com apenas uma alternativa correta.

6.2.4 - O Conteúdo Programático das Provas Objetivas está disposto no Anexo I deste Edital.

6.2.5 - O candidato deverá comparecer ao local designado com antecedência mínima de 1 (uma) hora, munido de caneta azul ou preta, lápis preto e borracha e um Documento de Identidade com foto.

### 6.3 DO JULGAMENTO DAS PROVAS OBJETIVAS

6.3.1 - A nota da Prova Objetiva será obtida pela multiplicação do número de acertos em cada disciplina pelo peso de cada questão.

6.3.2 - À Prova Objetiva será atribuído valor máximo de 100 (cem) pontos.

6.3.3 - À Prova Objetiva será atribuído o seguinte resultado:

a) APROVADO: o candidato que obtiver nota diferente de 0 (zero) na pontuação total da Prova Objetiva;

b) AUSENTE: o candidato não compareceu para realizar a Prova Objetiva, acarretando em sua eliminação do Concurso Público.

6.3.4 - A pontuação relativa à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será (ão) atribuída(s) a todos os candidatos do respectivo cargo daquela questão, presentes à prova.

### 6.4 QUADRO DE PROVAS OBJETIVAS

CARGOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL POR CADERNO
ENSINO SUPERIOR	Língua Portuguesa	10	3,0	30
	Conhecimentos Locais	10	3,0	30
	Conhecimento Específico	10	4,0	40
TOTAL	---	30	---	100

## 7 - DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

7.1 - As Provas serão aplicadas nas datas e horários estipulados no subitem 6.1.1 deste Edital no Município de Campo Alegre - SC, tendo como local o prédio da Escola Municipal de Educação Básica "Maria José Duarte Silva Bernardes", sito a Rua Benjamin Constant, nº 500, Centro, com duração máxima de 03h (três horas), incluso o tempo para preenchimento da Folha de Respostas.

7.1.1 - As datas das Provas Objetivas poderão ser alteradas por necessidade da administração. Havendo alteração da data prevista, será publicada com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, ou a qualquer tempo em caso de calamidade pública.

7.2 - Caso o número de candidatos exceda a capacidade de alocação no Município, a organizadora do Processo Seletivo e a Administração Municipal poderão alterar horários das provas, dividir a aplicação das provas em mais de uma data, cabendo aos candidatos a obrigação de acompanhar as publicações oficiais e através do endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br).

7.3 - Não haverá sob qualquer pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização das provas. Os candidatos deverão comparecer ao local determinado para a realização das provas, com antecedência mínima de 01h (uma hora), munidos de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, e de um dos seguintes documentos originais com foto:

a) Cédula de Identidade - RG;

b) Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;

c) Carteira de Trabalho e Previdência Social;

d) Certificado Militar;

e) Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);

f) Passaporte.

7.4 - Somente será admitido o ingresso e permanência na sala de prova do candidato munido de um dos documentos discriminados no subitem 7.3 deste Edital, desde que permita, com clareza, a sua identificação. Não será aceito protocolo ou cópia dos documentos citados, ainda que autenticada, ou qualquer outro documento diferente dos anteriormente definidos.

7.5 - Os portões dos locais de prova serão fechados 15 (quinze) minutos antes do horário de início da aplicação das provas - Horário Oficial de Brasília, NÃO SERÁ PERMITIDO, SOB QUALQUER HIPÓTESE, O INGRESSO DE CANDIDATOS NO LOCAL DE PROVAS APÓS ESTE HORÁRIO.

7.6 - Não será permitido o ingresso do candidato à sala de prova, após o horário definido para início da mesma.

7.7 - As provas serão individuais, não sendo tolerada a comunicação com outro candidato, nem utilização de livros, notas, impressos, celulares, calculadoras e similares. Reserva-se à Comissão Fiscalizadora e de Acompanhamento do Processo Seletivo e aos Fiscais, o direito de eliminar do certame o candidato cujo comportamento for considerado inadequado, bem como tomar medidas saneadoras e restabelecer critérios outros para resguardar a execução individual e correta das provas.

7.8 - Durante as provas, não serão permitidas: consultas bibliográficas de qualquer espécie; utilização de máquina calculadora, agendas eletrônicas ou similares, telefone celular, tablets, notebook, BIP, ou qualquer material que não seja o estritamente necessário para a realização das provas. Os aparelhos celulares deverão ser desligados e deixados sobre a mesa do fiscal de sala até o término da prova.

7.9 - Após adentrar a sala de provas e assinar a lista de presença, o candidato não poderá, sob qualquer pretexto, ausentar-se sem autorização do fiscal de sala, podendo sair somente acompanhado do fiscal volante, designado pela Comissão Fiscalizadora e de Acompanhamento do Processo Seletivo.

7.10 - O candidato só poderá se ausentar da sala, após 01h (uma hora) do início das provas. No caso de término da prova o candidato deverá entregar ao fiscal de sala a respectiva Folha de Respostas com o Caderno de Questões.

7.11 - No início das provas o candidato receberá sua Folha de Respostas, o qual deverá ser assinado e ter seus dados conferidos e, em hipótese nenhuma, haverá substituição em caso de erro ou rasura do candidato.

7.12 - O candidato que necessitar alterar seus dados deverá comunicar imediatamente o Fiscal de Sala para que o mesmo registre em Ata a referida solicitação para correção posterior.

7.13 - As Provas Objetivas (escritas) desenvolver-se-ão através de questões de múltipla escolha, na forma estabelecida no presente Edital.

7.14 - Não haverá prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova em virtude de afastamento, por qualquer motivo, de candidato da sala de prova.

7.15 - O preenchimento da Folha de Respostas é de inteira responsabilidade do candidato, sendo o único documento válido para a correção

eletrônica e deverá ser entregue ao final da avaliação ao fiscal de sala.

7.15.1 - Não deverá ser feita nenhuma marcação na Folha de Resposta fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, pois qualquer marca poderá ser lida pelas Leitoras Ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.

7.16 - A correção da Prova Objetiva será feita pelo sistema de Leitura Ótica, pelo que não serão computadas questões não assinaladas, ou que contenham emendas ou rasuras, ou que tenham sido respondidas a lápis, ou ainda, que contenham mais de uma alternativa assinalada.

7.17 - Em caso de anulação de questão, por qualquer razão, a pontuação correspondente àquela questão será atribuída a todos os candidatos, independente de recurso.

7.18 - É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Processo Seletivo, os quais serão afixados no mural da Prefeitura, no endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br), devendo ainda manter-se atualizado.

7.19 - O gabarito das provas objetivas estará disponível para consulta no site [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br), no dia subsequente à realização da prova.

## 8. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

8.1 - O Candidato que necessitar de condições especiais para a realização da Prova Objetiva deverá requerer à Organizadora mediante solicitação simples, a ser enviada juntamente com Atestado Médico, original ou cópia autenticada, onde conste o motivo da incapacidade, no prazo de 22/12/2014 até o dia 07/01/2015.

8.1.1 - No caso de Candidata lactante, que necessite amamentar durante a realização das provas, a mesma deverá enviar cópia autenticada da certidão de nascimento do(a) menor.

8.1.1.1 - A candidata deverá levar um acompanhante que será responsável pela guarda da criança, e aguardará em sala específica para esse fim, o acompanhante não permanecerá na sala em hipótese alguma durante a amamentação.

8.1.1.2 - O tempo utilizado pela candidata na amamentação não será acrescido, sob hipótese alguma no período de tempo total destinado à realização das provas.

8.2 - A relação das solicitações de Condição Especial deferidas será divulgada no endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br), através de Edital específico, devendo o candidato verificar o deferimento ou não na data de 12 de janeiro de 2015.

## 9 - DOS RECURSOS

9.1 - Caberá interposição de recursos devidamente fundamentados, perante a organizadora do Processo Seletivo MGA Concursos, no prazo de 01 (um) dia útil, contado do primeiro dia subsequente às datas do (a):

- Edital de Deferimento das Inscrições;
- Edital de Condições Especiais de prova para candidatos deficiente;
- Questões das Provas e Gabarito Preliminar;
- Edital de Resultado da Prova Objetiva;
- Edital de Homologação do Resultado Final;

9.2 - O recurso deverá ser preenchido no endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br) no link RECURSOS, o candidato deverá preencher corretamente.

- Nome do candidato;
- Número de inscrição;
- Número do documento de identidade;
- Cargo para o qual se inscreveu;
- A questão objeto de controvérsia, de forma individualizada;
- A fundamentação ou o embasamento, com as devidas razões do recurso.

9.3 - Quanto aos recursos contra questões da prova e gabarito preliminar, deverá ser elaborado um recurso para cada questão, sob pena de sua desconsideração, e os mesmos deverão conter

indicação do número da questão, da prova e se for o caso anexar cópia da bibliografia mencionada também sob pena de sua desconsideração.

9.4 - Não serão aceitos recursos encaminhados, via fax e/ou correios, devendo estar devidamente embasado em argumentação lógica e consistente. Em caso de contestação de questões da prova, o candidato deverá se pautar em literatura conceituada e argumentação plausível, sob pena de indeferimento.

9.5 - Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito. A Comissão de Acompanhamento de Processo Seletivo constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso a outra autoridade nem recurso adicional pelo mesmo motivo.

9.6 - As respostas aos recursos interpostos serão disponibilizadas através do endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br), após um dia útil da interposição do recurso.

## 10- DA PONTUAÇÃO FINAL

10.1 - A pontuação final do candidato será a nota obtida na Prova Objetiva, e será disponibilizada através de Edital de Classificação, a ser divulgado no endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br) em 27 de janeiro de 2015.

10.2 - Caberá recurso da classificação geral, a ser interposto no prazo de 01 dia útil a partir da publicação, nos termos estabelecidos no item 9 deste Edital.

10.3 - Em caso de deferimento do recurso, será republicada a lista classificatória, da qual não caberá mais recurso.

## 11 - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

11.1 - Os candidatos serão classificados em ordem decrescente da pontuação final.

11.2 - Os candidatos classificados serão relacionados em duas listas, sendo uma Lista Geral (todos os candidatos aprovados) e outra Lista Especial. (PNE - Pessoa com Necessidades Especiais), se houver.

11.3 - Não ocorrendo Candidatos inscritos ou aprovados na condição de PNE - Pessoa com Necessidades Especiais, haverá somente a Lista Geral de Classificação Final.

11.4 - Na classificação entre candidatos com igual número de pontos, serão obedecidos os seguintes fatores de desempate:

- Idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Lei Federal 10.741/2003, entre si e frente aos demais, dando-se preferência ao de idade mais elevada;
  - Maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;
  - Maior nota na prova de Língua Portuguesa;
  - Maior nota na prova de Conhecimentos Gerais;
  - Maior idade considerando ano, mês e dia de nascimento;
- 11.5 - Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará através de sorteio público.

## 12 - DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

12.1 - São requisitos básicos para investidura no cargo público:

- Aprovação neste processo seletivo;
- Nacionalidade brasileira;
- Estar em pleno gozo dos direitos políticos;
- Estar em dia com suas obrigações eleitorais;
- Estar em dia com suas obrigações militares (se do sexo masculino) ;
- Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, comprovando estar em dia com o órgão regulamentador da profissão, quando houver;
- Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da posse;
- Ser aprovado em exame médico pré-admissional; e
- Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado do serviço público, mediante decisão transitada em julgado em

qualquer esfera governamental.

12.1.1 - No caso de Candidato PNE - Pessoa com Necessidades Especiais, deverá apresentar Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, conforme declarado no ato da inscrição;

12.1.2 - O candidato que, no decorrer do processo desistir da ocupação da vaga ou deixar de comparecer à sessão de atribuição de aulas, será automaticamente remetido ao final da lista classificatória, podendo ser convocado apenas em caso de reaproveitamento de lista.

### 13 - DA CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS

13.1 - Os candidatos serão convocados por ordem crescente da classificação.

13.2 - O candidato classificado em processo seletivo poderá ser investido no emprego se atendidas, à época da convocação, todas as exigências para a investidura ora descrita, obedecido o interesse público, bem como a disponibilidade financeira da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

13.2.1 - Entender-se-á como impedida a candidata que estiver em gozo de licença maternidade, preferindo aos demais candidatos quando transcorrido o prazo de sua licença, desde que existam aulas disponíveis para serem atribuídas em caráter de substituição.

13.3 - Esgotada a lista de classificação do processo seletivo, os candidatos que não haviam manifestado interesse, bem como os que já tiveram seu contrato de trabalho encerrado, estarão novamente habilitados para a contratação por tempo determinado neste exercício.

13.4 - Apenas na hipótese acima, a lista de classificação do processo seletivo será reaproveitada

13.5 - Após a convocação, no prazo de 03 (três) dias os candidatos aprovados deverão se submeter à perícia médica para verificação da compatibilidade de sua saúde física e mental com o exercício das atribuições da função.

13.6 - As contratações temporárias serão realizadas de acordo com o previsto na Lei Complementar Municipal nº 088/2012, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público visando o regular funcionamento da rede de ensino nas escolas municipais, urbanas e rurais, durante o período letivo.

13.7 - O não comparecimento do candidato no local, dia e horários munidos dos documentos exigidos na data previamente designada para a atribuição de aulas, implicará na desclassificação do candidato, podendo ser novamente convocado apenas em caso de reaproveitamento de lista.

13.8 - Ficará sem efeito a atribuição do docente contemplado que não comparecer no Setor de Recursos Humanos para a entrega dos documentos exigidos, não comprovar os requisitos exigidos no Edital, for declarado inabilitado no Exame de Saúde ou não assumir as classes/aulas atribuídas, deixando de ser realizada a admissão. Nesse caso se repetirá o ato de atribuição e a respectiva vaga será novamente oferecida aos docentes classificados, a partir do candidato que teve sua classificação tornada sem efeito.

13.8.1 - Para fins do que dispõe o item 13.7 deste Edital, considerar-se-á como classes e/ou aulas assumidas após o primeiro dia de efetivo exercício em sala de aula.

### 14 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Por ocasião da contratação deverão ser apresentadas cópias dos seguintes documentos:

- a) CPF;
- b) Título de Eleitor;
- c) Carteira de Identidade RG;
- d) Certificado de Escolaridade, Diploma ou Declaração de Conclusão de Curso;
- e) Histórico Escolar;
- f) Registro Profissional (Carteira do Conselho de Classe ou Órgão da Categoria), conforme o caso;

g) Certificado Militar (se homem);

h) Declaração de Não Acumulação de Cargo, Emprego, Função Pública ou proventos advindo de aposentadoria (Caso haja o acúmulo, apresentar Certidão do Órgão Empregador, contendo o Regime Jurídico, a carga horária e o horário de trabalho, com firma reconhecida);

i) 01 Foto 3X4;

j) Declaração de Bens;

k) Comprovante de votação da última eleição;

l) Comprovante de Residência;

m) Certidão de Regularidade Junto ao Conselho de Classe.

14.2 - Para efeito de sua contratação fica o candidato sujeito à aprovação em exame médico admissional segundo a natureza e especificidade da função, respectiva área de atuação e à apresentação, no prazo legal, dos documentos que lhe foram exigidos.

14.3 - É vedada a contratação de profissional demitido a bem do serviço público nos últimos cinco anos, dos poderes públicos de quaisquer esfera, municipal, estadual ou federal.

14.4 - A extinção do contrato de trabalho por iniciativa do contratado deverá sempre ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias, sob pena de aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, conforme dispõe a Lei Municipal vigente;

14.5 - A inscrição implica na aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições do Processo Seletivo, estabelecidas no presente Edital e na legislação municipal e federal pertinente.

14.6 - A inexistência das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade da declaração.

14.7 - A Organizadora bem como o órgão realizador do presente certame não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes ao Processo Seletivo.

14.8 - Após 180 (cento e oitenta) dias da divulgação oficial do Resultado Final do Processo Seletivo, as Folhas de Respostas serão digitalizadas, pela Organizadora do certame público, podendo após serem incineradas e mantidas em arquivo eletrônico, com cópia de segurança, pelo prazo de 05 (cinco) anos.

14.9 - O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço para correspondência, junto à Prefeitura do Município de Campo Alegre - SC, após o Resultado Final.

14.10 - A validade do presente Processo Seletivo será de 1 (um) ano.

14.11 - A convocação para admissão dos candidatos habilitados obedecerá rigorosamente à ordem de classificação.

14.12 - Ficam impedidos de participarem do certame aqueles que possuam com qualquer dos sócios da Organizadora relação de parentesco disciplinada nos artigos 1.591 a 1.595 do Novo Código Civil Brasileiro.

14.13 - Todos os casos omissos, problemas ou questões que surgirem e que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e Lei Orgânica Municipal serão dirimidos em comum pela organizadora e pela Prefeitura de Campo Alegre - SC, através da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo.

14.14 - A homologação do Processo Seletivo poderá ser efetuada por emprego, individualmente, ou pelo conjunto de funções constantes do presente Edital, a critério da Administração.

14.15 - As remunerações constantes do presente Edital são referentes à data do presente Edital, vinculadas aos dias efetivamente trabalhados pelo funcionário, estando sujeitas à alterações correspondentes aos dos empregos públicos efetivos.

14.16 - A aprovação no Processo Seletivo não ensejará a obrigatoriedade de contratação temporária, que se dará apenas em decorrência das necessidades da administração e da existência de vagas no período de vigência do Processo Seletivo.

14.17 - Caberá ao Prefeito do Município de Campo Alegre - SC a homologação dos resultados deste Processo Seletivo Classificatório.

14.18 - Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado no endereço eletrônico [www.mga-concursospublicos.com.br](http://www.mga-concursospublicos.com.br).

14.17 - A Prefeitura do Município de Campo Alegre e a Organizadora, se eximem das despesas com viagens e estadias dos candidatos para comparecimento em quaisquer das fases deste Processo Seletivo.

14.18 - A Prefeitura Municipal de Campo Alegre e a empresa Organizadora, não se responsabilizarão por eventuais coincidências de locais, datas e horários de provas e quaisquer outras atividades ou eventos.

14.19 - As informações sobre o presente Processo Seletivo, até a publicação da Classificação Final, serão prestadas pela organizadora MGA Concursos por meio do telefone (44) 3346-8007 de segunda a sexta-feira das 9h às 12h e das 13h às 17h, sendo que após a competente homologação serão de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC.

14.20 - São partes integrantes deste Edital:

- a) Anexo I - Conteúdos Programáticos;
- b) Anexo II - Atribuições dos empregos;

Para que não se alegue ignorância, o presente Edital será afixado no mural da Prefeitura Municipal, publicado, na íntegra, nos endereços eletrônicos: [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br) e [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br); e ainda, seu extrato publicado na forma da legislação municipal pertinente vigente, ou seja, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM) e em jornal de circulação regional.

Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

#### ANEXO I

(PROCESSO SELETIVO CLASSIFICATÓRIO Nº 007/2014)

#### DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

TODOS OS CARGOS: NÍVEL SUPERIOR COMPLETO/INCOMPLETO

**LÍNGUA PORTUGUESA:** Leitura e análise do texto: compreensão e significado contextual das palavras e expressões do texto; interpretação do texto; gêneros e tipologias textuais. Fonética e Fonologia: ortografia; acentuação gráfica. Morfologia: as classes de palavras. Sintaxe: frase, oração, período; termos essenciais da oração; termos integrantes da oração (objeto direto, indireto, complemento nominal); termos acessórios da oração. Conjunções coordenativas (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto); conjunções subordinativas adverbiais (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto); concordância verbal e nominal. Suplemento ou Apêndice: crase; pontuação; funções do QUE e do SE; figuras de linguagem; vícios de linguagem.

**CONHECIMENTOS LOCAIS:** Domínio de tópicos de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, geografia, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, em nível municipal, regional, nacional.

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS:** Legislação da Educação Básica, LDB-Leis de Diretrizes e Bases da Educação PCN-Parâmetros Curriculares Nacionais, PPP-Projeto Político Pedagógico,

Perspectivas Atuais da Educação, Currículo Escolar, Interdisciplinaridade, Diversidade; Processos de Ensino-Aprendizagem: Mediação professor-aluno, Plano de aula, Procedimentos metodológicos, Avaliação da aprendizagem, Inclusão. Conhecimentos Pedagógicos e Legislação: Carga social da escola e compromisso social do educador - Concepções de Educação e Escola - Ética no trabalho docente - Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Projeto Político Pedagógico. Diferenças e Preconceitos na escola. Currículo em ação. Avaliação. Educação Inclusiva. Gestão Participativa na escola. Alfabetização em processo. Reflexões sobre alfabetização. A psicogênese da língua escrita. Constituição Federal de 1988 - ART 205 ao 219. Lei Federal 9394/96. Lei Federal 8069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre.

**PROFESSOR I - PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS (DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E/OU ANOS INICIAIS):** Desenvolvimento e aprendizagem. Desenvolvimento da criança na

primeira infância. A construção do pensamento e da linguagem. Competências e habilidades da criança de zero a seis anos. Conceitos básicos da Educação Infantil. Aprender e ensinar na educação infantil. Planejamento, execução de atividade e avaliação na educação infantil. Organização do tempo e do espaço das atividades. Interdisciplinaridade. Inclusão escolar. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - RCNEI (Volumes I, II e III). Relação educação escola e sociedade. Sociedade e cultura brasileira. Concepções político-filosóficas de educação. O papel político, ético e social do professor. Psicologia da educação desenvolvimento e aprendizagem: concepções e teorias A relação professor, aluno e escola. Cotidiano escolar: Desenvolvimento e aprendizagem. O processo de ensino-aprendizagem. Instrumentos metodológicos da aprendizagem. Planejamento (o papel dos objetivos educacionais e os conteúdos de aprendizagem). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996. Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/1990. Lei Orgânica do Campo Alegre.

**PROFESSOR II - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E/OU ENSINO FUNDAMENTAL):** Origem e evolução da Educação Física; Educação do corpo e do movimento humano; Hábitos de vida saudável, Corporeidade/Movimento: Aptidão motora; tempo/espaço; Jogos, Dança; Esporte; Fisiologia do exercício. Legislação da Educação Básica, LDB Leis de Diretrizes e Bases da Educação PCN Parâmetros Curriculares Nacionais, PPP Projeto Político Pedagógico, Perspectivas Atuais da Educação, Currículo Escolar, Interdisciplinaridade, Diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: Mediação professor aluno, Plano de aula, Procedimentos metodológicos, Avaliação da aprendizagem, Inclusão. Conhecimentos Pedagógicos e Legislação: Carga social da escola e compromisso social do educador - Concepções de Educação e Escola - Ética no trabalho docente - Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Projeto Político Pedagógico. Diferenças e Preconceitos na escola. Currículo em ação. Avaliação. Educação Inclusiva. Gestão Participativa na escola. Alfabetização em processo. Reflexões sobre alfabetização. A psicogênese da língua escrita. Constituição Federal de 1988 - ART 205 ao 219. Lei Federal 9394/96. Lei Federal 8069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre.

**PROFESSOR III - PROFESSOR DE ARTE (DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E/OU ENSINO FUNDAMENTAL):** Conhecimentos Específicos para a área de atuação: História do Ensino da Arte no Brasil; Pressupostos Filosóficos Metodológicos do Ensino da Arte;

Leitura, Produção, Contextualização; Artes Visuais; História da Arte; A ação pedagógica das atividades artísticas; Conhecimento, Sensibilidade e Cultura; Imaginação e Linguagem; Intuição e Inspiração; Experimentação e Expressão nas diferentes Linguagens; Materialização Artística - Relação Forma e Configurações Expressivas; LDB, parâmetros curriculares nacionais e PCN de arte. Conhecimentos Pedagógicos e Legislação: Carga social da escola e compromisso social do educador - Concepções de Educação e Escola - Ética no trabalho docente - Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Projeto Político Pedagógico. Diferenças e Preconceitos na escola. Currículo em ação. Avaliação. Educação Inclusiva. Gestão Participativa na escola. Alfabetização em

processo. Reflexões sobre alfabetização. A psicogênese da língua escrita. Constituição Federal de 1988 - ART 205 ao 219. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996. Lei Federal 8069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica do Município de Pontal - SP.

**PROFESSOR IV - PROFESSOR DE INGLÊS (DOCÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL):** Classes Gramaticais, Interpretação de Texto; Vocabulário; Contextualização das palavras com vários significados; Gramática. Legislação da Educação Básica, LDB Leis de Diretrizes e Bases da Educação PCN Parâmetros Curriculares Nacionais, PPP Projeto Político Pedagógico, Perspectivas Atuais da Educação, Currículo Escolar, Interdisciplinaridade, Diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: Mediação professor aluno, Plano de aula, Procedimentos metodológicos, Avaliação da aprendizagem, Inclusão. Conhecimentos Pedagógicos e Legislação: Carga social da escola e compromisso social do educador - Concepções de Educação e Escola - Ética no trabalho docente - Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Projeto Político Pedagógico. Diferenças e Preconceitos na escola. Currículo em ação. Avaliação. Educação Inclusiva. Gestão Participativa na escola. Alfabetização em processo. Reflexões sobre alfabetização. A psicogênese da língua escrita. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996. Constituição Federal de 1988 - ART 205 ao 219. Lei Federal 9394/96. Lei Federal 8069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre.

**PROFESSOR V - PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA (DOCÊNCIA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL):** Acordo Ortográfico, Linguagem escrita: vocabulário, ortografia, pontuação, sílabas, acentuação gráfica, classes gramaticais, conjugação de verbos, regência, concordância, fonética, formação de palavras, linguagem figurada, discurso direto e indireto, análise sintática, emprego de pronomes, formas de tratamento, interpretação de textos, redação, versificação. Gêneros e tipologias textuais. Coesão e coerência. Legislação da Educação Básica, LDB Leis de Diretrizes e Bases da Educação. PCN Parâmetros Curriculares Nacionais, PPP - Projeto Político Pedagógico, Perspectivas Atuais da Educação, Currículo Escolar, Interdisciplinaridade, Diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: Mediação professor aluno, Plano de aula, Procedimentos metodológicos, Avaliação da aprendizagem, Inclusão. Conhecimentos Pedagógicos e Legislação: Carga social da escola e compromisso social do educador - Concepções de Educação e Escola - Ética no trabalho docente - Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Projeto Político Pedagógico. Diferenças e Preconceitos na escola. Currículo em ação. Avaliação. Educação Inclusiva. Gestão Participativa na escola. Alfabetização em processo. Reflexões sobre alfabetização. A psicogênese da língua escrita. Constituição Federal de 1988 - ART 205 ao 219. Lei Federal 9394/96. Lei Federal 8069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei

Orgânica do Campo Alegre.

**PROFESSOR VI - PROFESSOR DE MATEMÁTICA (DOCÊNCIA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL):** Números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos; Álgebra: Equações e Inequações; Relações e funções; Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume,

capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura; Estatísticas: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos; Noções de probabilidade, Regra de três simples e composta, parte teórica e conceitual: adição, subtração, multiplicação, divisão com números inteiros e fracionários. Problemas envolvendo operações. Legislação da Educação Básica, LDB Leis de Diretrizes e Bases da Educação PCN Parâmetros Curriculares Nacionais, PPP Projeto Político Pedagógico, Perspectivas Atuais da Educação, Currículo Escolar, Interdisciplinaridade, Diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: Mediação professor aluno, Plano de aula, Procedimentos metodológicos, Avaliação da aprendizagem, Inclusão. Conhecimentos Pedagógicos e Legislação: Carga social da escola e compromisso social do educador - Concepções de Educação e Escola - Ética no trabalho docente - Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Projeto Político Pedagógico. Diferenças e Preconceitos na escola. Currículo em ação. Avaliação. Educação Inclusiva. Gestão Participativa na escola. Alfabetização em processo. Reflexões sobre alfabetização. A psicogênese da língua escrita. Constituição Federal de 1988 - ART 205 ao 219. Lei Federal 9394/96. Lei Federal 8069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre.

**PROFESSOR VII - PROFESSOR DE CIÊNCIAS (DOCÊNCIA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL):** Conhecimentos Específicos para a área de atuação: Matérias encontradas no ambiente; propriedades físicas e químicas; Substâncias fundamentais nas teorias atômicas - moleculares; Transformações químicas e físicas dos materiais; Organização dos materiais na terra e suas transformações; Energia no ambiente; Equilíbrio e movimento dos corpos; Organização, evolução e hipóteses sobre a origem do universo; Transformações terrestres; Características funcionais dos seres vivos; Ecossistemas; Controle ambiental. Legislação da Educação Básica, LDB Leis de Diretrizes e Bases da Educação PCN Parâmetros Curriculares Nacionais, PPP - Projeto Político Pedagógico. Constituição Federal de 1988 - ART 205 ao 219. Lei Federal 9394/96. Lei Federal 8069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica Do Município de Campo Alegre.

**PROFESSOR VIII - PROFESSOR DE GEOGRAFIA (DOCÊNCIA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL):** Formação territorial do Brasil; Desenvolvimento socioeconômico e a questão regional brasileira; As escalas geográficas e cartográficas para o conhecimento do território; Urbanização: dinâmica e tendências no Brasil e no Município. Rede e hierarquia urbanas no Brasil; Crescimento e distribuição espacial da população brasileira; Indústrias: estrutura, distribuição e crescimento no Brasil; Espaço rural e relações campo cidade; Aproveitamento energético no Brasil: fontes, distribuição espacial e novas tecnologias; Sistemas de Informações Geográficas: análise de dados, seleção e manipulação e elaboração de mapas temáticos; Análise do relevo aplicada ao planejamento ambiental; Pesquisa ambiental: análise de impactos e interdisciplinaridade; Geografia Física na avaliação das limitações, potencialidades e mudanças ambientais; Principais unidades do relevo brasileiro; Bacias hidrográficas: análise ambiental e manejo de recursos naturais; Litoral brasileiro; Erosão e conservação dos solos no Brasil: causas e consequências. Legislação da Educação Básica, LDB Leis de Diretrizes e Bases da Educação. PCN Parâmetros Curriculares Nacionais, PPP - Projeto Político Pedagógico.

**Conhecimentos Pedagógicos e Legislação: Carga social da escola e**

compromisso social do educador - Concepções de Educação e Escola - Ética no trabalho docente - Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Projeto Político Pedagógico. Diferenças e Preconceitos na escola. Currículo em ação. Avaliação. Educação Inclusiva. Gestão Participativa na escola. Alfabetização em processo. Reflexões sobre alfabetização. A psicogênese da língua escrita. Constituição Federal de 1988 - ART 205 ao 219. Lei Federal 9394/96. Lei Federal 8069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre.

**PROFESSOR IX - PROFESSOR DE HISTÓRIA (DOCÊNCIA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL):** Fundamentos teóricos do pensamento histórico - História Positivista, Marxista, Nova História e as correntes atuais do pensamento historiográfico. Trabalho e Sociedade - Organização temporal e espacial das relações sociais de produção, destacando o trabalho na Modernidade. O trabalho no capitalismo, terceirização, o trabalho informal, diferentes tipos de exploração, alienação e os movimentos de resistência. Cultura - Representações culturais, mudanças culturais relacionadas aos meios de comunicação e aos movimentos sociais. Conceito de mestiçagem cultural. Ideias e Práticas Revolucionárias - Tecnológicas: industrial e dos meios de comunicação. Sociais: movimentos feministas e de jovens; ascensão do proletariado; as lutas étnicas. Políticas e ideológicas: grupos e correntes de contestação. Poder e Violência - Regimes autoritários do mundo contemporâneo e poder dos grupos organizados. Movimentos de resistências e reivindicatórios. Globalização - Meios de comunicação e transporte. A invenção da imprensa e divulgação de ideias. Novas formas de integração e desintegração econômica e distribuição de poder. A modernização do Brasil. Nação e Nacionalidade - O princípio das nacionalidades e a formação do Estado Nacional Brasileiro. Culturas e identidades. Disputas étnicas no Brasil, África e Europa. Cidadania - O Estado e a participação política do cidadão. Cidadania e liberdade: escravidão na Antiguidade e nos tempos modernos, servidão, movimentos em prol da igualdade étnica. Cidadania e manifestações culturais. Movimentos de preservação da memória nacional e dos grupos sociais. A construção de noções de temporalidade na história ensinada. Legislação da Educação Básica, LDB Leis de Diretrizes e Bases da Educação. PCN Parâmetros Curriculares Nacionais, PPP - Projeto Político Pedagógico. Conhecimentos Pedagógicos e Legislação: Carga social da escola e compromisso social do educador - Concepções de Educação e Escola - Ética no trabalho docente - Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Projeto Político Pedagógico. Diferenças e Preconceitos na escola. Currículo em ação. Avaliação. Educação Inclusiva. Gestão Participativa na escola. Alfabetização em processo. Reflexões sobre alfabetização. A psicogênese da língua escrita. Constituição Federal de 1988 - ART 205 ao 219. Lei Federal 9394/96. Lei Federal 8069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre.

**PROFESSOR X - PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO (DOCÊNCIA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL):** O Ensino Religioso no contexto do Ensino Fundamental. Diversidades culturais religiosas no Brasil. Conteúdos do Ensino Religioso em diferentes denominações Religiosas.

Fundamentos Gerais do Ensino Religioso; História, Legislação do Ensino Religioso; Fundamentos Epistemológicos do Ensino Religioso; Paradigmas Educacionais do Ensino Religioso; Fundamentos Específicos do Ensino Religioso; Culturas e Tradições Religiosas; Fenômeno Religioso: Teologias e outros discursos; e textos Sagrados Orais e Escritos; Ethos no Ensino Religioso; Fundamentos da

Prática no Ensino Religioso; Legislação da Educação Básica, LDB Leis de Diretrizes e Bases da Educação. PCN Parâmetros Curriculares Nacionais, PPP - Projeto Político Pedagógico. Conhecimentos Pedagógicos e Legislação: Carga social da escola e compromisso social do educador - Concepções de Educação e Escola - Ética no trabalho docente - Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Projeto Político Pedagógico. Diferenças e Preconceitos na escola. Currículo em ação. Avaliação. Educação Inclusiva. Gestão Participativa na escola. Alfabetização em processo. Reflexões sobre alfabetização. A psicogênese da língua escrita. Constituição Federal de 1988 - ART 205 ao 219. Lei Federal 9394/96. Lei Federal 8069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre.

**ANEXO II**

(PROCESSO SELETIVO CLASSIFICATÓRIO Nº 007/2014)

**ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS:**

01. Desenvolver atividades de hábitos de estudo e organização;
02. Tratar de assuntos atuais e de interesse dos alunos fazendo integração junto às diversas disciplinas;
03. Orientar os professores na observação e registro do comportamento do aluno;
04. Buscar alternativas para superar as causas do desajustamento e aproveitamento deficiente do aluno;
05. Assessorar os professores no planejamento de experiências diversificadas que permitam ao aluno;
  - a) Descobrir através da auto-avaliação e da execução de atividades, suas dificuldades e facilidades;
  - b) Descobrir o seu modo e ritmo de trabalho;
  - c) Descobrir sua forma de relacionar-se com os colegas e profissionais da escola;
06. Oferecer subsídios aos professores quanto a:
  - a) Coleta e registro de dados de alunos através de observações, questionários, entrevistas, reuniões de alunos, reuniões com pais;
  - b) Desenvolver um trabalho de prevenção;
  - c) Estudo sobre o rendimento dos alunos e tarefas educativas conjuntas que levem ao alcance dos objetivos comuns;
  - d) Avaliação dos resultados do processo ensino-aprendizagem, adequando-os aos objetivos. Educacionais, assessorando e decidindo junto com o professor e Conselho de Classe os casos de aprovação e reprovação do aluno.
07. Junto às famílias dos alunos:
  - a) Entrevista com os pais para troca de dados e informações acerca do aluno;
  - b) Propiciar aos pais o conhecimento de características do processo de desenvolvimento; psicológico da criança, bem como de suas necessidades e condicionamentos sociais;
  - c) Refletir com os pais o desempenho dos seus filhos na escola e fornecer as observações sobre a integração social do aluno na escola, verificando variáveis externas que estejam interferindo no comportamento do aluno, para estudar diretrizes comuns a serem adotadas;
  - d) Atendimentos individuais, sempre que for necessários para análise e reflexão dos problemas encontrados em situações de classe, recreios, desempenho escolar, pontualidade, cuidado com material de uso comum, relacionamento com os colegas de classes e outros alunos do Colégio, respeito aos professores e funcionários;
  - e) Atendimento em grupo sempre que for necessário para reflexão de problemas citados acima ocorridas em situações de grupo.
08. Participar das reuniões de pais, preparação e realização dos Conselhos de Classe, em eventos da escola e atividades extracurriculares, mesmo fora do horário normal;
09. Acompanhar e supervisionar o funcionamento das escolas, zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e

pelo padrão de qualidade de ensino;

10. Participar na elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico da escola, assim como proceder ao acompanhamento das atividades nele proposta;

11. Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas aula estabelecidas;

12. Zelar pelo cumprimento do plano diário e anual dos docentes;

13. Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

14. Elaborar, implementar, acompanhar e avaliar planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do sistema e/ou rede de ensino e da escola, em relação a aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, de pessoal e de recursos materiais;

15. Acompanhar e supervisionar o funcionamento das escolas, zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e pelo padrão de qualidade do ensino;

16. Planejar, executar, avaliar os encaminhamentos, de forma permanente, dos conselhos de classe, das reuniões pedagógicas, reuniões de pais, de planejamento, grupos de estudo e projetos;

17. Propiciar a discussão junto aos pais, equipe pedagógica e professores, sobre o processo ensino-aprendizagem dos alunos, visando o acompanhamento, discussão e encaminhamentos necessários;

18. Realizar e divulgar as referências bibliográficas e de outros materiais pedagógicos na área de educação, visando fundamentar, atualizar e redimensionar a ação pedagógica dos profissionais na escola;

19. Participar de cursos, seminários, encontros e outros, buscando fundamentação, atualização e redimensionamento da ação específica dos especialistas, com vistas a subsidiar uma postura de pesquisa e investigação, frente à prática pedagógica;

20. Elaborar o relatório síntese das ações realizadas anualmente na unidade educativa;

21. Coordenar junto à Unidade Escolar a criação, organização e funcionamento das instâncias colegiadas, tais como: Conselho de Escola, A.P.P., Grêmio Estudantil e outros, incentivando a participação e democratização das decisões e das relações, na unidade escolar;

22. Coordenar junto à comunidade escolar o processo de elaboração, atualização do Regimento Escolar e a utilização deste, como instrumento de suporte pedagógico;

23. Participar da análise qualitativa e quantitativa do rendimento escolar, junto com os professores e direção, visando reduzir os índices de evasão e repetência, qualificando o processo ensino-aprendizagem;

24. Substituir o professor na ausência do mesmo

25. Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

10. Manter-se firme quando necessário, sem intimidação, criando um clima de cooperação na escola.

PROFESSOR I AO X

1. Planejar, ministrar aulas nos dias letivos estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, a avaliação e ao aperfeiçoamento profissional, buscando atualização constante e uma prática educacional mais competente;

2. Zelar pela aprendizagem dos educandos, buscando desenvolver atividades de ensino-aprendizagem diversificadas, permitindo que os alunos re-elaborem os conhecimentos adquiridos e produzam novos conhecimentos, respeitando os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social de cada um, garantindo a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura;

3. Participar da elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, elaborando seu planejamento de acordo com as diretrizes norteadoras;

4. Realizar a recuperação contínua de estudos com os alunos que, durante o processo de ensino-aprendizagem, apresentarem um menor rendimento no domínio do conteúdo curricular ministrado;

5. Promover avaliações globais, contínuas e permanentes,

acompanhando e enriquecendo o desenvolvimento do trabalho do aluno atribuindo-lhes notas e/ou, conceitos e avaliações descritivas nos prazos fixados, bem como relatórios de aproveitamento;

6. Manter e fazer com que seja mantida a disciplina, em sala de aula e fora dela, em cooperação com a Direção;

7. Zelar pela permanência de todos os alunos na escola, contribuindo para a diminuição do índice de evasão escolar;

8. Comunicar à Direção, e ao serviço de Supervisão, a relação dos alunos que apresentam rendimento insuficiente, oferecendo alternativas para sua recuperação;

9. Criar entre os alunos um clima de bom relacionamento, empenhando-se no cultivo de valores humanos, tais como: a solidariedade, a confiança, o respeito, o amor ao próximo e a responsabilidade em todas as tarefas;

10. Comparecer às reuniões, conselhos de classe e outras atividades sempre que for convidado ou convocado, ainda que em horários e em datas diferentes do normal;

11. Cooperar com as decisões da Direção e demais autoridades de ensino;

12. Colaborar com as atividades de articulação da escola com a família e a comunidade, estabelecendo as relações necessárias com os pais, dando-lhes ciência da situação de seus filhos e notificando-os em tempo hábil sobre o rendimento escolar de cada bimestre;

13. Colaborar com a Direção e com a Secretaria Municipal de Educação, na organização e na execução de trabalhos complementares de caráter cívico, cultural, recreativo ou promocional;

14. Zelar pelo nome e respeito do Estabelecimento demonstrando cordialidade, solidariedade e respeito com as crianças, com a equipe e com a comunidade em geral, exercendo sua função dentro de princípios éticos, desenvolvendo o espírito de colaboração e iniciativa dentro e fora do contexto escolar;

15. Elaborar programas, projetos, planos de curso, Plano diário e anual atendendo ao avanço da tecnologia educacional às diretrizes curriculares, contribuindo para o aprimoramento e qualidade do ensino;

16. Executar o trabalho docente em consonância com a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino;

17. Manter-se atualizado sobre a legislação educacional

18. Levantar, interpretar e formar dados relativos a realidade de suas turmas;

19. Desenvolver atividades, tais como: estudo, pesquisa, confecção de materiais; com diversas estratégias para alunos com necessidades especiais como para os demais;

20. Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

## **TOMADA DE PREÇOS 125/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - Processo Licitatório nº. 125/2014 - TP

Está aberto Processo Licitatório, na modalidade Tomada de Preços, do tipo empreitada por preço unitário, cujo objeto é o fornecimento de material e mão de obra, para reforma e ampliação do prédio da Escola Municipal Paulo Fuckner, situada na Rodovia 020, localidade de Bateias de Cima, neste Município. Julgamento: menor preço global, com fixação de valor máximo unitário. Valor estimado: R\$ 230.576,34. Recursos Salário Educação. Data/horário/local para a realização da sessão de julgamento: 13/01/2015, 10 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre (entregar os envelopes no protocolo até as 09h45min). Os interessados poderão obter o edital e anexos no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)). Informações: (47) 3632-2266 - Serviço de Suprimentos.

Campo Alegre - SC, 22 de dezembro de 2014.

Lucilaine Mokfa Schwarz.

Secretária Municipal de Administração.

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 08/2014**

Portaria nº 08, de 19 de Dezembro de 2014.

**CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO A SERVIDORA MUNICIPAL.**

O Presidente da Mesa Diretora, no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, e, ambos do Regimento Interno,

Art. 1º ) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Agente Operacional do Legislativo, Sra. ALIDA LAURINDA LEHNERT CANDIDO, referente período aquisitivo de 04 de Abril de 2014 a 03 de Abril de 2015 e pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art. 2º ) A servidora gozará férias no período de 31 de Dezembro de 2014 a 19 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Câmara Municipal.

Art. 3º ) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 19 de Dezembro de 2014.

RAUL JOHANSON

Presidente da Mesa

**PORTARIA Nº 09/2014**

Portaria nº 09, de 19 de Dezembro de 2014.

**CONCEDE FÉRIAS, AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO E ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL.**

O Presidente da Mesa Diretora, no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, e, ambos do Regimento Interno,

Art. 1º ) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Agente Administrativa 2, Sra. BETINA MOREIRA DA SILVA, referente período aquisitivo de 03 de Janeiro de 2014 a 02 de Janeiro de 2015 e pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art. 2º ) A servidora gozará férias no período de 31 de Dezembro de 2014 a 19 de Janeiro 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Câmara Municipal.

Art. 3º ) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre férias, a Agente Administrativa 2 Sra. BETINA MOREIRA DA SILVA, referente período aquisitivo de 03 de Janeiro de 2014 a 02 de Janeiro de 2015, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Câmara Municipal.

Art. 4º ) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 19 de Dezembro de 2014.

RAUL JOHANSON

Presidente da Mesa

**PORTARIA Nº 10/2014**

Portaria nº 10, de 19 de Dezembro de 2014.

**CONCEDE FÉRIAS, AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO E ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL.**

O Presidente da Mesa Diretora, no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, e, ambos do Regimento Interno,

Art. 1º ) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Contador, Sr. FERNANDO GROSSKOPF, referente período aquisitivo de 03 de Janeiro de 2013 a 02 de Janeiro de 2014 e pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art. 2º ) O servidor gozará férias no período de 31 de Dezembro de 2014 a 09 de Janeiro 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Câmara Municipal.

Art. 3º ) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre férias, ao Contador Sr. FERNANDO GROSSKOPF, referente período aquisitivo de 03 de Janeiro de 2013 a 02 de Janeiro de 2014, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Câmara Municipal.

Art. 4º ) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 19 de Dezembro de 2014.

RAUL JOHANSON

Presidente da Mesa

# Campos Novos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PP 87/2014 PREFEITURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2014

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 13 de janeiro de 2015 às 15 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do tipo menor preço por lote, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL, SÉRIES INICIAIS E FINAIS NA FORMA DE KITS INDIVIDUAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h30 às 18h30, diariamente.

Campos Novos, 18 de dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

### AVISO DE LICITAÇÃO 88/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2014

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 14 de janeiro de 2015 às 15 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do tipo menor preço por lote, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS MAQUINA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM ESCAVADEIRA HIDRAULICA, MOTONIVELADORA, ROLO COMPACTADOR E CAMINHÃO CAÇAMBA PARA REALIZAÇÃO DE MELHORIAS NAS VIAS DO INTERIOR DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h30 às 18h30, diariamente.

Campos Novos, 22 de dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

### DECRETO Nº. 7.199/2014 DE 02/12/2014 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DECRETO Nº 7.199/14 DE 02/12/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei

Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 21.000,00 ( Vinte e um mil reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 35 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.082- Manutenção do CREAS

Elementos de despesa: 24- 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0052-

Aplicações Diretas ..... R\$ 21.000,00.

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos do seguinte projeto/ atividade:

ÓRGÃO: 35 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.082- Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Elementos de despesa: 27- 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0052-

Aplicações Diretas .....R\$ 21.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 02 de dezembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 7.200/14 DE 02/12/2014 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

DECRETO Nº 7.200/14 DE 02/12/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do município, no valor de R\$ 659.801,61 (seiscentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e um reais e sessenta e um centavos) nos projetos/atividades abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 42-FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE- FUNDEMA

UNIDADE: 01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE- FUNDEMA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.083 - Manutenção da Fundação Municipal de Meio Ambiente- FUNDEMA

Elementos de despesa: 02-3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000-

Aplicações Diretas ..... R\$ 2.400,00

ÓRGÃO: 01- GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 -GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.000 -Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal

Elementos de despesa: 03-3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000- Transferências a Instituições Privadas

sem fins ..... R\$27.000,00

ÓRGÃO: 03- SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 08 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.008 - Manutenção do Departamento de Finanças  
Elementos de despesa: 30-3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-  
Aplicações Diretas ..... R\$ 74,00

ÓRGÃO: 04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIDADE: 10 - DEP. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAR  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.011 -Manutenção do Dep. de Educação do Ensino Infantil - Pré- Escolar  
Elementos de despesa: 50-3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000-  
Aplicações Diretas ..... R\$ 2.700,00

ÓRGÃO: 04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIDADE: 10 - DEP. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAR  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.011 -Manutenção do Dep. de Educação do Ensino Infantil - Pré- Escolar  
Elementos de despesa: 52-3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001-  
Aplicações Diretas ..... R\$ 94,00

ÓRGÃO: 04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIDADE: 12- DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.013 -Manutenção do Departamento do Ensino Fundamental  
Elementos de despesa: 64-3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000-  
Aplicações Diretas ..... R\$90.000,00

ÓRGÃO: 04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIDADE: 12- DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.013 - Manutenção do Departamento do Ensino Fundamental  
Elementos de despesa: 66-3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-  
Aplicações Diretas ..... R\$120.000,00

ÓRGÃO: 08- SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO  
UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.037 - Manutenção do Departamento de Estradas e Rodagem  
Elementos de despesa: 182-3.1.90.00.00.00.00.00.03.0017-  
Aplicações Diretas ..... R\$ 352.533,61

ÓRGÃO: 08- SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO  
UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.037 - Manutenção do Departamento de Estradas e Rodagem  
Elementos de despesa: 183-3.3.90.00.00.00.00.00.03.0017-  
Aplicações Diretas ..... R\$ 65.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados R\$ 417.533,61 do Superávit financeiro do Exercício anterior- Recursos COSIP, e subtraídos, R\$ 242.268,00 de Excesso de Arrecadação - Recursos Próprios.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 02 de dezembro de 2014.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº. 7.203/14 DE 08/12/2014 ABRE CREDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO**

DECRETO Nº 7.203/14 DE 08/12/2014  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

### **DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 181.842,11(Cento e oitenta e um mil, oitocentos e quarenta e dois reais e onze centavos) nos projetos/atividades abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
UNIDADE: 02 -MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.064 - Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde  
Elementos de despesa: 50-3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000-  
Aplicações Diretas ..... R\$82.116,13

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
UNIDADE: 02 -MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.064 - Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde  
Elementos de despesa: 51-3.1.90.00.00.00.00.00.03.0002-  
Aplicações Diretas ..... R\$25.000,00

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
UNIDADE: 02 -MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.064 - Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde  
Elementos de despesa: 04-3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002-  
Aplicações Diretas ..... R\$74.725,98

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos dos projetos/atividades abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
UNIDADE: 02 -MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.064 - Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde  
Elementos de despesa: 05-3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-  
Aplicações Diretas ..... R\$82.116,13

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
UNIDADE: 02 -MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.064 - Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde  
Elementos de despesa: 51-3.3.90.00.00.00.00.00.03.0002-  
Aplicações Diretas ..... R\$25.000,00

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
UNIDADE: 02 -MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.064 - Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde

Elementos de despesa: 42-3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002-  
Aplicações Diretas ..... R\$74.725,98

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 08 de dezembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 7.204/2014 DE 08/12/2014  
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO  
ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO  
AMBIENTE - FUNDEMA**

DECRETO Nº 7.204/14 DE 08/12/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE- FUNDEMA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento da Fundação Municipal de Meio Ambiente - FUNDEMA, no valor de R\$ 2.373,98(Dois mil trezentos e setenta e três reais e noventa e oito centavos) nos projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 42 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

UNIDADE: 01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.083 - Manutenção da Fundação Municipal de Meio Ambiente - FUNDEMA

Elementos de despesa: 02-3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000-  
Aplicações Diretas ..... R\$2.373,98

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos dos projetos/atividades abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 42 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

UNIDADE: 01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.083 - Manutenção da Fundação Municipal de Meio Ambiente - FUNDEMA

Elementos de despesa: 03-3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-  
Aplicações Diretas ..... R\$1.823,23

ÓRGÃO: 42 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

UNIDADE: 01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.083 - Manutenção da Fundação Municipal de Meio Ambiente - FUNDEMA

Elementos de despesa: 09-3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000-  
Aplicações Diretas ..... R\$129,55

ÓRGÃO: 42 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

UNIDADE: 01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.083 - Manutenção da Fundação Municipal

de Meio Ambiente - FUNDEMA

Elementos de despesa: 04-4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000-  
Aplicações Diretas ..... R\$421,20

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 08 de dezembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 7.206/14 DE 17/12/2014  
REGULAMENTA LEI Nº. 4.101/14**

DECRETO Nº 7.206/14 DE 17/12/14

REGULAMENTA LEI Nº 4.101/14

Jairo Luft, Prefeito do Município de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 57.000,00 (Cinquenta e sete mil reais) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.101/14.

Art. 2º - Por conta da suplementação a que se refere o Art.1º, ficam anuladas em igual valor as dotações orçamentárias constantes do Art. 2º da referida lei.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 17 de dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito Municipal e.e.

**DECRETO Nº. 7.207/14 DE 17/12/2014  
REGULAMENTA LEI Nº. 4.103/14**

DECRETO Nº 7.207/14 DE 17/12/14

REGULAMENTA LEI Nº 4.103/14

Jairo Luft, Prefeito do Município de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 197.128,33 (Cento e noventa e sete mil cento e vinte e oito reais e trinta e três centavos) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.103/14.

Art. 2º - Por conta da suplementação a que se refere o Art.1º, ficam anuladas em igual valor as dotações orçamentárias constantes do Art. 2º da referida lei.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 17 de dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito Municipal e.e.

**DECRETO Nº. 7.208/14 DE 17/12/2014  
REGULAMENTA LEI Nº. 4.104/14**

DECRETO Nº 7.208/14 DE 17/12/14  
REGULAMENTA LEI Nº 4.104/14

Jairo Luft, Prefeito do Município de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 63.740,33 (Sessenta e três mil setecentos e quarenta reais e trinta e três centavos) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.104/14.

Art. 2º - Por conta da suplementação a que se refere o Art.1º, ficam anuladas em igual valor as dotações orçamentárias constantes do Art. 2º da referida lei.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 17 de dezembro de 2014.

Jairo Luft  
Prefeito Municipal e.e.

**DECRETO Nº. 7.209/14 DE 17/12/2014  
REGULAMENTA LEI Nº. 4.105/2014**

DECRETO Nº 7.209/14 DE 17/12/14  
REGULAMENTA LEI Nº 4.105/14

Jairo Luft, Prefeito do Município de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 1.656.816,24 (Um milhão, seiscentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e dezesseis reais e vinte e quatro centavos) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.105/14.

Art. 2º - Por conta da suplementação a que se refere o Art.1º, ficam anuladas em igual valor as dotações orçamentárias constantes do Art. 2º da referida lei.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 17 de dezembro de 2014.

Jairo Luft  
Prefeito Municipal e.e.

**DECRETO Nº. 7.210/14 DE 17/12/2014  
REGULAMENTA LEI Nº. 4.106/14**

DECRETO Nº 7.210/14 DE 17/12/14  
REGULAMENTA LEI Nº 4.106/14

Jairo Luft, Prefeito do Município de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 46.457,73 (Quarenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e setenta e três centavos) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.106/14.

Art. 2º - Por conta da suplementação a que se refere o Art.1º, ficam anuladas em igual valor as dotações orçamentárias constantes do Art. 2º da referida lei.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 17 de dezembro de 2014.

Jairo Luft  
Prefeito Municipal e.e.

**DECRETO Nº. 7.211/2014 DE 17/12/2014  
REGULAMENTA LEI Nº. 4.107/14**

DECRETO Nº 7.211/14 DE 17/12/14  
REGULAMENTA LEI Nº 4.107/14

Jairo Luft, Prefeito do Município de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 2.596,00 (Dois mil, quinhentos e noventa e seis reais) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.107/14.

Art. 2º - Por conta da suplementação a que se refere o Art.1º, ficam anuladas em igual valor as dotações orçamentárias constantes do Art. 2º da referida lei.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 17 de dezembro de 2014.

Jairo Luft  
Prefeito Municipal e.e.

**DECRETO Nº. 7.212/14 DE 17/12/2014  
REGULAMENTA LEI Nº. 4.108/14**

DECRETO Nº 7.212/14 DE 17/12/14  
REGULAMENTA LEI Nº 4.108/14

Jairo Luft, Prefeito do Município de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 191.445,82 (Cento e noventa e um mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e oitenta e dois centavos) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.108/14.

Art. 2º - Por conta da suplementação a que se refere o Art.1º, ficam anuladas em igual valor as dotações orçamentárias constantes do Art. 2º da referida lei.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 17 de dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito Municipal e.e.

# **DECRETO Nº. 7.213/14 DE 17/12/2014 REGULAMENTA LEI Nº. 4.109/14**

DECRETO Nº 7.213/14 DE 17/12/14

REGULAMENTA LEI Nº 4.109/14

Jairo Luft, Prefeito do Município de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica,

## **DECRETA:**

Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 33.340,00 (Trinta e três mil trezentos e quarenta reais) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.109/14.

Art. 2º - Por conta da suplementação a que se refere o Art.1º, ficam anuladas em igual valor as dotações orçamentárias constantes do Art. 2º da referida lei.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 17 de dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito Municipal e.e.

# **LEI Nº. 4.101/14 DE 17/12/2014 ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA CÂMARA DE VEREADORES**

LEI Nº 4101/2014 DE 17/12/2014

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.

Jairo Luft, Prefeito Municipal de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica parcialmente anulada no Programa de Trabalho da Câmara Municipal de Vereadores, a importância de R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais), as dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Proj./Ativ. 1.047 - Reequipamento do Poder Legislativo  
3 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0601 - Aplicações Diretas ..... 7.760,00

Proj./Ativ. 2.072 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal de Vereadores  
6 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0601 - Aplicações Diretas ..... 49.240,00

Art. 2º. Ficam suplementadas com recursos decorrentes da anulação, as dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Proj./Ativ. 2.071 - Manutenção dos Subsídios dos Vereadores  
4 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0601 - Aplicações Diretas ..... 27.000,00

Proj./Ativ. 2.072 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal de Vereadores

5 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0601 - Aplicações Diretas .... 30.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revoga as disposições em contrário.

Jairo Luft

Prefeito Municipal e.e.

# **LEI Nº. 4.102/14 DE 17/12/2014 ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS PARA O EXERCÍCIO DE 2015.**

LEI Nº 4.102/14 DE 17/12/2014

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

Jairo Luft, Prefeito do Município de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

## **DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município de CAMPOS NOVOS para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 104.291.997,89 (cento e quatro milhões duzentos e noventa e um mil novecentos e noventa e sete reais e oitenta e nove centavos) e fixa a Despesa em R\$ 104.291.997,89 (cento e quatro milhões duzentos e noventa e um mil novecentos e noventa e sete reais e oitenta e nove centavos).

## **DOS ORÇAMENTOS DAS UNIDADES GESTORAS PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL**

Art. 2º. O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 104.291.997,89 (cento e quatro milhões duzentos e noventa e oito centavos) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 2.817.500,00 (dois milhões oitocentos e dezessete mil e quinhentos reais), em R\$ 101.474.497,89 (cento e um milhões quatrocentos e setenta e quatro mil quatrocentos e noventa e sete reais e oitenta e nove centavos) a Despesa do Poder Executivo Municipal.

§ 1º. A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

4. RECEITAS		104.291.997,89
4.1. RECEITAS CORRENTES		98.838.513,10
4.2. RECEITAS DE CAPITAL		5.453.484,79
	Total:	104.291.997,89
	Total Geral:	104.291.997,89

§ 2º. A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

I – POR ORGÃO DA ADMINISTRAÇÃO		
40.00 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁSIO		9.365,276,87
01.00 - GABINETE DO PREFEITO		1.811.125,00
02.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO G		693.725,00
03.00 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO		11.528.000,00
04.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA		33.220.058,94
05.00 - SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALH.		1.802.625,00
06.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		771.625,00
07.00 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO		1.658.500,00
08.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISM		17.507.212,79
09.00 - SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER		745.000,00
10.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		20.500,00
42.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEM		165.000,00
20.00 - PODER LEGISLATIVO		2.900.000,00
37.00 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL		97.875,00
36.00 - FUNREBON - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMB		330.501,30
35.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		1.254.735,25
19.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		12.328.258,44
17.00 - SAMAE - SERV. AUTÔNOMO MUN DE AGUA E ESGOTO		6.965.778,38
33.00 - FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE		398.750,00
34.00 - FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA		39.266,45
32.00 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA		515.926,97
	Total:	104.291.997,89
	Total Geral:	104.291.997,89
II – POR FUNÇÃO DO GOVERNO		
01 - Legislativa		2.817.500,00
04 - Administração		6.225.043,84
06 - Segurança Pública		362.751,30
08 - Assistência Social		2.704.066,41
10 - Saúde		21.693.535,31
11 - Trabalho		328.750,00
12 - Educação		33.220.058,94
13 - Cultura		1.208.250,00
14 - Direitos da Cidadania		39.266,45
15 - Urbanismo		8.608.572,25
16 - Habitação		200.375,00
17 - Saneamento		6.879.964,00
18 - Gestão Ambiental		462.507,50
19 - Ciência e Tecnologia		8.600,00
20 - Agricultura		1.249.926,97
22 - Indústria		417.625,00
23 - Comércio e Serviços		107.500,00
25 - Energia		1.396.024,15
26 - Transporte		7.410.366,39
27 - Desporto e Lazer		795.000,00
28 - Encargos Especiais		8.135.814,38
99 - Reserva de Contingência		20.500,00
	Total:	104.291.997,89
	Total Geral:	104.291.997,89

III- POR SUBFUNÇÕES		
31 - Ação Legislativa		2.817.500,00
122 - Administração Geral		5.094.625,00
123 - Administração Financeira		351.250,00
126 - Tecnologia da Informatização		481.600,00
182 - Defesa Civil		418.126,30
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		196.831,23
244 - Assistência Comunitária		2.553.795,47
272 - Previdência do Regime Estatutário		1.920.000,00
301 - Atenção Básica		12.328.258,44
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		9.365.276,87
333 - Empregabilidade		107.500,00
334 - Fomento ao Trabalho		454.750,00
361 - Ensino Fundamental		28.508.051,05
365 - Educação Infantil		4.128.482,89
367 - Educação Especial		83.525,00
391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico		393.750,00
392 - Difusão Cultural		5.000,00
451 - Infra-Estrutura Urbana		7.058.104,98
452 - Serviços Urbanos		1.343.750,00
453 - Transportes Coletivos Urbanos		227.317,27
482 - Habitação Urbana		200.375,00
512 - Saneamento Básico Urbano		6.879.964,00
541 - Preservação e Conservação Ambiental		61.750,00
542 - Controle Ambiental		419.757,50
543 - Recuperação de Áreas Degradadas		32.250,00
364 - Educação Superior		500.000,00
602 - Promoção da Produção Animal		483.676,97
606 - Extensão Rural		715.000,00
661 - Promoção Industrial		427.625,00
695 - Turismo		917.000,00
752 - Energia Elétrica		1.386.024,15
782 - Transporte Rodoviário		7.410.366,39
811 - Desporto de Rendimento		483.750,00
812 - Desporto Comunitário		261.250,00
813 - Lazer		50.000,00
841 - Refinanciamento da Dívida Interna		4.125.000,00
843 - Serviço da Dívida Interna		822.500,00
846 - Outros Encargos Especiais		1.268.314,38
999 - Reserva de Contingência		20.500,00
Total:		104.291.997,89
Total Geral:		104.291.997,89
IV - POR PROGRAMA		
1 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO		1.811.125,00
10 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DO DESENV. AGROPECUÁRIO		515.926,97
11 - MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL		398.750,00
12 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCE		39.266,45
13 - MANUTENÇÃO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL		97.875,00
14 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.254.735,25
15 - MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ AT		9.365.276,87

16 - MANUTENÇÃO DO FUNREBON	330.501,30
17 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	3.439.435,19
18 - MANUTENÇÃO DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES E EVENTOS E	1.227.125,00
19 - PAVIMENTAÇÃO E ASFALTAMENTO DE RUAS	9.656.683,66
2 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES	2.817.500,00
20 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS SEC.	1.396.024,15
21 - MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.580.095,20
22 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL	18.492.929,08
23 - MANUTENÇÃO DO ENSINO - RECURSOS FUNDEB 60%	10.095.578,77
24 - MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	259.567,27
25 - MANUTENÇÃO DO ENSINO COM RECURSOS FUNDEB 40	267.457,23
26 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO - OUTROS RECURSOS DE	841.133,67
27 - MANUTENÇÃO DPTO MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODA	3.317.250,00
28 - PROMOÇÃO AO TURISMO	112.625,00
29 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.700.000,00
3 - MANUTENÇÃO DPTO DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO	638.350,00
30 - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS HABITACIONAIS	102.500,00
31 - CONSTRUÇÕES E REFORMAS NA SEC. TRANSPORTES	1.173.895,93
32 - MANUTENÇÃO DO ESPORTE E LAZER	745.000,00
33 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE SAÚDE	12.328.258,44
35 - OPERAÇÕES ESPECIAIS - PREFEITURA MUNICIPAL	8.050.000,00
36 - SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E E	6.965.778,38
37 - MANUTENÇÃO DA SEC. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIE	1.191.382,50
38 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE INDUSTRIA, COMERCIO E TU	318.750,00
39 - MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS EDUCATIVOS ESPECIAI	83.525,00
4 - MANUTENÇÃO DPTO MODERNIZAÇÃO ADMIN E INFORMA	2.042.500,00
40 - MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA	1.343.750,00 00
41 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.500,00
42 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE DEFE	55.375,00
5 - MANUTENÇÃO DPTO TRIBUTAÇÃO ARRECADAÇÃO E FIS	270.000,00
6 - MANUTENÇÃO DPTO CONTABILIDADE E PATRIMONIO DO	473.000,00
7 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO PESSOAL	235.000,00
8 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS	376.250,00
9 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	81.250,00
Total:	104.291.997,89
Total Geral:	104.291.997,89

#### V - POR CATEGORIA ECONOMICA

DESPESAS CORRENTES 88.700.180,48  
 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 56.565.171,29  
 JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA 822.500,00  
 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 31.312.509,19  
 DESPESAS DE CAPITAL 15.571.317,41  
 INVESTIMENTOS 11.267.317,41  
 INVERSÕES FINANCEIRAS 32.000,00  
 Amortização da Divida 4.272.000,00  
 Reserva de Contingencia 20.500,00  
 Reserva de Contingencia 20.500,00

TOTAL GERAL 104.291.997,89

Art. 3º. Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

§1º. A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para

cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§2º. Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§3º. Não se efetivando até o dia 10/12/2015 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2015 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Ar 4º. Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 5º. O Executivo está autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite não informado da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - superávit financeiro do exercício anterior.

Paragrafo único. Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 6º. As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 7º. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º. As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 9º. Durante o exercício de 2015 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 10º. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 11º. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 12º. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2015, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 17 de dezembro de 2014.  
Jairo Luft  
Prefeito Municipal e.e.

Deise Salmoria Pires  
Contadora CRC/S 026647/0-1

Diogenes Zoldan  
Secretário de Planejamento

Marcia E. C. Kaiper  
Secretária de Administração

### **LEI Nº. 4.103/14 DE 17/12/2014 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

LEI Nº 4.103 /2014 DE 17/12/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Jairo Luft, Prefeito do Município de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 197.128,33 (cento e noventa e sete mil cento e vinte e oito reais e trinta e três centavos) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.064 - Manutenção das Atividades do Fdo Municipal de Saúde

Elemento de despesa: 4 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002.0000 00 - Aplicações Diretas ..... R\$ 197.128,33

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da seguinte dotação orçamentária do orçamento do Fundo Municipal de Saúde:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 1.052 - Obras, reformas e ampliações de Unidades de Saúde

Elemento de despesa: 3 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0002.0000 00 - Aplicações Diretas ..... R\$ 197.128,33

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 17 de dezembro de 2014.

Jairo Luft  
Prefeito Municipal e.e.

### **LEI Nº. 4.104/14 DE 17/12/2014 ABRE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

LEI Nº 4.104/2014 DE 17/12/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Jairo Luft, Prefeito do Município de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A

CAMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no exercício de 2014, no valor de R\$ 63.740,33 (sessenta e três mil setecentos e quarenta reais e trinta e três centavos), a ser aplicado na seguinte classificação orçamentária.

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.087 - Man. Do Progr. Nac. do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ

Elemento de despesa: 36 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0071.000 000 - Aplicações Diretas ..... R\$ 63.740,33

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes das seguintes dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Saúde:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.087 - Man. Do Progr. Nac. do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ

Elemento de despesa: 34 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0071.000 000 - Aplicações Diretas ..... R\$ 54.964,09

Elemento de despesa: 35 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0071.000 000 - Aplicações Diretas ..... R\$ 8.776,24

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos 17 de dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito Municipal e.e.

## **LEI Nº. 4.105/14 DE 17/12/2014 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

LEI Nº 4.105/2014 DE 17/12/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Jairo Luft, Prefeito do Município de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do município, no valor de R\$ 1.656.816,24 (um milhão seiscentos e cinquenta e seis mil oitocentos e dezesseis reais e vinte e quatro centavos) nos projetos/atividades abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 01- GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01- - GABINETE DO PREFEITO

PROJETO ATIVIDADE: 2.000-Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal

Elemento de despesa: 02- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000- aplicações diretas R\$ 42.000,00

ÓRGÃO: 03- SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 04- DEP. DE TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

PROJETO ATIVIDADE: 2.004-Manutenção do Departamento de Tributação, Arrecadação e fiscalização

Elemento de despesa: 18- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000- aplicações diretas R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 03- SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 05- Manutenção do Departamento de Contabilidade e Patrimônio do Município

PROJETO ATIVIDADE: 2.005-Manutenção do Departamento de Contabilidade e Patrimônio do Município

Elemento de despesa: 20- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000- aplicações diretas R\$ 12.300,00

ÓRGÃO: 03- SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 06- DEPARTAMENTO DE PESSOAL

PROJETO ATIVIDADE: 0.001-Manutenção do Pagamento de Inativos e Pensionistas- Prefeitura

Elemento de despesa: 24- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000- aplicações diretas R\$ 75.000,00

ÓRGÃO: 03- SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 08- DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJETO ATIVIDADE: 2.002-Manutenção da Secretaria de Administração

Elemento de despesa: 27- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000- aplicações diretas R\$ 45.000,00

ÓRGÃO: 05- SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO

UNIDADE: 14- DEP. DE ASSISTENCIA SOCIAL E DA FAMILIA GERENCIAIS

PROJETO ATIVIDADE: 2.022-Manutenção do Departamento de Assistência Social Família e Trabalho

Elemento de despesa: 76- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000- aplicações diretas R\$ 33.000,00

ÓRGÃO: 04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 12- DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

PROJETO ATIVIDADE: 2.013-Manutenção do Departamento do Ensino Fundamental

Elemento de despesa: 66- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000- aplicações diretas R\$ 46.400,00

ÓRGÃO: 04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 09- DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

PROJETO ATIVIDADE: 2.018-Man. Do Ensino-Remuneração Profissionais do Magistério

Elemento de despesa: 38- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0019.000 000- aplicações diretas R\$ 46.939,73

ÓRGÃO: 04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 12- DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

PROJETO ATIVIDADE: 2.013-Manutenção do departamento do ensino fundamental

Elemento de despesa: 64- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000- aplicações diretas R\$ 929.815,01

ÓRGÃO: 04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 12- DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

PROJETO ATIVIDADE: 2.013-Manutenção do departamento do ensino fundamental

Elemento de despesa: 184- 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0000.00 0000- aplicações diretas R\$ 43.458,50

ÓRGÃO: 09- SECRETARIA DA JUVENTUDE E LAZER

UNIDADE: 28- DEPARTAMENTO DA JUVENTUDE E LAZER

PROJETO ATIVIDADE: 2.040-manutenção do departamento da Juventude e Lazer

Elemento de despesa: 140- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.00 0000- aplicações diretas R\$ 9.500,00

FUNDEMA

ÓRGÃO: 42- FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE- FUNDEMA  
 UNIDADE: 01- FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE- FUNDEMA  
 PROJETO ATIVIDADE: 2.083- manutenção fundação municipal de meio ambiente- Fundema  
 Elemento de despesa: 02- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
 000- aplicações diretas R\$ 18.403,00

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

ÓRGÃO: 40- FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO  
 UNIDADE: 01- ADMIN. DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO  
 PROJETO ATIVIDADE: 2.062- Manutenção da Fundação hospitalar Dr. Jose Athanasio- Recursos Próprios  
 Elemento de despesa: 08 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0602 - aplicações diretas R\$ 340.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes das seguintes dotações orçamentárias do orçamento do município:

ÓRGÃO: 02- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL  
 UNIDADE: 02- DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL  
 PROJETO ATIVIDADE: 2.001- Manutenção do Departamento de Planejamento, Organização e Coordenação Geral  
 Elemento de despesa: 06- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
 000- aplicações diretas R\$ 16.900,00

ÓRGÃO: 02- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL  
 UNIDADE: 02- DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL  
 PROJETO ATIVIDADE 2.086- Manutenção da Defesa Civil  
 Elemento de despesa: 10- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.000.0000  
 00- aplicações diretas R\$ 1.700,00

ÓRGÃO: 02- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL  
 UNIDADE: 03- DEPARTAMENTO DE MODERNIZAÇÃO ADMIN. E INFORMATIZAÇÃO  
 PROJETO ATIVIDADE: 1.002- Reequipamento da Administração Pública  
 Elemento de despesa: 12- 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
 000- aplicações diretas R\$ 1.784,00

ÓRGÃO: 02- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL  
 UNIDADE: 03- DEPARTAMENTO DE MODERNIZAÇÃO ADMIN. E INFORMATIZAÇÃO  
 PROJETO ATIVIDADE 2.003- Manutenção do Departamento de Modernização Administração e Informatização  
 Elemento de despesa: 14- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
 000- aplicações diretas R\$ 1.280,15

ÓRGÃO :02- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL  
 UNIDADE 03- DEPARTAMENTO DE MODERNIZAÇÃO ADMIN. E INFORMATIZAÇÃO  
 PROJETO ATIVIDADE: 2.080-CIGA Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
 Elemento de despesa: 15- 3.1.7.1.00.00.00.00.00.01.0000.000  
 000- Transferências a Consórcios Públicos R\$ 1.350,00

ÓRGÃO :02- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL  
 UNIDADE 03- DEPARTAMENTO DE MODERNIZAÇÃO ADMIN. E INFORMATIZAÇÃO

PROJETO ATIVIDADE: 2.080-CIGA Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
 Elemento de despesa: 16- 3.3.7.1.00.00.00.00.00.01.0000.000  
 000- Transferências a Consórcios Públicos R\$ 1.500,00

ÓRGÃO :02- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL  
 UNIDADE 03- DEPARTAMENTO DE MODERNIZAÇÃO ADMIN. E INFORMATIZAÇÃO  
 PROJETO ATIVIDADE: 2.080-CIGA Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
 Elemento de despesa: 17- 4.4.7.1.00.00.00.00.00.01.0000.000  
 000- Transferências a Consórcios Públicos R\$ 276,00

ÓRGÃO :03- SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO  
 UNIDADE 06- DEPARTAMENTO DE PESSOAL  
 PROJETO ATIVIDADE: 2.006- Manutenção do Departamento de Pessoal  
 Elemento de despesa: 22- 3.1.9.0.00.00.00.00.00.01.0000.000  
 000- Aplicações Diretas R\$ 7.300,00

ÓRGÃO :03- SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO  
 UNIDADE 07- DEPARTAMENTO DE COMPRAS  
 PROJETO ATIVIDADE: 2.007- Manutenção do Departamento de Compras  
 Elemento de despesa: 25- 3.1.9.0.00.00.00.00.00.01.0000.000  
 000- Aplicações Diretas R\$ 6.900,00

ÓRGÃO :03- SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO  
 UNIDADE 07- DEPARTAMENTO DE COMPRAS  
 PROJETO ATIVIDADE: 2.007- Manutenção do Departamento de Compras  
 Elemento de despesa: 26- 3.3.9.0.00.00.00.00.00.01.0000.000  
 000- Aplicações Diretas R\$ 14.051,20

ÓRGÃO :04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
 UNIDADE: 09- DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL  
 PROJETO ATIVIDADE: : 1.019- Reequipamento do ensino Fundamental  
 Elemento de despesa: 41- 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0019.000  
 000- aplicações diretas R\$ 7.994,00

ÓRGÃO :04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
 UNIDADE: 09- DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL  
 PROJETO ATIVIDADE: 2.027 Manutenção do Programa COMAD  
 Elemento de despesa: 45- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
 000- aplicações diretas R\$ 3.826,19

ÓRGÃO :04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
 UNIDADE: 10- DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL -PRÉ ESCOLAR  
 PROJETO ATIVIDADE: 1.016-Reequipamento das Creches  
 Elemento de despesa: 48- 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
 000- aplicações diretas R\$ 5.715,00

ÓRGÃO :07- SECRETARIA DA INDÚSTRIA , COMÉRCIO E TURISMO  
 UNIDADE: 21- DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA , COMÉRCIO  
 PROJETO ATIVIDADE: 2.030- Manutenção do departamento da indústria e comércio  
 Elemento de despesa: 96- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
 000- aplicações diretas R\$ 569,68

ÓRGÃO :07- SECRETARIA DA INDÚSTRIA , COMÉRCIO E TURISMO  
 UNIDADE: 21- DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA , COMÉRCIO  
 PROJETO ATIVIDADE: 2.081- Realização da Festa do Município  
 Elemento de despesa: 97- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
 000- aplicações diretas R\$ 808,00

ÓRGÃO :04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 11- GÊRENCIA DE MERENDA ESCOLAR  
 PROJETO ATIVIDADE: 2.089-Manutenção do Ensino Superior  
 Elemento de despesa: 169- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.00  
 0000- aplicações diretas R\$ 36.720,00

ÓRGÃO :05- SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABA-  
 LHO

UNIDADE: 16- DEPARTAMENTO HABITACIONAL  
 PROJETO ATIVIDADE: 1.007 -Implantação de projetos habitacio-  
 nais  
 Elemento de despesa: 83- 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
 000- aplicações diretas R\$ 2.094,36

ÓRGÃO :05- SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABA-  
 LHO

UNIDADE: 15- DEP. DE ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA E TRABALHO  
 PROJETO ATIVIDADE: 2.023 -Manutenção do Departamento de  
 Assistência Comunitario ao Trabalho  
 Elemento de despesa: 79- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000  
 000- aplicações diretas R\$ 17.400,00

ÓRGÃO :08- SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANIS-  
 MO

UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPE-  
 RACIONAL  
 PROJETO ATIVIDADE: 1.009-Realização de Obras e Reformas pela  
 Secretaria de Transportes e Obras e Urbanismo  
 Elemento de despesa: 134- 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.00  
 0000- aplicações diretas R\$ 163.831,81

ÓRGÃO :08- SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANIS-  
 MO

UNIDADE: 23- DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA  
 PROJETO ATIVIDADE: 2.033-Manutenção do Departamento de  
 Engenharia  
 Elemento de despesa: 108- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000- aplicações diretas R\$  
 25.000,00

ÓRGÃO :08- SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANIS-  
 MO

UNIDADE: 23- DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA  
 PROJETO ATIVIDADE: 2.033 -Manutenção do Departamento de  
 Engenharia  
 Elemento de despesa: 109- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000- aplicações diretas R\$  
 7.086,55

ÓRGÃO :08- SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANIS-  
 MO

UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPE-  
 RACIONAL  
 PROJETO ATIVIDADE: 2.034 -Manutenção das Atividades de Coord-  
 enadorias e Atividades Operacionais  
 Elemento de despesa: 132- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000- aplicações diretas R\$  
 2.117,16

ÓRGÃO :08- SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANIS-  
 MO

UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPE-  
 RACIONAL  
 PROJETO ATIVIDADE: 2.036 -Manutenção do Departamento de  
 Manutenção e Apoio Operacional  
 Elemento de despesa: 118- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000- aplicações diretas R\$  
 69.959,21

ÓRGÃO :08- SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E

URBANISMO

UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPE-  
 RACIONAL

PROJETO ATIVIDADE: 2.036 - Manutenção do Departamento de  
 Manutenção e Apoio Operacional  
 Elemento de despesa: 152- 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000.000000- aplicações diretas R\$  
 31.196,17

ÓRGÃO :08- SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANIS-  
 MO

UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPE-  
 RACIONAL

PROJETO ATIVIDADE: 1.010 -Pavimentação e Asfaltamento de  
 Ruas  
 Elemento de despesa: 115- 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.00  
 0000- aplicações diretas R\$ 699.541,26

ÓRGÃO :08- SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANIS-  
 MO

UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPE-  
 RACIONAL

PROJETO ATIVIDADE: 1.011-Reequipamento da Secretaria de  
 Transportes, Obras e Urbanismo  
 Elemento de despesa: 129- 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.00  
 0000- aplicações diretas R\$ 32.167,10

ÓRGÃO :08- SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANIS-  
 MO

UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPE-  
 RACIONAL

PROJETO ATIVIDADE: 2.078- Recolhimento e destinação dos re-  
 síduos sólidos  
 Elemento de despesa: 119- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.00  
 0000- aplicações diretas R\$ 96.552,46

ÓRGÃO :08- SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANIS-  
 MO

UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPE-  
 RACIONAL

PROJETO ATIVIDADE: 2.078- Recolhimento e destinação dos re-  
 síduos sólidos  
 Elemento de despesa: 118- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.00  
 0000- aplicações diretas R\$ 30.908,29

ÓRGÃO: 03- SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJETO ATIVIDADE: 2.036-Manutenção do Departamento de  
 Manutenção e Apoio Operacional  
 Elemento de despesa: 28 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000  
 00- aplicações diretas R\$ 18.424,00

ÓRGÃO :04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 12- DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

PROJETO ATIVIDADE: 2.013 Manutenção do Departamento do  
 Ensino Fundamental  
 Elemento de despesa: 67- 3.3.90.00.00.00.00.01.00.19.0000.000  
 000- aplicações diretas R\$ 38.945,73

ÓRGÃO :04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 12- DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

PROJETO ATIVIDADE: 2.015 Construções, Ampliações e Reforma  
 no Ensino Fundamental  
 Elemento de despesa: 59- 4.4.90.00.00.00.00.01.00.01.0000.000  
 000- aplicações diretas R\$ 13.602,16

ÓRGÃO :04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 09- DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL  
 PROJETO ATIVIDADE: 2.010 Manutenção do Departamento de

Planejamento Educacional  
Elemento de despesa: 34- 3.3.90.00.00.00.00.01.00.01.0000.000  
000- aplicações diretas R\$ 879,90

ÓRGÃO :04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIDADE: 10- DEP. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL- PRÉ ESCOLAR

PROJETO ATIVIDADE: 2.015 Manutenção De Creches  
Elemento de despesa: 54- 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000  
000- aplicações diretas R\$ 7.327,42

ÓRGÃO :08- SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO ATIVIDADE: 2.037 Manutenção do Departamento de Estrada e Rodagem  
Elemento de despesa: 151- 3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0000.00  
0000- aplicações diretas R\$ 4.474,48

ÓRGÃO :09- SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER  
UNIDADE: 27- DEPARTAMENTO DE ESPORTES- GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

PROJETO ATIVIDADE: 2.039 Manutenção do Departamento de Esporte  
Elemento de despesa: 138- 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.00  
0000- aplicações diretas R\$ 2.513,00

ÓRGÃO :01- GABINETE DO PREFEITO  
UNIDADE 01- GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
PROJETO ATIVIDADE: 2.000-Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal  
Elemento de despesa: 04- 3.3.9.0.00.00.00.00.00.00.01.0000.000  
000- Aplicações Diretas R\$ 8.257,45

#### FUNDO ROTATIVO

ÓRGÃO: 37- FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL  
UNIDADE: 01- MANUTENÇÃO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL  
PROJETO ATIVIDADE: 1.031-Implantação de \projetos Habitacionais- Fdo Habitacional  
Elemento de despesa: 03- 4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000  
000- aplicações diretas R\$ 101.062,03

ÓRGÃO: 37- FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL  
UNIDADE: 01- MANUTENÇÃO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL  
PROJETO ATIVIDADE: 0.005-Manutenção dos Serviços Da Dívida Fundada Interna- Fdo Habitacional  
Elemento de despesa: 01- 3.2.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000  
000- aplicações diretas R\$ 4.788,48

ÓRGÃO: 37- FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL  
UNIDADE: 01- MANUTENÇÃO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL  
PROJETO ATIVIDADE: 0.006-Amortização da Dívida Fundada Interna - Fdo. Habitacional  
Elemento de despesa: 02- 4.6.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000  
000- aplicações diretas R\$ 20.486,70  
ÓRGÃO: 37- FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL  
UNIDADE: 01- MANUTENÇÃO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL  
PROJETO ATIVIDADE 2.057-Manutenção das Atividades do Fundo Rotativo Habitacional  
Elemento de despesa: 05- 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000  
000- aplicações diretas R\$ 2.208,61

#### FUNDAÇÃO CULTURAL

ÓRGÃO: 33- FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE  
UNIDADE: 01- FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE  
PROJETO ATIVIDADE: 2.043-Manutenção das atividades da fundação cultural  
Elemento de despesa: 03- 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000  
000- aplicações diretas R\$ 5.976,53

ÓRGÃO: 33- FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE  
UNIDADE: 01- FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE  
PROJETO ATIVIDADE: 2.043-Manutenção das atividades da fundação cultural  
Elemento de despesa: 08- 3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0000.000  
000- aplicações diretas R\$ 7.787,85

ÓRGÃO: 33- FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE  
UNIDADE: 01- FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE  
PROJETO ATIVIDADE: 2.044-Manutenção das atividades da Biblioteca Pública  
Elemento de despesa: 05- 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000  
000- aplicações diretas R\$ 2.109,26

ÓRGÃO: 33- FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE  
UNIDADE: 03-Manutenção Do Museu  
PROJETO ATIVIDADE: 2.045-Manutenção das atividades do Museu  
Elemento de despesa: 07- 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000  
000- aplicações diretas R\$ 439,19

#### FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS

ÓRGÃO: 32- FUNDO MUN. DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUARIA  
UNIDADE: 01- - FUNDO MUN. DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUARIA  
PROJETO ATIVIDADE: 1.023-Reequipamento do Fundo Agropecuário  
Elemento de despesa: 02- 4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000  
000- aplicações diretas R\$ 42.482,86

ÓRGÃO: 32- FUNDO MUN. DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUARIA  
UNIDADE: 01- - FUNDO MUN. DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUARIA  
PROJETO ATIVIDADE: 2.041- Manutenção do Fundo Agropecuário de Desenvolvimento Agropecuária  
Elemento de despesa: 08- 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000  
000- aplicações diretas R\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 32- FUNDO MUN. DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUARIA  
UNIDADE: 01- - FUNDO MUN. DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUARIA  
PROJETO ATIVIDADE: 2.073-Manutenção do Horto Florestal Municipal  
Elemento de despesa: 01- 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000  
000- aplicações diretas R\$ 23.842,00

#### FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

ÓRGÃO: 35- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS  
UNIDADE: 01- - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS  
PROJETO ATIVIDADE: 1.028-Reequipamento da Assistência Social do Município  
Elemento de despesa: 12- 4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000  
000- aplicações diretas R\$ 680,00

ÓRGÃO: 35- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS  
UNIDADE: 01- - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE

**CAMPOS NOVOS**

PROJETO ATIVIDADE: 2.048-Manutenção do Fundo de Assistência Social

Elemento de despesa: 16- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000- aplicações diretas R\$ 44.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 17 de dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito Municipal e.e.

**LEI Nº. 4.106/14 DE 17/12/2014 ABRE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

LEI Nº 4.106/2014 DE 17/12/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Jairo Luft, Prefeito do Município de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do município, no exercício de 2014, no valor de R\$ 46.457,73 (quarenta e seis mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e setenta e três centavos), a ser aplicado na seguinte classificação orçamentária.

ÓRGÃO: 04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 12- DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

PROJETO ATIVIDADE: 2.013-Manutenção do departamento do ensino fundamental

Elemento de despesa: 184- 3.1.90.00.00.00.00.00.00.03.0000.00 0000- aplicações diretas R\$ 46.457,73

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 37- FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

UNIDADE: 02- CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS A TERCEIROS

PROJETO ATIVIDADE: 1.033-Financiamento e Empréstimo para construção e reforma de habitação

Elemento de despesa: 07- 4.5.90.00.00.00.00.00.00.03.0000.000 000- aplicações diretas R\$ 46.457,73

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos 17 de dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito Municipal e.e.

**LEI Nº. 4.107/2014 DE 17/12/2014 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA**

LEI Nº 4.107/2014 DE 17/12/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE.

Jairo Luft, Prefeito do Município de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento da Fundação Municipal de meio Ambiente, no valor de R\$ 2.596,00 (dois mil quinhentos e noventa e seis reais) no projeto/ atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 42- FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE-FUNDEMA

UNIDADE: 01- FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE-FUNDEMA

PROJETO ATIVIDADE: 2.083-manutenção da fundação municipal do meio ambiente - fundema

Elemento de despesa: 02- 3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000 000- aplicações diretas R\$ 2.596,60

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 42- FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE-FUNDEMA

UNIDADE: 01- FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE-FUNDEMA

PROJETO ATIVIDADE: 2.084- manutenção do Projeto de Educação Ambiental

Elemento de despesa: 05- 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000 000- aplicações diretas R\$ 1.800,00

ÓRGÃO: 42- FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE-FUNDEMA

UNIDADE: 01- FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE-FUNDEMA

PROJETO ATIVIDADE: 2.085-manutenção do Programa de Recuperação Ambiental

Elemento de despesa: 07- 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000 000- aplicações diretas R\$ 796,60

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 17 de dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito Municipal e.e.

**LEI Nº. 4.108/2014 DE 17/12/2014 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO**

LEI Nº 4.108/2014 DE 17/12/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO.

Jairo Luft, Prefeito do Município de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no valor de R\$ 191. 445,82 (cento e noventa e um mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e oitenta e dois centavos) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 40- FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO  
UNIDADE: 01- ADMIN. DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO  
PROJETO ATIVIDADE: 2.062-Manutenção da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanazio-Recursos Próprios  
Elemento de despesa: 10- 3.3.90.00.00.00.00.0601- aplicações diretas R\$ 5.007,61

ÓRGÃO: 40- FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO  
UNIDADE: 01- ADMIN. DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO  
PROJETO ATIVIDADE: 2.062- Manutenção da Fundação hospitalar Dr. Jose Athanazio- Recursos Próprios  
Elemento de despesa: 11- 3.3.90.00.00.00.00.0602- aplicações diretas R\$ 186.438,21

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 40- FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO  
UNIDADE: 01- ADMIN. DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO  
PROJETO ATIVIDADE: 1.042-Obras, Reformas e Ampliações na Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanazio  
Elemento de despesa: 02- 4.4.90.00.00.00.00.0601- aplicações diretas R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 40- FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO  
UNIDADE: 01- ADMIN. DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO  
PROJETO ATIVIDADE: 1.043-Reequipamento da Fundação hospitalar Dr. Jose Athanazio  
Elemento de despesa: 05- 4.4.90.00.00.00.00.0601- aplicações diretas R\$ 7.61

ÓRGÃO: 40- FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO  
UNIDADE: 01- ADMIN. DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO  
PROJETO ATIVIDADE: 0.008—Manutenção da Divida Fundada Interna da Fundação hospitalar Dr. Jose Athanazio  
Elemento de despesa: 01- 4.6.90.00.00.00.00.0602- aplicações diretas R\$ 43.938,50

ÓRGÃO: 40- FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO  
UNIDADE: 01- ADMIN. DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO  
PROJETO ATIVIDADE: 1.042—Obras, Reformas e Ampliações na Fundação hospitalar Dr. Jose Athanazio

Elemento de despesa: 03- 4.4.90.00.00.00.00.0602- aplicações diretas R\$ 75.163,71

ÓRGÃO: 40- FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO  
UNIDADE: 01- ADMIN. DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

PROJETO ATIVIDADE: 1.043—Reequipamento da Fundação hospitalar Dr. Jose Athanazio

Elemento de despesa: 06- 4.4.90.00.00.00.00.0602- aplicações diretas R\$ 67.336,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 17 de dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito Municipal e.e.

**LEI Nº. 4.109/14 DE 17/12/2014 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**

LEI Nº 4.109/2014 DE 17/12/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Jairo Luft, Prefeito do Município de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, no valor de R\$ 33.340,00 (trinta e três mil trezentos e quarenta reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

17.512.0036.1.040 - Obras, Reformas e Ampliação do Sistema de Esgoto e Tratamento de Resíduos  
4.4.90.00.00.00.00.0601 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 33.340,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da seguinte dotação Orçamentária do Orçamento do SAMAE:

17.512.0036.1.038 - Obras Ampliações e Reforma do sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água  
4.4.90.00.00.00.00.0601 - Aplicações Diretas ..... R\$ 33.340,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 17 de dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito Municipal e.e.

**LEI Nº. 4.110/14 DE 17/12/2014 AUTORIZA CONCESSÃO DE AUXÍLIO À ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

LEI Nº 4.110/14 DE 17/12/2014

AUTORIZA CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jairo Luft, Prefeito do Município de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a conceder auxílio financeiro à Associação Beneficente Lar João Didomenico, CNPJ 82.802.885/0001-07, no valor de R\$ 112.800,00 (cento e doze mil e oitocentos reais) para a manutenção das atividades da entidade durante o exercício de 2015.

Art. 2º. As despesas indicadas no artigo 1º serão satisfeitas através da seguinte rubrica orçamentária.

ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJ./ATIV.: MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ELEM. DE DESPESA: 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000000

VALOR: R\$ 112.800,00 (cento e doze mil e oitocentos reais)

Art. 3º. O valor mencionado no art. 1º será repassado mensalmente, dividido em 12 parcelas de R\$ 9.400,00 (nove mil e quatrocentos reais), a partir de janeiro de 2015.

Art. 4º. A entidade beneficiada deverá realizar a prestação de contas conforme o disposto na Instrução Normativa nº 003/SCI/2010, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento de cada uma das parcelas.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 17 de dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito Municipal e.e.

**LEI Nº. 4.111/14 DE 17/12/2014 AUTORIZA CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

LEI Nº 4.111/14 DE 17/12/2014

AUTORIZA CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jairo Luft, Prefeito do Município de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo, através do Fundo Municipal do Idoso, a conceder auxílio financeiro ao Fundo Municipal de Saúde, CNPJ 08.595.042/0001-24, no valor de R\$ 24.819,00 (vinte e quatro mil oitocentos e dezenove reais) para execução do projeto "Vivendo Melhor".

Art. 2º. As despesas indicadas no artigo 1º serão satisfeitas através da seguinte rubrica orçamentária.

ÓRGÃO: SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO

UNIDADE: FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

PROJ./ATIV.: 2.088 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

ELEM. DE DESPESA: 163 - 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0043.00 0000

VALOR: R\$ 24.819,00 (vinte e quatro mil oitocentos e dezenove reais)

Art. 3º. A entidade beneficiada deverá realizar a prestação de contas conforme o disposto na Instrução Normativa nº 003/SCI/2010, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 17 de dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito Municipal e.e.

**LEI Nº. 4.112/14 DE 17/12/2014 AUTORIZA CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

LEI Nº 4.112/14 DE 17/12/2014

AUTORIZA CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jairo Luft, Prefeito do Município de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro ao Centro de Tradições Gaúchas Velha Espora, inscrito no CNPJ sob nº 01.632.606/0001-02, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para a realização do 21º Rodeio Crioulo Nacional do CTG Velha Espora.

Art. 2º. As despesas indicadas no artigo 1º serão satisfeitas através de rubrica orçamentária consignada no orçamento do exercício de 2015.

Art. 3º. A entidade beneficiada deverá realizar a prestação de contas conforme o disposto na Instrução Normativa nº 003/SCI/2010, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 17 de dezembro de 2014.

Jairo Luft

Prefeito Municipal e.e.

**LEI Nº. 4.113/14 DE 17/12/2014 AUTORIZA CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

LEI Nº 4.113/14 DE 17/12/2014

AUTORIZA CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jairo Luft, Prefeito do Município de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro ao Centro de Tradições Gaúchas Mágoa de Boiadeiro, inscrito no CNPJ sob nº 95.994.976/0001-33, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para a realização do 53º Rodeio Crioulo Interestadual do CTG Mágoa de Boiadeiro.

Art. 2º. As despesas indicadas no artigo 1º serão satisfeitas através de rubrica orçamentária consignada no orçamento do exercício de 2015.

Art. 3º. A entidade beneficiada deverá realizar a prestação de contas conforme o disposto na Instrução Normativa nº 003/SCI/2010, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 17 de dezembro de 2014.  
Jairo Luft  
Prefeito Municipal e.e.

### **LEI Nº. 4.114/14 DE 17/12/2014 AUTORIZA A EXTINÇÃO DE ENFITEUSE DO IMÓVEL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

LEI 4.114/2014 DE 17/12/2014

AUTORIZA A EXTINÇÃO DE ENFITEUSE DO IMÓVEL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jairo Luft, Prefeito do Município de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o município de Campos Novos a extinguir a enfiteuse referente às Cartas De Aforamento nº 963 e 1237, expedidas respectivamente, em 16 de abril e 03 de novembro de 1961, consolidando a propriedade do imóvel em favor do enfiteuta Ivo Tessaro e Henrique Rodrigues de Almeida.

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar escritura pública de resgate de aforamento, mediante averbação na respectiva matrícula/carta de ordem.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 17 de dezembro de 2014.  
Jairo Luft  
Prefeito Municipal e.e.

### **LEI Nº. 4.115/2014 DE 17/12/2014 AUTORIZA ADQUIRIR IMÓVEL URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

LEI Nº 4.115/2014 DE 17/12/2014

AUTORIZA ADQUIRIR IMÓVEL URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jairo Luft, Prefeito do Município de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a adquirir de Imobiliária Mais Nova Casa Ltda. ME um terreno urbano na cidade de Campos Novos, Bairro Aparecida, com área de 600,00 m² (seiscentos metros quadrados), matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 18.716, nele edificado uma casa de alvenaria com área construída de aproximadamente 85,00m² (oitenta e cinco metros quadrados), ainda não averbada, possuindo as seguintes confrontações:

Norte: com a Escola Básica Santa Julia Biliart, em 40,00 metros;  
Sul: com Antônio Rodrigues de Souza, em 40,00 metros;  
Leste: Com a Rua Coração de Maria, em 15,00 metros;  
Oeste: Com Ines Debastiani, em 15,00 metros.

Art. 2º - O valor da aquisição será de R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais) a ser pago em uma única parcela no ato da lavratura da escritura pública de compra e venda.

Art. 3º - O imóvel destinar-se-á à ampliação da Escola Santa Júlia Biliart, localizada no Bairro Aparecida.

Art. 4º - Os encargos decorrentes desta Lei serão suportados pela dotação orçamentária do exercício de 2015.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, 17 de dezembro de 2014.  
Jairo Luft  
Prefeito Municipal e.e.

### **LEI Nº. 4.116/14 DE 17/12/2014 CRIA E DENOMINA BEM PÚBLICO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

LEI Nº 4.116/14 DE 17/12/2014

CRIA E DENOMINA BEM PÚBLICO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jairo Luft, Prefeito do Município de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica criada a Unidade de Educação Infantil localizada no Assentamento 30 de outubro, anexa à Escola Isolada Municipal Padre Jósimo Moraes Tavares e denominada de "CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL CAMPO FELIZ".

Art. 2º. A Unidade Educacional mencionada no artigo 1º fica administrativamente subordinada a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta lei serão suportadas por dotações consignadas em rubricas próprias no orçamento do município.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Campos Novos, 17 de dezembro de 2014.  
Jairo Luft  
Prefeito Municipal e.e.

**PORTARIA Nº 1626/14**

PORTARIA Nº 1626/14 de 08/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ADELIR SURDI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ADELIR SURDI do cargo de AUXILIAR DE OBRAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 01 de dezembro de 2014.

**C O M U N I Q U E - S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 08 de Dezembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1627/14**

PORTARIA Nº 1627/14 de 08/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) CELIO DE JESUS PADILHA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) CELIO DE JESUS PADILHA do cargo de MOTORISTA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 01 de dezembro de 2014.

**C O M U N I Q U E - S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 08 de Dezembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1628/14**

PORTARIA Nº 1627/14 de 08/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) CELIO DE JESUS PADILHA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) CELIO DE JESUS PADILHA do cargo de MOTORISTA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 01 de dezembro de 2014.

**C O M U N I Q U E - S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 08 de Dezembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1629/14**

PORTARIA Nº 1629/14 de 08/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) IVANOR QUINTILIO DALABRIDA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) IVANOR QUINTILIO DALABRIDA do cargo de MOTORISTA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 01 de dezembro de 2014.

**C O M U N I Q U E - S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 08 de Dezembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1630/14**

PORTARIA Nº 1630/14 de 08/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) JOAQUIM EDEZIO VARELA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) JOAQUIM EDEZIO VARELA do cargo de OPERADOR DE MAQUINAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 01 de dezembro de 2014.

**C O M U N I Q U E - S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 08 de Dezembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1631/14**

PORTARIA Nº 1631/14 de 08/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) MARIA LUIZA PEREIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) MARIA LUIZA PEREIRA do cargo de GARI. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 01 de dezembro de 2014.

**C O M U N I Q U E - S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 08 de Dezembro de 2014.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1632/14**

PORTARIA Nº 1632/14 de 08/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ABREU WIATTER ANTUNES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ABREU WIATTER ANTUNES do cargo de GERENTE EXECUTIVO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 01 de dezembro de 2014.

**C O M U N I Q U E - S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 08 de Dezembro de 2014.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1633/14**

PORTARIA Nº 1633/14 de 08/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ADELINO PAULO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ADELINO PAULO do cargo de COORDENADOR DE ATIVIDADE OPERACIONAL. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 01 de dezembro de 2014.

**C O M U N I Q U E - S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 08 de Dezembro de 2014.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1634/14**

PORTARIA Nº 1634/14 de 08/12/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) SERGIO AGOSTINHO GONÇALVES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) SERGIO AGOSTINHO GONÇALVES do cargo de AUXILIAR DE OBRAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E - S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 08 de Dezembro de 2014.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**Canelinha****PREFEITURA****EXTRATO CONTRATOS Nº 231/2014 E 232/2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA.

CONTRATO Nº 231/2014. Contrato Administrativo de SERVIÇOS GRÁFICOS. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: DOB COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços gráficos para confecção de diversos materiais para manutenção das atividades da vigilância epidemiológica e sanitária, visando à informação e prevenção de doenças a comunidade, conforme especificações e quantidades descritas no anexo II do Edital do Processo de Licitação nº 107/2014, Pregão Presencial nº. 80/2014 (processo nº 31/2014, licitação nº 28/2014-PR), que fica fazendo parte deste contrato. VALOR: R\$-13.208,00 (treze mil duzentos e oito reais). FONTE DO RECURSO: 3.3.90.39.63.00.00.00.02.0066 (020) Aplicação Direta. VIGÊNCIA: O presente Contrato terá duração até 31 de dezembro de 2014, contados a partir da entrega da proposta, podendo ser prorrogado nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, desde que previsto crédito orçamentário específico para o exercício posterior. Canelinha/SC., 15 de dezembro de 2014. JOÃO BATISTA ARES - SECRETÁRIO DE SAÚDE.

CONTRATO Nº 232/2014. Contrato Administrativo de FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: AUTO POSTO TEQUINHO LTDA. OBJETO: O presente contrato tem por objeto o fornecimento de 4.000 (quatro mil) litros de combustível automotivo do tipo gasolina comum, para consumo da frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde de Canelinha, no exercício 2014, conforme descrito no anexo II do Edital do Processo de Licitação nº 108/2014, Pregão Presencial nº. 81/2014 (processo nº 32/2014, licitação nº 29/2014-PR), que fica fazendo parte deste contrato. VALOR: R\$-11.600,00 (onze mil e seiscentos reais). FONTE DO RECURSO: 3.3.90.39.63.00.00.00.02.0066 (020) Aplicação Direta. VIGÊNCIA: O presente Contrato terá duração até 31 de dezembro de 2014, contados a partir da entrega da proposta, podendo ser prorrogado nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, desde que previsto crédito orçamentário específico para o exercício posterior.

Canelinha/SC., 16 de dezembro de 2014.  
JOÃO BATISTA ARES  
SECRETÁRIO DE SAÚDE.

**Canoinhas****PREFEITURA****PUBLICAÇÃO DA ANULAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 30/2014**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMS 46/2014  
PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 30/2014  
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas/Presidente do Fundo Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, torna público a anulação do Pregão Presencial n.º FMS 30/2014, que tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR TREINAMENTO DE MAPEAMENTO INTELIGENTE PARA OS PROFISSIONAIS DAS EQUIPES DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Motivo: Licitação Fracassada. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA. Informações de Segunda a Sexta-feira, período das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 15h30min, fone (47) 321-7705.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito/ Presidente do Fundo

**PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 28/2014**

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/14  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 218/14  
HOMOLOGAÇÃO: 19/12/14  
CONTRATADO: ELUIR JOÃO PACHECO 97308439968  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE DIVERSOS SHOWS, PARA APRESENTAÇÃO DURANTE AS FESTIVIDADES DO NATAL FELIZ 2014, A SE REALIZAREM NAS DATAS DE 20 E 21 DE DEZEMBRO DE 2014.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.150,00 (seis mil cento e cinquenta reais)  
FUNDAMENTO: Art. 25, inciso III da Lei de Licitações.  
DATA: 19/12/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/14  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 218/14  
HOMOLOGAÇÃO: 19/12/14  
CONTRATADO: RICARDO JOSÉ CABRAL DA ROSA CONTRATANTE:  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE DIVERSOS SHOWS, PARA APRESENTAÇÃO DURANTE AS FESTIVIDADES DO NATAL FELIZ 2014, A SE REALIZAREM NAS DATAS DE 20 E 21 DE DEZEMBRO DE 2014.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.850,00 (cinco mil oitocentos e cinquenta reais)  
FUNDAMENTO: Art. 25, inciso III da Lei de Licitações.  
DATA: 19/12/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° PMC 19/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 1/12

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 199/2014      Licitação: 19/2014 - CC      Data da Homologação:</b>									
<b>Fornecedor: 6099 - EUGENIO STEIDEL</b>									
2	133	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTANEO	aurora	KG	8.340,000	0,0000	14,6900	122.514,60	Venceu
8	88	FÓRMULA INFAN. C/AMINOÁCIDOS LIVRES P/ LACTENTES ATÉ 1 ANO	neocate	LAT	520,000	0,0000	239,0000	124.280,00	Venceu
11	52	LEITE DE SOJA INSTANTANEO, SOYMILKE ÔMEGA, SEM AÇÚCAR E SEM	soymilke	LAT	600,000	0,0000	22,9500	13.770,00	Venceu
12	90	ALIMENTO 0 % LACTOSE (TIPO IOGURTE OU BEBIDA LÁCTEA).	supra soy	UN	700,000	0,0000	23,8000	16.660,00	Venceu
23	547	FÉCULA DE BATATA	yoki	KG	250,000	0,0000	21,8900	5.472,50	Venceu
44	594	CRAVO DA ÍNDIA EM PÓ 40G	incas	PCT	629,000	0,0000	3,5900	2.258,11	Venceu
50	318	QUEIJO RALADO, TIPO PARMESÃO COM 50 GRAMAS	parmezzo	PCT	2.070,000	0,0000	2,2900	4.740,30	Venceu
57	599	CREME VEGETAL C/SAL S/ LEITE	prime	KG	1.480,000	0,0000	5,4900	8.125,20	Venceu
89	617	BISCOITO DOCE INTEGRAL, SEM AÇÚCAR REFINADO TIPO COOKIES	jasmine	UN	495,000	0,0000	3,9800	1.970,10	Venceu
95	623	ROSQUINHA DE POLVILHO AZEDO, SEM GLUTEN EMB. 100 A 400G.	zagonel	KG	375,000	0,0000	10,0000	3.750,00	Venceu
115	643	CEREAL EM BARRA SABOR FRUTAS DE 22 A 25G S/ CHOCOLATE	parati	UN	2.720,000	0,0000	0,7300	1.985,60	Venceu
116	644	CEREAL EM BARRA SABORES DIVERSO DE 22 A 25G C/ COBERTURA	parati	UN	13.170,000	0,0000	0,7300	9.614,10	Venceu
120	646	SUCO PRONTO DIET C/ POLPA DE FRUTA SABORES DIVERSOS	yakut	CXA	225,000	0,0000	4,5800	1.030,50	Venceu
122	100	BEBIDA PRONTA A BASE DE SOJA SABOR CHOCOLATE CXA 200ML	ades	CXA	1.350,000	0,0000	1,9800	2.673,00	Venceu
130	505	CARNE MOIDA CONGELADA DE BOVINO, COM MODERADO TEOR DE GORD	mastercarnes	KG	6.200,000	0,0000	8,1900	50.778,00	Venceu
133	423	SALSICHA TIPO VINA, RESFRIADA, ACONDICIONADO EM EMBALAGENS	peperi	KG	4.340,000	0,0000	3,9400	17.099,60	Venceu
134	656	QUEIJO MUSSARELA PACOTE 200G	lactofrios	KG	4.610,000	0,0000	16,4500	75.834,50	Venceu
195	738	SUCO CONCENTRADO, DIVERSOS SABORES FRASCO COM 500ML	da fruta	FRS	1.590,000	0,0000	4,1400	6.582,60	Venceu
196	26884	PÓ PARA PREPARO DE GELATINA DIET	bretezk	PCT	300,000	0,0000	2,2900	687,00	Venceu
210	760	MANGERONA EM FLOCOS, EMBALAGENS PLÁSTICAS DE 10 GRAMAS	hortasabor	PCT	3,000	0,0000	1,7000	5,10	Venceu
216	26890	CAIXA DE BOMBOM - TIPO BIS	marilan	CXA	805,000	0,0000	3,4900	2.809,45	Venceu
223	815	LEITE CONDENSADO DIET 395GR, CAIXA OU LATA.	delakasa	CXA	200,000	0,0000	11,6000	2.320,00	Venceu
233	793	REFRIGERANTE DIET 2 LITROS	kuat	UN	245,000	0,0000	3,9900	977,55	Venceu
245	804	CHUMBINHO DE PRATA 40 GRAMAS	incas	UN	15,000	0,0000	1,6900	25,35	Venceu
249	21763	EMUSTAB	selecta	POTE	140,000	0,0000	4,5900	642,60	Venceu
255	26896	SUCO CONCENTRADO DIET - DIVERSOS SABORES - FRASCO 500ML	da fruta	FRS	150,000	0,0000	10,1000	1.515,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 2/12

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 199/2014									
Fornecedor: 6099 - EUGENIO STEIDEL									
Licitação: 19/2014 - CC									
Data da Homologação:									
268	506	CARNE SUÍNA COM OSSO E PELE (PERNIL) TEMPERADO, EMB. PLAST.	pamplona	KG	400,000	0,0000	9,7800	3.912,00	Venceu
273	26898	SUSPIRO EM BARRA - CAIXA COM 50 UNIDADES	nborn	CXA	113,000	0,0000	13,9500	1.576,35	Venceu
274	26899	PERU CONGELADO 4KG	sadia	UN	12,000	0,0000	62,4500	749,40	Venceu
282	21465	SORVETE SECO CAIXA COM 50 UND	nborn	CXA	52,000	0,0000	14,9800	778,96	Venceu
287	818	FEIJÃO DE COR EMB 1KG	caldao	PCT	103,000	0,0000	5,5800	574,74	Venceu
313	827	QUEIJO RALADO PCT 500 GRAMAS	parmezzo	PCT	316,000	0,0000	13,2000	4.171,20	Venceu
314	11798	SAL GROSSO PCT C/ 500G	diana	PCT	161,000	0,0000	1,5400	247,94	Venceu
315	828	SUPER LIGA PARA SORVETE 100GR	selecta	POTE	20,000	0,0000	3,1000	62,00	Venceu
319	90	ALIMENTO 0 % LACTOSE (TIPO IOGURTE OU BEBIDA LÁCTEA).	tirol	UN	450,000	0,0000	5,7500	2.587,50	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			492.780,85	
Nr. do Processo: 199/2014									
Fornecedor: 9561 - FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA									
Licitação: 19/2014 - CC									
Data da Homologação:									
142	662	ABACATE MANTEIGA	IN NATURA	KG	3.700,000	0,0000	2,7200	10.064,00	Venceu
143	26874	ABACAXI - FRUTA	IN NATURA	KG	1.850,000	0,0000	1,8800	3.478,00	Venceu
144	766	BANANA COMUM	IN NATURA	KG	40.980,000	0,0000	0,8800	36.062,40	Venceu
145	663	BANANA PRATA	IN NATURA	KG	900,000	0,0000	1,3300	1.197,00	Venceu
148	665	GOIABA	IN NATURA	KG	480,000	0,0000	3,1800	1.526,40	Venceu
149	76	LARANJA PERA	IN NATURA	KG	17.440,000	0,0000	0,8500	14.824,00	Venceu
152	337	MAMAO FORMOSA	IN NATURA	KG	19.770,000	0,0000	1,7800	35.190,60	Venceu
153	217	MANGA	IN NATURA	KG	16.220,000	0,0000	1,7400	28.222,80	Venceu
157	26875	ABOBRINHA VERDE - VERDURA	IN NATURA	KG	2.480,000	0,0000	1,5400	3.819,20	Venceu
158	471	BATATA INGLESA LAVADA.	IN NATURA	KG	8.600,000	0,0000	1,0700	9.202,00	Venceu
159	686	BETERRABA LAVADA	IN NATURA	KG	3.760,000	0,0000	0,9300	3.496,80	Venceu
160	670	CEBOLA NACIONAL EMB. DE 1 A 5KG	IN NATURA	KG	5.596,000	0,0000	1,3700	7.666,52	Venceu
161	55	CENOURA	IN NATURA	KG	3.526,000	0,0000	0,8600	3.032,36	Venceu
163	54	TOMATE - IN NATURA	IN NATURA	KG	6.336,000	0,0000	1,5800	10.010,88	Venceu
164	375	ACELGA	IN NATURA	UN	1.464,000	0,0000	1,5900	2.327,76	Venceu
165	671	ALFACE AMERICANA	IN NATURA	UN	4.730,000	0,0000	0,7900	3.736,70	Venceu
167	332	BROCOLIS.	IN NATURA	UN	1.550,000	0,0000	1,5000	2.325,00	Venceu
168	26877	COUVE-FLOR - VERDURA	IN NATURA	UN	1.482,000	0,0000	1,7300	2.563,86	Venceu
169	271	REPOLHO VERDE (UN)	IN NATURA	UN	2.302,000	0,0000	0,9300	2.140,86	Venceu
222	377	KIWI	IN NATURA	KG	255,000	0,0000	4,9800	1.269,90	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 3/12

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 199/2014      Licitação: 19/2014 - CC									
Fornecedor: 9561      - FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA									
225	23153	COUVE MANTEIGA	IN NATURA	UN	550,000	0,0000	0,8300	456,50	Venceu
226	788	MAÇO DE SALSINHA	IN NATURA	MAÇ	745,000	0,0000	0,9000	670,50	Venceu
244	787	MAÇO DE CEBOLINHA	IN NATURA	MAÇ	500,000	0,0000	0,9000	450,00	Venceu
262	674	AMEIXA PRETA		KG	138,000	0,0000	5,5000	759,00	Venceu
280	515	BANANA CATURRA - IN NATURA	IN NATURA	KG	260,000	0,0000	0,8800	228,80	Venceu
281	755	UVA, CACHOS FIRMES	IN NATURA	KG	80,000	0,0000	6,3200	505,60	Venceu
283	481	PERA NACIONAL	IN NATURA	KG	250,000	0,0000	2,8700	717,50	Venceu
288	685	LIMÃO COMUM	IN NATURA	KG	303,000	0,0000	1,8700	566,61	Venceu
291	820	BATATA SALS - IN NATURA	IN NATURA	KG	270,000	0,0000	3,3200	896,40	Venceu
293	516	PIMENTAO VERMELHO	IN NATURA	KG	235,000	0,0000	5,3900	1.266,65	Venceu
294	517	PIMENTAO AMARELO	IN NATURA	KG	185,000	0,0000	5,3900	997,15	Venceu
295	518	PIMENTAO VERDE	IN NATURA	KG	195,000	0,0000	3,1600	616,20	Venceu
296	519	MANDIOCA (AIMPIM) IN NATURA COM CASCA	IN NATURA	KG	270,000	0,0000	1,8900	510,30	Venceu
301	539	PÊSSEGO IN NATURA	IN NATURA	KG	205,000	0,0000	3,8700	793,35	Venceu
Total do Fornecedor ----->					147.607,000			191.591,60	

Nr. do Processo: 199/2014      Licitação: 19/2014 - CC

Fornecedor: 1176      - SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA

Data da Homologação:

22	546	FARINHA DE ARROZ	URBANO	KG	240,000	0,0000	3,1000	744,00	Venceu
34	316	COCO RALADO DESIDRATADO COM 100 GRAMAS	UNICOCO	PCT	2.836,000	0,0000	1,9800	5.615,28	Venceu
47	596	ESSENCIA DE BAUNILHA LÍQUIDA 30ML	ARCOLOR	VD	792,000	0,0000	2,4500	1.940,40	Venceu
48	410	CHÁ MATE DESIDRATADO C/ EMBALAGENS PLÁSTICAS, DEVIDAMENTE	MATINE	KG	1.493,000	0,0000	5,1800	7.733,74	Venceu
49	445	SAGU TIPO 1, EMBALAGEM EM PACOTES PLÁSTICOS COM 0,5 KG.	PRATA	KG	1.943,000	0,0000	4,3500	8.452,05	Venceu
56	21762	MARGARINA COM SAL	MESA	KG	579,000	0,0000	3,8000	2.200,20	Venceu
65	604	FEIJAO CARIOCA TIPO 1 EMB 1KG	SITIO CERCADO	KG	710,000	0,0000	3,2000	2.272,00	Venceu
70	608	ERVILHA PARTIDA EMB 500G	JANDIRA	KG	250,000	0,0000	7,8000	1.950,00	Venceu
72	389	FLOCOS DE MILHO AÇUCARADOS, EMBALAGENS DE 1,0 KG.	GOLD FLAKES	KG	3.664,000	0,0000	6,3000	23.083,20	Venceu
74	573	GRANOLA TRADICIONAL, COM AVEIA FLOCOS, GERMEM DE TRIGO, FLOC	MOIMA	KG	1.884,000	0,0000	12,3000	23.173,20	Venceu
76	92	SEMENTE DE GERGELIM BRANCO EMB. 200G A 1KG	JANDIRA	KG	60,000	0,0000	24,5000	1.470,00	Venceu
94	622	ROSQUINHA SABOR CHOCOLATE EMB. 0,2 A 1KG	PRODASA	KG	3.535,000	0,0000	5,3500	18.912,25	Venceu
98	626	BISCOITO DE MEL C/ GLACÊ (BCO) EMB 0,2 A 1KG	NINFA	KG	4.010,000	0,0000	7,5800	30.395,80	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 4/12

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 199/2014      Licitação: 19/2014 - CC Fornecedor: 11176 - SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA      Data da Homologação:									
99	629	PÃO INTEGRAL FATIADO EMBALADO E ROTULADO EMB. DE 300G	NINO	KG	580,000	0,0000	4,6000	2.668,00	Venceu
100	245	PÃO PARA CACHORRO QUENTE, PACOTE COM 10 UNIDADES	NINO	PCT	2.085,000	0,0000	3,5000	7.297,50	Venceu
106	637	MACARRÃO C/ OVOS TIPO PENNE EMB 0,5 A 1KG	TIBAGI	KG	1.790,000	0,0000	2,9800	5.334,20	Venceu
107	638	PARAFUSO EMB. 0,5 A 1KG	URBANO	KG	150,000	0,0000	4,8000	720,00	Venceu
124	765	ADOÇANTE LÍQUIDO COMPOSTO 100% EDUCOLORANTE NATURAL	STEVIA	FRS	203,000	0,0000	10,5000	2.131,50	Venceu
125	101	SOBRECOXA DE FRANGO COM OSSO CONGELADA	CANÇÃO	KG	13.395,000	0,0000	4,5700	61.215,15	Venceu
136	102	APRESUNTADO FATIADO RESFRIADO EMB. 1KG A 2,5KG	FRICASA	KG	3.573,000	0,0000	13,5700	48.485,61	Venceu
140	566	LEITE FERMENTADO DESNATADO ADOÇADO SABOR NATURAL	ROMANHA	CXA	9.450,000	0,0000	0,5900	5.575,50	Venceu
150	479	LARANJA LIMA.	CEASA	KG	2.790,000	0,0000	2,8000	7.812,00	Venceu
151	679	MAÇA VERMELHA	CEASA	KG	32.750,000	0,0000	1,6000	52.400,00	Venceu
170	36103	FILTRO PARA CAFÉ Nº 103 COM 30 UNIDADES	BRIGGITA	CXA	526,000	0,0000	1,9500	1.025,70	Venceu
189	733	MASSA DE PASTEL CORTADAS EM CÍRCULOS PCT COM 400 GRAMAS	ROMANHA	PCT	250,000	0,0000	3,4900	872,50	Venceu
190	26882	MASSA PARA PASTEL GRANDE - 800GR	ROMANHA	PCT	70,000	0,0000	6,6000	462,00	Venceu
198	742	SACHES DE TEMPEROS EMB. CONTENDO 12 SACHES CADA	MAGGI	PCT	195,000	0,0000	2,3000	448,50	Venceu
204	106	CONDIMENTO PARA BISCOITO		PCT	26,000	0,0000	3,9000	101,40	Venceu
214	11547	CAIXA DE BOMBOM	GAROTO	CXA	1.560,000	0,0000	7,4800	11.668,80	Venceu
Total do Fornecedor ----->								336.160,48	

Nr. do Processo: 199/2014      Licitação: 19/2014 - CC Fornecedor: 14027 - MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA      Data da Homologação:									
6	581	FORMULA INFANTIL S/ LACTOSE P/ LACTENTES.	NAN SL/NESTLÉ	LAT	650,000	0,0000	12,4800	8.112,00	Venceu
13	381	FORMULA INFANTIL A BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA	NAN SOY/NESTLÉ	LAT	550,000	0,0000	10,8600	5.973,00	Venceu
14	173	FORMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTENTES - 0 A 6 MESES 400G	NAN ARNESTLÉ	LAT	600,000	0,0000	7,1000	4.260,00	Venceu
15	173	FORMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTENTES - 0 A 6 MESES 400G	NESTOGENO1/M	LAT	750,000	0,0000	6,2900	4.717,50	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 5/12

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 199/2014      Licitação: 19/2014 - CC</b>									
<b>Fornecedor: 14027 - MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA</b>									
16	269	FÓRMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTENTES - 6 A 12 MESES	NESTOGENO 2/M	LAT	850,000	0,0000	5,6400	4.794,00	Venceu
<b>Total do Fornecedor -----&gt;</b>								27.856,50	
<b>Nr. do Processo: 199/2014      Licitação: 19/2014 - CC</b>									
<b>Fornecedor: 16058 - REI DAS EMBALAGENS LTDA</b>									
1	138	AÇÚCAR REFINADO	ALTO ALEGRE	KG	9.160,000	0,0000	1,5600	14.289,60	Venceu
3	169	LEITE LOGA VIDA INTEGRAL , EMBALAGEM TETRAPAK C/ 01 LITRO	POLLY	LT	6.558,000	0,0000	1,9000	12.460,20	Venceu
4	461	LEITE SEMI-DESNATADO, EM EMBALAGENS CARTONADAS TIPO LONGA VI	POLLY	LT	1.050,000	0,0000	1,9000	1.995,00	Venceu
5	579	LEITE LONGA VIDA C/ BAIXO TEOR DE LACTOSE.	PIA	LT	1.450,000	0,0000	3,2800	4.756,00	Venceu
17	808	CEREAL INFANTIL, C/ VITAMINAS, SAIS MINERAIS (TIPO MUCILON)	NUTRILON	KG	257,000	0,0000	12,0200	3.089,14	Venceu
20	66	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL	AURIVERDE	KG	8.340,000	0,0000	1,5300	12.760,20	Venceu
25	399	FUBÁ DE MILHO ENRIQUECIDO COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO	NEGA MALUCA	KG	820,000	0,0000	0,9700	795,40	Venceu
26	764	FLOCOS DE MILHO PRÉ COZIDO, TIPO POLENTINA	FLOCARINA	KG	2.658,000	0,0000	1,2900	3.428,82	Venceu
28	522	FARINHA PARA QUIBE, PACOTE COM 500 GRAMAS	ELDORADO	KG	1.342,000	0,0000	3,2900	4.415,18	Venceu
35	770	GELATINA, SABORES DIVERSOS EM KG.	PONTALLI	KG	1.147,000	0,0000	4,7600	5.459,72	Venceu
36	771	GELATINA DIET, PACOTES/CAIXAS DE 12 GRAMAS DE PÓ.	LOWÇUCAR	PCT	350,000	0,0000	1,1400	399,00	Venceu
37	268	PÓ PARA O PREPARO DE PUDIM COM LEITE, SABOR MORANGO	PONTALI	KG	1.460,000	0,0000	5,4400	7.942,40	Venceu
38	439	PÓ PARA PREPARO DE PUDIM DE CHOCOLATE COM LEITE, EMBALAGENS	PONTALI	KG	1.905,000	0,0000	5,8100	11.068,05	Venceu
39	26870	PÓ PARA PUDIM COM LEITE, SABOR BAUNILHA	PONTALI	KG	1.400,000	0,0000	5,4900	7.686,00	Venceu
40	26871	PÓ PARA PUDIM COM LEITE, SABOR COCO	PONTALI	KG	847,000	0,0000	5,3500	4.531,45	Venceu
41	590	PÓ P/ PREPARO DE PUDIM S/ LEITE 50G SABORES DIVERSOS	NEILAR	PCT	1.120,000	0,0000	0,5500	616,00	Venceu
42	592	PÓ P/ PREPARO DE PUDIM S/ LEITE, DIET, S/ AÇÚCAR REFINADO 25	LOWÇUCAR	PCT	350,000	0,0000	1,1400	399,00	Venceu
51	597	CREME DE LEITE 200G UHT HOMOGENEIZADO.	POLLY	CXA	2.143,000	0,0000	1,1600	2.485,88	Venceu
52	320	LEITE CONDENSADO, COM 395 GRAMAS	POLLY	CXA	1.953,000	0,0000	2,3400	4.570,02	Venceu
53	19862	DOCE DE FRUTAS	AUREA	KG	945,000	0,0000	4,1500	3.921,75	Venceu
55	726	GOIABADA DE 300 A 1KG	PREDILECTA	KG	272,000	0,0000	4,0800	1.109,76	Venceu
60	255	EXTRATO DE TOMATE 850 Gr.	QUERO	CXA	4.737,000	0,0000	3,8500	18.237,45	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 6/12

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descsto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 199/2014      Licitação: 19/2014 - CC      Data da Homologação:									
Fornecedor: 16058 - REI DAS EMBALAGENS LTDA									
62	408	ERVILHA EM CONSERVA, C/ RECEPIENTES DE LATA OU CAIXA 200 GR	PREDILECTA	CXA	5.611,000	0,0000	1,0800	6.059,88	Venceu
63	265	MILHO VERDE LATA COM 200 GR.	PREDILECTA	LAT	6.829,000	0,0000	1,0800	7.375,32	Venceu
67	258	MILHO PARA PIPOCA PACOTES COM 500 Gr. TIPO I	ELDORADO	KG	545,000	0,0000	3,2900	1.793,05	Venceu
68	305	MILHO PARA CANJICA TIPO 1, BRANCA, EMBALAGEM 500 GRAMAS	ELDORADO	KG	2.970,000	0,0000	3,2900	9.771,30	Venceu
69	7449	GRÃO DE BICO	PINDUCA	KG	467,000	0,0000	6,2100	2.900,07	Venceu
78	93	FARINHA DE AVEIA EMB. DE 250 A 500 GRAMAS	RED MILLS	KG	1.251,000	0,0000	4,7100	5.892,21	Venceu
83	274	ÓLEO DE SOJA REFINADO, C/ 900 ML	COAMO	FRS	6.796,000	0,0000	2,5900	17.599,05	Venceu
84	96	ATUM RALADO OU EM PEDAÇO EM ÓLEO COMESTÍVEL EMB 170G	PESCADOR	LAT	1.075,000	0,0000	3,3300	3.579,75	Venceu
85	616	SARDINHA AO NATURAL EMB 830G PESO LIQ. E 500G PESO DRENADO	PESCADOR	LAT	1.776,000	0,0000	6,8700	12.201,12	Venceu
86	97	SARDINHA EM ÓLEO COMESTÍVEL EMB. 125 GRAMAS	PESCADOR	LAT	2.640,000	0,0000	1,9600	5.174,40	Venceu
90	618	BISCOITO SALGADO INTEGRAL EMB. INTEGRA DUPLA DE 150G A 1KG	TODESCHINI	KG	995,000	0,0000	4,7100	4.686,45	Venceu
91	27	BISCOITO SALGADO (TIPO CREAM CRACKER)	TODESCHINI	KG	2.910,000	0,0000	4,7100	13.706,10	Venceu
92	619	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA EMB. INTEGRA DUPLA 0,2 A 1KG	TODESCHINI	KG	2.905,000	0,0000	4,1100	11.939,55	Venceu
93	621	ROSQUINHA SABOR COCO EMB. 0,2 A 1KG	TODESCHINI	KG	3.275,000	0,0000	4,3800	14.344,50	Venceu
101	568	BOLINHO PRONTO COBERTO OU RECHEADO DE CHOCOLATE COM 40 G	BAUDUCCO	UN	13.590,000	0,0000	0,7100	9.648,90	Venceu
104	19	MACARRÃO COM OVOS TIPO PARAFUSO	PRIMORI	KG	2.220,000	0,0000	2,5200	5.594,40	Venceu
105	636	MACARRÃO C/ OVOS TIPO GRAVATA EMB 0,5 A 1KG	RENATA	KG	1.720,000	0,0000	4,0700	7.000,40	Venceu
108	639	MACARRÃO INTEGRAL TIPO PENNE OU GRAVATA OU PARAFUSO EMB.	PRIMORI	KG	780,000	0,0000	2,9900	2.332,20	Venceu
109	640	MACARRÃO C/ OVOS TIPO ALETRIA, NINHO OU CABELO DE ANJO EMB.	TODESCHINI	KG	1.750,000	0,0000	3,4700	6.072,50	Venceu
110	641	MACARRÃO C/ OVOS TIPO LETRINHA EMB DE 0,5 A 1KG	PRIMORI	KG	370,000	0,0000	2,5200	932,40	Venceu
112	325	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO, COM 250 GRAMAS	TRISANTI	LAT	1.090,000	0,0000	2,3600	2.572,40	Venceu
113	354	PETIT SUISSE C/ POLPA DE MORANGO BANDEJA DE 360GR 8 UN	P/IA	BAN	1.100,000	0,0000	3,0600	3.366,00	Venceu
114	642	CEREAL EM BARRA SABOR BRIGADEIRO DE 22 A 25G	ITTER	UN	13.215,000	0,0000	0,7800	10.307,70	Venceu
117	645	CEREAL EM BARRA DIET DE 22 A 25G S/ ADIÇÃO DE AÇÚCAR REFINAD	NUTRY	UN	470,000	0,0000	1,1900	559,30	Venceu
119	535	SUCO PRONTO COM POLPA DE FRUTAS DIVERSOS SABORES 200 ML.	NUTRINECTAR	CXA	18.400,000	0,0000	0,9500	17.480,00	Venceu
123	392	BEBIDA PRONTA A BASE DE SOJA SABOR ABACAXI, EMBALAGENS	SUFRESH	CXA	1.470,000	0,0000	1,0500	1.543,50	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 7/12

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 199/2014 Fornecedor: 16058 - REI DAS EMBALAGENS LTDA									
Licitação: 19/2014 - CC									
Data da Homologação:									
146	666	CAQUI CAFÉ OU CHOCOLATE	CEASA	KG	1.785,000	0,0000	3,1400	5.604,90	Venceu
171	7088	CAFE COM 500 GR	MANHA	PCT	3.290,000	0,0000	4,5900	15.101,10	Venceu
173	489	ARROZ BRANCO, TIPO 1, PACOTE COM 05 KG.	RAMPINELLI	PCT	1.181,000	0,0000	10,0000	11.810,00	Venceu
182	452	MACARRÃO C/ OVOS TIPO ESPAGUETE, EM EMBALAGENS PLÁSTICAS 1KG	PRIMORI	PCT	325,000	0,0000	2,5200	819,00	Venceu
183	723	FARINHA DE MILHO AMARELA, TIPO BIJÚ, PCT 1KG	PASSARINHO	PCT	50,000	0,0000	1,4700	73,50	Venceu
215	26889	PÓ PARA GELATINA - SABORES DIVERSOS - PCT 12GR	NEILAR	PCT	300,000	0,0000	0,5200	156,00	Venceu
218	782	CREME DE LEITE UHT HOMOGEINIZADO LIGHT 200 GRAMAS	CXA	CXA	310,000	0,0000	0,5200	161,20	Venceu
					Total do Fornecedor ----->	344.574,17			
Nr. do Processo: 199/2014 Fornecedor: 16060 - Bruthan Comercial Ltda									
Licitação: 19/2014 - CC									
Data da Homologação:									
7	87	FÓRMULA INFANTIL P/ LACTENTES A BASE DE PEPTÍDIOS E AMINOÁ.	PREGESTIMIL PREMI	LAT	550,000	0,0000	53,0000	29.150,00	Venceu
9	89	FÓRMULA INF. C/ AMINOÁCIDOS LIVRES P/ LACTENTES A PARTIR 1	PURAMINO	LAT	520,000	0,0000	100,0000	52.000,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->	81.150,00			
Nr. do Processo: 199/2014 Fornecedor: 16442 - MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME									
Licitação: 19/2014 - CC									
Data da Homologação:									
10	767	LEITE DE SOJA LONGA VIDA	PURITY	LT	1.204,000	0,0000	3,2500	3.913,00	Venceu
18	3	ARROZ PARBOILIZADO	KIKA	KG	14.495,000	0,0000	1,8100	26.235,95	Venceu
19	456	ARROZ INTEGRAL , EMBALAGENS PLÁSTICAS, TRANSP. 1KG	FUMACENSE	KG	2.150,000	0,0000	2,6800	5.762,00	Venceu
21	346	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL	PAN FACIL	KG	410,000	0,0000	2,1200	869,20	Venceu
24	20709	AMIDO DE MILHO	LOREMIL	KG	635,000	0,0000	2,9500	1.873,25	Venceu
27	895	FARINHA DE MILHO BRANCA TIPO BIJÚ	ARCEMIL	KG	2.340,000	0,0000	3,3000	7.722,00	Venceu
29	523	PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA, SABOR NATURAL	BELLO BOLO	KG	150,000	0,0000	7,9200	1.188,00	Venceu
30	520	POLVILHO AZEDO, PACOTE COM 500 GRAMAS A 1KG	MONSIL	KG	1.780,000	0,0000	3,9300	6.995,40	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 8/12

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 199/2014      Licitação: 19/2014 - CC      Data da Homologação: Fornecedor: 16442 - MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME									
31	383	ACHOCOLATADO EM PÓ, EMBALAGENS DE 0,4 KG A 1,0 KG.	CHOCOMIL	KG	3.810,000	0,0000	4,2900	16.344,90	Venceu
32	572	CHOCOLATE EM PÓ, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, LEITE E DERIVADOS	PITUCHO APTI	KG	325,000	0,0000	18,9000	6.142,50	Venceu
33	768	CHOCOLATE EM PÓ, SEM ADIÇÃO LEITE DE VACA E SEUS DERIVADOS	NEILAR	KG	301,000	0,0000	5,4900	1.652,49	Venceu
43	593	ALHO PICADO EM PASTA S/ SAL	DOM COSTA	KG	1.100,000	0,0000	9,8000	10.780,00	Venceu
45	595	CANELA EM PÓ 50G	APTI	PCT	781,000	0,0000	2,3300	1.819,73	Venceu
46	761	OREGANO, PACOTES DE 10 GRAMAS	APTI	PCT	627,000	0,0000	1,2100	758,67	Venceu
54	179	DOCE DE LEITE EM POTE PLÁSTICO DE 400G A 01 KG	FRELLY	KG	412,000	0,0000	4,4700	1.841,64	Venceu
58	600	MELADO DE CANA	IMPERIAL	KG	601,000	0,0000	5,7600	3.461,76	Venceu
59	26872	MAIONESE SEM LEITE	SUAVIT	KG	2.277,000	0,0000	3,6400	8.288,28	Venceu
61	282	EXTRATO DE TOMATE	BONARE	CXA	5.206,000	0,0000	1,0500	5.466,30	Venceu
64	474	CONCENTRADO, EMBALAGEM COM 350 GRAMAS FEIJÃO PRETO TIPO I, EMBALAGEM COM 01 KG	YOOBA	KG	5.435,000	0,0000	2,7400	14.891,90	Venceu
66	605	AMENDOIN CRU S/ CASCA E C/ PELE TIPO 1 EMB 500G	SUPER10	KG	250,000	0,0000	5,8500	1.462,50	Venceu
71	26873	LENTILHA	AMAFIL	KG	1.212,000	0,0000	5,7200	6.932,64	Venceu
73	530	FLOCOS DE MILHO SEM AÇÚCAR, EM EMBALAGENS PLÁSTICAS 01 KG.	GOLD FLAKES	KG	660,000	0,0000	7,4800	4.936,80	Venceu
75	531	SEMENTE DE LINHAÇA, EMBALAGEM DE 0,2 A 1,0 KG.	BELLO BOLO	KG	201,000	0,0000	8,3700	1.682,37	Venceu
77	611	UVA PASSA ESCURA S/ SEMENTE EMB 200G	UNIAGRO	PCT	379,000	0,0000	2,8200	1.068,78	Venceu
79	612	FARINHA DE MULTICEREAIS (LINHAÇA, CENTEIO, GERGELIM, FIBRA	PAN FACIL	KG	680,000	0,0000	3,6100	2.454,80	Venceu
80	10630	PESSEGO EM CALDA, LATA COM NO MÍNIMO 450 GRAMAS.	JOÃO E MARIA	LAT	710,000	0,0000	5,3800	3.819,80	Venceu
81	613	ABACAXI EM CALDA EMB 400G	NECTAR	LAT	561,000	0,0000	5,5700	3.124,77	Venceu
82	614	AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM EMB 500ML	LISBOA	LAT	342,000	0,0000	9,1600	3.132,72	Venceu
87	303	SAL REFINADO E IODADO (EXTRA FINO)	SOSAL	KG	2.838,000	0,0000	0,9500	2.696,10	Venceu
88	405	VINAGRE DE ALCÓOL, C/ RECEPIENTES CONTENDO 900 ML.	HEING	FRS	1.920,000	0,0000	0,9700	1.862,40	Venceu
96	624	BISCOITO CASEIRO S/ CONSERVANTE SABOR ARARUTA	SOBELA	KG	2.860,000	0,0000	9,2000	26.312,00	Venceu
97	625	BISCOITO CASEIRO S/ CONSERVANTES SABORES DIVERSOS (CHOCOLATE	SOBELA	KG	2.777,000	0,0000	9,2000	25.548,40	Venceu
111	324	FERMENTO BIOLÓGICO SECO INSTANTÂNEO, COM 500 GRAMAS	BELOPAN	PCT	385,000	0,0000	8,3200	3.203,20	Venceu
118	698	SUCO CONCENTRADO DE UVA (TIPO BORDO) CONCENTRADO EMB 500 M	BONA	UN	5.490,000	0,0000	3,6400	19.983,60	Venceu
121	391	BEBIDA LÁCTEA PRONTA SABOR CHOCOLATE, EMBALAGENS CARTONADAS	CEMIL	CXA	19.280,000	0,0000	0,6900	13.303,20	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 9/12

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 199/2014      Licitação: 19/2014 - CC Fornecedor: 16442 - MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME      Data da Homologação:									
126	649	COXA SOBRECOXA DE FRANGO DESOSSADA CONGELADA EMB.	AGRO DANIELI	KG	10.100,000	0,0000	6,6700	67.367,00	Venceu
127	426	PEITO DE FRANGO CONGELADO S/ OSSO E S/ PELE EM EMBALAGEM DE	AGRO DANIELI	KG	13.440,000	0,0000	7,9600	106.982,40	Venceu
128	650	MOELA DE FRANGO CONGELADA EMB DE 1 A 3KG.	AGRO DANIELI	KG	1.580,000	0,0000	4,8300	7.631,40	Venceu
129	750	CARNE MOIDA CONGELADA DE BOVINO	FRIG. CATARINENSE	KG	16.510,000	0,0000	11,5500	190.690,50	Venceu
131	653	PERNIL SUINO CONGELADO C/ OSSO E S/ PELE EMB. DE 1 A 2KG	FRIG. CATARINENSE	KG	10.800,000	0,0000	10,3200	111.456,00	Venceu
132	654	ALMONDEGAS DE CARNE BOVINA CONGELADA EMB. DE 0,5 A 2KG.	AURORA	KG	8.560,000	0,0000	12,9400	110.766,40	Venceu
135	657	QUEIJO MUSSARELA RESFRIADO EMB. DE 150G.	AURORA	UN	6.950,000	0,0000	3,2600	22.657,00	Venceu
137	659	APRESUNTADO FATIADO RESFRIADO EMB DE 180G	FRIMESA	UN	5.200,000	0,0000	2,9700	15.444,00	Venceu
138	661	DUZIA DE OVOS VERMELHOS	BELLA VISTA	DZ	4.222,000	0,0000	2,9500	12.454,90	Venceu
139	485	IOGURTE INTEGRAL COM POLPA DE FRUTA, MORANGO E COCO.	FRIMESA	LT	9.800,000	0,0000	2,9700	29.106,00	Venceu
147	664	CARAMBOLA	IN NATURA	KG	512,000	0,0000	3,1500	1.612,80	Venceu
154	667	MARACUJÁ AZEDO EMB. DE 1 A 5KG.	IN NATURA	KG	1.260,000	0,0000	6,0500	7.623,00	Venceu
155	673	MELÃO AMARELO EMB DE 1 A 2KG	IN NATURA	KG	2.705,000	0,0000	2,4800	6.708,40	Venceu
156	103	PÊRA TIPO ARGENTINA	IN NATURA	KG	2.355,000	0,0000	5,8900	13.870,95	Venceu
162	28876	CHUCHU - VERDURA	IN NATURA	KG	1.400,000	0,0000	1,3000	1.820,00	Venceu
166	672	ALHO NACIONAL IN NATURA	IN NATURA	KG	415,000	0,0000	7,0000	2.905,00	Venceu
174	491	FARINHA DE MANDIOCA TORRADA, PACOTE 01 KG.	MONSIL	PCT	170,000	0,0000	2,2900	389,30	Venceu
175	195	FARINHA DE MANDIOCA BRANCA, PACOTES DE 1 KG	MONSIL	PCT	65,000	0,0000	2,1400	139,10	Venceu
176	322	MARGARINA SEM SAL, EMBALAGEM COM 01 KG	ORIME	KG	215,000	0,0000	3,0800	662,20	Venceu
179	717	BISCOITO SALGADO TIPO ÁGUA E SAL 400 GRAMAS	VITORIA	PCT	365,000	0,0000	2,2800	832,20	Venceu
180	496	PAO TIPO FRANCÊS, MÉDIA 50 GRAMAS	TRES IRMAOS	KG	300,000	0,0000	4,9000	1.470,00	Venceu
181	26880	BALA DE GOMA	RICLAN	KG	50,000	0,0000	9,9700	498,50	Venceu
184	11646	BATATA PALHA	BOCONE	PCT	260,000	0,0000	2,9700	772,20	Venceu
185	729	CALDO DE GALINHA CXA COM 126 GRAMAS	APTI	UN	363,000	0,0000	1,8300	664,29	Venceu
186	730	CHÁ MATE DIVERSOS SABORES CXA COM 25 SACHES CONFORME EDITAL	NEILAR	CXA	405,000	0,0000	1,4500	587,25	Venceu
187	731	FARINHA DE ROSCA TORRADA 500 GRAMAS	TRES IRMAOS	PCT	160,000	0,0000	1,8500	296,00	Venceu
188	26881	FRUTA S PASSAS	UNIAGRO	PCT	90,000	0,0000	2,7200	244,80	Venceu
191	105	CALDO DE CARNE CXA COM 126 GRAMAS	APTI	UN	245,000	0,0000	1,7900	438,55	Venceu
192	735	NATA; POTE COM 300 GRAMAS	FRIMESA	POTE	176,000	0,0000	3,4100	600,16	Venceu

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 10/12

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 199/2014      Licitação: 19/2014 - CC      Data da Homologação:</b> <b>Fornecedor: 16442 - MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME</b>									
193	736	PIMENTA DO REINO EM PÓ 100 GRAMAS, POTE TIPO SALEIRO	NEILAR	UN	46,000	0,0000	2,8000	128,80	Venceu
197	741	TEMPERO PRONTO POTE COM 300 GRAMAS	NEILAR	POTE	103,000	0,0000	2,6700	275,01	Venceu
199	743	XAROPE CONCENTRADO P/ REFRESCOS; DIVERSOS SABORES 800 ML	CAPRIXO	FRS	331,000	0,0000	4,7800	1.582,18	Venceu
201	26886	HAMBURGUER	FRIBOI	UN	950,000	0,0000	1,0800	1.026,00	Venceu
203	575	AÇUCAR MASCADO ORGANICO EMB. 0.5 A 1 KG	BELO BOLO	KG	96,000	0,0000	8,9600	860,16	Venceu
205	95	ÓLEO DE GIRASSOL 900ML	SUAVIT	FRS	93,000	0,0000	5,4600	507,78	Venceu
206	776	BALAS SORTIDAS - MASTIGÁVEIS - VÁRIOS SABORES PCT 200 GRAMAS	SIMONETTO	PCT	435,000	0,0000	2,1400	930,90	Venceu
208	26888	CHÁ MATE SABOR CAPIM LIMÃO - CAIXA COM 25 SACHES	NEILAR	CXA	159,000	0,0000	1,4900	236,91	Venceu
209	1735	BAUNILHA 40 GR	NEILAR	POTE	112,000	0,0000	1,3600	152,32	Venceu
211	778	BOLO DE CENOURA COM COBERTURA DE CHOCOLATE	TRES IMAOS	UN	253,000	0,0000	6,9500	1.758,35	Venceu
212	779	BOMBOM (TIPO OURO BRANCO)	OURO BRANCO	UN	1.719,000	0,0000	0,6700	1.151,73	Venceu
213	780	BOMBOM (TIPO SONHO DE VALSA)	SONHO DE VALSA	UN	1.919,000	0,0000	0,6700	1.285,73	Venceu
217	32440	CHÁ MATE SABOR NATURAL, CAIXA DE 40 GR, COM 25 SACHES	NEILAR	CXA	455,000	0,0000	2,6100	1.187,55	Venceu
219	814	CUQUE DIVERSOS SABORES (ABACAXI, BANANA, FAROFA)	TRES IRMAOS	UN	252,000	0,0000	6,9000	1.738,80	Venceu
221	125	ERVA PARA CHIMARRÃO	NATURA	KG	312,000	0,0000	5,2800	1.647,36	Venceu
224	24627	LINGUIÇINHA SUINA	FRIG. DO VALLE	KG	460,000	0,0000	6,7000	3.082,00	Venceu
227	789	PAÇOCA DE AMENDOIM 20 GRAMAS CADA UNIDADE	MINDY	UN	3.260,000	0,0000	0,2900	945,40	Venceu
228	26892	PÃO DE LEITE - UNIDADE 500GR	TRES IRMAOS	UN	1.462,000	0,0000	3,8000	5.555,60	Venceu
229	790	BOLO TIPO PANETONE 500 GRAMAS	TRES IRMAOS	UN	460,000	0,0000	5,4900	2.525,40	Venceu
230	26893	PIPOCA DOCE - FARDO COM 10 UNIDADES DE 55GR	BILU	FARD	556,000	0,0000	5,5000	3.058,00	Venceu
232	7156	REFRIGERANTE COM 2 LITROS	CAPRICHIO	UN	1.200,000	0,0000	2,3600	2.832,00	Venceu
234	754	SALSICHÃO CONGELADO	FRIG. CATARINENSE	KG	156,000	0,0000	5,7700	900,12	Venceu
235	794	SORVETE POTE 200ML, NOS SABORES DE MORANGO E CHOCOLATE	CHOCOBOM	POTE	700,000	0,0000	1,3000	910,00	Venceu
236	795	SUCO DE SOJA TIPO ADES	CEMIL SOY	LT	810,000	0,0000	2,7200	2.203,20	Venceu
237	796	SUSPIRO PACOTE 120 GRAMAS	DA AVO	PCT	154,000	0,0000	2,2900	352,66	Venceu
238	797	TORRÃO DE AMENDOIM EMBALADO INDIVIDUALMENTE 50 GRAMAS	ARCON	UN	950,000	0,0000	0,4900	465,50	Venceu
239	798	BOLACHA RECHEADA - TIPO TORTINHA PCT 160 GRAMAS	ISABELA	PCT	753,000	0,0000	1,5800	1.189,74	Venceu
240	799	BOLACHA RECHEADA SABOR CHOCOLATE E MORANGO	ISABELA	PCT	700,000	0,0000	1,5800	1.106,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 11/12

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 199/2014      Licitação: 19/2014 - CC Fornecedor: 16442 - MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME      Data da Homologação:									
241	26894	DOCINHO DE ABÓBORA	FRONTEIRA	CXA	715,000	0,0000	15,3700	10.989,55	Venceu
242	801	PIPOCA DOCE EMBALAGENS 55 GRAMAS	BILU	UN	200,000	0,0000	0,5500	110,00	Venceu
243	10687	GELÉIA SABOR DIVERSOS	PREDILECTA	POTE	75,000	0,0000	3,2400	243,00	Venceu
248	19819	CARVAO	CRUS	PCT	39,000	0,0000	5,9700	232,83	Venceu
251	810	IOGURTE LIGHT COM POLPA DE FRUTAS (MORANGO E COCO)	FRIMESA	LT	500,000	0,0000	2,9900	1.495,00	Venceu
252	11794	LINGUIÇA DEFUMADA.	FRIG.	KG	280,000	0,0000	11,7000	3.276,00	Venceu
253	785	COXA COM SOBRECIXA TEMPERADO PARA ASSAR NO ESPETO	CATARINENSE AGRO DANIELI	KG	2.230,000	0,0000	5,1600	11.506,80	Venceu
254	746	EMPANADO DE FRANGO 100 G	FRIMESA	UN	530,000	0,0000	0,8500	450,50	Venceu
256	747	MEIO DE ASA (TULIPA) DE FRANGO	AGRO DANIELI	KG	640,000	0,0000	9,9300	6.355,20	Venceu
257	524	PÓ PARA O PREPARO DE GELATINA, SABORES DIVERSOS, COM 85 G	APTI	CXA	170,000	0,0000	0,7800	132,60	Venceu
258	26897	PÃO PLUMA - UNIDADE 500GR	TRES IRMAOS	UN	341,000	0,0000	4,5500	1.551,55	Venceu
259	20205	FRANGO INTEIRO CONGELADO	AGRO DANIELI	KG	292,000	0,0000	4,9700	1.451,24	Venceu
260	749	LINGUIÇA DE FRANGO	AURORA	KG	375,000	0,0000	11,7000	4.387,50	Venceu
261	501	CARNE DE GADO (FILÉ SIMPLES)	FRIG.	KG	660,000	0,0000	14,9700	9.880,20	Venceu
263	11235	CARNE DE GADO, (FILÉ AMERICANO).	CATARINENSE	KG	600,000	0,0000	13,3000	7.980,00	Venceu
264	51	CARNE BOVINA (PALETA)	CATARINENSE	KG	690,000	0,0000	10,2900	7.100,10	Venceu
265	9347	CARNE DE GADO (FILÉ DUPLO)	FRIG.	KG	470,000	0,0000	17,9000	8.413,00	Venceu
266	503	CARNE DE GADO (COSTELA)	CATARINENSE	KG	640,000	0,0000	9,8500	6.304,00	Venceu
267	816	CARNE DE GADO (MÚSCULO)	DISTRIBOI	KG	400,000	0,0000	9,6000	3.840,00	Venceu
269	751	CARNE SUÍNA (PERNIL) SEM OSSO, FATIADA E TEMPERADA.	FRIG.	KG	500,000	0,0000	11,9000	5.950,00	Venceu
270	9348	BACON	CATARINENSE	KG	132,000	0,0000	14,6000	1.927,20	Venceu
271	508	CARNE SUÍNA (PALETA)	FRIG.	KG	375,000	0,0000	8,9000	3.337,50	Venceu
272	509	CARNE SUÍNA (PERNIL COM PELE)	FRIG.	KG	520,000	0,0000	9,3000	4.836,00	Venceu
275	21467	TETA DE NEGA, CAIXA COM 50 UNIDADES. PRODUTO DEVERÁ SER ENT	BELL	CXA	95,000	0,0000	15,2000	1.444,00	Venceu
276	26900	TILÁPIA PEIXE - CONGELADO	PEIXE VIVO	KG	400,000	0,0000	14,0000	5.600,00	Venceu
277	753	FILÉ DE PEIXE SEM ESPINHAS.	PANGA PEIXE VIVO	KG	410,000	0,0000	11,1700	4.579,70	Venceu
278	660	PRESUNTO FATIADO RESFRIADO EMB. DE 1 A 3KG	FRICASA	KG	370,000	0,0000	18,7800	6.948,60	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 12/12

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 199/2014      Licitação: 19/2014 - CC      Data da Homologação:									
Fornecedor: 16442 - MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME									
279	830	MORTADELA EM PEÇA DE APROXIMADAMENTE 400 GRAMAS	FRICASA	PC	285,000	0,0000	2,9300	835,05	Venceu
284	21480	MELANCIA	IN NATURA	KG	485,000	0,0000	0,9500	460,75	Venceu
285	756	MIMOSA IN NATURA	IN NATURA	KG	315,000	0,0000	0,9800	308,70	Venceu
286	757	MORANGO, BANDEJA PESANDO DE 250 A 300 GRAMAS	IN NATURA	UN	350,000	0,0000	3,4700	1,214,50	Venceu
289	22640	VAGEM	IN NATURA	KG	248,000	0,0000	4,1700	1,034,16	Venceu
290	26901	UVA ITÁLIA - KG	IN NATURA	KG	80,000	0,0000	5,9400	475,20	Venceu
299	215	CHOCOLATE GRANULADO, PACOTES COM 150 GRAMAS	DONA JURA	PCT	353,000	0,0000	1,2900	455,37	Venceu
300	26904	PALMITO EM CONSERVA - VIDRO 300GR	MICHEL'S	VD	156,000	0,0000	4,9900	778,44	Venceu
303	26906	MARIA MOLE - CAIXA 50 UNIDADES	FRONTEIRA	CXA	80,000	0,0000	15,2600	1,220,80	Venceu
304	26907	SUCO EM PÓ - DIVERSOS SABORES - PCT 1KG	NEILAR	KG	425,000	0,0000	4,7600	2,023,00	Venceu
305	821	BOLACHA TIPO MARIA, EMB 400 GRAMAS	VITORIA	PCT	475,000	0,0000	2,2500	1,068,75	Venceu
306	822	BOLACHA SORTIDAS EMBALAGENS CONTENDO 400GR	VITORIA	PCT	255,000	0,0000	2,1800	555,90	Venceu
307	824	COCO RALADO PCT 500 GRAMAS	UNICOCO	PCT	118,000	0,0000	8,1500	961,70	Venceu
308	825	CHOCOLATE GRANULADO PCT 500 GRAMAS	CACAU FOODS	PCT	137,000	0,0000	3,1900	437,03	Venceu
309	110	PEPINO EM CONSERVA, VIDRO COM 500 GRAMAS	POLAQUINHA	UN	336,000	0,0000	3,3700	1,132,32	Venceu
310	47	CANJICUINHA (QUIRERA DE MILHO)	ZANIN	PCT	185,000	0,0000	1,0900	201,65	Venceu
311	24924	FARINHA TEMPERADA PACOTE APROXIMADAMENTE 500 GRAMAS	AMAFIL TRADICIONAL	PCT	117,000	0,0000	2,3400	273,78	Venceu
312	26908	POLVILHO DOCE	MONSIL	PCT	174,000	0,0000	3,9700	690,78	Venceu
316	829	PÓ SABORIZANTE DE SORVETE POTE 100GR	APTI	POTE	35,000	0,0000	2,7300	95,55	Venceu
317	26909	MISTURA PARA BOLO - SABOR CHOCOLATE	NEILAR	PCT	110,000	0,0000	2,0800	228,80	Venceu
318	256	PEPINO IN NATURA	IN NATURA	KG	230,000	0,0000	1,1200	257,60	Venceu
Total do Fornecedor ----->					219,711,000			1.138.848,45	

Canoinhas, 19 de Dezembro de 2014.

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 29/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Itens por Lotes)

Página: 1/2

Processo / Ano: 45/2014  
Licitação.....: 29/2014 - PR  
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL  
Objeto.....: COMPRA E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO A SEREM INSTALADOS NAS SALAS DE VACINA E SALAS DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS E LABORATORIAIS ENTRE OUTRAS.

Processo Administrativo:

Item	Material	Nome do Material	Un.Med.	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------	----------	------------------	---------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

LOTE nr.: 1

Fornecedor: 12942 - SUPERAR LTDA. ME

1	20526	INSTALACAO DE AR CONDICIONADO	SER	MIDEA	11,000	0,0000	347,9808	3.827,79	Perdeu	2
2	311042888	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO	UN	MIDEA	1,000	0,0000	32.362,2115	32.362,21	Perdeu	2
					Total do Fornecedor para o Lote nr. 1 ---->		36.190,00			

Fornecedor: 16443 - ADAGIL - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FIRELI

1	20526	INSTALACAO DE AR CONDICIONADO	SER	ADAGIL	11,000	0,0000	347,8846	3.826,73	Venceu	1
---	-------	-------------------------------	-----	--------	--------	--------	----------	----------	--------	---

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Itens por Lotes)

Processo / Ano: 45/2014

Licitação.....: 29/2014 - PR

Modalidade...: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: COMPRA E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO A SEREM INSTALADOS NAS SALAS DE VACINA E SALAS DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS E LABORATORIAIS ENTRE OUTRAS.

Processo Administrativo:

Item	Material	Nome do Material	Un.Med.	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------	----------	------------------	---------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

LOTE nr.: 1

Fornecedor: 16443 - ADAGIL - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI

2	311042888	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO	UN	YORK	1,000	0,0000	32.353,2692	32.353,27	Venceu	1
Total do Fornecedor para o Lote nr. 1 ---->								36.180,00		

Canoinhas, Em ...../...../.....

PAULO CESAR SAFANELLI - ..... - Pregoeiro(a)

MARCIANO FERNANDES CORREA - ..... - SUPLENTE

ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHECK - ..... - EQUIPE DE APOIO

CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - ..... - EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE

DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - ..... - 28.754/SC

JOSE CARLOS HERBST - ..... - CRC/SC 031639/O-0

# Capinzal

## PREFEITURA

### PMC TERMO ADITIVO CONTRATO 0020/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Aditivo Nº.....: TA 002/2014 C20 - Contrato Nº: 0020/2013		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: ELETRONICA BEBBER LTDA.		
Valor.....: 0,00 (zero)		
Vigência.....: Início: 19/12/2014 Término: 31/12/2015		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2013 Processo_Licitatório.....: 00016 / 2013		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/12/2015, conforme solicitação da secretaria responsável e parecer jurídico em anexo.		
Capinzal, 19 de Dezembro de 2014		

### PMC TERMO ADITIVO CONTRATO 0126/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Aditivo Nº.....: TA 001/2014 C126 - Contrato Nº: 0126/2014		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: INFO DIGITALL - SOLUCOES TECNOLOGICAS PARA GESTAO		
Valor.....: 0,00 (zero)		
Vigência.....: Início: 19/12/2014 Término: 31/12/2015		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 46/2014		
Processo_Licitatório.....: 00063 / 2014		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/12/2015, conforme solicitação da secretaria responsável e parecer jurídico em anexo.		
Capinzal, 19 de Dezembro de 2014		

### PMC TERMO ADITIVO CONTRATO 0186/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Aditivo Nº.....: TA 003/2014 C186 - Contrato Nº: 0186/2011		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: T.O.S. OBRAS E SERVICOS AMBIENTAIS LTDA		
Valor.....: 0,00 (zero)		
Vigência.....: Início: 19/12/2014 Término: 31/12/2015		
Licitação.....: Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 95/2011 Processo_Licitatório.....: 00095 / 2011		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/12/2015, conforme solicitação da secretaria responsável e parecer jurídico em anexo.		
Capinzal, 19 de Dezembro de 2014		

## SIMAE

### AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/37/2014

AVISO SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO  
Pregão Presencial Nº CAO/37/2014  
Processo Licitatório Nº CAO/0368/2014

COMUNICAMOS que está suspenso o Pregão Presencial Nº CAO/37/2014, (objeto: contratação de serviços técnicos a serem aplicados na coleta e realização de análises mensais, trimestrais e semestrais da água bruta e tratada, e do esgoto, em cumprimento a Portaria 2914/11, do Ministério da Saúde e Resolução nº 357/2005 do CONAMA, durante o exercício de 2015).

A nova data da seção pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 17 de dezembro de 2014.

Francieli A. da Rosa

Pregoeira

### PORTARIA N º 60/2014/SIMAE-CAO

PORTARIA N º 060/2014/SIMAE-CAO, de 17 de dezembro de 2014. Nomeia servidores para constituir a comissão de reavaliação ou redução ao valor recuperável dos bens móveis da Autarquia, na forma que especifica.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, Sidnei Penzo, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o art. 7º do Decreto Municipal nº 196, de 16 de dezembro de 2014,

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores EDILSON DOS SANTOS VILARINO, MARIZA BRESSAN R. DE MORAES e SANDRO MANOEL PEDRO para constituir a comissão responsável pelo procedimento de reavaliação ou de redução ao valor recuperável dos bens móveis da Autarquia, em integral observância às disposições do Decreto nº 196, de 16 de dezembro de 2014, do município de Capinzal/SC.

Art. 2º A reavaliação ou redução ao valor recuperável deve ser realizada até o final do presente exercício.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO  
Diretor Geral

## Catanduvras

### PREFEITURA

#### **AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0091/2014 - TOMADA DE PREÇOS Nº 0017/2014**

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0091/2014

TOMADA DE PREÇO Nº 0017/2014

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de sistemas de gestão pública, prestação de serviços técnicos especializados com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos, migração de todos os dados em uso, implantação, treinamento dos usuários, suporte técnico e demais serviços descritos neste edital e em seu anexo I.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 12 de janeiro de 2015.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 18 de dezembro de 2014, no endereço <http://www.catanduvras.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvras - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: [www.catanduvras.sc.gov.br](http://www.catanduvras.sc.gov.br) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvras - SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvras - SC, 18 de dezembro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

### CÂMARA MUNICIPAL

#### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0003/2014 - INEXIGIBILIDADE Nº 0001/2014**

Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0003/2014

INEXIGIBILIDADE Nº 0001/2014

OBJETO: Contratação de serviços de engenharia para a elaboração de projeto estrutural e consultoria técnica na fase preliminar da construção do prédio da sede própria da Câmara de Vereadores de Catanduvras - SC. Processo julgado em consonância com art. 25, Inciso II, da Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Valor: R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)

Informações: maiores informações poderão ser obtidas no site: [www.camaracatanduvras.sc.gov.br](http://www.camaracatanduvras.sc.gov.br), no Setor de Licitações da Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvras (SC), das 8h às 12h, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (49) 3525-1174 e através do e-mail: [camara@procenter.com.br](mailto:camara@procenter.com.br).

Catanduvras - SC, 18 de dezembro de 2014.

ODAIR JOSE GABRIELLI

Presidente da Câmara

## Chapadão do Lageado

### PREFEITURA

#### DECRETO N. 139, DE 19/12/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 139, DE 19/12/2014

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, V, da Lei nº 0598, de 20.12.2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 3.080,00 (três mil e oitenta reais) da seguinte dotação do orçamento vigente:

03 - Secretaria de Administração e Planejamento  
 03 - Secretaria de Administração e Planejamento  
 04 - Administração  
 05 - Administração Geral  
 122 - Administração Geral  
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2003 - Manutenção Secretaria Administração e Planejamento  
 ..... R\$ 3.080,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 3.080,00 (três mil e oitenta reais) fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

03 - Secretaria de Administração e Planejamento  
 03 - Secretaria de Administração e Planejamento  
 04 - Administração  
 05 - Administração Geral  
 122 - Administração Geral  
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
 3.1.71.00.00.00.00.00 - transferências a Consórcios Públicos  
 2003 - Manutenção Secretaria Administração e Planejamento  
 ..... R\$ 1.848,00

03 - Secretaria de Administração e Planejamento  
 03 - Secretaria de Administração e Planejamento  
 04 - Administração  
 05 - Administração Geral  
 122 - Administração Geral  
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
 3.3.71.00.00.00.00.00 - transferências a Consórcios Públicos  
 2003 - Manutenção Secretaria Administração e Planejamento .....  
 ..... R\$ 924,00

03 - Secretaria de Administração e Planejamento  
 03 - Secretaria de Administração e Planejamento  
 04 - Administração  
 05 - Administração Geral  
 122 - Administração Geral  
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
 4.4.71.00.00.00.00.00 - transferências a Consórcios Públicos  
 2003 - Manutenção Secretaria Administração e Planejamento .....  
 ..... R\$ 308,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado-SC, 19 de dezembro de 2014.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

## Cocal do Sul

### PREFEITURA

#### AVISO DE ANULAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/PMCS/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 61/PMCS/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 122/PMCS/2014 - AVISO DE ANULAÇÃO DO CERTAME. Torno público que, nesta data foi anulado o edital de Pregão Presencial nº. 61/PMCS/2014, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviço de entrega de jornal, panfleto, informativo, folder e correspondências, conforme necessidades das unidades administrativas da Prefeitura de Cocal do Sul, para o exercício de 2015. A anulação deve-se ao fato de impugnação ao edital e acolhimento da mesma. Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (48) 3444-6006, ou na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, sito à Av. Dr. Polidoro Santiago, 519, de segunda à sexta-feira, das 07h30min às 13h00min.

Cocal do Sul, 19 de dezembro de 2014.

Ademir Magagnin

Prefeito Municipal

#### LEI COMPLEMENTAR N. 57

LEI COMPLEMENTAR N. 57, de 17 de dezembro de 2014.

INCLUI À TABELA DE VALORES DE TERRENOS, CONTIDA NO ANEXO IX DA LEI Nº. 303, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1997, AS SEGUINTE SEÇÕES E RESPECTIVOS VALORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º À tabela de valores de terrenos, contida no Anexo IX, da Lei nº. 303, de 23 de dezembro de 1997, são incluídas as seguintes seções e respectivos valores:

TABELA DE VALORES DE TERRENOS  
(PLANTA DE VALORES)

## ANEXO IX

LOG.	RUA/AVN.	SEÇÃO	VALOR M2 EM UFRM
172	HILARIO SARTOR	490 E	27,9000
848	PROJETADA 01	700 D	9,4500
		700 E	9,4500
849	PROJETADA 02	315 D	9,4500
		315 E	9,4500
850	PROJETADA 02 A	100 D	9,4500
		100 E	9,4500
851	PROJETADA 03	400 D	9,4500
		400 E	9,4500
852	PROJETADA 04	125 D	9,4500
		125 E	9,4500
853	PROJETADA 05	400 D	9,4500
		400 E	9,4500
854	PROJETADA 06	380 D	9,4500
		380 E	9,4500
855	PROJETADA 07	250 D	9,4500
		250 E	9,4500
856	PROJETADA 08	200 D	9,4500
		200 E	9,4500
857	PROJETADA 09	155 D	9,4500
		155 E	9,4500
858	PROJETADA 10	140 D	9,4500
		140 E	9,4500
859	PROJETADA 11	330 D	9,4500
		330 E	9,4500
860	ESTRADA MUNICIPAL	500 D	9,4500
		500 E	9,4500
861	PROJETADA A	27 D	27,9000
		40 E	27,9000
		140 D	23,4500
		140 E	24,6910
862	PROJETADA B	30 D	27,9000
		30 E	27,9000
		170 D	24,6910
		170 E	23,4500
863	PROJETADA C	140 D	23,4500
		140 E	23,4500
866	PROJETADA A	275 D	6,1735
173	RUA ORLEANS	200 D	23,4500
173	RUA ORLEANS	200 E	23,4500

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 17 de dezembro de 2014.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**LEI N. 1.240**

LEI N. 1.240, de 17 de dezembro de 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O LIONS CLUBE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Lions Clube Cocal do Sul, entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, CNPJ Nº. 80.165.251/0001-65, fundada em 27 de novembro de 1987, com sede na Rua Alfredo Del Priori s/n, Centro do Município de Cocal do Sul - SC.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da Legislação Vigente.

Art. 3º A entidade referida no artigo 1º fica obrigada a apresentar todos os anos, exceto por motivo de ordem superior reconhecido, relação circunstanciada dos serviços que houverem prestado à coletividade.

Parágrafo único. Será cassada a Declaração de Utilidade Pública se a Entidade não prestar contas de suas atividades em 3 (três) anos consecutivos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 17 de dezembro de 2014.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**LEI N. 1.241**

LEI Nº. 1.241, de 17 de dezembro de 2014.

ESTIMA A RECEITA E FIXA AS DESPESAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL MEIO AMBIENTE DE COCAL DO SUL, DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL E DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

**DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Cocal do Sul para o exercício de 2015 estima a Receita e fixa as Despesas em R\$ 53.818.500,00 (cinquenta e três milhões, oitocentos e dezoito mil e quinhentos reais), sendo R\$ 19.500.500,00 (dezenove milhões quinhentos mil e quinhentos reais) do Orçamento Social e R\$ 34.318.000,00 (trinta e quatro milhões, trezentos e dezoito mil reais) do orçamento fiscal, da seguinte forma:

**DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL**

Art. 2º O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 43.772.000,00 (quarenta e três milhões, setecentos e setenta e dois mil reais) e fixa a Despesa para a Prefeitura Municipal - Poder Executivo em R\$ 33.076.000,00 (trinta e três milhões, setenta e seis mil reais) e as Transferências Financeiras

em R\$ 10.696.000,00 (dez milhões seiscentos e noventa e seis mil reais).

§ 1º A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

1	RECEITAS CORRENTES	46.942.000,00
1.1	RECEITA TRIBUTÁRIA	5.882.000,00
1.2	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	600.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	261.000,00
1.4	RECEITA AGROPECUÁRIA	50.000,00
1.6	RECEITA DE SERVIÇOS	120.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	39.034.000,00
1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	995.000,00
9.9	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(5.555.000,00)
2	RECEITAS DE CAPITAL	2.385.000,00
2.1	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	800.000,00
2.2	ALIENAÇÃO DE BENS	225.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	1.360.000,00
	SOMA	43.772.000,00

§ 2º As Despesas da Prefeitura serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática, programa de governo e natureza, distribuídas da seguinte forma:

**I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL**

02	GABINETE DO PREFEITO	840.000,00
04	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	366.000,00
05	SECRETARIA DE ADM., PLANEJAMENTO, FAZENDA E FINANÇAS PÚBLICAS	5.029.000,00
07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E CULTURA	15.847.000,00
08	SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	1.120.000,00
09	SECRETARIA DE OBRAS VIÁRIAS E EDIFICAÇÕES, SANEAMENTO BÁSICO, REFORMA URBANA, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS	8.919.000,00
10	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MEIO AMBIENTE, TURISMO E COMUNICAÇÕES	930.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00
	SOMA:	33.076.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS – FMSaúde	7.355.500,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS – FMASocial	1.668.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS – FMMAmbiente	172.500,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS – Câmara Municipal	1.500.000,00
	TOTAL:	43.772.000,00

**II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO**

04	Administração	3.754.000,00
06	Segurança Pública	347.500,00
08	Assistência Social	366.000,00
11	Trabalho	250.000,00

12	Educação	14.422.000,00
13	Cultura	575.000,00
15	Urbanismo	7.386.500,00
17	Saneamento	1.185.000,00
18	Gestão Ambiental	110.000,00
20	Agricultura	1.120.000,00
23	Comércio e Serviços	570.000,00
27	Desporto e Lazer	850.000,00
28	Encargos Especiais	2.115.000,00
99	Reserva de Contingência	25.000,00
	SOMA:	33.076.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	10.696.000,00
	TOTAL:	43.772.000,00

### III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

00	Encargos Especiais	2.115.000,00
02	Gestão Estratégica	900.000,00
03	Administração Geral, Financeira e Planejamento	2.854.000,00
04	Educação e Cidadania	14.422.000,00
05	Esporte e Integração Comunitária	850.000,00
08	Proteção Social	366.000,00
09	Serviços de Utilidade Pública e Mobilidade Urbana	347.500,00
10	Obras Estruturantes	8.571.500,00
12	Desenvolvimento Rural	1.120.000,00
13	Desenvolv. Econômico M. ambiente e Geração de Renda	930.000,00
14	Turismo e Cultura Integrados	575.000,00
15	Reserva de Contingência	25.000,00
	SOMA:	33.076.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	10.696.000,00
	TOTAL:	43.772.000,00

### IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	25.579.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.621.000,00
3.2.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	220.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.738.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	7.472.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	6.477.000,00
4.6.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	995.000,00
9.9.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00
	SOMA:	33.076.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS – FMSaúde	7.355.500,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS – FMASocial	1.668.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS – FMMAmb.	172.500,00

	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS – Câmara Municipal	1.500.000,00
	TOTAL:	43.772.000,00

### DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 3º O Orçamento da Unidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COCAL DO SUL para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$ 5.161.500,00 (cinco milhões, cento e sessenta e um mil e quinhentos reais) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 7.355.500,00 (sete milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil e quinhentos reais) e fixa as Despesas em R\$ 12.517.000,00 (doze milhões quinhentos e dezessete mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras Extra-Orçamentário, com os seguintes desdobramentos:

1	RECEITAS CORRENTES	4.946.500,00
1.1	RECEITA TRIBUTÁRIA	60.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	42.000,00
1.6	RECEITA DE SERVIÇOS	12.500,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.830.000,00
1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	215.000,00
2.2	ALIENAÇÃO DE BENS	15.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	200.000,00
	SOMA:	5.161.500,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS DA PREFEITURA	7.355.500,00
	SOMA:	12.517.000,00

§ 2º A Despesa da Unidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COCAL DO SUL, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à funcional - programática, programa de governo e natureza, distribuídas da seguinte forma:

### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10	SAÚDE	12.497.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00
	SOMA:	12.517.000,00

### II - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0 006	SAÚDE E CIDADANIA	12.497.000,00
0199	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00
	SOMA:	12.517.000,00

### III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	11.834.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.295.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.539.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	663.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	663.000,00
9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00
	SOMA:	12.517.000,00

## DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 4º O Orçamento da Unidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE COCAL DO SUL para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$ 574.500,00 (quinhentos e setenta e quatro mil e quinhentos reais) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.668.000,00 (um milhão, seiscentos e sessenta e oito mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 2.242.500,00 (dois milhões e duzentos e quarenta e dois mil e quinhentos reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras Extra-Orçamentário, com os seguintes desdobramentos:

1	RECEITAS CORRENTES	384.500,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	10.500,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	374.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	190.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	190.000,00
	SOMA:	574.500,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS DA PREFEITURA	1.668.000,00
	SOMA:	2.242.500,00

§ 2º A Despesa da Unidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE COCAL DO SUL, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à funcional - programática, programa de governo e natureza, distribuídas da seguinte forma:

### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.237.500,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00
	SOMA:	2.242.500,00

### II - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

008	PROTEÇÃO SOCIAL	2.237.500,00
0199	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00
	SOMA:	2.242.500,00

### III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	1.756.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	740.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.016.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	481.500,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	481.500,00
9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00
	SOMA:	2.242.500,00

## DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL MEIO AMBIENTE DE COCAL DO SUL

Art. 5º O Orçamento da Unidade FUNDAÇÃO MUNICIPAL MEIO

AMBIENTE DE COCAL DO SUL para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$ 165.500,00 (cento e sessenta e cinco mil e quinhentos reais) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 172.500,00 (cento e setenta e dois mil e quinhentos reais), e fixa as Despesas em R\$ 338.000,00 (trezentos e trinta e oito mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras Extra-Orçamentário, com os seguintes desdobramentos:

1	RECEITAS CORRENTES	163.500,00
1.1	RECEITA TRIBUTÁRIA	125.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	3.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	35.000,00
1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	500,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	2.000,00
2.2	ALIENAÇÃO DE BENS	2.000,00
	SOMA:	165.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS DA PREFEITURA	172.500,00
	SOMA:	338.000,00

§ 2º A Despesa da Unidade FUNDAÇÃO MUNICIPAL MEIO AMBIENTE DE COCAL DO SUL, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à funcional - programática, programa de governo e natureza, distribuídas da seguinte forma:

### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

18	GESTÃO AMBIENTAL	338.000,00
	SOMA:	338.000,00

### II - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

13	DESENV. ECONÔMICO, M. AMBIENTE E GER. RENDA	338.000,00
	SOMA:	338.000,00

### III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	325.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	233.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	92.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	13.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	13.000,00
	SOMA:	338.000,00

## DO ORÇAMENTO DA CÂMARA

Art. 6º O Orçamento da Unidade CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE COCAL DO SUL para o exercício de 2015 fixa as despesas em R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

Parágrafo único. A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras da Prefeitura Municipal, com os seguintes desdobramentos:

### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01	LEGISLATIVA	1.500.000,00
	SOMA:	1.500.000,00

## II - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

1	PROCESSO LEGISLATIVO	1.500.000,00
	SOMA:	1.500.000,00

## III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	1.300.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.000.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	300.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	200.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	200.000,00
	SOMA:	1.500.000,00

## DO ORÇAMENTO DO SAMAE

Art. 7º O Orçamento da Unidade do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Cocal do Sul para o exercício de 2015 estima a Receita e fixa as Despesas em R\$ 4.145.000,00 (quatro milhões cento e quarenta e cinco mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

1	RECEITAS CORRENTES	4.040.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	5.000,00
1.6	RECEITA DE SERVIÇOS	3.795.000,00
1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	240.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	105.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	105.000,00
	SOMA:	4.145.000,00

§ 2º A Despesa da entidade SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Cocal do Sul será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à funcional-programática, programa de governo e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

17	SANEAMENTO	4.130.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00
	SOMA:	4.145.000,00

## II - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0 011	ÁGUA E SANEAMENTO	4.130.000,00
0099	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00
	SOMA:	4.145.000,00

## III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	2.934.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.617.000,00

3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.317.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	1.196.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.196.000,00
9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00
	SOMA:	4.145.000,00

Art. 8º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal

99	Reserva de Contingência	25.000,00
	TOTAL:	25.000,00

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde

99	Reserva de Contingência	20.000,00
	TOTAL:	20.000,00

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Assistência Social

99	Reserva de Contingência	5.000,00
	TOTAL:	5.000,00

Unidade Gestora: SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

99	Reserva de Contingência	15.000,00
	TOTAL:	15.000,00

§ 1º A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita mediante ato do Poder Executivo, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º Para efeito desta lei entende-se por "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras.

§ 3º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º.

§ 4º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem ao final de cada mês, poderão, excepcionalmente, ser utilizados na proporção de 1/12 do saldo, mediante ato do poder Executivo, para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 9º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar mediante autorização legislativa o remanejamento de dotações orçamentárias de uma modalidade de aplicação para outra, bem como as pertencentes ao mesmo grupo de projeto ou atividade ou operação especial, na mesma fonte de recursos, tendo como limite máximo o seu saldo existente.

Art. 10. O Executivo está autorizado, mediante ato próprio, e nos termos do Art. 7º, da Lei Federal nº. 4.320/64, a abrir créditos

adicionais suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação por fonte de recurso, observada a tendência do exercício;

II - Superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único. Exclui-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 11. As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 12. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais mediante ato do poder Executivo.

Art. 13. As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 14. Durante o exercício de 2015 o Executivo Municipal poderá realizar operações de créditos para financiamento de programas priorizados nesta lei, autorizados na forma da legislação vigente.

Art. 15. Comprovado o interesse público e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 16. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios, acordo ou ajustes com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para execução de obras ou aquisição de equipamentos, materiais ou serviços de interesse do Município.

Parágrafo único. Os termos de convênios, acordos ou ajustes de que trata este artigo serão remetidos à Câmara de Vereadores em até 30 dias de sua assinatura, para conhecimento e/ou homologação, conforme o caso.

Art. 17. As Destinações de recursos poderão ser alteradas por Ato próprio do Chefe do Poder Executivo, em especial quando propostas pelo Tribunal de Contas do Estado e pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 18. Fazem parte integrante desta Lei os ANEXOS extraídos da Lei Federal nº. 4.320/64, e os ANEXOS vinculados ao Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 19. A presente lei vigorará durante o exercício de 2015, a partir de 1º de janeiro, revogado as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 17 de dezembro de 2014.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**ANEXOS DA LEI N. 1.241 LOA 2015****Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

Página: 1/1

Data: 28/10/2014

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 1 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE COCAL DO SUL

Receitas	Valor	Despesas	Valor
RECEITAS CORRENTES	384.500,00	DESPESAS CORRENTES	1.756.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	10.500,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	740.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	374.000,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.016.000,00
Deficit	1.371.500,00		
Total	1.756.000,00	Total	1.756.000,00
		Deficit do orçamento corrente	1.371.500,00
RECEITAS DE CAPITAL	190.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	481.500,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	190.000,00	INVESTIMENTOS	481.500,00
Deficit	291.500,00		
Total	481.500,00	Total	481.500,00

**Resumo**

RECEITAS CORRENTES	384.500,00	17,15 %	DESPESAS CORRENTES	1.756.000,00	78,31 %
RECEITAS DE CAPITAL	190.000,00	8,47 %	DESPESAS DE CAPITAL	481.500,00	21,47 %
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	1.668.000,00	74,38 %	RESERVA DE CONTINGENCIA	5.000,00	0,22 %
Total	2.242.500,00	100,00 %	Total	2.242.500,00	100,00 %

Cocal do Sul, 28 de outubro de 2014

\_\_\_\_\_  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/1

Data: 28/10/2014

Seleção: Entidade = 5 - CAMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL

Receitas	Valor	Despesas	Valor
		DESPESAS CORRENTES	1.300.000,00
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.000.000,00
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	300.000,00
Deficit	1.300.000,00		
Total	1.300.000,00	Total	1.300.000,00
		Deficit do orçamento corrente	1.300.000,00
		DESPESAS DE CAPITAL	200.000,00
		INVESTIMENTOS	200.000,00
Deficit	200.000,00		
Total	200.000,00	Total	200.000,00
Resumo			
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	1.500.000,00	100,00 %	DESPESAS CORRENTES 1.300.000,00 86,67 %
			DESPESAS DE CAPITAL 200.000,00 13,33 %
Total	1.500.000,00	100,00 %	Total 1.500.000,00 100,00 %

Cocal do Sul, 28 de outubro de 2014

---

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/1

Data: 29/10/2014

Receitas	Valor	Despesas	Valor
RECEITAS CORRENTES	56.476.500,00	DESPESAS CORRENTES	43.828.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.067.000,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.506.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	600.000,00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	220.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	321.500,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.102.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	50.000,00		
RECEITA DE SERVIÇOS	3.927.500,00		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	44.273.000,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.237.500,00		
DEDUÇÕES DA RECEITA	-5.555.000,00		
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-5.555.000,00		
		Superavit	7.093.500,00
Total	50.921.500,00	Total	50.921.500,00
Superavit do orçamento corrente	7.093.500,00		
RECEITAS DE CAPITAL	2.897.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	9.925.500,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	800.000,00	INVESTIMENTOS	8.930.500,00
ALIENAÇÃO DE BENS	242.000,00	Amortização da Dívida	995.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.855.000,00		
Deficit	7.028.500,00		
Total	9.925.500,00	Total	9.925.500,00
Resumo			
RECEITAS CORRENTES	56.476.500,00	87,54 %	DESPESAS CORRENTES 43.828.000,00 69,55 %
RECEITAS DE CAPITAL	2.897.000,00	4,49 %	DESPESAS DE CAPITAL 9.925.500,00 15,75 %
DEDUÇÕES DA RECEITA	-5.555.000,00	-8,61 %	RESERVA DE CONTINGENCIA 65.000,00 0,10 %
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	10.696.000,00	16,58 %	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 9.196.000,00 14,59 %
			Superavit do Orçamento 1.500.000,00
Total	64.514.500,00	100,00 %	Total 64.514.500,00 100,00 %

Cocal do Sul, 29 de outubro de 2014

\_\_\_\_\_  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/1

Data: 28/10/2014

Seleção: Entidade = 6 - FUNDACAO MUNICIPAL MEIO AMBIENTE DE COCAL DO SUL

Receitas	Valor	Despesas	Valor
RECEITAS CORRENTES	163.500,00	DESPESAS CORRENTES	325.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	125.000,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	233.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	3.000,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	92.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	35.000,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	500,00		
Deficit	161.500,00		
Total	325.000,00	Total	325.000,00
		Deficit do orçamento corrente	161.500,00
RECEITAS DE CAPITAL	2.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	13.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	2.000,00	INVESTIMENTOS	13.000,00
Deficit	11.000,00		
Total	13.000,00	Total	13.000,00
Resumo			
RECEITAS CORRENTES	163.500,00	48,37 %	DESPESAS CORRENTES 325.000,00 96,15 %
RECEITAS DE CAPITAL	2.000,00	0,59 %	DESPESAS DE CAPITAL 13.000,00 3,85 %
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	172.500,00	51,04 %	
Total	338.000,00	100,00 %	Total 338.000,00 100,00 %

Cocal do Sul, 28 de outubro de 2014

\_\_\_\_\_  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/1

Data: 29/10/2014

Seleção: Entidade = 3 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL

Receitas	Valor	Despesas	Valor
RECEITAS CORRENTES	46.942.000,00	DESPESAS CORRENTES	25.679.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.882.000,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.621.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	600.000,00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	220.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	261.000,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.838.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	50.000,00		
RECEITA DE SERVIÇOS	120.000,00		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	39.034.000,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	995.000,00		
DEDUÇÕES DA RECEITA	-5.555.000,00		
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-5.555.000,00		
		Superavit	15.708.000,00
Total	41.387.000,00	Total	41.387.000,00
Superavit do orçamento corrente	15.708.000,00		
RECEITAS DE CAPITAL	2.385.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	7.372.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	800.000,00	INVESTIMENTOS	6.377.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	225.000,00	Amortização da Dívida	995.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.360.000,00		
Deficit	4.987.000,00		
Total	7.372.000,00	Total	7.372.000,00

## Resumo

RECEITAS CORRENTES	46.942.000,00	107,24 %	DESPESAS CORRENTES	25.679.000,00	60,75 %
RECEITAS DE CAPITAL	2.385.000,00	5,45 %	DESPESAS DE CAPITAL	7.372.000,00	17,44 %
DEDUÇÕES DA RECEITA	-5.555.000,00	-12,69 %	RESERVA DE CONTINGENCIA	25.000,00	0,06 %
			TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	9.196.000,00	21,75 %
			Superavit do Orçamento	1.500.000,00	
Total	43.772.000,00	100,00 %	Total	43.772.000,00	100,00 %

Cocal do Sul, 29 de outubro de 2014

\_\_\_\_\_  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/1

Data: 28/10/2014

Seleção: Entidade = 4 - SAMAE DE COCAL DO SUL

Receitas	Valor	Despesas	Valor
RECEITAS CORRENTES	4.040.000,00	DESPESAS CORRENTES	2.934.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	5.000,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.617.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	3.795.000,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.317.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	240.000,00		
		Superavit	1.106.000,00
Total	4.040.000,00	Total	4.040.000,00
Superavit do orçamento corrente	1.106.000,00		
RECEITAS DE CAPITAL	105.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	1.196.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	105.000,00	INVESTIMENTOS	1.196.000,00
Deficit	1.091.000,00		
Total	1.196.000,00	Total	1.196.000,00
Resumo			
RECEITAS CORRENTES	4.040.000,00	97,47 %	DESPESAS CORRENTES 2.934.000,00 70,78 %
RECEITAS DE CAPITAL	105.000,00	2,53 %	DESPESAS DE CAPITAL 1.196.000,00 28,85 %
			RESERVA DE CONTINGENCIA 15.000,00 0,36 %
Total	4.145.000,00	100,00 %	Total 4.145.000,00 100,00 %

Cocal do Sul, 28 de outubro de 2014

\_\_\_\_\_  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/1

Data: 28/10/2014

Seleção: Entidade = 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COCAL DO SUL

Receitas	Valor	Despesas	Valor		
RECEITAS CORRENTES	4.946.500,00	DESPESAS CORRENTES	11.834.000,00		
RECEITA TRIBUTÁRIA	60.000,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.295.000,00		
RECEITA PATRIMONIAL	42.000,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.539.000,00		
RECEITA DE SERVIÇOS	12.500,00				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.830.000,00				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.000,00				
Deficit	6.887.500,00				
Total	11.834.000,00	Total	11.834.000,00		
		Deficit do orçamento corrente	6.887.500,00		
RECEITAS DE CAPITAL	215.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	663.000,00		
ALIENAÇÃO DE BENS	15.000,00	INVESTIMENTOS	663.000,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	200.000,00				
Deficit	448.000,00				
Total	663.000,00	Total	663.000,00		
Resumo					
RECEITAS CORRENTES	4.946.500,00	39,52 %	DESPESAS CORRENTES	11.834.000,00	94,54 %
RECEITAS DE CAPITAL	215.000,00	1,72 %	DESPESAS DE CAPITAL	663.000,00	5,30 %
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	7.355.500,00	58,76 %	RESERVA DE CONTINGENCIA	20.000,00	0,16 %
Total	12.517.000,00	100,00 %	Total	12.517.000,00	100,00 %

Cocal do Sul, 28 de outubro de 2014

\_\_\_\_\_  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015  
 Relação da Proposta da Despesa

Página: 1/11  
 Data: 29/10/2014

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE COCAL DO SUL</b>						<b>2.242.500,00</b>
Órgão: 12.00 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL						2.237.500,00
Unidade: 12.01 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL						2.237.500,00
Proj./Ativ.: 1.004 - Construção do CRAS			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
1 08.244.8	4.4.90.00.00.00.00.00.02.0157.000000.04.03.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
1 08.244.8	4.4.90.00.00.00.00.00.02.0031.000000.04.03.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
1 08.244.8	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
<b>Total:</b>						<b>30.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.005 - Construção do Centro de Convivência Social - Multifuncional			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
2 08.244.8	4.4.90.00.00.00.00.00.02.0157.000000.04.03.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
2 08.244.8	4.4.90.00.00.00.00.00.02.0031.000000.04.03.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
2 08.244.8	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
<b>Total:</b>						<b>60.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.006 - Aquisição de Áreas e Construção de Moradias			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
3 08.482.8	4.4.90.00.00.00.00.00.02.0157.000000.04.03.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	45.500,00
3 08.482.8	4.4.90.00.00.00.00.00.02.0031.000000.04.03.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	45.500,00
3 08.482.8	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	110.000,00
<b>Total:</b>						<b>201.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.028 - Construção do CREAS			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
4 08.244.8	4.4.90.00.00.00.00.00.02.0157.000000.04.03.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
4 08.244.8	4.4.90.00.00.00.00.00.02.0031.000000.04.03.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
4 08.244.8	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	25.000,00
<b>Total:</b>						<b>75.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.030 - Manutenção do Fundo M. de Assistência Social			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
5 08.244.8	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	650.000,00
5 08.244.8	3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00	- Transferencias a Instituic	Não	Não	Não	60.000,00
5 08.244.8	3.3.90.00.00.00.00.00.02.0025.000000.04.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	37.000,00
5 08.244.8	3.3.90.00.00.00.00.00.02.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	500,00
5 08.244.8	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	250.000,00
5 08.244.8	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
5 08.244.8	4.4.90.00.00.00.00.00.02.0157.000000.04.03.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	25.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.042.500,00</b>
Proj./Ativ.: 2.031 - Manutenção do Fundo Municipal Habitação de Interesse Social			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
6 08.482.8	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
6 08.482.8	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
<b>Total:</b>						<b>15.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.032 - Manutenção do Programa de Proteção Social Básica			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
7 08.244.8	3.1.90.00.00.00.00.00.02.0052.000000.04.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	40.000,00
7 08.244.8	3.3.90.00.00.00.00.00.02.0052.000000.04.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	131.500,00
7 08.244.8	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
7 08.244.8	4.4.90.00.00.00.00.00.02.0052.000000.04.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	2.000,00
7 08.244.8	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
<b>Total:</b>						<b>293.500,00</b>
Proj./Ativ.: 2.033 - Manutenção do Programa de Proteção Especial			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
10 08.244.8	3.1.90.00.00.00.00.00.02.0052.000000.04.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	50.000,00
8 08.242.8	3.3.50.00.00.00.00.00.02.0109.000000.00.00.00	- Transferencias a Instituic	Não	Não	Não	5.000,00
10 08.244.8	3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00	- Transferencias a Instituic	Não	Não	Não	300.000,00
8 08.242.8	3.3.90.00.00.00.00.00.02.0109.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
9 08.243.8	3.3.90.00.00.00.00.00.02.0050.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	15.000,00
10 08.244.8	3.3.90.00.00.00.00.00.02.0052.000000.04.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	40.000,00
10 08.244.8	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
9 08.243.8	4.4.90.00.00.00.00.00.02.0050.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.500,00
10 08.244.8	4.4.90.00.00.00.00.00.02.0052.000000.04.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015  
 Relação da Proposta da Despesa

Página: 2/11  
 Data: 29/10/2014

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE COCAL DO SUL</b>						<b>2.242.500,00</b>
Órgão: 12.00 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL						2.237.500,00
Unidade: 12.01 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL						2.237.500,00
Proj./Ativ.: 2.033 - Manutenção do Programa de Proteção Especial			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
10	08.244.8	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
<b>Total:</b>						<b>471.500,00</b>
Proj./Ativ.: 2.034 - Manutenção do Programa Bolsa Família			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
11	08.243.8	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	15.000,00
11	08.243.8	3.3.90.00.00.00.00.00.02.0063.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	17.000,00
11	08.243.8	4.4.90.00.00.00.00.00.02.0063.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	9.000,00
11	08.243.8	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	8.000,00
<b>Total:</b>						<b>49.000,00</b>
Órgão: 99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA						5.000,00
Unidade: 99.99 - RESERVA DE CONTINGENCIA						5.000,00
Proj./Ativ.: 2.057 - Reserva de Contingência do Fundo Municipal de Assistência Social			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
12	99.999.15	9.9.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Reserva de Contingência	Não	Não	Não	5.000,00
<b>Total:</b>						<b>5.000,00</b>
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COCAL DO SUL</b>						<b>12.517.000,00</b>
Órgão: 11.00 - SECRETARIA DE SAUDE						12.497.000,00
Unidade: 11.01 - SECRETARIA DE SAUDE						12.497.000,00
Proj./Ativ.: 1.020 - Constr. Ampliação, Aquis. Veículos e Equipamentos			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
1	10.301.6	4.4.90.00.00.00.00.00.02.0094.000000.02.06.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	105.000,00
1	10.301.6	4.4.90.00.00.00.00.00.02.0095.000000.02.06.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	100.000,00
1	10.301.6	4.4.90.00.00.00.00.00.02.0088.000000.02.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	15.500,00
1	10.301.6	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	100.000,00
<b>Total:</b>						<b>320.500,00</b>
Proj./Ativ.: 2.020 - Manutenção da Rede Municipal de Saúde			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
2	10.301.6	3.1.71.00.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00 - Transf. a Consórcios Pút	Não	Sim	Sim	30.000,00
2	10.301.6	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	2.200.000,00
2	10.301.6	3.3.71.00.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00 - Transferências a Consór	Não	Não	Sim	350.000,00
2	10.301.6	3.3.90.00.00.00.00.00.02.0095.000000.02.06.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	20.000,00
2	10.301.6	3.3.90.00.00.00.00.00.02.0000.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	500,00
2	10.301.6	3.3.90.00.00.00.00.00.02.0012.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	12.500,00
2	10.301.6	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	600.000,00
2	10.301.6	4.4.71.00.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00 - Transferências a Consór	Não	Não	Sim	5.500,00
2	10.301.6	4.4.90.00.00.00.00.00.02.0095.000000.02.06.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	31.000,00
2	10.301.6	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	15.000,00
<b>Total:</b>						<b>3.264.500,00</b>
Proj./Ativ.: 2.021 - Manutenção do PSF			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
3	10.301.6	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	2.300.000,00
3	10.301.6	3.1.90.00.00.00.00.00.02.0112.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	600.000,00
<b>Total:</b>						<b>2.900.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.022 - Manutenção do PACS			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
4	10.301.6	3.1.90.00.00.00.00.00.02.0112.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	600.000,00
4	10.301.6	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	250.000,00
<b>Total:</b>						<b>850.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.023 - Manutenção do NASF			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
5	10.301.6	3.1.90.00.00.00.00.00.02.0156.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	225.000,00
5	10.301.6	3.3.90.00.00.00.00.00.02.0156.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	40.000,00
5	10.301.6	4.4.90.00.00.00.00.00.02.0156.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	40.000,00
<b>Total:</b>						<b>305.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015  
 Relação da Proposta da Despesa

Página: 3/11  
 Data: 29/10/2014

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COCAL DO SUL</b>						<b>12.517.000,00</b>
Órgão: 11.00 - SECRETARIA DE SAUDE						12.497.000,00
Unidade: 11.01 - SECRETARIA DE SAUDE						12.497.000,00
Proj./Ativ.: 2.024 - Manutenção dos Programas de Média e Alta Complexidade			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
6	10.302.6	3.1.90.00.00.00.00.00.02.0126.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	150.000,00
6	10.302.6	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	250.000,00
6	10.302.6	3.3.40.00.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00 - Transferencias a Municip	Não	Não	Sim	40.000,00
6	10.302.6	3.3.50.00.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00 - Transferencias a Instituic	Não	Não	Sim	180.000,00
6	10.302.6	3.3.71.00.00.00.00.00.02.0126.000000.02.04.00 - Transferências a Consór	Não	Não	Sim	60.000,00
6	10.302.6	3.3.90.00.00.00.00.00.02.0126.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	905.000,00
6	10.302.6	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	750.000,00
6	10.302.6	4.4.90.00.00.00.00.00.02.0126.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	70.000,00
<b>Total:</b>						<b>2.405.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.025 - Manutenção da Vigilância Sanitária e Epidemiologica			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
8	10.305.6	3.1.90.00.00.00.00.00.02.0067.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	50.000,00
7	10.304.6	3.1.90.00.00.00.00.00.02.0027.000000.02.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	40.000,00
7	10.304.6	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	50.000,00
8	10.305.6	3.3.71.00.00.00.00.00.02.0067.000000.02.04.00 - Transferências a Consór	Não	Não	Sim	30.000,00
7	10.304.6	3.3.71.00.00.00.00.00.02.0067.000000.02.04.00 - Transferências a Consór	Não	Não	Sim	20.000,00
7	10.304.6	3.3.90.00.00.00.00.00.02.0067.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	23.000,00
8	10.305.6	3.3.90.00.00.00.00.00.02.0067.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	20.000,00
7	10.304.6	3.3.90.00.00.00.00.00.02.0027.000000.02.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	15.000,00
7	10.304.6	4.4.90.00.00.00.00.00.02.0067.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	7.000,00
7	10.304.6	4.4.90.00.00.00.00.00.02.0027.000000.02.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	9.000,00
8	10.305.6	4.4.90.00.00.00.00.00.02.0067.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	10.000,00
<b>Total:</b>						<b>274.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.026 - Manutenção do programa e Assistência Farmacêutica Básica			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
9	10.301.6	3.3.71.00.00.00.00.00.02.0159.000000.02.04.00 - Transferências a Consór	Não	Não	Sim	70.000,00
9	10.301.6	3.3.71.00.00.00.00.00.02.0111.000000.02.04.00 - Transferências a Consór	Não	Não	Sim	70.000,00
9	10.301.6	3.3.71.00.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00 - Transferências a Consór	Não	Não	Sim	100.000,00
9	10.301.6	3.3.90.00.00.00.00.00.02.0159.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	30.500,00
9	10.301.6	3.3.90.00.00.00.00.00.02.0111.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	50.500,00
9	10.301.6	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	100.000,00
<b>Total:</b>						<b>421.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.027 - Manutenção do Programa Piso Atenção Básica Fixo-PMAQ- Saúde Bucal e Outras			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
10	10.301.6	3.1.90.00.00.00.00.00.02.0072.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	100.000,00
10	10.301.6	3.1.90.00.00.00.00.00.02.0064.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	450.000,00
10	10.301.6	3.3.71.00.00.00.00.00.02.0112.000000.02.04.00 - Transferências a Consór	Não	Não	Sim	120.000,00
10	10.301.6	3.3.90.00.00.00.00.00.02.0006.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	151.000,00
10	10.301.6	3.3.90.00.00.00.00.00.02.0064.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	180.000,00
10	10.301.6	3.3.90.00.00.00.00.00.02.0072.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	90.000,00
10	10.301.6	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	10.000,00
10	10.301.6	3.3.90.00.00.00.00.00.02.0010.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	215.000,00
10	10.301.6	3.3.90.00.00.00.00.00.02.0112.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	286.000,00
10	10.301.6	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	5.000,00
10	10.301.6	4.4.90.00.00.00.00.00.02.0010.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	40.000,00
10	10.301.6	4.4.90.00.00.00.00.00.02.0072.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	10.000,00
10	10.301.6	4.4.90.00.00.00.00.00.02.0064.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	70.000,00
10	10.301.6	4.4.90.00.00.00.00.00.02.0006.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	30.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.757.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015  
 Relação da Proposta da Despesa

Página: 4/11  
 Data: 29/10/2014

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COCAL DO SUL</b>						<b>12.517.000,00</b>
Órgão: 99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA						20.000,00
Unidade: 99.99 - RESERVA DE CONTINGENCIA						20.000,00
Proj./Ativ.: 2.056 - Reserva de Contingência do Fundo Municipal da Saúde			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
11	99.999.15	9.9.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000.02.01.00 - RESERVA DE CONTING	Não	Não	Sim	20.000,00
<b>Total:</b>						<b>20.000,00</b>
<b>Entidade: 3 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL</b>						<b>33.076.000,00</b>
Órgão: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO						840.000,00
Unidade: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO						840.000,00
Proj./Ativ.: 1.016 - Aquisição de Veículos e Equipamentos Funcionais			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
1	04.122.2	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
<b>Total:</b>						<b>50.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.004 - Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice e Assessorias			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
2	04.122.2	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	460.000,00
2	04.122.2	3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituic	Não	Não	Não	100.000,00
2	04.122.2	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	230.000,00
<b>Total:</b>						<b>790.000,00</b>
Órgão: 04.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA						366.000,00
Unidade: 04.01 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA						366.000,00
Proj./Ativ.: 2.028 - Manutenção do FIA			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
3	08.243.7	3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituic	Não	Não	Não	100.000,00
3	08.243.7	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0008.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.500,00
3	08.243.7	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0021.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	7.500,00
3	08.243.7	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
3	08.243.7	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0008.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
3	08.243.7	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0021.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	3.000,00
<b>Total:</b>						<b>136.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.029 - Manutenção dos Serviços do Conselho Tutelar			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
4	08.243.7	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	190.000,00
4	08.243.7	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	35.000,00
4	08.243.7	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
<b>Total:</b>						<b>230.000,00</b>
Órgão: 05.00 - SEC.ADM.PLANEJ.FAZ.E FINANÇAS PUBLICAS						5.029.000,00
Unidade: 05.01 - SEC.ADM.PLANEJ.FAZ.E FINANÇAS PUBLICAS						5.029.000,00
Proj./Ativ.: 1.017 - Implantação da Nova Sede Administrativa			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
5	04.122.3	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0049.000000.04.02.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
5	04.122.3	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.01.01.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	20.000,00
<b>Total:</b>						<b>40.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.001 - Manutenção dos Encargos Gerais			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
6	28.846.0	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	700.000,00
6	28.846.0	3.2.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	150.000,00
6	28.846.0	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	500.000,00
6	28.846.0	4.6.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	765.000,00
<b>Total:</b>						<b>2.115.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.006 - Manutenção dos Serviços Administrativos			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
7	04.122.3	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	1.250.000,00
7	04.122.3	3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituic	Não	Não	Não	120.000,00
7	04.122.3	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	805.000,00
7	04.122.3	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	40.000,00
<b>Total:</b>						<b>2.215.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.007 - Manutenção dos Serviços Contábeis, Financeiros e Arrecadação			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
8	04.122.3	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	375.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015  
 Relação da Proposta da Despesa

Página: 5/11  
 Data: 29/10/2014

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 3 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL</b>						<b>33.076.000,00</b>
Órgão: 05.00 - SEC.ADM.PLANEJ.FAZ.E FINANÇAS PÚBLICAS						5.029.000,00
Unidade: 05.01 - SEC.ADM.PLANEJ.FAZ.E FINANÇAS PÚBLICAS						5.029.000,00
Proj./Ativ.: 2.007 - Manutenção dos Serviços Contábeis, Financeiros e Arrecadação			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
8	04.122.3	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	60.000,00
8	04.122.3	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	12.000,00
<b>Total:</b>						<b>447.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.008 - Manutenção dos Serviços de Gestão e Controle			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
9	04.122.3	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	130.000,00
9	04.122.3	3.3.93.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicação Direta Decorre	Não	Não	Não	22.000,00
<b>Total:</b>						<b>152.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.059 - Manutenção das Ações do FUMDEC			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
10	04.182.2	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0095.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	15.000,00
10	04.182.2	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	45.000,00
<b>Total:</b>						<b>60.000,00</b>
Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER E CULTURA						15.847.000,00
Unidade: 07.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO						14.422.000,00
Proj./Ativ.: 1.002 - Construção e Ampliação de Creches			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
11	12.365.4	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0161.000000.01.06.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	60.000,00
11	12.365.4	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.01.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	200.000,00
11	12.365.4	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0022.000000.01.06.04 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	100.000,00
<b>Total:</b>						<b>360.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.018 - Construção de Quadras Poliesportivas p/ Ed. Física			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
12	12.361.4	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0161.000000.01.06.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	45.000,00
12	12.361.4	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0022.000000.01.06.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	55.000,00
12	12.361.4	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0058.000000.01.03.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	50.000,00
12	12.361.4	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.01.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	40.000,00
<b>Total:</b>						<b>190.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.019 - Aquisição de Veículos e Utilitários			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
13	12.361.4	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0087.000000.01.05.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	51.000,00
13	12.361.4	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0081.000000.01.04.95 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	250.000,00
13	12.361.4	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.01.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	100.000,00
13	12.361.4	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0161.000000.01.06.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	50.000,00
13	12.361.4	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0022.000000.01.06.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	50.000,00
<b>Total:</b>						<b>501.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.024 - Ampliação da Rede Física da Educação Básica			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
14	12.361.4	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0161.000000.01.06.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	50.000,00
14	12.361.4	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.01.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	200.000,00
14	12.361.4	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0022.000000.01.06.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	50.000,00
14	12.361.4	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0058.000000.01.03.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	60.000,00
<b>Total:</b>						<b>360.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.011 - Manutenção da Educação Básica			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
15	12.361.4	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0018.000000.01.02.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	3.000.000,00
16	12.365.4	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0018.000000.01.02.02 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	3.100.000,00
15	12.361.4	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.01.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	690.000,00
15	12.361.4	3.2.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.01.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	70.000,00
15	12.361.4	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.01.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	700.000,00
15	12.361.4	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0019.000000.01.02.03 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	300.000,00
15	12.361.4	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0058.000000.01.03.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	410.000,00
15	12.361.4	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0059.000000.01.03.95 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	10.000,00
15	12.361.4	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0062.000000.01.03.95 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	30.000,00
16	12.365.4	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0019.000000.01.02.04 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	150.000,00
15	12.361.4	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0160.000000.01.99.02 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	30.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015  
 Relação da Proposta da Despesa

Página: 6/11  
 Data: 29/10/2014

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 3 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL</b>						<b>33.076.000,00</b>
Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER E CULTURA						15.847.000,00
Unidade: 07.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO						14.422.000,00
Proj./Ativ.: 2.011 - Manutenção da Educação Básica			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
16	12.365.4	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0019.000000.01.02.04 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	50.000,00
16	12.365.4	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.01.02 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	30.000,00
15	12.361.4	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0058.000000.01.03.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	200.000,00
15	12.361.4	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0019.000000.01.02.03 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	40.000,00
15	12.361.4	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0059.000000.01.03.95 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	5.500,00
15	12.361.4	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.01.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	30.000,00
15	12.361.4	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0062.000000.01.03.95 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	20.000,00
15	12.361.4	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0160.000000.01.99.02 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	50.000,00
15	12.361.4	4.6.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.01.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	230.000,00
<b>Total:</b>						<b>9.145.500,00</b>
Proj./Ativ.: 2.013 - Transporte Escolar			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
17	12.361.4	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.01.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	450.000,00
17	12.361.4	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0019.000000.01.02.03 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	375.000,00
17	12.361.4	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.01.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	400.000,00
17	12.361.4	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0019.000000.01.02.03 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	10.000,00
17	12.361.4	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0061.000000.01.03.95 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	142.000,00
18	12.362.4	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0160.000000.01.99.02 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	151.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.528.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.014 - Merenda Escolar			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
19	12.306.4	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.00.00 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	300.000,00
19	12.306.4	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.00.00 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	520.000,00
19	12.306.4	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0060.000000.01.03.95 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	302.500,00
<b>Total:</b>						<b>1.122.500,00</b>
Proj./Ativ.: 2.016 - Serviços Administrativos da Educação			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
20	12.361.4	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.01.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	800.000,00
20	12.361.4	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.01.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	265.000,00
20	12.361.4	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.01.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	20.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.085.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.017 - Manutenção de Outros Níveis de Ensino			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
21	12.364.4	3.3.50.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.01.05 - Transferencias a Instituic	Sim	Não	Não	70.000,00
21	12.364.4	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.01.05 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	30.000,00
21	12.364.4	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000.01.01.04 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	30.000,00
<b>Total:</b>						<b>130.000,00</b>
Unidade: 07.02 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER						850.000,00
Proj./Ativ.: 1.003 - Construção de Equipamentos Esportivos			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
22	27.812.5	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0095.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
22	27.812.5	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0094.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	40.000,00
22	27.812.5	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
<b>Total:</b>						<b>150.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.018 - Apoio ao Esporte Amador Comunitário			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
23	27.812.5	3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituic	Não	Não	Não	60.000,00
23	27.812.5	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0095.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
23	27.812.5	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0094.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
23	27.812.5	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	200.000,00
<b>Total:</b>						<b>270.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.019 - Manutenção do Departamento de Esportes			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
24	27.812.5	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	270.000,00
24	27.812.5	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	150.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015  
 Relação da Proposta da Despesa

Página: 7/11  
 Data: 29/10/2014

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 3 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL</b>						<b>33.076.000,00</b>
Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER E CULTURA						15.847.000,00
Unidade: 07.02 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER						850.000,00
Proj./Ativ.: 2.019 - Manutenção do Departamento de Esportes			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
24	27.812.5	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
<b>Total:</b>						<b>430.000,00</b>
Unidade: 07.03 - DEPARTAMENTO DE CULTURA						575.000,00
Proj./Ativ.: 1.015 - Construção de Arena de Multiuso			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
25	13.392.14	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0095.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
25	13.392.14	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0094.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	40.000,00
25	13.392.14	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
<b>Total:</b>						<b>60.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.052 - Manutenção do Departamento da Cultura			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
26	13.695.14	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	80.000,00
26	13.695.14	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	60.000,00
26	13.695.14	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	15.000,00
<b>Total:</b>						<b>155.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.053 - Manutenção de Eventos Municipais			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
27	13.392.14	3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituic	Não	Não	Não	40.000,00
27	13.392.14	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	300.000,00
27	13.392.14	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
<b>Total:</b>						<b>345.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.054 - Manutenção de Ambientes Culturais			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
28	13.392.14	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	12.500,00
28	13.392.14	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	2.500,00
<b>Total:</b>						<b>15.000,00</b>
Órgão: 08.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO						1.120.000,00
Unidade: 08.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO						1.120.000,00
Proj./Ativ.: 1.012 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
29	20.605.12	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0095.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	25.000,00
29	20.605.12	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0094.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	45.000,00
29	20.605.12	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0089.000000.04.01.01 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
29	20.605.12	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0049.000000.04.02.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
29	20.605.12	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
<b>Total:</b>						<b>270.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.046 - Manutenção da Secretaria de Agricultura e Abastecimento			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
30	20.605.12	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	300.000,00
30	20.605.12	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0094.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	40.000,00
30	20.605.12	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	250.000,00
30	20.605.12	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0095.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
30	20.605.12	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
<b>Total:</b>						<b>650.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.047 - Implantação e Manut. de Programas de Incentivo e Ger. Renda			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
31	20.605.12	3.1.71.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Transf. a Consórcios Pút	Não	Sim	Não	6.000,00
31	20.605.12	3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituic	Não	Não	Não	10.000,00
31	20.605.12	3.3.71.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Transferências a Consór	Não	Não	Não	3.000,00
31	20.605.12	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0094.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
31	20.605.12	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	130.000,00
31	20.605.12	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0095.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
31	20.605.12	4.4.71.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Transferências a Consór	Não	Não	Não	1.000,00
31	20.605.12	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0094.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
31	20.605.12	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0095.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
<b>Total:</b>						<b>200.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015  
 Relação da Proposta da Despesa

Página: 8/11  
 Data: 29/10/2014

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 3 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL</b>						<b>33.076.000,00</b>
Órgão: 09.00 - SEC.OBRAS VIARIAS EDIF.SAN.REF.TRANSP.SER.PUBLICOS						8.919.000,00
Unidade: 09.01 - SEC.OBRAS VIARIAS EDIF.SAN.REF.TRANSP.SER.PUBLICOS						5.295.000,00
Proj./Ativ.: 2.035 - Manutenção da Secr. Obras, Transp e Serviços - SEOBR			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
32	15.451.9	3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	1.750.000,00
32	15.451.9	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.265.000,00
32	15.451.9	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0094.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
32	15.451.9	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0095.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	15.000,00
32	15.451.9	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0016.000000.04.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	81.000,00
32	15.451.9	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0044.000000.04.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	151.500,00
32	15.451.9	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0094.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
32	15.451.9	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
32	15.451.9	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0095.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
<b>Total:</b>						<b>3.382.500,00</b>
Proj./Ativ.: 2.037 - Manutenção e Melhoria da Iluminação Pública			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
33	15.451.9	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0098.000000.04.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	550.000,00
33	15.451.9	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
33	15.451.9	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0098.000000.04.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	55.000,00
33	15.451.9	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	90.000,00
<b>Total:</b>						<b>715.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.038 - Manutenção da Infraestrutura Operacional			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
34	15.451.9	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0095.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	125.000,00
34	15.451.9	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	500.000,00
34	15.451.9	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
34	15.451.9	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0095.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
<b>Total:</b>						<b>725.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.039 - Sinalização de Vias, Bens Públicos e Segurança			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
35	15.451.9	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0095.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	15.000,00
35	15.451.9	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	95.000,00
35	15.451.9	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0095.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
35	15.451.9	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
<b>Total:</b>						<b>125.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.040 - Manutenção Convênios SSP			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
36	06.181.9	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0055.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	74.000,00
36	06.181.9	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0054.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	74.000,00
36	06.181.9	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	76.000,00
36	06.181.9	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0055.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.000,00
36	06.181.9	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0054.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.000,00
36	06.181.9	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.500,00
<b>Total:</b>						<b>227.500,00</b>
Proj./Ativ.: 2.041 - Manutenção Convênios FUNREBOM			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
37	06.182.9	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	48.000,00
37	06.182.9	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	72.000,00
<b>Total:</b>						<b>120.000,00</b>
Unidade: 09.02 - INFRAESTRUTURA E VIAS PÚBLICAS.						2.439.000,00
Proj./Ativ.: 1.008 - Construção de Abrigos de Passageiros			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
38	15.451.10	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	40.000,00
38	15.451.10	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0095.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
38	15.451.10	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0094.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	15.000,00
<b>Total:</b>						<b>75.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.021 - Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
39	15.451.10	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	90.000,00
39	15.451.10	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0049.000000.04.02.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015  
 Relação da Proposta da Despesa

Página: 9/11  
 Data: 29/10/2014

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 3 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL</b>						<b>33.076.000,00</b>
Órgão: 09.00 - SEC.OBRAS VIARIAS EDIF.SAN.REF.TRANSP.SER.PUBLICOS						8.919.000,00
Unidade: 09.02 - INFRAESTRUTURA E VIAS PÚBLICAS.						2.439.000,00
Proj./Ativ.: 1.021 - Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
39	15.451.10	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0094.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	25.000,00
39	15.451.10	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0095.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	25.000,00
39	15.451.10	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0089.000000.04.01.01 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	88.000,00
<b>Total:</b>						<b>328.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.022 - Pavimentação e Recup. de Vias, Rodovias, Logradouros e Passeios			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
40	15.451.10	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0095.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	165.000,00
40	15.451.10	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0094.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	200.000,00
40	15.451.10	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0089.000000.04.01.01 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	40.000,00
40	15.451.10	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0049.000000.04.02.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	331.000,00
40	15.451.10	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	800.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.536.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.029 - Construção e Ampliação da Unidade Operacional da Secretaria de Obras			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
41	15.451.10	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	500.000,00
<b>Total:</b>						<b>500.000,00</b>
Unidade: 09.03 - SANEAMENTO BÁSICO						1.185.000,00
Proj./Ativ.: 1.030 - Construção, Reconstr. Bueiros, Pontes e Drenagem Pluvial			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
42	17.512.16	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
42	17.512.16	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0095.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
42	17.512.16	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0094.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	70.000,00
<b>Total:</b>						<b>220.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.031 - Infraestrutura de Águas e Saneamento			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
43	17.512.16	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0094.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
43	17.512.16	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
43	17.512.16	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0095.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
<b>Total:</b>						<b>130.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.060 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
44	17.512.16	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0095.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
44	17.512.16	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0094.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
44	17.512.16	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0094.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
44	17.512.16	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0095.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
<b>Total:</b>						<b>40.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.061 - Manutenção da Coleta e Destinação do Lixo			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
45	17.512.16	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	400.000,00
45	17.512.16	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
45	17.512.16	3.3.93.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicação Direta Decorre	Não	Não	Não	295.000,00
<b>Total:</b>						<b>795.000,00</b>
Órgão: 10.00 - SEC.DES .ECON.MEIO AMBIENTE TUR.COMUNICACOES						930.000,00
Unidade: 10.01 - SEC.DES.ECON.MEIO AMBIENTE TUR.COMUNICACOES						930.000,00
Proj./Ativ.: 1.013 - Aquisição de Área e Incentivos para Implantação e Ampliação de Industrias			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
46	11.334.13	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
<b>Total:</b>						<b>100.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.014 - Arborização, Reflorestamento e Jardinagem			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
47	18.541.13	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	40.000,00
<b>Total:</b>						<b>40.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.049 - Recuperação de Áreas Degradadas			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
48	18.541.13	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	37.500,00
48	18.541.13	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0095.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
48	18.541.13	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0094.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015  
 Relação da Proposta da Despesa

Página: 10/11

Data: 29/10/2014

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 3 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL</b>						<b>33.076.000,00</b>
Órgão: 10.00 - SEC.DES .ECON.MEIO AMBIENTE TUR.COMUNICACOES						930.000,00
Unidade: 10.01 - SEC.DES.ECON.MEIO AMBIENTE TUR.COMUNICACOES						930.000,00
Proj./Ativ.: 2.049 - Recuperação de Áreas Degradadas			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
48	18.541.13	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	12.500,00
<b>Total:</b>						<b>70.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.050 - Incentivo ao Desenv. Turístico e Geração de Renda			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
49	23.695.13	3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituic	Não	Não	Não	20.000,00
49	23.695.13	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	150.000,00
49	23.695.13	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	400.000,00
<b>Total:</b>						<b>570.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.051 - Manutenção Atividades Secret.Des.Econ./M.Amb/Tur. e Comunicações			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
50	11.334.13	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	125.000,00
50	11.334.13	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
50	11.334.13	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
<b>Total:</b>						<b>150.000,00</b>
Órgão: 99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA						25.000,00
Unidade: 99.99 - RESERVA DE CONTINGENCIA						25.000,00
Proj./Ativ.: 2.055 - Reserva de Contingência da Prefeitura			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
51	99.999.15	9.9.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - RESERVA DE CONTINC	Não	Não	Não	25.000,00
<b>Total:</b>						<b>25.000,00</b>
<b>Entidade: 4 - SAMAE DE COCAL DO SUL</b>						<b>4.145.000,00</b>
Órgão: 13.00 - SAMAE						4.130.000,00
Unidade: 13.01 - SAMAE						4.130.000,00
Proj./Ativ.: 1.009 - Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Sede e Comunidades			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
1	17.512.11	4.4.90.00.00.00.00.00.02.0065.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	35.000,00
1	17.512.11	4.4.90.00.00.00.00.00.02.0040.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	691.000,00
<b>Total:</b>						<b>726.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.010 - Implantação e Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sede (bairros)			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
2	17.512.11	4.4.90.00.00.00.00.00.02.0065.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	70.000,00
2	17.512.11	4.4.90.00.00.00.00.00.02.0040.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	211.000,00
<b>Total:</b>						<b>281.000,00</b>
Proj./Ativ.: 1.011 - Aquisição de Equipamentos			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
3	17.512.11	4.4.90.00.00.00.00.00.02.0040.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	140.000,00
<b>Total:</b>						<b>140.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.045 - Manutenção do SAMAE			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
4	17.512.11	3.1.71.00.00.00.00.00.02.0040.000000.00.00.00 - Transf. a Consórcios Pút	Não	Sim	Não	17.000,00
4	17.512.11	3.1.90.00.00.00.00.00.02.0040.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	1.600.000,00
4	17.512.11	3.3.71.00.00.00.00.00.02.0040.000000.00.00.00 - Transferências a Consór	Não	Não	Não	17.000,00
4	17.512.11	3.3.90.00.00.00.00.00.02.0040.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.300.000,00
4	17.512.11	4.4.71.00.00.00.00.00.02.0040.000000.00.00.00 - Transferências a Consór	Não	Não	Não	9.000,00
4	17.512.11	4.4.90.00.00.00.00.00.02.0040.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	40.000,00
<b>Total:</b>						<b>2.983.000,00</b>
Órgão: 99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA						15.000,00
Unidade: 99.99 - RESERVA DE CONTINGENCIA						15.000,00
Proj./Ativ.: 2.058 - Reserva de Contingência do SAMAE			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
5	99.999.15	9.9.90.00.00.00.00.00.02.0040.000000.00.00.00 - RESERVA DE CONTINC	Não	Não	Não	15.000,00
<b>Total:</b>						<b>15.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015  
 Relação da Proposta da Despesa

Página: 11/11

Data: 29/10/2014

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 5 - CAMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL</b>						<b>1.500.000,00</b>
Órgão: 01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL						1.500.000,00
Unidade: 01.01 - CAMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL						1.500.000,00
Proj./Ativ.: 1.023 - Aquisição de Imóveis e Equipamentos Funcionais			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
1	01.031.1	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	200.000,00
<b>Total:</b>						<b>200.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.002 - Manutenção do Processo Legislativo			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
2	01.031.1	3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	1.000.000,00
2	01.031.1	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	300.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.300.000,00</b>
<b>Entidade: 6 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL MEIO AMBIENTE DE COCAL DO SUL</b>						<b>338.000,00</b>
Órgão: 14.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE						338.000,00
Unidade: 14.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE						338.000,00
Proj./Ativ.: 2.048 - Manutenção da Fundação do Meio Ambiente			Localizador: PREFEITURA MUNICIPAL DE			
1	18.541.13	3.1.90.00.00.00.00.00.00.02.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	63.000,00
1	18.541.13	3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	170.000,00
1	18.541.13	3.3.90.00.00.00.00.00.00.02.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	70.000,00
1	18.541.13	3.3.90.00.00.00.00.00.00.02.0158.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
1	18.541.13	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	2.000,00
1	18.541.13	4.4.90.00.00.00.00.00.00.02.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
1	18.541.13	4.4.90.00.00.00.00.00.00.02.0068.000000.04.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	2.500,00
1	18.541.13	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	500,00
<b>Total:</b>						<b>338.000,00</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>53.818.500,00</b>

\_\_\_\_\_  
 ADEMIR MAGAGNIN  
 Prefeito Municipal

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015  
Relação da Proposta da Receita

Página: 1/6

Data: 28/10/2014

Receita Conta da Receita	Especificação	Recurso/Detailham./Aplic.	Educação	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE COCAL DO SUL</b>					
1 4.1.3.2.5.01.01.00.00.00	Rem de Dep Bancários de Recs Vinculados - PTMC	00.02.0109.000000.04.00.00	Não	Não	574.500,00
2 4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rem de Dep Bancários de Recs Vinculados - CRAS/PBF	00.02.0052.000000.04.00.00	Não	Não	1.000,00
3 4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rem de Dep Bancários de Recs Vinculados - PETI	00.02.0050.000000.04.00.00	Não	Não	2.000,00
4 4.1.3.2.5.01.04.00.00.00	Rem de Dep Bancários de Recs Vinculados - CREAS PAEFI	00.02.0052.000000.04.00.00	Não	Não	500,00
5 4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Rem de Dep Bancários de Recs Vinculados - IGDBF	00.02.0063.000000.04.00.00	Não	Não	1.000,00
6 4.1.3.2.5.01.06.00.00.00	Rem de Dep Bancários Recs Vinculados - Convênios União	00.02.0031.000000.04.00.00	Não	Não	1.000,00
7 4.1.3.2.5.01.07.00.00.00	Rem de Dep Bancários de Recs Vinculados - Outros Recursos	00.02.0052.000000.04.00.00	Não	Não	500,00
8 4.1.3.2.5.01.08.00.00.00	Rem de Dep Bancários Recs Vinculados - SUAS Estado- Ben. Eventual	00.02.0025.000000.04.00.00	Não	Não	500,00
22 4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Rem de Dep Bancários de Recs Vinculados - SCFV	00.02.0052.000000.04.00.00	Não	Não	1.000,00
23 4.1.3.2.5.01.10.00.00.00	Rem de Dep. Bancários Rec. Vinculados - SUAS Estado/SST	00.02.0025.000000.04.00.00	Não	Não	1.000,00
26 4.1.3.2.5.01.11.00.00.00	Rem de Dep. Bancários de Recs Vinculados Convênios Estado	00.02.0157.000000.04.03.00	Não	Não	500,00
9 4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Rem de Dep Bancários de Recs Não Vinculados	00.02.0000.000000.00.00.00	Não	Não	500,00
10 4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	Programa Pessoa Portadora Deficiência Física-PTMC	00.02.0109.000000.04.00.00	Não	Não	9.000,00
11 4.1.7.2.1.34.02.00.00.00	Programa do CRAS-PBF	00.02.0052.000000.04.00.00	Não	Não	85.000,00
12 4.1.7.2.1.34.03.00.00.00	Programa Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	00.02.0050.000000.04.00.00	Não	Não	20.000,00
13 4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	Programa Bolsa Família - IGDBF	00.02.0063.000000.04.00.00	Não	Não	25.000,00
14 4.1.7.2.1.34.05.00.00.00	Programa do CREAS- PAEFI	00.02.0052.000000.04.00.00	Não	Não	90.000,00
15 4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	Programa Índice Gestão Descentralizada - IGD - SUAS	00.02.0052.000000.04.00.00	Não	Não	15.000,00
21 4.1.7.2.1.34.07.00.00.00	Programa Serv. Conv. Foral. Vinculos - SCFV	00.02.0052.000000.04.00.00	Não	Não	50.000,00
16 4.1.7.2.1.34.99.00.00.00	Outras Transferencias de Recursos do FNAS	00.02.0052.000000.04.00.00	Não	Não	20.000,00
24 4.1.7.2.2.34.01.00.00.00	Recursos Benefício Eventual - SUAS - Estado	00.02.0025.000000.04.00.00	Não	Não	10.000,00
25 4.1.7.2.2.34.02.00.00.00	Recursos Apoio Custo do SUAS - Estado	00.02.0025.000000.04.00.00	Não	Não	15.000,00
17 4.1.7.2.2.34.99.00.00.00	Outras Transferencias de Recursos do SUAS - Estado	00.02.0025.000000.04.03.00	Não	Não	10.000,00
18 4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	00.02.0157.000000.04.03.00	Não	Não	25.000,00
19 4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	00.02.0031.000000.04.00.00	Não	Não	90.000,00
20 4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	00.02.0157.000000.04.03.00	Não	Não	100.000,00
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COCAL DO SUL</b>					
1 4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	00.02.0027.000000.02.00.00	Não	Sim	5.161.500,00
2 4.1.3.2.5.01.01.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc-Tx Vig. Sanitária	00.02.0027.000000.02.00.00	Não	Sim	60.000,00
3 4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc-PAB/Sus/União	00.02.0112.000000.02.04.00	Não	Sim	2.000,00
4 4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc-Vig.Saude/Sus/União	00.02.0067.000000.02.04.00	Não	Sim	6.000,00
5 4.1.3.2.5.01.04.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc-Farm. Básica-SUS/União	00.02.0111.000000.02.04.00	Não	Sim	5.000,00
6 4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc-MAC-SUS/União	00.02.0126.000000.02.04.00	Não	Sim	500,00
7 4.1.3.2.5.01.06.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc-Convênios-SUS/União	00.02.0094.000000.02.06.00	Não	Sim	10.000,00
8 4.1.3.2.5.01.07.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc-Convênios-SUS/Estado	00.02.0095.000000.02.06.00	Não	Sim	5.000,00
9 4.1.3.2.5.01.08.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc-Inc.ESF'S-SUS/Estado	00.02.0010.000000.02.04.00	Não	Sim	1.000,00
10 4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc- Outros/SUS/União	00.02.0006.000000.02.04.00	Não	Sim	5.000,00
11 4.1.3.2.5.01.10.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc-Alienação Bens-SUS	00.02.0088.000000.02.03.00	Não	Sim	1.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015  
Relação da Proposta da Receita

Página: 2/6

Data: 28/10/2014

Receita Conta da Receita	Especificação	Recurso/Detailham./Aplic.	Educação	Saúde	Valor
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COCAL DO SUL</b>					
35 4.1.3.2.5.01.11.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc-Nasf-SUS/União	00.02.0156.000000.02.04.00	Não	Sim	5.161.500,00
36 4.1.3.2.5.01.12.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc-Farm. Básica-SUS/Estado	00.02.0159.000000.02.04.00	Não	Sim	5.000,00
12 4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Não Vinc-SUS	00.02.0000.000000.02.00.00	Não	Sim	500,00
13 4.1.6.0.0.05.99.00.00.00	Outros Serviços de Saúde	00.02.0012.000000.02.01.00	Não	Sim	12.500,00
14 4.1.7.2.1.33.01.01.01.00	Recursos PAB - Fixo	00.02.0112.000000.02.04.00	Não	Sim	400.000,00
15 4.1.7.2.1.33.01.02.01.00	Recursos Programa Saúde da Família	00.02.0112.000000.02.04.00	Não	Sim	600.000,00
16 4.1.7.2.1.33.01.02.02.00	Recursos Programa Agêntes Comunitários de Saúde	00.02.0112.000000.02.04.00	Não	Sim	600.000,00
17 4.1.7.2.1.33.01.02.03.00	Recursos Programa Saúde Bucal	00.02.0072.000000.02.04.00	Não	Sim	200.000,00
18 4.1.7.2.1.33.01.02.04.00	Recursos Programa de Melhoria Acesso e Qualidade - PMAQ	00.02.0064.000000.02.04.00	Não	Sim	700.000,00
34 4.1.7.2.1.33.01.02.05.00	Recursos Núcleo Apoio à Saúde da Família - NASF	00.02.0156.000000.02.04.00	Não	Sim	300.000,00
19 4.1.7.2.1.33.01.02.99.00	Recursos de Outras Transferências do SUS- Atenção Básica	00.02.0006.000000.02.04.00	Não	Sim	180.000,00
20 4.1.7.2.1.33.02.01.02.00	Piso Gestão Plena em Saúde - MAC	00.02.0126.000000.02.04.00	Não	Sim	1.125.000,00
21 4.1.7.2.1.33.02.01.99.00	Outras Transferências do SUS - MAC	00.02.0126.000000.02.04.00	Não	Sim	50.000,00
22 4.1.7.2.1.33.03.01.00.00	Recursos Programa Vigilância em Saúde	00.02.0067.000000.02.04.00	Não	Sim	155.000,00
23 4.1.7.2.1.33.04.01.00.00	Recursos da Assistência Farmacêutica Básica - Federal	00.02.0111.000000.02.04.00	Não	Sim	120.000,00
24 4.1.7.2.2.33.01.01.00.00	Recursos da Assistência Farmacêutica Básica - Estadual	00.02.0159.000000.02.04.00	Não	Sim	100.000,00
25 4.1.7.2.2.33.01.02.00.00	Incentivo Estadual aos ESF'S	00.02.0010.000000.02.04.00	Não	Sim	200.000,00
26 4.1.7.2.2.33.01.99.00.00	Outros Recursos do Estado p/Programas de Saúde	00.02.0010.000000.02.04.00	Não	Sim	50.000,00
27 4.1.7.6.2.01.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados p/ SUS	00.02.0095.000000.02.06.00	Não	Sim	50.000,00
28 4.1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.	00.02.0027.000000.02.00.00	Não	Sim	500,00
29 4.1.9.1.3.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. San.	00.02.0027.000000.02.00.00	Não	Sim	500,00
30 4.1.9.3.1.35.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tx de Fiscaliz. e Vigil. Sanitária	00.02.0027.000000.02.00.00	Não	Sim	1.000,00
31 4.2.2.1.9.02.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis - FMS	00.02.0088.000000.02.03.00	Não	Sim	15.000,00
32 4.2.4.7.1.01.10.00.00.00	Convênios com o Ministério da Saúde.	00.02.0094.000000.02.06.00	Não	Sim	100.000,00
33 4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	00.02.0095.000000.02.06.00	Não	Sim	100.000,00
<b>Entidade: 3 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL</b>					
8 4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial Territ. Urbana-60%	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	528.000,00
9 4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial Territ. Urbana-25%	00.01.0001.000000.00.00.00	Não	Não	220.000,00
10 4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial Territ. Urbana-15%	00.01.0002.000000.00.00.00	Não	Não	132.000,00
11 4.1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - 60%	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	360.000,00
12 4.1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - 25%	00.01.0001.000000.00.00.00	Não	Não	150.000,00
13 4.1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - 15%	00.01.0002.000000.00.00.00	Não	Não	90.000,00
14 4.1.1.1.2.04.34.00.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	50.000,00
15 4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos Bens Imóveis Dir-60%	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	240.000,00
16 4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos Bens Imóveis Dir-25%	00.01.0001.000000.00.00.00	Não	Não	100.000,00
17 4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos Bens Imóveis Dir-15%	00.01.0002.000000.00.00.00	Não	Não	60.000,00
18 4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza ISS- 60%	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	1.320.000,00
19 4.1.1.1.3.05.02.00.00.00	Imposto s/Serviços de Qualquer Natureza ISS- 25%	00.01.0001.000000.00.00.00	Não	Não	550.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015  
Relação da Proposta da Receita

Página: 3/6

Data: 28/10/2014

Receita Conta da Receita	Especificação	Recurso/Detalham./Aplic.	Educação	Saúde	Valor
<b>Entidade: 3 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL</b>					
20	4.1.1.1.3.05.03.00.00.00	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza ISS- 15%	Não	Não	330.000,00
21	4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indus/P.Serviços	Não	Não	400.000,00
22	4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	Não	Não	175.000,00
23	4.1.1.2.1.41.00.00.00.00	Tx de Verificação Posturas e Normas Urbanísticas	Não	Não	50.000,00
24	4.1.1.2.1.42.00.00.00.00	Taxa de Serviços Fiscaliação Bombeiros-FUNREBOM	Não	Não	117.000,00
25	4.1.1.2.1.99.01.00.00.00	Outras Tx pelo Exercício do Poder da Polícia	Não	Não	10.000,00
26	4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	Não	Não	400.000,00
27	4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	Não	Não	200.000,00
28	4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	Não	Não	400.000,00
29	4.1.2.2.0.29.00.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic	Não	Não	600.000,00
30	4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec de Rem de Dep Bancários de Rec Vinc FUNDEB	Sim	Não	25.000,00
31	4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculados -FIA IMPOSTO DE RENDA	Não	Não	500,00
32	4.1.3.2.5.01.04.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculado - FNDE PDDE	Sim	Não	500,00
129	4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculados - FIA Outros Recursos	Não	Não	500,00
130	4.1.3.2.5.01.06.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinc - Trans Escolar/Estado	Sim	Não	1.000,00
134	4.1.3.2.5.01.07.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculado-Conv.Educação/Estado	Sim	Não	5.000,00
33	4.1.3.2.5.01.11.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculado-COSIP	Não	Não	5.000,00
34	4.1.3.2.5.01.12.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculado-CIDE	Não	Não	1.000,00
35	4.1.3.2.5.01.13.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculado-FEP	Não	Não	1.500,00
36	4.1.3.2.5.01.14.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculado-POLICIA MILITAR	Não	Não	5.000,00
37	4.1.3.2.5.01.15.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculado-POLICIA CIVIL	Não	Não	5.000,00
38	4.1.3.2.5.01.16.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculado-SAL. EDUCAÇÃO	Sim	Não	20.000,00
39	4.1.3.2.5.01.17.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculado-PNATE	Sim	Não	2.000,00
40	4.1.3.2.5.01.18.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinc-Conv.Educação/União	Sim	Não	5.000,00
41	4.1.3.2.5.01.19.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculado-PNAE	Sim	Não	2.500,00
42	4.1.3.2.5.01.20.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculado-Conv.União/Outros	Não	Não	20.000,00
43	4.1.3.2.5.01.21.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculado-Conv.Estado/Outros	Não	Não	20.000,00
44	4.1.3.2.5.01.23.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculado-Alienação Out.P	Não	Não	3.000,00
45	4.1.3.2.5.01.24.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculado Op Crédito Internas	Não	Não	1.000,00
46	4.1.3.2.5.01.25.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculado Outros Rec FNDE	Sim	Não	1.000,00
131	4.1.3.2.5.01.26.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculados Alienação Educação	Sim	Não	1.000,00
47	4.1.3.2.5.02.01.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Não Vinc-Convênio TRANSITO	Não	Não	2.500,00
128	4.1.3.2.5.02.02.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Não Vinc-Convênio FUNREBOM	Não	Não	3.000,00
48	4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Não Vinc-GERAL	Não	Não	130.000,00
1	4.1.4.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias	Não	Não	50.000,00
49	4.1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serviços Administrativos	Não	Não	50.000,00
50	4.1.6.0.0.45.00.00.00.00	Serv. de Preparação da Terra em Propr Particular	Não	Não	70.000,00
51	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao Municípios-60%	Não	Não	7.140.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015  
Relação da Proposta da Receita

Página: 4/6  
Data: 28/10/2014

Receita	Conta da Receita	Especificação	Recurso/Detailham./Aplic.	Educação	Saúde	Valor
<b>Entidade: 3 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL</b>						
52	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao Municipios-25%	00.01.0001.000000.00.00.00	Não	Não	43.772.000,00
53	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao Municipios-15%	00.01.0002.000000.00.00.00	Não	Não	2.975.000,00
54	4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp.s/ a Propr. Territorial Rural-60%	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	1.785.000,00
55	4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp.s/ a Propr. Territorial Rural-25%	00.01.0001.000000.00.00.00	Não	Não	15.000,00
56	4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp.s/ a Propr. Territorial Rural-15%	00.01.0002.000000.00.00.00	Não	Não	6.250,00
57	4.1.7.2.1.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	00.01.0016.000000.04.00.00	Não	Não	3.750,00
58	4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	80.000,00
59	4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	00.01.0044.000000.04.00.00	Não	Não	100.000,00
60	4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	00.01.0058.000000.01.03.01	Sim	Não	150.000,00
61	4.1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PDDE	00.01.0059.000000.01.03.95	Sim	Não	700.000,00
62	4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	00.01.0060.000000.01.03.95	Sim	Não	15.000,00
63	4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	00.01.0061.000000.01.03.95	Sim	Não	300.000,00
64	4.1.7.2.1.35.05.00.00.00	Outras Transferencias Diretas do FNDE	00.01.0062.000000.01.03.95	Sim	Não	140.000,00
65	4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96-60%	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	49.000,00
66	4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96-20%	00.01.0001.000000.00.00.00	Não	Não	60.000,00
67	4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96-15%	00.01.0002.000000.00.00.00	Não	Não	25.000,00
68	4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	15.000,00
69	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS - 60%	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	500.000,00
70	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - 25%	00.01.0001.000000.00.00.00	Não	Não	9.000.000,00
71	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - 15%	00.01.0002.000000.00.00.00	Não	Não	3.750.000,00
72	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA - 60%	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	2.250.000,00
73	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - 25%	00.01.0001.000000.00.00.00	Não	Não	1.080.000,00
74	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - 15%	00.01.0002.000000.00.00.00	Não	Não	450.000,00
75	4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 60%	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	270.000,00
76	4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 25%	00.01.0001.000000.00.00.00	Não	Não	210.000,00
77	4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 15%	00.01.0002.000000.00.00.00	Não	Não	87.500,00
78	4.1.7.2.4.01.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60% Fundamental	00.01.0018.000000.01.02.01	Sim	Não	52.500,00
79	4.1.7.2.4.01.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60% Infantil	00.01.0018.000000.01.02.02	Sim	Não	3.050.000,00
80	4.1.7.2.4.01.02.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40% Fundamental	00.01.0019.000000.01.02.03	Sim	Não	3.050.000,00
81	4.1.7.2.4.01.02.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40% Infantil	00.01.0019.000000.01.02.04	Sim	Não	700.000,00
82	4.1.7.3.01.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas - FIA - Imposto de Renda	00.01.0021.000000.00.00.00	Não	Não	200.000,00
133	4.1.7.3.02.00.00.00.00	Transf. De Instituições Privadas - FIA - Demais Recursos	00.01.0008.000000.00.00.00	Não	Não	5.000,00
83	4.1.7.3.09.00.00.00.00	Outras Transferências de Instituições Privadas	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	15.000,00
132	4.1.7.5.01.00.00.00.00	Transferências de Pessoas - FIA Imposto de Renda	00.01.0021.000000.00.00.00	Não	Não	15.000,00
84	4.1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	00.01.0094.000000.04.03.00	Não	Não	5.000,00
85	4.1.7.6.2.02.01.00.00.00	Recursos Transporte Escolar Estado	00.01.0160.000000.01.99.02	Sim	Não	60.000,00
86	4.1.7.6.2.02.99.00.00.00	Outros Recursos Estado Destin.Programas de Educação	00.01.0160.000000.01.99.02	Sim	Não	150.000,00
87	4.1.7.6.2.03.01.00.00.00	Convenio SSP/Trânsito - Polícia Militar	00.01.0054.000000.04.03.00	Não	Não	80.000,00
						70.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015  
Relação da Proposta da Receita

Página: 5/6

Data: 28/10/2014

Receita Conta da Receita	Especificação	Recurso/Detailham./Aplic.	Educação	Saúde	Valor
<b>Entidade: 3 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL</b>					
88	4.1.7.6.2.03.02.00.00.00	Convênio SSP/Trânsito - Polícia Civil	Não	Não	70.000,00
89	4.1.7.6.2.03.03.00.00.00	Convênio SSP/Trânsito - Prefeitura	Não	Não	75.000,00
90	4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	Não	Não	280.000,00
91	4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 60%	Não	Não	6.000,00
92	4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 25%	Não	Não	2.500,00
93	4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 15%	Não	Não	1.500,00
94	4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 60%	Não	Não	12.000,00
95	4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 25%	Não	Não	5.000,00
96	4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 15%	Não	Não	3.000,00
97	4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	Não	Não	10.000,00
98	4.1.9.1.2.99.01.00.00.00	M/J de Mora de Outras Contrib - Principal	Não	Não	5.000,00
99	4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 60%	Não	Não	60.000,00
100	4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 25%	Não	Não	25.000,00
101	4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 15%	Não	Não	15.000,00
102	4.1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 60%	Não	Não	30.000,00
103	4.1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 25%	Não	Não	12.500,00
104	4.1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 15%	Não	Não	7.500,00
105	4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	Não	Não	20.000,00
106	4.1.9.1.4.99.01.00.00.00	M/J Mora Dívida Ativ de Outras Contrib - Principal	Não	Não	50.000,00
107	4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	Não	Não	40.000,00
108	4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	Não	Não	100.000,00
109	4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 60%	Não	Não	180.000,00
110	4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 25%	Não	Não	75.000,00
111	4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 15%	Não	Não	45.000,00
112	4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 60%	Não	Não	42.000,00
113	4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 25%	Não	Não	17.500,00
114	4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 15%	Não	Não	10.500,00
115	4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Recetta da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	Não	Não	50.000,00
116	4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não Tribut de Outras Receitas	Não	Não	70.000,00
117	4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	Não	Não	100.000,00
118	4.2.1.1.4.01.00.00.00.00	Operações de Crédito Interna p/ Programa Educação	Sim	Não	250.000,00
119	4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	Não	Não	550.000,00
120	4.2.2.1.9.01.00.00.00.00	Alienação de Bens Móveis da Educação	Sim	Não	50.000,00
121	4.2.2.1.9.99.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	Não	Não	125.000,00
122	4.2.2.2.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Imóveis	Não	Não	50.000,00
123	4.2.4.7.1.02.20.00.00.00	Recursos Transf. de Convênios - União/Educação	Sim	Não	250.000,00
124	4.2.4.7.1.99.99.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	Não	Não	560.000,00
125	4.2.4.7.2.02.01.00.00.00	Recursos Transf. de Convênio-Estado/Educação Fundamental	Sim	Não	100.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015  
Relação da Proposta da Receita

Página: 6/6

Data: 28/10/2014

Receita	Conta da Receita	Especificação	Recurso/Detailham./Aplic.	Educação	Saúde	Valor
<b>Entidade: 3 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL</b>						
126	4.2.4.7.2.02.02.00.00.00	Recursos Transf. de Convênio - Estado/Educação Creche	00.01.0161.000000.01.06.01	Sim	Não	100.000,00
127	4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio dos Estados	00.01.0095.000000.04.03.00	Não	Não	350.000,00
2	9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	-2.300.000,00
3	9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	-5.000,00
4	9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	-20.000,00
5	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	-2.800.000,00
6	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	-360.000,00
7	9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	00.01.0000.000000.00.00.00	Não	Não	-70.000,00
<b>Entidade: 4 - SAMAE DE COCAL DO SUL</b>						
1	4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep Recursos Não Vinculados	00.02.0040.000000.00.00.00	Não	Não	5.000,00
2	4.1.6.0.0.41.01.00.00.00	Tarifa de Água Residencial	00.02.0040.000000.00.00.00	Não	Não	2.800.000,00
3	4.1.6.0.0.41.02.00.00.00	Tarifa de Água Industrial	00.02.0040.000000.00.00.00	Não	Não	10.000,00
4	4.1.6.0.0.41.03.00.00.00	Tarifa de Água Poderes Públicos/Comercial	00.02.0040.000000.00.00.00	Não	Não	600.000,00
5	4.1.6.0.0.41.04.00.00.00	Tarifa de Ligação de Água	00.02.0040.000000.00.00.00	Não	Não	90.000,00
6	4.1.6.0.0.41.05.00.00.00	Desligamento de Água	00.02.0040.000000.00.00.00	Não	Não	5.000,00
7	4.1.6.0.0.42.01.00.00.00	Tarifa de Esgoto Residencial	00.02.0040.000000.00.00.00	Não	Não	190.000,00
8	4.1.6.0.0.42.02.00.00.00	Tarifa de Esgoto Industrial	00.02.0040.000000.00.00.00	Não	Não	41.000,00
9	4.1.6.0.0.42.03.00.00.00	Tarifa de Esgoto Poderes Públicos/Comercial	00.02.0040.000000.00.00.00	Não	Não	50.000,00
10	4.1.6.0.0.42.04.00.00.00	Tarifa de Ligação de Esgoto	00.02.0040.000000.00.00.00	Não	Não	2.000,00
11	4.1.6.0.0.48.01.00.00.00	Tarifa de Religação de Água	00.02.0040.000000.00.00.00	Não	Não	7.000,00
12	4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	00.02.0040.000000.00.00.00	Não	Não	30.000,00
13	4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Recelt - Princ	00.02.0040.000000.00.00.00	Não	Não	180.000,00
14	4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	00.02.0040.000000.00.00.00	Não	Não	30.000,00
15	4.2.4.7.1.03.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Saneam	00.02.0065.000000.04.03.00	Não	Não	105.000,00
<b>Entidade: 6 - FUNDACAO MUNICIPAL MEIO AMBIENTE DE COCAL DO SUL</b>						
1	4.1.1.2.1.21.00.00.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	00.02.0000.000000.00.00.00	Não	Não	125.000,00
2	4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rem.Depósitos de Outros Recursos Vinculados-Alienacao Bens-FUNDAC	00.02.0068.000000.04.00.00	Não	Não	500,00
3	4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep de Recs não Vinculados	00.02.0000.000000.00.00.00	Não	Não	2.500,00
4	4.1.7.3.0.02.00.00.00.00	Transferencias de Instituições Privadas - FMMA	00.02.0000.000000.00.00.00	Não	Não	15.000,00
5	4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	00.02.0158.000000.04.03.00	Não	Não	20.000,00
6	4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	00.02.0000.000000.00.00.00	Não	Não	500,00
7	4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	00.02.0068.000000.04.00.00	Não	Não	2.000,00
<b>Total geral:</b>						<b>53.818.500,00</b>

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

## Concórdia

### PREFEITURA

#### **ERRATA 001 DO EDITAL DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2014-FMAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ERRATA 01 DO EDITAL DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2014 FMAS

O Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social, torna pública a correção do edital de licitação do Pregão Presencial nº 15/2014 FMAS, fica excluída a alínea "g" do item 6, subitem 6.1.

Onde se lê: alíneas "a" a "g"

leia-se: Alíneas "a" a "f".

Concórdia, SC, 18 de dezembro de 2014

LAURI GARBOSSA

Gestor do FMAS

#### **REPUBLICAÇÃO E RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2014-FUMAS**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR - FUMAS

SERVIÇO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR - SEMAS

REPUBLICAÇÃO E RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2014

Objeto: Credenciamento de empresas interessadas na prestação de serviço médico, hospitalar, laboratorial, fisioterápico, nutrição, fonoaudiologia, psicologia, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999 e Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999.

Prestadores: Prestador de serviços de saúde, empresas jurídicas, privadas ou públicas, lucrativa ou não.

Credenciamento: mantida data inicial 15/12/2014 e durante o ano de 2015.

Informações complementares: o Edital republicado em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page <http://www.concordia.sc.gov.br>; link "Credenciamento Publico", ou na sede do SEMAS, na Rua Atalípio Magarinos, nº 326, nesta cidade, no horário das: 8:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, de Segunda a Sexta-feira ou através do telefone nº (49) 3442-0248.

Concórdia, SC, 19 de dezembro de 2014.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Presidente do FUMAS

## Cordilheira Alta

### PREFEITURA

#### **DECRETO N. 619/2014**

DECRETO Nº 619/2014, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica demitido a partir do dia 31 de dezembro de 2014, o Sr. MARCOS ROGÉRIO FYDRYSZEWSKI, ocupante do cargo de Odontólogo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 598/2014.

Cordilheira Alta, SC, 18 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

#### **DECRETO N. 620/2014**

DECRETO Nº 620/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder a Servidora Municipal, Sra. IVANIA ATUATTI, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 04/02/2013 a 03/02/2014, que serão gozadas a partir do dia 05/01/2015.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês dezembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

IVANIA ATUATTI Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

**DECRETO N. 621/2014**

DECRETO Nº 621/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder a Servidora Municipal, Sra. TEREZINHA BEÉ, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 04/02/2013 a 03/02/2014, que serão gozadas a partir do dia 05/01/2015.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês dezembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de dezembro de 2014.  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

TEREZINHA BEÉ Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

**DECRETO N. 622/2014**

DECRETO Nº 622/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder a Servidora Municipal, Sra. MARINÊS TRINDADE BRAMBILA, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 04/02/2013 a 03/02/2014, que serão gozadas a partir do dia 05/01/2015.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês dezembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de dezembro de 2014.  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARINÊS TRINDADE BRAMBILA Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

**DECRETO N. 623/2014**

DECRETO Nº 623/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder a Servidora Municipal, Sra. ANA MARIA COLOMBELLI, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 04/02/2013 a 03/02/2014, que serão gozadas a partir do dia 05/01/2015.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês dezembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de dezembro de 2014.  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA MARIA COLOMBELLI Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

**DECRETO N. 624/2014**

DECRETO Nº 624/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal, Sr. WALDEMAR NECKER DE MOURA, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 20 (vinte) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 02/07/2013 a 01/07/2014, que serão gozadas a partir do dia 05/01/2015.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês dezembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de dezembro de 2014.  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

WALDEMAR NECKER DE MOURA Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

**DECRETO N. 625/2014**

DECRETO Nº 625/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

**DECRETA**

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal, Sr. OSCAR BORSOI, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2013 a 31/01/2014, que serão gozadas a partir do dia 05/01/2015.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês dezembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

OSCAR BORSOI Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

**DECRETO N. 626/2014**

DECRETO Nº 626/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

**DECRETA**

Art. 1º Conceder à Servidora Municipal, Sra. EDILEIA VILANI, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 16/08/2013 a 15/08/2014, que serão gozadas a partir do dia 05/01/2015.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês dezembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

EDILEIA VILANI Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

**EXTRATO CONCURSO PÚBLICO 01/2014**

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o art. 37, IX, da Constituição Federal e art. 78, III, da Lei Orgânica do Município, torna público que realizará o Concurso Público n.º 001/2014, destinado ao provimento de cargos do seu Quadro Permanente de Pessoal, quais sejam: Agente Comunitário de Saúde, Motorista, Operador de Máquina, Fiscal de Tributos e Vigilância Sanitária, Assistente Social, Engenheiro(a) Civil, Médico(a) Clínico Geral, Médico(a) Especialista Ginecologista, Odontólogo(a), Nutricionista, Contador(a), Procurador(a) Jurídico, Auditor(a) Fiscal, Psicólogo(a), Professor(a) de Educação Infantil, Professor(a) de Educação Física (Atividades Desportivas Educação Infantil e Ensino Fundamental), Professor(a) de Habilidades Artísticas Culturais - ARTE (Ensino Fundamental) (anos iniciais 1º ao 5º ano e finais 6º ao 9º ano), Professor(a) do Ensino Fundamental (anos finais 6º ao 9º) Ciências, Professor(a) de Matemática, Professor(a) de História, e Professor(a) do Ensino Fundamental (anos iniciais 1º ao 5º ano). A inscrição somente será efetuada via Internet, no endereço eletrônico: <http://www.ioplan.com.br>, no período compreendido de 23/12/2014 a 21/01/2015 às 23h59min. Maiores informações poderão ser obtidas pelo Fone 49 - 33589100.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cordilheira Alta (SC),  
em 19 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

**EXTRATO EDITAL AVISO LICITAÇÃO-  
CONCORRÊNCIA N. 02/2014**

Estado de Santa Catarina  
Município de Cordilheira Alta  
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA tipo MENOR PREÇO, de acordo com a Lei 8.666/93, e normas estabelecidas no Edital. Processo Administrativo n. 111/2014.  
Edital: Concorrência n. 002/2014.

Tipo: Menor preço.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica na Rua Ludovico J. Tozzo, compreendendo 5.038m² com recursos do Contrato de Repasse nº 806059/2014 Ministério das Cidades/CAIXA.

Entrega dos Envelopes: até às 08:00 horas do dia 28/01/2015.

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 28/01/2015.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou pelo site [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br). Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta SC, 19 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

## Coronel Martins

### PREFEITURA

**PORTARIA Nº. 214, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº. 214, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 113 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município.

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade a Servidora abaixo relacionada, no período e referências que especifica.

01- Pelo período de 30 (trinta) dias, com gozo a partir do dia 05 de janeiro a 03 de fevereiro de 2015.

Nome Cargo Referências  
Nilce Cassol Telefonista 03/2009 á 03/2012

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 19 de Dezembro de 2014.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO  
Chefe de Gabinete

## Corupá

### PREFEITURA

**DECRETO Nº 837/14**

DECRETO Nº 837/14  
NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal em seu Art. 66, item VII,

**RESOLVE:**

Art. 1º- Nomear os membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar, que fica assim constituída:

**Representantes do Poder Executivo Municipal:**

Titular: Simone Gaudet;  
Suplente: Darci Rutsatz;

**Representantes dos Profissionais da área da Educação:**

Titular: Suzana Auerhahn de Freitas;  
Suplente: Nadia Terezinha Voelz;  
Titular: Rosane Martini Berti;  
Suplente: Rubian H. Moretti.

**Representantes dos Pais de Alunos:**

Titular: Iara Cristina Schepke Pereira;  
Suplente: Valdecir Gumbowsky;  
Titular: Sandra Martini Siqueira;  
Suplente: Fernanda Carine Blaffer Schafer.

**Representantes da Sociedade Civil:**

Titular: Crisleine Jantsch;  
Suplente: Zaiton Dias;  
Titular: Vilmar Maas;  
Suplente: Anésio Mees.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
19 de dezembro de 2014.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**LEI N.º 2175/14**

LEI N.º 2175/14

“ DÁ DENOMINAÇÃO DE” PSF CARLOS RUTZEN”, A UNIDADE PROGRAMA DESAÚDE DA FAMÍLIA 4, LOCALIZADA NA ESTRADA IZABEL (VILA RUTZEN) NESTE MUNICÍPIO”.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - É denominada de PSF CARLOS RUTZEN, a Unidade Programa de Saúde da Família 4, localizada na Estrada Izabel, neste município de Corupá.

Art.2º - No local conterà placa com o nome da Unidade de PSF, juntamente com um pequeno histórico do Senhor Carlos Rutzen.

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 18 de dezembro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda dezoito dias do mês de dezembro de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### LEI Nº. 2174/2014

LEI Nº. 2174/2014

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os munícipes, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 910.000,00 (novecentos e dez mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000 03.001 004.122.0009.2003		Secretaria de Administração e Fazenda Divisão de Administração e Fazenda Manutenção Ativ. Divisão de Pessoal, Adm. e Compras Aplicações Diretas Aplicações Diretas	
3.1.90.00.00.00.00 3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00 0.1.00.00	Secretaria de Desenv. Rural e Meio Ambiente Divisão de Desenvolvimento Rural Manutenção da Divisão de Agricultura Aplicações Diretas	20.000,00 20.000,00
04.000 04.001 020.606.0063.2005 3.1.90.00.00.00.00		Secretaria Municipal de Saúde Fundo Municipal de Saúde Manutenção da Divisão de Saúde Aplicações Diretas	
06 06.001 010.301.0080.2009 3.1.90.00.00.00.00 3.3.90.00.00.00.00		Secretaria Municipal de Saúde Fundo Municipal de Saúde Manutenção da Divisão de Saúde Aplicações Diretas Aplicações Diretas	250.000,00 50.000,00
06.000 06.001 010.301.1004.2043 3.1.90.00.00.00.00		Secretaria Municipal de Saúde Fundo Municipal de Saúde Agentes Comunitárias de Saúde Aplicações Diretas	50.000,00
07.000 07.001 015.452.0039.2014 3.1.90.00.00.00.00 3.3.90.00.00.00.00		Secretaria Municipal de Saúde Fundo Municipal de Saúde Agentes Comunitárias de Saúde Aplicações Diretas	200.000,00 100.000,00
08.000 08.001 012.365.0047.2019 3.1.90.00.00.00.00		Secretaria Municipal de Saúde Fundo Municipal de Saúde Agentes Comunitárias de Saúde Aplicações Diretas Aplicações Diretas	200.000,00
		Secretaria Municipal de Saúde Fundo Municipal de Saúde Agentes Comunitárias de Saúde Aplicações Diretas	

TOTAL 910.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.1001		Constr, Ampl. E Melhoria da rede Física das Unidades de Saúde	

		Aplicações Diretas	
1004.4.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Secretaria Municipal Educação e Cultura Divisão de Educação Manutenção do Ensino Fundamental Aplicações Diretas	300.000,00
08.000 08.001 012.361.0047.2018 3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.18	Secretaria Municipal Educação e Cultura Divisão de Educação Construção, Ampl. E Melhoria das Unidades de Ensino Fundamental	100.000,00
08.000 08.001 012.361.0047.1005	0.1.00.19	Aplicações Diretas	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00 4.4.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	100.000,00
08.000 08.001 012.365.0047.1004	0.1.00.19	Secretaria Municipal Educação e Cultura Divisão de Educação Construção, Ampl. E Melhoria das Unidades de Ensino Infantil	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00 4.4.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas Aplicações Diretas	200.000,00
10.000 10.001 028.843.0090.0001 3.2.90.00.00.00.00 4.6.90.00.00.00.00	0.1.00.00 0.1.00.00	Encargos Gerais do Município Encargos Gerais do Município Serviços da Dívida Interna Aplicações Diretas Aplicações Diretas	70.000,00 40.000,00
		<b>TOTAL</b>	<b>910.000,00</b>

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
18 de dezembro de 2014.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos dezoito dias do mês de dezembro de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

## Curitibanos

### PREFEITURA

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 291/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 291/2014

Aos dezoito dias do mês de Dezembro de 2014, no MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em Exercício Sr. José Antônio Guidi, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, RESOLVE, tendo em vista o resultado da licitação promovida pelo Edital nº 291/2014, registrar os preços dos participantes do certame, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, na minuta de contrato e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e de Contratos da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente Ata é AQUISIÇÃO DE FIO E CARRETEL PARA AS ROÇADEIRAS EM USO NA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, PARA O ANO DE 2015, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Parágrafo único - Esta Ata não obriga a PREFEITURA a firmar contratação com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência da aquisição do objeto junto ao detentor do registro, em igualdade de condições.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados dos materiais da pessoa jurídica são os seguintes:

(relação de itens e fornecedores detentores dos preços registrados)

§ 1º Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o MUNICÍPIO poderá atualizar os valores registrados ou se de maior interesse público liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR

Sem prejuízo das disposições contidas no Processo licitatório e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pelo Edital do Certame.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano.

**CLÁUSULA QUINTA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do Contrato, que se obriga a:

- I. Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos serviços registrados;
- II. Notificar o fornecedor para assinatura dos contratos;
- III. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;
- IV. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
- V. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.
- VI. Coordenar, com apoio da Comissão Especial de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades.
- VII. Providenciar a publicação trimestral dos preços registrados durante o período de vigência da ATA.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO**

Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

**I. Por iniciativa do MUNICÍPIO:**

- a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e dispositivos Legais que lhe deram causa.
- b) Quando o fornecedor não assinar o contrato de fornecimento, no prazo estabelecido pelo Fundo de Saúde, sem justificativa aceitável.

**II. Por iniciativa do fornecedor:**

- a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços.

§ 1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

§ 2º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Instrumento convocatório, respeitado o direito de defesa prévia.

§ 3º Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o MUNICÍPIO poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO**

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento.

Curitiba, 19 de Dezembro de 2014.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Representante Empresa detentora dos preços registrados

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 295/2014**

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 295/2014

Aos dezoito dias do mês de Dezembro de 2014, no MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. José Antônio Guidi, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, RESOLVE, tendo em vista o resultado da licitação promovida pelo Edital nº 295/2014, registrar os preços dos participantes do certame, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, na minuta de contrato e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e de Contratos da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto da presente Ata é AQUISIÇÃO DE LAJOTAS SEXTAVADAS COM TESTE DE CERTIFICAÇÃO DE 35MPA, PARA USO NA PAVIMENTAÇÃO DE RUAS DO MUNICÍPIO. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Parágrafo único - Esta Ata não obriga a PREFEITURA a firmar contratação com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência da aquisição do objeto junto ao detentor do registro, em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS**

Os preços registrados dos materiais da pessoa jurídica são os seguintes:

(relação de itens e fornecedores detentores dos preços registrados)

§ 1º Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o MUNICÍPIO poderá atualizar os valores registrados ou se de maior interesse público liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR**

Sem prejuízo das disposições contidas no Processo licitatório e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pelo Edital do Certame.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado no máximo, por igual período, contados a partir da data de sua assinatura.

**CLÁUSULA QUINTA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do Contrato, que se obriga a:

- I. Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos serviços registrados;
- II. Notificar o fornecedor para assinatura dos contratos;
- III. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;
- IV. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
- V. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.
- VI. Coordenar, com apoio da Comissão Especial de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades.
- VII. Providenciar a publicação trimestral dos preços registrados durante o período de vigência da ATA.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO**

Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

**I. Por iniciativa do MUNICÍPIO:**

- a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e dispositivos Legais que lhe deram causa.
- b) Quando o fornecedor não assinar o contrato de fornecimento, no prazo estabelecido pelo Fundo de Saúde, sem justificativa aceitável.

**II. Por iniciativa do fornecedor:**

- a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços.

§ 1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

§ 2º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Instrumento convocatório, respeitado o direito de defesa prévia.

§ 3º Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o MUNICÍPIO poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO**

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento.

Curitiba, 19 de Dezembro de 2014.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Representante Empresa detentora dos preços registrados

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 46/2014**

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 46/2014

Aos dezoito dias do mês de Dezembro de 2014, no MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo seu Presidente do Fundo Sr. João Carlos Martins dos Santos, doravante denominado simplesmente de FUNDO, RESOLVE, tendo em vista o resultado da licitação promovida pelo Edital nº 46/2014, registrar os preços dos participantes do certame, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, na minuta de contrato e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e de Contratos da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto da presente Ata é AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRONICOS E DE INFORMÁTICA PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Parágrafo único - Esta Ata não obriga o FUNDO a firmar contratação com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência da aquisição do objeto junto ao detentor do registro, em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS**

Os preços registrados dos materiais da pessoa jurídica são os seguintes:

(relação de itens e fornecedores detentores dos preços registrados)

§ 1º Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o FUNDO poderá atualizar os valores registrados ou se de maior interesse público liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR**

Sem prejuízo das disposições contidas no Processo licitatório e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pelo Edital do Certame.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA QUINTA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do Contrato, que se obriga a:

- I. Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos serviços registrados;
- II. Notificar o fornecedor para assinatura dos contratos;
- III. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência

da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;

IV. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

V. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.

VI. Coordenar, com apoio da Comissão Especial de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades.

VII. Providenciar a publicação trimestral dos preços registrados durante o período de vigência da ATA.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO  
Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

I. Por iniciativa do MUNICÍPIO:

a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e dispositivos Legais que lhe deram causa.

b) Quando o fornecedor não assinar o contrato de fornecimento, no prazo estabelecido pelo Fundo de Saúde, sem justificativa aceitável.

II. Por iniciativa do fornecedor:

a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços.

§ 1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

§ 2º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Instrumento convocatório, respeitado o direito de defesa prévia.

§ 3º Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o MUNICÍPIO poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento.

Curitiba, 19 de Dezembro de 2014.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Representante Empresa detentora dos preços registrados

## ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO NÚMERO DA ATA: 35/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 73/2014 - PR

Processo Administrativo:	73/2014
Processo de Licitação:	73/2014
Data do Processo:	18/11/2014

Folha: 1/1

## ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 35/2014 (Sequência: 2)

### OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO DE KITS CONTENDO MATERIAIS PEDAGÓGICOS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

CONFORME MEMORANDO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, TODAS AS AMOSTRAS APRESENTADAS PELAS EMPRESAS VENCEDORAS DO CERTAME FORAM APROVADAS.

Curitiba, 19 de Dezembro de 2014

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL - ..... - Pregoeiro(a)

## DECRETO Nº 4.530/2014

DECRETO Nº 4.530/2014

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da lei 5.149/2013

DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações do orçamento da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) a saber:

### SUPLEMENTAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.01 GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2004 MANUT. DA PROCURADORIA JURÍDICA

31900000000.00.123 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 23.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 23.000,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação da fonte de recursos ORDINÁRIOS no valor de R\$ 23.000,00 (Vinte e três mil reais).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de dezembro de 2014.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezenove dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 4.531/2014**

DECRETO Nº 4.531/2014

REMANEJA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibaanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibaanos e na forma da lei n. 5.149/2013

DECRETA

Art. 1º - Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 5.149/2013

## DA MODALIDADE DE APLICAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESEN. RURAL  
18.541.0022.2069 CONTRIBUIÇÃO AO COINCO  
4471000000.00.123 TRANSF. A CONSÓRCIOS PÚBLICOS  
..... R\$ 19.000,00

## PARA A MODALIDADE DE APLICAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESEN. RURAL  
18.541.0022.2069 CONTRIBUIÇÃO AO COINCO  
3371000000.00.123 TRANSF. A CONSÓRCIOS PÚBLICOS  
..... R\$ 19.000,00

Art. 2º - Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 5.149/2013:

## DA MODALIDADE DE APLICAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.07 SECRETARIA DA IND., COM. E TURISMO  
22.661.0025.2065 MANUT. DA SECRET. IND. COM. E TURISMO  
3390000000.00.123 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 4.000,00

## PARA A MODALIDADE DE APLICAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.07 SECRETARIA DA IND., COM. E TURISMO  
22.661.0025.2065 MANUT. DA SECRET. IND. COM. E TURISMO  
3190000000.00.123 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 4.000,00

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibaanos, 16 de dezembro de 2014.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezesseis dias do mês de dezembro ano de dois mil e quatorze na secretaria e no mural público da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 4.532/2014**

DECRETO Nº 4.532/2014

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NA FORMA DA LEI N. 5.371/2014

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibaanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibaanos,

DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação na forma da Lei nº 5.371/2014, no montante de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) a saber :

## SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.361.0010.2037 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%  
3190000000.00.0018 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 25.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.365.0014.2044 MANUT. DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 60%  
3190000000.00.0018 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 155.000,00  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 180.000,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação de recursos do FUNDEB, no valor de R\$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais).

Art. 3º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação na forma da Lei nº 5.371/2014, no montante de R\$ 197.000,00 (cento e noventa e sete mil reais) a saber :

## SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.361.0010.2034 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - PRÓPRIOS  
3390000000.00.0032 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 117.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.365.0014.2041 MANUT. DO ENSINO INFANTIL - PRÓPRIOS  
3390000000.00.0032 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 80.000,00  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 197.000,00

Art. 4º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação de Impostos e Transferências de Impostos, no valor de R\$ 197.000,00 (Cento e noventa e sete mil reais).

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibaanos, 19 de dezembro de 2014.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezenove dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Kleberson Luciano Lima  
Secretário de Educação e Cultura

**DECRETO Nº 4.533/2014**

DECRETO Nº 4.533/2014

ANULA DOTAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NA FORMA AUTORIZADA PELA LEI Nº 5.372/2014

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

**DECRETA**

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Cultura na forma autorizada pela Lei n. 5.372/2014 no montante de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA  
13.00 FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA  
13.01 FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA  
13.392.0017.2060 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS  
3190000000.00.0000 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 150.000,00  
TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$ 150.000,00

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Saúde na forma autorizada pela Lei n. 5.372/2014 no montante de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0008.2021 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUN. DE SAÚDE  
3190000000.00.033 APLICAÇÕES DIRETAS .....R\$ 150.000,00  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 150.000,00

Art. 3º . Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das dotações anuladas no art. 1º.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de dezembro de 2014.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezoito dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 304/2014**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 304/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para a AQUISIÇÃO DE ADUBOS, SEMENTES E GRAMA EM

LEIVA PARA MANUTENÇÃO DO AEROPORTO MUNICIPAL, CAMPO DE FUTEBOL DO BAIRRO GETÚLIO VARGAS E HORTO MUNICIPAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 21/01/2015, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 21/01/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas classificadas no Setor de Licitações e Contratos, e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

Curitiba, 18 de Dezembro de 2014.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

**LEI Nº 5.371/2014**

LEI Nº 5.371/2014

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação na forma da Lei nº 5.149/2013, no montante de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) a saber :

**SUPLEMENTAÇÃO**

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.361.0010.2037 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%  
3190000000.00.0018 APLICAÇÕES DIRETAS ..... ..R\$ 25.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.365.0014.2044 MANUT. DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 60%  
3190000000.00.0018 APLICAÇÕES DIRETAS ..... ..R\$ 155.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 180.000,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação de recursos do FUNDEB, no valor de R\$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais).

Art. 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação na forma da Lei nº 5.149/2013, no montante de R\$ 197.000,00 (cento e noventa e sete mil reais) a saber :

**SUPLEMENTAÇÃO**

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.361.0010.2034 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - PRÓPRIOS  
3390000000.00.0032 APLICAÇÕES DIRETAS ..... ..R\$ 117.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.365.0014.2041 MANUT. DO ENSINO INFANTIL - PRÓPRIOS  
3390000000.00.0032 APLICAÇÕES DIRETAS ..... ..R\$ 80.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 197.000,00

Art. 4º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação de Impostos e Transferências de Impostos, no valor de R\$ 197.000,00 (Cento e noventa e sete mil reais).

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de dezembro de 2014.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezenove dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Kleberson Luciano Lima  
Secretário de Educação e Cultura

### **LEI Nº 5.372/2014**

LEI Nº 5.372/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ANULAR DOTAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a anular as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Cultura na forma autorizada pela Lei n. 5.149/2013 no montante de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA  
13.00 FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA  
13.01 FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA  
13.392.0017.2060 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS  
3190000000.00.0000 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 150.000,00  
TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$ 150.000,00

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Saúde na forma autorizada pela Lei n. 5.149/2013 no montante de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0008.2021 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUN. DE SAÚDE  
3190000000.00.033 APLICAÇÕES DIRETAS .....R\$ 150.000,00  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 150.000,00

Art. 3º . Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das dotações anuladas no art. 1º.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de dezembro de 2014.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezenove dias do mês de dezembro

do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **LEI Nº 5.374/2014**

LEI Nº 5.374/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO LUIZ.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Vanda Aparecida Alves de Jesus Colaço, inscrito no CPF sob n. 025.429.239-90, do lote urbano, Bairro São Luiz, em forma de retângulo com área de 288,40m² (duzentos e oitenta e oito metros e quarenta decímetros quadrados), localizado ao lado Norte da Rua Sem Denominação, distando 23,00m ao Oeste da Rua Florianópolis, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 10,30 metros confronta com Prefeitura Municipal de Curitiba;  
Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 10,30 metros confronta com a Rua Sem Denominação;  
Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 28,00 metros confronta com Dirceu de Oliveira;  
Ao Oeste: por uma linha reta e seca na distância de 28,00 metros confronta com Maria Fátima dos Passos.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 19 de dezembro de 2014.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezenove dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos  
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

### **LEI Nº 5.375/2014**

LEI Nº 5.375/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO LUIZ.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Juliana Fogaça, inscrito no CPF sob n. 054.245.309-66, do lote urbano, Bairro São Luiz, em forma de retângulo com área de 327,00m² (trezentos e vinte e sete metros quadrados), localizado ao lado Sul da Rua Valadario José de Lima, distando 39,50m ao Leste da Rua Faustino da Costa Filho, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 15,00 metros confronta com a Rua Valadario José de Lima;  
Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 15,00 metros confronta com Aluir Novakoski de Paula;  
Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 21,80 metros confronta com Aluir Novakoski de Paula;  
Ao Oeste: por uma linha reta e seca na distância de 21,80 metros confronta com Patrimônio Municipal.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 19 de dezembro de 2014.  
José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos  
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

### **LEI Nº 5.376/2014**

LEI Nº 5.376/2014  
DENOMINA VIA PÚBLICA DE "IDAVINO CHAGAS DE ALMEIDA".

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica denominada de "IDAVINO CHAGAS DE ALMEIDA" a Rua sem denominação, a qual tem início ao lado Sul da Avenida Governador Jorge Lacerda, seguindo sentido Norte/Sul, até encontrar a Rua Virgílio de Oliveira Lemos, seguindo paralelamente ao lado Leste com a Rua Pedro Ronsani, no Bairro Bom Jesus, no Município de Curitiba/SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de dezembro de 2014.  
José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **Dionísio Cerqueira**

### **PREFEITURA**

### **LEI 4391/2014**

LEI Nº 4.391/2014.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA A EFETUAR O DESAFETAMENTO DE BEM IMÓVEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º. Fica o chefe do poder executivo autorizado em nome do Município de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, a efetuar o desafetamento do Lote Urbano nº. 1 (um) da quadra nº. 04 (quatro), do Loteamento Área Empresarial Deonelo Luciano Colombo, nesta cidade, sito a Rua Nº 05 esquina com a Rua Nº 03, com área de 1.300,66 m2 (um mil e trezentos metros, virgula sessenta e seis centímetros quadrados), sem benfeitorias, confrontando: ao NORTE, com a estrada municipal na extensão de 88,00 m; SUL: Com a Rua nº 5 na extensão de 87,32 m; LESTE: com a Rua nº 3 na extensão de 28,81 m; OESTE: Com a estrada municipal na extensão de 2,87m. Conforme descrito na Matrícula 13.470.

Art.2º As despesas decorrentes da Execução Orçamentária desta Lei, correrão à conta do orçamento municipal vigente, em dotação específica para tal fim.

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 16 DE DEZEMBRO 2014.

ALTAIR CARDOSO RITTES  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data na forma da Lei.  
Data 16/12/2014.

GILMAR BRIZOLA DE CAMPOS  
Secretario Municipal

### **LEI 4394/2014**

LEI Nº 4.394/2014.

PROMOVE O DEZAFETAMENTO E O FECHAMENTO PARCIAL DA RUA Nº 04, DO LOTEAMENTO AREA EMPRESARIAL DEONELO LUCIANO COLOMBO NO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais leis vigentes, encaminha a Câmara Municipal de Vereadores para apreciação o seguinte projeto:

Art. 1º - Fica promovido o desafetamento e o fechamento parcial

da rua nº 04, do loteamento Área Empresarial Deonelo Luciano Colombo no perímetro urbano da cidade de Dionísio Cerqueira, estado de Santa Catarina, num total de área de 1.483,81m<sup>2</sup>, que passara a denominar-se LOTE11 (onze) da Quadra 5 (cinco) com as seguintes confrontações:

NORTE: Com uma estrada municipal medindo 18,27m.

SUL: Com a rua nº 5, medindo 18,80m.

LESTE: Com o lote nº 170, medindo 80,25m.

OESTE: Com os lotes nº 9 e 10, medindo 80,00m.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 16 DE DEZEMBRO 2014.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data na forma da Lei.

Data 16/12/2014.

GILMAR BRIZOLA DE CAMPOS

Secretario Municipal

#### LEI 4395/2014

LEI Nº 4.395/2014.

PROMOVE O DEZAFETAMENTO E O FECHAMENTO PARCIAL DA RUA Nº 04, DO LOTEAMENTO AREA EMPRESARIAL DEONELO LUCIANO COLOMBO NO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais leis vigentes, encaminha a Câmara Municipal de Vereadores para apreciação o seguinte projeto:

Art. 1º - Fica promovido o desafetamento e o fechamento parcial da rua nº 04, do loteamento Área Empresarial Deonelo Luciano Colombo no perímetro urbano da cidade de Dionísio Cerqueira, estado de Santa Catarina, num total de área de 1.533,34m<sup>2</sup>, que passara a denominar-se LOTE11 (onze) da Quadra 6 (seis) com as seguintes confrontações:

NORTE: Com a rua nº 5, medindo 18,93m.

SUL: Com a rua nº 6, medindo 19,44m.

LESTE: Com o lote nº 170, medindo 80,02m.

OESTE: Com os lotes nº 9 e 10, medindo 80,00m.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 16 DE DEZEMBRO 2014.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data na forma da Lei.

Data 16/12/2014.

GILMAR BRIZOLA DE CAMPOS

Secretario Municipal

## Doutor Pedrinho

### PREFEITURA

#### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 080/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 080/2014 - FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO - SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com sede à Rua Brasília, nº 02, centro, Doutor Pedrinho - SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. Hartwig Persuhn, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa AUTO POSTO DOUTOR PEDRINHO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.775.636/0001-70, situado à Rua Brasília, nº 403, cidade de Doutor Pedrinho, SC, neste ato representado pela Sra. Katia Cilene Pegoretti Nones, portador do CPF sob nº 743.948.789-34, aqui denominado simplesmente CONTRATADA, com base no Edital de Pregão Presencial nº 046/2014, e disposições da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 - Constitui objeto do presente Contrato o fornecimento de COMBUSTÍVEIS para veículos, caminhões e máquinas pertencentes ao Município de Doutor Pedrinho, de acordo com as especificações constantes de cada Ordem de Fornecimento emitida pelo Município, em conformidade com a Proposta de Preços vencedora da Licitação - Pregão Presencial nº 046/2014.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1 - A despesa para a aquisição do produto contratado correrá por conta das dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Programa 2015, a seguir:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS  
0301- ADMINISTRACAO E FINANÇAS  
2003 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO E FINAN  
33903001 - COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVO  
1000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

04 - SEC MUN DE OBRAS ESTRADAS E SERV URBANOS  
0401- SEC MUN DE OBRAS ESTRADAS E SERV URBANOS  
2006- MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL  
33903001 - COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVO  
1000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS  
1640200 - Transf. de convenios SC-477

07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO  
0701- SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO  
2026 - MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL  
33903001 - COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVO  
1000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

05 - SEC MUNICIPAL DE EDUCACAO E PROMOCÃO SOCIAL  
0501- DIVISÃO DE EDUCAÇÃO  
2009 - MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR  
33903001 - COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVO  
1010000 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ  
1620200 - TRANSPORTE ESCOLAR DO ESTADO  
1370500 - TRANSFERÊNCIA REFERENTE AO PNATE

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL  
0601- FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE  
2024 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE  
33903001 - COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS  
1020000 - REC. DE IMPOSTOS E DE TRANF. DE IMP. SAÚDE

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 - O valor total estimado deste contrato é de R\$ 847.250,00 (oitocentos e quarenta e sete mil, duzentos e cinquenta reais), incluindo os itens 01,02 e 03 da Licitação nº 046/2014, como segue:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço Litro	Total Global
001	250.000	litros	ÓLEO DIESEL	2,720	680.000,00
002	50.000	litros	GASOLINA COMUM	3,080	154.000,00
003	5.000	litros	ÁLCOOL	2,650	13.250,00

§ 1º - Os preços propostos não serão reajustados durante o prazo contratual em obediência a Lei nº 9.069/95, porém o preço do litro do combustível contratado poderá sofrer revisão de preços para mais ou para menos (conforme art. 37, XXI, da CF e art. 65, II, "d", da Lei Federal nº 8.666/93), mediante termo aditivo ao contrato, sempre que for demonstrada a ocorrência de aumento ou redução dos insumos ou preços das distribuidoras que afetem o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. O pedido de revisão que majore o preço contratado deverá ser instruído com comprovante dos fatos que dão ensejo a alteração pretendida, e esta somente poderá ser feita após análise dos elementos apresentados (notas fiscais dos seus fornecedores habituais que comprovem aumento de seu custo de compra do combustível) e da comparação do preço base de mercado com o preço final a ser praticado (o qual não poderá ultrapassar o preço praticado na praça pela concorrência). Durante o prazo de fornecimento, sempre que o preço à vista, ofertado no mercado pela licitante, for menor que o preço ora contratado, prevalecerá o valor à vista.

§ 2º - Nos preços contratados já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos, taxas de qualquer natureza e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

§ 3º - O pagamento será efetuado até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao do fornecimento, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente especificada a quantidade de litros e o tipo de combustível fornecido no período, acompanhada das "ordens de fornecimento" onde será identificado o veículo, caminhão ou máquina abastecida e o servidor responsável pelo mesmo.

§ 4º - Somente serão pagas notas fiscais decorrentes de abastecimentos autorizados por "ordens de fornecimento/abastecimento" emitidas pelos responsáveis das Secretarias deste MUNICÍPIO, sendo que a nota fiscal/fatura será liquidada antes do pagamento pelo responsável de cada Secretaria beneficiada com o fornecimento.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO:

4.1 - O fornecimento será efetuado diretamente no Posto ou Tanque com bomba disponibilizado pela CONTRATADA, conforme a necessidade, obedecidas as especificações contidas em cada Ordem de Fornecimento emitida pelo MUNICÍPIO, conforme especificado no edital de licitação.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO:

5.1 - O prazo de vigência do presente contrato é contado da data de sua assinatura estendendo-se até 31 de Dezembro de 2015.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1 - A CONTRATADA obriga-se a:

- fornecer integralmente o combustível contratado, na forma da Licitação Pregão Presencial nº 046/2014, atendendo com presteza e agilidade os servidores municipais, mediante a respectiva "ordem de abastecimento/fornecimento" emitida pelo responsável de cada secretaria do MUNICÍPIO;
- ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento do material contratado, exceto quando isso ocorrer por exigência do MUNICÍPIO ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- efetuar os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato por sua conta, na forma do art. 75 da Lei nº 8666/93.
- cumprir todas as demais obrigações e regras estabelecidas no Instrumento Convocatório (Edital) da Licitação nº 046/2014.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

7.1 - Além das obrigações já previstas no presente contrato e no Edital de Licitação, como o pagamento do combustível fornecido no prazo e preço previsto neste instrumento, o MUNICÍPIO também obriga-se a publicar o resumo do Contrato e os Aditamentos que houver, na imprensa oficial, conforme art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES:

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

§ 1º - A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a suspensão do cadastro de fornecedor ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO e multa, de acordo com a gravidade da infração.

§ 2º - A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

I - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia, de atraso na entrega do objeto.

II - 0,7% (sete décimos por cento) ao dia de atraso na entrega do objeto, por cada dia subsequente ao trigésimo.

§ 3º - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

§ 4º - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas, nem impedem ou substituem outras previstas no Instrumento Convocatório.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei

nº 8.666/93.

§ 1º - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

§ 2º - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, não cabe a CONTRATADA direito a qualquer indenização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA COBRANÇA JUDICIAL:

10.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extra-judicial, ressalvando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO:

11.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó - SC, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os efeitos legais.

Doutor Pedrinho (SC), 19 de DEZEMBRO de 2014.

#### CONTRATANTE

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

CPF nº 743.948.789-34

#### CONTRATADA

KATIA CILENE PEGORETTI NONES

Sócia Administradora

AUTO POSTO DOUTOR PEDRINHO LTDA

### CONTRATO Nº 78/2014

Contrato Administrativo nº 078/2014

Contrato de Prestação de Serviços relativo ao Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina celebrado entre o Município de Doutor Pedrinho e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para o exercício de 2015.

Pelo presente instrumento de contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação que celebram entre si o Município de Doutor Pedrinho, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com sede administrativa na Rua Brasília, 02, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. HARTWIG PERSUHN, e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo do CIGA, Sr. Gilsoni Lunardi Albino.

Das disposições gerais

Cláusula primeira - Aplicam-se ao presente contrato de prestação de serviços as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da Lei Municipal nº 784 de 15/09/2011.

Cláusula segunda - É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e no artigo 2º,

inciso III, da Lei nº 11.107/05.

Do objeto

Cláusula terceira - Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Doutor Pedrinho no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

Parágrafo primeiro - A publicação no DOM/SC substituirá a publicação impressa e será veiculada no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores - Internet.

Parágrafo segundo - A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil).

Da prestação do serviço

Cláusula quarta - O CIGA será responsável pela execução do objeto deste contrato, cuja prestação do serviço observará:

1. A disponibilização de sistema de gerenciamento das publicações do Município;
2. A implantação e capacitação sobre os sistemas;
3. A manutenção e suporte técnico;
4. A pesquisa em novas tecnologias da informação e comunicação e sua aplicação ao sistema do DOM/SC;
5. A aquisição dos bens e serviços complementares à execução do objeto; e
6. A autenticidade, integridade, validade jurídica das publicações e a interoperabilidade do sistema, de acordo com as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil).

Dos direitos e deveres dos entes consorciados

Cláusula quinta - São direitos do ente consorciado:

1. Acompanhar os trabalhos do consórcio, mediante recebimento de informações conforme a cláusula quinta;
2. Receber capacitação para utilização dos sistemas desenvolvidos pelo consórcio;
3. Receber suporte técnico;
4. Requisitar correções e ajustes, cuja execução será atendida após aprovação dos técnicos do consórcio;

Cláusula sexta - São deveres do ente consorciado:

1. Prestar as informações solicitadas pelo CIGA;
2. Zelar pela correta execução dos serviços;
3. Autorizar o fornecimento de senhas, de uso pessoal e intransferível, de acesso ao sistema de publicações no DOM/SC;
4. Responsabilizar-se pelos atos oficiais publicados pelos servidores por meio das senhas fornecidas pelo CIGA;
5. Transferir os recursos financeiros necessários à execução do objeto deste contrato.

Da transparência da gestão econômica e financeira

Cláusula sétima - A fim de garantir a transparência da gestão administrativa, econômica e financeira dos objetivos e metas previstos neste contrato, serão observadas as disposições constantes no Contrato de Consórcio Público, sendo que o CIGA deverá, especialmente:

1. elaborar e encaminhar ao Município a Prestação de Contas anual quanto aos serviços contratados, fazendo neles constar um resumo geral das atividades e valores;
2. disponibilizar ao Município as informações contábeis e demonstrações financeiras, exigidas segundo a legislação pertinente, relativos ao desenvolvimento e ao cumprimento do objeto deste contrato.

Do preço e do pagamento

Cláusula oitava - Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará mensalmente ao consórcio a importância de R\$ 295,00, totalizando o valor de R\$ 3.540,00.

Cláusula nona - Fica o CIGA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar até o último dia útil de cada mês da conta ICMS do Município o valor mensal estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

Da rubrica orçamentária

Cláusula décima - A despesa decorrente deste contrato de rateio

correrá de acordo com as dotações orçamentárias nº 3.1.71.70 (transferência a consórcio público para suporte a despesas correntes com pessoal e encargos sociais), nº 3.3.71.70 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas correntes) e 4.4.71.70 (transferência a consórcio público para investimentos), previstas no orçamento do Município para o exercício de 2015, nos termos da Lei Municipal nº 846/2014 (Lei Orçamentária Anual).

Da prestação de contas

Cláusula décima primeira - Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio do presente contrato.

Cláusula décima segunda - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente contrato, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

Das penalidades

Cláusula décima terceira - O consorciado inadimplente com o CIGA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima quarta - Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima quinta - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Da vigência

Cláusula décima sexta - O presente contrato de prestação de serviços entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de dezembro de 2015.

Do foro

Cláusula décima sétima - Fica eleito o foro da Comarca de Timbó/SC para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

Das disposições finais

Cláusula décima oitava - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Doutor Pedrinho, 19 de dezembro de 2014 .

HARTWIG PERSUHN Prefeito de Doutor Pedrinho	Gilsoni Lunardi Albino Diretor Executivo do CIGA
--	---

## CONTRATO Nº 79/2014

Contrato Administrativo nº 079/2014

Contrato de Prestação de Serviços relativo ao Programa de Gestão Tributária celebrado entre o Município de Doutor Pedrinho e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA). Pelo presente instrumento de contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação que celebram entre si o Município de Doutor Pedrinho, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 79.373.775/0001-62, com sede administrativa na Rua Brasília, 02, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. HARTWIG PERSUHN, e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo do CIGA, Sr. Gilsoni Lunardi Albino.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira. Aplica-se ao presente contrato de prestação de serviços as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07 e da Lei Municipal nº 784, de 15/09/2011.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se aos princípios gerais do direito administrativo.

Cláusula segunda. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; no artigo 18, do Decreto Federal nº 6.017/07; e no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula terceira. Este contrato tem por objeto a contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, envolvendo os seguintes acessos:

I - REGIN: gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do MUNICÍPIO, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN), referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), em conformidade com o Termo de Cooperação Técnica JUCESC/FECAM nº 20.102/2010-2, celebrado pela JUCESC e Federação Catarinense de Municípios (FECAM), bem como os respectivos módulos adicionais;

II - Simples Nacional: gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), nos termos do Convênio de Cooperação Técnica e Delegação de Encargos ESTADO / FECAM Nº 001/2010, permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional. Cláusula quarta. A prestação dos serviços definidos na cláusula anterior envolve:

I - Capacitação e orientações dos procedimentos a serem adotados em relação a cada um dos programas, inclusive quanto às adaptações legislativas e procedimentais necessárias à correta implantação dos programas;

II - Definição e implementação de procedimentos para a operacionalização de tarefas relacionadas ao ambiente computacional, especificamente aqueles relacionados aos programas contratados;

III - Prestação de suporte técnico e operacional, em especial o atendimento às dúvidas sobre as características e a utilização dos programas;

IV - Intermediação entre o MUNICÍPIO e a(s) empresa(s) que prestem serviços ao CIGA em relação aos programas, no âmbito da solicitação de melhorias e evoluções tecnológicas;

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do MUNICÍPIO:

I - garantir condições, informações e recursos necessários ao desenvolvimento normal dos trabalhos, repassando ao CONSÓRCIO as sugestões e críticas aos serviços objeto deste contrato;

II - transmitir os dados e informações necessárias ao funcionamento adequado dos aplicativos envolvidos, restando autorizado ao CONSÓRCIO a transmissão de tais dados e informações a terceiros, desde que preservado o sigilo fiscal;

III - empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da mensalidade dos serviços prestados;

IV - publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO;

V - acompanhar a execução do contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades do CONSÓRCIO:

I - executar os serviços nas condições estipulados neste contrato;

II - garantir a integridade e consistência do banco de dados em

processos de atualização do sistema e ações executadas automaticamente pelo mesmo;  
 III - manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar suporte ao MUNICÍPIO em prazo razoável;  
 IV - preservar o sigilo fiscal de informações de contribuintes, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa;  
 V - comunicar ao MUNICÍPIO, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação do mesmo.  
 VI - disponibilizar as novas versões dos sistemas contratados pelo MUNICÍPIO sem custo adicional.

#### DO PREÇO E DO PAGAMENTO

Cláusula sétima. Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará mensalmente ao consórcio a importância de R\$ 235,00.

Parágrafo primeiro. Quando solicitado pelo MUNICÍPIO, o atendimento "in loco" poderá ser realizado mediante disponibilidade técnica e reembolso, por parte do MUNICÍPIO, dos gastos com deslocamento (R\$ 0,60/Km) e diárias (R\$ 210,00/diária) do(s) técnico(s).

Parágrafo segundo. A customização dos programas contratados pelo MUNICÍPIO, em aspectos não previstos na cláusula sexta do presente contrato e desde que haja comum acordo, poderá ser realizada mediante a cobrança de hora técnica no valor de R\$ 106,00 por hora.

Cláusula oitava. Fica o CIGA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar até o último dia útil de cada mês da seguinte conta bancária - agência nº 5441-0 e conta corrente nº 15-9 o valor mensal estabelecido na cláusula anterior.

Cláusula nona. O CIGA deverá manter controle do pagamento das mensalidades e disponibilizar recibos de cada um dos pagamentos efetuados pelo MUNICÍPIO.

#### DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Cláusula décima. A despesa decorrente deste contrato de rateio correrá de acordo com as dotações orçamentárias nº 3.1.71.70 (transferência a consórcio público para suporte a despesas correntes com pessoal e encargos sociais), nº 3.3.71.70 (transferência a consórcio público para suporte a outras despesas correntes) e 4.4.71.70 (transferência a consórcio público para investimentos), previstas no orçamento do Município para o exercício de 2015, nos termos da Lei Municipal nº 846, de 05/12/2014.

#### DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima primeira. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo.

#### DA VIGÊNCIA

Cláusula décima segunda. Este contrato terá prazo de vigência até 31 de dezembro de 2015, sendo iniciado a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, mediante termo aditivo.

#### DO FORO

Cláusula décima terceira. Fica eleito o foro da Comarca de Timbó/SC para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima quarta. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Doutor Pedrinho, 19 de dezembro de 2014 .

HARTWIG PERSUHN Prefeito de Doutor Pedrinho	Gilsoni Lunardi Albino Diretor Executivo do CIGA
--	---

## DECRETO Nº 099, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 099, de 09 de dezembro de 2014.

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 12.995,95.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 830, de 06 de dezembro de 2013;

#### DECRETA:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder à anulação, no valor de até R\$ 12.995,95 (doze mil novecentos e noventa e cinco reais e noventa e cinco centavos), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013).

05.001.12.365.0050.2030	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.365.0050.2030	DIVISÃO EDUCAÇÃO	
05.001.12.365.0050.2030	MANUTENÇÃO DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1010000	REC. DE IMPOSTOS E TRANSF DE IMPOSTOS EDUCAÇÃO	12.995,95
TOTAL		12.995,95
TOTAL GERAL DA ANULAÇÃO		12.995,95

Art. 2º - O Prefeito Municipal fica autorizado à suplementação no valor de até R\$ 12.995,95 (doze mil novecentos e noventa e cinco reais e noventa e cinco centavos), à conta da anulação prevista no artigo anterior, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013):

05.001.12.365.0050.2030	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.365.0050.2030	DIVISÃO EDUCAÇÃO	
05.001.12.365.0050.2030	MANUTENÇÃO DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1010000	REC. DE IMPOSTOS E TRANSF DE IMPOSTOS EDUCAÇÃO	12.995,95
TOTAL		12.995,95
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		12.995,95

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 09 de dezembro de 2014; 26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 09 de dezembro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

**PORTARIA Nº 141, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014.**

PORTARIA no 141, de 04 de Dezembro de 2014.

Designa servidora para exercício de Função Gratificada na Secretaria de Administração e Finanças, a contar desta data.

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e com base na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e na Lei Complementar nº 32, de 06 de abril de 2004, resolve:

**DESIGNAR EM FUNÇÃO GRATIFICADA**

Com base no Art. 15, da Lei Complementar nº 32, de 06/04/2004, a servidora abaixo relacionada, detentora do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, a contar desta data:

LOTAÇÃO/NOME	NÍVEL	VALOR	FUNÇÃO GRATIFICADA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Tassiana Ouriques Becker	IV	R\$ 430,73	Responder pelo setor de Recursos Humanos

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 04 de Dezembro de 2014; 26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.  
HARTWIG PERSUHN  
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

**PORTARIA Nº 142, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.**

PORTARIA no 142, de 12 de Dezembro de 2014.

Concede Progressão por Habilitação ao Servidor Público Municipal.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; com fundamento no artigo 09 da Lei Complementar nº 32, de 06 de abril de 2004; e

Considerando-se o requerimento formulado pelo servidor com a comprovação do curso de graduação realizado;  
Considerando-se a expedição de Parecer Jurídico favorável ao pleito do requerente; resolve:

**CONCEDER PROGRESSÃO POR HABILITAÇÃO**

Ao servidor do município de Doutor Pedrinho, abaixo identificado, como segue:

Nome do(a) Servidor(a)	Cargo	A contar de:	Referência / Classe	
			Atual	Progressão
Mário Benício Viviani	Fiscal de Tributos	11/12/2014	15	15.1

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 12 de dezembro de 2014; 26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.  
HARTWIG PERSUHN  
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

**PORTARIA Nº 143, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.**

PORTARIA no 143, de 15 de Dezembro de 2014.

Altera o período de contratação de servidor em caráter temporário para Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social no emprego de Nutricionista.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades escolares, pré-escolares e núcleos de educação infantil do município, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento do número de alunos, ou nos casos de licença e/ou afastamento temporário do titular; Considerando-se a exoneração da servidora titular (Julie Cristine Parey) através da Portaria nº 056, de 18/05/2012, e a inexistência de candidatos aprovados em Concurso Público para o emprego; Considerando-se a aprovação deste candidato no Processo Seletivo nº 01/2013, e a urgência da contratação para manutenção do atendimento dos alunos da rede municipal de educação resolve:

**ALTERAR**

O período de contratação do servidor NORTON GABRIEL FERNANDES, nas funções do emprego de Nutricionista, com carga horária de 20 horas semanais e vencimento de R\$ 1.619,55 (um mil seiscentos e dezenove reais e cinquenta e cinco centavos) mensais, previsto na Portaria nº 028 de 01/03/2013, alterada pela Portaria nº 074 de 28/06/2013, Portaria nº 115 de 27/09/2013, Portaria nº 140 de 09/12/2013 e Portaria nº 055 de 24/06/2014, que passa a ser de 01/03/2013 à 27/02/2015.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de dezembro de 2014; 26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.  
HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

**PORTARIA Nº 144, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.**

PORTARIA no 144, de 15 de Dezembro de 2014.

Altera o período de contratação de servidor em caráter temporário para Secretaria Municipal de Desporto e Cultura no emprego de Professor I.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso VI do art. 2º da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, manutenção de serviços públicos essenciais, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, ou nos casos de licença e/ou afastamento do exercício do cargo;

Considerando-se a importância da continuação das atividades esportivas realizadas pela Secretaria de desporto e cultura, e a necessidade de um profissional capacitado para atender a demanda nas aulas esportivas e a inexistência de candidatos aprovados em Concurso Público para o emprego;  
Considerando-se a aprovação deste candidato no Processo Seletivo nº 01/2013; e a previsão legal para aumento da carga horária e da remuneração até as 40 horas semanais; resolve:

**ALTERAR**

O período de contratação do servidor CLERIO RICARDO ULLER nas funções do emprego de Professor I, com carga horária ampliada para 40 horas semanais e salário correspondente a R\$ 2.179,15 (dois mil cento e setenta e nove reais e quinze centavos) mensais,

previsto na Portaria nº 013 de 13/02/2013, alterada pela Portaria nº 141 de 09/12/2013 e Portaria nº 056 de 24/06/2014, que passa a ser de 13/02/2013 à 27/02/2015.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de dezembro de 2014; 26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.  
HARTWIG PERSUHN  
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

#### **PORTARIA Nº 145, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.**

PORTARIA no 145, de 15 de dezembro de 2014.

Altera o período de contratação de servidora em caráter temporário para Secretaria Municipal de Administração e Finanças, no emprego de Auxiliar de Serviços Gerais.

O Prefeito de Doutor Pedrinho/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990, e fundamentado no art. 37, IX, da CF e na LC nº 47/2006; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso VI do art. 2º da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, a necessidade de manutenção dos serviços de limpeza e asseio da sede administrativa da municipalidade nos casos de licença e/ou afastamento de servidor titular do emprego público;

Considerando-se a readaptação funcional da servidora efetiva Terezinha Schitz com afastamento das funções do emprego público de Auxiliar de Serviços Gerais em face de problemas de saúde para exercício de funções administrativas, conforme Portaria nº 077, de 04 de Julho de 2012;

Considerando-se a prévia classificação desta candidata no Processo Seletivo nº 04/2012 e a observância da ordem de classificação; resolve:

#### **ALTERAR**

O período de contratação da servidora NEUSA APARECIDA UBER VENTURI, nas funções do emprego de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 44 horas semanais e vencimento de R\$ 966,20 (novecentos e sessenta e seis reais e vinte centavos) mensais, previsto na Portaria nº 006 de 01/02/2013, alterada pela Portaria nº 142 de 09/12/2013 e Portaria nº 057 de 24/06/2014, que passa a ser de 01/02/2013 à 27/02/2015.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de dezembro de 2014; 26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.  
HARTWIG PERSUHN  
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

#### **PORTARIA Nº 146, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.**

PORTARIA no 146, de 15 de Dezembro de 2014.

Altera o período de contratação de servidora em caráter temporário para Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social, no emprego de Educadora Infantil.

O Prefeito de Doutor Pedrinho/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990, fundamentado no art. 37, IX, da CF e na LC nº 47/2006; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades escolares, pré-escolares e núcleos de educação infantil do município, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria,

exoneração e demissão, aumento do número de alunos, ou nos casos de licença e/ou afastamento temporário do titular;  
Considerando-se o afastamento temporário da servidora titular (Giane Cristina Giacomozzi Claudino dos Santos) para exercício de emprego em comissão e/ou função gratificada;  
Considerando-se a aprovação desta candidata no Processo Seletivo nº 04/2012, a ausência de outros candidatos no cadastro de aprovados, a urgência da contratação para manutenção do atendimento dos alunos da rede municipal de educação, e a ponderação de princípios constitucionais; resolve:

#### **ALTERAR**

O período de contratação da servidora JURANICE APARECIDA BUZZI RODE, nas funções do emprego de Educadora Infantil, com carga horária de 40 horas semanais e vencimento de R\$ 1.246,61 (Um mil duzentos e quarenta e seis reais e sessenta e um centavos) mensais, previsto na Portaria nº 128 de 20/12/2012, alterada pela Portaria nº 036 de 27/03/2013, Portaria nº 076 de 28/06/2013 Portaria nº 117 de 27/09/2013, Portaria nº 143 de 09/12/2013 e Portaria nº 058 de 24/06/2014, que passa a ser de 07/01/2013 à 27/02/2015.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de dezembro de 2014; 26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.  
HARTWIG PERSUHN  
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

#### **PORTARIA Nº 147, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.**

PORTARIA no 147, de 15 de Dezembro de 2014.

Altera o período de contratação de servidora em caráter temporário para Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social, no emprego de Educadora Infantil.

O Prefeito de Doutor Pedrinho/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990, fundamentado no art. 37, IX, da CF e na LC nº 47/2006; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades escolares, pré-escolares e núcleos de educação infantil do município, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento do número de alunos, ou nos casos de licença e/ou afastamento temporário do titular;  
Considerando-se a exoneração da servidora titular (Mariléia Gumz) através da Portaria nº 012, de 20/01/2012, e a inexistência de candidatos aprovados em Concurso Público para o emprego;  
Considerando-se a aprovação desta candidata no Processo Seletivo nº 04/2012, e a urgência da contratação para manutenção do atendimento dos alunos da rede municipal de educação, e a ponderação de princípios constitucionais; resolve:

#### **ALTERAR**

O período de contratação da servidora JESSICA TEREZINHA REITZ, nas funções do emprego de Educadora Infantil, com carga horária de 40 horas semanais e vencimento de R\$ 1.246,61 (Um mil duzentos e quarenta e seis reais e sessenta e um centavos) mensais, previsto na Portaria nº 130 de 20/12/2012, alterada pela Portaria nº 038 de 27/03/2013, Portaria nº 078 de 28/06/2013, Portaria nº 119 de 27/09/2013, Portaria nº 146 de 09/12/2013 e Portaria nº 060 de 24/06/2014, que passa a ser de 07/01/2013 à 27/02/2015.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de dezembro de 2014; 26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.  
HARTWIG PERSUHN  
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

**PORTARIA Nº 148, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.**

PORTARIA no 148, de 15 de Dezembro de 2014.

Altera o período de contratação de servidora em caráter temporário para Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social, no emprego de Educadora Infantil.

O Prefeito de Doutor Pedrinho/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990, fundamentado no art. 37, IX, da CF e na LC nº 47/2006; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades escolares, pré-escolares e núcleos de educação infantil do município, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento do número de alunos, ou nos casos de licença e/ou afastamento temporário do titular;

Considerando-se o aumento temporário no número de alunos e a inexistência de candidatos aprovados em Concurso Público para o emprego;

Considerando-se a aprovação desta candidata no Processo Seletivo nº 04/2012, e a urgência da contratação para manutenção do atendimento dos alunos da rede municipal de educação, e a ponderação de princípios constitucionais; resolve:

**ALTERAR**

O período de contratação da servidora JANAINA GOES, nas funções do emprego de Educadora Infantil, com carga horária de 40 horas semanais e vencimento de R\$ 1.246,61 (Um mil duzentos e quarenta e seis reais e sessenta e um centavos) mensais, previsto na Portaria nº 005 de 21/01/2013, alterada pela Portaria nº 041 de 27/03/2013, Portaria nº 054 de 24/05/2013, Portaria nº 147 de 09/12/2013 e Portaria nº 061 de 24/06/2014, que passa a ser de 21/01/2013 à 27/02/2015.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de dezembro de 2014; 26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

**PORTARIA Nº 149, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.**

PORTARIA no 149, de 15 de Dezembro de 2014.

Altera o período de contratação de servidora em caráter temporário para Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social, no emprego de Educadora Infantil.

O Prefeito de Doutor Pedrinho/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990, fundamentado no art. 37, IX, da CF e na LC nº 47/2006; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades escolares, pré-escolares e núcleos de educação infantil do município, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento do número de alunos, ou nos casos de licença e/ou afastamento temporário do titular;

Considerando-se o aumento temporário no número de alunos e a inexistência de candidatos aprovados em Concurso Público para o emprego;

Considerando-se a aprovação desta candidata no Processo Seletivo nº 04/2012, e a urgência da contratação para manutenção do atendimento dos alunos da rede municipal de educação, e a ponderação de princípios constitucionais; resolve:

**ALTERAR**

O período de contratação da servidora ELIZANGELA DOS SANTOS, nas funções do emprego de Educadora Infantil, com carga horária de 40 horas semanais e vencimento de R\$ 1.246,61 (Um mil duzentos e quarenta e seis reais e sessenta e um centavos) mensais, previsto na Portaria nº 021 de 18/02/2013, alterada pela Portaria nº 043 de 27/03/2013, Portaria nº 071 de 28/06/2013, Portaria nº 114 de 27/09/2013, Portaria nº 149 de 09/12/2013 e Portaria nº 063 de 24/06/2014, que passa a ser de 01/03/2013 à 27/02/2015.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de dezembro de 2014; 26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

**PORTARIA Nº 150, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.**

PORTARIA no 150, de 15 de dezembro de 2014.

Altera o período de contratação de servidora em caráter temporário para Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social, no emprego de Professora I.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades escolares, pré-escolares e núcleos de educação infantil do município, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento do número de alunos, ou nos casos de licença e/ou afastamento temporário do titular;

Considerando a necessidade de complementação da grade curricular e a inexistência de candidatos aprovados em Concurso Público para o emprego;

Considerando-se a aprovação desta candidata no Processo Seletivo nº 01/2013, e a urgência da contratação para manutenção do atendimento dos alunos da rede municipal de educação, a ponderação de princípios constitucionais; com redução da carga horária e da remuneração de 14 horas semanais, auxiliando no atendimento da demanda da rede municipal de ensino resolve:

**ALTERAR**

O período de contratação da servidora MIRIA TERESINHA TOME-LIN NONES, nas funções do emprego de Professora I, com carga horária reduzida para 14 horas semanais e vencimento de R\$ 762,70 (setecentos e sessenta e dois reais e setenta centavos) mensais, previsto na Portaria nº 073 de 28/06/2013 alterado pela Portaria nº 123 de 27/09/2013, Portaria nº 150 de 09/12/2013 e Portaria nº 064 de 24/06/2014, que passa a ser de 01/07/2013 à 27/02/2015.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de dezembro de 2014; 26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

**PORTARIA Nº 151, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.**

PORTARIA no 151, de 15 de Dezembro de 2014.

Altera o período de contratação de servidora em caráter temporário para Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social, no emprego de Professora I.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades escolares, pré-escolares e núcleos de educação infantil do município, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento do número de alunos, ou nos casos de licença e/ou afastamento temporário do titular; Considerando-se a exoneração do servidor titular (Denny Emerson Heinzen) através da Portaria nº 008, de 01/02/2013, e a inexistência de candidatos aprovados em Concurso Público para o emprego; Considerando-se a aprovação desta candidata no Processo Seletivo nº 01/2013, e a urgência da contratação para manutenção do atendimento dos alunos da rede municipal de educação, a ponderação de princípios constitucionais; e a previsão legal para aumento da carga horária e da remuneração até as 40 horas semanais, auxiliando no atendimento da demanda da rede municipal de ensino resolve:

**ALTERAR**

O período de contratação da servidora ANDRESSA SCHURT, nas funções do emprego de Professora I, com carga horária de 40 horas semanais e vencimento de R\$ 2.179,15 (dois mil cento e setenta e nove reais e quinze centavos) mensais, previsto na Portaria nº 015 de 13/02/2013, alterada pela Portaria nº 068 de 28/06/2013, Portaria nº 111 de 27/09/2013, Portaria nº 152 de 09/12/2013 e Portaria nº 066 de 24/06/2014, que passa a ser de 13/02/2013 à 09/01/2015.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de dezembro de 2014; 26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

**PORTARIA Nº 152, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.**

PORTARIA no 152, de 15 de Dezembro de 2014.

Altera o período de contratação de servidora em caráter temporário para Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social, no emprego de Auxiliar de Serviços Gerais.

O Prefeito de Doutor Pedrinho/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990, fundamentado no art. 37, IX, da CF e na LC nº 47/2006; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades escolares, pré-escolares e núcleos de educação infantil do município, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento do número de alunos, ou nos casos de licença e/ou afastamento temporário do titular; Considerando-se a ampliação do Núcleo Educacional Fritz Donner, bem como a demanda na manutenção de serviços da limpeza; Considerando-se a aprovação desta candidata no Processo Seletivo nº 04/2012, a ausência de outros candidatos no cadastro de aprovados, a urgência da contratação para manutenção do atendimento dos alunos da rede municipal de educação, e a ponderação de princípios constitucionais; resolve:

**ALTERAR**

O período de contratação da servidora MIRIAM KUNKEL ROEDEL, nas funções do emprego de Auxiliar de Serviços gerais, com carga horária de 44 horas semanais e vencimento de R\$ 966,20 (novecentos e sessenta e seis reais e vinte centavos) mensais, previsto na Portaria nº 133 de 20/12/2012, alterado pela Portaria nº 040 de 27/03/2013, Portaria nº 080 de 28/06/2013, Portaria nº 121 de 27/09/2013, Portaria nº 153 de 09/12/2013 e Portaria nº 067 de

24/06/2014, que passa a ser de 07/01/2013 à 27/02/2015.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de dezembro de 2014; 26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

**PORTARIA Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.**

PORTARIA no 153, de 15 de dezembro de 2014.

Altera o período de contratação de servidora em caráter temporário para Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social, no emprego de Auxiliar de Serviços Gerais.

O Prefeito de Doutor Pedrinho/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990, fundamentado no art. 37, IX, da CF e na LC nº 47/2006; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades escolares, pré-escolares e núcleos de educação infantil do município, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento do número de alunos, ou nos casos de licença e/ou afastamento temporário do titular;

Considerando-se o aumento temporário no número de alunos, bem como o aumento da demanda na manutenção de serviços gerais e a inexistência de candidatos aprovados em Concurso Público para o emprego;

Considerando-se a aprovação desta candidata no Processo Seletivo nº 04/2012, e a urgência da contratação para manutenção do atendimento dos alunos da rede municipal de educação; resolve:

**ALTERAR**

O período de contratação da servidora CRISTIANE WINTER, nas funções do emprego público de Auxiliar de Serviços Gerais, sob regime jurídico da CLT, com carga horária de 44 horas semanais e salário de R\$ 966,20 (novecentos e sessenta e seis reais e vinte centavos) mensais, previsto na Portaria nº 065 de 26/06/2013, alterado pela Portaria nº 124 de 27/09/2013, Portaria nº 155 de 09/12/2013 e Portaria nº 068 de 24/06/2014, que passa a ser de 01/07/2013 à 30/01/2015.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de dezembro de 2014; 26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

**PORTARIA Nº 154, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.**

PORTARIA no 154, de 15 de Dezembro de 2014.

Altera o período de contratação de servidora em caráter temporário para Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social, no emprego de Auxiliar de Serviços Gerais.

O Prefeito de Doutor Pedrinho/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990, fundamentado no art. 37, IX, da CF e na LC nº 47/2006; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades escolares, pré-escolares e núcleos de educação infantil do município, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento do número de alunos, ou nos casos de licença e/ou afastamento temporário do titular;

Considerando-se a exoneração da servidora titular (Denise Becker) através da Portaria nº 016, de 03/02/2012, e a inexistência de candidatos aprovados em Concurso Público para o emprego; Considerando-se a aprovação desta candidata no Processo Seletivo nº 04/2012, a ausência de outros candidatos no cadastro de aprovados, a urgência da contratação para manutenção do atendimento dos alunos da rede municipal de educação, e a ponderação de princípios constitucionais; resolve:

**ALTERAR**

O período de contratação da servidora MARCELA FLORENCIO, nas funções do emprego de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 44 horas semanais e vencimento de R\$ 966,20 (novecentos e sessenta e seis reais e vinte centavos) mensais, previsto na Portaria nº 013 de 03/02/2014, alterado pela Portaria nº 069 de 24/06/2014, que passa a ser de 03/02/2014 à 27/02/2015.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de dezembro de 2014; 26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

**PORTARIA Nº 155, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.**

PORTARIA no 155, de 15 de Dezembro de 2014.

Altera o período de contratação de servidora em caráter temporário para Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social, no emprego de Professora.

O Prefeito de Doutor Pedrinho/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990, fundamentado no art. 37, IX, da CF e na LC nº 47/2006; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades escolares, pré-escolares e núcleos de educação infantil do município, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento do número de alunos, ou nos casos de licença e/ou afastamento temporário do titular;

Considerando-se o aumento temporário no número de alunos e a inexistência de candidatos aprovados em Concurso Público para o emprego;

Considerando-se a aprovação desta candidata no Processo Seletivo nº 01/2014, e a urgência da contratação para manutenção do atendimento dos alunos da rede municipal de educação, a ponderação de princípios constitucionais; resolve:

**ALTERAR**

O período de contratação da servidora GERONILDA ANHAYA ORIBKA, nas funções do emprego de Professora, com carga horária de 20 horas semanais e vencimento de R\$ 1.089,58 (Um mil oitenta e nove reais e cinquenta e oito centavos) mensais, previsto na Portaria nº 097 de 04/08/2014, alterada pela Portaria nº 111 de 02/09/2014, que passa a ser de 04/08/2014 à 30/01/2015.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de dezembro de 2014; 26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

**PORTARIA Nº 156, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.**

PORTARIA no 156, de 15 de Dezembro de 2014.

Altera o período de contratação de servidora em caráter temporário para Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social, no emprego de Auxiliar de Serviços Gerais.

O Prefeito de Doutor Pedrinho/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990, fundamentado no art. 37, IX, da CF e na LC nº 47/2006; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades escolares, pré-escolares e núcleos de educação infantil do município, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento do número de alunos, ou nos casos de licença e/ou afastamento temporário do titular;

Considerando-se o afastamento temporário de servidoras para gozo de férias regulares, bem como a ausência de servidores efetivos para substituição;

Considerando-se a aprovação desta candidata no Processo Seletivo nº 02/2013, e a urgência da contratação para manutenção do atendimento dos alunos da rede municipal de educação; resolve:

**ALTERAR**

O período de contratação da servidora MÁRCIA APARECIDA FLORENCIO, nas funções do emprego de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 44 horas semanais e vencimento de R\$ 966,20 (novecentos e sessenta e seis reais e vinte centavos) mensais, previsto na Portaria nº 123 de 06/10/2014, que passa a ser de 06/10/2014 à 30/01/2015.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de dezembro de 2014; 26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

**PORTARIA Nº 157, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.**

PORTARIA no 157, de 15 de Dezembro de 2014.

Altera período de contratação de servidora em caráter temporário para Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social no emprego de Educadora Infantil.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades escolares, pré-escolares e núcleos de educação infantil do município, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento do número de alunos, ou nos casos de licença e/ou afastamento temporário do titular;

Considerando-se a inserção de aluna portadora de necessidades especiais na turma regular, com necessidades de acompanhamento específico para aprendizagem e desenvolvimento de habilidades para o convívio social;

Considerando-se a aprovação desta candidata no Processo Seletivo

nº 02/2013, a ausência de outros candidatos no cadastro de aprovados, a urgência da contratação para manutenção do atendimento dos alunos da rede municipal de educação, e a ponderação de princípios constitucionais; resolve:

**ALTERAR**

O período de contratação da servidora PAMELA MICAELLE SCHON, nas funções do emprego de Educadora Infantil, com carga horária de 40 horas semanais e vencimento de R\$ 1.246,61 (Um mil duzentos e quarenta e seis reais e sessenta e um centavos) mensais, previsto na Portaria nº 108 de 01/09/2014, que passa a ser de 01/09/2014 à 30/01/2015.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de dezembro de 2014; 26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.  
HARTWIG PERSUHN  
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

**PORTARIA Nº 158, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.**

PORTARIA no 158, de 15 de Dezembro de 2014.

Altera o período de contratação de servidor em caráter temporário para Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social no emprego de Médico Clínico Geral para o ESF.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 c/c artigo 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, fundamentado no art. 37, IX, da CF, na LC nº 47, de 14/06/2006, no § 1º do art. 153 da LC nº 50, de 16/10/2006, e na LC nº 57, de 30/05/2007; e

Considerando-se que o Município conta com a atuação de apenas dois profissionais médicos para atendimento da Rede Municipal de Saúde, incluindo-se os programas de Estratégia de Saúde da Família - ESF;

Considerando-se a necessidade de contratação de profissional para apoio no atendimento de programas e convênios específicos da área de saúde, e o aumento da demanda e/ou número de pacientes da Rede Municipal de Saúde, caracterizando as necessidades temporárias de excepcional interesse público previstas nos Incisos II e V do art. 2º da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006; Considerando-se a imprescindibilidade do trabalho do profissional médico para manutenção dos serviços da Rede Municipal de Saúde e a dificuldade de contratação nesta área, por carência de profissionais disponíveis;

Considerando-se que o profissional médico manifesta interesse em suprir as necessidades temporárias da Rede Municipal de Saúde, em jornada de dez horas semanais; resolve:

**ALTERAR**

O período de contratação do servidor HERMÍNIO ALVIM MATIAS NETO, nas funções do emprego de Médico Clínico Geral para o ESF, com carga horária reduzida para 10 horas semanais e vencimento de R\$ 3.427,34 (três mil quatrocentos e vinte e sete reais e trinta e quatro centavos) mensais, previsto na Portaria nº 105 de 02/09/2013, alterada pela Portaria nº 139 de 09/12/2013, Portaria nº 040 de 25/04/2014 e Portaria nº 073 de 24/06/2014, que passa a ser de 02/09/2013 à 01/01/2015.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de dezembro de 2014; 26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.  
HARTWIG PERSUHN  
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

**PORTARIA Nº 159, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.**

PORTARIA no 159, de 15 de Dezembro de 2014.

Altera período de contratação de servidor em caráter temporário para Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, no emprego público de Técnico em Enfermagem.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 c/c artigo 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso V do art. 2 da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades médico-hospitalares (Unidades de Saúde), ambulatórios e unidades sanitárias, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento da demanda e/ou número de pacientes, ou nos casos de licença e/ou afastamento do exercício do cargo;

Considerando-se a exoneração da servidora titular (Daiana Maria Stulzer) através da Portaria nº 107, de 03/09/2013, e a inexistência de candidatos aprovados em Concurso Público para o emprego; Considerando-se a aprovação deste candidato no Processo Seletivo nº 01/2014, e a urgência da contratação para manutenção dos serviços públicos essenciais da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, resolve:

**ALTERAR**

O período de contratação do servidor DIOGENES MOSER, nas funções do emprego público de Técnico de Enfermagem, com carga horária de 40 horas semanais e vencimento de R\$ 1.320,45 (um mil trezentos e vinte reais e quarenta e cinco centavos) mensais, previsto na Portaria nº 076 de 27/06/2014, que passa a ser de 01/07/2014 à 31/03/2015.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de dezembro de 2014; 26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.  
HARTWIG PERSUHN  
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

**PORTARIA Nº 160, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.**

PORTARIA no 160, de 15 de Dezembro de 2014.

Altera período de contratação de servidora em caráter temporário para Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, no emprego de Atendente de Odontologia

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 c/c artigo 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso V do art. 2 da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades médico-hospitalares (Unidades de Saúde), ambulatórios e unidades sanitárias, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento da demanda e/ou número de pacientes, ou nos casos de licença e/ou afastamento do exercício do cargo;

Considerando-se a alteração da Lei Complementar nº 32 de 06/04/2004, através da Lei Complementar nº 117 de 13/12/2013 onde incluiu o Emprego Público de Atendente de Odontologia no Grupo II dos empregos permanentes;

Considerando-se a aprovação desta candidata no Processo Seletivo nº 01/2014, a inexistência de candidatos aprovados em Concurso Público para o emprego e a urgência da contratação para manutenção dos serviços públicos essenciais da Secretaria

Municipal de Saúde e Assistência Social, resolve:

#### ALTERAR

O período de contratação da servidora ELAINE CRISTINA CIPRIANI, nas funções do emprego público de Atendente de Odontologia, com carga horária 40 horas semanais e vencimento de R\$ 1.320,45 (um mil trezentos e vinte reais e quarenta e cinco centavos) mensais, previsto na Portaria nº 077 de 27/06/2014, que passa a ser de 01/07/2014 à 31/03/2015.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de dezembro de 2014; 26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.  
HARTWIG PERSUHN  
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

#### PORTARIA Nº 161, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA no 161, de 15 de Dezembro de 2014.

Altera período de contratação de servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, no emprego de Médica.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 c/c artigo 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso V do art. 2 da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades médico-hospitalares (Unidades de Saúde), ambulatórios e unidades sanitárias, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento da demanda e/ou número de pacientes, ou nos casos de licença e/ou afastamento do exercício do cargo;

Considerando-se o afastamento do servidor titular (Júlio César Abrahão Bidone) que requereu licença para tratar de interesses particulares;

Considerando-se a aprovação desta candidata no Processo Seletivo nº 01/2014 e a urgência da contratação para manutenção dos serviços públicos essenciais da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, resolve:

#### ALTERAR

O período de contratação da servidora LARISSA BOWENS, nas funções do emprego público de Médica, com carga horária 40 horas semanais e vencimento de R\$ 12.596,50 (doze mil quinhentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos) mensais, previsto na Portaria nº 079 de 27/06/2014, que passa a ser de 01/07/2014 à 31/03/2015.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de dezembro de 2014; 26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.  
HARTWIG PERSUHN  
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

#### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 021/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 021/2014

Considerando-se o resultado do Processo Licitatório nº 07/2014, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e legislação pertinente, as propostas e as cláusulas

do Contrato Administrativo nº 021/2014;

Considerando-se a necessidade de manutenção dos serviços, a disponibilidade do profissional CONTRATADO e a existência de dotações orçamentárias consignadas na proposta orçamentária 2015 e a previsão de prorrogação e/ou renovação do Contrato, conforme Cláusula Quinta e art. 57, II, da Lei nº 8.666/93;;

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com endereço na Rua Brasília, 02, Centro - Doutor Pedrinho/SC, neste ato representado pelo Prefeito HARTWIG PERSUHN, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e LUIZ CLAUDIO KADES, Advogado, inscrito na OAB/SC sob nº 17692 e CPF/CNPJ nº 693.125.329-87, com endereço na Av. Nereu Ramos, 64, 2º Andar, sala 08 - Timbó - SC - CEP: 89.120-000, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, resolvem, de comum acordo, celebrar Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 021/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - Da alteração:

O prazo de vigência de que trata a Cláusula Oitava do Contrato Administrativo nº 021/2014, firmado em 17/02/2014, fica alterado por este Termo, aditando-se em 01 (um) ano o prazo de execução e estendendo-se a vigência do Contrato até 31/12/2015, prorrogáveis mediante Termo Aditivo, em conformidade com a Lei nº 8666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - Da Ratificação:

As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 021/2014, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho, SC, em 18 de dezembro de 2014.  
HARTWIG PERSUHN                      LUIZ CLAUDIO KADES  
PREFEITO MUNICIPAL                      ASSESSOR JURÍDICO

#### Testemunhas:

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO                      EDIR ANA FRAINER MAZZI  
CPF: 448.545.289-15                      CPF: 472.463.759-53

#### QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 031/2013

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 031/2013.

Considerando-se o resultado do Processo de Pregão Presencial nº 011/2013, mediante sujeição mútua as normas constantes das Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02, e demais legislação pertinente, as propostas e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 031/2013;

Considerando-se a necessidade de manutenção dos serviços na rede municipal de educação para o próximo exercício, a disponibilidade do profissional da CONTRATADA, a existência de dotações orçamentárias consignadas na proposta orçamentária 2015 e a previsão de prorrogação e/ou renovação do Contrato, conforme Cláusula Quinta e art. 57, II, da Lei nº 8.666/93;

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/

SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com endereço na Rua Brasília, 02, Centro - Doutor Pedrinho/SC, neste ato representado pelo Prefeito HARTWIG PERSUHN, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro a Empresa MAVETUR TURISMO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.858.788/0001-60, sediada à Rua Marechal Castelo Branco, s/nº, Cidade de Doutor Pedrinho, SC, CEP. 89126-000, neste ato representado pelo Sr. Venâncio Expedito Buzzi, portador do CPF nº 466.390.809-82, aqui denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar Quarto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 031/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - Da alteração:

1.1 - O Contrato Administrativo nº 031/2013, firmado em 18/03/2013, fica renovado, por este Termo, para igual objeto no exercício de 2015.

1.2 - O prazo de vigência de que trata a Cláusula Quinta do Contrato Administrativo nº 031/2013, firmado em 18/03/2013, alterado pelo Segundo Termo Aditivo, fica novamente alterado por este Termo, aditando-se em 01 (um) ano o prazo de execução e estendendo-se a vigência do Contrato até 31/12/2015, prorrogáveis mediante Termo Aditivo, em conformidade com a Lei nº 8666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - Da Ratificação:

As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 031/2013, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho, SC, em 18 de dezembro de 2014.

HARTWIG PERSUHN	VENANCIO EXPEDITO BUZZI
MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO	MAVETUR TURISMO LTDA CONTRATADA

Testemunhas:

JOÃO OSLIN ODORIZZI      EDIR ANA FRAINER MAZZI  
CPF: 501.877.759-15      CPF: 472.463.759/53

#### QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 032/2013

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 032/2013.

Considerando-se o resultado do Processo de Pregão Presencial nº 011/2013, mediante sujeição mútua as normas constantes das Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02, e demais legislação pertinente, as propostas e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 032/2013;

Considerando-se a necessidade de manutenção dos serviços na rede municipal de educação para o próximo exercício, a disponibilidade do profissional da CONTRATADO, a existência de dotações orçamentárias consignadas na proposta orçamentária 2015 e a previsão de prorrogação e/ou renovação do Contrato, conforme Cláusula Quinta e art. 57, II, da Lei nº 8.666/93;

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/

SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com endereço na Rua Brasília, 02, Centro - Doutor Pedrinho/SC, neste ato representado pelo Prefeito HARTWIG PERSUHN, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e MARCIO DOS SANTOS, residente à Rod Municipal DPE 461, SN, cidade de Doutor Pedrinho, SC, portador do CPF sob nº 062.086.849.00, aqui denominado simplesmente CONTRATADO, resolvem, de comum acordo, celebrar Quarto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 032/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - Da alteração:

1.1 - O Contrato Administrativo nº 032/2013, firmado em 18/03/2013, fica renovado, por este Termo, para igual objeto no exercício de 2015.

1.2 - O prazo de vigência de que trata a Cláusula Quinta do Contrato Administrativo nº 032/2013, firmado em 18/03/2013, alterado pelo Segundo Termo Aditivo, fica novamente alterado por este Termo, aditando-se em 01 (um) ano o prazo de execução e estendendo-se a vigência do Contrato até 31/12/2015, prorrogáveis mediante Termo Aditivo, em conformidade com a Lei nº 8666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - Da Ratificação:

As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 032/2013, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho, SC, em 18 de dezembro de 2014.

HARTWIG PERSUHN	MARCIO DOS SANTOS
MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO	CONTRATADO

Testemunhas:

JOÃO OSLIN ODORIZZI      EDIR ANA FRAINER MAZZI  
CPF: 501.877.759-15      CPF: 472.463.759/53

#### SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2013

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 012/2013

Considerando-se o resultado do Processo Licitatório nº 05/2013, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e legislação pertinente, as propostas e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 012/2013;

Considerando-se a necessidade de manutenção dos serviços para o próximo exercício, a disponibilidade do profissional da CONTRATADA, a existência de dotações orçamentárias consignadas na proposta orçamentária 2015 e a previsão de prorrogação e/ou renovação do Contrato, conforme item 6.1 de sua Cláusula Sexta e art. 57, II, da Lei nº 8.666/93;

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com endereço na Rua Brasília, 02, Centro - Doutor Pedrinho/SC, neste ato representado pelo Prefeito

HARTWIG PERSUHN, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro a Empresa NORONHA E LEDRA ENGENHARIA LTDA, com sede na RUA RIO DE JANEIRO, 422, BAIRRO DOS ESTADOS - CEP: 89.130-000, Cidade de Indaial-SC, sob o CNPJ nº 03.794.257/0001-50 neste ato representada por seu representante legal, Senhor Paulo Roberto Ledra, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 012/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Da alteração:**

1.1 - O Contrato Administrativo nº 012/2013, firmado em 15/02/2013, fica renovado, por este Termo, para igual objeto no exercício de 2015.

1.2 - O prazo de vigência de que trata a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo nº 012/2013, firmado em 15/02/2013, alterado pelo Primeiro Termo Aditivo de 17/12/2013, fica alterado por este Termo, aditando-se em 01 (um) ano o prazo de execução e estendendo-se a vigência do Contrato até 31/12/2015, prorrogáveis mediante Termo Aditivo, em conformidade com a Lei nº 8666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis.

**CLÁUSULA SEGUNDA - Da Ratificação:**

2.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 012/2013, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho, SC, em 17 de dezembro de 2014.

HARTWIG PERSUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

PAULO ROBERTO LEDRA  
NORONHA E LEDRA ENGENHARIA MUNICÍPIO LTDA  
CONTRATADA

Testemunhas:

JOÃO OSLIN ODORIZZI  
CPF: 501.877.759-15

EDIR ANA FRAINER MAZZI  
CPF: 472.463.759-53

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 035/2013**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 035/2013

Considerando-se o resultado do Processo Licitatório nº 15/2013, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e legislação pertinente, as propostas e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 035/2013;

Considerando-se a necessidade de manutenção dos serviços para o próximo exercício, a disponibilidade do profissional da CONTRATADA, a existência de dotações orçamentárias consignadas na proposta orçamentária 2015 e a previsão de prorrogação e/ou renovação do Contrato, conforme item 6.1 de sua Cláusula Sexta e art. 57, II, da Lei nº 8.666/93;

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com endereço na Rua Brasília, 02, Centro - Doutor Pedrinho/SC, neste ato representado pelo Prefeito

HARTWIG PERSUHN, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro a Empresa ANALISE LABORATÓRIO CLÍNICO LTDA, com sede na Rua Mal Deodoro Da Fonseca, 75 - Centro, Timbó/SC - CEP: 89.120-000, sob o CNPJ nº 79.397.741/0001-08, neste ato representada por EDSON CARLO DE CAMPOS, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 035/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Da alteração:**

1.1 - O Contrato Administrativo nº 035/2013, firmado em 05/04/2013, fica renovado, por este Termo, para igual objeto no exercício de 2015.

1.2 - O prazo de vigência de que trata a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo nº 035/2013, firmado em 05/04/2013, alterado pelo Primeiro Termo Aditivo, fica novamente alterado por este Termo, aditando-se em 01 (um) ano o prazo de execução e estendendo-se a vigência do Contrato até 31/12/2015, prorrogáveis mediante Termo Aditivo, em conformidade com a Lei nº 8666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis.

**CLÁUSULA SEGUNDA - Da Ratificação:**

2.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 035/2013, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho, SC, em 18 de dezembro de 2014.

HARTWIG PERSUHN  
PREFEITO MUNICIPAL  
MUNICÍPIO

ANALISE LABORATÓRIO CLÍNICO LTDA  
EDSON CARLO DE CAMPOS  
SÓCIO GERENTE

Testemunhas:

KARIM D. V. STAINSACK  
CPF: 549.372.199-15

EDIR ANA FRAINER MAZZI  
CPF: 472.463.759-53

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 039/2013**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 039/2013

Considerando-se o resultado do Processo Licitatório nº 18/2013, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e legislação pertinente, as propostas e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 039/2013;

Considerando-se a necessidade de manutenção dos serviços para o próximo exercício, a disponibilidade do profissional da CONTRATADA e a previsão de prorrogação do Contrato;

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com endereço na Rua Brasília, 02, Centro - Doutor Pedrinho/SC, neste ato representado pelo Prefeito HARTWIG PERSUHN, doravante denominado simplesmente

MUNICÍPIO, e de outro a Empresa FLAVITEC LTDA ME, com sede na Rua Brasília, 230, Centro - Doutor Pedrinho-SC sob o CNPJ nº 09.402.329/0001-53, neste ato representada por seu representante legal, Senhor Flávio Simão Claudino dos Santos, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 039/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Da alteração:**

O prazo de vigência de que trata a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo nº 039/2013, firmado em 18/04/2013, alterado pelo primeiro Termo Aditivo de 16/12/2013, fica novamente alterado por este Termo, aditando-se em 01 (um) ano o prazo de execução e estendendo-se a vigência do Contrato até 31/12/2015, prorrogáveis mediante Termo Aditivo, em conformidade com a Lei nº 8666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis.

**CLÁUSULA SEGUNDA - Da Ratificação:**

As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 039/2013, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho, SC, em 16 de dezembro de 2014.  
MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO  
HARTWIG PERSUHN  
Prefeito  
CONTRATANTE

FLAVITEC LTDA ME  
Flávio Simão Claudino dos Santos  
EMPRESA CONTRATADA

**Testemunhas:**

Nome: JOSÉ ARILDO DE CASTILHO  
CPF: 448.545.289-15

Nome: EDIR ANA FRAINER MAZZI  
CPF: 472.463.759-53

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 051/2013**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 051/2013

Considerando-se o resultado do Processo Licitatório nº 26/2013, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e legislação pertinente, as propostas e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 051/2013;

Considerando-se a necessidade de manutenção dos serviços de mecânica (mão-de-obra e peças) para conserto de equipamentos rodoviários (maquinas e caminhões) da Secretaria de Obras do Município de Doutor Pedrinho para o próximo exercício, a disponibilidade da CONTRATADA, a existência de dotações orçamentárias consignadas na proposta orçamentária 2015 e a previsão de prorrogação e/ou renovação do Contrato, conforme item 6.1 de sua Cláusula Sexta e art. 57, II, da Lei nº 8.666/93;

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com endereço na Rua Brasília, 02, Centro - Doutor Pedrinho/SC, neste ato representado pelo Prefeito

HARTWIG PERSUHN, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro a Empresa MECFAR MECANICA AUTOMOTIVA LTDA-ME, CNPJ nº 86.830.171/0001-63, com sede na Rua das Missões, 130, Alto Benedito, na Cidade de Benedito Novo - SC, neste ato representada por seu sócio-gerente ALISEU FARIA, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 051/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Das alterações:**

1.1 - O Contrato Administrativo nº 051/2013, firmado em 29/05/2013, fica renovado, por este Termo, para igual número de horas (item 01 = 300 hs; item 02 = 300 hs; e item 03 = 680 hs) no exercício de 2015.

1.2 - O prazo de vigência de que trata a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo nº 051/2013, firmado em 29/05/2013, alterado pelo Primeiro Termo Aditivo de 16/12/2013, fica alterado por este Termo, aditando-se em 01 (um) ano o prazo de execução e estendendo-se a vigência do Contrato até 31/12/2015, prorrogáveis mediante Termo Aditivo, em conformidade com a Lei nº 8666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis.

**CLÁUSULA SEGUNDA - Da Ratificação:**

2.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 051/2013, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho, SC, em 18 de dezembro de 2014.  
HARTWIG PERSUHN  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

ALISEU FARIA  
Sócio-Gerente  
MECFAR MECANICA AUTOMOTIVA LTDA - ME  
CONTRATADA

**Testemunhas:**

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO  
CPF: 448.545.289-15

EDIR ANA FRAINER MAZZI  
CPF: 472.463.759-53

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 005/2013**

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 005/2013

Considerando-se o resultado do Processo Licitatório nº 47/2012, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e legislação pertinente, as propostas e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 005/2013;

Considerando-se a necessidade de manutenção dos serviços na rede municipal de saúde para o próximo exercício, a disponibilidade do profissional da CONTRATADA, a existência de dotações orçamentárias consignadas na proposta orçamentária 2015 e a previsão de prorrogação e/ou renovação do Contrato, conforme item 6.1 de sua Cláusula Sexta e art. 57, II, da Lei nº 8.666/93;

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com endereço na Rua Brasília, 02,

Centro - Doutor Pedrinho/SC, neste ato representado pelo Prefeito HARTWIG PERSUHN, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro a Empresa FACE CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA - ME, com sede na Rua Julio Ritscher, 94, Garcia, Blumenau/SC, CEP: 89020-40, sob o CNPJ nº 05.843.257/0001-29, neste ato representada por seu representante legal, Senhor JOÃO B. MARCOS, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar Terceiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 005/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - Da alteração:

1.1 - O Contrato Administrativo nº 005/2013, firmado em 21/01/2013, fica renovado, por este Termo, para igual número de horas (máximo 960 horas) no exercício de 2015.

1.2 - O prazo de vigência de que trata a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo nº 005/2013, firmado em 21/01/2013, prorrogado pelo Primeiro Termo Aditivo até 31/12/2014, fica alterado por este Termo, aditando-se em 01 (um) ano o prazo de execução e estendendo-se a vigência do Contrato até 31/12/2015, prorrogáveis mediante Termo Aditivo, em conformidade com a Lei nº 8666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - Da Ratificação:

2.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 005/2013, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho, SC, em 16 de dezembro de 2014.

HARTWIG PERSUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

JOÃO B. MARCOS  
FACE CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA-ME

#### Testemunhas:

KARIM D. V. STAINSACK  
CPF: 594.372.199-15

EDIR ANA FRAINER MAZZI  
CPF: 472.463.759-53

### **TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 058/2013**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 058/2013

Considerando-se o resultado do Processo Licitatório nº 31/2013, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e legislação pertinente, as propostas e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 058/2013;

Considerando-se a necessidade de manutenção dos serviços para o próximo exercício, a disponibilidade do profissional da CONTRATADA, a existência de dotações orçamentárias consignadas na proposta orçamentária 2015 e a previsão de prorrogação e/ou renovação do Contrato, conforme item 6.1 de sua Cláusula Sexta e art. 57, II, da Lei nº 8.666/93;

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com endereço na Rua Brasília, 02, Centro - Doutor Pedrinho/SC, neste ato representado pelo Prefeito HARTWIG PERSUHN, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro a Empresa ESCOBEN CONTABILIDADE S/S, com sede na RUA CELSO RAMOS, 4.225, 2º PISO,

Bairro Centro, Benedito Novo/SC - CEP: 89.124-000 sob o CNPJ nº 85.938.421/0001-10, neste ato representada por seu representante legal, Senhor ARTUR DOEGE, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 058/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - Da alteração:

1.1 - O Contrato Administrativo nº 058/2013, firmado em 26/06/2013, fica renovado, por este Termo, para igual objeto no exercício de 2015.

1.2 - O prazo de vigência de que trata a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo nº 058/2013, firmado em 26/06/2013, alterado pelo Primeiro Termo Aditivo de 17/12/2013, fica novamente alterado por este Termo, aditando-se em 01 (um) ano o prazo de execução e estendendo-se a vigência do Contrato até 31/12/2015, prorrogáveis mediante Termo Aditivo, em conformidade com a Lei nº 8666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - Da Ratificação:

2.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 058/2013, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho, SC, em 18 de dezembro de 2013.

HARTWIG PERSUHN  
PREFEITO MUNICIPAL  
MUNICÍPIO

ARTUR DOEGE  
ESCOBEN CONTABILIDADE S/S  
CONTRATADA

#### Testemunhas:

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO  
CPF: 448.545.289-15

EDIR ANA FRAINER MAZZI  
CPF: 472.463.759-53

### **TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 073/2014**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 073/2014

Considerando-se o resultado do Processo Licitatório nº 41/2014, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e legislação pertinente, as propostas e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 073/2014;

Considerando-se a necessidade de manutenção dos serviços para o próximo exercício, a disponibilidade da empresa CONTRATADA, a existência de dotações orçamentárias consignadas na proposta orçamentária 2015 e a previsão de prorrogação e/ou renovação do Contrato, conforme item 4.2 de sua Cláusula Quarta e art. 57, II, da Lei nº 8.666/93;

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DOUTOR PEDRINHO, com sede na Rua Brasília, 02, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob nº 11.257.200/0001-40, neste ato representado por sua Secretária, KARIM DENISE VIVIANI STAINSACK, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e de outro a empresa GTA

GESTÃO AMBIENTAL LTDA, com sede na(o) Av. Martin Luthner, 111, Sala 312 - Victor Konder / CEP: 89-012-010 / Blumenau - SC, inscrito sob o CNPJ nº 04.813.163/0001-44, neste ato representada por sua representante legal, Senhora ROSANGELA MARIA MULLER, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 073/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Da alteração:**

1.1 - O Contrato Administrativo nº 073/2014, firmado em 17/10/2014, fica renovado, por este Termo, para igual objeto no exercício de 2015.

1.2 - O prazo de vigência de que trata o item 4.2 da Cláusula Quarta do Contrato Administrativo nº 073/2014, firmado em 17/10/2014, fica alterado por este Termo, aditando-se em 01 (um) ano o prazo de execução e estendendo-se a vigência do Contrato até 31/12/2015, prorrogáveis mediante Termo Aditivo, em conformidade com a Lei nº 8666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis.

1.3 - Observado o valor unitário expresso na Clausula Primeira do Contrato Administrativo nº 073/2014, firmado em 17/10/2014, o valor global do presente Termo Aditivo fica totalizado em R\$ 27.366,00 (vinte e sete mil, trezentos e sessenta e seis reais), para o exercício de 2015 (até 31/12/2015).

**CLÁUSULA SEGUNDA - Da Ratificação:**

2.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 073/2014, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho, SC, em 16 de dezembro de 2014.

CONTRATANTE	CONTRATADA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	GTA GESTÃO AMBIENTAL LTDA
Karim Denise Viviani	Rosangela Maria Muller

**Testemunhas:**

Valkiria Frainer Fronza	Edir Ana Frainer Mazzi
-------------------------	------------------------

**TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 25/2014**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 025/2014

Considerando-se o resultado do Processo Licitatório nº 03/2014, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e legislação pertinente, as propostas e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 025/2014;

Considerando-se que o Contrato foi firmado em 19 de março do corrente, não havendo condições operacionais para execução da obra dentro da vigência inicial devido ao fato de não haver repasse de uma parte dos recursos pelo Ministério das Cidades, de forma que se faz necessário aditivo no prazo para possibilitar a plena execução deste contrato, inclusive na observância do cronograma físico-financeiro;

Considerando-se a suspensão dos trabalhos em face do encerramento das atividades da Administração Municipal e início do calendário de férias coletivas;

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com endereço na Rua Brasília, 02, Centro - Doutor Pedrinho/SC, neste ato representado pelo Prefeito HARTWIG PERSUHN, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro a Empresa CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 06.145.928/0001-40, com endereço à Rua Anita Garibaldi, nº 373, Bairro Centro cidade de Ibirama, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 025/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Da alteração:**

O prazo de execução e vigência de que trata a Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 025/2014, firmado em 19/03/2014, fica alterado por este Termo, aditando-se em 6 (seis) meses o prazo de execução e estendendo-se a vigência do Contrato até 30/06/2015, prorrogáveis mediante Termo Aditivo, em conformidade com a Lei nº 8666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis.

**CLÁUSULA SEGUNDA - Da Ratificação:**

As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 025/2014, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho, SC, em 16 de dezembro de 2014.	
HARTWIG PERSUHN	GILBERTO GRABOWSKI
PREFEITO MUNICIPAL	CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA

**Testemunhas:**

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO	EDIR ANA FRAINER MAZZI
CPF: 448.545.289-15	CPF: 472.463.759-53

**TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 34/2011**

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 034/2011

Considerando-se a importância dos investimentos para implantação e melhoria do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município;

Considerando-se o resultado do Processo Licitatório nº 42/2010, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e legislação pertinente, à proposta vencedora e às cláusulas do Contrato Administrativo nº 034/2011;

Considerando-se as condicionantes do Convênio mantido entre o Município e FUNASA para repasse voluntário de recursos para as obras de esgotamento sanitário;

Considerando-se que a liberação da terceira parcela dos recursos para pagamento da parte já executada, ainda não foi efetuada pela FUNASA, e que a continuidade das obras depende da aprovação e pagamento da medição realizada;

Considerando-se a proximidade de término da vigência deste contrato e a necessidade de um novo aditivo no prazo para possibilitar a plena execução deste contrato, inclusive na observância do cronograma físico-financeiro e para prestação de contas;

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com endereço na Rua Brasília, 02, Centro

- Doutor Pedrinho/SC, neste ato representado pelo Prefeito HARTWIG PERSUHN, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro a Empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 05.898.011/0001-54, com endereço à Rua Santo Amaro, 93, Sala 01 - Gaspar - CEP: 89.110-000, doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo, celebrar Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 034/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - Da alteração:

O prazo de execução e vigência de que trata a Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 034/2011, firmado em 09/05/2011, já alterado pelo primeiro, segundo e terceiro termo aditivo, fica novamente alterado por este Termo aditando-se em mais 12 (doze) meses o prazo de execução e estendendo-se a vigência do Contrato até 31/12/2015, prorrogáveis mediante Termo Aditivo, em conformidade com a Lei nº 8666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - Da Ratificação:

As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 034/2011, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho, SC, em 16 de dezembro de 2014.

HARTWIG PERSUHN	VALMIR DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO CONTRATANTE	REPRESENTANTE LEGAL EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA CONTRATADA

Testemunhas:

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO      EDIR ANA FRAINER MAZZI  
CPF: 448.545.289-15      CPF: 472.463.759/53

#### TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 67/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 067/2014

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com endereço na Rua Brasília, 02, Centro - Doutor Pedrinho/SC, neste ato representado pelo Prefeito HARTWIG PERSUHN, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e, de outro lado, Empresa CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA, com sede NA ROD SC 453 - KM 55 - S/Nº - DISTRITO INDUSTRIAL - CIDADE DE VIDEIRA/SC, CEP: 89.560-000, sob o CNPJ nº 02.952.689/0001-80 neste ato representada por seu(a) Representante Legal Senhor(a) JOSÉ NAZARENO ALVES, CPF: 291.486.009-97, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo Licitatório nº 00035/2014, de ora em diante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 067/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - As partes de comum acordo, na forma convencionada na cláusula segunda do contrato original, decidem prorrogar o prazo de vigência do contrato pelo prazo de 6 (seis)

meses, estendendo-se a vigência do Contrato até 30/06/2015, nos termos da Lei 8.666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA - As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 067/2014, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho, SC, em 16 de dezembro de 2014.  
HARTWIG PERSUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

JOSÉ NAZARENO ALVES  
CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA

Testemunhas:

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO      EDIR ANA FRAINER MAZZI  
CPF: 448.545.289-15      CPF: 472.463.759/53

#### TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 76/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 076/2014

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com endereço na Rua Brasília, 02, Centro - Doutor Pedrinho/SC, neste ato representado pelo Prefeito HARTWIG PERSUHN, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, através do Fundo Municipal de Saúde, e a Empresa SANTA PAULINA STRASBOURG VEICULOS LTDA, com sede na Rua Itajaí, 1999, Loja C, Cidade de Blumenau/SC, CEP: 89.015-200, sob o CNPJ nº 05.210.259/0001-80 neste ato representada por seu(a) Representante Legal Senhor(a) WILSON GRAHL, CPF: 290.778.189-87, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo Licitatório nº 00044/2014, de ora em diante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 076/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - As partes de comum acordo, na forma convencionada na cláusula segunda do contrato original, decidem prorrogar o prazo de vigência do contrato pelo prazo de 6 (seis) meses, estendendo-se a vigência do contrato até 30/06/2015, nos termos da Lei 8.666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA - As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 076/2014, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho, SC, em 16 de dezembro de 2014.  
HARTWIG PERSUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

WILSON GRAHL  
SANTA PAULINA STRASBOURG VEÍCULOS LTDA

Testemunhas:

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO      KARIM DENISE VIVIANI  
CPF: 448.545.289-15      CPF: 594.372.199-15

--	--

--	--

**DECRETO Nº 098, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014****DECRETO Nº 098, de 08 de dezembro de 2014.***Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 15.784,41.*

**HARTWIG PERSUHN**, Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 830, de 06 de dezembro de 2013;

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 15.784,41 (quinze mil setecentos e oitenta e quatro reais e quarenta e um centavos), do Excesso de Arrecadação, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013):

03.001.28.843.0015.0001	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.28.843.0015.0001	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.28.843.0015.0001	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA FUNDADA E ENCARGOS	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
460000	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	
469000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1890000	ALIENAÇÃO DE BENS	15.784,41
<b>TOTAL</b>		<b>15.784,41</b>
<b>TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO</b>		<b>15.784,41</b>

**Art.2º**-Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Excesso de Arrecadação-----R\$ 15.784,41

**Art.3º** - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

**MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO**, em 08 de dezembro de 2014; 26º ano de Fundação; 25º ano de Emancipação Política.

**HARTWIG PERSUHN**

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.  
Doutor Pedrinho, SC, 08 de dezembro de 2014.

**EDIR ANA FRAINER MAZZI**

Técnica em Contabilidade.

**DECRETO Nº 100, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.****DECRETO Nº 100, de 10 de dezembro de 2014.***Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.004,00.*

**HARTWIG PERSUHN**, Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 830, de 06 de dezembro de 2013;

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 1.004,00 (Um mil e quatro reais), do Excesso de Arrecadação, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013):

06.001.10.301.0150.2024	SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.001.10.301.0150.2024	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	
06.001.10.301.0150.2024	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1641300	NASF FEDERAL	1.004,00
<b>TOTAL</b>		<b>1.004,00</b>
<b>TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO</b>		<b>1.004,00</b>

**Art.2º**-Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Excesso de Arrecadação-----R\$ 1.004,00

**Art.3º** - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

**MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO**, em 10 de dezembro de 2014; 26º ano de Fundação; 25º ano de Emancipação Política.

**HARTWIG PERSUHN**

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.  
Doutor Pedrinho, SC, 10 de dezembro de 2014.

**EDIR ANA FRAINER MAZZI**

Técnica em Contabilidade.

# Ermo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 44/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO  
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ermo, torna público que encontra-se aberto o Processo de Licitação nº 44/2014 - Modalidade Tomada de Preço, objetivando a contratação de empresa para pavimentação com asfalto CBUQ, drenagem pluvial e sinalização viária na comunidade de Santana, no município de Ermo, com área de 6.116,00 m², com prazo para a entrega de habilitação e proposta até as 07:45 hs do dia 06/01/2015 e abertura às 08:00 hs do mesmo dia. Cópia do Edital e outras informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Ermo - SC, sito a Rod. SC 448, Km 06, nº 120, Centro, das 07:30hs às 11:30 hs, ou pelo telefone (048) 3546-0083.

ALDOIR CADORIN  
Prefeito Municipal

### DECRETO N.º 095, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO N.º 095, de 18 de Dezembro de 2014.  
Suplementa Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 333, de 26/11/2013 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 273.000,00 (Duzentos e setenta e três mil reais), a saber:

#### 02.01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0019.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito  
3.1.90.00.00.00.00.0080 (1) - Aplicações Diretas R\$ 13.000,00

#### 03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0020.2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças  
3.1.90.00.00.00.00.0080 (6) - Aplicações Diretas R\$ 48.000,00

#### 05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

12.361.0035.2.008 - Manutenção do Ensino Fundamental  
3.1.90.00.00.00.00.00001 (26) - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00  
27.812.0028.2.011 - MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR  
3.1.90.00.00.00.00.0080 (44) - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

#### 06.01 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSP E SERV URBANOS

26.782.0033.2.021 - Manut. da Secr. de Obras, Viação Transp. E Serv. Urbanos  
3.1.90.00.00.00.00.0080 (52) - Aplicações Diretas R\$ 67.000,00

Art. 2º. As suplementações de que trata o Art.1º, correrão por conta do excesso de arrecadação da fonte (0080), recursos próprios e da fonte (0001), recursos da educação.

Art. 3º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento

Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Ermo no valor de R\$ 106.000,00 (Cento e seis mil reais), a saber:

#### 09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0037.2.051 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

3.1.90.00.00.00.00.00002 (2) - Aplicações Diretas R\$ 106.000,00

Art. 4º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte 0002 (recursos próprios).

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 18 de Dezembro de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 42/2014

EXTRATO DO CONTRATO nº 42/2014

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo CONTRATADO: WGS Sistemas Ltda - ME

OBJETO: Prestação de Serviços é a execução do serviço de assessoria e orientação técnica bem como acompanhamento nos programas SISVA, SINAN, SINASC, vigilância epidemiológica, farmácia básica e acompanhamento no Programa de Saúde da Família.

VALOR ESTIMADO: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

VIGÊNCIA: 05/01/2015 à 31/12/2015.

Data da assinatura: 17/12/2014

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 49/2014

EXTRATO DO CONTRATO nº 49/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Cristiana Dagostin Recco

OBJETO: Assessoria jurídica nas demandas em que o Município de Ermo necessitar, especialmente p/ o atendimento na área da assistência social, durante os meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 2015.

PRAZO: 02/01/2015 à 31/03/2015.

VALOR ESTIMADO: R\$ 7.980,00

Data da assinatura: 18/12/2014.

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 48/2014 (2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 08/2013)

EXTRATO DO CONTRATO nº 48/2014 (2º Termo aditivo ao contrato nº 08/2013)

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Preservale Saneamento Ambiental Ltda

OBJETO: Contratação de empresa especializada para executar triagem, compostagem e destinação final de resíduos sólidos urbanos (domiciliares e comerciais), em aterro sanitário devidamente regularizado nos órgãos competentes, estimado em 25 toneladas por mês.

VIGÊNCIA: 05/01/2015 à 31/12/2015.

VALOR ESTIMADO: R\$ 25.020,00 (vinte e cinco mil e vinte reais)

Data da assinatura: 17/12/2014

# Forquilha

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 229/PMF/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

#### AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 229/PMF/2014.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de material gráfico para atendimento as diversas Secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 09 de janeiro de 2014 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 18 de dezembro de 2014.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Pregoeira

### AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/FMS/2014; AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 38/FMS/2014;

OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo a aquisição de "Gêneros Alimentícios", para preparação dos lanches, atendendo as necessidades do Centro de Apoio Psicossocial (CAPS I), por meio da Secretaria de Saúde do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 12 de janeiro de 2014 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail processos@forquilha.sc.gov.br ou licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 19 de dezembro de 2014.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Pregoeira

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 112/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 112/2014

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 175/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA

DO OBJETO - O presente contrato tem por objetivo a contratação de uma empresa especializada para execução da readequação do padrão de entrada de energia elétrica nas escolas e centros de educação infantil da rede municipal de ensino, para atender as

necessidades da Secretaria de Educação do Município de Forquilha/SC, compreendendo material e mão-de-obra, de acordo com a proposta da contratada que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento contratual.

DO VALOR - Fica acrescido o valor de R\$ 5.222,52 (cinco mil duzentos e vinte e dois reais e cinquenta e dois centavos) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações, devido a serviços adicionais por necessidade da obra, conforme solicitação.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 08 de dezembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 120/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 120/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 132/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - CONFER - CONSTRUTORA FERNANDES LTDA

DO OBJETO - Execução, de forma parcelada, de pavimentação asfáltica com Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ) em logradouros públicos do Município de Forquilha/SC, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas no memorial descritivo que independentemente de transcrição faz parte integrante termo contratual;

DO PRAZO - Fica acrescido 180 (cento e oitenta) dias no prazo de execução do contrato 132/PMF/2014 de 31/12/2014 para 29/06/2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 15 de dezembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 2.040, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº 2.040, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALTERA O ARTIGO 10 DA LEI N. 1.500/2009 QUE DISPOE E REGULAMENTA O TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO AS MICROEMPRESAS, AS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E AOS MICROEMPRESARIOS INDIVIDUAIS DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº123/2004 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o caput e o § 1º do artigo 10 da Lei n. 1.500, de 11 de dezembro de 2009, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. O valor devido mensalmente a título de ISS pelas microempresas optantes pelo Simples Nacional que obtiverem receita bruta, no ano-calendário anterior, igual ou inferior ao valor devido no §18 do art. 18 da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, será pelo faturamento anual de:

I - até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) ano - R\$ 20,00 (vinte reais);  
II - de R\$ 5.000,01 (cinco mil reais e um centavo) até 40.000,00 (quarenta mil reais) ano - R\$ 40,00 (quarenta reais);  
III - de 40.000,01 (quarenta mil reais e um centavo) a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) ano - R\$ 75,00 (setenta e cinco reais);  
IV - de R\$ 60.000,01 (sessenta mil reais e um centavo) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ano - R\$ 100,00 (cem reais);  
V - de R\$ 100.000,01 (cem mil reais e um centavo) a R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) ano - R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais);  
VI - de R\$ 180.000,01 (cento e oitenta reais e um centavo) a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) ano - R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);  
VII - de R\$ 250.000,01 (duzentos e cinquenta reais e um centavo) a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) ano - R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais);  
VIII - acima de R\$ 300.000,01 (trezentos mil reais e um centavo) a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) ano - R\$ 418,50 (quatrocentos e dezoito reais e cinquenta centavos);  
§ 1º O valor do faturamento mensal, nos termos dos incisos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII será aplicado a partir do exercício seguinte ao da publicação desta Lei." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 17 de dezembro de 2014.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 17 de dezembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

#### **LEI Nº 2.041, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.**

LEI Nº 2.041, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.  
AUTORIZA A AQUISIÇÃO DA ÁREA DE TERRA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a adquirir por compra, doação, permuta, cessão, compensação ou desapropriação amigável ou judicial, uma área de terra com 499,80m2 (quatrocentos e noventa e nove metros e oitenta centímetros quadrados), registrada no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Criciúma, sob o nº 51.043, de propriedade do Hilário Premoli, conforme anexo único desta Lei, para alargamento da Rua Irmã Margarida Martinello.

Art. 2º Pela aquisição do imóvel descrito no artigo 1º desta lei será pago ao proprietário o valor definido pela Comissão de Avaliação do Município, evidenciado em laudo próprio.  
Parágrafo único. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a compensar o valor a ser pago pela aquisição do imóvel com possíveis débitos tributários do proprietário do imóvel com o Município de Forquilha.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 17 de dezembro de 2014.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 17 de dezembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças  
ANEXO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº. 079/2014

#### **LEI Nº 2.042, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.**

LEI Nº 2.042, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A firmar convênio com a ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA PASTORAL DA CRIANÇA - AAPAC DA DIOCESE DE CRICIÚMA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a firmar Convênio com a Associação de Amigos da Pastoral da Criança - AAPAC da Diocese de Criciúma, com o objetivo de cooperação técnica para a conjugação de esforços para a realização de ações básicas de saúde, educação, nutrição e cidadania para crianças de zero a seis anos de idade.

Art. 2º Para a consecução dos objetivos do convênio a ser firmado, é autorizado o Município a repassar no exercício de 2015 o valor de R\$ 26.500,00 (vinte e seis mil e quinhentos reais), que poderá ser de forma parcelada de acordo com a disponibilidade de caixa.

Art. 3º A Associação terá o prazo de até 30 (trinta) dias para aplicação dos recursos e de até 60 (sessenta) dias para a devida prestação de contas.  
Parágrafo único. A prestação de contas será efetuada mediante demonstrativo de balancete financeiro, acompanhado de documentos fiscais originais ou cópias autenticadas.

Art. 4º As despesas correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento de 2014.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 17 de dezembro de 2014.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 17 de dezembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AT14SF14

#### EXTRAT CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT14SF14  
Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO  
Contratada...: ÁGUA AZUL POÇOS ARTESIANOS LTDA  
Valor ..... : 252.000,00 (duzentos e cinquenta e dois mil reais)  
Vigência ..... : Início: 11/12/2014 Término: 30/04/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 31/2014  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DOS POÇOS ARTESIANOS DA SANEFRAI, RESPONSÁVEIS PELO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Fraiburgo, 19 de Dezembro de 2014  
ELOI REGALIN  
Presidente

### AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0006-2014-FMS - APAE

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0030/2014  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0006/2014-FMS

O Município de Fraiburgo-SC através do Fundo Municipal de Saúde, neste ato representado pela Secretária Municipal, torna público a Inexigibilidade de Licitação nº 0006/2014-FMS, nos termos seguintes: Objeto: Contratação de unidade prestadora de serviços de assistência à saúde, na área ambulatorial em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor para atendimento da demanda do Município de pacientes usuários do SUS; Contratada: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRAIBURGO - APAE, inscrita no CNPJ sob nº 75.447.995/0001-32; Vigência: 01/01/2015 à 31/12/2015 podendo ser prorrogado conforme previsão contratual; Valor e Pagamento: 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 22.523,76 (vinte e dois mil, quinhentos e vinte e três reais e setenta e seis centavos) até o décimo dia de cada mês, após a respectiva transferência financeira do Fundo Nacional de Saúde - FNS; Fundamento Legal: Art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Fraiburgo (SC), 19 de dezembro de 2014.  
Nilce Pinz  
Secretária Municipal

### CT14SF40

#### EXTRATO ONTRATUAL

Contrato Nº.: CT14SF40  
Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO  
Contratada...: ÁGUA AZUL POÇOS ARTESIANOS LTDA  
Valor ..... : 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais) Vigência ..... : Início: 10/12/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 30/2014  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) BOMBA SUBMERSA PARA INSTALAÇÃO NO POÇO ARTESIANO QUE ATENDE O BAIRRO LIBERATA (P6).

Fraiburgo, 19 de Dezembro de 2014  
ELOI REGALIN  
Presidente

### DECRETO Nº 0356/2014

DECRETO Nº. 0356, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.  
DIVULGA O RESULTADO DA PROVA PRÁTICA E A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0047, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgado o resultado da prova prática e a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0047, de 24 de outubro de 2014, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### DECRETO Nº 0357/2014

DECRETO Nº. 0357, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.  
HOMOLOGA O RESULTADO DA PROVA PRÁTICA E A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0042, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado da prova prática, assim como a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0042, de 22 de outubro de 2014, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### DECRETO Nº 0358/2014

DECRETO Nº 0358, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.  
HOMOLOGA O RESULTADO DA PROVA PRÁTICA E CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0008, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014, DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica homologado o resultado da prova prática e classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0008, de 20 de novembro de 2014, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**DECRETO Nº 0359/2014**

DECRETO Nº. 0359, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.  
DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0046, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica divulgada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0046, de 28 de outubro de 2014, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**DECRETO Nº 0360/2014**

DECRETO Nº. 0360, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.  
HOMOLOGA O RESULTADO DA PROVA PRÁTICA E A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0044, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica homologado o resultado da prova prática e a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0044, de 22 de outubro de 2014, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 5174/2014**

PORTARIA N.º 5.174, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º Rescindir a pedido, o contrato de ELIANE TEREZINHA PONTES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 020.119.319-16, contratada em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de dezembro DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 5175/2014**

PORTARIA N.º 5.175, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º Rescindir a pedido, o contrato de PEDRO EORICO CHAGAS DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 487.197.739-00, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de dezembro DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 5176/2014**

PORTARIA Nº 5.176, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 087/2014

da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário PEDRO EORICO CHAGAS DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 487.197.739-00, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 28 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de dezembro DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 5177/2014**

PORTARIA Nº 5.177, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a pedido, a servidora MARCIA VELOSO DE LINHARES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 052.247.249-45, nomeada no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de dezembro DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 5178/2014**

PORTARIA Nº 5.178, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º Rescindir a pedido, o contrato de LETICIA APARECIDA FERREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 076.832.819-56, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de dezembro DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 5179/2014**

PORTARIA Nº 5.179, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01520/2014, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora TANIA DA SILVA FERREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 439.322.409-44, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de dezembro DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 5180/2014**

PORTARIA Nº 5.180, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0111, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01519/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear LUCIANE APARECIDA CAMPAGNARO DEL RÉ, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 005.235.929-81, no cargo de provimento em comissão de DIRETOR ESCOLAR NÍVEL 1, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de dezembro DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 5181/2014**

PORTARIA Nº 5.181, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar FRANCIELY MORAES PEREGO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 045.330.749-36, contratada em

caráter temporário na função de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 9995, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT14PMF179, Processo Administrativo Licitatório nº 0197/2014, Tomada de Preços nº 0020/2014, cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução de uma edificação em alvenaria com área a ser construída de 382,32 m², para uso do Corpo de Bombeiros de Fraiburgo - FUNREBOM, a ser edificada sobre o Lote nº 0257 da Quadra nº 0039 na Avenida Caçador, no bairro São José, nesta cidade, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º. Incumbe à fiscal acima designada acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de dezembro DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 5182/2014**

PORTARIA Nº 5.182, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

IVO BIAZZOLO, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º. Designar MICHELLE RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 058.258.169-92, nomeada no cargo de provimento efetivo de ARQUITETO, matrícula nº 8701, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo nº CT14PMF180, Processo Administrativo Licitatório nº 0226/2014, Tomada de Preços nº 0022/2014, cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução de ampliação e reforma do Centro de Educação Infantil "Zenaide da Costa", localizado na Rua 25 de agosto, no bairro Salete, nesta cidade, onde serão realizadas uma ampliação e reforma, totalizando uma área a ser ampliada de 461,37m² e reformada de 143,76m², conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º. Incumbe a fiscal acima designada acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de dezembro DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 5183/2014**

PORTARIA Nº 5.183, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a pedido, a servidora LUCIANA APARECIDA RICHTER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 063.270.399-79, nomeada no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de dezembro DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 5184/2014**

PORTARIA Nº 5.184, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Rescindir a pedido, o contrato de SAMUARA DA CRUZ ROSA MOREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 068.019.399-55, contratada em caráter temporário na função de FISIOTERAPEUTA, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de dezembro DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **TA14SF14**

##### **EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA14SF14 - Contrato Nº: CT14SF21  
Contratante....: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO  
Contratada.....: CHAPECO INDUSTRIA E COMERCIO DE FIBRAS LTDA

Vigência ..... : Início: 10/12/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2014

Objeto ..... : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM A PEDIDO DA SANEFRAI O ACRÉSCIMO NO VALOR DE R\$ 2.695,60 (DOIS MIL SEISCENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS E SESSENTA CENTAVOS) DEVIDO À NECESSIDADE DE AQUISIÇÃO DE PEÇAS (15 FLANGES DE 100MM, EM FIBRA OU PVC) PARA ADAPTAR NOS EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS PARA INSTALAÇÃO NA NOVA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO LOCALIZADO NA USA - NO BAIRRO JARDIM AMÉRICA.

Fraiburgo, 19 de Dezembro de 2014  
ELOI REGALIN  
Presidente

**TA14SF15**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA14SF15 - Contrato Nº: CT11SF04  
Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO  
Contratada....: APARÍCIO DIAS DE MORAIS  
Vigência ..... : Início: 11/12/2014 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 2/2011  
Objeto ..... : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, INC. II DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES E PREVISÃO CONTRATUAL CONTIDA NA CLÁUSULA SEGUNDA, RESOLVEM DE PLENO ACORDO PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DO PRESENTE CONTRATO ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2015. DIANTE DA PRORROGAÇÃO ACIMA REFERIDA E A TEOR DO PREVISTO NA CLÁUSULA TERCEIRA, ITEM 3.2, O VALOR REFERENTE A LOCAÇÃO DE UM DOS POÇOS (LOCALIDADE DO BOM FUTURO NA FAZENDA BUTIÁ VERDE) DESCRITA NA CLÁUSULA TERCEIRA, ITEM 3.1.

Fraiburgo, 19 de Dezembro de 2014  
ELOI REGALIN  
Presidente

**TA14SF16**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA14SF16 - Contrato Nº: CT13SF05  
Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO  
Contratada....: LABORATÓRIO BECKHAUSER E BARROS LTDA  
Vigência ..... : Início: 12/12/2014 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2013  
Objeto ..... : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, DE COMUM ACORDO, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, NOS TERMOS DO INCISO II DO ART. 57, CUJAS CONDIÇÕES PARA A SUA CONCRETIZAÇÃO FICARAM DEVIDAMENTE DEMONSTRADAS NO PARECER JURÍDICO E NA DECISÃO ANEXAS AO PAL, AJUSTAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA QUE CONSTA DA CLÁUSULA QUARTA, FICANDO VIGENTE ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

Fraiburgo, 19 de Dezembro de 2014  
ELOI REGALIN  
Presidente

**TA14SF17**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA14SF17 - Contrato Nº: CT14SF25  
Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO  
Contratada....: DALMASS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA  
Vigência ..... : Início: 17/12/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 20/2014  
Objeto ..... : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM A PEDIDO DA SANEFRAI O ACRÉSCIMO NO VALOR DE R\$ 1.735,00 (UM MIL SETECENTOS E TRINTA E CINCO REAIS) DEVIDO À NECESSIDADE DE AQUISIÇÃO DE PEÇAS INDISPENSÁVEIS PARA O BOM FUNCIONAMENTO DO MOTOR DA MINI CARREGADEIRA BOB CAT.

Fraiburgo, 19 de Dezembro de 2014

ELOI REGALIN  
Presidente

**TA14SF18**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA14SF18 - Contrato Nº: CT11SF03  
Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO  
Contratada....: IRI'S COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS LTDA EPP  
Vigência ..... : Início: 18/12/2014 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2011  
Objeto ..... : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, INC. II DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES E PREVISÃO CONTRATUAL CONTIDA NA CLÁUSULA TERCEIRA, CUJAS CONDIÇÕES PARA A SUA CONCRETIZAÇÃO FICARAM DEVIDAMENTE DEMONSTRADAS NO PARECER JURÍDICO ANEXO AO PAL, RESOLVEM DE PLENO ACORDO PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DO PRESENTE CONTRATO ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2015. DIANTE DA PRORROGAÇÃO, O VALOR REFERENTE A LOCAÇÃO SERÁ CORRIGIDO PELO INPC NO PERCENTUAL DE 6,16%.

Fraiburgo, 19 de Dezembro de 2014  
ELOI REGALIN  
Presidente

**TA;AT14SF15**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT14SF15 - Contrato Nº: AT14SF10  
Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO  
Contratada....: WLPN TRANSPORTES DE RESÍDUOS LTDA  
Vigência ..... : Início: 05/12/2014 Término: 31/07/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2014  
Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 31 DE JULHO DE 2015.  
Fraiburgo, 19 de Dezembro de 2014  
ELOI REGALIN  
Presidente

**TA;AT14SF16**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT14SF16 - Contrato Nº: AT14SF05  
Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO  
Contratada....: MARGEM COM. DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA  
Vigência ..... : Início: 15/12/2014 Término: 30/03/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2014  
Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 30 DE MARÇO DE 2015.

Fraiburgo, 19 de Dezembro de 2014  
ELOI REGALIN  
Presidente

ANEXO DECRETO Nº 0356-2014 - CLASSIFICAÇÃO HOMOLOGADA COD 2



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0047 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Operador de Máquina** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **2** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Operador de Máquina – Trator de Esteira**

Critérios de Desempate

1º	2º	3º	4º	5º
----	----	----	----	----

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	1	RUBIN MULLER	56	48,3
2	6	ANTONIO RODRIGUES	45	40,6
3	7	ROBSON DE SOUZA FERREIRA	10	7,66

Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
0	5	0	NÃO	20/10/1962
0	4	0	NÃO	13/03/1955
2	0	0	NÃO	31/08/1992

ANEXO DECRETO Nº 0356-2014 - CLASSIFICAÇÃO HOMOLOGADA COD 1



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0047 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:  Quadro:

Código:  Área de Atuação:

Disciplina:

Critérios de Desempate

1º	2º	3º	4º	5º
----	----	----	----	----

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	3	ADAIR ERASMO PASINI	55	49,3
2	5	ALCEU JOSÉ PINTO	52	47,3
3	2	SEBASTIÃO ALVES MORASCKI	42	35

Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
0	5	0	NÃO	18/12/1959
0	5	0	NÃO	25/01/1969
0	4	0	NÃO	17/08/1956

ANEXO DECRETO Nº 0356-2014 - CLASSIFICAÇÃO HOMOLOGADA COD 3



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0047 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Operador de Máquina**

Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **3**

Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Operador de Máquina – Britador**

Critérios de Desempate				
1º	2º	3º	4º	5º
Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
0	5	2	NÃO	17/05/1956

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	4	OLVINO MORAES DE SOUZA	54	48

ANEXO DECRETO Nº 0357-2014 - CLASSIFICAÇÃO HOMOLOGADA



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0042 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:  Motorista      Quadro:  I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código:  1      Área de Atuação:  Geral

Disciplina:  Motorista

Critérios de Desempate

1º      2º      3º      4º      5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática	Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	29	JEAN PAULO DE OLIVEIRA	104	66	32	5	0	NÃO	30/09/1978
2	5	ANTONIO RODRIGUES ALVES	104	70	32	2	0	NÃO	02/11/1958
3	31	CLAUDEMIR DOMINGUES	102	69,5	32	0	4	NÃO	08/02/1980
4	22	JAILSON FRANCISCO WROBLEWSKI	102	70	30	2	2	NÃO	10/01/1984
5	4	EVERALDO ALVES FERREIRA	102	69,5	30	2	1	NÃO	10/05/1978
6	8	MARCIO GIORGIO RAMOS	102	70	30	2	0	NÃO	03/11/1978
7	28	LAERCIO ROSA	93	70	22	1	0	NÃO	14/08/1969
8	23	PEDRO JOSÉ FERREIRA	92	69	22	0	0	NÃO	29/06/1962
9	10	MARCIO SEBASTIÃO DE SOUZA	92	70	22	0	0	NÃO	21/01/1968
10	11	NILVO PADILHA	92	69,5	22	0	0	NÃO	02/10/1988
11	26	LUIZ ALFREDO CAPELETTI	92	67	20	5	0	NÃO	20/09/1962
12	2	JOÃO ADAIR BERNABÉ DE OLIVEIRA	90	60	20	5	1	NÃO	28/09/1976
13	17	IVAN PIRES DA SILVA	84	69	10	5	0	NÃO	21/06/1957
14	25	VILMAR DIAS DE ALMEIDA	83	70	10	2	3	NÃO	27/02/1961
15	20	ANTONIO FURLANETTO	81	60	20	0	0	NÃO	24/08/1957
16	30	CILMAR CESAR GOMES DE OLIVEIRA	75	50	20	0	1	NÃO	18/07/1983

ANEXO DECRETO Nº 0358-2014 - CLASSIFICAÇÃO HOMOLOGADA



Estado de Santa Catarina  
Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Sanefrai

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER  
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0008 DE 20 DE NOVENBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:  Quadro:

Código:  Área de Atuação:

Disciplina:

Critérios de Desempate

		1º	2º	3º	4º	5º
		Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	2	2	3	0	NÃO	24/11/1988
2	6	0	2	0	NÃO	31/10/1988
3	4	6	0	0	NÃO	15/09/1988
4	5	0	0	0	NÃO	01/06/1994
5	3	0	0	1	NÃO	23/01/1975

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	2	REGINALDO JOSÉ DE MELO	59	49,16
2	6	HENRIQUE DIAS DE ANDRADE	51	49
3	4	HENRIQUE DA ROSA MATTOS	34	20,66
4	5	PATRICK EDUARDO BOFF	19	16,66
5	3	FERNANDO TEIXEIRA BARBOSA	6	5,66

ANEXO DECRETO Nº 0359-2014 - CLASSIFICAÇÃO AGENTE OPERACIONAL



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0046 DE 28 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Agente Operacional	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO				
Código:	1	Área de Atuação:	Geral				
Disciplina:	Agente Operacional						

		Critérios de Desempate				
		1º	2º	3º	4º	5º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato				
1	1	FRANCISCO DE ASSIS PRATES				
		Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
		0	0	0	NÃO	23/07/1957
		Soma de Pontos				
		0				

ANEXO DECRETO Nº 0360-2014 - CLASSIFICAÇÃO HOMOLOGADA



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0044 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Instrutor de Trabalhos

Quadro: I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código: 1

Área de Atuação: Geral

Disciplina: Instrutor de Trabalhos Manuais

Critérios de Desempate

	1º	2º	3º	4º	5º
Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento	
10	0	1	NÃO	02/03/1989	
10	0	0	NÃO	23/02/1982	
10	0	0	NÃO	01/11/1976	
10	0	2	NÃO	26/08/1992	

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	2	VANESSA APARECIDA DE FRANÇA GARCIA	25	6,11
2	12	IVONEIDE INÁCIO	24	9,75
3	10	SANTINA LOURENÇO	22	8,5
4	14	JOYCE CRISTINE DE CASTILHO FRANÇA	17	6,68

## Frei Rogério

### PREFEITURA

#### PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA ABERTURA DO PROCESSO LICITATORIO 28/2014 = TP 02, REFOMA ESCOLA IRMÃ FLORENTINA

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 028/2014

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2014

#### PRORROGAÇÃO DE PRAZO

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela portaria 05/2014, torna público aos interessados que a licitação nº 28/2014, na modalidade de tomada de Preços nº 02/2014, que tem por objetivo a reforma e ampliação da Escola Municipal Irmã Florentina, sob o regime de empreitada pelo menor preço global, (material e mão de obras), marcada para o dia 19 de dezembro de 2014, às 09h00min, foi transferida para o dia 29 de dezembro de 2014 no mesmo horário e local.

Local: Prefeitura Municipal, Rua Adolfo Soleti, nº 750.

Informações e Edital poderão ser obtidos através do site: [www.freirogerio.sc.gov.br](http://www.freirogerio.sc.gov.br) ou no setor de compras da Prefeitura Municipal pelo fone (49) 3257-0000.

E-mail: [compras@freirogerio.sc.gov.br](mailto:compras@freirogerio.sc.gov.br)

Frei Rogério (SC), 19 de dezembro de 2014

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal.

## Garuva

### PREFEITURA

#### DECRETO Nº 184/2014

DECRETO Nº 184 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e especialmente a Lei nº 1860, de 19/12/2014,

#### DECRETA:

Art. 1º - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 370.000,00 (trezentos e setenta mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

02.001.04.122.1001.2002 Man. e investimentos do Gabinete	3390	01.00.00	R\$	3.500,00
02.003.04.122.1001.2004 Man. e invest.do Dep. de Controladoria Geral	3190	01.00.00	R\$	1.000,00
02.003.04.122.1001.2004 Man. e invest.do Dep. de Controladoria Geral	3390	01.00.00	R\$	100,00
03.001.02.062.1001.2006 Man. e investimentos da Procuradoria Geral	3190	01.00.00	R\$	7.000,00
03.001.02.062.1001.2006 Man. e investimentos da Procuradoria Geral	3390	01.00.00	R\$	1.400,00
04.001.04.121.1010.2016 Man. do Setor de Planejamento	3190	01.00.00	R\$	11.000,00
04.001.04.121.1010.2016 Man. do Setor de Planejamento	3390	01.00.00	R\$	1.000,00
04.001.04.122.1003.2007 Man. do Depto. de Administração	3190	01.00.00	R\$	38.000,00
04.001.08.243.1008.2014 Man. do Conselho Tutelar	3190	01.00.00	R\$	4.500,00
04.002.04.122.1006.2010 Man. do Depto. de Licitações e Compras	3190	01.00.00	R\$	500,00
04.003.04.122.1004.2008 Man. do Depto. de Recursos Humanos	3190	01.00.00	R\$	2.500,00
04.003.04.122.1004.2008 Man. do Depto. de Recursos Humanos	3390	01.00.00	R\$	500,00
04.004.04.123.1007.2011 Man. dos Dep. de Contabilidade e Finanças	3190	01.00.00	R\$	7.500,00
06.001.22.661.1034.2025 Man. do Setor de Desenvolvimento Econômico	3190	01.00.00	R\$	1.500,00
12.001.18.544.1042.2094 Manut. do sist. de abast. de água e esgoto	3190	01.00.00	R\$	5.000,00

07.001.12.361.1028.2028 Desenv. e manut. do ensino fundamental	3190	03.01.00	R\$	70.000,00
07.001.12.365.1030.2031 Desenv. e manut da educação infantil	3190	03.01.00	R\$	215.000,00

Art. 2o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

02.001.04.122.1001.2002 Man. e investimentos do Gabinete	3190	01.00.00	R\$	5.000,00
10.003.15.452.1033.2065 Man. do Setor de Obras e Serviços Públicos	3190	01.00.00	R\$	30.000,00
11.001.20.605.1036.2066 Man. do Setor de Estratégias Rurais	3190	01.00.00	R\$	15.000,00
12.001.18.541.1042.2081 Man. do Setor de Meio Ambiente	3190	01.00.00	R\$	35.000,00
04.001.04.122.1003.2007 Man. do Depto. de Administração	3390	03.00.00	R\$	285.000,00

Art. 3o - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

15.001.08.243.1026.2054 Man. dos atendimentos no abrigo	3190	03.00.00	R\$	15.000,00

Art. 4o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3o. serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

04.001.04.122.1003.2007 Man. do Depto. de Administração	3390	03.00.00	R\$	15.000,00
--	------	----------	-----	-----------

Art. 5o - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

José Chaves  
Prefeito Municipal

## LEI Nº 1859/2014

LEI Nº 1859, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

"Denomina via pública no Município de Garuva, sendo como Antonio Alpheu da Rocha e dá outras providências".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o - Fica denominado como Servidão Antonio Alpheu da Rocha, que se localiza no Bairro Quiriri.

Art. 2o - A referida servidão tem aproximadamente 304 metros de extensão, com largura de 6,00 metros, conforme croqui em anexo, parte integrante desta lei.

Art. 3o - A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo tomará as providências necessárias para aposição das placas na mencionada Servidão, dando-se conhecimento da mesma a Águas de Garuva, Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

José Chaves  
Prefeito Municipal

## LEI Nº 1860/2014

LEI Nº 1860, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

"Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 370.000,00 (trezentos e setenta mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

02.001.04.122.1001.2002 Man. e investimentos do Gabinete	3390	01.00.00	R\$	3.500,00
02.003.04.122.1001.2004 Man. e invest.do Dep. de Controladoria Geral	3190	01.00.00	R\$	1.000,00
02.003.04.122.1001.2004 Man. e invest.do Dep. de Controladoria Geral	3390	01.00.00	R\$	100,00
03.001.02.062.1001.2006 Man. e investimentos da Procuradoria Geral	3190	01.00.00	R\$	7.000,00
03.001.02.062.1001.2006 Man. e investimentos da Procuradoria Geral	3390	01.00.00	R\$	1.400,00
04.001.04.121.1010.2016 Man. do Setor de Planejamento	3190	01.00.00	R\$	11.000,00

04.001.04.121.1010.2016 Man. do Setor de Planejamento	3390	01.00.00	R\$	1.000,00
04.001.04.122.1003.2007 Man. do Depto. de Administração	3190	01.00.00	R\$	38.000,00
04.001.08.243.1008.2014 Man. do Conselho Tutelar	3190	01.00.00	R\$	4.500,00
04.002.04.122.1006.2010 Man. do Depto. de Licitações e Compras	3190	01.00.00	R\$	500,00
04.003.04.122.1004.2008 Man. do Depto. de Recursos Humanos	3190	01.00.00	R\$	2.500,00
04.003.04.122.1004.2008 Man. do Depto. de Recursos Humanos	3390	01.00.00	R\$	500,00
04.004.04.123.1007.2011 Man. dos Dep. de Contabilidade e Finanças	3190	01.00.00	R\$	7.500,00
06.001.22.661.1034.2025 Man. do Setor de Desenvolvimento Econômico	3190	01.00.00	R\$	1.500,00
12.001.18.544.1042.2094 Manut. do sist. de abast. de água e esgoto	3190	01.00.00	R\$	5.000,00
07.001.12.361.1028.2028 Desenv. e manut. do ensino fundamental	3190	03.01.00	R\$	70.000,00
07.001.12.365.1030.2031 Desenv. e manut da educação infantil	3190	03.01.00	R\$	215.000,00

Art. 2o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

02.001.04.122.1001.2002 Man. e investimentos do Gabinete	3190	01.00.00	R\$	5.000,00
10.003.15.452.1033.2065 Man. do Setor de Obras e Serviços Públicos	3190	01.00.00	R\$	30.000,00
11.001.20.605.1036.2066 Man. do Setor de Estratégias Rurais	3190	01.00.00	R\$	15.000,00
12.001.18.541.1042.2081 Man. do Setor de Meio Ambiente	3190	01.00.00	R\$	35.000,00
04.001.04.122.1003.2007 Man. do Depto. de Administração	3390	03.00.00	R\$	285.000,00

Art. 3o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

15.001.08.243.1026.2054 Man. dos atendimentos no abrigo	3190	03.00.00	R\$	15.000,00

Art. 4o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3o. serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

04.001.04.122.1003.2007 Man. do Depto. de Administração	3390	03.00.00	R\$	15.000,00
--	------	----------	-----	-----------

Art. 5o - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

José Chaves  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 455/2014

PORTARIA Nº. 455, de 19 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA READAPTAÇÃO DA SERVIDORA LUCIANY ELIZA MIRANDA PISKE BOEING E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CONSIDERANDO, a Portaria de readaptação nº. 355 de 11 de junho de 2014;

CONSIDERANDO, o Processo de readaptação funcional nº. 1443/2014.

CONSIDERANDO, parecer da Junta Médica do Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS Nº 001/98, 002/98 e 012/01,

#### RESOLVE:

Art. 1o. - Prorrogar o remanejamento provisório da servidora pública municipal LUCIANY ELIZA MIRANDA PISKE BOEING, da função de Professor Nível III, em razão das limitações em sua capacidade laborativa identificadas pela Junta Médica Oficial de Readaptação.

Art. 2º. - Comunique-se a Junta Médica Oficial de Readaptação para reavaliar o servidor após 12 (doze) meses a contar da data a que retroage os efeitos desta Portaria.

Art. 3o. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de novembro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

# Gaspar

## PREFEITURA

### DECISÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 236/2014

DECISÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 236/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito de Gaspar, vem junto aos autos da Licitação na modalidade Pregão Presencial nº 236/2014, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL DESARMADA, DIURNA E NOTURNA, no uso de suas atribuições legais, proferir a seguinte decisão: CONHEÇO O RECURSO efetuado pela empresa CASVIG CATARI-NENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA inscrita no CNPJ n.º 83.719.963/0001-77, por ser TEMPESTIVO. Quanto ao mérito, JULGO O IMPROCEDENTE, adotando integralmente como fundamentação os argumentos contidos no Memorando nº 271/2014, do Departamento de Compras e Licitações, datado de 17/12/2014. CONHEÇO O RECURSO efetuado pela empresa LINCE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA - ME inscrita no CNPJ n.º 10.364.152/0001-27, por ser TEMPESTIVO. Quanto ao mérito, JULGO O IMPROCE-DENTE, adotando integralmente como fundamentação os argu-mentos contidos no Memorando nº 274/2014, do Departamento de Compras e Licitações, datado de 17/12/2014. Intimem-se as partes interessadas.

Gaspar, 18 de dezembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

### DECRETO Nº 6.159, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 6.159, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, incisos II, V e VI, da Lei Municipal nº 3.545, de 20 de novem-bro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por Superávit financeiro, no valor indi-cado, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

Órgão: 06 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função: 10 SAÚDE	
SubFunção: 302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Atividade: 2.2138 Ampliar, Manter e Equipar as Ações de Média e Alta Complexidade	
Despesa: 244 3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 87.350,21

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 19 de dezembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

### DECRETO Nº 6.160, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 6.160, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

FIXA O VALOR DA TARIFA PARA O TRANSPORTE COLETIVO NO MUNICÍPIO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere os arti-gos 11, inciso III, 72, incisos IV e XX da Lei Orgânica do Município e o art. 30, inciso V, da Constituição Federal e com fundamento na Lei Complementar nº 4, de 25 de fevereiro de 2002 e na Lei nº 2.205, de 24 de abril de 2002,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixada a tarifa para o transporte coletivo no Município de Gaspar, no valor de R\$ 3,20 (três reais e vinte centavos), a partir da 00:00 hora do dia 01 de janeiro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 19 de dezembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 253/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Dispensa de Licitação nº 253/2014

OBJETO: Locação de bem imóvel destinado às instalações da Uni-dade Saúde da Mulher, situado na Rua Industrial José Beduschi, 99, bairro Centro, nesta cidade de Gaspar/SC. CONTRATADO: ALDO ZIMMERMANN (606.936.309-49). Valor Total Julgado R\$ 30.877,92 (trinta mil, oitocentos e setenta e sete reais e noventa e dois centavos). BASE LEGAL: Art. 24, X, da Lei 8.666/93.

Gaspar(SC), 12 de dezembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 254/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 254/2014

OBJETO: Locação de bem imóvel destinado às instalações da Farmácia Básica, situada na Rua Vereador Augusto Beduschi, 98, fundos, bairro Centro, nesta cidade de Gaspar/SC. CONTRATA-DO: • SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE GASPAR (84.046.085/0001-39). Valor Total Julgado: R\$ 17.869,44 (dezes-sete mil, oitocentos e sessenta e nove reais e quarenta e quatro centavos). BASE LEGAL: Art. 24, X, da Lei 8.666/93.

Gaspar(SC), 12 de dezembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 255/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Dispensa de Licitação nº 255/2014

OBJETO: Locação de bem imóvel destinado às instalações da Superintendência do Belchior, situado na Rua Bonifácio Haendchen, 2758, bairro Belchior Central, nesta cidade de Gaspar/SC. CONTRATADO: OLAVIO MANOEL DOS SANTOS (498.780.349-68). Valor Total Julgado: R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais). BASE LEGAL: Art. 24, X, da Lei 8.666/93.

Gaspar(SC), 13 de dezembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 256/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 256/2014

OBJETO: Contratação de serviço de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária - PGT, aprovado pelo CIGA. CONTRATADO: CONSÓRCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIPAL (09.427.503/0001-12). Valor Total Julgado: R\$ 19.620,00 (dezenove mil, seiscentos e vinte reais). BASE LEGAL: Art. 24, XXVI, da Lei 8.666/93.

Gaspar(SC), 18 de dezembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 257/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 257/2014

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Gaspar no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA). CONTRATADO: CONSÓRCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIPAL (09.427.503/0001-12). Valor Total Julgado: R\$ 13.680,00 (treze mil, seiscentos e oitenta reais). BASE LEGAL: Art. 24, XXVI, da Lei 8.666/93.

Gaspar(SC), 18 de dezembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 258/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Dispensa de Licitação nº 258/2014

OBJETO: Contratação de serviço de prestação de informações cadastrais de Pessoas Físicas e Jurídicas, auxiliando os serviços de cobrança e execução de dívidas ativas do município, atualizando dados e localizando contribuintes inadimplentes. CONTRATADO: PROCOP S/A (06.116.543/0001-55). Valor Total Julgado: R\$ 7.296,00 (sete mil, duzentos e noventa e seis reais). BASE LEGAL: Art. 24, II, da Lei 8.666/93.

Gaspar(SC), 18 de dezembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº FMS-125/2014**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº FMS-125/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/12/2014. VENCTO.: 30/11/2015. Inexigibilidade: 243/2014. OBJETO: Contratação de "Serviços Hospitalares" - prestação de serviços de assistência à saúde para atendimento ambulatorial (urgência/emergência, diagnóstico e tratamento) e para internações hospitalares ao usuário do Sistema Único de Saúde. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (11.436.906/0001-70). CONTRATADA: HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO (84.045.830/0001-25). VALOR TOTAL: R\$ 10.019.743,68 (dez milhões, noventa e nove mil, setecentos e quarenta e três reais e sessenta e oito centavos).

Gaspar/SC, 1º de dezembro de 2014.

MÁRCIA ADRIANA CANSIAN

Secretária

**EXTRATO DO CONTRATO Nº FMS-125/2014**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº FMS-125/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/12/2014. VENCTO.: 30/11/2015. Inexigibilidade: 243/2014. OBJETO: Contratação de "Serviços Hospitalares" - prestação de serviços de assistência à saúde para atendimento ambulatorial (urgência/emergência, diagnóstico e tratamento) e para internações hospitalares ao usuário do Sistema Único de Saúde. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (11.436.906/0001-70). CONTRATADA: HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO (84.045.830/0001-25). VALOR TOTAL: R\$ 9.911.590,08 (nove milhões, novecentos e onze mil, quinhentos e noventa reais e oito centavos).

Gaspar/SC, 19 de dezembro de 2014.

MÁRCIA ADRIANA CANSIAN

Secretária

**EXTRATO DO CONTRATO Nº FMS-129/2014**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº FMS-129/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2015. VENCTO.: 31/12/2015. Dispensa: 253/2014. OBJETO: Locação de bem imóvel destinado às instalações da Unidade Saúde da Mulher. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (11.436.906/0001-70). CONTRATADA: ALDO ZIMMERMANN (606.936.309-49). VALOR TOTAL: R\$ 30.877,92 (trinta mil, oitocentos e setenta e sete mil reais e noventa e dois centavos).

Gaspar/SC, 18 de dezembro de 2014.

MÁRCIA ADRIANA CANSIAN

Secretária

**EXTRATO DO CONTRATO Nº FMS-130/2014**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº FMS-130/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2015. VENCTO.: 31/12/2015. Dispensa: 254/2014. OBJETO: Locação de bem imóvel destinado às instalações da Farmácia Básica. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (11.436.906/0001-70). CONTRATADA: SINDICATO DOS TRABALHOS RURAIS DE GASPAR (84.046.085/0001-39). VALOR TOTAL: R\$ 17.869,44 (dezesete mil, oitocentos e sessenta e nove reais e quarenta e quatro centavos).

Gaspar/SC, 18 de dezembro de 2014.  
MÁRCIA ADRIANA CANSIAN  
Secretária

**EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-127/2014**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-127/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 18/12/2014. VENCTO.: 17/12/2015. Dispensa nº.: 257/2014. OBJETO: prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Gaspar no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA). CONTRATANTE: Município de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (09.427.503/0001-12). VALOR TOTAL: R\$ 13.680,00 (treze mil, seiscentos e oitenta reais).

Gaspar/SC, 18 de dezembro de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-128/2014**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-128/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 18/12/2014. VENCTO.: 17/12/2015. Dispensa nº.: 256/2014. OBJETO: serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária - PGT, aprovado pelo CIGA. CONTRATANTE: Município de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (09.427.503/0001-12). VALOR TOTAL: R\$ 19.620,00 (dezenove mil, seiscentos e vinte reais).

Gaspar/SC, 18 de dezembro de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-134/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-134/2014

Vigência: 01/01/2015 Vencto.: 31/12/2015 Dispensa nº.: 258/2014. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: contratação de empresa que presta informações cadastrais de Pessoas Físicas e Jurídicas, auxiliando os serviços de cobrança e execução de dívidas ativas do município, atualizando dados e localizando contribuintes inadimplentes. Contratado: PROCOB S.A. (06.116.543/0001-55). Valor total: R\$ 7.296,00 (sete mil, duzentos e noventa e seis reais).

Gaspar/SC, 18 de dezembro de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-135/2014**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-135/2014

Início da vigência: 18/12/2014. Vencto: 17/12/2015. Pregão nº: 237/2014 Objeto: fornecimento de mobiliário para escritório para a FMS. Contratado: DISMACENTER INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA. EPP (07.698.920/0001-74). Valor total: R\$

42.790,00 (Quarenta e dois mil, setecentos e noventa reais).

Gaspar/SC, 18 de dezembro de 2014.  
MÁRCIA ADRIANA CANSIAN  
Secretária Municipal de Saúde

**EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-136/2014**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-136/2014

Início da vigência: 18/12/2014. Vencto: 17/12/2015. Pregão nº: 237/2014 Objeto: fornecimento de mobiliário para escritório para a FMS. Contratado: ERGO-MOBILI INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA (97.466.593/0001-18). Valor total: R\$ 27.636,00 (vinte e sete mil, seiscentos e trinta e seis reais).

Gaspar/SC, 18 de dezembro de 2014.  
MÁRCIA ADRIANA CANSIAN  
Secretária Municipal de Saúde

**EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-137/2014**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-137/2014

Início da vigência: 18/12/2014. Vencto: 17/12/2015. Pregão nº: 237/2014 Objeto: fornecimento de mobiliário para escritório para a FMS. Contratado: FLEXFORMA COMERCIAL DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA - ME (16.967.775/0001-70). Valor total: R\$ 76.116,00 (setenta e seis mil, cento e dezesseis reais).

Gaspar/SC, 18 de dezembro de 2014.  
MÁRCIA ADRIANA CANSIAN  
Secretária Municipal de Saúde

**EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-138/2014**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-138/2014

Início da vigência: 18/12/2014. Vencto: 17/12/2015. Pregão nº: 237/2014 Objeto: fornecimento de mobiliário para escritório para a FMS. Contratado: IRMAOS PACHECO COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (15.874.834/0001-01). Valor total: R\$ 48.320,00 (quarenta e oito mil, trezentos e vinte reais).

Gaspar/SC, 18 de dezembro de 2014.  
MÁRCIA ADRIANA CANSIAN  
Secretária Municipal de Saúde

**EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-139/2014**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-139/2014

Início da vigência: 18/12/2014. Vencto: 17/12/2015. Pregão nº: 237/2014 Objeto: fornecimento de mobiliário para escritório para a FMS. Contratado: ONEDA EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA (80.480.874/0001-22). Valor total: R\$ 42.529,80 (quarenta e dois mil, quinhentos e vinte e nove reais, e oitenta centavos).

Gaspar/SC, 18 de dezembro de 2014.  
MÁRCIA ADRIANA CANSIAN  
Secretária Municipal de Saúde

**EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-140/2014**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-140/2014

Início da vigência: 18/12/2014. Vencto: 17/12/2015. Pregão nº: 237/2014 Objeto: fornecimento de mobiliário para escritório para a FMS. Contratado: PROVALLE COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (01.262.927/0001-62). Valor total: R\$ 4.320,00 (quatro mil, trezentos e vinte reais).

Gaspar/SC, 18 de dezembro de 2014.

MÁRCIA ADRIANA CANSIAN

Secretária Municipal de Saúde

**EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-141/2014**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-141/2014

Início da vigência: 18/12/2014. Vencto: 17/12/2015. Pregão nº: 237/2014 Objeto: fornecimento de mobiliário para escritório para a FMS. Contratado: SUPRIMOVEIS LTDA. (04.563.256/0001-68). Valor total: R\$ 128.440,00 (Cento e vinte e oito mil, quatrocentos e quarenta reais).

Gaspar/SC, 18 de dezembro de 2014.

MÁRCIA ADRIANA CANSIAN

Secretária Municipal de Saúde

**EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-142/2014**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-142/2014

Início da vigência: 18/12/2014. Vencto: 17/12/2015. Pregão nº: 237/2014 Objeto: fornecimento de mobiliário para escritório para a FMS. Contratado: TODT COMERCIAL LTDA ME, (10.535.116/0001-89). Valor total: R\$ 56.568,00 (cinquenta e seis mil, quinhentos e sessenta e oito reais).

Gaspar/SC, 18 de dezembro de 2014.

MÁRCIA ADRIANA CANSIAN

Secretária Municipal de Saúde

**EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-143/2014**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-143/2014

Início da vigência: 18/12/2014. Vencto: 17/12/2015. Pregão nº: 237/2014 Objeto: fornecimento de mobiliário para escritório para a FMS. Contratado W.S. COMERCIO DE MOVEIS & CADEIRAS LTDA - ME (05.399.085/0001-46). Valor total: R\$ 79.165,00 (setenta e nove mil, cento e sessenta e cinco reais).

Gaspar/SC, 18 de dezembro de 2014.

MÁRCIA ADRIANA CANSIAN

Secretária Municipal de Saúde

**EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-144/2014**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-144/2014

Início da vigência: 01/01/2015. Vencto: 31/12/2015. Pregão nº: 236/2014 Objeto: prestação de serviços de vigilância patrimonial desarmada, para o período do ano de 2015, na PMB e STO. Contratado: SEGVILLE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELLI EPP (14.576.552/0001-57). Valor total: R\$ 365.160,00 (trezentos e sessenta e cinco mil, cento e sessenta reais).

Gaspar/SC, 19 de dezembro de 2014.

Sr. MAICON ZIMMERMANN

Secret. Mun. de Adm. e Finanças

Sr. LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Secret. Mun. de Transp. e Obras

**EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-145/2014**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-145/2014

Início da vigência: 01/01/2015. Vencto: 31/12/2015. Pregão nº: 236/2014 Objeto: prestação de serviços de vigilância patrimonial desarmada, para o período do ano de 2015, na FME. Contratado: CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA (83.719.963/0001-77). Valor total: R\$ 118.171,92 (cento e dezoito mil, cento e setenta e um reais, e noventa e dois centavos).

Gaspar/SC, 19 de dezembro de 2014.

Sr. RENATO CÉZAR ZIMMERMANN

Presidente da FME

**EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-41/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-41/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2015. VENCTO.: 02/06/2015. Dispensa nº.: 100/2014. OBJETO: Rescisão do Contrato de prestação de informações cadastrais de Pessoas Físicas e Jurídicas, auxiliando os serviços de cobrança e execução de dívidas ativas do município. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: PROCOP SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA. ME (06.116.543/0001-55).

Gaspar/SC, 22 de Julho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-25/2011**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO DO CONTRATO

Nº SAF-25/2011

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2015. VENCTO.: 31/01/2015. Dispensa nº: 55/2011. OBJETO: locação de imóvel tipo galpão térreo de madeira de 420m² num terreno plano com área de 1036m² localizado na Rua Bonifácio Haendchen, s/nº Bairro Belchior, Gaspar/SC para fins de implantação da Superintendência do Belchior. CONTRATANTE: Município de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: DANIEL PAMPLONA (068.798.029-15). VALOR TOTAL: R\$ 1.347,64 (mil trezentos e quarenta e sete reais e sessenta e quatro centavos).

Gaspar/SC, 19 de dezembro de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 3.546, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**  
PORTARIA Nº 3.546, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.  
ESTABELECE REGIME DE SOBREAVISO.

A Secretária Municipal de Saúde, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 20-B da Lei Municipal nº 1.305, de 9 de outubro de 1991, e

Considerando a Lei Complementar nº. 58, de 03 de dezembro de 2014, que estabelece o regime de trabalho em sobreaviso;

Considerando a necessidade de manter o serviço de vigilância epidemiológica com possibilidade de atendimento aos finais de semana;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica estabelecido o Regime de Sobreaviso aos servidores efetivos do serviço de Vigilância Epidemiológica que estiverem, aos finais de semana, feridos, ponto facultativo, ou durante período de férias coletivas, fora da instituição e disponível ao pronto atendimento das convocações para a execução dos seus serviços, conforme escala estabelecida para este fim pelo Diretor de Vigilância à Saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos para 19 de dezembro de 2014.

Gaspar, 19 de dezembro de 2014.  
MÁRCIA ADRIANA CANSIAN  
Secretária Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 3.541, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.**  
PORTARIA Nº 3.541, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.  
NOMEIA SERVIDORES PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei 1.347/1992,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados, conforme classificação nos Editais de Processo Seletivo nº 11/2014, 13/2014 e 14/2014, da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

Nome	Admissão	Cargo
CHEILA GIACOMINI	03/12/2014	ENFERMEIRO(A)
CRISTINA GABRIELLI MORENO	03/12/2014	MEDICO CLIN.GERAL
ELIDA DE CASTRO RIBEIRO	11/12/2014	ATEND CONSULT. DENTARIO
FERNANDA MORITZ DE BARROS	01/12/2014	Medico Geral Com.PSF

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01/12/2014.

Gaspar, 01 de dezembro de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

**PORTARIA Nº 3.545, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 3.545, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA AO SERVIDOR LEOCIR ALVES DE LIMA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no artigo 106, III, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Gaspar,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder ao servidor LEOCIR ALVES DE LIMA, ocupante do cargo em provimento efetivo de Lubrificador, lotado na Secretaria de Transportes e Obras, Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, no período de 15/12/2014 a 13/01/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 15/12/2014.

Gaspar, 18 de dezembro de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

**RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE Nº 243/2014**

Fica retificado o Extrato da Inexigibilidade nº 243/2014, Publicado no DOM em 17/12/2014, Edição 1640, página 287, conforme segue:

Inexigibilidade de Licitação nº 243/2014

Onde se lê: Valor Total Julgado: R\$ 9.911.590,08 (nove milhões, novecentos e onze mil, quinhentos e noventa reais e sessenta e oito centavos). Leia-se: Valor Total Julgado: R\$ 10.019.743,68 (dez milhões, dezenove mil, setecentos e quarenta e três reais e sessenta e oito centavos).

Gaspar/SC, 19 de dezembro de 2013.  
Márcia Adriana Cansian  
Gestora do FMS

**CÂMARA MUNICIPAL**

**EXTRATO DE CONTRATO - TERMO ADITIVO Nº 003/2014 - ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº CM-007/2014**

CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR  
EXTRATO DE CONTRATO

**TERMO ADITIVO Nº 003/2014**

ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº CM-007/2014.

Objeto: Prorrogação do contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, envolvendo o desenvolvimento, implantação, migração de dados e manutenção de website, no âmbito do Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores (PGCV) aprovado pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA). Origem: Presidência da Câmara de Vereadores de Gaspar.

Procedimento: Processo de Dispensa de Licitação nº 001/2014 e Processo de Prorrogação de Contrato nº 003/2014.

Fundamentação: Dispensada a realização de licitação pública para a celebração do contrato com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/2005, no artigo 18 do Decreto Federal nº 6.017/2007 e no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/1993, e admitida a prorrogação do contrato nos termos do

art. 57, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993 e cláusulas décima terceira e décima quarta do Contrato nº CM-007/2014.

Contratante: Câmara de Vereadores de Gaspar, CNPJ nº 83.543.546/0001-16.

Contratado: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), CNPJ nº 09.427.503/0001-12.

Valor: A Câmara de Vereadores de Gaspar repassará ao Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) o valor global de R\$ 10.343,00 (dez mil, trezentos e quarenta e três reais), sendo R\$ 7.208,00 (sete mil, duzentos e oito reais) pelo serviço de migração de dados (1ª parcela de R\$ 3.708,00 a ser quitada até o final de dezembro de 2014 e a 2ª parcela de R\$ 3.500,00 a ser paga dez dias após a finalização do serviço) e R\$ 3.135,00 pelos demais serviços objeto do contrato, com pagamento até o final do mês de março de 2015.

Dotação: PARA 2014: Órgão: 001 - Câmara de Vereadores de Gaspar; Unidade: 001 - Câmara de Vereadores de Gaspar; Função: 01 - Legislativa; Subfunção: 031 - Ação Legislativa; Programa: 001 - Manutenção do Legislativo; Ação: 2.200004 - Materiais e Serviços de Terceiros em Geral; Modalidade: 3.3.3.9.0.00 - Aplicações Diretas; Dotação: 3.3.3.9.0.39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica. PARA 2015: Órgão: 001 - Câmara de Vereadores de Gaspar; Unidade: 001 - Câmara de Vereadores de Gaspar; Função: 01 - Legislativa; Subfunção: 031 - Ação Legislativa; Programa: 001 - Manutenção do Legislativo; Ação: 1.2004 - Manutenção das Atividades em Geral; Modalidade: 3.3.93.00.00 - Aplicação Direta com Consórcio; 3.3.93.39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

Gestor do Contrato: Presidente da Câmara Municipal de Gaspar.

Data de Assinatura: 19 de dezembro de 2014.

Gaspar-SC, 19 de dezembro de 2015.

Marcelo de Souza Brick

Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar

## **EXTRATO DE CONTRATO: CONTRATO Nº CM-012/2014.**

CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CM-012/2014.

Objeto: a contratação de empresa especializada na área de desenvolvimento de sistemas de informática para prestação de serviços continuados, mediante fornecimento de solução informatizada para a gestão pública, observados os termos do Anexo I - Projeto Básico do Edital de Licitação nº 004/2014, Pregão Presencial nº 004/2014.

Origem: Presidência da Câmara de Vereadores de Gaspar .

Procedimento: Processo de Licitação nº 004/2014, Pregão 004/2014.

Fundamentação: Aplicam-se a este Contrato as disposições das Leis Federais nº 8.666/1993 e 10.520/2002 e suas alterações, que regulamentam as licitações e contratos promovidos pela Administração Pública.

Contratante: Câmara de Vereadores de Gaspar, CNPJ nº 83.543.546/0001-16.

Contratada: PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 95.836.771/0001-20.

Valor Total do Contrato: R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais).

Dotação: Órgão: 001 - Câmara Municipal de Gaspar; Unidade: 001 - Câmara Municipal de Gaspar; Função: 01 - Legislativa; Subfunção: 031 - Ação Legislativa; Programa: 001 - Manutenção do Legislativo; Ação: 2.200006 - Aquisição e Locação de Softwares; Modalidade: 3.3.3.9.0.00 - Aplicações Diretas.

Gestor do Contrato: Presidente da Câmara Municipal de Gaspar.

Data de Assinatura: 18 de dezembro de 2014.

Início da Vigência: 01 de janeiro de 2015.

Gaspar-SC, 19 de dezembro de 2014.

Marcelo de Souza Brick

Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar

## **SAMAE - GASPAR**

### **PORTARIA N. 85 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014**

PORTARIA N. 85 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR RENATO DE OLIVEIRA

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 60 (sessenta) dias de licença-prêmio ao servidor Renato de Oliveira, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquina Retro referente ao período aquisitivo de 05/05/2008 a 15/01/2014, que será gozada a partir de 22/12/2014 a 19/02/2015 convertendo-se 01 (um) mês em pecúnia, como lhe faculta o artigo 116 da mencionada Lei Municipal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaspar (SC), 19 de dezembro de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

**Governador Celso Ramos****PREFEITURA****NOVO AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO 62/2014**

NOVO AVISO DE PREGÃO DESERTO  
PROCESSO Nº 093/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 062/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TELECOMUNICAÇÕES, TENDO POR FINALIDADE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL, COM FORNECIMENTO DE APARELHOS TELEFÔNICOS CELULARES E EQUIPAMENTOS PARA TRANSMISSÃO DE DADOS E ACESSO À INTERNET EM REGIME DE COMODATO, A SER REGIDA PELA LEI N.º 8.666/93, LEI N.º 9.472/97 E NORMAS REGULAMENTARES EXPEDIDAS PELA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL.

Torno público, para conhecimento dos interessados, que foi declarado DESERTO, novamente, pela ausência de interessados na licitação, o Pregão referente ao Edital nº 062/2014, Processo nº 093/2014, destinado a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TELECOMUNICAÇÕES, TENDO POR FINALIDADE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL, COM FORNECIMENTO DE APARELHOS TELEFÔNICOS CELULARES E EQUIPAMENTOS PARA TRANSMISSÃO DE DADOS E ACESSO À INTERNET EM REGIME DE COMODATO, A SER REGIDA PELA LEI N.º 8.666/93, LEI N.º 9.472/97 E NORMAS REGULAMENTARES EXPEDIDAS PELA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL.

Governador Celso Ramos, 4 de dezembro de 2014.  
Mariana de Souza Fernandes  
PREGOEIRA

**Grão Pará****PREFEITURA****RESUMO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001-2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO  
SIMPLIFICADO Nº 001/2014

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais, torna público que estarão abertas as inscrições para realização de PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, para a contratação de pessoal em caráter temporário, por tempo determinado, e formação de cadastro reserva, para substituição a servidores legalmente afastados, e para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma da Lei Complementar Municipal nº 04/2013, da Lei Municipal nº 991/2000, e respectivas alterações posteriores, e em conformidade com demais disposições legais aplicáveis, em consonância com a Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com as normas estabelecidas neste Edital. Cargos/Vagas/Carga Horária Semanal/Escolaridade/Remuneração: Psicólogo do NASF/01/30/Nível Superior - Formação em Psicologia e inscrição no CRP/R\$ 1.313,28. Farmacêutico do NASF/01/30/Nível Superior - Formação em Farmácia e inscrição no CRF/R\$ 1.680,12. Nutricionista do NASF/01/30/Nível Superior - Formação em Nutrição e inscrição no CRN/R\$ 1.820,12. Assistente Social do NASF/01/30/Nível Superior - Formação em Serviço Social e inscrição no CRESS/R\$ 1.589,23. Professor de Educação Física do NASF/01/30/Nível Superior - Formação Educação Física (Licenciatura) e inscrição no CREF/R\$ 1.230,00. Fisioterapeuta do NASF/01/30/Nível Superior - Formação em Fisioterapia e inscrição no CREFITO/R\$ 1.459,00. Servente de Obras/01/40/Alfabetizado e experiência na área de atuação/R\$ 847,81. Período de Inscrição: 05/01/2015 a 05/02/2015. Local: Prefeitura Municipal de Grão-Pará, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, CEP 88890-000. Data das Provas: 22/02/2015. Demais informações poderão ser obtidas com a Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, pelo telefone número (48) 3652-1177. A íntegra do presente Edital encontra-se disponível no site [www.graopara.sc.gov.br](http://www.graopara.sc.gov.br) e no Mural do Paço Municipal. Grão-Pará/SC, 17 de dezembro de 2014.

SALESIO PICKLER DACOREGIO

Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado  
Fica homologado o presente EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2014.

Grão-Pará/SC, 22 de dezembro de 2014.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

**DECRETO DF 105/2014 - ORÇAMENTO****PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 000105/14 de 19 de Dezembro de 2014**

Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2014 do tipo alteração Suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001937/13 de 11 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA****03.01 - DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO**

(005)3.1.90.00.00.00.00.2.003-0000 - Aplicacoes Diretas 26.000,00

**05 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENV. RURAL****05.01 - DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E DESENVOL. RURAL**

(047)3.1.90.00.00.00.00.2.011-0000 - Aplicacoes Diretas 250,00

**Total Suplementação: 26.250,00**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA****03.01 - DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO**

(008)3.3.90.00.00.00.00.2.003-0000 - Aplicacoes Diretas 26.000,00

**05 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENV. RURAL****05.01 - DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E DESENVOL. RURAL**

(049)3.3.90.00.00.00.00.2.011-0000 - Aplicacoes Diretas 250,00

**Total Anulação: 26.250,00**

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 19 de Dezembro de 2014.**

**AMILTON ASCARI**

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 19 de Dezembro de 2014.

**DIONE HEINZEN**

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARÁ****DECRETO DF 106/2014 - ORÇAMENTO**

DECRETO DF N. 106, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADACÃO, NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMILTON ASCARI, Prefeito de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 1937, de 11 de dezembro de 2013,

**DECRETA**

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

14.00	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE – FMS		
14.01	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE – FMS		
2.034	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA		
3.3.90.00.00.00.00.0154 -	Aplicações Diretas	R\$	10.824,56
2.036	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE –ACS		
3.1.90.00.00.00.00.0152 -	Aplicações Diretas	R\$	3.664,00

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica utilizado o Excesso de Arrecadação referente ao seguinte recurso:

CODIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
0154	Atenção Básica – PMAQ	R\$ 10.824,56
0152	Atenção Básica - Agentes Comunitários de Saúde – ACS	R\$ 3.664,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,  
19 de Dezembro de 2014.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 19 de Dezembro de 2014.

DIONE HEINZEN  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**Guaramirim****PREFEITURA****AVISO DE REVOGAÇÃO Nº126/2014 - PMG**

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS
AVISO DE REVOGAÇÃO
Edital: Tomada de Preços - 126/2014
Tipo : Menor Preço
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA, COMPACTA, REMOVÍVEL, NÃO PRESSURIZADA, PRÉ-FABRICADA, CONSTITUÍDA TOTALMENTE EM PRFV (fibra de vidro), TIPO CONVENCIONAL, COMPLETA, COM VAZÃO NOMINAL DE 50 LITRO/SEGUNDO
MOTIVO: revoga-se o processo licitatório por conveniência da administração conforme súmula 473 do STF.
GUARAMIRIM (SC), 19/12/2014.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 406**

DECRETO Nº. 406/2013

Revoga a caução do §5º, do art. 2º, do Decreto nº 375/2014, que aprovou o loteamento residencial “São Pedro”.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Considerando a justificativa apresentada pelo corpo técnico da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano;

Considerando que dentre as informações prestadas na justificativa, está a informação de entrega dos seguintes documentos: termo de doação da CELESC, termo de doação do hidrante e certidões negativas de débitos municipais, estaduais e federais;

Considerando que na justificativa, o corpo técnico informou que não deveria ter sido condicionada à caução a apresentação futura da LAO, em virtude da sua entrega ser posterior ao registro do loteamento no cartório competente;

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica cancelada a caução do artigo 2º, §5º, do Decreto Municipal n.º 375/2014.

Art. 2º. Faz parte deste Decreto:

- I - Anexo I: justificativa apresentada pelo corpo técnico da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano;
- II - Anexo II: cópia do termo de doação da CELESC;
- III - Anexo III: cópia do termo de doação do Hidrante;

IV - Anexo IV: cópia das certidões negativas de débitos municipais, estaduais e federais;

V - Anexo V: cópia da LAI.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor a partir da sua data de publicação.

Guaramirim/SC, 01 de dezembro de 2014.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

## DECRETO Nº. 408/2014

DECRETO Nº. 408/2014

Abre um crédito suplementar no valor de até R\$ 2.893.853,54.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de até R\$ 2.893.853,54 (dois milhões oitocentos e noventa e três mil oitocentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos), a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
02	GABINETE DO PREFEITO
02.001	GABINETE DO PREFEITO
02.001.0004	ADMINISTRACAO
02.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
02.001.0004.0122.0002	Gestão Administrativa Superior
02.001.0004.0122.0002.2003	Manutenção das Atividades do Gabinete Prefeito
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 41.855,75 )
02	GABINETE DO PREFEITO
02.001	GABINETE DO PREFEITO
02.001.0004	ADMINISTRACAO
02.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
02.001.0004.0122.0002	Gestão Administrativa Superior
02.001.0004.0122.0002.2006	Manutenção das Atividades do Gabinete do Vice-Pref
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 7.352,45 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0003	Serviços de Utilidade Pública
04.001.0004.0122.0003.2098	Manutenção das Ações do PROCON
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 8.229,10 )

04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0004	Administração Geral
04.001.0004.0122.0004.2010	Manutenção das ações de Apoio Logístico, Compras A
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 48.523,65 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0004	Administração Geral
04.001.0004.0122.0004.2012	Manutenção da Unidade Administrativa e Serviços Ge
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 1.007,89 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0004	Administração Geral
04.001.0004.0122.0004.2097	Manut. de Ações de Apoio a Serviços de Terceiros -
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 18.437,44 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA
04.001.0004.0123.0004	Administração Geral
04.001.0004.0123.0004.2009	Manutenção das Atribuições de Controle Financeiro
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 14.571,42 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0126	TECNOLOGIA DA INFORMATIZACAO
04.001.0004.0126.0004	Administração Geral
04.001.0004.0126.0004.2011	Manutenção das atribuições de Apoio Administrativo
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS

00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 38.837,23 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0129	ADMINISTRACAO DE RECEITAS
04.001.0004.0129.0004	Administração Geral
04.001.0004.0129.0004.2008	Manutenção das ações de Arrecadação e Fiscalização
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 63.009,69 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0028	ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846.0000	Encargos especiais
04.001.0028.0846.0000.0004	Aposentadorias e Pensões
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 24.877,75 )
05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLV. URBANO
05.001	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLV. URBANO
05.001.0004	ADMINISTRACAO
05.001.0004.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO
05.001.0004.0121.0004	Administração Geral
05.001.0004.0121.0004.2013	Manutenção das Ações de Planejamento urbano
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 54.898,69 )
05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLV. URBANO
05.001	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLV. URBANO
05.001.0004	ADMINISTRACAO
05.001.0004.0125	NORMATIZACAO E FISCALIZACAO
05.001.0004.0125.0004	Administração Geral
05.001.0004.0125.0004.2014	Manutenção das Atribuições de Fiscalização Urbana
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 6.163,53 )
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.001	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0306	ALIMENTACAO E NUTRICAO
06.001.0012.0306.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0306.0005.2073	Alimentacao Escolar - Ensino Fundamental
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS

00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 22.916,77 )
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.001	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2016	Manutenção das Atividades da Secretaria do Ensino
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: ( 72.346,52 )
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.001	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2018	Reforma e Manut. de Unidades Escolares do Ensino F
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: ( 17.108,24 )
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.001	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2021	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Fund
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: ( 3.123,68 )
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0306	ALIMENTACAO E NUTRICAO
06.002.0012.0306.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0306.0005.2074	Alimentação Escolar - Ensino Infantil (Pré-Escolas)
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 18.988,19 )
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0306	ALIMENTACAO E NUTRICAO
06.002.0012.0306.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0306.0005.2075	Alimentação Escolar - Ensino Infantil (Creches)
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS

00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 27.694,36 )
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2017	Manutenção das Atividades da Secretaria do Ensino
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: ( 283,30 )
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2019	Reforma e Manut da Unidades Escolares do Ensino In
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: ( 2.848,08 )
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2022	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Infa
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: ( 223.471,88 )
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2023	Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infan
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: ( 559.383,97 )
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0026	TRANSPORTE
08.001.0026.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO
08.001.0026.0782.0011	Infra-Estrutura
08.001.0026.0782.0011.2091	Manutencao e abertura de estradas, canais, correço

3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 217.893,13 )
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0026	TRANSPORTE
08.001.0026.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO
08.001.0026.0782.0011	Infra-Estrutura
08.001.0026.0782.0011.2092	Manutencao de equipamentos rodoviaros
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 4.485,59 )
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.002	ÁGUAS DE GUARAMIRIM
08.002.0017	SANEAMENTO
08.002.0017.0512	SANEAMENTO BASICO URBANO
08.002.0017.0512.0007	Saneamento Básico
08.002.0017.0512.0007.2048	Manutencao dos servicos de captaçao e distribuicao
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 25.415,24 )
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0023	COMERCIO E SERVICOS
09.001.0023.0695	TURISMO
09.001.0023.0695.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0023.0695.0012.2052	Manut. de acoes de apoio à iniciativas produtivas
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 6.696,95 )
11	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
11.001	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
11.001.0004	ADMINISTRACAO
11.001.0004.0124	CONTROLE EXTERNO
11.001.0004.0124.0002	Gestão Administrativa Superior
11.001.0004.0124.0002.2005	Manutenção das Atividades do Controle Interno
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 13.204,10 )
18	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001.0027	DESPORTO E LAZER
18.001.0027.0812	DESPORTO COMUNITARIO
18.001.0027.0812.0015	Esporte é Vida
18.001.0027.0812.0015.2081	Apoio ao esporte amador
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS

00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 41.422,45 )
18	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001.0027	DESPORTO E LAZER
18.001.0027.0812	DESPORTO COMUNITARIO
18.001.0027.0812.0015	Esporte é Vida
18.001.0027.0812.0015.2099	Manutencao de estadios, campos e ginasios esportiv
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 5.947,20 )

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.001	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2021	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Fund
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00031800	Transferências do FUNDEB-(aplic. profis)
	Valor: ( 723.103,48 )

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0015	URBANISMO
08.001.0015.0452	SERVICOS URBANOS
08.001.0015.0452.0003	Serviços de Utilidade Pública
08.001.0015.0452.0003.2090	Manutenção da Rede de Iluminação Pública
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00031700	Contribuição para o COSIP
	Valor: ( 339.255,82 )

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0028	ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846.0000	Encargos especiais
04.001.0028.0846.0000.0001	Contribuição ao Pasep

3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00014400	Fundo Especial do Petróleo
	Valor: ( 200,00 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0028	ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846.0000	Encargos especiais
04.001.0028.0846.0000.0001	Contribuição ao Pasep
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00014500	Outras Transf. Exploração Rec. Natura
	Valor: ( 600,00 )
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0026	TRANSPORTE
08.001.0026.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO
08.001.0026.0782.0011	Infra-Estrutura
08.001.0026.0782.0011.2091	Manutencao e abertura de estradas, canais, corrego
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00014400	Fundo Especial do Petróleo
	Valor: ( 19.800,00 )
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0026	TRANSPORTE
08.001.0026.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO
08.001.0026.0782.0011	Infra-Estrutura
08.001.0026.0782.0011.2091	Manutencao e abertura de estradas, canais, corrego
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00014500	Outras Transf. Exploração Rec. Natura
	Valor: ( 49.400,00 )

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0028	ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846.0000	Encargos especiais
04.001.0028.0846.0000.0001	Contribuição ao Pasep
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 130.000,00 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0028	ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846.0000	Encargos especiais
04.001.0028.0846.0000.0002	Amortização da Dívida e Encargos
3329000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 5.000,00 )
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0015	URBANISMO
08.001.0015.0542	CONTROLE AMBIENTAL
08.001.0015.0542.0007	Saneamento Básico
08.001.0015.0542.0007.2049	Manutencao dos servicos da coleta de lixo
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 35.500,00 )

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém do superávit das fontes: 31800 no valor de R\$ 723.103,48 e 31700 no valor de R\$ 339.255,82; do excesso de arrecadação das fontes 14500 no valor de R\$ 50.000,00 e 14400 no valor R\$ 20.000,00; e da anulação dos valores abaixo relacionados:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0003	Serviços de Utilidade Pública
04.001.0004.0122.0003.2098	Manutenção das Ações do PROCON
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 2.554,33 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0004	Administração Geral
04.001.0004.0122.0004.2097	Manut. de Ações de Apoio a Serviços de Terceiros -
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 2.000,00 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA
04.001.0004.0123.0004	Administração Geral
04.001.0004.0123.0004.2009	Manutenção das Atribuições de Controle Financeiro
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 5.000,00 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0126	TECNOLOGIA DA INFORMATIZACAO
04.001.0004.0126.0004	Administração Geral
04.001.0004.0126.0004.2011	Manutenção das atribuições de Apoio Administrativo
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 10.000,00 )
05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLV. URBANO
05.001	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLV. URBANO
05.001.0004	ADMINISTRACAO
05.001.0004.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO
05.001.0004.0121.0004	Administração Geral
05.001.0004.0121.0004.2013	Manutenção das Ações de Planejamento urbano
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 4.000,00 )
07	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
07.003	FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO
07.003.0016	HABITACAO
07.003.0016.0482	HABITACAO URBANA
07.003.0016.0482.0009	Assistência social
07.003.0016.0482.0009.1004	Construcao de unidades habitacionais
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 7.000,00 )
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0015	URBANISMO
08.001.0015.0451	INFRA-ESTRUTURA URBANA
08.001.0015.0451.0011	Infra-Estrutura
08.001.0015.0451.0011.1017	Construcao de pontes e pontilhoes
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 1.535.251,08 )
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

10.001	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
10.001.0020	AGRICULTURA
10.001.0020.0606	EXTENSAO RURAL
10.001.0020.0606.0008	Desenvolvimento Agrícola e Agropecuário
10.001.0020.0606.0008.2062	Manut. das acoes de qualificacao e orientacao tecn
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 6.188,83 )
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
10.001	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
10.001.0020	AGRICULTURA
10.001.0020.0606	EXTENSAO RURAL
10.001.0020.0606.0008	Desenvolvimento Agrícola e Agropecuário
10.001.0020.0606.0008.2064	Manut. das acoes de assistencia ao produtor rural
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 9.000,00 )
11	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
11.001	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
11.001.0004	ADMINISTRACAO
11.001.0004.0124	CONTROLE EXTERNO
11.001.0004.0124.0002	Gestão Administrativa Superior
11.001.0004.0124.0002.2005	Manutenção das Atividades do Controle Interno
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 10.000,00 )

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0028	ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846.0000	Encargos especiais
04.001.0028.0846.0000.0002	Amortização da Dívida e Encargos
3469000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 5.000,00 )
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0015	URBANISMO
08.001.0015.0452	SERVICOS URBANOS
08.001.0015.0452.0011	Infra-Estrutura

08.001.0015.0452.0011.2050	Manut. das acoes de limpeza e conservacao de spac
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 9.990,00 )
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0015	URBANISMO
08.001.0015.0452	SERVICOS URBANOS
08.001.0015.0452.0011	Infra-Estrutura
08.001.0015.0452.0011.2089	Manutencao e conservacao de cemiterios
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 17.484,00 )
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0015	URBANISMO
08.001.0015.0452	SERVICOS URBANOS
08.001.0015.0452.0011	Infra-Estrutura
08.001.0015.0452.0011.2089	Manutencao e conservacao de cemiterios
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 11.990,00 )
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0015	URBANISMO
08.001.0015.0452	SERVICOS URBANOS
08.001.0015.0452.0011	Infra-Estrutura
08.001.0015.0452.0011.2094	Manuntecao de pracas, trevos e demais locais ajard
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 126.036,00 )

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 19 de dezembro de 2014.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 15/2013**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 15//2013-PMG**

Processo de Licitação: 098/2012 -PMG.  
Modalidade: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia  
Tipo: Menor Preço Global.  
Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia para a construção de ponte de concreto sobre o rio putanga, com extensão de 28 metros, no município de Guaramirim e Massaranduba. Projeto Badesc Cidades.  
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.  
Contratada: BTN CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 01.756.004/0001-67 estabelecida na Rua Rolf Colin, n.º 60 sala 02, America, Joinville - SC  
Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:  
a) prorrogar o prazo de execução da obra até 01/06/2015, conforme justificativas apresentadas pela Secretaria de Planejamento anexa ao processo licitatório.  
b) Fica alterada a clausula décima oitava do contrato n.º 15/2013, prorrogando o termo final de vigência do contrato para 15/07/2015.

Data da Assinatura: 14/11/2014 Vigência 15/07/2015.

GUARAMIRIM (SC), 14/11/2014  
LAURO FROHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

**LEI COMPLEMENTAR Nº 74**

LEI COMPLEMENTAR Nº.74/2014

Altera o artigo 258 e a tabela constante no Inciso II, do artigo 259, ambos da Lei Complementar nº. 001/1994, que institui o Código Tributário do Município de Guaramirim.

O Prefeito Municipal de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Altera o artigo 258, da Lei Complementar nº 001/94, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 258. O tributo de que trata este artigo será lançado com base no cadastro imobiliário, incidirá sobre cada uma das propriedades prediais urbanas beneficiadas pelo serviço que impõe e será cobrado em carnê próprio, a ser emitido e distribuído pela Prefeitura Municipal de Guaramirim."

Art. 2º. Altera a tabela constante no inciso II, do artigo 259, da Lei Complementar nº 01/1994, que passa a vigorar com a seguinte redação:

II - em relação ao serviço de coleta de lixo, por tipo de utilização do imóvel e frequência de coleta com aplicação da UFM, conforme tabela abaixo:

Frequência de Coleta	% SOBRE UFM/UTILIZAÇÃO								
Nº de dias por semana	Residencial	Comercial	Prest. Serv.	Serv. Público	Industrial	Religioso	Outros	Rural	Utilização Complementar
1	49,5	64,5	64,5	0	97,5	0	49,5	49,5	0
2	90	117	117	0	175,5	0	90	90	0
3	126	163,5	163,5	0	244,5	0	126	126	0
4	160,5	210	210	0	315	0	160,5	160,5	0
5	190,5	249	249	0	372	0	190,5	190,5	0
6	216	280,5	280,5	0	421,5	0	216	216	0

Art. 3º. As demais disposições da Lei Complementar nº 01/1994 permanecem inalteradas.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor em 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 03 de dezembro de 2014.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretario de Administração e Finanças

**LEI COMPLEMENTAR Nº 75**

LEI COMPLEMENTAR Nº.75/2014

Altera dispositivos da Lei Complementar nº. 49/2013, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal.

O Prefeito Municipal de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Altera o artigo 4º, da Lei Complementar nº. 49/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º. As contratações de que trata esta Lei Complementar serão realizadas pelo prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses.

Parágrafo único. Nos casos de extrema relevância e urgência, justificadas através de exposição de motivos aprovada pelo Chefe do Poder Executivo e publicada no mural público municipal, os contratos poderão ser prorrogados uma única vez, pelo prazo máximo de 06 (seis) meses."

Art. 2º. Altera o inciso III do artigo 8º, da Lei Complementar nº. 49/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º. [...]

[...]

III - ser novamente contratado, com fundamento nesta Lei Complementar, antes de decorridos 06 (seis) meses do encerramento de seu contrato anterior, salvo nas hipóteses previstas nos incisos I e II do art. 2º desde que justificada a nova contratação por meio de exposição de motivos aprovada pelo Chefe do Poder Executivo, pelo Secretário de Administração e Finanças e pelo Secretário de Assuntos de Gestão Estratégica.

Art. 3º. As demais disposições da Lei Complementar nº. 49/2013 permanecem inalterados.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim, 19 de dezembro de 2014.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

### LEI COMPLEMENTAR Nº 76

LEI COMPLEMENTAR Nº.76/2014

Cria função de confiança junto a Lei Complementar nº. 001/2009.

O Prefeito Municipal de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Acrescenta inciso III, §§ 1º e 2º, no artigo 22, da Lei Complementar nº. 001/2009, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22. A estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Saúde é composta por:

[...]

III - Funções de Confiança:

a) Enfermeiro Responsável Técnico;

§ 1º As funções de confiança elencados no inciso III deste artigo serão exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e será devida uma gratificação referente ao cargo de Assistente, conforme Anexo II desta lei.

§ 2º O servidor que desempenhar a função de Enfermeiro Responsável Técnico deverá ter formação superior comprovada na área de atuação e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão e, realizará as atribuições, conforme Resolução COFEN nº. 458/2014 e Decisão COREN/SC nº. 003/2012, cumprindo e fazendo cumprir todos os dispositivos da profissão de Enfermagem, mantendo informações necessárias e atualizadas de todos os profissionais de Enfermagem que atuam no órgão, realizando o dimensionamento de pessoal de Enfermagem, conforme disposto na Resolução COFEN nº. 293/2004, informando de ofício ao representante legal do órgão e ao Conselho Regional de Enfermagem situações de infração à legislação da Enfermagem, intermediando junto ao Conselho a implementação e funcionamento de comissão de ética, colaborando com todas as atividades de fiscalização do Conselho Regional de Enfermagem.

Art. 2º. Acrescenta quadro específico no Anexo I da Lei Complementar nº. 001/2009, a função de confiança criada por esta lei, vinculada a Secretaria de Saúde, conforme segue:

FUNÇÕES DE CONFIANÇA

SECRETARIA DE SAÚDE

DESCRIÇÃO	GRATIFICAÇÃO	QUANT.
Enfermeiro Responsável Técnico	Conforme § 1º, Art. 22 da presente lei.	01

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 19 de dezembro de 2014.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

### LEI COMPLEMENTAR Nº 77

LEI COMPLEMENTAR Nº.77/2014

Cria cargo e altera dispositivos da Lei Complementar nº 007/2001 de 23/11/2001.

O Prefeito Municipal de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Cria o cargo abaixo relacionado que passa a integrar o Anexo III - Quadro Permanente - OAG Atividades Operacionais e de Administração Geral, e fica acrescentado ao Anexo VI - Definição dos Cargos - Grupo II - Atividades Operacionais e de Administração Geral - OAG, da Lei Complementar nº 007/2001.

Código	Nome do Cargo	Vagas	Horas Semanais	Nível de Vencimentos
40290	Cadastrador	02	40	52 a 65

Art. 2º. As demais disposições da Lei Complementar nº 007/2001 e suas alterações permanecem inalteradas.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 19 de dezembro de 2014.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

### LEI Nº 4180

LEI Nº. 4180/2014

Altera artigo 21, da Lei nº. 1.008/1986, de 29 de Abril de 1986.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o caput do artigo 21 da Lei nº. 1.008/1986, de 29 de abril de 1986, e são acrescentados ao mesmo artigo os incisos “I” a “V”, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21. O proprietário da gleba a ser loteada deverá, por ocasião do registro do loteamento, transferir sem ônus para o Município o equivalente a 35% (trinta e cinco por cento) da área útil do parcelamento, para fins de implantação das vias de circulação (arreamento), das Áreas de Utilização Pública Especial (AUPE) e das Áreas Verdes, observando o seguinte:

I - Considera-se área útil do parcelamento aquela sobre a qual serão efetivamente implantados lotes, não sendo incluídas, para fins de base de cálculo, as áreas consideradas como de preservação

permanente (APP) ou de manutenção florestal, bem como as definidas como 'non aedificandi', além das áreas eventualmente remanescentes, não contempladas no projeto urbanístico para fins de implantação de lotes.

II - A Área Verde será calculada na proporção de 40m<sup>2</sup> (quarenta metros quadrados) para cada lote implantado, não sendo exigível das áreas qualificadas como remanescentes.

III - A metragem da Área Verde, estabelecida no inciso anterior, será observada ainda que isso resulte, quando somada às demais áreas transferidas para o Município, em percentual superior ao previsto no caput.

IV - Para fins de Área Verde a ser transferida para o Município, é possível o aproveitamento da área de Reserva Legal anteriormente existente na gleba, bem como as consideradas áreas de preservação permanente (APP) ou destinadas à manutenção florestal

V - Para os fins deste artigo, considera-se área de manutenção florestal aquelas destacadas na gleba objeto do loteamento, em razão do contido nos artigos 30 e 31 da Lei Federal nº 11.428, de 2006, quando exigível."

Art. 2º. Permanecem em vigor e inalterados os §§ 1º ao 8º do artigo 21, acrescentados pela Lei n. 4.079/2013.

Art. 3º. Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 4º. As alterações previstas nesta lei aplicam-se aos projetos com análise em andamento; projetos urbanísticos aprovados desde que não tenham o decreto ou lei do loteamento sancionado pela Municipalidade ou a Certidão de Conclusão do Loteamento expedida pela municipalidade.

Art. 5º. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 19 de dezembro de 2014.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

## LEI Nº 4181

LEI Nº. 4181/2014

Abre crédito suplementar no valor de até R\$ 2.893.853,54.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de até R\$ 2.893.853,54 (dois milhões oitocentos e noventa e três mil oitocentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos), a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
02	GABINETE DO PREFEITO
02.001	GABINETE DO PREFEITO
02.001.0004	ADMINISTRACAO
02.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
02.001.0004.0122.0002	Gestão Administrativa Superior
02.001.0004.0122.0002.2003	Manutenção das Atividades do Gabinete Prefeito
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS

00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 41.855,75 )
02	GABINETE DO PREFEITO
02.001	GABINETE DO PREFEITO
02.001.0004	ADMINISTRACAO
02.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
02.001.0004.0122.0002	Gestão Administrativa Superior
02.001.0004.0122.0002.2006	Manutenção das Atividades do Gabinete do Vice-Pref
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 7.352,45 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0003	Serviços de Utilidade Pública
04.001.0004.0122.0003.2098	Manutenção das Ações do PROCON
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 8.229,10 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0004	Administração Geral
04.001.0004.0122.0004.2010	Manutenção das ações de Apoio Logístico, Compras A
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 48.523,65 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0004	Administração Geral
04.001.0004.0122.0004.2012	Manutenção da Unidade Administrativa e Serviços Ge
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 1.007,89 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0004	Administração Geral
04.001.0004.0122.0004.2097	Manut. de Ações de Apoio a Serviços de Terceiros -
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários

	Valor: ( 18.437,44 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA
04.001.0004.0123.0004	Administração Geral
04.001.0004.0123.0004.2009	Manutenção das Atribuições de Controle Financeiro
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 14.571,42 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0126	TECNOLOGIA DA INFORMATIZACAO
04.001.0004.0126.0004	Administração Geral
04.001.0004.0126.0004.2011	Manutenção das atribuições de Apoio Administrativo
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 38.837,23 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0129	ADMINISTRACAO DE RECEITAS
04.001.0004.0129.0004	Administração Geral
04.001.0004.0129.0004.2008	Manutenção das ações de Arrecadação e Fiscalização
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 63.009,69 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0028	ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846.0000	Encargos especiais
04.001.0028.0846.0000.0004	Aposentadorias e Pensões
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 24.877,75 )
05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLV. URBANO
05.001	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLV. URBANO
05.001.0004	ADMINISTRACAO
05.001.0004.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO
05.001.0004.0121.0004	Administração Geral
05.001.0004.0121.0004.2013	Manutenção das Ações de Planejamento urbano
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS

00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 54.898,69 )
05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLV. URBANO
05.001	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLV. URBANO
05.001.0004	ADMINISTRACAO
05.001.0004.0125	NORMATIZACAO E FISCALIZACAO
05.001.0004.0125.0004	Administração Geral
05.001.0004.0125.0004.2014	Manutenção das Atribuições de Fiscalização Urbana
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 6.163,53 )
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO
06.001	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0306	ALIMENTACAO E NUTRICAO
06.001.0012.0306.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0306.0005.2073	Alimentacao Escolar - Ensino Fundamental
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 22.916,77 )
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO
06.001	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2016	Manutenção das Atividades da Secretaria do Ensino
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: ( 72.346,52 )
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO
06.001	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2018	Reforma e Manut. de Unidades Escolares do Ensino F
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: ( 17.108,24 )
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO
06.001	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2021	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Fund
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS

00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: ( 3.123,68 )
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0306	ALIMENTACAO E NUTRICAO
06.002.0012.0306.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0306.0005.2074	Alimentação Escolar - Ensino Infantil (Pré-Escolas)
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 18.988,19 )
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0306	ALIMENTACAO E NUTRICAO
06.002.0012.0306.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0306.0005.2075	Alimentação Escolar - Ensino Infantil (Creches)
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 27.694,36 )
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2017	Manutenção das Atividades da Secretaria do Ensino
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: ( 283,30 )
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2019	Reforma e Manut da Unidades Escolares do Ensino In
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: ( 2.848,08 )
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2022	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Infa
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS

00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: ( 223.471,88 )
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2023	Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infan
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: ( 559.383,97 )
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0026	TRANSPORTE
08.001.0026.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO
08.001.0026.0782.0011	Infra-Estrutura
08.001.0026.0782.0011.2091	Manutencao e abertura de estradas, canais, correço
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 217.893,13 )
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0026	TRANSPORTE
08.001.0026.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO
08.001.0026.0782.0011	Infra-Estrutura
08.001.0026.0782.0011.2092	Manutencao de equipamentos rodoviaros
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 4.485,59 )
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.002	ÁGUAS DE GUARAMIRIM
08.002.0017	SANEAMENTO
08.002.0017.0512	SANEAMENTO BASICO URBANO
08.002.0017.0512.0007	Saneamento Básico
08.002.0017.0512.0007.2048	Manutencao dos servicos de captaçao e distribuicao
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 25.415,24 )
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0023	COMERCIO E SERVICOS
09.001.0023.0695	TURISMO
09.001.0023.0695.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo

09.001.0023.0695.0012.2052	Manut. de acoes de apoio à iniciativas produtivas
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 6.696,95 )
11	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
11.001	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
11.001.0004	ADMINISTRACAO
11.001.0004.0124	CONTROLE EXTERNO
11.001.0004.0124.0002	Gestão Administrativa Superior
11.001.0004.0124.0002.2005	Manutenção das Atividades do Controle Interno
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 13.204,10 )
18	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001.0027	DESPORTO E LAZER
18.001.0027.0812	DESPORTO COMUNITARIO
18.001.0027.0812.0015	Esporte é Vida
18.001.0027.0812.0015.2081	Apoio ao esporte amador
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 41.422,45 )
18	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001.0027	DESPORTO E LAZER
18.001.0027.0812	DESPORTO COMUNITARIO
18.001.0027.0812.0015	Esporte é Vida
18.001.0027.0812.0015.2099	Manutencao de estadios, campos e ginasios esportiv
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 5.947,20 )

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.001	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2021	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Fund
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00031800	Transferências do FUNDEB-(aplic. profis)
	Valor: ( 723.103,48 )

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição

08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0015	URBANISMO
08.001.0015.0452	SERVICOS URBANOS
08.001.0015.0452.0003	Serviços de Utilidade Pública
08.001.0015.0452.0003.2090	Manutenção da Rede de Iluminação Pública
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00031700	Contribuição para o COSIP
	Valor: ( 339.255,82 )

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0028	ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846.0000	Encargos especiais
04.001.0028.0846.0000.0001	Contribuição ao Pasep
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00014400	Fundo Especial do Petróleo
	Valor: ( 200,00 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0028	ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846.0000	Encargos especiais
04.001.0028.0846.0000.0001	Contribuição ao Pasep
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00014500	Outras Transf. Exploração Rec. Natura
	Valor: ( 600,00 )
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0026	TRANSPORTE
08.001.0026.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO
08.001.0026.0782.0011	Infra-Estrutura
08.001.0026.0782.0011.2091	Manutencao e abertura de estradas, canais, corrego
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00014400	Fundo Especial do Petróleo
	Valor: ( 19.800,00 )
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0026	TRANSPORTE
08.001.0026.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO
08.001.0026.0782.0011	Infra-Estrutura

08.001.0026.0782.0011.2091	Manutencao e abertura de estradas, canais, corrego
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00014500	Outras Transf. Exploração Rec. Natura
	Valor: ( 49.400,00 )

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0028	ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846.0000	Encargos especiais
04.001.0028.0846.0000.0001	Contribuição ao Pasep
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 130.000,00 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0028	ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846.0000	Encargos especiais
04.001.0028.0846.0000.0002	Amortização da Dívida e Encargos
3329000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 5.000,00 )
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0015	URBANISMO
08.001.0015.0542	CONTROLE AMBIENTAL
08.001.0015.0542.0007	Saneamento Básico
08.001.0015.0542.0007.2049	Manutencao dos servicos da coleta de lixo
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 35.500,00 )

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém do superávit das fontes: 31800 no valor de R\$ 723.103,48 e 31700 no valor de R\$ 339.255,82; do excesso de arrecadação das fontes 14500 no valor de R\$ 50.000,00 e 14400 no valor R\$ 20.000,00; e da anulação dos valores abaixo relacionados:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0003	Serviços de Utilidade Pública
04.001.0004.0122.0003.2098	Manutenção das Ações do PROCON
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 2.554,33 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0004	Administração Geral
04.001.0004.0122.0004.2097	Manut. de Ações de Apoio a Serviços de Terceiros -
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 2.000,00 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA
04.001.0004.0123.0004	Administração Geral
04.001.0004.0123.0004.2009	Manutenção das Atribuições de Controle Financeiro
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 5.000,00 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0126	TECNOLOGIA DA INFORMATIZACAO
04.001.0004.0126.0004	Administração Geral
04.001.0004.0126.0004.2011	Manutenção das atribuições de Apoio Administrativo
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 10.000,00 )
05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLV. URBANO
05.001	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLV. URBANO
05.001.0004	ADMINISTRACAO
05.001.0004.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO
05.001.0004.0121.0004	Administração Geral
05.001.0004.0121.0004.2013	Manutenção das Ações de Planejamento urbano
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 4.000,00 )
07	SECRETARIA DESENVOLVIMENTO SOCIAL

07.003	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
07.003.0016	HABITACAO
07.003.0016.0482	HABITACAO URBANA
07.003.0016.0482.0009	Assistência social
07.003.0016.0482.0009.1004	Construcao de unidades habitacionais
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 7.000,00 )
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0015	URBANISMO
08.001.0015.0451	INFRA-ESTRUTURA URBANA
08.001.0015.0451.0011	Infra-Estrutura
08.001.0015.0451.0011.1017	Construcao de pontes e pontilhoes
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 1.535.251,08 )
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
10.001	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
10.001.0020	AGRICULTURA
10.001.0020.0606	EXTENSAO RURAL
10.001.0020.0606.0008	Desenvolvimento Agrícola e Agropecuário
10.001.0020.0606.0008.2062	Manut. das acoes de qualificacao e orientacao tecn
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 6.188,83 )
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
10.001	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
10.001.0020	AGRICULTURA
10.001.0020.0606	EXTENSAO RURAL
10.001.0020.0606.0008	Desenvolvimento Agrícola e Agropecuário
10.001.0020.0606.0008.2064	Manut. das acoes de assistencia ao produtor rural
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 9.000,00 )
11	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
11.001	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
11.001.0004	ADMINISTRACAO
11.001.0004.0124	CONTROLE EXTERNO
11.001.0004.0124.0002	Gestão Administrativa Superior
11.001.0004.0124.0002.2005	Manutenção das Atividades do Controle Interno
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 10.000,00 )

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0028	ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846.0000	Encargos especiais
04.001.0028.0846.0000.0002	Amortização da Dívida e Encargos
3469000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 5.000,00 )
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0015	URBANISMO
08.001.0015.0452	SERVICOS URBANOS
08.001.0015.0452.0011	Infra-Estrutura
08.001.0015.0452.0011.2050	Manut. das acoes de limpeza e conservacao de spac
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 9.990,00 )
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0015	URBANISMO
08.001.0015.0452	SERVICOS URBANOS
08.001.0015.0452.0011	Infra-Estrutura
08.001.0015.0452.0011.2089	Manutencao e conservacao de cemiterios
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 17.484,00 )
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0015	URBANISMO
08.001.0015.0452	SERVICOS URBANOS
08.001.0015.0452.0011	Infra-Estrutura
08.001.0015.0452.0011.2089	Manutencao e conservacao de cemiterios
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 11.990,00 )
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0015	URBANISMO
08.001.0015.0452	SERVICOS URBANOS
08.001.0015.0452.0011	Infra-Estrutura

08.001.0015.0452.0011.2094	Manuntecao de pracas, trevos e demais locais ajard
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 126.036,00 )

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 19 de dezembro de 2014.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 450 - NOTA DE RETIFICAÇÃO**

#### **NOTA DE RETIFICAÇÃO**

Publicação realizada no dia 18/12/2014 (quinta-feira), DOM/SC - Edição nº. 1641, página 396.

Onde se lê: PORTARIA Nº. 452/2014, leia-se: PORTARIA Nº. 450/2014.

Assim, a referida publicação passa a ter a seguinte redação:

PORTARIA Nº 450/2014  
EXONERA Dirceu Bernardi.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar, Dirceu Bernardi da função de Diretor da Fundação do Meio Ambiente, vinculado a Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim, a partir de 15 de dezembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de dezembro de 2014.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 462**

PORTARIA Nº 462/2014

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e, tendo em vista o disposto no art. 74, da Lei Complementar nº. 007/2001, bem como o julgamento constante do processo administrativo disciplinar nº. 005/2014;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Aplicar a penalidade de advertência à servidora A. R. P., na função de Merendeira, 40 horas semanais, por ter infringido o disposto no artigo 49, inciso X, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2001.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 19 de dezembro de 2014.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº451 - NOTA DE RETIFICAÇÃO**

#### **NOTA DE RETIFICAÇÃO**

Publicação realizada no dia 18/12/2014 (quinta-feira), DOM/SC - Edição nº. 1641, página 396.

Onde se lê: PORTARIA Nº. 455/2014, leia-se: PORTARIA Nº. 451/2014.

Assim, a referida publicação passa a ter a seguinte redação:

PORTARIA Nº 451/2014  
NOMEIA Dirceu Bernardi.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear Dirceu Bernardi, na função de Diretor de Comunicação, vinculado ao Gabinete do Prefeito, a partir de 15 de dezembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de dezembro de 2014.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

### **PRORROGAÇÃO DE CONTRATO Nº99/2011 - PMG**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE SAÚDE

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE RENOVACÃO AO CONTRATO 099/2011 - PMG

Processo de licitação: 94/2011 - PMG  
Modalidade: Convite

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE PUBLICIDADE AOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

CONTRATADO: Cliczomm Propaganda e Publicidade Ltda, inscrito no CNPJ nº 08.295.563/0001-66, sede na Rua João Marcatto n.º 260, Bairro Centro, município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Objeto do Aditivo: prorrogar o prazo de vigência do contrato de 12/12/2014 a 11/12/2015.

Data da Assinatura: 15/06/2014

GUARAMIRIM (SC), 19/12/2014.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

## Guarujá do Sul

### PREFEITURA

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PREF 02

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 10/2013.

PROCESSO LICITATORIO Nº . 03/2013 - CONVITE Nº. 01/2013.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: GABRIEL GEALH DE CAMPOS

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de Serviço de Assessoria Jurídica de 01 de janeiro de 2015 até 27 de fevereiro de 2015, bem como fica reajustado seu valor em 3,6543%. ( IGP-M Dezembro/2013 a Novembro/2014 ).

VALOR TOTAL R\$ 6.568,10

Guarujá do Sul, 19 de dezembro de 2014.

Jose Carlos Foiatto,  
Prefeito Municipal

## Herval d'Oeste

### PREFEITURA

#### EDITAL Nº 016/2014 - SMECE

EDITAL Nº 016/2014/SMECE

ABRE INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO SELETIVO E CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER, EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA O PRIMEIRO E DEFINITIVO PARA O SEGUNDO, VAGAS EM CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE/SC; DEFINE NORMAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, Senhor Nelson Guindani, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o art. 37, inciso IX, da Constituição Federal/88, da Lei Complementar nº. 314, de 02 de dezembro de 2013, Lei Complementar nº. 291, de 19 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 316, de 20 de dezembro de 2013, Lei Complementar nº 281, de 19 de agosto de 2011 de e de outra legislação municipal aplicável à matéria, torna público para o conhecimento dos interessados, que se acham abertas, no período de 19 de dezembro de 2014 a 19 de janeiro de 2015, as inscrições ao Processo Seletivo destinado aproveitamento, em caráter temporário e do Concurso Público, em caráter permanente, para atender necessidade de vagas de cargos do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme adiante se identifica, o qual se regerá pelas disposições da legislação aplicável e de acordo com as normas estabelecidas no edital.

Informações adicionais podem ser obtidas na Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina - Unoesc, Campus de Joaçaba, telefone (49) 3551-2075 ou 3351-2173 e na internet, nos sites [www.unoesc.edu.br](http://www.unoesc.edu.br) e [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br) ou nos seguintes endereços eletrônicos: [administrativo@hervaldoeste.sc.gov.br](mailto:administrativo@hervaldoeste.sc.gov.br) e [concursopublico.jba@unoesc.edu.br](mailto:concursopublico.jba@unoesc.edu.br).

Gabinete do Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC,  
em 19 de dezembro de 2014.

NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

#### EXTRATO CONTRATO Nº 060/2014

Estado de Santa Catarina

Município de Herval d'Oeste

Processo Licitatório nº 087/2014

Dispensa de Licitação nº 022/2014

EXTRATO CONTRATO Nº 060/2014 DE 12/12/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste.

Contratada: Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina.

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica para a prestação de serviços especializados para a realização de processo seletivo e para admissão de servidores em caráter temporário e concurso público para admissão de servidores em caráter permanente, para a Secretaria de Educação Cultura e Esportes e Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

VALOR R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais ).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício

financeiro 2014, conforme Lei Orçamentária nº Lei Orçamentária 3016/2013 de 09/12/2013.

Herval d'Oeste, em 12 dezembro de 2014.  
NELSON GUINDANI            ARISTIDES CIMADON  
Prefeito                            Pela Contratada

#### **PORTARIA Nº 1364/2014**

PORTARIA Nº 1364/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

##### **RESOLVE:**

INTERROMPER a Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 15 de dezembro de 2014, da Servidora Fernanda Marquezze Mott (Matr. 2851), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 2/D, 40 horas semanais, Disciplina de Educação Física, Anexo XI da LC Nº 316/2013, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

E, CONCEDER Licença Maternidade, à servidora supracitada, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 15 de dezembro de 2014 até 14 de junho de 2015, conforme preceitua o Artigo 107, da Lei Complementar Nº. 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 19 de Dezembro de 2014.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1365/2014**

PORTARIA Nº 1365/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

##### **RESOLVE:**

DISPENSAR a pedido conforme requerimento anexo, a Servidora RUTE CARDOSO DA ROCHA (Matr. 3871), a partir de 19 de dezembro de 2014, a qual exercia a função de Professor, Nível - 2, Letra "A", 40 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com preceitua a Lei Complementar Nº 314/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Dezembro de 2014.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1366/2014**

PORTARIA Nº 1366/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

##### **RESOLVE:**

DISPENSAR a pedido conforme requerimento anexo, a Servidora MICHELE DEOLA (Matr. 3899), a partir de 19 de dezembro de 2014, a qual exercia a função de Professor, Nível - 2, Letra "A", 20 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com preceitua a Lei Complementar Nº 314/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Dezembro de 2014.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1367/2014**

PORTARIA Nº 1367/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

##### **RESOLVE:**

DISPENSAR a pedido conforme requerimento anexo, a Servidora LIVONIR MENDES BALESTRIN (Matr. 3797), a partir de 19 de dezembro de 2014, a qual exercia a função de Professor, Nível - 2, Letra "A", 20 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com preceitua a Lei Complementar Nº 314/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Dezembro de 2014.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1368/2014**

PORTARIA Nº 1368/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

##### **RESOLVE:**

DISPENSAR por término de contrato, o Servidor ALCIMAR DOS SANTOS (Matr. 3916), a contar de 19 de dezembro de 2014, o qual exerce a função de Professor, Nível - 1 - Referência "A", 20 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 314/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores

Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1369/2014**

PORTARIA Nº 1369/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora ANDREIA APARECIDA SCALABRIN (Matr. 3828), a contar de 19 de dezembro de 2014, a qual exerce a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", 20 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 314/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1370/2014**

PORTARIA Nº 1370/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora ARIANE DE OLIVEIRA BERTUSSO (Matr. 3994), a contar de 19 de dezembro de 2014, a qual exerce a função de Professor, Nível - 1 - Referência "A", 20 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 314/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1371/2014**

PORTARIA Nº 1371/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora CHAIANE FRIZZO (Matr. 3981), a contar de 19 de dezembro de 2014, a qual exerce a função de Professor, Nível - 1 - Referência "A", 20 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 314/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1372/2014**

PORTARIA Nº 1372/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora CLAUDETE DA SILVA (Matr. 3981), a contar de 19 de dezembro de 2014, a qual exerce a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", 20 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 314/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1373/2014**

PORTARIA Nº 1373/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR por término de contrato, o Servidor ALVADIR TOIGO (Matr. 3861), a contar de 19 de dezembro de 2014, o qual exerce a função de Motorista, Nível - 7 - Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº. 280/2011, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 314/2013. Sendo que seu Contrato

de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Dezembro de 2014.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1374/2014**

PORTARIA Nº 1374/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

##### **RESOLVE:**

DISPENSAR por término de contrato, o Servidor IVAN LUCAS DADALT (Matr. 3824), a contar de 19 de dezembro de 2014, o qual exerce a função de Professor, Nível - 1 - Referência "A", 40 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 314/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Dezembro de 2014.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1375/2014**

PORTARIA Nº 1375/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

##### **RESOLVE:**

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora JENIFER COLET NASCIMENTO (Matr. 3917), a contar de 19 de dezembro de 2014, a qual exerce a função de Professor, Nível - 1 - Referência "A", 10 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 314/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Dezembro de 2014.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1376/2014**

PORTARIA Nº 1376/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

##### **RESOLVE:**

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora JOSELIA ZAMBIAZZI (Matr. 3836), a contar de 19 de dezembro de 2014, a qual exerce a função de Professor, Nível - 1 - Referência "A", 40 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 314/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Dezembro de 2014.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal  
PORTARIA Nº 1376/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

##### **RESOLVE:**

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora JOSELIA ZAMBIAZZI (Matr. 3836), a contar de 19 de dezembro de 2014, a qual exerce a função de Professor, Nível - 1 - Referência "A", 40 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 314/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Dezembro de 2014.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1377/2014**

PORTARIA Nº 1377/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

##### **RESOLVE:**

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora JULIANE APARECIDA CAMPAGNOLLO BELANDI (Matr. 3825), a contar de 19 de dezembro de 2014, a qual exerce a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", 10 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 314/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1378/2014**

PORTARIA Nº 1378/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora KELLY PATRICIA MELLO SILVA (Matr. 3837), a contar de 19 de dezembro de 2014, a qual exerce a função de Professor, Nível - 1 - Referência "A", 40 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 314/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1379/2014**

PORTARIA Nº 1379/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora LETICIA CAROLINE CHANES (Matr. 3842), a contar de 19 de dezembro de 2014, a qual exerce a função de Professor, Nível - 1 - Referência "A", 10 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 314/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1380/2014**

PORTARIA Nº 1380/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora MARCIA SALETE VACCARI ZORZZI (Matr. 3832), a contar de 19 de dezembro de 2014, a qual exerce a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", 20 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 314/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1380/2014**

PORTARIA Nº 1380/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora MARCIA SALETE VACCARI ZORZZI (Matr. 3832), a contar de 19 de dezembro de 2014, a qual exerce a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", 20 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 314/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1381/2014**

PORTARIA Nº 1381/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora ROSILDE CALDEROLI BORTOLINI (Matr. 3890), a contar de 19 de dezembro de 2014, a qual exerce a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", 20 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 314/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1382/2014**

PORTARIA Nº 1382/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora ANA PAULA DALMAGRO DA SILVA (Matr. 4032), a contar de 19 de dezembro de 2014, a qual exerce a função de Professor, Nível - 1 - Referência "A", 20 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 314/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1383/2014**

PORTARIA Nº 1383/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora GIOVANA LAZZARIS BUENO (Matr. 3816), a contar de 19 de dezembro de 2014, a qual exerce a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", 20 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade

com o que preceitua a Lei Complementar Nº 314/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1384/2014**

PORTARIA Nº 1384/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora IVO GUINDANI (Matr. 3826), a contar de 19 de dezembro de 2014, a qual exerce a função de Professor, Nível - 1 - Referência "A", 20 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 314/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1385/2014**

PORTARIA Nº 1385/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora KEITY MARA GAZZOLA (Matr. 3834), a contar de 19 de dezembro de 2014, a qual exerce a função de Professor, Nível - 1 - Referência "A", 20 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 314/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1386/2014**

PORTARIA Nº 1386/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora MARIA ELIZIANE KELLER (Matr. 3827), a contar de 19 de dezembro de 2014, a qual exerce a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", 20 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 314/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1387/2014**

PORTARIA Nº 1387/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora MARISETE VINGLA DE MATOS SCHALY (Matr. 3804), a contar de 19 de dezembro de 2014, a qual exerce a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", 20 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 314/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1388/2014**

PORTARIA Nº 1388/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora PRISCILA DE QUADROS (Matr. 4039), a contar de 19 de dezembro de 2014, a qual exerce a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", 20 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 314/2013. Sendo que

seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1389/2014**

PORTARIA Nº 1389/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora SANDRINE CRISTINA PIZONI (Matr. 3835), a contar de 19 de dezembro de 2014, a qual exerce a função de Professor, Nível - 1 - Referência "A", 20 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 314/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1390/2014**

PORTARIA Nº 1390/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

DISPENSAR por término de contrato, o Servidor MARCELO CIEPIELEWSKI (Matr. 3844), a contar de 19 de dezembro de 2014, o qual exerce a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", 20 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 314/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO Nº 103/2014**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE  
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38  
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro  
CONTRATANTE

Estado do Paraná  
MUNICÍPIO DE CURITIBA  
COMPASA DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.  
CNPJ/MF Nº 01.382.022/0001-26  
Rua Nunes Machado, 1045 - Bairro Rebouças  
CONTRATADA

**TERMO ADITIVO Nº 103/2014 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014**

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d' Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa COMPASA DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado estabelecida na Rua Nunes Machado, 1045 - Bairro Rebouças - Município de Curitiba - Estado do Paraná inscrita no CNPJ sob nº 01.382.022/0001-26, neste ato representado por sua procuradora, Senhora Neide Barreto Remez, brasileira, casada, portadora do CPF nº 457.020.719-72, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo a ata de Registro de Preços nº 020/2014, que tem por objeto o registro de preços para o eventual fornecimento de Emulsão Asfáltica tipo RM-1C, para utilização da Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos do município pelo período de 12 meses, em decorrência do Processo Licitatório nº 0078/2014, na Modalidade de Pregão Presencial nº 032/2014 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

O Presente termo tem por objeto a revisão dos valores contratados para o fornecimento de Emulsão Asfáltica no importe de +15,90 %, em virtude da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, o qual foi devidamente comprovado e justificado no processo.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES**

Considerando que a Contratada comprova documentalmente no pedido que o produto citado no item 01 efetivamente sofreu alteração de preço, será concedido reajuste a tais itens, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR ATUAL	VALOR COM REAJUSTE
1	Emulsão Asfáltica tipo RM-1C	Tonelada	R\$ 1.580,00	R\$ 1.831,22

Este reajuste passa a vigorar após a assinatura e publicação deste Termo.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 40 inciso

XI e no artigo 65, inciso II, alínea d da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

**CLÁUSULA QUARTA - Das Disposições Finais**

A publicação deste Termo Aditivo supre a necessidade de emissão de nova ordem de serviço, para a realização dos serviços previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas da ARP Nº 020/2014, que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 05 de dezembro de 2014.

NELSON GUINDANI Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Contratante	NEIDE BARRETO REMEZ Procuradora CPF nº 457.020.719-72. Contratado
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Gilberto José Durigon CPF: 737.459.529-87

**IPREVI/HO****POLÍTICA ANUAL DE INVESTIMENTOS - 2015 - IPREVI-HO**

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE/SC - ANO 2015  
PARECER APROBATÓRIO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PARA O EXERCÍCIO DE 2015

Em reunião realizada no dia 18.12.2014, reuniram-se os membros do Conselho Administrativo / SC para exame, apreciação e aprovação da Política de Investimentos para vigor no exercício de 2015.

Após a adoção dos procedimentos cabíveis e recebidos os esclarecimentos necessários, os Senhores Conselheiros decidiram pela aprovação da Política de Investimento, cujos termos constam em anexo.

Herval d'Oeste, 18 de dezembro de 2014.

**CONSELHO ADMINISTRATIVO:**

ADEMIRSAVIOPIRESASILVA \_\_\_\_\_  
DIVO PEDRO PALUDO \_\_\_\_\_  
JAQUELINE RAZERA \_\_\_\_\_  
JEFFERSON ALFREDO MENDONÇA \_\_\_\_\_  
LENI APARECIDA SABEI \_\_\_\_\_  
MARGARETE DE DEUS E SILVA FIORESI \_\_\_\_\_  
REGINA AUGUSTA STEFANI PARIZZI \_\_\_\_\_  
SILVANALAZZARINI BULLA - Presidente \_\_\_\_\_  
VALDEMAR DO AMARAL E SILVA \_\_\_\_\_

**DADOS GERAIS ENTE FEDERATIVO**

NOME: Prefeitura Municipal de HERVAL D'OESTE (SC)

CNPJ: 82.939.430/0001-38

ENDEREÇO: Rua Nereu Ramos, 389 - Bairro Centro

CEP: 89.610-000
TELEFONE: (49) 3554-0922 - FAX: (49) 3554-0132
E-mail: carmenprocuradoria@hervaldoeste.sc.gov.br

<b>DADOS GERAIS DO REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE FEDERATIVO</b>
NOME: Nelson Guindani
CPF: 501.589.459-72
CARGO: Prefeito Municipal
DATA DE INÍCIO DA GESTÃO: 01/01/2013
E-mail: nelson.guindani@yahoo.com.br

<b>DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO – RPPS</b>
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO DE HERVAL D'OESTE - IPREVI-HO, do município de HERVAL D'OESTE/SC
CNPJ: 07.733.382/0001-01
EXERCÍCIO: 2015
LEGISLAÇÃO MUNICIPAL: Lei Municipal nº. 179 de 23/09/2005
ÓRGÃO SUPERIOR COMPETENTE: Conselho Administrativo
REPRESENTANTE LEGAL: Silvana Lazzarini Bulla
GESTOR RESPONSÁVEL: Lucia das Graças Vetori Guaragni
CPF/MF: 509.474.009-15
E-mail da INSTITUIÇÃO: funser@softline.com.br
E-mail do GESTOR: funser@softline.com.br

<b>META DE RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS</b>
Indexador: INPC
Taxa de Juros: 5,75% a.a.
APROVAÇÃO DO ÓRGÃO SUPERIOR COMPETENTE EM REUNIÃO REALIZADA EM: 18.12.2014
DIVULGAÇÃO DA POLÍTICA AOS PARTICIPANTES:
(x) Impresso: (x) Meio Eletrônico (x) Quadro de Publicações

## 1. OBJETIVOS

A presente Política de Investimentos (PI) estabelece a forma de gerenciamento dos investimentos e desinvestimentos dos recursos do regime previdenciário gerido pelo Instituto de Previdência do Servidor Público de Herval D'Oeste - IPREVI-HO. Na construção deste documento foram observadas as normas e diretrizes referentes à gestão dos recursos financeiros do RPPS com foco na Resolução 3.922/10 do Conselho Monetário Nacional de 25 de novembro de 2010, atendendo as disposições da Portaria 519/2011 e, também, considerados os fatores de Risco, Segurança, Solvência, Liquidez e Transparência.

A Política de Investimentos traz em seu contexto principal, os limites de alocação em ativos de renda fixa e renda variável, em consonância com a legislação vigente. Além destes limites, vedações específicas visam dotar os gestores de orientações quanto à alocação dos recursos financeiros em produtos e ativos adequados ao perfil e as necessidades atuariais do RPPS. A presente Política pode ser revista e alterada durante o decorrer do ano de 2015, conforme entendimento do Gestor Financeiro, Comitê de Investimentos e Conselho Administrativo. A vigência desta política compreende o período entre 01º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Na presente Política de Investimentos 2015, é possível identificar que:

- As alocações em produtos e ativos buscarão obter resultados compatíveis à meta atuarial e risco adequado ao perfil do RPPS;
- O processo de investimento será decidido pelo Gestor Financeiro, auxiliado pelo Comitê de Investimentos, baseado nos relatórios de

análise de produtos para a tomada de decisão acerca das alocações;

- O RPPS seguirá os princípios de ética e da transparência na gestão dos investimentos tomando como referência principalmente as diretrizes e normas estabelecidas nesta Política, na Resolução 3.922/10 Conselho Monetário Nacional e na Portaria MPS 519/2011.

## 2. COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS NA GESTÃO DOS RECURSOS

A gestão dos recursos do RPPS envolve: o Conselho Administrativo, o Gestor Financeiro e o Comitê de Investimentos. No que diz respeito à elaboração e implementação da Política de Investimentos, cada um dos envolvidos possui as seguintes competências:

### 2.1 Conselho Administrativo

Aprovar a Política de Investimentos com base na legislação vigente, estabelecendo:

- Os limites operacionais por segmento (Renda Fixa e Renda Variável);
  - O modelo de gestão;
  - As diretrizes gerais de alocação de recursos, seleção de Instituições financeiras, de produtos financeiros e avaliação de desempenho.
- ### 2.2 Gestor Financeiro

- Executar as diretrizes definidas na Política de Investimentos quanto às alocações dos recursos do regime previdenciário de acordo com os limites aprovados, com o auxílio do Comitê de Investimentos;
- Apreciar os cenários econômico-financeiros de curto, médio e longo prazo e adotar medidas de adequação da carteira em razão destes, com o auxílio do Comitê de Investimentos;
- Executar, com o auxílio do Comitê de Investimentos, as estratégias de alocação dos recursos financeiros do regime previdenciário em consonância com a Política de Investimentos e Resolução nº 3.922/2010 do Conselho Monetário Nacional e eventuais alterações, visando o cumprimento da meta atuarial;
- Propor, com o auxílio do Comitê de Investimentos, as alterações da Política de Investimentos dos recursos do regime previdenciário, submetendo-as ao Conselho Administrativo para aprovação;
- Analisar, com o auxílio do Comitê de Investimentos, a aplicação em novas instituições financeiras;
- Analisar, com o auxílio do Comitê de Investimentos, as taxas de juros, de administração e de desempenho das aplicações existentes e as que vierem ser realizadas;
- manter em dia, com o auxílio do Comitê de Investimentos, o credenciamento de entidades financeiras segundo as normas ditas pelo Ministério da Previdência Social - MPS.

### 2.3 Comitê de Investimentos

- Propor, em conjunto com o Gestor Financeiro, as estratégias de alocação dos recursos financeiros do regime previdenciário em consonância com a Resolução 3922/2010 do Conselho Monetário Nacional e eventuais alterações, visando o cumprimento da meta atuarial;
- Sugerir, em conjunto com o Gestor Financeiro, as alterações da Política de Investimentos dos recursos do regime previdenciário, submetendo-as ao Conselho Administrativo para aprovação;
- Apreciar os cenários econômico-financeiros de curto, médio e longo prazo, e emitir parecer a respeito dos mesmos, quando julgar necessário;
- Observar, em conjunto com o Gestor Financeiro, a aplicação dos limites de alocações de acordo com a Política de Investimentos e as normas do CMN;
- Analisar, em conjunto com o Gestor Financeiro, a aplicação em novas instituições financeiras;
- Analisar, em conjunto com o Gestor Financeiro, as taxas de juros, de administração e de desempenho das aplicações existentes

e as que vierem ser realizadas;

- g) Fornecer subsídios ao Gestor Financeiro e ao Conselho Administrativo acerca da seleção de Instituições Financeiras, bem como se for o caso, a recomendação de exclusões que julgar procedente;
- h) Opinar sobre o credenciamento de entidades financeiras segundo as normas ditadas pelo MPS;
- i) Propor, em conjunto com o Gestor Financeiro, se necessário, a revisão da Política de Investimentos ao Conselho Administrativo, com vistas à adequação ao mercado ou a nova legislação.

### 3. CENÁRIO ECONÔMICO

#### 3.1 Cenário Macroeconômico

Depois de um pesado ano de 2013, onde os investidores passaram a maior parte do tempo tentando compreender quais eram as estratégias de política econômica que seriam adotadas para a melhor condução da economia brasileira, a grande maioria dos investidores encerrou o ano de 2013 tentando esquecê-lo, mas sabendo que o ano de 2014 prometia ser um ano de muitas emoções, com uma Copa do Mundo em território nacional seguido de calendário eleitoral que prometia uma disputa acirrada. Do lado externo, os indicadores sinalizando recuperação para a economia americana agregava um pouco mais de incerteza, com a ameaça de um dólar mais forte. Em síntese, esperávamos que 2014 fosse um ano difícil para os investidores institucionais, com muita volatilidade nos preços dos ativos, de crescimento modesto e com algumas pressões inflacionárias.

Tais expectativas acabaram se confirmando, ao menos em parte, exceto pelo comportamento do cenário externo que, se não se declarou francamente favorável, não chegou a contribuir decisivamente para os vários problemas enfrentados pela economia brasileira em 2014. Assim, o Brasil se encaminha para encerrar o ano de 2014 com uma inflação pressionando consistentemente o teto da meta, mesmo com alguns preços sendo represados (petróleo e energia elétrica, por exemplo) e com uma das menores taxas de crescimento do PIB, perto de 0,3%, não só com o histórico recente da economia brasileira, mas também quando comparado com as economias desenvolvidas ou da América Latina.

A deterioração das expectativas de crescimento e de inflação pode ser evidenciada pelo Relatório Focus do Banco Central, que procura capturar semanalmente as expectativas do mercado para os principais indicadores macroeconômicos. A evolução mensal de tais expectativas para o PIB e para o IPCA de 2014 foram se deteriorando mês a mês, de maneira que no início do ano o mercado acreditava num PIB de 2,0% e um IPCA de 5,96% para 2014. Oito meses depois, em 31/out/2014, as expectativas de crescimento para o PIB estão em magros 0,24% e o IPCA persiste na casa dos 6,46%.

Do lado das contas públicas a situação não foi diferente, o governo lançou mão de todos os instrumentos para estimular o crescimento econômico via pressão nas contas públicas, abrindo mão de impostos, distribuindo financiamentos e incentivos aos mais diversos setores econômicos, subsidiando as contas de energia, etc., deteriorando a geração de superávit primário, de forma que o Brasil deve encerrar o ano com um superávit primário equivalente 0,7% do PIB, menos da metade do superávit gerado no ano de 2013 e o pior número desde 1998. O resultado das contas externas, por sua vez, não são animadores também, com um déficit de transações correntes em níveis recordes e saldo comercial decrescente, pressionado pela queda dos preços das principais commodities (minério de ferro e soja, por exemplo). No câmbio, o governo já gastou aproximadamente US\$ 100 bilhões em swaps cambiais para manter a "taxa de câmbio sob controle".

Em meio a este desempenho econômico muito aquém de qualquer expectativa e a inesperada morte do candidato Eduardo Campos, em um trágico acidente aéreo em Santos - SP, o Brasil assistiu a uma campanha eleitoral focada em levantar problemas econômicos e sociais sem que qualquer um dos lados apresentassem proposições mais consistentes para reverter o quadro econômico

atual, que em muitos momentos serviu mais para confundir o eleitor. Na prática, a eleição acabou sendo decidida a partir da capacidade dos candidatos em "desconstruir o seu adversário", com a reeleição sendo conquistada por uma margem apertada de votos. O resultado prático deste cenário foi uma taxa de juros crescente, uma inflação leniente, beirando o teto da meta, com ameaças de rompê-lo a todo o instante. Tudo isso se traduzindo em alta volatilidade nos índices das bolsas de valores, dos índices IMA, que mesmo com um desempenho favorável, tiveram muita volatilidade ao longo do ano. Os investidores institucionais, por sua vez, aproveitaram para ajustar suas carteiras de forma a ficarem mais líquidos, diversificados e menos expostos aos riscos de mercado, tentando buscar a meta atuarial com dificuldade, mas sem aumentar a exposição de risco.

O quadro a seguir evidencia os resultados dos principais indicadores do mercado até o mês de outubro de 2014.

Assim, o ano de 2014 se encaminha para o final com resultados pouco animadores para os ativos de maior risco, pois em que pese os índices das bolsas de valores e o IMA-B tenderem à fechar com resultados positivos eles são desproporcionais aos riscos proporcionados por estes mercados. Já os investidores institucionais que apostaram em fundos indexados ao CDI deverão terminar o ano com resultados mais animadores, quando comparados com o ano passado e com os demais ativos, pois o CDI deverá superar o IPCA com folga e com volatilidade mínima.

#### 3.2 Mas o que esperar de 2015?

Para o próximo exercício o desempenho da carteira de investimentos tende a refletir em maior ou menor grau o comportamento das principais variáveis macroeconômicas e das ações de política econômica em relação ao comportamento de tais variáveis, dentre elas especial destaque para o comportamento do crescimento econômico, inflação, política monetária, política fiscal e cambial. Estas variáveis estão intimamente ligadas ao comportamento do cenário internacional, especialmente em relação à economia americana. Assim, é possível dissecar as perspectivas para o ano de 2015 a partir dos seguintes aspectos:

##### Economia Mundial

De acordo com as projeções disponibilizadas em outubro último, o PIB Mundial deve crescer 3,8% em 2015, número superior aos 3,3% esperados para 2014. Estes números mostram, no mínimo, dois dados relevantes: primeiro, a consolidação da recuperação do ritmo de crescimento das economias desenvolvidas, principalmente a economia americana, e segundo, as expectativas de crescimento da China sinalizam que o país está buscando um novo patamar de crescimento, mais próximo dos 7%.

A grande expectativa para 2015 fica por conta destes dois aspectos, pois ainda não se sabe como a economia brasileira irá reagir com um dólar mais forte em relação às demais moedas, ou seja, o Brasil, provavelmente, terá que administrar sua economia com um Real bem mais desvalorizado em relação ao dólar. Do outro lado, um ritmo menor de crescimento chinês, terá impacto negativo sobre a demanda e sobre os preços das principais commodities mundiais, dentre elas, o minério de ferro e a soja, importantes itens da pauta de exportação brasileira, ou seja, menor quantidade exportada com preços médios inferiores pode comprometer ainda mais o resultado da balança comercial, gerando mais pressões sobre o já combalido déficit em transações correntes.

As dúvidas sobre as alternativas de financiamento do déficit em transações correntes aumentam ainda mais quando a estrutura das contas públicas brasileiras e o ritmo de crescimento do PIB aumentam o risco de downgrade sobre as notas das principais agências de rating sobre o Brasil, podendo encarecer as captações externas e reduzir as entradas de Investimento Estrangeiro Direto (IED).

O quadro a seguir apresenta o resumo das expectativas de crescimento para as principais economias mundiais:

Em resumo, o cenário externo sinaliza para um Real mais desvalorizado, gerando maiores pressões inflacionárias e exigindo taxas de juros maiores para financiar o endividamento público e o déficit em transações correntes, na medida em que o mundo deverá operar com um patamar superior de taxa de juros e perceber mais risco em relação ao Brasil.

#### Economia Brasileira

Com um cenário externo mais ou menos definido para o ano de 2015, as incertezas para os investidores locais dependem muito mais de quais serão as escolhas em termos de política econômica e qual o ambiente político para implementá-la.

O Brasil precisa implementar uma política econômica capaz de recuperar a capacidade de crescimento, controlar a inflação, reequilibrar as contas públicas e aumentar o nível de investimento, principalmente em infraestrutura. Todos estes desafios precisam ser implementados num cenário externo menos propenso a aumentar o fluxo de capitais para os países emergentes.

Neste momento os investidores demonstram muita angústia em relação à formação da nova equipe econômica, por conta de uma campanha eleitoral polarizada, tendo como um dos principais centros de discussão a política econômica.

As apostas sobre a condução da política econômica recaem sobre a maior quantidade de cenários possíveis, indo de um cenário extremamente otimista, uma espécie de "Sonho de Mercado", onde o segundo mandato seria formado por uma equipe econômica altamente ortodoxa, capaz de dar um choque de credibilidade, recuperar o equilíbrio fiscal e a autonomia do Banco Central, trabalhando para diminuir o gasto público, trazer a inflação para o centro da meta e estimular os mecanismos de financiamento de mercado. Num outro extremo, existe o "Pesadelo Bolivariano", a política econômica seria conduzida por mecanismos heterodoxos, nacionalistas, protecionistas e com aumento da participação estatal na economia, que nos levaria a um descontrole inflacionário e a uma dificuldade de financiamento externo.

No entanto, o cenário mais provável encaminha-se para um cenário intermediário, que poderia ser chamado de "Entre o Sonho e a Realidade". Neste cenário, a política econômica seria conduzida por uma agenda mínima, que nos levaria a fazer os ajustes para impedir uma deterioração das variáveis macroeconômicas, sem recuperar com vigor o ritmo de crescimento e com uma inflação persistente, distribuição de incentivos aos setores "eleitos" como estratégicos, atraindo algum investimento. Desta forma, a política monetária e fiscal será administrada de forma a impedir uma aceleração da inflação, mas sem a convicção de trazê-la para a meta. Na visão do mercado internacional, o Brasil não perde o grau de investimento na revisão de rating, mas sofre um downgrade.

Para os investidores, especialmente os RPPS, o que mais vai importar é o comportamento da política monetária, fiscal e cambial e seus reflexos sobre os principais investimentos.

O gráfico a seguir mostra que a média móvel do IPCA está persistente no teto na meta e pelo cenário esperado é muito difícil acreditar que a inflação possa regredir no curto prazo para o centro da meta.

Já em relação à taxa SELIC, acredita-se que a equipe econômica irá estender o aperto monetário no ritmo necessário para impedir qualquer aceleração inflacionária no ano de 2015. Desta forma, o mercado acredita que o ciclo de alta pode atingir um pico entre 12 e 12,5%, antes que se inicie o novo ciclo de baixa.

Todavia, o ritmo de ajuste de política monetária dependerá do cenário externo, principalmente do quanto uma eventual desvalorização na taxa de câmbio irá contaminar as pressões da inflação interna, podendo o ciclo de alta se elevar um pouco mais e o

momento do início do ciclo de queda ser retardado.

Em termos de estratégia de investimentos, o eventual aperto monetário além do previsto, bem como o retardamento do afrouxamento monetário deve indicar aos gestores que o momento de capturar ganhos com uma eventual elevação do IMA-B deve ser monitorado com o comportamento do cenário externo vis-à-vis seus reflexos sobre a economia local. É provável que eventuais apostas no IMA-B poderão fazer algum sentido somente a partir do segundo semestre do ano.

Para melhor traduzir as expectativas do mercado de forma mais concreta, o quadro a seguir apresenta as projeções do Relatório Focus de 31 de outubro de 2014.

Projeções de Indicadores Macroeconômicos – 2015	
Indicador	2015
PIB (%)	1,00
Setor Externo	
Saldo Comercial (US\$ bilhão)	7,24
Déficit em Transações Correntes (US\$ bilhão)	75,00
Investimento Estrangeiro Direto (US\$ bilhão)	60,00
Inflação	
IPCA	6,32
INPC	6,32
Câmbio	
Final de Período (R\$)	2,55
Juros	
Fim de Período (% a.a.)	12,00

Vale ainda destacar que o comportamento dos cenários, tanto interno como externo, irá impactar o fluxo de recursos para o mercado de ações, de maneira que, no momento atual, é pouco provável a retomada do fluxo externo para o mercado de ações com consistência.

Assim, para aqueles que estão posicionados no mercado de ações, nos parece que o mais adequado é manter as posições, pois mesmo com um pouco mais volatilidade, o mercado de ações ainda é atrativo e o risco de manter a posição tende a ser compensador vis-à-vis à possibilidade de valorização no médio e longo prazo.

Finalmente, o comportamento dos fundos imobiliários tende a ser influenciado por duas variáveis principais: a primeira está ligada à composição da carteira do fundo e sua sensibilidade em relação ao comportamento da economia, ou seja, quanto mais diversificada for a carteira melhor, menos sensíveis às mudanças mais abruptas no cenário; o segundo fator é a volatilidade da cota no mercado secundário em função dos movimentos de aperto monetário. Assim, o investidor deve preferir fundos imobiliários com carteira diversificada e que possuam elevada liquidez no mercado secundário, pois estes fundos terão um processo de formação de preço mais eficiente e menos volátil.

Na tentativa de auxiliar o processo de tomada de decisão de alocação de ativos será apresentado um conjunto de estimativas de retorno para os principais benchmarks do mercado brasileiro. Estas estimativas foram geradas com o auxílio do sistema de otimização de carteiras da Economatica - software específico de mercado de capitais, tendo o retorno médio como estimador do retorno futuro. Assim, tomou-se por base a amostra dos retornos dos últimos 120 meses, considerando como base o retorno diário para os últimos 36 meses e, para os demais meses, retornos semanais. O retorno estimado do ativo será o retorno médio e o risco será o desvio padrão da amostra.

**4. META DE RENTABILIDADE PARA 2015**

Em linha com sua necessidade atuarial, o IPREVI-HO estabelece como meta, que a rentabilidade anual da carteira de investimentos do regime previdenciário alcance desempenho equivalente a 5,75% (cinco inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) acrescida da variação do INPC (Índice Nacional de Preço do Consumidor) divulgado pelo IBGE.

**5. MODELO DE GESTÃO**

Para que todas as decisões de investimentos e desinvestimentos sejam tomadas internamente sem interferência de agentes externos, o IPREVI-HO adota o modelo de gestão própria em conformidade com o artigo nº 15, parágrafo 1º, inciso I da Resolução 3.922/10 do Conselho Monetário Nacional.

**6. ESTRATÉGIAS DE INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS**

Os cenários e projeções econômicas para o ano de 2015 exigem que o RPPS, a fim de cumprir com seu objetivo de rentabilidade, atue de maneira dinâmica aproveitando da melhor maneira as oportunidades existentes no mercado financeiro. Desta forma, a estratégia de investimento e desinvestimento levará em consideração dois aspectos: a expectativa de rentabilidade e o risco associado ao produto. A partir da análise do cenário macroeconômico de curto e médio prazo, da avaliação dos riscos e das possibilidades de retorno, o Gestor Financeiro do RPPS efetuará os investimentos ou desinvestimentos dentre as diferentes classes de ativos, ouvido o Comitê de Investimentos.

Todavia, os recursos recebidos no período compreendido entre as reuniões do Comitê de investimentos, serão aplicados em produtos onde o regime previdenciário já possua investimentos anteriores e nas mesmas instituições financeiras que receberam os recursos. Tais atos deverão ser analisados pelo Comitê de Investimentos, na próxima reunião deste.

Os investimentos dentro da carteira de cada fundo são definidos pelo seu gestor, com base nas metodologias utilizadas internamente pela instituição administradora de recursos, as quais deverão observar os princípios estabelecidos pela Resolução nº. 3.922/2010 do Conselho Monetário Nacional.

É importante considerar que num cenário de aumento da taxa de juros básicos (SELIC), conforme é exposto na presente, o gestor de recursos do IPREVI-HO DE HERVAL D'OESTE deverá dar ênfase aos investimentos referenciados em CDI, IDKA2, IRF-M1, IDKA/IPCA, em fundos multimercado e fundos referenciados em índices de renda variável, a fim de que a sua meta atuarial para 2015 possa ser atingida e cuja projeção é 12,43%, para um INPC de 6,32% a.a e taxa de juros de 12,00% a.a., conforme projeção do Relatório Focus do Banco Central em 21.11.2014 .

A estimativa de rentabilidade do segmento de renda fixa considera a obtenção de performance equivalente a 105% do CDI. A estimativa de rentabilidade da carteira de renda variável foi obtida através da expectativa que a Bolsa Brasileira alcance 57.000 pontos ao final do ano, o que equivale a 9,61% ao ano de rentabilidade. Os desinvestimentos ou resgates das cotas dos fundos de investimento serão realizados quando apresentarem desempenho inferior ao mercado, que seu regulamento tenha sido alterado de forma a ficar em desacordo com os termos da Resolução CMN nº. 3.922/2010 ou da Política de Investimento e no caso em que na composição de sua carteira venham a constar ativos considerados inadequados pela administração do IPREVI-HO DE HERVAL D'OESTE/SC.

**7. ESTRUTURAS E LIMITES**

A Resolução 3922/2010 do Conselho Monetário Nacional estabelece que os recursos sejam alocados, exclusivamente, nos segmentos de: Renda Fixa, Renda Variável e Imóveis. Neste sentido, cumprindo com o disposto pelo Conselho Monetário Nacional as aplicações do RPPS serão alocadas, nos segmentos de Renda Fixa e Variável, obedecendo aos seguintes limites:

LIMITE DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS	Resolução 3922	Limite Máximo
Renda Fixa	100%	100%
I (a) - Títulos Públicos Federais	100%	0%
I (b) - Cotas de Fundos de Investimentos exclusivamente TTN	100%	100%
II - Operações compromissadas	15%	0%
III - Cotas de Fundos de Investimentos classificados como Renda Fixa ou Referenciados em IMA ou IDKA	80%	80%
IV - Cotas de Fundos de Investimentos classificados como Renda Fixa ou Referenciados em indicadores de renda fixa	30%	30%
V - Depósitos em Poupança	20%	0%
VI - Cotas de Fundos Investimentos em Direitos Creditórios - Abertos	15%	0%
VII (a) - Cotas de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - Fechados	5%	0%
VII (b) - Cotas de Fundos de Renda Fixa ou Referenciados - Crédito Privado.	5%	5%
Renda Variável	30%	30%
I - Cotas de Fundos de Investimento Referenciados em Ações	30%	10%
II - Cotas de Fundos de Investimentos em fundos de índice de Ações	20%	10%
III - Cotas de fundos de Investimentos em Ações	15%	10%
IV - Cotas de Fundos de Investimentos Multimercados	5%	5%
V - Cotas de Fundo de Investimentos em Participações	5%	0%
VI - Cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários	5%	5%
Total		255%

**8. VEDAÇÕES****8.1 Gerais**

Os recursos do regime previdenciário serão aplicados em conformidade com a Resolução 3922/2010 do Conselho Monetário Nacional e as disposições desta Política de Investimentos, não sendo possível aos gestores:

- Adquirir títulos públicos federais que não sejam registrados no sistema SELIC;
- Aplicar recursos em cotas de fundos de investimento cuja atuação em mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido, inclusive os Fundos Multimercados;
- Na negociação de títulos públicos, realizar operações denominadas Day trade;
- Adquirir cotas de FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios) cuja carteira contenha, direta ou indiretamente, direitos creditórios em que o ente federativo figure como devedor ou preste fiança, aceite, aval ou coobrigação sob qualquer outra forma ou, adquirir cotas de fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados;
- Atuar em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos na Resolução 3922/2010 do Conselho Monetário Nacional;

- Possuir mais de 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido de um mesmo fundo independentemente do segmento (renda fixa/renda variável);
- Alocar mais de 20% (vinte por cento) dos recursos do regime previdenciário, em cotas de um mesmo fundo, exceto quando tratar-se de produtos com benchmark IMA ou IDKa formados unicamente por Títulos do Tesouro Nacional.
- Fundos de Renda Fixa - Serão efetuadas aplicações apenas em fundos cujas carteiras contenham, exclusivamente, ativos classificados como de baixo risco de crédito, por agência classificadora de risco em funcionamento no país.
- Adotar outras modalidades expressamente vedadas pela presente Política de Investimentos e na Resolução 3922/10 do Conselho Monetário Nacional.
- Pagar taxa de performance, quando o resultado do valor da aplicação for inferior ao seu valor nominal inicial ou ao valor na data da última cobrança.

## 8.2 Específicas

Nos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, ficam vedadas as aplicações em fundos que gerem iliquidez a carteira do regime previdenciário com prazo maior do que 90 (noventa) dias, exceto:

- 1) Fundos de Investimentos Imobiliários - FII's - desde que cumpridos todos os requisitos de análise e ouvido o Comitê de Investimentos, quando o valor a ser investido ultrapassar a 50% (cinquenta por cento) do percentual do segmento (2,5% - dois e meio por cento).
- 2) Fundos de Investimentos Multimercados - FIM - desde que cumpridos todos os requisitos de análise e ouvido o Comitê de Investimentos.

- 5) Fundos de Investimentos em Ações - FIA - desde que cumpridos todos os requisitos de análise e ouvido o Comitê de Investimentos.
- 6) Fundos de Investimentos denominados de Crédito Privado - desde que cumpridos todos os requisitos de análise e ouvido o Comitê de Investimentos, quando o valor a ser investido ultrapassar a 50% (cinquenta por cento) do percentual do segmento (2,5% - dois e meio por cento). As aplicações em fundos de investimentos denominados de crédito privado, subordinam-se que os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem suas carteiras ou respectivos emissores sejam considerados de baixo risco de crédito, com base, dentre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País.

## 9. SELEÇÃO DE ATIVOS E FUNDOS

A seleção dos produtos é de competência do Gestor Financeiro do RPPS, que ouvirá o Comitê de Investimentos e analisará os seguintes aspectos:

- Rentabilidade em relação benchmark;
- Volatilidade;
- Índices de eficiência;
- Regulamento, evidenciando as características, natureza e enquadramento do produto na Resolução 3922/2010 do Conselho Monetário Nacional e análise do relatório de agência de risco (se houver);
- As aplicações que apresentem prazos para desinvestimento, taxa de saída ou outro tipo de cobrança que onerem o RPPS, inclusive prazos de carência e para conversão de cotas de fundos de investimentos, deverão ser precedidas de análise do Comitê de Investimentos e anuência do responsável legal pelo RPPS, evidenciando a sua compatibilidade com as obrigações presentes e futuras do regime.
- Os fundos de investimento onde os recursos do IPREVI-HO DE HERVAL D'OESTE/SC forem alocados serão avaliados levando em consideração a sua performance, risco e composição de sua carteira. O "benchmark" mínimo para o segmento de renda fixa é o CDI - Certificado de Depósito Interbancário, enquanto que para o segmento de renda variável é o IBOVESPA. O monitoramento de nível de exposição de risco no segmento de renda fixa será

o "Value at Risk" (VaR). Para avaliação do segmento de renda variável será adotada a métrica "Tracking Error", que corresponde à volatilidade da diferença entre o retorno de um ativo e seu "benchmark".

### 9.1 Credenciamento das Instituições Financeiras

O credenciamento das Instituições Financeiras é requisito prévio para as alocações de recursos do regime de previdência.

### 9.2 Aberturas das Carteiras, Rating dos Ativos.

9.2.1 Os investimentos em cotas de fundos, independente do segmento, ficam condicionados a prévia análise de carteira de ativos onde seja possível examinar, ao menos, o nome dos ativos, os vencimentos, as taxas de negociação, o valor de mercado dos ativos bem como seu percentual de distribuição.

### 9.3 Rating das Instituições

De acordo com Artigo 15, parágrafo 2º da Resolução 3922/2010 do Conselho Monetário Nacional, o RPPS somente poderá aplicar recursos do regime previdenciário em cotas de fundo de investimento geridos por instituição financeira e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerada, pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social, com base, dentre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como:

I - de baixo Risco de Crédito.

II - de Boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.

## 10. DA TRANSPARÊNCIA

O IPREVI-HO busca por meio da sua Política de Investimentos, estabelecer critérios de transparência e governança em seus processos internos de investimentos. Desta forma, foram definidos procedimentos para divulgação das informações relativas aos investimentos do regime previdenciário.

### 10.1 Disponibilização dos Resultados

- Disponibilizar aos segurados do RPPS a íntegra desta Política de Investimentos, bem como quaisquer alterações que vierem a ser efetuadas em até 30 dias após a aprovação, conforme Portaria MPAS 519 de 24 de agosto de 2011;

- Disponibilizar aos segurados do RPPS, no prazo de até 30 dias após o encerramento do mês, a composição da carteira de investimentos do RPPS;

- Trimestralmente, disponibilizar aos segurados do RPPS, e enviar ao Conselho Administrativo o relatório de gestão que evidencie detalhadamente a rentabilidade, os riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do RPPS e a aderência à política anual de investimentos e suas revisões.

### 10.2 Disponibilização das informações

- Disponibilizar aos segurados do RPPS as informações contidas nos formulários APR - Autorização de Aplicação e Resgate, no prazo de até trinta dias, contados da respectiva aplicação ou resgate;
- Disponibilizar aos segurados do RPPS: os procedimentos de seleção das eventuais entidades autorizadas e credenciadas; as informações relativas ao processo de credenciamento de instituições para receber as aplicações dos recursos do RPPS; e, relação das entidades credenciadas para atuar com o RPPS e respectiva data de atualização do credenciamento;
- Disponibilizar aos segurados do RPPS informações sobre as datas e locais das reuniões dos órgãos de deliberação colegiada e do Comitê de Investimentos.

## 11. DISPOSIÇÕES GERAIS

A presente Política de Investimentos foi elaborada e planejada para orientar as aplicações de investimentos para o exercício de 2015, consideradas as projeções macro e microeconômicas no intervalo de doze meses. As revisões extraordinárias, quando houver necessidade de ajustes perante o comportamento/conjuntura do mercado e/ou alteração da legislação, deverão ser justificadas,

aprovadas e publicadas. As estratégias macro, definidas nesta política deverão ser integralmente seguidas pelo Gestor Financeiro que seguindo critérios técnicos estabelecerá as diretrizes de alocação específicas, de curto e médio prazo, para a obtenção da meta atuarial. Serão levadas ao Conselho Administrativo, para avaliação e deliberação, as alterações deste documento. A Política de Investimentos do RPPS foi aprovada através da Ata da Reunião Ordinária do Conselho Administrativo, realizada em 18 de dezembro de 2014, disciplinada pela Resolução 3922/2010 do Conselho Monetário Nacional e seu prazo de vigência compreende o período de 01/01/2015 até 31/12/2015.

Herval D'Oeste, 18 de dezembro de 2014

# Ibiam

## PREFEITURA

### PL 076

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 076/2014  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2014  
SRP 026/2014

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para registro de preços visando futuras possíveis aquisições de forma parcelada e pelo período de doze meses de materiais impressos, para o FMS de Ibiam.

Entrega dos envelopes: 09/01/2015 até às 08:00 horas

Abertura dos envelopes: 09/01/2015 às 10:00 horas

Tipo de Avaliação: Menor Unitário

Base legal: lei 10.520/02, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06, LC 0147/2014.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:00 às 13:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0\*\*49)534-0044.

Ibiam, 19 de Dezembro de 2014.

Clovis José Busatto

Prefeito Municipal de Ibiam

### PL 080

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 080/2014  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2014  
SRP 027/2014

O MUNICIPIO DE IBIAM/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para registro de preços visando futuras possíveis aquisições de forma parcelada e pelo período de doze meses de serviços de dedetização, desratização e outros, nos prédios públicos do Município de Ibiam, para o período de doze meses.

Entrega dos envelopes: 09/01/2015 até às 13:00 horas

Abertura dos envelopes: 09/01/2015 às 16:20 horas

Tipo de Avaliação: Menor Unitário

Base legal: lei 10.520/02, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06, LC 0147/2014.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:00 às 13:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0\*\*49)534-0044.

Ibiam, 19 de Dezembro de 2014.

Clovis José Busatto

Prefeito Municipal de Ibiam

**PL 75**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2014  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2014  
SRP 025/2014

O MUNICÍPIO DE IBIAM/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para registro de preços visando futuras possíveis aquisições de forma parcelada e pelo período de doze meses de materiais impressos, para a Prefeitura de Ibiã.

Entrega dos envelopes: 09/01/2015 até às 08:00 horas

Abertura dos envelopes: 09/01/2015 às 08:20 horas

Tipo de Avaliação: Menor Unitário

Base legal: Lei 10.520/02, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06, LC 0147/2014.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiã, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:00 às 13:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0\*\*49)534-0044.

Ibiã, 19 de Dezembro de 2014.

Clovis José Busatto

Prefeito Municipal de Ibiã

**PL 77**

MUNICÍPIO DE IBIAM  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2014

O MUNICÍPIO DE IBIAM/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL para contratação de pessoa jurídica para manutenção de computadores, redes de internet e afins para o ano de 2015.

Entrega dos envelopes: 09/01/2015 até às 11:00 horas

Abertura dos envelopes: 09/01/2015 às 11:30 horas

Tipo de Avaliação: Menor Preço por Item

Base legal: Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiã, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:00 às 13:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0\*\*49)534-0044.

Ibiã, 19 de Dezembro de 2014.

Clovis José Busatto

Prefeito Municipal de Ibiã

**PL 78**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 078/2014  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 010/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Tomada de Preço para contratação de serviços de coleta e destinação final de lixo urbano do Município de Ibiã, para o ano de 2015.

Entrega dos envelopes: 09/01/2015 até às 13:00 horas

Abertura dos envelopes: 09/01/2015 às 13:30 horas

Tipo de Avaliação: Menor Preço Global. Base legal: Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiã, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:00 às 13:00 , na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone

(0\*\*49)534-0044.

Ibiã, 19 de Dezembro de 2015.

Clovis José Busatto

Prefeito Municipal de Ibiã

**PL 79**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079/2014  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 011/2014

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE IBIAM/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Tomada de Preço para contratação de serviços de coleta e destinação final de lixo Hospitalar do Município de Ibiã, para o ano de 2015.

Entrega dos envelopes: 09/01/2015 até às 13:00 horas

Abertura dos envelopes: 09/01/2015 às 14:45 horas

Tipo de Avaliação: Menor Preço Global. Base legal: Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiã, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:00 às 13:00 , na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0\*\*49)534-0044.

Ibiã, 19 de Dezembro de 2015.

Clovis José Busatto

Prefeito Municipal de Ibiã

**Ilhota****PREFEITURA****AVISO PRG 015 - 2014 FME - FMS (DESERTA)**

AVISO  
PREGÃO PRESENCIAL 015/2014 - FME - FMS

O PREGOEIRO OFICIAL E A COMISSÃO DECLARA DESERTA O PREGÃO PRESENCIAL 015/2014 FME - FMS, PELO NÃO COMPARECIMENTO DE NENHUM LICITANTE PARA O CERTAME, DE ACORDO COM A LEI 10.520/02, LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES. Ciência aos interessados, observados as prescrições legais pertinentes.

19 de Dezembro de 2014.  
ALEX MIRANDA  
Presidente de Comissão

**Imbituba****PREFEITURA****PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2014 (PMI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
COMUNICAÇÃO:

A Prefeitura Municipal de Imbituba através da sua Pregoeira Oficial comunicam que fica suspensa por tempo indeterminado o Processo Licitatório 173/2014 - Pregão Presencial 103/2014, para análise de Impugnação interposto tempestivamente pelas empresas João Luiz Pellegrin e Imbituba Comercio de Derivados de Petróleo Ltda.

Imbituba, 22 de dezembro de 2013.  
Michelle Francine Pereira de Oliveira de Souza  
Pregoeira Oficial

**PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2014 (PMI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
COMUNICAÇÃO:

A Prefeitura Municipal de Imbituba através da sua Pregoeira Oficial comunicam que fica suspensa por tempo indeterminado o Processo Licitatório 174/2014 - Pregão Presencial 104/2014, para análise de Impugnação interposto tempestivamente pelas empresas João Luiz Pellegrin e Imbituba Comercio de Derivados de Petróleo Ltda.

Imbituba, 22 de dezembro de 2013.  
Michelle Francine Pereira de Oliveira de Souza  
Pregoeira Oficial

**PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2014 (SEMUSA)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
SEMUSA  
COMUNICAÇÃO:

A Prefeitura Municipal de Imbituba através da sua Pregoeira Oficial comunicam que fica suspensa por tempo indeterminado o Processo Licitatório 49/2014 - Pregão Presencial 36/2014, para análise de Impugnação interposto tempestivamente pelas empresas João Luiz Pellegrin e Imbituba Comercio de Derivados de Petróleo Ltda.

Imbituba, 22 de dezembro de 2013.  
Michelle Francine Pereira de Oliveira de Souza  
Pregoeira Oficial

# Indaial

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 266/2014

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 266/2014

CONTRATADA: AMUSPE - ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente Termo, a contratação de apresentação artística do grupo musical Irmãos Fiebes, no evento Natal em Indaial, que ocorrerá no dia 12 de dezembro de 2014.

PRAZO: 12 de dezembro de 2014 a 20 de dezembro de 2014.

ASSINATURA: 12/12/2014.

### CONTRATO Nº 267/2014

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 267/2014

CONTRATADA: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA)

OBJETO DO CONTRATO: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Indaial no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PRAZO: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

ASSINATURA: 19/12/2014

### DECRETO Nº 1207/14

DECRETO Nº 1207/14

De 19 de dezembro de 2014

Altera decreto 978/2014 -RECONHECE DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR alterando Decreto 978/2014

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, Lei 4928/13 e demais dispositivos legais em vigor, DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º do Decreto 978/2014, reconhecendo a despesa abaixo, não empenhada no Exercício Anterior, no orçamento da Fundação Indaialense de Cultura - FIC, passando a vigorar com a seguinte redação:

EMPENHO	O.U.	P.A.	ELEMENTO	VINCULO	DATA EMP	CREDOR	VALOR	RETENÇÃO	VALOR LÍQUIDO
340/2014	41.01	2650	31919213000000	1000000	16/07/2014	Folha de Pagamento Indaprev - Inst. Após. Pens.Serv. Publ. Indl	925,25	0,00	925,25
681/2014	41.01	2650	31919213000000	1000000	19/12/2014	Indaprev - Inst. Após. Pens.Serv. Publ. Indl	711,83	0,00	711,83
341/2014	41.01	2650	31909211000000	1000000	16/07/2014	Indaprev - Inst. Após. Pens.Serv. Publ. Indl.	711,83	711,83	0,00
Nota Extra	O.U.	CONTA RETENÇÃO	CREDOR	VINCULO	VALOR	RETENÇÃO	VALOR LÍQUIDO		
149/2014	41.01	697	Indaprev - Inst. Apos.Pens.Serv. Publ. Indl.	1000000	711,83	0,00	711,83		

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial, em 19 de Dezembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Portaria em 19 de Dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1208/14

. DECRETO Nº 1208/14

. De 19 de dezembro de 2014

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2014 na FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 4928/13,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3,19 (três reais e dezenove centavos) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	Vínculo	Valor
40.001.0027.0812.0040.260 1.3339000000000000	030000000	3,19

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2013.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial em 19 de dezembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 19 de dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1209/14

. DECRETO Nº 1209/14

. De 19 de dezembro de 2014

Anula e Suplementa no Orçamento da Prefeitura Municipal de Indaial.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e considerando a Lei 4.928/13, DECRETA,

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 201.000,00 (duzentos e um mil reais) da Dotação Orçamentária abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
02.001.0004.0122.00 02.2021.3339000000 00000	010000000	101.000,00
05.001.0012.0365.00 05.2102.3319000000 00000	010100000	100.000,00

Artigo 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento da MUNICIPIO DE INDAIAL a seguinte dotação:

Dotação	Vínculo	Valor
02.001.0004.0122.00 02.2021.3319000000 00000	010000000	101.000,00
05.001.0012.0365.00 05.2102.3319100000 00000	010100000	100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 19 de dezembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 19 de dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1210/14

. DECRETO Nº 1210/14

. De 19 de dezembro de 2014

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2014 no FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 4.928 de 20 de dezembro de 2013.

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT do RH – FOLHA DE PAGTO – FUNDO DE SAÚDE.
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03711002	ESF - Estado - E.A.
	Valor: ( 60.000,00 )
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

30.001.0010.0302.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0302.0030.2445	MANUT.CONVENIOS/CONTRATOS SERV. ESPECIAL EM SAÚDE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03000000	RECURSOS ORDINÁRIOS
	Valor: ( 27.000,00 )

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2013.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 19 de dezembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 19 de dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1211/14

. DECRETO Nº 1211/14

. De 19 de dezembro de 2014

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2014 no MUNICIPIO DE INDAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 4.928/13,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.037,10 (dez mil e trinta e sete reais e dez centavos) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
09.002.0015.0182.00		
09.2238.3449000000	03000002	10.037,10
00000		

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2013.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 19 de dezembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 19 de dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1212/14

. DECRETO Nº 1212/14

. De 19 de dezembro de 2014

Abre Crédito Adicional Especial Suplementar no Orçamento de 2014 no MUNICIPIO DE INDAL, provenientes de provável Excesso de Arrecadação.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 4928/13,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDAL, Crédito Adicional Especial Suplementar no valor de R\$ 1.146.793,61 (Hum milhão e cento e quarenta e seis mil e setecentos e noventa e três reais e sessenta e um centavos) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0365.00		
05.2102.3319000000	01180000	401.604,18
00000		
05.001.0012.0361.00		
05.2101.3319000000	01180000	745.189,43
00000		

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de provável Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 19 de dezembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 19 de dezembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

### EDITAL Nº 30/2014 - PAVIMENTAÇÃO - SISTEMA MUTIRÃO DA RUA SÃO VICENTE - ETAPA I.

Indaial, 15 de dezembro de 2014

EDITAL Nº 30/2014

O Prefeito de Indaial, Sérgio Almir dos Santos, torna público de acordo com o estabelecido na Lei Complementar Municipal 079/2007, Leis Municipais 4580/2011, 4841/2013 e 4913/2013 e Decretos Municipais nºs 2475/2012 e 1184/2014 orçamento contendo custos da pavimentação Asfáltica - Sistema Mutirão - da Rua São Vicente - etapa I, Bairro João Paulo II, totalizando 1.027,86 m² de pavimentação asfáltica e 248,82 metros lineares de testadas com meio-fio de concreto, importando a obra em R\$ 182.013,10 (cento e oitenta e dois mil, treze reais e dez centavos), iniciando na propriedade de Elzira Pittak, pelo lado direito e de RH Empreendimentos Imobiliários Ltda pelo lado esquerdo; terminando nas propriedades de RH Empreendimentos Imobiliários Ltda pelos lados direito e esquerdo.

MEMORIAL DESCRITIVO

#### 1. SERVIÇOS PRELIMINARES

- 1.1 - C olocação de placa informativa para sinalização da obra;
- 1.2 - Demolição, limpeza e transporte de entulho;

- 1.3 - Desmatamento, destoca e limpeza de vegetação;
- 1.4 - Terraplenagem;
- 1.4.1 - Escavação mecânica der material;
- 1.4.2 - Carga, manobra e descarga de materiais;
- 1.4.3 - Transporte de material com caminhão basculante;
- 1.4.4 - Compactação de aterro a 95% proctor normal;
- 1.5 - Drenagem pluvial;
- 1.5.1 - Escavação, descarte e remoção de materiais;
- 1.5.2 - Fornecimento e assentamento de tubos de concreto;
- 1.5.3 - Reaterro de vala, carga e descarga;
- 1.5.4 - Colocação de caixa coletora;

## 2. PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

- 2.1 - Pavimentação Asfáltica Tráfego Leve:
- 2.1.1 - Regularização e compactação do subleito;
- 2.1.2 - Base de brita graduada e = 15cm;
- 2.1.3 - Imprimação impermeabilizante com CM 30;
- 2.1.4 - Pintura de ligação com RR 2C;
- 2.1.5 - Capa de Concreto Betuminoso Usinado à Quente (CBUQ) e = 5cm;

## 3. SERVIÇOS COMPLEMENTARES:

- 3.2.1 - Meio-fio concreto moldado In Loco (10x20x20cm);
- 3.2.2 - Reposição de pavimentação
- 3.2.3 - Enleivamento de taludes com grama;
- 3.2.4 - Muros e cercas

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	UNIT.	TOTAL R\$
1. SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1 – C olocação de placa informativa para sinalização da obra;	m2	3,00	251,51	754,53
1.2 – Demolição, limpeza e transporte de entulho	m3xkm	764,00	8,46	6.4656,66
1.3 Desmatamento, destoca e limpeza de vegetação	m2	1.800,00	0,41	738,00
1.4.1 – Escavação mecânica de materiais	m3	3.716,00	4,25	15.656,65
1.4.2 – Carga, manobra e descarga de materiais	t	6.836,32	0,56	3.828,34
1.4.3 – Transporte de material com caminhão basculante	txkm	38.138,94	0,41	15.636,97
1.4.4 – Compactação de aterro a 95% proctor normal	m3	1.662,13	3,08	5.119,37
1.5.1 – Escavação, descarte e remoção de materiais	m3	392,00	8,90	3.499,85
1.5.2 – Pranchão de madeira	m	146,67	4,96	727,49
1.5.3 – Lastro de brita	m3	10,08	109,30	1.101,75
1.5.4 – Tubo de concreto simples diâmetro 30 cm	m	42,00	36,50	1.533,00
1.5.5 – Tubo de concreto simples diâmetro 40 cm	m	63,34	49,31	3.123,30
1.5.6 – Tubo de concreto armado diâmetro 60 cm	m	21,00	125,89	5.287,38
1.5.7 – Escavação de material de 2ª categoria	m3	300,91	3,03	911,76
1.5.8 – Carga e descarga de material de reaterro	t	553,67	10,27	5.683,94
1.5.9 – caixas coletoras	unid	9,00	604,14	5.437,33
1.5.10 – Caixas de ligação	unid	8,00	824,97	6.599,74
2. PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA				
2.1 – Pavimentação Asfáltica 2.1.1 – Regularização e compactação do subleito; 2.1.2 – Base de brita graduada e = 15cm; 2.1.3 – Imprimação impermeabilizante com CM 30; 2.1.4 – Pintura de ligação com RR 2C; 2.1.5 – Capa de Concreto Betuminoso Usinado à Quente (CBUQ) e = 5cm;	m²	1.027,86	75,50	77.603,43
3 – SERVIÇOS COMPLEMENTARES				
3.1 – Meio-fio concreto moldado In Loco (10x20x20cm); 3.2 – Fornecimento de tubo PVC PBA 50 mm para rede d´água potável;	ml	248,820	49,50	12.316,59
3.3.1 – Enleivamento dos taludes com grama	m2	876,00	6,73	5.895,48
3.3.2 – Reposição de pavimentação em bloco intertravado	m2	45,00	22,48	1.012,29

3.4.1 – Forma de pinho/chapa resinada	m2	69,34	44,06	3.055,13	
3.4.2 – Concreto fck	m3	4,16	356,73	1.484,01	
3.4.3 – Armação de aço CA 50/60	kg	204,66	7,18	1.471,62	
3.4.4 – Cerca com mourões de concreto alambrado	m2	40,00	96,03	3.841,20	
TOTAL GERAL ITENS 1, 2 e 3			R\$	182.013,10	
2. CUSTOS DA OBRA					
2.1 Participações dos moradores				54.767,22	
.2 – Participações do Poder Público					
2.2.1 – Testadas/Embocamentos/Área Verde				35.152,81	
2.2.2 - Infraestrutura e melhorias				92.093,07	
TOTAL ITEM =		R\$		182.013,10	
DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS POR PROPRIETÁRIOS					
		ÁREA	TESTADA		
PROPRIETÁRIOS		(m²)	(m)	TOTAL	
		ÍTEM 01	ÍTEM 02	R\$	
Lado Direito					
Município de Indaial – Lei 4913/2013, artigo 2º.		119,44	29,86	10.495,79	
Município de Indaial – Lei 4913/2013, artigo 2º.		252,60	63,15	22.197,23	
RH Empreendimentos Imobiliários Ltda		109,60	27,40	9.631,10	
Lado Esquerdo					
RH Empreendimentos Imobiliários Ltda		513,64	128,41	45.136,12	
Município de Indaial – área pública		32,58		2.459,79	
TOTAL		1.027,86	248,82	89.920,03	

Ficam notificados todos os proprietários beneficiados, supra mencionados, que não aderiram ao sistema mutirão para, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar quaisquer elementos dos custos apresentados.

#### MODALIDADE DE PAGAMENTO

1. Vencimento 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação para pagamento total ou 1ª parcela.
2. Em 12 (doze) parcelas, conforme artigo 9º da Lei 4580/2011, alterado pela Lei 4841/2013, incidindo juros de 1% (um por cento) ao mês sobre o saldo devedor, conforme Art. 407 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal) e artigo 9º da Lei 4580/2011, alterado pela Lei 4841/2013..
3. O não pagamento implicará:
  - 3.1 - MULTA: conforme Art. 458 e 459 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal).
  - 3.2 - JUROS: conforme Art. 62 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal) artigo 9º da Lei 4580/2011, alterado pela Lei 4841/2013
  - 3.3 - CORREÇÃO MONETÁRIA: conforme Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal).

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
PREFEITO

#### TERMO ADITIVO Nº 001 - CONTRATO Nº 004/2014

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 004/2014

TERMO ADITIVO Nº 001

CONTRATADA: IMOBILIÁRIA MAPA LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula segunda, do contrato original, que tem como objeto, a locação de um imóvel em alvenaria, com 01 pavimento, constituída de 01 suíte, 02 dormitórios, 02 salas, 01 copa/cozinha, 01 bwc social e garagem para 02 veículos, com área construída aproximada de 170,00 m² em terreno plano e murado, localizado à Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1.590 - Bairro dos Estados, para a instalação da Unidade de Educação Infantil dos Estados Tereza Luíza Lucini Tridapalli.

PRAZO: 01 de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

ASSINATURA: 15/12/2014.

**TERMO ADITIVO Nº 001 - CONTRATO Nº 128/2014**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 128/2014

TERMO ADITIVO Nº 001

CONTRATADA: BISSOM SONORIZAÇÃO LTDA ME.

OBJETO DO CONTRATO: Com fundamento na Lei nº 8.666/93, e suas alterações, justificativa e solicitação em anexo, as cláusulas terceira item 3.1. e quarta item 4.1, do contrato original, que tem como objeto a locação de estruturas de iluminação e sonorização de eventos, incluindo a montagem, operação dos equipamentos durante os eventos e a desmontagem, sonorização de rua para eventos e propaganda de rua, e palco móvel em caminhão, passam a vigorar da seguinte forma:

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO:**

3.1. Fica suprimido da tabela do contrato original lote 03, item 13, 02 (duas) horas, conforme quantitativos e especificações do quadro à seguir:

ITEM	QUANT	UNID	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNITÁRIO (EM R\$)	VALOR TOTAL (EM R\$)
LOTE 01					
01	03	Diária	Sistema 01 para sonorização de eventos.	1.000,00	3.000,00
02	06	Diária	Sistema 02 para sonorização de eventos.	1.000,00	6.000,00
03	02	Diária	Sistema 03 para sonorização de eventos.	1.000,00	2.000,00
04	02	Diária	Sistema 04 para sonorização de eventos.	1.000,00	2.000,00
05	01	Diária	Sistema 05 para sonorização de eventos.	1.000,00	1.000,00
06	03	Diária	Sistema 06 para sonorização de eventos.	1.000,00	3.000,00
07	02	Diária	Sistema 07 para sonorização de eventos.	1.000,00	2.000,00
08	01	Diária	Sistema 08 para sonorização de eventos.	1.000,00	1.000,00
09	03	Diária	Sistema 09 para sonorização de eventos.	1.000,00	3.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE 01:				R\$23.000,00	
LOTE 02					
10	02	Diária	Sistema 01 para sonorização de rua para eventos.	1.176,47	2.352,94
11	02	Diária	Sistema 02 para sonorização de rua para eventos.	2.107,84	4.215,68
12	100	Hora	Sistema para sonorização de rua – propaganda de rua.	34,10	3.431,00
VALOR TOTAL DO LOTE 02:				R\$9.999,62	
LOTE 03					
13	06	Diária	Palco móvel em caminhão.	2.487,50	14.925,00
VALOR TOTAL DO LOTE 03:				R\$14.925,00	

PRAZO: 03 de junho de 2014 até 03 de junho de 2015.

ASSINATURA: 15/09/2014.

**TERMO ADITIVO Nº 001 - CONTRATO Nº 133/2014**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 133/2014

TERMO ADITIVO Nº 001

CONTRATADA: SOM TRÊS ME.

OBJETO DO CONTRATO: Com fundamento na Lei nº 8.666/93, e suas alterações, justificativa e solicitação em anexo, as cláusulas terceira item 3.1. e quarta item 4.1, do contrato original, que tem com objeto do presente edital, a locação de estruturas de iluminação e sonorização de eventos, incluindo a montagem, operação dos equipamentos durante os eventos e a desmontagem, sonorização de rua para eventos e propaganda de rua, e palco móvel em caminhão, passam a vigorar da seguinte forma:

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO:**

3.1. Fica suprimido da tabela do contrato original lote 04, item 18, 01 (uma) hora, bem como o item 19, conforme quantitativos e especificações do quadro à seguir::

ITEM	QUANT	UNID	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNITÁRIO (EM R\$)	VALOR TOTAL (EM R\$)
LOTE 04					
14	03	Diária	Sistema 01 de iluminação de eventos.	2.095,84	6.287,52
15	01	Diária	Sistema 02 de iluminação de eventos.	1.509,53	1.509,53
16	01	Diária	Sistema 03 de iluminação de eventos.	1.509,54	1.509,54
17	03	Diária	Sistema 04 de iluminação de eventos.	1.547,31	4.641,93
18	02	Diária	Sistema 05 de iluminação de eventos.	1.526,53	1.526,53

PRAZO: 04 de junho de 2014 até 04 de junho de 2015.

ASSINATURA: 15/12/2014.

**TERMO ADITIVO Nº 001 - CONTRATO Nº 190/2014**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 190/2014

TERMO ADITIVO Nº 001

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO BANDA MUNICIPAL DE INDAIAL PREFEITO WERNER PABST.

OBJETO DO CONTRATO: Com fundamento na Lei nº 8.666/93, e suas alterações, justificativa e solicitação em anexo, as cláusulas terceira item 3.1. e quarta item 4.1, do contrato original, que tem com objeto a contratação da Banda Municipal de Indaial Prefeito Werner Pabst, para a apresentação nos seguintes eventos: "Concertos Didáticos", "Desfile Cívico", "Palco Móvel da Primavera", "Festival da Primavera", "Palco Móvel da Cultura", "Abertura do Natal em Indaial", "Palco Móvel de Indaial", totalizando 23 (vinte e três) apresentações.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO:**

3.1. Fica suprimido da tabela do contrato original o item 14, conforme quantitativos e especificações do quadro à seguir:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
01	02	Unid.	Apresentação da Banda Municipal de Indaial Prefeito Werner Pabst no Concerto de Didático acontecerá no mês de julho/2014.
02	01	Unid.	Apresentação da Banda Municipal de Indaial Prefeito Werner Pabst, que acontecerá no mês de agosto/2014.
03	02	Unid.	Apresentação da Banda Municipal de Indaial Prefeito Werner Pabst acontecerão no mês de agosto/2014.
04	01	Unid.	Apresentação da Banda Municipal de Indaial Prefeito Werner Pabst no Festival Polonês acontecerá no mês de agosto/2014.
05	01	Unid.	Apresentação da Banda Municipal de Indaial Prefeito Werner Pabst no Desfile Cívico, que acontecerá no mês de setembro/2014.
06	01	Unid.	Apresentação da Banda Municipal de Indaial Prefeito Werner Pabst no Palco Móvel da Primavera que acontecerá no mês de setembro/2014.
07	03	Unid.	Apresentação da Banda Municipal de Indaial Prefeito Werner Pabst, que acontecerá no mês de setembro/2014.
08	01	Unid.	Apresentação da Banda Municipal de Indaial Prefeito Werner Pabst no Festival Primavera de Música acontecerá no mês de setembro/2014.
09	01	Unid.	Apresentação da Banda Municipal de Indaial Prefeito Werner Pabst no Palco Móvel da Cultura, que acontecerá no mês de outubro/2014.
10	03	Unid.	Apresentação da Banda Municipal de Indaial Prefeito Werner Pabst no Concerto Didático que acontecerá no mês de outubro/2014.

11	03	Unid.	Apresentação da Banda Municipal de Indaial Prefeito Werner Pabst no Concerto de Didático acontecerá no mês de novembro/2014.
12	01	Unid.	Apresentação da Banda Municipal de Indaial Prefeito Werner Pabst na Abertura do Natal em Indaial, que acontecerá no mês de dezembro/2014.
13	02	Unid.	Apresentação da Banda Municipal de Indaial Prefeito Werner Pabst no Palco Móvel Natal que acontecerão no mês de dezembro/2014.

PRAZO: 23 de julho de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

ASSINATURA: 15/12/2014.

#### **TERMO ADITIVO Nº 002 - CONTRATO Nº 345/2013**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 345/2013

TERMO ADITIVO Nº 002

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE DE AMPARO AOS MENORES - ABAM.

OBJETO DO CONTRATO: Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula sexta, item 6.1., do contrato original, que tem como objeto a contratação de vaga para acolhimento de adolescente com vínculos familiares rompido, em atendimento à determinação judicial - Processo no 031.09.006192-7.

PRAZO: 17 de dezembro de 2014 até 16 de março de 2015.

ASSINATURA: 15/12/2014.

#### **TERMO ADITIVO Nº 003 - CONTRATO Nº 239/2014**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 239/2014

TERMO ADITIVO Nº 003

CONTRATADA: ILHOMINAS MÃO DE OBRA LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, as cláusulas terceira item 3.1. e sétima item 7.1, do contrato original, que tem como objeto a execução da reforma da Capela Mortuária do Cemitério Municipal, compreendendo os serviços de execução de uma bancada, aplicação de forro de gesso, pintura interna e externa, e impermeabilização de piso.

PRAZO: 05 de setembro de 2014 até 04 de outubro de 2014.

ASSINATURA: 08/12/2014.

#### **TERMO ADITIVO Nº 004 - CONTRATO Nº 016/2012**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 016/2012

TERMO ADITIVO Nº 004

CONTRATADA: SISTEMÁFOROS ENGENHARIA DE TRÁFEGO E TRANSPORTE.

OBJETO DO CONTRATO: Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e solicitação em anexo, as cláusulas quarta, item 4.1, e sétima, item 7.1, do contrato original, que tem como objeto os serviços de engenharia de trânsito e transportes na forma de consultoria especializada.

PRAZO: 10 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

ASSINATURA: 27/11/2014.

#### **TERMO ADITIVO Nº 008 - CONTRATO Nº 100/2011**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 100/2011

TERMO ADITIVO Nº 008

CONTRATADA: IMOBILIÁRIA MÉDIO VALE LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Com fundamento na Lei nº 8.666/93, e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula segunda do contrato original, que tem como objeto a locação de imóvel para uso exclusivo da Unidade de Educação Infantil Encano do Norte.

PRAZO: 30 de dezembro de 2014 até 30 de dezembro de 2015.

ASSINATURA: 08/12/2014.

**CAMARA DE VEREADORES DE INDAIAL****DECRETO 5/2014**

Decreto Nº 5/14

Autoriza a abertura e o processamento de procedimento de inexigibilidade de licitação, na forma de credenciamento, para contratação de emissoras de radiodifusão sonora AM e FM.

O Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial - Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições contidas no art. 36, inciso II e art. 51, inciso II da Lei Orgânica Municipal; e art. 22, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, e demais dispositivos legais em vigor, autoriza a abertura e o processamento de procedimento de inexigibilidade de licitação, na forma de credenciamento, para a contratação de emissoras de radiodifusão sonora AM e FM.

**CONSIDERANDO:**

A necessidade desta Casa Legislativa de contratar serviços de emissoras de radiodifusão sonora AM (amplitude modulada) e FM (frequência modulada) para divulgação dos atos e ações da Câmara Municipal de Indaial;

Que a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que "Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", estabelece a inexigibilidade de licitação na forma do seu art. 25;

A existência de dotação orçamentária e financeira conforme Orçamento Aprovado; e

Que a Comissão Permanente de Licitação desta Casa foi criada e composta conforme a Portaria nº 39/2014;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de processo de inexigibilidade de licitação, na forma de credenciamento, para contratação de serviços de emissoras de radiodifusão AM (amplitude modulada) e FM (frequência modulada), a fim de serem divulgados os atos e ações da Câmara Municipal de Indaial na imprensa escrita, tudo conforme os seguintes documentos apensos:

- I - Anexo I - Orçamento;
- II - Anexo II - Projeto Básico; e
- III - Anexo III - Minuta de Edital de Credenciamento por inexigibilidade de licitação.

Art. 2º - A Minuta do Edital de Credenciamento (Anexo III) poderá ser adequada para melhor atendimento da demanda desta Edilidade em decorrência de parecer da Assessoria Jurídica desta Casa de Leis.

Art. 3º - O preço, condições e requisitos para execução dos serviços são os constantes do Projeto Básico e Minuta de Edital e seus Anexos apensos a este Decreto (Anexos II e III).

Art. 4º - O valor máximo para o procedimento decorrente da presente autorização será de R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais), para o período de doze meses a contar da data de abertura do credenciamento.

Art. 5º - As despesas decorrentes deste Decreto serão suportadas pelo orçamento vigente da Câmara de Vereadores, na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 01 - Câmara Municipal de Indaial

Unidade: 01 - Câmara Municipal de Indaial

Função: 01 - Legislativa

Subfunção: 031 - Ação Legislativa

Programa: 0001 - Manutenção do Legislativo

Atividade: 2001 - Manutenção das Atividades Legislativas

Elemento: 33390

Dotação Disponível: R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais)

Art. 6º - O presente Decreto entra em vigor nesta data, quando de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15 de Dezembro de 2014.

Antônio Carlos Fink
---------------------

Presidente da Mesa
--------------------

Anderson Luz dos Santos
-------------------------

1º Secretário
---------------

**DECRETO 6/2014**

Decreto Nº 6/14

Autoriza a abertura e o processamento de procedimento de inexigibilidade de licitação, na forma de credenciamento, para contratação de empresas jornalísticas.

O Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial - Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições contidas no art. 36, inciso II e art. 51, inciso II da Lei Orgânica Municipal; e art. 22, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, e demais dispositivos legais em vigor, autoriza a abertura e o processamento de procedimento de inexigibilidade de licitação, na forma de credenciamento, para a contratação de empresas jornalísticas.

**CONSIDERANDO:**

A necessidade desta Casa Legislativa de contratar serviços de empresas jornalísticas para divulgação dos atos e ações da Câmara Municipal de Indaial na imprensa escrita;

Que a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que "Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", estabelece a inexigibilidade de licitação na forma do seu art. 25;

A existência de dotação orçamentária e financeira conforme Orçamento Aprovado; e

Que a Comissão Permanente de Licitação desta Casa foi criada e composta conforme a Portaria nº 39/2014;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de processo de inexigibilidade de licitação, na forma de credenciamento, para contratação de serviços de empresas jornalísticas para divulgação dos atos e ações da Câmara Municipal de Indaial na imprensa escrita, tudo conforme os seguintes documentos apensos:

- I - Anexo I - Projeto Básico;
- II - Anexo II - Minuta do Processo de Inexigibilidade de Licitação e Edital de Credenciamento; e
- III - Anexo III - Orçamento.

Art. 2º - A Minuta do Processo de Inexigibilidade de Licitação e

Edital de Credenciamento (Anexo II) poderá ser adequada para melhor atendimento da demanda desta Edilidade em decorrência de parecer da Assessoria Jurídica desta Casa de Leis.

Art. 3º - O preço, condições e requisitos para execução dos serviços são os constantes do Projeto Básico e Minuta de Edital e seus Anexos apensos a este Decreto.

Art. 4º O valor máximo para o procedimento decorrente da presente autorização será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para o período de doze meses a contar a abertura do credenciamento.

Art. 5º - As despesas decorrentes deste Decreto serão suportadas pelo orçamento vigente da Câmara de Vereadores, na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 01 - Câmara Municipal de Indaial  
 Unidade: 01 - Câmara Municipal de Indaial  
 Função: 01 - Legislativa  
 Subfunção: 031 - Ação Legislativa  
 Programa: 0001 - Manutenção do Legislativo  
 Atividade: 2001 - Manutenção das Atividades Legislativas  
 Elemento: 33390  
 Dotação Disponível: R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

Art. 6º - O presente Decreto entra em vigor nesta data, quando de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15 de Dezembro de 2014.

Antônio Carlos Fink
Presidente da Mesa

Anderson Luz dos Santos
1º Secretário

## PORTARIA 81/2014

Portaria Nº 81/14

Institui o Diário Oficial dos Municípios como órgão oficial de publicação dos atos legais da Câmara Municipal de Indaial.

O Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e Regimento Interno desta Casa,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios, como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos processuais e administrativos da Câmara Municipal de Indaial.

Parágrafo único. A partir do dia 19 de dezembro de 2014, o Diário Oficial dos Municípios substitui as demais formas de publicação e será veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores - Internet.

Art. 2º - A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

Parágrafo único. A assinatura digital do Diário Oficial dos Municípios ficará sob responsabilidade do Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA.

Art. 3º - Os atos oficiais de efeitos externos surtirão seus efeitos somente depois de publicados no Diário Oficial dos Municípios.

Parágrafo único. Os atos oficiais de efeitos internos entrarão em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Indaial, 18 de Dezembro de 2014.

Antônio Carlos Fink
Presidente da Mesa

Henrique Fritz	Anderson Luz dos Santos
Vice-Presidente	1º Secretário
José Klock	
2º Secretário	

## PORTARIA Nº 55/2014

Portaria Nº 55/14

Férias Coletivas

Antonio Carlos Fink, Presidente da Câmara Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, baseado no inciso II, do artigo 36, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Os servidores do Poder Legislativo Indaialense entrarão em Férias Coletivas a partir do dia 22 de dezembro de 2014, retornando às suas atividades normais em 12 de janeiro de 2015.

Art. 2º - Os servidores terão 20 (vinte) dias de desconto das férias do período aquisitivo 2013/2014 e ou 2014/2015, como consequência das férias coletivas.

Art. 3º - Ficam excluídos desta portaria os servidores que foram convocados para atividades administrativas.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Indaial, 09 de Dezembro de 2014.

Antônio Carlos Fink
Presidente da Mesa

Henrique Fritz	Anderson Luz dos Santos
Vice-Presidente	1º Secretário
José Klock	
2º Secretário	

**PORTARIA Nº 79/2014**

Portaria Nº 79/14

Nomeia Comissão Representativa para o Recesso Dezembro/2014 a Janeiro/2015.

Antônio Carlos Fink, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 54, § 3º da Lei Orgânica do Município, artigo 57 do Regimento Interno, e deliberação do Plenário na reunião do dia 15 de dezembro de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Os vereadores Altair Brassiani (PP), José Carlos Mandel (PT), José Klock (PSD), Osvaldo Metzner (PMDB) e Wilmar Giovanella (PSDB), compõem a Comissão Representativa da Câmara Municipal de Indaial, durante o período de recesso parlamentar, de 16 de dezembro de 2014 a 31 de janeiro de 2015, com as atribuições previstas no artigo 57 do Regimento Interno desta Casa.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 15 de Dezembro de 2014.

Antônio Carlos Fink
Presidente da Mesa

Henrique Fritz	Anderson Luz dos Santos
Vice-Presidente	1º Secretário
José Klock	
2º Secretário	

**PORTARIA Nº 80/2014**

Portaria Nº 80/14

Homologa Resultado Final / Concurso Público nº 001/2014.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Indaial, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Indaial, Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Indaial, e Resolução nº 4/2014, e, considerando o disposto no Edital de Concurso Público nº 01/2014, RESOLVE:

Art. 1º - Fica homologado o Resultado Final do Concurso Público nº 01/2014, para preenchimento de cargos, do quadro efetivo de servidores da Câmara, conforme Anexo, os quais foram aprovados, de acordo com a ordem de classificação, conforme Anexos da presente Portaria, publicada no mural da Câmara Municipal de Indaial e no site [www.ibam-concurso.org.br](http://www.ibam-concurso.org.br).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 18 de Dezembro de 2014.

Antônio Carlos Fink
Presidente da Mesa

Henrique Fritz	Anderson Luz dos Santos
Vice-Presidente	1º Secretário
José Klock	
2º Secretário	

**PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2014 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2014**

CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL

A V I S O D E C R E D E N C I A M E N T O

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2014

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2014

A CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 83.497.560/0001-20, com sede na Rua Prefeito Frederico Hardt, nº 148 - Centro, Município de Indaial-SC, por seu Presidente, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, notadamente nos termos do art. 25, caput, da Lei nº 8.666/1993, torna público que fará realizar, até 15 de dezembro de 2015, o CREDENCIAMENTO de EMPRESAS JORNALÍSTICAS para contratação de serviços de divulgação dos atos e ações do Legislativo na imprensa escrita (jornal), na forma e condições previstas no Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 001/2014, Edital de Credenciamento nº 001/2014: TÍTULO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DOS ATOS E AÇÕES DO LEGISLATIVO. Interessada: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial. Objeto Resumido: Constitui objeto do Edital, o credenciamento de empresas jornalísticas que possuam jornais com circulação no Município de Indaial (imprensa escrita), interessadas em prestar serviços de divulgação dos atos e ações da Câmara Municipal de Indaial que se darão por meio da veiculação de materiais informativos e atos legais repassados aos prestadores de serviço pela própria Edilidade, via Assessoria de Imprensa da Casa de Leis, observados os valores e condições constantes deste Edital e seus Anexos. Regência: Decreto nº 06/2014, Lei federal nº 8.666/1993 e alterações, e legislação em vigor. Acesso Eletrônico ao Edital e Anexos: [www.camaraindaial.sc.gov.br](http://www.camaraindaial.sc.gov.br) (link: Licitações e Contratos). Prazo de Entrega da Documentação: até 15 de dezembro de 2015, entre 14h e 18h, em dias de expediente da Edilidade. Local de Recebimento da Documentação: Secretaria Administrativa da Câmara Municipal de Indaial, situada na Rua Prefeito Frederico Hardt, 148, Centro, Indaial-SC. Comissão Julgadora: Comissão de Licitações instituída e composta conforme Portaria nº 39/2014.

Indaial/SC, 17 de dezembro de 2014.

Antonio Carlos Fink

Presidente da Câmara Municipal de Indaial

**PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2014 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2014**

CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL

A V I S O D E C R E D E N C I A M E N T O

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2014

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2014

A CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 83.497.560/0001-20, com sede na Rua Prefeito Frederico Hardt, nº 148 - Centro, Município de Indaial-SC, por seu Presidente, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, notadamente nos termos do art. 25, caput, da Lei nº 8.666/1993, torna público que fará realizar, até 15 de dezembro de 2015, o CREDENCIAMENTO de EMISSORAS DE RÁDIO-DIFUSÃO AM e FM para divulgação dos atos e ações do Legislativo, na forma e condições previstas no Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2014, Edital de Credenciamento nº 002/2014: TÍTULO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DOS ATOS E AÇÕES DO LEGISLATIVO EM EMISSORAS DE RÁDIO AM e FM. Interessada: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial. Objeto Resumido: Constitui objeto do Edital o credenciamento de

emissoras de radiodifusão sonora em amplitude modulada (AM) e frequência modulada (FM), que sejam sintonizadas no território do Município de Indaial, interessadas em prestar serviços de divulgação dos atos e ações da Câmara Municipal de Indaial, que se darão por meio da veiculação de materiais informativos repassados aos prestadores de serviço pela própria Edilidade, via Assessoria de Imprensa da Casa de Leis, observados os valores e condições constantes do Edital e seus Anexos. Regência: Decreto nº 05/2014, Lei federal nº 8.666/1993 e alterações, e legislação em vigor. Acesso Eletrônico ao Edital e Anexos: [www.camaraindaial.sc.gov.br](http://www.camaraindaial.sc.gov.br) (link: Licitações e Contratos). Prazo de Entrega da Documentação: até 15 de dezembro de 2015, entre 14h e 18h, em dias de expediente da Edilidade. Local de Recebimento da Documentação: Secretaria Administrativa da Câmara Municipal de Indaial, situada na Rua Prefeito Frederico Hardt, 148, Centro, Indaial-SC. Comissão Julgadora: Comissão de Licitações instituída e composta conforme Portaria nº 39/2014.

Indaial/SC, 17 de dezembro de 2014.

Antonio Carlos Fink

Presidente da Câmara Municipal de Indaial

## PROCESSO LICITATÓRIO 06/2014 - TERMO DE DISPENSA 02/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2014

TERMO DE DISPENSA Nº 002/2014

DATA DE EMISSÃO: 18/12/2014

### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

### OBJETO:

Locação de uma máquina fotocopadora, laser color, multifuncional, com scanner/fax, impressora, alimentador automático com duplex, duas bandejas para papel A3 e A4, Bypass lateral para folhas com gramatura de papel até 256gr, para utilização de serviços de fotocópias, impressão e digitalização de documentos da Câmara Municipal de Indaial.

### UNIDADE REQUISITANTE:

Câmara Municipal de Indaial.

- Dúvidas ou Informações serão esclarecidas na Secretaria Geral da Câmara Municipal de Indaial, nos horários: das 09h00min às 11h00min e das 14h30min às 17h30min., ou através do Telefone: (47) 3333-0795; Fax: (47) 3333-0795; ou através dos e-mails: [camaraid@terra.com.br](mailto:camaraid@terra.com.br); [secretaria@camaraindaial.sc.gov.br](mailto:secretaria@camaraindaial.sc.gov.br).

- O Edital na íntegra poderá ser adquirido no mesmo local e horário, ou através do site: [www.camaraindaial.sc.gov.br](http://www.camaraindaial.sc.gov.br).

Vereador Antônio Carlos Fink  
Presidente da Câmara

Carimbo de Publicação

## Iomerê

## PREFEITURA

**DECRETO 1588/2014**

DECRETO Nº. 1588 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

Homologa resultado referente Processo Seletivo - Edital nº 0003/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais

DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologado o resultado referentes ao edital de processo seletivo nº 0003/2014:

	PROFESSOR III – ENSINO FUNDAMENTAL				
	Ensino Superior Completo em Pedagogia				
Class.	Nome	ACERTOS	NOTA	PONTOS	MÉDIA
1º	EDINA NAVA	14	2,8	0,05	2,9
	PROFESSOR III – EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE 20 HORAS				
	Ensino Superior Completo em Pedagogia				
Class.	Nome	ACERTOS	NOTA	PONTOS	MÉDIA
1º	RACHEL SIMONE MENEGUZZI MANNENTI	19	3,8	0,76	4,6
2º	CAROLINA SIPP ZARDO	22	4,4	0	4,4
3º	VERA LUCIA GELAIN VIGOLO	20	4,0	0,05	4,1
4º	IRIS APARECIDA SOPELSA TONETTA	15	3,0	0	3,0
	PROFESSOR III – EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE 40 HORAS				
	Ensino Superior Completo em Pedagogia				
Class.	Nome	ACERTOS	NOTA	PONTOS	MÉDIA
1º	SUÉLI DAIANE ARNHOLD ANSILIERO	14	2,8	2,73	5,5
2º	FABIANA CARNIEL RIGO	24	4,8	0,1	4,9
3º	TATIANA APARECIDA SLONGO BRAND GUINDANI	22	4,4	0,47	4,9
4º	ADRIANA APARECIDA VARGAS BOGO CERONI	21	4,2	0,47	4,7
5º	KELI GRANEMANN DE OLIVEIRA	20	4,0	0,26	4,3
6º	SIRLEI APARECIDA DENARDI	19	3,8	0,2	4,0
7º	MARISTELA DALMOLIN PEROSA	14	2,8	0,75	3,6
8º	VÂNIA NEZI	15	3,0	0	3,0
9º	ROSELI APARECIDA DE PAULA	12	2,4	0,45	2,9
	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS				
	Ensino Superior Completo em Educação Física (licenciatura)				
Class.	Nome	ACERTOS	NOTA	PONTOS	MÉDIA
1º	ALEXANDRE GARCIA	13	2,6	0	2,6
2º	OLÍPIO CARLOS SIMÕES DE OLIVEIRA	13	2,6	0	2,6
3º	DAIANE PATRICK SOARES	11	2,2	0,37	2,6
4º	MARINA ELENA BUSS	12	2,4	0	2,4
	PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA 40 HORAS				
	Ensino Superior Completo em Letras (licenciatura)				
Class.	Nome	ACERTOS	NOTA	PONTOS	MÉDIA
1º	MARTA MARIA FALCHETTI	23	4,6	0,05	4,7

	PROFESSOR DE MATEMÁTICA 40 HORAS				
	Ensino Superior Completo em Matemática (licenciatura)				
Class.	Nome	ACERTOS	NOTA	PONTOS	MÉDIA
1º	PATRICIA LESS	18	3,6	0,6	4,2
2º	SILVANA QUAGLIOTO	17	3,4	0,1	3,5
3º	EMANUEL SIPP	17	3,4	0	3,4
4º	EDUARDO ESTEVÃO DE BARROS FILHO	14	2,8	0	2,8
	PROFESSOR DE ARTES 40 HORAS				
	Ensino Superior Completo em Artes (licenciatura)				
Class.	Nome	ACERTOS	NOTA	PONTOS	MÉDIA
1º	FABIANA KOPP BENQUE	16	3,2	0,18	3,4
2º	ANA CARLA CORREA DA ROCHA	10	2,0	0	2,0
	PROFESSOR DE CIÊNCIAS 40 HORAS				
	Ensino Superior Completo em Ciências (licenciatura)				
Class.	Nome	ACERTOS	NOTA	PONTOS	MÉDIA
1º	ALINE MARIA TURCO	14	2,8	0,18	3,0
	PROFESSOR DE HISTÓRIA 40 HORAS				
	Ensino Superior Completo em História (licenciatura)				
Class.	Nome	ACERTOS	NOTA	PONTOS	MÉDIA
1º	SARA TRINDADE DIAS	18	3,6	0	3,6
2º	ANGELA KÁTIA RUARO	11	2,2	0,1	2,3
	PROFESSOR DE GEOGRAFIA 40 HORAS				
	Ensino Superior Completo em Geografia (licenciatura)				
Class.	Nome	ACERTOS	NOTA	PONTOS	MÉDIA
1º	NELCI SALETE SEVERO DALMOLIN	18	3,6	0,15	3,8
	PROFESSOR DE AEE 40 HORAS				
	Ensino Superior Completo em Educação Especial (licenciatura)				
Class.	Nome	ACERTOS	NOTA	PONTOS	MÉDIA
1º	CÉLIA DE FÁTIMA GOMES	15	3,0	0,1	3,1
2º	TALITA PELLICOLI	13	2,6	0,27	2,9
	PROFESSOR I- ENSINO FUNDAMENTAL 20 HORAS				
	Cursando Ensino Superior em Pedagogia				
Class.	Nome	ACERTOS	NOTA	PONTOS	MÉDIA
1º	ANA SIPP	17	3,4	0	3,4
2º	EDENIR SCHMITE DE LIMA RIBEIRO	16	3,2	0	3,2
3º	MARGARETE SERIGHELLI TASCA	9	1,8	0	1,8
	PROFESSOR I- EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE 20 HORAS				
	Cursando Ensino Superior em Pedagogia				
Class.	Nome	ACERTOS	NOTA	PONTOS	MÉDIA
1º	ANDRESSA S. GIANELLO	15	3,0	0	3,0
2º	KARINE WALTER CHAVES	14	2,8	0	2,8

PROFESSOR I- EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE 40 HORAS					
Cursando Ensino Superior em Pedagogia					
Class.	Nome	ACERTOS	NOTA	PONTOS	MÉDIA
1º	DANIELI JULIANE BERTI PANIGAZ	20	4,0	0,42	4,4
2º	FRANCISLENE DOS SANTOS	13	2,6	0,67	3,3
3º	ANA CAROLINE DE OLIVEIRA	15	3,0	0,06	3,1
4º	EUNICE DA APARECIDA SALES DE QUADROS	14	2,8	0	2,8
5º	SANDRA LUIZA CARLESSO	14	2,8	0	2,8
6º	GISIANE BIAVA	10	2,0	0,32	2,3
7º	FABIANE SONAGLIO MAFIOLETTI	11	2,2	0	2,2
PROFESSOR I- DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS					
Cursando Ensino Superior em Educação Física					
Class.	Nome	ACERTOS	NOTA	PONTOS	MÉDIA
1º	THAIS PERETTI PERONDI	15	3,0	0	3,0
PROFESSOR- ARTES 40 HORAS					
Cursando Ensino Superior em Artes					
Class.	Nome	ACERTOS	NOTA	PONTOS	MÉDIA
1º	RAFAELLA IRENE CARPENEDO CAVON	16	3,2	0	3,2
PROFESSOR- DE CIÊNCIAS 40 HORAS					
Cursando Ensino Superior em Ciências					
Class.	Nome	ACERTOS	NOTA	PONTOS	MÉDIA
1º	KASIANDRA BORGIA	9	1,8	0,3	2,1
PROFESSOR- DE EDUCAÇÃO FÍSICA – ÁREA DE DANÇA 20 HORAS					
Cursando Ensino Superior em Educação Física					
Class.	Nome	ACERTOS	NOTA	PONTOS	MÉDIA
1º	MARIELI ALINE MAGGIO	14	2,8	0	2,8
PSICÓLOGO-10 HORAS					
Ensino Superior Completo em Psicologia					
Class.	Nome	ACERTOS	NOTA	PONTOS	MÉDIA
1º	CAMILA VON P. RODRIGUES MALL-MANN GOMES	16	3,2	0	3,2
ATENDENTE DE CRECHE -40 HORAS					
Ensino Médio Completo					
Class.	Nome	ACERTOS	NOTA	PONTOS	MÉDIA
1º	JACIARA REGINA BECKER	16	3,2	0	3,2
2º	MARINA FAPPI	14	2,8	0	2,8
3º	LARISSA GRIFANTE	14	2,8	0	2,8
4º	SANDI PAULA CHAICOSKI	14	2,8	0	2,8
5º	TABATA ORTIZ DE OLIVEIRA MEDEIROS	14	2,8	0	2,8
6º	ANDREIA FANTINEL	13	2,6	0	2,6
7º	PAOLA LIDANI	11	2,2	0	2,2

	FAXINEIRA 40 HORAS				
	Ensino Fundamental Completo				
Class.	Nome	ACERTOS	NOTA		
1º	LOURDES SACCARO FANTINEL	23	4.6		
	MERENDEIRA 40 HORAS				
	Ensino Fundamental Completo				
Class.	Nome	ACERTOS	NOTA		
1º	SCHERON MARIA POLETTI GIANELLO	18	3.6		
2º	LUCIANA TASCHEK	17	3.4		

Art. 2º Fica decretado a data de 26 de janeiro de 2014 às 14hs00m, no auditório municipal de Iomerê, a escolhas de vagas.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iomerê, 18 de dezembro de 2014  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretário de Administração e Finanças

#### **DECRETO 1589/2014**

DECRETO Nº. 1589 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 755/2013 de 25 de novembro de 2013, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 755/2013 de 25 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 130.463,45 (cento e trinta mil quatrocentos e sessenta e três reais quarenta e cinco centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

04.01 Departamento de Educação

2021 Manutenção do Ensino Fundamental

31900000 Aplicações Diretas

101.00 Rec. de Impostos e de Transf. de Impostos-Educação

R\$ 25.200,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

04.01 Departamento de Educação

2021 Manutenção do Ensino Fundamental

31900000 Aplicações Diretas

101.00 Rec. de Impostos e de Transf. de Impostos-Educação

R\$ 8.271,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

04.01 Departamento de Educação

2025 Manutenção da Educação Infantil

31900000 Aplicações Diretas

101.00 Rec. de Impostos e de Transf. de Impostos-Educação

R\$ 18.892,45

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

04.01 Departamento de Educação

2021 Manutenção do Ensino Fundamental

31900000 Aplicações Diretas

118.00 Transferência do FUNDEB  
R\$ 41.000,00

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
05.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
2030 Manutenção das Atividades Agropecuárias  
33500000 Transferências a Instituições Priv. sem Fins Lucrativos  
100.00 Recursos Ordinários  
R\$ 30.000,00

08.00 Encargos Gerais do Município  
08.01 Encargos Gerais do Município  
0000 Encargos Gerais do Município  
33900000 Aplicações Diretas  
100.00 Recursos Ordinários  
R\$ 7.100,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Excesso de arrecadação do exercício corrente e da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
04.01 Departamento de Educação  
2021 Manutenção do Ensino Fundamental  
44900000 Aplicações Diretas  
101.00 Rec. de Impostos e de Transf. de Impostos-Educação  
R\$ 8.271,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
04.01 Departamento de Educação  
2025 Manutenção da Educação Infantil  
33900000 Aplicações Diretas  
101.00 Rec. de Impostos e de Transf. de Impostos-Educação  
R\$ 10.242,45

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
04.01 Departamento de Educação  
2025 Manutenção da Educação Infantil  
44900000 Aplicações Diretas  
101.00 Rec. de Impostos e de Transf. de Impostos-Educação  
R\$ 8.650,00

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
05.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
2030 Manutenção das Atividades Agropecuárias  
31900000 Transferências a Instituições Priv. sem Fins Lucrativos  
100.00 Recursos Ordinários  
R\$ 30.000,00

08.00 Encargos Gerais do Município  
08.01 Encargos Gerais do Município  
0000 Encargos Gerais do Município  
46900000 Aplicações Diretas  
100.00 Recursos Ordinários  
R\$ 7.100,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Iomerê, 18 de dezembro de 2014.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretário de Administração e Finanças

## Ipumirim

### PREFEITURA

#### LEI Nº 1752 DE 22 DE DEZEMBRO 2.014

Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Ipumirim Estado de Santa Catarina, aprovou e, eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL até o valor de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais), no âmbito do Programa Pró-Transporte/Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas - PAC2 - 3ª Etapa, nos Termos da Portaria MCIDADES nº 53 de 1º de fevereiro de 2013 e suas alterações, no artigo 9º W da resolução CMN nº 2827, de 30 de março de 2001 e suas alterações posteriores, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a operação objeto da Lei, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que serão destinados a pavimentação de ruas do perímetro urbano do Município.

Art. 2º - Para garantia do principal e encargos da operação de crédito, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, a modo pro solvendo, as receitas a que se refere o artigo 159, inciso I da Constituição Federal.

Art. 3º - Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 4º - Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipumirim-SC,  
aos 22 dias do mês de Dezembro de 2014  
Valdir Zanella  
Prefeito Municipal

# Irineópolis

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 2.742/2014

Decreto nº 2.742/2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizada pela Lei nº 1758 de 05 de dezembro de 2013, conforme art. 13,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 44.900,00 (Quarenta e quatro mil e novecentos reais).

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.031 – Manutenção de Ações e Serviços Públicos em Saúde		
3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0213	Aplicações Diretas	R\$ 44.900,00
T O T A L		R\$ 44.900,00

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação da fonte de recursos 0213 - Recursos Ordinários - Fundo de Saúde.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 19 de dezembro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

### DECRETO N.º 2741/2014

Decreto nº 2.741/2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.758 de 05 de dezembro de 2013, conforme art.10, DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 32.437,76 (Trinta e dois mil quatrocentos e trinta e sete reais e setenta e seis centavos), conforme discriminação seguinte:

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.006 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.00.00.00.00.00.00.00.0205 (43)	Aplicações Diretas	R\$ 32.437,76
T O T A L		R\$ 32.437,76

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos do Excesso de arrecadação na fonte 205 - Recursos de Outros Convênios do Estado - Educação

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 19 de dezembro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

### LEI 1.828/2014

LEI Nº1.828/2014

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de IRINEÓPOLIS para o Exercício de 2015 e contém outras providências.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

#### LEI

#### Do Orçamento do Município

Artigo 1.º - O Orçamento Geral do Município de Irineópolis, abrangendo a administração direta, seus fundos, órgãos e autarquia, para o exercício financeiro de 2015, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 30.376.450,00(trinta milhões trezentos e setenta e seis mil quatrocentos e cinquenta reais), discriminados nos anexos integrantes desta Lei.

#### Do Orçamento das Unidades Gestoras

Artigo 2.º - O Orçamento Consolidado para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 30.376.450,00(trinta milhões trezentos e setenta e seis mil quatrocentos e cinquenta reais), e fixa a Despesa em R\$ 30.376.450,00(trinta milhões trezentos e setenta e seis mil quatrocentos e cinquenta reais), sendo R\$ 7.934.789,91 (sete milhões novecentos e trinta e quatro mil setecentos e oitenta e nove reais e noventa e um centavos) as transferências financeiras recebidas e concedidas.

§ 1.º - A Receita da Prefeitura, Fundos e Autarquias, será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

4. RECEITAS 30.376.450,00  
4.1. RECEITAS CORRENTES 27.568.030,00  
4.2. RECEITAS DE CAPITAL 2.808.420,00

TOTAL GERAL 30.376.450,00

§ 2.º - A Despesa Consolidada será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01 - Poder Legislativo 1.258.090,00  
02 - Poder Executivo 19.705.960,11  
03 - Hospital Municipal Bom Jesus 1.090.200,00  
04 - Fundo Municipal de Saúde 7.856.000,00  
05 - Fundo Municipal de Assistência Social 337.129,31  
99 - Reserva de Contingência 129.070,58  
TOTAL GERAL 30.376.450,00

**II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

01 - Legislativa 1.258.090,00  
 04 - Administração 2.460.832,34  
 06 - Segurança Pública 85.135,32  
 08 - Assistência Social 986.554,52  
 10 - Saúde 8.946.200,00  
 12 - Educação 10.532.103,53  
 13 - Cultura 20.452,09 15 - Urbanismo 2.450.024,87  
 16 - Habitação 105.500,00  
 17 - Saneamento 2.417,28  
 20 - Agricultura 1.074.887,77  
 22 - Indústria 171.566,96  
 23 - Comércio e Serviços 63.184,04  
 25 - Energia 223.105,51  
 26 - Transporte 1.867.325,19 99 - Reserva de Contingência 129.070,58

TOTAL GERAL 30.376.450,00

**III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA**

0001 - Processo Legislativo 1.258.090,00  
 0007 - Administração 1.268.984,83  
 0008 - Administração Financeira 413.102,00  
 0018 - Promoção e Extensão Rural 1.074.887,77  
 0030 - Segurança Pública 85.135,32  
 0041 - Educação Infantil 1.676.120,50  
 0042 - Ensino Fundamental 8.395.960,50  
 0044 - Ensino Superior 100.000,00  
 0045 - Ensino Supletivo 9.410,00  
 0046 - Educação Física e Desportos 80.919,03  
 0047 - Assistência a Educando 24.200,00  
 0048 - Cultura 20.652,09  
 0049 - Educação Especial 45.493,50  
 0051 - Energia Elétrica 223.105,51  
 0057 - Habitação 105.500,00  
 0058 - Urbanismo 2.450.024,8 0062 - Indústria 171.566,96  
 0065 - Turismo 63.184,04  
 0075 - Saúde 8.941.200,00  
 0076 - Saneamento 2.417,28  
 0081 - Assistência 986.554,52  
 0084 - PASEP 258.500,00  
 0088 - Transporte 1.867.325,19 0099 - Reserva de Contingência 129.070,58  
 0100 - Gestão Administrativa Superior 520.245,51  
 0102 - Despesas Gerais em Educação 120.000,00 0103 - Despesas Gerais em Saúde 5.000,00  
 0105 - Programa Caminho na Escola 80.000,0 TOTAL GERAL 30.376.450,00

**IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

DESPESAS CORRENTES 25.621.546,24  
 3.1.00.00.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais 15.526.893,93  
 3.2.00.00.00.00.00.00 - Juros e Encargos da Dívida 256.820,25  
 3.3.00.00.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes 9.837.832,06

DESPESAS DE CAPITAL 4.625.833,18 4.4.00.00.00.00.00.00 - Investimentos 4.257.953,46  
 4.5.00.00.00.00.00.00 - Inversões Financeiras 220.358,32  
 4.6.00.00.00.00.00.00 - Amortização da Dívida 147.521,40

RESERVA DE CONTINGÊNCIA 129.070,58 9.9.00.00.00.00.00.00 - Reserva de Contingência 129.070,58  
 TOTAL GERAL 30.376.450,00

Do Orçamento da Prefeitura Municipal de Irineópolis

Artigo 3.º - O Orçamento da entidade Prefeitura Municipal de

Irineópolis para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 27.750.750,00 (vinte e sete milhões, setecentos e cinquenta mil setecentos e cinquenta reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 7.934.789,91 (sete milhões novecentos e trinta e quatro mil setecentos e oitenta e nove reais e noventa e um centavos) e fixa a Despesa em R\$ 19.815.960,11 (dezenove milhões oitocentos e quinze mil novecentos e sessenta reais e onze centavos).

§ 1.º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de Outras Esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4. RECEITAS 27.750.750,00  
 4.1. RECEITAS CORRENTES 24.942.330,00 4.2. RECEITAS DE CAPITAL 2.808.420,00

TOTAL GERAL 27.750.750,00

§ 2.º - A Despesa da Entidade Prefeitura Municipal de Irineópolis será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídos da seguinte forma:

**II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

01 - Legislativa 1.258.090,00 04 - Administração 2.460.832,34 06 - Segurança Pública 85.135,32  
 08 - Assistência Social 986.554,52 10 - Saúde 8.946.200,00  
 12 - Educação 10.532.103,53 13 - Cultura 20.452,09 15 - Urbanismo 2.450.024,87  
 16 - Habitação 105.500,00  
 17 - Saneamento 2.417,28 20 - Agricultura 1.074.887,77  
 22 - Indústria 171.566,96 23 - Comércio e Serviços 63.184,04  
 25 - Energia 223.105,51 26 - Transporte 1.867.325,19  
 99 - Reserva de Contingência 129.070,58 SOMA 30.376.450,00

**IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

DESPESAS CORRENTES 25.621.546,24  
 3.1.00.00.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais 15.526.893,93  
 3.2.00.00.00.00.00.00 - Juros e Encargos da Dívida 256.820,25  
 3.3.00.00.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes 9.837.832,06

DESPESAS DE CAPITAL 4.625.833,18 4.4.00.00.00.00.00.00 - Investimentos 4.257.953,46  
 4.5.00.00.00.00.00.00 - Inversões Financeiras 220.358,32  
 4.6.00.00.00.00.00.00 - Amortização da Dívida 147.521,40

RESERVA DE CONTINGÊNCIA 129.070,58 9.9.00.00.00.00.00.00 - Reserva de Contingência 129.070,58

TOTAL GERAL 30.376.450,00

Do Orçamento do Hospital Municipal Bom Jesus

Artigo 4.º - O Orçamento da entidade Hospital Municipal Bom Jesus para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 39.200,00 (Trinta e nove mil e duzentos reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.058.000,00 (Um milhão e cinquenta e oito mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 1.097.200,00 (Um milhão noventa e sete mil e duzentos reais).

§ 1.º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de Outras Esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros

anexos, com o seguinte desdobramento.

4. RECEITAS 39.200,00  
4.1. RECEITAS CORRENTES 32.200,00  
4.2. RECEITAS DE CAPITAL 7.000,00

SOMA 39.200,00

TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA RECEBIDA 1.058.000,00

TOTAL GERAL 1.097.200,00

§ 2.º - A Despesa da Entidade Hospital Municipal Bom Jesus será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídos da seguinte forma:

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - Saúde 1.090.200,00 99 - Reserva de Contingência 7.000,00

TOTAL GERAL 1.097.200,00

## V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 916.100,00  
3.1.00.00.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais 583.000,00  
3.2.00.00.00.00.00.00 - Juros e Encargos da Dívida 1.500,00  
3.3.00.00.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes 331.600,00  
DESPESAS DE CAPITAL 174.100,00  
4.4.00.00.00.00.00.00 - Investimentos 170.100,00  
4.6.00.00.00.00.00.00 - Amortização da Dívida 4.000,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA 7.000,00 9.9.99.99.00.00.00.00 - Reserva de Contingência 7.000,00

TOTAL GERAL 1.097.200,00

Do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Artigo 5.º - O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 2.282.500,00 (Dois milhões, duzentos e oitenta e dois mil e quinhentos reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 5.583.500,00 (cinco milhões, quinhentos e oitenta e três mil e quinhentos reais) e fixa a Despesa em R\$ 7.866.000,00 (sete milhões, oitocentos e sessenta e seis mil reais).

§ 1.º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de Outras Esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4. RECEITAS 2.282.500,00  
4.1. RECEITAS CORRENTES 2.279.500,00  
4.2. RECEITAS DE CAPITAL 3.000,00

SOMA 2.282.500,00

TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA RECEBIDA 5.583.500,00

TOTAL GERAL 7.866.000,00

§ 2.º - A Despesa da Entidade Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídos da seguinte forma:

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - Saúde 7.856.000,00  
99 - Reserva de Contingência 10.000,00

TOTAL 7.866.000,00

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 7.563.212,17 3.1.00.00.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais 5.223.000,00  
3.2.00.00.00.00.00.00 - Juros Encargos Dívida 7.000,00  
3.3.00.00.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes 2.333.212,17

DESPESAS DE CAPITAL 292.787,83 4.4.00.00.00.00.00.00 - Investimentos 292.787,83

RESERVA DE CONTINGÊNCIA 10.000,00 9.9.00.00.00.00.00.00 - Reserva de Contingência 10.000,00

TOTAL GERAL 7.866.000,00

Do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Irineópolis

Artigo 6.º - O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Assistência Social de Irineópolis para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 339.199,89 (trezentos e trinta e nove mil cento e noventa e nove reais e oitenta e nove centavos), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 35.199,91 (Trinta e cinco mil cento e noventa e nove reais e noventa e um centavos) e fixa a Despesa em R\$ 339.199,89 (trezentos e trinta e nove mil cento e noventa e nove reais e oitenta e nove centavos).

§ 1.º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de Outras Esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4. RECEITAS 304.000,00 4.1. RECEITAS CORRENTES 304.000,00

SOMA 304.000,00

TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA RECEBIDA 35.199,91 TOTAL GERAL 339.199,89

§ 2.º - A Despesa da Entidade Fundo Municipal de Assistência Social de Irineópolis será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídos da seguinte forma:

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 - Assistência Social 337.129,31 99 - Reserva de Contingência 2.070,58 TOTAL GERAL 339.199,89

## V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 321.258,51 3.1.00.00.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos 20.000,00  
3.3.00.00.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes 301.258,51  
DESPESAS DE CAPITAL 15.870,80 4.4.00.00.00.00.00.00 - Investimentos 15.870,80

RESERVA DE CONTINGÊNCIA 2.070,58 9.9.00.00.00.00.00.00 - Reserva de Contingência 2.070,58

TOTAL GERAL 339.199,89

Do Orçamento da Câmara Municipal de Irineópolis  
Artigo 7.º - O Orçamento da entidade Câmara Municipal para o exercício de 2015 estima a Transferência Financeira do Tesouro Municipal em R\$ 1.258.090,00 (um milhão duzentos e cinquenta e oito mil e noventa reais) e fixa a Despesa em R\$ 1.258.090,00 (um milhão duzentos e cinquenta e oito mil e noventa reais)

§ 1.º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

§ 2.º - A Despesa da Entidade Câmara Municipal será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa 1.258.090,00 TOTAL GERAL 1.258.090,00

## V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

### DESPESAS CORRENTES

3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 900.485,25

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 204.604,75

3.3.93.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 3.000,00

4.4.00.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 150.000,00

TOTAL GERAL 1.258.090,00

(Redação dada por Emenda modificativa do Legislativo)

Artigo 8.º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

§ 1.º - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2.º - Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3.º - Não se efetivando até o dia 10/12/2015 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a ele reservados poderão ser utilizados por ato do chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2.º deste artigo, desde que o Orçamento para 2016 tenha reservados para os mesmos riscos fiscais.

Artigo 9 - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Artigo 10 - Durante o exercício de 2015 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Artigo 11 - O Chefe do Poder Executivo poderá movimentar dotações orçamentárias na forma que dispõe o artigo 22 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015.

Artigo 12 - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Artigo 13 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Artigo 14 - No decorrer do exercício de 2015 se a variação do IGPM-FGV (Índice Geral de Preços do Mercado da Fundação Getúlio Vargas) acumulada a partir de 01 de janeiro de 2015 atingir 5% (cinco por cento), fica a Administração Municipal autorizada a promover a atualização monetária dos valores constantes das Propostas Orçamentárias aprovadas por essa Lei, procedendo da mesma maneira posteriormente, até o encerramento do exercício, em cada oportunidade que esta variação atingir cumulativamente mais de 05% (cinco por cento), bem como, utilizar-se dos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, conforme as disposições do art. 43 da referida Lei.

Parágrafo Único - Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Artigo 15 - Esta Lei atualiza as metas estabelecidas no PPA e na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015, para as receitas e despesas de todas as unidades gestoras que compõe o Orçamento Municipal.

Artigo 16 - Esta Lei vigorará durante o exercício de 2015, a partir de 1.º de Janeiro de 2015 revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis,  
17 de dezembro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 525A/2014

PORTARIA N º 525A/2014.

"DISPENSA A PEDIDO SERVIDOR ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001,

### RESOLVE:

Art 1º - Dispensar, a pedido, o servidor EVERSON DA SILVA das atividades de Auxiliar de Serviços Gerais I (44h/sem), do Quadro de da Prefeitura Municipal de Irineópolis, para o qual foi contratado em data de 01/07/2014, através da Portaria n º 316/2014.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de dezembro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 526/2014**

PORTARIA N.º 526/2014.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II - Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, até a data de 30/06/2015, os efeitos da Portaria 060/2014 de 29/01/2014, com redação dada pelas Portarias n.º 364/2014 e n.º 459/2014, que dispõe sobre a contratação em caráter Temporário do servidor EVANDRO HENZ, para exercer as atividades de Odontólogo (40h/sem), visando atuar como responsável pelo Programa Brasil Sorridente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 04 de dezembro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 527/2014**

PORTARIA N.º 527/2014.

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001e, amparado no que dispõe a Lei Complementar n.º 056/2012 de 10/02/2012, e no Art. 2º, inciso IV e § 1º da Lei Complementar n.º. 064/2013, de 26/02/2013,

RESOLVE:

Art 1º - CONTRATAR CARLA CRISTIANE RODRIGUES DAS CHAGAS, nascida em 22/03/1988, portadora do CPF n.º 063.346.709-05 RG. n.º 4.917.737 SESP/SC, para no período de 01/12/2014 a 30/05/2015, exercer as atividades de Monitora de Creche ACT (44h/sem), conforme aprovação em Teste Seletivo da Secretaria Municipal da Educação, Edital n.º 004/2014, homologado em 01/09/2014 e Contrato de Trabalho Temporário n.º 067/2014/SME, para atuar na Creche da Escola Isolada Colônia Escada, após convocados todos os candidatos aprovados no Concurso Público n.º 001/2014.

Art 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 01/09/2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 04 de dezembro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 528/2014**

PORTARIA N.º 528/2014.

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001e, amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso VI, letra "b" da Lei Complementar n.º. 064/2013, de 26/02/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, FRANCIELE COLAÇO nascida em 26/11/1993, portadora do CPF n.º 069.772.209-02 RG. n.º 5.731.054 SESP/SC, para no período de 10/12/2014 a 31/03/2015, exercer as atividades de atividades de Auxiliar de Serviços Gerais II (44h/sem), conforme aprovação em Teste Seletivo, Edital n.º 003/2014 e Contrato de Trabalho Temporário n.º 024/2014, para atuar em substituição a servidora efetiva Cleuza Maria Iachineski visando suprir necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 10 de dezembro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 530/2014**

PORTARIA N.º 530/2014.

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001e, amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso VI, letra "b" da Lei Complementar n.º. 064/2013, de 26/02/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, ADRIELLI CAROLINI FERREIRA DOS SANTOS nascida em 16/08/1991, portadora do CPF n.º 083.404.199-51 RG. n.º 5.996.346 SESP/SC, para no período de 02/12/2014 a 01/12/2015, exercer as atividades de atividades de Auxiliar de Serviços Gerais II (44h/sem), conforme aprovação em Teste Seletivo, Edital n.º 003/2014 e Contrato de Trabalho Temporário n.º 023/2014, visando suprir necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 02/12/2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 12 de dezembro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 534/2014**

PORTARIA Nº 534/2014

Substitui membro da Comissão de Processo Administrativo nomeada através da Portaria nº 525/2014, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, Sr. Juliano Pozzi Pereira, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o infortúnio ocorrido com o Servidor RODRIGO ANTÔNIO JURCK;

CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade aos trabalhos realizados pela Comissão de Processo Administrativo nomeada através da Portaria nº 525/2014;

RESOLVE:

Art. 1º Substituir o membro da Comissão de Processo Administrativo RODRIGO ANTONIO JURCK pelo servidor JOSÉ ALFREDO PINTO.

Art. 2º Essa portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Irineópolis (SC), 19 de dezembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

---

**HOSPITAL Bom JESUS**

---

**DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2014.**

EXTRATO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 03/2014 - HMBJ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2014

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2014

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Hospital Municipal Bom Jesus através do presidente da Comissão Permanente de Licitações declara que a Exma. Sra. Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus, nos termos do artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93, conforme consta no Processo de Credenciamento nº 03/2014, declarou a Inexigibilidade de Licitação para a contratação de Flavia Mayra Rodrigues, conforme consta nos autos do processo acima citado, com o objetivo da contratação de profissionais para prestarem atendimento a pacientes internados pelo SUS no Hospital Municipal Bom Jesus.

A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão Permanente de Licitações, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo, e também, mediante sistema de credenciamento, de acordo com orientação do TCE/SC, conforme Prejulgados nº 680/99 e 1994/09.

Nos termos do artigo 109, da Lei nº 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, representação ou impugnação.

Irineópolis, 18 de dezembro de 2014.

EDINILSON BRAND

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

# Itapoá

## PREFEITURA

### ATA TOMADA DE PREÇO Nº 17-2014

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	19/12/2014	Horário início: 09h30min
Licitação /Modalidade	TOMADA DE PREÇO PROCESSO	Nº 17/2014 Nº 160/2014

#### OBJETO:

Contratação de empresa para prestação de serviço técnico para revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico e formatação de Plano Integrado de Saneamento Básico, conforme Termo de Referência, parte integrante do Edital.

No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 2191/2014. Observando que a Licitação foi publicada em Jornal Diário de Circulação no Estado, Diário Oficial dos Municípios, site e mural público municipal, no dia 01/12/2014 a fim de ampla divulgação. Protocolaram envelopes as empresas:

Data	Prot.	Horário	Empresa	CNPJ/MF
19/12/2014	809	08h:50m	SANEVILLE ENGENHARIA E CONSULTORIA	13.475.225/0001-46
19/12/2014	810	08h:50m	MPB SANEAMENTO LTDA	78.221.066/0001-07

Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foram abertos os envelopes de habilitação das empresas licitantes, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, onde foi constatado que a empresa SANEVILLE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA não apresentou a certidão exigida no item 2.2.2 (Certidão Negativa de Débitos INSS), contudo, a Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais contém texto incluindo como sua abrangência as contribuições sociais. Suscitada tal questão, a CPL prezando pelo princípio do julgamento objetivo, baixou diligência no site da Receita Federal (impressão inserta no processo) obtendo a informação de que a partir da data de 03/11/2014 não existe mais a emissão de certidão específica relativa a Contribuições Previdenciárias, sendo a certidão faltante (item 2.2.2.) emitida conjuntamente à Certidão Negativa de Débitos Federais. Assim sendo não foram achados motivos que desabonassem a referida empresa neste quesito. Continuando a análise da documentação apresentada pelas empresas participantes, foi ascendida a dúvida quanto ao item 2.3.1.1 do edital, visto que o mesmo exige a figuração de equipe técnica composta por no mínimo três profissionais, tais quais: engenheiro civil, engenheiro sanitaria e engenheiro ambiental. A empresa SANEVILLE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA apresentou apenas um engenheiro civil e um engenheiro sanitaria e ambiental, enquanto a empresa MPB SANEAMENTO LTDA apresentou engenheiro civil e mais de um engenheiro sanitaria e ambiental. Entendendo que as duas empresas demonstraram através dos Atestados de Capacidade Técnica apresentados, capacidade técnica para a execução do objeto da licitação, não querendo incorrer em erros de julgamento, resguardando o

princípio da isonomia, a CPL julgou-se hesitante na decisão visto tratar-se de questões de ordem técnica e decidiu suspender a sessão pública (conforme item 6.4 do edital) a fim de encaminhar o referido processo à análise técnica quanto: a suficiência ou não de apenas um engenheiro sanitaria e ambiental, visto que engloba as duas áreas exigidas no edital (caso da empresa SANEVILLE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA) e a exigência do edital quanto à quantidade de profissionais em relação ao objeto licitado (baseada nos editais anteriores realizados para contratação de empresa para elaboração de tais planos), considerando o Relatório de Instrução 9/2014 emitido pelo TCE/SC em anexo ao processo. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

FERNANDA CRISTINA ROSA  
VICE-PRESIDENTE

SOLAMIR COELHO  
MEMBRO

### SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: TERMO DE CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 13/2014 - EDUCADORA SOCIAL - CLEIDE

Prefeitura Municipal de Itapoá  
Secretaria Municipal da Assistência Social  
TERMO DE CONVOCAÇÃO  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 013/2014  
EDUCADORA SOCIAL

Alessandra Silveira Oliveira, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata Cleide Furlan Antunes para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados:

1. Cédula de Identidade (RG) ;
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
7. Uma foto recente ;
8. Comprovante de residência;
9. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo.
10. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
11. Certidão de Nascimento dos Filhos ;
12. Certidão de Regularização do CPF (internet) ;
13. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição.  
(prefeitura fornece);
14. Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece) ;
15. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
16. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
17. Tipagem sanguínea;
18. Laudo médico;
19. Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: \_\_\_\_\_;

Alessandra Silveira Oliveira  
Secretária da Assistência Social  
Itapoá, 19 de Dezembro de 2014.

**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: TERMO DE CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 13/2014 - EDUCADORA SOCIAL - ELIANE**

Prefeitura Municipal de Itapoá  
Secretaria Municipal da Assistência Social  
TERMO DE CONVOCAÇÃO  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 013/2014  
EDUCADORA SOCIAL

Alessandra Silveira Oliveira, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata Eliane de Fátima Bortolan para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados:

1. Cédula de Identidade (RG) ;
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
7. Uma foto recente ;
8. Comprovante de residência;
9. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo.
10. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
11. Certidão de Nascimento dos Filhos ;
12. Certidão de Regularização do CPF (internet) ;
13. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição.  
(prefeitura fornece);
14. Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece) ;
15. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
16. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
17. Tipagem sanguínea;
18. Laudo médico;
19. Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: \_\_\_\_\_;

Alessandra Silveira Oliveira  
Secretária da Assistência Social  
Itapoá, 11 de Dezembro de 2014.

**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: TERMO DE CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 13/2014 - EDUCADORA SOCIAL - REGINA**

Prefeitura Municipal de Itapoá  
Secretaria Municipal da Assistência Social  
TERMO DE CONVOCAÇÃO  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 013/2014  
EDUCADORA SOCIAL

Alessandra Silveira Oliveira, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata Regina Lucia Scholz para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados:

1. Cédula de Identidade (RG) ;
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;

5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
7. Uma foto recente ;
8. Comprovante de residência;
9. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo.
10. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
11. Certidão de Nascimento dos Filhos ;
12. Certidão de Regularização do CPF (internet) ;
13. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição.  
(prefeitura fornece);
14. Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece) ;
15. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
16. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
17. Tipagem sanguínea;
18. Laudo médico;
19. Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: \_\_\_\_\_;

Alessandra Silveira Oliveira  
Secretária da Assistência Social  
Itapoá, 11 de Dezembro de 2014.

**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: TERMO DE CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 13/2014 - EDUCADORA SOCIAL - SIMONE**

Prefeitura Municipal de Itapoá  
Secretaria Municipal da Assistência Social  
TERMO DE CONVOCAÇÃO  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 013/2014  
EDUCADORA SOCIAL

Alessandra Silveira Oliveira, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata Simone M. de Lima para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados:

1. Cédula de Identidade (RG) ;
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
7. Uma foto recente ;
8. Comprovante de residência;
9. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo.
10. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
11. Certidão de Nascimento dos Filhos ;
12. Certidão de Regularização do CPF (internet) ;
13. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição.  
(prefeitura fornece);
14. Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece) ;
15. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
16. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
17. Tipagem sanguínea;
18. Laudo médico;
19. Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: \_\_\_\_\_;

Alessandra Silveira Oliveira  
Secretária da Assistência Social  
Itapoá, 19 de Dezembro de 2014.

## SECRETARIA DE SAÚDE: RETIFICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO TESTE SELETIVO 056/2014 - MOTORISTA

RETIFICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO TESTE SELETIVO 056/2014  
MOTORISTA

Class	Candidatos	Pont. Exp. Profissional	Pont. Prova Prática	Pont. Entrevista	Pont. Final
1º	DENILSON MA-NOEL PEREIRA	30	50	15	95
2º	CLAUDIO COR-REIA GOMES	27	42	15	84
3º	EDVALDO ALVES DE FREITAS	22	50	10	82
4º	CLAUDIO R. DOS SANTOS	0	46	10	66
5º	LUIZ AUGUSTO RODRIGUES	0	42	13	55
6º	FABRICIO CAM-PANA PERES	0	38	13	51
7º*	ADÃO DANIEL MOREIRA	0	34	7	41
8º *	FRANCISCO F. DOS SANTOS	0	24	10	34
9º *	SIDNEY FER-REIRA SANTOS	17	Não fez	Não fez	17

Obs: \* Candidato não atingiu a pontuação mínima para classificação

Itapoá-SC, 19 de dezembro de 2014.

Joseane M S de Lima

Susinei R Schultz

### CÂMARA MUNICIPAL

## RESOLUÇÃO Nº 09/2014 - REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Regimento Interno da  
Câmara Municipal de Itapoá

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, 2º ANO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA

Osni Ocker Presidente

Thomaz William Palma Sohn Vice-Presidente

Geraldo Rene Behlau Weber 1º Secretário

Carlito Joaquim Custódio Júnior 2º Secretário

Daniel Silvano Weber Vereador

Edson da Cunha Speck Vereador

Ernesto Policarpo de Aquino Vereador

Jocélio Pinheiro Vereador

Márcia Regina Eggert Soares Vereadora

COMISSÃO ESPECIAL PARA ATUALIZAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO - ANO 2014

Carlito Joaquim Custódio Júnior Presidente

Márcia Regina Eggert Soares ..... Relatora

Ernesto Policarpo de Aquino Membro

Jocélio Pinheiro Membro

Edson da Cunha Speck Membro

Francisco Xavier Soares Filho, Msc. (Servidor Público) Membro

Patrícia Carneiro Braz Guerra de Souza (Servidora Pública) Mem-  
bro

Sheron Scholze Rosa, Msc. (Servidora Pública) Membro

SECRETÁRIA GERAL

Sheron Scholze Rosa, Msc.

ASSESSORIA JURÍDICA

Rosemeire Fabrin Braga

ASSESSORIA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL DE ITA-  
POÁ

Elaine Cristina Alves

Elisa Gonzalez Corso

Francisco Xavier Soares

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL (01/01/1990 - 30/06/1991) -  
CONSTITUINTE

Iseu Zagonel Presidente

Gilmar da Silva Vice-Presidente

Almir Speck 1º Secretário

Pedro Istanislau Alves 2º Secretário

Carlos Roberto Fogagnolo Tesoureiro

Ivo Alcides Cezarotto Vereador

Carlos Augusto da Silva Vereador

João José Silvino Vereador

Pedro José de Souza Vereador

REGIMENTO INTERNO DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

PREÂMBULO

Atendidas as exigências das Constituições Federal e Estadual, nós,  
Vereadores Municipais, invocando a proteção de Deus, Promul-  
gamos o seguinte Regimento Interno que norteará os trabalhos  
legislativos desta Casa de Leis.

SUMÁRIO

Comissão Especial para atualização do Regimento Interno ...  
..... 01

Preâmbulo ... ..... 03

TÍTULO I

DA CÂMARA MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DAS FUNÇÕES DA CÂMARA

Artigos 1º ao 6º ... ..... 09

CAPÍTULO II

DA SEDE DA CÂMARA

Artigos 7º ao 9º ... ..... 10

CAPÍTULO III

DA INSTALAÇÃO DA CÂMARA

Artigos 10 ao 18 ... ..... 10

TÍTULO II

DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DA MESA DA CÂMARA

Seção I - Da Formação da Mesa e de suas Modificações

Artigos 19 ao 31 ... ..... 11

Seção II - Da Competência da Mesa

Artigos 32 ao 37 ... ..... 13

Seção III - Das Atribuições Específicas dos Membros da Mesa  
Artigos 38 ao 44 ... 15

CAPÍTULO II  
DO PLENÁRIO  
Artigos 45 ao 46 ... 19

CAPÍTULO III  
DAS COMISSÕES  
Seção I - Da Finalidade das Comissões e de suas Modalidades  
Artigos 47 ao 55 ... 21  
Seção II - Da Formação das Comissões e de suas Modificações  
Artigos 58 ao 64 ... 24

Seção III - Do Funcionamento das Comissões Permanentes  
Artigos 65 ao 78 ... 25

Seção IV - Da Competência das Comissões Permanentes  
Artigos 79 ao 86 ... 28

TÍTULO III  
DOS VEREADORES  
CAPÍTULO I  
DO EXERCÍCIO DA VEREANÇA  
Artigos 87 ao 90 ... 30

CAPÍTULO II  
DA INTERRUÇÃO E DA SUSPENSÃO  
DO EXERCÍCIO DA VEREANÇA E DAS VAGAS  
Artigos 91 ao 95 ... 31

CAPÍTULO III  
DA LIDERANÇA PARLAMENTAR  
Artigos 96 ao 99 ... 32

CAPÍTULO IV  
DAS INCOMPATIBILIDADES E DOS IMPEDIMENTOS  
Artigos 100 ao 101 ... 33

CAPÍTULO V  
DA REMUNERAÇÃO DOS AGENTES POLÍTICOS  
Artigos 102 ao 108 ... 33

TÍTULO IV  
DAS PROPOSIÇÕES E DA SUA TRAMITAÇÃO  
CAPÍTULO I  
DAS MODALIDADES DE PROPOSIÇÃO E DE SUA FORMA  
Artigos 109 ao 114 ... 34

CAPÍTULO II  
DAS PROPOSIÇÕES EM ESPÉCIE  
Artigos 115 ao 125 ... 35

CAPÍTULO III  
DA APRESENTAÇÃO E DA RETIRADA DA PROPOSIÇÃO  
Artigos 126 ao 138 ... 38

CAPÍTULO IV  
DA TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES  
Artigos 139 ao 151 ... 40

TÍTULO V  
DAS REUNIÕES DA CÂMARA  
CAPÍTULO I  
DAS REUNIÕES EM GERAL  
Artigos 152 ao 161 ... 42

CAPÍTULO II  
DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS

Artigos 162 ao 174 ..... 45

CAPÍTULO III  
DAS REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS  
Artigos 175 ao 176 ..... 48

CAPÍTULO IV  
DAS REUNIÕES SOLENES  
Artigo 177 ..... 49

TÍTULO VI  
DAS DISCUSSÕES E DAS DELIBERAÇÕES  
CAPÍTULO I  
DAS DISCUSSÕES  
Artigos 178 ao 188 ..... 49

CAPÍTULO II  
DA DISCIPLINA DOS DEBATES  
Artigos 189 ao 195 ..... 51

CAPÍTULO III  
DAS DELIBERAÇÕES  
Artigos 196 ao 212 ..... 53

CAPÍTULO IV  
DA CONCESSÃO DE PALAVRA AOS CIDADÃOS EM REUNIÕES E  
COMISSÕES  
Artigos 213 ao 217 ..... 56

TÍTULO VII  
DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL E DOS PROCEDIMEN-  
TOS DE CONTROLE  
CAPÍTULO I  
DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL  
Seção I - Do Orçamento  
Artigos 218 ao 222 ..... 57

Seção II - Das Codificações  
Artigos 223 ao 225 ..... 57

CAPÍTULO II  
DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE  
Seção I - Do Julgamento das Contas  
Artigos 226 ao 229 ..... 58

Seção II - Do Processo de Perda de Mandato  
Artigos 230 ao 232 ..... 59

Seção III - Da Convocação dos Secretários Municipais  
Artigos 233 ao 239 ..... 59

Seção IV - Do Processo Destitutivo  
Artigo 240 ..... 60

TÍTULO VIII  
DO REGIMENTO INTERNO E DA ORDEM REGIMENTAL  
CAPÍTULO I  
DAS QUESTÕES DE ORDEM E DOS PRECEDENTES  
Artigos 241 ao 245 ..... 61

CAPÍTULO II  
DA DIVULGAÇÃO DO REGIMENTO E DE SUA REFORMA  
Artigos 246 ao 248 ..... 62

TÍTULO IX  
DA GESTÃO DOS SERVIÇOS INTERNOS DA CÂMARA  
Artigos 249 ao 258 ..... 62

**TÍTULO X**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**  
Artigos 259 ao 265 ..... 64

**RESOLUÇÃO Nº 09, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014**

Estabelece o Regimento Interno da Câmara Municipal de Itapoá-SC.

Presidente da Câmara Municipal de Itapoá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 44 da Lei Orgânica de Itapoá e no art. 39, do Regimento Interno, e para cumprir o disposto da Resolução nº 08/2014, Portaria nº 05/2014, e proposição da Comissão Temporária de Revisão do Regimento Interno, e com observância no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e eu promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

**TÍTULO I**  
**DA CÂMARA MUNICIPAL**  
**CAPÍTULO I**  
**DAS FUNÇÕES DA CÂMARA**

Art. 1º O Poder Legislativo local é exercido pela Câmara Municipal que tem funções legislativas, de fiscalização financeira e de controle externo do Executivo, de julgamento político-administrativo, desempenhando ainda as suas atribuições que lhes são próprias, atinentes à gestão dos assuntos de sua economia interna.

Art. 2º As funções legislativas da Câmara Municipal consistem na elaboração de emendas à Lei Orgânica Municipal, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Decretos Legislativos e Resoluções sobre quaisquer matérias de competência do Município, bem como a apreciação de Medidas Provisórias.

Art. 3º As funções de fiscalização financeira consistem no exercício do controle da Administração local, principalmente quanto à execução orçamentária e ao julgamento das contas apresentadas pelo Prefeito, integradas estas àquelas da própria Câmara, sempre mediante o auxílio do Tribunal de Contas do Estado (ou do Conselho ou do Tribunal de Contas do Município).

Art. 4º As funções de controle externo da Câmara implicam a vigilância dos negócios do Executivo em geral, sob os prismas da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e da ética político-administrativa, com a tomada das medidas sanatórias que se fizerem necessárias.

Art. 5º As funções julgadoras ocorrem nas hipóteses em que é necessário julgar os Vereadores, quando tais agentes políticos cometem infrações político-administrativas previstas em Lei.

Art. 6º As gestões dos assuntos de economia interna realizam-se através da disciplina regimental de suas atividades e da estruturação e da administração de seus serviços auxiliares.

**CAPÍTULO II**  
**DA SEDE DA CÂMARA**

Art. 7º A Câmara Municipal tem sua sede própria localizada na Rua Mariana Michels Borges, nº 1115, bairro Itapema do Norte, município de Itapoá-SC.

Art. 8º No recinto considerado Plenário, onde são realizadas as Reuniões, não poderão ser fixados quaisquer símbolos, quadros, faixas, cartazes ou fotografias que impliquem propaganda político-partidária, ideológica, religiosa ou de cunho promocional de pessoas vivas ou de entidades de qualquer natureza.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica à colocação de brasão ou bandeira do País, do Estado, ou do Município, na forma da legislação aplicável, bem como de obra artística de autor consagrado.

Art. 9º Somente por deliberação do Plenário e quando o interesse público o exigir, poderá o recinto de reuniões da Câmara ser utilizado para fins estranhos à sua finalidade.

**CAPÍTULO III**  
**DA INSTALAÇÃO DA CÂMARA**

Art. 10. A Câmara Municipal instalar-se-á, em Reunião Especial, às dez horas do dia previsto pela Lei Orgânica Municipal como de início da legislatura, quando será presidida pelo Vereador que mais recentemente tenha exercido cargo na Mesa ou, na hipótese de inexistir tal situação, o mais idoso entre os presentes.

Parágrafo único. A instalação ficará adiada para o dia seguinte, e assim sucessivamente, se a reunião que lhe corresponder não houver o comparecimento de pelo menos 3 (três) Vereadores, e se essa situação persistir, até o último dia do prazo a que se refere o art. 10; a partir deste, a instalação será presumida para todos os efeitos legais.

Art. 11. Os Vereadores, munidos do respectivo diploma, tomarão posse na Reunião de instalação, perante o Presidente provisório a que se refere o art. 10, o que será objeto de termo lavrado em livro próprio por Vereador Secretário "ad hoc" indicado por aquele, e após haverem todos manifestado compromisso, que será lido pelo Presidente, que consistirá da seguinte fórmula: "Prometo cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal, observar as Leis, desempenhar o mandato que me foi confiado e trabalhar pelo progresso do município e pelo bem-estar de seu povo".

Art. 12. Prestado o compromisso pelo Presidente, o Vereador Secretário "ad hoc" fará a chamada nominal de cada Vereador, que declarará: "Assim Prometo"

Art. 13. O Vereador que não tomar posse na Reunião prevista no art. 11, deverá fazê-lo no prazo de 15 (quinze) dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara Municipal, e prestará compromisso individualmente utilizando a fórmula do art. 11.

Art. 14. Imediatamente após a posse, os Vereadores apresentarão declaração de bens, repetida quando o término do mandato, sendo ambas transcritas em livro próprio, resumidas em ata e divulgadas para o conhecimento público.

Art. 15. Cumprido o disposto no art. 14, o Presidente provisório facultará a palavra por 5 (cinco) minutos, a cada um dos Vereadores indicados pela respectiva bancada e a quaisquer autoridades presentes que desejarem manifestar-se.

Art. 16. Seguir-se-á às orações a eleição da Mesa na qual somente poderão votar ou ser votados os Vereadores empossados.

Art. 17. O Vereador que não se empossar no prazo previsto no art. 13, não mais poderá fazê-lo, aplicando-se o disposto no art. 92.

Art. 18. O Vereador que se encontrar em situação incompatível com o exercício do mandato não poderá empossar-se sem prévia comprovação da desincompatibilização, o que se dará, impreterivelmente, no prazo a que se refere o art. 13.

**TÍTULO II**  
**DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA MUNICIPAL**  
**CAPÍTULO I**  
**DA MESA DA CÂMARA**

**Seção I - Da Formação da Mesa e de suas Modificações**

Art. 19. A Mesa da Câmara compõe-se dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Secretário e 2º Secretário, com mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução do cargo de Presidente para a mesma legislatura.

Parágrafo único. O 2º Secretário somente considerar-se-á integrante da Mesa quando em efetivo exercício no cargo de Secretário.

Art. 20. Findo o mandato dos membros da Mesa, proceder-se-á a renovação desta, para o biênio subsequente, conforme dispõe o parágrafo 2º do art. 21.

Art. 21. Imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a Presidência do Vereador que mais recentemente tenha exercido cargo na Mesa, ou na hipótese de inexistir tal situação, do mais idoso entre os presentes e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que ficarão automaticamente empossados.

§ 1º Na hipótese de não haver número suficiente para a eleição da Mesa, o Vereador que mais recentemente tenha exercido cargo na Mesa, ou na hipótese de inexistir tal situação, o mais idoso entre os presentes permanecerá na Presidência e convocará Reuniões diárias, até que seja eleita a Mesa.

§ 2º A eleição para a renovação da Mesa realizar-se-á obrigatoriamente na última Reunião Ordinária do Poder Legislativo, após a ordem do dia, empossando-se os eleitos em 1º de janeiro do ano subsequente.

§ 3º A candidatura para os cargos da Mesa ficar-se-á condicionada à prévia inscrição de chapa composta dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, até o encerramento da ordem do dia da última Reunião Ordinária definida no parágrafo 2º do art. 21, mediante protocolo ao Presidente em exercício.

§ 4º A eleição dos membros da Mesa far-se-á por maioria simples, assegurando-se o direito de voto inclusive aos candidatos a cargos na Mesa e o voto será aberto.

§ 5º O sorteio da ordem de votação far-se-á por chamada, em ordem alfabética, dos nomes dos Vereadores, pelo Presidente em exercício, para participarem do sorteio mecânico e definir a sequência de votação.

Art. 22. Para as eleições a que se refere o caput do art. 21, poderão concorrer quaisquer Vereadores titulares, ainda que tenham participado da Mesa da Legislatura precedente; para as eleições a que se refere o parágrafo 2º do art. 21, é vedada a reeleição do cargo de Presidente.

Art. 23. O suplente de Vereador convocado somente poderá ser eleito para o cargo da Mesa quando não seja possível preenchê-lo de outro modo.

Art. 24. Na hipótese da instalação presumida da Câmara, a que se refere o parágrafo único do art. 10, o único Vereador presente será considerado empossado automaticamente e assumirá a Presidência da Câmara, com todas as prerrogativas legais, cumprindo-lhe proceder em conformidade com o disposto nos arts. 91 e 93 e marcar a eleição para o preenchimento dos diversos cargos da Mesa.

Art. 25. Em caso de empate nas eleições para membro da Mesa, proceder-se-á ao segundo escrutínio para desempate e, se o empate persistir, a terceiro escrutínio, após a qual, se ainda não tiver definição, o concorrente mais votado nas eleições municipais será proclamado vencedor.

Art. 26. Os Vereadores eleitos para a Mesa serão empossados, mediante termo lavrado pelo Secretário em exercício, na Reunião em que se realizar sua eleição e entrarão imediatamente em exercício.

Art. 27. Somente se modificará a composição permanente da Mesa ocorrendo vaga do cargo de Presidente ou de Vice-Presidente.

Parágrafo único. Se a vaga for do cargo de Secretário, assumirá o respectivo suplente.

Art. 28. Considerar-se-á vago qualquer cargo da Mesa quando:

I - Extinguir-se o mandato político do respectivo ocupante, ou se este o perder;

II - Licenciar-se o membro da Mesa do mandato de Vereador por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias;

III - Houver renúncia do cargo da Mesa pelo seu titular com aceitação do Plenário;

IV - For o Vereador destituído da Mesa por decisão do Plenário.

Art. 29. A renúncia pelo Vereador ao cargo que ocupa na Mesa será feita mediante justificção escrita apresentada no Plenário.

Art. 30. A destituição de membro efetivo da Mesa somente poderá ocorrer quando comprovadamente desidioso, ineficiente ou quando tenha se prevaletido do cargo para fins ilícitos, dependendo de deliberação do Plenário pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores, acolhendo a representação de qualquer Vereador.

Art. 31. Para o preenchimento do cargo vago na Mesa, haverá eleições suplementares na primeira Reunião Ordinária seguinte àquela na qual se verificar a vaga, observado o disposto nos arts. 21 e 24.

§ 1º A renúncia pelo Vereador ocupante do cargo de Presidente da

Mesa, nos termos do art. 29, será preenchido pelo Vice-Presidente da Mesa, e haverá eleições suplementares para o cargo vago de Vice-Presidente.

§ 2º Com a vacância do cargo de Presidente e Vice-Presidente, haverá nova eleição da Mesa Diretora para todos os cargos, sendo convocada Reunião Extraordinária.

## Seção II - Da Competência da Mesa

Art. 32. A Mesa é o órgão diretor de todos os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara.

Art. 33. Compete à Mesa da Câmara privativamente, em colegiado:

I - Propor ao Plenário, Projetos de Resolução que criem, transformem e extingam cargos, empregos ou funções da Câmara Municipal, bem como fixem as correspondentes remunerações iniciais;

II - Propor as Resoluções e os Decretos Legislativos que fixem ou atualizem a remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, na forma estabelecida na Lei Orgânica Municipal;

III - Propor as Resoluções e os Decretos Legislativos concessivos de licenças e afastamentos ao Prefeito e aos Vereadores;

IV - Elaborar e encaminhar ao Prefeito, até o dia 31 de agosto, após a aprovação pelo Plenário, a proposta parcial do Orçamento da Câmara, na forma eletrônica, para ser incluída na proposta geral do Município, prevalecendo, na hipótese da não aprovação pelo Plenário, a proposta elaborada pela Mesa;

V - Enviar ao Prefeito Municipal, na forma eletrônica, até o primeiro dia de março, as contas do exercício anterior.

VI - Declarar a perda de mandato de Vereador, de ofício ou por provocação de qualquer dos membros da Câmara, nos casos previstos na Lei Orgânica Municipal, assegurada ampla defesa;

VII - Representar, em nome da Câmara, junto aos Poderes da União, do Estado e do Distrito Federal;

VIII - Organizar cronograma de desembolso das dotações da Câmara vinculadamente ao repasse mensal das mesmas pelo Executivo;

IX - Proceder à redação final das Resoluções e Decretos Legislativos;

X - Deliberar sobre convocação de Reuniões Extraordinárias na Câmara;

XI - Receber ou recusar as Proposições apresentadas sem observância das disposições regimentais;

XII - Assinar, por todos os seus membros, as Resoluções, Portarias e os Decretos Legislativos;

XIII - Assinar eletronicamente os Projetos de Lei aprovados, para a sua remessa ao Executivo;

XIV - Deliberar sobre a realização de Reuniões Solenes fora da sede da Edilidade;

XV - Determinar, no início da legislatura, o arquivamento das Proposições não apreciadas na legislatura anterior.

Art. 34. A Mesa decidirá sempre por maioria de seus membros.

Art. 35. O Vice-Presidente substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos e será substituído, nas mesmas condições, assim como este, pelo suplente.

Art. 36. Quando, antes de iniciar-se determinada Reunião Ordinária ou Extraordinária, verificar-se a ausência dos membros efetivos da Mesa, assumirá a Presidência o suplente de Secretário, e se também não houver comparecido, far-se-á o Vereador mais idoso presente, que convidará qualquer dos demais Vereadores para funções de Secretário "ad hoc".

Art. 37. A Mesa reunir-se-á, independentemente do Plenário, para apreciação prévia de assuntos que serão objeto de deliberação da Edilidade que, por sua especial relevância, demandem intenso acompanhamento e fiscalização ou ingerência do Legislativo.

## Seção III - Das Atribuições Específicas dos Membros da Mesa

Art. 38. O Presidente da Câmara é a mais alta autoridade da Mesa, dirigindo-a e ao Plenário, em conformidade com as atribuições que lhe conferem este Regimento Interno.

Art. 39. Compete ao Presidente da Câmara:

I - Representar a Câmara Municipal em juízo, inclusive prestando informações em mandato de segurança contra ato da Mesa ou Plenário;

II - Dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;

III - Interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

IV - Promulgar as Resoluções e os Decretos Legislativos, bem como as Leis que receberam sanção tácita e as cujo Veto tenha sido rejeitado pelo Plenário e não tenham sido promulgadas pelo Prefeito Municipal;

V - Fazer publicar os atos da Mesa, bem como as Resoluções, os Decretos Legislativos e as Leis por ele promulgadas;

VI - Declarar extinto o mandato do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Vereadores, nos casos previstos em Lei;

VII - Manter e alimentar o acesso das informações da contabilidade da Câmara de forma online disponível no site institucional do Poder Legislativo de Itapoá, com o sistema denominado Portal da Transparência, nos termos da Lei Complementar nº 131/2009 e demais alterações;

VIII - Requisitar o numerário destinado às despesas da Câmara;

IX - Exercer, em substituição, a chefia do Executivo Municipal nos casos previstos em Lei;

X - Designar Comissões Especiais nos termos deste Regimento Interno, observadas as indicações partidárias;

XI - Mandar prestar informações por escrito e expedir certidões requeridas para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações;

XII - Realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil e com membros da comunidade;

XIII - Administrar os serviços da Câmara Municipal, fazendo lavrar os atos pertinentes a essa área de gestão;

XIV - Representar a Câmara junto ao Prefeito, às autoridades federais, estaduais e distritais e perante às entidades privadas em geral;

XV - Credenciar agente de imprensa, rádio e televisão para o acompanhamento dos trabalhos legislativos;

XVI - Fazer expedir convites para as Reuniões Solenes da Câmara Municipal às pessoas que, por qualquer título, mereçam honraria;

XVII - Conceder audiências ao público, a seu critério, em dias e horas pré-fixadas;

XVIII - Requisitar força, quando necessária à preservação da regularidade de funcionamento da Câmara;

XIX - Empossar os Vereadores retardatários e suplentes e declarar empossados o Prefeito e o Vice-Prefeito, após a investidura dos mesmos nos respectivos cargos perante o Plenário;

XX - Declarar extintos os mandatos do Prefeito, do Vice-Prefeito, de Vereador e de suplente, nos casos previstos em Lei ou em decorrência de decisão judicial, em face de deliberação do Plenário, e expedir Decreto Legislativo de perda do mandato;

XXI - Convocar suplente de Vereador, quando for o caso.

XXII - Declarar destituído membro da Mesa ou de Comissão Permanente, nos casos previstos neste Regimento.

XXIII - Designar os membros das Comissões Especiais e os seus substitutos e preencher vagas nas Comissões Permanentes;

XXIV - Convocar verbalmente os membros da Mesa, para as reuniões previstas no art. 37 deste Regimento;

XXV - Dirigir as atividades legislativas da Câmara em geral, em conformidade com as normas legais e deste Regimento, praticando todos os atos que, explícita ou implicitamente, não caibam ao Plenário, à Mesa em conjunto, às Comissões, ou a qualquer integrante de tais órgãos individualmente considerados, e em especial exercendo as seguintes atribuições:

a) Convocar Reuniões Extraordinárias da Câmara, e comunicar aos Vereadores as convocações partidas do Prefeito ou a requerimento da maioria absoluta dos membros da Casa, inclusive no recesso;

b) Superintender a organização da pauta dos trabalhos legislativos;

c) Abrir, presidir e encerrar as Reuniões da Câmara e suspendê-las, quando necessário;

d) Determinar a leitura, pelo Vereador Secretário, das Atas, Pareceres, Requerimentos e outras peças escritas sobre as quais deva

deliberar o Plenário, na conformidade do expediente de cada Reunião;

e) Cronometrar a duração do expediente e da ordem do dia e do tempo dos oradores inscritos, anunciando o início e o término respectivos;

f) Manter a ordem no recinto da Câmara, concedendo a palavra aos oradores inscritos, cassando-a, disciplinando os apartes e advertindo todos os que incidirem em excessos;

g) Resolver as questões de ordem;

h) Interpretar o Regimento Interno, para aplicação às questões emergentes, sem prejuízo de competência do Plenário para deliberar a respeito, se o requerer qualquer Vereador;

i) Anunciar a matéria a ser votada e proclamar resultado da votação;

j) Proceder à verificação de quorum, de ofício ou a requerimento de Vereador;

k) Encaminhar os processos e os expedientes às Comissões Permanentes, para parecer, controlando-lhes o prazo, e, esgotado este sem pronunciamento, nomear relator "ad hoc" nos casos previstos neste Regimento;

XXVI - Praticar os atos essenciais de intercomunicação com o Executivo, notadamente:

a) Receber as mensagens de propostas Legislativas, fazendo-as protocolizar;

b) Encaminhar ao Prefeito, por ofício e na forma eletrônica, os Projetos de Lei aprovados e comunicar-lhe os Projetos de sua iniciativa desaprovados, bem como os Vetos rejeitados ou mantidos;

c) Solicitar ao Prefeito as informações pretendidas pelo Plenário e convidá-lo a comparecer ou fazer que compareçam à Câmara os seus auxiliares para explicações, quando haja convocação da Edilidade em forma regular;

d) Solicitar mensagem com propositura de autorização legislativa para suplementação dos recursos da Câmara, quando necessário;

e) Proceder a devolução à Tesouraria da Prefeitura, de saldo de caixa existentes na Câmara ao final de cada exercício;

XXVII - Ordenar as despesas da Câmara Municipal e assinar cheques nominativos ou ordem de pagamento juntamente com o servidor encarregado do movimento financeiro;

XXVIII - Determinar licitação para contratações administrativas de competência da Câmara quando exigível;

XXIX - Disponibilizar e manter o site da Câmara Municipal de Itapoá, e inclusive disponibilizar o acesso das transmissões on-line e gravações das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias na internet, o portal da transparência com a contabilidade pública pormenorizada nos termos da Lei Complementar nº 131/2009, o processo legislativo on-line por meio do Sistema de Apoio ao Processo Legislativo mantido pelo Senado Federal, as principais notícias do Poder Legislativo, a agenda das atividades e pauta das Reuniões, a publicação de todos os atos de efeito interno e externo no Diário Oficial do Município, a disponibilização voluntária de informações para ampliar o acesso das informações no site institucional da Câmara e a garantia do pleno acesso de todas as informações requeridas pelos munícipes, nos termos da Lei nº 12.527/2011;

XXX - Administrar o pessoal da Câmara Municipal fazendo lavrar e assinando os atos de nomeação, promoção, reclassificação, exoneração, aposentadoria, concessão de férias e de licença, atribuindo aos servidores do Legislativo, vantagens legalmente autorizadas, determinando a apuração de responsabilidades administrativas civil e criminal de servidores faltosos e aplicando-lhes penalidades; julgando os recursos hierárquicos de servidores da Câmara; praticando quaisquer outros atos atinentes a essa área de sua gestão;

XXXI - Mandar expedir certidões requeridas para a defesa de direito e esclarecimentos de situações de interesse pessoal;

XXXII - Exercer atos de poder de polícia em quaisquer matérias relacionadas com as atividades da Câmara Municipal dentro ou fora do recinto da mesma;

XXXIII - Dar provimento ao recurso de que trata o art. 55, parágrafo 1º, deste Regimento.

Art. 40. O Presidente da Câmara, quando estiver substituindo o

Prefeito, nos casos previstos em Lei, ficará impedido de exercer qualquer atribuição ou praticar qualquer ato que tenha implicação com a função Legislativa.

Art. 41. O Presidente da Câmara poderá oferecer proposições ao Plenário, mas deverá afastar-se da Mesa quando estiverem as mesmas em discussão ou votação.

Art. 42. O Presidente da Câmara somente poderá votar nas hipóteses em que exigível quorum de votação de 2/3 (dois terços), e ainda nos casos de desempate, de eleição e de destituição de membros da Mesa e das Comissões Permanentes e em outros previstos em Lei.

Parágrafo único. O Presidente fica impedido de votar nos processos em que for interessado como denunciante ou denunciado.

Art. 43. Compete ao Vice-Presidente da Câmara:

I - Substituir o Presidente da Câmara em suas faltas, ausências, impedimentos ou licenças;

II - Promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as Resoluções e os Decretos Legislativos sempre que o Presidente, ainda que se ache em exercício, deixar de fazê-lo no prazo estabelecido;

III - Promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as Leis quando o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara, sucessivamente, tenham deixado de fazê-lo, sob pena de perda do mandato de membro da Mesa.

Art. 44. Compete ao Secretário:

I - Organizar o expediente e a ordem do dia;

II - Fazer a chamada dos Vereadores ao abrir-se a Reunião e nas ocasiões determinadas pelo Presidente, anotando os comparecimentos e as ausências;

III - Ler a Ata, as proposições e demais papéis que devam ser de conhecimento da Casa;

IV - Fazer a inscrição dos oradores na pauta dos trabalhos;

V - Redigir as Atas, resumindo os trabalhos da Reunião e assinando-as juntamente com o Presidente;

VI - Gerir a correspondência da Casa, providenciando a expedição de ofícios em geral e de comunicados individuais aos Vereadores;

VII - Substituir os demais membros da Mesa, quando necessário.

## CAPÍTULO II DO PLENÁRIO

Art. 45. O Plenário é o órgão deliberativo da Câmara, constituindo-se do conjunto dos Vereadores em exercícios em local, forma e quorum legais para deliberar.

§ 1º O local é o recinto de sua sede e só por motivo de força maior o Plenário se reunirá, por decisão própria, em local diverso.

§ 2º A forma legal para deliberar é a Reunião.

§ 3º Quorum é o número determinado na Lei Orgânica Municipal ou neste Regimento para a realização das Reuniões e para deliberações.

§ 4º Integra o Plenário o suplente de Vereador regularmente convocado, enquanto dure a convocação.

§ 5º Não integra o Plenário, o Presidente da Câmara, quando se achar em substituição ao Prefeito.

Art. 46. São atribuições do Plenário, entre outras, as seguintes:

I - Elaborar as Leis Municipais sobre matérias de competência do Município;

II - Discutir e votar o Orçamento Anual, o Plano Plurianual e as Diretrizes Orçamentárias;

III - Autorizar, sob a forma da Lei, observadas as restrições constantes da Constituição e da Legislação incidente, os seguintes atos e negócios administrativos:

a) Abertura de Créditos Adicionais, inclusive para atender a subvenção e auxílios financeiros;

b) Operações de créditos;

c) Aquisição onerosa de bens imóveis;

d) Alienação e oneração real de bens imóveis municipais;

e) Concessão e permissão de serviço público;

f) Concessão de direito real de uso de bens municipais;

g) Participação em consórcios intermunicipais;

h) Alteração da denominação de próprios, vias e logradouros públicos.

IV - Expedir Decretos Legislativos quanto a assuntos de sua competência privativa, notadamente nos casos de:

a) Perda e mandato de Vereador;

b) Aprovação ou rejeição das contas do Município;

c) Concessão de licença ao Prefeito nos casos previstos em Lei;

d) Consentimento para o Prefeito se ausentar do Município por prazo superior a 15 (quinze) dias;

e) Atribuição de título de cidadão honorário a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado relevantes serviços à comunidade;

f) Fixação ou atualização da remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito;

g) Regulamentação das eleições dos Conselhos distritais;

h) Delegação ao Prefeito para a elaboração legislativa;

V - Expedir Resoluções sobre assuntos de sua economia interna, mormente quanto aos seguintes:

a) Alteração do Regimento Interno;

b) Destituição de membro da Mesa;

c) Concessão de licença a Vereador, nos casos permitidos em Lei;

d) Julgamento de recursos de sua competência, nos casos previstos na Lei Orgânica Municipal ou neste Regimento;

e) Constituição de Comissões Especiais;

f) Fixação ou atualização da remuneração dos Vereadores;

VI - Processar e julgar o Vereador pela prática de infração político-administrativa;

VII - Solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos de administração quanto delas careça;

VIII - Convocar os auxiliares diretos do Prefeito para explicações perante o Plenário sobre matérias sujeitas à fiscalização da Câmara, sempre que assim o exigir o interesse público;

IX - Eleger a Mesa e as Comissões Permanentes e destituir os seus membros na forma e nos casos previstos neste Regimento;

X - Garantir o amplo acesso das reuniões ordinárias e extraordinárias da Câmara, com a transmissão por rádio e/ou televisão, ou transmissão ao vivo pela internet e disponibilização das gravações das Reuniões no site institucional do Poder Legislativo de Itapoá;

Garantir o amplo acesso e disponibilização de todos os documentos do processo legislativo on-line no site da Câmara, de modo a permitir o mesmo nível informacional tanto dos Vereadores quanto dos cidadãos;

Garantir o amplo acesso das informações e disponibilização na internet, em tempo real, da contabilidade da Câmara, com o detalhamento das receitas e despesas, e de formas de pesquisas para facilitar o acompanhamento e entendimento das informações contábeis;

XI - Dispor sobre a realização de Reuniões sigilosas nos casos concretos;

XII - Autorizar a utilização do recinto da Câmara para fins estranhos à sua finalidade, quando for do interesse público;

XIII - Propor a realização de consulta popular na forma da Lei Orgânica Municipal.

## CAPÍTULO III DAS COMISSÕES

Seção I - Da Finalidade das Comissões e de suas Modalidades

Art. 47. As Comissões são órgãos técnicos compostos de 3 (três) Vereadores com a finalidade de examinar matéria em tramitação na Câmara e emitir Parecer sobre a mesma, ou de proceder a estudos sobre assuntos de natureza essencial ou, ainda, de investigar fatos determinados de interesse da administração.

Art. 48. As Comissões da Câmara são Permanentes e Especiais.

Art. 49. As Comissões Permanentes incumbem estudar as Proposições e os assuntos distribuídos ao seu exame, manifestando sobre eles sua opinião para orientação do Plenário.

Parágrafo único. As Comissões Permanentes são as seguintes:

I - De Legislação, Justiça e Redação Final;

II - De Orçamento e Finanças;

III - De Obras e Serviços Públicos;

**IV - De Educação, Saúde e Assistência.**

Art. 50. As Comissões Especiais destinadas a proceder a estudo de assunto de especial interesse do Legislativo terão sua finalidade especificada na Resolução que as constituir, a qual indicará também o prazo para apresentarem o relatório de seus trabalhos.

Art. 51. A Câmara poderá constituir Comissões Especiais de Inquérito, com a finalidade de apurar irregularidades administrativas do Executivo, da Administração indireta e da própria Câmara.

Parágrafo único. As denúncias sobre irregularidades e a indicação das provas deverão constar do requerimento que solicitar a constituição da Comissão de Inquérito.

Art. 52. As Comissões Especiais de Inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, serão criadas pela Câmara mediante Requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso encaminhadas ao Ministério público para que este promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Art. 53. A Câmara constituirá Comissão Especial Processante a fim de apurar a prática de infração político-administrativa de Vereador, observado o disposto na Lei Orgânica do Município.

Art. 54. Em cada Comissão será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participem da Câmara.

Art. 55. As Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I - Discutir e votar as Proposições que lhes forem distribuídas sujeitas à deliberação do Plenário;

II - Discutir e votar Projetos de Lei, dispensada a competência do Plenário, excetuadas os Projetos:

a) De Lei Complementar;

b) De Código;

c) De iniciativa popular;

d) De Comissão;

e) Relativos à matéria que não possa ser objeto de delegação, consoante do § 1º do art. 68 da Constituição da República Federativa do Brasil;

f) Que tenha recebido pareceres divergentes;

g) Em Regime de Urgência Especial e Simples;

III - Convocar Secretários Municipais ou ocupantes de cargos da mesma natureza para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;

IV - Receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V - Solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI - Apreciar programas de obras e planos e sobre eles emitir parecer;

VII - Acompanhar junto à Prefeitura Municipal a elaboração da Proposta Orçamentária, bem como a sua posterior execução.

§ 1º Na hipótese do inciso II deste artigo e dentro de 3 (três) Reuniões a contar da divulgação da Proposição a ordem do dia, o recurso de que trata o art. 58, §2º, I, da Constituição da República Federativa do Brasil, dirigido ao Presidente da Câmara e assinado por 1/10 (um décimo), pelo menos, dos membros da Casa, o que será objeto de deliberação do Plenário.

§ 2º Durante a fluência do prazo recursal o avulso da ordem do dia de cada Reunião deverá consignar a data final para interposição do recurso.

§ 3º Transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou improvido este, a matéria será enviada à redação final ou arquivada, conforme o caso.

§ 4º Aprovada a redação final pela Comissão competente o Projeto de Lei torna à Mesa para ser encaminhada ao Poder Executivo, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 56. Qualquer entidade da sociedade civil poderá solicitar ao Presidente da Câmara que lhe permita emitir conceitos ou opiniões, junto às Comissões, sobre Projetos que com elas se encontrem para estudo.

Parágrafo único. O Presidente da Câmara enviará o pedido ao Presidente da respectiva Comissão a quem caberá deferir ou indeferir o Requerimento, indicando, se for o caso, dia e hora para o pronunciamento e seu tempo de duração.

Art. 57. As Comissões Especiais de Representação serão constituídas para representar a Câmara em atos externos de caráter cívico ou cultural, dentro ou fora do território do Município.

**Seção II - Da Formação das Comissões e de suas Modificações**

Art. 58. Os membros das Comissões Permanentes serão eleitos na Reunião seguinte à da eleição da Mesa, por um período de 2 (dois) anos mediante escrutínio público, considerando-se eleito, em caso de empate, o Vereador do partido ainda não representado em outra Comissão, ou o Vereador ainda não eleito para nenhuma Comissão, ou, finalmente, o Vereador mais votado nas eleições municipais.

§ 1º Far-se-á votação separada para cada Comissão, através de cédulas impressas, impressas ou manuscritas, assinadas pelos votantes, com indicação dos nomes mais votados e da legenda partidária respectiva.

§ 2º Na organização das Comissões Permanentes, obedecer-se-á ao disposto no art. 54 deste Regimento, mas não poderão ser eleitos para integrá-las o Presidente da Câmara e o Vereador que não se achar em exercício, nem o suplente deste.

§ 3º O Vice-Presidente e o Secretário somente poderão participar de Comissão Permanente quando não seja possível compô-la de outra forma adequadamente.

Art. 59. As Comissões Especiais serão constituídas por proposta da Mesa ou por pelo menos 3 (três) Vereadores, através de Resolução que atenderá ao disposto no art. 50.

Art. 60. A Comissão de Inquérito poderá examinar documentos municipais, ouvir testemunhas e solicitar, através do Presidente da Câmara, as informações necessárias ao Prefeito ou a dirigente de entidade de Administração indireta.

§ 1º Mediante o relatório da Comissão, o Plenário decidirá sobre as providências cabíveis, no âmbito político-administrativo, através de Decreto Legislativo, aprovado pela maioria absoluta dos Vereadores presentes.

§ 2º Deliberará ainda o Plenário sobre a conveniência do envio de cópias de peças do Inquérito à Justiça, visando a aplicação de sanções civis ou penais aos responsáveis pelos atos objeto da investigação.

Art. 61. O membro de Comissão Permanente poderá por motivo justificado solicitar dispensa da mesma.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo observar-se-á a condição prevista no art. 29.

Art. 62. Os membros das Comissões Permanentes serão destituídos caso não compareçam a 3 (três) reuniões consecutivas ordinárias, ou 5 (cinco) intercaladas da respectiva Comissão, salvo por motivo de força maior devidamente comprovado.

§ 1º A destituição dar-se-á por simples petição de qualquer Vereador, dirigida ao Presidente da Câmara que após comprovar a autenticidade da denúncia declarará vago o cargo.

§ 2º Do ato do Presidente caberá recurso para o Plenário, no prazo de 3 (três) dias.

Art. 63. O Presidente da Câmara poderá substituir, a seu critério, qualquer membro de Comissão Especial.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos membros de Comissão Processante e de Comissão de Inquérito.

Art. 64. As vagas nas Comissões por renúncia, destituição, ou por extinção ou perda de mandato de Vereador serão supridas por qualquer Vereador por livre designação o Presidente da Câmara, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 58.

**Seção III - Do Funcionamento das Comissões Permanentes**

Art. 65. As Comissões Permanentes, logo que constituídas, reunir-se-ão para eleger os respectivos Presidentes e Vice-Presidentes e prefixar os dias e horas em que se reunirão ordinariamente.

Parágrafo único. O Presidente será substituído pelo Vice-Presidente

e este pelo terceiro membro da Comissão.

Art. 66. As Comissões Permanentes não poderão se reunir, salvo para emitirem Parecer em matéria sujeita a Regime de Urgência Especial, no período destinado à ordem do dia da Câmara, quando então a Reunião Plenária será suspensa, de ofício, pelo Presidente da Câmara.

Art. 67. As Comissões Permanentes poderão reunir-se extraordinariamente sempre que necessário, presentes pelo menos 2 (dois) de seus membros, devendo, para tanto, ser convocadas pelo Presidente no curso da reunião ordinária da Comissão.

Art. 68. Das reuniões de Comissão Permanente lavrar-se-ão atas, em livros próprios, pelo servidor incumbido de assessorá-las, as quais serão assinadas por todos os membros.

Art. 69. Compete aos Presidentes da Comissão Permanente:

I - Convocar reuniões extraordinárias da Comissão respectiva por aviso enviado aos e-mails dos vereadores;

II - Presidir às reuniões da Comissão a zelar pela ordem dos trabalhos;

III - Fazer observar os prazos dentro dos quais, a Comissão e designar-lhes relator ou reservar-se para relatá-las pessoalmente;

IV - Fazer observar os prazos dentro dos quais, a Comissão deverá desincumbir-se de seus misteres;

V - Representar a Comissão nas relações com a Mesa e o Plenário;

VI - Conceder visto de matéria, por 3 (três) dias, ao membro da Comissão que o solicitar, salvo no caso de tramitação em Regime de Urgência.

VII - Avocar o expediente, para emissão do Parecer em 48 (quarenta e oito) horas, quando não o tenha feito o relator no prazo.

Parágrafo único. Dos atos dos Presidentes das Comissões, com os quais não concorde qualquer de seus membros, caberá recurso para o Plenário no prazo de 3 (três) dias, salvo tratando-se de Parecer.

Art. 70. Encaminhado qualquer expediente ao Presidente da Comissão Permanente, este designar-lhe-á relator em 48 (quarenta e oito) horas, se não se reservar a emissão do Parecer, o qual deverá ser apresentado em 7 (sete) dias.

Art. 71. É de 10 (dez) dias o prazo para qualquer Comissão Permanente se pronunciar, a contar da data do recebimento da matéria pelo seu Presidente.

§ 1º O prazo a que se refere este artigo será duplicado em se tratando de Proposta Orçamentária, Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual, do processo de prestação de contas do Município e triplicando quando se tratar de projeto de codificação.

§ 2º O prazo a que se refere este artigo será reduzido pela metade, quando se tratar de matéria colocada em Regime de Urgência e de Emendas e Sub-Emendas apresentadas à Mesa e aprovadas pelo Plenário.

Art. 72. Poderão as Comissões solicitar, ao Plenário, a requisição ao Prefeito, das informações que julgarem necessárias, desde que se refiram às Proposições sob a sua apreciação, caso em que o prazo para a emissão de Parecer ficará automaticamente prorrogado por tantos dias quantos restarem para o seu esgotamento.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos casos em que as Comissões, atendendo à natureza do assunto, solicitem assessoramento externo de qualquer tipo, inclusive a instituição oficial ou não oficial.

Art. 73. As Comissões Permanentes deliberarão, por maioria de votos, sobre o pronunciamento do relator, o qual, se aprovado, prevalecerá como Parecer.

§ 1º Se forem rejeitadas as conclusões do relator, o Parecer consistirá da manifestação em contrário, assinando-o o relator como vencido.

§ 2º O membro da Comissão que concordar com o relator, aporá ao pé do pronunciamento daquele a expressão "pelas conclusões" seguida de sua assinatura.

§ 3º A aquiescência às conclusões do Relator poderá ser parcial, ou por fundamento diverso, hipótese em que o membro da Comissão que a manifestar usará a expressão "de acordo, com restrições".

§ 4º O Parecer da Comissão poderá sugerir substitutivo à Proposição, ou Emendas à mesma.

§ 5º O Parecer da Comissão deverá ser assinado por todos os seus membros, sem prejuízo da apresentação do voto vencido em separado, quando o requeira o seu autor ao Presidente da Comissão e este defira o Requerimento.

Art. 74. Quando a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se sobre o Veto, produzirá, com o Parecer, Projeto de Decreto Legislativo, propondo a rejeição ou aceitação do mesmo.

Art. 75. Quando a Proposição for distribuída a mais de uma Comissão Permanente da Câmara, cada uma delas emitirá o respectivo Parecer separadamente, a começar pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, devendo manifestar-se por último a Comissão de Finanças e Orçamento.

Parágrafo único. No caso deste artigo, os expedientes serão encaminhados de uma Comissão para outra pelo respectivo Presidente.

Art. 76. Qualquer Vereador ou Comissão poderá requerer, por escrito, ao Plenário, a audiência da Comissão à qual a Proposição não tenha sido previamente distribuída, devendo fundamentar devidamente o Requerimento.

Parágrafo único. Caso o Plenário acolha o Requerimento, a Proposição será enviada à Comissão, que se manifestará aos mesmos prazos a que se referem os arts. 71 e 72.

Art. 77. Sempre que determinada Proposição tenha tramitado de uma para outra Comissão, ou somente por determinada Comissão, sem que haja sido oferecido, no prazo, o parecer respectivo, inclusive na hipótese do art. 69, VII, o Presidente da Câmara designará relator ad hoc para produzi-lo no prazo de 5 (cinco) dias.

Parágrafo único. Escoada o prazo do relator "ad hoc" sem que tenha sido proferido o Parecer, a matéria, ainda assim se incluída na mesma ordem do dia da Proposição a que se refira, para que o Plenário se manifeste sobre a dispensa do mesmo.

Art. 78. Somente serão dispensados os Pareceres das Comissões, por deliberação do Plenário, mediante Requerimento escrito de Vereador ou solicitação do Presidente da Câmara por despacho nos autos, quando se tratar de Proposição colocada em Regime de Urgência Especial, na forma do art. 148, ou em Regime de Urgência Simples, na forma do art. 149 e seu parágrafo único.

§ 1º A dispensa do Parecer será determinada pelo Presidente da Câmara, na hipótese do art. 76 e de seu parágrafo único, quando se tratar das matérias dos arts. 84 e 85, na hipótese do § 3º do art. 140.

§ 2º Quando for recusada a dispensa de Parecer o Presidente em seguida sorteará relator para proferi-lo oralmente perante o Plenário antes de iniciar-se a votação de matéria.

#### Seção IV - Da Competência das Comissões Permanentes

Art. 79. Compete à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se sobre todos os assuntos nos aspectos constitucionais e legal e, quando já aprovados pelo Plenário, analisá-los sob os aspectos lógicos e gramaticais, de modo a adequar ao bom vernáculo o texto das Proposições.

§ 1º Salvo expressa disposição em contrário deste Regimento, é obrigatória a audiência da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final em todos os Projetos de Lei, Decretos Legislativos e Resoluções que tramitem pela Câmara.

§ 2º Concluindo a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final pela ilegalidade ou inconstitucionalidade de um Projeto, seu Parecer seguirá ao Plenário para ser discutido e, somente quando for rejeitado, prosseguirá aquela sua tramitação.

§ 3º A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se-á sobre o mérito da Proposição, assim entendida a colocação do assunto sob o prisma de sua conveniência, utilidade e oportunidade, principalmente nos seguintes casos:

I - Organização administrativa da Prefeitura e da Câmara;

II - Criação de entidade de Administração Indireta ou de Fundação;

III - Aquisição e alienação de bens imóveis;

IV - Participação em consórcios;

V - Concessão de licença ao Prefeito ou a Vereador;

VI - Alteração de denominação de próprios, vias e logradouros públicos.

Art. 80. Compete a Comissão de Finanças e Orçamento opinar obrigatoriamente sobre todas as matérias de caráter financeiro, e especialmente quando for o caso de:

I - Plano Plurianual;

II - Diretrizes Orçamentárias;

III - Proposta Orçamentária;

IV - Proposições referentes a matérias tributárias, abertura de créditos, empréstimos públicos e as que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município, acarretem responsabilidades ao Erário Municipal ou interessem ao Crédito e ao Patrimônio Público Municipal;

V - Proposição que fixem ou aumentem a remuneração do servidor e que fixem ou atualizem a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores e a verba de representação do Prefeito, do Vice-Prefeito e do Presidente da Câmara.

Art. 81. Compete a Comissão de Obras e Serviços Públicos opinar nas matérias referentes a quaisquer obras, empreendimentos e execução de serviços públicos locais e ainda sobre assuntos ligados às atividades produtivas em geral, oficiais ou particulares. Parágrafo único. A Comissão de Obras e Serviços Públicos opinará, também, sobre a matéria do art. 79 § 3º, III e sobre o Plano de Desenvolvimento do Município e suas alterações.

Art. 82. Compete à Comissão de Educação, Saúde e Assistência manifestar-se em todos os Projetos e matérias que versem sobre assuntos educacionais, artísticos, inclusive patrimônio histórico, desportivos e relacionados com a saúde, o saneamento e assistência e previdências sociais em geral.

Parágrafo único. A Comissão de Educação, Saúde e Assistência apreciará obrigatoriamente as Proposições que tenham por objetivo:

I - Concessão de bolsas de estudo;

II - Reorganização administrativa da Prefeitura nas áreas de Educação e Saúde;

III - Implantação de centros comunitários, sob auspício oficial;

Art. 83. As Comissões Permanentes, às quais tenha sido distribuída determinada matéria, reunir-se-ão conjuntamente para proferir Parecer único no caso de Proposição colocada no Regime de Urgência Especial de tramitação e sempre quando o decidam os respectivos membros, por maioria, nas hipóteses do art. 76 § 3º, I.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, o Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final presidirá as Comissões reunidas, substituindo-o, quando necessário, o Presidente de outra Comissão por ele indicado.

Art. 84. Quando se tratar de Veto, somente se pronunciará a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, salvo se esta solicitar a audiência de outra comissão, com a qual poderá reunir-se em conjunto, observado o disposto no parágrafo único do art. 83.

Art. 85. À Comissão de Finanças e Orçamento serão distribuídas as Propostas Orçamentárias, as Diretrizes Orçamentárias, o Plano Plurianual e o processo referente às contas do Município, este acompanhado do Parecer prévio correspondente, sendo-lhe vedado solicitar a audiência de outra Comissão.

Parágrafo único. No caso deste artigo, aplicar-se-á, se a Comissão não se manifestar no prazo, o disposto no § 1º do art. 78.

Art. 86. Encerrada a apreciação conclusiva da matéria sujeita à deliberação do Plenário pela última Comissão a que tenha sido distribuída, a Proposição e os respectivos Pareceres serão remetidos à Mesa até a Reunião subsequente para serem incluídos na ordem do dia.

### TÍTULO III

#### DOS VEREADORES

##### CAPÍTULO I

##### DO EXERCÍCIO DA VEREANÇA

Art. 87. Os Vereadores são agentes políticos investidos de mandato

legislativo municipal para uma legislatura de 4 (quatro) anos, eleitos, pelo sistema partidário e de representação proporcional, por voto secreto e direto.

Art. 88. É assegurado ao Vereador:

I - Participar de todas as discussões e votar nas deliberações do Plenário, salvo quando tiver interesse na matéria, o que comunicará ao Presidente;

II - Votar na eleição da Mesa e das Comissões Permanentes;

III - Apresentar Proposições e sugerir medidas que visem o interesse coletivo, ressalvadas as matérias de iniciativa do Executivo;

IV - Concorrer aos cargos da Mesa e das Comissões, salvo impedimento legal ou regimental;

V - Usar da palavra em defesa das Proposições apresentadas que visem o interesse do Município ou em oposição às que julgar prejudiciais ao interesse público, sujeitando-se às limitações deste Regimento.

Art. 89. São deveres do Vereador, entre outros:

I - Quando investido no mandato, não incorrer em incompatibilidade prevista na Constituição ou na Lei Orgânica do Município;

II - Observar as determinações legais relativas ao exercício do mandato;

III - Desempenhar fielmente o mandato político, atendendo ao interesse público e às diretrizes partidárias;

IV - Exercer a contento o cargo que lhe seja conferido na Mesa ou em Comissão, não podendo escusar-se ao seu desempenho, salvo o disposto nos arts. 29 e 61;

V - Comparecer às Reuniões pontualmente, salvo motivo de força maior devidamente comprovado, e participar das votações, salvo quando se encontre impedido;

VI - Manter o decoro parlamentar;

VII - Não residir fora do Município;

VIII - Conhecer e observar o Regimento Interno.

Art. 90. Sempre que o Vereador cometer, dentro do Recinto da Câmara, excesso que deva ser reprimido, o Presidente conhecerá o fato e tomará as providências seguintes, conforme a gravidade:

I - Advertência em Plenário;

II - Cassação da palavra;

III - Determinação para retirar-se do Plenário;

IV - Suspensão da Reunião, para entendimentos na sala;

V - Proposta de perda de mandato de acordo com a legislação vigente.

### CAPÍTULO II

#### DA INTERRUÇÃO E DA SUSPENSÃO

#### DO EXERCÍCIO DA VEREANÇA E DAS VAGAS

Art. 91. O Vereador poderá licenciar-se, mediante requerimento dirigido à Presidência e sujeito à deliberação o Plenário, nos seguintes casos:

I - Por moléstia devidamente comprovada;

II - Para tratar de interesses particulares, por prazo nunca superior a 120 (cento e vinte) dias por ano legislativo.

§ 1º A apreciação dos pedidos de licença se dará no expediente das Reuniões, se discussão, e terá preferência sobre qualquer outra matéria, só podendo ser rejeitado pelo "quorum" de 2/3 (dois terços) dos Vereadores presentes, na hipótese do inciso II.

§ 2º Na hipótese do inciso I a decisão do Plenário será meramente homologatória.

§ 3º O Vereador investido no cargo de Secretário Municipal ou equivalente será considerado automaticamente licenciado, podendo optar pela remuneração da Vereança.

§ 4º O afastamento para o desempenho de missões temporárias de interesse do Município não será considerado como de liderança, fazendo o Vereador jus à remuneração estabelecida.

Art. 92. As vagas na Câmara dar-se-ão por extinção ou perda de mandato do Vereador.

§ 1º A extinção se verifica por morte, renúncia, falta de posse no prazo ilegal ou regimental, perda ou suspensão dos direitos políticos, ou por qualquer outra causa legal hábil.

§ 2º A perda dar-se-á por deliberação do Plenário, na forma e nos casos previstos na legislação vigente.

Art. 93. A extinção do mandato se torna efetiva pela declaração do ato ou fato extintivo pelo Presidente, que a fará constar em Ata; a perda do mandato se torna efetiva a partir do Decreto Legislativo, promulgado pelo Presidente e devidamente publicado.

Art. 94. A renúncia do Vereador far-se-á por ofício dirigido à Câmara, reputando-se aberta a vaga a partir da sua protocolização.

Art. 95. Em qualquer caso de vaga, licença ou investidura no cargo de Secretário Municipal ou equivalente, o Presidente da Câmara convocará imediatamente o respectivo suplente.

§ 1º O suplente convocado deverá tomar posse dentro do prazo previsto para o Vereador, a partir do conhecimento da convocação, salvo motivo justo aceito pela Câmara, sob pena de ser considerado renunciante.

§ 2º Em caso de vaga, não havendo suplente, o Presidente comunicará o fato dentro de 48 (quarenta e oito) horas ao Tribunal Regional Eleitoral.

§ 3º Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á o "quorum" em função dos Vereadores remanescentes.

### CAPÍTULO III

#### DA LIDERANÇA PARLAMENTAR

Art. 96. São considerados líderes os Vereadores escolhidos pelas representações partidárias para, em seu nome, expressarem em Plenário, pontos de vista sobre assuntos em debate.

Art. 97. No início de cada ano legislativo, os partidos comunicarão à Mesa a escolha de seus líderes e vice-líderes.

Parágrafo único. Na falta de indicação, considerar-se-ão líder e vice-líder, respectivamente, o primeiro e o segundo Vereador mais votado de cada bancada.

Art. 98. As lideranças partidárias não impedem que qualquer Vereador se dirija ao Plenário pessoalmente, desde que observadas as restrições constantes deste Regimento.

Art. 99. As lideranças partidárias não poderão ser exercidas por integrantes da Mesa, exceto o suplente de Secretário.

### CAPÍTULO IV

#### DAS INCOMPATIBILIDADES E DOS IMPEDIMENTOS

Art. 100. As incompatibilidades de Vereador são somente aquelas previstas na constituição e na Lei Orgânica do Município.

Art. 101. São impedimentos do Vereador aqueles indicados neste Regimento Interno.

### CAPÍTULO V

#### DA REMUNERAÇÃO DOS AGENTES POLÍTICOS

Art. 102. As remunerações do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores serão fixadas pela Câmara Municipal, no último ano da legislatura, seis meses antes do término da mesma, vigorando para a legislatura seguinte, observado o que estabelece a Constituição Federal, a Constituição do Estado de Santa Catarina em seu art. 111, V e Lei Orgânica do Município, determinando-se o valor em moeda corrente do País, vedada qualquer vinculação, devendo ser atualizadas pelo índice de inflação, com a periodicidade estabelecida no Decreto Legislativo e na Resolução fixadora.

§ 1º A remuneração do Prefeito será composta de subsídios e verba de representação.

§ 2º A verba de representação do Prefeito Municipal, poderá ser de 100% (cem por cento) dos subsídios.

§ 3º A verba de representação do Vice-Prefeito poderá ser de até 100% (cem por cento) da verba de representação do Prefeito.

Art. 103. A remuneração dos Vereadores será dividida em parte fixa e em parte variável, vedados acréscimos a qualquer título.

§ 1º A verba de representação do Presidente da Câmara poderá ser de até 100% (cem por cento) de seus vencimentos fixos.

§ 2º É vedado a qualquer outro Vereador perceber verba de representação.

§ 3º No recesso, a remuneração dos Vereadores será integral.

Art. 104. A remuneração dos Vereadores terá como limite máximo o valor percebido como remuneração pelo Prefeito Municipal.

Art. 105. Poderá ser prevista remuneração para as Reuniões Extraordinárias, desde que observado o limite fixado no artigo anterior, que incidirá sobre a parte fixa.

Art. 106. A não fixação das remunerações do Prefeito Municipal, do Vice-Prefeito e dos Vereadores até a data prevista na Lei Orgânica Municipal implicará a suspensão do pagamento da remuneração dos Vereadores pelo restante o mandato.

Parágrafo único. No caso da não fixação prevalecerá a remuneração do mês de dezembro do último ano da Legislatura, sendo este valor atualizado monetariamente pelo Índice Oficial.

Art. 107. Ao Vereador residente há mais de 15 (quinze) quilômetros do Município, que tenha especial dificuldades de acesso à sede da Edilidade para o comparecimento às Reuniões, nesta sendo obrigado a pernoitar, será concedida ajuda de custo, que será fixada em Resolução.

Art. 108. Ao Vereador em viagem a serviço da Câmara para fora do Município é assegurado o ressarcimento dos gastos com locomoção, alojamento e alimentação, exigida, sempre que possível, a sua comprovação, na forma da Lei.

### TÍTULO IV

#### DAS PROPOSIÇÕES E DA SUA TRAMITAÇÃO

##### CAPÍTULO I

##### DAS MODALIDADES DE PROPOSIÇÃO E DE SUA FORMA

Art. 109. Proposição é toda matéria sujeita à deliberação do Plenário, qualquer que seja o seu objeto.

Art. 110. São modalidades de Proposição:

I - Os Projetos de Lei;

II - As Medidas Provisórias;

III - Os Projetos de Decreto Legislativo;

IV - Os Projetos de Resolução;

V - Os Projetos Substitutivos;

VI - As Emendas e Subemendas;

VII - Os Pareceres das Comissões Permanentes;

VIII - Os Relatórios das Comissões Especiais de qualquer natureza;

IX - As Indicações;

X - Os Requerimentos;

XI - Os Recursos;

XII - As Representações.

Art. 111. As Proposições deverão ser redigidas em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e na ortografia oficial e assinadas pelo seu autor ou autores.

Art. 112. Exceção feita às Emendas e as Sub-Emendas, as Proposições deverão conter Ementa Indicativa do assunto a que se referem.

Art. 113. As Proposições consistentes em Projeto de Lei, Decreto Legislativo, Resolução ou Projeto Substitutivo deverão ser oferecidas articuladamente, acompanhadas de justificação por escrito.

Art. 114. Nenhuma Proposição poderá incluir matéria estranha ao seu objeto.

##### CAPÍTULO II

##### DAS PROPOSIÇÕES EM ESPÉCIE

Art. 115. Os Decretos Legislativos destinam-se a regular as matérias de exclusiva competência da Câmara, sem a sanção do Prefeito e que tenham efeito externo, como as arroladas no art. 46, V.

Art. 116. As Resoluções destinam-se a regular as matérias de caráter político ou administrativo relativas a assuntos de economia interna da Câmara, como as arroladas no art. 46, VI.

Art. 117. A iniciativa dos Projetos de Lei cabe a qualquer Vereador, às Comissões Permanentes, ao Prefeito e aos cidadãos,

ressalvados os casos de iniciativa exclusiva do Executivo, conforme determinação legal.

Art. 118. Substituto é o Projeto de Lei, de Resolução ou de Decreto Legislativo apresentado por um Vereador ou Comissão para substituir outro já apresentado sobre o mesmo assunto.

Parágrafo único. Não é permitido substitutivo parcial ou mais de um substitutivo ao mesmo Projeto.

Art. 119. Emenda é a Proposição apresentada como acessório de outra.

§ 1º As Emendas podem ser supressivas, substitutivas, aditivas e modificativas.

§ 2º Emenda supressiva é a Proposição que manda erradicar qualquer parte da outra.

§ 3º Emenda substitutiva é a Proposição apresentada como sucedânea de outra.

§ 4º Emenda aditiva é a Proposição que deve ser acrescentada à outra.

§ 5º Emenda modificativa é a Proposição que visa alterar a redação de outra.

§ 6º A Emenda apresentada a outra denomina-se Sub-Emenda.

Art. 120. Parecer é o pronunciamento por escrito de Comissão Permanente sobre matéria que lhe haja sido regimentalmente distribuída.

§ 1º O Parecer será individual e verbal somente na hipótese do § 2º do art. 78.

§ 2º O Parecer poderá ser acompanhado de Projeto Substitutivo ao Projeto de Lei, Decreto Legislativo ou Resolução que suscitem a manifestação da Comissão, sendo obrigatório esse acompanhamento nos casos dos arts. 74, 143 e 222.

Art. 121. Relatório de Comissão Especial é o pronunciamento escrito e por esta elaborado, que encerra as suas conclusões sobre o assunto que motivou a sua constituição.

Parágrafo único. Quando as conclusões de Comissões Especiais indicarem a tomada de medidas legislativas, o relatório poderá se acompanhar de Projeto de Lei, Decreto Legislativo ou Resolução.

Art. 122. Indicação é a Proposição escrita pela qual o Vereador sugere medidas de interesse público aos Poderes competentes.

Art. 123. Requerimento é todo pedido verbal ou escrito de Vereador ou de Comissão, feito ao Presidente da Câmara, ou por seu intermédio, sobre assunto do expediente ou da ordem do dia, ou de interesse pessoal do Vereador.

§ 1º Serão verbais e decididos pelo Presidente da Câmara os Requerimentos que solicitem:

I - A palavra ou a desistência dela;

II - A permissão para falar sentado;

III - A leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;

IV - A observância de disposição regimental;

V - A submissão, pelo autor, de Requerimento ou Proposição ainda não submetido à deliberação do Plenário;

VI - A requisição de documento, processo, livro ou publicação existente na Câmara sobre Proposição em discussão;

VII - A justificativa de voto e sua transcrição em ata;

VIII - A retificação de Ata;

IX - A verificação de quorum.

§ 2º Serão igualmente verbais e sujeitos à deliberação do Plenário os Requerimentos que solicitem:

I - Prorrogação de Reunião ou dilação da própria prorrogação;

II - Dispensa de leitura de matéria constante de ordem do dia;

III - Destaque de matéria para votação;

IV - Votação à descoberto;

V - Encerramento de discussão;

VI - Manifestação do Plenário sobre aspectos relacionados com matéria em debate;

VII - Voto de louvor, congratulações, pesar ou repúdio.

§ 3º Serão escritos e sujeitos à deliberação do Plenário os Requerimentos que versem sobre:

I - Renúncia de cargo na Mesa ou Comissão;

II - Licença de Vereador;

III - Audiência de Comissão Permanente;

IV - Juntada de documentos ao processo ou seu desentranhamento;

V - Inserção de documentos em Ata;

VI - Preferência para discussão de matéria ou redução de interstício regimental por discussão;

VII - Inclusão de Proposição em Regime de Urgência;

VIII - Retirada de Proposição já colocada sob deliberação do Plenário;

IX - Anexação de Proposições com objeto idêntico;

X - Informações solicitadas ao Prefeito ou por seu intermédio ou a entidades públicas ou particulares;

XI - Constituição de Comissões Especiais;

XII - Convocação de Secretário Municipal ou ocupantes de cargos da mesma natureza para prestar esclarecimentos em Plenário.

Art. 124. Recurso é toda petição de Vereador ao Plenário contra ato do Presidente, nos casos expressamente previstos neste Regimento Interno.

Art. 125. Representação é a exposição escrita e circunstanciada de Vereador ao Presidente da Câmara ou ao Plenário, visando à destituição de membro de Comissão Permanente, ou a destituição de membro da Mesa, respectivamente, nos casos previstos neste Regimento Interno.

Parágrafo único. Para efeitos regimentais, equipara-se à representação a denúncia contra o Prefeito ou Vereador, sob a acusação de prática de ilícito político-administrativo.

### CAPÍTULO III

#### DA APRESENTAÇÃO E DA RETIRADA DA PROPOSIÇÃO

Art. 126. As Proposições dos Poderes Executivo e Legislativo devem ser protocoladas e tramitam na Casa, exclusivamente e necessariamente no formato digital.

Art. 127. O Setor de Protocolo ou a Secretaria da Casa receberá os documentos de origem dos Poderes Executivo e Legislativo de Itapoá e protocolará por meio do e-mail oficial protocolo@cama-raitaipoa.sc.gov.br.

Parágrafo único. As correspondências impressas devem ser recebidas e encaminhadas para a pasta de leitura das correspondências das Reuniões Ordinárias.

Art. 128. O recebimento, a tramitação, as atas, os pareceres, os projetos, e todos os demais documentos do processo legislativo de Itapoá devem tramitar exclusivamente em formato digital.

Art. 129. O Setor de Tecnologia ficará responsável de garantir a segurança e disponibilidade das informações aos demais setores da Casa, através da rede interna de computação e dos dispositivos de acesso às informações.

Parágrafo único. Cada Setor e servidor do Poder Legislativo deverá adequar as rotinas administrativas para eliminar a utilização de papel e manter cópia de segurança das informações nas pastas de rede indicadas pelo Setor de Tecnologia.

Art. 130. Exceto nos casos dos incisos V, VI e VII do art. 110 e nos de Projetos Substitutivos oriundos das Comissões, todas as demais Proposições serão apresentadas na Secretaria da Câmara, que as carimbará com designação da data e as numerará, fixando-as, em seguida, e encaminhando-as ao Presidente.

Art. 131. Os Projetos Substitutivos das Comissões, os Vetos, os Pareceres, bem como os Relatórios das Comissões Especiais, serão apresentados nos próprios processos com encaminhamento ao Presidente da Câmara.

Art. 132. As Emendas e Sub-Emendas serão apresentadas à Mesa até 48 (quarenta e oito) horas antes do início da Reunião em cuja ordem do dia se ache incluída a Proposição a que se referem, para fins de sua publicação, a não ser que sejam oferecidas por ocasião dos debates; ou se tratar de Projeto em Regime de Urgência; ou quando estejam elas assinadas pela maioria absoluta dos Vereadores.

§ 1º As Emendas à Proposta Orçamentária, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual serão oferecidas no prazo de 10 (dez) dias a partir da inserção da matéria no expediente.

§ 2º As Emendas aos Projetos de codificação serão apresentadas

no prazo de 20 (vinte) dias à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, a partir da data em que esta receba o processo, sem prejuízo daquelas oferecidas por ocasião dos debates.

Art. 133. As representações se acompanharão sempre, obrigatoriamente, de documentos hábeis que as instruem e, a critério de seu autor, de rol de testemunhas, devendo ser oferecidas em tantas vias quantas forem os acusados.

Art. 134. O Presidente ou a Mesa, conforme o caso, não aceitará Proposição:

I - Que vise delegar a outro Poder atribuições privativas no Legislativo, salvo a hipótese de Lei delegada;

II - Que seja apresentada por Vereador licenciado ou afastado;

III - Que tenha sido rejeitada no mesmo ano legislativo, salvo se tiver sido subscrita pela maioria absoluta do legislativo;

IV - Que seja formalmente inadequada, por não observados os requisitos dos arts. 111, 112, 113 e 114;

V - Quando a Emenda ou Sub-Emenda for apresentada fora do prazo, não observar restrição constitucional ao poder de emendar, ou não tiver relação com a matéria da Proposição principal;

VI - Quando a Indicação versar sobre matéria que em conformidade com este Regimento, deva ser objeto de Requerimento;

VII - Quando a representação não se encontrar devidamente documentada ou argüir fatos irrelevantes ou impertinentes.

Parágrafo único. Exceto nas hipóteses dos incisos II e V, caberá recurso do autor ou autores ao Plenário, no prazo de 10 (dez) dias, o qual será distribuído à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

Art. 135. O autor do Projeto que receber Substitutivo ou Emenda estranha ao seu objeto poderá reclamar contra a sua admissão, competindo ao Presidente decidir sobre a reclamação e de sua decisão caberá recurso ao Plenário pelo autor do Projeto ou da Emenda, conforme o caso.

Parágrafo único. Na decisão do recurso poderá o Plenário determinar que as Emendas que não se referirem diretamente à matéria do Projeto sejam destacadas para constituírem projetos separados.

Art. 136. As Proposições poderão ser retiradas mediante Requerimento de seus autores ao Presidente da Câmara, se ainda não se encontrarem sob deliberação do Plenário ou com a anuência deste, em caso contrário.

§ 1º Quando a Proposição haja sido subscrita por mais de um autor, é condição de sua retirada que todos a requeiram.

§ 2º Quando o autor for o Executivo, a retirada deverá ser comunicada através de ofício, não podendo ser recusada.

Art. 137. No início de cada legislatura, a Mesa ordenará o arquivamento de todas as Proposições apresentadas na legislatura anterior que se achem sem Parecer, exceto as Proposições sujeitas à deliberação em prazo certo.

Parágrafo único. O Vereador autor de Proposição arquivada na forma deste artigo poderá requerer o seu desarquivamento e inclusão da tramitação.

Art. 138. Os Requerimentos a que se refere o § 1º do art. 123 serão indeferidos quando impertinentes, repetitivos ou manifestados contra expressa disposição regimental, sendo irrecorrível a decisão.

#### CAPÍTULO IV

#### DA TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Art. 139. Recebida qualquer Proposição escrita, será encaminhada ao Presidente da Câmara, que determinará a sua tramitação no prazo de 3 (três) dias, observado o disposto neste Capítulo.

Art. 140. Quando a proposição consistir em Projeto de Lei, da Medida Provisória, de Decreto Legislativo, de Resolução ou de Projeto Substitutivo, uma vez lida pelo Secretário durante o expediente, será encaminhada pelo Presidente às Comissões competentes para os Pareceres Técnicos.

§ 1º No caso do § 1º do art. 132, o encaminhamento só se fará após escoado o prazo para Emendas ali previsto.

§ 2º No caso de Projeto Substitutivo oferecido por determinada Comissão, ficará prejudicada a remessa do mesmo à sua própria autora.

§ 3º Os Projetos originários elaborados pela Mesa ou por Comissão Permanente ou Especial em assuntos de sua competência, dispensarão Pareceres para a sua apreciação pelo Plenário, sempre que o requerer o seu próprio autor e a audiência não for obrigatória, na forma deste Regimento.

Art. 141. As Emendas a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 132 serão apreciadas pelas Comissões na mesma fase que a Proposição originária; as demais somente serão objeto de manifestação das Comissões quando aprovadas pelo Plenário, retornando-lhes, então, o processo.

Art. 142. Sempre que o Prefeito vetar, no todo ou em parte, determinada Proposição aprovada pela Câmara, comunicado o Veto a esta, a matéria será incontinentemente encaminhada à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, que poderá proceder na forma do art. 84.

Art. 143. Os Pareceres das Comissões Permanentes serão obrigatoriamente incluídos na ordem do dia em que serão apreciadas as Proposições a que se referem.

Art. 144. As Indicações, após lidas no expediente, serão encaminhadas, independentemente de deliberação do Plenário, por meio de ofício, a quem de direito, através do Secretário da Câmara.

Parágrafo único. No caso de entender o Presidente que a Indicação não deva ser encaminhada, dará conhecimento da decisão ao autor e solicitará o pronunciamento da Comissão competente, cujo Parecer será incluído na ordem do dia, independentemente de sua prévia figuração no expediente.

Art. 145. Os Requerimentos a que se referem os §§ 2º e 3º do art. 123 serão apresentados em qualquer fase da Reunião e postos imediatamente em tramitação, independentemente de sua inclusão no expediente ou na ordem do dia.

§ 1º Qualquer Vereador poderá manifestar a intenção de discutir os Requerimentos a que se refere o § 3º do art. 123, com exceção daqueles dos incisos III, IV, V, VI e VII e, se o fizer, ficará remetida ao expediente e à ordem do dia da Reunião seguinte.

§ 2º Se tiver havido Solicitação de Urgência Simples para o Requerimento que o Vereador pretende discutir, a própria solicitação entrará em tramitação na Reunião em que for apresentada e, se for aprovada, o Requerimento a que se refere será objeto de deliberação em seguida.

Art. 146. Durante os debates, na ordem do dia, poderão ser apresentados Requerimentos que se refiram estritamente ao assunto discutido. Esses Requerimentos estarão sujeitos à deliberação do Plenário, sem prévia discussão, admitindo-se, entretanto, encaminhamento de votação pelo proponente e pelos líderes partidários.

Art. 147. Os recursos contra atos do Presidente da Câmara serão interpostos dentro do prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de ciência da decisão, por simples petição e distribuídos à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, que emitirá Parecer acompanhado de Projeto de Resolução.

Art. 148. A concessão de urgência especial dependerá de assentimento do Plenário, mediante provocação por escrito da Mesa ou de Comissão quando autora de Proposição em assunto de sua competência privativa ou especialidade, ou ainda por proposta da maioria absoluta dos membros da Edilidade.

§ 1º O Plenário somente concederá a Urgência Especial quando a Proposição, por seus objetivos, exigir apreciação pronta, sem o que perderá a oportunidade ou a eficácia.

§ 2º Concedida a Urgência Especial para Projeto ainda sem Parecer, será feito o levantamento da Reunião, para que se pronunciem as Comissões competentes em conjunto, imediatamente, após o que o Projeto será colocado na ordem do dia da própria Reunião.

§ 3º Caso não seja possível obter-se de imediata o Parecer conjunto das Comissões competentes, o Projeto passará a tramitar no Regime de Urgência Simples.

Art. 149. O Regime de Urgência Simples será concedido pelo Plenário por Requerimento de qualquer Vereador, quando se tratar de

matéria de relevante interesse público ou de Requerimento Escrito que exigir, por sua natureza, a pronta deliberação do Plenário. Parágrafo único. Serão incluídos no Regime de Urgência Simples, independentemente de manifestação do Plenário, as seguintes matérias:

I - A Proposta Orçamentária, Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual, a partir do escoamento de metade do prazo de que dispõe o Legislativo para apreciá-la;

II - Os Projetos de Lei do Executivo sujeitos à apreciação em prazo certo, a partir das 3 (três) últimas Reuniões que se realizem no intercurso daquele;

III - O Veto, quando escoadas 2/3 (dois terços) partes do prazo para sua apreciação;

IV - A Medida Provisória, quando escoadas 2/3 (dois terços) partes do prazo para sua apreciação.

Art. 150. As Proposições em Regime de Urgência Especial ou Simples, e aquelas com Pareceres, ou para as quais não sejam estas exigíveis, ou tenham sido dispensados, prosseguirão sua tramitação na forma do disposto no Título V.

Art. 151. Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento de qualquer Proposição, já estando vencidos os prazos regimentais, o Presidente fará reconstituir o respectivo processo e determinará a sua retransmissão, ouvida a Mesa.

## TÍTULO V

### DAS REUNIÕES DA CÂMARA

#### CAPÍTULO I

##### DAS REUNIÕES EM GERAL

Art. 152. As Reuniões da Câmara serão Ordinárias, Extraordinárias ou Solenes, assegurado o acesso do público em geral.

§ 1º Para assegurar-se publicidade às Reuniões da Câmara, publicar-se-ão a pauta e o resumo dos seus trabalhos através do site institucional com 48h de antecedência da Reunião.

§ 2º Qualquer cidadão poderá assistir às Reuniões da Câmara, na parte do recinto reservada ao público, desde que:

I - Apresente-se convenientemente trajado;

II - Não porte arma;

III - Conserve-se em silêncio durante os trabalhos;

IV - Não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa em Plenário;

V - Atenda as determinações do Presidente.

§ 3º O Presidente determinará a retirada do assistente que se conduza de forma a perturbar os trabalhos e evacuará o recinto sempre que julgar necessário.

Art. 153. As Reuniões Ordinárias serão semanais, realizando-se nos dias úteis, com a duração de 2 (duas) horas, das 19h00 (dezenove) horas às 21h00 (vinte e uma) horas, todas as segundas-feiras.

§ 1º A prorrogação das Reuniões Ordinárias poderão ser determinadas pelo Plenário, por proposta do Presidente ou Requerimento Verbal de Vereador, pelo tempo estritamente necessário, jamais inferior a 15 (quinze) minutos, à conclusão de votação de matéria já discutida.

§ 2º O tempo de prorrogação será previamente estipulado no requerimento, e somente será apreciado se apresentado até 10 (dez) minutos antes do encerramento da ordem do dia.

Art. 154. As Reuniões Extraordinárias realizar-se-ão em qualquer dia da semana e a qualquer hora, inclusive domingos e feriados ou após Reuniões Ordinárias.

§ 1º Somente se realizarão Reuniões Extraordinárias quando se tratar de matérias altamente relevantes e urgentes, e a sua convocação dar-se-á na forma estabelecida no § 1º do art. 158 deste Regimento.

§ 2º A duração e a prorrogação de Reunião Extraordinária regem-se pelo disposto no art. 153 e parágrafos, no que couber.

Art. 155. As Reuniões Solenes realizar-se-ão a qualquer dia e hora, para fim específico, não havendo prefixação de sua duração.

Parágrafo único. As Reuniões Solenes poderão realizar-se em

qualquer local seguro e acessível, a critério da Mesa.

Art. 156. A Câmara poderá realizar Reuniões Secretas, por deliberação tomada pela maioria absoluta de seus membros, para tratar de assuntos de sua economia interna, quando seja o sigilo necessário à preservação do decoro parlamentar.

Parágrafo único. Deliberada a realização de Reunião Secreta, ainda que para realizá-la se deve interromper a Reunião Pública, o Presidente determinará a retirada do recinto e de suas dependências dos assistentes, dos servidores da Câmara e dos representantes da imprensa, rádio e televisão.

Art. 157. As Reuniões da Câmara serão realizadas no recinto destinado ao seu funcionamento, considerando-se inexistentes as que se realizarem noutro local, salvo motivo de força maior devidamente reconhecido pelo Plenário.

Parágrafo único. Não se considerará como falta a ausência de Vereador à Reunião que se realize fora da Sede da Edilidade.

Art. 158. A Câmara observará o recesso legislativo, nos termos do art. 22 da Lei Orgânica do Município.

§ 1º Nos períodos de recesso legislativo, a Câmara poderá reunir-se em Reunião Legislativa Extraordinária quando regularmente convocada pelo Prefeito, pelo Presidente da Câmara ou a Requerimento da maioria absoluta dos Vereadores, para apreciar matéria de interesse público relevante e urgente.

§ 2º Na Reunião Legislativa Extraordinária, a Câmara somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada.

§ 3º No período de recesso legislativo de 23 de dezembro a 06 de janeiro, o expediente da Câmara entrará em recesso e ficará suspenso, com a extensão do recesso para todos os servidores do Poder Legislativo de Itapoá, ressalvada convocação de Reunião Extraordinária.

Art. 159. A Câmara somente se reunirá quando tenha comparecido, à Reunião, pelo menos 1/3 (um terço) dos Vereadores que a compõem.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica à Reuniões Solenes, que se realizarão com qualquer número de Vereadores presentes.

Art. 160. Durante as Reuniões, somente os Vereadores poderão permanecer na parte do recinto do Plenário que lhes é destinada.

§ 1º A convite da Presidência, ou por sugestão de qualquer Vereador, poderão se localizar nessa parte, para assistir à Reunião, as autoridades públicas federais, estaduais, distritais ou municipais presentes ou personalidades que sejam sendo homenageadas.

§ 2º Os visitantes recebidos em Plenário em dias de Reunião poderão usar da palavra para agradecer à saudação que lhes seja feita pelo Legislativo.

Art. 161. De cada Reunião da Câmara lavrar-se-á ata dos trabalhos contendo sucintamente os assuntos tratados, a fim de ser submetida ao Plenário.

§ 1º As Proposições e os documentos apresentados em Reunião serão indicados na ata somente com a menção do objeto a que se referem, salvo Requerimento de transcrição integral aprovado pelo Plenário.

§ 2º A ata de Reunião Secreta será lavrada pelo Secretário lida e aprovada na mesma Reunião, lacrada e arquivada, com rótulo datado e rubricado pela Mesa e somente poderá ser reaberta em outra Reunião igualmente secreta por deliberação do Plenário, a Requerimento da Mesa ou de 1/3 (um terço) dos Vereadores.

§ 3º A ata da última Reunião de cada legislatura será redigida e submetida à aprovação na própria Reunião com qualquer número, antes de seu encerramento.

## CAPÍTULO II

### DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS

Art. 162. As Reuniões Ordinárias compõem-se de duas partes: o expediente e a ordem do dia.

Art. 163. No início dos trabalhos, feita a chamada dos Vereadores pelo Secretário, o Presidente, havendo número legal, declarará aberta a Reunião.

Parágrafo único. Não havendo número legal, o Presidente efetivo aguardará durante 15 (quinze) minutos que aquele se complete e, caso assim não ocorra, fará lavrar a Ata sintética pelo 1º Secretário efetivo ou nomeado ad hoc pelo Presidente, com o registro dos nomes dos Vereadores presentes, declarando, em seguida, prejudicada a realização de Reunião.

Art. 164. Havendo número legal, a Reunião se iniciará com o expediente, o qual terá a duração máxima de 60 (sessenta) minutos, destinando-se à discussão da Ata da Reunião anterior e à leitura dos documentos de quaisquer origens.

§ 1º Nas Reuniões em que esteja incluído na ordem do dia o debate da Proposta Orçamentária, das Diretrizes Orçamentárias e do Plano Plurianual, o expediente será de 30 (trinta) minutos.

§ 2º No expediente serão objeto de deliberação Pareceres sobre matérias não constantes da ordem do dia, requerimentos comuns e relatórios de Comissões Especiais, além de ata de Reunião anterior.

§ 3º Quando não houver número legal para deliberação no expediente, as matérias a que se refere o § 2º, automaticamente, ficarão transferidos para o expediente da Reunião seguinte.

Art. 165. A Ata da Reunião anterior ficará à disposição dos Vereadores, por meio eletrônico, para verificação, 48 (quarenta e oito) horas antes da Reunião seguinte; ao iniciar-se esta, o Presidente colocará a Ata em discussão e, não sendo retificada ou impugnada, será considerada aprovada, independentemente de votação.

§ 1º Qualquer Vereador poderá requerer a leitura da Ata no todo ou em parte, mediante aprovação do Requerimento pela maioria dos Vereadores presentes, para efeito de mera retificação.

§ 2º Se o pedido de retificação não for contestado pelo Secretário, a Ata será considerada aprovada, com a retificação; caso contrário o Plenário deliberará a respeito.

§ 3º Levantada impugnação sobre os termos da Ata, o Plenário deliberará a respeito; aceita a impugnação, será lavrada nova Ata.

§ 4º Aprovada, a Ata será assinada pelo Presidente e pelo Secretário.

§ 5º Não poderá impugnar a Ata, Vereador ausente à Reunião a que a mesma se refira.

Art. 166. Após a aprovação da Ata, o Presidente determinará ao Secretário a leitura da matéria do expediente, obedecendo à seguinte ordem:

I - Expedientes oriundos do Prefeito;

II - Expedientes oriundos de diversos;

III - Expedientes apresentados pelos Vereadores.

Art. 167. Na leitura das matérias pelo Secretário, obedecer-se-á à seguinte ordem:

I - Projetos de Lei;

II - Medida Provisória;

III - Projetos de Decretos Legislativos;

IV - Projetos de Resolução;

V - Requerimentos;

VI - Indicações;

VII - Pareceres de Comissões;

VIII - Recursos;

IX - Outras Matérias.

Parágrafo único. Dos documentos apresentados no expediente, serão oferecidos cópias aos Vereadores quando solicitadas pelos mesmos ao Diretor da Secretaria da Casa, exceção feita ao Projeto de Lei Orçamentária, às Diretrizes Orçamentárias, ao Plano Plurianual e ao Projeto de Codificação, cujas cópias serão entregues obrigatoriamente.

Art. 168. Terminada a leitura da matéria em pauta, verificará o Presidente o tempo restante do expediente, o qual será dividido em duas partes iguais, dedicadas, respectivamente, ao pequeno e ao grande expediente.

§ 1º O pequeno expediente destina-se a breves comunicações ou comentários, individualmente, jamais por tempo superior a 5 (cinco) minutos, sobre a matéria apresentada, para o que o Vereador deverá se inscrever previamente em lista especial controlado pelo Secretário.

§ 2º Quando o tempo restante do pequeno expediente for inferior a 5 (cinco) minutos, será incorporado ao grande expediente.

§ 3º No grande expediente, os Vereadores, inscritos também em lista própria pelo Secretário, usarão a palavra pelo prazo máximo de 10 (dez) minutos, para tratar de qualquer assunto de interesse público.

§ 4º O orador não poderá ser interrompido ou aparteado no pequeno expediente; poderá sê-lo no grande expediente, mas, neste caso, ser-lhe-á assegurado o uso da palavra prioritariamente na Reunião seguinte, para complementar o tempo regimental, independentemente de nova inscrição, facultando-lhe desistir.

§ 5º Quando o orador inscrito para falar no grande expediente deixar de fazê-lo por falta de tempo, sua inscrição automaticamente será transferida para a Reunião seguinte.

§ 6º O Vereador que, inscrito para falar, não se achar presente na hora que lhe for dada a palavra, perderá a vez e só poderá ser de novo inscrito em último lugar.

Art. 169. Finda a hora do expediente, por ter-se esgotado o tempo, ou por falta de oradores, e decorrido o intervalo regimental, passar-se-á à matéria constante a ordem do dia.

§ 1º Para a ordem do dia, far-se-á verificação de presença e a Reunião somente prosseguirá se estiver presente a maioria absoluta dos Vereadores.

§ 2º Não se verificando o quorum regimental, o Presidente aguardará por 15 (quinze) minutos, como tolerância, antes de declarar encerrada a Reunião.

Art. 170. Nenhuma Proposição poderá ser posta em discussão, sem que tenha sido incluída na ordem do dia regularmente publicada, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do início das Reuniões, salvo disposição em contrário da Lei Orgânica do Município.

Parágrafo único. Nas Reuniões em que devam ser apreciadas a Proposta Orçamentária, as Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual nenhuma outra matéria figurará na ordem do dia.

Art. 171. A organização da Pauta da Ordem do Dia obedecerá aos seguintes critérios preferenciais:

I - Matérias em Regime de Urgência Especial;

II - Matérias em Regime de Urgência Simples;

III - Medidas Provisórias;

IV - Vetos;

V - Matérias em redação final;

VI - Matérias em discussão única;

VII - Matérias em segunda votação;

VIII - Matérias em primeira votação;

IX - Recursos;

X - Demais Proposições.

Parágrafo único. As matérias, pela ordem de preferência, figurarão na pauta observada a ordem cronológica de sua apresentação entre aquelas de mesma classificação.

Art. 172. O Secretário procederá à leitura do que se houver de discutir e votar, a qual poderá ser dispensada a Requerimento Verbal de qualquer Vereador, com aprovação do Plenário.

Art. 173. Esgotada a ordem do dia, anunciará o Presidente, sempre que possível, a ordem do dia da Reunião seguinte, fazendo distribuir resumo da mesma aos Vereadores e, se ainda houver tempo, em seguida, concederá a palavra, para explicação pessoal aos que a tenham solicitado, ao Secretário, durante a Reunião, observados a precedência da inscrição e o prazo regimental.

Art. 174. Não havendo mais oradores para falar em explicação pessoal, ou se quando ainda os houver, achar-se, porém, esgotado o tempo regimental, o Presidente declarará encerrada a Reunião.

### CAPÍTULO III

#### DAS REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS

Art. 175. As Reuniões Extraordinárias serão convocadas na forma prevista na Lei Orgânica do Município mediante comunicação por e-mail oficial e/ou por mensagem em formato SMS por celular aos Vereadores, com a antecedência de 2 (dois) dias e publicação no

site da Câmara, no atrito do edifício da Câmara, que poderá ser reproduzido pela imprensa local.

Parágrafo único. Sempre que possível, a convocação far-se-á em Reunião, caso em que será feita comunicação por e-mail e/ou SMS apenas aos ausentes à mesma.

Art. 176. A Reunião Extraordinária compor-se-á exclusivamente de Ordem do Dia, que se cingirá à matéria objeto de convocação, observando-se quanto à aprovação da Ata da Reunião anterior, Ordinária ou Extraordinária, o disposto no art. 164 e seus parágrafos. Parágrafo único. Aplicar-se-ão, às Reuniões Extraordinárias, no que couber, as disposições atinentes às Reuniões Ordinárias.

#### CAPÍTULO IV DAS REUNIÕES SOLENES

Art. 177. As Reuniões Solenes serão convocadas pelo Presidente da Câmara, indicando a finalidade da reunião.

§ 1º Nas Sessões Solenes não haverá expediente nem ordem do dia formal, dispensadas a leitura da Ata e a verificação de presença.

§ 2º Não haverá tempo pré-determinado para o encerramento da Reunião Solene.

§ 3º Nas Reuniões Solenes, somente poderão usar da palavra, além do Presidente da Câmara, o líder partidário ou Vereador pelo mesmo designado, o Vereador que propôs a Reunião como orador oficial da cerimônia e as pessoas homenageadas.

#### TÍTULO VI DAS DISCUSSÕES E DAS DELIBERAÇÕES CAPÍTULO I DAS DISCUSSÕES

Art. 178. Discussão é o debate pelo Plenário de Proposição figurante na ordem do dia, antes de se passar à deliberação sobre a mesma.

§ 1º Não estão sujeitos à discussão:

- I - As Indicações, salvo o disposto no parágrafo único do art. 144;
- II - Os Requerimentos a que se refere o § 2º do art. 123;
- III - Os Requerimentos a que se referem os incisos I a V do § 3º do art. 123.

§ 2º O Presidente declarará prejudicada a discussão:

- I - De qualquer Projeto com objeto idêntico ao de outro que já tenha sido aprovado antes, ou rejeitado no mesmo ano legislativo, excetuando-se, nesta última hipótese, aprovação pela maioria absoluta dos membros do Legislativo;
- II - Da Proposição original, quando tiver substitutivo aprovado;
- III - De Emenda ou Sub-Emenda idêntica a outra já aprovada ou rejeitada;
- IV - De Requerimento repetitivo.

Art. 179. A discussão da matéria constante da ordem do dia só poderá ser efetuada com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 180. Terão uma única discussão as seguintes matérias:

- I - As que tenham sido colocadas em Regime de Urgência Especial;
- II - As que se encontre em Regime de Urgência Simples;
- III - Os Projetos de Lei oriundos do Executivo com solicitação de prazo;
- IV - A Medida Provisória;
- V - O Veto
- VI - Os Projetos de Decreto Legislativo ou Resolução de qualquer natureza;
- VII - Os Requerimentos sujeitos a debates.

Art. 181. Terão 2 (duas) discussões todas as matérias não incluídas no art. 180.

Parágrafo único. Os Projetos de Resolução que disponham sobre o quadro de pessoal da Câmara serão discutidos com o intervalo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas entre a primeira e a segunda discussão.

Art. 182. Na primeira e segunda discussão debater-se-á o Projeto

em bloco.

§ 1º Por deliberação do Plenário, a Requerimento de Vereador, a primeira discussão poderá consistir de apreciação global do Projeto.

§ 2º Quando se tratar de codificação, na primeira discussão o Projeto será debatido por Capítulos, salvo Requerimento de destaque aprovado pelo Plenário.

§ 3º Quando se tratar de Proposta Orçamentária, Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual, as Emendas possíveis serão debatidas antes do Projeto, em primeira discussão.

Art. 183. Na discussão única e na primeira discussão serão recebidas Emendas, Sub-Emendas e Projetos Substitutivos apresentados por ocasião dos debates; em segunda discussão, somente se admitirão Emendas e Sub-Emendas.

Art. 184. Na hipótese do artigo anterior, sustar-se-á a discussão para que as Emendas e Projetos Substitutivos sejam objeto de exame das Comissões Permanentes a que esteja afeta a matéria, salvo se o Plenário rejeitá-los com dispensa de Parecer.

Art. 185. Em nenhuma hipótese a segunda discussão ocorrerá na mesma Reunião que tenha ocorrido a primeira discussão, salvo deliberação do plenário.

Art. 186. Sempre que a pauta dos trabalhos incluir mais de uma Proposição sobre o mesmo assunto, a discussão obedecerá à ordem cronológica de apresentação.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica a Projeto Substitutivo do mesmo autor da proposta originária, o qual preferirá esta.

Art. 187. O adiamento da discussão de qualquer Proposição dependerá da deliberação do Plenário e somente poderá ser proposto antes de iniciar-se a mesma.

§ 1º O adiamento aprovado será sempre por tempo determinado.

§ 2º Apresentados 2 (dois) ou mais Requerimentos de adiamento, será votado, de preferência, o que marcar menor prazo.

§ 3º Não se concederá adiamento de matéria que se ache em Regime de Urgência Especial ou Simples.

§ 4º O adiamento poderá ser motivado por pedido de vista, caso em que, se houver mais de um, a vista será sucessiva, para cada um dos requerentes e pelo prazo máximo de 3 (três) dias para cada um deles.

Art. 188. O encerramento da discussão de qualquer Proposição dar-se-á pela ausência de oradores, pelo decurso dos prazos regimentais ou por Requerimento aprovado pelo Plenário.

Parágrafo único. Somente poderá ser requerido o encerramento da discussão após terem falado pelo menos 2 (dois) Vereadores favoráveis à Proposição de 2 (dois) contrários, entre os quais o autor do Requerimento, salvo desistência expressa.

#### CAPÍTULO II A DISCIPLINA DOS DEBATES

Art. 189. Os debates deverão realizar-se com dignidade e ordem, cumprindo ao Vereador atender às seguintes determinações regimentais:

- I - Dirigir-se ao Presidente ou a Câmara voltado para a Mesa, salvo quando responder a aparte;
- II - Não usar da palavra se a solicitar e sem receber consentimento do Presidente;
- III - Referir-se ou dirigir-se a outro Vereador pelo tratamento de Vossa Excelência.

Art. 190. O Vereador a que for dada a palavra deverá inicialmente declarar a que título se pronuncia e não poderá:

- I - Usar da palavra com finalidade diferente o motivo alegado para a solicitar;
- II - Desviar-se da matéria em debate;
- III - Falar sobre a matéria vencida;
- IV - Usar da linguagem imprópria;
- V - Ultrapassar o prazo que lhe competir;
- VI - Deixar de atender às advertências do Presidente.

Art. 191. O Vereador somente usará da palavra:

I - No expediente, quando for para solicitar retificação ou impugnação de ata ou quando se achar regularmente inscrito;  
II - Para discutir matéria em debate, encaminhar votação ou justificar o seu voto;  
III - Para apartear, na forma regimental;  
IV - Para explicação pessoal;  
V - Para levantar questão de ordem ou pedir esclarecimento à Mesa;

VI - Para apresentar Requerimento Verbal de qualquer natureza;  
VII - Quando for designado para saudar qualquer visitante ilustre.  
Art. 192. O Presidente solicitará ao orador, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer Vereador, que interrompa o seu discurso nos seguintes casos:

I - Para a leitura de Requerimento de Urgência;  
II - Para comunicação importante à Câmara;  
III - Para recepção de visitantes;  
IV - Para votação de Requerimento de programação de Reunião;  
V - Para atender ao pedido de palavra "pela ordem" sobre questão regimental.

Art. 193. Quando mais de 1 (um) Vereador solicitar a palavra simultaneamente, o Presidente concederá na seguinte ordem:

I - Ao autor da Proposição em debate;  
II - Ao relator do Parecer em apreciação;  
III - Ao autor da Emenda;  
IV - Alternadamente, a quem seja pró ou contra a matéria em debate.

Art. 194. Para o aparte ou interrupção do orador por outro para indagação ou comentário relativo à matéria em debate, observar-se-á o seguinte:

I - O aparte deverá ser expresso em termos corteses e não poderá exceder a 3 (três) minutos;  
II - Não serão permitidos apartes paralelos, sucessivos ou sem licença expressa do orador;  
III - Não é permitido apartear o Presidente nem o orador que fala "pela ordem", em explicação pessoal, para encaminhamento de votação ou para declaração de voto;

Art. 195. Os oradores terão os seguintes prazos para uso da palavra:

I - 2 (dois) minutos para apresentar Requerimento de retificação ou impugnação de ata, falar pela ordem, apartear e justificar Requerimento de Urgência Especial;  
II - 3 (três) minutos para falar no pequeno expediente, encaminhar votação, justificar voto ou Emenda e proferir explicação pessoal;  
III - 5 (cinco) minutos para discutir Requerimento, Indicação, Redação Final, Artigo isolado de Proposição e Veto;  
IV - 10 (dez) minutos, para discutir Projeto de Decreto Legislativo ou de Resolução, processo de cassação do Vereador e Parecer pela inconstitucionalidade ou ilegalidade do Projeto;  
V - 15 (quinze) minutos para falar no grande expediente e para discutir Projeto de Lei, Proposta Orçamentária, Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual, prestação de contas e destituição de membro da Mesa.

Parágrafo único. Será permitida a cessão de tempo de um para outro orador.

### CAPÍTULO III DAS DELIBERAÇÕES

Art. 196. As deliberações do Plenário serão tomadas por maioria simples, sempre que não se exija a maioria absoluta ou maioria de 2/3 (dois terços), conforme as determinações constitucionais, legais ou regimentais aplicáveis em cada caso.

Parágrafo único. Para efeito do quorum computar-se-á a presença de Vereador impedido de votar.

Art. 197. A deliberação se realiza através da votação.

Parágrafo único. Considerar-se-á qualquer matéria em fase de votação a partir do momento em que o Presidente declarar encerrada a discussão.

Art. 198. O voto será sempre público nas deliberações da Câmara. Parágrafo único. Nenhuma Proposição de conteúdo normativo, poderá ser objeto de deliberação durante Reunião Secreta.

Art. 199. Os processos de votação são 2 (dois): Simbólico e Nominal.

§ 1º O processo simbólico consiste na simples contagem de votos a favor ou contra a Proposição, mediante convite do Presidente aos Vereadores para que permaneçam sentados ou se levantem, respectivamente.

§ 2º O processo nominal consiste na expressa manifestação de cada Vereador, pela chamada, sobre em que sentido vota, respondendo sim ou não, salvo quando se tratarem de votações através de cédulas em que essa manifestação não será extensiva.

Art. 200. O processo simbólico será a regra geral para as votações, somente sendo abandonado por impositivo legal ou regimental ou a Requerimento aprovado pelo Plenário.

§ 1º Do resultado da votação simbólica qualquer Vereador poderá requerer verificação mediante votação nominal, não podendo o Presidente indeferi-la.

§ 2º Não se admitirá segunda verificação de resultado da votação. § 3º O Presidente, em caso de dúvida, poderá, de ofício, repetir a votação simbólica para a recontagem dos votos.

Art. 201. A votação será nominal nos seguintes casos:

I - Eleição da Mesa ou destituição de membro da Mesa;  
II - Eleição ou destituição de membro de Comissão Permanente;  
III - Julgamento das contas do Município;  
IV - Perda de mandato de Vereador;  
V - Apreciação de Veto e de Medida Provisória;  
VI - Requerimento de Urgência Especial;  
VII - Criação ou extinção de cargos, empregos ou funções da Câmara.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso I o processo de votação será o indicado no art. 21, § 4º.

Art. 202. Uma vez iniciada a votação, somente se interromperá se for verificada a falta de número legal, caso em que os votos já colhidos serão considerados prejudicados.

Parágrafo único. Não será permitido ao Vereador abandonar o Plenário no curso da votação, salvo se acometido de mal súbito, sendo considerado o voto que já tenha proferido.

Art. 203. Antes de iniciar-se a votação, será assegurado a cada uma das bancadas partidárias, por um de seus integrantes, falar apenas uma vez para propor aos seus co-partidários a orientação quanto ao mérito da matéria.

Parágrafo único. Não haverá encaminhamento de votação quando se tratar de Proposta Orçamentária, das Diretrizes Orçamentárias, do Plano Plurianual, de julgamento de contas do município, de Processo Cassatório ou de Requerimento.

Art. 204. Qualquer Vereador poderá requerer ao Plenário que aprecie isoladamente determinadas partes do texto de Proposição, votando-as em destaque para rejeitá-las ou aprova-las preliminarmente.

Parágrafo único. Não haverá destaque quando se tratar da Proposta Orçamentária, das Diretrizes Orçamentárias, do Plano Plurianual, de Medida Provisória, de Veto, do Julgamento das Contas do Município e em quaisquer casos em que aquela providência se revele impraticável.

Art. 205. Terão preferência para votação as Emendas Supressivas e as Emendas e Substitutivos oriundos das Comissões.

Parágrafo único. Apresentadas 2 (duas) ou mais Emendas sobre o mesmo artigo ou parágrafo, será admissível Requerimento de preferência para a votação da Emenda que melhor se adaptar ao Projeto, sendo o Requerimento apreciado pelo Plenário, independentemente de discussão.

Art. 206. Sempre que o Parecer da Comissão for pela rejeição do Projeto, deverá o plenário deliberar primeiro sobre o Parecer, antes de entrar na consideração do Projeto.

Art. 207. O Vereador poderá, ao Votar, fazer declaração de voto, que consiste em indicar as razões pelas quais adota determinada posição em relação ao mérito da matéria.

Parágrafo único. A declaração só poderá ocorrer quando toda a Proposição tenha sido abrangida pelo voto.

Art. 208. Enquanto o Presidente não haja proclamado o resultado da votação, o Vereador que já tenha votado poderá retificar o seu voto.

Art. 209. Proclamado o resultado da votação, poderá o Vereador impugná-lo perante o Plenário, quando daquela tenha participado Vereador impedido.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, acolhida a impugnação, repetir-se-á a votação sem considerar-se o voto que motivou o incidente.

Art. 210. Concluída a votação de Projeto de Lei, com ou sem Emendas aprovadas, ou de Projeto de Lei Substitutivo, será a matéria encaminhada à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, para adequar o texto à correção vernacular.

Parágrafo único. Caberá à Mesa a redação final dos Projetos de Decreto Legislativo e de Resolução.

Art. 211. A redação final será discutida e votada depois de sua publicação, salvo se o Plenário a dispensar a Requerimento de Vereador.

§ 1º Admitir-se-á Emenda à redação final somente quando seja para despojá-la de obscuridade, contradição ou improbabilidade linguística.

§ 2º Aprovada a Emenda, voltará a matéria à Comissão, para nova redação final.

§ 3º Se a nova redação final for rejeitada, será o Projeto mais uma vez encaminhado à Comissão, que a reelaborará, considerando-se aprovada se contra ela não votar a maioria absoluta dos componentes da Edilidade.

Art. 212. Aprovado pela Câmara um Projeto de Lei, este será enviado ao Prefeito, para Sanção e Promulgação ou Veto, uma vez expedidos os respectivos autógrafos.

Parágrafo único. Os originais dos Projetos de Lei aprovados serão, antes da remessa ao Executivo, registrados em livro próprio e arquivados na Secretaria da Câmara.

#### CAPÍTULO IV

#### DA CONCESSÃO DE PALAVRA AOS CIDADÃOS EM REUNIÕES E COMISSÕES

Art. 213. O cidadão que o desejar poderá usar da palavra durante a primeira discussão dos Projetos de Lei, inclusive os de iniciativa popular, para opinar sobre eles, desde que se inscreva em lista especial na Secretaria da Câmara, antes de iniciada a Reunião.

Parágrafo único. Ao se inscrever na Secretaria da Câmara, o interessado deverá fazer referência à matéria sobre a qual falará, não lhe sendo permitido abordar temas que não tenham sido expressamente mencionados na inscrição.

Art. 214. Caberá ao Presidente da Câmara fixar o número de cidadãos que poderá fazer uso da palavra em cada Reunião.

Art. 215. Ressalvada a hipótese de expressa determinação do Plenário em contrário, nenhum cidadão poderá usar a Tribuna da Câmara, nos termos deste Regimento, por período maior do que 3 (três) minutos, sob pena de ter a palavra cassada.

Art. 216. O Presidente da Câmara promoverá ampla divulgação da pauta da ordem do dia das Reuniões do legislativo, que deverá ser publicada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do início das Reuniões.

Art. 217. Qualquer associação de classe, clube de serviço ou entidade comunitária do município, poderá solicitar ao presidente da Câmara que lhe permita emitir conceitos ou opiniões junto às Comissões do Legislativo, sobre Projetos que nelas se encontrem para estudo.

Parágrafo único. O Presidente da Câmara enviará o pedido ao Presidente da respectiva Comissão, a quem caberá deferir ou indeferir o Requerimento, indicando, se for o caso, dia e hora para o pronunciamento e seu tempo de duração.

#### TÍTULO VII

#### DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL E DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE

##### CAPÍTULO I

##### DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL

##### Seção I - Do Orçamento

Art. 218. Recebida do Prefeito a Proposta Orçamentária, dentro do prazo e na forma legal, o Presidente mandará publicá-la e distribuir cópia por e-mail da mesma aos Vereadores, enviando-a à Comissão de Finanças e Orçamento nos 7 (sete) dias seguintes, para Parecer.

Parágrafo único. Nesse prazo de 7 (sete) dias, os Vereadores poderão apresentar Emendas à proposta, nos casos em que sejam permitidas, as quais serão publicadas na forma do art. 136.

Art. 219. A Comissão de Finanças e Orçamento pronunciar-se-á em 14 (catorze) dias, findo os quais, com ou sem Parecer, a matéria será incluída como item único da ordem do dia da primeira Reunião desimpedida.

Art. 220. Na primeira discussão, poderão os Vereadores manifestar-se, no prazo regimental, sobre o Projeto e as Emendas, assegurando-se preferência ao relator, do Parecer, da Comissão de Finanças e Orçamento e aos autores das Emendas no uso da palavra.

Art. 221. Se forem aprovadas as Emendas, dentro de 3 (três) dias a matéria retornará à Comissão de Finanças e Orçamento para incorporá-las ao texto, para o que disporá do prazo de 5 (cinco) dias.

Parágrafo único. Devolvido o processo pela Comissão, ou avocado a esta pelo Presidente, se esgotado aquele prazo, será reincluído em pauta imediatamente, para segunda discussão e aprovação do texto definitivo, dispensada a fase de redação final.

Art. 222. Aplicam-se as normas desta Seção à proposta do Plano Plurianual e das Diretrizes Orçamentárias.

##### Seção II - Das Codificações

Art. 223. Código é a reunião de disposições legais sobre a mesma matéria, de modo orgânico e sistemático, visando estabelecer os princípios gerais do sistema adotado e prover completamente a matéria tratada.

Art. 224. Os Projetos de Codificação, depois de apresentados em Plenário, serão distribuídos por cópia aos Vereadores e encaminhados à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, observando-se para tanto o prazo de 7 (sete) dias.

§ 1º Nos 4 (quatro) dias subsequentes, poderão os Vereadores encaminhar à Comissão Emendas e sugestões a respeito.

§ 2º A critério da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, poderá ser solicitada assessoria de órgão de assistência técnica ou parecer de especialista na matéria, desde que haja recursos para atender à despesa específica, ficando nesta hipótese suspensa a tramitação da matéria.

§ 3º A Comissão terá 14 (catorze) dias para exarar Parecer, incorporando as Emendas apresentadas que julgar conveniente ou produzindo outras, em conformidade com as sugestões recebidas.

§ 4º Exarado o Parecer ou, na falta deste, observado o disposto nos arts. 77 e 78, no que couber, o processo se incluirá na pauta da ordem do dia mais próxima possível.

Art. 225. Na primeira discussão observar-se-á o disposto no § 2º do art. 182.

§ 1º Aprovado em primeira discussão, voltará o processo à Comissão por mais 7 (sete) dias, para incorporação das Emendas aprovadas.

§ 2º Ao atingir este estágio o Projeto terá a tramitação normal dos demais Projetos.

##### CAPÍTULO II

##### DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE

##### Seção I - Do Julgamento das Contas

Art. 226. Recebido o Parecer prévio do Tribunal de Contas, independentemente de leitura em Plenário, o Presidente fará distribuir cópia do mesmo, por e-mail, bem como do balanço anual, a todos

os Vereadores, enviando o processo à Comissão de Finanças e Orçamento que terá 20 (vinte) dias para apresentar ao Plenário seu pronunciamento, acompanhado do Projeto de Decreto Legislativo, pela aprovação ou rejeição das contas.

§ 1º Até 10 (dez) dias depois do recebimento do processo, a Comissão de Finanças e Orçamento receberá pedidos escritos dos Vereadores solicitando informações sobre itens determinados da prestação de contas.

§ 2º Para responder aos pedidos de informação, a Comissão poderá realizar quaisquer diligências e vistorias externas, bem como, mediante entendimento prévio com o Prefeito, e examinar quaisquer documentos existentes na Prefeitura.

Art. 227. O Projeto de Decreto Legislativo apresentado pela Comissão de Finanças e Orçamento sobre a prestação de contas será submetido a uma única discussão e votação, assegurado aos Vereadores debater sobre a matéria.

Parágrafo único. Não se admitirão Emendas ao Projeto de Decreto Legislativo.

Art. 228. Se a deliberação da Câmara for contrária ao Parecer prévio do Tribunal de Contas, o Projeto de Decreto Legislativo conterá os motivos da discordância.

Parágrafo único. A Mesa comunicará o resultado da votação ao Tribunal de Contas do Estado ou órgão equivalente.

Art. 229. Nas Reuniões em que se devam discutir as contas do Município, o expediente se reduzirá a 20 (vinte) minutos e a ordem do dia será destinada exclusivamente à matéria.

#### Seção II - Do Processo de Perda do Mandato

Art. 230. A Câmara processará o Vereador pela prática de infração político-administrativa definida na legislação incidente, observadas as normas adjetivas, inclusive quorum, estabelecidas nessa mesma legislação.

Parágrafo único. Em qualquer caso, assegurar-se-á ao acusado plena defesa.

Art. 231. O julgamento far-se-á em Reunião ou Reuniões Extraordinárias para esse efeito convocadas.

Art. 232. Quando a deliberação for no sentido de culpabilidade do acusado, expedir-se-á Decreto Legislativo de perda de mandato, do qual se dará notícia à Justiça Eleitoral.

#### Seção III - Da Convocação dos Secretários Municipais

Art. 233. A Câmara poderá convocar os Secretários Municipais ou ocupantes de cargos da mesma natureza, para prestarem informações sobre a Administração Municipal, sempre que a medida se faça necessária para assegurar a fiscalização apta do Legislativo sobre o Executivo.

Art. 234. A convocação deverá ser requerida, por escrito, por qualquer Vereador ou Comissão, devendo ser discutida e aprovada pelo Plenário.

Parágrafo único. O Requerimento deverá indicar, explicitamente, o motivo da convocação e as questões que serão propostas ao convocado.

Art. 235. Aprovado o Requerimento, a convocação se efetivará mediante ofício assinado pelo Presidente, em nome da Câmara, indicando dia e hora para o comparecimento, e dando ao convocado ciência do motivo de sua convocação.

Art. 236. Aberta a Reunião, o Presidente da Câmara exporá ao Secretário Municipal, que se assentará à sua direita, os motivos da convocação e, em seguida, concederá a palavra aos oradores inscritos com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas para as indagações que desejarem formular, assegurada a preferência ao Vereador proponente da convocação ou ao Presidente da Comissão que a solicitou.

§ 1º O Secretário Municipal poderá incumbir assessores, que o acompanhem na ocasião, de responder às indagações.

§ 2º O Secretário Municipal, ou o assessor, não poderá ser apartado na sua exposição.

Art. 237. Quando nada mais houver a indagar ou a responder, ou quando escoado o tempo regimental, o Presidente encerrará a

Reunião, agradecendo ao Secretário Municipal, em nome da Câmara, o comparecimento.

Art. 238. A Câmara poderá optar pelo pedido de informações ao Prefeito por escrito, caso em que o ofício do Presidente da Câmara será redigido contendo os quesitos necessários à elucidação dos fatos.

Parágrafo único. O Prefeito deverá responder às informações, observado o prazo indicado na Lei Orgânica do Município. ou se esta for omissa, o prazo de 15 (quinze) dias, prorrogável por outro tanto, por solicitação daquele.

Art. 239. Sempre que o Prefeito se recusar a prestar informações à Câmara, quando devidamente solicitado, o autor da Proposição deverá produzir denúncia para efeito da cassação do mandato do infrator.

#### Seção IV - Do Processo Destitutivo

Art. 240. Sempre que qualquer Vereador propuser a destituição de membro da Mesa, o Plenário, conhecendo da representação, deliberará, preliminarmente, em face de prova documental oferecida por participação pelo representante, sobre o processamento da matéria.

§ 1º Caso o Plenário se manifeste pelo processamento da representação, autuada a mesma pelo Secretário, o Presidente ou o seu substituto legal, se for por ele o denunciado, determinará a notificação do acusado para oferecer defesa no prazo de 15 (quinze) dias e arrolar testemunhas até o máximo de 3 (três), sendo-lhe enviada cópia da peça acusatória e dos documentos que a tenham instruído.

§ 2º Se houver defesa, quando esta for anexada aos autos, com os documentos que a acompanharem, o Presidente mandará notificar o representante para confirmar a representação ou retirá-la, no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 3º Se não houver defesa, ou, se havendo, o representante confirmar a acusação, será sorteado Relator para o processo e convocar-se-á Reunião Extraordinária para a apreciação da matéria, na qual serão inquiridas as testemunhas de defesa e de acusação, até o máximo de 3 (três) para cada lado.

§ 4º Não poderá funcionar como relator qualquer membro da Mesa.

§ 5º Na Reunião, o relator, que se assessorará de servidor da Câmara, inquirirá as testemunhas perante o Plenário, podendo qualquer Vereador formular-lhes perguntas do que se lavrará assentada.

§ 6º Finda a inquirição, o Presidente da Câmara concederá 30 (trinta) minutos, para se manifestar individualmente o representante, o acusado e o relator, seguindo-se a votação da matéria pelo Plenário.

§ 7º Se o Plenário decidir, por 2/3 (dois terços) de votos dos Vereadores, pela destituição, será elaborado Projeto de Resolução pelo Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

#### TÍTULO VIII

##### DO REGIMENTO INTERNO E DA ORDEM REGIMENTAL

##### CAPÍTULO I

##### DAS QUESTÕES DE ORDEM E DOS PRECEDENTES

Art. 241. As interpretações de disposições do Regimento feitas pelo Presidente da Câmara, em assuntos controversos, desde que o mesmo assim o declare perante o Plenário, de Ofício ou a Requerimento de Vereador, constituirão precedentes regimentais.

Art. 242. Os casos não previstos neste Regimento serão resolvidos soberanamente pelo Plenário, cujas decisões se considerarão ao mesmo incorporadas.

Art. 243. Questão de ordem é toda dúvida levantada em Plenário quanto à interpretação e à aplicação do Regimento.

Parágrafo único. As questões de ordem devem ser formuladas com clareza e com a indicação precisa das disposições regimentais que se pretende elucidar, sob pena de o Presidente as repelir sumariamente.

Art. 244. Cabe ao Presidente resolver as questões de ordem, não sendo lícito a qualquer Vereador opor-se à decisão, sem prejuízo de recurso ao Plenário.

§ 1º O recurso será encaminhado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, para Parecer.

§ 2º O Plenário, em face do Parecer, decidirá o caso concreto, considerando-se a deliberação como prejudgado.

Art. 245. Os precedentes a que se referem os arts. 241, 243 e ao § 2º do art. 244, serão registrados em livro próprio, para aplicação aos casos análogos, pelo Secretário da Mesa.

## CAPÍTULO II

### DA DIVULGAÇÃO DO REGIMENTO E DE SUA REFORMA

Art. 246. A Secretaria da Câmara fará reproduzir periodicamente este Regimento, enviando cópias à Biblioteca Municipal, ao Prefeito, ao Governador do Estado, ao Presidente da Assembleia Legislativa, a cada um dos Vereadores e às instituições interessadas em assuntos municipais.

Art. 247. Ao fim de cada ano legislativo a Secretaria da Câmara, sob a orientação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, elaborará e publicará separata a este Regimento, contendo as deliberações regimentais tomadas pelo Plenário, com eliminação dos dispositivos revogados e os precedentes regimentais firmados.

Art. 248. Este Regimento Interno somente poderá ser alterado, reformado ou substituído pelo voto da maioria absoluta dos membros da Edilidade mediante proposta:

I - De 1/3 (um terço), no mínimo, dos Vereadores;

II - Da Mesa;

III - De uma das Comissões da Câmara.

## TÍTULO IX

### DA GESTÃO DOS SERVIÇOS INTERNOS DA CÂMARA

Art. 249. Os serviços administrativos da Câmara incumbem à sua Secretaria e reger-se-ão por ato regulamentar próprio baixado pelo Presidente.

Art. 250. As determinações do Presidente à Secretaria sobre expediente serão objeto de ordem de serviço e as instruções aos servidores sobre o desempenho de suas atribuições constarão de Portarias.

Art. 251. A Secretaria fornecerá aos interessados, no prazo de 15 (quinze) dias, as certidões que tenham requerido ao presidente, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal, bem como preparará os expedientes de atendimento às requisições judiciais, independentemente de despacho, no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 252. A Secretaria manterá os registros necessários aos serviços da Câmara.

§ 1º São obrigatórios os seguintes livros:

I - Livro de Atas das Reuniões;

II - Livro das Atas das reuniões das Comissões Permanentes;

III - Livro de registro de Leis;

IV - Decretos Legislativos;

V - Resoluções;

VI - Livro de atos da Mesa e de atos da Presidência;

VII - Livro de termos de posse de servidores;

VIII - Livro de termos de contratos;

IX - Livro de precedentes regimentais.

§ 2º Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Secretário da Mesa.

Art. 253. Os papéis da Câmara serão confeccionados no tamanho oficial e timbrados com o símbolo identificativo, conforme ato da Presidência.

Art. 254. As despesas da Câmara, dentro dos limites das disponibilidades orçamentárias consignadas no Orçamento Municipal e dos Créditos Adicionais, serão ordenadas pelo Presidente da Câmara.

Art. 255. A movimentação financeira dos recursos orçamentários da Câmara será efetuada em instituições financeiras oficiais,

cabendo à tesouraria movimentar os recursos que lhe forem liberados.

Art. 256. As despesas miúdas de pronto pagamento definidas em Lei específica poderão ser pagas mediante a adoção do Regime de Adiantamento.

Art. 257. A contabilidade da Câmara encaminhará as suas demonstrações até o dia 15 (quinze) de cada mês, para fins de incorporação à contabilidade central da Prefeitura.

Art. 258. No período de 15 de abril a 13 de junho de cada exercício, na Secretaria da Câmara e no horário de seu funcionamento, as contas do Município ficarão à disposição dos cidadãos para exame e apreciação, na forma estabelecida na Lei Orgânica Municipal, inclusive com a divulgação no site da Câmara.

## TÍTULO X

### DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 259. A publicação dos expedientes da Câmara observará o disposto em ato normativo a ser baixado pela Mesa.

Art. 260. Nos dias de Reunião deverão estar hasteadas, no edifício e no recinto do Plenário, as bandeiras do País, do Estado e do Município, observada a Legislação Federal.

Art. 261. Não haverá expediente do Legislativo nos dias de ponto facultativo decretado pelo Município.

Art. 262. Os prazos previstos neste Regimento são contínuos, contando-se o dia de seu começo e o de seu término e somente se suspende por motivo de recesso.

Art. 263. À data de vigência deste Regimento, ficarão prejudicados quaisquer Projetos de Resolução em matéria regimental e revogados todos os precedentes firmados sob o império do Regimento anterior.

Art. 264. Fica mantido, na Reunião Legislativa em curso, o número de membros da Mesa e das Comissões Permanentes.

Art. 265. Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Itapoá, Estado de Santa Catarina, em 20 de novembro de 2014.

OSNI OCKER (PR) Presidente	THOMAZ WILLAM PALMA SOHN (PP) Vice-Presidente
GERALDO RENE BEHLAU WEBER (PSDB) 1º Secretário	CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR (PR) 2º Secretário
DANIEL SILVANO WEBER (PMDB) Vereador	EDSON DA CUNHA SPECK (PMDB) Vereador
ERNESTO POLICARPO DE AQUINO (PSC) Vereador	JOCÉLIO PINHEIRO (PMDB) Vereador
MÁRCIA REGINA EGGERTO SOARES (PSDB) Vereadora	

## Ituporanga

### PREFEITURA

#### DECRETO Nº 347, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 347, de 19 de dezembro de 2014.

Designa Pregoeiro e Nomeia Equipe de Apoio para os Processos Licitatórios modalidade Pregão.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO Prefeito do Município de Ituporanga em exercício, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VII, do artigo 65 e artigo 101, da Lei Orgânica Municipal, bem como o artigo 7º, inciso II e artigo 10, do anexo I, do Decreto nº. 498/07.

#### DECRETA

Art. 1º - Fica designada como pregoeira a funcionária pública do município BRUNA RUDOLFO, para atuar nos procedimentos relativos aos processos licitatórios na modalidade pregão, com atribuições de acordo com o artigo 9º do Decreto nº. 498, de 20 de abril de 2007.

Art. 2º - Fica nomeada a Equipe de Apoio ao pregoeiro nos processos licitatórios modalidade pregão, que será formada pelos seguintes membros: Titulares: Eliana Damann Costa, Eliane Aparecida Rodrigues Eing, Zuleide Dumes Hessmann; Suplentes: Tânia Maria Beling de Carvalho, Joseane Rosa Sieves e Maria Angélica Nienkötter Muller.

Art. 3º - Designa-se a servidora Zuleide Dumes Hessmann para secretariar a Pregoeira e a equipe de apoio.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Fica revogado o Decreto nº 181, de 27 de janeiro de 2014, e demais disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA,  
19 de dezembro de 2014.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO  
Prefeito do Município

ELMO PISETTA  
Secretário da Administração

## Jacinto Machado

### PREFEITURA

#### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2014/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2014/FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO, a Pregoeira e sua equipe de apoio, com devida autorização expedida pela Gestora do Fundo, torna público a realização de licitação no dia 13/01/2015 às 08h30min, com entrega dos envelopes até às 08h15min da mesma data, na sede da Prefeitura Municipal, na Modalidade, PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a "AQUISIÇÃO DE TIRAS REAGENTES PARA DOSAGEM DE GLICEMIA CAPILAR PARA SEREM DISTRIBUÍDAS PELA FARMÁCIA PÚBLICA DE JACINTO MACHADO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015.". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos no Setor de Licitações, sito à RUA POOL JORGE ZACCA, Nº 75, CENTRO, JACINTO MACHADO - SC, no horário das 07h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira ou através de solicitação enviada para o e-mail: [licitacao@jacintomachado.sc.gov.br](mailto:licitacao@jacintomachado.sc.gov.br). Informações pelo Fone: (48) 3535-1133.

Jacinto Machado - SC, 19 de dezembro de 2014.

ANA MARIA BACK MACHADO

Gestora do Fundo

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 053/2014/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 053/2014/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

Contratada: GUEDE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME

Valor: R\$ 544,70 (quinhentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos).

Vigência: Início: 03/11/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 007/2014 - DL

Dotação: 2.020.3390.00 - 94 - 8/2014 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Objeto: AQUISIÇÃO DE COLCHONETES PARA SEREM UTILIZADOS NO PÓLO DE ACADEMIA DA SAÚDE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO.

Jacinto Machado - SC, 3 de Novembro de 2014.

ANA MARIA BACK MACHADO

Gestora do Fundo

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 054/2014/FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 054/2014/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO  
Contratada: ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA  
Valor: R\$ 458,90 (quatrocentos e cinquenta e oito reais e noventa centavos).  
Vigência: Início: 28/11/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2014 - PR  
Dotação: 1.022.4490.00 - 94 - 3/2014 - CONSTR., AMPL UNID, AQUIS. VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS  
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA MELHORIA NA INFRA ESTRUTURA E ATENDIMENTO AOS CIDADÃOS NOS POSTOS E UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO. (3)

Jacinto Machado – SC, 28 de Novembro de 2014.  
ANA MARIA BACK MACHADO  
Gestora do Fundo

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 055/2014/FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 055/2014/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO  
Contratada: JET MED COM. DE PRODUTOS DESCARTAVEIS LTDA - ME  
Valor: R\$ 3.485,00 (três mil quatrocentos e oitenta e cinco reais).  
Vigência: Início: 28/11/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2014 - PR  
Dotação: 1.022.4490.00 - 94 - 3/2014 - CONSTR., AMPL UNID, AQUIS. VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS  
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA MELHORIA NA INFRA ESTRUTURA E ATENDIMENTO AOS CIDADÃOS NOS POSTOS E UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO. (3)

Jacinto Machado – SC, 28 de Novembro de 2014.  
ANA MARIA BACK MACHADO  
Gestora do Fundo

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 056/2014/FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 056/2014/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO  
Contratada: LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA - ME  
Valor: R\$ 3.585,75 (três mil quinhentos e oitenta e cinco reais e setenta e cinco centavos).  
Vigência: Início: 28/11/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2014 - PR  
Dotação: 1.022.4490.00 - 94 - 3/2014 - CONSTR., AMPL UNID, AQUIS. VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS  
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA MELHORIA NA INFRA ESTRUTURA E ATENDIMENTO AOS CIDADÃOS NOS POSTOS E UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO. (3)

Jacinto Machado – SC, 28 de Novembro de 2014.  
ANA MARIA BACK MACHADO  
Gestora do Fundo

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 057/2014/FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 057/2014/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO  
Contratada: GOLD COMPUTADORES LTDA  
Valor: R\$ 6.135,00 (seis mil cento e trinta e cinco reais).  
Vigência: Início: 28/11/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2014 - PR  
Dotação: 1.022.4490.00 - 94 - 3/2014 - CONSTR., AMPL UNID, AQUIS. VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS  
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA MELHORIA NA INFRA ESTRUTURA E ATENDIMENTO AOS CIDADÃOS NOS POSTOS E UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO. (3)

Jacinto Machado – SC, 28 de Novembro de 2014.  
ANA MARIA BACK MACHADO  
Gestora do Fundo

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 058/2014/FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 058/2014/FMS**

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO  
Contratada: QUALYMEDIC COMERCIO EPP  
Valor: R\$ 1.487,00 (um mil quatrocentos e oitenta e sete reais).  
Vigência: Início: 28/11/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2014 - PR  
Dotação: 1.022.4490.00 - 94 - 3/2014 - CONSTR., AMPL UNID, AQUIS. VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS  
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA MELHORIA NA INFRA ESTRUTURA E ATENDIMENTO AOS CIDADÃOS NOS POSTOS E UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO. (3)

Jacinto Machado – SC, 28 de Novembro de 2014.  
ANA MARIA BACK MACHADO  
Gestora do Fundo

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 162/2014/PMJM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 162/2014/PMJM**

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratada: CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA  
Valor Global: R\$ 350.356,54 (trezentos e cinquenta mil trezentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos).  
Vigência: Início: 27/11/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 003/2014/PMJM  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, OBRAS DE ARTE CORRENTE, URBANIZAÇÃO E SINALIZAÇÃO NA AV. AFONSO POSSAMAI DELLA (ENTRE AS ESTACAS 54 E 80 COM EXTENSÃO DE 520,00 m) NO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC. Conforme Memorial Descritivo, Projetos, Orçamento, Cronograma e quantitativos anexados ao Edital.

Jacinto Machado – SC, 27 de Novembro de 2014.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 161/2014/PMJM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 161/2014/PMJM**

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratada: LAJECRIL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP  
Valor Global: R\$ 183.833,07 (cento e oitenta e três mil oitocentos e trinta e três reais e sete centavos).  
Vigência: Início: 27/11/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 003/2014/PMJM  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, OBRAS DE ARTE CORRENTE, URBANIZAÇÃO E SINALIZAÇÃO NA AV. AFONSO POSSAMAI DELLA (ENTRE AS ESTACAS 54 E 80 COM EXTENSÃO DE 520,00 m) NO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC. Conforme Memorial Descritivo, Projetos, Orçamento, Cronograma e quantitativos anexados ao Edital.

Jacinto Machado – SC, 27 de Novembro de 2014.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Prefeito

**TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 014/2014/FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

**TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 014/2014/FMS**

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO  
Contratada: COOPERATIVA AGROPECUARIA DE JACINTO MACHADO  
Vigência: Início: 20/11/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2014 - PR  
Objeto: FICA REAJUSTADO O VALOR UNITÁRIO DO ITEM 01 DO PRESENTE CONTRATO DE R\$ 2,38, PARA R\$ 2,50.

Jacinto Machado – SC, 20 de Novembro de 2014.  
Ana Maria Back Machado  
Gestora do Fundo

**TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 024/2014/PMJM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

**TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 024/2014/PMJM**

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratada: TRANSPORTE E TURISMO UNIDOS LTDA ME  
Valor Aditado: R\$ 4.910,40 (quatro mil novecentos e dez reais e quarenta centavos).  
Vigência: Início: 04/12/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2014 - PR  
Objeto: FICAM ADITADOS OS QUANTITATIVOS CONTRATADOS; EM DECORRÊNCIA DO REAJUSTE PACTUADO, FICA ALTERADO O VALOR GLOBAL DO PRESENTE CONTRATO DE R\$ 91.224,00 (NOVENTA E UM MIL DUZENTOS E VINTE E QUATRO REAIS) PARA R\$ 96.134,40 (NOVENTA E SEIS MIL CENTO E TRINTA E QUATRO REAIS E QUARENTA CENTAVOS).

Jacinto Machado – SC, 4 de Dezembro de 2014.  
Antonio João de Fáveri  
Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 027/2014/PMJM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

**TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 027/2014/PMJM**

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratada: DELAMAI TRANSPORTES LTDA - ME  
Valor Aditado: R\$ 6.129,50 (seis mil cento e vinte e nove reais e cinquenta centavos).  
Vigência: Início: 04/12/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2014 - PR  
Objeto: FICAM ADITADOS OS QUANTITATIVOS CONTRATADOS; EM DECORRÊNCIA DO REAJUSTE PACTUADO, FICA ALTERADO O VALOR GLOBAL DO PRESENTE CONTRATO DE R\$ 80.482,50 (OITENTA MIL QUATROCENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS) PARA R\$ 86.612,00 (OITENTA E SEIS MIL SEISCENTOS E DOZE REAIS).

Jacinto Machado – SC, 4 de Dezembro de 2014.  
Antonio João de Fáveri  
Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 053/2014/PMJM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

**TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 053/2014/PMJM**

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratada: COOPERATIVA AGROPECUARIA DE JACINTO MACHADO  
Vigência: Início: 20/11/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2014 - PR  
Objeto: FICA REAJUSTADO O VALOR UNITÁRIO DO ITEM 01 DO PRESENTE CONTRATO DE R\$ 2,38, PARA R\$ 2,50.

Jacinto Machado – SC, 20 de Novembro de 2014.  
Antonio João de Fáveri  
Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 056/2014/PMJM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

**TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 056/2014/PMJM**

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratada: AELSON LESSA & CIA LTDA  
Valor Aditado: R\$ 3.672,20 (três mil seiscentos e setenta e dois reais e vinte centavos).  
Vigência: Início: 04/12/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 014/2014 - CV  
Objeto: FICAM ADITADOS OS QUANTITATIVOS CONTRATADOS; EM DECORRÊNCIA DO REAJUSTE PACTUADO, FICA ALTERADO O VALOR GLOBAL DO PRESENTE CONTRATO DE R\$ 75.852,00 (SETENTA E CINCO MIL OITOCENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS) PARA R\$ 79.524,20 (SETENTA E NOVE MIL QUINHENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E VINTE CENTAVOS).

Jacinto Machado – SC, 4 de Dezembro de 2014.  
Antonio João de Fáveri  
Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 067/2014/PMJM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

**TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 067/2014/PMJM**

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratada: PASSOS TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA ME  
Valor Aditado: R\$ 4.462,25 (quatro mil quatrocentos e sessenta e dois reais e vinte e cinco centavos).  
Vigência: Início: 04/12/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2014 - PR  
Objeto: FICAM ADITADOS OS QUANTITATIVOS CONTRATADOS; EM DECORRÊNCIA DO REAJUSTE PACTUADO, FICA ALTERADO O VALOR GLOBAL DO PRESENTE CONTRATO DE R\$ 25.935,00 (VINTE E CINCO MIL NOVECIENTOS E TRINTA E CINCO REAIS) PARA R\$ 30.397,25 (TRINTA MIL TREZENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS).

Jacinto Machado – SC, 4 de Dezembro de 2014.  
Antonio João de Fáveri  
Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 150/2014/PMJM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

**TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 150/2014/PMJM**

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratada: COOPERATIVA AGROPECUARIA DE JACINTO MACHADO  
Vigência: Início: 20/11/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 0019/2014 - PR  
Objeto: FICA REAJUSTADO O VALOR UNITÁRIO DO ITEM 01 DO PRESENTE CONTRATO DE R\$ 2,49, PARA R\$ 2,61.

Jacinto Machado – SC, 20 de Novembro de 2014.  
Antonio João de Fáveri  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 11, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 11, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre designação de servidor efetivo para responder pela função de Responsável pela Unidade de Controle Interno da Câmara de Vereadores.

O Presidente da Câmara Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe os arts. 4º, § 2º, inc. II e 7º, inc. II, da Lei nº 480, de 27 de dezembro de 2006, combinado com o disposto no art. 12 e parágrafo único, da Lei nº 483, de 08 de março de 2007, resolve:

Art. 1º Designar ADRIANO LODETTI FAVARO, Matrícula nº 1.196, para responder pela função de Responsável pela Unidade de Controle Interno instituída no âmbito do Poder Legislativo Municipal, mediante atribuição de Função Gratificada, símbolo FG 03.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado, 15 de dezembro de 2014; 55º da Instalação da Câmara de Vereadores.

Vereador JOCI GOMES (PT)  
Presidente

Registre-se e publique-se.

Vereador JOSÉ TALAU (PP)  
Primeiro Secretário

# Joaçaba

## PREFEITURA

### 285/2006 TA 07

CONTRATO Nº 285/2006 - TA 07

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ sob o nº 02.247.113/0001-11 doravante denominado LOCATÁRIO e o Sr. ORLANDO ZAGONEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Joaçaba (SC), portador do CPF Nº 249.835.279-15, e C.I. nº 11/R 226.505, a seguir denominado simplesmente LOCADOR, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Legislação Aplicável (Lei 8.245/1991), celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 285/2006, celebrado em 27 de março de 2006, proveniente do Processo de Licitação nº 51/2006, instaurado através da Dispensa nº 51/2006, homologado no dia 27 de março de 2006, que tem como objeto a locação de um imóvel, localizado na Travessa Cesário Silva, nº 245 - Bairro Santa Tereza, nesta cidade de Joaçaba, destinado a instalação do Projeto de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, do Departamento de Ação Social onde se adita a CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO e a CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E PAGAMENTO, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo do contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E PAGAMENTO

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 15.936,00 (quinze mil novecentos e trinta e seis reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas abaixo, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 15 de dezembro de 2014.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
LOCATÁRIO

ORLANDO ZAGONEL  
LOCADOR

(Testemunha 01)      (Testemunha 02)

### 83/2012 TA 03

CONTRATO Nº 83/2012/FAS - TA 03

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 02.247.113/0001-11, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa AUTO VOLKS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 81.769.127/0001-71, estabelecida na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1074, Bairro CENTRO, no Município de JOAÇABA/SC, representada neste ato pelo Sr. VALDIR PATZLAFF, portador da Carteira de Identidade nº 229.886 e CPF nº 168.129.729-91, residente e domiciliado na cidade de JOAÇABA/SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 83/2012/FAS, firmado em 17/01/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 18/2011/FMAS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 15/2011/FMAS, homologado no dia 17/01/2012, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA, dos serviços discriminados abaixo, por hora trabalhada, destinados à manutenção dos veículos da Secretaria Municipal de Ação Social, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO e a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 47 (quarenta e sete) meses e 14 (quatorze) dias, contados do seu início.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO.

Diante do reajuste e da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 10.409,60 (dez mil quatrocentos e nove reais e sessenta centavos), correspondentes aos seguintes itens:

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$
1	150	hrs	Serviço de mecânica geral	26,58	3.987,00
2	80	hrs	Serviço de mecânica especializada	33,22	2.657,60
3	50	hrs	Serviço de eletricidade	28,79	1.439,50
4	50	hrs	Serviço de funilaria e pintura	46,51	2.325,50

**CLÁUSULA TERCEIRA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 15 de dezembro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA / FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

AUTO VOLKS LTDA  
Valdir Patzlaff

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

**888/2012 TA 03**

CONTRATO Nº 888/2012/PMJ - TA 03

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE e a empresa RI SOLUÇÕES EM PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.665.060/0001-02, estabelecida na AV. SÃO JOÃO, 580 - SALA 201, Bairro CENTRO, no Município de FAXINAL DOS GUEDES/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. RAFAEL BENDER, portador da Carteira de Identidade nº 3.815.493 e CPF nº 009.584.779-06, residente e domiciliado na RUA BARRA GRANDE, S/NR, na cidade de FAXINAL DOS GUEDES/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 888/2012/PMJ, firmado em 17/01/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 1/2012/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 1/2012/PMJ, homologado no dia 17/01/2012, cujo objeto é a elaboração e execução, pela contratada, do projeto de trabalho técnico social para a construção de 74 unidades habitacionais com mão-de-obra especializada no Loteamento Habitacional Armindo de Medeiros Haro, Bairro São Braz, no município de Joaçaba, conforme plano de trabalho e especificações técnicas, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada para 30 de dezembro de 2015, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93, haja vista a vinculação e a prorrogação do prazo de vigência do Contrato de Repasse nº 0321547-89/2010, de 23/09/2010, realizado segundo os termos do Programa FNHIS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA HIS, do Ministério das Cidades, conforme cópia do Termo Aditivo em anexo.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 18 de dezembro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
RAFAEL LASKE - PREFEITO

RI SOLUÇÕES EM PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL LTDA.  
RAFAEL BENDER

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

**96/2012 TA 03**

CREDENCIAMENTO Nº 96/2012/FMAS - TA 03

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 02.247.113/0001-11, com sede e foro na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em Joaçaba-SC, representado pelo Prefeito do Município, Sr. Rafael Laske, CPF nº 001.150.729-26, doravante denominado CREDENCIANTE e a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE FREI ROGÉRIO, inscrita no CNPJ sob o nº 83.754.341/0001-80, estabelecida na Praça Josefina Amorin, nº 1, Centro, no Município de Curitiba - SC, doravante denominada CREDENCIADA, neste ato representada pela senhora Cleuza Maria Olivo Pellizzaro, portadora da Carteira de Identidade nº 240.023 e CPF nº 296.434.499-04, residente e domiciliada na Rua Arthur Formigheri, nº 54, apto 3, Centro, na cidade de Curitiba - SC, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Lei nº 8.666/1993, celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Credenciamento nº 96/2012/FMAS, celebrado em 28 de setembro de 2012, proveniente do Edital de Credenciamento nº 1/2012/FMAS, que tem por objeto a prestação serviços de assistência na área de Acolhimento Institucional de Longa Permanência para Pessoas Idosas aos idosos residentes no Município de Joaçaba, onde se adita a CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do contrato fica prorrogado para 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 39 (trinta e nove) meses e 02 (dois) dias, contados do seu início.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 15 de dezembro de 2014.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA / F. M. A. S.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE FREI ROGÉRIO  
Cleuza Maria Olivo Pellizzaro

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

#### **DECRETO Nº 4.714 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4.714 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15, II DA LEI MUNICIPAL 4.439 DE 20/12/13 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 11.196,80 (onze mil, cento e noventa e seis reais e oitenta centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, no Orçamento Vigente do Município de Joaçaba:

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Unidade Orçamentária: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Proj./Atividade: 2.073 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS/PAIF/IGD PBF/PBV II/SCFV  
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 (20)  
Valor: R\$ 11.196,80

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações apontadas no artigo 1º, são provenientes das anulações das seguintes dotações:

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Unidade Orçamentária: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Proj./Atividade: 2.073 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS/PAIF/IGD PBF/PBV II/SCFV  
Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 (18)  
Valor: R\$ 11.196,80

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 19 de dezembro de 2014.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

#### **PORTARIA N.º 3507**

PORTARIA Nº 3.507 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE ,

1º INSTAURAR "Processo Administrativo", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure irregularidade em doação de imóvel pelo Município em prol da Câmara Junior Joaçaba, Herval d Oeste e Luzerna em função do não cumprimento integral das disposições prevista na legislação vigente, conforme documentação encaminhada pelo Ministério Público e parecer da procuradoria jurídica.

2º DESIGNAR os servidores, JULIANA KUSNIER, JULIO CESAR BISSANI e SULANY DE FATIMA B. WELTER, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e alterações, Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013, Decreto n.º 4.676 de 14 de novembro de 2014.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2014.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 3508**

PORTARIA Nº 3.508 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

"SUSPENDE AFASTAMENTO PARA ESTUDO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O Prefeito Municipal de Joaçaba-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º SUSPENDE AFASTAMENTO PARA ESTUDO, concedido ao servidor ELSON CESAR FACIN, Professor Nível II (Pós Graduação), AFASTAMENTO PARCIAL PARA ESTUDO, de acordo com o Art. 93, da Lei Complementar 76 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 32, § 1º do Decreto n.º 2.715 de 02 de dezembro de 2005, conforme requerimento protocolado sob o nº 136.658 de 15 de dezembro de 2014, em função da entrega da produção final do curso (dissertação) na data de 17 de dezembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2014, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 18 de dezembro de 2014.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**EXTRATO CONTRATO 014/2014 - SOFTWARE**

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA  
EXTRATO DO CONTRATO N. 14/2014  
PROVENIENTE DO PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 020/2014  
PREGÃO PRESENCIAL N. 17/2014  
CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA  
CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA  
OBJETO: A locação, pela CONTRATADA, de sistemas para gestão pública compreendendo contabilidade pública, compras e licitações, patrimônio, folha de pagamento, ponto eletrônico, recursos humanos e portal transparência, conforme as condições estabelecidas no Edital.  
VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 32.920,00 (trinta e dois mil, noventa e dois reais)  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas provenientes da execução deste contrato correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:  
CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA  
2.001 - MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO  
(3) 3.3.90.00.00.00.00.00.0.0.000.0 - Aplicações Diretas

Joaçaba (SC), 08 de dezembro de 2014.  
FRANCISCO MOREIRA LOPES  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

**EXTRATO CONTRATO 015/2014 - COPEIRA**

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA  
EXTRATO DO CONTRATO N. 15/2014  
PROVENIENTE DO PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 019/2014  
PREGÃO PRESENCIAL N. 16/2014  
CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA  
CONTRATADA: ONSERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.  
OBJETO: Contratação de serviços de copa nas dependências da nova sede da Câmara de Vereadores de Joaçaba.  
VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais)  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas provenientes da execução deste contrato correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:  
CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA  
Projeto/Atividade 2001 - Manutenção do Poder Legislativo  
(3) 3.3.90.00.00.00.00.00.0.0.000.0 - Aplicação Direta

Joaçaba (SC), 15 de dezembro de 2014.  
FRANCISCO MOREIRA LOPES  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

**EXTRATO HOMOLOGAÇÃO PP 019/2014 - COPEIRA**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA</b>  CNPJ: 78.491.230/0001-98 Rua Tiradentes, 872 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 16/2014 - PR</b>
	Processo Administrativo: 19/2014 Processo de Licitação: 19/2014 Data do Processo: 17/11/2014

Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Presidente Da Camara, FRANCISCO MOREIRA LOPES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 19/2014
- b ) Licitação Nr.: 16/2014-PR
- c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d ) Data Homologação: 12/12/2014
- e ) Objeto da Licitação Contratação de empresa especializada em serviços de copeira destinado a Câmara de Vereadores de Joaçaba.

(em Reais R\$)  
f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

	Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------------	------------	----------------	---------------

**ONSERV SERVIÇOS DE TERCEIRIZADOS LTDA (623)**

1 Serviços continuados de copeira com a disponibilização de pessoal (um profissional com carga horária de 6 horas diárias), conforme termo de referência em anexo.	MES	12,00	0,0000	2.750,00	33.000,00
--	-----	-------	--------	----------	-----------

**Total do Fornecedor: 33.000,00**

**Total Geral: 33.000,00**

Joaçaba, 12 de Dezembro de 2014.

FRANCISCO MOREIRA LOPES  
PRESIDENTE DA CAMARA

**PLASS****EXTRATO TERMO DE ADESÃO Nº 22/2014/PLASS**

Extrato TERMO DE ADESÃO Nº 22/2014 do  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2014/PLASS  
INEXIGIBILIDADE 06/2014/PLASS

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município do Joaçaba - PLASS

Contratada: NATHALIA MORES - ME

Data: 19/12/2014

Objeto: Prestação de serviços de psicologia

Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é até 31/12/2014 prorrogáveis até o período máximo de 60 (sessenta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da assinatura do Termo de Adesão.

**EXTRATO TERMO DE ADESÃO Nº 23/2014/PLASS**

Extrato TERMO DE ADESÃO Nº 23/2014 do  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2014/PLASS  
INEXIGIBILIDADE 06/2014/PLASS

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município do Joaçaba - PLASS

Contratada: DORE CLINICA DE TRATAMENTO E CONDICIONAMENTO FISICO LTDA

Data: 19/12/2014

Objeto: Prestação de serviços de fisioterapia

Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é até 31/12/2014 prorrogáveis até o período máximo de 60 (sessenta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da assinatura do Termo de Adesão.

**SIMAE - JOAÇABA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS JHL 006/2014 - SIMAE****SIMAE**

**SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**  
AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0006/2014**

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, no Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº 0023/2014, na Ata de julgamento de preços, homologada em 25/06/2014, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

**1. DO OBJETO**

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Pneus, Câmaras, Conserto de Pneu, Geometria e Balanceamento para manutenção da Frota do SIMAE, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 0023/2014.

1.2 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

1º. Colocado – **Empresa Joaçaba Pneus Ltda.**

<b>Lote: 1</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>24.050,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	PNEU 12X16.5, 10 LONAS, IT323, DIANTEIRO, P/RETROESCAVADEIRA	PÇ	PIRELLI PN16	12,00	766,959	9.203,51
2	PNEU 19.5L - 24, 10 LONAS, R 4, IT525, TRASEIRO, PARA RETROESCAVADEIRA	PÇ	PIRELLI PN12	6,00	2.163,2301	13.009,38
3	CÂMARA PARA PNEU 12 X 16.5, 10 LONAS, IT 323, DIANTEIRO, PARA RETROESCAVADEIRA	PÇ	RS	12,00	63,8301	765,96
4	CÂMARA PARA PNEU 19.5L-24, 10 LONAS, R4, IT 525, TRASEIRO, PARA RETROESCAVADEIRA	PÇ	BBW TR218A	6,00	178,5249	1.071,15
<b>Lote: 2</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>15.200,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
5	PNEU 175/70 R-14, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA E VELOCIDADE 88 T, PARA OS VEÍCULOS FIAT STRADAS DE PLACAS MBH0317 E MJB5617; FIAT FIORINO DE PLACAS MGR3980; FIAT DOBLÔS DE PLACAS MCI-9034 E 9064; SAVEIROS MLW-3121 E MLW-3211	PÇ	PIRELLI 84T P4 C	60,00	190,4317	11.425,90
6	BALANCEAMENTO PARA OS VEÍCULOS FIAT STRADAS DE PLACAS MBH0317 E MJB5617; FIAT FIORINO DE PLACAS MGR3980; FIAT DOBLÔS DE PLACAS MCI-9034 E 9064; SAVEIROS MLW-3121 E MLW-3211.	SV		180,00	10,8536	1.953,65



SIMAE

**SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**  
AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC



7	GEOMETRIA PARA OS VEICULOS FIAT STRADAS DE PLACAS MBH0317 E MJB5617; FIAT FIORINO DE PLACAS MGR3980; FIAT DOBLÔS DE PLACAS MCI-9034 E 9064;SAVEIROS MLW-3121 E MLW-3211.	SV		45,00	40,4544	1.820,45
<b>Lote: 3</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>3.550,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
8	PNEU 750X16, LISO, DIANTEIRO, 10 OU 12 LONAS PARA VEICULOS TOYOTA BANDEIRANTE, PLACAS MBC-1206 E MBC-1236.	PÇ	PIRELLI CT52 10L	4,00	353,7948	1.415,18
9	PNEU 750X16 , 10 OU 12 LONAS, BORRACHUDO, TRASEIRO, PARA VEICULOS TOYOTA BANDEIRANTE, PLACAS MBC-1206 E MBC-1236.	PÇ	PIRELLI RT59 10L	4,00	381,0097	1.524,04
10	CÂMARA PARA PNEU 750X16, LISO, DIANTEIRO, PARA VEICULOS TOYOTA BANDEIRANTE, PLACAS MBC-1206 E MBC-1236.	PÇ	BBW TR	4,00	30,7141	122,86
11	CÂMARA PARA PNEU 750X16 , 10 OU 12 LONAS, BORRACHUDO, TRASEIRO, PARA VEICULOS TOYOTA BANDEIRANTE, PLACAS MBC-1206 E MBC-1236.	PÇ	BBW TR75	4,00	35,9627	143,85
12	BALANCEAMENTO PARA VEICULOS TOYOTA BANDEIRANTE, PLACAS MBC-1206 E MBC-1236.	SV		12,00	14,5795	174,95
13	GEOMETRIA PARA VEICULOS TOYOTA BANDEIRANTE, PLACAS MBC-1206 E MBC-1236.	SV		3,00	56,3739	169,12
<b>Lote: 7</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>3.150,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
24	PNEU 205/70 R-15, MISTO, ÍNDICE DE CARGA E VELOCIDADE 106R, PARA VEÍCULO DUCATO, PLACAS MDS-4409, ANO 2004.	PÇ	PIRELLI CHRONO	8,00	311,9347	2.495,48
25	CÂMARA PARA PNEU 205/70 R-15, MISTO, ÍNDICE DE CARGA E VELOCIDADE 106 R, PARA VEÍCULO DUCATO, PLACAS MDS-4409, ANO 2004.	PÇ	BBW KR-15 TR13	8,00	24,3417	194,73
26	BALANCEAMENTO PARA VEÍCULO DUCATO, PLACAS MDS-4409, ANO 2004	SV		24,00	13,5232	324,56
27	GEOMETRIA PARA VEÍCULO DUCATO, PLACAS MDS-4409, ANO 2004.	SV		3,00	45,0773	135,23
<b>Lote: 8</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>3.300,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
28	PNEU 750X16 12 LONAS, LISO, DIANTEIRO, PARA VEICULO F-4000,	PÇ	PIRELLI CT52	2,00	399,1150	798,23



SIMAE

# SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC



	PLACAS LZN-4621, ANO 1998.					
29	PNEU 750X16 12 LONAS, BORRACHUDO, TRASEIRO, PARA VEICULO F-4000, PLACAS LZN-4621, ANO 1998.	PÇ	PIRELLI AS22	4,00	434,1856	1.736,74
30	CÂMARA PARA PNEU 750X16 12 LONAS, LISO, DIANTEIRO, PARA VEICULO F-4000, PLACAS LZN-4621, ANO 1998.	PÇ	BBW TR75	2,00	35,0761	70,15
31	CÂMARA PARA PNEU 750X16 12 LONAS, BORRACHUDO, TRASEIRO, PARA VEICULO F-4000, PLACAS LZN-4621, ANO 1998	PÇ	BBW TR75	4,00	35,0761	140,30
32	BALANCEAMENTO PARA VEICULO F-4000, PLACAS LZN-4621, ANO 1998	SV		18,00	23,7001	426,60
33	GEOMETRIA PARA VEICULO F-4000, PLACAS LZN-4621, ANO 1998.	SV		3,00	42,6602	127,98
<b>Lote: 10</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>16.150,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
37	PNEU 275/80 R22, LISO, RADIAL, MISTO PARA CAMINHÃO VOLKSWAGEN 15.180, PLACAS MHH4895, ANO 2009.	PÇ	PIRELLI FG85	4,00	1.255,0024	5.020,01
38	PNEU 275/80 R22,5, RADIAL, BORRACHUDO, PARA CAMINHÃO VOLKSWAGEN 15.180, PLACAS MHH4895, ANO 2009.	PÇ	PIRELLI TR85	8,00	1.261,7187	10.093,75
39	BALANCEAMENTO PARA CAMINHÃO VOLKSWAGEN 15.180, PLACAS MHH4895 ANO 2009	SV		36,00	28,7845	1.036,24
<b>Lote: 11</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>4.866,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
41	PNEU 110/90-17, 60 P, R 34, BORRACHUDO, TRASEIRO, PARA MOTO NXR 150 BROS, PLACAS : MMD-7522; MMD7692; MKR0093; MKR0133; MKR0083	PÇ	LEVORIN DUNA	15,00	152,00	2.280,00
42	PNEU 90/90-19, 52 T, R34, DIANTEIRO, P/MOTO NXR 150 BROS, PLACA: MMD7692; MMD7522; MKR0093; MKR0083; MKR0133	PÇ	LEVORIN DUNA	15,00	127,00	1.905,00
43	CÂMARA PARA PNEU 110/90-17, BORRACHUDO, TRASEIRO, PARA MOTO NXR 150 BROS, PLACAS: MMD7522; MMD7692; MKR0093; MKR0083; MKR0133.	PÇ	DEVORIN MSC17	15,00	21,00	315,00
44	CÂMARA PARA PNEU 90/90-19, 52 T, R34, DIANTEIRO, P/MOTO NXR 150 BROS, PLACAS: MMD7522; MMD7692; MKR0093; MKR0083; MKR0133.	PÇ	LEVORIN MSA19	15,00	24,40	366,00
<b>Lote: 12</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>2.457,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total



SIMAE

**SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**  
 AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC


45	PNEU 80/100 - 18 47P, DIANTEIRO PARA MOTO CG 125 DE PLACAS MJL 5774, MJL5874, MAY8221 E MAY8311.	PÇ	LEVORIN MATRIX	12,00	83,9795	1.007,75
46	PNEU 90/90-18 57P, TRASEIRO PARA MOTO CG 125 DE PLACAS MJL 5774, MJL5874, MAY8221 E MAY8311.	PÇ	LEVORIN DAKAR	12,00	85,979	1.031,75
47	CÂMARA PARA PNEU 90/90-18 57P, TRASEIRO PARA MOTO CG 125 DE PLACAS MJL 5774, MJL5874, MAY8221 E MAY8311.	PÇ	LEVORIN MSA18	12,00	17,3958	208,75
48	CÂMARA PARA PNEU 80/100 - 18 47P, DIANTEIRO PARA MOTO CG 125 DE PLACAS MJL 5774, MJL5874, MAY8221 E MAY8311.	UN	LEVORIN MSA18	12,00	17,3958	208,75
<b>Lote: 13</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>13.600,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
49	PNEU 275/80, R-22,5, TRASEIRO/DIANTEIRO, LISO, RADIAL PARA VEICULO IVECO PLACAS MKJ 1354.	PÇ	PIRELLI F.DRII	12,00	983,5948	11.803,14
50	BALANCEAMENTO P/VEICULO IVECO, PLACAS MKJ 1354	SV		48,00	37,4346	1.796,86
<b>Lote: 15</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>1.924,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
55	PNEU 4.10, R-18, TRASEIRO, PARA MOTO XR 200R, PLACA MAY 8031.	PÇ	LEVORIN DINGO	6,00	146,94	881,64
56	CÂMARA PARA PNEU 4.10, R-18, TRASEIRO, PARA MOTO XR 200R, PLACA MAY 8031	PÇ	LEVORIN MSB18	6,00	19,3919	116,35
57	PNEU 2.75, R-21, DIANTEIRO, PARA MOTO XR200R, PLACA MAY 8031	PÇ	LEVORIN DUNA	6,00	134,9439	809,66
58	CÂMARA PARA PNEU 2.75, R-21, PARA MOTO XR200R, PLACA MAY 8031	PÇ	LEVORIN MSA21	6,00	19,3919	116,35
<b>Lote: 18</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>1.750,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
65	CONCERTO DE PNEU PARA VEÍCULOS LEVES	SV		140,00	12,50	1.750,00
<b>Lote: 22</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>600,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
73	CONCERTO PNEU DE MOTO	SV		60,00	10,00	600,00



SIMAE

**SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**  
AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC



1º. Colocado – JK Pneus Ltda.

Lote: 4				Preço Total do Lote:		3.335,00
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
14	PNEU 175/70 R13, RADIAL, INDICE DE CARGA E VELOCIDADE: 83R, PARA VEICULO FIAT FIORINO, PLACAS INK2963, ANO 2006 E VEÍCULO PARATI, PLACAS LYF-2528.	PÇ	FIRESTONE	16,00	137,6481	2.202,37
15	BALANCEAMENTO PARA VEICULO FIAT FIORINO, PLACAS INK2963, ANO 2006 E VEÍCULO PARATI, PLACAS LYF-2528.	SV		50,00	8,7125	435,63
16	GEOMETRIA PARA VEICULO FIAT FIORINO, PLACAS INK2963, ANO 2006 E VEÍCULO PARATI, PLACAS LYF-2528.	SV		20,00	34,8499	697,00
Lote: 6				Preço Total do Lote:		9.045,00
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
20	PNEU 215/75 17,5, DIANTEIRO e TRASEIRO, PARA VEICULO FORD CARGO, PLACAS MEB 6131	PÇ	FIRESTONE	12,00	608,965	7.307,58
21	CAMARA PARA PNEU 215/75, R-17, LISO, DIANTEIRO/TRASEIRO, P/FORD CARGO MEB 6131	PÇ	RS	12,00	66,3688	796,43
22	BALANCEAMENTO PARA VEICULO FORD CARGO, PLACAS MEB 6131	SV		36,00	22,7291	818,25
23	GEOMETRIA PARA VEICULO FORD CARGO, PLACAS MEB 6131	SV		3,00	40,9123	122,74
Lote: 16				Preço Total do Lote:		4.050,00
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
59	PNEU 205/55 R16, 91 V, ER 300 PARA VEÍCULO ZAFIRA , PLACAS MHM8126, ANO 2010.	PÇ	PIRELLI PHANTON	12,00	267,322	3.207,86
60	BALANCEAMENTO PARA VEÍCULO ZAFIRA , PLACA MHM-8126, ANO 2010	SV		48,00	9,3571	449,14
61	GEOMETRIA PARA VEÍCULO ZAFIRA , PLACA MHM-8126, ANO 2010.	SV		12,00	32,7497	393,00
Lote: 23				Preço Total do Lote:		465,00
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
40	GEOMETRIA PARA CAMINHÃO VOLKSWAGEN 15.180, PLACAS MHH-4895, ANO 2009.	SV		12,00	38,75	465,00



SIMAE

**SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**  
AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC



1º. Colocado – Vicini Pneus Ltda.

<b>Lote: 5</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>8.832,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
17	PNEU 225/65, R-16, DIANTEIRO E TRASEIRO, VEICULOS RENAULT MASTER ANO 2013, PLACAS MLW 3315.	PÇ	GOODYEAR G26	12,00	640,00	7.680,00
18	BALANCEAMENTO PARA VEICULOS RENAULT MASTER, ANO 2013, PLACAS MLW 3315.	SV		36,00	17,00	612,00
19	GEOMETRIA PARA VEICULOS RENAULT MASTER, ANO 2013, PLACAS MLW 3315.	SV		12,00	45,00	540,00
<b>Lote: 9</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>1.775,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
34	PNEU 185/60 R 14, ÍNDICE DE CARGA E VELOCIDADE: 84 T, PARA VEICULO GOL, PLACAS MCR 4695, ANO 2005.	PÇ	GOODYEAR KELLY PA	8,00	188,889	1.511,11
35	BALANCEAMENTO PARA VEICULO GOL, PLACAS MCR 4695, ANO 2005.	SV		24,00	6,9444	166,67
36	GEOMETRIA PARA VEICULO GOL, PLACAS MCR 4695, ANO 2005.	SV		4,00	24,3056	97,22
<b>Lote: 14</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>1.930,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
52	PNEU 185/70 R13, ÍNDICE DE CARGA E VELOCIDADE: 87 T, PARA VEICULO SAVEIRO, PLACAS MCR-7035	PÇ	PIRELLI 85T P400	8,00	185,36	1.482,88
53	BALANCEAMENTO PARA VEICULO SAVEIRO, PLACAS MCR-7035	SV		32,00	7,7823	249,03
54	GEOMETRIA PARA VEICULO SAVEIRO, PLACAS MCR-7035	SV		8,00	24,7617	198,09
<b>Lote: 17</b>				<b>Preço Total do Lote:</b>		<b>5.840,00</b>
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
62	PNEU 205/75 R16 RADIAL, 110/108C PARA VEICULO RENAULT MASTER DE PLACAS MKC9994, ANO 2012.	PÇ	BRIDGESTONE	12,00	416,4192	4.997,03
63	BALANCEAMENTO PARA VEICULO RENAULT MASTER DE PLACAS MKC9994, ANO 2012.	SV		48,00	12,3115	590,95
64	GEOMETRIA PARA VEÍCULO RENAULT MASTER DE PLACAS MKC9994, ANO 2012.	SV		6,00	42,004	252,02



SIMAE

**SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**  
AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC



Lote: 24				Preço Total do Lote:		500,00
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
51	GEOMETRIA PARA VEICULO IVECO PLACAS MKJ1354	SV		10,00	50,00	500,00

1º. Colocado – **Recauchutadora Roda Ltda.**

Lote: 19				Preço Total do Lote:		1.150,00
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
66	CONCERTO DE PNEU PARA VEÍCULOS MÉDIOS	SV		60,00	19,1667	1.150,00
Lote: 20				Preço Total do Lote:		3.750,00
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
67	CONCERTO DE PNEU PARA VEÍCULOS PESADOS	SV		40,00	38,8963	1.555,85
68	CONCERTO DE PNEU COM VULCANIZAÇÃO PARA VEÍCULOS PESADOS	SV		20,00	109,7074	2.194,15
Lote: 21				Preço Total do Lote:		13.550,00
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
69	CONCERTO DE PNEU DIANTEIRO DE RETROESCAVADEIRA	SV		60,00	19,9265	1.195,59
70	CONCERTO DE PNEU DIANTEIRO DE RETROESCAVADEIRA COM VULCANIZAÇÃO	SV		30,00	99,6324	2.988,97
71	CONCERTO DE PNEU TRASEIRO DE RETROESCAVADEIRA	SV		40,00	59,7794	2.391,18
72	CONCERTO DE PNEU TRASEIRO DE RETROESCAVADEIRA COM VULCANIZAÇÃO	SV		20,00	348,7132	6.974,26

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição de pneus e câmaras, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

**SIMAE****SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**  
AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

## **2. DOCUMENTOS INTEGRANTES**

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0023/2014 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

## **3. VIGÊNCIA**

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

## **4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO**

- 4.1 Os pneus deverão ser entregues e substituídos em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação formal do SIMAE, através do envio do empenho por email, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com a especificação e quantidade empenhada.
- 4.2 Os pneus deverão ser entregues ao servidor responsável pela frota de veículos do SIMAE, nas dependências da Sede Administrativa (Rua Tiradentes, 123, Centro), de segunda a sexta-feira, das 07h30 às 11h e das 13h30 às 17h.
- 4.3 Os serviços de substituição estão inclusos no preço do pneu, devendo a substituição ser feita na Sede Administrativa do SIMAE, bem como os serviços de Conserto de Pneu, Geometria e Balanceamento;
  - 4.3.1 Não sendo possível a realização de geometria e balanceamento na sede administrativa do SIMAE, Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba, a empresa fornecedora, poderá realizar os serviços nas dependências de sua empresa, mas, contudo, deverá retirar o veículo na Sede Administrativa do SIMAE levá-lo até sua empresa para prestação dos serviços e retornar com o veículo do SIMAE até a sede administrativa, ficando sob sua total responsabilidade o veículo neste percurso.
  - 4.3.2 Após o encaminhamento e o recebimento por parte do fornecedor da Ordem de Serviço – OS para substituição dos pneus e câmara, bem como para prestação de serviços de conserto de pneu, geometria e balanceamento, a mesma deverá ser executada em um prazo máximo de 04 (quatro) horas após a solicitação, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos.
- 4.4 É vedado o fornecimento de pneus remoldados e/ou recapados.

**SIMAE****SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**  
AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC**4.5 Os pneus deverão ser novos e de primeira linha.**

- 4.6 Por ocasião do recebimento dos pneus, o SIMAE, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedores a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.
- 4.7 O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.
- 4.8 Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.
- 4.9 Os quantitativos discriminados para cada item constituem mera previsão, dimensionados pela demanda atual, ficando o proponente vencedor, obrigado a aceitar os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 4.10 A proponente vencedora deverá fornecer os materiais, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pelo Setor de Materiais Transporte e Patrimônio.
- 4.11 Caberá a proponente vencedora obedecer ao objeto do edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.
- 4.12 Fica estabelecido neste instrumento, que o fornecimento dos materiais somente poderá ser efetuado pela proponente vencedora.
- 4.13 No ato da entrega do Material a proponente deverá apresentar Nota Fiscal eletrônica NFe correspondente às quantias entregues, que será submetida à aprovação do gestor responsável.
- 4.14 Fica aqui estabelecido que o Material será recebido:
- a) provisoriamente, para verificação da quantidade efetivamente entregue, para posterior verificação da qualidade e conformidade dos pneus e câmaras com a especificação;
  - b) definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade do Material com a especificação e a consequente aceitação.
- 4.15 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, cujo pagamento se dará no até 5º (quinto) dia útil do mês subsequente da entrega.
- 4.16 O Material que for recusado (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverá ser substituída no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.
- 4.17 Se a substituição do Material recusado, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.

**5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA****5.1 O pagamento será:**

- 5.1.1 O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias, contados do recebimento dos materiais, mediante a apresentação da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação, devidamente atestada pelo responsável do setor da Frota.



# SIMAE

**SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**  
AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC



- 5.1.2 Sendo OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), para pneus e câmaras, em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. Devendo ser ENCAMINHANDO PARA EMAIL [compras@simae.sc.gov.br](mailto:compras@simae.sc.gov.br).
- 5.1.3 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 5.1.4 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
- 5.1.5 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa do SIMAE, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

5.2 As despesas decorrentes de aquisição dos pneus e contratação de serviços de borracharia para a frota correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

<b>PROJETO/ATIVIDADE:</b>	<b>2061</b>	<b>2062</b>	<b>2060</b>
<b>FUNÇÃO/PROGRAMA:</b>	<b>14.01.</b>	<b>14.01</b>	<b>14.01</b>
<b>ELEMENTO:</b>	<b>3.3.90.30.39</b>	<b>e 3.3.90.39.19</b>	

## 6. RESPONSABILIDADES

- 6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.
- 6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.
- 6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.
- 6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.
- 6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

## 7. OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- Fornecer os serviços e entregar os pneus, de forma parcelada, conforme solicitação, na Sede Administrativa do SIMAE, na Rua Tiradentes, 123, Centro em Joaçaba, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações do Anexo I deste Edital, bem como da proposta apresentada no Processo de Licitação;
- providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;
- manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

**SIMAE****SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**  
AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC

- d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;
- e) Obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade;
- f) Entregar os pneus solicitados em até 05 (cinco) dias, contados da solicitação formal do Setor de Materiais Transporte e Patrimônio;
- g) Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- h) Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- i) Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;
- j) Exigir documento de autorização emitido pelo Setor de Materiais Transporte e Patrimônio, para que libere os materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento;
- k) Prestar a garantia mínima do fabricante, para os produtos contratados;
- l) Responsabilizar-se pelo envio e frete dos produtos;
- m) Responsabilizar-se pela substituição dos pneus velhos pelos novos. Entregues e aprovados pelo SIMAE.
- n) Realizar os consertos de pneu, geometria e balanceamento na Sede Administrativa do SIMAE.

## **8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA**

8.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

## **9. PENALIDADES**

9.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa:

**SIMAE****SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**  
AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, SC

- 1- De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
- 2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;
- c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.
- 9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

**10. DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), em 25 de junho de 2014.

Eliane Aparecida Ceron Vier  
Pregoeiro

Equipe de Apoio:

Graciela Pratto Bordin da Rosa

Mônica Saraiva Romani

Iône Sühnel Bess  
**Joaçaba Pneus Ltda**

Claudiomiro Loch  
**Vicini Pneus Ltda**

Roger Schoenberger  
**JK Pneus Ltda**

Roberto Neuhauser  
**Recauchutadora Roda Ltda**

**PORTARIA JHL 268/2014**

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 268/2014 DE 19.12.2014

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º- Designar Volnei Jacob Muller, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, enquadrado no P-2, N-1, Ref. A, sob nº da CNH 03939681023, para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a dirigir o veículo: Parati, Placa LYF-2528, no período de 19 de dezembro de 2014 à 04 de janeiro de 2015, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção de servidores em serviço e no transporte de materiais/equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 19 de dezembro de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente

**PORTARIA JHL 269/2014**

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 269/2014 DE 19.12.2014

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º- Designar Volnei Jacob Muller, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, enquadrado no P-2, N-1, Ref. A, sob nº da CNH 03939681023, para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a dirigir o veículo: Saveiro, Placa MLW-3121, no período de 05 de janeiro de 2015 à 24 de janeiro de 2015, por motivo de Férias do titular que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção de servidores em serviço e no transporte de materiais/equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 05 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 19 de dezembro de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente

**PORTARIA JHL 270/2014**

PORTARIA SIMAE. JHL - Nº 270/2014 22.12.2014

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna- SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear de acordo com a Lei Complementar 76/2003, tendo em vista a aprovação no Concurso Público realizado conforme Edital nº 1/2014 e a classificação em quinto lugar, na forma do Art. 4º da Lei Complementar nº 193/10 de 06 de setembro de 2010 e nos termos do § 1º, do art. 13, da LC n. 76/2003, do Município de Joaçaba-SC, o Sr: Miguel Mafra Alves, para o Cargo de Agente Administrativo, Padrão-3, Nível-1, Referência-A, lotado na Diretoria Administrativa, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, com vencimentos a partir da data da tomada de Posse.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 22 de Dezembro de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente

Diante da necessidade dos serviços, tendo em vista a aprovação em 5º Lugar de Miguel Mafra Alves no Concurso Público de que trata o Edital SIMAE n.º 1/2014, para o Cargo de Agente Administrativo de acordo com a Portaria JHL-152/2014 de 22/08/2014, que homologa resultado final do Concurso, comunicamos que V.Sª deverá comparecer ao escritório do SIMAE, sito à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba-SC, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso.

**RESUMO CONTRATO JHL 0102/2014 SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0102/2014

TOMADA DE PREÇOS JHL 0015/2014

PROTOCOLO JHL 3129/2014

PROCESSO 0068/2014

Data: 19/12/2014

Objeto: Contratação de empresa para urbanização do RAP-023 E Construção da EAT-004, localizados no Acesso Adolfo Ziguelli em Joaçaba-SC

Contratado: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA.

Valor do Contrato : R\$ 193.841,23 (Cento e noventa e três mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e três centavos).

PROGRAMA/PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.1.051.

ELEMENTO: 4.4.90.51.99.00

Prazo de vigência: 19/12/2014 a 18/12/2015

Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente do SIMAE.

**RESUMO CONTRATO JHL 0103/2014 SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0103/2014  
PREGÃO PRESENCIAL JHL 0059/2014  
PROTOCOLO JHL 3421/2014  
PROCESSO 0082/2014  
Data: 19/12/2014

Objeto: Aquisição de 02 unidades de Conjunto MotoBomba submersível Modelo Piranha S30/2 marca Sulzer, a serem instaladas na Estação Elevatória de Esgoto do Bairro Portal das Flores, localizado no Município de Luzerna-SC.

Contratado: Sul Ar e Agua Equipamentos Ltda .

Valor do Contrato : , R\$ 11.800,00 (Onze mil e oitocentos reais)

PROGRAMA/PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.1.052.

ELEMENTO: 4.4.90.51.99.00

Prazo de vigência: 19/12/2014 a 18/06/2015

Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente do SIMAE.

**RESUMO CONTRATO JHL 0104/2014 SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0104/2014  
PREGÃO PRESENCIAL JHL 0057/2014  
PROTOCOLO JHL 3367/2014  
PROCESSO 0080/2014  
Data: 19/12/2014

Objeto: Contratação de empresa para Instalação de Bomba em Poço Tubular na Elevatória de Agua Tratada de Joaçaba denominada EAT-105, localizada no Distrito de Santa Helena no município de Joaçaba-SC.

Contratado: J. DOS SANTOS EPP

Valor do Contrato : R\$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais).

PROGRAMA/PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.1.053.

ELEMENTO: 4.4.90.51.99.00

Prazo de vigência: 19/12/2014 a 18/06/2015

Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente do SIMAE.

**HOMOLOGAÇÃO PP58/2014 SIMAE**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 58/2014 - PR</b>  Processo Administrativo: 81/2014 Processo de Licitação: 81/2014 Data do Processo: 21/11/2014
	Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 81/2014  
b ) Licitação Nr.: 58/2014-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 19/12/2014  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAL EM FERRO FUNDIDO A SER UTILIZADO NA ADEQUAÇÃO DOS SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE AGUA DO SIMAE.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

**ANGOLINI & ANGOLINI LTDA. (6241)**

1 VÁLVULA GAVETA FABRICADO A PARTIR DE FERRO FUNDIDO NODULAR, CONFORME COM A NORMAS DA ABNT NBR 6916 E NBR 14968, ACIONAMENTO POR CABEÇOTE, EXTREMIDADES COM BOLSAS PARA CONEXÃO EM TUBOS DE PVC RÍGIDO 6,3 MARROM COM JUNTA ELÁSTICA (FABRICADOS CONFORME COM A NORMA DA ABNT NBR 5647:2004). DN 100, CONFORME ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA. - Marca: ANGOLINI	PÇ	20,00	0,0000	375,00	7.500,00
2 VÁLVULA GAVETA FABRICADO A PARTIR DE FERRO FUNDIDO NODULAR, CONFORME COM A NORMAS DA ABNT NBR 6916 E NBR 14968, ACIONAMENTO POR CABEÇOTE, EXTREMIDADES COM BOLSAS PARA CONEXÃO EM TUBOS DE PVC RÍGIDO 6,3 MARROM COM JUNTA ELÁSTICA (FABRICADOS CONFORME COM A NORMA DA ABNT NBR 5647:2004). DN 75, CONFORME ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA. - Marca: ANGOLINI	PÇ	10,00	0,0000	309,00	3.090,00
3 VÁLVULA GAVETA FABRICADO A PARTIR DE FERRO FUNDIDO NODULAR, CONFORME COM A NORMAS DA ABNT NBR 6916 E NBR 14968, ACIONAMENTO POR CABEÇOTE, EXTREMIDADES COM BOLSAS PARA CONEXÃO EM TUBOS DE PVC RÍGIDO 6,3 MARROM COM JUNTA ELÁSTICA (FABRICADOS CONFORME COM A NORMA DA ABNT NBR 5647:2004). DN 50, CONFORME ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA. - Marca: ANGOLINI	PÇ	50,00	0,0000	256,00	12.800,00

**Total do Fornecedor: 23.390,00**

-----  
Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 58/2014 - PR</b>
	Processo Administrativo: 81/2014 Processo de Licitação: 81/2014 Data do Processo: 21/11/2014

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO****SAINT-GOBAIN CANALIZAÇÃO LTDA (6233)**

4	TÊ FABRICADO A PARTIR DE FERRO FUNDIDO DÚCTIL, TIPO KLIKSO, CONFORME COM A NORMA DA ABNT NBR 6916 CLASSE FE42010, PARA CONEXÃO EM TUBOS DE PVC RÍGIDO 6,3 MARROM COM JUNTA ELÁSTICA (FABRICADOS CONFORME COM A NORMA DA ABNT NBR 5647:2004). EXTREMIDADES BOLSA/BOLSA, NO TRAMO PRINCIPAL E NA DERIVAÇÃO. DN 100. CONFORME ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA. - Marca: PAM	PÇ	10,00	0,0000	153,91	1.539,10
5	TÊ FABRICADO A PARTIR DE FERRO FUNDIDO DÚCTIL, TIPO KLIKSO, CONFORME COM A NORMA DA ABNT NBR 6916 CLASSE FE42010, PARA CONEXÃO EM TUBOS DE PVC RÍGIDO 6,3 MARROM COM JUNTA ELÁSTICA (FABRICADOS CONFORME COM A NORMA DA ABNT NBR 5647:2004). EXTREMIDADES BOLSA/BOLSA, NO TRAMO PRINCIPAL E NA DERIVAÇÃO. DN 75. CONFORME ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA. - Marca: PAM	PÇ	10,00	0,0000	121,72	1.217,20
6	TÊ FABRICADO A PARTIR DE FERRO FUNDIDO DÚCTIL, TIPO KLIKSO, CONFORME COM A NORMA DA ABNT NBR 6916 CLASSE FE42010, PARA CONEXÃO EM TUBOS DE PVC RÍGIDO 6,3 MARROM COM JUNTA ELÁSTICA (FABRICADOS CONFORME COM A NORMA DA ABNT NBR 5647:2004). EXTREMIDADES BOLSA/BOLSA, NO TRAMO PRINCIPAL E NA DERIVAÇÃO. DN 50. CONFORME ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA. - Marca: PAM	PÇ	20,00	0,0000	87,84	1.756,80

Total do Fornecedor: 4.513,10


Total Geral: 27.903,10

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (18) Saldo: 49.543,78

-----  
Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

**HOMOLOGAÇÃO PP59/2014 SIMAE**

 <b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b> CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 59/2014 - PR</b>
	Processo Administrativo: 82/2014 Processo de Licitação: 82/2014 Data do Processo: 25/11/2014

Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 82/2014  
 b ) Licitação Nr.: 59/2014-PR  
 c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
 d ) Data Homologação: 19/12/2014  
 e ) Data da Adjudicação: 19/12/2014 Sequência: 0  
 f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS MOTOBOMBA A SEREM UTILIZADOS NA ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ESGOTO DO SIMAE LOCALIZADA NA RUA 14 DE AGOSTO, BAIRRO PORTAL DAS FLORES EM LUZERNA.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descsto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 006058 - SUL AR E AGUA EQUIPAMENTOS LTDA	1	0,0000	11.800,00
	1		11.800,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.052.4.4.90.00.00.00.00 (16) Saldo: 645.638,19

Joaçaba, 19 de Dezembro de 2014.

-----  
 Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

**HOMOLOGAÇÃO PP60/2014 SIMAE**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 60/2014 - PR</b>  Processo Administrativo: 83/2014 Processo de Licitação: 83/2014 Data do Processo: 27/11/2014
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 83/2014  
b ) Licitação Nr.: 60/2014-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 19/12/2014  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PERFURAÇÃO E EXECUÇÃO DE POÇOS DE MONITORAMENTO NA ETE DE HERVAL D'OESTE, DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

**ECO SISTEMAS AMBIENTAIS LTDA - ME (8268)**

1 SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E EXECUÇÃO DE 5 (CINCO) POÇOS DE MONITORAMENTO PARA ETE HERVAL, CONFORME NBR 15495:2007, INCLUINDO MATERIAIS, RELATÓRIOS, ART E SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. - Marca: ECOSISTEMAS	SV	1,00	0,0000	29.000,00	29.000,00
---	----	------	--------	-----------	-----------

**Total do Fornecedor: 29.000,00**


**Total Geral: 29.000,00**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.052.4.4.90.00.00.00.00 (16) Saldo: 625.765,27

-----  
Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

**HOMOLOGAÇÃO PP61/2014 SIMAE**

 <b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b> CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 61/2014 - PR</b>
	Processo Administrativo: 84/2014 Processo de Licitação: 84/2014 Data do Processo: 27/11/2014

Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 84/2014  
 b ) Licitação Nr.: 61/2014-PR  
 c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
 d ) Data Homologação: 17/12/2014  
 e ) Data da Adjudicação: 17/12/2014 Sequência: 0  
 f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE QUADRO DE COMANDO DE MOTORES A SER INSTALADO NA EEL PORTAL DAS FLORES, EM LUZERNA, DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

**JAISON KLEIN (8253)**

1 QUADRO DE COMANDO DE MOTORES (QCM), COMPOSTO POR PAINEL METÁLICO DE SOBREPOR, PRÓPRIO PARA USO AO TEMPO, COM TETO PROTETOR, PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, NA COR MUNSELL N 6,5 E PLACA DE MONTAGEM RAL 2003, GRAU DE PROTEÇÃO IP54, CLASSE 1KV, NAS DIMENSÕES 1000 X 800 X 400 MM (A X L X P); TENSÃO DE COMANDO 220 VCA; TENSÃO DE FORÇA TRIFÁSICA 380 VCA; POTÊNCIA 04 CV, 07 AMPERES. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - Marca: KLEIN	PÇ	1,00	0,0000	11.100,00	11.100,00
--	----	------	--------	-----------	-----------

**Total do Fornecedor: 11.100,00**

**Total Geral: 11.100,00**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.052.4.4.90.00.00.00.00.00 (16) Saldo: 572.615,27

Joaçaba, 17 de Dezembro de 2014.

-----  
 Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

**HOMOLOGAÇÃO TP15/2014 SIMAE**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 15/2014 - TP</b>  Processo Administrativo: 68/2014 Processo de Licitação: 68/2014 Data do Processo: 04/11/2014
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 68/2014  
b ) Licitação Nr.: 15/2014-TP  
c ) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
d ) Data Homologação: 18/12/2014  
e ) Data da Adjudicação: 18/12/2014 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA URBANIZAÇÃO NO RAP 023 E CONSTRUÇÃO DA EAT 004, LOCALIZADOS NO ACESSO ADOLFO ZIGUELLI, EM JOAÇABA, DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

**ANDRADE CONSTRUÇOES LTDA (6727)**

1 URBANIZAÇÃO DO RAP 023 E CONSTRUÇÃO DA EAT 004, LOCALIZADOS NO ACESSO ADOLFO ZIGUELLI EM JOAÇABA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. - Marca: ANDRADE	SV	1,00	0,0000	193.841,23	193.841,23
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>193.841,23</b>
<b>Total Geral:</b>					<b>193.841,23</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.051.4.4.90.00.00.00.00 (35) Saldo: 400.000,00

Joaçaba, 18 de Dezembro de 2014.

-----  
Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

**José Boiteux****PREFEITURA****PROCESSO LICITATORIO 64/2014 COMBUSTIVEIS**

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX - SC  
PROCESSO LICITATÓRIO 64/2014  
PREGAO PRESENCIAL Nº 33/2014

O Prefeito Municipal de José Boiteux - SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 14/01/2015, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a Rua 16 de Junho, nº13, REFERENTE AO REGISTRO DE PREÇO PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS TIPO GASOLINA COMUM, DIESEL COMUM E DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MAQUINAS DE TODAS AS SECRETARIAS, A RELAÇÃO COMPLETA NO EDITAL.Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 19 de Dezembro 2014.  
JONAS PUDEWELL  
Prefeito Municipal

**Lages****PREFEITURA****ANULAÇÃO CC 03-2014 PML****ANULAÇÃO**

ASSUNTO:EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 03/2014 PML  
OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA ANTÔNIO RIBEIRO DOS SANTOS.

O Município de Lages, representado neste ato pelo Secretário da Administração, face os erros contidos na planilha orçamentária, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 1º do art. 49 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, delibera pela "ANULAÇÃO" do Processo Licitatório em epígrafe.

Atenciosamente.

Pedro Marcos Ortiz  
Secretário de Administração

**EXTRATO 6º TERMO ADITIVO CONTRATO 214/2012 SMS****6º TERMO ADITIVO AO**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 214/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: CONSTRUTORA FORMIGONI LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 01.375.841/0001-46, com sede à Rua Almir dos Santos Miranda nº 1111 - Tubarão/SC - cep: 88.704-240.

O Município de Lages, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício o Sr. Antonio Arcanjo Duarte, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa CONSTRUTORA FORMIGONI LTDA, representada neste ato pelo Sr. Saulo Formigoni dos Santos, Diretor, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Termo Aditivo ao Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 50/2012, correlato à Concorrência n.º 02/2012, aberta em 15/06/2012 e homologada em 25/09/2012, consoante as cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO OBJETO**

Contratação de Empresa de Engenharia para Construção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA - Lages, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memoriais Descritivos e Planilhas Orçamentárias/Quantitativas, copiados em CD, partes integrantes do Edital correlato.

De acordo com justificativa do Fiscal da Obra, Sr. Edson Teixeira, com anuência da Secretaria Municipal da Saúde, anuência orçamentário/financeira e parecer jurídico favorável, ADITA-SE ao valor inicial contratado o valor de R\$ 192.705,03 (cento e noventa e dois mil, setecentos e cinco reais e três centavos).

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 18 de Dezembro de 2014.  
Antonio Arcanjo Duarte  
Prefeito Municipal em Exercício

CONSTRUTORA FORMIGONI LTDA  
Saulo Formigoni dos Santos

Mauricio Batalha Machado      Maria Cristina Mazzetti Subtil  
Procuradoria Geral do Município      Secretária Municipal de Saúde

**PP 95-2014 PML**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: PP 95/2014 PML  
Objeto: Aquisição de Pneus, Câmaras e Protetores  
Tipo: Menor Preço Por Lote  
Abertura: 09/01/2015 às 09:00  
Valor Estimado: R\$ 731.954,64

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 19 de dezembro de 2014.  
Pedro Marcos Ortiz  
Secretário de Administração

**RERRATIFICAÇÃO PE 17-2014 SMS**

**RERRATIFICAÇÃO**

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2014 SMS  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL PARA ATENDER A DEMANDA DE CONSUMO DO PRONTO ATENDIMENTO, SAMU E PARA PACIENTES EM TRATAMENTO DOMICILIAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, conforme solicitação da Secretaria Requisitante, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados às alterações que se fazem necessárias do Edital em comento:

- LEIA-SE: 6.1.2 A ME ou a EPP que pretende se beneficiar do direito de preferência, instituído pela LC 123/06, deverá apresentar cópia da Certidão Simplificada expedida em 2014 E/OU 2015, pela Junta Comercial da Jurisdição competente.

Lages, 17 de dezembro de 2014.  
Pedro Marcos Ortiz  
Secretário de Administração

## Lauro Muller

### PREFEITURA

**RETIFICAÇÃO DO EDITAL DA TOMADA DE PREÇO Nº 01/2014 PMLM**

RETIFICAÇÃO EDITAL DO EDITAL DA TOMADA DE PREÇO Nº 01/2014 PMLM  
PROCESSO Nº 01/2015

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes.

Que onde lê-se: 16 de dezembro.

Leia-se: 16 de janeiro.

Lauro Muller, 19 de dezembro de 2014.  
ALAN CROCETTA  
Pregoeiro Municipal

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 136/2014

DECRETO N.º 136, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO”

A Prefeita de Leoberto Leal/SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 8º Inciso I da Lei nº 1.005 de 26 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento fiscal vigente, na dotação com a seguinte classificação, no valor de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DES-PORTO	6.500,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DES-PORTO	6.500,00
Função	12	Educação	6.500,00
Sub-Função	361	Ensino Funda-mental	6.500,00
Programa	0004	Educação é Tudo	6.500,00
Projeto/ Atividade	2.008	Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental	6.500,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Cor-rentes	6.500,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	6.500,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	6.500,00
Fonte de Recurso	0.1.0058	Salário Educação	6.500,00
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL			6.500,00

Art. 2º Os recursos utilizados para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do excesso de arrecadação, na seguinte fonte e respectivo valor.

Recurso	Fonte de Recurso	Valor
Salário Educação	0.1.0058	6.500,00
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO		6.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 19 de dezembro de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

### LEI COMPLEMENTAR N.º 1.114/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.114, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

“CRIA O CARGO DE FISCAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

PAULO HENRIQUE KNAUL, Prefeito Municipal de Leoberto Leal/SC, em exercício, no uso de suas atribuições Legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber à todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica Criado o cargo de FISCAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, o qual passa a integrar o Quadro Geral de Servidores da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, subordinado a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, com as seguintes características:

I. Quantidade de vagas: 1 (uma) vaga.

II. Provimento efetivo;

III. Jornada Semanal: 40 (quarenta) horas;

IV. Com formação mínima de Nível Médio;

V. Conhecimentos de informática.

VI. Vencimento: R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais), não fazendo jus ao Abono Conforme Lei 388/2004.

Art. 2º O Fiscal de Vigilância Sanitária tem como atribuições, as ações básicas de vigilância sanitária, sob supervisão Secretário Municipal de Saúde, em respeito aos princípios morais, éticos e sigilo profissional, envolvendo os serviços de:

I. Fiscalização, cadastramento e inspeção de estabelecimentos sujeitos à vigilância sanitária;

II. Inspeção de imóveis, verificando condições físicas e sanitárias do local para assegurar as medidas profiláticas e de segurança necessárias, com o fim de obter alvarás;

III. Interdição de atividades e estabelecimentos, apreensão e inutilização de produtos, equipamentos e utensílios e animais, em desacordo com as normas sanitárias;

IV. Investigação de surtos de doenças veiculadas por alimentos, reações adversas a medicamentos, intoxicações relacionadas a cosméticos, saneantes, substâncias químicas de uso doméstico e profissional, agrotóxicos, animais peçonhentos;

V. Controle da qualidade da água e dos sistemas coletivos de abastecimento de água;

VI. Fiscalização quanto a coleta de resíduos sólidos e esgotamento sanitário;

VII. Fiscalização quanto a criação, manutenção e desenvolvimento de atividades agropastoris, em desacordo com as normas de higiene e de vigilância sanitária no território do município;

VIII. Liberação de Alvará Sanitário;

IX. Cumprimento de requisições do Ministério Público para atuação da vigilância sanitária em situações específicas, ações sanitárias em situações de calamidades, enchentes;

X. Elaboração de pareceres técnicos e relatórios em processos administrativo-sanitários e planejamento de ações sanitárias;

XI. Desenvolver atividades administrativas;

XII. Emitir laudos e pareceres quando solicitado pelas demais Secretarias;

XIII. Entregar mensalmente Relatório das Atividades de Vigilância Sanitária desenvolvidas no município durante o respectivo mês, remetido ao Secretário Municipal de Saúde com cópia para o Gabinete do Prefeito.

XIV. Emissão de autos de infração, notificação, embargo, auto de interdição e apreensão, auto de inutilização de produtos, equipamentos, e utensílios e de abate de animais;

XV. Desempenhar outras atividades correlatas a vigilância sanitária;

Art. 3º Para o cargo de Fiscal da Vigilância Sanitária será exigido

a obrigatoriedade da realização do curso de treinamento específico em Vigilância Sanitária, sob a responsabilidade de realização da Secretaria Estadual de Saúde, quanto a disponibilização do mesmo para credenciamento do Fiscal de Vigilância Sanitária nos programas e ações exigidos.

Art. 4º Aplica-se ao cargo o regime jurídico estabelecido pelo Regime Estatutário, conforme disposto na Lei Municipal nº 418/90 e Lei Complementar 269/2002.

Art. 5º O cargo criado será inserido no Anexo II - Grupo III, Anexo III - Grupo III - Atividades Auxiliares de Nível Médio - AAM da Lei Complementar nº 269 de 27 de junho de 2002.

Art. 6º As despesas correntes desta Lei correrão por conta do orçamento fiscal vigente do Município.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal/SC, 22 de dezembro de 2014.

PAULO HENRIQUE KNAUL

Prefeito Municipal e.e

### **LEI COMPLEMENTAR N.º 1.115/2014**

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.115, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

“DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ANEXOS III E V DA LEI COMPLEMENTAR N.º 136 DE 03 DE DEZEMBRO DE 1.999 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, em exercício, no uso de suas atribuições e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo III e V, da Lei Complementar n.º 136, de 03 de dezembro de 1.999, no qual dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do pessoal do Magistério Público Municipal, passam a vigorar com a redação da presente Lei:

#### **ANEXO III**

Cargo	N.º de Cargos	Nível	
Professor	05	I	
	55	II	Habilitação obtida em Curso de nível médio, na área do magistério, com registro na Secretaria de Estado da Educação.
	40	III	Habilitação obtida em Curso de nível superior, de Licenciatura Plena, na área de atuação, com registro no MEC.
	03	IV	Habilitação obtida em Curso de nível superior, de Licenciatura Plena, na área de atuação, com registro no MEC e curso de pós-graduação – especialização, na área de atuação e formação.
	03	V	Habilitação obtida em Curso de nível superior, de Licenciatura Plena, na área de atuação, com registro no MEC e curso de pós-graduação – mestrado, na área de atuação e formação.

**ANEXO V**  
**DOS CARGOS PERMANENTES**

Grupo	Quantidade			Categoria Funcional Nível de Referência	Amplitude de Referência
	P	V	T		
I				Professor	
	01	04	05	Nível I	01 a 11
	39	16	55	Nível II	01 a 11
	10	30	40	Nível III	01 a 11
	-	03	03	Nível IV	01 a 11
	-	03	03	Nível V	01 a 11
II				Especialista em Assuntos Edu- cacionais	
				Níveis II, III, IV, V	
	-	01	01	1. Orientador Educacional	01 a 11
	-	01	01	2. Administrador Escolar	01 a 11
	-	01	01	3. Supervisor Escolar	01 a 11

Legenda: P = provido

V = Vago

T = Total

Obs: As referências acima equivalem à carga horária de 20 (vinte) horas semanais. Jornada maior ou menor implica diferenciação para mais ou para menos no valor do vencimento, proporcionalmente.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão por conta do orçamento vigente no Município.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 22 de dezembro de 2014.

PAULO HENRIQUE KNAUL

Prefeito Municipal e.e

**LEI N.º 1.116/2014**

LEI Nº 1.116, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Cria o Programa de Recuperação de Créditos Tributários LEOBERTENSES EM DIA - VI, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na Lei Orgânica faz saber de todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o PROGRAMA LEOBERTENSES EM DIA - VI, objetivando a arrecadação de receita tributária para aplicar na melhoria do perímetro urbano e nas estradas municipais.

Art. 2º. A receita tributaria a que se refere esta lei, provirá da cobrança da dívida ativa tributária, ajuizada ou não, com os benefícios:

I- Dispensa de multa e juros, para pagamento à vista, até 01/03/2015.

II- Redução de 80% (oitenta por cento) da multa e juros para pagamento em cinco parcelas de igual valor, devendo o pagamento ocorrer:

- a) Da primeira, até 01/03/2015;
- b) Da segunda, até 01/04/2015;
- c) Da terceira, até 01/05/2015;
- d) Da quarta, até 01/06/2015;
- e) Da quinta, até 01/07/2015;

III- Redução de 50% (cinquenta por cento) da multa e juro para pagamento em até 12 (doze) parcelas iguais, mensais, e sucessivas, não podendo ser inferior a R\$ 20,00 (vinte reais) a parcela, sendo a primeira 01/03/2015, condicionado o parcelamento à quitação dos tributos dos exercícios seguintes. A efetivação do referido parcelamento dar-se-á mediante pagamento, em rede bancária, da primeira parcela.

Parágrafo Único. Os Contribuintes cujos débitos estão ajuizados, devem comprovar o pagamento das custas processuais.

Art. 3º Os contribuintes que realizarem o parcelamento da dívida ativa, a que se refere este Programa, a partir do exercício de 2014, não

será permitido parcelamentos da mesma dívida nos próximos exercícios.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 22 de Dezembro de 2014.

PAULO HENRIQUE KNAUL

Prefeito Municipal e.e

### LEI N.º 1.117/2014

LEI Nº 1.117, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL VIGENTE”

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, em exercício, no uso de suas atribuições legais, faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotações do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social Vigente, com as seguintes classificações, até o limite de:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	20.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	20.000,00
Função	12	Educação	20.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	20.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	20.000,00
Projeto/ Atividade	2.008	Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental	16.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	16.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	16.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	16.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0058	Salário Educação	16.000,00
Projeto/ Atividade	2.011	Merenda Escolar - Ensino Fundamental	2.500,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	2.500,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	2.500,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	2.500,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	2.500,00
Projeto/ Atividade	2.012	Merenda Escolar - Ensino Infantil	1.500,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	1.500,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	1.500,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	1.500,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	1.500,00
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.000,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.000,00
Função	8	Assistência Social	10.000,00
Sub-Função	244	Assistência Comunitária	10.000,00
Programa	0007	Vivendo com Amor	10.000,00
Projeto/ Atividade	2.022	Assistência a Famílias Carentes	10.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras despesas Correntes	10.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	10.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			30.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das anulações, nas dotações com as seguintes classificações e valores:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	20.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	20.000,00
Função	12	Educação	20.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	20.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	20.000,00
Projeto/ Atividade	1.009	Construção de Quadra Esportiva Escolar Coberta - Vargem dos Bugres	6.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	6.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	6.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	6.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0058	Salário Educação	6.000,00
Projeto/ Atividade	1.045	Construção de um Núcleo Escolar em Rio das Pedras	10.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	10.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0058	Salário Educação	10.000,00
Projeto/ Atividade	2.004	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto – Ensino Fundamental.	4.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	4.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	4.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	4.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	4.000,00
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.000,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.000,00
Função	8	Assistência Social	10.000,00
Sub-Função	241	Assistência ao Idoso	3.000,00
Programa	0007	Vivendo com Amor	3.000,00
Projeto/ Atividade	2.024	Atividades de Integração do Idoso	3.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	3.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras despesas Correntes	3.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	3.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	3.000,00
Sub-Função	244	Assistência Comunitária	7.000,00
Programa	0007	Vivendo com Amor	7.000,00
Projeto/ Atividade	2.025	Apoio a Grupos de Mulheres	7.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	7.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras despesas Correntes	7.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	7.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	7.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			30.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 22 de dezembro de 2014.

PAULO HENRIQUE KNAUL

Prefeito Municipal e.e

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### 90-2014 EXTRATO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL – SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2014

O Município de Lindóia do Sul, SC, torna público que ratificou o ato do responsável pelas Licitações e Contratos, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93, regularização de ocupação de terreno de propriedade do Município de Lindóia do Sul, com área de 2.024,38 m², registrado sob a matrícula n. 19.416 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia, SC.

Beneficiada; LUPA CONSTRUÇÕES LTDA ME

Valor: 80.975,20 (oitenta mil novecentos e setenta e cinco reais e vinte centavos)

Vigência: 12 meses.

Lindóia do Sul, SC, 18 de dezembro de 2014.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

### DECRETO N.º 2.648/2014, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO N.º 2.648/2014, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.190/2013 de 16 de Dezembro de 2013:

#### DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 43 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDOIA DO SUL

Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul

Projeto/Atividade 2.028 - Manutenção das Atividades da Saúde Pública

3.1.90.00.00.00.00.00.0224 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 19.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta do excesso de arrecadação na Fonte - PAB FIXO:

FONTE: Excesso de Arrecadação na Fonte - PAB FIXO .....  
..... R\$ 19.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado,  
Em, 17 de Dezembro de 2014

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo

### EDITAL PREGÃO 67/2014

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2014

Pedro Ari Parizotto - Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, sistema de registro de preços, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para a possível aquisição de materiais esportivos, no dia 09 de janeiro de 2015, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 19 de dezembro de 2014.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal.

# Luzerna

## PREFEITURA

### DECRETO 1961

DECRETO Nº 1961 de 18 de dezembro de 2014.

"ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES EM FAVOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA"

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art.22 da Lei nº 1.171 de 12 de novembro de 2013,

#### DECRETA:

Art. 1º- Ficam abertos CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES no montante de R\$ 29.794,00 (vinte e nove mil, setecentos e noventa e quatro reais), em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, à conta dos recursos do provável EXCESSO DE ARRECADADAÇÃO, verificada a tendência no exercício, apurado até esta data, na Fonte 00 - Recursos Ordinários, na forma do disposto no inciso II, do art. 43 da Lei nº 4.320/64, atribuído a seguinte classificação orçamentária:

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

##### SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.12.306.0028.2029 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar do Ensino Infantil

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos Educação ..... R\$ 4.260,00

Atividade - 0801.12.361.0031.2031 - Manutenção do Transporte Escolar

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos Educação ..... R\$ 18.980,00

Atividade - 0801.12.364.0034.2033 - Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Superior

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 4.454,00

Atividade - 0801.12.306.0043.2036 - Programa da Merenda Escolar do Ensino Fundamental

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários ..... R\$ 2.100,00

TOTAL SUPLEMENTADO ..... R\$ 29.794,00

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 18 de dezembro de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

### EXTRATO DE CONVÊNIO 0032014 1 TERMO ADITIVO

#### EXTRATO DE CONVÊNIO

PML 2014

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 003/2014 - 1º Termo Aditivo

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONVENIADA : ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LUZERNA -ADR

VALOR: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)

OBJETO: repasse de mais R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), no exercício de 2014, visando à complementação da operacionalização do PROGRAMA MELHORIA DA PROPRIEDADE

DOTAÇÃO: Atividade - 0901.20.606.0052.1086 - Programa de Melhoria da Propriedade Rural - Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

Luzerna, 19 de dezembro de 2014.

MOISES DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONVENIENTE	ALTAIR FIORIN ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LUZERNA -ADR CONVENIADA
--	---

### PORTARIA 142/14

PORTARIA Nº 142/14 de 19 de dezembro de 2014.

"PRORROGA A VIGÊNCIA DAS PORTARIAS E DOS CONTRATOS POR PRAZO DETERMINADO QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Art.1º- PRORROGAR até 18 de dezembro de 2015 a vigência dos CONTRATOS POR PRAZO DETERMINADO dos Professores de que tratam as Portarias:

Portaria Nº	Data da Contratação	Nome
021/14	05/02/2014	Sandra Mara Pilati Serena
022/14	05/02/2014	Renata Parenti
024/14	05/02/2014	Eliane Paviani Gab
025/14	05/02/2014	Rosangela Aparecida Goulart Ribeiro
026/14	05/02/2014	Lurdes Rodrigues dos Santos
027/141	05/02/2014	Regina Inês Reisdorfer
028/14	05/02/2014	Elizete Zanini Zarpelon
029/142	05/02/2014	Jurema Caricimi
031/14	05/02/2014	Angela Hericks Antunes
032/143	05/02/2014	Rejane Aparecida Severgnini Kremer
033/14	05/02/2014	Varnei Barcaro
034/144	05/02/2014	Giovane Aparecida Amaral Mayer
035/14	05/02/2014	Bianca Radel Martins
039/14	10/02/2014	Denise Detofeno Antes
041/14	12/02/2014	Junior Pereira da Silva
049/14	17/02/2014	Vivian Emilli Fallgatter Silva
051/14	17/02/2014	Taize Sabei

054/14	18/02/2014	Márcia Valmórbida Bogoni
056/14	21/02/2014	Mariana Schuck Dalcin
073/14	24/03/2014	Sidiane da Silva Ramos
085/14	05/04/2014	Tatiane Lurdes Brunetto Tessari
086/145	12/05/2014	Noeli Salete Scheuer Zardo
088/14	13/05/2014	Adão César de Oliveira
092/14	26/05/2014	Miriam Maria Schlindwein
115/14	11/08/2014	Fernanda Krug
120/14	01/09/2014	Carmem Salete Dal Santo Gaio
133/14	03/11/2014	Eliete Griggio Tonin

1 Portaria alterada quanto à carga horária pela Portaria nº 109 de 28/07/14.

2 Portaria alterada quanto à carga horária pela Portaria nº 052 de 17/02/14.

3 Portaria alterada quanto à carga horária pela Portaria nº 091 de 26/05/14.

4 Portaria alterada quanto à carga horária pela Portaria nº 084 de 02/05/14.

5 Portaria alterada quanto ao motivo da contratação pela Portaria nº 136/14 de 18/11/14.

Art.2º- Permanecem as demais disposições dos atos acima descritos.

Art.3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014.

Luzerna(SC), 19 de dezembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

**RECEITAS FEDERAIS DO DIA 18/12/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 18/12/2014

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		2.170,80
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.170,80
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.170,80
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	1.302,48
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	868,32

Luzerna, 19/12/2014

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR  
SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

**CÂMARA MUNICIPAL****BALANCETE FINANCEIRO 12/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Dezembro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	30.059,52
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	30.059,52
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	28.948,29
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.111,23
Receita Extra - Orçamentária	69.722,40	Despesa Extra - Orçamentária	47.861,60
DEPÓSITOS	2.162,88	DEPÓSITOS	2.383,34
CONSIGNAÇÕES	2.162,88	CONSIGNAÇÕES	2.383,34
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.857,89	PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.857,89
TESOURO NACIONAL	85,32	TESOURO NACIONAL	85,32
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	40,85	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	261,31
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	178,82	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	178,82
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	36.941,26	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	36.941,26
OBRIGAÇÕES A PAGAR	36.941,26	OBRIGAÇÕES A PAGAR	36.941,26
FORNECEDORES	7.992,97	FORNECEDORES	7.992,97
PESSOAL A PAGAR	23.054,66	PESSOAL A PAGAR	23.054,66
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.893,63	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.893,63
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	37.500,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	8.537,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	37.500,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDA	8.537,00
REPASSE RECEBIDO	37.500,00	ORDEM DE TRANSFERÊNCIA CONCEDIDA	8.537,00
Despesas Empenhadas a Liquidar*	-6.881,74		
Saldos anteriores	8.198,72	Saldos atuais	0,00
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	8.198,72	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	0,00	BANCO C/ MOVIMENTO	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	77.921,12	Total	77.921,12

\*Nota: Os valores da conta 'Despesas Empenhadas a Liquidar' referem-se à contrapartida das Despesas Orçamentárias empenhadas mas não liquidadas que foram inscritas em Restos a Pagar não processados.

Luzerna, 19/12/2014

RUBIANA SUELEN BALESTRIN  
CONTADORA

MAURI JOSE SCHLINDWEIN  
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

# Mafra

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 3810

DECRETO Nº. 3810

Data: 28.11.2014.

DIVULGA OS FERIADOS E DIAS DE PONTO FACULTATIVO NO PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015 PARA OS ÓRGÃOS E AUTARQUIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, no uso de suas atribuições, de acordo com o art.68, item XVII, da Lei Orgânica do Município;

### DECRETA

Art.1º - Ficam estabelecidos os dias de Feriado e Ponto Facultativo no período de 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015 para os órgãos e autarquias da Administração Municipal.

- I. 01 de janeiro - quarta-feira - Confraternização Universal (feriado nacional)
- II. 05 de janeiro - segunda-feira - Retorno das atividades da Prefeitura Municipal de Mafra - SC
- III. 16 de fevereiro - segunda-feira - Véspera de Carnaval - (ponto facultativo)
- IV. 17 de fevereiro - terça-feira - Carnaval (feriado nacional)
- V. 18 de fevereiro - quarta-feira - Cinzas (ponto facultativo)
- VI. 19 de março - quinta-feira - São José Padroeiro de Mafra (ponto facultativo)
- VII. 03 de abril - sexta-feira - Paixão de Cristo (feriado nacional)
- VIII. 21 de abril - terça-feira - Tiradentes (feriado nacional)
- IX. 01 de maio - sexta-feira - Dia do Trabalhador (feriado nacional)
- X. 04 de junho - quinta-feira - Corpus Christi (feriado nacional)

- XI. 25 de julho - sábado - Dia do Colono (feriado municipal)
- XII. 07 de setembro - segunda-feira - Independência do Brasil - (feriado nacional)
- XIII. 08 de setembro - terça-feira - Aniversário do Município (feriado municipal)
- XIV. 12 de outubro - segunda-feira - Nossa Senhora Aparecida (feriado nacional)
- XV. 15 de Outubro - quinta-feira - Dia do Professor (ponto facultativo nas escolas da rede municipal)
- XVI. 28 de outubro - quarta-feira - Dia do Funcionário Público (ponto facultativo)
- XVII. 02 de novembro - segunda-feira - Finados (feriado nacional)
- XVIII. 15 de novembro - domingo - Proclamação da República (feriado nacional)
- XIX. 21 de dezembro - segunda-feira - Início de recesso da Prefeitura Municipal de Mafra SC
- XX. 24 de dezembro - quinta-feira - Véspera de Natal - (ponto facultativo)
- XXI. 25 de Dezembro - sexta-feira - Natal - (feriado nacional)

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 3798 de 03 de Novembro 2014.

Prefeitura do Município de Mafra, em 28 de Novembro de 2014.  
ROBERTO AGENOR SCHOLZE  
Prefeito Municipal

TADEU DAVID GERONASSO  
Secretário Municipal de Administração

### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 448/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº448/2014.

FORNECEDOR: OSMAR LIEBL

CPF: 505.106.149-49

OBJETO: Aquisição de um imóvel localizado às margens da Br-280, no Km 162, no lugar Campo da Lança, esquina com a Rua Expedicionário Engelberto Ranco Sobrinho, com área de 2.162,25 m², edificado com um barracão misto, de alvenaria e madeira, com área construída total de 2.540,00 m², onde apenas 800,00 m² encontram-se averbados, sob nº 4.283, da 2ª circunscrição de registro de Imóveis da Comarca de Mafra/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso X, com alterações posteriores.

VALOR: R\$ 490.000,00 (Quatrocentos e noventa mil reais).

Mafra, (SC) 19 de dezembro de 2.014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

### RESOLUÇÃO Nº 04/2014 – CMDCA

Resolução nº 04/2014 - CMDCA

Dispõe sobre a concessão de subvenção social com recursos do Fundo da Infância e Adolescência (FIA) para financiamento de projetos direcionados ao atendimento de crianças e adolescentes no município de Mafra.

Art. 1º - A subvenção social de que trata esta normativa, proveniente de recursos do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), contemplará projetos submetidos à apreciação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA), de acordo com o disposto no Edital nº 001/2014/CMDCA de 10 de outubro de 2014.

Art. 2º - Foram considerados habilitados e aprovados os seguintes projetos da Linha 1 - Conforme Edital nº 001/2014/CMDCA de 10 de outubro de 2014, item 3.1 - Atendimentos a criança e/ou adolescente: a) em situação de risco; b) com deficiência; c) em regime de abrigo; d) em projetos envolvendo dependência química; e) em projetos voltados a adoção:

Nº	Projeto	Entidade	Valor Aprovado	Parcelas
1	Atendimento Integral a Pessoas com Deficiência	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE	R\$ 30.000,00	1/6 - R\$ 5.000,00 2/6 - R\$ 5.000,00 3/6 - R\$ 5.000,00 4/6 - R\$ 5.000,00 5/6 - R\$ 5.000,00 6/6 - R\$ 5.000,00
2	Acolhimento para Adolescente com Transtorno de Abuso por Uso de Substância	Associação Terapêutica Novo Amanhecer ATENA	R\$ 60.000,00	1/6 - R\$ 10.000,00 2/6 - R\$ 10.000,00 3/6 - R\$ 10.000,00 4/6 - R\$ 10.000,00 5/6 - R\$ 10.000,00 6/6 - R\$ 10.000,00
3	Atendimento de Pessoas com Deficiência Intelectual de 0 aos 6 anos	Associação Beneficente Professora Georgete	R\$ 72.860,00	1/6 - R\$ 12.144,00 2/6 - R\$ 12.143,20 3/6 - R\$ 12.143,20 4/6 - R\$ 12.143,20 5/6 - R\$ 12.143,20 6/6 - R\$ 12.143,20

Art. 3º - Foram considerados habilitados e aprovados os seguintes projetos da Linha 2 - Conforme Edital nº 001/2014/CMDCA de 10 de outubro de 2014, item 3.1 - Atendimentos a criança e/ou adolescente: a) projetos de contra turno escolar; b) em projetos de atividades esportivas; c) em projetos culturais e artísticos; d) em projetos de educação e cidadania:

Nº	Projeto	Entidade	Valor Aprovado	Parcelas
4	Geração Atitude	Associação Terapêutica Novo Amanhecer ATENA	R\$ 126.000,00	1/9 - R\$ 14.000,00 2/9 - R\$ 14.000,00 3/9 - R\$ 14.000,00 4/9 - R\$ 14.000,00 5/9 - R\$ 14.000,00 6/9 - R\$ 14.000,00 7/9 - R\$ 14.000,00 8/9 - R\$ 14.000,00 9/9 - R\$ 14.000,00
5	Oficinas Culturais 2015	Associação Amigos da Cultura Mafrense AACM	R\$ 75.020,41	1/9 - R\$ 8.336,41 2/9 - R\$ 8.335,50 3/9 - R\$ 8.335,50 4/9 - R\$ 8.335,50 5/9 - R\$ 8.335,50 6/9 - R\$ 8.335,50 7/9 - R\$ 8.335,50 8/9 - R\$ 8.335,50 9/9 - R\$ 8.335,50
6	Orquestrando a Cidadania	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE	R\$ 42.348,95	1/9 - R\$ 4.706,95 2/9 - R\$ 4.705,25 3/9 - R\$ 4.705,25 4/9 - R\$ 4.705,25 5/9 - R\$ 4.705,25 6/9 - R\$ 4.705,25 7/9 - R\$ 4.705,25 8/9 - R\$ 4.705,25 9/9 - R\$ 4.705,25
7	Musicalização e Canto Coral: inclusão social e cidadania	Associação Comunitária Vilanovaense	R\$ 46.590,00	1/9 - R\$ 5.180,00 2/9 - R\$ 5.176,25 3/9 - R\$ 5.176,25 4/9 - R\$ 5.176,25 5/9 - R\$ 5.176,25 6/9 - R\$ 5.176,25 7/9 - R\$ 5.176,25 8/9 - R\$ 5.176,25 9/9 - R\$ 5.176,25

Nº	Projeto	Entidade	Valor Aprovado	Parcelas
8	UnC em Movimento	Fundação Universidade do Contestado FUnC	R\$ 57.852,36	1/9 - R\$ 6.430,36 2/9 - R\$ 6.427,75 3/9 - R\$ 6.427,75 4/9 - R\$ 6.427,75 5/9 - R\$ 6.427,75 6/9 - R\$ 6.427,75 7/9 - R\$ 6.427,75 8/9 - R\$ 6.427,75 9/9 - R\$ 6.427,75
9	Badminton	Associação Beneficente de Amparo ao Menor - ABAM	R\$ 23.785,00	1/6 - R\$ 11.025,00 2/6 - R\$ 2.552,00 3/6 - R\$ 2.552,00 4/6 - R\$ 2.552,00 5/6 - R\$ 2.552,00 6/6 - R\$ 2.552,00

Art. 4º - O valor total de repasse para o ano de 2015 para a concessão de subvenção social com recursos do Fundo da Infância e Adolescência (FIA) para financiamento de projetos direcionados ao atendimento de crianças e adolescentes no município de Mafra

é de R\$ 534.456,72 (Quinhentos e Trinta e Quatro Mil, Quatrocentos e Cinquenta e Seis Reais e Setenta e Dois Centavos).

Art. 5º - Os demais projetos apresentados neste conselho foram avaliados e indeferidos com base no Edital nº 001/2014/CMDCA de 10 de outubro de 2014, item 6.5 (documentação incompleta) e item 7.1, letra "e" (disponibilidade financeira do FIA).

Art. 6º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 18 de dezembro de 2014.

IURI BELANDRINO

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mafra - CMDCA

# Maracajá

## PREFEITURA

### DECRETO 134/2014

DECRETO Nº 134 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ A SERVIDORA LUCINARA DA CONCEIÇÃO GONÇALVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e:

Considerando, o processo administrativo de Aposentadoria por Invalidez requerida por Lucinara da Conceição Gonçalves;  
Considerando, o laudo da junta médica oficial do município que invalida definitivamente para o trabalho o servidor;  
Considerando, o teor da Lei Municipal Complementar nº 28/2011;  
Considerando, o parecer administrativo nº 014/2014 do Presidente do FUMPREVI e os documentos que a instruem;  
Considerando, a decisão do Conselho administrativo do FUMPREVI que aprovou a Aposentadoria por Invalidez requerida por Lucinara da Conceição Gonçalves;  
Considerando, o Parecer do Controlador Interno do Município de Maracajá/SC.

#### DECRETA:

Art. 1º Homologa o processo administrativo que concedeu, em 26 de Novembro de 2014, a Aposentadoria por Invalidez da servidora LUCINARA DA CONCEIÇÃO GONÇALVES, brasileira, nascida em 04 de maio de 1974, portadora do CPF nº 018.550.609-73, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 337.

Art. 2º Com fundamento na legislação vigente, a análise técnica do Parecer Administrativo nº 014/2014 do FUMPREVI, indica a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez (Proventos Proporcionais) com o valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), com vigência na data de publicação do respectivo ato de aposentadoria do servidor, sendo os proventos reajustáveis através do critério do valor real, nos mesmos índices e na mesma data dos benefícios do regime geral de previdência, nos termos do parágrafo 8º do artigo 40 da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Os proventos de aposentadoria por Invalidez do servidor homologado no art. 1º deste decreto, não poderão ser inferiores ao valor do salário mínimo nacional.

Art. 3º Exonera a servidora LUCINARA DA CONCEIÇÃO GONÇALVES, brasileira, nascida em 04 de maio de 1974, portadora do CPF nº 018.550.609-73, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 337, em razão do pedido de Aposentadoria por Invalidez, homologada no art.1º desse Decreto.

Art. 4º Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 10 de Dezembro de 2014.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal, na Secretaria de Administração em 10 de Dezembro de 2014.

Valmir Carradore  
Secretário de Administração

### DECRETO 138/2014

DECRETO Nº 138 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETA A NULIDADE DE PROCESSO DE LICITAÇÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Maracajá, e;

Considerando o teor da Ação Cautelar Inominada de autos nº 0905339-69.2014.8.24.0004, que determinou o sobrestamento da licitação pregão presencial nº 049/2014;

Considerando a Ação Civil Pública de autos nº 0905364-82.2014.8.24.0004, cujo objeto da causa de pedir limita-se ao pregão presencial nº 049/2014;

Considerando a prerrogativa da Fazenda Pública em anular seus atos administrativos eivados de vício, conforme súmula STF nº 473;

Considerando o acordo firmado nos autos da Ação Cautelar Inominada de autos nº 0905339-69.2014.8.24.0004 e da Ação Civil Pública de autos nº 0905364-82.2014.8.24.0004 para reconhecer a nulidade da licitação pregão presencial 049/2014.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica Decretada a nulidade do processo de licitação, pregão presencial nº 049/2014, por vício formal relativo ao prazo de abertura e publicação.

Art. 2º Determina a notificação do licitante vencedor do certame.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito,  
12 de Dezembro 2014.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 12 de Dezembro de 2014.

Valmir Carradore  
Secretário de Administração

### DECRETO 139/2014

DECRETO Nº 139 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ AO SERVIDOR CLÁUDIO ANTONIO BORGES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e:

Considerando, o processo administrativo de Aposentadoria por Invalidez requerida por Cláudio Antonio Borges;

Considerando, o laudo da junta médica oficial do município que invalida definitivamente para o trabalho o servidor;

Considerando, o teor da Lei Municipal Complementar nº 28/2011;

Considerando, o parecer administrativo nº 013/2014 do Presidente do FUMPREVI e os documentos que a instruem;

Considerando, a decisão do Conselho administrativo do FUMPREVI que aprovou a Aposentadoria por Invalidez requerida por Cláudio Antonio Borges;

Considerando, o Parecer do Controlador Interno do Município de Maracajá/SC.

#### DECRETA:

Art. 1º Homologa o processo administrativo que concedeu, em 08 de Dezembro de 2014, a Aposentadoria por Invalidez do servidor CLÁUDIO ANTONIO BORGES, brasileiro, nascido em 28 de fevereiro de 1949, portador do CPF nº 299.794.049-49, ocupante do cargo de Eletricista, matrícula nº 329.

Art. 2º Com fundamento na legislação vigente, a análise técnica do Parecer Administrativo nº 013/2014 do FUMPREVI, indica a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez (Proventos Proporcionais) com o valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), com vigência na data de publicação do respectivo ato de aposentadoria do servidor, sendo os proventos reajustáveis através do critério do valor real, nos mesmos índices e na mesma data dos benefícios do regime geral de previdência, nos termos do parágrafo 8º do artigo 40 da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Os proventos de aposentadoria por Invalidez do servidor homologado no art. 1º deste decreto, não poderão ser inferiores ao valor do salário mínimo nacional.

Art. 3º Exonera o servidor CLÁUDIO ANTONIO BORGES, brasileiro, nascido em 28 de fevereiro de 1949, portador do CPF nº 299.794.049-49, ocupante do cargo de Eletricista, matrícula nº 329, em razão do pedido de Aposentadoria por Invalidez, homologada no art.1º desse Decreto.

Art. 4º Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 15 de Dezembro de 2014.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal, na Secretaria de Administração em 15 de Dezembro de 2014.

Valmir Carradore  
Secretário de Administração

#### **DECRETO 140/2014**

Decreto nº 140 de 15 de dezembro de 2014.

INSTITUI PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, EM RAZÃO DAS COMEMORAÇÕES DO NATAL E ANO NOVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do artigo 73, da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o feriado nacional do dia 25 de dezembro (Natal) e 1º de Janeiro (Ano Novo);

CONSIDERANDO proporcionar ao funcionalismo municipal maior comodidade para organização de suas comemorações;

CONSIDERANDO a necessidade do equilíbrio das contas públicas, devendo o Administrador Público tomar as providências para o cumprimento das metas impostas na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF;

CONSIDERANDO que o Ponto Facultativo mencionado proporciona redução do custeio da Administração Pública Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Ponto Facultativo entre os dias 22 de dezembro de 2014 à 02 de Janeiro de 2015, nas Repartições Públicas do Município de Maracajá, tendo em vista as comemorações

alusivas ao Natal e Ano Novo, durante todo o expediente.

§ 1º - No dia 05 de Janeiro de 2014 o expediente retornará ao horário de verão, instituído através do decreto municipal nº 105 de 10 de outubro de 2014.

Art. 2º A Unidade Básica de Saúde de Vila Beatriz e o Cemasa, vinculadas ao Departamento Municipal de Saúde funcionarão em regime de Plantão entre os dias 22 de dezembro de 2014 à 02 de Janeiro de 2015.

Art. 3º As diretorias que prestam serviços imprescindíveis ao bem estar público permanecerão em regime de plantão, visando o atendimento em casos de necessidade ou emergência.

Art. 4º Ficam excluídos deste decreto os serviços considerados essenciais e de interesse público, dada a natureza dos serviços prestados, e serão atendidos na forma e nos horários exigidos, sob a orientação e a responsabilidade dos Diretores dos respectivos Departamentos, tais como:

I - a Coleta Seletiva do Lixo e a Limpeza Pública, vinculados ao Departamento de Obras, Habitação e Serviços Urbanos;

Art. 5º Os servidores que atuam em setores vinculados a departamentos ou secretarias municipais em que suas atividades não serão interrompidas, será feito escalas de trabalho entre os servidores desde que não prejudique o atendimento ao público.

Art. 6º Qualquer servidor contemplado por este decreto poderá ser convocado pelo seu superior hierárquico a qualquer tempo para o desempenho de suas funções.

Art. 7º Este Ponto Facultativo poderá ser cancelado a qualquer tempo, em virtude de necessidade imperiosa, estado de emergência, de calamidade pública ou fato novo que necessite dos préstimos dos servidores.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 15 de Dezembro de 2014.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 15 de dezembro de 2014.

Valmir Carradore  
Secretário de Administração

#### **DECRETO 141/2014**

DECRETO Nº 141 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

INSTITUI HORÁRIO DE ATENDIMENTO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 73, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Maracajá, Estado de Santa Catarina, e;

Considerando, a recomendação do Ministério Público de Santa Catarina, através da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aranguá, por meio do inquérito civil nº 06.2014.00010159-4; Considerando, o interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Horário de Expediente do Conselho Tutelar

do Município de Maracajá, como segue:

I - O expediente de trabalho no Conselho Tutelar do Município de Maracajá, será das 8horas às 12horas, e das 13horas às 17horas, de segunda à sexta-feira, a partir do dia 1º de Janeiro de 2015.

Art. 2º O horário de funcionamento do Conselho Tutelar deverá atender a população 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais.

§ 1º O cumprimento da carga horária obrigatória, não desobriga os conselheiros de realizarem plantões (fora do horário normal de atendimento).

Art. 3º Fica proibido que o Conselho Tutelar funcione por turnos, com revezamento entre seus conselheiros, sendo que o horário de funcionamento do Conselho Tutelar deve ser cumprido por todos os seus conselheiros, sem prejuízo dos plantões.

Art. 4º O cumprimento da jornada normal de trabalho do conselheiro plantonista pode ser flexibilizado ou até mesmo dispensado no dia posterior ao plantão, quando demandar efetivo trabalho e esforço no período noturno.

Art. 5º Fica determinado a implantação de controle diário do horário ordinário de trabalho dos conselheiros (8 horas diárias e 40 horas semanais), preferencialmente de forma eletrônica.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário. Publique-se e Registre-se.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 15 de Dezembro de 2014.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal na Secretaria de Administração, em 15 de Dezembro de 2014.

Valmir Carradore  
Secretário de Administração

**DECRETO 103/2014****DECRETO Nº 103/14 de 18 de Setembro de 2014****Abre Crédito Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento de 2014 do tipo alteração Suplementar.**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS****03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS**

(18) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.004-0080 - Aplicacoes Diretas 110.000,00

**05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES****05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO E CULTURA**

(47) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.013-0102 - Aplicacoes Diretas 35.000,00

(65) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.021-0080 - Aplicacoes Diretas 20.000,00

(141) 3.1.91.00.00.00.00.00.2.012-0103 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 10.000,00

(50) 3.1.91.00.00.00.00.00.2.013-0102 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 10.000,00

**07 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS****07.01 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS**

(95) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.038-0080 - Aplicacoes Diretas 110.000,00

**Total Suplementação: 295.000,00**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

**Fonte de Recurso:** 103 - FUNDEB 60% 10.000,00

**Fonte de Recurso:** 80 - Recursos Ordinários 130.000,00

**Fonte de Recurso:** 102 - FUNDEB 40% 35.000,00

**Fonte de Recurso:** 80 - Recursos Ordinários 110.000,00

**DECRETO Nº 103/14 de 18 de Setembro de 2014**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

<b>Fonte de Recurso:</b> 102 - FUNDEB 40%	10.000,00
<b>Total excesso de arrecadação</b>	<b>295.000,00</b>

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 18 de Setembro de 2014**

---

**WAGNER DA ROSA**  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

---

**VALMIR CARRADORE**  
Secretário de Administração

**DECRETO 104/2014****DECRETO Nº 104/14 de 18 de Setembro de 2014****Abre Crédito Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento de 2014 do tipo alteração Suplementar.**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

(13) 3.1.91.00.00.00.00.00.2.035-0103 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	10.000,00
(17) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.035-0103 - Aplicacoes Diretas	150.000,00
<b>Total Suplementação:</b>	<b>160.000,00</b>

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

<b>Fonte de Recurso:</b> 103 - Recursos Próprios - 15% Saúde	160.000,00
<b>Total excesso de arrecadação</b>	<b>160.000,00</b>

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 18 de Setembro de 2014**

---

**WAGNER DA ROSA**  
**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

---

**VALMIR CARRADORE**  
**Secretário de Administração**

**DECRETO 106/2014****DECRETO Nº 106/14 de 8 de Outubro de 2014****Abre Crédito Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento de 2014 do tipo alteração Suplementar.**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**  
**13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

(180) 4.4.90.00.00.00.00.2.026-1040 - Aplicacoes Diretas	1.599,00
<b>Total Suplementação:</b>	<b>1.599,00</b>

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do superavit financeiro referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

<b>Fonte de Recurso:</b> 40 - FIA	1.599,00
<b>Total Superávit Financeiro</b>	<b>1.599,00</b>

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 8 de Outubro de 2014**

\_\_\_\_\_  
**WAGNER DA ROSA**  
**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

\_\_\_\_\_  
**VALMIR CARRADORE**  
**Secretário de Administração**

**DECRETO 107/2014****DECRETO Nº 107/14 de 8 de Outubro de 2014****Abre Crédito Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento de 2014 do tipo alteração Suplementar.**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**04 - DEPTO. DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO****04.01 - DEPTO. DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO**

(28) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.010-0080 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

**05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES****05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO E CULTURA**

(53) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.013-0101 - Aplicacoes Diretas 20.000,00

(45) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.012-0101 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

(47) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.013-0102 - Aplicacoes Diretas 15.000,00

(31) 4.6.90.00.00.00.00.00.0.002-0104 - Aplicacoes Diretas 5.200,00

**07 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS****07.01 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS**

(99) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.038-0122 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

**13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL****13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

(106) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.026-0080 - Aplicacoes Diretas 20.000,00

**Total Suplementação: 90.200,00**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

**Fonte de Recurso:** 101 - FNDE - Salário Educação 20.000,00

**Fonte de Recurso:** 104 - Recursos Educação 25% 5.200,00

**Fonte de Recurso:** 122 - CFEM 10.000,00

**Fonte de Recurso:** 102 - FUNDEB 40% 15.000,00

**Fonte de Recurso:** 80 - Recursos Ordinários 30.000,00

**DECRETO Nº 107/14 de 8 de Outubro de 2014**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

<b>Fonte de Recurso:</b> 101 - FNDE - Salário Educação	10.000,00
<b>Total excesso de arrecadação</b>	<b>90.200,00</b>

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 8 de Outubro de 2014**

---

**WAGNER DA ROSA**  
**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

---

**VALMIR CARRADORE**  
**Secretário de Administração**

**DECRETO 113/2014****DECRETO Nº 113/14 de 20 de Outubro de 2014****Abre Crédito Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento de 2014 do tipo alteração Suplementar.**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES****05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO E CULTURA**

(184) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.012-0132 - Aplicacoes Diretas	12.869,53
(193) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.005-0132 - Aplicacoes Diretas	13.871,63

<b>Total Suplementação:</b>	<b>26.741,16</b>
-----------------------------	------------------

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

<b>Fonte de Recurso:</b> 132 - FNDE - APOIO A CRECHES	26.741,16
---	-----------

<b>Total excesso de arrecadação</b>	<b>26.741,16</b>
-------------------------------------	------------------

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 20 de Outubro de 2014**

---

**WAGNER DA ROSA**  
**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

---

**VALMIR CARRADORE**  
**Secretário de Administração**

**DECRETO 115/2014****DECRETO Nº 115/14 de 23 de Outubro de 2014****Abre Crédito Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento de 2014 do tipo alteração Suplementar.**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

(17) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.035-0103 - Aplicacoes Diretas	130.000,00
<b>Total Suplementação:</b>	<b>130.000,00</b>

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

<b>Fonte de Recurso:</b> 103 - Recursos Próprios - 15% Saúde	130.000,00
<b>Total excesso de arrecadação</b>	<b>130.000,00</b>

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 23 de Outubro de 2014**

\_\_\_\_\_  
**WAGNER DA ROSA**  
**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

\_\_\_\_\_  
**VALMIR CARRADORE**  
**Secretário de Administração**

**DECRETO 116/2014****DECRETO Nº 116/14 de 27 de Outubro de 2014****Abre Crédito Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento de 2014 do tipo alteração Suplementar.**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS****03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS**

(15) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.004-0080 - Aplicacoes Diretas 79.000,00

(19) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.004-0123 - Aplicacoes Diretas 600,00

**04 - DEPTO. DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO****04.01 - DEPTO. DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO**

(27) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.010-0080 - Aplicacoes Diretas 17.500,00

**05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES****05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO E CULTURA**

(57) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.016-0107 - Aplicacoes Diretas 20.000,00

(185) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.012-0021 - Aplicacoes Diretas 1.471,68

(60) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.017-0108 - Aplicacoes Diretas 6.610,00

**07 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS****07.01 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS**

(99) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.038-0122 - Aplicacoes Diretas 8.000,00

(101) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.039-0080 - Aplicacoes Diretas 69.357,22

**Total Suplementação: 202.538,90**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

**Fonte de Recurso:** 21 - Transf. Convênio União - Educação 1.471,68

**Fonte de Recurso:** 123 - Convênio Trânsito - Recursos Próprios 600,00

**Fonte de Recurso:** 108 - FNDE - PNAE 6.610,00

**Fonte de Recurso:** 107 - Transporte Escolar Estado 20.000,00

**Fonte de Recurso:** 122 - CFEM 8.000,00

**DECRETO Nº 116/14 de 27 de Outubro de 2014**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

<b>Fonte de Recurso:</b> 80 - Recursos Ordinários	165.857,22
<b>Total excesso de arrecadação</b>	<b>202.538,90</b>

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 27 de Outubro de 2014**

---

**WAGNER DA ROSA**  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

---

**VALMIR CARRADORE**  
Secretário de Administração

**DECRETO 117/2014****DECRETO Nº 117/14 de 27 de Outubro de 2014****Abre Crédito Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento de 2014 do tipo alteração Suplementar.**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE****11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

(40) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.015-0032 - Aplicacoes Diretas	2.200,00
(9) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.035-0103 - Aplicacoes Diretas	116.000,00
<b>Total Suplementação:</b>	<b>118.200,00</b>

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

<b>Fonte de Recurso:</b> 32 - Transf. Convênio Estado - Saúde	2.200,00
<b>Fonte de Recurso:</b> 103 - Recursos Próprios - 15% Saúde	116.000,00
<b>Total excesso de arrecadação</b>	<b>118.200,00</b>

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 27 de Outubro de 2014**

\_\_\_\_\_  
**WAGNER DA ROSA**  
**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

\_\_\_\_\_  
**VALMIR CARRADORE**  
**Secretário de Administração**

**DECRETO 33/2014****DECRETO Nº 033/14 de 7 de Maio de 2014****Abre Crédito Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento de 2014 do tipo alteração Suplementar.**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL****13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

(178) 3.1.90.00.00.00.00.2.026-1209 - Aplicacoes Diretas	25.000,00
(179) 3.3.90.00.00.00.00.2.026-1209 - Aplicacoes Diretas	30.000,00
<b>Total Suplementação:</b>	<b>55.000,00</b>

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do superavit financeiro referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

<b>Fonte de Recurso:</b> 209 - FNAS - ACESSUAS	55.000,00
<b>Total Superávit Financeiro</b>	<b>55.000,00</b>

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 7 de Maio de 2014**

\_\_\_\_\_  
**WAGNER DA ROSA**  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

\_\_\_\_\_  
**VALMIR CARRADORE**  
Secretário de Administração

**DECRETO 36/2014****DECRETO Nº 039/14 de 23 de Maio de 2014****Abre Crédito Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento de 2014 do tipo alteração Suplementar.**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**07 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS**

**07.01 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS**

(80) 4.4.90.00.00.00.00.1.017-0030 - Aplicacoes Diretas	320.000,00
---	------------

<b>Total Suplementação:</b>	<b>320.000,00</b>
-----------------------------	-------------------

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

<b>Fonte de Recurso:</b> 30 - Transf. Convênio Estado - Outros	320.000,00
--	------------

<b>Total excesso de arrecadação</b>	<b>320.000,00</b>
-------------------------------------	-------------------

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 23 de Maio de 2014**

---

**WAGNER DA ROSA**  
**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

---

**VALMIR CARRADORE**  
**Secretário de Administração**

**DECRETO 49/2014****DECRETO Nº 049/14 de 9 de Junho de 2014****Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento de 2014 do tipo alteração Suplementar.**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS****03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS**

(18) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.004-0080 - Aplicacoes Diretas	50.000,00
<b>05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES</b>	
<b>05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO E CULTURA</b>	

(43) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.012-0104 - Aplicacoes Diretas	20.000,00
--	-----------

<b>Total Suplementação:</b>	<b>70.000,00</b>
-----------------------------	------------------

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS****03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS**

(16) 3.1.91.00.00.00.00.00.2.004-0080 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	50.000,00
<b>05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES</b>	
<b>05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO E CULTURA</b>	

(44) 3.1.91.00.00.00.00.00.2.012-0104 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	20.000,00
---	-----------

<b>Total Anulação:</b>	<b>70.000,00</b>
------------------------	------------------

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 9 de Junho de 2014**

---

**WAGNER DA ROSA**  
**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

---

**VALMIR CARRADORE**  
**Secretário de Administração**

**DECRETO 54/2014****DECRETO Nº 054/14 de 16 de Junho de 2014****Abre Crédito Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento de 2014 do tipo alteração Suplementar.**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**07 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS**  
**07.01 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS**

(151) 4.4.90.00.00.00.00.1.017-1080 - Aplicacoes Diretas	180.000,00
<b>Total Suplementação:</b>	<b>180.000,00</b>

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do superavit financeiro referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

<b>Fonte de Recurso:</b> 80 - Recursos Ordinários	180.000,00
<b>Total Superávit Financeiro</b>	<b>180.000,00</b>

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 16 de Junho de 2014**

\_\_\_\_\_  
**WAGNER DA ROSA**  
**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

\_\_\_\_\_  
**VALMIR CARRADORE**  
**Secretário de Administração**

**DECRETO 55/2014****DECRETO N° 055/14 de 16 de Junho de 2014****Abre Crédito Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento de 2014 do tipo alteração Suplementar.**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES****05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO E CULTURA**

(184) 3.3.90.00.00.00.00.2.012-0132 - Aplicacoes Diretas	438,20
<b>07 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS</b>	
<b>07.01 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS</b>	

(80) 4.4.90.00.00.00.00.1.017-0030 - Aplicacoes Diretas	1.500.000,00
---	--------------

<b>Total Suplementação:</b>	<b>1.500.438,20</b>
-----------------------------	---------------------

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

<b>Fonte de Recurso:</b> 132 - FNDE - APOIO A CRECHES	438,20
---	--------

<b>Total excesso de arrecadação</b>	<b>438,20</b>
-------------------------------------	---------------

Art. 3º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente de Convênio no valor de:

<b>Fonte de Recurso:</b> 30 - Transf. Convênio Estado - Outros	1.500.000,00
--	--------------

<b>Total Convênio</b>	<b>1.500.000,00</b>
-----------------------	---------------------

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 16 de Junho de 2014**

\_\_\_\_\_  
**WAGNER DA ROSA**  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

\_\_\_\_\_  
**VALMIR CARRADORE**  
Secretário de Administração

**DECRETO 57/2014****DECRETO Nº 057/14 de 16 de Junho de 2014****Abre Crédito Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento de 2014 do tipo alteração Suplementar.**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**04 - DEPTO. DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO**

**04.01 - DEPTO. DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO**

(183) 4.4.90.00.00.00.00.1.004-1080 - Aplicacoes Diretas 20.900,00

**Total Suplementação: 20.900,00**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do superavit financeiro referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

**Fonte de Recurso: 80 - Recursos Ordinários 20.900,00**

**Total Superávit Financeiro 20.900,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 16 de Junho de 2014**

\_\_\_\_\_  
**WAGNER DA ROSA**  
**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

\_\_\_\_\_  
**VALMIR CARRADORE**  
**Secretário de Administração**

**DECRETO 58/2014****DECRETO Nº 058/14 de 25 de Junho de 2014****Abre Crédito Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento de 2014 do tipo alteração Suplementar.**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES****05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO E CULTURA**

(34) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.006-0021 - Aplicacoes Diretas	956.720,15
(34) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.006-0021 - Aplicacoes Diretas	3.533.978,33
<b>Total Suplementação:</b>	<b>4.490.698,48</b>

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente de Convênio no valor de:

<b>Fonte de Recurso:</b> 21 - Transf. Convênio União - Educação	4.490.698,48
<b>Total Convênio</b>	<b>4.490.698,48</b>

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 25 de Junho de 2014**

\_\_\_\_\_  
**WAGNER DA ROSA**  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

\_\_\_\_\_  
**VALMIR CARRADORE**  
Secretário de Administração

**DECRETO 59/2014****DECRETO Nº 059/14 de 25 de Junho de 2014****Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento de 2014 do tipo alteração Suplementar.**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

(17) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.035-0103 - Aplicacoes Diretas	100.000,00
(14) 3.3.50.00.00.00.00.00.2.035-0103 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	9.000,00
<b>Total Suplementação:</b>	<b>109.000,00</b>

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

(15) 3.3.71.00.00.00.00.00.2.035-0103 - Transferências a Consórcios Públicos	109.000,00
<b>Total Anulação:</b>	<b>109.000,00</b>

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 25 de Junho de 2014**

---

**WAGNER DA ROSA**  
**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

---

**VALMIR CARRADORE**  
**Secretário de Administração**

**DECRETO 60/2014****DECRETO Nº 060/14 de 25 de Junho de 2014****Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento de 2014 do tipo alteração Suplementar.**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES****05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO E CULTURA**

(43) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.012-0104 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

**Total Suplementação: 10.000,00**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES****05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO E CULTURA**

(46) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.012-0104 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

**Total Anulação: 10.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 25 de Junho de 2014**

\_\_\_\_\_  
**WAGNER DA ROSA**  
**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

\_\_\_\_\_  
**VALMIR CARRADORE**  
**Secretário de Administração**

**DECRETO 69/2014****DECRETO Nº 069/14 de 14 de Julho de 2014****Abre Crédito Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento de 2014 do tipo alteração Suplementar.**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES****05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO E CULTURA**

(185) 3.1.90.00.00.00.00.2.012-0021 - Aplicacoes Diretas 175.958,74

**Total Suplementação: 175.958,74**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

**Fonte de Recurso:** 21 - Transf. Convênio União - Educação 175.958,74

**Total excesso de arrecadação 175.958,74**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 14 de Julho de 2014**

\_\_\_\_\_  
**WAGNER DA ROSA**  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

\_\_\_\_\_  
**VALMIR CARRADORE**  
Secretário de Administração

**DECRETO 70/2014****DECRETO Nº 070/14 de 14 de Julho de 2014****Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento de 2014 do tipo alteração Suplementar.**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS****03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS**

(18) 3.3.90.00.00.00.00.2.004-0080 - Aplicacoes Diretas	50.000,00
<b>04 - DEPTO. DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO</b>	
<b>04.01 - DEPTO. DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO</b>	
(27) 3.1.90.00.00.00.00.2.010-0080 - Aplicacoes Diretas	17.000,00
<b>05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES</b>	
<b>05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO E CULTURA</b>	
(31) 4.6.90.00.00.00.00.0.002-0104 - Aplicacoes Diretas	4.500,00

**Total Suplementação: 71.500,00**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS****03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS**

(15) 3.1.90.00.00.00.00.2.004-0080 - Aplicacoes Diretas	50.000,00
<b>04 - DEPTO. DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO</b>	
<b>04.01 - DEPTO. DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO</b>	
(28) 3.3.90.00.00.00.00.2.010-0080 - Aplicacoes Diretas	17.000,00
<b>05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES</b>	
<b>05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO E CULTURA</b>	
(30) 3.2.90.00.00.00.00.0.002-0104 - Aplicacoes Diretas	4.500,00

**Total Anulação: 71.500,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 14 de Julho de 2014**

\_\_\_\_\_  
**WAGNER DA ROSA**  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

\_\_\_\_\_  
**VALMIR CARRADORE**  
Secretário de Administração

**DECRETO 72/2014****DECRETO Nº 072/14 de 15 de Julho de 2014****Abre Crédito Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento de 2014 do tipo alteração Suplementar.**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE****11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

(6) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.015-0103 - Aplicacoes Diretas	1.000,00
---	----------

<b>Total Suplementação:</b>	<b>1.000,00</b>
-----------------------------	-----------------

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

<b>Fonte de Recurso:</b> 103 - Recursos Próprios - 15% Saúde	1.000,00
--	----------

<b>Total excesso de arrecadação</b>	<b>1.000,00</b>
-------------------------------------	-----------------

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 15 de Julho de 2014**

---

**WAGNER DA ROSA**  
**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

---

**VALMIR CARRADORE**  
**Secretário de Administração**

**DECRETO 75/2014****DECRETO Nº 075/14 de 30 de Julho de 2014****Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento de 2014 do tipo alteração Suplementar.**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE****11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

(17) 3.3.90.00.00.00.00.2.035-0103 - Aplicacoes Diretas 150.000,00

**Total Suplementação: 150.000,00**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE****11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

(15) 3.3.71.00.00.00.00.2.035-0103 - Transferências a Consórcios Públicos 150.000,00

**Total Anulação: 150.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 30 de Julho de 2014**

\_\_\_\_\_  
**WAGNER DA ROSA**  
**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

\_\_\_\_\_  
**VALMIR CARRADORE**  
**Secretário de Administração**

**DECRETO 76/2014****DECRETO Nº 076/14 de 1 de Agosto de 2014****Abre Crédito Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento de 2014 do tipo alteração Suplementar.**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES****05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO E CULTURA**

(53) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.013-0101 - Aplicacoes Diretas 30.000,00

**Total Suplementação: 30.000,00**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

**Fonte de Recurso:** 101 - FNDE - Salário Educação 30.000,00

**Total excesso de arrecadação 30.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 1 de Agosto de 2014**

\_\_\_\_\_  
**WAGNER DA ROSA**  
**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

\_\_\_\_\_  
**VALMIR CARRADORE**  
**Secretário de Administração**

**DECRETO 77/2014****DECRETO Nº 077/14 de 1 de Agosto de 2014****Abre Crédito Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento de 2014 do tipo alteração Suplementar.**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS****03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS**

(186) 3.3.90.00.00.00.00.2.004-1080 - Aplicacoes Diretas 64.086,60

**Total Suplementação: 64.086,60**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do superavit financeiro referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

**Fonte de Recurso:** 80 - Recursos Ordinários 64.086,60

**Total Superávit Financeiro 64.086,60**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 1 de Agosto de 2014**

\_\_\_\_\_  
**WAGNER DA ROSA**  
**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

\_\_\_\_\_  
**VALMIR CARRADORE**  
**Secretário de Administração**

**DECRETO 78/2014****DECRETO Nº 078/14 de 4 de Agosto de 2014****Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento de 2014 do tipo alteração Suplementar.**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**02 - GABINETE DO PREFEITO****02.01 - GABINETE DO PREFEITO**

(7) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.005-0124 - Aplicacoes Diretas	1.634,00
<b>07 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS</b>	
<b>07.01 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS</b>	

(90) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.033-0080 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
<b>13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</b>	
<b>13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</b>	

(106) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.026-0080 - Aplicacoes Diretas	26.000,00
---	-----------

<b>Total Suplementação:</b>	<b>32.634,00</b>
-----------------------------	------------------

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**02 - GABINETE DO PREFEITO****02.01 - GABINETE DO PREFEITO**

(6) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.005-0124 - Aplicacoes Diretas	1.634,00
<b>07 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS</b>	
<b>07.01 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS</b>	

(91) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.033-0080 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
<b>13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</b>	
<b>13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</b>	

(105) 3.3.50.00.00.00.00.00.2.026-0080 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	11.000,00
---	-----------

**DECRETO N° 078/14 de 4 de Agosto de 2014**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL****13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

(104) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.026-0080 - Aplicacoes Diretas

15.000,00

**Total Anulação:**

**32.634,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 4 de Agosto de 2014**

\_\_\_\_\_  
**WAGNER DA ROSA**  
**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

\_\_\_\_\_  
**VALMIR CARRADORE**  
**Secretário de Administração**

**DECRETO 79/2014****DECRETO Nº 079/14 de 4 de Agosto de 2014****Abre Crédito Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento de 2014 do tipo alteração Suplementar.**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**04 - DEPTO. DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO****04.01 - DEPTO. DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO**

(27) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.010-0080 - Aplicacoes Diretas 30.000,00

**05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES****05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO E CULTURA**

(31) 4.6.90.00.00.00.00.00.0.002-0104 - Aplicacoes Diretas 28.400,00

**13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL****13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

(113) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.027-0080 - Aplicacoes Diretas 5.000,00

**Total Suplementação: 63.400,00**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

**Fonte de Recurso: 80 - Recursos Ordinários 5.000,00**

**Fonte de Recurso: 104 - Recursos Educação 25% 28.400,00**

**Fonte de Recurso: 80 - Recursos Ordinários 30.000,00**

**Total excesso de arrecadação 63.400,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 4 de Agosto de 2014**

\_\_\_\_\_  
**WAGNER DA ROSA**  
**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

\_\_\_\_\_  
**VALMIR CARRADORE**  
**Secretário de Administração**

**DECRETO 81/2014****DECRETO Nº 081/14 de 15 de Agosto de 2014****Abre Crédito Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento de 2014 do tipo alteração Suplementar.**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS****03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS**

(16) 3.1.91.00.00.00.00.00.2.004-0080 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 30.000,00

**04 - DEPTO. DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO****04.01 - DEPTO. DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO**

(27) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.010-0080 - Aplicacoes Diretas 30.000,00

**05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES****05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO E CULTURA**

(140) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.012-0102 - Aplicacoes Diretas 1.000,00

(39) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.009-0080 - Aplicacoes Diretas 10.900,84

(45) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.012-0101 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

(33) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.005-0104 - Aplicacoes Diretas 3.871,63

(47) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.013-0102 - Aplicacoes Diretas 48.000,00

**07 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS****07.01 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS**

(96) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.038-0080 - Aplicacoes Diretas 50.000,00

**Total Suplementação: 183.772,47**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

**Fonte de Recurso:** 101 - FNDE - Salário Educação 10.000,00

**Fonte de Recurso:** 102 - FUNDEB 40% 49.000,00

**Fonte de Recurso:** 80 - Recursos Ordinários 120.900,84

**DECRETO Nº 081/14 de 15 de Agosto de 2014**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

<b>Fonte de Recurso:</b> 104 - Recursos Educação 25%	3.871,63
<b>Total excesso de arrecadação</b>	<b>183.772,47</b>

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 15 de Agosto de 2014**

---

**WAGNER DA ROSA**  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

---

**VALMIR CARRADORE**  
Secretário de Administração

**DECRETO 96/2014****DECRETO N° 096/14 de 1 de Setembro de 2014****Abre Crédito Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento de 2014 do tipo alteração Suplementar.**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**02 - GABINETE DO PREFEITO****02.01 - GABINETE DO PREFEITO**

(3) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.002-0080 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

**03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS****03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS**

(18) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.004-0080 - Aplicacoes Diretas 30.000,00

**Total Suplementação: 40.000,00**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

**Fonte de Recurso: 80 - Recursos Ordinários 40.000,00**

**Total excesso de arrecadação 40.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 1 de Setembro de 2014**

\_\_\_\_\_  
**WAGNER DA ROSA**  
**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

\_\_\_\_\_  
**VALMIR CARRADORE**  
**Secretário de Administração**

**DECRETO 97/2014****DECRETO Nº 097/14 de 1 de Setembro de 2014****Abre Crédito Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento de 2014 do tipo alteração Suplementar.**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE****11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

(17) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.035-0103 - Aplicacoes Diretas 30.000,00

**Total Suplementação: 30.000,00**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

**Fonte de Recurso:** 103 - Recursos Próprios - 15% Saúde 30.000,00

**Total excesso de arrecadação 30.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 1 de Setembro de 2014**

\_\_\_\_\_  
**WAGNER DA ROSA**  
**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

\_\_\_\_\_  
**VALMIR CARRADORE**  
**Secretário de Administração**

# Massaranduba

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3042 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3042 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

Pontos Facultativos

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela legislação em vigor, DECRETA:

Art.1º Ficam DECRETADOS Pontos Facultativos os dias 24 e 31 de Dezembro de 2014, nas repartições públicas municipais, ressalvadas as necessidades de cada Secretaria.

Parágrafo único: O presente ponto facultativo não será estendido aos servidores que desempenham as suas atribuições no Pronto Atendimento (P.A.) do Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, em 19 de Dezembro de 2014

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

Camila Rossi

Auxiliar Administrativo

### LEI COMPLEMENTAR N.º 64/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 064/2014

Altera dispositivos da Lei Complementar n.º 45/2011, que dispõe sobre o Código Tributário do Município de Massaranduba/SC.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º A Lei Complementar nº045, de 20 de dezembro de 2011, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 12-A. Todo e qualquer protocolo formulado e encaminhado à municipalidade deverá constar a Secretária ou órgão a qual se dirige.

§ 1º O Servidor responsável então fará o encaminhamento interno para a tramitação do processo na Secretaria competente e este terá um prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de sua apresentação para proceder à resposta ao protocolo encaminhado;

§ 2º Este prazo poderá ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias.

§ 3º Cada Secretaria poderá expedir atos normativos com prazos para cada tipo de consulta, justificando o grau de complexidade e a razão dos seus respectivos prazos. (NR)

Art. 46-A. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:

I - Impugnação do sujeito passivo;

II - Recurso de ofício;

III - Iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos

previstos no artigo 49. (NR)

Art. 46-B. A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.

Art. 46-C. As modalidades do lançamento do crédito tributário todas previstas neste Código em concordância com o CTN (Código Tributário Nacional) que a Autoridade Administrativa classifica de acordo como ocorre o fato gerador da obrigação são:

I. Lançamento Direto ou de Ofício; aquele em que o sujeito não participa da atividade de lançamento;

II. O Lançamento Misto ou Por Declaração; aquele em que há um equilíbrio entre a participação do sujeito passivo e a atividade do sujeito ativo;

III. O Lançamento por Homologação ou Auto lançamento; aquele em que a participação do contribuinte é muito grande, sendo que o sujeito passivo é quem realiza quase todos os atos que compõem a atividade”; (NR)

Art. 2. Os artigos 49, 244, 245, 266, 366, 405, 407, 435, 448, 449 e 474 da Lei Complementar no 045, de 20 de dezembro de 2011, passam a vigorar com as seguintes alterações

“ Art. 49. ...

I...

II...

III...

IV...

V...

VI...

VII...

VIII...

IX...

X...

XI...

XII...

§ 1º ...

§ 2º - A revisão do lançamento poderá ser efetuada, anulada e revista por iniciativa própria quando identificar irregularidade no seu lançamento, erro ou ato na sua constituição, para corrigir se fará despacho administrativo descrevendo os fatos e substituirá com novo lançamento tributário, cancelando e anulando o lançamento anterior bem como as obrigações tributárias e acréscimos legais;

§ 3º - A partir do reconhecimento e novo lançamento, o contribuinte terá um novo prazo para pagamento, descontos e condições acessórias; vencido esse prazo será acrescido com os acréscimos legais conforme instituído neste Código;

Art. 244. Para garantir condições de acessibilidade, mobilidade e segurança para toda a população, a alíquota do imposto será reduzida em 10% quando o imóvel tiver calçada/passeio público,

desde que exigidas às benfeitorias aplicadas de acordo com a Lei Municipal nº 1544/2013;

Art. 245. ...

I - REVOGADO

II - Em 25% % (vinte e cinco por cento) quando a testada da propriedade estiver pavimentada (paralelepípedo, asfalto, cimento/concreto) em toda a sua extensão, e esta não estiver com calçada no passeio em conformidade com a Lei Municipal nº 1544/2013.

§ 1º - REVOGADO

§ 2º Para efeito no disposto neste artigo, serão considerados inexistentes as calçadas, construídas ou reconstruídas, em desacordo com as especificações técnicas definidas em legislação específica.

§ 3º...

§ 4º...

§ 5º...

§ 6º...

Art. 266. ...

I -...

II -...

III -...

IV - O imóvel edificado reconhecido valor histórico, cultural ou arquitetônico pela Gerência de Cultura Municipal;

V - O imóvel pertencente a órfãos de pais, recebido por doação ou por herança, enquanto menores ou incapazes, e cujos rendimentos não ultrapassem a 03 (três) salários mínimos;

VI - Imóvel de propriedade de Associação de Moradores, reconhecida de utilidade pública municipal, cujas atividades estejam de acordo com suas finalidades;

VII - Imóvel declarado de utilidade pública para fins de desapropriação a partir da parcela correspondente ao período de arrecadação do imposto em que ocorrer a emissão de posse ou a ocupação efetiva pelo poder desapropriante;

VIII - A área do lote reconhecida pelos órgãos competentes como não edificável e destinada à servidão de passagem de linha de transmissão de energia de alta tensão, de gasoduto e de oleoduto, desde que averbada junto à matrícula do imóvel.

IX - O imposto territorial sobre a área "non aedificandi" do imóvel e/ou áreas de preservação permanente (APP), desde que devidamente preservadas;

X - Os imóveis tombados no Município, comerciais ou residenciais, desde que comprovado com certidão fornecida pela entidade competente.

XI - Os imóveis pertencentes às entidades filantrópicas, associações, agremiações desportivas ou culturais, clubes sociais, sindicatos representativos de classe, entidades beneficentes, social ou educacional sem fins lucrativos, desde que apresentem cópia da declaração de isenção do imposto de renda da pessoa jurídica do último exercício e sejam de uso exclusivo da entidade.

XII - o imóvel localizado no perímetro urbano, utilizado para exploração agrícola.

XIII - os imóveis interditados pela Defesa Civil.

§ 1º No caso de existência de mais de uma residência no imóvel previsto no inciso XII, as excedentes, de utilização não agropecuária, serão tributadas nos seguintes critérios:

I -...

II -...

§ 2º Os critérios para concessão dos benefícios de que trata este artigo serão regulamentados por Decreto.

Art. 366. ...

§ 1º...

I -...

II -...

III -...

IV -...

V -...

§ 2º...

§ 3º...

§ 4º quando da emissão para os contribuintes citados no § 1º - inciso II, e este estiver enquadrado de acordo com o Art. 321 - o ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) será incidente quando ultrapassar a base de cálculo do imposto Fixa Anual.

Art. 405. ...

§ 1º Caso o contribuinte não atenda integralmente as referidas normas do caput deste artigo, poderá a Administração, através da Secretaria competente, conforme o caso, firmar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o mesmo que será suficiente para a concessão do Alvará de Licença Provisório.

§ 2º Caso não atendido os termos do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) , nos prazos estabelecidos o contribuinte terá cassado o Alvará de Licença Provisório. (NR)

Art. 407. ...

Onde:

TLLFF ==...

CUF ==...

GDF ==...

FP ==...

Tabela GDF: FATOR DE GRAU DE DIFICULDADE NA FISCALIZAÇÃO

Multiplificador	Tipo de Empresa
0,5	Autônomos Estabelecidos e Micro Empreendedor Individual
0,8	Comércios, Prestação de Serviços, Atividades Agropecuárias e Indústrias – Porte de Microempresa
1,0	Comércios, Prestação de Serviços, Atividades Agropecuárias e Indústrias – Porte de Pequena Empresa
1,2	Comércios, Prestação de Serviços, Atividades Agropecuárias e Indústrias – Porte de Média Empresa
1,5	Comércios, Prestação de Serviços, Atividades Agropecuárias e Indústrias – Porte de Grande Empresa
4,0	Factoring, E-commerce, Comércio Eletrônico ou Virtual, Prestação de Serviços Relacionados à Internet, Computação na Nuvem, Cooperativas de Crédito, Corretoras e Congêneres
10,0	Instituições Financeiras, Bancos, Bolsa de Valores e Similares

Tabela FP: FATOR PORTE

Multiplificador	Intervalo de Área (em m²)
1,00	Até 5,00
1,05	> 5,00 e <= 8,00
1,50	> 8,00 e <= 12,00
2,10	> 12,00 e <= 17,00
2,55	> 17,00 e <= 23,00
3,00	> 23,00 e <= 30,00
3,90	> 30,00 e <= 38,00
5,10	> 38,00 e <= 47,00
6,00	> 47,00 e <= 58,00
7,80	> 58,00 e <= 75,00
9,00	> 75,00 e <= 100,00
10,20	> 100,00 e <= 140,00
12,00	> 140,00 e <= 200,00
13,80	> 200,00 e <= 280,00
15,00	> 280,00 e <= 350,00
16,50	> 350,00 e <= 400,00
18,00	> 400,00 e <= 500,00
19,50	> 500,00 e <= 550,00
21,00	> 550,00 e <= 650,00
22,50	> 650,00 e <= 750,00
24,00	> 750,00 e <= 850,00
27,50	> 850,00 e <= 950,00
28,00	> 950,00 e <= 1.050,00
29,50	> 950,00 e <= 1.050,00
30,50	> 1.050,00 e <= 1.150,00
31,50	> 1.050,00 e <= 1.150,00
32,50	> 1.150,00 e <= 1.250,00
33,50	> 1.250,00 e <= 1.350,00
34,50	> 1.350,00 e <= 1.450,00
35,50	> 1.450,00 e <= 1.550,00
36,50	> 1.550,00 e <= 1.650,00
40,00	> 1.600,00 e <= 1.800,00
50,00	> 1.800,00 e <= 2.000,00
60,00	> 2.000,00 e <= 2.500,00

70,00	> 2.500,00 e <= 3.500,00
80,00	> 3.500,00 e <= 4.500,00
90,00	> 4.500,00 e <= 5.500,00
100,00	> 5.500,00 e <= 6.500,00
120,00	> 6.500,00 e <= 7.500,00
130,00	> 7.500,00 e <= 8.500,00
140,00	> 7.500,00 e <= 8.500,00
170,00	> 8.500,00 e <= 9.500,00
180,00	> 9.500,00 e <= 10.000,00
200,00	Maior que 10.000,00

§ 1º...

§ 2º...

Tabela: INTERVALO MÉTRICO PARA DEFINIÇÃO DE PORTE DA EMPRESA

Intervalo de Área (m²)	Porte da Empresa
Até 140,00	Microempresa
> 140,00 e <= 1000,00	Pequena Empresa
> 1000,00 e <= 3.500,00	Média Empresa
Maior que 3.500,00	Grande Empresa

§ 3º Considera-se utilizada na atividade toda área do estabelecimento, inclusive aquela destinada a armazenamento e depósito de bens e área de atendimento ao público.

§ 4º O exercício de cada atividade ficará adstrito à licença concedida, sendo que qualquer alteração deverá ser imediatamente comunicada ao órgão competente, sob as penas da lei, a taxa será calculada em referência a cada uma das atividades acrescidas. (NR)

Art. 435. ...

§ 1º A taxa de licença mencionada no caput deste artigo também será devida nas seguintes situações:

I. Eventos de caráter transitório e/ou eventual, assim considerados os encontros realizados por período de tempo determinado, independentemente da finalidade;

II. Taxa de Licença para Exercício de Atividade Eventual ou Temporária, inseridos como "Atividade Especial" Estacionamentos, Garagens, Hangares, Organizadores de Feiras, Feirões, Exposições de Eventos e Congêneres;

III. O cálculo da taxa de licença será 1,60 da UFM (Unidade Fiscal Municipal) para os primeiros 100m², acrescidos de 0,006 da UFM (Unidade Fiscal Municipal) por m² excedente, limitado a 12 UFM (Unidade Fiscal Municipal);

§ 2º Nos eventos mencionados no inciso I, do § 1º do art. 435 desta Lei o contribuinte da taxa será o promotor de eventos. (NR)

Art. 448. Fica instituída a cobrança de taxas para cada licenciamento ou autorização ambiental, das licenças ambientais realizadas pelo órgão ambiental municipal, bem como a manutenção da estrutura física do órgão ambiental municipal para a realização de tal fim.

§ 1º A Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais tem como fato gerador o exercício do poder de polícia ou a prestação de serviços pela Administração ao Municipal, pela análise prévia de licenças ambientais, análise de estudos de impacto ambiental, autorização de corte de vegetação, autorização para tratamento ou disposição de resíduos, pareceres técnicos e outras atividades,

de acordo com a legislação ambiental vigente.

§ 2º O Contribuinte da Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais é a pessoa física ou jurídica cuja atividade esteja sujeita as leis ambientais e que requerer serviços e sujeito a sua incidência ou destinatário do exercício do poder de polícia.

§ 3º O pagamento da Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais não será exigido dos Órgãos da Administração Direta do Município.

Art. 449. Os serviços e atividades sujeitos à Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais são os custos públicos de licenciamento ambiental assim denominado, e obedecerá aos valores da Tabela Anexo II desta Lei.

§ 1º A Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais será recolhida até a data do requerimento do serviço ou atividade e será este indexado pela UFM (Unidade Fiscal Municipal), considerando-se o valor decretado no primeiro dia útil de cada exercício.

§ 2º Os valores recolhidos à União, ao Estado, ao Distrito Federal, a outro Município, a qualquer outro título, tais como taxas ou preços públicos de licenciamento ou fiscalização, não constituem crédito para compensação com a Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais. (NR)

Art. 474. O montante da obrigação principal referente à taxa de coleta, remoção e destinação de resíduos sólidos domiciliares, será o produto da multiplicação entre o indexador determinado de acordo com a Tabela 01 e Tabela 02 de frequência de coleta abaixo e o valor da Unidade Fiscal Municipal (UFM) do mês de lançamento". (NR)

CL = FrS x UFM

Tabela 01:

Fc7 = TABELA FREQUENCIAL DE COLETA				
Frequência de Coleta - Frs	UFM			
Número de dias da semana	Imóveis Residenciais	Imóveis destinados ao Comércio ou Prestação de Serviços	Imóveis Industriais	Templos Religiosos, Sociedades, Clubes, Associações, Sindicatos, Repartições Públicas Federais, Estaduais e suas Autarquias e Fundações
1	1,9	1,9	1,9	1,9
2	3,2	3,2	3,2	3,2
3	3,8	3,8	3,8	3,8
4	4,0	4,0	4,0	4,0
5	4,5	4,5	4,5	4,5

Tabela 02:

Fc7 = TABELA FREQUENCIAL DE COLETA QUINZENAL – MENSAL				
Frequência de Coleta - Frs	UFM			
Número de dias quinzenal e mensal	Imóveis Residenciais	Imóveis destinados ao Comércio ou Prestação de serviços	Imóveis Industriais	Templos Religiosos, Sociedades, Clubes, Associações, Sindicatos
1 coleta mensal	2,0	2,5	2,5	2,5
2 coleta mensal	2,5	3,0	3,0	3,0
3 coleta mensal	3,0	3,5	3,5	3,5
4 coleta mensal	3,5	4,0	4,0	4,0

Art. 3.º Do artigo 312, §1º - item 7 fica alterada a redação do subitem: 7.02 e fica acrescido o subitem: 7.02.1 e subitem: 7.05.1, e o artigo 316 fica acrescido do § 6º nos seguintes termos:

"Art. 312...

§ 1º...

## LISTA DE SERVIÇOS e ALÍQUOTAS

Itens	Serviços	% SOBRE RECEITA	Qtd Fixa UFM/Ano	
7	Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.			
7.02	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	3%	-	
7.02.1	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	5%	-	
7.05.1	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	5%		

(NR)

Art. 316. ...

§ 1º...

§ 2º...

§ 3º...

§ 4º...

§ 5º...

§ 6º Nos itens 7.02 e 7.05 para efeitos do parágrafo § 5º deste artigo quando não atendido o critério de abatimentos a alíquota será de acordo como descreve o subitem 7.02 e 7.05 da Lista de Serviços, porém quando atendidos esses critérios a alíquota será de acordo como descreve o subitem 7.02.1 e subitem 7.05.1 da Lista de Serviços.” (NR)

Art. 4.º Ficam revogados o § 2.º do art. 227 e § 1.º do art. 245 da Lei Complementar n. 045/2011.

Art. 5.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 19 de dezembro de 2014.

MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

CAMILA ROSSI  
Auxiliar Administrativo

A N E X O II

TAXA MUNICIPAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS INDEXADO PELA UFM (UNIDADE FISCAL MUNICIPAL), CONSIDERANDO-SE O VALOR DECRETADO NO PRIMEIRO DIA ÚTIL DE CADA EXERCÍCIO.  
(Anexo a que se refere o Art. 449)

**1. NORMAS GERAIS PARA DETERMINAÇÃO DOS VALORES DA TAXA MUNICIPAL DE SERVIÇOS AMBIENTAIS:**

1.1. A determinação do valor da taxa, a quantificação do serviço e o cronograma de execução serão definidos quando da solicitação por parte do interessado.

1.2. Não poderá haver duplicação de componentes de custo para efeito de cobrança de um ou mais serviços, quando existirem fatores comuns na equação de preços.

1.3. A cobrança dos serviços solicitados será realizada na hora do pedido, sendo que nenhum serviço será autorizado pelo responsável sem o comprovante do respectivo pagamento.

1.4. O valor máximo para efeito de cobrança dos serviços de licenciamento será o valor correspondente ao da classe III, item B, definidos nas Tabelas nºs 02 e 03.

**2. DETERMINAÇÃO DO VALOR DA TAXA MUNICIPAL PELA ANÁLISE DE LICENÇAS AMBIENTAIS:**

Para a determinação dos valores a serem cobrados pelas análises dos pedidos de Licenças Ambientais de que trata a Lei Federal nº 6938, de 31 de agosto de 1981, a Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009, as Resoluções do CONSEMA nº 1 e 2/2006, 4/2007 e 4/2008, as atividades são enquadradas em três classes I, II e III, em função do porte e do potencial poluidor/degradador, conforme Tabela nº 01:

TABELA Nº 01

**ENQUADRAMENTOS DAS ATIVIDADES POTENCIALMENTE CAUSADORAS DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL**

POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR GERAL						
P	M			G		
PORTE		P	I	I	II	
DO		M	I	II	III	
EMPREENDIMENTO		G	II	III	III	

2.1 O potencial poluidor/degradador da atividade é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G), em função dos efeitos causados sobre o solo, ar e água. O potencial poluidor/degradador geral é o maior dentre os potenciais considerados sobre cada um dos recursos ambientais analisados.

2.2. O porte do empreendimento também é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G) em função de critérios estabelecidos nas Resoluções que definem por listagem as atividades passíveis de licenciamento, cadastramento ou autorização ambiental, tais como: as Resoluções CONSEMA nºs 01/06, 02/06, 04/08, suas alterações e complementações, bem como, as demais Resoluções do CONAMA, CONSEMA ou COMDEMA que dispõe sobre licenciamento, cadastramento ou autorização ambiental.

2.3. O potencial poluidor/degradador e o porte do empreendimento estão definidos nas Resoluções acima mencionadas.

TABELA Nº 02

**VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS EM UFM**

	CLASSE					
LICENÇA	I		II		III	
	A	B	A	B	A	B
	P,P ou M,P	P,M	M,M ou G,P	P,G	M,G ou G,M	G,G
LAP	3,0	5,0	10,0	15,0	12,0	31,0
LAI	8,0	13,0	24,0	37,0	16,0	77,0
LAO	16,0	26,0	54,0	77,0	25,0	157,0
TOTAL	27,0	44,0	88,0	129,0	53,0	265,0

TABELA Nº 03

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS, ANUAL, EM UFM, PARA AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS, PECUÁRIAS E FLORESTAIS

	CLASSE					
LICENÇA	I		II		III	
	A	B	A	B	A	B
	P,P ou M,P	P,M	M,M ou G,P	P,G	M,G ou G,M	G,G
LAP	3,0	4,0	6,0	7,0	12,0	15,0
LAI	9,0	11,0	19,0	23,0	16,0	44,0
LAO	6,0	7,0	12,0	14,0	25,0	30,0
TOTAL	18,0	22,0	37,0	44,0	53,0	89,0

TABELA Nº 04

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS, ANUAL, EM UFM, PARA AS ATIVIDADES DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA, EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS, PECUÁRIA E FLORESTAL, PARA PORTE ATÉ Q(I)<50

LAP	LAI	LAO	TOTAL
2,0	2,5	6,0	6,5

TABELA Nº 05

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS, ANUAL, EM UFRM, PARA AS ATIVIDADES DE BENEFICIAMENTO, FIAÇÃO E TECELAGEM DE FIBRAS TÊXTEIS VEGETAIS, ATÉ O LIMITE DE AU = 500,00 m²:

LICENÇAS P,M	LAP	LAI	LAO	TOTAL
	2	0,5	10	12,5

TABELA Nº 06

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS, ANUAL, EM UFRM, PARA AS ATIVIDADES DE FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS TÊXTEIS, COM ESTAMPARIA E/OU TINTURA, ATÉ O LIMITE DE AU = 500,00 m²; CONFECÇÕES DE ROUPAS E ARTEFATOS DE TÊXTEIS DE CAMA, MESA, COPA E BANHO, COM TINGIMENTO ATÉ O LIMITE DE AU = 500,00 m²; E SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE LAVAÇÃO, TINGIMENTO, ALVEJAMENTO, ESTAMPARIA E/OU AMACIAMENTO, COM PORTE DE 200,00 m² A 500,00 m²:

LICENÇAS P,M	LAP	LAI	LAO	TOTAL
	3,0	7,0	15,0	25,0

TABELA Nº 07

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS, ANUAL EM UFM, PARA AS ATIVIDADES DE ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS DE CLASSE IIB, ATÉ O LIMITE DE AU = 1000,00 m² E PARA CENTRAL DE TRIAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS COM OU SEM TRATAMENTO ORGÂNICO ATÉ O LIMITE DE QT <= 30

LICENÇAS P,M	LAP	LAI	LAO	TOTAL
	2,0	5,0	11,0	18,0

2.4. As Licenças Ambientais de Operação terão prazo de validade de 04 (quatro) anos, podendo, por decisão motivada e de acordo com os planos de controle ambiental, o prazo ser dilatado ou reduzido com aumento ou diminuição proporcional nos valores a serem cobrados pela

Administração Municipal.

2.5. A cobrança da Análise dos Pedidos de Licenças Ambientais será efetuada em cada uma das fases do processo de licenciamento, conforme determina a legislação em vigor.

2.6. Nos casos de pedidos de renovação de Licenças, será cobrado o valor referente à classificação da atividade.

2.7. Nas tabelas nºs 02, 03, 05, 06 e 07 acima, cada classe apresenta duas subdivisões (A e B), sendo que nestas, a primeira letra indica o porte da atividade e a segunda letra estabelece o potencial poluidor.

2.8. Nos casos de pedidos de Licença Ambiental de Operação (LAO - Corretiva), será cobrado o valor referente às Licenças Prévia, Instalação e Operação (LAP, LAI, LAO).

### 3. DETERMINAÇÃO DA ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA E RESPECTIVO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA:

Quando o licenciamento se fizer mediante apresentação de Estudos de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, conforme determina a legislação ambiental em vigor, a determinação dos preços a serem cobrados pelos serviços prestados dar-se-á conforme fórmula abaixo:

3.1 - Custo Total das Análises:

$CT = TT + VT + CE + CA$ , onde:

a) Trabalho Técnico

$TT = T \times H$  (35 UFM/hora)

b) Vistoria Técnica

$VT = T \times D$  (85 UFM/dia) +  $V \times R$  (0,50 UFM/Km)

c) Consultoria Externa

$CE = Cc \times H$

d) Custo Administrativo:

$CA = (TT + VT + CE) \times 0,10$

Legenda:

Sigla	Discriminação
CT	Custo Total
TT	Trabalho Técnico
VT	Vistoria Técnica
CE	Consultoria Externa
CA	Curso Administrativo
H	Número de Horas Trabalhadas
D	Número de Dias Trabalhados
R	Total de Km Rodados
T	Número de Técnicos
V	Número de Veículos
CC	Custo de Consultoria por Hora

### 4. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO MUNICIPAL SIMPLIFICADA DE CORTE DE ÁRVORES; AUTORIZAÇÃO DE CORTE/SUPRESSÃO OU EXPLORAÇÃO DE VEGETAÇÃO; E REPOSIÇÃO FLORESTAL:

Valor em UFM	Descrição dos Serviços
0,3	Corte isolado de até 05 árvores em Zona Urbana.
1,0	Corte isolado de 06 até 20 árvores em Zona Urbana.
2,5 + 0,03 X AM	Corte/Supressão de vegetação em Zona Urbana com área de corte de até 5,0 ha (hectares).
1,0	Corte de árvores em área Urbana ou Rural que acarretam risco a vida ou patrimônio.
1,0	Para aproveitamento de árvores mortas ou caldas em propriedade ou posses de comunidades tradicionais.
1,0	Para corte eventual em Zona Rural – 20 m <sup>3</sup> ou 20 unidades.
2,5	Para corte/supressão ou exploração de vegetação para fins agrossilvopastoris no limite de até 2,0 ha (hectare) isento = para corte/supressão ou exploração de vegetação no caso de pequenos produtores rurais ou passes da população tradicionais, limitado em até 2,0 há (hectare) por ano.
isento	Autorização municipal para transporte de produtos e subprodutos florestais no caso de pequenos produtores rurais ou posse familiar.

#### 5. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE MANEJO DE PALMITEIRO:

Valor em UFM	Descrição dos Serviços
2,5 + 0,05 X U	Manejo de Palmiteiro

(U=Unidade)

#### 6. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PROJETO DE CORTE DE VEGETAÇÃO - AUC, PARA FLORESTAS PLANTADAS EM ÁREAS PROTEGIDAS (APP, UC, ETC), COM RECOMPOSIÇÃO VEGETAL:

Valor em UFM	Descrição dos Serviços
2,5	AU (área útil em hectare) para área de até 3,0 ha (hectare)
2,5 + 20 X AU	AU (área útil em hectare) acima de 3,0ha (hectare) até 10,0ha (hectare)

#### 7. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS (APP, UC, ETC) POR MEIO DE PLANTIO:

Valor em UFM	Descrição dos Serviços
2,5	Para intervenção em APP até o limite de 5.000m <sup>2</sup>
2,5 + 0,03 + AM (am=área em m <sup>2</sup> )	Para intervenção em APP acima de 5.000m <sup>2</sup>

#### 8. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS (APP, UC, ETC) POR MEIO DE ENROCAMENTO, MURO DE ARRIMO OU GABIÃO:

Valor em UFM	Descrição dos Serviços
3,0	Para intervenção até o limite de 50 metros lineares.
3,0 + 5% da UFM	Para cada metro linear excedente a 50 metros lineares até o limite de 100 metros.
3,0 + 7% da UFM	Para cada metro linear excedente a 50 metros lineares até o limite de 100 metros.

#### 9. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DAS DEMAIS AÇÕES OU ATIVIDADES CONSIDERADAS DE BAIXO IMPACTO AMBIENTAL NÃO ENQUADRADA NOS ITENS ANTERIORES:

Valor em UFM	Descrição dos Serviços
3,0	Para pedidos de autorização das demais ações/atividades consideradas de baixo impacto ambiental.

10.FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE DIAGNÓSTICO AMBIENTAL NOS CASOS EM QUE ESTIVER RELACIONADO A ATIVIDADE OU EMPREENDIMENTO NÃO PASSÍVEL DE LICENCIAMENTO, OU QUE DEPENDA DE CADASTRAMENTO OU AUTORIZAÇÃO DAS DEMAIS ATIVIDADES:

Valor em UFM	Descrição dos Serviços
3,0	Para pedidos de diagnóstico ambiental, relacionado à atividade a empreendimento não passível de licenciamento e outros.

11.FÓRMULA PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DE ANÁLISE, VISTORIA E ASSINATURA DOS PEDIDOS DE AVERBAÇÃO RESERVA LEGAL:

Valor em UFM	Descrição dos Serviços
1,0	Para propriedade com área de até 50,0ha (hectare)
1,0 + 2,0X ARL	Para propriedade com área acima de 50,0ha (hectare)
Isento	Averbação da reserva legal para o pequeno produtor rural ou posse rural familiar, assim definidos no art. 3º, inciso I, da Lei Federal nº 11.428/2006, conforme art. 16, § 9º da Lei Federal nº 4.771/1965.

12.FÓRMULA PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DE CONSULTA AMBIENTAL PARA TERRAPLENAGEM URBANA e RURAL:

Valor em UFM	Descrição dos Serviços
1,0	Para AM (área em m²) menor que 1.000m²
1,0 + 0,02% UFM/m²	Para AM (área em m²) maior que 1.000m²
Isento	Terraplanagem Rural – quando for apresentado o requerimento assinado e carimbado pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, ou outra que a suceder, onde deverá constar o cadastro do Agricultor.

13. CERTIDÕES E DECLARAÇÕES DIVERSAS:

Valor em UFM	Descrição dos Serviços
1,0	Para pedidos de Certidões Diversas

14.CERTIDÕES PARA LICENÇA NA FATMA ou no IBAMA:

Valor em UFM	Descrição dos Serviços
1,0	Declaração necessária ao Licenciamento Ambiental Estadual/Federal

15.AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - AuA:

Valor em UFM	Descrição dos Serviços
1,5	Autorização Ambiental

15.1 AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - AuA para a Suinocultura:

Valor em UFM	Descrição dos Serviços
0,5	Autorização Ambiental para Suinocultura
Conforme consta na Resolução CONSEMA Nº 01/06, entenda-se Porte Único = Autorização Ambiental – AuA	

16.AUTORIZAÇÃO PARA TRATAMENTO E/OU DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS ORIUNDOS DE OUTROS ESTADOS:

Valor em UFM	Descrição dos Serviços
0,2	Por Tonelada - Resíduos Classe I
0,2	Por Tonelada - Resíduos Classe II

## 17.PARECER TÉCNICO EM GERAL, EXCLUINDO-SE A ANÁLISE DO EIA/RIMA:

Valor em UFM	Descrição dos Serviços
3,0	Parecer técnico exceto EIA/RIMA

## 18.AGROTÓXICO:

Aplica-se à Tabela Nº 03 para o Licenciamento Ambiental de empresas com atividades abaixo relacionadas:

Código	Descrição dos Serviços	Valor em UFM
18.1	Aplica-se à Tabela Nº 03 para o Licenciamento Ambiental de empresas com atividades abaixo relacionadas	-
18.1.1	Atividade de aplicação aérea de agrotóxico.	-
18.1.2	Central de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos	-
18.2	Autorizações Ambientais:	
18.2.1	Aplicação nas lavouras de agrotóxicos por aeronaves por ano	0,3
18.2.2	Aplicação de agrotóxico em ambientes urbanos	0,3
18.2.3	Aplicação de agrotóxico em ambiente de armazenagem em contêiner (expurgo):expurgo	0,15
18.2.4	Central de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos	0,3
18.2.5	Atividades referentes à comercialização de agrotóxicos	0,3

## 19.CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA:

Descrição dos Serviços	Tabela
O Licenciamento Ambiental da atividade acima enquadra-se	Nº 02
Quando comprovada a utilização para uso em atividade agrícola, pecuária e florestal, será utilizada.	Nº 04
Os poços artesianos já existentes que não disponham de Licenciamento Ambiental pagarão apenas os custos referentes a LAO.	

## 20.LISTAGEM DE VALORES PARA LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES DA SUINOCULTURA:

Código	Descrição dos Serviços	Valor em UFM
01.54.00	Granja de Suínos - Terminação	15,0 + 0,10 + NC
01.54.01	Unidade de Produção de Leitão - UPL	0,05 + 0,17 + NM
01.54.02	Granja de Suínos - Creche	0,5 + 0,04 + NC
01.54.03	Granja de Suínos - Ciclo Completo	0,5 + 0,504 + NM
Acrescenta-se ao valor calculado o fator de correção de 1,0 para LAP, de 1,50 para LAI e de 1,25 para LAO.		

21.LISTAGEM DE VALORES PARA LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E SILVICULTURAIS, EXCETO AQUELAS JÁ ENQUADRADAS NA TABELA Nº 03 E NO ITEM 5:

Código	Descrição dos Serviços	Valor em UFM
01.12.01	Culturas Permanentes, Pomares e Cultivos de Palmáceas e Musáceas	15 + 2,15 x AU
01.35.00	Florestamento e Reflorestamento de Essências Arbóreas.	0,5 + 2,15 x AU
	Florestamento e Reflorestamento de Essências Arbóreas.	0,5 + 2,15 x AU
01.40.00	Projeto Agrícola Irrigado	0,5 + 2,15 x AU
01.51.00	Criação de Animais Confinados de Grande Porte (bovinos, equinos, etc.)	0,5 + 0,16 x NC
01.52.00	Criação de Animais Confinados de Médio Porte (suínos, ovinos, caprinos, etc.)	0,5 + 0,17 x NC
01.70.00	Criação de Animais Confinados de Pequeno Porte (avicultura, cunicultura):	0,5 + 0,0008 x NC
01.70.01	Depósito de Cama de Aviário e/ou Dejetos Orgânicos	0,7 + 15 x AU
01.80.00	Incubatório de Aves	0,7 + 35 x AU
03.31.00	Unidades de Produção de Peixes em Sistema de Policultivo em Açudes (SISTEMA I):	0,5 + 3,75 x AU
03.31.01	Unidades de Produção de Peixes em Sistema de Policultivo em Viveiros (SISTEMA II):	0,5 + 35 x AU
03.31.02	Unidades de Produção de Peixes em Sistema de Monocultivo em Águas Mortas (SISTEMA III):	0,5 + 7 x AU
03.31.03	Unidades de Piscicultura em Monocultivo de Águas Frias (SISTEMA IV):	15 + 210 x AU
03.31.05	Unidades de Produção de Alevinos (SISTEMA VI)	0,5 + 7 x AU
03.32.00	Carcinicultura - Produção de Camarão	0,5 + 7 x AU
03.33.00	Malacocultura - Produção de Moluscos	0,5 + 3,5 x AU
26.50.00	Abate de Animais em Abatedouros, Frigoríficos e Charqueados, Com ou Sem Industrialização de Produtos de Origem Animal.	0,5 + 0,14 x NC/dia

Aplica-se esta fórmula para atividades com abate de até 1.000 cabeças dia.

Acrescenta-se ao valor calculado o fator de correção de 1,0 para LAP, de 1,50 para LAI e de 1,25 para LAO.

Legenda:

Sigla	Discriminação
AM	Área em m <sup>2</sup>
ARL	Área de Reserva Legal em Hectares
AU	Área Útil em Hectare
AuA	Autorização Ambiental
AuC	Autorização de Corte de Vegetação
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONSEMA	Conselho Estadual de Meio Ambiente
CONDEMA	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
EIMA/RIMA	Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental
LAI	Licença Ambiental de Instalação
LAO	Licença Ambiental de Operação
LAP	Licença Ambiental Prévia
NC	Nº de Cabeças
NM	Nº de Matrizes
Pr	Preço Básico da Licença
Q(I)	Vazão de Bombeamento (m <sup>3</sup> /h)
QT	Quantidade de Resíduos (ton/dia)
U	Unidade
UFM	Unidade Fiscal Municipal

**22. DEMAIS TAXAS DE USO PARA LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES:**

TABELA DE SERVIÇOS		
Cód.	Descrição do Serviço	Valor/UFM
1	Autorização Ambiental de Terraplanagem;	
1.1	Área útil $\leq 10.000m^2$	1,0
2	Taxa de averbação de reserva legal	1,0
3	Taxa de retificação de área	1,0
4	Taxa de Certidão de uso do Solo	1,0
5	Taxa de Declaração Ambiental	1,0

AM = área em metros quadrados a ser suprimida (m<sup>2</sup>)

AU = área útil em hectare (há)

Parágrafo Único. A critério do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, poderão ser estabelecidas, por regulamento, outras formas de cobrança, tais como compensações, para os licenciamentos de baixo potencial de degradação ou poluição ambiental.

**LEI COMPLEMENTAR N.º 65/2014**

LEI COMPLEMENTAR n° 065/2014

Consolida e padroniza a nomenclatura dos logradouros públicos, define as localidades da área rural, define extensão dos logradouros públicos, cria padrões para novas denominações dos logradouros públicos, cria regras para novos parcelamentos de solo, cria regras para novas numerações imobiliárias, cria regras para a alimentação do cadastro multifinalitário do município de Massaranduba e dá outras providências.

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei Complementar disciplina e normatiza os procedimentos de denominação viária do Município de Massaranduba e estabelece normas complementares de manutenção cadastral de logradouros públicos, procedimentos de numeração predial, parcelamentos de solo e projetos de edificações.

Art. 2º Fica definido como logradouro público o espaço livre destinado pela municipalidade à circulação, parada ou estacionamento de veículos, ou à circulação de pedestres, tais como calçadas, parques, áreas de lazer ou calçadões.

Art. 3º Ficam determinadas geograficamente as localidades da área rural do Município de Massaranduba, conforme Anexo I e II desta Lei.

§ 1º - As localidades que integram a área rural estão divididas em três regiões:

Região Oeste - Ribeirão Wilde, Ribeirão Gustavo, Treze de Maio, Benjamin Constant, Ribeirão Humberto, Ribeirão Irma, Braço do Norte, Patrimônio, Fundo Sueco, Campinha, Patrimônio II, Centro, Butuca.

Região Leste - Massarandubinha, Guarani-Açú, Ribeirão da Lagoa, Massaranduba Baixo, Linha Telegráfica, São Miguel, Alto Fraymann, Guarani-Mirim.

Região Sul - Primeiro Braço, Sete de Janeiro, Rio Bonito, Alto Guarani-Mirim, Segundo Braço, Braço Direito, Braço Seco, Terceiro Braço, Alto Guarani-Açú, São Paulinho, Santa Luzia, Braço Alberto, Braço Costa, São José.

§ 2º - Caso um imóvel esteja situado em duas ou mais localidades, considera-se a localidade para a qual o imóvel tem sua frente. E no caso do imóvel possuir duas localidades como frente, considera-se como sua localidade a de maior testada.

Art. 4º Ficam padronizadas as nomenclaturas dos logradouros públicos do Município de Massaranduba, bem como ficam determinadas as coordenadas geográficas iniciais e finais destes, extensão e gabarito, conforme Anexo III desta Lei.

Parágrafo único - O Anexo II desta Lei trata-se de uma compilação da Lei Municipal n° 26/1978, que continha as rodovias municipais principais e secundárias, da Lei Municipal n° 210/1984, que instituiu o primeiro Plano Físico Territorial Urbano do Município, da Lei Municipal n° 883/2004, que oficializou as vias urbanas, e demais leis que tratavam de nomeação dos logradouros públicos.

Art. 5º Para novas nomenclaturas de logradouros, existentes ou a serem implantados, deverão ser seguidos os seguintes procedimentos:

I - Definição de tipo de logradouro e forma de abreviação:

ALA - Alameda: Caminho público mais largo que o convencional, arborizado, com canteiro central e com fluxo central da área urbana do município.

AVN - Avenida: Caminho público mais largo que o convencional, geralmente arborizado e com fluxo central da área urbana do município.

ROD - Rodovia: Caminho público pavimentado para o trânsito de veículos, localizado na área rural do município. Denominação de via pavimentada na área urbana ou rural sob jurisdição estadual ou federal, ou ainda municipal.

RUA - Rua: Caminho público ladeado de casas, muros, ou lotes vagos na área urbana do município.

SRV - Servidão: Caminho particular estreito, sem saída, permitindo acesso, geralmente, aos limitrofes, normalmente sem o benefício de serviços públicos, localizada na área urbana do município.

PRC - Praça: Logradouro lindeiro à lugar público e espaçoso, com atividades de lazer ou mercantis, localizado na área urbana/rural do município.

PRJ - Projetado: Logradouro que faz parte de um plano ou projeto de expansão viária no município sob a responsabilidade do ente público.

BEC - Beco: Rua estreita e curta, sem saída e, normalmente, sem possibilidade de expansão, localizada na área urbana do município.

TVA - Travessa: Rua estreita transversal entre dois logradouros mais importantes, localizada na área urbana do município.

EST - Estrada: Caminho público pavimentado ou não pavimentado, para o trânsito de pessoas e veículos, localizado na área rural do município.

TIF - Tifa: estrada estreita e com extensão inferior a 0,8 km, sem saída e, normalmente, sem possibilidade de expansão, localizada na área rural do município.

CAM - Caminho: via particular, destinada única e exclusivamente de acesso a propriedades, localizada na área rural do município.

## II - Definição de tipo de cargos/títulos e forma de abreviação:

PE. - Padre

VER. - Vereador

PROF. - Professor

DR. - Doutor

PREF. - Prefeito

GOV. - Governador

PRES. - Presidente

DEP. - Deputado

SEN. - Senador

EXP. - Expedicionário

Parágrafo único - Para demais títulos e/ou cargos não definidos nesta Lei, deve ser adotado como padrão a primeira forma de grafia utilizada, para a denominação do logradouro.

Art. 6º - Ficam estabelecidas as regras e procedimentos para novos processos de parcelamentos de solo junto ao município de Massaranduba:

I - Todos os novos logradouros devem conter as coordenadas iniciais e finais da via, no mesmo padrão utilizado no Anexo I desta Lei;

II - Todo o projeto deve ser apresentado em arquivo eletrônico, no formato DWG ou tecnologia equivalente que venha a substituí-lo, com todas as regras e formas utilizadas pelo MUB (Mapa Urbano Básico) do município de Massaranduba, com o intuito de incorporá-lo aos dados já existentes;

III - A nomenclatura provisória dos logradouros públicos deve obedecer ao tipo definido no Art. 5º desta lei, seguido da expressão "Projetado(a)" e do número sequencial crescente, utilizado pelo sistema de gestão e controle do município;

IV - Após as análises dos projetos e, em caso de conformidade com a legislação pertinente, para sua aprovação final deverá ser encaminhado projeto de Lei ao legislativo, a fim de determinar a nomenclatura oficial do novo logradouro, já efetuando o registro da matrícula do novo imóvel com sua denominação definitiva;

V - Em caso de expansão de logradouro público já com a denominação oficial, devem ser seguidas as mesmas regras aqui definidas, sendo o projeto de Lei encaminhado apenas com as novas coordenadas iniciais e finais deste;

Art. 7º - Ficam estabelecidas as regras e procedimentos para os processos de numeração predial, junto ao município de Massaranduba:

I - A numeração predial será crescente, definida em metros lineares, partindo do início do logradouro, até a edificação a ser numerada, sendo o lado direito da via com números pares e o lado esquerdo da via com números ímpares;

II - Todo o projeto de edificação deve ser apresentado em arquivo eletrônico, no formato DWG ou tecnologia equivalente que venha a substituí-lo, com todas as regras e formas utilizadas pelo MUB (Mapa Urbano Básico) do município de Massaranduba, com o intuito de incorporá-lo aos dados já existentes;

III - Aplicam-se as mesmas regras de numeração predial, aos imóveis já edificadas, de acordo com a legislação pertinente, excluindo-se a obrigatoriedade da apresentação do arquivo eletrônico;

IV - Para os casos de expansão de logradouros, alterando o início deste, deverão ser renumeradas todas as edificações deste, notificando os contribuintes afetados a promoverem a alteração necessária junto aos seus imóveis e cadastros. Caso a expansão promova muito impacto junto aos contribuintes, a ampliação deve ser considerada como um novo logradouro, seguindo as regras estabelecidas no Art. 4º desta Lei;

Art. 8º - Os arquivos eletrônicos, definidos nos Artigos 6º e 7º desta Lei, devem ser fornecidos sem formas de proteção ou limitação de uso, em versão compatível à utilizada, possibilitando agregá-lo junto ao MUB (Mapa Urbano Básico) do município de Massaranduba e demais usos em atos do setor competente.

Art. 9º - A alimentação dos dados junto aos sistemas eletrônicos de gestão do município deve obedecer aos padrões determinados nesta Lei.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 19 de dezembro de 2014

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

CAMILA ROSSI  
Auxiliar Administrativo

## ANEXO I

Mapa anexo ao PLC em tamanho A0

## ANEXO II

		Bairros/Localidades	ÁREA (Km²)	ÁREA TOTAL (Km²)	% em relação a área territorial total
ÁREA RURAL	REGIÃO OESTE	Ribeirão Wilde	22,0	116,5	31%
		Ribeirão Gustavo	17,8		
		Treze de Maio	14,3		
		Benjamin Constant	12,8		
		Ribeirão Humberto	8,0		
		Ribeirão Irma	7,2		
		Braço do Norte	6,9		
		Patrimônio	6,9		
		Fundo Sueco	6,8		
		Campinha	5,7		
		Patrimônio II	3,6		
		Centro	3,2		
		Butuca	1,5		
	REGIÃO LESTE	Massarandubinha	23,3	94,5	25%
		Guarani-Açú	19,9		
		Ribeirão da Lagoa	18,4		
		Massaranduba Baixo	12,6		
		Linha Telegráfica	6,8		
		São Miguel	6,4		
		Alto Fraymann	3,8		
		Guarani-Mirim	3,2		
	REGIÃO SUL	Primeiro Braço	28,7	137,6	37%
		Sete de Janeiro	14,7		
		Rio Bonito	14,2		
		Alto Guarani-Mirim	13,5		
		Segundo Braço	11,4		
		Braço Direito	8,7		
		Braço Seco	8,4		
		Terceiro Braço	8,0		
		Alto Guarani-Açú	6,8		
		São Paulinho	6,4		
		Santa Luzia	5,6		
		Braço do Limão	4,9		
		Braço Costa	4,2		
		São José	2,2		
ÁREA URBANA	REGIÃO URBANA	Centro	5,7	25,5	7%
		Benjamin Constant	4,5		
		Patrimônio	3,0		
		Guarani-Mirim	2,8		
		Industrial Zeferino Kuklinski	2,5		
		Campinha	2,1		
		Butuca	2,0		
		Patrimônio II	1,7		
		Braço do Norte	1,2		

		TOTAL	374,1	374,1	100%
--	--	-------	-------	-------	------

## ANEXO III

Número SEPLAN	Tipo logradouro	Nome oficial	Coordenadas geográficas - Início		Extensão (m)	Coordenadas geográficas - Fim		Gabarito (m)			Bairro/Localidade
			E	S		E	S	Passeio esq.	Pista	Passeio dir.	
001	RUA	11 DE NOVEMBRO	697721,4 697975,5	7052450,0 7053108,6	787 4610	697975,5 700218,5	7053108,6 7056614,6	1,50 2,00	7,50 12,00	1,50 2,00	CENTRO
002	RUA	7 DE SETEMBRO	697968,18	7053948,78	1705,0	698699,16	7055468,15	2,00	12,00	2,00	CENTRO
003	RUA	25 DE JULHO	697918,89	7054172,42	1919,5	698658,18	7055894,19	2,00	12,00	2,00	CENTRO
004	RUA	FRANCISCO BRAMORSKI	698951,22	7055422,70	623,4	698350,41	7055520,78	2,00	10,00	2,00	CENTRO
005	RUA	EUGÊNIO KLEINE	698843,08	7055452,68	1880,0	700212,15	7056734,47	2,00	12,00	2,00	CENTRO
006	RUA	DA INTEGRAÇÃO PE. IVO PETRY	700506,13	7055752,16	1014,6	699837,99	7056516,65	2,00	10,00	2,00	CENTRO, GUARANI-MIRIM
007	RUA	MADRE ROSA ANTONINA HUTNICK	700792,09	7055468,32	6795,0	704860,35	7056177,60	2,00	10,00	2,00	GUARANI-MIRIM
008	RUA	ERICH LEU	697875,58	7054691,42	429,8	698250,70	7054483,19	2,00	10,00	2,00	CENTRO
009	RUA	HELMUTH SPRUNG	697927,88	7054814,03	462,9	698324,83	7054594,71	2,00	10,00	2,00	CENTRO
010	RUA	RODOLFO SCHMIDT	698057,60	7054948,37	587,1	698580,41	7054681,31	2,00	10,00	2,00	CENTRO
011	RUA	PAULO CARDOSO	698089,81	7055095,34	628,5	698621,20	7054759,97	2,00	10,00	2,00	CENTRO
012	RUA	LUIZ KREIS	698166,13	7055219,05	616,8	698696,62	7054904,51	2,00	10,00	2,00	CENTRO
013	RUA	PATRIMÔNIO	697722,82	7055104,40	4405,4	696980,21	7051071,96	2,00	10,00	2,00	PATRIMÔNIO
014	RUA	ADELE BRUCH	697807,46	7052854,17	404,5	697412,01	7052936,14	2,00	10,00	2,00	PATRIMÔNIO
015	RUA	BUTUCA	699576,97	7056997,01	2212,5	700430,28	7058842,20	2,00	10,00	2,00	BUTUCA
016	SERVIDÃO	S. 001	698110,37	7054476,47	71,0	698048,22	7054511,52		5,00		CENTRO
017	RUA	VICTOR BRAMORSKI	698150,59	7054185,29	1751,4	698787,26	7055759,36	2,00	12,00	2,00	CENTRO
018	RUA	WIGANDO DONATH	698138,94	7054090,44	308,8	697851,15	7054201,48	2,00	10,00	2,00	CENTRO
019	RUA	1º DE MAIO	699596,38	7055787,37	1114,5	700399,62	7056557,12	2,00	12,00	2,00	CENTRO
020	RUA	CAMPINAS	697932,37	7055012,29	4778,7	694187,16	7057261,19	2,00	10,00	2,00	CAMPINHA, PATRIMÔNIO
021	RUA	PADRE SILVIO MICHELLUZZI	700941,08	7054503,13	2252,6	699605,10	7053025,06	2,00	10,00	2,00	GUARANI-MIRIM
022	RUA	ALBERTO HOLTZ	699184,14	7055612,23	703,7	698616,82	7055970,10	2,00	10,00	2,00	CENTRO
023	RUA	OTTO BAUER	699576,97	7056997,01	1272,2	700485,43	7056107,53	2,00	10,00	2,00	BUTUCA, CENTRO, GUARANI-MIRIM
024	RUA	HARROLD LAFFIN	700224,82 700523,04	7056620,25 7056602,51	672,71 865,61	699927,82 700506,56	7057030,26 7055753,61	2,00	10,00	2,00	BUTUCA, CENTRO, GUARANI-MIRIM
025	RUA	THOMAS RADWANSKI	700504,60	7055758,42	1415,0	701658,64	7055434,20	2,00	10,00	2,00	GUARANI-MIRIM

026	RUA	SÃO JOÃO	697861,27	7054197,14	625,0	697921,11	7054812,26		8,00	2,00	CENTRO
027	RUA	ALBERTO RECK	697499,10	7053171,14	1007,4	696677,13	7053191,01	2,00	10,00	2,00	PATRIMÔNIO
028	RUA	WLADYS-LAW KAZMIERSKI	698093,66	7055097,74	1000,0	698616,85	7055951,77		8,00	2,00	CENTRO
029	RODOVIA	SC-108	695789,04	7049337,50	12673,1	701414,20	7059493,08	2,00	10,00	2,00	PATRIMÔNIO, CENTRO, BUTUCA, INDUSTRIAL ZEFERINO KUKLINSKI
030	RUA	OSMAR RODE	698308,46	7055133,80	151,9	698390,06	7055261,89	1,50	7,00	1,50	CENTRO
031	RUA	WIELHEM ZECH	697847,97	7054207,69	459,9	697490,47	7054461,68	2,00	10,00	2,00	PATRIMÔNIO
032	RUA	ALFREDO MULLER	700315,90	7056580,93	831,6	699662,75	7055941,86	2,00	12,00	2,00	CENTRO
033	RUA	PROGRES-SO	697610,04	7054901,22	283,0	697360,44	7055009,09	2,00	10,00	2,00	PATRIMÔNIO
034	RUA	RODOLFO VOLLES	697871,14	7053119,13	427,2	698289,42	7053061,40	2,00	8,00	2,00	CENTRO
035	RUA	ADALBERTO BAUMGARTEN	698026,20	7053437,99	211,8	698198,10	7053521,51	2,00	8,00	2,00	CENTRO
036	RUA	BENNO RODE	697856,25	7053968,73	260,2	698108,43	7053905,44	1,50	7,00	1,50	CENTRO
037	RUA	BERTHOLD MÜLLER	697860,95	7054546,48	156,9	698016,17	7054524,14	2,00	8,00	2,00	CENTRO
038	RUA	ERVINO SEIFERT	698473,26	7055172,55	207,1	698318,52	7055293,94	2,00	10,00	2,00	CENTRO
039	RUA		699216,19	7055572,90	157,9	699114,70	7055693,81	1,50	7,50	1,50	CENTRO
040	RUA		699352,40	7055682,79	128,6	699260,45	7055772,64	2,00	10,00	2,00	CENTRO
041	RUA	GUSTAVO JENSEN	699445,46	7055927,05	2273,6	699531,37	7054511,78	1,50	6,00	1,50	CENTRO
042	RUA	ANDRÉ KUBNIK	699729,48	7055738,48	188,2	699864,82	7055674,11	2,00	8,00	2,00	CENTRO
043	RUA	PAULO KLEINE	699787,96	7055974,50	251,4	699609,68	7056151,29	2,00	10,00	2,00	CENTRO
044	RUA	ARCESTE PACKER	699758,14	7056319,93	638,1	700212,47	7055872,17	2,00	10,00	2,00	CENTRO
045	RUA	HELGA GUESSER	700001,85	7056425,01	743,4	700522,87	7055911,02	2,00	8,00	2,00	CENTRO
046	RUA	SANTA CATARINA	700041,50	7056457,21	579,9	700447,52	7056057,08	2,00	8,00	2,00	CENTRO
047	RUA	AUGUSTO LAFFIN	700219,02	7056614,99	1887,8	701702,17	7057533,09	2,00	10,00	2,00	CENTRO, GUARANI-MIRIM, INDUSTRIAL ZEFERINO KUKLINSKI
048	RUA	PADRE VICENTE STELMASZCZYK	700625,87	7055475,22	461,4	700722,14	7055028,11	2,00	8,00	2,00	GUARANI-MIRIM
049	RUA	EMIL TRIBESS	699896,20	7057032,00	1534,0	699114,17	7057937,60	2,00	8,00	2,00	BUTUCA
050	RUA	ALBINO SCABURI	699930,45	7056647,78	327,1	700142,14	7056895,87	2,00	12,00	2,00	CENTRO
051	RUA	HEINRICH BRUCH	699716,12	7056857,90	78,5	699775,74	7056908,92	2,00	8,00	2,00	CENTRO
052	RUA	ACASSIO ROBERTO ULLER	699775,74	7056908,92	294,9	700001,18	7056720,27	2,00	8,00	2,00	CENTRO
053	RUA		699986,54	7056592,50	104,0	700062,48	7056662,45	1,50	7,00	1,50	CENTRO
054	RUA		700101,52	7056623,68	54,8	700062,64	7056662,29	1,50	7,00	1,50	CENTRO

055	RUA		699771,04	7056331,45	124,7	699681,53	7056418,21	1,50	7,00	1,50	CENTRO
056	RUA	OSWALD MEYER	698636,73	7055135,97	428,8	699046,56	7055092,75	1,50	7,00	1,50	CENTRO
057	RUA	JOSÉ GAL-CZINSKI	700054,72	7056942,40	184,6	700170,63	7057085,82	1,50	7,00	1,50	BUTUCA
058	RUA		700170,63	7057085,82	63,6	700217,32	7057043,26	1,50	7,00	1,50	BUTUCA
059	RUA	8 DE MARÇO	700101,91	7056913,82	173,0	700217,08	7057042,99	1,50	7,00	1,50	BUTUCA
060	RUA		700509,07	7055742,78	218,7	700589,91	7055892,49	1,50	7,00	1,50	GUARANI-MIRIM
061	RUA		700589,91	7055892,49	112,7	700624,52	7055999,18	1,50	7,00	1,50	GUARANI-MIRIM
062	RUA		700523,12	7055911,00	96,0	700614,91	7055884,73	1,50	7,00	1,50	GUARANI-MIRIM
063	RUA	HENRIQUE KUCHENBECKER	697440,43	7053435,19	626,9	696999,86	7053357,46	1,50	7,00	1,50	PATRIMÔNIO
064	RUA	BATISTA MELCHIORETTO	699754,65	7055714,25	225,2	699916,55	7055557,91	2,00	10,00	2,00	CENTRO
065	RUA	ARNO BRUCH	697492,32	7053097,23	117,3	697607,19	7053073,28	1,50	7,00	1,50	PATRIMÔNIO
066	RUA	FELIPE JENSEN	697507,30	7053704,67	583,7	696992,31	7053970,29	1,50	7,00	1,50	PATRIMÔNIO
067	RUA	12 DE OUTUBRO	699953,61	7056492,69	367,0	699689,36	7056747,80	2,00	8,00	2,00	CENTRO
068	RUA	25 DE DEZEMBRO	699740,44	7056697,25	97,8	699807,78	7056768,14	1,50	7,00	1,50	CENTRO
069	RUA	DAS MISÕES	699786,74	7056651,28	98,7	699855,04	7056722,50	1,50	7,00	1,50	CENTRO
070	RUA	ANTÔNIO ILDEMAR RANGHETTI	700097,10	7056838,97	157,6	700207,40	7056726,52	1,50	7,00	1,50	CENTRO
071	RUA	ARTUR VOELZ	697511,03	7054631,53	229,4	697307,09	7054734,01	1,50	7,00	1,50	PATRIMÔNIO
072	RUA	ADOLFO CARDOSO	699450,48	7056152,62	651,0	699914,58	7055696,17	1,50	7,00	1,50	CENTRO
073	RUA	ALFREDO BORCHARDT	700319,38	7056759,76	314,1	700541,58	7056980,62	2,00	10,00	2,00	CENTRO, BUTUCA, INDUSTRIAL ZEFERINO KUKLINSKI
074	RUA	9 DE ABRIL	700444,89	7056878,61	284,0	700245,34	7057080,62	2,00	8,00	2,00	BUTUCA, INDUSTRIAL ZEFERINO KUKLINSKI
075	RUA	LEOPOLDO MANKE	700559,11	7056186,62	303,2	700342,13	7056398,38	1,50	7,00	1,50	GUARANI-MIRIM, CENTRO
076	RUA	24 DE MAIO	699998,05	7056176,37	366,5	700256,96	7055917,74	2,00	8,00	2,00	CENTRO
077	RUA	13 DE OUTUBRO	700379,17	7056054,39	704,2	699940,57	7055520,40	1,50	7,00	1,50	CENTRO, GUARANI-MIRIM
078	RUA	ONOFRE GUESSER	700135,34	7056177,97	80,5	700192,51	7056234,60	1,50	7,00	1,50	CENTRO
079	RUA		700187,68	7056116,08	202,3	700321,14	7056266,96	1,50	7,00	1,50	CENTRO
080	RUA	DAS INDÚSTRIAS	700430,96	7057470,48	551,8	700696,65	7057947,45	2,00	10,00	2,00	INDUSTRIAL ZEFERINO KUKLINSKI
081	RUA		700486,13	7057600,74	233,0	700652,19	7057563,84	--	8,00	2,00	INDUSTRIAL ZEFERINO KUKLINSKI
082	SERVIDÃO	S. 002 COSTA	698393,01	7054954,28	115,0	698477,16	7054977,48		5		CENTRO
083	RUA	JOSÉ JESUÍNO CORREIA	700666,17	7058040,58	875,3	701258,43	7058658,65	--	8,00	2,00	INDUSTRIAL ZEFERINO KUKLINSKI

084	RUA	VICENTE ZANOTTI	700694,76	7058014,29	437,4	700374,77	7058312,43	2,00	10,00	2,00	INDUSTRIAL ZEFERINO KUKLINSKI
085	RUA	JOSÉ LOU-BAVSKY	701561,98	7059019,01	861,2	701263,21	7058646,83	1,50	7,00	1,50	INDUSTRIAL ZEFERINO KUKLINSKI
086	RUA	ROGÉRIO ANTÔNIO TASSI	699901,74	7057499,58	1367,6	698990,01	7058428,90	1,50	7,00	1,50	BUTUCA
087	RUA	GUARAMIRIM	701554,70	7058990,03	1434,9	701221,86	7057725,46	1,50	7,00	1,50	INDUSTRIAL ZEFERINO KUKLINSKI
088	RUA	KASIMIRO WENK	701076,26	7058494,69	363,3	700812,59	7058744,43	2,00	16,00	2,00	INDUSTRIAL ZEFERINO KUKLINSKI
089	RUA		691686,40	7056021,76	950,0	690820,41	7056240,86	1,50	7,00	1,50	BENJAMIN CONSTANT
090	RUA	IGNÁCIO KAZMIER-SKI	692887,58	7056648,88	3290,2	693393,88	7053457,25	2,00	10,00	2,00	BENJAMIN CONSTANT
091	RUA	THEOPHILO BRYCH	691717,89	7055678,53	203,0	691908,22	7055599,75	1,00	4,00	1,00	BENJAMIN CONSTANT
092	RUA		691809,90	7055639,80	65,0	691830,00	7055597,00	1,00	4,00	1,00	BENJAMIN CONSTANT
093	RUA		691853,70	7055619,20	102,0	691908,60	7055558,60	1,00	4,00	1,00	BENJAMIN CONSTANT
094	RUA	EXP. LADISLAU LEWANDOWSKI	691849,06	7054196,08	1843,1	693417,60	7053461,00	1,50	7,00	1,50	BENJAMIN CONSTANT
095	RUA	BENJAMIN CONSTANT	691632,25	7056678,83	3324,7	691619,22	7053418,38	2,00	10,00	2,00	BENJAMIN CONSTANT
096	RUA	ADÉRICO GIRARDI	692885,75	7056642,42	1369,6	691632,25	7056678,83	2,00	10,00	2,00	BENJAMIN CONSTANT
097	RUA	EXP. BENJAMIN BERRI	694187,16	7057261,19	1565,8	692885,75	7056642,42	2,00	10,00	2,00	BENJAMIN CONSTANT
098	RUA	ÂNGELA STOLF	695072,07	7056170,75	2709,6	694661,86	7053611,66	1,50	7,00	1,50	CAMPINHA
099	RUA	FELIPPE BERNDT	695575,49	7055991,66	1060,7	695013,28	7055271,36	2,00	10,00	2,00	CAMPINHA
100	RUA	PATRIMÔNIO II	697713,57	7055108,18	3493,0	695818,25	7055904,91	1,50	7,00	1,50	CAMPINHA, PATRIMÔNIO
101	RUA	CARLOS GUTKNECHT	696856,35	7055352,14	913,0	696280,92	7054829,96	1,50	7,00	1,50	CAMPINHA
102	SERVIDÃO	S. 004	700969,74	7054360,28	106,0	700865,12	7054372,26		5		GUARANI-MIRIM
103	SERVIDÃO	S. 005	700964,69	7054265,72	75,0	700909,65	7054316,28		5		GUARANI-MIRIM
104	RUA		699754,50	7053158,10	289,0	699718,00	7052896,80	1,5	7	1,5	GUARANI-MIRIM
105	RUA	RICARDO GRAEBNER	697546,30	7051398,37	975,0	698197,99	7051072,07	1,50	7,00	1,50	CENTRO
106	RUA		697518,50	7051481,70	213,0	697610,20	7051657,90	1,50	7,00	1,50	CENTRO
107	RUA	RIBEIRÃO HUMBERTO	691837,61	7054298,43	3086,0	688955,80	7054023,90	1,50	7,00	1,50	BENJAMIN CONSTANT
108	RUA		697543,40	7051588,70	132,0	697667,90	7051547,30	1,50	6,00	1,50	CENTRO
109	RUA		697542,58	7054074,51	98,0	697638,42	7054059,40	1,50	7,00	1,50	PATRIMÔNIO
110	RUA	AMELIA BRUCHEIMER BRAMORSKI	698886,59	7055375,20	190,0	699042,72	7055353,07	1,50	7,00	1,50	CENTRO
111	RUA	WILLY BRUCH	699792,72	7057420,27	225,0	699716,81	7057275,25	1,25	5,00	1,25	BUTUCA
112	RUA		701062,01	7054410,15	273,0	701263,72	7054490,99	2,00	10,00	2,00	GUARANI-MIRIM

113	RUA		701201,78	7055452,64	277,0	701347,74	7055240,22	2,00	10,00	2,00	GUARANI-MIRIM
114	RUA		701194,26	7054422,44	97,0	701263,92	7054490,78	1,25	5,00	1,25	GUARANI-MIRIM
115	RUA		698970,95	7055313,66	171,0	698999,71	7055179,93	1,25	5,00	1,25	CENTRO
116	RUA	WALLY FISCHER SASSE	697684,78	7052171,22	260,0	697879,64	7052075,01	1,25	5,00	1,25	CENTRO
117	RUA		698602,13	7055319,36	240,0	698363,80	7055355,72	2,00	10,00	2,00	CENTRO
118	RUA		700959,97	7054394,73	145,0	700822,20	7054437,83	1,50	7,00	1,50	GUARANI-MIRIM
119	RUA		695623,12	7055969,36	170,0	695695,97	7056120,46	1,50	7,00	1,50	CAMPINHA
120	RUA	PAULO KU-CZKOWSKI	692395,69	7053970,27	210,0	692377,36	7053770,80	1,50	7,00	1,50	BENJAMIN CONSTANT
121	RUA	FRANZ MORSCH	697086,10	7056552,60	1596,0	697182,10	7058056,80	1,50	7,00	1,50	PATRIMONIO II
122	SERVIDÃO	S. 006	700943,95	7054242,04	120,0	700855,54	7054323,82		5		GUARANI-MIRIM
123	SERVIDÃO	S. 007 PALMEIRAS	699596,38	7055787,37	70,0	699651,10	7055744,19		5		CENTRO
124	SERVIDÃO	S. 008	698080,31	7053746,60	335,0	698262,32	7053524,54		5		CENTRO
125	SERVIDÃO	S. 009	698113,20	7053929,72	83,0	698157,39	7053861,09		5		CENTRO
126	SERVIDÃO	S. 010	698386,82	7054700,32	84,0	698304,60	7054708,09		5		CENTRO
127	SERVIDÃO	S. 011 ROWEDER	698502,70	7054894,92	111,0	698611,80	7054871,88		5		CENTRO
128	SERVIDÃO	S. 013 JÚLIO CISZ	700484,24	7055546,03	62,0	700435,99	7055584,47		5		GUARANI-MIRIM
129	SERVIDÃO	S. 014	700020,78	7056745,48	50,0	699981,78	7056777,53		5		CENTRO
130	SERVIDÃO	S. 015 CORRÊA	699729,48	7055738,48	81,0	699674,08	7055680,00		5		CENTRO
131	SERVIDÃO	S. 018	700652,03	7055277,55	147,0	700573,02	7055175,08		10		GUARANI-MIRIM
132	SERVIDÃO	S. 019	697058,06	7053331,86	93,0	697092,14	7053418,98		8		PATRIMÔNIO
133	SERVIDÃO	S. 020	699795,57	7056779,98	92,0	699862,26	7056842,74		5		CENTRO
134	SERVIDÃO	S. 023	699791,52	7055577,76	73,0	699842,26	7055630,96		10		CENTRO
135	SERVIDÃO	S. 024	698070,07	7053692,92	116,0	698158,28	7053627,04		5		CENTRO
136	SERVIDÃO	S. 025	698117,65	7053679,65	198,0	698087,14	7053489,22		5		CENTRO
137	SERVIDÃO	S. 026 EDMUNDO LUBAWSKI	700793,33	7057942,43	136,0	700710,78	7057834,47		5		INDUSTRIAL ZEFERINO KUKLINSKI
138	SERVIDÃO	S. 027	699839,46	7056738,55	97,0	699906,14	7056808,42		5		CENTRO
139	SERVIDÃO	S. 028	698975,87	7055578,04	109,0	699079,58	7055544,25		5		CENTRO
140	SERVIDÃO	S. 029	700660,12	7055226,04	67,0	700716,41	7055263,02		5		GUARANI-MIRIM
141	SERVIDÃO	S. 030	700686,14	7055120,47	210,0	700643,24	7055119,80		10		GUARANI-MIRIM
142	SERVIDÃO	S. 031	699790,78	7055577,76	103,0	699860,90	7055501,52		5		CENTRO
143	SERVIDÃO	S. 032	700782,43	7055183,62	185,0	700916,77	7055056,05		5		GUARANI-MIRIM
144	SERVIDÃO	S. 033	698472,29	7054737,47	62,0	698444,16	7054681,18		10		CENTRO
145	SERVIDÃO	S. 034 WILLY VOLLES	697995,61	7053311,90	131,0	697868,23	7053342,98		7		CENTRO
146	SERVIDÃO	S. 036	699865,21	7055673,62	40,0	699891,78	7055643,96		5		CENTRO
147	SERVIDÃO	S. 037 HEINRICH BRUCH	697453,82	7052993,79	126,0	697342,18	7053052,32		8,04		PATRIMÔNIO
148	SERVIDÃO	S. 042	692383,29	7056492,41	95,0	692364,15	7056399,65		5		BENJAMIN CONSTANT
149	SERVIDÃO	S. 052	698122,75	7053980,22	40,0	698082,29	7053984,75		6		CENTRO
150	SERVIDÃO	S. 053	697333,32	7053229,17	88,0	697299,60	7053147,29		8		PATRIMÔNIO

151	SERVIDÃO	S. 054	698975,87	7055578,04	50,0	698928,28	7055596,02		6,27		CENTRO
152	SERVIDÃO	S. 056	698167,88	7054311,18	75,0	698242,19	7054302,62		10		CENTRO
153	SERVIDÃO	S. 057	697750,72	7052749,77	145,0	697607,96	7052778,42		7		PATRIMÔNIO
154	SERVIDÃO	S. 058	700155,84	7055811,76	157,0	700043,66	7055922,05		10		CENTRO
155	SERVIDÃO	S. 059 PEDRO SAFANELLI	701399,41	7055443,31	227,0	701422,51	7055245,37		10		GUARANI- MIRIM
156	SERVIDÃO	S. 060	698100,19	7055088,94	52,0	698072,91	7055044,34		5		CENTRO
157	SERVIDÃO	S. 061	692006,03	7056620,50	336,0	692129,27	7056917,14		5		BENJAMIN CONSTANT
158	SERVIDÃO	S. 062	691649,46	7056421,08	103,0	691554,19	7056462,43		5		BENJAMIN CONSTANT
159	SERVIDÃO	S. 063	697572,72	7053080,47	54,0	697563,15	7053027,04		5		PATRIMÔNIO
160	SERVIDÃO	S. 065	700093,87	7056834,66	53,0	700052,34	7056868,91		7		CENTRO
161	SERVIDÃO	S. 066	699689,36	7056747,80	33,0	699714,22	7056770,73		5		CENTRO
162	SERVIDÃO	S. 067	697500,79	7052915,14	28,0	697498,36	7052886,49		5		PATRIMÔNIO
163	SERVIDÃO	S. 068	697045,80	7050947,40	141,0	696980,21	7051071,96		5,21		PATRIMÔNIO
164	SERVIDÃO	S. 069	698665,63	7055221,75	52,0	698716,45	7055209,69		6		CENTRO
165	SERVIDÃO	S. 070	691695,58	7055920,59	369,0	692035,66	7055818,37		5		BENJAMIN CONSTANT
166	SERVIDÃO	S. 071 OSCAR HO- CHSPRUNG	696639,21	7055472,13	63,0	696592,82	7055429,18		7,42		CAMPINHA
167	SERVIDÃO	S. 072 GEROLD HOCHS- PRUNG	696688,04	7055423,30	86,0	696630,10	7055386,43		5		CAMPINHA
168	SERVIDÃO	S. 073	700917,62	7054195,98	86,0	700853,70	7054253,64		5		GUARANI- MIRIM
169	SERVIDÃO	S. 074	699714,39	7056953,31	66,0	699672,14	7057004,78		5		BUTUCA
170	SERVIDÃO	S. 075	700665,76	7055191,42	54,0	700720,20	7055192,88		5		GUARANI- MIRIM
171	SERVIDÃO	S. 076	700116,73	7056475,48	31,0	700139,90	7056497,47		5		CENTRO
172	SERVIDÃO	S. 077	697427,43	7055233,76	91,0	697476,98	7055310,40		5		PATRIMÔNIO
173	SERVIDÃO	S. 078	700422,08	7056324,42	102,0	700493,21	7056294,37		5		GUARANI- MIRIM
174	SERVIDÃO	S. 079	700362,21	7056381,32	41,0	700391,34	7056402,91		5		GUARANI- MIRIM
175	SERVIDÃO	S. 080	696014,53	7055902,85	243,0	695970,27	7055663,79		5		CAMPINHA
176	SERVIDÃO	S. 081	700562,76	7056113,01	78,0	700638,01	7056091,85		8		GUARANI- MIRIM
177	SERVIDÃO	S. 082	697291,42	7052428,22	82,0	697213,76	7052450,25		5		PATRIMÔNIO
178	SERVIDÃO	S. 083	696556,91	7055563,81	165,0	696655,57	7055587,78		5		CAMPINHA
179	SERVIDÃO	S. 084	697460,43	7053349,62	183,0	697632,57	7053285,61		6		PATRIMÔNIO
180	SERVIDÃO	S. 085	698035,11	7053495,53	50,0	697985,66	7053503,22		5,01		CENTRO
181	SERVIDÃO	S. 086	697865,80	7053468,91	94,0	697956,12	7053441,55		5		CENTRO
182	SERVIDÃO	S. 087	696904,78	7053398,99	56,0	696893,93	7053343,25		5		PATRIMÔNIO
183	SERVIDÃO	S. 088	698627,72	7054954,11	70,0	698648,47	7055021,59		5		CENTRO
184	SERVIDÃO	S. 089	695445,21	7056056,01	360,0	695696,70	7056123,13		6		CAMPINHA
185	SERVIDÃO	S. 090	699766,46	7056212,13	40,0	699737,85	7056240,10		5		CENTRO
186	SERVIDÃO	S. 091	698858,61	7055364,41	45,0	698835,02	7055402,75		9,65		CENTRO
187	SERVIDÃO	S. 092	697930,06	7054601,51	20,0	697948,49	7054592,84		4,6		CENTRO
188	SERVIDÃO	S. 093	698406,72	7054993,73	35,0	698372,69	7055002,19		5		CENTRO
189	SERVIDÃO	S. 094	699894,86	7057402,63	101,0	699971,00	7057363,00		5		BUTUCA
190	SERVIDÃO	S. 095	699897,57	7057432,29	27,0	699871,51	7057441,14		3		BUTUCA
191	SERVIDÃO	S. 096	700726,49	7054702,10	61,0	700668,94	7054679,82		3,5		GUARANI- MIRIM
192	SERVIDÃO	S. 097	698861,32	7056314,89	96,0	698931,20	7056247,94		8		CENTRO

193	ESTRADA	BEIRA RIO	701535,50	7059296,80	1459,0	702701,40	7060166,80		10		INDUSTRIAL ZEFERINO KUKLINSKI, MASSARAN- DUBA BAIXO
194	ESTRADA		649186,25	7057269,52	4994,0	691630,57	7056683,59		10,0		CAMPINHA, RIBEIRÃO WILDE, RIBEIRÃO GUSTAVO, RI- BEIRÃO IRMA, BENJAMIN CONSTANT
195	ESTRADA	RIBEIRÃO WILDE	693947,24	7057707,94	7868,0	696896,32	7063630,49		10,0		RIBEIRÃO WILDE
196	ESTRADA		697083,66	7062935,61	138,0	697221,39	7062925,12		10,0		RIBEIRÃO WILDE
197	ESTRADA	FUNDOS WAGNER	697385,32	7063699,31	3108,0	694559,62	7063449,42		10,0		RIBEIRÃO WILDE
198	ESTRADA	RIBEIRÃO FRIEDA	693253,87	7058627,56	2170,0	693549,51	7060509,71		10,0		RIBEIRÃO GUSTAVO
199	ESTRADA	RIO MOLHA	692945,35	7058552,04	5284,0	692050,57	7062979,02		10,0		RIBEIRÃO GUSTAVO
200	ESTRADA	RIBEIRÃO GUSTAVO FUNDOS	692591,00	7058980,00	2233,0	690903,00	7059026,00		10,0		RIBEIRÃO GUSTAVO
201	ESTRADA		692029,10	7062591,86	2235,0	693037,09	7062182,18		10,0		RIBEIRÃO GUSTAVO
202	TIFA		691924,42	7061760,82	727,0	691291,77	7061565,49		5,0		RIBEIRÃO GUSTAVO
203	ESTRADA	RIBEIRÃO IRMA	691429,36	7057591,85	3658,0	688170,72	7057540,34		10,0		RIBEIRÃO IRMA
204	ESTRADA		691619,22	7053418,38	4731,0	689215,50	7050182,80		10,0		BENJAMIN CONSTANT, TREZE DE MAIO
205	ESTRADA	STOINSKI	691625,95	7053433,75	3465,0	691782,77	7050952,59		10,0		BENJAMIN CONSTANT, TREZE DE MAIO
206	ESTRADA	TREZE DE MAIO	695897,04	7049523,70	11300,0	688154,51	7049491,98		10,0		TREZE DE MAIO
207	ESTRADA	ADOLFO KRAUSE	695375,07	7049627,89	164,0	695263,53	7049510,06		10,0		TREZE DE MAIO
208	ESTRADA	EGON KAR- DAUKE	695043,91	7049928,72	2685,0	696044,76	7052158,38		10,0		TREZE DE MAIO, PATRI- MÔNIO
209	ESTRADA	NARGOSKI	695381,34	7049650,56	1510,0	696008,64	7050873,17		10,0		TREZE DE MAIO, PATRI- MÔNIO
210	ESTRADA	DOS CAR- ROCEIROS	693876,55	7050498,57	2493,0	692624,19	7051851,04		10,0		TREZE DE MAIO, BRAÇO DO NORTE
211	TIFA	GOLINSKI	693375,35	7051444,11	753,0	693439,19	7052086,92		5,0		TREZE DE MAIO
212	ESTRADA	KEMP- CZYNSKI	691957,40	7051062,30	992,0	691472,10	7051685,60		10,0		TREZE DE MAIO, BENJA- MIN CONS- TANT
213	TIFA	TOMBACK	695852,80	7049554,80	532,0	696131,20	7049985,20		5,0		TREZE DE MAIO, PATRI- MÔNIO
214	ESTRADA	JOÃO OLOS	693417,60	7053461,00	3141,0	691957,87	7051029,58		10,0		BRAÇO DO NORTE, TREZE DE MAIO
215	ESTRADA	JOSÉ KAS- MIRSKI	693417,60	7053461,00	1302,0	694661,86	7053611,66		10,0		BRAÇO DO NORTE

216	ESTRADA	FRANCISCO KULLING	694661,86	7053611,66	3307,0	694279,68	7050760,38		10,0		BRAÇO DO NORTE, TREZE DE MAIO
217	ESTRADA		698165,00	7056939,30	948,0	698860,60	7057561,10		10,0		FUNDO SUECO
218	ESTRADA	FUNDO SUECO	698624,27	7055982,13	3680,0	698081,49	7059379,24		10,0		FUNDO SUECO, CENTRO
219	TIFA	MOHR	698448,87	7056663,79	626,0	697997,97	7056228,12		5,0		FUNDO SUECO
220	ESTRADA	HERMANN WACHOLZ	698186,50	7056917,64	977,0	697519,19	7056256,72		10,0		FUNDO SUECO
221	ESTRADA	JOSÉ HILBERT	698447,70	7056664,92	811,0	698918,24	7057289,52		10,0		FUNDO SUECO
222	ESTRADA	SALDANHA	698094,00	7059329,20	1546,0	699485,00	7059527,20		10,0		FUNDO SUECO
223	ESTRADA	1º BRAÇO DO NORTE	704860,35	7056177,60	14380,0	702183,38	7044508,18		10,0		ALTO GUARANI-AÇÚ, SÃO PAULINHO, PRIMEIRO BRAÇO, SÃO JOSÉ
224	TIFA		704853,43	7055274,95	540,0	705104,83	7054868,09		5,0		SÃO PAULINHO
225	TIFA	DERETTI	704604,20	7054442,00	471,0	704392,79	7054091,64		5,0		SÃO PAULINHO
226	TIFA		704610,27	7052001,33	84,0	704526,40	7052000,68		5,0		PRIMEIRO BRAÇO
227	TIFA		704477,21	7051510,31	211,0	704273,37	7051554,38		5,0		PRIMEIRO BRAÇO
228	TIFA	RANGHETTI	704624,50	7052175,10	369,0	704396,42	7052386,82		5,0		PRIMEIRO BRAÇO
229	TIFA	VEGINI	704716,90	7052568,30	273,0	704468,63	7052529,89		5,0		PRIMEIRO BRAÇO
230	TIFA	SÃO BRÁS	704607,91	7052060,36	188,0	704771,79	7052035,06		5,0		PRIMEIRO BRAÇO
231	TIFA	ZINNER	703642,87	7045826,22	735,0	704256,86	7045877,14		5,0		PRIMEIRO BRAÇO
232	TIFA	GUESSER	704090,55	7047811,28	864,0	704806,23	7047450,08		5,0		PRIMEIRO BRAÇO
233	TIFA		704436,19	7051401,82	220,0	704219,99	7051419,85		5,0		PRIMEIRO BRAÇO
234	TIFA		704431,50	7051364,60	228,0	704655,40	7051334,68		5,0		PRIMEIRO BRAÇO
235	TIFA		704429,64	7051288,34	178,0	704264,83	7051257,62		5,0		PRIMEIRO BRAÇO
236	TIFA		704433,78	7050932,83	273,0	704282,01	7050935,94		5,0		PRIMEIRO BRAÇO
237	TIFA		704400,20	7050482,30	165,0	704251,22	7050535,90		5,0		PRIMEIRO BRAÇO
238	TIFA		704238,01	7050063,85	271,0	704016,13	7049932,14		5,0		PRIMEIRO BRAÇO
239	TIFA		703634,79	7047238,16	144,0	703503,41	7047285,29		5,0		PRIMEIRO BRAÇO
240	TIFA		703474,32	7046869,33	195,0	703304,43	7046958,95		5,0		PRIMEIRO BRAÇO
241	TIFA		703343,42	7046564,75	77,0	703267,18	7046556,68		5,0		PRIMEIRO BRAÇO
242	ESTRADA		704346,90	7049773,50	282,0	704439,00	7049621,90		10,0		PRIMEIRO BRAÇO
243	TIFA		704220,00	7048655,50	175,0	704047,00	7048628,40		5,0		PRIMEIRO BRAÇO
244	TIFA		704094,00	7048350,60	260,0	703923,90	7048427,40		5,0		PRIMEIRO BRAÇO
245	TIFA		703932,30	7047741,30	236,0	703787,20	7047788,00		5,0		PRIMEIRO BRAÇO
246	TIFA	STRINGARI	703634,00	7047258,20	798,0	704276,60	7046993,50		5,0		PRIMEIRO BRAÇO

247	TIFA	COLÔNIA STRINGARI	704097,00	7048244,60	540,0	703611,84	7048076,02		5,0		PRIMEIRO BRAÇO
248	ESTRADA	NICO-CHELLI	704098,80	7048011,40	1050,0	705027,70	7048054,00		10,0		PRIMEIRO BRAÇO
249	ESTRADA	SÃO ROQUE	704355,17	7049450,33	2921,0	702107,20	7049693,24		10,0		PRIMEIRO BRAÇO
250	ESTRADA	SANTO ANJO	704741,52	7052999,75	5292,0	708735,66	7053410,10		10,0		SÃO PAULINHO, MASSA-RANDUBINHA
251	TIFA	MORRO DO SANTO ANJO	706097,79	7053817,27	693,0	705929,46	7053438,02		5,0		SÃO PAULINHO, MASSA-RANDUBINHA
252	TIFA	FENRICH	707952,10	7053079,79	317,0	707847,76	7052793,48		5,0		MASSARANDUBINHA
253	ESTRADA		708958,10	7054419,60	1017,0	707943,90	7054376,20		10,0		MASSARANDUBINHA
254	ESTRADA	BESEN	708989,70	7054686,30	940,0	708104,80	7054845,80		10,0		MASSARANDUBINHA
255	ESTRADA	2º BRAÇO DO NORTE	699596,10	7053013,10	9913,0	700529,80	7045006,50		10,0		ALTO GUARANIMIRIM, SETE DE JANEIRO, SEGUNDO BRAÇO, BRAÇO DIREITO
256	ESTRADA	RONCHI	700419,33	7050257,71	1554,0	700978,78	7051534,41		10,0		SEGUNDO BRAÇO
257	TIFA	THOMAZELLI	700713,99	7051119,10	421,0	700658,55	7051522,91		5,0		SEGUNDO BRAÇO
258	ESTRADA	BRAÇO SECO	701983,56	7044599,58	7149,0	699482,91	7039856,26		10,0		BRAÇO DIREITO, BRAÇO SECO
259	ESTRADA	BRAÇO COSTA	700551,99	7044993,48	4866,0	697128,61	7042356,22		10,0		BRAÇO DIREITO, BRAÇO COSTA, SANTA LUZIA
260	ESTRADA	RIO BONITO	696840,25	7041476,42	5492,0	694101,57	7038741,89		10,0		RIO BONITO
261	ESTRADA	SANTA LUZIA	697457,91	7044968,16	3911,0	696840,24	7041476,51		10,0		TERCEIRO BRAÇO, SANTA LUZIA, RIO BONITO
262	RODOVIA	SC-414	693970,42	7043473,03	11520,0	703840,16	7043687,06		10,0		TERCEIRO BRAÇO, BRAÇO DIREITO, SÃO JOSÉ
263	ESTRADA	7 DE JANEIRO	696882,16	7050838,43	7215,0	698805,35	7045305,25		10,0		CENTRO, SETE DE JANEIRO, BRAÇO DIREITO
264	ESTRADA	TOMAZ KLUCK	708090,32	7058801,19	2319,0	707168,90	7057212,37		10,0		LINHA TELEGRÁFICA, GUARANI-AÇÚ
265	ESTRADA	SAFANELLI	706605,66	7059157,60	3993,0	709109,74	7061042,20		10,0		GUARANI-AÇÚ
266	ESTRADA	BRUHNS	706456,90	7059178,19	2976,0	706732,39	7061928,25		10,0		GUARANI-AÇÚ
267	ESTRADA	ALTO GUARANI-AÇÚ	706203,52	7059257,82	3631,0	704860,29	7056177,71		10,0		GUARANI-AÇÚ, ALTO GUARANI-AÇÚ
268	ESTRADA		705373,32	7057405,13	1950,0	707099,65	7057317,90		10,0		ALTO GUARANI-AÇÚ, LINHA TELEGRÁFICA
269	ESTRADA	LINHA TELEGRÁFICA	706588,12	7059157,49	5400,0	709621,31	7056549,11		10,0		LINHA TELEGRÁFICA
270	ESTRADA	NOLLI	707274,47	7056859,07	1134,0	707063,19	7056036,49		10,0		LINHA TELEGRÁFICA

271	ESTRADA	BRAÇO DO LIMÃO	705019,00	7049241,61	2493,0	706821,94	7048133,52		10,0		BRAÇO ALBERTO
272	ESTRADA	MARKEWICZ	706369,10	7050346,59	2691,0	705787,90	7048555,22		10,0		BRAÇO ALBERTO
273	ESTRADA	RENKAWIESKI	712179,96	7058500,69	1509,0	713288,12	7059321,85		10,0		RIBEIRÃO DA LAGOA
274	ESTRADA	MORRO DO OURO	701658,64	7055434,20	1847,0	703083,50	7055162,60		10,0		GUARANI-MIRIM, ALTO GUARANI-MIRIM
275	ESTRADA	FERNANDO MARQUARDT	696677,14	7053191,01	1683,0	695748,03	7053085,99		10,0		PATRIMÔNIO
276	TIFA	LUCHETTA	701947,10	7044519,60	599,0	701457,66	7044725,25		5,0		BRAÇO DIREITO
277	TIFA	BETTONI	701947,83	7044522,89	636,0	702503,69	7044315,48		5,0		BRAÇO DIREITO, BRAÇO SECO, SÃO JOSÉ
278	ESTRADA	NOSSA SENHORA APARECIDA	700355,21	7044987,66	3037,0	697604,79	7044906,50		10,0		BRAÇO DIREITO
279	ESTRADA	RODOLFO FRANCISCO DE SOUZA FILHO "DUDA"	696840,24	7041476,50	3043,0	695114,22	7040101,49		10,0		RIO BONITO
280	ESTRADA	MARTINA	696836,87	7041316,79	1110,0	696955,93	7040360,96		10,0		RIO BONITO
281	ESTRADA	GENOIN	694758,64	7040067,89	2988,0	695727,49	7038601,55		10,0		RIO BONITO
282	ESTRADA	ALWIN MULLER	694863,79	7040972,74	1278,0	694443,70	7041689,00		10,0		RIO BONITO
283	ESTRADA	GOLDACKER	694843,78	7040634,62	1610,0	693505,70	7040119,63		10,0		RIO BONITO
284	ESTRADA	SCABURI	701590,33	7043380,33	1021,0	701875,53	7042659,67		10,0		BRAÇO SECO
285	ESTRADA	ERWIN JURK	694648,70	7043763,90	1581,0	694796,50	7045072,30		10,0		TERCEIRO BRAÇO
286	ESTRADA	RIO GRANDE	697166,87	7050075,50	2713,0	696179,71	7048073,20		10,0		SETE DE JANEIRO, TERCEIRO BRAÇO
287	ESTRADA	BRACINHO	697968,16	7047626,54	3886,0	697150,70	7044957,75		10,0		TERCEIRO BRAÇO, SETE DE JANEIRO
288	ESTRADA	GABIROBA	697127,72	7042043,85	2860,0	699217,61	7041082,35		10,0		BRAÇO SECO, RIO BONITO
289	ESTRADA	DIX	695446,90	7043951,18	1397,0	694869,44	7043027,20		10,0		TERCEIRO BRAÇO
290	ESTRADA	BRAÇO ALBERTO	704317,91	7049109,97	6208,0	708358,48	7050706,42		10,0		PRIMEIRO BRAÇO, BRAÇO ALBERTO
291	ESTRADA	MASSARAN-DUBINHA	709741,55	7057999,15	4193,0	710218,21	7054152,32		10,0		GUARANI-AÇÚ, MASSARANDUBINHA
292	TIFA		710404,30	7056139,70	691,0	710557,40	7055499,40		5,0		MASSARAN-DUBINHA
293	ESTRADA		709976,97	7054710,29	1856,0	711651,87	7054640,83		10,0		MASSARAN-DUBINHA
294	ESTRADA		711009,41	7054731,58	1152,0	711602,11	7053811,42		10,0		MASSARAN-DUBINHA
295	ESTRADA	ALTO FRAYMANN	710218,28	7054152,32	4111,0	711463,15	7051020,13		10,0		MASSARAN-DUBINHA, ALTO FRAYMANN
296	ESTRADA	SÃO MIGUEL	709510,80	7055216,40	5400,0	708270,70	7050579,50		10,0		MASSARAN-DUBINHA, SÃO MIGUEL

297	TIFA		709004,60	7054711,20	194,0	709185,60	7054674,50		5,0		MASSARAN-DUBINHA
298	ESTRADA		710944,10	7057670,70	1697,0	710819,80	7056040,20		10,0		RIBEIRÃO DA LAGOA, MASSARAN-DUBINHA
299	ESTRADA		710775,30	7057751,30	494,0	711163,90	7057806,00		10,0		RIBEIRÃO DA LAGOA
300	TIFA		708837,30	7052266,40	557,0	709090,10	7051875,50		5,0		MASSARAN-DUBINHA, SÃO MIGUEL
301	ESTRADA	KAMMER	708765,37	7051314,52	1884,0	709954,06	7051684,15		10,0		SÃO MIGUEL
302	ESTRADA	SCHERER	708547,35	7050890,42	2270,0	710111,37	7050179,33		10,0		SÃO MIGUEL
303	ESTRADA	FAUTH	708967,40	7058825,60	351,0	709239,10	7058775,20		10,0		GUARANI-AÇÚ
304	ESTRADA	PAULI	712709,75	7055950,59	1468,0	712702,87	7054542,03		10,0		RIBEIRÃO DA LAGOA
305	ESTRADA	RIBEIRÃO DA LAGOA	712246,64	7057444,04	509,0	712028,78	7057746,93		10,0		RIBEIRÃO DA LAGOA
306	ESTRADA	DOM BOSCO	712049,58	7057741,07	295,0	712124,71	7058024,70		10,0		RIBEIRÃO DA LAGOA
307	ESTRADA	GUARAMIRANGA	712297,53	7057616,98	2887,0	711931,15	7060171,15		10,0		RIBEIRÃO DA LAGOA
308	ESTRADA	KREUTZFELD	712181,90	7057674,20	112,0	712259,38	7057750,02		10,0		RIBEIRÃO DA LAGOA
309	ESTRADA	GONÇALVES	712113,81	7059743,36	1094,0	712937,17	7060247,57		10,0		RIBEIRÃO DA LAGOA
310	TIFA	SOUZA	712179,80	7058499,67	404,0	711839,12	7058558,41		10,0		RIBEIRÃO DA LAGOA
311	ESTRADA	SLOMECKI	711501,85	7057826,40	1828,0	710677,62	7059001,58		10,0		RIBEIRÃO DA LAGOA
312	TIFA		711350,26	7058398,82	270,0	711585,83	7058480,40		10,0		RIBEIRÃO DA LAGOA
313	ESTRADA	INDAIAL	712066,26	7059124,03	2935,0	709714,36	7060040,23		10,0		RIBEIRÃO DA LAGOA
314	ESTRADA	SANTO ANTÔNIO	712311,98	7057594,64	889,0	713189,22	7057543,58		10,0		RIBEIRÃO DA LAGOA
315	ESTRADA	KEMSKI	713176,93	7057544,80	859,0	713346,36	7056736,09		10,0		RIBEIRÃO DA LAGOA
316	ESTRADA	JAGIELLO	702310,02	7057892,12	1012,0	703080,08	7057432,08		10,0		MASSARAN-DUBA BAIXO
317	TIFA		702671,32	7057510,05	662,0	702268,64	7057023,47		5,0		MASSARAN-DUBA BAIXO
318	ESTRADA		706587,50	7059142,80	573,0	707096,40	7059179,70		10,0		GUARANI-AÇÚ
319	TIFA		706910,10	7059058,20	444,0	706855,80	7058694,90		5,0		GUARANI-AÇÚ
320	ESTRADA	TIBAJI	705112,78	7059600,10	1912,0	704352,31	7061248,57		10,0		MASSARAN-DUBA BAIXO
321	TIFA	GAZDA	704626,10	7059710,30	393,0	704587,30	7060052,80		5,0		MASSARAN-DUBA BAIXO
322	ESTRADA	LADA	703970,23	7059541,62	389,0	703900,82	7059900,74		10,0		MASSARAN-DUBA BAIXO
323	ESTRADA	RADTKE	701655,86	7055433,25	424,0	701812,60	7055067,14		10,0		GUARANI-MIRIM
324	ESTRADA	VACA BRAVA	701625,88	7055434,61	3723,0	702749,92	7057427,39		10,0		GUARANI-MIRIM
325	ESTRADA	BUBLITZ	699377,79	7051228,93	922,0	699148,63	7050570,46		10,0		ALTO GUARANI-MIRIM, SETE DE JANEIRO

326	RODOVIA	SC-415	700725,30	7057974,56	16449,0	713561,57	7055788,24		10,0		INDUSTRIAL ZEFERINO KUKLINSKI, MASSARAN- DUBA BAIXO, GUARANI- AÇÚ, RI- BEIRÃO DA LAGOA
327	TIFA	SAPLINSKI	705394,17	7059482,10	726,0	705084,83	7058832,73		5,0		GUARANI-AÇÚ
328	ESTRADA	MASSA- RANDUBA BAIXO	703586,24	7059416,90	1000,0	704194,57	7059599,02		10,0		MASSARAN- DUBA BAIXO
329	ESTRADA	ALFLEN	703812,07	7059152,79	928,0	703866,06	7058399,33		10,0		MASSARAN- DUBA BAIXO
330	ESTRADA	WENDLING	702238,77	7053741,79	5296,0	702107,50	7049693,80		10,0		ALTO GUA- RANI-MIRIM, PRIMEIRO BRAÇO
331	ESTRADA		698338,92	7055522,67	598,0	697749,40	7055620,20		10,0		FUNDO SUECO
332	TIFA	CAVIQUIO- LI	712927,00	7057567,00	534,0	712781,50	7057127,50		5,0		RIBEIRÃO DA LAGOA
333	TIFA	JARO- CZINSKI	711504,20	7057822,70	465,0	711493,90	7057406,70		5,0		RIBEIRÃO DA LAGOA
334	TIFA	JURK	689625,40	7057424,70	285,0	689696,80	7057608,30		5,0		RIBEIRÃO IRMA
335	TIFA	GAEDTKE	688643,30	7057469,30	296,0	688891,80	7057615,30		5,0		RIBEIRÃO IRMA
336	ESTRADA	WUTKE	688968,00	7054027,00	3544,0	687791,90	7052215,00		5,0		RIBEIRÃO HUMBERTO, TREZE DE MAIO
337	ESTRADA		697776,00	7049605,00	1225,0	698523,00	7049480,00		10,0		SETE DE JANEIRO
338	ESTRADA		709681,90	7055038,90	628,0	709083,40	7054902,90		10,0		MASSARAN- DUBINHA
339	TIFA		696454,00	7053533,10	443,0	696345,70	7053907,70		5,0		PATRIMÔNIO
340	PRAÇA	BERTHOL- DO GUES- SER	700085,30	7056375,60							CENTRO
341	PRAÇA	WIELHELM LEU	698054,90	7054417,60							CENTRO
342	PRAÇA	RODOLFO ALCALÁ OROPEZA	698514,30	7055181,40							CENTRO
343	PRAÇA	PREFEITO IRINEU MANKE	698264,80	7055014,90							CENTRO
344	PRAÇA	EXPEDI- CIONÁRIO HILÁRIO MANOEL DE SOUZA	712204,80	7057653,30							RIBEIRÃO DA LAGOA
					427753,1						
*Coordenadas geográficas em UTM, referenciadas no Sistema Geodésico SIRGAS-2000											

**LEI COMPLEMENTAR N.º 66/2014**

LEI COMPLEMENTAR nº 066/2014

Institui o novo Código de Posturas do Município de Massaranduba e dá outras providências.

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**TÍTULO I****Disposições Gerais**

Art. 1º Esta Lei Complementar, denominada Código de Posturas do Município, estabelece normas sobre o Poder de Polícia administrativo na área de posturas.

Art. 2º Considera-se Poder de Polícia atividade da Administração Pública que, disciplinando o exercício das liberdades públicas, assegure o gozo pleno dos direitos individuais e coletivos e a defesa de interesses legítimos e regule a prática de atos, em função do interesse da coletividade Massarandubense:

I - Concernentes aos costumes, à comodidade e ao bem-estar comunitário, à limpeza pública, à defesa do consumidor;

II - À segurança, ao sossego, à ordem democrática, à estética e paisagem urbana;

III - Ao respeito à propriedade e a sua função social, o uso das vias e logradouros públicos;

IV - À preservação do patrimônio histórico e cultural,

V - Ao exercício ou não de atividades econômicas e profissionais, a disciplina da produção, comercialização e do mercado do Município de Massaranduba.

Parágrafo Único: Este Código contém as medidas de Fiscalização Administrativa a cargo do Município em matéria de higiene, segurança, ordem pública, bem-estar público, localização e funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, estatuinando as necessárias relações entre o Poder Público local e os Municípios.

Art. 3º A legislação do Poder de Polícia compreende leis, decretos e normas suplementares que disciplinem o comportamento de pessoa física ou jurídica, a fim de atingir os objetivos descritos no artigo anterior.

Art. 4º Ao Prefeito e, em geral aos servidores municipais, todas as pessoas devem colaborar para o cumprimento e aplicação deste Código e facilitar a fiscalização de sua execução pelos órgãos municipais.

**LIVRO I  
BEM ESTAR****TÍTULO I  
DA PROTEÇÃO ESTÉTICA**

Art. 5º Incumbe à Administração Municipal, atendendo às peculiaridades locais, aos interesses da comunidade e diretrizes estaduais e federais, integrar e promover o ordenamento urbano, fiscalizar o uso dos bens e dos espaços públicos, visando assegurar harmonicamente a proteção estética, paisagística e histórica da cidade, podendo adotar, através de decretos e normas suplementares as seguintes medidas:

I - Regularizar as formas de exposição e veiculação de publicidade em áreas privadas e públicas, preservando a paisagem urbana, o trânsito de veículo e a segurança das pessoas;

II - Disciplinar a exposição de mercadorias, inclusive em áreas externas;

III - Impedir a prática de atos que resultem em danos materiais ou estéticos aos equipamentos urbanos e bens públicos e particulares em geral;

IV - Disciplinar o trânsito de animais nas vias e logradouros públicos;

V - Exercer o controle das edificações e terrenos, visando evitar a utilização inadequada de suas destinações; a deterioração da imagem paisagística, nos termos definidos em regulamento;

VI - Fiscalizar e fazer cumprir as normas relativas à estética da cidade.

Parágrafo Único - Também serão objetos de fiscalização:

a) A existência e funcionalidade de fossas sanitárias;

b) A limpeza dos terrenos localizados na zona urbana e de expansão urbana.

**TÍTULO II  
DA ORDEM PÚBLICA****CAPÍTULO I  
DOS COSTUMES, DA ORDEM E TRANQUILIDADE PÚBLICA**

Art. 6º Para preservar os costumes, a ordem e a tranquilidade da população o poder de polícia administrativa será exercido em todo o território do Município de Massaranduba.

Art. 7º Compete ao Poder Executivo Municipal zelar pelo bem-estar da comunidade, pela ordem pública, consubstanciada no Poder de Polícia e na prestação de serviços públicos específicos para a comunidade ou postos à sua disposição, e na exigência de observância das leis, principalmente, quanto aos seguintes assuntos:

I - Moralidade, comodidade, sossego, ordem e segurança pública;

II - Limpeza e higiene das vias e logradouros públicos, dos prédios de habitação individual ou coletiva, de uso residencial, ou de atividade econômica, localizados na zona urbana ou rural;

III - Impedimento do mau uso da propriedade particular e de abuso no exercício de direitos individuais e coletivos que possam afetar a coletividade;

IV - Vizinhança, uso normal da propriedade, conforme dispõem a legislação civil, artigos 1.277 a 1.313 do Código Civil;

V - Utilização de vias e logradouros públicos;

VI - Instalações, localização e funcionamento de atividades econômicas em geral, e profissionais;

VII - Serviços de uso ou utilidade pública;

VIII - Outros procedimentos relativos à ordem e bem estar comunitário;

IX - Medidas preventivas de proteção e controle, relativas aos animais.

**CAPÍTULO II  
DA MORALIDADE, SOSSEGO, SEGURANÇA PÚBLICA E HIGIENE**

**PÚBLICA****SEÇÃO I  
DA MORALIDADE**

Art. 8º Os proprietários ou responsáveis pelos estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviços em geral, são obrigados a zelar, pela manutenção da ordem e da moralidade, impedindo neles: desordens, obscenidades, algazarras e outros barulhos.

**SEÇÃO II  
DA HIGIENE PÚBLICA**

Art. 9º A fiscalização sanitária abrange especialmente:

I - Higiene das vias públicas;

II - Higiene das habitações;

III - Controle de água, sistema de eliminação de dejetos;

IV - Higiene da alimentação;

V - Higiene dos estabelecimentos em geral;

VI - Higiene das piscinas de natação.

Art. 10 Em cada inspeção que for verificada irregularidade, o funcionário competente apresentará um relatório circunstanciado, sugerindo medidas ou solicitando providências à bem da higiene pública.

Parágrafo único: A Prefeitura tomará as precauções cabíveis ao caso, quando o mesmo for da alçada do Governo Municipal, ou remeterá cópia do relatório às autoridades Estaduais ou Federais competentes, quando as providências forem da alçada das mesmas.

**SEÇÃO III  
DA SEGURANÇA DAS PESSOAS**

Art. 11 Depende de autorização prévia do Poder Público Municipal:

I - Queimar fogos de artifícios, bombas, morteiros, busca-pés e demais fogos perigosos ou ruidosos, nos logradouros públicos, nas habitações coletivas, nas portas ou janelas de residências fronteiriças aos logradouros públicos, assim como a uma distância inferior a 200,00m (duzentos metros) de estabelecimentos de saúde, templos religiosos, escolas, creches, asilos e repartições públicas, quando em funcionamento;

II - Fazer fogueiras nos logradouros públicos, sem prévia autorização do órgão competente da Administração Municipal e sem as medidas de segurança próprias;

Parágrafo Único - É vedado soltar balões impulsionados por material incandescente ou inflamável em toda extensão do território municipal e também soltar pipas e similares utilizando linhas de cerol ou qualquer outro material cortante que possa colocar em risco a integridade das pessoas.

**SEÇÃO IV  
DA HIGIENE DAS VIAS PÚBLICAS**

Art. 12 O serviço de limpeza de ruas, praças e logradouros públicos é executado diretamente pela Prefeitura ou por concessão.

Art. 13 Os moradores são responsáveis pela limpeza do passeio e

sarjeta fronteiriços a sua residência.

Parágrafo único - É absolutamente proibido, em qualquer caso, varrer lixo, detritos sólidos, detritos químicos de qualquer natureza, para os ralos dos logradouros públicos.

Art. 14 É proibido fazer varredura do interior dos prédios, dos terrenos e dos veículos para a via pública, bem como despejar ou atirar papéis, ou quaisquer detritos sólidos ou químicos sobre o leito de logradouros públicos.

Parágrafo único - A ninguém é lícito, sob qualquer pretexto, impedir ou dificultar o livre escoamento das águas pelos canos, valas, sarjetas ou canais de vias públicas, danificando ou obstruindo tais servidões.

Art. 15 Para preservar de maneira geral a higiene pública fica proibido:

I - Lavar roupas em chafarizes, fontes ou tanques situados nas vias públicas;

II - Consentir o escoamento de águas servidas das residências para as ruas;

III - Conduzir, em veículos abertos, materiais que possam, sob a incidência de ventos ou trepidações, comprometer o asseio das vias públicas;

IV - Queimar, nos próprios quintais, lixo ou quaisquer outros corpos;

V - Aterrar vias públicas, com lixo, materiais velhos ou quaisquer detritos;

VI - Conduzir para a cidade, bairros, vilas ou povoações do município, doentes portadores de moléstias infectocontagiosas, salvo com as necessárias precauções de higiene e para fins de tratamento;

VII - Fazer retirada de materiais ou entulhos provenientes de construção ou demolição de prédios sem o uso de instrumentos adequados, como cavaletes ou outros que evitem a queda dos referidos materiais nos logradouros e vias públicas.

Art. 16 É proibido lançar nas vias públicas, nos terrenos sem edificação, várzeas, valas, bueiros e sarjetas, lixo de qualquer origem, entulhos, cadáveres de animais, fragmentos pontiagudos ou qualquer material que possa ocasionar incômodo à população.

Art. 17 É expressamente proibido a instalação dentro do perímetro urbano da cidade, de indústrias que, pela natureza dos produtos, matérias primas utilizadas, combustíveis empregados, ou qualquer outro motivo, possam prejudicar a saúde pública.

Art. 18 Não é permitido, dentro do perímetro urbano, a instalação de estrumeiras, ou depósitos de estrume animal, salvo com mecanismos próprios de combate à criação de insetos e exalação.

**SEÇÃO V  
DA HIGIENE DAS HABITAÇÕES**

Art. 19 Os proprietários ou inquilinos são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios prédios ou terrenos.

§ 1.º Os proprietários ou responsáveis deverão evitar a formação de focos ou viveiro de insetos.

§ 2.º Os proprietários de terreno pantanosos são obrigados a drená-los.

§ 3.º O escoamento superficial das águas estagnadas, será feito para ralos, caneletas, valas ou córregos por meio de declividade apropriada.

Art. 20 O lixo das habitações é recolhido em sacos plásticos apropriados ou invólucro apropriado que permita a remoção pelo serviço de limpeza pública.

§ 1.º Não são considerados como lixos, resíduos de fábricas e oficinas, restos de material de construção, entulhos provenientes de demolições, matérias excrementícias e restos de forragem de cocheiras e estábulos, palhas e outros resíduos das casas comerciais, bem como, terra, folhas e galhos. Tais materiais são removidos à custa dos respectivos inquilinos ou proprietários, ou mediante requerimento à Prefeitura.

§ 2.º Os resíduos, referidos no parágrafo anterior, serão removidos a lugar determinado pela Prefeitura.

§ 3.º Cabe ao Poder Público Municipal, designar local apropriado para o despejo de dejetos recolhidos, preservando os preceitos de higiene, evitando a contaminação de quaisquer seres vivos e a poluição do meio ambiente, devido à deterioração.

Art. 21 É proibido comprometer, por qualquer forma, a limpeza das águas destinadas ao consumo público ou particular.

#### SEÇÃO VI DA HIGIENE DA ALIMENTAÇÃO

Art. 22 A Prefeitura exercerá, em colaboração com as autoridades sanitárias do Estado e da União, severa fiscalização sobre a produção, o comércio e o consumo de gêneros alimentícios em geral.

Parágrafo único - Para todos os efeitos deste Código, consideram-se gêneros alimentícios todas as substâncias destinadas ao preparo e consumo alimentar, excetuado ou medicamentos.

Art. 23 Não será permitida a produção, exposição ou venda de gêneros alimentícios deteriorados, falsificados, adulterados, e nocivos à saúde e validade vencida, os quais serão apreendidos pelos funcionários encarregados da fiscalização e removidos para local destinado à inutilização dos mesmos.

§ 1.º A inutilização de Gêneros não eximirá a fábrica ou estabelecimento comercial do pagamento das multas e demais penalidades que possam sofrer em virtude de infração;

§ 2.º A reincidência na prática das infrações previstas neste artigo determinará a cassação da licença para funcionamento da fábrica ou casa comercial, conforme a gravidade.

Art. 24 Nas quitandas e casas congêneres, além das disposições gerais concernentes aos estabelecimentos de gêneros alimentícios, serão observadas as seguintes prescrições:

I - O estabelecimento que expor frutas, legumes e verduras ou hortaliças, os colocará em mesas ou estandes de superfície impermeável.

Art. 25 É proibido ter em depósito ou expostos à venda:

I- Aves doentes;

II - Legumes, hortaliças, frutas ou ovos deteriorados, bem como quaisquer produtos e/ou gênero alimentício;

III - Os estabelecimentos que comercializem aves deverão manter as gaiolas limpas diariamente.

Art. 26 Toda água, de uso na manipulação ou preparo de gêneros alimentícios, deve ser comprovadamente pura.

Art. 27 O gelo destinado a uso alimentar deve ser fabricado com água potável, isenta de qualquer contaminação.

Parágrafo único - A critério da Vigilância Sanitária, esta poderá solicitar análise para comprovar a sua qualidade, o diagnóstico do líquido coletado tem seu resultado divulgado em um curto espaço de tempo.

Art. 28 Os vendedores ambulantes de gêneros alimentícios além das prescrições deste Código que lhes são aplicáveis, ainda observarão os seguintes requisitos:

I - Zelar para que os gêneros alimentícios não estejam deteriorados, nem contaminados, apresentando-os em perfeitas condições de higiene sob pena de multa e de apreensão das referidas mercadorias, que serão inutilizadas;

II - Ter carrinhos de acordo com a orientação da Prefeitura;

III- Ter os produtos expostos à venda, conservados em recipientes apropriados para isolá-los de impurezas e insetos;

IV - Manterem-se rigorosamente asseados.

§ 1º Ao vendedor ambulante de gênero alimentício de ingestão imediata, é proibido tocá-los com as mãos, sob pena de multa, sendo a proibição extensiva à freguesia.

§ 2º Os vendedores ambulantes de alimentos preparados não podem estacionar em locais que seja fácil à contaminação dos produtos expostos à venda, ou em pontos vedados pela Saúde Pública.

Art. 29 A venda ambulante de sorvetes, refrescos, doces, guloseimas, pães e outros gêneros alimentícios de ingestão imediata, só serão permitidos em carros apropriados, caixas ou outros recipientes fechados, devidamente vistoriados pela Prefeitura, de modo que a mercadoria seja inteiramente resguardada da poeira da ação do tempo ou de elementos maléficos de qualquer espécie, sob pena de multa e de apreensão da mercadoria.

§ 1.º É obrigatório que o vendedor ambulante justaponha, rigorosamente e sempre, as tampas das vasilhas destinadas à venda de gêneros alimentícios de ingestão imediata, de modo a preservá-los de qualquer contaminação.

§ 2º O acondicionamento de balas, confeitos e biscoitos providos de envoltórios, pode ser feito em vasilhas abertas.

§ 3.º A Vigilância Sanitária pode intervir a qualquer momento quando considerar risco à Saúde Pública.

#### CAPÍTULO III DA HIGIENE DOS ESTABELECIMENTOS

##### SEÇÃO I DA HIGIENE DOS HOTÉIS, PENSÕES, RESTAURANTES, CASAS DE LANCHES, CAFÉS, PADARIAS, CONFEITARIAS E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES

Art. 30 Os hotéis, pensões, restaurantes, bares, cafés, padarias, confeitarias e estabelecimentos congêneres observarão as

seguintes prescrições quanto à:

I - Lavação de louça, talheres e utensílios far-se-á com água corrente, não sendo permitida, sob qualquer hipótese, a lavagem em baldes, tonéis ou vasilhames;

II - Higienização da louça, talheres e utensílios serão feitos com detergente ou sabões e água fervente em seguida;

III - Guardanapos e toalhas serão de uso pessoal, individual;

IV - Louça, talhares e utensílios serão guardados em armários com portas ventiladas, não podendo ficar expostos à poeira e insetos;

V - Utensílios de copa e cozinha: os copos, as louças, os talheres, xícaras e pratos estarão sempre em perfeitas condições de uso. É apreendido e inutilizado imediatamente, o material que estiver danificado;

VI - Mesas e balcões possuíram tampas impermeáveis;

VII - Dispor de sanitários higiênicos para ambos os sexos, não sendo permitida entrada comum;

VIII - Salões de consumação não são permitidos o depósito de caixas de qualquer material estranho às suas finalidades.

§ 1º Não é permitido servir café em copos ou utensílios que não possam ser esterilizados com água fervente, excetuando-se, nesta proibição, os descartáveis.

§ 2º Os estabelecimentos a que se refere este artigo são obrigados a manter seus empregados e garçons limpos, convenientemente trajados, de preferência uniformizados.

## SEÇÃO II

### DOS SALÕES DE BARBEIROS, CABELEREIROS E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES

Art. 31 Nos salões de barbeiros, cabeleireiros e estabelecimentos congêneres é obrigatório o uso de toalhas e golas individuais.

Parágrafo único - Durante o trabalho, os profissionais ou empregados usarão jaleco ou avental rigorosamente limpo.

Art. 32 Quanto aos métodos de limpeza, desinfecção e esterilização dos materiais:

I - Utilizar métodos de limpeza e desinfecção dos produtos não críticos como pentes, escovas, bobs, tesouras, toalhas, entre outros, disponibilizando a cada cliente os produtos devidamente desinfetados e protegidos contra poeira e outras sujidades;

II - Utilizar método de esterilização por calor úmido (autoclave), ou outros métodos reconhecidos pelo Ministério da Saúde e ANVISA que possam ter o seu processo de esterilização validado Os instrumentos de trabalho, logo após sua utilização, serão mergulhados em solução antisséptica ou lavados com água corrente.

a) A estufa não é permitida para esterilização de instrumentais;

Art. 33 O estabelecimento somente poderá desenvolver alguma atividade comercial de venda de produtos caso os mesmos sejam afins com a atividade desenvolvida. As atividades deverão estar especificadas em seu contrato social e os produtos deverão ser armazenados em local próprio, dentro do estabelecimento, atendendo as legislações específicas.

Art. 34 O descumprimento das determinações desta Instrução

Normativa Nº. 004/2013 DVS/SC, constitui infração de natureza sanitária sujeitando o infrator às penalidades previstas na Lei Estadual nº 6.320 de 20 de dezembro de 1983, ou aquela que vier a substituí-la, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Art. 35 Na infração de quaisquer dispositivos desta seção, será imposta multa correspondente previstas neste Código:

I - Infração classificada como média;

II - Infração classificada como grave, até a 1ª (primeira) reincidência;

III - Infração classificada como gravíssima, até a 2ª (segunda) reincidência;

Parágrafo Único. A reincidência acarretará em multa em dobro e cassação do Alvará de Licença conforme legislação da Vigilância Sanitária.

## SEÇÃO III

### DA HIGIENE DAS CASAS DE CARNES E PEIXARIAS

Art. 36 As casas de carnes e peixarias atenderão às seguintes condições:

I - Ter balcões com tampo de aço inoxidável, mármore ou fórmica;

II - Utilizar utensílios de manipulação, ferramentas e instrumentos de corte feitos de material apropriado e conservados em rigoroso estados de limpeza;

III - Não é permitido o uso de lâmpadas coloridas na iluminação artificial.

Art. 37 As casas de carnes e congêneres só servirão carnes provenientes de abatedouros devidamente licenciados, regularmente inspecionados e carimbados, conduzidos em veículo apropriado.

Art. 38 Nas casas de carnes e estabelecimento congênere é vedado o uso de ferramentas ou utensílios de qualquer espécie.

Art. 39 Nas casas de carnes e peixarias, não são permitidos móveis de madeira sem revestimento impermeável.

Art. 40 Nos estabelecimentos tratados nesta Seção é obrigatório observar as seguintes prescrições de higiene:

I - Manter o estabelecimento em completo estado de limpeza;

II - Uso de aventais e gorros brancos;

III - Manter coletores de lixo e resíduos com tampa à prova de insetos e roedores;

IV - Manter o ambiente climatizado para preservação dos alimentos.

## SEÇÃO IV

### DA HIGIENE DAS PISCINAS DE NATAÇÃO

Art. 41 As piscinas de natação obedecerão as seguintes prescrições:

I - Todo frequentador de piscina é obrigado ao banho prévio de chuveiro;

II - No trajeto entre os chuveiros e a piscina é necessário a passagem do banhista por um lava-pés, situado de modo a reduzir

ao mínimo, o espaço a ser percorrido pelo banhista para atingir a piscina, após o trânsito pelo lava- pés;

III - Limpeza da água deve ser tal que, da borda possa ser vista com nitidez o seu fundo;

IV - O equipamento especial da piscina assegurará perfeita e uniforme circulação, filtragem e purificação da água.

Art. 42 A água das piscinas será tratada com cloro ou preparados de composição similar.

§ 1º Quando o cloro ou os seus componentes for usado com amônia, o teor de cloro residual na água, quando a piscina estiver em uso, não deve ser inferior a 0,6 parte por milhão.

§ 2º As piscinas que receberem continuamente água considerada de boa qualidade e cuja renovação total se realiza em tempo inferior a 12 (doze) horas, podem ser dispensadas das exigências de que trata este artigo.

Art. 43 Em todas as piscinas é obrigatório o registro diário das operações de tratamento e controle.

Art. 44 Os frequentadores das piscinas de clubes esportivos serão submetidos a exames médicos, com periodicidade máxima de 06 (seis) meses.

§ 1º Quando no intervalo de exames médicos apresentarem afecções de pele, inflamação dos aparelhos visual, auditivo ou respiratório, ou qualquer afecção serão impedidos a ingressar na piscina.

§ 2º Os clubes e demais entidades que mantêm piscinas públicas são obrigados a dispor de salva - vidas durante todo horário de funcionamento.

Art. 45 Para uso dos banhistas, existirão vestiários para ambos os sexos, com chuveiros e instalações sanitárias adequadas.

Art. 46 Nenhuma piscina será usada quando suas águas forem julgadas poluídas pela autoridade sanitária competente.

Art. 47 Das exigências deste Capítulo, excetuando o disposto no artigo anterior, ficam excluídas as piscinas das residências particulares, quando para uso exclusivo de seus proprietários e pessoas de suas relações.

Art. 48 A Vigilância Sanitária pode intervir a qualquer momento quando considerar risco a Saúde Pública, instituir normativas, atos e legislação complementar ou específica pertinentes a este Capítulo conforme preceituado neste Código.

Art. 49 Procedimentos de inspeção sanitária de vigilância sanitária competente que busca levantar e avaliar "in loco" os riscos à saúde da população presentes na produção e circulação de mercadorias, na prestação de serviços e na intervenção sobre o meio ambiente, inclusive o de trabalho.

Art. 50 Entende-se por "Inspeção Sanitária" todo procedimento realizado pela autoridade.

§ 1º O órgão de vigilância sanitária competente deve iniciar as inspeções sanitárias como rotina, solicitação ou através de denúncia.

§ 2º Após a realização do procedimento de inspeção sanitária, a equipe técnica responsável por sua execução deve elaborar um Laudo Técnico de Inspeção (LTI), onde conste o relato da situação, a avaliação e as exigências pertinentes à situação encontrada.

§ 3º Institui-se a utilização dos "Roteiros de Inspeções Sanitárias", instrumentos técnicos publicados pelos órgãos de vigilância sanitária das esferas federal, estadual e municipal para orientar a ação de fiscalização, na estruturação do texto que relata a situação encontrada na realização do aludido procedimento.

§ 4º As etapas de produção, comercialização e prestação de serviço derivada a terceiros devem ser consideradas como extensão da empresa contratante e, como tais, são passíveis de inspeção sanitária.

§ 5º Caso a empresa contratada esteja instalada em outra unidade federada, o órgão de vigilância sanitária competente deve solicitar o Laudo Técnico de Inspeção (LTI) atualizado ao órgão de vigilância sanitária com competência no local de instalação de origem, bem como ainda requisitar os documentos que entender necessários para a avaliação sanitária.

## SEÇÃO V

### DO CONTROLE DA ÁGUA E DO SISTEMA DE ESGOTOS

Art. 51 Compete a Aguas de Massaranduba e/ou a Concessionária, responsável pelo serviço dentro do Município, o exame periódico das redes e instalações, com o objetivo de constatar possível existência de condições prejudiciais à saúde da comunidade, bem como controlar a execução das normas disciplinadoras dessa atividade, observados ainda, o disposto nos artigos 584 do Código Civil e 271 do Código Penal e os dispositivos do Código de Águas Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, ou às que lhe sucederem.

Art. 52 É obrigatória a ligação á rede municipal de água e esgotos de toda a construção considerada habitável, nos logradouros servidos pelas redes.

Art. 53 Quando o logradouro em que se situar a construção, não for servido por rede municipal de água, é de responsabilidade obrigatória do ocupante de imóvel, providenciar o abastecimento de água potável, bem como a sua conservação.

Parágrafo único - No caso de logradouro em que se situar a construção, não ser servido pelo Sistema de Esgotos sanitários, caberá ao proprietário ou usuário, a sua construção e manutenção, dentro de normas estabelecidas pelo órgão competente da Prefeitura Municipal.

Art. 54 É proibido comprometer, por qualquer forma, a limpeza das águas destinadas para o consumo público ou particular, ficando as indústrias utilizadoras de água, subordinadas às disposições da Portaria nº 13/76, do Ministério do Interior.

Art. 55 Todo reservatório de água existente em prédio deverá ter assegurado as seguintes condições sanitárias:

I - Impossibilidade absoluta de acesso ao seu interior de elementos que possam poluir ou contaminar a água;

II - Facilidade absoluta de inspeção e limpeza;

III - Tampa removível.

Art. 56 É vedada a utilização de barris, tinas ou recipientes análogos, como reservatório de água.

Art. 57 Nas construções em locais servidos pela rede de abastecimento de água, só serão permitidas a abertura e manutenção de poços, mediante autorização expressa do órgão de Fiscalização Municipal de Postura.

Art. 58 Na infração a qualquer dispositivo deste Capítulo, implicará

na aplicação das penalidades correspondente, e classificada a sua gravidade, além de criar a obrigação de cumprir as observações inerentes

#### CAPÍTULO IV

#### DOS AVISOS E INFORMAÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS E CAPACIDADE

##### SEÇÃO I

##### DA OBRIGATORIEDADE DE FIXAREM, EM LUGAR DE DESTAQUE, QUADRO INFORMATIVO SOBRE DROGAS E CONSEQUÊNCIAS DE SEU USO

Art. 59 Ficam por esta Lei os bares, restaurantes e similares, estabelecimentos de ensino, entidades sociais, culturais, recreativas, esportivas, religiosa ou beneficentes obrigados a fixar, em lugar de destaque, quadro com informações científicas sobre drogas psicoativas, lícitas, ilícitas, bebidas e as consequências de uso.

§ 1º Os estabelecimentos abrangidos por esta Lei condicionam-se ao atendimento da exigência prevista no "caput", para:

I - A obtenção ou renovação do alvará de funcionamento;

II - A concessão de certificados de filantropia e reconhecimento de utilidade pública e imunidade tributária.

§ 2º Os estabelecimentos já em funcionamento terão prazo de 180 (cento oitenta) dias para atender ao disposto nesta Lei.

##### SEÇÃO II

##### LOTAÇÃO E CAPACIDADE

Art. 60 Todos os estabelecimentos e recintos fechados destinados ao uso coletivo para reunião de pessoas, entretenimento, recreação, pavilhões de exposição, cinemas, auditórios, teatros, templos religiosos, salões para bailes ou danças, casas de show ou espetáculos, restaurantes, bares, clubes e similares, deverão afixar uma placa indicativa da capacidade máxima de lotação.

Parágrafo Único - A placa deverá ser afixada em local visível, na entrada principal do recinto e confeccionada no tamanho padrão de 40 (quarenta) centímetros de largura por 30 (trinta) centímetros de altura, com caracteres legíveis, contendo além da informação a que se refere o caput deste artigo, a menção do número da presente Lei e a data de sua publicação, bem como o número do telefone da Defesa Civil - 199, para comunicação de infrações.

Art. 61 A informação de que trata o Art. 60 desta lei, deverá ser aquela resultante do cálculo de dimensionamento de lotação constante no auto de vistoria aprovado pelo Corpo de Bombeiros e pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo Único - Os estabelecimentos já em funcionamento terão prazo de 180 (cento oitenta) dias para atender ao disposto nesta Lei, nos demais casos de uso temporário, eventual será de imediato, ou seja no momento de solicitar a licença.

Art. 62 Uma vez identificada a capacidade de lotação, fica vedada a sua não observância, sob pena de responsabilização nos termos da lei.

Art. 63 O descumprimento das disposições desta seção, sujeitará o infrator às seguintes penalidades previstas neste Código:

I - Advertência;

II - Infração classificada como média, até a 1ª (primeira) reincidência;

III - Infração classificada como grave, até a 3ª (terceira) reincidência

IV - Infração classificada como gravíssima, até a 5ª (quinta) reincidência;

V - Suspensão do Alvará de Funcionamento expedido pelo Município, após 5ª (quinta) reincidência;

Parágrafo Único: A fiscalização para o cumprimento da presente Seção e a aplicação das penalidades referidas no art. 63 ficarão a cargo do Poder Executivo, através de seus órgãos competentes .

#### CAPÍTULO V

#### DA POLICIA DE COSTUMES, SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA E MEIA ENTRADA

##### SEÇÃO I

##### DO SOSSEGO PÚBLICO

Art. 64 A emissão de sons e ruídos, decorrente de qualquer atividade desenvolvida no Município, além de observar o disposto no Código Municipal do Meio Ambiente, também obedecerá aos padrões estabelecidos por este Código, objetivando garantir o sossego, o bem-estar público, a saúde e a segurança.

Parágrafo Único - Para os efeitos deste Código considera-se som ou ruído toda e qualquer vibração acústica capaz de provocar sensações auditivas.

Art. 65 O licenciamento de qualquer atividade que possa perturbar o sossego e a tranquilidade pública fica condicionado à demonstração da adoção de medidas que reduzam o nível de incomodidade ao sossego e à tranquilidade pública aos padrões fixados em lei.

Art. 66 É proibido perturbar o sossego e o bem estar público, ou da vizinhança com ruídos, algazarras, barulhos ou sons de qualquer natureza, excessivos e evitáveis, produzidos por qualquer meio, que ultrapassem os níveis de intensidade fixados no presente Código e na legislação pertinente.

Art. 67 A intensidade de som ou ruído, medida em decibéis, não poderá ser superior às estabelecidas nas NBRS Nº 10.151 e 10.152 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, ou às que lhe sucederem. Conforme quadro no anexo I.

Diurno: 06h00 às 19h00

Vespertino: 19h00 às 22h00

Noturno: 22h00 às 6h00

Parágrafo único - A autuação de estabelecimento em decorrência de perturbação do sossego público, após apresentação de reclamação, depende dos níveis de sons e ruídos mensurados, respeitado o disposto na legislação estadual e federal.

§ 1º As áreas especificadas no anexo I deverão estar em conformidade com as Leis do Plano Diretor Urbano do Município.

§ 2º Considera-se horário noturno o período compreendido entre as 22h00 (vinte e duas horas) de um dia até as 6h00 (seus horas) do dia seguinte.

§ 3º Para cada período, os níveis máximos de som permitidos no ambiente exterior do recinto em que têm origem, são os seguintes:

I - Diurno: 70 dB (A);

II - Vespertino: 70 dB (A);

## III - Noturno: 60 dB (A).

Art. 68 Os estabelecimentos ou pessoas que, para o exercício de suas atividades, produzam sons ou ruídos provenientes da execução de música ao vivo ou por aparelho de som, engenho que produza alerta, propaganda, publicidade, anúncios ou ruídos de qualquer natureza, ficam obrigados a executar medidas para reduzir a propagação do som para o exterior, devendo sempre ser respeitados os limites definidos no Art. 67 deste Código.

§ 1º Quando os estabelecimentos ou pessoas citadas neste artigo estiverem a uma distância de até 200,00m (duzentos metros) de hospitais, escolas, creches e asilos, só será licenciada a atividade ou permitida a execução de qualquer trabalho ou serviço no período noturno se o ruído produzido for de até 50% (cinquenta por cento) dos limites máximos fixados no Art. 67 deste Código.

§ 2º A proibição do § 1º deste artigo, no caso de escolas e creches, se limita ao horário de seu funcionamento.

§ 3º A falta da licença, ou a produção de intensidade sonora superior à permitida neste Código e em regulamento, implicará na apreensão obrigatória e imediata dos aparelhos, sem prejuízo de outras sanções.

§ 4º No caso de veículos com equipamentos que produzam som que perturbe o bem estar publico, o mesmo poderá ser apreendido por Fiscais da Postura, Polícia Militar e Polícia Civil e recolhidos ao pátio da Concessionária que tem a permissão através de processo licitatório, para outorga da exploração de serviços de remoção por guincho, guarda e depósito de veículos apreendidos, devendo o infrator recolher as multas estabelecidas por este Código além daquelas estabelecidas pelo Código de Transito Brasileiro - Lei nº 9.503/1997 e, caso o veiculo encontrar-se em movimento e, ser impossível a sua abordagem pelos fiscais de postura, deverá ser comunicado à Polícia Militar, fornecendo se possível dados que possibilitem a identificação do mesmo.

§ 5º Fica o Município autorizado a firmar parcerias ou convênios com outros órgãos da esfera Municipal, Estadual e Federal com a finalidade de garantir o cumprimento do estabelecido no paragrafo anterior.

Art. 69 Não são proibidos os sons e ruídos produzidos pelas seguintes formas:

I - Por vozes ou aparelhos usados em propaganda eleitoral, de acordo com a Lei;

II - Por sinos de igrejas, capelas, desde que sirvam, exclusivamente, para indicar horas ou para anunciar a realização de atos ou cultos religiosos, devendo ser evitados os toques antes de 5h00 (cinco horas) e depois de 22h00 (vinte e duas horas);

III - Por fanfarras ou bandas de músicas em procissões, cortejos ou desfiles públicos em datas religiosas e cívicas ou mediante autorização especial do órgão competente da Administração Municipal;

IV - Por sirenes ou aparelhos de sinalização de ambulância, de carros de bombeiros e de polícia;

V - Por toques, apitos, buzinas ou outros aparelhos de advertência de veículos, em movimento, desde que seja entre 6h00 (seis horas) e 20h00(vinte horas), estejam legalmente regulados na sua intensidade de som e funcionem com extrema moderação e oportunidade, na medida do estritamente necessário;

VI - Por sirenes ou outros aparelhos sonoros, quando funcionem,

exclusivamente para assinalar horas, entrada e saída de locais de trabalho, desde que os sinais não se prolonguem por mais de 60 (sessenta) segundos e não se verifiquem, no caso de entrada ou saída de estabelecimentos, depois das 23h00 (vinte e três horas);

VII - Por manifestações em divertimentos públicos, em reuniões religiosas ou prédios esportivos, com horários previamente licenciados e entre 7h00 (sete horas) e 22h00 (vinte e duas horas);

VIII - Por festas particulares, com horário entre 7h00 (sete horas) e 22h00 (vinte e duas horas), desde que estejam legalmente regulados na sua intensidade de som e funcionem com extrema moderação e oportunidade.

§ 1º É permitido o uso de equipamentos sonoros em eventos tradicionais, tais como carnaval, festas juninas, festas religiosas, folclóricas e similares, desde que os proprietários façam acordo com o órgão competente da Administração Municipal, estabelecendo os níveis de emissão sonora, os locais, dias e horários.

§ 2º Quando a fiscalização efetuar a medição dos níveis de sons e ruídos em face de reclamação, ela deverá ser efetuada no recinto receptor por ele indicado como de maior incômodo, estando o aparelho afastado a 5,00m (cinco metros) das paredes e das aberturas do ambiente, que deverão estar abertas.

## SEÇÃO II DOS DIVERTIMENTOS PÚBLICOS

Art. 70 Divertimentos públicos, para os efeitos deste Código, são os espetáculos, bailes ou festas de caráter público são os que se realizam nas vias públicas, ou (imóveis) particulares em recintos fechados ou abertos de livre acesso ao público, dependem da prévia licença da Prefeitura.

Parágrafo único: executam-se às disposições deste artigo, as reuniões de qualquer natureza, sem convites ou entradas pagas, levadas a efeito por clubes ou entidades de classe, em sua sede, ou realizadas em residências particulares.

Art. 71 Nenhum divertimento público pode ser realizado sem autorização prévia da Prefeitura sujeitando-se ao cumprimento às Leis em vigor e sob a Fiscalização das Autoridades competentes. O não-atendimento a esses requisitos acarretará o cancelamento deste sob pena de interdição do mesmo, seguindo as disposições do art. 62. deste Código.

Parágrafo único: o requerimento de licença para funcionamento de qualquer casa de diversão é orientado, satisfeita as exigências regulamentares referentes à construção e higiene do edifício e procedida vistoria policial.

Art. 72 Na localização de casas de danças e/ou estabelecimentos de diversões noturnas/diurnas, a Prefeitura terá sempre em vista o sossego da população, observando o zoneamento de usos no Plano diretor.

Art. 73 Nas casas de diversão pública, são observadas as seguintes disposições, além das estabelecidas pelo Código de D:

I - As salas de entrada como as de espetáculos, serão mantidas rigorosamente limpas;

II - Todas as portas de saída serão encimadas pela inscrição "SAÍDA", legível à distância e luminosa de forma suave, quando se apagarem as luzes da sala, e as portas se abrirão de dentro para fora, sendo obrigatório, no mínimo uma porta de emergência com a devida inscrição, o estabelecimento deverá se enquadrar nas normas de segurança estabelecida pela Prefeitura e Bombeiros;

III - Os aparelhos destinados à renovação do ar serão conservados, higienizados e mantidos em perfeito funcionamento;

IV - Serão tomadas todas as precauções necessárias para evitar incêndios, sendo obrigatória a adoção de extintores em locais visíveis e de fácil acesso;

V - Serão obrigadas a colocar em lugar visíveis as placas de proibido fumar;

VI - Serão periodicamente higienizadas, apresentando o atestado de dedetização e alvará sanitário.

Parágrafo único: A periodicidade de inciso anterior, quando necessário a aplicação de produtos químicos, é sempre determinado por Decreto Executivo, ouvidas as autoridades sanitárias.

Art. 74 A realização de eventos em logradouros públicos ou (imóveis) particulares que utilizem equipamentos sonoros será precedida de autorização pelo órgão de Fiscalização Municipal de Posturas, respeitados os níveis máximos de sons estabelecidos, e com apresentação dos seguintes documentos:

I - Alvará de Liberação do Juizado de Menores;

II - Contrato particular de locação ou de comodato, ou termo de permissão de uso de bem público, autorizando o interessado a usar a área particular ou pública onde será realizado o evento;

III - Comunicação às autoridades Policiais Militar e Civil;

IV - Comprovante de recolhimento de Imposto Sobre Serviços - ISS;

V - A notação de Responsabilidade Técnica - ART, do conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Estado de Santa Catarina - CREA/SC, caso haja montagem de tendas, palco e camarotes, com estrutura móvel feita de qualquer espécie, com obrigatória fixação, em lugar visível, de placa onde conste a capacidade máxima suportada, expressa em número de pessoas e quilogramas;

VI - Declaração do responsável se comprometendo zelar pelo bem estar público, acompanhado de requerimento solicitando autorização para o referido evento, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias;

VII - Que esteja em concordância no Calendário Festivo do Município ou aprovado pela Comissão Municipal de Festejos ou equivalente;

VIII - Contrato da empresa de seguranças, cientificando a quantidade de indivíduos necessários para o evento;

IV - Contrato dos artistas, músicos, e similares;

X - Estar de acordo como Zoneamento e Plano Diretor.

Art. 75 As instituições que fazem parte do Calendário Festivo, bem como aquelas que não estão incluídas, terão que cumprir o que determina a Lei que oficializa a Distância para Eventos no Município de Massaranduba. Caso haja algum conflito a comissão de festejos terá autonomia para aplicar e sanar as divergências.

Art. 76 Não serão permitidos sons provocados por criação, tratamento, alojamento e comércio de animais que causem incômodo para a vizinhança, salvo quando em zoológicos, parques e circos.

Art. 77 Os proprietários de estabelecimentos que vendem bebidas alcoólicas são responsáveis pela manutenção da ordem dos

mesmos.

Parágrafo único: As desordens, algazarras, desentendimentos e barulhos, que porventura verificados nos estabelecimentos referidos, sujeitam os proprietários à infração, podendo ser cassada a licença para seu funcionamento.

Art. 78 Nas casas de espetáculos de sessões consecutivas, que não tiverem exaustores suficientes, deve, entre a saída e a entrada dos espectadores, decorrer lapso de tempo mínimo de 15 minutos visando a renovação do ar.

Art. 79 De todos os teatros, circos ou salas de espetáculos, serão reservados lugares, destinados às pessoas idosas e portadoras de necessidades especiais.

Art. 80 Os programas anunciados serão executados integralmente, não podendo os espetáculos iniciar em hora adversa da marcada. § 1º Em caso de modificação do programa ou do horário, o empresário devolverá aos espectadores, o preço integral da entrada.

§ 2º As disposições deste artigo aplicam-se, no que couber, às competições esportivas para as quais se exija o pagamento de entradas.

Art. 81 Os bilhetes de entrada não podem ser vendidos por preço superior ao anunciado e em número excedente a lotação do teatro, cinema, circo ou salas de espetáculos.

Art. 82 Não são fornecidas licenças para a realização de jogos ou diversões ruidosas, em locais compreendidos na área formada por um raio de 200 (duzentos) metros de hospitais, casas de saúde ou maternidades.

Art. 83 As infrações, no tocante a Obrigação do Código de Posturas serão punidas com aplicação das multas abaixo:

§ 1º Na imposição da multa, e para graduá-la, ter-se-á em vista a gravidade da infração.

§ 2º Nos casos de reincidência específica, as multas fixas mencionadas neste Código serão elevadas ao dobro, a cada nova ocorrência.

§ 3º O lançamento da multa será de ofício ou ex-offício, fica a cargo de a autoridade fiscal estimar o valor da multa, bem como apurar a infração, o prejuízo econômico e outros dados que se necessitar julgar.

### SEÇÃO III DA MEIA ENTRADA

Art. 84 Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência em espetáculos artístico-culturais e esportivos conforme preceitua a Lei Federal e Lei Estadual.

§ 1º É assegurado aos estudantes o acesso a salas de cinema, cineclubes, teatros, espetáculos musicais e circenses e eventos educativos, esportivos, de lazer e de entretenimento, em todo o território nacional, promovidos por quaisquer entidades e realizados em estabelecimentos públicos ou particulares, mediante pagamento da metade do preço do ingresso efetivamente cobrado do público em geral.

§ 2º Terão direito ao benefício os estudantes regularmente matriculados nos níveis e modalidades de educação e ensino previstos no Título V da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, (Lei Federal) que comprovem sua condição de discente, mediante a

apresentação, no momento da aquisição do ingresso e na portaria do local de realização do evento, da Carteira de Identificação Estudantil (CIE), pelas entidades estaduais e municipais filiadas àquelas, pelos Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs) e pelos Centros e Diretórios Acadêmicos, com prazo de validade renovável a cada ano, conforme modelo único nacionalmente padronizado e publicamente disponibilizado pelas entidades nacionais antes referidas.

#### CAPÍTULO VI DOS LOCAIS DE CULTO

Art. 85 As igrejas, templos, casas de culto, ou locais frequentados pelo público, serão conservados limpos, iluminados e arejados.

Art. 86 As igrejas, templos e casas de culto, não podem contar maior número de assistentes, a qualquer de seus ofícios, do que a lotação comportada por suas instalações.

Parágrafo único: A liberação do Alvará de Licença de Funcionamento será sempre precedida pelo exame do local e de aprovação da vigilância sanitária competente, obedecida ao zoneamento de usos e demais normas contidas neste Código.

#### TÍTULO III DA LIMPEZA, CONSERVAÇÃO DE IMOVEIS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

##### CAPÍTULO I DA LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E USO DE IMÓVEIS

###### SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 87 É dever do Poder Público Municipal, através do exercício do Poder de Polícia Administrativo, exigir dos proprietários de imóveis que os mantenham limpos, bem como fiscalizar a manutenção e condições de uso.

###### SEÇÃO II DA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

Art. 88 Os proprietários, inquilinos ou possuidores a qualquer título de terrenos edificadas ou não, de habitações em geral ou de imóveis com destinação comercial, localizados nas zonas urbanas e de expansão urbana do Município, são obrigado a:

I - Zelar para que sejam mantidos capinados, limpos, interna e externamente, fazendo periodicamente a varrição, impedindo que seus quintais, pátios e terrenos sejam usados como depósitos de lixo ou despeja de entulhos;

II - Dotar os reservatórios de água potável, de tampa removível ou abertura para limpeza e inspeção e extravasado com telas, e mantê-los hermeticamente fechados, impossibilitando acesso ao seu interior de elementos que possam contaminar ou poluir a água.

§ 1º A obrigação prevista neste artigo, no que se refere à limpeza e higiene dos estabelecimentos, é extensiva às mercadorias; instalações; móveis e utensílios; máquinas e equipamentos; e outros bens operacionais.

§ 2º Na realização da limpeza ou de outros serviços é vedado uso de produtos químicos, tóxicos ou poluentes no interior das unidades imobiliárias, quando o uso infringir disposições relativas ao controle de poluição ou causar incômodos à vizinhança ou danos e prejuízos as pessoas.

Art. 89 Os passeios, os muros, as muretas, os alambrados, os gradis e os fechos divisórios em geral, são obrigatórios para os

imóveis lindeiros ou logradouros públicos dotados de meio fio e sarjetas, localizados na zona urbana; devem ser construídos por seus proprietários na forma estabelecida no Código de edificações, e serem mantidos limpos e em perfeitas condições de conservação e de uso, atendendo-se aos termos expostos em regulamento.

Parágrafo Único - No fechamento de terrenos, com cerca viva, é vedado o emprego de plantas venenosas ou que tenham espinhos.

Art. 90 As águas pluviais ou de drenagem proveniente do interior de imóveis deverão ser canalizadas, rumo à galeria pluvial do logradouro, se esta não existir a canalização será para a sarjeta.

Parágrafo Único - Quando a topografia ou as condições do solo não permitirem a solução prevista neste artigo, a canalização deverá ser através do imóvel confrontante com melhores condições, observado o disposto no Código Civil.

#### SEÇÃO III DA LIMPEZA DE TERRENOS URBANOS

Art. 91 Os proprietários ou possuidores a qualquer título de terrenos na zona urbana são obrigados a conservá-los limpos e adequá-los para o fácil escoamento das águas pluviais.

§ 1º É permitida plantação de cobertura vegetal por gramíneas e congêneres de qualquer espécie nos terrenos baldios. Todavia, a altura máxima da vegetação não pode ultrapassar 50,00cm (cinquenta centímetros) de altura.

§ 2º Constatada a existência de lixo ou entulho de qualquer espécie no terreno particular, ou ainda, estando a vegetação em tamanho superior à altura máxima fixada no parágrafo anterior, fica o município autorizado a:

I - Aplicar multa ao proprietário no valor de 40% (quarenta por cento) do valor do imposto predial urbano calculado para o respectivo ano;

II - Proceder diretamente com a limpeza do imóvel, independente de notificação do proprietário, cobrando deste, posteriormente, todas as despesas com a manutenção.

§ 3º A fim de viabilizar a aplicação da multa e cobrança dos encargos citados no parágrafo anterior, o Município deve instaurar procedimento administrativo próprio e informar quais foram os imóveis beneficiados com o serviço de limpeza e qual foi o custo do serviço por imóvel, notificando-se, ao final, os respectivos proprietários, para que efetuem o pagamento dos encargos advindos da limpeza, sob pena de serem exigidos juntamente com o imposto predial.

§ 4º Se o proprietário do imóvel, depois de notificado, pagar no prazo de 30 (trinta) dias o valor das despesas efetuadas pelo Município com a limpeza de seu terreno, não lhe será imposta a multa prevista no inciso I do § 2º deste artigo.

#### SEÇÃO IV DA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS

##### SUBSEÇÃO I DOS DEVERES DO PODER PÚBLICO E DOS PARTICULARES

Art. 92 É dever do Poder Público e de todo cidadão promover, manter e respeitar a limpeza e a conservação das vias e logradouros públicos, parques e jardins, não jogar ou deixar quaisquer detritos ou objetos que comprometam a normalidade do uso destes bens pela comunidade.

Parágrafo Único - É proibido depositar, despejar ou descarregar lixo, entulhos ou resíduos de qualquer natureza, em terrenos localizados nas zonas urbana e de expansão urbana do Município, bem como às margens dos rios, nascentes, rodovias, estradas vicinais e ferrovias:

## SUBSEÇÃO II DOS DEVERES DOS PARTICULARES

Art. 93 Os responsáveis por obras ou serviços que venham a causar transtornos nos logradouros públicos são obrigados a protegê-los mediante a retenção dos materiais de construção, dos resíduos escavados, ou de quaisquer outros, estocando-os convenientemente sem apresentar transbordamentos.

Parágrafo Único - O responsável por qualquer obra ou serviço fica obrigado a manter, de forma constante e permanente, a limpeza e a conservação das partes livres reservadas do passeio para trânsito de pedestre, e da via de tráfego de veículo, recolhendo detritos, terra, pó e similares.

Art. 94 Os tapumes ou sistemas de contenção não poderão bloquear ou dificultar o curso natural das águas pluviais, devendo ser adotadas precauções especiais a fim de que os resíduos ou materiais neles contidos não provoquem a obstrução, diretamente ou em decorrência de enxurradas, dos ralos e das caixas públicas receptoras de águas pluviais.

Art. 95 A ocupação dos passeios públicos por qualquer pessoa, seja física ou jurídica, pública ou privada, dependerá de prévia e expressa autorização do Poder Público, nos termos do disposto em regulamento.

Art. 96 Sem prejuízo do disposto no Código Municipal de Edificações, nas construções e demolições de imóveis, nos aterros e terraplanagem em geral, é vedada a ocupação de via ou logradouro público com resíduos, materiais de construções ou demolição além do alinhamento do tapume.

§ 1º Nas hipóteses de impossibilidade de armazenamento de materiais para a execução da obra ou de resíduos desta no interior do canteiro, será admitido o estoque dos mesmos na via ou logradouro público, em contêineres próprios.

§ 2º Nos casos do parágrafo anterior, havendo necessidade do contêiner ser instalado no passeio, deve ser requerida prévia autorização ao poder público, e comprovado que será deixado livre um espaço mínimo de 1,20m (um metro e vinte centímetros) para circulação de pedestres.

§ 3º Nos casos do § 1º deste artigo, havendo necessidade do contêiner ser instalado na via pública, deve ser observada e respeitada a legislação de trânsito.

Art. 97 Para preservar a limpeza e a conservação de logradouros públicos e áreas particulares fica terminantemente proibido:

I - Escoar águas servidas das unidades imobiliárias para a rua, devendo ser canalizadas para galerias de águas pluviais ou de esgoto sanitário;

II - Conduzir ou transportar sob qualquer modalidade materiais que possam comprometer o asseio dos logradouros públicos sem a devida cautela;

III - Praticar qualquer ato que perturbe, prejudique ou impeça a execução da varredura, coleta, transporte, ou de outros serviços de limpeza urbana;

IV - Efetuar quaisquer aterros utilizando-se de materiais velhos ou resíduos sólidos, salvo os autorizados pelos órgãos públicos de preservação ambiental;

V - Preparar concreto e argamassa em logradouros públicos, salvo mediante utilização de tabuados ou caixas apropriadas;

VI - Varrer lixo ou detrito sólido de qualquer natureza para os ralos e sarjetas dos logradouros públicos;

VII - Colocar ou jogar lixo ou entulho nos logradouros públicos, ressalvada a colocação de lixo acondicionado, nos passeios de residências ou estabelecimentos, e de entulho em coletores apropriados, colocados nos logradouros, na forma da legislação pertinente;

VIII - Derramar óleo, gordura, graxa, combustível, líquido de tinturaria, nata de cal e cimento, concreto em logradouros públicos;

IX - Armar fogueiras ou similares nas vias públicas, exceto no período de festas juninas, desde que licenciadas e autorizadas sob a responsabilidade do requerente;

X - Abandonar bens inservíveis, veículos ou similares irrecuperáveis, carcaças, pneus e acessórios, e outros, nas vias e logradouros públicos;

XI - Deixar de recolher dejetos de animais de criação ou domésticos, nas vias e logradouros públicos;

XII - Manter água estagnada ou abandonada dentro de vasilhame ou quaisquer objetos, possibilitando a proliferação de insetos;

XIII - Deixar de zelar periodicamente das fossas negras, sépticas e outras formas de depósito e escoamento de águas servidas e dejetos de toda ordem.

Art. 98 É proibido:

I - Construir, demolir, reformar, pintar, ou limpar fachada de edificações, sem proteção apropriada para impedir que poeira, borrifamento de líquidos e outros resíduos produzidos incomodem os vizinhos e transeuntes;

II - Riscar, borrar, fazer pichações, colar cartazes, pintar inscrições, fixar publicidade ou propaganda de qualquer natureza em desacordo com os dispositivos deste Código e legislação específica, especialmente nos seguintes locais:

a) Árvore de logradouros públicos;

b) Estátuas e monumentos;

c) Grades, parapeitos, viadutos, passarelas, pontes e canais;

d) Poste de iluminação, sinalização de trânsito, caixa de correios, de telefone, de alarme, de incêndio e de coleta de lixo;

e) Guias de calçamento, passeios e revestimento de logradouros públicos, bem como em escadarias;

f) Colunas, paredes, muros, tapumes, edifícios públicos, mesmo quando de propriedades de pessoas e entidades, direta ou indiretamente favorecidas pela publicidade e inscrições.

III - Aos comerciantes da parte central da cidade, promover lavagem de calçadas entre os períodos compreendidos das 07:00 às 20:00 horas, de segunda a sexta-feira permitido aos sábados após 16:00 horas e domingos durante todo o dia.

IV - A irrigação de ruas são atribuições exclusivas da Prefeitura, nenhum munícipe pode realizar de forma particular, individual ou coletiva sem a devida licença da Prefeitura, expedida pela Secretária responsável, sujeitando ao cumprimento da leis em vigor e sob a fiscalização das autoridades competentes, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste código.

Art. 99 Os proprietários ou responsáveis por bancas, barracas em geral, pit dog's e similares que funcionarem em logradouros públicos ou imóveis particulares, deve manter em perfeita limpeza e higiene o piso, as mercadorias, instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e outros bens operacionais, usados na exploração da atividade e a respectiva área adjacente, num raio de 10,00m (dez metros), ainda que descoberta.

## CAPÍTULO II

### DO CONTROLE DA POLUIÇÃO AMBIENTAL, DAS QUEIMADAS, FLORESTAS

#### SEÇÃO I

##### DA POLUIÇÃO AMBIENTAL

Art. 100 É proibida qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente: solo, água e ar causados por substância sólida, líquida, gasosa ou em qualquer estado de matéria que direta ou indiretamente:

I - Crie ou possa criar condições nocivas ou ofensivas à saúde, segurança e bem estar público;

II - Prejudique a flora e a fauna;

III - Contenha óleo, graxa ou lixo;

IV - Prejudique o uso do meio ambiente para fins domésticos, agropecuários, recreativos, de piscicultura, e para outros fins úteis ou que afetam a sua estética.

V - poluição do ar;

VI - Poluição das águas pluviais com o despejo de detritos sólidos ou líquidos de qualquer natureza;

§ 1º - As proibições no tocante a poluição das águas, estendem-se tanto àquelas públicas quanto às particulares.

Art. 101 É absolutamente proibido despejar quaisquer detritos sólidos ou líquidos de qualquer natureza diretamente nos cursos d'água.

Art. 102 Os esgotos domésticos ou industriais, só podem ser lançados direta ou indiretamente nas águas, se comprovadamente não poluírem.

Parágrafo único - É vedado o lançamento de resíduos sólidos nas águas.

Art. 103 As proibições estabelecidas nos artigos 100 e 101 aplicam-se à água superficial ou de solo de propriedade pública privada ou de uso comum.

Art. 104 A Prefeitura desenvolverá ação no sentido de:

I - Controlar as novas fontes de poluição ambiental;

II - Controlar a poluição através de análise, estudos e levantamentos das características do solo, das águas e do ar.

Art. 105 As autoridades incutidas da fiscalização ou inspeção, para

fins de controle da poluição ambiental, têm livre acesso, a qualquer dia e hora, às instalações industriais, comerciais, agropecuárias, outras propriedades particulares ou públicas, capazes de poluir o meio ambiente.

Art. 106 É proibido lançar nas vias públicas, nos terrenos baldios, várzeas, valas, bueiros, sarjetas lixos de qualquer origem, entulhos, cadáveres de animais, fragmentos pontiagudos ou qualquer material que possa ocasionar incômodo à população ou prejudicar a estética da cidade.

Art. 107 O município pode celebrar convênios com órgãos públicos estaduais e/ou federais para a execução de tarefas que objetivem o controle da poluição do meio ambiente, de conformidade com os planos estabelecidos para sua proteção.

Art. 108 Para a instalação, construção, reconstrução, reforma, conservação, ampliação e adaptação de estabelecimentos industriais e comerciais, agropecuários e de prestação de serviços, é obrigatória a consulta ao órgão competente da Prefeitura, da possibilidade ou não de tal atividade, sem que haja alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio-ambiente.

Art. 109 Na infração de dispositivos deste Capítulo, são aplicadas as seguintes penalidades:

I - Infração Leve, Média, Grave e Gravíssima;

II - Restrição de incentivos e benefícios fiscais, quando concedidos pela Administração Municipal.

#### SEÇÃO II

##### DAS QUEIMADAS, DOS CORTES DE ÁRVORES, PASTAGENS E DAS FLORESTAS EXISTENTES NO MUNICÍPIO

Art. 110 As florestas existentes no Município de Massaranduba e as demais formas de vegetação nativa, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a legislação em geral e especialmente este Código estabelecem.

Parágrafo único - as ações ou omissões contrárias às disposições deste Código na utilização e exploração das Florestas, são consideradas uso nocivo da propriedade (art.302, XI e do Código do Processo Civil).

Art. 111 A Prefeitura colaborará com o Estado e a União na criação de políticas para a preservação e restauração da vegetação nativa e de suas funções ecológicas e sociais nas áreas urbanas e rurais. (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).

Art. 112 Considera-se Área de Preservação Permanente - APP, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei:

I - As faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:

a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;

b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;

c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;

II - As áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com

largura mínima de:

a) 100 (cem) metros, em zonas rurais, exceto para o corpo d'água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 (cinquenta) metros;

b) (trinta) metros, em zonas urbanas;

III - As áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais, na faixa definida na licença ambiental do empreendimento;

IV - As áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros.

V - As encostas ou partes destas com declividade superior a 45°, equivalente a 100% (cem por cento) na linha de maior declive;

VI - As bordas dos tabuleiros ou chapadas, até a linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais;

VII - No topo de morros, montes, montanhas e serras, com altura mínima de 100 (cem) metros e inclinação média maior que 25°, as áreas delimitadas a partir da curva de nível correspondente a 2/3 (dois terços) da altura mínima da elevação sempre em relação à base, sendo esta definida pelo plano horizontal determinado por planície ou espelho d'água adjacente ou, nos relevos ondulados, pela cota do ponto de sela mais próximo da elevação;

Art. 113 Consideram-se ainda de Preservação Permanente, quando assim declaradas por ato do Poder Público Municipal, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas:

a) A atenuar a erosão das terras;

b) A auxiliar a defesa ecológica do Município;

c) A proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico ou histórico;

d) Assegurar condições de bem-estar público;

e) Abrigar exemplares da fauna ou da flora ameaçados de extinção.

Parágrafo Único - A supressão total ou parcial de Florestas de Preservação Permanente só será admitida com prévia autorização do Poder Executivo Federal, quando for necessária a execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social.

Art. 114 Consideram-se de interesse público municipal:

a) A limitação e o controle do pastoreio em determinadas áreas localizadas no Município, visando a adequada conservação e propagação da vegetação Florestal;

b) As medidas com o fim de prevenir ou erradicar pragas e doenças que afetem a vegetação Florestal;

c) A difusão e a adoção de métodos tecnológicos que visem a aumentar economicamente a vida útil da madeira e o seu maior aproveitamento em todas as fases e manipulação e transformação;

d) A proibição da formação de pastagens na zona urbana.

Art. 115 O proprietário da floresta não preservada nos termos deste Código, poderá grava-la com perpetuidade, desde que verificada a existência de interesse Público Municipal. O vínculo constará de termo assinado perante a autoridade Pública Municipal e será averbado à margem de inscrição no Registro Público.

Art. 116 Qualquer árvore poderá ser declarada imune de corte, mediante ato do Poder Público Municipal, por motivo de sua localização, raridade, beleza, condição de porta- sementes e/ou por seu significado à comunidade local.

Art. 117 A derrubada de mata dependerá de licença da Prefeitura:

1º A supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá do cadastramento do imóvel no Cadastro Ambiental Rural - CAR, e de prévia autorização do órgão estadual competente do Sisnama. (Incluído pela Lei nº 12.651/2012)

2º A licença será negada se a mata for considerada de utilidade pública.

Art. 118 A exploração florestal e o comércio de plantas vivas, oriundas das Florestas, dependerão do Alvará de Licença Municipal, que só será concedido após o devido registro no órgão competente Vigente.

Art. 119 As florestas de domínio privado, não sujeita ao regime de utilização limitada e ressalvadas as de Preservação Permanente, previstas nos artigos 110 e 111 deste Código, são suscetíveis de exploração, obedecidas as seguintes restrições: Quando respeitado o limite mínimo de 20% da área de cada propriedade com cobertura arbórea localizada, a critério da autoridade Municipal, a derrubada de florestas nativo- primitivas ou regeneradas.

Art. 120 A fiscalização e a guarda das florestas pela Municipalidade, não excluem a ação da autoridade policial por iniciativa própria.

Art. 121 Constituem contravenções puníveis com multa:

a) Destruir, danificar ou utilizar floresta considerada de Preservação Permanente, mesmo que em formação, com infringência das normas estabelecidas ou previstas neste Código;

b) Cortar árvores em florestas de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente;

c) Causar danos aos Parques Nacionais, Estaduais ou Municipais, bem como as reservas biológicas;

d) A ninguém é permitido atear fogo, em quaisquer tipos de matas, sendo a matéria regulamentada pelo Código Florestal. - Lei nº 12.651/2012;

e) Impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação;

f) Receber madeira, lenha, carvão e outros produtos procedentes de florestas, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto, até o final do beneficiamento;

g) Transportar ou guardar madeiras, carvão e outros produtos procedentes de florestas, sem licença válida para todo o tempo da viagem ou do armazenamento, outorgada pela autoridade competente;

h) Deixar de restituir à autoridade, licenças pelo decurso do prazo

ou pela entrega ao consumidor dos produtos procedentes de florestas;

i) Empregar como combustível, produtos florestais ou hulha, sem o uso de dispositivos que impeçam à difusão de fagulhas, suscetíveis de provocar incêndios nas florestas.

Art. 122 As penalidades incidirão sobre os autores sejam eles:

a) Diretos;

b) Arrendatários, parceiros, posseiros, gerentes, administradores, diretores, promitentes, compradores ou proprietários das áreas florestais, desde que praticadas por propósitos ou subordinados e no interesse dos proponentes ou dos superiores Hierárquicos.

c) Autoridades que se omitirem ou facilitarem, por consentimento ilegal na prática do ato.

Art. 123 - Além das multas previstas neste Código, estão sujeitos os infratores as regras gerais do Código Penal e da Lei de contravenções penais.

Art. 124 São circunstâncias que agravam a multa:

a) Cometer a infração no período de queda das sementes ou de formação das vegetações prejudicadas, contra espécies raras ou ameaçadas de extinção, em épocas de seca ou inundação, durante a noite, em domingos ou feriados.

b) Cometer a infração quanto a floresta de preservação permanente ou material dela provido.

Art. 125 O presente Código não poderá ser conflitante com a Legislação Florestal Brasileira, quando em caso positivo, altera-la, no sentido de torna-la compatível.

Art. 126 As infrações, no tocante a obrigação de qualquer artigo deste Capítulo serão punidas com aplicação das penalidades tendo em vista a classificação da gravidade da infração.

### CAPÍTULO III TERRAPLANAGENS

Art. 127 Toda movimentação de terras por cortes e aterros serão precedidos de Licença Municipal, de acordo com a legislação específica, sujeitando-se ao cumprimento às Leis em vigor e sob a fiscalização das autoridades competentes

Art. 128 O órgão ambiental municipal poderá, em função de situações de risco ou emergenciais, suspender preventivamente a emissão de licenças para terraplanagens, corte e supressão de vegetação, dando prévia divulgação à imprensa local das justificativas para o ato e do período de suspensão.

Art. 129 Na infração de dispositivos deste Capítulo, as penalidades são aplicadas as previstas neste Código, ou de cumprir a exigência na forma do disposto no Código Civil.

Parágrafo Único - Restrição de incentivos e benefícios fiscais, quando concedidos pela Administração Municipal.

### LIVRO II ATIVIDADES ECONÔMICAS E CULTURAIS

#### TÍTULO I DAS ATIVIDADES ESPECIAIS EXERCIDAS EM LOGRADOUROS PÚBLICOS

### CAPÍTULO I AUTORIZAÇÃO PARA EVENTOS TEMPORÁRIOS

#### SEÇÃO I DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA MONTAGENS DE CIRCOS, PARQUES, PALCOS, SHOWS, FEIRAS, EXPOSIÇÕES, FESTAS COMUNITÁRIAS E SIMILARES

Art. 130 Para instalação, em caráter temporário, de circos, parques de diversões, feiras, exposições e similares, e a promoção de festejos, bailes, shows, e divertimentos populares de qualquer natureza, nos logradouros públicos, ou em locais particulares, com ou sem cobrança de ingresso, será obrigatória licença prévia de instalação, expedida pela Administração Municipal, mediante vistoria do órgão competente, seguindo o que dispõe o Livro I - Título II - Capítulos IV e V deste Código, não excedendo a autorização o período de 30(trinta) dias, desde que atendidas as seguintes condições:

I - Ao conceder a autorização, pode a Prefeitura estabelecer as restrições que julgar convenientes, no sentido de assegurar a ordem do divertimento e o sossego da vizinhança.

II - A seu juízo, pode a Prefeitura não renovar a autorização de circo, parque de diversões, ou obriga-los a novas restrições ao conceder-lhes a renovação pedida.

Parágrafo Único - O pedido de licença de instalação deve indicar o local onde será instalada a atividade; o prazo necessário para a montagem da estrutura da atividade, o de uso, e o de desmontagem; a atividade que se pretende desenvolver no local; a qualificação completa do responsável pelo evento; prova da regularização de sua situação junto à administração tributária municipal para fins de recolhimento dos tributos devidos pelo exercício de sua atividade; e autorização de uso expedida pelo proprietário do imóvel, seja ele público ou particular.

Art. 131 Para funcionamento dos eventos descritos no artigo anterior, deverá ser encaminhado requerimento de concessão de licença para funcionamento ao órgão de Fiscalização Municipal de Posturas, dentro da sua área de sua competência a gestão e o controle serão exercidos pelos órgãos municipais encarregados pelo cumprimento das normas estabelecidas neste Código que o analisará e, não havendo obstáculo, encaminhará à Vigilância Sanitária e Tributação para expedição de licença.

Parágrafo Único - O pedido de licença de funcionamento deve ser instruído com laudo de vistoria técnica, assinado por profissional legalmente habilitado, atestando que foram atendidas as condições de segurança, higiene, comodidade e conforto.

Art. 132 Constitui obrigação do responsável pelo estabelecimento ou do responsável pela realização do espetáculo, garantir condições de segurança para o seu funcionamento, observada a legislação pertinente.

Art. 133 As infrações, no tocante a Obrigação do Código de Posturas serão punidas com aplicação das multas abaixo:

I - As multas são impostas em grau:

a) Na imposição da multa, e para graduá-la, ter-se-á em vista a gravidade da infração.

§ 1º Nos casos de reincidência específica, as multas fixas mencionadas neste Artigo serão elevadas ao dobro, a cada nova ocorrência.

§ 2º O lançamento da multa será de ofício ou ex-ofício, fica a

cargo de a autoridade fiscal estimar o valor da multa, bem como apurar a infração, o prejuízo econômico e outros dados que se necessitar julgar.

## SEÇÃO II DO TRÂNSITO PÚBLICO

Art. 134 O trânsito, de acordo com as leis vigentes, é livre e sua regulamentação tem por objetivo manter o respeito, a ordem, a segurança e bem estar transeuntes e da população em geral.

Art. 135 É proibido embarçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nas ruas, praças, passeio, estradas e caminhos públicos, exceto para efeito de obras públicas ou quando exigências policiais o determinarem.

Parágrafo único: Sempre que houver necessidade de interromper o trânsito, será colocada sinalização, claramente visível de dia e luminosa, à noite.

Art. 136 Compreende-se na proibição do artigo anterior o depósito de quaisquer materiais, inclusive de construção, nas vias públicas, em geral.

§ 1º Tratando-se de materiais cuja descarga não possa ser feita diretamente no interior dos prédios, é tolerada a descarga e permanência na via pública, com o mínimo prejuízo ao trânsito, por tempo não superior a 02 (duas) horas.

§ 2º Nos casos previstos no parágrafo anterior, os responsáveis pelos materiais depositados na via pública, terão que advertir os veículos, à distância convenientes, dos prejuízos causados ao livre trânsito.

Art. 137 É expressamente proibido danificar ou retirar sinais colocados nas vias, estradas ou caminhos públicos para advertência de perigo ou impedimento de trânsito.

Art. 138 Assiste à Prefeitura, o direito de impedir o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte que possa ocasionar danos à via pública.

§ 1º Colheitadeiras, Escavadeiras, Tratores, Máquinas agrícolas e outros tipos, que compõe a parte rodante de esteira, não podem trafegar sobre as vias pavimentadas com asfalto.

Art. 139 Pode o município no exercício de suas funções fiscalizadoras em atos de fiscalização relativo à sua cota-parte no retorno do ICMS verificar e averiguar a circulação de mercadorias no território municipal, firmar convênios com o estado, consórcios e parcerias com as associações dos municípios.

Art. 140 É proibido embarçar o trânsito ou molestar os Pedestres por tais meios como:

I - Conduzir, pelos passeios, volumes de grande porte;

II - Conduzir, pelos passeios, veículos de qualquer espécie;

III - Patinar, a não ser nos logradouros a isso destinados;

IV - Amarrar animais nos passeios, em postes, árvores, grades ou portas.

Parágrafo único: Excetuam-se o disposto no item II deste Artigo, carrinhos de crianças ou de aparelhos para portadoras de necessidades especiais, em ruas de pequeno movimento, triciclos e bicicletas de uso infantil.

Art. 141 As infrações, no tocante a obrigação do Código de Posturas serão punidas com aplicação das penalidades tendo em vista a classificação da gravidade.

§ 1º Nos casos de reincidência específica, as multas fixas mencionadas neste Artigo serão elevadas ao dobro, a cada nova ocorrência.

§ 2º O lançamento da multa será de ofício ou ex-ofício, fica a cargo de a autoridade fiscal estimar o valor da multa, bem como apurar a infração, o prejuízo econômico e outros dados que se necessitar julgar.

## SEÇÃO III DA OCUPAÇÃO DE PASSEIOS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 142 Os passeios e logradouros públicos devem estar sempre livres e desobstruídos, de modo a permitir o franco acesso e trânsito de pessoas sobre os mesmos.

Art. 143 Podem ser armados coretos, palanques provisórios para festividades religiosas, cívicas ou de caráter popular, e a ocupação, para exploração comercial de qualquer espécie, de passeios e logradouros públicos, por particulares, dependerá de prévia e expressa autorização da Prefeitura, nos termos especificados nesta lei e em regulamento, desde que sejam observadas as seguintes condições:

§ 1º O requerimento de autorização de uso de passeio ou logradouro deve ser instruído, no mínimo, com:

I - Documentos pessoais do interessado, endereço, telefones de contato, e-mail e atividade específica;

II - Croqui informando a localização exata do imóvel e as respectivas medidas e dimensões da área pública que pretende utilizar;

III - Os fins a que se destina o uso, o período e a forma de utilização.

IV - Não perturbar o trânsito público;

V - Não prejudicar a pavimentação, causar danos, nem o escoamento das águas pluviais, correndo por conta dos responsáveis pelas festividades, os estragos por acaso verificados;

VI - Ser removido no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar do encerramento dos festejos.

§ 2º A Diretoria de Postura fiscalizará o local objeto do pedido, especialmente durante o período que o particular pretende utilizá-lo, aferindo a situação e condições locais, e elaborará relatório circunstanciado que subsidiará a resposta ao pedido formulado.

§ 3º Sendo o caso de deferimento do pedido, o termo de autorização de ocupação só será expedido após a juntada no processo do comprovante de pagamento da taxa devida pela utilização do bem público.

§ 4º A autorização de ocupação de área pública terá validade de 1 (um) ano, e poderá ser revogada a qualquer tempo, se o interesse público assim o exigir.

§ 5º Uma vez, fim do prazo estabelecido neste artigo, a Prefeitura promoverá a remoção do coreto ou palanque, cobrando do responsável as despesas de remoção, dando ao material removido, o destino que entender.

Art. 144 Nenhum material pode permanecer nos logradouros

públicos, exceto nos casos previstos no parágrafo único do artigo 135 deste Código.

Art. 145 O ajardinamento e a arborização das praças e das vias públicas são atribuições exclusivas da Prefeitura ou esta pode fazer convênio com entidades privadas conforme a lei vigente.

Parágrafo único: Nos logradouros abertos por particulares, com licença da Prefeitura, tal atribuição é transferida ao particular responsável pela obra.

Art. 146 É proibido podar, cortar, pintar, derrubar ou sacrificar as árvores da arborização pública.

Art. 147 É igualmente proibido fazer remoção de calçamento, rebaixamento de meio-fio e ligação de esgoto à rede pública.

Art. 148 Parágrafo único: as exigências determinadas nos artigos 145, 146 e 147 são atribuições exclusivas da Prefeitura.

Art. 149 Nas árvores dos logradouros públicos não é permitida a colocação de cartazes e anúncios, nem a fixação de cabos ou fios, sem a autorização da Prefeitura.

Art. 150 As bancas para a venda de jornais e revistas podem ser permitidas, nos logradouros públicos, desde que satisfaçam as seguintes condições:

I - Ter sua localização aprovada pela Prefeitura;

II - Apresentar bom aspecto quanto à sua construção;

III - Não perturbar o trânsito público;

IV - Ser fácil remoção;

Art. 151 Os estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviços e similares podem ocupar, com mesas, cadeiras, outros utensílios que fazem parte de sua atividade, parte do passeio correspondente à testada do edifício, desde que fique livre para o trânsito público uma faixa do passeio de largura mínima de 02 (dois) metros.

§ 1º o contribuinte deverá solicitar via protocolo que trata o artigo 130, recolher a taxa no qual preceitua no Código Tributário Municipal, feito vistoria pela Secretaria responsável que dará o parecer levando em consideração o fluxo de pessoas e a localização de tráfego e demais informações técnicas pertinentes.

§ 2º tratando-se de manipulação, exposição de produtos ou alimentos será imprescindível autorização da vigilância sanitária.

§ 3º fica proibido a emissão de fumaça e perturbação da vizinhança, aglomeração de pessoas promovendo algazarras, ruídos sonoros mesmo que seja em propriedade particular com vista para logradouro público.

Parágrafo único: As infrações, no tocante ao descumprimento deste artigo acarretará multa por infração conforme preceitua este Código de Posturas e terá suas mercadorias e utensílios apreendidos e a Licença Suspensa.

Art. 152 Os relógios, estátuas, totens, fontes e quaisquer monumentos, somente podem ser colocados nos logradouros públicos, se comprovado o seu valor artístico ou cívico, a juízo da Prefeitura.

Parágrafo único: depende da aprovação, o local escolhido para a fixação dos monumentos.

Art. 153 As infrações, no tocante a obrigação do Código de Posturas serão punidas com aplicação das penalidades tendo em vista a gravidade da infração.

§ 1º Nos casos de reincidência específica, as multas fixas mencionadas neste Artigo serão elevadas ao dobro, a cada nova ocorrência.

§ 2º O lançamento da multa será de ofício ou ex-offício, fica a cargo de a autoridade fiscal enquadrar na classificação o valor da multa, bem como apurar a infração, o prejuízo econômico e outros dados que se necessitar julgar.

## CAPÍTULO II

### DA INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS

Art. 154 A instalação de coberturas fixas ou removíveis sobre passeios públicos depende de autorização do Poder Público, tendo em vista as implicações relativas à estética da cidade, ao trânsito e à segurança do cidadão, desde que atendidas as seguintes condições:

I - não tenham pontos fixo no passeio;

II - altura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros);

III - largura máxima equivalente a 2/3 (dois terços) do passeio.

Parágrafo Único - O pedido de permissão deverá ser acompanhado de planta ou desenho cotado, indicando a testada do prédio, largura do passeio, especificações do equipamento a ser instalado, além dos elementos exigidos em regulamento.

## CAPÍTULO III

### DO COMÉRCIO AMBULANTE

#### SEÇÃO I

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 155 O exercício dos comércios ambulante e eventual, de caráter temporário, somente poderá funcionar com a prévia licença do Poder Público Municipal, que será expedida mediante requerimento do interessado e pagamento das taxas respectivas, observado o disposto nas normas aplicáveis à matéria.

§ 1º Para efeitos da aplicação da presente lei, consideram-se vendedores ambulantes os agentes econômicos que trabalham nos logradouros públicos, com bancas ou unidades móveis, em locais permitidos pelas autoridades municipais e que vendam apenas gêneros autorizados pelo Decreto regulamentador. A licença para exercício do comércio ambulante poderá ser:

a) Itinerante - quando o ambulante recebe permissão de uso de áreas definidas, mas exerce sua atividade em diferentes locais, a exemplo dos feirantes;

b) Móvel - quando o ambulante recebe licença para atuar de forma esporádica em locais de aglomeração temporária de pessoas, tais como estádios, festas comunitárias, parques de exposições e congêneres.

§ 2º Consideram-se comércio eventual, para efeitos desta lei, as instalações destinadas à comercialização de produtos, bens e serviços ao consumidor final, de vendas a varejo, em espaço único ou dividido em "stands" individuais, com a participação de um ou mais interessados, cujo funcionamento será em caráter eventual, em período previamente determinado. Os gêneros a serem comercializados pelo comércio eventual serão definidos no Decreto

regulamentador.

§ 3º As atividades a que se refere o caput do presente artigo deverão estar adequadas às normas sanitárias da Vigilância Sanitária adequada ao tipo de comércio.

§ 4º Os produtos e mercadorias a serem comercializados deverão estar em condições ideais, de acordo com a legislação vigente.

§ 5º Os ambulantes, organizadores, feirantes e expositores não estão eximidos das obrigações decorrentes das legislações tributárias, consumeristas, de segurança e de vigilância sanitária pertinentes.

Art. 156 A Secretaria de Administração e Finanças, juntamente com a Secretaria de Saúde, deverão cadastrar e fiscalizar de forma intensiva o comércio ambulante e eventual no município de Massaranduba, exigindo de cada interessado a respectiva licença e, em caso de comercialização de produtos alimentícios e de interesse à saúde, de documento emitido pela Secretaria de Saúde, sobre as condições de saúde do titular e quanto à higiene observada.

§ 1º Não poderá ser matriculado como ambulante todo aquele que possuir qualquer estabelecimento comercial ou de prestação de serviços.

§ 2º Os Fiscais de Tributos e Vigilância Sanitária poderão requisitar quando obstados de seu poder de polícia, o auxílio de força policial para o exercício de seus atos vinculados.

Art. 157 O ambulante, o comerciante eventual e a promotora do evento, deverão afixar, no ponto de venda, barraca, ou carrinho, ou portar as respectivas licenças expedidas pela Secretaria de Administração e Finanças e Secretaria de Saúde.

Art. 158 O exercício do comércio ambulante, por conta própria ou de terceiros, dependerá sempre de licença do órgão de Fiscalização Municipal de Posturas.

§ 1º A licença a que se refere o presente artigo será concedida em conformidade com as prescrições deste Código e da legislação fiscal deste Município no Código Tributário Municipal e Código Tributário Nacional.

§ 2º A licença autorizará o interessado a exercer o comércio ambulante em local certo e determinado nos logradouros públicos ou em lugares de acesso franqueado ao público, não permitindo a edificação em alvenaria ou fixação de qualquer tipo de obstrução permanente.

§ 3º Havendo interesse em mudança de local do comércio ambulante já autorizado, deve ser requerida nova autorização ao órgão de Fiscalização Municipal de Posturas e cancelamento da anterior.

## SEÇÃO II DO PEDIDO DE LICENÇA

Art. 159 A licença de vendedor ambulante só será concedida pela Administração Municipal mediante o atendimento pelo interessado das seguintes formalidades:

I - Requerimento ao órgão de Fiscalização Municipal de Posturas, apresentando qualificação completa do requerente e descrição da atividade que pretende desenvolver;

II - Utilização de bancas, barracas, carrinhos e etc, segundo os modelos oficiais da Administração Municipal, definidos por decreto;

III - Compromisso do interessado de não impedir ou estrangular o tráfego de pedestres nas calçadas, condutas estas vedadas;

IV - Recolhimento da taxa devida pela licença.

Art. 160 A licença do vendedor ambulante será concedida sempre a título precário e exclusivamente a quem exercer a atividade, sendo pessoal e intransferível.

§ 1º A licença valerá apenas para o exercício em que for concedida.

§ 2º A licença não dá direito ao vendedor ambulante de ocupar ou utilizar outra pessoa na venda de suas mercadorias, mesmo a pretexto de auxiliar.

§ 3º É obrigatório o porte da licença quando do exercício da atividade por ela autorizada.

§ 4º É vedada a aglutinação de ambulantes, em caráter permanente.

§ 5º Ficará consignado na licença o local e horário em que o ambulante poderá exercer sua atividade.

I - Poderá ser definido horário especial aprovado pela Secretaria de Administração e Finanças, para comercialização dentro de eventos constantes do calendário oficial do município ou situações específicas.

Art. 161 A Municipalidade poderá cancelar a licença concedida ao comércio ambulante ou eventual, a qualquer tempo, se considerar a atividade não mais apropriada ao local, ou sendo explorada por pessoa distinta da autorizada.

§ 1º A quantidade máxima de licenças a serem expedidas por área, local ou região da Cidade, de modo a preservar o livre trânsito de pedestres nas calçadas, vias e logradouros públicos, será objeto de estudo e decisão pelo órgão responsável pela Fiscalização Municipal de Posturas.

Art. 162 O registro do comércio ambulante e a concessão da respectiva licença para o exercício desta atividade serão de inteira responsabilidade do órgão de Fiscalização Municipal de Posturas.

§ 1º Deve ser criado um banco de dados informatizado contendo informações e qualificação de todas as pessoas que exerçam o comércio ambulante no município.

§ 2º A qualificação do interessado deve conter, no mínimo, os seguintes dados: nome completo, número da identidade e do CPF, telefones para contato e endereço residencial.

§ 3º As informações constantes no cadastro devem abranger, pelo menos, a atividade desenvolvida pelo interessado, local do exercício, número da licença expedida e prazo de validade da licença.

§ 4º A licença só será expedida após o recolhimento das taxas devidas, devendo obedecer ao modelo estabelecido em regulamento, contendo, no mínimo, a qualificação completa do interessado, o local onde será desenvolvido o comércio ambulante e o prazo de validade da licença, que será por dia, por quinzena, por mês e anual a partir da expedição.

§ 5º O vendedor ambulante não licenciado, nos termos desta lei, que for flagrado pela fiscalização exercendo a atividade terá sua mercadoria apreendida e recolhida ao depósito municipal, onde terá o seguinte destino:

I - Aguardará por 15 (quinze) dias para ser reavida por seu proprietário se for bem não perecível;

II - Transcorrido o prazo previsto no inciso I, do § 5º, deste artigo sem o resgate do bem pelo proprietário, está o poder público autorizado a efetuar a avaliação e venda dos bens, ressarcindo-se das despesas com a guarda e venda dos bens, restituindo-se ao proprietário o valor remanescente;

III - Se os bens apreendidos forem perecíveis, serão encaminhadas ao aterro sanitário, sem qualquer indenização do Poder Público Municipal.

IV - Os produtos deverão ter procedência de origem, comprovando com documentos fiscais ou de entidades de classe.

V - A fiscalização tomará as medidas necessárias para o fiel cumprimento da presente Lei devendo apreender e recolher imediatamente e depositando em local apropriado produtos pirateados ou cuja procedência não possa ser comprovada pelo vendedor no momento da fiscalização.

§ 6º Os produtos apreendidos serão devolvidos ao infrator tão logo regularizada a situação e/ou comprovada a origem e licitude dos produtos vendidos, observado os prazos estabelecidos neste código e capítulo.

§ 7º Caso a Fiscalização Municipal de Posturas perceba que o vendedor ambulante distribui, vende, expõe à venda, aluga, adquire, introduz no País, oculta, tem em depósito, original ou cópia de obra intelectual ou fonograma reproduzido com violação do direito de autor, do direito de artista intérprete ou executante ou do direito do produtor de fonograma, ou, ainda, aluga original ou cópia de obra intelectual ou fonograma, sem a expressa autorização dos titulares dos direitos ou de quem os represente, deverá recolher a mercadoria e informar à Delegacia de Polícia do termo de apreensão para que sejam tomadas as providências devidas.

### SEÇÃO III DAS LICENÇAS PARA FEIRAS EVENTUAIS

Art. 163 As feiras anexas ou realizadas em função de eventos estimulados, promovidos ou apoiados pelo Município serão excluídas das obrigações de que trata este capítulo, desde que os produtos, bens e serviços oferecidos na feira se relacionem diretamente com o ramo de atividade do evento.

Art. 164 A obtenção de autorização para comércio eventual é também obrigação de todos os comerciantes eventuais interessados em participar do evento.

§ 1º O descumprimento do disposto no caput deste artigo implica na interdição do evento e/ou do estabelecimento irregular, conforme o caso, e na aplicação das penalidades no tocante a obrigação do Código de Posturas serão punidas com aplicação das penalidades tendo em vista a gravidade da infração.

§ 2º O comerciante ambulante e o eventual, incluindo a empresa promotora do evento e todos os comerciantes eventuais participantes do deste, ficam obrigados ao recolhimento da "Taxa de Licença para Exercício do Comércio Ambulante ou Eventual" no valor previsto na legislação pertinente (Código Tributário Municipal).

§ 3º O descumprimento do disposto no caput deste artigo implica na interdição do evento, do estabelecimento irregular e/ou do comércio ambulante, conforme o caso, e na aplicação das penalidades tendo em vista a gravidade da infração.

Art. 165 É proibido ao vendedor ambulante, sob pena de multa e

cassação da licença:

I - Estacionar, em qualquer tempo, nos logradouros públicos, fora dos locais legalmente permitidos;

II - Impedir ou dificultar o trânsito nos logradouros públicos;

III - Realizar o comércio ambulante fora do horário normal de funcionamento dos estabelecimentos varejistas do mesmo ramo;

IV - Alterar ou ceder a outro sua autorização ou licença;

V - Negociar com mercadorias ilícitas ou não compreendidas na licença;

VI - Quando exercer a atividade sem atender as exigências de higiene e sanitárias, ofender a ordem, à moralidade, o costume e o sossego público;

VII - Quando o vendedor for reincidente, dentro do período para o qual foi licenciado, no cometimento de infração da mesma natureza;

VIII - Agressão física ou moral a servidor municipal no exercício de sua função que estiver praticando ação fiscalizatória da atividade do ambulante;

Parágrafo Único - As mercadorias perecíveis apreendidas serão encaminhadas ao aterro sanitário.

Art. 166 As infrações, no tocante a obrigação do Código de Posturas serão punidas com aplicação das penalidades tendo em vista a gravidade da infração, ao iniciar as atividades sem licença da Prefeitura do prejuízo da ação penal cabível, podendo ser classificado como grau mínimo, médio e máximo.

### CAPÍTULO IV DOS MEIOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

#### SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 167 A fiscalização, a exploração ou utilização de quaisquer dos meios de publicidade e propaganda será feita pela Administração Pública Municipal, através do órgão responsável pela Fiscalização Municipal de Posturas.

Art. 168 A exploração ou utilização de veículos de divulgação presentes na paisagem urbana e rural visível dos logradouros públicos poderá ser promovida por pessoas físicas ou jurídicas, desde que autorizadas pelo órgão competente.

Art. 169 Serão responsáveis perante a Administração Municipal e terceiros com relação à segurança e conservação dos engenhos publicitários:

I - O proprietário do engenho e, quando for o caso, o profissional Responsável Técnico habilitado, autor do projeto, pela segurança do equipamento que veicula o anúncio;

II - O proprietário do engenho, por sua conservação.

§ 1º Considera-se proprietário do engenho a pessoa física ou jurídica detentora de alvará para instalação do equipamento de publicidade e propaganda.

§ 2º Não sendo encontrado o proprietário do engenho, responde por este o interessado pela propaganda nele veiculada, direta ou indiretamente.

Art. 170 Independem de aprovação e licenciamento os seguintes anúncios:

I - Anúncios institucionais;

II - Anúncios indicativos de ofertas de produtos e serviços, exibidos no próprio local de exercício da atividade, desde que não ultrapassem a área de 0,50m<sup>2</sup> (meio metro quadrado).

III - Placas obrigatórias, exigidas em leis e regulamentos, na forma especificada, desde que contenham apenas o determinado na legislação pertinente;

IV - Anúncios em vitrines e mostruários;

V - Programas e cartazes artísticos nas casas de diversões, teatro, cinema e similares, que se refiram às atividades nelas exploradas.

Art. 171 A licença, quando necessária para implantação do engenho de publicidade e propaganda, será cancelada nos seguintes casos:

I - A requerimento do interessado;

II - Por determinação do órgão competente da Administração Municipal, com instauração do devido processo legal;

III - Por infração a legislação de posturas, caso não sejam resolvidas as irregularidades, dentro dos prazos estabelecidos em notificação e intimação;

IV - Quando o proprietário da área não for o explorador e divergir o interesse do primeiro com o segundo;

V - Por determinação judicial.

Art. 172 Os engenhos de publicidade e propaganda ou anúncios não autorizados, funcionando em desacordo com a licença concedida, ou cuja licença tenha sido cancelada, serão retirados e apreendidos, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

§ 1º Os engenhos de estrutura metálica e os outdoors apreendidos, serão guardados no depósito público municipal, ficando a disposição dos proprietários por 15 (quinze) dias. Vencido o prazo e não reclamados podem ser descartados.

§ 2º Os demais engenhos de publicidade e propaganda podem ser descartados no ato de sua retirada, sendo levados ao aterro sanitário.

§ 3º Os pit-dog's, bancas e similares, apreendidos, serão encaminhados ao depósito público municipal onde permanecerão à disposição de seus proprietários pelo prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da apreensão. Vencido o prazo e não reclamados serão descartados.

## SEÇÃO II DOS VEÍCULOS DE DIVULGAÇÃO

Art. 173 Para efeitos deste Código são considerados engenhos de veiculação quaisquer equipamentos presentes ou visíveis dos logradouros públicos e de propriedades particulares utilizados para transmitir mensagens visuais sobre estabelecimentos, produtos, ideias, marcas, pessoas, ou coisas, bem como outras informações de interesse da comunidade, classificando-se em:

I - Engenhos de porte simples: mural, letreiro, equipamento eólico, balão, mobiliário urbano e veículo automotor;

II - Engenho de porte complexo; painel ou placa e outdoor.

Parágrafo Único - São considerados ainda engenhos de divulgação de porte complexo todos aqueles cuja dimensão e forma exijam conhecimento técnico estrutural para sua instalação, além de subscrição da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

Art. 174 É vedada a veiculação de qualquer mensagem, através de mídia exterior, seja qual for sua finalidade, forma ou composição, nos seguintes casos:

I - Como medida preventiva a bem da higiene, da moral, do sossego público, segurança pública e costumes.

II - Quando favoreça ou estimule qualquer espécie de ofensa ou discriminação racial, sexual, social ou religiosa;

III - Quando contenha elementos que possam fazer apologia ou induzir atividades criminosas ou ilegais, ao uso de drogas, à violência, ou que possam: favorecer, enaltecer ou estimular tais práticas;

IV - Quando considerando atentatório, em linguagem, ou alegoria, à moral pública e aos bons costumes;

V - Quando promova produtos proibidos;

VI - Quando contrarie a legislação, especialmente a Eleitoral, Penal, Consumerista - CDC e a de Trânsito - CTB;

VII - Pela sua natureza provocar aglomerações prejudiciais ao trânsito público.

VIII - Quando prejudique a insolação ou aeração da edificação em que estiver colocado, ou das edificações vizinhas;

IX - Quando comprometa direitos de terceiros;

X - Em obras de arte, quais sejam: viadutos, pontes, túneis, elevados, passarelas e semelhantes, ainda que de domínio estadual ou federal;

XI - Quando devido às suas dimensões, formas, cores, luminosidade, ou por qualquer outro motivo, prejudique a perfeita visibilidade e compreensão dos sinais de trânsito e de combate a incêndio, a numeração imobiliária, a denominação dos logradouros e outras mensagens destinadas à orientação do público, causando insegurança às pessoas;

XII - Nas partes externas de hospitais, prontos-socorros e postos de atendimento médico, exceto os identificadores e os eventos relacionados com área de saúde;

XIII - Nas áreas de preservação permanente;

XIV - Em imóveis tombados pela União, pelo Estado ou pelo Município, exceto quando autorizado pelas instituições das respectivas esferas de Poder, com atribuições para tal fim;

XV - Em edificações de uso exclusivamente residencial, exceto nos casos autorizados pelos proprietários;

XVI - Na pavimentação das vias, nos meios-fios, calçadas, sarjetas e canteiros centrais;

XVII - Em marquise de edificações, em coberturas, nestas salvo quando possuir estrutura apropriada;

XVIII - Quando exibido sem acabamento final adequado em todas

as suas superfícies ou que não esteja bem conservado, no que tange a estabilidade, resistência dos materiais e aspecto visual, ou que não ofereça condições de segurança ao público;

XIX - Quando colado ou pintado nas colunas, paredes e demais partes externas da edificação, excetuando-se o grafismo em muro;

XX - Nas partes internas e externas de cemitérios, exceto o letreiro identificador;

XXI - Em equipamentos contra incêndio;

XXII - Sempre que prejudique ostensivamente a paisagem natural, construída, ou a perspectiva visual;

XXIII - Em posição que venha obstruir a visualização de engenhos já existentes;

XXIV - Em árvores e postes de iluminação e de sinalização;

XXV - Quando em prédios públicos, estátuas, esculturas, monumentos, grades, gradil, corrimão, parapeitos e assemelhados;

XXVI - De alguma forma prejudicar os aspectos paisagísticos da cidade, seus panoramas naturais, monumentos típico-históricos da e tradicionais;

XXVII - A exploração Sexual Comercial e Prostituição;

Parágrafo Único - O descumprimento do disposto no caput deste artigo implica na interdição do evento e/ou do estabelecimento irregular, e notificação ao responsável conforme o caso, e na aplicação das penalidades tendo em vista a gravidade da infração.

Art. 175 O assentamento físico dos veículos de divulgação de publicidade e propaganda nas vias e logradouros públicos só será permitido nas seguintes condições:

I - Quando conter anúncio institucional;

II - Quando conter anúncio orientador.

### SEÇÃO III DOS ANÚNCIOS

Art. 176 São considerados anúncios, para os efeitos deste Código, quaisquer mensagens visuais emitidas por engenhos de divulgação presentes na paisagem urbana, visíveis dos logradouros públicos, cuja finalidade seja divulgar estabelecimentos, produtos, ideias, marcas, pessoas ou coisas e outras informações do interesse da comunidade, classificando-se em:

I - Anúncio indicativo: indica ou identifica estabelecimentos, propriedades ou serviços;

II - Anúncio promocional: promove estabelecimentos, empresas, produtos, marcas, pessoas, ideias ou coisas;

III - Anúncio institucional: transmite informações do Poder Público, organismos culturais, entidades representativas da sociedade civil, entidades beneficentes e similares, sem finalidade comercial;

IV - Anúncio orientador: transmite mensagens de orientações, tais como de trânsito ou de alerta;

V - Anúncio misto: é aquele que transmite mais de um dos tipos anteriormente definidos.

Art. 177 Considera-se paisagem urbana a configuração resultante

da contínua e dinâmica interação entre os elementos naturais, os elementos edificados ou criados pelo próprio homem numa constante relação de escala, forma, função e movimento.

### SEÇÃO IV DO MURAL

Art. 178 Considera-se mural o engenho de divulgação formado pela execução de "pintura artística" realizada diretamente sobre muro, fachada de edificação ou similar.

Parágrafo Único - É vedada a exposição publicitária nos murais.

Art. 179 Na execução do mural exige-se:

I - Que não prejudique a numeração do imóvel onde estiver pintado;

II - Que a tinta não seja refletiva;

III - Que seja realizado por pessoa qualificada e devidamente cadastrada na Secretaria Municipal da Fazenda;

IV - Que seja autorizado pelo proprietário do imóvel.

### SEÇÃO V DO LETREIRO

Art. 180 Considera-se letreiro, para os efeitos deste Código, o engenho de divulgação visual, contido no estabelecimento, ou na edificação caracterizados por nomes, denominações, logotipos e emblemas.

Art. 181 O letreiro será permitido, desde que instalado a altura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) do passeio, nem possua balanço que exceda a 1,20m (um metro e vinte centímetros), sem ultrapassar a largura da calçada, ou nela ser fixados.

Parágrafo Único - Tratando-se de luminosos, o sistema de iluminação a ser adotado, deverá ser aprovado pelos órgãos de competentes municipais.

### SEÇÃO VI DOS EQUIPAMENTOS EÓLICOS

Art. 182 Para os efeitos deste Código, considera-se equipamento eólico o exaustor solar e o tubo iluminador, bem como o engenho de divulgação dotado de movimento rotativo, cuja fonte propulsora seja o vento, obedecidas as seguintes disposições para sua instalação:

I - As partes móveis deverão situar-se a uma altura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) do solo;

#### SUBSEÇÃO I DOS BALÕES

Art. 183 Para fins deste Código é considerado balão, os equipamentos dotados de capacidade de flutuação no ar, utilizado na difusão de anúncios.

Parágrafo Único - Para instalação de balões, exige-se:

I - Moto ventilados a ar frio, afixado ao chão;

II - Não utilizar gás inflamável na sua confecção, ou para propulsão;

II - Praticado com um balão de ar quente, por esta razão o balão

deve ter uma matrícula (prefixo) registrado junto à ANAC, seu piloto deve possuir uma licença (brevê) específico para a prática do balonismo também emitido pela ANAC. Além disso o balão deve possuir uma apólice de seguro aeronáutico, um certificado de autorização de voo obrigatórios.

## SEÇÃO VII

### DA PROPAGANDA MOBILIÁRIA URBANA

Art. 184 Para efeitos deste Código consideram-se mobiliário urbano os equipamentos de orientação a pedestres, lixeiras, porta avisos, bancos, assentos, passarelas, terminais de ônibus, cabines telefônicas, placas de ruas, relógios e outros.

Parágrafo Único - O Poder Público Municipal poderá conceder espaço no mobiliário urbano, inclusive nos destinados a informações de serviços de utilidade pública, instalados nos logradouros públicos mediante de concessão ou autorização específica.

## SUBSEÇÃO I

### DOS VEÍCULOS AUTOMOTORES

Art. 185 Os veículos automotores, quando neles forem gravados, ou afixados anúncios ou engenhos na natureza publicitária ou de propaganda, serão considerados como engenho de divulgação.

§ 1º Não serão considerados anúncios à logomarca, o logotipo, ou outro tipo de identificação da empresa, ou instituição proprietária do veículo.

§ 2º Os anúncios nos veículos automotores poderão ser pintados ou afixados diretamente nas laterais externas do veículo. Sendo ônibus até nos vidros da parte traseira, nos demais veículos, exceção-se os vidros, respeitadas as normas específicas da legislação de trânsito.

## SUBSEÇÃO II

### DA PROPAGANDA E PUBLICIDADE VOLANTE

Art. 186 Propaganda ou publicidade volante é aquela feita à viva voz ou por gravação de quaisquer espécies, através de alto-falantes ou de equipamento similar.

§ 1º A propaganda falada em lugares públicos, por meio de vozes e alto falantes, terá que obedecer, os seguintes critérios:

I - A propaganda falada só será permitida nos locais pré-determinados pelo órgão de Fiscalização Municipal de Posturas;

II - É vedada a propaganda e a publicidade volante, carro de som, trio-elétrico, com utilização de amplificadores de som, microfones, alto-falantes, a menos de 200,00m (duzentos metros) de distância de hospitais, casas de saúde, escolas, bibliotecas, igrejas e teatros;

§ 2.º O horário para funcionamento do serviço de propaganda e publicidade volante nas vias públicas e logradouros públicos será:

I - Nos dias úteis, das 9h00 (nove horas) às 18h00 (dezoito horas);

II - Aos sábados, das 9h00 (nove horas) às 18h00 (quatorze horas);

III - Aos domingos e feriados, é facultativo e deverá ter licença especial para somente para casos de utilidade pública.

## SEÇÃO VIII

### DO OUTDOOR, PAINEL, PLACA OU CONGENERES

Art. 187 A exploração e utilização de veículos de publicidade como outdoor, painéis front-light, painéis Backlight, painéis de led, totems, placas e congêneres, moveis ou fixadas em áreas particulares ou públicas, nos termos do Código do Meio Ambiente, dependerão de licença específica para tal fim e pagamento tributos e preços públicos, nos termos da legislação tributário.

§ 1º A licença será concedida pelo prazo de 01 (um) ano, a partir de sua expedição.

§ 2º A licença poderá ser renovada, por igual período, a pedido do interessado, mediante pagamento dos tributos e preços públicos devidos e laudo assinado por responsável técnico atestando que o engenho publicitário encontra-se em perfeitas condições para uso, observando-se especialmente os quesitos segurança e higiene.

§ 3º O poder público poderá determinar a remoção de qualquer engenho publicitário mesmo estando licenciado, de um local para outro, sem exigir nova taxa se o licenciamento não estiver vencido, sendo vedada à instalação de outro engenho no local, com vistas a atender ao interesse público.

§ 4º As taxas de fiscalização para realizar as vistorias do licenciamento são devidas e pagas por antecipação, independentemente do deferimento do pedido, e não implica na autorização de instalação do engenho e sim no custeio das diligências realizadas, sendo posterior o pagamento da Autorização.

Art. 188 Deverá ser retirado no prazo de até 15 (quinze) dias, a partir da ciência do interessado, o engenho ou anúncio com licença vencida e não renovada ou com pedido indeferido.

Art. 189 Considera-se painel ou placa, o engenho de informação visual que exige estruturas metálicas, fundações, suficientes para suportar vendavais, com ou sem rede elétrica, com ou sem movimento, com ou sem iluminação.

Parágrafo Único - Para instalação de painel ou placa, exige-se:

I - Não ultrapassar os limites da divisa do logradouro com o terreno numa altura da parte inferior acima de 4,00 (quatro) metros, podendo se exceder até 1,20 (um metro e vinte centímetros) no espaço aéreo, desde que o excesso não ultrapasse 2/3 (dois terços) da medida de largura total da calçada, ficando expressamente vedada sua fixação nela;

II - A altura mínima de sua parte inferior, não poderá ser menor que 4,00m (quatro metros);

III - A base da estrutura deverá ser dentro dos limites da propriedade onde é instalado;

IV - Que seja instalado sobre estrutura própria, ou afixado na parte superior dos prédios;

V - Os painéis de LEDs deverão manter um afastamento mínimo de 50 (cinquenta) metros das delimitações de postos de abastecimento de combustíveis.

VI - Os engenhos que instaladas as margens de rodovias ou na área de domínio deverão ter autorização do órgão fiscalizador.

VII - Os engenhos de grande porte deverão ter o projeto de construção/instalação/estrutural, ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), protocolado e encaminhado ao Setor de Planejamento para análise, sendo aprovado expedir o Alvará de Construção e Instalação.

**SUBSEÇÃO I  
DO OUTDOOR**

Art. 190 Para os efeitos deste Código é considerado outdoor, o engenho de divulgação constituído de quadro próprio, onde são colocados informes publicitários formando anúncios e possuindo estrutura de sustentação própria, devendo esta ser resistente à intempérie da natureza.

Parágrafo Único - O outdoor deverá ter área útil de no máximo 27,00m<sup>2</sup> (vinte e sete metros quadrados), sendo as medidas de altura igual a 3,00m (três metros) e largura igual a 9,00 (nove metros), não se considerando nesta área os apliques que extrapolam a moldura do quadro, desde que sua área não ultrapasse 10% (dez por cento) da área do outdoor.

Art. 191 Para instalação de outdoor deverão ser obedecidas as seguintes restrições:

I - Não ter mais de 02 quadros superpostos, na mesma estrutura de sustentação;

II - Não avançar sobre o passeio público;

III - Não prejudicar a visibilidade de outros já existentes;

IV - Seus pontos deverão situar-se entre 2,10m (dois metros e dez centímetros) de altura mínima e 7,00m (sete metros) de altura máxima; e quando tiver 02 quadros superpostos, não exceder 10,00m (dez metros) de altura, medidos a partir do ponto mais alto do passeio imediatamente próximo do respectivo quadro;

V - Manter afastamento de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) nas divisas laterais do terreno;

VI - Ser pintado e afixado sobre quadros próprios constituídos por:

a) Chapas metálicas ou madeiras sem quebras ou depressões;

b) Moldura contornando todo o quadro, com até 25,00cm (vinte e cinco centímetros) de largura e pintada;

c) Estrutura de sustentação pintada

VII - Ter na moldura superior o número do engenho e o da licença para sua instalação, o nome e o telefone da empresa proprietária;

VIII - Quando em conjunto não ultrapassar, a quantidade de 03 quadros, para o mesmo imóvel, mantendo-se:

a) O espaçamento mínimo entre quadros de 0,20m (vinte centímetros);

b) Afastamento lateral mínimo entre conjuntos de 30,00m (trinta metros);

c) Afastamento frontal mínimo entre conjuntos de 20,00m (vinte metros).

IX - Quando instalados perpendicularmente às vias de tráfego, quer em conjunto ou isoladamente, manter entre si o afastamento de 50,00m (cinquenta metros) nas vias urbanas, e de 150,00m (cento e cinquenta metros) nas rodovias Municipais, Estaduais e Federais localizadas na zona urbana e de expansão urbana;

X - Quando instalados nas rodovias municipais, distar no mínimo 300,00m (trezentos metros) das áreas de cruzamentos e 30,00m (trinta metros) da margem da rodovia;

XI - Estar devidamente autorizado pelo proprietário do imóvel;

XII - A exibição de publicidade ou propaganda fica condicionada a limpeza, capina e a remoção de detritos no imóvel, durante todo o período em que a mesma estiver exposta;

XIII - Não prejudicar a visibilidade da edificação em cujo terreno esteja localizado;

XIV - Manter afastamento mínimo de 100,00m (cem metros) de estações de passageiros, escolas, creches, cemitérios, hospitais, asilos, orfanatos, repartições públicas, vias de tráfego e rotatórias.

**CAPÍTULO V****DA INSTALAÇÃO E USO DE LONAS**

Art. 192 A instalação e uso temporário de lonas, contra ação do sol instalados na extremidade de marquises do respectivo edifício serão permitidos somente quando:

I - Não descerem, estando completamente distendidos, abaixo da cota de 2,20m (dois metros e vinte centímetros), em relação ao passeio;

II - Possibilitarem enrolamento mecânico, a fim de que possam ser recolhidos ao cessar a ação do sol;

III - Forem mantidos em perfeito estado de limpeza e conservação;

IV - Tiverem na extremidade inferior, elementos convenientemente adaptados e suficientemente pesados, a fim de garantir, quando distendidos, relativa flexibilidade;

V - Não obstruam a calçada, prejudicando a mobilidade e acessibilidade dos pedestres;

**CAPÍTULO VI****DA INSTALAÇÃO DE TOLDOS**

Art. 193 A instalação de toldos ou cobertura, fixos ou móveis, nos passeios não providos de marquises será permitida desde que satisfeita as prescrições deste Código.

Art. 194 Nos prédios comerciais, construídos no alinhamento de logradouros a instalação de toldos deverá atender os seguintes requisitos:

I - Não excederem a largura de passeio;

II - Não apresentarem, quando instalados no pavimento térreo quaisquer de seus elementos inclusive bambinelas, altura inferior à cota de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), em relação ao nível do passeio;

III - Não terem bambinelas de dimensões verticais superiores a 0,60m (sessenta centímetros);

IV - Não receberem, nas cabeceiras laterais, quaisquer planejamentos.

Art. 195 Os toldos ou coberturas referidos no artigo 165 poderão ser apoiados em armações fixadas no passeio a testada do meio fio ou a testada da parede ou grade do estabelecimento, não se admitindo alvenaria ou concreto armado.

§ 1º Os toldos ou coberturas deverão ser feitos de materiais de boa qualidade e convenientemente acabados.

§ 2º Qualquer que seja o edifício comercial, a instalação de toldos

não poderá prejudicar a arborização e a iluminação pública nem ocultar placas de nomenclatura dos logradouros.

Art. 196 Para colocação de toldos ou coberturas fixas ou móveis, o requerimento do interessado ao órgão de Fiscalização Municipal de Posturas deverá ser acompanhado de projeto com duas vias, representando uma seção normal a fachada, na qual figurem o toldo ou a cobertura, segmento da fachada e o passeio com as respectivas cotas quando se destinarem ao pavimento térreo.

Art. 197 Os toldos ou coberturas deverão ser mantidos em perfeito estado de conservação.

Art. 198 Quando qualquer toldo ou cobertura que não se encontrar em perfeito estado de conservação oferecendo perigo de desabamento, o órgão responsável pela Fiscalização Municipal de Posturas deverá intimar o interessado a consertá-lo ou retirá-lo imediatamente, podendo para isso fazer uso do Poder de Polícia.

Parágrafo Único: O valor das taxas que trata este capítulo serão reportadas ao Código Tributário Municipal.

## CAPÍTULO VII

### DAS CABINES BANCÁRIAS, RELÓGIOS, TERMÔMETROS, MÁQUINAS DE VENDAS EXPRESSA DE BEBIDAS E OUTROS PRODUTOS

Art. 199 As cabines bancárias, os relógios, termômetros, as máquinas de venda expressa de bebidas e outros produtos, poderão ser instalados nas vias e logradouros públicos, mediante pagamento da Taxa de licença conforme preceitua o Código Tributário Municipal ou Decreto regulamentador a Título de preços Públicos.

§ 1º - Os elementos a que se refere o caput deste artigo deverão respeitar as normas de segurança estabelecidas pelos órgãos competentes, assim como atender ao disposto nas normas da ABNT e legislações pertinentes, além do disposto neste Código para comércio e serviços localizados em vias públicas.

§ 2º - Os materiais utilizados nos equipamentos mencionados neste artigo deverão ser duráveis e resistentes a intempéries, podendo ser removidos pela Prefeitura Municipal, sem ressarcimento às empresas, caso não sejam mantidos em perfeitas condições de funcionamento.

§ 3º - Apenas os relógios e termômetros poderão ser instalados em trevos, rotatórias e canteiros centrais de avenidas, mediante consulta prévia de viabilidade protocolada a Secretaria de Planejamento ou Secretaria de Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal.

§ 4º - Para a instalação dos equipamentos mencionados no caput deste artigo deverão ser atendidas as normas da Prefeitura, sendo que as despesas com energia elétrica serão de responsabilidade do permissionário e, no caso de serem instalados pelo Município, deverá ser informada a fonte de custeio.

## CAPÍTULO VIII

### DAS ESTAÇÕES DE RADIOCOMUNICAÇÃO (ERB-ESTAÇÃO RADIO BASE)

Art. 200 Considera-se estação de radiocomunicação dos serviços de telecomunicações ERB (ESTAÇÃO RÁDIO BASE) TORRES como sendo o conjunto de equipamentos ou aparelhos, dispositivos e demais meios necessários à realização de telecomunicações, seus acessórios e periféricos, instalados em contêineres, armários ou outras construções que os abrigam e complementam localizados em ambientes externos (zona urbana ou zona rural) ou de uso comum de edificações ou associados a estruturas de sustentação.

Art. 201 As Estações Rádio Base deverão atender aos limites de

exposição humana aos campos elétricos, magnéticos ou eletromagnéticos estabelecidos pela Lei Federal nº 11.934, de 5 de maio de 2009 ou aquela que venha a suceder, nos termos da regulamentação expedida pelo respectivo órgão regulador federal.

Art. 202 A implantação, no Município, das Estruturas de Suporte das Estações Rádio Base depende da expedição de Alvará de Construção e Alvará de Licença e para efetuar ou acompanhar as medições radiométricas do órgão de fiscalização de posturas, e, da respectiva autorização do órgão ambiental competente ou do órgão gestor, quando se tratar de instalação, respectivamente, em Área de Preservação Permanente ou Unidade de Conservação.

Art. 203 O início da implantação da ERB somente poderá se dar após obtidos os citados Alvarás.

Parágrafo único. A fiscalização e a aplicação de penalidades caberá a cada um dos órgãos citados, na sua respectiva área de atuação dentro do território do Município.

Art. 204 Visando à proteção da paisagem urbana e rural a instalação das torres e postes deverá atender às disposições de acordo com a legislação específica, sujeitando-se ao cumprimento às Leis em vigor e sob a fiscalização das autoridades competentes.

## TÍTULO II

### DA VISTORIA E DO LICENCIAMENTO

## CAPÍTULO I

### DA VISTORIA

Art. 205 As vistorias administrativas terão lugar nos seguintes casos:

I - De reclamação realizada por contribuinte, mormente quanto à infração a qualquer dispositivo deste Código, por meio de requerimento, processo administrativo, notificações preliminares e verbalmente;

II - Por determinação do Prefeito, da Procuradoria Geral do Município, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e pelo órgão de Fiscalização Municipal de Posturas;

III - Para início de atividade de estabelecimento comercial, industrial ou prestador de serviço, com instalação fixa ou provisória.

Art. 206 Nas vistorias referidas no inciso III do artigo 205 deverão ser observados os seguintes requisitos:

I - Natureza e característica do estabelecimento ou do caso em tela;

II - Condições de segurança, de conservação e de higiene;

III - Se existe licença para instalar o objeto solicitado, por meio da Certidão de Uso de Solo e, quando for o caso, do Laudo Ambiental e de qualquer outro órgão ou autarquia Federal, Estadual ou Municipal;

IV - Estar em conformidade com o objetivo e finalidade, a fachada, os banheiros, a numeração, o local mencionado no requerimento e se a atividade condiz com o que está sendo solicitado.

§ 1º A vistoria será feita após o pedido de licença à Administração Municipal para funcionamento do estabelecimento, por parte do interessado.

§ 2º No requerimento do pedido de licença para funcionamento, deverá conter os seguintes documentos:

- a) Cópia da identidade do titular ou titulares;
- b) Cópia do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), do titular ou titulares;
- c) Cópia do comprovante de endereço comercial e residencial;
- d) Cópia da Certidão de Numeração;
- e) Cópia da Certidão de Uso de Solo, caso a atividade necessite, conforme prevê o Código de Edificações;
- f) Cópia da Licença Ambiental, caso a atividade necessite, conforme prevê o Código Municipal de Meio Ambiente;
- g) Cópia dos registros de autarquias, associações, agremiações, conselhos, ordens e qualquer outro órgão responsável pelo credenciamento de profissionais liberais, quando for o caso;
- h) Cópia do Contrato Social devidamente registrado no órgão responsável;
- i) Cópia do cartão de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- j) Cópia do Contrato de Locação;
- k) Requerimento devidamente preenchido, assinado e reconhecido firma na assinatura do titular;
- l) Área total do imóvel, área edificada, área ocupada pelo estabelecimento e suas dependências;
- m) Área de publicidade visual;
- n) Cópia da Consulta de viabilidade feita através do Regin da Jucesc.

Art. 207 O requerimento protocolizado atesta a inscrição do objeto solicitado e, somente poderá funcionar após a vistoria do Agente Fiscal, encaminhamento aos órgãos municipais competentes no prazo de 30 (trinta) dias, sendo prorrogável pelo mesmo período.

Art. 208 Deverá ser realizada nova vistoria quando o estabelecimento comercial, industrial, prestador de serviços ou similar, solicitar mudança de ramo de atividade ou de endereço.

Parágrafo Único - Para a mudança de local de estabelecimento industrial, comercial ou de prestação de serviços deverá ser solicitada a necessária permissão ao Poder Público Municipal, que verificará se o novo local satisfaz as condições exigidas.

Art. 209 Realizadas as vistorias serão lavrados os termos correspondentes, consignando a regularidade ou não do estabelecimento.

§ 1º O município pode conveniar através de suas Secretarias com o Corpo de Bombeiros Civil ou Militar, as entidades de classes representativas para vistorias e laudos técnicos quando julgar necessário.

§ 2º A Prefeitura Municipal poderá desenvolver programas especiais, com as associações dos municípios, convênios de colaboração, consórcios ou contratos com órgãos estaduais e federais de policiamento e controle ambiental, para cumprir as disposições deste Capítulo.

§ 3º A fiscalização poderá ser feita em conjunto pelos órgãos mencionados no caput deste artigo, independentemente de denúncia.

## CAPÍTULO II

## DO LICENCIAMENTO

Art. 210 Nenhum estabelecimento comercial, industrial, prestador de serviços ou similar poderá instalar-se no município, mesmo transitoriamente, nem iniciar suas atividades, sem prévia licença de localização e funcionamento outorgada pela Administração Municipal e sem que seus responsáveis tenham efetuado o pagamento da taxa devida.

Art. 211 A concessão de Licença de Localização e Funcionamento do estabelecimento comercial, industrial, prestador de serviço ou similar dependerá do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - Atender as prescrições do Código de Edificações e do Plano Diretor deste Município;

II - Satisfazer as exigências legais previstas no artigo 206 deste Código;

III - Estar de acordo com o que determina a Lei Federal nº 10.098/2000 que trata da acessibilidade.

Art. 212 A licença de localização e instalação inicial é concedida pelo órgão competente da Administração Municipal mediante despacho, expedindo-se o Cadastro Comercial após o cumprimento das exigências contidas nos artigos 206 a 209 deste Código.

Parágrafo Único - No caso de extravio do alvará ou do cadastro comercial existente, sua substituição deverá ser requerida no prazo de 05 dias, via internet no portal de serviços online do município.

Art. 213 Após a emissão do Cadastro Comercial pelo Cadastro de Atividade Econômica da Secretaria Municipal de Fazenda e paga as taxas devidas, o titular ou o cadastrante deverá solicitar por meio de requerimento, devidamente protocolizado nesta Administração Municipal, o Alvará de Localização e Funcionamento que será emitido pela Secretaria Municipal da Fazenda e conterá os seguintes dados:

I - Localização;

II - Nome, firma ou razão social sob cuja responsabilidade funcionar;

III - Nome fantasia;

VI - Ramo, objeto social, artigos ou atividades licenciadas, conforme o caso;

V - Horário de funcionamento;

VI - Metragem do estabelecimento;

VII - Número da inscrição municipal e número do CNPJ.

§ 1º O recolhimento da taxa da Licença de Localização e Funcionamento aos cofres públicos municipais não dá o direito de funcionamento do estabelecimento, é necessário a emissão da Licença, que deverá ser em papel timbrado da Secretaria Municipal da Fazenda, e ainda, estar em local visível à fiscalização municipal.

§ 2º Caso seja constatado pelo Agente Fiscal que, a empresa fiscalizada não possui o Alvará de Localização e Funcionamento, a mesma será intimada a providenciá-lo no prazo de 30 (trinta) dias, sendo prorrogável pelo mesmo período dias úteis, não sendo providenciado em tempo hábil, incorrerá nas penalidades previstas nos artigos 285 e 286 deste Código.

### CAPÍTULO III DA RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 214 O responsável legal ou proprietário de estabelecimento, anualmente, deverá requerer a licença de localização e funcionamento fornecida pela Secretaria Municipal da Fazenda.

§ 1º Caso seja constatada alguma alteração no estabelecimento solicitante da Licença de Localização e Funcionamento, a autoridade fiscal emitirá relatório circunstanciado, seguido de intimação com prazo de até 30 dias para adequação ou alteração cadastral junto ao órgão competente.

§ 2º O não cumprimento do disposto no parágrafo anterior poderá acarretar em descumprimento dos dispositivos deste Código, sendo passível a aplicação de multas e demais penalidades.

§ 3º Quando houver inclusão de atividades distintas para o mesmo CNPJ e Cadastro Econômico poderá ser cobrada a taxa adicional conforme disposto o Código Tributário Municipal e Normas da Vigilância Sanitária.

### CAPÍTULO IV DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

#### SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 215 Os horários de funcionamento das atividades econômicas e profissionais no Município são os estabelecidos neste Capítulo, ressalvadas as hipóteses quando a competência para sua fixação for da União, Estado e do Município.

§ 1º Nos estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviço, lazer e similar os dias de funcionamento e o horário de abertura e fechamento deverão obedecer o que preceitua este Código de Posturas observados os preceitos de Legislação Federal que regulam a duração da jornada semanal e as condições de trabalho, bem como, ao disposto na presente Lei o Código de Zoneamento e Plano Diretor.

§ 2º Para os estabelecimentos comerciais, serviço e lazer, o funcionamento aos domingos e feriados estará restrito em até 13 (treze) datas durante o ano, previamente definidas e regulamentadas por Decreto, levando em consideração, a cultura, a tradição os costumes do povo Massarandubense.

§ 3º Quando o horário for estabelecido pela União ou pelo Estado, o Município o adotará e exigirá do sujeito passivo o seu cumprimento.

§ 4º Em qualquer hipótese as empresas e as entidades, no cumprimento de seu horário, devem respeitar os direitos trabalhistas dos empregados.

§ 5º Cada segmento econômico respeitará a jornada de trabalho semanal estabelecida pelo Constituição Federal, CLT (Consolidação das Leis de Trabalho), Legislação Estadual e do Registro de Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho com as suas entidades de Classe Representativa.

§ 6º Entende-se por entidade de classe, uma sociedade de empresas ou pessoas com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, sem fins lucrativos e não sujeita a falência, constituída para prestar serviços aos seus associados, que estabelecem condições de trabalho aplicáveis no âmbito de representação das partes envolvidas. Sendo entidades de classe, as confederações,

as federações, as associações, os sindicatos, as cooperativas e as entidades profissionais entre outros.

§ 7º A abertura e funcionamento de cada segmento econômico diferente dos acordos sindicais ou assembleias assim denominadas e sua flexibilização desta esta condicionada a taxa de licença especial da Prefeitura.

§ 8º No Alvará de Licença deve ser consignado o horário normal de funcionamento de cada empresa, a qual fica obrigada a cumprilo, ressalvado os casos em que a Administração Municipal autorizar horário especial, através de licença especial e pagamento da taxa correspondente.

§ 9º O horário de início de qualquer atividade, quando a competência for do Município, a pedido do interessado, pode ser antecipado ou adiado em uma hora, bem como o do encerramento, exceto quando o término for às 22h00 (vinte e duas horas), desde que não ultrapasse os níveis de intensidade sonora estabelecido por este Código.

§ 10º O estabelecimento comercial em geral deverá solicitar licença especial para funcionamento aos sábados até às 22h00 (vinte e duas horas) e aos domingos e feriados até às 18h00 (dezoito horas) quando estes não tiverem acordo coletivo com sua representação de classe.

Art. 216 Os estabelecimentos que explorarem ramos não enquadrados como de utilidade pública, ou especial, podem optar por não funcionar aos sábados.

Art. 217 Atendendo interesse público, mediante requerimento individual, ou coletivo, por ramo de atividade econômica, ou por região, o horário estabelecido poderá ser ampliado.

Art. 218 Havendo reclamações ou constatação pelo órgão de Fiscalização Municipal de Posturas de estabelecimento com horário concedido pela licença especial, estar perturbando o sossego e a tranquilidade pública, sumariamente o horário deverá ser alterado para o geral, por um prazo mínimo de 06 (seis) meses, no caso de reincidência a alteração será definitiva.

Art. 219 Conforme natureza da atividade deverá esta estar em consonância com a liberação da SSP (Secretaria Segurança Pública), (Gerência de Fiscalização de Jogos e Diversões) GEFIJ e atender as obrigações da legislação vigente. Para fiscalizar e disciplinar todas as atividades consideradas como Jogos e Diversões Públicas no Estado de Santa Catarina.

#### SEÇÃO II DO HORÁRIO GERAL

Art. 220 Todas as empresas, estabelecimentos e entidades que fazem atendimento ao público, ressalvadas a competência da União, do Estado e Município estão sujeitas ao horário geral, previsto nesta Seção, mesmo as que têm horário especial, em face do ramo, excetuadas as exceções previstas neste Código.

Art. 221 A abertura e o fechamento dos estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços e profissionais, localizados no Município, ressalvadas, as exceções ficam sujeitas ao horário geral abaixo como referência:

I - Indústria:

a) Horário Comercial - (horário normal) compreende às 7hs (sete horas), e fechamento às 20hs (vinte horas);

b) Horário entre Turnos - (1ºturno, 2ºturno, 3ºturno) compreende

horários contínuos;

c) Sábados/domingos/feriados - horário Especial.

II - Comércio e prestação de serviço:

a) Horário Comercial - (horário normal) compreende às 8hs (oito horas), e fechamento às 22hs (vinte duas horas);

b) Aos sábados: abertura às 8hs (oito horas), e fechamento às 22hs (vinte duas horas);

c) Domingos/feriados - horário Especial - (horário fora horário normal de abertura e fechamento).

III - Clubes noturnos, salões de baile, danceterias, pavilhões de eventos e similares, diariamente, até aos domingos e feriados, das 22h00 (vinte duas horas) às 04h00 (quatro horas) madrugada do dia seguinte, desde que possuam vedação acústica e esteja dentro dos limites permitido por este Código, vedado o funcionamento diurno.

IV - Horário do comércio e serviços eventual ou ambulante fica condicionada ao art. 221, inciso I e inciso III.

Parágrafo Único: Nos estabelecimentos que trata esse artigo serão observados os preceitos nos parágrafo § 1º, § 2º § 3º, § 4º, § 5º; § 6º, § 7º, do art. 215 deste Código.

Art. 222 Para os estabelecimentos sem nenhum vínculo com as entidades representativas da sua categoria, ou que fazem seu próprio horário e jornada semanal, e demais como ambulantes, e eventuais, conforme preceitua o art. 216 no seu parágrafo único, será aplicado o art. 220 e art. 221.

Parágrafo Único - Aos domingos e feriados, salvo nos casos do inciso III, do artigo 202 os estabelecimentos permanecerão fechados, exceto quando permitido por este Código e no Calendário Festivo anual do Município.

### SEÇÃO III DO HORÁRIO CONTROLADO

Art. 223 A Prefeitura reserva-se o direito de estabelecer horário controlado para abertura e o fechamento de estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços e eventuais localizados no Município, ressalvadas, as exceções ficam sujeitas ao horário geral abaixo:

I - Bares, Restaurantes, Lanchonetes, Trailers e Similares: podem funcionar diariamente até às 24hs; sábados, domingos e feriados, o horário de funcionamento limite até 01hs.

II - Buffets, casas de evento e de recepções: sem isolamento, até às 02hs; com isolamento acústico, até às 03hs.

III - Lojas de conveniência: podem funcionar por 24 horas; a comercialização de bebidas alcoólicas até às 23hs.

IV - Shows musicais: a céu aberto podem se estender até às 03hs; em locais privados, com isolamento acústico, até às 04hs.

V - Cafeterias: podem funcionar por 24h, sem venda de bebidas alcoólicas;

VI - Festejos Juninos e Carnaval: devem encerrar o som mecânico às 03hs.

VII - Ano Novo: o horário é liberado; em caso de eventos especiais,

o limite de horário é 04hs da madrugada, desde que autorizados pela autoridade competente.

Parágrafo Único: Considerando o zoneamento urbano os estabelecimentos deverão respeitar a normas de sossego público e ruídos descritas neste código, sob pena de interdição e cassação do alvará.

Art. 224 Mediante ato específico fundamentado, quando requisitado legalmente pelas autoridades competentes, ao Departamento de Tributação Municipal poderá limitar o horário do funcionamento dos estabelecimentos que perturbem o sossego, o decoro e a saúde pública, costumes, ou que reincidam nas sanções da legislação trabalhista.

Art. 225 Outros ramos de comércio, indústrias ou prestadores de serviços que explorem atividades não previstas neste Capítulo, que necessitam funcionar em horário especial, deverão requerer autorização da Prefeitura.

Parágrafo Único: Considerando o zoneamento urbano e plano diretor do município de mais leis vigentes poderá ou não conceder a licença.

Art. 226 Poderá ser concedida licença para funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, lazer e de prestação de serviços, fora do horário normal de abertura e fechamento, mediante o pagamento de uma taxa de licença especial de que dispõe a legislação tributária do Município.

Art. 227 As infrações de qualquer artigo deste Capítulo serão punidas com aplicação das multas e para graduá-la, ter-se-á em vista a gravidade da infração.

§ 1º Nos casos de reincidência específica, as multas fixas mencionadas neste Artigo serão elevadas ao dobro, a cada nova ocorrência.

### SEÇÃO IV DOS RAMOS DE UTILIDADE PÚBLICA

Art. 228 Ficam excluídos dos horários supra os ramos considerados de utilidade pública, que por sua natureza podem funcionar diariamente em horário contínuo, tais como:

I - Hospital, casas de saúde e postos de serviço médico

II - Hospedagem em geral

III - Televisão, radiodifusão e telefonia;

IV - Produção e manutenção de energia elétrica;

V - Abastecimento de água potável e serviço de esgoto sanitário;

VI - Serviço de limpeza pública;

VII - Edição, impressão e distribuição de jornais, revistas e periódicos;

VIII - Manutenção e conservação direta de produtos perecíveis, desde que dependem de recursos humanos para o desempenho dos serviços; quitandas, açougues, peixarias, mercados, supermercados, mercadinhos, armazéns de produtos alimentícios, mercearias, agências de aluguel de automóveis e bicicletas, casas de flores, casas de frutas e legumes e demais produtos hortifrutigranjeiros;

IX - Indústrias cujo processo seja contínuo e interrupto;

X - Lotéricas, cafés, leiterias, restaurantes, vídeo locadoras, padarias e confeitarias e sorveterias.

XI - Postos de combustíveis, lavagem e lubrificação de veículos e borracheiros;

XII - Distribuição de Gás;

XIII - Serviços de transporte público;

XIV - Agência de passagens;

XV - Agências funerárias;

XVI - Farmácias, drogarias, laboratórios de análises clínicas e outros estabelecimentos de saúde;

XVII - Barbeiros, cabeleireiros, engraxates, salões de beleza, manicures e massagistas;

XVIII - Feiras de artesanatos;

XIX - Serviços de Guincho;

XX - Clubes Esportivos, Recreativos, Saunas;

XXI - Locação de Discos, Games e Similares;

XXII - Serviços de Processamento de dados e Acesso a Internet;

XXIII - Serviços de Estações de Rádiodifusão e Televisão

XXIV - Floriculturas e similares;

Parágrafo Único - Fica permitido às empresas de categorias previstas nos incisos I a XVII deste artigo, o funcionamento no horário entre 18h00 (dezoito horas) de um dia, às 8h00 (oito horas) do dia seguinte, apenas com serviço de plantão, conforme a sua conveniência, respeitado o sossego público e outras normas pertinentes.

## CAPÍTULO V DA ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E CASSAÇÃO DA LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

### SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 229 Anulação, cassação e revogação são formas de extinção dos atos administrativos que não se confundem.

#### SUBSEÇÃO I DA ANULAÇÃO

Art. 230 Dar-se-á a anulação sempre que ficar comprovada ilegalidade na expedição do ato, ou seja, quando o ato tiver sido editado sem observância das disposições legais.

Parágrafo Único - Assim, uma licença expedida por autoridade incompetente ou em favor de alguém que não houver demonstrado preencher todos os requisitos legais estará eivada de ilegalidade, devendo ser anulada.

#### SUBSEÇÃO II DA CASSAÇÃO

Art. 231 A cassação é uma espécie de penalidade sancionada pelo Poder Público ao particular que houver descumprido as condições estabelecidas no próprio ato concessivo.

Parágrafo Único - Uma vez infringidas estas condições, a licença será cassada, sem gerar para o infrator qualquer direito de indenização.

### SUBSEÇÃO III DA REVOGAÇÃO

Art. 232 A revogação da licença, como de qualquer ato administrativo, é permitida a qualquer tempo, mas deverá sempre ser motivada pelo interesse público, segundo os critérios de conveniência, oportunidade e utilidade.

Parágrafo Único - A licença concedida ao administrado para o exercício de direito poderá ser revogada pela administração pública por critério de conveniência e oportunidade.

### SUBSEÇÃO IV DAS MODALIDADES

Art. 233 A licença de localização de estabelecimento comercial, industrial, prestador de serviço, eventual, ambulante ou similar poderá ser anulada, cassada e/ou revogada nos seguintes casos:

I - Quando forem exercidas atividades diferentes da requerida e licenciada;

II - Quando se tornar local de desordem ou imoralidade;

III - Quando o funcionamento do estabelecimento for prejudicial à ordem pública, costumes ou ao sossego público;

IV - Quando o responsável pelo estabelecimento se recusar obstinadamente ao cumprimento das intimações expedidas pela Administração Municipal, mesmo depois de aplicadas multas e outras penalidades cabíveis;

V - Nos demais casos previstos em lei complementar;

VI - No descumprimento obstinado do Embargo Municipal;

VII - No caso de casas de diversões públicas, tipo: choperias, bares, restaurantes, quiosques, pit-dog's e similares, descumprirem todas as determinações dadas pelas autoridades federais, estaduais e municipais, relativas ao sossego público, costumes e a perturbação sonora.

VII - Não é permitido o uso de lâmpadas coloridas em substituição da luz natural;

VIII - O estabelecimento promova Exploração Sexual Comercial;

IX - Onde se configurar atividade ilícita;

X - Exercício de atividade em desacordo com a licença pretendida;

XI - Perturbação a ordem pública, perturbação a saúde pública;

§ 1º Fica proibido nos estabelecimentos descritos no artigo 233 deste capítulo, conterem placas na fachada do imóvel, ou material de publicidade externa ou interna, em linguagem, considerando atentatória, tendo ilustrações, desenhos, fotos de cunho sexual, nudez explícita ou erótica, tornando apelativa ao exercício da atividade.

§ 2º A medida visa a moralidade das pessoas e também se aplica além dos contribuintes com licença fixa bem como aqueles temporários e ambulantes.

§ 3º Pelo descumprimento do dispositivo que trata da obrigatoriedade de fixarem, em lugar de destaque, quadro informativo sobre drogas e consequências de seu uso contigo neste Código.

§ 4º Os estabelecimentos não poderão desconfigurar o ambiente para risco a saúde pública, higiene, tais como luminosidade do ambiente, segurança ou insalubre para receber o público.

§ 5º Os estabelecimentos que descumprirem o inciso anterior serão interditados pelo órgão competente até que estejam aptos a funcionar para receber o público.

§ 6º Cassada a licença, não poderá o proprietário do respectivo estabelecimento obter outra para o mesmo ramo de atividade ou para ramo similar durante 04 (quatro) anos, salvo se for revogada a cassação.

Art. 234 Publicado o despacho denegatório de renovação de licença ou o ato de cassação de licença bem como expirado o prazo de vigência da licença temporária, deverá ser o estabelecimento fechado.

Parágrafo Único - Sem prejuízo das multas cabíveis o Prefeito poderá, ouvida a Procuradoria Geral do Município, determinar que seja compulsivamente fechado o estabelecimento, requisitando, para esse fim, se necessário o recurso da força policial.

Art. 235 Não será concedida licença dentro de perímetro urbano, para atividade não permitida no Plano Diretor ou na Lei de Uso do Solo Urbano, sem laudo técnico, estudo de impacto social da vizinhança, audiência pública.

Art. 236 A cassação de Licença de Localização e Funcionamento dependerá da formalização do devido processo legal, sendo assegurado o direito ao contraditório e de ampla defesa.

Parágrafo Único - Cassada a licença, o estabelecimento será fechado.

## CAPÍTULO VI DAS EXPOSIÇÕES EM LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 237 A administração municipal poderá expedir alvará de autorização a pintores, escultores, artesões, entidades de assistência social, igrejas e clubes de serviços para realizar, em logradouros públicos, por prazo determinado, exposições de natureza artística, cultural, artesanal e literária.

Parágrafo Único - O pedido de Autorização indicará o local, natureza e período da exposição e cumprirá os critérios descritos neste Código.

## LIVRO III SERVIÇOS PÚBLICOS E DE UTILIDADE PÚBLICA

### TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

#### CAPÍTULO I DA COMPETÊNCIA

Art. 238 Em face de disposições constitucionais, de legislação complementar pertinente e deste Código, dentre outras atribuições e competência, o Município é responsável pela execução direta, ou por autorização, ou por concessão, das seguintes atividades e serviços públicos:

I - Proteção dos costumes, da moral, da ordem e tranquilidade pública;

II - Uso das vias e logradouros públicos;

III - Licenciamento de atividades econômicas;

IV - Mercados, feiras, shoppings populares, centros comerciais e centros de distribuição;

V - Cemitérios e serviços funerários;

VI - Manutenção de logradouros públicos, limpeza urbana e coleta de lixo;

VII - Transporte coletivo e individual, urbano, de passageiros e cargas.

VIII - Concessão de serviços de taxi.

## CAPÍTULO II DOS TERMINAL DE TRANSPORTE COLETIVO, ABRIGOS DE PONTOS DE ÔNIBUS E TÁXIS

Art. 239 Os terminais de transporte coletivo, assim como os serviços neles existentes, devem oferecer condições de acesso, permanência e utilização para seus fins a todos os cidadãos, devendo sua localização ser definida pelo órgão gestor do sistema de transporte coletivo, regulamentado por legislação específica, contemplando:

I - Sanitários públicos adaptados conforme o Código de Edificações, normas técnicas de acessibilidade da ABNT e legislação pertinente;

II - Telefones públicos de acordo as normas técnicas de acessibilidade e legislação pertinente;

III - O piso utilizado deve ser regular, uniforme, estável e antiderapante em qualquer condição climática, atendendo as normas técnicas de acessibilidade da ABNT e legislação pertinente;

IV - Deverá ser destinada área de estacionamento Ao veículo de serviço de táxi conforme legislação pertinente;

Art. 240 Os pontos de parada de ônibus e táxis e devem estar sempre demarcados e identificados, obedecendo às três opções abaixo mencionadas:

I - Abrigos;

II - Placas específicas de início e término;

III - Sinalização vertical e horizontal, de acordo com as normas do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 241 Os abrigos, placas e a sinalização vertical horizontal dos pontos de ônibus, táxis e quadros informativos devem seguir as regras estabelecidas pelo órgão gestor do sistema de transporte coletivo e legislação pertinente.

Parágrafo único - Nos abrigos de ônibus poderá ser afixado veículo de divulgação, no local apropriado, para propaganda institucional.

## CAPÍTULO III DOS MERCADOS, FEIRAS, SHOPPING`S POPULARES, CENTROS COMERCIAIS E CENTROS DE DISTRIBUIÇÃO

### SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 242 O exercício da atividade de locatário de sala, boxes e bancas em centros comerciais, mercados, feiras livres, feirões

cobertos, shoppings populares, centros de distribuições e similares, depende de inscrição no Cadastro de Atividade Econômica da Secretaria Municipal da Fazenda e de Alvará de Licença de Funcionamento, expedido em face de requerimento do interessado, nos órgãos competentes.

Parágrafo Único - O Alvará deverá conter a responsabilidade do interessado em manter o local de sua atividade em plenas condições de limpeza e higiene, e de acondicionar o lixo e os detritos produzidos, sob pena de na reincidência ter sua licença cassada, sem prejuízo da multa cabível.

I - A Prefeitura poderá cobrar a taxa de limpeza pública dos responsáveis conforme preceitua o art. 242, parágrafo único dos danos causados pela manutenção.

II - Será observado a natureza das características de funcionamento, ambulante, eventual ou permanente e respeitando as normas tributárias, sanitárias, segurança e posturas contidas neste código.

III - Interesse sócio econômico para o município, através da ação conjunta em parceria com as entidades de classes estabelecidas e representativas no município.

## TÍTULO II DAS MEDIDAS REFERENTES AOS ANIMAIS

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 243 Os animais de grande, médio e pequeno porte desacompanhado de seus responsáveis, ou errantes, encontrados nos logradouros públicos, estradas ou caminhos públicos serão apreendidos e recolhidos ao depósito da Administração Municipal.

Art. 244 Somente será permitida a permanência de animais nos logradouros e vias públicas, desde que conduzidos por seus donos, com as necessárias precauções para garantir a segurança dos pedestres, respondendo os proprietários por perdas e danos que o animal causar a terceiros.

Parágrafo Único: Os animais encontrados em desacordo com o disposto nos artigos deste Código serão apreendidos e recolhidos ao local indicado pela autoridade competente bem como qualquer custeio de tratamento clínico, alojamento será de responsabilidade do proprietário ou responsável identificado ou a pessoa que adotar este.

### CAPÍTULO II DAS MEDIDAS REFERENTES AOS ANIMAIS

Art. 245 Na cidade, (vila, povoado, bairro e localidade) do Município denominadas de Zona Urbana e Zona Rural é permitida a criação de animais de produção, mediante de licença e fiscalização da Prefeitura realizada pela Vigilância Sanitária, Secretária de Planejamento, através do plano diretor que indicará o local onde possam ser instalados ou funcionamento, bem como avaliar as condições, para que não ofereçam riscos à saúde, de natureza pública e privada.

Parágrafo Único - É vedada a criação de animais, no perímetro urbano, que pela sua natureza ou quantidade, mantidos em condições insalubres de vida, alojamento, incômodos na vizinhança, expõe riscos à saúde pública.

Art. 246 A permanência de animais nas vias ou logradouros, é de total responsabilidade de seus respectivos donos, não podendo transitarem sem a presença de um responsável.

Parágrafo único: os desfiles com animais circenses, desfiles de CTGs, Clube dos Carroceiros e Assemelhados dependem da autorização prévia da Prefeitura.

Art. 247 Somente será permitida a permanência de animais nos logradouros e vias públicas, desde que conduzidos por seus donos, com as necessárias precauções para garantir a segurança dos pedestres, respondendo os proprietários por perdas e danos que o animal causar a terceiros.

Art. 248 Fica proibido entrada, trânsito e permanência de animais em estabelecimentos públicos ou privados de movimentação pública que comercializem produtos alimentícios e congêneres.

§ 1º - Os estabelecimentos deverão afixar avisos ao seu público em geral por meio de cartazes para informação do disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - A proibição mencionada no "caput" deste artigo não se estende aos animais que servem como guias para pessoas com deficiência visual e nem aos estabelecimentos comerciais que se dediquem exclusivamente ao comércio de ração, animais de estimação e produtos congêneres.

Art. 249 Fica proibida a circulação de cães considerados como perigosos nas vias públicas deste Município, salvo quando conduzidos com equipamento de contenção como guias curtas, coleira com enforcador e focinheira adequada.

Parágrafo único - Será proibida a circulação de cães, considerados perigosos, de grande porte, por menores.

Art. 250 Os animais encontrados em desacordo com o disposto nos artigos anteriores serão apreendidos e recolhidos ao local indicado pela autoridade competente.

Art. 251 É expressamente proibido:

I - Criar abelhas nos locais de concentração urbana;

II - Criar pequenos animais (coelhos, perus, patos, galinhas, cachorros e outros), nos porões e no interior das habitações;

III - Criar pombos nos forros das residências;

Art. 252 É expressamente proibido a qualquer pessoa maltratar os animais ou praticar atos de crueldade contra os mesmos, como:

I - Transportar nos veículos de tração animal, carga ou passageiro de peso superior às suas forças;

II - Montar animais que já estejam transportando carga máxima;

III - Fazer trabalhar animais doentes, feridos, extenuados, aleijados, enfraquecidos ou extremamente magros;

IV - Martirizar animais para alcançar-lhes esforços excessivos;

V - Abandonar, em qualquer ponto do município animais sadios ou doentes, extenuados, enfraquecidos ou feridos;

VI - Concentrar animais em depósitos insuficientes ou sem água, ar, luz e alimentação;

VII - Usar de instrumento diferente do chicote leve, para estímulo e correção de animais;

VIII - Empregar arreios que possam constranger, ferir ou magoar o animal;

IX - Usar arreios sobre partes feridas, contusões ou chagas do animal.

X - Praticar todo e qualquer ato, mesmo não especificado neste Código, que acarrete violência e sofrimento para o animal;

XI - Conduzir animais em qualquer posição anormal que lhes possa ocasionar sofrimento;

XIII - transportar nos ônibus urbanos, e em qualquer outro tipo de transporte coletivo, qualquer tipo de animal;

XIV - amarrar animais em postes, árvores e grades;

XV - Utilizar tração animal como estímulo a competições chamadas puxadas;

Art. 253 Igualmente fica proibido o comércio de espécimes da fauna silvestre e de produtos e objetos deles derivados, nos termos da legislação específica.

Parágrafo único: qualquer pessoa pode denunciar os infratores, devendo, a respectiva denúncia, ser assinada por duas testemunhas e enviada à Prefeitura para fins de direito que será encaminhada para as autoridades competentes para as devidas providências.

### CAPÍTULO III DA APREENSÃO DE ANIMAIS

Art. 254 Os animais de grande porte desacompanhados de seus responsáveis, ou errantes, encontrados nos logradouros públicos, estradas ou caminhos públicos serão apreendidos e recolhidos ao depósito da Administração Municipal.

Art. 255 Os proprietários de animais soltos encontrados nas ruas, praças, estradas ou caminhos públicos, serão notificados e, havendo reincidência, multados.

Art. 256 A apreensão ou remoção de animal consiste na sua retirada do local de onde se encontra para o Depósito Público Municipal, mediante lavratura do Termo de Apreensão contendo:

I - A descrição do animal;

II - O número ou marca de identificação se possuir;

III - O local da apreensão;

IV - O lugar onde ficará depositado;

V - A data e assinatura de quem o lavrou; e,

VI - Se estiver presente, a assinatura do proprietário ou responsável, entregando-lhe a 2ª via.

Art. 257 Serão apreendidos os animais de grande porte:

I - Mantidos em condições insalubres de vida ou alojamento;

II - Errantes em logradouros públicos ou em locais de livre acesso ao público;

III - Submetidos a maus tratos.

Parágrafo Único - Os animais encontrados nas condições previstas neste artigo, poderão ser entregues para as associações de proteção de animais da cidade ou contatar nas cidades vizinhas.

Art. 258 A devolução de animal apreendido será feita mediante termo de devolução que identifique o animal, o proprietário ou pessoa responsável, devidamente assinado pelo interessado e pelo servidor encarregado.

Parágrafo Único - O resgate do animal é condicionado ao pagamento ou depósito da quantia devida, referente às despesas realizadas com remoção, transporte, e permanência no depósito, conforme taxa de preços públicos.

Art. 259 O Município não responde por indenização nos casos de:

I - Dano ou óbito do animal apreendido;

II - Eventuais danos materiais ou pessoais causados pelo animal durante o ato da apreensão.

Art. 260 O animal apreendido, que não for resgatado dentro do prazo de 07 (sete) dias, será:

I - Doado a instituição de ensino ou pesquisa;

II - Doado a entidade filantrópica, se destinado a consumo;

III - Sacrificado por processo adequado, caso não seja possível à solução indicada nos incisos I e II deste artigo;

IV - Leilão em hasta pública.

### CAPÍTULO IV DA RESPONSABILIDADE DO PROPRIETÁRIO DE ANIMAL

Art. 261 Quaisquer perdas ou danos causados por animais a terceiros são de inteira responsabilidade do seu proprietário ainda que esteja sob guarda de preposto ou desacompanhado de responsável.

Art. 262 Fica o proprietário de animal obrigado a permitir o acesso da inspeção as dependências de alojamento e criação do mesmo, bem como acatar as determinações dos órgãos competentes da administração municipal, desde que respeitadas as garantias constitucionais relacionadas a liberdade de propriedade e inviolabilidade da propriedade privada, direito fundamental, nos termos do art. 5º da Constituição da República.

Art. 263 São de responsabilidade do proprietário do animal a sua manutenção em condições higiênicas, de alojamento, alimentação e saúde, bem como a remoção de dejetos deixados em via pública.

Art. 264 Fica o ocupante de todo imóvel, edificado ou não, no qual mantenha animal feroz, obrigado a instalar placas indicativas, nos portões de acesso, prevenindo sobre a existência do animal bravo.

Art. 265 Todo proprietário, arrendatário, ou inquilino de casa, sítio, chácara e de terrenos, cultivados ou não, dentro dos limites do Município, é obrigado a extinguir e exterminar os focos de animais e insetos nocivos à saúde existentes na propriedade.

### LIVRO IV PROCEDIMENTOS E PARTE PROCESSUAL

#### TÍTULO I DA FISCALIZAÇÃO E OUTROS PROCEDIMENTOS

#### CAPÍTULO I DAS AUTORIDADES FISCAIS

Art. 266 Autoridades fiscais de posturas são as que têm

competência, atribuições e jurisdição definidas em lei, regulamento ou regimento para exercício de Poder de Polícia correlacionado com as posturas municipais.

Art. 267 Compete à unidade administrativa encarregada da aplicação deste Código, por seu órgão próprio, orientar em todo o Município o seu cumprimento, dar-lhe interpretação, dirimir-lhe dúvidas e omissões, expedir Atos Normativos, Resoluções, notificações preliminares e demais instruções necessárias ao esclarecimento dos municípios, sobre estas atividades.

## CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA

Art. 268 A fiscalização direta das normas de posturas será exercida pelos fiscais de posturas, tributário, sanitário, de obras e por atos administrativos, cada qual, dentro da sua área de sua competência a gestão e o controle serão exercidos pelos órgãos municipais encarregados pelo cumprimento das normas estabelecidas neste Código, de acordo com a competência, e atribuições regimentais, delegadas e baixadas para este fim.

§ 1º Os servidores municipais, ocupantes do cargo de fiscal de posturas, tributário, sanitário e obras incumbidos da fiscalização têm direito de livre acesso, para o exercício de suas funções, aos locais em que devem atuar.

§ 2º Nos casos de resistência ou de desacato, no exercício de suas funções, os agentes da fiscalização comunicarão o fato aos seus superiores, que deverão requisitar o apoio policial necessário para realizar o ato fiscalizador.

## CAPÍTULO III DA FISCALIZAÇÃO E VISTORIAS

Art. 269 Os servidores fiscais, quando no exercício de suas funções, lavrarão obrigatoriamente, peça fiscal própria da ação desenvolvida, na qual consignarão o trabalho fiscal realizado, e quando for o caso os documentos analisados, as conclusões a que chegaram e tudo mais que for de interesse da fiscalização e do município.

Parágrafo Único - Todos os funcionários encarregados da área fiscal de posturas são obrigados a prestar assistência técnica às pessoas, ministrando-lhes esclarecimentos sobre a inteligência e fiel observância das leis pertinentes.

Art. 270 Estão sujeitas à fiscalização de posturas todas as pessoas físicas e jurídicas em geral que se enquadrarem nas situações obrigacionais estabelecidas neste Código.

Parágrafo Único - Para efeitos deste Artigo, considera-se pessoas físicas e jurídicas, o contribuinte que pratique atividade ou ato, de modo eventual, permanente ou temporário e que configure violação deste Código.

Art. 271 As vistorias serão realizadas, pelos órgãos competentes, nos casos previstos em regulamentos, despachos, ordens de serviços e outros atos que as determinarem, mediante pagamento antecipado da taxa correspondente.

Art. 272 As vistorias em geral, com lavratura do termo próprio, deverão ser concluídas em 30 (trinta) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período, nos casos de maior complexidade.

## CAPÍTULO IV DA APREENSÃO E REMOÇÃO DE MERCADORIAS, DE OUTROS BENS, PERDAS E LEILÃO

### SEÇÃO I

### DA APREENSÃO, REMOÇÃO E PERDA

Art. 273 A apreensão ou remoção consiste na retirada do local, onde se encontram, para o Depósito Público Municipal, de mercadorias, aparelhos, equipamentos, ou quaisquer outros bens em situação irregular, ou que sejam utilizados para cometimento de infração e transgressão às normas contidas neste Código, ou que constituam prova material de infração, como medida assecuratória do adimplemento de obrigação, mediante lavratura do Termo de Apreensão.

§ 1º Nas ações de apreensão de bens em geral, ou em qualquer outra atividade fiscalizadora de natureza repressiva, os fiscais obrigatoriamente deverão usar identificação como crachá, boné ou colete.

§ 2º Sendo impossível, ou excessivamente onerosa, à remoção, os bens poderão ter como depositário o próprio interessado, observadas às disposições aplicáveis.

§ 3º A devolução dos bens apreendidos, somente será feita depois de reembolsadas, ou depositadas as quantias relativas às despesas realizadas com remoção, transporte, manutenção, guarda e outras.

Art. 274 Na apreensão, além do termo próprio, será lavrado o auto de infração, imputando a multa correspondente ao infrator.

Art. 275 No Termo de Apreensão será indicado com precisão: a quantidade, placa de identificação, lacrado, numerado e datado, a descrição de cada bem, o local da apreensão, o lugar onde ficarão depositados, data e assinaturas de quem o lavrou, e se estiver presente, a do proprietário ou preposto, entregando-lhe a 2ª via.

Parágrafo Único - Havendo recusa de firmar o termo, ou o interessado não estando presente, o fato será averbado, pelo autor do feito, no local da assinatura, com as seguintes expressões: "recusou assinar" ou "ausente", fazendo a retenção de todas as vias do documento.

### SEÇÃO II DO LEILÃO

Art. 276 O prazo para retirada de produtos apreendidos perecíveis é de 02 (duas) horas e de bens não perecíveis de 30 (trinta) dias, contados da ciência, da apreensão e remoção, sob pena de serem encaminhados ao aterro sanitário, se perecíveis; ou vendidos em leilão público, se duráveis.

§ 1º Os leilões serão realizados periodicamente, em dia e hora designados no respectivo edital, que será publicado no placar da Administração Municipal, sendo respeitados os dispositivos elencados nos termos da legislação vigente.

§ 2º A importância apurada no leilão será aplicada no reembolso das despesas realizadas com a apreensão, transporte, manutenção, guarda, e as relativas ao próprio leilão, que sendo insuficiente, o saldo devedor será inscrito na dívida ativa.

§ 3º Havendo saldo positivo, o interessado deverá ser notificado para vir recebê-lo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência, que lhe será entregue mediante recibo anexado ao processo da apreensão, sob pena de o valor ser recolhido como receita do Município.

Art. 277 A devolução de mercadorias, ou de outros bens apreendidos será feita mediante relação nominal identificando cada um, devidamente assinada pelo proprietário ou preposto e pelo servidor encarregado.

Art. 278 O infrator perderá a propriedade do bem, quando se tratar de descaminho e contrabando, ou de produto e substância entorpecente, nociva à saúde.

Parágrafo Único - Verificada a hipótese prevista neste artigo, a autoridade municipal, remeterá ao órgão federal ou estadual competente, com a cópia do termo de apreensão, as mercadorias e bens apreendidos.

Art. 279 A apreensão, remoção, ou perdas dos bens, não desobriga o infrator do pagamento dos tributos e das quantias a que for condenado.

## CAPÍTULO V DA INTERDIÇÃO E EMBARGO

Art. 280 A interdição, obrigatoriamente, será precedida de vistoria, para verificar e constatar violação as normas deste Código, especialmente relacionadas ao sossego, limpeza, asseio, segurança e moralidade.

Art. 281 A interdição de estabelecimentos ou do exercício de atividades comerciais, industriais, de prestação de serviços sem estabelecimento fixo, será sempre precedida de notificação ou de embargo quando for o caso, e pelo decurso de prazo estabelecido para cumprir as exigências legais, nas situações e efeitos nas formas que seguem:

### I - Interdição:

a) Permanente: quando sem autorização devida, estiver instalado em área pública; e, por cassação da licença, quando na reincidência não atender ou desobedecer às exigências do embargo;

b) Por prazo indeterminado: até regularização da situação quando sem Alvará de Licença, estiver instalado em área particular;

c) Temporária: suspensão da licença por período de 01 (um) a 30 (trinta) dias, em função da gravidade da infração, quando reincidir na violação de normas relativas aos costumes, sossego, segurança, limpeza e moralidade pública;

### II - Embargo:

a) Aplicado em caráter temporário quando a atividade licenciada for reincidente e não atender notificação para sanar irregularidade, até resolução do ilícito, podendo incidir sobre a totalidade do estabelecimento, por setor, sobre operação de aparelhos ou equipamentos específicos, exclusivamente se a parcialidade for suficiente para eliminar a ilicitude, competindo à Administração Municipal, se necessário, requisitar força policial, para garantir o embargo.

§ 1º Se a irregularidade oferecer riscos iminentes às pessoas ou bens a interdição ou o embargo deverá ser feito imediatamente, como ato preliminar de fiscalização.

§ 2º A defesa do infrator não suspende os efeitos da interdição ou do embargo, o efeito suspensivo será exclusivamente em face do atendimento das exigências.

§ 3º No caso de desrespeito da interdição e do embargo, o infrator fica sujeito ainda ao pagamento de multa diária, correspondente a 30% (trinta por cento) do valor da multa da infração cometida.

§ 4º A interdição deverá ser aplicada quando não forem cumpridas as exigências estabelecidas no Auto de embargo, ou ficar caracterizada reincidência das seguintes irregularidades:

I - O estabelecimento, ou os aparelhos e equipamentos nele instalados, estiver colocando em risco a segurança das pessoas, não possuir a limpeza e o asseio devido, ou constituir fonte de prejuízo da limpeza pública, de transgressão do sossego público e de outras normas deste Código;

II - Estiver funcionando no estabelecimento, qualquer aparelho ou equipamento produtor de som ou ruído sem o Alvará de Autorização para Utilização Sonora;

III - Na instalação de aparelho e equipamento que depende de licença prévia da Administração Municipal, para funcionamento, ou mesmo já licenciado e estiver sendo instalado de forma irregular, ou inadequada;

IV - Houver desobediência à restrição ou condição estabelecida no Alvará de Licença, Autorização, bem como instruções ou normas do Poder Público;

V - Não for atendida intimação da Administração Municipal referente ao cumprimento de disposições deste Código;

VI - A interdição não impede aplicação de outras penalidades prevista neste Código, sendo obrigatória à imputação de multa, através da lavratura do auto de infração.

§ 5º A interdição será por prazo indeterminado e comunicado ao infrator até que sejam sanadas as irregularidades apontadas, para o cumprimento da obrigação. A aplicação da interdição prevista no artigo anterior não exclui o infrator do cumprimento das demais obrigações acessórias previstas nesta lei.

## CAPÍTULO VI DA RESPONSABILIDADE DOS AGENTES FISCAIS E FUNCIONÁRIOS

Art. 282 O agente fiscal que, em função do cargo exercido, tendo conhecimento de infração da legislação de posturas, deixar de lavar e encaminhar a peça fiscal competente, ou o funcionário que da mesma forma deixar de lavar representação, serão responsabilizados pelos prejuízos causados à Fazenda Pública Municipal, desde que a omissão e responsabilidade sejam apuradas no curso da prescrição.

§ 1º Igualmente, será responsabilizado a autoridade ou funcionário que deixar de dar andamento aos processos administrativos de posturas, de qualquer natureza, provocando prejuízos ao erário, ou mandar arquivá-los antes de findos, sem causa justificada e sem fundamentação do despacho, na legislação vigente a época da determinação do arquivamento.

§ 2º A responsabilidade no caso deste artigo é pessoal e independente do cargo ou função exercida sem prejuízo de outras sanções administrativas e penais cabíveis a espécie.

Art. 283 Não será de responsabilidade do funcionário a omissão que praticar, ou o recolhimento que não for promovido, em razão de ordem superior, devidamente provada e não manifestamente ilegal, ou quando não apurar a infração, face às limitações das tarefas que lhes foram determinadas por seu chefe imediato.

## TÍTULO II DOS ACRÉSCIMOS LEGAIS, INFRAÇÕES E PENALIDADES

### CAPÍTULO I DAS ESPÉCIES DE ACRÉSCIMOS LEGAIS

Art. 284 A pessoa que deixar de pagar qualquer obrigação pecuniária prevista neste Código no vencimento estabelecido, mesmo

que parcele o débito, além da multa infracional, ficará sujeito aos seguintes acréscimos legais:

I - Correção monetária;

II - Juros moratórios;

III - Juros compensatórios.

§ 1º A correção monetária incidirá anualmente sobre o valor do débito de qualquer origem, a partir do vencimento, será aplicada de acordo com índice oficial adotado, pela Secretária Municipal da Fazenda.

§ 2º Os juros moratórios incidirão sobre o valor corrigido do débito, à razão de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir do mês seguinte ao do vencimento de qualquer obrigação oriunda da aplicação deste Código, inclusive penalidade pecuniária decorrente de infração.

§ 3º Nos parcelamentos, depois da consolidação do débito, as parcelas ficam sujeitas, a juros compensatórios, à razão de 1% (um por cento) ao mês.

## CAPÍTULO II DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

### SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 285 Constitui infração toda ação ou omissão voluntária ou não, que importe na inobservância por parte do sujeito passivo, ou de terceiros responsáveis, de normas da Legislação de Posturas, sujeitando-se o infrator ao Poder de Polícia do Município e às penalidades previstas neste Código.

§ 1º Toda ação ou omissão contrária às disposições deste Código ou de outras leis, decretos, resoluções ou atos baixados pelo Governo Municipal no uso de seu poder de fiscalização.

§ 2º Será considerado infrator todo aquele que infringir a legislação relativa ao poder de polícia, incitar, constranger ou auxiliar alguém na prática de infração às normas.

§ 3º Constatada a infração será lavrado documento fiscal próprio, impondo ao infrator o cumprimento da exigência.

§ 4º As infrações para fins de imposição de multa classificam-se em leves, médias, graves e gravíssimas, dependendo dos riscos ou danos a que são submetidas às pessoas, bens e outros interesses tutelados por este Código.

Art. 286 A sanção pelas infrações das disposições deste Código será aplicada por meio de:

I - Notificação preliminar;

II - Intimação;

III - Apreensão de bens e mercadorias;

IV - Apreensão de animais;

V - Multa;

VI - Embargo;

VII - Interdição;

VIII - Demolição;

IX - Suspensão de alvará;

X - Cassação de alvará.

Parágrafo Único - A aplicação de uma das penalidades previstas neste artigo não prejudica a imposição de outra, se cabível.

Art. 287 A advertência será aplicada quando o ato praticado, em face das circunstâncias e antecedentes do infrator, não se revestir de gravidade, servindo à mesma como "notificação preliminar" para cumprimento de exigência.

Art. 288 Quando, no cometimento de infração, tiver ocorrido circunstância agravante, a multa será aumentada em 30% (trinta por cento), independente da ação criminal que couber.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, consideram-se circunstâncias agravantes:

I - O artifício doloso;

II - O evidente intuito de fraude;

III - O conluio.

§ 2º Para os efeitos deste Código são elementos caracterizadores de dolo, fraude e conluio, a ação ou omissão, com ou sem concurso de terceiro, em benefício próprio ou daquele que:

I - Tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, o conhecimento por parte da autoridade fiscal de qualquer ilícito a este Código;

II - Tendente a ocultar, excluir ou modificar as características essenciais de situações ilícitas de modo a evitar, ou impedir qualquer ação fiscal que as correspondam.

Art. 289 Os infratores sujeitam-se às seguintes penalidades:

I - Multas;

II - Proibição de transacionar com órgãos da Administração Direta e Indireta do Município;

III - Suspensão ou cancelamento de permissão;

IV - Sujeição a regime especial de fiscalização.

Parágrafo Único - A imposição de penalidade:

I - Não exclui:

a) Fluência de juros de mora;

b) Correção monetária do débito;

II - Não exime o infrator:

a) Do cumprimento de obrigações principais ou acessórias;

b) De outras sanções civis, administrativas ou criminais que couberem.

Art. 290 Não se procederá contra servidor ou pessoa que tenha agido ou pago multa de acordo com interpretação fiscal, constante de decisão de qualquer instância administrativa, mesmo que, posteriormente, venha a ser modificada essa interpretação.

Art. 291 A responsabilidade por infração de norma do Poder de Polícia de posturas, independe da intenção do agente ou responsável e da natureza e extensão dos efeitos do ato.

Art. 292 A responsabilidade será:

I - Pessoal do infrator;

II - Da empresa quando na prática de seus atos a infração for cometida por seus dirigentes, prepostos, ou empregados.

Art. 293 Quando a infração for praticada por incapaz ou coato a pena recairá sobre:

I - O responsável legal.

II - O autor da coação ou da ordem, se o fato foi cometido sob coação irresistível ou estrita obediência à ordem não manifestante ilegal.

### CAPÍTULO III DAS INFRAÇÕES E DAS PENAS EM ESPÉCIE

Art. 294 É considerado infrator, todo aquele que cometer, mandar, constranger ou auxiliar alguém a praticar infração e, os encarregados da execução das leis, que tendo conhecimento da infração, deixarem de autuar o infrator.

Art. 295 A pena, além de impor a obrigação de fazer ou desfazer, é pecuniária e consisti em multa, observados os limites estabelecidos neste Código.

Art. 296 A penalidade pecuniária é judicialmente executada se, imposta de modo regular e pelos meios hábeis, o infrator se recusar a satisfazê-la no prazo legal.

§ 1º A multa não paga no prazo regular é inscrita em dívida ativa e cobrada judicialmente com acréscimos legais.

§ 2º Os infratores que estiverem em débito de multa não podem receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura, participar da concorrência, coleta ou tomada de preços, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza, ou transacionar a qualquer título com a administração municipal.

#### SEÇÃO I DAS MULTAS

Art. 297 A multa por infração à legislação do Código de Posturas será aplicada através de auto de infração, conforme enquadramento do ilícito fiscal nos dispositivos correspondentes deste Código.

§ 1º Na imposição da multa, e para graduá-la, ter-se-á em vista a gravidade da infração.

§ 2º Quando o infrator praticar, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as multas pertinentes.

§ 3º Nos casos de reincidência específica, as multas fixas mencionadas neste artigo serão elevadas ao dobro, a cada nova ocorrência.

§ 4º No caso de descumprimento do embargo ou da interdição, deverá ser imputada ao infrator multa em conformidade com o item 1.4, do Anexo II deste Código.

§ 5º O lançamento da multa será de ofício ou ex-ofício, fica a

cargo de a autoridade fiscal classificar o valor da multa, bem como apurar a infração, o prejuízo econômico e outros dados que se necessitar julgar.

§ 6º As penalidades, a que se refere este Código, não isentam o infrator da obrigação de reparar o dano resultante da infração, na forma da Lei.

Art. 298 A pessoa que, antes de qualquer procedimento fiscal, fizer a denúncia espontânea do ilícito, acompanhada da proposta de solução, com prazo definido, e aprovada pelo fisco, fica dispensado da multa.

Parágrafo Único - Não se considera espontânea a denúncia apresentada depois do início de qualquer procedimento fiscal ou administrativo, relacionado com a infração.

Art. 299 As penalidades previstas neste Código não isentam o infrator da obrigação de reparar o dano resultante da infração, ou de cumprir a exigência na forma do disposto no Código Civil.

Art. 300 Verificada a infração de qualquer dispositivo deste Código, referente ao cumprimento de quaisquer determinações via intimação, informações incompletas, inconsistentes, ambulantes sem licença, quanto à higiene, conservação e preservação de logradouros, prédios e áreas públicas municipais implicará em infração classificada como leve, conforme Anexo II deste Código.

Art. 301 Verificada a infração a qualquer dispositivo deste Código referente ao bem estar público, licenciamento, horário e funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, passeio público, ambulantes, da higiene dos estabelecimentos, higiene, manipulação de alimentos, vigilância sanitária, instalação de parques, circos e similares, do trânsito público e obras, animais e cemitérios particulares, implicará em infração classificada como média, conforme Anexo II deste Código.

Art. 302 Verificada a infração a qualquer dispositivo deste Código referente ao sossego público, medida preventiva, descumprimento do embargo, apreensão em geral, publicidade e propaganda, poluição ambiental, poluição visual, higiene, manipulação de alimentos, das queimadas e florestas, da limpeza do terrenos urbanos, da terraplanagem, vigilância sanitária implicará em infração classificada como grave, conforme Anexo II deste Código.

Art. 303 Verificada a infração a qualquer dispositivo deste Código referente à invasão dos logradouros, quando se tratar de negócio diferente do requerido, invasão de prédios públicos, poluição ambiental, sem licença ambiental, da terraplanagem, depredação do patrimônio público ou a qualquer outra não citada nos artigos 302, 303 e 304, implicará em infração classificada como gravíssima, conforme Anexo II deste Código.

Art. 304 O pagamento da multa não exime o infrator da obrigação de regularizar a situação delituosa, ou de reparar os danos resultantes da infração, nem do cumprimento das exigências regulamentares a que estiver sujeito.

Parágrafo Único - No caso de pagamento da multa sem regularizar a ilicitude o processo da exigência da obrigação, deverá ter seu curso normal, para exigir o adimplemento da prestação.

#### SEÇÃO II DA PROIBIÇÃO DE TRANSACIONAR COM ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO

Art. 305 As pessoas, que tiverem quaisquer obrigações de posturas para cumprir, inclusive multas, não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Administração Municipal,

participar de licitação, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza, ou transacionar a qualquer título com a Administração Direta ou Indireta do Município.

Parágrafo Único - A proibição a que se refere este artigo não se aplicará quando o caso estiver sub judice em razão de defesa ou recurso administrativo, ou judicial.

### SEÇÃO III DA SUSPENSÃO OU CANCELAMENTO DE PERMISSÃO

Art. 306 As pessoas físicas ou jurídicas que exercerem quaisquer atividades usando logradouros ou equipamentos públicos, forem reincidentes 02 (duas) vezes no cometimento de infração a este Código, dentro do mesmo exercício, terão a concessão da permissão suspensa por 30 (trinta) dias, e no caso de 03 (três) vezes a permissão será cancelada.

Parágrafo Único - A pena prevista neste artigo será aplicada através de processo fiscal próprio, de iniciativa do fisco de posturas, em que o interessado, nos prazos legais, tenha direito à ampla defesa e dependerá da comprovação inequívoca do cometimento da infração.

### SEÇÃO IV DA SUJEIÇÃO AO REGIME ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO

Art. 307 A pessoa que houver cometido infração punida em grau máximo, ou reincidir nas simples, poderá ser submetida a regime especial de fiscalização, definido em regulamento.

Parágrafo Único - É considerada infração de grau máximo, a que for cometida com dolo, fraude, simulação, falsificação ou por qualquer outro meio fraudulento.

### SEÇÃO V DA REINCIDÊNCIA E CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES:

Art. 308 Considera-se reincidência o cometimento da mesma infração pela mesma pessoa, dentro do decurso de 06 (seis) meses, entre a data do trânsito em julgado da decisão administrativa da infração anterior e a da repetição da infração.

Parágrafo Único - A cada reincidência de infração da mesma natureza, a multa será acrescida de 100% (cem por cento).

### TÍTULO III DAS ESPÉCIES DE DOCUMENTOS FISCAIS DE USO DO FISCO

Art. 309 Os fiscais de posturas em seus procedimentos lavrarão os seguintes documentos e peças fiscais, conforme modelos definidos em regulamento:

- I - Auto de Infração;
- II - Auto de Apreensão;
- III - Auto de Embargo;
- IV - Auto de Interdição;
- V - Notificação Preliminar/Intimação;
- VI - Termos de Vistorias;
- VII - Termo de Intensidade Sonora;
- VIII - Laudo Técnico.

### TÍTULO IV DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE POSTURAS

#### CAPÍTULO I DO PROCEDIMENTO

Art. 310 O procedimento fiscal tem início com:

I - O primeiro ato de ofício, escrito, praticado por servidor competente, cientificando a pessoa a ser fiscalizada, ou seu preposto;

II - A apreensão de mercadorias e outros bens, inclusive animais;

Parágrafo Único - O início do procedimento exclui a espontaneidade da pessoa fiscalizada e de outras indiretamente envolvidas nas infrações verificadas, independentemente de intimação.

Art. 311 A violação ou a regularidade às disposições deste Código, das leis e regulamentos relativos às posturas municipais, devem ser demonstradas através de lavratura das peças fiscais próprias, narrando às ocorrências relativas às infrações apuradas e as exigências impostas, ou se for o caso, o ato declaratório da normalidade fiscal da pessoa fiscalizada.

§ 1º Quando a ilicitude gerar aplicação de multa pecuniária e obrigação de outra natureza o lançamento e a cobrança da multa serão efetivados por meio de auto de infração em processo apartado, do da exigência de outro encargo, salvo quando para validade da aplicação da pena a matéria estiver vinculada à condenação da referida obrigação, caso em que os processos tramitarão apensados.

§ 2º Havendo mais de uma infração no mesmo local e a comprovação do ilícito e se depender dos mesmos elementos de convicção, as exigências das obrigações não pecuniárias deverão ser formalizadas em um só instrumento, bem como, se houver penas monetárias de mais de uma natureza, ou origem, o lançamento e a cobrança deverão ser em processo único, devendo, entretanto, as capitulações e os valores dos lançamentos serem individualizados, alcançando todas as infrações e infratores.

Art. 312 Nos procedimentos regulares de fiscalização, ou em decorrência de representação ou denúncia, obrigatoriamente serão lavradas as peças fiscais pertinentes.

Art. 313 A peça fiscal será lavrada por servidor competente, no local da infração, ou da verificação de irregularidade, ou no âmbito da Secretaria a que o fiscal estiver vinculado, mediante coleta de dados no local da prática do ato ilícito e nos registros do sistema informatizado da Administração Municipal, nos modelos definidos em regulamento, contendo obrigatoriamente:

- I - Dia, mês, ano, hora em que foi lavrada;
- II - Nome, qualificação e endereço do infrator, ou interessado;
- III - Disposição legal infringida, quando for o caso;
- IV - Nome e assinatura de quem a lavrou, o ciente do infrator, ou interessado, ou de seu representante legal, no caso de recusa da assinatura à averbação deste fato, com os dizeres "recusou assinar";
- V - Quando for o caso, estipular o valor da multa;
- VI - No caso de apreensão ou remoção, discriminação dos bens ou mercadorias;
- VII - Outros dados considerados necessários;

**VIII - Narração clara do fato objeto da lavratura:**

a) Nas peças dos incisos I a IV, do art. 309,, o fato ilícito praticado, o dispositivo legal violado, os elementos que possam servir de atenuante, ou agravante;

b) Na peça fiscal do inciso V, do art. 309havendo irregularidade narrar o fato infracional, fazer advertência e intimação para cumprimento da obrigação, não havendo especificar este fato;

c) Nas peças fiscais dos incisos VI e VII do art. 309, os resultados das vistorias, das investigações e exames, do acordo de conduta combinado, e os resultados técnicos obtidos.

Art. 314 A lavratura de qualquer documento fiscal previsto do artigo 313 independe de testemunha, responsabilizando-se o funcionário emitente pela veracidade dos elementos e informações nele consignadas.

Art. 315 As omissões ou incorreções existentes em quaisquer peças fiscais não geram sua nulidade quando do processo constar os elementos suficientes para a identificação da infração e do infrator.

Art. 316 A assinatura do infrator não constitui formalidade essencial à validade do documento fiscal.

Art. 317 Havendo recusa de assinatura ou de recebimento da peça fiscal por parte da pessoa fiscalizada, esta lhe será encaminhada via postal, com Aviso de Recebimento - AR, a ser anexado aos autos, quando devolvido.

Art. 318 A multa não paga no prazo regulamentar será inscrita em dívida ativa e executada judicialmente.

**CAPÍTULO II  
DO CONTRADITÓRIO**

Art. 319 A impugnação de exigência e de cobrança de multa terá efeito suspensivo e instaura a fase litigiosa do procedimento, exceto quanto à interdição e embargos.

Parágrafo Único - A defesa do infrator, e a prática dos demais atos processuais, nos processos de exigência de obrigação e no de cobrança de multa deverão ser em petições, ou procedimentos apartados, anexando-se cada uma, ou praticando cada ato no processo correspondente.

Art. 320 O infrator terá os seguintes prazos para cumprir as exigências estabelecidas nas peças fiscais, contados da intimação, sob pena de precluir:

I - o que a autoridade fiscal estabelecer, quando se tratar de obrigação de fazer ou de não fazer, relativamente a situações narradas na peça fiscal que comprovadamente colocam pessoas e bens sob risco, ou perigo iminente, neste caso a exigência e o atendimento da obrigação deve ser imediato, sob pena de interdição ou embargo;

II - 15 (quinze) dias para cumprir a exigência, quando não for a hipótese do inciso anterior;

III - 10 (dez) dias para apresentar impugnação, dirigida ao responsável pelo órgão de Fiscalização Municipal de Posturas, anexando-se as provas que lhe for conveniente;

IV - Em casos excepcionais, o prazo para impugnação poderá ser prorrogado pela metade, em se tratando do cumprimento de exigência, a prorrogação poderá ser pelo tempo necessário ao seu integral adimplemento, desde que não seja superior a 30 (trinta)

dias.

Parágrafo Único - Será facultada vista do processo, ao infrator, no órgão em que ele se encontrar.

Art. 321 Atendidas as exigências, o interessado comunicará o fato, com as provas devidas, realizadas as vistorias pelo fisco e confirmado a satisfação da obrigação, o processo de exigência deverá ser extinto, sem prejuízo da continuidade da cobrança da multa.

Art. 322 Descumprida a obrigação no prazo estabelecido, a postura dentro de 15 (quinze) dias deverá, se for o caso, interditar ou embargar o estabelecimento ou o bem utilizado no exercício da atividade, ou apreensão de bens.

Parágrafo Único - Quando o embargo ou apreensão do bem causador da infração for suficiente para cessar a irregularidade, não há necessidade de o procedimento abranger a totalidade do estabelecimento.

Art. 323 O infrator antes do julgamento do processo, mesmo tendo apresentado defesa, terá uma oportunidade de fazer juntada nos autos de novos documentos e requerer produção de outras provas.

Art. 324 Decorrido o prazo para apresentação da defesa, sem que tenha sido feita, o infrator será considerado revel, implicando em confissão dos fatos e no julgamento imediato do feito.

Art. 325 Os prazos contidos em notificações e intimações, para cumprimento de exigência urgente, mesmo que não haja processo formalizado, terá o limite máximo de 48 (quarenta e oito) horas a partir de sua imposição.

Parágrafo Único - Se à natureza da infração justificar período menor de tempo, para o infrator cumprir a exigência, a autoridade fiscal estabelecerá, a seu critério, conforme a situação, o prazo conveniente.

Art. 326 Na contagem dos prazos processuais, exclui-se o dia do começo, e inclui-se o do vencimento, salvo o caso do artigo anterior.

Parágrafo Único - Os prazos serão contados em dias corridos, prorrogando-se para o primeiro dia útil os que vencerem em sábado, domingo, ou feriado.

Art. 327 A impugnação será formulada em petição escrita, que conterá:

I - a autoridade julgadora a quem é dirigida;

II - a qualificação do impugnante e o número da inscrição municipal se houver;

III - os motivos de fato e de direito em que se fundamenta;

IV - as diligências que o impugnante pretende que se façam, apresentando os motivos que as justifiquem.

Parágrafo Único - O servidor que receber a petição dará recibo de sua recepção, via protocolo, anexando a via original com os anexos, ao processo, encaminhando-o dentro de 24 (vinte e quatro) horas, ao responsável pelo órgão de Fiscalização Municipal de Posturas.

**CAPÍTULO III  
DO JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

Art. 328 O processo será julgado no prazo de 10 (dez) dias, a partir da data que, for considerado instruído para este fim, pelo responsável do órgão de Fiscalização Municipal de Posturas.

Art. 329 Na apreciação das provas a autoridade julgadora formará livremente sua convicção, podendo determinar a diligência que julgar necessária.

Art. 330 A decisão conterá relatório resumido do processo, fundamentos legais, conclusão e ordem de intimação.

Art. 331 O infrator será intimado ou notificado da decisão de primeira instância, contra recibo de entrega da decisão, por uma das seguintes formas:

I - pessoalmente ao interessado, preposto, empregado ou pessoa de seu domicílio;

II - por carta, com aviso de recebimento datado e firmado pelo destinatário, ou alguém de seu domicílio;

III - por edital, publicado no Diário Oficial do Município, quando o infrator encontrar-se em lugar incerto e não sabido.

**CAPÍTULO IV  
DO RECURSO**

Art. 332 Das decisões da autoridade competente do órgão público que aplicou a sanção caberá recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de 10 dias, contados da data da intimação da decisão.

Art. 333 O órgão responsável pela análise e emissão de decisão definitiva é a Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

Art. 334 No recurso é permitida juntada de provas e documentos elucidativos do caso.

Art. 335 São definitivas as decisões de primeira e segunda instância, transitadas em julgado, produzindo todos os efeitos delas decorrentes.

**TÍTULO V  
DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 336 Poderá a Autoridade do órgão de Fiscalização Municipal de Posturas editar normas internas - NI, mediante ato específico.

§ 1º As Normas Internas - NI, terão ordem sequencial seguida do ano de publicação.

Art. 337 Os prazos previstos neste Código e nas pertinentes normas técnicas correm ininterruptamente.

Art. 338 Fica adotado o Índice Geral de Preços de Mercado, IGP-M, instituído e mantido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) como índice oficial municipal para correção monetária constante neste Código.

Art. 339 O disposto neste Código deverá na sua aplicação, ser compatibilizado com a legislação correlata vigente, prevalecendo sempre os parâmetros legais e técnico científicos de proteção, promoção e preservação do interesse da coletividade.

Art. 340 As despesas com a execução deste Código correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 341 Esta Lei Complementar entra em vigor no prazo de 90 (noventa dias), a partir da data de sua publicação.

Art. 342 Entende-se por órgão fiscalizador de posturas as Secretarias Municipais em sua área de atuação.

Art. 343 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei Municipal nº 213, de 03 de dezembro de 1984.

Massaranduba, 19 de dezembro de 2014

MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

CAMILA ROSSI  
Auxiliar Administrativo

ANEXO I:

TABELA DE NÍVEIS DE RUÍDOS:

NÍVEL DE CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO - NCA, EM DECIBÉIS (DB) EM CURVA "A"		
Tipos de Áreas	Diurno	Noturno
Áreas de Sítios e Fazendas	40	35
Área estritamente residencial urbana ou de hospitais ou de escolas	50	45
Área mista, predominantemente residencial	55	50
Área mista, com vocação comercial e administrativa	60	55
Área mista, com vocação recreacional	65	55
Área predominante-mente Industrial	70	60
NBRs Nº 10.151 e 10.152 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, ou às que lhe sucederem.		

ANEXO II:

TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE INFRAÇÕES:

TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE INFRAÇÕES: Seu calculo obtido através de percentuais a serem aplicados sobre a UFM (Unidade Fiscal Municipal), de acordo com a seguinte tabela:			
DISCRIMINAÇÃO			
Código	Infração Tipo	UFM	Valor R\$
1.1	Infração Leve	2,0	144,00
1.2	Infração Média	4,0	288,00
1.3	Infração Grave	7,0	504,00
1.4	Infração Gravíssima	18,0	1.296,00
A cada exercício a UFM será reajuste conforme Decreto.			

**LEI N.º 1648/2014**

LEI Nº 1648/2014

Altera dispositivo da Lei nº 1634, de 12 de novembro de 2014.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O caput do artigo 1º da Lei nº 1634/2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar os serviços a seguir especificados, com máquinas e equipamentos do Município ou contratados, instituindo o Programa Municipal de Incentivo aos Produtores Rurais, Cooperativas, Sociedades Esportivas e Culturais, Entidades sem Fins Lucrativos, Associações, Clubes de Serviços, Agroindústrias e Empresas em Geral mediante o pagamento de preço público observado as normas contidas nesta Lei:”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 19 de Dezembro de 2014.

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI

Auxiliar Administrativo

**LEI N.º 1649/2014**

LEI Nº. 1649 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

Autoriza ao Executivo Municipal a pagar auxílio financeiro à diversas instituições de caráter privado sem fins lucrativos do Município.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI :

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar auxílio financeiro a diversas entidades e instituições de caráter privado sem fins lucrativos do Município, conforme abaixo relacionado:

- 1 - Clube da Terceira Idade Guarani-Açú - CNPJ 12.563.198/0001-09 ..... - R\$ 3.000,00
- 2 - Clube da Amizade - CNPJ - 02.252.073/0001-04 ..... - R\$ 2.000,00
- 3 - Clube Santa Luzia - CNPJ - 08.204.855/0001-46 ..... - R\$ 2.000,00
- 4 - Clube Renascer - CNPJ - 02.427.427/0001-04 ..... - R\$ 2.000,00
- 5 - Clube Sagrado Coração de Jesus - CNPJ - 06.538.353/0001-26 ..... - R\$ 2.000,00
- 6 - Terno de Reis Estrela do Oriente - CNPJ - 13.609.309/0001-25 ..... R\$ 2.000,00
- 7 - Grupo de Dança Skadoosch - CNPJ - 17.512.470/0001-37 ..... - R\$ 2.000,00
- 8 - Clube dos Carroceiros 13 de Maio - CNPJ 10.504.070/0001-30 ..... - R\$ 3.500,00
- 9 - Associação Clube dos Amigos - CNPJ 14.172.196/0001-96 ..... - R\$ 4.000,00
- 10 - Clube dos Brahmeiros - CNPJ 17.808.599/0001-97 ..... - R\$ 4.000,00

- 11 - Clube São Miguel Esporte Clube - CNPJ 10.615.369/0001-62 ..... - R\$ 4.000,00
- 12 - Clube Cachoeira - CNPJ - 79.378.287/0001-48 .....- R\$ 3.000,00
- 13 - Equipe dos Trilheiros Leões da Trilha - CNPJ 10.385.690/0001-06... - R\$ 3.000,00
- 14 - Cruzeiro Futebol Clube - CNPJ - 19.946.325/0001-90 ..... - R\$ 1.500,00

Art. 2º. A despesa prevista no artigo 1º desta Lei correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0304 - GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

0304.028.845.0170.0080 - Transferências a Entidades e Associações

0304 - 33500000 - Transferência a Entidades Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º. Os valores serão repassados em parcela única a cada instituição, atendidas as formalidades estabelecidas pelas normas pertinentes.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,

EM 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI

Gerente do Procon

**LEI N.º 1650/2014**

LEI Nº 1650/2014

Autoriza o Poder Executivo Municipal, através do fundo Municipal de Saúde - FMS, a conceder subvenção social, mediante a celebração de convênio, a associação de serviços sociais voluntários de Massaranduba - “Bombeiros Voluntários”, e dá outras providências.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal de Saúde - FMS, autorizado a conceder subvenção social, e a celebrar Convênio, na forma estabelecida pelo artigo 116, da Lei Federal Nº 8.666/1993, e suas alterações, à ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE MASSARANDUBA - “BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS”, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.794.738/0001-66, com sede nesta cidade, tendo por objeto a cooperação mútua entre o Município Massaranduba e os “Bombeiros Voluntários” para a operacionalização do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, em atendimento às Portarias Nº s 2048/GM, de 05 de novembro de 2002, 1863/GM e 1864/GM, ambas de 29 de setembro de 2003, que instituíram a Política Nacional de Atenção às Urgências - Componente Pré-hospitalar Móvel e os Planos Estadual de Atenção às Urgências e Diretor de Regionalização.

§ 1º Para execução do referido Convênio fica autorizada a concessão de subvenção social, no valor total de R\$ 100.000,00 (Cem mil

reais), no exercício financeiro de 2015, composto de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) de Recursos Federais, R\$ 96.000,00 (Noventa e seis mil) de recursos próprios do Fundo Municipal de Saúde - FMS.

§ 2º Os valores serão repassados em períodos e valores mensais, através de Convênio a ser firmado entre o Município, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde e a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Massaranduba - "Bombeiros Voluntários".

Art. 2º São obrigações da entidade beneficiada:

- I - prestar contas dos recursos recebidos na forma da legislação municipal e do Convênio a ser firmado;
- II - manter conta específica para recebimento e movimentação dos recursos repassados pelo Fundo Municipal de Saúde - FMS;
- III - não usar, a qualquer pretexto, nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades, servidores públicos ou de representantes da entidade beneficiada;
- IV - utilizar os recursos única e exclusivamente para os fins previstos nesta Lei e no Plano de Trabalho, sob pena de ressarcimento ao Município dos valores repassados, atualizados monetariamente e acrescidos de juros legais, independente de procedimentos judiciais.

Art. 3º Os recursos que suportarão as despesas provenientes desta Lei correrão, no exercício de 2015, à conta da seguinte Unidade Orçamentária:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - Gerência de Assistência Médica

0602.10.302.0191.0113 - Transferência de Recursos a Entidades

0602.3350 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos: 10200 - Rec. Imp. e Transf. Impostos Saúde  
..... R\$ 96.000,00

13806 - Média e Alta Complexidade ..... R\$ 4.000,00

Art. 4º O Termo de Convênio será elaborado pelo Poder Executivo Municipal, cabendo a fiscalização acerca de sua execução à Controladoria Geral do Município, juntamente com a Secretaria Municipal da Saúde/Fundo Municipal de Saúde - FMS, admitida a reformulação do Plano de Trabalho, vedada a mudança de objeto.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 19 de Dezembro de 2014.

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI

Gerente do Procon

## LEI N.º 1651/2014

LEI Nº 1651/2014

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Direitos do Idoso, do Fundo Municipal de Direitos do Idoso e dá outras providências.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

### Capítulo I

Do Conselho Municipal de Direitos do Idoso

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal de Direitos do Idoso

- CMDI - órgão permanente, paritário, consultivo, deliberativo, formulador e controlador das políticas públicas e ações voltadas para o idoso no âmbito do Município de Massaranduba, sendo acompanhado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, órgão gestor das políticas de assistência social do Município.

Art. 2º. Compete ao Conselho Municipal de Direitos do Idoso:

I - formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar a Política Municipal dos Direitos dos Idosos, zelando pela sua execução;

II - elaborar proposições, objetivando aperfeiçoar a legislação pertinente à Política Municipal dos Direitos dos idosos;

III - indicar as prioridades a serem incluídas no planejamento municipal quanto às questões que dizem respeito ao idoso;

IV - cumprir e zelar pelo cumprimento das normas constitucionais e legais referentes ao idoso, sobretudo a Lei Federal nº. 8.842, de 04/07/94, a Lei Federal nº. 10.741, de 1º/10/03 (Estatuto do Idoso) e leis pertinentes de caráter estadual e municipal, denunciando à autoridade competente e ao Ministério Público o descumprimento de qualquer uma delas;

V - fiscalizar as entidades governamentais e não-governamentais de atendimento ao idoso, conforme o disposto no artigo 52 da Lei nº. 10.741/03;

VI - propor, incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos, programas e pesquisas voltados para a promoção, a proteção e a defesa dos direitos do idoso;

VII - inscrever os programas das entidades governamentais e não-governamentais de assistência ao idoso;

VIII - estabelecer a forma de participação do idoso residente no custeio da entidade de longa permanência para idoso filantrópica ou casa-lar, cuja cobrança é facultada, não podendo exceder a 70% (setenta por cento) de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso;

IX - apreciar o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a proposta orçamentária anual e suas eventuais alterações, zelando pela inclusão de ações voltadas à política de atendimento do idoso;

X - Indicar prioridades para a destinação dos valores depositados no Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, elaborando ou aprovando planos e programas em que está prevista a aplicação de recursos oriundos daquele;

XI - zelar pela efetiva descentralização político-administrativa e pela participação de organizações representativas dos idosos na implementação de política, planos, programas e projetos de atendimento ao idoso;

XII - elaborar o seu regimento interno;

XIII - outras ações visando à proteção do Direito do Idoso.

Parágrafo único - Aos membros do Conselho Municipal de Direito do Idoso será facilitado o acesso a todos os setores da administração pública municipal, especialmente às Secretarias e aos programas prestados à população, a fim de possibilitar a apresentação de sugestões e propostas de medidas de atuação, subsidiando as políticas de ação em cada área de interesse do idoso.

Art. 3º. O Conselho Municipal de Direitos do Idoso, composto de forma paritária entre o poder público municipal e a sociedade civil,

será constituído:

I - por representantes de cada uma das Secretarias a seguir indicadas:

- a) Secretaria Municipal de Saúde;
- b) Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- c) Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
- d) Secretaria Municipal de Assistência Social.

II - por 04 representantes de entidades não-governamentais, dentre eles dois representantes da sociedade civil atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos ou ao atendimento do idoso e 02 representantes dos grupos de idosos, sendo eleitos para preenchimento das seguintes vagas:

- a) 01 (um) representante da Casa da Amizade de Massaranduba;
- b) 01 (um) representante da APAE de Massaranduba;
- c) 02 (dois) representantes dos grupos de idosos.

§1º. Cada membro do Conselho Municipal de Direitos do Idoso terá um suplente.

§ 2º. Os membros do Conselho Municipal de Direitos do Idoso e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Prefeito Municipal, respeitadas as indicações previstas nesta Lei.

§ 3º. Os membros do Conselho terão um mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por um mandato de igual período, enquanto no desempenho das funções ou cargos nos quais foram nomeados ou indicados.

§ 4º. O titular de órgão ou entidade governamental indicará seu representante, que poderá ser substituído, a qualquer tempo, mediante nova indicação do representado.

§ 5º. Os representantes das entidades não-governamentais e dos grupos de idosos serão eleitos em fórum próprio, especialmente convocado para este fim.

§6º. Caberá às entidades eleitas a indicação de seus representantes ao Prefeito Municipal, diretamente, no caso da primeira composição do Conselho Municipal, ou por intermédio deste, tratando-se das composições seguintes, para nomeação, no prazo de 20 (vinte) dias após a realização do Fórum que as elegeu, sob pena de substituição por entidade suplente, conforme ordem decrescente de votação.

Art. 4º. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal de Direitos do Idoso serão escolhidos, mediante votação, dentre os seus membros, por maioria absoluta, devendo haver, no que tange à Presidência e à Vice-Presidência, uma alternância entre as entidades governamentais e não governamentais.

§ 1º. O Vice-Presidente do Conselho Municipal de Direitos do Idoso substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos, e, em caso de ocorrência simultânea em relação aos dois, a presidência será exercida pelo conselheiro mais idoso.

§ 2º. O Presidente do Conselho Municipal de Direitos do Idoso poderá convidar para participar das reuniões ordinárias e extraordinárias membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público, além de pessoas de notória especialização em assuntos de interesse do idoso.

Art. 5º. Cada membro do Conselho Municipal terá direito a um único voto na sessão plenário, excetuando o Presidente que também exercerá o voto de qualidade.

Art. 6º. A função do membro do Conselho Municipal de Direitos do Idoso não será remunerada e seu exercício será considerado de relevante interesse público.

Art. 7º. As entidades não governamentais representadas no Conselho Municipal de Direitos do Idoso perderão essa condição quando ocorrer uma das seguintes situações:

I - extinção de sua base territorial de atuação no Município;

II - irregularidades no seu funcionamento, devidamente comprovadas, que tornem incompatível a sua representação no Conselho;

III - aplicação de penalidades administrativas de natureza grave, devidamente comprovadas.

Art. 8º. Perderá o mandato o Conselheiro que:

I - desvincular-se do órgão ou entidade de origem de sua representação;

II - faltar a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas, sem justificativa;

III - apresentar renúncia ao plenário do Conselho, que será lida na sessão seguinte à de sua recepção na Secretaria do Conselho;

IV - apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;

V - for condenado em sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal.

Art. 9º. Nos casos de renúncia, impedimento ou falta, os membros do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso serão substituídos pelos suplentes, automaticamente, podendo estes exercer os mesmos direitos e deveres dos efetivos.

Art. 10. Os órgãos ou entidades representados pelos Conselheiros faltosos deverão ser comunicados a partir da segunda falta consecutiva ou da quarta intercalada.

Art. 11. O Conselho Municipal de Direitos do Idoso reunir-se-á mensalmente, em caráter ordinário, e extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou por requerimento da maioria de seus membros.

Art. 12. O Conselho Municipal de Direitos do Idoso instituirá seus atos por meio da resolução aprovada pela maioria de seus membros.

Art. 13. As sessões do Conselho Municipal de Direitos do Idoso serão públicas, precedidas de ampla divulgação.

Art. 14. A Secretaria Municipal de Assistência Social proporcionará o apoio técnico-administrativo necessário ao funcionamento do Conselho Municipal de Direitos do Idoso.

Art. 15. Os recursos financeiros para implantação e manutenção do Conselho Municipal de Direitos do Idoso serão previstos nas peças orçamentárias do Município, possuindo datações próprias.

## Capítulo II

## Do Fundo Municipal de Direitos do Idoso

Art. 16. Fica criado o Fundo Municipal de Direitos do Idoso, instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltadas aos idosos no Município de Massaranduba.

Art. 17. Constituirão receitas do Fundo Municipal de Direitos do Idoso:

I - recursos provenientes de órgãos da União ou dos Estados vinculados à Política Nacional do Idoso;

II - transferências do Município;

III - as resultantes de doações do Setor Privado, pessoas físicas ou jurídicas;

IV - rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;

V - as advindas de acordos e convênios;

VI - as provenientes das multas aplicadas com base na Lei n. 10.741/03;

VII - outras.

Art. 18. O Fundo Municipal ficará vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Assistência Social, tendo sua destinação liberada através de projetos, programas e atividades aprovados pelo Conselho Municipal de Direitos do Idoso.

§1º Será aberta conta bancária específica em instituição financeira oficial, sob a denominação "Fundo Municipal de Direitos do Idoso", para movimentação dos recursos financeiros do Fundo, sendo elaborado, mensalmente balancete demonstrativo da receita e da despesa, que deverá ser publicado na imprensa oficial, onde houver, ou dada ampla divulgação no caso de inexistência, após apresentação e aprovação do Conselho Municipal de Direitos do Idoso.

§2º A contabilidade do Fundo tem por objetivo evidenciar a sua situação financeira e patrimonial, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

§3º Caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social, gerir o Fundo Municipal de Direitos do Idoso, sob a orientação e controle do Conselho Municipal de Direitos do Idoso, cabendo ao seu titular:

I - solicitar a política de aplicação dos recursos ao Conselho Municipal do Idoso;

II - submeter ao Conselho Municipal de Direitos do Idoso demonstrativo contábil da movimentação financeira do Fundo;

III - assinar cheques, ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;

IV - outras atividades indispensáveis para o gerenciamento do Fundo.

## Capítulo II

## DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 19. Para a primeira instalação do Conselho Municipal de Direitos do Idoso, o Prefeito Municipal convocará, por meio de edital,

os integrantes da sociedade civil organizada atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos do idoso, que serão escolhidos em fórum especialmente realizado para este fim, a ser realizado no prazo de trinta dias após a publicação do referido edital, cabendo as convocações seguintes à Presidência do Conselho.

Art. 20. A primeira indicação dos representantes governamentais será feita pelos titulares das respectivas Secretarias, no prazo de trinta dias após a publicação desta Lei.

Art. 21. O Conselho Municipal de Direitos do Idoso elaborará o seu regimento interno, no prazo máximo de sessenta dias a contar da data de sua instalação, o qual será aprovado por ato próprio, devidamente publicado pela imprensa oficial, onde houver, e dada ampla divulgação.

Parágrafo único. O regimento interno disporá sobre o funcionamento do Conselho Municipal do Idoso, das atribuições de seus membros, entre outros assuntos.

Art. 22 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 19 de Dezembro de 2014  
MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

CAMILA ROSSI  
Auxiliar Administrativo

**LEI N.º 1652/2014**

LEI Nº 1652/2014

Proíbe o uso de aparelhos celulares, bem como de aparelhos eletrônicos capazes de armazenar e reproduzir arquivos de áudio e vídeo do tipo MP3, CDs e jogos, pelos alunos das escolas públicas e privadas de Educação Fundamental e de Nível Médio do Município de Massaranduba (SC) e dá outras providências.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica proibida a utilização de aparelhos celulares, bem como de aparelhos eletrônicos capazes de armazenar e reproduzir arquivos de áudio e vídeo do tipo MP3, CDs e jogos, pelos alunos das escolas públicas e privadas de Educação Fundamental e de Nível Médio do Município de Massaranduba/SC, exceto no caso de utilização para fins pedagógicos.

Parágrafo único. A proibição da utilização dos aparelhos previstos no caput se dará em todas as dependências da Escola, durante todo o período letivo em que os alunos ali permanecerem.

Art. 2º O Prefeito de Massaranduba (SC), regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de sua vigência.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 19 de dezembro de 2014.  
MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

CAMILA ROSSI  
Auxiliar Administrativo

# Meleiro

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 088/2014.

DECRETO n.º 088/2014.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.611/2013, de 22 de Novembro de 2013.  
DECRETA

Art. 1º As Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas ficam suplementadas no valor de R\$ 47.468,16 (Quarenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e oito reais, dezesseis centavos), nestes termos:

12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
1201.08.241.2020 – Manut. Fundo Municipal de Assistência Social - Idoso	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0743.0 – Aplicações Diretas (240)	R\$ 8.316,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0743.0 – Aplicações Diretas (241)	R\$ 12.474,00
1201.08.244.2024 – Manut. Fundo Municipal Assistência Social - Comunitária	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0743.0 – Aplicações Diretas (242)	R\$ 26.678,16
Total	R\$ 47.468,16

Art. 2º A suplementação da Dotação Orçamentária de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 25 de Novembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

### DECRETO Nº 098/2014

DECRETO Nº 098/2014

TRATA DA NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DO SETOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA REPRESENTAR O CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE MELEIRO NA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 51, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, resolve:

DECRETAR

Art. 1.º A nomeação da Senhora LILIAN ISANA GONÇALVES ROCHA OENNING, Secretária de Ação Social, como representante do poder público municipal, para representar o Conselho Tutelar do município de Meleiro na Secretaria de Desenvolvimento Humano. Representante da Prefeitura Municipal de Meleiro junto à Secretaria Especial de Direitos Humanos SDH/PR.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 097/2014.

Meleiro, 19 de Dezembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### NOTIFICAÇÃO

#### NOTIFICAÇÃO

Administração Municipal de Meleiro, atendendo à determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA, a Câmara Municipal, aos Partidos Políticos, o Sindicato de Trabalhadores e Produtores e Entidades Empresariais com sede no Município, que recebeu no mês Novembro de 2014 recursos Federais e Estaduais relativos aos seguintes convênios e destinados aos seguintes Programas:

Data	Origem	Objeto	Valor (R\$)
11.2014	Federal	Fundo Especial do Petróleo – PEP	7.354,28
11.2014	Federal	DNPM – CEFEM	1.645,51
11.2014	Federal	SE – Salário Educação	52.152,51
11.2014	Federal	PNATE – Transporte Escolar	7.134,41
11.2014	Federal	PNAE – Merenda Escolar	12.900,00
11.2014	Federal	OT – Outras Receitas - FNAS	1.000,00
11.2014	Federal	PADF – Programa Apoio Deficiências Físicas	1.216,00
11.2014	Federal	PAB – Fixo - Programa Atenção Básica	15.140,67
11.2014	Federal	PSF – Programa Saúde da Família	18.260,00

11.2014	Federal	PACS – (Programa de Agente Comunitário de Saúde)	18.252,00
11.2014	Federal	PSB – Programa Saúde Bucal	2.230,00
11.2014	Federal	SAMU - (Serviço Atendimento Móvel Urgente)	13.125,00
11.2014	Federal	MAC (Gestão Plena do SUS – Média Alta Complexidade)	4.614,42
11.2014	Federal	PAFB (Assistência Farmacêutica)	3.001,78
11.2014	Federal	PVS (Programa Vigilância Sanitária)	567,75
11.2014	Federal	DENGUE - (Programa de Epidemiologia e Controle de Doenças)	3.563,88
11.2014	Federal	OT (Outras Transferências Fundo a Fundo - NASF)	12.000,00
11.2014	Estadual	PAFB (Assistência Farmacêutica)	2.625,75
11.2014	Estadual	TE Transporte Escolar	14.030,19
11.2014	Estadual	OT – Outras Transferência (FEAS)	21.871,35
11.2014	Estadual	Receita de Convênio nº 1.973/2014	107.967,60
11.2014	Estadual	Receita de Convênio nº 1.888/2014	757.932,60
		Total	1.078.585,70

Jonnei Zanette  
Prefeito Municipal

Jairo Luiz Canela  
Secretario de Administração e Finanças

#### PORTARIA N.º 520/2014

PORTARIA n.º 520/2014

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA MATERNIDADE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município e Lei nº 809/2000, de 3 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

#### RETORNAR

Art. 1.º Da licença maternidade, a servidora pública municipal ANELIZE LONGARETTI TOLDO FRANCISCO, ocupante do cargo de Recepcionista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude do término da licença.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a

Portaria nº 257/2014.

Meleiro, 19 de Dezembro de 2014.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

#### PORTARIA N.º 522/2014

PORTARIA n.º 522/2014

DISPÕE SOBRE A EFETIVAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 22 e seguintes da Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000, resolve:

CONSIDERANDO, o término do estágio probatório de 03 (três) anos do servidor público relacionado.

CONSIDERANDO, que o servidor público relacionado no Anexo Único da presente Portaria foi avaliado e aprovado pela Comissão Especial de Avaliação de Desempenho dos Servidores Municipais em Estágio Probatório desta Prefeitura, constituída pelo Decreto nº 034/2013, de 08 de maio de 2013, tendo como fundamentação legal o Decreto nº 138/2002, de 06 de agosto de 2002, que regulamentou a Avaliação de Desempenho do Servidor Municipal em Estágio Probatório, o 4º do Artigo 41 da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 19, de 14 de junho de 1998, e artigos 22 e seguintes da Lei Municipal nº 809, de 03 de abril de 2000 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CONSIDERANDO, Que a ficha de avaliação de Desempenho do Servidor em Estágio Probatório foi aprovada pela Comissão Especial de Avaliação de Desempenho dos Servidores Municipais em Estágio Probatório desta Prefeitura, resolve:

#### EFETIVAR

Artigo 1.º O servidor público relacionado no Anexo Único da presente Portaria, por ter sido avaliado e aprovado no estágio probatório.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 19 de Dezembro de 2014.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

#### ANEXO ÚNICO

(Art. 1º. Da Portaria nº 522/2014, de 19 de Dezembro de 2014)

Nº	NOME DO SERVIDOR	CARGO	DATA DE NOMEAÇÃO	RESULTADO	SITUAÇÃO DO SEVIDOR (A)
1258	Remio Moraes de Souza	Engenheiro Agrimensor	22/11/2011	Aprovado	Efetivo

Meleiro, 19 de Dezembro de 2014.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

#### PORTARIA N.º 523/2014

PORTARIA n.º 523/2014

TRATA DO ENQUADRAMENTO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei 809/2000 e suas alterações e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de Dezembro de 2011, resolve:

#### ENQUADRAR

Art. 1º O servidor público abaixo relacionado, considerando o Término e Aprovação do Estágio Probatório e a conseqüente Efetivação, conforme Tabela Salarial do Anexo IV da Lei Complementar nº 034/2011.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	TEMPO	NÍVEL/ REFERÊNCIA
Remio Moraes de Souza	Engenheiro Agrimensor	20hs	22/12/2011	1C

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 19 de Dezembro de 2014.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

#### PORTARIA Nº 521/2014

PORTARIA nº 521/2014

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS À SERVIDORA QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

#### CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias à servidora pública municipal ANELIZE LONGARETTI TOLDO FRANCISCO- matrícula 575, ocupante do cargo de Recepcionista, referente ao período aquisitivo de 06/11/2012 a 05/11/2013.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 19 de Dezembro de 2014.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA - CONCORRENCIA Nº 42/2014 PMN (DESERTA)

Prefeitura Municipal de Navegantes.

EXTRATO ATA PREGÃO Nº 42/2014 FMS - DESERTA

OBJETO : CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE ENTIDADES HOSPITALARES PRESTADORAS DE SERVIÇOS EM ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NA ÁREA PARA ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, INTERNAÇÕES HOSPITALARES E ATENDIMENTO AMBULATORIAL PARA ATENDER A DEMANDA DOS PACIENTES DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. CONVÊNIO Nº 2014TR002733 SES/SC- DATA DE ACONTECIMENTO 19/12/2014 AS 09:00 H

RESULTADO - LICITAÇÃO FOI DESERTA.

Douglas Lemos

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE

Navegantes, 14 de dezembro de 2014.

### ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 21.2014 FMAS

Ata Pregão Presencial nº 21.2014 FMAS

ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DAS LICITANTES ALESSANDRA HELKER, IRMÃOS PACHECO, DOMPEL, LINEAR, JOAO ROBERTO RIBAS, DISMACENTER, E COMERCIAL MENELLI ( ESTE ULTIMO O REPRESENTANTE COMPARECEU ENTRETANTO APÓS 10 MINUTOS SE RETIROU DA SESSÃO DIZENDO QUE HAVIA ESQUECIDO O CREDENCIAMENTO) OS DEMAIS LICITANTES TODOS DEVIDAMENTE CREDENCIADOS E POSSUIDORES DO BENEFÍCIO DAS ME/EPP).

APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, NÃO HAVENDO APONTAMENTOS COMEÇOU A ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS. NESTA FASE FOI CONSTATADO QUE APENAS O LICITANTE LINEAR COTOU OS 3 LOTES, OS DEMAIS COTARAM APENAS O LOTE 01,

OBS: O LICITANTE COMERCIAL MENELLI LTDA EPP APRESENTOU 02 PROPOSTAS - DESTA FORMA FOI DESCLASSIFICADO - (NESTE CASO SERÁ REPASSADO PARA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA APURAR O OCORRIDO);

TODOS OS LICITANTES PRESENTES SE COMPROMETERAM A FORNECER OS ITENS CONFORME DESCRITO NO EDITAL.

APÓS ETAPA DE LANCES FORAM ABERTAS A HABILITAÇÃO DO IRMÃOS PACHECO (LOTE 01) E LINEAR (LOTE 02,03), E CONSTATADO QUE AMBOS ATENDERAM AO SOLICITADO NO EDITAL. NÃO HOUVE MENÇÃO DE RECURSOS.

APÓS FOI PASSADO A AUTORIDADE COMPETENTE PARA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO.

Douglas Lemos

PREGOEIRO

Navegantes, 18 de dezembro de 2014

## ERRATA DA CHAMADA DO CONCURSO PÚBLICO 2015

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 013/2014

EDITAL DE 1ª CHAMADA DO CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS PARA OS CARGOS DE PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, PROFESSOR(A) DAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, AGENTES DE SERVIÇOS GERAIS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, através da Secretaria de Administração, torna pública a primeira chamada dos candidatos do Concurso Público, conforme estabelecido no Edital do Concurso Público nº 001/2011, 001/2013 e 001/2014 para o provimento das funções de Professor(a) de Educação Infantil, Professor(a) de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Professor(a) das Series Finais do Ensino Fundamental nas Disciplinas de Geografia, Matemática, Artes e Ensino Religioso, Educação Física e Agentes de Serviços Gerais.

### 1. Da Chamada

1.1. Serão chamados para o provimento a partir de 18 de fevereiro de 2015 os candidatos aprovados e relacionados no Edital do Concurso nº 001/2011, conforme segue:

#### 1.2.

CARGO	QUANTIDADE DE VAGAS	CH	PERÍODO
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - EDUCAÇÃO FÍSICA	01	20	MATUTINO

1.3. Serão chamados para o provimento a partir de 18 de fevereiro de 2015 os candidatos aprovados e relacionados no Edital do Concurso nº 001/2013, conforme segue:

#### 1.4.

CARGO	QUANTIDADE DE VAGAS	CH	PERÍODO
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	06	20	MAT/VESP
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	38	20	MAT/VESP

1.5. Serão chamados para o provimento a partir de 18 de fevereiro de 2015 os candidatos aprovados e relacionados no Edital do Concurso nº 001/2014, conforme segue:

#### 1.6.

CARGO	QUANTIDADE DE VAGAS	CH	PERÍODO
PROFESSOR DE ARTES	01	10	MATUTINO
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	01	10	VESPERTINO
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	01	20	MATUTINO
AGENTES DE EDUCAÇÃO	40	20	MAT/VESP
AGENTES DE EDUCAÇÃO	05	30	MAT/VESP

AGENTES DE EDUCAÇÃO	15	40	INTEGRAL
AGENTES DE SERVIÇOS GERAIS	08	40	INTEGRAL

1.7. A chamada acontecerá no mês de JANEIRO do ano de 2015 no Auditório da Prefeitura Municipal de Navegantes, sito à Avenida João Emílio, nº 100 Centro, Navegantes.

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - EDUCAÇÃO FÍSICA	05/01/2015	13:40 H	AUDITÓRIO DA PREFEITURA NAVEGANTES
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	05/01/2015	14:10 H	AUDITÓRIO DA PREFEITURA NAVEGANTES
PROFESSOR DE ARTES	05/01/2015	14:50 H	AUDITÓRIO DA PREFEITURA NAVEGANTES
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	05/01/2015	15:10 H	AUDITÓRIO DA PREFEITURA NAVEGANTES
AGENTES DE EDUCAÇÃO	09/01/2015	10:30 H	AUDITÓRIO DA PREFEITURA NAVEGANTES
AGENTES DE EDUCAÇÃO	09/01/2015	09:00 H	AUDITÓRIO DA PREFEITURA NAVEGANTES
AGENTES DE EDUCAÇÃO	09/01/2015	10:00 H	AUDITÓRIO DA PREFEITURA NAVEGANTES
AGENTES DE SERVIÇOS GERAIS	08/01/2015	11:00 H	AUDITÓRIO DA PREFEITURA NAVEGANTES

## 2 . Das Exigências para a Contratação

2.1. Os candidatos aprovados serão chamados, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

2.2. Para fins de contratação serão exigidos na data prevista neste Edital, item 5., os seguintes documentos:

- Comprovação da idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data de posse;
- 1 Foto 3X4
- 2 Cópias do documento de identidade;
- 2 Cópias do CPF;
- Situação Cadastral do CPF (consultar no site [www.receita.fazenda.gov.br / Aplicações/ATCTA/CPF/ConsultaPública.asp](http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATCTA/CPF/ConsultaPublica.asp)) ;
- 2 Cópias do Comprovante de Residência;
- Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;
- Cópia do Certificado de Reservista ou equivalente (para candidatos do sexo masculino);
- Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação;
- Apresentar declaração de bens, conforme legislação vigente;
- Apresentar laudo médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo expedido pelos médicos do trabalho oficiais do município; conforme data agendada neste edital ,no item 4., na Junta Médica, sito á Rua Conselheiro João Gaya, nº 996, TELEFONE: 3249-0188.
- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de

condição de acumulação amparada pela Constituição;

m. Comprovante da Escolaridade e da Especialidade exigida para o cargo Autenticada em Cartório; O candidato NÃO HABILITADO devesse apresentar o atestado de frequência no ensino superior ORIGINAL.

n. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 da Lei 6.745/85 e o Parágrafo Único da Lei Federal nº 8.112/90 e as correspondentes, constantes da Legislação do Estado e dos Municípios;

o. Comprovante de residência;

p. Certidão de Nascimento dos dependentes;

q. 1 Cópia de Comprovante de Escolaridade para filhos maiores de 07 (sete) anos;

r. 1 Cópia da Carteira de Vacinação para filhos menores de 7(sete) anos;

s. Para dependentes de Imposto de Renda com idade superior a 17 (dezesete )anos, deverá anexar aos documentos necessários a admissão cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do dependente;

t. 1 Cópia da Carteira Profissional com Número, Série, U.F. e Data de Expedição ;

u. 1 Cópia do Conselho de Registro Profissional;

v. 1 Cópia da Carteira Nacional de Habilitação ( se o cargo exigir);

w. 1 Cópia do Número de PIS/PASEP;

x. 1 Cópia do Ato de Exoneração do Cargo que exercia , se Funcionário Público;

y. Certidões de Negativas de Antecedentes Criminais da Justiça Federal( [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br)), da Justiça Estadual( no Fórum de sua Cidade) e da Justiça Eleitoral([www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br))

2.3. O (a) Candidato(a) que não apresentar toda a documentação exigida na data agendada será eliminado automaticamente.

2.4. A aprovação neste Processo Seletivo Concurso Público não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro de Servidores Públicos Cíveis da Prefeitura Municipal de Navegantes.

2.5. A efetivação é de competência do Prefeito de Navegantes, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

## 3. Dos candidatos a serem chamados

3.1. Cargo: Professor de Séries Finais do Ensino Fundamental Disciplina - Educação Física- 001/2011 ( 20 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	Pablo Gonzales de Lima

3.2. Cargo: Professor de Séries Finais do Ensino Fundamental Disciplina - Educação Física- 001/2014 ( 20 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	Carina K. dos Santos

3.3. Cargo: Professor de Séries Finais do Ensino Fundamental Disciplina - Educação Física-001/2014 ( 10 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	Sandra Regina Cazarin Rodrigues

## 3.4. Cargo: Professor de Educação Infantil - 001/2013 ( 20 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	Andréa Aparecida Grittens
02	Caroline Chagas Santos
03	Barbara Rodrigues Longen
04	Jezaine Gonçalves
05	Heloisa Dematris
06	Ariane da Costa Mendes Wanger

## 3.5. Cargo: Professor de Ensino Fundamental - 001/2013 ( 20 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	Juliana Aparecida Michalack
02	Jussara Maria Theiss
03	Michelli Cristina Pereira
04	Carla Felipe de Jesus Alves Pinto
05	Isabela Monte Cristo Lopes
06	Jucelei Pedrozo dos Santos Siqueira
07	Regiane da Silva Romão
08	Ledinéia Militão
09	Laura Cristina de Souza Rodrigues
10	Carolina Mambrini Monteiro
11	Denielle Patrícia dos Anjos
12	Caroline Mendes Bortolato Modolon
13	Valdeliria Miotto
14	Mariana ferreira Araujo
15	Mariana Alcantara do Nascimento
16	Raquel Wosniak Naumann
17	Andreia Rodrigues Santos Batista
18	Vanessa Roberta Flor
19	Katia da Silva Figueiredo
20	Lorena Mascarenhas Machado de Lima
21	Joice Lenara da Silva
22	Ariele Viegas Luiza
23	Suzele Benta do Nascimento
24	Juliana Hoffmann Krieger
25	Flávia Rodrigues Ferreira
26	Gabriela Santos Bomvecchio
27	Rose Ledi Goetz
28	Maria Izabel dos Santos
29	Edilene Iris Caldeira Lourenço
30	Juscelino Oliveira
31	Luiza Ramos de Lima Couto
32	Marines Rosa Santos
33	Fabiana Regina de Souza Santos
34	Marcia Regina dos Santos
35	Cintia Renata Cabral
36	Osvaldo Osmundo Isensee Filho
37	Damaris Beuter do Prado

38

Cristina Paulo Monteiro

## 3.6. Cargo: Professor de Series Finais do Ensino Fundamental Disciplina - ARTES - (10 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	Maria Neucioli Borba Medeiros

## 3.7. Cargo: Agente de educação - (20 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	Marcela Cristina de Aragão
02	Ariane Soares Alves
03	Débora Schelter
04	Franciele Dias
05	Maria Goretti Duplaa Soares
06	Daniele da Silva Cardoso Flores
07	Sylvana Elizabeth Becker
08	Devanir Maria Zamariola
09	Leticia Alves Jurado
10	Marilyn Moreira
11	Fabiana Lorengo
12	Leandra Regeane Ribeiro Souto
13	Juliana Cristina Besel
14	Elisandra Paulina
15	Josiane Rita Celista
16	Carla Christiane Pereira da Silva
17	Micheli Adriane Raue Verediano
18	Stephanie Figueiredod da Rosa
19	Elke Maria Kellermann
20	Ana Paula de Oliveira
21	Neiva Fátima de Souza
22	Rubia Cristina dos Santos
23	Patricia Colim da Silva Gonçalves
24	Edina de Miranda
25	Suzan Cristina Leal
26	Marcia Paola Severino
27	Luciana Dechamps
28	Edelzia Vilela Guimaraes Silva
29	Maria Nazaré da Silva
30	Ana Carolina Rosa
31	Tatiana Ribeiro Vilela Camargo
32	Valéria Ines de Lima e Silva
33	Elaine Ancini dos Santos
34	Cleiton Roberto da Silva Queiroz
35	Aline Marchand
36	Patricia de Souza
37	Juliana da Silva Coelho Musso Costa
38	Vanessa Bergold
39	Deborah Remiro Ganzert
40	Vania Maria de Almeida

## 3.8. Cargo: Agente de educação - (30 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	Karin Cristine Westerkamp de Carvalho Salvini
02	Ana Paula Ferreira dos Santos
03	Chaiani Cristina da Silva dos Anjos
04	Rosangela Oliveira dos Santos Carreira
05	Vanessa Camargo Rodrigues de Lima de Oliveira

## 3.9. Cargo: Agente de educação - (40 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	Shaiane Louise Baltazar
02	Carlos Silvano de Oliveira
03	Janete Lusía Schneider Bodelon
04	Francielle Gonçalves Matos Bispo
05	Bruna dos Santos Lemos
06	Francisca Soraia Bruno dos Santos Souza
07	Angela dos Santos Dias
08	Juliana Ardigo Gaidarji
09	Francelina Maria Pereira
10	Simone Domiciano
11	André Felipe da Costa
12	Miriam Rodrigues
13	Lais Cristina Beber
14	Simone Bento
15	Fernanda Cristina Machado Gomes

## 3.10. Cargo: Agente de Serviços Gerais

Classif.	Candidato
01	Ediléia Bento Adriano
02	Patrícia Zilda dos Santos
03	Soraia Aparecida dos Santos
04	Karolina Luiza Cordeiro dos Santos
05	Juliana Reis Favaro Albano
06	Valeska Prestes Fortes
07	Rosa Pires Sant'ana
08	Elisa de Borba

## 4. Do agendamento dos exames admissionais:

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - EDUCAÇÃO FÍSICA	05/01/2015	10:30 H	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	05/01/2015	10:30 H	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
PROFESSOR DE ARTES	05/01/2015	10:30 H	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	08/01/2015	08:30 H	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
AGENTES DE EDUCAÇÃO – 20 horas	07/01/2015	09:30 H	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
AGENTES DE EDUCAÇÃO – 30 horas	06/01/2015	10:30 H	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
AGENTES DE EDUCAÇÃO – 40 horas	07/01/2015	10:30 H	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
AGENTES DE SERVIÇOS GERAIS	05/01/2015	10:30 H	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.

## 5. Da entrega de documentos:

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - EDUCAÇÃO FÍSICA	14/01/2015	08:30 H	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	14/01/2015	14:00 H	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
PROFESSOR DE ARTES	14/01/2015	09:00 H	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	15/01/2015	08:30 H	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
AGENTES DE EDUCAÇÃO – 20 horas	15/01/2015	14:00 H	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
AGENTES DE EDUCAÇÃO – 30 horas	14/01/2015	09:30 H	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
AGENTES DE EDUCAÇÃO – 40 horas	14/01/2015	10:00 H	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
AGENTES DE SERVIÇOS GERAIS	14/01/2015	11:00 H	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes

A falta de quaisquer dos documentos, acima listados, no dia marcado para a entrega implicará na perda da vaga escolhida.

#### 6. Das Disposições Finais

6.1. A convocação para apresentação será feita por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios, no site da Prefeitura Municipal de Navegantes, e no mural público da Prefeitura Municipal de Navegantes .

6.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria da Administração.

Navegantes (SC), 16 de dezembro de 2014.  
Emílio Vieira  
Prefeito Municipal em exercício

Benilde Perão  
Secretária da Administração e Logística

#### EXTRATO CONTRATUAL Nº 335/2014.

Prefeitura Municipal de Navegantes  
Secretaria de Administração  
Extrato Contratual PMN Nº 335/2014.  
Contrato Nº.: 335/2014.  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
Contratada...: Belga Construções e Incorporações Ltda.  
CNPJ: 81.537.672/0001-72.  
Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término:18/12/2015.  
Valor Total: R\$ 9.579.450,43 (nove milhões quinhentos e setenta e nove mil quatrocentos e cinquenta reais e quarenta e três centavos).  
Licitação ..... : Concorrência nº 194/2014.  
Recursos ..... : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS DE CONCRETO SEXTAVADAS, DRENAGEM PLUVIAL, CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE 27 (VINTE E SETE) RUAS LOCALIZADAS NO BAIRRO SÃO PAULO NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. CONFORME CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 0400742-37/14 NO ÂMBITO DO PROGRAMA PRÓ-TRANSPORTE DO MINISTERIO DAS CIDADES, conforme Concorrência nº 194/2014.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

#### PORTARIA 3545 INSTITUI COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE EXAMES LABORATORIAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 3545 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014  
INSTITUI COMISSÃO DE EQUIPE TÉCNICA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, RESOLVE:  
I INSTITUIR a Comissão de Equipe Técnica para acompanhamento

de credenciamento de exames laboratoriais citopatológicos e anátomopatológicos, cujos integrantes são os seguintes:

- a) Marlova Cescon Haeffer - Presidente;
- b) Luciane Alles - Membro;
- c) Mitie Aoki Lopes - Membro.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

#### CÂMARA MUNICIPAL

#### PROMULGAÇÃO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Navegantes-SC, nos termos do inciso V do artigo 37 da Lei Orgânica Municipal Promulga a Proposição de Emenda a Lei Orgânica Municipal Nº 02/2014, proposta pelo Prefeito municipal e aprova nesta Casa Legislativa.

ALTERA O ARTIGO 84 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - O "caput" do artigo 84 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com seguinte redação:

" Art.84 - Ficam proibidas a doação, a venda, a permuta, a locação ou a concessão de uso de qualquer fração de área dos parques, praças, jardins ou outros espaços públicos, salvo a concessão - através de licitação pública - de uso de espaços destinados à venda de jornais, revistas, artesanatos, alimentação ou estandes para a promoção e realização de eventos, em condições a serem regulamentados através de lei específica.

Parágrafo único - A licitação poderá ser dispensada na forma da lei quando o uso destinar-se a entidades públicas, assistenciais e comunitárias ou quando houver interesse público relevante, devidamente justificado.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Sala das Sessões 14 de julho de 2014.

DONIZETE JOSÉ DA SILVA NORMA ESPINDOLA  
PRESIDENTE VICE PRESIDENTE

ALCÍDIO REIS PERA ALÍCIO JACOB RICOBOM FILHO  
1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

**NAVEGANTESPREV****PORTARIA N º 025 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014**

PORTARIA N º 025 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014  
CONCEDE PENSÃO POR MORTE, EM CARÁTER INTEGRAL E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40, §7, inciso I da Constituição Federal c/c da E.C nº 41/03, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Municipal nº 99/2011, que instituiu o Regime.

**RESOLVE:**

I Determinar a concessão do benefício de Pensão por Morte, nos termos do art. 40, §7º, inciso I da Constituição Federal (Redação da Emenda Constitucional nº 41/03) e do art. 47 da Lei Complementar Municipal nº 099/2011, em decorrência do falecimento em data de 29 de novembro de 2014 do servidor inativo SANTINO CRISPIM, portador da cédula de identidade RG nº 166.154 e inscrito no CPF sob nº 218.475.419-68, servidor inativo do Tesouro Municipal à dependente presumida, Sra. LUZIA IGNACIO CRISPIM, portadora da cédula de identidade RG nº 2.867.714 e inscrita no CPF sob o nº 850.057.039-34.

II Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte, em caráter integral, nos termos do art. 47º, inciso I da Lei Complementar Municipal nº 99/2011, observada a metodologia contida na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo nº 2014.07.00122, que serão pagos mensalmente pelo NAVEGANTESPREV.

III Declara extinta a Aposentadoria Proporcional por Tempo de Serviço, concedida ao servidor falecido nos termos do Decreto nº 1.814/1993.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, retroagindo seus efeitos a contar de 29 de novembro de 2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Jan Ullrich  
DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 22 de dezembro de 2014.

**Nova Trento****PREFEITURA****DECRETO Nº 264/2014**

DECRETO nº 264, de 19 de dezembro de 2014.

Concede aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40º, §1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso III da Lei Municipal nº 1.671/2000, autoriza o pagamento dos proventos nos termos da metodologia definida no artigo 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, acrescido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, declara a vacância do cargo público da servidora HERMINIA ORLANDI NEVES, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso III da Lei Municipal nº 1.671/2000, à servidora HERMINIA ORLANDI NEVES, detentora da matrícula funcional nº 398, inscrita no CPF nº 904.481.629-20 e no PASEP nº 1703581222-7, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, correspondente a 69,08% de sua última remuneração, observada a aplicação da metodologia de calculo disposta no artigo 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, acrescido pela emenda constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) que será pago mensalmente pelo IPREVENT.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 63, V, da Lei Municipal nº 1.207/1992 - Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Nova Trento.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos operam-se a partir de 01/01/2015.

Art. 5º Revogar as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 19 de dezembro de 2014.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

# Ouro

## PREFEITURA

### DECRETO 248

DECRETO Nº 248, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Nomeia a Comissão para Acompanhamento e Adequação do Plano Municipal de Educação do Município de Ouro.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, inciso VI e, considerando a necessidade de acompanhamento, avaliação e adequação do Plano Municipal de Educação em consonância com as diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação - Lei 13.005/2014, e aquelas estabelecidas no Plano Estadual de Educação, embasadas no art. 214 da Constituição Federal de 1988, art. 87 da LDB, lei nº 9.394, 96, e na Emenda Constitucional nº 59 de 2009,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Membros abaixo relacionados para comporem a Comissão para Acompanhamento e Adequação do Plano Municipal de Educação - PME:

#### I - Representantes das Escolas Estaduais:

- a) Lúcia de Giacometti
- b) Fabio Coroneti
- c) Laudemir Bonamigo
- d) Mafalda Franke

#### II - Representantes da APP das Escolas Estaduais e Municipais

- a) Dionísio Alzir Rosset
- b) João Antônio Concato
- c) Petronio Luiz Spagnol

#### III - Representantes Conselho Deliberativo das Escolas Estaduais

- a) Onorio Cesca
- b) Cleison Bonamigo
- c) Terezinha Fedrizzi Faccin

#### IV - Representantes da Secretaria de Assistência Social

- a) Maria Carmen Meneghini
- b) Lainir Durigon

#### V - Representantes do Conselho Tutelar

- a) Lourdes Dambros Vidi
- b) Marcia Perotoni

#### VI - Representantes da Direção das Escolas Municipais e Centro de Educação Infantil

- a) Edineia Reck Schlindwein
- b) Marilene Lazarotto Baretta
- c) Regina Mazera Jung
- d) Leila Roberta Baretta

#### VII - Representantes da Câmara Municipal de Vereadores

- a) Ivonei Atonio Dambros
- b) Claudir Duarte

#### VIII - Representantes dos Professores Efetivos

- a) Eliziane de Souza Almeida

#### b) Mari Masson da Rosa

#### IX - Representante do Ensino Superior

#### a) Noemia Bonamigo Pizzamiglio

#### X - Representantes do Conselho Municipal de Educação

- a) Sirlei Terezinha Antunes de Almeida da Silveira
- b) Maria Salete Bonamigo
- c) Juçara Surdi Bertola
- d) Jandira Carmem Rodrigues Bonamigo

#### XI - Representantes da Coordenação Pedagógica

- a) Anadir Haupt Gusso
- b) Elizandra Carla Gasparini
- c) Edite Masson

#### XII - Equipe Técnica Administrativa

- a) Hermes Pissolo
- b) Luiz Gonzaga Bonissoni Neto
- c) Vilmar Caliar
- d) Jaison Brandini
- e) Rafael Boff
- f) Derci de Araújo
- g) Andrea Reck
- h) Marcia Pereira

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,  
01 de dezembro de 2014.

Vitor João Faccin  
Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Derci de Araújo  
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

### DECRETO 250

DECRETO Nº 250, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.  
Nomeia a Junta Administrativa de Recursos de Infrações do Município de Ouro.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei nº 2.154, de 13 de dezembro de 2007, e o disposto no Decreto nº 020/2008, de 14 de abril de 2008,

Considerando que o Sr. Hermes Felis Pissolo, membro titular da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, nomeada pelo Decreto nº 106 de 22 de abril de 2013, solicitou para ser membro suplente, e desistiu do cargo de Presidente da JARI;

Considerando que o Sr. José Luiz Zambom, membro suplente da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, nomeada pelo Decreto nº 106 de 22 de abril de 2013, solicitou afastamento do Conselho;

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo relacionados, para comporem a Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI

do Município de Ouro:

I - representantes do Órgão Municipal de Trânsito:

- a) Rafael Bof - titular;
- b) Hermes Felis Pissolo - suplente;

II - representantes da Associação dos Transportadores de Aves de Capinzal - ASSOTRAC:

- a) Paulo Dambros - titular;
- b) João Alex Pereira - suplente.

III - representantes com conhecimento na área de trânsito:

- a) Nilvo Luiz Bernadi- titular;
- b) Luiz Rosset - suplente.

Art. 2º O Presidente da JARI, será o Sr. Rafael Bof.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto, correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º A posse dos membros do Conselho deverá ocorrer em até dez dias, a contar da publicação deste Decreto, e o mandato encerrar-se-á em 30 de junho de 2015.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro-SC, 16 de dezembro de 2014.

Vitor João Faccin  
Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Derci de Araujo  
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

## Ouro Verde

### PREFEITURA

#### EXTRATO ADITIVO E ATAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE ADITIVO II DE PORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0062/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: WZ ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA ME

Objeto: Prestação de serviços técnicos e especializados de assessoria e consultoria nas áreas de planejamento estratégico, gestão administrativa, marketing e captação de recursos. Vigência de 02/01/2015 à 31/12/2015. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 19 de dezembro de 2014. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE ADITIVO I DE PORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0069/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE OURO VERDE -APAE Objeto: Prestação de serviços de saúde para atendimento/acompanhamento ambulatorial de pacientes em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde, de acordo com as normas do SUS (Serviços Ambulatoriais - externos). Vigência de 01/01/2015 à 31/12/2015. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 19 de dezembro de 2014. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO D PREÇOS Nº0058/2014

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa AMELIO REMOR JUNIOR & CIA LTDA -EPP.

Objeto: Registro de preço para aquisição DE forma parcelada de gêneros alimentícios destinados a manutenção da merenda escolar da escola municipal Benvenuto Tacca, creche Maria Jose de Menezes e para os benefícios eventuais e projetos de assistência social, Peti, Cras, Pro jovem para o exercício de 2015. Valor total registrado R\$: 43.570,30. Data da assinatura: 17/12/2014. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 17 de dezembro de 2014. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO D PREÇOS Nº0058/2014

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA -EPP.

Objeto: Registro de preço para aquisição DE forma parcelada de gêneros alimentícios destinados a manutenção da merenda escolar da escola municipal Benvenuto Tacca, creche Maria Jose de Menezes e para os benefícios eventuais e projetos de assistência social, Peti, Cras, Pro jovem para o exercício de 2015. Valor total registrado R\$: 23.181,57. Data da assinatura: 17/12/2014. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 17 de dezembro de 2014. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO D PREÇOS Nº0058/2014

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa JOSELHA

CRISTINA DAL BELLO -ME.

Objeto: Registro de preço para aquisição DE forma parcelada de gêneros alimentícios destinados a manutenção da merenda escolar da escola municipal BenvenutoTacca, creche Maria Jose de Menezes e para os benefícios eventuais e projetos de assistência social, Peti, Cras, Pro jovem para o exercício de 2015. Valor total registrado R\$:22.216,50. Data da assinatura:17/12/2014. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 17 de dezembro de 2014. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO D PREÇOS Nº0058/2014

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa SUPERMERCADO R MARTINI LTDA -ME.

Objeto: Registro de preço para aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios destinados a manutenção da merenda escolar da escola municipal BenvenutoTacca, creche Maria Jose de Menezes e para os benefícios eventuais e projetos de assistência social, Peti, Cras, Pro jovem para o exercício de 2015. Valor total registrado R\$:47.814,28. Data da assinatura:17/12/2014. Prazo de vigência 12 meses.

Ouro Verde, 17 de dezembro de 2014.

Rosane Minetto Selig

Prefeita Municipal.

**Paial**

**PREFEITURA**

**EXTRATO DE HABILITAÇÃO TP 08/2014**

MUNICÍPIO DE PAIAL - SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2014 - PMP

Objeto: contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de pavimentação asfáltica em parte da Av. Julio Bender e construção de passeios em partes: da Av. Julio Bender, Rua Ceará, Rua Sta. Catarina conforme projeto básico constante no Anexo "E" deste Edital

**EXTRATO DO RESULTADO DA HABILITAÇÃO**

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: foram julgadas habilitadas. Em virtude da ausência do representante legal da concorrente CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas franqueada ao respectivo processo licitatório, caso se sintam prejudicadas, para interposição de recurso. Em não havendo interposição de recursos, fica as proponentes habilitadas desde já convocadas a comparecer neste mesmo local às 08hs30min do próximo dia 07 de janeiro de 2015, para participar da sessão de abertura e julgamento da proposta de preço

Paial, SC, 19 de dezembro de 2014.

ANTONIO SOSTER

Presidente da C.P.L.

# Palhoça

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº. 3750/2014.**

PORTARIA Nº. 3750/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1607 de 11 de abril de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora MARILDA HILARIO, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, a partir de 20/12/2014 a 30/06/2015.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3660/2014.**

PORTARIA Nº. 3660/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO BIANCA LEANDRO LUIZ, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/12/2014.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3677/2014.**

PORTARIA Nº. 3677/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CESSAR REGÊNCIA DE CLASSE de MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA, matrícula nº. 801287-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta, de acordo com o Artigo 89 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Lei nº. 127, de 13 de setembro 2012, com efeitos a contar de 10/11/2014.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3681/2014.**

PORTARIA Nº. 3681/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1559 de 11 de abril de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora JUSSARA JULIA DA SILVA LAMIM, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 03/11/2014 a 29/11/2014.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3695/2014.**

PORTARIA Nº. 3695/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2153 de 02 de junho de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora MARGARETE SILVA DE PINHO, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 28/11/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3705/2014.**

PORTARIA Nº. 3705/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ROSENEIA RUTE VIEIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Bolinhas de Sabão, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 07/11/2014 a 19/12/2014 face ao impedimento da titular Sandra H. de M. Kuntze, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3725/2014.**

PORTARIA Nº. 3725/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora CLEOMAR APARECIDA GONÇALVES, matrícula nº. 801524-2, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 29/10/2014, de acordo com às folhas 01.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3742/2014.**

PORTARIA Nº. 3742/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2611 de 05 de agosto de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora BRUNA LISBOA DOS SANTOS, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 05/12/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3744/2014.**

PORTARIA Nº. 3744/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2952 de 03 de setembro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora TALESNEIA SOUSA CANDIDO, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 13/11/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3622/2014.**

PORTARIA Nº. 2557/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, na Secretaria de Educação a servidora VALDESIA DE ESPINDOLA, matrícula 126457-4, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, a contar de 30/10/2014.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3659/2014.**

PORTARIA Nº. 3659/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO WILLIAM HABYEUTTER KALESKI, para ocupar o cargo da categoria funcional de Monitor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3661/2014.**

PORTARIA Nº. 3661/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO SUED ALFLEN ZIMMERMANN DA ROSA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Técnico em Contabilidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Administração da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2014.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3662/2014.**

PORTARIA Nº. 3662/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO BIANCA LEANDRO LUIZ, para ocupar o cargo da categoria funcional de Monitor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3665/2014.**

PORTARIA Nº. 3665/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO LUCIANO KUHN, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Ciências, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Básica Mara Luiza Vieira Liberato da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3666/2014.**

PORTARIA Nº. 3666/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO DJEOVANA DA SILVA RAULINO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Artes, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Básica Frei Damião da Secretaria de Educação

da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 3667/2014.**

PORTARIA Nº. 3667/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO RODRIGO CRUZ, para ocupar o cargo da categoria funcional de Vigia, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, admitida através de Concurso Público Edital nº. 001/2011, homologado em 10/05/2011, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 3669/2014.**

PORTARIA Nº. 3669/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO THAYS REGINA DE SOUZA RAISER DA CRUZ, para ocupar o cargo da categoria funcional de Pedagogo, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, admitida através de Concurso Público Edital nº. 001/2011, homologado em 10/05/2011, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 3670/2014.**

PORTARIA Nº. 3670/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO MAYCON DE AMORIM, para ocupar o cargo da categoria funcional de Técnico em Informática, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Administração da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 3673/2014.**

PORTARIA Nº. 3673/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de outubro de 2014.

##### **ANEXO I**

MATRICULA	SERVIDOR	DE	PARA
802360-1	Leci Cristina Macario Alves	R\$ 200,00	R\$ 400,00

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 3674/2014.**

PORTARIA Nº. 3674/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

##### **RESOLVE:**

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, EDIVANE LUCIA VERARDI DUTRA, titular do

cargo de Professor Colaborador, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/11/2014.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 3675/2014.**

PORTARIA Nº. 3675/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de novembro de 2014.

#### **ANEXO I**

MATRICULA	SERVIDOR	DE
400070-1	Tania Regina de Linhares Oliveira	R\$ 200,00

#### **ANEXO II**

MATRICULA	SERVIDOR	DE	PARA
400031-1	Eunice Luz dos Santos	R\$ 200,00	R\$ 400,00

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 3676/2014.**

PORTARIA Nº. 3676/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

AUTORIZAR os servidores abaixo relacionados, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
Jose Eduardo Schmidt da Silva	975564490

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 3678/2014.**

PORTARIA Nº. 3678/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para LEILA MARQUES LIOTTI, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de novembro de 2014.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 3679/2014.**

PORTARIA Nº. 3679/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2601 de 05 de agosto de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora BEATRIZ RAQUEL ROSA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 20/11/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3680/2014.**

PORTARIA Nº. 3680/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER GRATIFICAÇÃO para MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Presidente, o percentual de 60% (sessenta por cento) do subsídio fixado para os cargos em comissão, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 096, de 15 de dezembro de 2001, a contar da data de admissão.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3682/2014.**

PORTARIA Nº. 3682/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) JOÃO ANTONIO BARTUCHESKI, matrícula nº. 501070-3, ocupante da categoria funcional de Fiscal de Obras, lotado (a) na Secretaria de Planejamento e Infraestrutura, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a contar de 22/04/2014.

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 16 (dezeses) anos, 03 (três) meses e 08 (oito) dias.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3684/2014.**

PORTARIA Nº. 3684/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 2333 de 10 de agosto de 2010, que Averbou Tempo de Serviço da servidora ANDREIA BROERING TURNES, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser como consta abaixo e não como consta na referida portaria.

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 08 (oito) anos, 09 (nove) meses e 03 (três) dias.

Averbar tempo que contribuiu pelo IPREV, totalizando 04 (quatro) anos, 03 (três) meses e 12 (doze) dias.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3686/2014.**

PORTARIA Nº. 3686/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora ALDALEIA CUNHA PELEGRINI, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, removida para Escola Reunida Manoel da Silva da Secretaria de Educação, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3688/2014.**

PORTARIA Nº. 3688/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora ADRIANA DA SILVA ESPINDOLA, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, removida para CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira - da Secretaria de Educação, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3689/2014.**

PORTARIA Nº. 3689/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora ROSELI ALVES DE OLIVEIRA ROSAR, Matrícula nº. 800349-2, ocupante da categoria funcional de Auxiliar de Serviços Gerais, removido para a Escola Básica Nossa Senhora de Fátima da Secretaria de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3690/2014.**

PORTARIA Nº. 3690/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora MARIA GORETI DA SILVA, Matrícula nº. 800358-1, ocupante da categoria funcional de Auxiliar de Serviços Gerais, removido para

o Grupo Escolar Evanda Sueli Juttel Machado da Secretaria de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3691/2014.**

PORTARIA Nº. 3691/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora KARLA CATARINA DE FREITAS, Matrícula nº. 802100-1, ocupante da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais, removido para a Escola Basica Antonieta Silveira de Souza da Secretaria de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3692/2014.**

PORTARIA Nº. 3692/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

AUTORIZAR os servidores abaixo relacionados, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
Jose Virgilio da Silva Junior	622609186

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3693/2014.**

PORTARIA Nº. 3693/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2946 de 03 de setembro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora MARIA IVETE DE SOUZA SILVA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 30/11/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3694/2014.**

PORTARIA Nº. 3694/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 3160 de 15 de setembro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora RAFAELA AZEVEDO DE SOUZA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 24/10/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3696/2014.**

PORTARIA Nº. 3696/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 3199 de 15 de setembro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora MARISTELA MARLENE DE ESPINDOLA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 12/11/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3697/2014.**

PORTARIA Nº. 3697/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTERIO de GABRIELA CAMPOS DE SOUSA, titular do cargo de Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 04/11/2014.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3698/2014.**

PORTARIA Nº. 3698/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 294 de 11 de fevereiro de 2014, que Prorrogou Contrato da servidora ZULEIDE MORAES MARCOLINA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 02/02/2014 a 01/04/2014, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3699/2014.**

PORTARIA Nº. 3699/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR JULIANA DA SILVA, titular do cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 10/11/2014.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3700/2014.**

PORTARIA Nº. 3700/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1559 de 11 de abril de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora JUSSARA JULIA DA SILVA LAMIM, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 30/11/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3701/2014.**

PORTARIA Nº. 3701/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1088 de 06 de setembro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora PRISCILA MARIA ELEUTERIO, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal

da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 06/09/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3703/2014.**

PORTARIA Nº. 3703/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO RODINEI CARLOS KUSTER, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 06/11/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3704/2014.**

PORTARIA Nº. 3704/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARINETE ROSA MARTINS GUIMARÃES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Dona Maricota, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 03/11/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Sandra H. de M. Kuntze, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3706/2014.**

PORTARIA Nº. 3706/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO FRANCIELLE REGINA DA SILVEIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Bolinhas de Sabão, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 20/10/2014 a 19/12/2014 face ao impedimento da titular Vera Lucia Xavier, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3707/2014.**

PORTARIA Nº. 3707/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ANA CLAUDIA DE SOUZA PEDRO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 05/11/2014 a 29/11/2014, face ao impedimento da titular Adileisa C. Lopes, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3708/2014.**

PORTARIA Nº. 3708/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR JANIELE RAMOS RODRIGUES BARBOSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) Escola Básica Nossa Senhora de Fátima, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/11/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento do titular Maria Janete Horstmann, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3709/2014.**

PORTARIA Nº. 3709/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, GRAZIELA APARECIDA TOME, titular do cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/12/2014.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3710/2014.**

PORTARIA Nº. 3710/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL - para os servidores abaixo relacionados de acordo com a Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Funcionário	De	Para	A partir de
124800	Alder de Fatima Velho	DOC 3-B	DOC 3-C	04/07/2011
800859	Angelita Bernardo	DOC 1 - E	DOC 1-F	21/08/2012
125323	Atanil de Medeiros W.Filho	DOC 2-C	DOC 2-D	10/12/2012
801137	Catia Regina Pierri Martins	DOC 3-B	DOC 3- C	20/07/2012
129002	Claudia Martini	DOC 2 -E	DOC 2 - F	27/12/2012
801038	Edson Ronei da S.Junior	DOC 3-B	DOC 3-C	23/10/2012
122755	Elane Nazare Batista Alves	DOC 3 - G	DOC 3 -H	04/02/2013
125888	Isolde Helena M.de Carvalho	DOC 3 - E	DOC 3 - F	01/07/2011
800043	Ivone Pierri da Silva	DOC 1 - E	DOC 1 - F	13/12/2012
800043	Ivone Pierri da Silva	DOC 1 - F	DOC 1 - G	13/12/2012
801107	Laudelina Monica de S.Fortunato	DOC 3- B	DOC 3 - C	27/12/2012
124826	Lourdes Minozzo Furtado	DOC 3-C	DOC 3-D	08/06/2011
120133	Marisa Maria de Melo	DOC 3-H	DOC 3-I	14/08/2012
129296	Marlene Maria da Silva	DOC 3 - I	DOC 3- J	17/12/2012
129561	Marlucy Silveira de Souza	PED 4 - F	PED 4 -G	30/01/2013
120222	Patricia Adelaide da Silva	DOC 3 - K	DOC 3 - L	27/12/2012
801084	Rosane de Freitas Campos	DOC 3- D	DOC 3-E	26/11/2012
800696	Sueli Weiss Luchi	DOC 2-C	DOC 2-D	06/07/2011
127175	Suely da Silva Dias	DOC 3-D	DOC 3-E	15/12/2011

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3711/2014.**

PORTARIA Nº. 3711/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR as Portarias, que Contratou por Tempo Determinado como Professor Colaborador os servidores abaixo relacionados, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura.

MATRICULA	SERVIDOR	ATÉ
210969-1	AFONSO DA LUZ LOSS	14/12/2015
129413-2	ANA PAULA PIETRO NOBRE MONTORO	14/12/2015
210659-14	DENIS LIBERATO DELFINO	31/01/2015
129553-4	EDUARDO PEDRO DE SOUZA	14/12/2015
	GIANCARLO PHILIPPI ZACCHI	14/12/2015
210968-8	HELIA ALICE DOS SANTOS	14/12/2015
210189-1	JAQUELINE BUCCO	15/05/2015
211119-2	JOÃO ANTONIO BERNARDES	14/12/2015
210188-12	JULIA ADRIANA GERALDI	15/05/2015
129977-4	JUSSARA CARMISINI DE LIMA FERREIRA	31/07/2015
210965-1	LUCIANE FERREIRA CARDOSO	14/12/2015
210316-5	KATIA REGINA HILLESHEIN	31/07/2015
210266-3	KELLY CRISTHIANY VIEIRA VICENTE	31/07/2015
210970-1	MARCIO ALEXANDRE PITTA	14/12/2015
211114-10	MÁRCIA ZANON BENETTI	14/12/2015
211158-1	MARIO ALEIXO CORREIA DA MOTTA	14/12/2015
129410-2	MARIANA DUARTE KARASIACKI	14/12/2015
210966-3	NAJLA ELISANGELA DOS SANTOS	14/12/2015
210276-6	ODIMAR LORENZET	31/07/2015
211117-6	ROSINEI DE LOURDES PEIXER	14/12/2015
129408-3	SUELI EMIDIA HENNING	14/12/2015

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA  
Diretora Executiva

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3712/2014.**

PORTARIA Nº. 3712/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

DESIGNAR EM SUBSTITUIÇÃO a servidora ELAINE CRISTINA MEDEIROS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, na Comissão de Registro e Levantamento do Patrimônio Público Municipal, face ao impedimento da titular VANESSA FERREIRA BENTO, que pediu exoneração.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3713/2014.**

PORTARIA Nº. 3713/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 843 de 25 de fevereiro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora SIMONE FATIMA SUELOS DA SILVA DE OLIVEIRA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 20/12/2014, face a servidora ser gestante, de acordo com o Processo nº 24600/2014.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3714/2014.**

PORTARIA Nº. 3714/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1621 de 11 de abril de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora GESSICA GONÇALVES CORTES, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 20/12/2014, face a servidora ser gestante, de acordo com o Processo nº 24268/2014.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3715/2014.**

PORTARIA Nº. 3715/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 631 de 25 de fevereiro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora MAIARA GUCKERT WEINGARTNER, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 20/12/2014, face a servidora ser gestante, de acordo com o Processo nº 24559/2014.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3716/2014.**

PORTARIA Nº. 3716/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1903 de 09 de maio de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora TATIANA ANDRESGTONI, no cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 20/12/2014, face a servidora ser gestante, de acordo com o Processo nº 24240/2014.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3717/2014.**

PORTARIA Nº. 3717/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para LAURENI JOÃO ALVES, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de outubro de 2014.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3718/2014.**

PORTARIA Nº. 3718/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, NAZARENO NESI, titular do cargo de Professor Colaborador, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/12/2014.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA  
Diretora Executiva

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3719/2014.**

PORTARIA Nº. 3719/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, CINTIA HARTMANN, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/12/2014.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3720/2014.**

PORTARIA Nº. 3720/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional Definitiva de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora ADRIANA DA SILVA ESPINDOLA, matrícula nº. 800300-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3721/2014.**

PORTARIA Nº. 3721/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional Definitiva de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora VANILDA DA SILVA MATOS, matrícula nº. 121572-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3722/2014.**

PORTARIA Nº. 3722/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, LUCIANO KUHN, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/12/2014.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3723/2014.**

PORTARIA Nº. 3723/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, DJEOVANA DA SILVA RAULINO, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/12/2014.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3724/2014.**

PORTARIA Nº. 3724/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora MARIA DE FATIMA DIA, matrícula nº. 800597-2 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 31/10/2014, de acordo com às folhas 01.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3726/2014.**

PORTARIA Nº. 3726/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora ELAINE CRISTINA HENRIQUE, matrícula nº. 802388-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 21/11/2014, de acordo com às folhas 01.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3727/2014.**

PORTARIA Nº. 3727/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora ELIZABETE PFLEGER DOS SANTOS, matrícula nº. 800857-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 26/11/2014, de acordo com às folhas 07.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3728/2014.**

PORTARIA Nº. 3728/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para DIVANIA COMELLI GONÇALVES, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de outubro de 2014.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3729/2014.**

PORTARIA Nº. 3729/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 0860 de 05 de março de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora LIGIA COELHO PARACAMPO, no cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 20/12/2014, face a servidora ser gestante, de acordo com o Processo nº 24858/2014.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3730/2014.**

PORTARIA Nº. 3730/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR ATENDER O EXCEPCIONAL para a servidora FABIANA ROSALINA DE SOUZA RAMOS, matrícula nº. 800780, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com

o Artigo 189 da Lei 097, de 15 de dezembro de 2010 e Processo nº. 24818/2014, pelo período de 12 (doze) meses, com efeitos a contar de 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 3731/2014.**

PORTARIA Nº. 3731/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO AIRTON MANOEL AMARAL, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013 e Convênio de Cooperação Técnica nº. 043/2013, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 04/08/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 3732/2014.**

PORTARIA Nº. 3732/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,,

##### **RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, SABRINA JACINTO LAURINDO, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/12/2014.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 3735/2014.**

PORTARIA Nº. 3735/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

CONTRATAR EVELYN FERREIRA TELLES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Criança Feliz, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 20/10/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Isabel Cristina de Melo, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 3736/2014.**

PORTARIA Nº. 3736/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

##### **RESOLVE:**

CONTRATAR DANIEL DE GRANDI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Geografia, no (a) EB Mara Luiza Vieira Liberato, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 31/10/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3737/2014.**

PORTARIA Nº. 3737/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ANA LUIZA LEIVAS SIMÕES PIRES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) ER Bento Jose do Nascimento, com carga horária de 10(dez) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/08/2014 a 14/12/2014. Vaga Excedente

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3738/2014.**

PORTARIA Nº. 3738/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR BIANCA MEDEIROS DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Esperança, com carga horária de 30(trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 18/11/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Janice de Oliveira, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3739/2014.**

PORTARIA Nº. 3739/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR JULIANA APARECIDA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Esperança, com carga horária de 30(trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 11/11/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Carmem Lucia Vieira, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3740/2014.**

PORTARIA Nº. 3740/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, EDNA SILVA LOURENÇO, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 08/12/2014.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3741/2014.**

PORTARIA Nº. 3741/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para PEDRO NATALINO SILVEIRA, matrícula nº. 500399-2, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Civil, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 03/03/2006 a 03/03/2011, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 02/12/2014 à 02/01/2015.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3743/2014.**

PORTARIA Nº. 3743/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2898 de 03 de setembro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora EDINETE JUREMA DA SILVA CUNHA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/12/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3745/2014.**

PORTARIA Nº. 3745/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2096 de 02 de junho de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora FABIOLA SILVEIRA, no cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/12/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3746/2014.**

PORTARIA Nº. 3746/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1901 de 09 de maio de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora MARIA DE LOURDES VIGANIGO, no cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 26/11/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3747/2014.**

PORTARIA Nº. 3747/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para PAULO ROBERTO LEMOS, matrícula nº. 800949-1 titular do cargo de Vigia, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 28/04/2008 a 28/04/2013, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 08/12/2014 à 08/01/2015.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3748/2014.**

PORTARIA Nº. 3748/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Cessar Gratificação de Produtividade da servidora, conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de dezembro de 2014.

**ANEXO I**

MATRICULA	NOME	CARGO	DE
400910-1	Mayara Vieira Pereira	Técnico em Enfermagem	20%

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3749/2014.**

PORTARIA Nº. 3749/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1608 de 11 de abril de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora DANIELA DE ARAUJO DE FREITAS, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, a partir de 20/12/2014 a 30/06/2015.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3751/2014.**

PORTARIA Nº. 3751/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1605 de 11 de abril de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora ANA ZELI GARCIA VIEIRA, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, a partir de 20/12/2014 a 30/06/2015.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3752/2014.**

PORTARIA Nº. 3752/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1604 de 11 de abril de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora ROSILEIA NADIR ROMÃO, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, a partir de 20/12/2014 a 30/06/2015.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3753/2014.**

PORTARIA Nº. 3753/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1603 de 11 de abril de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora DANIELA ALVES PEREIRA, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, a partir de 20/12/2014 a 30/06/2015.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3754/2014.**

PORTARIA Nº. 3754/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2396 de 04 de julho de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora LUCIANA ZENIR MOREIRA FLORIANO, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, a partir de 20/12/2014 a 30/06/2015.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3755/2014.**

PORTARIA Nº. 3755/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 3263 de 06 de outubro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora GISIANE GAMBA, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, a partir de 20/12/2014 a 30/06/2015.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3756/2014.**

PORTARIA Nº. 3756/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 3319 de 06 de outubro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora SUELY JANSEN MARTINS, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, a partir de 20/12/2014 a 30/06/2015.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3757/2014.**

PORTARIA Nº. 3757/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 3301 de 06 de outubro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora MAYARA LISBOA, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, a partir de 20/12/2014 a 30/06/2015.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3758/2014.**

PORTARIA Nº. 3758/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2716 de 11 de agosto de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora SIMONE DE MELLO WEINGARTNER, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, a partir de 20/12/2014 a 30/06/2015.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3759/2014.**

PORTARIA Nº. 3759/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 3538 de 24 de outubro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora MARIA DO CARMO DOS SANTOS, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, a partir de 20/12/2014 a 30/06/2015.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3760/2014.**

PORTARIA Nº. 3760/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 3300 de 06 de outubro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora JESSICA KUHNEN, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, a partir de 20/12/2014 a 30/06/2015.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3761/2014.**

PORTARIA Nº. 3761/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 3081 de 10 de setembro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora JESSICA FUZINATO DE SOUZA, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, a partir de 20/12/2014 a 30/06/2015.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3762/2014.**

PORTARIA Nº. 3762/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 0986 de 10 de março de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora ELIANE DE SOUZA ALVES, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, a partir de 20/12/2014 a 30/06/2015.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3763/2014.**

PORTARIA Nº. 3763/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1195 de 19 de março de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora LIDIA MARTINS, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, a partir de 20/12/2014 a 30/06/2015.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3764/2014.**

PORTARIA Nº. 3764/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 0855 de 25 de fevereiro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora MAYARA J. DA SILVA FARIAS, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, a partir de 20/12/2014 a 30/06/2015.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3765/2014.**

PORTARIA Nº. 3765/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2617 de 05 de agosto de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora JOICE PIERRI DE MELO, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, a partir de 20/12/2014 a 30/06/2015.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3766/2014.**

PORTARIA Nº. 3766/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 0853 de 25 de fevereiro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora DENISE MARTINS MORAES, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, a partir de 20/12/2014 a 30/06/2015.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3767/2014.**

PORTARIA Nº. 3767/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 3598 de 03 de novembro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora SIRLEI MORAES, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, a partir de 20/12/2014 a 30/06/2015.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 3768/2014.**

PORTARIA Nº. 3768/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 3570 de 03 de novembro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora ANGELINA TERESINHA SPINDOLA DO AMARAL, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, a partir de 20/12/2014 a 30/06/2015.

Palhoça, SC, em 21 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 229/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 229/2014

O Município de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 229/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição de materiais esportivos, para Secretaria Municipal de Turismo Esporte e Cultura.

**EMPRESAS CLASSIFICADAS:**

ADBX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA CNPJ N. 20.191.734/0001-02, venceu em primeiro lugar os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08, totalizando a importância de R\$ 13.060,40 (treze mil, sessenta reais e quarenta centavos).

Palhoça, 19 de dezembro de 2014.  
Shirley Regina de Farias  
Pregoeira - Portaria n. 2365/2014

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA****EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº111/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº111/2014 - Pregão Presencial 34/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: MARIO MOVEIS LTDA. OBJETO: Confecção e instalação de móveis sob medida, fornecimento de material necessário para a confecção e instalação, para as Unidades Unidades de Saúde Médio Aririú e São Sebastião, Laboratório Municipal e NEPS.

DATA: 18/09/2014 à 17/09/2015.

Nome da Empresa: MARIO MOVEIS LTDA					
CNPJ: 78.362.118/0001-57					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Balcão fabricado em MDF de 18 mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm. Prateleiras em MDF de Portas com dobradiça modelo caneco.Gavetas com corrediças telescópicas. Acabamentos pos forming nas portas e gavetas. Tampo em granito cinza andorinha com duas cubas. Profundidade 58 cm.					
1	30,00	M2		R\$740,00	R\$22.200,00
Especificação: Balcão fabricado em MDF de 18 mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm. Prateleiras em MDF de 18mm. Portas com dobradiça modelo caneco. Gavetas com corrediças telescópicas. Acabamentos pos forming nas portas e gavetas. Tampo em granito, cinza andorinha com uma cuba. Profundidade 58 cm.					
2	50,00	M2		R\$740,00	R\$37.000,00

<p>Especificação: Balcão fabricado em MDF de 18 mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm. Prateleiras em MDF de 18mm. Portas com dobradiça modelo caneco. Gavetas com corredeiras telescópicas. Acabamentos pos forming nas portas e gavetas. Tampo em granito cinza andorinha. Profundidade 58 cm.</p>					
3	50,00	M2		R\$740,00	R\$37.000,00
<p>Especificação: Balcão fabricado em MDF de 18 mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm. Prateleiras em MDF de 18mm. Portas com dobradiça modelo caneco. Gavetas com corredeiras telescópicas. Acabamentos pos forming nas portas e gavetas. Profundidade 58 cm.</p>					
4	50,00	M2		R\$460,00	R\$23.000,00
<p>Especificação: Armário arquivo para pasta suspensa em MDF de 18 mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm. Gavetas com corredeiras telescópicas. Acabamentos pos forming. Profundidade 50 cm.</p>					
5	30,00	M2		R\$460,00	R\$13.800,00
<p>Especificação: Balcão para recepção com estrutura em MDF 18 mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm. Prateleiras em MDF de 18mm. Portas com dobradiça modelo caneco. Gavetas com corredeiras telescópicas. Acabamentos pos forming nas portas e gavetas. Profundidade 60cm.</p>					
6	40,00	M2		R\$440,00	R\$17.600,00
<p>Especificação: Armário arquivo para fichário (ficha pequena) fabricado em MDF de 18 mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm. Gavetas com corredeiras telescópicas. Divisão nas gavetas em acrílico 04 mm de espessura. Acabamentos pos forming. Profundidade 50 cm.</p>					
7	20,00	M2		R\$400,00	R\$8.000,00

Especificação: Balcão com maca fabricado em MDF de 18 mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm. Prateleiras em MDF de 18mm. Portas com dobradiça modelo caneco. Gavetas com corredeiras telescópicas. Acabamentos pos forming nas portas e gavetas. Maca em courvin branco e espuma resistente. Profundidade 58 cm.					
8	20,00	M2		R\$480,00	R\$9.600,00
Especificação: Armário guarda volume fabricado em MDF de 18mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm. Portas com chaves individuais com aproximadamente 35x40. Acabamento pos forming. Profundidade 40 cm.					
9	30,00	M2		R\$569,00	R\$17.070,00
Especificação: Balcão para recepção divisional, com estrutura em MDF de 18mm, com negativas laqueado em branco e azul. Acabamento de verniz alto brilho aplicado por cima da pintura. Tampo em granito cinza andorinha. Sobre tampo em vidro 15mm. Prateleiras em MDF de 18mm. Portas com dobradiça modelo caneco. Gavetas com corredeiras telescópicas. Acabamentos pos forming nas portas e gavetas.					
10	50,00	M2		R\$240,00	R\$12.000,00
Especificação: Armário fabricado em MDF de 18 mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm. Prateleiras em MDF de 18mm. Portas com dobradiça modelo caneco. Acabamentos pos forming. Profundidade 58 cm.					
11	35,00	M2		R\$449,00	R\$15.715,00

Especificação: Armário tipo gaveteiro fabricado em MDF de 18 mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm. Fundo em MDF de 15mm Manta térmica para isolamento contra umidade no fundo. Gavetas com corredeiras telescópicas. Acabamentos pos forming. medida das gavetas: 6cm, largura 45cm, Profundidade 55 cm.					
12	45,00	M2		R\$469,00	R\$21.105,00
Especificação: Balcão fabricado em MDF de 18 mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm., Prateleiras em MDF de 18mm. Portas com dobradiça modelo caneco. Gavetas com corredeiras telescópicas. Acabamentos pos forming nas portas e gavetas. Tampo em aço inoxidável com duas cubas cônicas de 65 cm de profundidade, para expurgo. Profundidade 58 cm.					
13	50,00	M2		R\$298,20	R\$14.910,00
Valor Total		(duzentos e quarenta e nove mil reais)			R\$249.000,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº112/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº112/2014 - Pregão Presencial 35/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: TIME TEC CONTROLE DE PONTO/ACESSO LTDA. OBJETO: Aquisição de 25 (vinte e cinco) Relógios Eletrônicos de Ponto, para as Unidades de Saúde São Sebastião e Patural, CEAP, Novo Centro Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde, Setor de Transporte, Policlínica Municipal, CAPSi, NEPS, UPA Centro, UPA SUL, Laboratório e Zoonose, incluindo mão de obra e fornecimento de todos os materiais necessários para instalação dos relógios.

DATA: 22/09/2014 à 21/09/2015.

Nome da Empresa: TIME TEC CONTOLE DE PONTO/ACESSO LTDA

CNPJ: 10.707.063/0001-36

Lote 1: Total Geral dos Itens

Item  
Quantidade  
Unidade  
Marca e Modelo  
Preço Unitário  
Preço Total

Especificação: Relógio Eletrônico de Ponto, com as seguintes especificação mínimas: sistema de gerenciamento, sem necessidade de instalação de software na máquina cliente; fornecer interface de controle através de navegador web; Possuir sistema de impressão com velocidade de 90 mm/s com corte parcial e total do papel; Impressão com durabilidade de 5 anos; Gravação dos dados em memória não volátil tanto para a memória de trabalho (MT) como para a memória de registro permanente (MRP); Permitir o cadastro das informações do empregador, local de trabalho e funcionários; Armazenar na MRP todos os eventos: registro do empregador, marcação de ponto, alteração

de data e hora e cadastro de funcionário; Capacidade de gerenciamento de até 15.000 colaboradores na memória de trabalho (MT); Capacidade para armazenamento de registros em memória (MRP) 8.000.000; Trabalhar com vários tipos de comunicação; Calendário perpétuo, com opção de ajuste da data e hora e configuração do horário de verão; Trabalhar com leitura automática da quantidade de dígitos dos crachás (3 a 20 dígitos); Possuir botão para relação da emissão instantânea dos eventos de ponto realizados nas 24 horas precedentes; Possuir senha, configurável, de segurança no menu; Possuir sistema de No-break opcional com recurso de corte inteligente de energia quando o nível de energia baixar demais; Capacidade de armazenamento de digitais: 300, 1.900, 9.500 ou 15.000 digitais; Operar com Auto On (biometria com recurso de toque único), função que permite realizar a identificação da digital somente colocando o dedo no sensor, sem a necessidade de digitar a matrícula, utilizar o crachá ou a tecla de verificação disponível no teclado; Possuir porta fiscal USB para coleta do arquivo AFD para auditoria dos dados do equipamento pelo fiscal do trabalho; Possuir sistema de importação e exportação de dados via segunda porta USB; Possuir sistema de identificação de status e eventos no equipamento, aplicativo embarcado ou software gerenciador; Possuir sistema de gerenciamento que Valide as informações recebidas e as salva se precisar; Possuir sensor de papel que indica através de mensagem no display, aviso sonoro e até mesmo no software gerenciador caso o papel esteja acabando; Possui contador de tickets restantes (valor aproximado), de forma que o empregador saiba quantos tickets ainda podem ser impressos com determinada bobina de papel. Possui tecnologia de identificação Biometria e Proximidade Mifare, RFID e Unique. Possui Leitor biométrico tipo ótico com resolução de 500 DPI; Possui modo de verificação das digitais: 1:1 (reconhecimento feito com a prévia informação da matrícula e em seguida colocando o dedo no sensor biométrico) e 1:N (reconhecimento feito apenas colocando o dedo no sensor biométrico); Possui Auto On: identificação da digital em modo 1:N (reconhecimento feito apenas colocando o dedo no sensor biométrico); Possui capacidade de armazenamento de digitais de até 15.000 digitais, contendo matrículas, PIS e nome do funcionário; Possui armazenamento em memória flash para a MT e MRP, no qual a memória MRP possui um sistema de gerenciamento interno para garantir a integridade dos dados; Dados do empregador: armazenar em memória a razão social, CNPJ/CPF, CEI e endereço do local de trabalho; Possui autonomia para mais de 8.500 bilhetes; Possui impressão de alta resolução com opção de corte parcial e total do papel via menu do relógio; Possui aplicativo de configuração embutido, e que ofereça suporte a qualquer plataforma que possua navegador de internet; Modos de comunicação: trabalhar em modo off-line, usando os dados contidos na MT para autenticação no equipamento; Tipos de comunicação: serial RS 232, TCP/IP 10/100 Mbits e USB nativos; Módulos externos opcionais: Wi-Fi, GPRS, 3G e Serial RS 485; Fazer conexão utilizando Wi-Fi, GPRS, 3G e Serial apenas através de um software gerenciador; Velocidade de comunicação (Serial RS 230) : 9.600 bps ou 115.000 bps; Possui segunda entrada USB, possibilitando a coleta por filtros de registros, configurar o equipamento, cadastrar empregador e digitais; Teclado: 18 teclas sendo 10 em padrão telefônico e 8 teclas adicionais de função; Utilizar display de cristal líquido de 16 caracteres x 2 linhas com backlight (iluminação do display); Calendário perpétuo: gerenciar a passagem da hora, minuto, segundo, dia, mês e ano; Possui uma bateria de lítio com capacidade de manter a data e hora correta por 1.440 horas, ou seja, 2 meses no caso de desligamento; Sistema de corte da energia do No-break quando a tensão da bateria atingir nível insuficiente para operação; Monitor interno do circuito: possui sistema de "Watchdog" para supervisão do funcionamento do equipamento e dos níveis de tensão; Coleta de dados: possibilitar coleta via porta USB Fiscal, segunda USB no próprio equipamento, aplicativo embarcado em um navegador de internet ou via software gerenciador; Sistema de proteção contra violação: Possui sensores que bloqueiam o equipamento em

qualquer tentativa de violação do mesmo. Tensão de operação: 8 Volts; Potência média: 4,8 W; Bateria externa (opcional): 6,4 V para alimentação em caso de falta de energia (No-break).

1  
25,00  
UN

R\$1.205,00  
R\$30.125,00

Valor Total  
(trinta mil e cento e vinte e cinco reais)

R\$30.125,00

## EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº152/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº152/2014 - Pregão Presencial 44/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: COMERCIAL MULTVILLE LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de refeições aos usuários dos CAPS II, CAPS AD e CAPS I e materiais de higiene, limpeza, copa e cozinha de consumo para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores.

DATA: 17/12/2014 à 16/12/2015.

Nome da Empresa: COMERCIAL MULTVILLE LTDA EPP

CNPJ: 06.220.022/0001-43

Item  
Quantidade  
Unidade  
Marca e Modelo  
Preço Unitário  
Preço Total

Especificação: Esfregadora-secadora de chão com balde e cesto torcedor acoplados, compreende uma esfregadora-secadora, composta por um pano ou fibras resistentes e altamente absorventes, montado sobre um suporte é acoplado mediante rosca a um cabo com agarradeira para manipulação; faz parte também um balde com o desagüe em forma de bico e uma borda onde se acopla mediante tres encaixes um cesto-torcedor da (esfregadora-secadora) com uma boca circular que se prolonga em forma troncocônica, em toda a superfície se dispõem de orifícios para vazão. Na parte frontal do cesto se dispõem um suporte onde encaixa o cabo da esfregadora-secadora para sustentação da mesma.

118  
60,00  
UN  
BRALIMPIA  
R\$225,0000  
R\$13.500,0000

Especificação: Pá coletora lixo automática, plástico resistente, cabo longo. (cata cata).

131  
60,00  
UN  
BRALIMPIA  
R\$23,7200

R\$1.423,2000

Especificação: Porta copo para copo de café de 50 ml, para aprox. 150 copos, medindo aproximadamente 0,55mmx76cm

136  
20,00  
UN  
columbus  
R\$16,1100  
R\$322,2000

Especificação: Sabão glicerinado em barra com 200 gr. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.

140  
800,00  
UN  
RIO  
R\$1,0800  
R\$864,0000

Especificação: Saca alvejada para limpeza, branca, dupla, 100% de algodão, pré-amaciado, super resistente, com trama grossa (bem fechada), medindo aproximadamente 50x70cm, para uso doméstico. Embalada em saco plástico transparente contendo 01 unidade.

143  
2000,00  
UN  
PANO PRATIC  
R\$2,9000  
R\$5.800,0000

Valor Total  
(vinte e um mil, novecentos e nove reais e quarenta centavos)

R\$21.909,40

## EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº153/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº153/2014 - Pregão Presencial 44/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: JULIANO JAIRO MELO ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de refeições aos usuários dos CAPS II, CAPS AD e CAPS I e materiais de higiene, limpeza, copa e cozinha de consumo para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores.

DATA: 17/12/2014 à 16/12/2015.

Nome da Empresa: JULIANO JAIRO MELO ME

CNPJ: 14.546.646/0001-83

Item  
Quantidade  
Unidade  
Marca e Modelo  
Preço Unitário  
Preço Total

Especificação: Achocolatado em pó, 1ª qualidade, embalagem

com aproximadamente 400 gramas.

2  
100,00  
UN  
TODDY  
R\$5,3000  
R\$530,0000

Especificação: Bolacha integral, 1ª qualidade, embalado em embalagem plástica descartável com aproximadamente 500 gramas.

20  
300,00  
PCT  
ORQUIDEA  
R\$3,0400  
R\$912,0000

Especificação: Farinha de Milho - Produto obtido pela ligeira torração do grão de milho, desgerminado ou fina, pura, previamente macerado e peneirado, 100% milho. Deverão ser efetuadas determinações de microorganismos e substâncias tóxicas de origem microbiana, sempre que se fizerem necessárias à obtenção de dados adicionais sobre o estado higiênico- sanitário, dessa classe de alimentos, ou quando ocorrer toxinfecções alimentares. Não deverá conter sujidade, parasitos e larvas, conforme Resolução C.N.N. P A . 12/78 NTE 12/18, de 24/07/78. Embalagem: A embalagem primária do produto deverá se de saco de polietileno transparente, atóxico, resistente, lacrado, pacotes de 01 Kg.

36  
90,00  
KG  
SINHA  
R\$1,2200  
R\$109,8000

Especificação: Fermento em pó químico, frasco com aprox. 100 gramas

41  
60,00  
FRS  
FLEISCHMANN  
R\$1,6100  
R\$96,6000

Especificação: Gelatina em pó, nos sabores: uva, framboeza, limão e tuti fruti, 100 unidades de cada sabor, embalagem com aprox. 85 gramas

43  
400,00  
UN  
NEILAR  
R\$0,5700  
R\$228,0000

Especificação: Óleo de soja, 1ª qualidade, frs com 900 ml

60  
150,00  
FRS  
COAMO  
R\$2,9500  
R\$442,5000

Especificação: Refresco - preparo sólido para refresco, nos sabores:

laranja, abacaxi, maracujá, uva e morango, adoçado, embalagem com aproximadamente 35 gramas.

69  
1650,00  
UN  
POP TRUTA  
R\$0,4000  
R\$660,0000

Especificação: Sal refinado de mesa iodato Não deve apresentar sujidade e misturas, Umidade máxima de 02% Embalagem primária: sacos polietileno transparente, pacotes de 1 kg, embalagem secundária: Sacos de polipropileno reforçado e lacrados com fitas adesivas plastificadas, identificados com o nome do fabricante, com capacidade no máximo 10 kg.

70  
20,00  
KG  
ZIZO  
R\$1,1000  
R\$22,0000

Especificação: COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL PARA ÁGUA EM TIRAS C/100 UN, COR BRANCA, CAPACIDADE PARA 200ML.

116  
15000,00  
TR  
TOTAL PLAST  
R\$2,5500  
R\$38.250,0000

Especificação: Papel higiênico 100% branco, sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, folha simples, de qualidade, gofrado, macio, com alto poder de absorção, solúveis em água, neutro, 100% fibras naturais, rolo com 300 metros, caixa com 08 rolos.

132  
6000,00  
RL  
VIPP PLUS  
R\$3,5700  
R\$21.420,0000

Especificação: Papel higiênico branco, sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, folha dupla, de qualidade, picotado, gofrado, macio, com alto poder de absorção, solúveis em água, neutro, 100% fibras naturais, rolo com 30mx10cm, pacote com 04 rolos.

133  
10000,00  
PCT  
FOFINHO  
R\$2,8400  
R\$28.400,0000

Especificação: Sabão em pó, alto poder de limpeza e remoção de manchas, caixa/pacote c/ 1.000 gr.

139  
1500,00  
Cx/Pc  
LIMPINHA  
R\$3,3200  
R\$4.980,0000

Valor Total  
(noventa e seis mil, cinquenta reais e noventa centavos)

R\$96.050,90

## EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº154/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº154/2014 - Pregão Presencial 44/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: RARIDADE INDUSTRIA QUIMICA LTDA ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de refeições aos usuários dos CAPS II, CAPS AD e CAPS i e materiais de higiene, limpeza, copa e cozinha de consumo para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores.

DATA: 17/12/2014 à 16/12/2015.

Nome da Empresa: RARIDADE INDUSTRIA QUIMICA LTDA ME

CNPJ: 85.101.731/0001-86

Item  
Quantidade  
Unidade  
Marca e Modelo  
Preço Unitário  
Preço Total

Especificação: Água sanitária, à base de cloro. Composição química: hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto. Teor cloro ativo variando de 2 a 2,50%, cor levemente amarelo-esverdeada. Aplicação: alvejante e desinfetante de uso geral. Frasco resistente que impeça a ação da luz solar, com 01 litro, com bico dosador. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.

112  
5000,00  
FRS  
RARIDADE  
R\$1,0000  
R\$5.000,0000

Especificação: Detergente para louça glicerinado, biodegradável e consistente. Aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e painéis. Frasco de 500ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.

117  
5000,00  
FRS  
RARIDADE  
R\$0,9000  
R\$4.500,0000

Especificação: Lustra Móveis 200 ml

127  
200,00  
UN  
WOLKER  
R\$1,2000  
R\$240,0000

Valor Total  
(nove mil e setecentos e quarenta reais)

R\$9.740,00

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº155/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº155/2014 - Pregão Presencial 44/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: LUIZ FERNANDO SEBOLD ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de refeições aos usuários dos CAPS II, CAPS AD e CAPS I e materiais de higiene, limpeza, copa e cozinha de consumo para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores.  
DATA: 17/12/2014 à 16/12/2015.

Nome da Empresa: LUIZ FERNANDO SEBOLD ME

CNPJ: 09.196.745/0001-42

Item  
Quantidade  
Unidade  
Marca e Modelo  
Preço Unitário  
Preço Total

Especificação: Abacaxi em calda, peso drenado com aproximadamente 500 gr.

1  
100,00  
UN  
TOP FRUTA  
R\$6,9000  
R\$690,0000

Especificação: Amendoim sem casca, pacote com 500 gramas

5  
40,00  
PCT  
CONVEL  
R\$7,0000  
R\$280,0000

Especificação: Amido de milho, pacote com 500 gramas.

6  
10,00  
PCT  
APTI  
R\$3,2000  
R\$32,0000

Especificação: Arroz doce, pacote com 50 unidades

7  
12,00  
PCT  
BEIJA FLOR  
R\$11,2000  
R\$134,4000

Especificação: Bala de banana, pacote com 1kg

11  
20,00  
KG  
Joice  
R\$11,0000  
R\$220,0000

Especificação: Bala de coco, sabor coco queimado, pacote com 1 kg.

12  
10,00  
KG  
Joice  
R\$12,0000  
R\$120,0000

Especificação: Bananada, doce de banana, caixa com 50 unidades.  
Ingredientes ou Composição: Açúcar Cristal, Polpa de Banana, Amido de Milho Modificado, Xarope de glicose de Milho, Corante Caramelo, Ácido Cítrico(Acidulante - HII), Corante Caramelo, Aroma Artificial de Banana.

13  
8,00  
CX  
Saborita  
R\$13,5000  
R\$108,0000

Especificação: Caldo de carne em pó. Ingredientes: sal, amido, açúcar, gordura vegetal, carne bovina, cebola, realçadores de sabor. Embalagem de 01 kg.

22  
10,00  
PCT  
APTI  
R\$6,5800  
R\$65,8000

Especificação: Caldo de galinha em pó. Ingredientes: sal, amido, açúcar, gordura vegetal, carne de galinha, cebola, realçadores de sabor. Embalagem de 01 kg.

23  
10,00  
PCT  
APTI  
R\$6,5800  
R\$65,8000

Especificação: Canela em pó, embalagem com aproximadamente 100 gramas.

24  
25,00  
UN  
CONVEL  
R\$4,2000  
R\$105,0000

Especificação: Canjica branca de 1ª qualidade, embalagem plástica atóxica de 500gr, contendo data de fabricação.

25  
30,00  
PCT  
CONVEL  
R\$2,3500  
R\$70,5000

Especificação: Chá sabores diversos, embalados em pacotinhos individuais, caixa com aproximadamente 30 gramas, com 15 pacotinhos.

26  
300,00  
CX  
PRENDA  
R\$4,2800  
R\$1.284,0000

Especificação: Coco ralado, branco, flocado, pacote com 100 gramas

28  
156,00  
PCT  
flicoco  
R\$2,6700  
R\$416,5200

Especificação: Cominho em pó, pacote com 15gr.

29  
30,00  
PCT  
EDIMAR  
R\$1,9700  
R\$59,1000

Especificação: Creme de leite, embalagem com aprox. 300 gramas

30  
200,00  
UN  
TERRA VIVA  
R\$1,5600  
R\$312,0000

Especificação: Doce de leite, caixa com 50 unidades.

32  
8,00  
CX  
Jazan  
R\$15,5000  
R\$124,0000

Especificação: Farinha de mandioca, torrada, fina, seca, branca, tipo 1, isenta de sujidades, livre de umidade e fragmentos estranhos, embalagem contendo 1 Kg, em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto.

35  
10,00  
KG  
Baschirroto  
R\$2,6800  
R\$26,8000

Especificação: Feijão preto tipo 1, embalagem de 1kg,

38  
10,00  
KG

Baschirroto  
R\$3,3000  
R\$33,0000  
Especificação: Fermento biológico seco, com aproximadamente 100g

40  
40,00  
FRS  
ROYAL

R\$2,8500  
R\$114,0000  
Especificação: Fondant de leite, pote com 50 unidades. Ingredientes ou Composição: Açúcar Cristal, Xarope de Glicose de Milho, Farinha de Trigo Tipo 1 Fortificada com Ferro e Ácido Fólico, Leite em Pó, Gordura Hidrogenada, Chocolate Hidrogenado Branco, Sal, Conservante Benzoato de Sódio.

42  
8,00  
POTE  
Mindy  
R\$16,5000  
R\$132,0000

Especificação: Geleia de frutas (doce), pote com 50 unidades. Ingredientes ou Composição: Açúcar, Amido de Milho Modificado, Xarope de Glicose, Contém Corante Artificial Vermelho Ponceaux e Amarelo Tartrazina, Aroma Artificial de frutas vermelhas. Peso líquido 1000g

44  
8,00  
CX  
Mindy  
R\$15,0000

R\$120,0000  
Especificação: Ketchup, frasco com aproximadamente 400 gramas

46  
20,00  
UN  
Da Ajuda  
R\$3,9700  
R\$79,4000  
Especificação: Lentilha, pacote 500 gr.

50  
50,00  
PCT  
CONVEL  
R\$4,8500  
R\$242,5000

Especificação: Macarrão espaguete, 500g , com ovos, Sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos pasteurizados, corantes naturais urucum e cúrcuma.

51  
30,00  
PCT  
BORTOLINI  
R\$1,4800  
R\$44,4000

Especificação: Maionese tradicional, embalagem com 500 gr

52  
40,00  
UN  
SUAVIT  
R\$3,1000  
R\$124,0000

Especificação: Margarina vegetal, com sal 1ª qualidade, embalagem com aprox. 500 gr

54  
130,00  
UN  
PRIME  
R\$2,2000  
R\$286,0000

Especificação: Maria mole, pote com 50 unidades. Ingredientes ou Composição: Açúcar Cristal, Gelatina, Água, Açúcar Invertido, Coco Ralado, Aroma Art. De Leite Condensado e Acidulante Ácido Cítrico.

55  
8,00  
CX  
PRINCESA  
R\$16,5000  
R\$132,0000

Especificação: Milho para pipoca, grupo duro, classe amarelo, tipo 1, embalados em plástico atóxico, transparente e incolor, termoselada, isenta de mofo ou bolores, odores estranhos e substâncias nocivas. A embalagem primária deverá declarar a marca, nome e endereço do fabricante, peso líquido, prazo de validade, lote, número do registro no órgão competente, embalagem 500 gramas.

56  
30,00  
PCT  
CONVEL  
R\$2,4000  
R\$72,0000

Especificação: Milho verde em conserva, lata c/ aprox. 300 gr.

57  
100,00  
LATA  
CONE  
R\$1,6500  
R\$165,0000

Especificação: Mostarda, frasco com aproximadamente 200 gramas. Composição: vinagre, mostarda, água e condimento, benzoato de sódio.

59  
10,00  
FRS  
TEO  
R\$2,4800  
R\$24,8000

Especificação: Orégano seco, embalagem de 100 gramas

61  
4,00  
PCT  
CONVEL  
R\$4,8000  
R\$19,2000

Especificação: Paçoca rolha, pote com 50 unidades. Ingredientes

ou Composição: Açúcar Cristal, Amendoim, Xarope de Glicose de Milho com 2% de Umidade, Farinha de Trigo Tipo 1 Fortificada com Ferro e Ácido Fólico, Sal, Conservante Sorbato de Potássio.

62  
8,00  
CX  
Pasoquita  
R\$14,8000  
R\$118,4000

Especificação: Palmito em conserva preparado com o gomo terminal comestível do caule da Euterpes edulis, sob a forma de roletes tenros, envasados imersos em solução aquosa apropriada, em recipientes herméticos submetidos ao adequado processo tecnológico, atendendo as condições gerais da NTA 31 do Código Sanitário Municipal de Alimentos, embalagem com 300 gr.

63  
20,00  
FRS  
RIO CERRO  
R\$16,8000  
R\$336,0000

Especificação: Pé de moleque crocante, pote com 50 unidades. Ingredientes ou Composição: Amendoim, Açúcar Cristal, Fermento Químico Bicarbonato de Sódio, Acidulante Ácido Cítrico Anidro.

64  
8,00  
CX  
Carijó  
R\$13,3000  
R\$106,4000

Especificação: Pêssego em calda, peso drenado com aproximadamente 450 gr

65  
60,00  
LATA  
Grochemore  
R\$7,5000  
R\$450,0000

Especificação: Pipoca doce 10 gr, pacote com 50 unidades

66  
8,00  
PCT  
BEIJA FLOR  
R\$11,8000  
R\$94,4000

Especificação: Pirulito sabores diversos, pacote de 1 kg

67  
10,00  
KG  
Fregells  
R\$13,8000  
R\$138,0000

Especificação: Polvilho azedo, pacote com 500gr

68  
100,00  
PCT  
CONVEL  
R\$3,5000  
R\$350,0000

Especificação: Sorvete seco, caixa com 50 unidade. Ingredientes do Doce: Açúcar Cristal, Gelatina, Aroma Artificial de Leite Condensado e Corante Vermelho Ponceaux. Ingredientes do Copo Bijú: Farinha de Trigo, Fécula de Mandioca e Lecitina de Soja.

72  
8,00  
CX  
PRODASA  
R\$19,5000  
R\$156,0000

Especificação: Suco de uva (tinto), embalagem de no mínimo 1000 ml

73  
10,00  
L  
SINUÉLO  
R\$5,4400  
R\$54,4000

Especificação: Suspiro, caixa com 50 unidades. Ingredientes ou Composição: Açúcar Cristal, Gelatina, Aroma Artificial de Tutti-Fruti e Corante Vermelho Ponceaux.

Item  
Quantidade  
Unidade  
Marca e Modelo  
Preço Unitário  
Preço Total

Especificação: Suspiro, caixa com 50 unidades. Ingredientes ou Composição: Açúcar Cristal, Gelatina, Aroma Artificial de Tutti-Fruti e Corante Vermelho Ponceaux.

74  
8,00  
CX  
PRODASA  
R\$19,5000  
R\$156,0000

Especificação: Teta de Nega, caixa com 50 unidades, doce feito de merengue ou marshmallow e cobertura fina de chocolate.

75  
8,00  
CX  
BELL  
R\$19,5000  
R\$156,0000

Especificação: Filtro de papel para coar café - referência 103, embalagem com 40 unid.

120  
60,00  
CX  
BRIGITTA  
R\$1,9200  
R\$115,2000

Especificação: GARRAFA TÉRMICA, COM ALÇA TIPO SERVE A

JATO CAPACIDADEDE 01 LITRO.

122  
100,00  
UN  
TERMOLAR  
R\$31,5900  
R\$3.159,0000

Especificação: Luva para limpeza. Composição: borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante. Tamanho grande. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.395

128  
700,00  
PAR  
LAGROTTA  
R\$1,5000  
R\$1.050,0000

Especificação: Luva para limpeza. Composição: borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante. Tamanho médio. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.394

129  
700,00  
PAR  
LAGROTTA  
R\$1,5000  
R\$1.050,0000

Especificação: Luva para limpeza. Composição: borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante. Tamanho pequeno. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.393

130  
700,00  
PAR  
LAGROTTA  
R\$1,5000  
R\$1.050,0000

Especificação: Porta copo de água de 200 ml, para aprox. 150 copos, medindo aproximadamente 0,85mmx76cm

135  
20,00  
UN  
AURIMAR  
R\$19,5000  
R\$390,0000

Especificação: Prendedor de plástico para roupas, pacote com 01 dúzia

137  
250,00  
PCT  
ZAVASKI  
R\$1,1800  
R\$295,0000

Especificação: Toalha para louça em tecido de algodão, na cor branca, sem estampa, medindo aproximadamente 070X0,50cm, com bainha.

149  
1500,00  
UN  
MARTIMPANO  
R\$1,8800  
R\$2.820,0000

Especificação: Vassoura com cerdas de polipropileno de aproximadamente 10cm de comprimento espessura média de 0,8mm, dispostas em no mínimo 4 carreiras de tufo justapostos homogêneos de modo a preencher toda a base, a fixação das cerdas à base deverá ser firme e resistente, com 64 tufo aproximados (plumadas), a base em polipropileno com cabo de aproximadamente 1,20m, em chapa revestida em polipropileno, com emborrachado na ponta para rosquear com facilidade na base da vassoura e com gancho na outra ponta do cabo para pendurar, com perfeito acabamento, uso doméstico.

150  
400,00  
UN  
CONDOR  
R\$7,2400  
R\$2.896,0000

Valor Total  
(vinte mil, seiscentos e quarenta e três reais e dois centavos)  
R\$20.643,02

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº156/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº156/2014 - Pregão Presencial 44/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: BRUTHAN COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de refeições aos usuários dos CAPS II, CAPS AD e CAPS I e materiais de higiene, limpeza, copa e cozinha de consumo para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores.

DATA: 17/12/2014 à 16/12/2015.

Nome da Empresa: BRUTHAN COMERCIAL LTDA

CNPJ: 02.625.813/0001-00

Item  
Quantidade  
Unidade  
Marca e Modelo  
Preço Unitário  
Preço Total

Especificação: Arroz parboilizado, longo, fino tipo I - registro do produto no Ministério da Agricultura ou Saúde. Embalagem padronizada com 5kg. Data de fabricação do produto de no máximo 30 dias da data de autorização de fornecimento expedida pela prefeitura. prazo de validade 12( doze) meses.

8  
80,00  
PCT  
  
R\$9,0000  
R\$720,0000

Especificação: Batata palha, tradicional, pacote com 400 gramas

14  
25,00  
PCT  
TUTA  
R\$7,1500  
R\$178,7500

Especificação: Bebida gaseificada a base de cola, frasco com 2 litros.

15  
30,00  
FRS  
COCA COLA  
R\$5,2100  
R\$156,3000

Especificação: Bebida gaseificada a base de guaraná, frasco com 2 litros

16  
30,00  
FRS  
KUAT  
R\$3,5100  
R\$105,3000

Especificação: Bebida gaseificada a base de limão, garrafa com 2 litros.

17  
30,00  
FRS  
SPRIT  
R\$4,3600  
R\$130,8000

Especificação: Ervilha em conserva, lata c/ aprox. 300 gr.

33  
60,00  
LATA  
OLÉ  
R\$1,3800  
R\$82,8000

Especificação: Farinha de trigo: Devera ser fabricada a partir de grãos de trigo são e limpos, isentos de matéria terrosa. pacote com 5 kg.

37  
100,00  
PCT  
FLOR DO OESTE  
R\$7,8500  
R\$785,0000

Especificação: Feijão vermelho tipo 1, embalagem de 1kg,

39  
10,00  
KG  
BASCHIROTTTO  
R\$6,7000  
R\$67,0000

Especificação: Iogurte líquido com polpa de frutas vermelhas , embalagem de 1 litro

45  
400,00  
L  
VENEZA  
R\$2,7000  
R\$1.080,0000

Especificação: Leite condensado, embalagem com aprox. 395 gramas

47  
300,00  
UN  
TERRA VIVA

R\$2,9000  
R\$870,0000  
Especificação: Leite em pó integral, instantâneo. Embalagem: lata com 400 gr

48  
250,00  
UN  
ITAMBÉ  
R\$9,7200  
R\$2.430,0000  
Especificação: Pão para cachorro quente, tipo hot dog, massa preparada com farinha de trigo, fermento biológico, água, sal, podendo conter outras substâncias alimentícias, desde que declaradas. Deverá ser preparado a partir de matérias-primas sãs, de primeira qualidade, isenta de matéria terrosa e parasitos e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido e não será permitida a adição de farelos e de corantes de qualquer natureza em sua confecção. Peso aproximado de 50gramas por unidade. Embalagem com 10 pães, plastica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e validade de no mínimo 02 (dois) dias e tabela com informação nutricional.

78  
300,00  
PCT  
JM  
R\$5,5000  
R\$1.650,0000  
Especificação: Abacaxi Pérola. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.

79  
100,00  
UN  
IN NATURA  
R\$4,4100  
R\$441,0000  
Especificação: Abóbora paulista. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.

80  
100,00  
KG  
IN NATURA  
R\$1,9000  
R\$190,0000  
Especificação: Alho branco, gráudo, novo, de 1º qualidade, sem réstia, com prazo de validade semanal, acondicionando em embalagem resistente e transparente.

81  
12,00  
KG  
SÃO FRANCISCO  
R\$15,0100  
R\$180,1200  
Especificação: Banana Branca - cat.1, classe 16 (16 a 18cm) de conformidade com a Portaria M.A nº. 126 de 15/05/81. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias

nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.

82  
180,00  
KG  
IN NATURA  
R\$2,9900  
R\$538,2000  
Especificação: Batata doce. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.

83  
10,00  
KG  
IN NATURA  
R\$3,0800  
R\$30,8000  
Especificação: Batata inglesa, não lavada. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.

84  
70,00  
KG  
IN NATURA  
R\$2,0000  
R\$140,0000  
Especificação: Beterraba. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.

85  
30,00  
FRS  
IN NATURA  
R\$2,4900  
R\$74,7000  
Especificação: Cebola de cabeça: classe (4) quatro, tipo: especial, de conformidade com a Portaria M. A nº 529 de 18/03/97. coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.

87  
80,00  
KG  
IN NATURA  
R\$2,8000  
R\$224,0000  
Especificação: Cebolinha verde

88  
150,00  
PCT  
IN NATURA  
R\$1,6400  
R\$246,0000  
Especificação: Cenoura sem folhas, classe 14 (14 e 18 cm) ou cat 1. Tipo especial, conforme adesão voluntário CEAGESP composição das raízes de 14 a 18cm. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo

apenas a tolerâncias previstas em lei.

89

50,00

KG

IN NATURA

R\$2,1100

R\$105,5000

Especificação: Couve manteiga folhas, maço. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.

90

50,00

PCT

IN NATURA

R\$1,6900

R\$84,5000

Especificação: Espinafre, maço. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.

91

75,00

PCT

IN NATURA

R\$1,7400

R\$130,5000

Especificação: Gengibre, embalagem com 100 gramas. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.

92

1,00

KG

IN NATURA

R\$14,0000

R\$14,0000

Especificação: Laranja bergamota: grupo I - Classe: 04 A (de 60 a 85 mm) - Tipo: especial - Grupo C4, Classe 61 (61 a 75mm). Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.

93

200,00

KG

IN NATURA

R\$3,7700

R\$754,0000

Especificação: Laranja Pêra: grupo I - Classe: 04 A (de 60 a 85 mm) - Tipo: especial - Grupo C4, Classe 81 (81 a 85mm). Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.

94

200,00

KG

IN NATURA

R\$1,9000

R\$380,0000

Especificação: Maça nacional, gala, grupo rajada classe de 70 a 80mm, tipo ou categoria 2. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação. OBS: Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitida apenas as tolerâncias previstas em lei.

95

200,00

KG

IN NATURA

R\$3,7300

R\$746,0000

Especificação: Mamão formosa, Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.

96

60,00

KG

IN NATURA

R\$4,6200

R\$277,2000

Especificação: Melância. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.

97

70,00

KG

IN NATURA

R\$1,7800

R\$124,6000

Especificação: Repolho, cabeça. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.

100

50,00

UN

IN NATURA

R\$2,8000

R\$140,0000

Especificação: Salsinha. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.

101

150,00

PCT

IN NATURA

R\$1,5900

R\$238,5000

Especificação: Tomate. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.

102  
100,00  
KG  
IN NATURA  
R\$5,6000  
R\$560,0000  
Especificação: Carne bovina inteira: patinho, congelado, sem osso, limpa, sem nervos, sem tendões, sem aponervroses e sem gorduras com características organolépticas (cor, sabor, odor característicos). Apresentar Certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Embalagem: embalada à vácuo, em pacotes de 01 (um) Kg, devidamente identificadas com etiquetas internas de acordo com a Legislação vigente e especificação de prazo de validade. Prazo de validade: de no mínimo 3 meses a partir da entrega.

103  
30,00  
KG  
CCS  
R\$19,8000  
R\$594,0000  
Especificação: Carne bovina moída: fraldinha, congelado, limpa, sem nervos, sem aponervroses e sem gorduras com características organolépticas (cor, sabor, odor característicos). Apresentar Certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Embalagem: embalada à vácuo, em pacotes de 01 (um) Kg, devidamente identificadas com etiquetas internas de acordo com a Legislação vigente e especificação de prazo de validade. Prazo de validade: de no mínimo 3 meses a partir da entrega.

104  
130,00  
KG  
CCS  
R\$19,8000  
R\$2.574,0000  
Especificação: Linguça calabresa defumada, congelada a -18°C, embalagem de 01 kg, embalada em saco plástico a vácuo." devidamente identificadas com etiquetas internas de acordo com a Legislação vigente e especificação de prazo de validade. Prazo de validade: de no mínimo 3 meses a partir da entrega.

105  
50,00  
KG  
JCW  
R\$8,8000  
R\$440,0000  
Especificação: Ovos de galinha fresco tipo especial, vermelho, de 55 a 60 gramas de peso por unidade, conforme Decreto Lei 3.748 de 12/07/93, artigo 687, Embalagem: com rótulo, descartável, aberta com 30 unidades. Deve apresentar a data de produção e validade.

106  
260,00  
DZ  
AUREA  
R\$4,1000  
R\$1.066,0000  
Especificação: Peito de frango, sem osso. Apresentar Certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Embalagem: embalada à vácuo, em pacotes de 01 (um) Kg, devidamente identificadas com etiquetas internas de acordo com a Legislação vigente e especificação de prazo de validade. Prazo de validade: de no mínimo 3 meses a partir da entrega.

107  
180,00

KG  
SUBLIME  
R\$9,0000  
R\$1.620,0000  
Especificação: Presunto cozido fatiado, sem gordura, embalagem com 150 gr.

108  
75,00  
KG  
JCW  
R\$20,5000  
R\$1.537,5000  
Especificação: Queijo tipo mussarela, fatiado, embalagem com 150 gr

110  
90,00  
KG  
LA SORELLA  
R\$22,0000  
R\$1.980,0000  
Especificação: Salsicha hot dog congelada, carne bovina de uma ou mais espécies de animais, adicionado de ingredientes e condimentos (exceto de pimenta e derivados) embutido em envoltório natural ou artificial ou por processo de extrusão e submetido a um processo térmico adequado. Permitido até 2% de amido e até 2% de sódio.

Item  
Quantidade  
Unidade  
Marca e Modelo  
Preço Unitário  
Preço Total

Especificação: Salsicha hot dog congelada, carne bovina de uma ou mais espécies de animais, adicionado de ingredientes e condimentos (exceto de pimenta e derivados) embutido em envoltório natural ou artificial ou por processo de extrusão e submetido a um processo térmico adequado. Permitido até 2% de amido e até 2% de sódio.

111  
152,00  
KG  
NAT  
R\$5,5000  
R\$836,0000

Valor Total  
(vinte e quatro mil, quinhentos e vinte e três reais e sete centavos)  
R\$24.523,07

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº157/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº157/2014 - Pregão Presencial 44/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de refeições aos usuários dos CAPS II, CAPS AD e CAPS i e materiais de higiene, limpeza, copa e cozinha de consumo para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores.

DATA: 17/12/2014 à 16/12/2015.

Nome da Empresa: JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME

CNPJ: 13.965.228/0001-68

Item  
Quantidade  
Unidade  
Marca e Modelo  
Preço Unitário  
Preço Total

Especificação: Esponja de louça dupla face (fibra e espuma), formato retangular, medindo 110x75x23mm, abrasividade média. Composição: espuma de poliuretano com bactericida, fibra sintética com abrasivo. Embalagem com 01 (uma) unidade.

119  
3500,00  
UN  
ESFREBON  
R\$0,4300  
R\$1.505,0000

Especificação: Rodo de borracha EVA dupla, para limpeza, base com 0,40cm, com serrinha para melhor aderência do pano, em plástico resistente, com cabo de metal revestido em plástico.

138  
200,00  
UN  
HARACEM  
R\$3,6100  
R\$722,0000

Especificação: Saco plástico para lixo, cor preto, com capacidade para 50 litros, com no mínimo 8 (oito) micras, largura 63, altura 80, de polipropileno, embalados com pacotes com 10 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.

148  
2000,00  
PCT  
VENUS  
R\$1,6800  
R\$3.360,0000

Valor Total  
(cinco mil e quinhentos e oitenta e sete reais)

R\$5.587,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº158/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº158/2014 - Pregão Presencial 44/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: LICITAL COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de refeições aos usuários dos CAPS II, CAPS AD e CAPS i e materiais de higiene, limpeza, copa e cozinha de consumo para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores.

DATA: 17/12/2014 à 16/12/2015.

Nome da Empresa: LICITAL COMERCIAL LTDA

CNPJ: 11.447.252/0001-80

Item  
Quantidade  
Unidade  
Marca e Modelo  
Preço Unitário  
Preço Total

Especificação: Açúcar refinado - Amorfo, de primeira qualidade, isento de fermentações, de matéria terrosa, de parasito e detritos animais ou vegetais, tendo aspecto próprio do tipo do açúcar, cor: própria, cheiro próprio e sabor doce. Deverão ser efetuadas determinações de microrganismos e substâncias tóxicas de origem microbiana, sempre que se fizerem necessárias à obtenção de dados adicionais sobre o estado higiênico sanitário, dessa classe de alimentos ou quando ocorre toxinfecções alimentares. Deverá ser isento de sujidades, parasito e larvas. No rótulo deve trazer a denominação "açúcar refinado". Embalagem: plástica com 05 Kg. Prazo de validade de no mínimo 06 (seis) meses.

3  
3640,00  
KG  
CARAVELAS  
R\$1,6900  
R\$6.151,6000

Especificação: GUARDANAPO DE PAPEL, COR BRANCA, MACIO, 30 X 33 CM PACOTE COM NO MÍNIMO 50 UNIDADES

123  
6000,00  
PCT  
SOL  
R\$0,7200  
R\$4.320,0000

Especificação: Lixeira material polietileno resistente, com tampa acionamento a pedal, com capacidade de 11 até 12 litros, cor branca.

126  
50,00  
UN  
ARQPLAST  
R\$9,7500  
R\$487,5000

Valor Total  
(dez mil, novecentos e cinquenta e nove reais e dez centavos)

R\$10.959,10

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº159/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº159/2014 - Pregão Presencial 44/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: GIZELE REGINA DA SILVA ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de refeições aos usuários dos CAPS II, CAPS AD e CAPS i e materiais de higiene, limpeza, copa e cozinha de consumo para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores.

DATA: 17/12/2014 à 16/12/2015.

Nome da Empresa: GIZELE REGINA DA SILVA ME

CNPJ: 13.839.796/0001-12

Item  
Quantidade  
Unidade  
Marca e Modelo  
Preço Unitário  
Preço Total

Especificação: Biscoito doce tipo maria, 1ª qualidade, embalado em embalagem plástica descartável com aproximadamente 500 gramas.

18  
800,00  
PCT  
DIANA  
R\$2,1500  
R\$1.720,0000

Especificação: Biscoito salgado, 1ª qualidade, embalado em embalagem plástica descartável com aproximadamente 400 gramas.

19  
600,00  
PCT  
DIANA  
R\$2,1500  
R\$1.290,0000

Especificação: Leite longa vida integral, embalagem tetrapack de 1 litro

49  
1900,00  
L  
LANGUIRU  
R\$1,8800  
R\$3.572,0000

Especificação: Pão de sanduíche de pão branco, pacote com no mínimo 16 fatias, massa preparada com farinha de trigo, fermento biológico, água, sal, podendo conter outras substâncias alimentícias, desde que declaradas. Deverá ser preparado a partir de matérias-primas sãs, de primeira qualidade, isenta de matéria terrosa e parasito e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido e não será permitida a adição de farelos e de corantes de qualquer natureza em sua confecção. Embalagem de 500 gramas, plástica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e validade de no mínimo 02 (dois) dias e tabela com informação nutricional.

76  
540,00

PCT  
MENTÚS  
R\$4,5000  
R\$2.430,0000

Especificação: Pão de sanduíche de pão integral, pacote com no mínimo 16 fatias, massa preparada com farinha de trigo, fermento biológico, água, sal, podendo conter outras substâncias alimentícias, desde que declaradas. Deverá ser preparado a partir de matérias-primas sãs, de primeira qualidade, isenta de matéria terrosa e parasitos e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido e não será permitida a adição de farelos e de corantes de qualquer natureza em sua confecção. Embalagem de 500 gramas, plástica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e validade de no mínimo 02 (dois) dias e tabela com informação nutricional.

77  
240,00  
PCT  
MENTÚS  
R\$4,5000  
R\$1.080,0000

Especificação: Papel toalha, folha intercalada, 2 dobras, grofado, de qualidade, 100% celulose virgem, cor branca (100% branca), sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel, com alto poder de absorção, macio, tamanho 21 x 23cm, gramatura de 28 à 30, pacote com 1000 folhas.

134  
5000,00  
PCT  
MS  
R\$8,9500  
R\$44.750,0000

Valor Total  
(cinquenta e quatro mil e oitocentos e quarenta e dois reais)

R\$54.842,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº160/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº160/2014 - Pregão Presencial 44/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ELO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de refeições aos usuários dos CAPS II, CAPS AD e CAPS i e materiais de higiene, limpeza, copa e cozinha de consumo para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores.

DATA: 17/12/2014 à 16/12/2015.

Nome da Empresa: ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME

CNPJ: 14.990.312/0001-02

Item  
Quantidade  
Unidade  
Marca e Modelo  
Preço Unitário  
Preço Total

Especificação: Adoçante dietético tipo sacarina, em frasco com 100 ml

4  
21,00  
FRS  
LOWÇUCAR  
R\$1,6600  
R\$34,8600

Especificação: Aveia em flocos finos, pacote com 500 gramas

9  
50,00  
PCT  
APTI  
R\$2,0100  
R\$100,5000

Especificação: Extrato de tomate simples concentrado, com no mínimo 20%, substancia seca e Brix entre 15% a 20%, em latas sem ferrugem e/ou amassadas de aproximadamente 340 gramas, sem aditivos ou conservantes, deve constar na embalagem a data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 24 meses.

34  
200,00  
UN  
OLÉ  
R\$1,8000  
R\$360,0000

Especificação: Sardinha em lata pescado em óleo, conserva, lata com aproximadamente 125 gramas

71  
100,00  
UN  
88  
R\$1,9700  
R\$197,0000

Especificação: FÓSFORO CAIXA COM 40 PALITOS, PACOTE COM 10 CAIXAS

121  
600,00  
PCT  
R\$1,2900  
R\$774,0000

Especificação: Lixeira material polietileno resistente, com capacidade de 50 litros, com tampa, acionamento a pedal, cor branca.

125  
60,00  
UN  
Tritec/1047  
R\$56,5000  
R\$3.390,0000

Especificação: Saco plástico para lixo, cor preto, com capacidade para 100 litros, com no mínimo 10 (dez) micras, largura 75, altura 105, de polipropileno, embalados com pacotes com 05 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.

146

3000,00  
PCT  
Geraplast/SC100  
R\$1,6700  
R\$5.010,0000

Valor Total  
(nove mil, oitocentos e sessenta e seis reais e trinta e seis centavos)

R\$9.866,36

## EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº161/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº161/2014 - Pregão Presencial 44/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: PKB PRODUTOS QUIMICOS LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de refeições aos usuários dos CAPS II, CAPS AD e CAPS i e materiais de higiene, limpeza, copa e cozinha de consumo para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores.

DATA: 17/12/2014 à 16/12/2015.

Nome da Empresa: PKB PRODUTOS QUIMICOS LTDA EPP

CNPJ: 01.648.513/0001-76

Item  
Quantidade  
Unidade  
Marca e Modelo  
Preço Unitário  
Preço Total

Especificação: Alcool líquido 70%, frasco com 1000ml

113  
3000,00  
FRS  
SAUBA  
R\$3,4000  
R\$10.200,0000

Especificação: Álcool liquido 96%, frasco com 1000ml

114  
3000,00  
FRS  
SAUBA  
R\$3,6900  
R\$11.070,0000

Especificação: Limpa vidro líquido, com bico borrifador, 1ª linha, frasco com 500 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.

124  
1500,00  
UN  
SAUBA  
R\$1,3800  
R\$2.070,0000

Especificação: Sabonete líquido, fragrância erva doce, frs com 1000 ml.

141  
2000,00  
FRS  
SAUBA  
R\$2,9400  
R\$5.880,0000

Especificação: Sabonete líquido, fragrância erva doce, frs com 5000 ml.

142  
400,00  
FRS  
SAUBA  
R\$8,9900  
R\$3.596,0000

Valor Total  
(trinta e dois mil e oitocentos e dezesseis reais)

R\$32.816,00

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº162/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº162/2014 - Pregão Presencial 44/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CELIA REGINA W. SANI ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de refeições aos usuários dos CAPS II, CAPS AD e CAPS i e materiais de higiene, limpeza, copa e cozinha de consumo para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores.  
DATA: 17/12/2014 à 16/12/2015.

Nome da Empresa: CELIA REGINA W. SANI ME

CNPJ: 04.195.853/0001-87

Item  
Quantidade  
Unidade  
Marca e Modelo  
Preço Unitário  
Preço Total

Especificação: Balde plástico c/ alça ferro galvanizado , material resistente, c/ capacidade para 15 à 20 litros.

115  
150,00  
UN  
ARQUIPLAST  
R\$2,7000  
R\$405,0000

Especificação: Saco de papel para pipoca. Produto não perecível à base de papel sulfite, composto basicamente por pasta celulósica de fibras vegetais não poluentes. Tamanho: 17X25 cm. Embalagem com 500 unidades.

144  
15,00  
CX  
INCORPEL  
R\$7,8000  
R\$117,0000

Especificação: Saco plástico para cachorro quente, pacote com 500 unidades.

145  
10,00  
PCT  
INCORPEL  
R\$8,1000  
R\$81,0000

Especificação: Saco plástico para lixo, cor preto, com capacidade para 30 litros, com no mínimo 8 (oito) micras, largura 59, altura 62, de polipropileno, embalados com pacotes com 10 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.

147  
2000,00  
PCT  
Bruklin  
R\$1,5000  
R\$3.000,0000

Valor Total  
(três mil e seiscentos e três reais)

R\$3.603,00

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº163/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº163/2014 - Pregão Presencial 44/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: JJ MATTOS INDUSTRIA E COMERCIA DE CAFÉ LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de refeições aos usuários dos CAPS II, CAPS AD e CAPS i e materiais de higiene, limpeza, copa e cozinha de consumo para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores.  
DATA: 17/12/2014 à 16/12/2015.

Nome da Empresa: JJ MATTOS INDUSTRIA E COMERCIO DE CAFÉ LTDA EPP

CNPJ: 00.214.257/0001-46

Item  
Quantidade  
Unidade  
Marca e Modelo  
Preço Unitário  
Preço Total

Especificação: Café em pó torrado e moído, de 1ª qualidade, tipo extra forte, embalagem aluminizada a vácuo, com selo de pureza ABIC, top de linha. Embalagem de 500G, validade de 01 ano.

21  
5436,00  
PCT  
JURERE EXTRA FORTE  
R\$5,4500  
R\$29.626,2000

Valor Total  
(vinte e nove mil, seiscentos e vinte e seis reais e vinte centavos)

R\$29.626,20

# Palmitos

## PREFEITURA

### Lei Municipal 3830

LEI Nº. 3.830/2014. De 19 de dezembro de 2014.	AUTORIZA A INCLUSÃO, ALTERAÇÃO E ADEQUAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS, A FIXAÇÃO DE NOVAS METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS, ADEQUAÇÃO DE RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS E FONTE DE CUSTEIO DAS DESPESAS CONSTANTES DO PPA – PLANO PLURIANUAL 2014-2017 DO MUNICÍPIO DE PALMITOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:
---	---

Art. 1º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 3.704 de 16 de outubro de 2013, através da INCLUSÃO de novas das Ações de Governo, a fixação de novas metas físicas e financeiras, a adequação das rubricas orçamentárias de receitas e fontes de custeio das despesas para o exercício financeiro de 2015, nos termos dos Anexos da presente Lei.

Art. 2º O Plano Plurianual - PPA, do Município de Palmitos, para o quadriênio 2014/2017, passa a contar uma RECEITA reestimada e uma DESPESA fixada de R\$ 138.201.400,00 (cento e trinta e oito milhões, duzentos e um mil e quatrocentos reais) para R\$ 155.050.000,00 (cento e cinquenta e cinco milhões e cinquenta mil reais), discriminados pelos anexos desta Lei e quadro comparativo abaixo:

I – ACRÉSCIMO POR EXERCÍCIO	Exercício Financeiro			
	2014	2015	2016	2017
Valor Original do PPA – Lei 3.520	38.250.000,00	31.720.400,00	33.280.400,00	34.950.600,00
Valor reestimado – Readequação promovidas em exercícios anteriores.	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores revistos – Ajustes PPA	0,00	45.340.000,00	34.860.000,00	36.600.000,00
Acréscimo Verificado nos período	0,00	13.619.600,00	1.579.600,00	1.649.400,00

LEI Nº. 3.830/2014.  
De 19 de dezembro de 2014.

Art. 3º A Despesa será realizada na forma da legislação vigente, mediante a apropriação das despesas por Programas de Governo, que apresenta o seguinte desdobramento:

I – POR PROGRAMA	Exercício Financeiro			
	2014	2015	2016	2017
0001 – Execução das ações Legislativas	1.570.000,00	1.700.000,00	1.750.000,00	1.800.000,00
0002 – Gestão da Administração Superior	830.000,00	880.000,00	943.000,00	1.007.000,00
0003 – Organização Administrativa, Financeira e de Planejamento	2.102.575,00	2.219.065,00	2.395.000,00	2.481.500,00
0004 – Ensino Fundamental	5.085.180,00	7.054.694,58	6.102.522,00	6.506.422,00
0005 – Ensino Infantil	2.055.500,00	2.537.000,00	2.719.000,00	2.725.000,00
0006 – Ensino Pós Fundamental	318.000,00	325.000,00	359.000,00	379.000,00
0007 – Ações Culturais	170.000,00	205.000,00	208.000,00	224.000,00
0008 – Esporte é Vida	860.000,00	860.000,00	620.000,00	640.000,00
0009 – Saúde Pública	7.922.995,00	9.069.451,00	8.534.918,00	8.961.743,00
0010 – Assistência e Acompanhamento a Criança e Adolescente	472.600,00	505.400,00	507.500,00	544.600,00
0011 – Gestão de Políticas Sociais	1.369.550,00	1.335.600,00	1.459.100,00	1.543.300,00

0012 – Viabilização de Novas habitações	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
0013 – Agricultura Sustentável e Meio Ambiente	4.934.000,00	5.286.472,80	2.281.200,00	2.386.200,00
0014 – Promoção e Divulgação do Turismo Municipal	479.000,00	541.000,00	430.000,00	585.000,00
0015 – Merenda Escolar	274.600,00	350.500,00	375.550,00	402.160,00
0016 – Cidade com Qualidade	5.502.000,00	6.264.060,00	2.605.000,00	2.705.000,00
0017 – Estradas Vicinais	3.215.000,00	5.241.756,62	2.557.210,00	2.677.075,00
0018 – Encargos Gerais	1.049.000,00	925.000,00	973.000,00	992.000,00
0019 – Reserva de Continência	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
TOTAL	38.250.000,00	45.340.000,00	34.860.000,00	36.600.000,00

Art. 4º Em consonância com o art. 165, § 2º da Constituição, as prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015, são aquelas definidas nos Anexos desta Lei, representando as reivindicações da sociedade e confirmadas pelos órgãos da Prefeitura.

LEI Nº. 3.830/2014.

De 19 de dezembro de 2014.

Art. 5ª Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Palmitos/SC, em 19 de dezembro de 2014.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

## Lei Municipal 3831

LEI Nº. 3.831/2014. De 19 de dezembro de 2014.	ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE PALMITOS PARA O EXERCÍCIO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em atendimento ao § 2º do artigo 165 da Constituição Federal, combinado, com § 2º, inciso III, do artigo 109 da Lei Orgânica do Município, com a Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:
---	---

Art. 1º O Orçamento do Município de Palmitos, para o exercício de 2015, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - As prioridades e metas da administração pública municipal, extraídas do Plano Plurianual 2014/2017;

II - A estrutura e organização dos orçamentos;

III - As diretrizes gerais;

IV - As disposições sobre a receita;

V - As disposições sobre a despesa;

VI - As disposições sobre os créditos adicionais;

VII - Das despesas com educação e saúde;

VIII - As disposições sobre despesas com pessoal;

IX - As disposições sobre alterações na legislação tributária; e

X - Das disposições gerais.

Art. 2º O Poder Executivo deve adaptar à programação estabelecida, no que se refere a circunstâncias emergenciais a atualizar elementos quantitativos no plano de governo e definidos no orçamento.

LEI Nº. 3.831/2014.

De 19 de dezembro de 2014.

## I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 3º Em consonância com o art. 165, § 2º da Constituição, as prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015 são aquelas definidas nos Anexos desta Lei, as quais foram extraídas do Plano Plurianual, para o período de 2014 a 2017.

§ 1º Os recursos estimados na Lei Orçamentária para o exercício de 2015, serão destinados preferencialmente, para as prioridades e metas definidas no Anexo I desta Lei, não se constituindo, no entanto, em limites à Programação das despesas.

§ 2º O anexo de prioridades e metas conterá, no que couber, o disposto no § 2º, do art. 4º, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

§ 3º Na elaboração e durante a execução do Orçamento do exercício de 2015, o Poder Executivo Municipal, poderá alterar as metas definidas nesta Lei, aumentando e/ou diminuindo, incluindo e/ou excluindo suas ações e seus quantitativos a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o atendimento às necessidades da sociedade, mediante aprovação do Poder Legislativo.

## II - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º O orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura e deverá ser elaborada de conformidade com os diversos princípios, além dos contábeis geralmente aceitos, o de igualdade, justiça social e o da transparência social.

I - O princípio de justiça social implica em assegurar que os Programas dispostos na Proposta Orçamentária contribuam para a redução das desigualdades sociais entre os indivíduos e suas regiões, bem como no combate a qualquer tipo de exclusão social, principalmente aos municípios mais necessitados; e

II - O princípio da transparência social requer a observância da utilização dos diversos meios de comunicações disponíveis, a fim de garantir o livre acesso e participação dos cidadãos às informações relativas ao orçamento, inclusive na discussão em audiências públicas.

Art. 5º A Lei Orçamentária evidenciará sua Receita por rubrica em cada unidade gestora e, a Despesa de cada Unidade Gestora será evidenciada pela função, sub-função, programa, projeto, atividade, ou operações especiais, podendo ainda a critério da administração, ser evidenciada a nível elemento e/ou sub-elemento e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza da despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, na forma dos seguintes anexos:

LEI Nº. 3.831/2014.

De 19 de dezembro de 2014.

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias

Econômicas (Anexo 1, da Lei 4.320/1964 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 2, da Lei 4.320/1964 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 3, da Lei 4.320/1964 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

IV - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF//SEPLAN nº 8/85);

V - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 6, da Lei 4.320/1964 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/1964 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/1964 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/1964 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;

X - Demonstrativo da Evolução da Receita realizada por fontes dos últimos três exercícios, da estimada para o exercício corrente e da projeção para dois exercícios seguintes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XI - Demonstrativo das receitas e despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social;

XII - Demonstrativo das Renúncias de Receitas e Estimativa do seu Impacto Orçamentário-Financeiro, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF;

XIII - Demonstrativo das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuo que serão geradas em 2012 com indicação das medidas de compensação;

LEI Nº. 3.831/2014.

De 19 de dezembro de 2014.

IXV - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2015;

XV - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público;

XVI - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previsto para o exercício de 2015;

§ 1º Os fundos municipais integrarão o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas, sendo efetuadas as transferências do município ao fundo de forma financeira, ou seja, os registros contábeis da Prefeitura dar-se-ão somente nos sistemas financeiros e compensação,

fechando os balanços em sua consolidação.

§ 2º Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender as Portarias nº. 42/1999 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001, bem como alterações posteriores.

### III - DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 6º O orçamento para o exercício de 2015 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo os Poderes Legislativos, Executivo, e seus fundos.

Art. 7º Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2015, excluídas as previsões de convênios e operações de crédito, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios.

Art. 8º Se a receita estimada para 2015, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 9º Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, o Poder Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

LEI Nº. 3.831/2014.

De 19 de dezembro de 2014.

I - racionalização dos gastos com diárias, viagens e equipamentos;

II - racionalização de despesas com horas extras;

III - redução de até 30% dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - redução dos investimentos programados, desde que ainda não iniciados;

V - redução das despesas com material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;

VI - Redução do número de funcionários admitidos em cargos comissionados;

VII - Redução do número de funcionários admitidos em caráter temporário.

§ 1º Caso ocorra o disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho, e movimentação financeira.

§ 2º O Chefe do Poder Legislativo, com base na comunicação recebida, publicará ato estabelecendo os montantes que estão disponíveis para movimentação e empenho.

§ 3º Despesas que não serão objeto de limitação de empenho nos termos do artigo 9º, § 2º da Lei Complementar nº. 101 de 04 de maio de 2000 são as constantes no ANEXO II desta Lei.

Art. 10. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes no ANEXO

III desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2014, exceto os itens de recursos vinculados ou de convênios.

§ 2º Sendo ainda, estes recursos insuficientes, o Poder Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei específico ou autorização na própria Lei Orçamentária Anual, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 11. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, consórcios intermunicipais de saúde, de inspeção sanitária animal constituídos exclusivamente por entes públicos e ainda as voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal, mediante prévia autorização legislativa.

LEI Nº. 3.831/2014.

De 19 de dezembro de 2014.

Parágrafo Único. Não se aplica o disposto neste artigo, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas, em que o Município for associado.

Art. 12. Para efeito do disposto no artigo 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não exceda a 1,00% da receita corrente líquida prevista (orçada) para o exercício.

Art. 13. Em conformidade com o Art. 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a administração pública através de lei específica poderá destinar recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas, por meio de contribuições, subvenções sociais e auxílios, observando a legislação em vigor.

Art. 14. Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos na lei orçamentária.

### IV - DA RECEITA

Art. 15. A natureza da receita orçamentária a ser estimada na lei do orçamento para o exercício de 2015 será de acordo com a Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de maio de 2001 e suas alterações, e terá seus cálculos com base nos três últimos exercícios financeiros, havendo incrementos de receita deverá ser apresentada justificativa, de acordo com o § 3º do art. 12 da LRF.

Art. 16. O Município poderá realizar Operações de Crédito na medida em que demonstre capacidade de endividamento e se configurar eminente falta de recursos, como dispõe a legislação em vigor.

§ 1º As Operações de Crédito a serem realizadas pelo Município, no exercício de 2015, não poderão exceder o montante das despesas de capital fixadas na lei orçamentária anual, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovada pelo Poder Legislativo, observado o que dispõe a Resolução nº. 43/2001 do Senado Federal ou outro ato que a venha substituir e legislação correlata.

§ 2º De acordo com o que determina o art. 35 da LRF, fica expressamente proibida a realização de operações de crédito com entes da federação.

LEI Nº. 3.831/2014.

De 19 de dezembro de 2014.

Art. 17. A Operação de Crédito por Antecipação de Receita destinar-se-á para atendimento de insuficiência de caixa durante o exercício de 2015 e constará na lei orçamentária.

Parágrafo Único. A Operação de Crédito por Antecipação de Receita será efetuada mediante abertura de crédito junto à instituição financeira vencedora em processo competitivo eletrônico promovido pelo Banco Central.

Art. 18. A concessão, incentivos e benefícios de natureza tributária, através de renúncia de receita, serão concedidos de conformidade com o art. 14 da Lei de responsabilidade fiscal.

Art. 19. O Poder Legislativo poderá proceder a reestimativa da receita na proposta orçamentária apresentada, desde que comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

Art. 20. A Receita de Alienação de Bens e Direitos deverá ser movimentada em conta corrente específica, vinculada a sua aplicação em despesas de capital, formalizando-se um processo de controle em separado para atender às informações posteriores.

#### V - DAS DESPESAS

Art. 21. A despesa será fixada pela lei orçamentária, de conformidade com a receita estimada e a sua classificação orçamentária será por natureza da despesa, conforme Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001 e alterações posteriores.

Art. 22. Na execução orçamentária do exercício de 2015, deverá ser adotado sistema de limitação de empenho por Unidade Orçamentária, sempre que a gestão fiscal se evidenciar deficitária, respeitando-se sempre os limites mínimos constitucionais de gastos com saúde e educação.

Art. 23. As despesas obrigatórias de caráter continuado deverão ter dotações orçamentárias suficientes, e sua expansão será de acordo com os respectivos contratos.

Art. 24. A Secretaria de Administração e Fazenda fica obrigada a evidenciar os beneficiários de pagamentos de sentenças judiciais, com a observação da ordem cronológica específica ao objeto.

Art. 25. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da LRF, serão desenvolvidos de forma a apurar os custos dos serviços, tais como: custo dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros, além de permitir a alocação dos custos administrativos/operacionais da Secretaria de Administração nas mais diversas áreas, setores, secretarias e ou departamentos beneficiados pelos serviços da mesma.

LEI Nº. 3.831/2014.

De 19 de dezembro de 2014.

Parágrafo Único. Os custos das ações serão apurados no mínimo através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas e financeiras realizadas e apuradas ao final do exercício.

Art. 26. Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2015 serão objeto de avaliação permanente

pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 27. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar, em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2015, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso para o ano, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a limitação necessária à obtenção da meta de resultado primário.

§ 1º A programação financeira e o cronograma de desembolso deverão ser elaborados com base na previsão da efetiva arrecadação mensal, devendo ser incentivada a participação das diversas Secretarias na definição dos gastos mensais a serem realizados, tomando-se por base as ações constantes dos programas do PPA e as prioridades e metas constantes desta Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 2º O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados ao Poder Legislativo, será efetuado até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, sendo o valor calculado de acordo com os critérios estabelecido no art. 29-A, da Constituição Federal.

#### VI - DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

Art. 28. Os recursos oriundos de convênios subestimados no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais especiais ou suplementares de projetos, atividades ou operação especial por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 29. A inclusão, exclusão ou alteração de ações na Lei de Diretrizes Orçamentárias poderá ocorrer por intermédio da lei orçamentária anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações consequentes.

LEI Nº. 3.831/2014.

De 19 de dezembro de 2014.

Art. 30. Mediante aprovação do Poder Legislativo o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas financeiras estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas.

Art. 31. Poderá o Poder Executivo Municipal incluir na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015, autorização para movimentar as dotações orçamentárias de uma modalidade de aplicação para outra, dentro de cada projeto, atividade ou operação especial, por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e Legislativo, desde que não comprometa as dotações de pessoal, encargos e outras consideradas prioritárias ao atendimento, principalmente as que dependem de limites mínimos legais, conforme previsto no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei 4.320/64.

Art. 32. Poderá ainda o Poder Executivo Municipal incluir na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, autorização para abrir créditos adicionais suplementares, via Decreto, até o limite de 10% (dez por cento) da receita estimada para cada uma das Unidades Gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - O Excesso ou Provável Excesso de Arrecadação, observada a tendência do exercício; e,  
II - O Superávit Financeiro do exercício anterior.

Art. 33. A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015 conterá

Reserva de Contingência em montante equivalente a, no máximo, 5% (cinco por cento), do valor da receita corrente líquida estimada, tanto para a Prefeitura Municipal, quanto para o Fundo Municipal de Saúde, de conformidade com o art. 7º da Portaria Interministerial nº 163 de 04 de maio de 2001 e alterações posteriores, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos previstos no artigo 10 desta Lei.

Art. 34. Durante a execução orçamentária de 2015, o Poder Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2015.

Art. 35. Ao longo da execução orçamentária, o Poder Executivo Municipal, autorizado por esta Lei, poderá incluir novas fontes de recursos nos projetos, atividades ou operações especiais previstos no PPA, LDO e no orçamento das unidades gestoras na forma de créditos suplementares, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2015.

LEI Nº. 3.831/2014.

De 19 de dezembro de 2014.

Art. 36. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º da Constituição Federal de 1988, será efetivada mediante decreto do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. Na reabertura a que se refere o caput deste artigo, a fonte de recurso deverá ser identificada como saldos de exercícios anteriores, independentemente da receita à conta da qual os créditos foram abertos.

## VII - DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO E SAÚDE

Art. 37. O Poder Executivo Municipal através da Secretaria de Educação, tomará as medidas necessárias para atendimento da Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB e Lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007, que dispõe sobre Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

Art. 38. Quando a Rede Oficial da Educação Básica for insuficiente para atender a demanda, ou para a realização de cursos técnicos, poderão ser concedidos auxílios financeiros à rede particular local ou regional através de convênio aprovado em lei específica.

Art. 39. Aos alunos residentes no Município de Palmitos, que frequentam o ensino superior das Universidades da região, o ensino profissionalizante e ensino técnico de nível médio, em instituições de ensino fora do Município, poderão ser concedido auxílio para o transporte, ou bolsas de estudo, devidamente regulamentado e autorizado em Lei específica, ficando os mesmos fora do cálculo dos 25% mínimos obrigatórios, previstos no artigo 212 da Constituição Federal de 1988.

Art. 40. O Poder Executivo consignará na proposta orçamentária para o exercício de 2015, dotações orçamentárias próprias para contabilização das despesas com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, do Salário Educação, do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE, e da complementação financeira obtida com o Programa Estadual de Transporte Escolar.

Art. 41. Para o atendimento de todos os alunos do ensino fundamental, independentemente da instituição de ensino que estejam matriculados e a que esfera de governo que pertençam, esta o Poder Executivo autorizado a suportar as despesas inerentes ao

transporte escolar, propiciando o acesso de todos os alunos à rede escolar.

LEI Nº. 3.831/2014.

De 19 de dezembro de 2014.

§ 1º Os recursos que porventura forem ressarcidos ao Município pela prestação de serviços de transporte escolar serão deduzidos da efetiva aplicação em educação.

§ 2º Para atendimento do Programa de Transporte Escolar serão de forma impreterível avaliado o custo com sua manutenção, os trajetos necessários, a nucleação de escolas, a alocação de turmas nos mesmos períodos evitando assim deslocamentos de todo aparato destinado à execução deste serviço em vários períodos diários.

§ 3º Fica a critério da Secretaria de Educação do Município, ouvidos todos os colégios municipais e elaboração do roteiro do transporte escolar para cada ano letivo.

Art. 42. Para atendimento das disposições da Lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007, que dispõe sobre Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, o Poder Executivo Municipal poderá conceder abono salarial em caráter excepcional e não permanente, aos professores e profissionais do ensino básico, desde que seja para completar o percentual mínimo de aplicação dos recursos do FUNDEB, que pode ser instituído de forma proporcional à carga horária de cada profissional ou de outra forma que privilegie o tratamento isonômico, mediante prévia autorização legislativa.

Art. 43. O Poder Executivo Municipal através da Secretaria da Saúde, tomará as medidas necessárias para atendimento à legislação vigente e em especial à Emenda Constitucional nº 29/2000.

Art. 44. O Município aplicará no mínimo 15% de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências constitucionais, em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto no inciso III, do artigo 7º da Emenda Constitucional no 29/2000 e no artigo 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

## VIII - DAS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 45. Consideram se despesas de Pessoal os gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, os relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, e de membros de poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras, funções de confiança, licenças-prêmio por assiduidade, e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

LEI Nº. 3.831/2014.

De 19 de dezembro de 2014.

Art. 46. Para o cumprimento do que determina o Art. 169 da Constituição Federal, no decorrer do ano 2015, o poder executivo municipal poderá proceder à concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos e funções ou alteração de estruturas de carreiras, bem como admitir pessoal aprovado em concurso público ou contratação de pessoal em caráter temporário na forma da lei, realizar processos seletivos para admissão de pessoal em caráter temporário, bem como realizar concursos públicos para provimento de cargos efetivos, observados a legislação pertinente e os limites e regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 47. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no artigo 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 48. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;

II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário, e;

IV - destituição de servidores das funções gratificadas.

Art. 49. Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem à substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizados como "outras despesas de pessoal decorrentes de terceirização", sub-elemento de despesa: 3.1.90.34.00.

Parágrafo único. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Palmitos, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 50. A revisão da remuneração dos servidores e o subsídio, de que trata a Constituição Federal (Artigo 37, inciso X), com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98, para o exercício de 2015, será autorizada por lei específica, respeitados os limites constantes da Lei Federal Complementar nº. 101/2000.

LEI Nº. 3.831/2014.

De 19 de dezembro de 2014.

#### IX - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 51. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular a arrecadação ou o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou ainda beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios, na medida do possível ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes.

Art. 52. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 53. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação.

Art. 54. A modernização da administração tributária e fiscal será desenvolvida para ajustes do código tributário e na Lei Orgânica do Município.

Parágrafo único. Deverão ser tomadas as seguintes medidas:

I - Cobrança de taxas com base nos custos das operações a atuações do Município;

II - Aplicação da correção monetária de acordo com os índices oficiais;

III - Ampliação permanente do cadastro técnico fiscal e dados demográficos atualizados.

Art. 55. O Poder Executivo Municipal poderá encaminhar ao legislativo, até 60 (sessenta) dias antes do encerramento do atual exercício, o projeto de lei dispondo sobre mudanças no Código Tributário.

Parágrafo único. Não se inclui neste caso, alterações sobre a Planta de Valores Imobiliários, base do IPTU e ITBI.

LEI Nº. 3.831/2014.

De 19 de dezembro de 2014.

#### X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 56. O Poder Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o final do exercício.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhada à sanção até o início do exercício financeiro de 2015 fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentaria na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 57. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por ato do Chefe do Poder Executivo, nos termos do Parágrafo 2º, do Artigo 167, da Constituição Federal.

Art. 58. O Poder Executivo Municipal está autorizado a contratar estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior, de ensino profissionalizante do 2º Grau, ensino médio e Supletivo, nos termos das Leis federais nº 6.494 de 07 de dezembro de 1977; nº 8.859, de 23 de março de 1994 e outras normas que regulam a matéria.

Art. 59. O Executivo Municipal está autorizado assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhada cópia de todos os convênios firmados à Câmara Municipal de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 60. São vedados quaisquer procedimentos que motivem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e previsibilidade de recursos financeiros para o seu pagamento.

Art. 61. A destinação de recursos para as ações de alimentação escolar obedecerá ao princípio da descentralização e a distribuição será proporcional ao número de alunos matriculados nas redes públicas de ensino, localizadas no Município, no ano anterior.

Art. 62. As compras e contratações de obras e serviços somente poderão ser realizadas havendo disponibilidade orçamentária e precedidas do respectivo processo licitatório e contrato, nos termos da Lei 8.666/93, consolidada.

LEI Nº. 3.831/2014.

De 19 de dezembro de 2014.

Art. 63. As despesas com a desapropriação de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

Art. 64. Para atendimento do § 3º do artigo 165 da Constituição Federal, deverá o Chefe do Poder Executivo publicar relatório resumido da execução orçamentária, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

Art. 65. O Poder Executivo Municipal está autorizado a firmar acordos e ajustes judiciais ou extrajudiciais.

Art. 66. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2015.

Art. 67. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 19 de dezembro de 2014.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

## ANEXO II

Despesas que não serão objeto de limitação de empenho nos termos do artigo 9º, § 2º da Lei Complementar nº. 101 de 04 de maio de 2000.

1. - Não serão objeto de limitação de empenho as dotações orçamentárias com recursos financeiros, vinculados a convênios;
2. - Alimentação Escolar;
3. - Auxílio à Família na condição de pobreza extrema, com crianças de idade entre 0 a 6 anos, para melhoria das condições de saúde e combate às carências nutricionais;
4. - Atendimento a Saúde da população com recursos vinculados a outras esferas de governo;
5. - Atendimento a Saúde da população com recursos próprios, limitada aos percentuais definidos pela legislação pertinente;
6. - Benefícios a pensionistas suportados pelo erário;
7. - Os programas atendidos com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB (art. 60 do ADCT), ou outro Fundo que vier a substituí-lo, até o limite das suas disponibilidades financeiras.
8. - As ações de governo atendidas com recursos do Salário Educação, até o limite das suas disponibilidades financeiras.
9. - As ações de governos atendidos com recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE, até o limite das suas disponibilidades financeiras.
10. - As ações de governos atendidos com recursos do Programa Estadual de Transporte Escolar, até o limite das suas disponibilidades financeiras, firmado mediante convênio, ajuste ou outro instrumento.
11. - Atendimento da Assistência Social Geral à população com recursos vinculados a outras esferas de governo;
12. - Atendimento da Assistência Social Geral à população com

recursos próprios, limitada aos percentuais definidos pela legislação pertinente;

13. - Pessoal e Encargos Sociais;

14. - Sentenças judiciais transitadas em julgado, inclusive as consideradas de pequeno valor;

15. - Serviços da dívida;

16. - PASEP; e

17. - Despesas com energia elétrica, telefonia e consumo de água.

## ANEXO III

### Riscos Fiscais

A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas (...) (Art. 1º § 1º da LRF).

A LDO conterá anexo de riscos fiscais para passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas (Art. 4º § 3º da LRF).

A LOA conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base da RCL, serão estabelecidos na LDO destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos (Art. 5º III da LRF).

Passivos Contingentes: Possíveis obrigações em processo, ações trabalhistas, indenizatórias, contratuais, de desapropriação; expectativa de despesa por alteração de legislação em curso, etc.

Riscos Fiscais: Situação de emergência; calamidade pública, possibilidade de frustração de arrecadação de uma receita prevista; contestação judicial de tributo; crises financeiras e cambial com impacto nos preços, falhas de planejamento e na quantificação de necessidade, etc.

Eventos Fiscais Imprevistos: Fato gerador de desequilíbrio financeiro não previsto; extinção de tributo; ocorrência de fatos não previstos na execução de obra ou serviço; campanhas de saúde, etc.

## Lei Municipal 3832

<p>LEI Nº. 3.832/2014. De 19 de dezembro de 2014.</p>	<p>ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE PALMITOS, PARA O EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:</p>
---	---

Art. 1º Orçamento Geral do Município de Palmitos, para o exercício financeiro de 2015, estima a RECEITA e fixa a DESPESA em R\$ 45.340.000,00 (quarenta e cinco milhões, trezentos e quarenta mil reais), discriminados pelos anexos desta Lei.

Art. 2º O Orçamento do Município de Palmitos estima a receita em R\$ 45.340.000,00 (quarenta e cinco milhões, trezentos e quarenta mil reais), conforme demonstram os Anexos que compõe o presente.

Art. 3º O Orçamento da Prefeitura fixa a Despesa em R\$

32.709.549,00 (Trinta e dois milhões, setecentos e nove mil quinhentos e quarenta e nove reais), o Fundo Municipal da Saúde em R\$ 9.069.451,00 (nove milhões, sessenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e um reais), o Fundo Municipal de Assistência Social em R\$ 1.861.000,00 (um milhão, oitocentos e sessenta e um mil reais) e a Câmara Municipal de Vereadores em R\$ 1.700.000,00 (Um milhão e setecentos mil reais) conforme demonstram os Anexos que compõem o presente.

Art. 4º A RECEITA será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, no forma da Legislação em vigor e das especificações constantes no anexo nº. 2, da Lei nº. 4.320/64, de acordo com o seguinte desdobramento:

RECEITA CORRENTE	R\$ 33.400.000,00
RECEITA DE CAPITAL	R\$ 11.940.000,00
TOTAL DA RECEITA	R\$ 45.340.000,00

Art. 5º A Despesa será realizada na forma da legislação vigente, segundo a discriminação dos quadros "Programas de Trabalho" e "Natureza da Despesa", integrantes desta Lei, que apresenta o seguinte desdobramento:

	POR PROGRAMA	
1	EXECUÇÃO DAS AÇÕES LEGISLATIVAS	R\$ 1.700.000,00
2	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	R\$ 880.000,00
3	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, FINANC.E PLANEJ.	R\$ 2.219.065,00
4	ENSINO FUNDAMENTAL	R\$ 7.054.694,58
5	ENSINO INFANTIL	R\$ 2.537.000,00

LEI Nº. 3.832/2014.

De 19 de dezembro de 2014.

6	ENSINO PÓS FUNDAMENTAL	R\$ 325.000,00
7	AÇÕES CULTURAIS	R\$ 205.000,00
8	ESPORTE É VIDA	R\$ 860.000,00
9	SAÚDE PÚBLICA	R\$ 9.069.451,00
10	ASSISTÊNCIA E ACOMP. A CRIANÇA E ADOLESC.	R\$ 505.400,00
11	GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS	R\$ 1.335.600,00
12	VIABILIZAÇÃO DE NOVAS HABITAÇÕES	R\$ 20.000,00
13	AGRICULTURA SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE	R\$ 5.286.472,80
14	PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DO TURISMO MUNIC.	R\$ 541.000,00
15	MERENDA ESCOLAR	R\$ 350.500,00
16	CIDADE COM QUALIDADE	R\$ 6.264.060,00
17	ESTRADAS VICINAIS	R\$ 5.241.756,62
18	ENCARGOS GERAIS	R\$ 925.000,00
19	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 20.000,00
	TOTAL GERAL	R\$ 45.340.000,00

	POR FUNÇÃO	
1	LEGISLATIVA	R\$ 1.700.000,00
4	ADMINISTRAÇÃO	R\$ 3.099.065,00
5	DEFESA NACIONAL	R\$ 15.000,00
6	SEGURANÇA PÚBLICA	R\$ 239.000,00
8	ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 1.841.000,00

10	SAÚDE	R\$ 9.169.951,00
12	EDUCAÇÃO	R\$ 9.916.694,58
13	CULTURA	R\$ 205.000,00
15	URBANISMO	R\$ 3.295.060,00
16	HABITAÇÃO	R\$ 20.000,00
17	SANEAMENTO	R\$ 2.980.000,00
18	GESTÃO AMBIENTAL	R\$ 2.924.472,80
20	AGRICULTURA	R\$ 2.362.000,00
22	INDÚSTRIA	R\$ 416.000,00
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	R\$ 125.000,00
26	TRANSPORTE	R\$ 5.226.756,62
27	DESPORTO E LAZER	R\$ 860.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	R\$ 925.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 20.000,00
	TOTAL	R\$ 45.340.000,00

LEI Nº. 3.832/2014.

De 19 de dezembro de 2014.

	POR SUB FUNÇÕES	
31	AÇÃO LEGISLATIVA	R\$ 1.700.000,00
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	R\$ 2.315.065,00
123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	R\$ 470.000,00
124	CONTROLE INTERNO	R\$ 138.000,00
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	R\$ 176.000,00
181	POLICIAMENTO	R\$ 239.000,00
182	DEFESA CIVIL	R\$ 15.000,00
241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	R\$ 170.000,00
242	ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	R\$ 110.200,00
243	ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE	R\$ 571.400,00
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	R\$ 989.400,00
301	ATENÇÃO BÁSICA	R\$ 6.856.451,00
302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	R\$ 1.673.700,00
304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	R\$ 148.800,00
305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	R\$ 140.500,00
306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	R\$ 350.500,00
361	ENSINO FUNDAMENTAL	R\$ 7.054.694,58
362	ENSINO MÉDIO	R\$ 275.000,00
364	ENSINO SUPERIOR	R\$ 50.000,00
365	EDUCAÇÃO INFANTIL	R\$ 2.537.000,00
392	DIFUSÃO CULTURAL	R\$ 205.000,00
451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	R\$ 1.299.060,00
452	SERVIÇOS URBANOS	R\$ 2.022.000,00
482	HABITAÇÃO URBANA	R\$ 20.000,00
512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	R\$ 2.980.000,00
605	ABASTECIMENTO	R\$ 3.094.472,80
606	EXTENSÃO RURAL	R\$ 1.955.000,00
608	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	R\$ 237.000,00
661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	R\$ 390.000,00
695	TURISMO	R\$ 125.000,00
782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	R\$ 5.226.756,62
812	DESPORTO COMUNITÁRIO	R\$ 860.000,00

843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	R\$ 500.000,00
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	R\$ 425.000,00
999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 20.000,00
	TOTAL	R\$ 45.340.000,00

LEI Nº. 3.832/2014.  
De 19 de dezembro de 2014.

POR CATEGORIA ECONOMICA	
DESPESAS CORRENTES	R\$ 31.414.956,62
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 13.905.043,38
RESERVA DE CONTINGENCIA	R\$ 20.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 45.340.000,00

POR ORGÃO DA ADMINISTRAÇÃO		
01.00	CÂMARA DE VEREADORES	R\$ 1.700.000,00
02.00	GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO	R\$ 880.000,00
03.00	SECRETARIA DE ADM. FINANÇAS E PLANEJ.	R\$ 2.219.065,00
04.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	R\$ 11.332.194,58
05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$ 9.069.451,00
06.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	R\$ 5.286.472,80
07.00	SECRETARIA DO TRAB. IND. COM. SERV. TURISMO	R\$ 541.000,00
08.00	SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS	R\$ 11.505.816,62
09.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	R\$ 925.000,00
10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 1.861.000,00
99.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 20.000,00
	TOTAL	R\$ 45.340.000,00

Art. 6º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, nos termos do Anexo II da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2014.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Poder Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara de Vereadores, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos.

Art. 7º As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

LEI Nº. 3.832/2014.  
De 19 de dezembro de 2014.

Art. 8º Os recursos oriundos de convênios subestimados no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais especiais ou suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º Comprovado o interesse público municipal e mediante

convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação, desde que homologados pelo Poder Legislativo.

Art. 10. O Município poderá realizar Operações de Crédito na medida em que demonstre capacidade de endividamento e se configurar eminente falta de recursos, como dispõe a legislação em vigor.

§ 1º As Operações de Crédito a serem realizadas pelo Município, no exercício de 2015, não poderão exceder o montante das despesas de capital fixadas na lei orçamentária anual, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovada pelo Poder Legislativo, observado o que dispõe a Resolução nº. 43/2001 do Senado Federal ou outro ato que a venha substituir e legislação correlata.

§ 2º De acordo com o que determina o art. 35 da LRF, fica expressamente proibida a realização de operações de crédito com entes da federação.

Art. 11. Fica o Poder Executivo Municipal devidamente autorizado a movimentar as dotações orçamentárias de uma modalidade de aplicação para outra, dentro de cada projeto, atividade ou operação especial, por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo, desde que não comprometa as dotações de pessoal, encargos e outras consideradas prioritárias ao atendimento, principalmente as que dependem de limites mínimos legais, conforme previsto no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei 4.320/64.

Art. 12. Fica igualmente o Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, via Decreto, até o limite de 10% (dez por cento) da receita estimada para cada uma das Unidades Gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - O Excesso ou Provável Excesso de Arrecadação, observada a tendência do exercício; e,  
II - O Superávit Financeiro do exercício anterior.

LEI Nº. 3.832/2014.  
De 19 de dezembro de 2014.

§ 1º Na ocorrência de Superávit Financeiro do exercício anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado, via Decreto, a inserir novas fontes de recursos e suplementar as dotações orçamentárias já existentes no orçamento vigente, através de Créditos Adicionais Suplementares, até o limite máximo do superávit verificado e do percentual definido no caput deste artigo, no Grupo de Fontes de Recursos Código 3 - Recursos do Tesouro - Exercícios Anteriores, em atendimento a Portaria Conjunta SOF/STN nº 2, de 6 de agosto de 2009.

§ 2º Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares ou especiais, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas durante o exercício pelo Poder Legislativo.

Art. 13. O Executivo Municipal está autorizado assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhada cópia de todos os convênios firmados à Câmara Municipal de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 14. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 19 de dezembro de 2014.  
NORBERTO PAULO GONZATTI  
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

## Papanduva

### PREFEITURA

#### **SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 030/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Segundo Termo Aditivo ao contrato nº 030/2014, de 01/04/2014. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência para a execução do objeto do contrato 030/2014, por não ter havido tempo hábil para a execução satisfatória do objeto, passando assim a vigência deste contrato ser até o dia 29 de novembro de 2014. Contratado: GAIO CONSULTORIA E PROJETOS LTDA ME.

Papanduva, 26 de setembro de 2014  
Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

#### **CONTRATO Nº 103/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

CONTRATO Nº 103/2014, Referente à prestação de serviços de assessoria e consultoria com o intuito de redução de custos em contas telefônicas. Contratada: SOS PLANALTO NORTE CONSULTORIA EM TELECOM LTDA, totalizando o montante de R\$ 7.980,00 (sete mil e novecentos e oitenta reais), sendo R\$ 665,00 (seiscientos e sessenta e cinco reais) mensais. Vigência: A contagem do prazo deste contrato se iniciará no dia 01 de janeiro de 2015 até o dia 31 de dezembro de 2015.

Papanduva/SC, 08 de dezembro de 2014  
Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

#### **CONTRATO Nº 114/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

CONTRATO Nº 114/2014, Referente a Inexigibilidade de Licitação nº 010/2014. Objeto: Fornecimento dos materiais didáticos que compõem o Sistema de Ensino Aprende Brasil. Contratada: EDITORA POSITIVO LTDA, totalizando o montante de R\$ 334.740,00 (trezentos e trinta e quatro mil, setecentos e quarenta reais). Vigência: O presente contrato é firmado para o ano letivo de 2014, com vigência de 01/01/2015 à 31/12/2015.

Papanduva/SC, 17 de dezembro de 2014  
Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 2490, DE 16.12.2014 - SUBDIVISÃO DE IMÓVEL DE EDMUNDO CIESLINSKI**

DECRETO Nº 2490, DE 16.12.2014.

APROVA SUBDIVISÃO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE EDMUNDO CIESLINSKI.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979,

**DECRETA**

Art. 1º. O imóvel urbano de propriedade de EDMUNDO CIESLINSKI, com a área total de 600,00 m2 (seiscentos metros quadrados), localizado na Rua Capitão Estevão Furtado, distando 20,00m da esquina formada por esta com o lado par da Rua José Zadorosny, neste Município de Papanduva/SC - devidamente registrado sob a matrícula nº 720 no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passa a subdividir-se em 02(duas) Áreas, sendo:

LOTE A:	Área: 300,00m <sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), confrontando-se: Frente: 15,00m com lado ímpar da Rua Capitão Estevão Furtado, distando 20,00m da esquina formada por esta com o lado par da Rua José Zadorosny; Fundos: 15,00m, com o LOTE B, oriundo do presente desmembramento; Lado Direito: 20,00m com terras de GREGÓRIO IASKIO, Matrícula 3.370 do ORI de PAPANDUVA SC; Lado Esquerdo: 20,00m com terras de EDMUNDO CIESLINSKI E LINDAMIR DA CONCEIÇÃO AUGUSTIN CIESLINSKI, Matrícula 2.259 do ORI de ITAIÓPOLIS/SC.
LOTE B:	Área: 300,00m <sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), confrontando-se: Frente: 15,00m com LOTE A oriundo do presente desmembramento; Fundos: 15,00m, com terras pertencente ao: ESPÓLIO DE ZÉLIA FURTADO, Matrícula 4.388 do ORI de ITAIÓPOLIS SC; Lado Direito: 20,00m com terras de GREGÓRIO IASKIO, Matrícula 3.370 do ORI de PAPANDUVA SC; Lado Esquerdo: 20,00m com terras de EDMUNDO CIESLINSKI E LINDAMIR DA CONCEIÇÃO AUGUSTIN CIESLINSKI, Matrícula 2.259 do ORI de ITAIÓPOLIS SC.  OBS: O LOTE B OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER REMEMBRADO À ÁREA CONFINANTE, PERTENCENTE À MATRÍCULA 2.259, DOS MESMOS PROPRIETÁRIOS.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o DECRETO Nº 2483, DE 03.12.2014.

Município de Papanduva, 16 de dezembro de 2014.

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

De acordo:

Orlando Marcelo Vieira Nicolau Zaranski  
Procurador Jurídico Diretor Dpto. Tributação

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal,

na mesma data supra.

Fábio José Padilha  
Secretário da Administração

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 002/2014, de 21/02/2014. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo para o item 03, Óleo Diesel S10, em 5.000 litros, correspondendo a um acréscimo de 25% da ata original. O valor total deste aditivo é de R\$ 12.900,00 que correspondem a um acréscimo de 25,00% do valor total do item na ata original contratada. Contratado: AUTO POSTO PIRAMIDE LTDA.

Papanduva, 01 de outubro de 2014  
Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 008/2014, de 25/02/2014. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo do valor unitário para os itens 84, 85 e 86 de 6,89655%, nas mesmas proporções do reajuste ocorrido e demonstrado pelas Notas Fiscais de aquisição da contratada, NFE 000.003.027 08/08/2014, NFE 000.003.620 de 31/10/2014 e NFE 000.003.644 de 03/11/2014 da empresa fornecedora KEVENOLL DO BRASIL PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA, passando portando o preço unitário, registrado, dos referidos itens de R\$ 0,74 para R\$ 0,791. Contratado: EFETIVE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME.

Papanduva, 18 de novembro de 2014  
Marli dos Santos da Cunha Ramos  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 062/2014, de 18/08/2014. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo do valor unitário para os itens 07, 69 e 81 conforme ocorrido e demonstrado pelas Notas Fiscais de aquisição da contratada, NFE 000.002.838 de 16/07/2014, NFE 000.002.853 de 17/07/2014, NFE 000.003.430 de 02/10/2014 e NFE 000.003.441 de 03/10/2014 da empresa fornecedora KEVENOLL DO BRASIL PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA, passando portando o preço unitário, registrado, dos referidos itens de R\$ 11,00 para R\$ 13,00. Contratado: ODLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.

Papanduva, 01 de dezembro de 2014  
Marli dos Santos da Cunha Ramos  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 077/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 077/2014, de 19/08/2014. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo do valor unitário para o item 61 conforme ocorrido e demonstrado pelas Notas Fiscais de aquisição da contratada, NFE 82746 23/06/2014 e NFE 89025 de 13/11/2014 da empresa fornecedora ASPEN PHARMA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA, passando portando o preço unitário, registrado, do item 61 de R\$ 0,15 para R\$ 0,169. Contratado: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.

Papanduva, 01 de dezembro de 2014  
Marli dos Santos da Cunha Ramos  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 078/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 078/2014, de 19/08/2014. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo do valor unitário para o item 230 de 16,67%, nas mesmas proporções do reajuste ocorrido e demonstrado pelas Notas Fiscais de aquisição da contratada, NFE 000.334504 13/02/2014 e NFE 000.378.919 de 23/10/2014 da empresa fornecedora LABORATORIO TEUTO BRASILEIRO S/A, passando portando o preço unitário, registrado, do item 230 de R\$ 0,077 para R\$ 0,089. Contratado: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP.

Papanduva, 11 de dezembro de 2014  
Marli dos Santos da Cunha Ramos  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 092/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 092/2014, de 29/10/2014. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo do valor unitário para o item 02 Óleo Diesel S10, de 2.61%, nas mesmas proporções do reajuste ocorrido e demonstrado pelas Notas Fiscais de aquisição do contratado, NF 975.069 de 30/10/2014 e NF 976.752 de 03/11/2014 da Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., passando portando o preço unitário, registrado, do litro de Óleo Diesel S10, de R\$ 2,58 para R\$ 2,61 Contratado: AUTO POSTO PIRAMIDE LTDA.

Papanduva, 07 de novembro de 2014  
Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 112/2014, de 20/08/2013. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo do valor unitário para o item 01 de 13,68%, nas mesmas proporções do reajuste ocorrido e demonstrado pelas Notas Fiscais de aquisição da contratada, NFE 000.167.728 30/09/2013 e NFE 000.202.115 de 30/05/2014 da empresa fornecedora FORTLEV SUL IND. E COM. PLASTICOS LTDA, passando portando o preço unitário, registrado, do item 01 de R\$ 3.450,00 para R\$ 3.921,96. Contratado: AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

Papanduva, 19 de agosto de 2014  
Ilario Schulka  
Diretor Presidente - SAMAE

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Primeiro Termo Aditivo ao contrato nº 002/2014, de 18/10/2013. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do referido contrato. Considerando que as Leis Federais 8.666/93 e 10.192/2001 preveem este tipo de prorrogação; Considerando a necessidade da continuidade destes serviços; Considerando o princípio da economicidade, adita-se este contrato que passa assim ter a sua vigência de 01 de janeiro de 2015 até o dia 31 de dezembro de 2015. Contratado: JOSÉ INÁCIO DOS SANTOS.

Papanduva, 18 de dezembro de 2014  
Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Primeiro Termo Aditivo ao contrato nº 007/2014, de 15/01/2014. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do referido contrato. O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo para item 24 do lote D do contrato supra citado em 4,2%, o que representa 2.9 Km diários e 87 Km totais a mais no referido item, mantendo-se o valor unitário por Km rodado de R\$ 3,763, correspondendo portanto a um acréscimo total no valor de R\$ 327,38 para o referido item que representa 0,1197% do total contrato original. Contratado: H`ANA TUR VIAGENS E TURISMO LTDA - ME.

Papanduva, 10 de novembro de 2014  
Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 051/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Primeiro Termo Aditivo ao contrato nº 051/2014, de 30/04/2014. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo para o item 01 de 07 notebooks, objeto do contrato e processo licitatório supra citados, considerando que, em virtude de a licitação ter obtido um desconto de 25,333%; considerando que a aquisição dos referidos aparelhos tem origem em convenio com o Estado de Santa Catarina com o valor de R\$ 96.999,00 e objetivando a otimização dos referidos recursos, faz-se necessário o presente aditivo, sendo que o mesmo representa um acréscimo de R\$ 7.840,00, ou seja, 8,75% no valor do contrato original. Contratado: INFOPLAN LTDA - ME.

Papanduva, 15 de setembro de 2014  
Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 103/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Primeiro Termo Aditivo ao contrato nº 103/2013, de 18/10/2013. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do referido contrato, objeto do Processo Licitatório na modalidade Pregão nº 142/2013; Considerando que a Clausula Sétima do Contrato em Epigrafe e as Leis Federais 8.666/93 e 10.192/2001 prevêm este tipo de prorrogação; Considerando a necessidade da continuidade destes serviços; Considerando o principio da economicidade, adita-se este contrato que passa assim ter a sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2014. Contratado: CLARO S.A.

Papanduva, 16 de outubro de 2014  
Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 121/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Primeiro Termo Aditivo ao contrato nº 121/2013, de 06/12/2013. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o reajuste financeiro do contrato 121/2013 objeto do Processo Licitatório na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 147/2013; Considerando que as Leis Federais 8.666/93 e 10.192/2001 preveem este tipo de recomposição de preços; Considerando a necessidade da continuidade destes serviços; Considerando o principio da economicidade; Considerando que pelo IGPM apura-se um índice de 3,6542800% para o período entre a data de contratação dos serviços até o presente, fica reajustado o valor mensal de R\$ 32.000,00 para R\$ 33.169,37. Considerando-se

também que o inciso II do artigo 57 da Lei Federal 8.666/93 em vigor admite prorrogações, adita-se este contrato que passa a vigorar até a data de 31 de dezembro de 2015. Contratado: SERRA-NA ENGENHARIA LTDA.

Papanduva, 05 de dezembro de 2014  
Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

**QUARTO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Quarto Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 002/2014, de 21/02/2014. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo do valor unitário para o item 01 Gasolina Comum, de 1,19355%, nas mesmas proporções do reajuste ocorrido e demonstrado pelas Notas Fiscais de aquisição do contratado, NF 980.367 de 13/11/2014 e NF 986.182 de 01/12/2014 da Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., passando portando o preço unitário, registrado, do litro de Gasolina Comum, de R\$ 3,159 para R\$ 3,197. Contratado: AUTO POSTO PIRAMIDE LTDA.

Papanduva, 01 de dezembro de 2014  
Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

**SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Segundo Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 002/2014, de 21/02/2014. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo do valor unitário para o item 01 Gasolina Comum, de 1.897%, nas mesmas proporções do reajuste ocorrido e demonstrado pelas Notas Fiscais de aquisição do contratado, NF 974.630 de 29/10/2014 e NF 978.573 de 08/11/2014 da Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., passando portando o preço unitário, registrado, do litro de Gasolina Comum, de R\$ 3,08 para R\$ 3,143. Contratado: AUTO POSTO PIRAMIDE LTDA.

Papanduva, 12 de novembro de 2014  
Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

**SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 092/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Segundo Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 092/2014, de 29/10/2014. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo do valor unitário para o item 02 Óleo Diesel S10, de 3,226%, nas mesmas proporções do reajuste ocorrido e demonstrado pelas Notas Fiscais de aquisição do contratado, NF 976.752 de 03/11/2014 e NF 978.573 da Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., passando portando o preço unitário, registrado, do litro de Óleo Diesel S10, de R\$ R\$ 2,61 para R\$ 2.694. Contratado: AUTO

POSTO PIRAMIDE LTDA.

Papanduva, 12 de novembro de 2014  
Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

#### **SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Segundo Termo Aditivo ao contrato nº 004/2014, de 15/01/2014. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do referido contrato.

Considerando que a Clausula Sétima do Contrato em Epigrafe e as Leis Federais 8.666/93 e 10.192/2001 preveem este tipo de prorrogação; Considerando a necessidade da continuidade destes serviços; Considerando o principio da economicidade, adita-se este contrato que passa assim ter a sua vigência de 01 de janeiro de 2015 até o dia 31 de dezembro de 2015. Contratado: TRANS PINOTTI LTDA EPP

Papanduva, 18 de dezembro de 2014  
Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

#### **SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Segundo Termo Aditivo ao contrato nº 005/2014, de 15/01/2014. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do referido contrato. Considerando que a Clausula Sétima do Contrato em Epigrafe e as Leis Federais 8.666/93 e 10.192/2001 preveem este tipo de prorrogação; Considerando a necessidade da continuidade destes serviços; Considerando o principio da economicidade, adita-se este contrato que passa assim ter a sua vigência de 01 de janeiro de 2015 até o dia 31 de dezembro de 2015. Contratado: ADILSON TOMPOROWSKI ME.

Papanduva, 18 de dezembro de 2014  
Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

#### **SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Segundo Termo Aditivo ao contrato nº 007/2014, de 15/01/2014. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a supressão para item 22 do lote D do contrato supra citado em 4,5%, o que representa 2,6 Km diários e 78 Km totais a menos no referido item, mantendo-se o valor unitário por Km rodado de R\$ 3,437, correspondendo portanto a uma supressão ao valor R\$ 268,08 no referido item que representa 0,0980% do total contrato original. Contratado: H`ANA TUR VIAGENS E TURISMO LTDA - ME.

Papanduva, 10 de novembro de 2014  
Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

#### **SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 100/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Segundo Termo Aditivo ao contrato nº 100/2013, de 03/11/2013. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo em 25% nas quantidades contratadas do item 01, Óleo Diesel Comum (S500) representando portanto um acréscimo de 2.500,00 (dois mil e quinhentos) litros. Fica, também prorrogado a vigência do presente contrato, que vigorará até o dia 30 de novembro de 2014 ou a entrega total do item, o que ocorrer primeiro. Contratado: POSTO GIRARDI LTDA.

Papanduva, 17 de novembro de 2014  
Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

#### **SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 103/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Segundo Termo Aditivo ao contrato nº 103/2013, de 18/10/2013. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do referido contrato, objeto do Processo Licitatório na modalidade Pregão nº 142/2013; Considerando que a Clausula Sétima do Contrato em Epigrafe e as Leis Federais 8.666/93 e 10.192/2001 preveem este tipo de prorrogação; Considerando a necessidade da continuidade destes serviços; Considerando o principio da economicidade, adita-se este contrato que passa assim ter a sua vigência de 01 de janeiro de 2015 até o dia 31 de dezembro de 2015. Contratado: CLARO S.A.

Papanduva, 18 de dezembro de 2014  
Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

#### **TERCEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Terceiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 002/2014, de 21/02/2014. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo do valor unitário para o item 01 Gasolina Comum, de 0,5341%, nas mesmas proporções do reajuste ocorrido e demonstrado pelas Notas Fiscais de aquisição do contratado, NF 979.336 de 11/11/2014 e NF 980.367 de 13/11/2014 da Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., passando portanto o preço unitário, registrado, do litro de Gasolina Comum, de R\$ 3,143 para R\$ 3,159. Contratado: AUTO POSTO PIRAMIDE LTDA.

Papanduva, 26 de novembro de 2014  
Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Terceiro Termo Aditivo ao contrato nº 006/2014, de 15/01/2014. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do referido contrato. Considerando que a Clausula Sétima do Contrato em Epigrafe e as Leis Federais 8.666/93 e 10.192/2001 preveem este tipo de prorrogação; Considerando a necessidade da continuidade destes serviços; Considerando o principio da economicidade, adita-se este contrato que passa assim ter a sua vigência de 01 de janeiro de 2015 até o dia 31 de dezembro de 2015. Contratado: TRANSDEZIO LTDA.

Papanduva, 18 de dezembro de 2014  
Dario Schicovski  
Prefeito Municipal**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Terceiro Termo Aditivo ao contrato nº 007/2014, de 15/01/2014. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do referido contrato. Considerando que a Clausula Sétima do Contrato em Epigrafe e as Leis Federais 8.666/93 e 10.192/2001 preveem este tipo de prorrogação; Considerando a necessidade da continuidade destes serviços; Considerando o principio da economicidade, adita-se este contrato que passa assim ter a sua vigência de 01 de janeiro de 2015 até o dia 31 de dezembro de 2015. Contratado: H'ANA TUR VIAGENS E TURISMO LTDA - ME.

Papanduva, 18 de dezembro de 2014.  
Dario Schicovski  
Prefeito Municipal**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 095/2013**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Terceiro Termo Aditivo ao contrato nº 095/2013, de 02/08/2013. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do contrato 95/2013 objeto do Processo Licitatório na modalidade Tomada de Preços nº 072/2013; Considerando que a Lei Municipal nº 2037/2014 contempla recursos para cobertura deste tipo de despesa; Considerando a necessidade da continuidade destes serviços; Considerando o principio da economicidade; Considerando que o inciso II do artigo 57 da Lei Federal 8.666/93 em vigor admite prorrogações, adita-se este contrato que passa a vigorar até a data de 31 de dezembro de 2015. Contratado: SERRANA ENGENHARIA LTDA.

Papanduva, 18 de dezembro de 2014  
Dario Schicovski  
Prefeito Municipal**Paulo Lopes****PREFEITURA****DECRETO Nº 47/2014**

DECRETO Nº 47/2014

Decreta Ponto Facultativo no Município.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso das atribuições legais e constitucionais, e de acordo com o que dispõe a Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica instituído ponto facultativo nas repartições públicas municipais nos dias 24, 26 e 31 de dezembro de 2014 e no dia 02 de janeiro de 2015.

Art. 2º - Ficam os Secretários Municipais, nos dias declarados como ponto facultativo, autorizados a determinar expediente normal de trabalho por necessidade de serviço.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 22 de dezembro de 2014.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Sec. Mun. de Administração**LEI Nº 1632/2014**

LEI Nº 1.632/2014

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Paulo Lopes para o Exercício de 2015.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Paulo Lopes para o exercício de 2015 estima a Receita e fixa a despesa em R\$ 16.250.000,00 (dezesesseis milhões, duzentos e cinquenta mil reais), sendo R\$ 11.584.800,00 do Orçamento Fiscal e R\$ 4.666.000,00 do Orçamento da Seguridade Social.

**DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO**

Art. 2º - O Orçamento do Poder Executivo para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 14.919.000,00 e fixa a Despesa para o Poder Legislativo em R\$ 1.100.000,00 e em R\$ 10.942.000,00 para o Poder Executivo, além de uma transferência financeira para o Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 2.877.000,00.

§ 1º- A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	17.135.200,00
1.1. Receita Tributária	1.398.000,00
1.2. Receita de Contribuições	420.000,00
1.3. Receita de Serviços	25.000,00
1.4. Transferências Correntes	14.682.000,00
1.5. Outras Receitas Correntes	610.200,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1. Operações de Crédito	0,00
2.2. Transferências de Capital	0,00
3. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.216.200,00
3.1. Deduções da Receita Corrente	-2.216.200,00
TOTAL	14.919.000,00

§ 2º - A Despesa dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01 – CÂMARA MUNICIPAL	1.100.000,00
02 – GABINETE DO PREFEITO	607.000,00
03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	1.077.000,00
04 – SECRETARIA DE FINANÇAS	445.000,00
05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	4.728.000,00
06 – SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	171.000,00
07 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	336.000,00
08 - SEC. TRANSP., OBRAS E SERV. URBANOS	2.201.000,00
09 – SECRETARIA DE HABITAÇÃO E FAMÍLIA	88.000,00
10 - SEC. DE AGRIC., INDÚSTRIA E COMÉRCIO	286.000,00
11 - SEC. DE CULTURA, TURISMO E MEIO AMB.	48.000,00
12 - ENCARGOS GERAIS	895.000,00
14 - FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	50.000,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
TOTAL	12.042.000,00

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01 – LEGISLATIVA	1.100.000,00
04 – ADMINISTRAÇÃO	2.952.000,00
08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	336.000,00
12 – EDUCAÇÃO	4.728.000,00
13 - CULTURA	48.000,00
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	122.000,00
15 – URBANISMO	743.000,00
16 - HABITAÇÃO	88.000,00

17 – SANEAMENTO	81.000,00
20 – AGRICULTURA	286.000,00
26 – TRANSPORTE	1.377.000,00
27 – DESPORTO E LAZER	171.000,00
28 – ENCARGOS ESPECIAIS	0,00
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
SOMA	12.042.000,00

#### III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. PROCESSO LEGISLATIVO	1.100.000,00
0002. ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.612.000,00
0003. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	445.000,00
0004. ACESSO E PERMANÊNCIA DA CRIANÇA NA ESCOLA	4.728.000,00
0005. ESPORTE É SAÚDE	171.000,00
0006. CRIANÇA E ADOLESCENTE ASSISTIDO	122.000,00
0007. ASSISTÊNCIA SOCIAL – BEM ESTAR SOCIAL	336.000,00
0008. CRESCER COM MAIS QUALIDADE E PROTEÇÃO	2.120.000,00
0009. SANEAMENTO BÁSICO	81.000,00
0010. PROGRAMA SOCIAL DE HABITAÇÃO E FAMÍLIA	88.000,00
0011. CRESCER SUSTENTAVELMENTE - CRESCER COM EMPREGO E RENDA	286.000,00
0012. CULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE PARA TODOS	48.000,00
0000. OPERAÇÕES ESPECIAIS	895.000,00
0099. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
TOTAL	12.042.000,00

#### IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	9.928.500,00
3.1.71.00 – Transferências a Consórcios Públicos	2.000,00
3.1.90.00 – Pessoal e Encargos Sociais	5.611.000,00
3.2.90.00 – Juros e Encargos da Dívida	2.000,00
3.3.50.00 – Transf. A Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	203.000,00
3.3.71.00 – Transferências a Consórcios Públicos	1.000,00
3.3.90.00 – Outras Despesas Correntes	4.313.500,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	2.103.500,00
4.4.50.00 – Transf. A Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	1.000,00
4.4.71.00 – Transferências a Consórcios Públicos	1.000,00
4.4.90.00 – Investimentos	1.503.500,00
4.6.90.00 – Amortização da Dívida	598.000,00
9.9.99.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00

TOTAL	12.042.000,00
-------	---------------

## DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 3º - O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 1.331.000,00 e fixa a Despesa em R\$ 4.208.000,00.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas e contribuições discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	1.331.000,00
1.1. Transferências Correntes	1.331.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1. Transferências de Capital	0,00
TOTAL	1.331.000,00

§ 2º - A Despesa do Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
10 - Saúde	4.208.000,00
TOTAL	4.208.000,00

### II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES	4.166.000,00
3.1.71.00 - Transferência a Consórcios Públicos	2.000,00
3.1.90.00 - Pessoal e Encargos Sociais	3.038.000,00
3.3.71.00 - Transferência a Consórcios Públicos	2.000,00
3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	1.124.000,00
4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	42.000,00
4.4.71.00 - Transferência a Consórcios Públicos	2.000,00
4.4.90.00 - Investimentos	40.000,00
TOTAL	4.208.000,00

Art. 4º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. Outros Riscos Fiscais Imprevistos	10.000,00
TOTAL	10.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§ 2º - Não se efetivando até o dia 10/12/2015 os riscos fiscais alocados como Reserva de Contingência, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2016 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

§ 3º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor" serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 5º - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 6º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Receita estimada para o orçamento, utilizando como fontes de recursos, desde que não comprometidos:

- I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.
- II - o superávit financeiro do exercício anterior.
- III - operações de crédito.

Parágrafo único - Se exclui desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 7º - Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a fontes oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º - O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

Art. 8º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 9º - Durante o exercício de 2015 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas

priorizados nesta lei.

Art. 10 - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2015, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 22 de dezembro de 2014.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Sec. Mun. de Administração

## Penha

### PREFEITURA

#### **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE DA EMPRESA RAULINO RAUL ROSAR EPP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº11/2014 - PMP  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2014 - PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE CARNES, PEIXES, QUEIJOS E BEBIDAS LÁCTEAS.

Tratam os presentes autos do processo administrativo nº01/2014, instaurado pela Prefeitura Municipal de Penha, para declarar inidônea a empresa RAULINO RAUL ROSAR - EPP, portadora do CNPJ de nº 81.825.952/0001-46, com sede na cidade de Balneário Camboriú/SC, na Rua Uganda, 463, Bairro das Nações, CEP: 88338-160. A par disso sendo devidamente notificada acerca do processo instaurado, bem como concedido prazo para apresentação de defesa, a empresa apresentou manifestação sendo que foi sucessivamente analisada pela Prefeitura Municipal de Penha. Isto posto, no exercício das atribuições e prerrogativas conferidas pela Lei 8666/93 e Lei 10.520/2002 e demais princípios que regem a administração pública, DECLARO A INIDONEIDADE da empresa RAULINO RAUL ROSAR - EPP, portadora do CNPJ de nº 81.825.952/0001-46, com sede na cidade de Balneário Camboriú/SC, na Rua Uganda, 463, Bairro das Nações, CEP: 88338-160, com fulcro no inciso IV, art. 87 da Lei 8666/93: IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior e Art. 7º da Lei 10.520/2002: Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

O inteiro teor do Processo Administrativo nº 01/2014 e de seus anexos encontram-se à disposição da empresa na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 19 de dezembro de 2014.  
Evandro Eredes dos Navegantes  
Prefeito Municipal

## DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE DA EMPRESA SUPERLIGHT ALIMENTOS LTDA EPP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº15/2014 - PMP  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2014 - PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DAS UNIDADES ESCOLARES E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE PENHA.

Tratam os presentes autos do processo administrativo nº04/2014, instaurado pela Prefeitura Municipal de Penha, para declarar inidônea a empresa SUPERLIGHT ALIMENTOS LTDA EPP, portadora do CNPJ de nº 81.264.111/0001-07, com sede na cidade de Ponta Grossa/PR, na Rua Barão de Teffé, 295, Centro, CEP: 84010-570. A par disso sendo devidamente notificada acerca do processo instaurado, bem como concedido prazo para apresentação de defesa, a empresa apresentou manifestação sendo que foi sucessivamente analisada pela Prefeitura Municipal de Penha.

Isto posto, no exercício das atribuições e prerrogativas conferidas pela Lei 8666/93 e Lei 10.520/2002 e demais princípios que regem a administração pública, DECLARO A INIDONEIDADE da empresa SUPERLIGHT ALIMENTOS LTDA EPP, portadora do CNPJ de nº 81.264.111/0001-07, com sede na cidade de Ponta Grossa/PR, na Rua Barão de Teffé, 295, Centro, CEP: 84010-570, com fulcro no inciso IV, art. 87 da Lei 8666/93: IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior e Art. 7º da Lei 10.520/2002: Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

O inteiro teor do Processo Administrativo nº 04/2014 e de seus anexos encontram-se à disposição da empresa na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 19 de dezembro de 2014.  
Evandro Eredes dos Navegantes  
Prefeito Municipal

**DECRETO N° 2138**

DECRETO N° 2138 /2014

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar por conta do provável excesso de arrecadação, no valor de R\$ 988.950,00 (novecentos e oitenta e oito mil, novecentos e cinquenta reais).

Art.1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Penha, autorizado a abrir crédito suplementar, no valor de R\$ 988.950,00

(novecentos e oitenta e oito mil, novecentos e cinquenta reais), de acordo com artigo 41, II e Artigo 43 § 1º, da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/1964 e autorizado pela Lei Municipal nº 2658/2013 de 19/11/2013, conforme como segue:

Órgão: 10 - Secretaria de Educação e Cultura  
Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Ensino  
Programa de Trabalho: 12.361.0009  
Atividade: 2.030-Funcionamento e manutenção do FUNDEB  
60%-Fundamental  
Fonte de Recursos: 0018 - Recursos FUNDEB 60%  
3.1.90.00.00.00.00.00.0018.0/77 - Aplicações Diretas R\$  
633.370,00

Órgão: 10 - Secretaria de Educação e Cultura  
Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Ensino  
Programa de Trabalho: 12.365.0009  
Atividade: 2.032-Funcionamento e manutenção do FUNDEB  
40%-Fundamental  
Fonte de Recursos: 0019 - Recursos FUNDEB 40%  
3.1.90.00.00.00.00.00.0019.0/85 - Aplicações Diretas R\$  
355.580,00

Art.2º - Os recursos necessários para atendimento ao crédito suplementar aberto na forma do Art. 1º, correrá à conta do excesso de arrecadação dos Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, no valor de R\$ 988.950,00 (novecentos e oitenta e oito mil, novecentos e cinquenta reais),conforme arrecadação e previsão para o presente exercício.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Penha, 19 de dezembro de 2014.  
Evandro Eredes dos Navegantes  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

Rafael Celestino  
Secretário da Administração

**LEI N° 2736**

LEI N° 2736/2014

"ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI ORDINÁRIA Nº 2214/2008."

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Peha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Modifica disposições do artigo 3º da Lei nº 2214/2008, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º O Poder Executivo Municipal disponibilizará funcionário para o fiel cumprimento da referida lei, intensificando o trabalho no período a alta temporada, compreendido entre 01 de dezembro a 28 de fevereiro.

**Parágrafo Único:** Na falta de funcionário capacitado para a realização dos serviços, a Prefeitura Municipal de Penha poderá contratar, bem como locar embarcações, equipamentos e materiais para a realização da fiscalização durante o prazo fixado nesta Lei.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Penha, 19 de dezembro de 2014.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, aos dezanove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

RAFAEL CELESTINO

Secretário da Administração

### LEI Nº 2737

LEI Nº 2737/2014

“INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DA CAPOEIRA NO MUNICÍPIO DE PENHA.”

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a SEMANA MUNICIPAL DA CAPOEIRA NO MUNICÍPIO DE PENHA, a ser comemorada anualmente na segunda semana do mês de abril, e deverá constar do Calendário Oficial de Eventos do Município.

Parágrafo único. A data poderá ser comemorada com a realização de seminários, aulas, palestras, rodas de capoeira, concursos, bem como a distribuição de cartazes e outros meios de comunicação que contribuam para a divulgação desta manifestação cultural.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Penha, 19 de dezembro de 2014.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, aos dezanove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

RAFAEL CELESTINO

Secretário da Administração

### PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014- PMP - CLASSIFICAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2014- PMP

A Comissão do Processo Seletivo instituída pela Portaria nº272/2014, homologa a lista de Classificação dos candidatos do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2014- PMP, para preenchimento da vaga de Auxiliar Operacional:

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO Nº	NOME	PONTUAÇÃO
01	05	LORENI NUNES DE ALMEIDA	80
02	06	ALTINO TROFINO CORRÊA	40

03	09	FRANCISCO CARLOS FERNANDES	40
04	10	GEONIR DE SOUZA	20
05	04	ADRIANO VIEIRA	20
06	08	OLAVIO REBELO	20
07	03	PAULO CESAR WAGNER	20
08	02	JACKSON LUIZ SEVERIANO DOS SANTOS	20
09	07	WEEGENS CHARLES	20
10	01	JAN PIERRE HENCKEL	20

Penha, 19 de dezembro de 2014.

Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº01/2014- PMP:

Maikil Gileno dos Santos

Maurilio Pedro Leite

Luciano Santana

Juliana Bueno Perciani

# Peritiba

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 46/2014 - FMS

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA - FMS  
EXTRATO DE CONTRATO  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 16/2014

Objeto: Prorrogar até 31/12/2015 o prazo de vigência do contrato Original 16/2014 para fornecimento de Medicamentos diversos cuja relação não faça parte dos medicamentos oferecidos pela Farmácia Básica da Unidade Municipal de Saúde, cujo pagamento será baseado na Tabela ABCFARMA.

Dados do Contrato: Contrato nº 46/2014 FMS  
Contratado: FARMÁCIA SANTO ISIDORO LTDA ME.  
CNPJ: 09.161.542/0001-10  
Data de vigência: 17/12/2014 até 31/12/2015.

Município de Peritiba - SC em 19 de Dezembro de 2014.  
ADRIANO JOSÉ KRINDGES  
Secretário Municipal de Saúde e Bem Estar Social

### EXTRATO DE CONTRATO 47/2014 - FMS

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA - FMS  
EXTRATO DE CONTRATO  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 37/2014

Objeto: Prorrogar prazo de vigência do contrato Original 37/2014 para prestação de serviços especializados na área de Fisioterapia, Acupuntura e Auriculoterapia, até 31/12/2015.

Dados do Contrato: Contrato nº 47/2014 FMS  
Contratado: FISIOTERAPIA WEBER E VIEIRA LTDA ME.  
CNPJ: 05.591.331/0001-67  
Data de vigência: 17/12/2014 até 31/12/2015.

Município de Peritiba - SC em 19 de Dezembro de 2014.  
ADRIANO JOSÉ KRINDGES  
Secretário Municipal de Saúde e Bem Estar Social

### EXTRATO DE CONTRATO 48/2014 - FMS

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA - FMS  
EXTRATO DE CONTRATO  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 15/2014

Objeto: Prorrogar prazo de vigência do contrato Original 15/2014 para prestação de serviços especializados na área de Exames Laboratoriais até 31/12/2015.

Dados do Contrato: Contrato nº 48/2014 FMS  
Contratado: BENEFICIENCIA CAMILIANA DO SUL - HOSPITAL SÃO FRANCISCO.  
CNPJ: 83.506.030/0002-82  
Data de vigência: 17/12/2014 até 31/12/2015.

Município de Peritiba - SC em 19 de Dezembro de 2014.  
ADRIANO JOSÉ KRINDGES  
Secretário Municipal de Saúde e Bem Estar Social

### EXTRATO DE CONTRATO 49/2014 - FMS

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA - FMS  
EXTRATO DE CONTRATO  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 14/2014

Objeto: Prorrogar prazo de vigência do contrato Original 14/2014 para prestação de serviços especializados na área de Exames Laboratoriais até 31/12/2015.

Dados do Contrato: Contrato nº 49/2014 FMS  
Contratado: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MORI LTDA ME.  
CNPJ: 83.687.483/0002-52  
Data de vigência: 17/12/2014 até 31/12/2015.

Município de Peritiba - SC em 19 de Dezembro de 2014.  
ADRIANO JOSÉ KRINDGES  
Secretário Municipal de Saúde e Bem Estar Social

### EXTRATO DE CONTRATO 50/2014 - FMS

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA - FMS  
EXTRATO DE CONTRATO  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 38/2014

Objeto: Prorrogar prazo de vigência do contrato Original 38/2014 para prestação de serviços especializados na área de Exames Laboratoriais até 31/12/2015.

Dados do Contrato: Contrato nº 50/2014 FMS  
Contratado: LABORATORIO PERITIBA LTDA - ME.  
CNPJ: 20.009.472/0001-12  
Data de vigência: 17/12/2014 até 31/12/2015.

Município de Peritiba - SC em 19 de Dezembro de 2014.  
ADRIANO JOSÉ KRINDGES  
Secretário Municipal de Saúde e Bem Estar Social

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 324/2014.

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 324/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato CONserto NO VEÍCULO CAMINHÃO PLACA MCA-2514- SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS,

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 205/2014.

EMPRESA CONTRATADA: MECÂNICA ATLAS LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer serviços de conserto no valor de R\$ 4.106,00 (quatro mil cento e seis reais).

DATA DO CONTRATO: 19 DE DEZEMBRO de 2014.

PREFEITO: Euzebio Viecele

### CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 325/2014.

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 325/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de prestação de CONserto NO EQUIPAMENTO ROLO COMPACTADOR DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS,

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 206/2014.

EMPRESA CONTRATADA: MIRANDA E MIRANDA COM. DE PEÇAS E SERV. DE MÁQ. PES. LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor de R\$ 1.090,00 (um mil e noventa reais)

DATA DO CONTRATO: 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

PREFEITO: Euzebio Viecele

### CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 326/2014

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 326/2014

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE A MAO DE OBRA - CONSTRUÇÃO DE OFICINA- SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE,

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 207/2014.

EMPRESA CONTRATADA: JEFFERSON PEDRO HETZLER

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

DATA DO CONTRATO: , 19 de dezembro de 2014.

PREFEITO: Euzebio Viecele

### CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 327/2014

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 327/2014

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 208/2014.

EMPRESA CONTRATADA: JVC COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS LTDA-ME

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os

materiais para a secretaria educação, no valor de R\$ 3.771,19 (três mil setecentos e setenta e um reais e dezenove centavos).

DATA DO CONTRATO: 19 de dezembro de 2014.

PREFEITO: Euzebio Viecele

### DECRETO Nº 4.133, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.133, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.717 de 18 de novembro de 2013:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade do Fundo de Assistência Social, autorizado a proceder suplementação no valor de R\$ 500,00 (Quinhentos reais) na Dotação Orçamentária a seguir discriminada:

04 - Fundo de Assistência Social

04.01 - Fundo de Assistência Social

04.01.08 - Assistência Social

04.01.08.244 - Assistência Comunitária

04.01.08.244.0801 - Assistência Social Geral

04.01.08.244.0801.2026 - Manutenção da Assist. Social Geral

3390.0000 - Aplicações Diretas

Fonte: 0152

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais fica utilizado o Excesso de Arrecadação apurado até 14 de dezembro de 2014 na fonte de recursos Piso Fixo (fonte 152)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC,

15 DE DEZEMBRO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 4.134, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.134, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.717 de 18 de novembro de 2013:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal, autorizado a proceder suplementação no valor de R\$ 5.332,66 (Cinco mil, trezentos e trinta e dois reais e sessenta e seis centavos) na Dotação Orçamentária a seguir discriminada:

02 - Poder Executivo

0206- Sec. De Transp e Obras

0206.15 - Urbanismo

0206.15.452 - Serviços Urbanos

0206.15.452.1503 - Serviços de Utilidade Pública

0206.15.452.1503.2038 - Manutenção dos serviços de utilidades

publicas  
3390-0000- Aplicações Diretas  
Fonte 0117

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais fica utilizado o Excesso de Arrecadação apurado até 15 de dezembro de 2014 na fonte de recursos COSIP.(fonte 117)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC,  
15 DE DEZEMBRO DE 2014.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 385, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº 385, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.  
NOMEIA BARBARA VENTORIN ZUCCO PARA CARGO DE PROVI-  
MENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, a partir de 01 de Dezembro de 2014, BARBARA VENTORIN ZUCCO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob n. 082.905.229-16, para o cargo de provimento em comissão de "ASSISTENTE DE COORDENAÇÃO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS", nível DAÍ-02, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde e Bem estar Social, com remuneração prevista em lei.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de Dezembro de 2014.

Centro Administrativo Municipal, 17 de Dezembro de 2014.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 386, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº 386, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.  
ESTABELECE FIM DO ANO LETIVO E ENCERRA OS CONTRATOS DOS PROFESSORES ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO, o ofício nº 102/2014, da Secretaria Municipal da Educação;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Fica estabelecido como término do ano letivo nos estabelecimentos educacionais o dia 19 de dezembro de 2014, bem como termo final dos contratos dos professores contratados em caráter temporário, conforme relação abaixo:

I - Juliana Guzzi,  
II - Ivania Beal Bressan,  
III- Marlei Panceri,  
IV - Salete Bender  
V - Fabiana Benque,  
VI - Solange Manica,  
VII - Rosana dos Santos,  
VIII - Sirlei Denardi,

IX - Talita Peliciolli,  
X - Adriana Ceroni,  
XI - Marcelina Peretti,  
XII - Marines Partyka,  
XII - Ivonete Piccoli,  
XIV- Olivete Dal`Bosco,  
XV- Jussara Boesing,  
XVI- Keli Granemann de Oliveira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO,  
19 DE DEZEMBRO DE 2014.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

#### **TERMO ADITIVO 052/2014**

(Ementa)

TERMO ADITIVO 052/2014

CONTRATO N.º: 278/2014

OBJETO: Contrato Administrativo, Licitação nº 005/2014, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS, contrato nº 122/2014, cujo objeto visa a construção de escola de educação de ensino fundamental-espaço educativo urbano II do Município de Pinheiro Preto.

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS. 005/2014

EMPRESA CONTRATADA: LUHEMA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

DO ADITAMENTO

2.1 Considerando as intempéries do tempo;

2.2 Considerando o recesso das festividades e comemorações de final de ano.

As demais cláusulas do contrato de execução de obra de engenharia nº 122/2014 continuam inalteradas.

.

DATA DO CONTRATO: 19 de dezembro de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### EXTRATO 0111/2014

MUNICIPIO DE PONTE SERRADA- SC

Processo licitatório nº 0111/2014Dispensa de Licitação nº 012/2014.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL DE ALVENARIA DE 150,00 M² ( CENTO E CINQUENTA METROS QUADRADOS) LOCALIZADO EM UMA ÁREA DE 12.636,50 M² ( DOZE MIL SEISCENTOS E TRINTA E SEIS VIRGULA CINQUENTA MESTROS QUADRADOS) REGISTRADO NA MATRÍCULA 8.734, PARTE DA CHÁCARA 05 SITUADO NA RUA SÃO JOSÉ NESTA CIDADE DE PONTE SERRADA DESTINADO A INSTALAÇÃO DO ABRIGO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES RAO DE LUZ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

CONTRATADO: MITRA DIOCESANA DE JOAÇABA - PARÓQUIA SANTO ANTONIO DE PÁDUA - PONTE SERRADA- SC

Endereço: Ponte Serrada - Santa Catarina CEP: 89.683-000

CPF: 83.226.506/0022-75

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso X, do artigo 24, da Lei n. 8666/93

Valor: R\$ 10.200,00 ( nove mil e seiscientos reais ) VIGÊNCIA: de 01 de janeiro á 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado.

Ponte Serrada/SC, 19 de dezembro de 2014

EDUARDO COPPINI PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO 0112/2014

MUNICIPIO DE PONTE SERRADA- SC

Processo licitatório nº 0112/2014Dispensa de Licitação nº 013/2014.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL URBANO COM ÁREA DE 112 M² ( CENTO E DOZE METROS QUADROS) LOCALIZADO EM UM TERRENO DE 398 M²( TREZENTOS E NOVENTA E OITO METROS QUADRADOS) COM REGISTRO NA MATRÍCULA 5.687, LOCALIZADO NA RUA PARALELA, BR 282, KM 462 Nº 475, CENTRO NESTA CIDADE DE PONTE SERRADA- SC , DESTINADO Á INSTALAÇÃO DO CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO - CREAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

CONTRATADO: JUREMA SALETE VICENSI

Endereço: Ponte Serrada - Santa Catarina CEP: 89.683-000

CPF: 592.096.409-00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso X, do artigo 24, da Lei n. 8666/93

Valor: R\$ 9.600,00 ( nove mil e seiscientos reais ) VIGÊNCIA: de 01 de janeiro á 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado.

Ponte Serrada/SC, 19 de dezembro de 2014

EDUARDO COPPINI PREFEITO MUNICIPAL

### TERMOS ADITIVOS 2015

MUNICIPIO DE PONTE SERRADA-SC

EXTRATO DE TERMOS ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATONº0204/2014-FMS

PROCESSO Nº 0024/2014-FMS INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº004/2014-FMS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA

CONTRATADA: CLINICA ODONTOMÉDICA PONTE SERRADA LTDA CNPJ: 07.598.562/0001-28

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

VIGÊNCIA: 01 DE JANEIRO 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATONº0147A/2014-FMS

PROCESSO Nº 0013/2014-FMS INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nº002/2014-FMS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA

CONTRATADA: CLINICA ODONTOMÉDICA PONTE SERRADA LTDA

CNPJ: 07.598.562/0001-28

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

VIGÊNCIA: 01 DE JANEIRO 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATONº0171/2014-FMS

PROCESSO Nº 0021/2014-FMS INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº003/2014-FMS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA

CONTRATADA: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICA LAIS LTDA

CNPJ: nº05.282.423/0001-65

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

VIGÊNCIA: 01 DE JANEIRO 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATONº0183/2014-FMS

PROCESSO Nº 0021/2014-FMS INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº003/2014-FMS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA

CONTRATADA: FERNANDA POLETTI & CIA LTDA ME

CNPJ: nº 07. 697.700/0001-26

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

VIGÊNCIA: 01 DE JANEIRO 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATONº0179/2014-FMS

PROCESSO Nº 0022/2014-FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº017/2014-FMS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA

CONTRATADA: MARCIANO ZATTI - ME

CNPJ: nº 10.717.060/0001-83

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

VIGÊNCIA: 01 DE JANEIRO 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATONº0181/2014

PROCESSO Nº 0075/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº032/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA

CONTRATADA: MARCIANO ZATTI - ME

CNPJ: nº 10.717.060/0001-83

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

VIGÊNCIA: 01 DE JANEIRO 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATONº0147/2014

PROCESSO Nº 0054/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº018/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA

CONTRATADA: T&Z CONTABILIDADE E ACESSORIA S/S LTDA

CNPJ: nº 07.879.023/0001-90

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

VIGÊNCIA: 01 DE JANEIRO 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATONº0217A/2014

PROCESSO Nº 0099/2014 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº010/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA

CONTRATADA: Ivanor Poletto

CPF: nº 020.549.819-15

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

VIGÊNCIA: 01 DE JANEIRO 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATONº0172/2014

PROCESSO Nº 0074/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº031/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA

CONTRATADA: PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: nº 10.954.970/0001-80

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

VIGÊNCIA: 01 DE JANEIRO 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATONº0017/2013

PROCESSO Nº 0018/2013 CARTA CONVITE Nº006/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA

CONTRATADA: JHONATAN VINICIUS COPPINI

CPF: nº 046.347.959-90

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO  
VIGÊNCIA: 01 DE JANEIRO 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATONº0180/2014  
PROCESSO Nº 0075/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº032/2014  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA  
CONTRATADA: CPNET COMERCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA

CNPJ: nº 06.349.207/0001-52

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO  
VIGÊNCIA: 01 DE JANEIRO 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATONº0178/2014  
PROCESSO Nº 0022/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº017/2014  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA  
CONTRATADA: CPNET COMERCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA

CNPJ: nº 06.349.207/0001-52

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO  
VIGÊNCIA: 01 DE JANEIRO 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Ponte Serrada, 19 de dezembro de 2014.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATONº0133/2014  
PROCESSO Nº 0045/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº015/2014  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA  
CONTRATADA: RÁDIO NAMBA LTDA

CNPJ: nº 83.014.803/0001-22

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO  
VIGÊNCIA: 01 DE JANEIRO 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Ponte Serrada, 19 de dezembro de 2014.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATONº0188/2014-FMS  
PROCESSO Nº 0021/2014-FMS INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº003/2014-FMS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA  
CONTRATADA: LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS CRUZ E BAHU LTDA ME

CNPJ: nº nº07.703.881/0001-56

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO  
VIGÊNCIA: 01 DE JANEIRO 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATONº030/2014- FMS  
PROCESSO Nº 002/2014 - FMS CARTA CONVITENº01/2014 - FMS  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA  
CONTRATADA: PAULINNE LANGARO

CNPJ: nº 052.160.119.85

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO  
VIGÊNCIA: 01 DE JANEIRO 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Ponte Serrada, 19 de dezembro de 2014.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATONº0132/2014  
PROCESSO Nº 0045/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº015/2014  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA  
CONTRATADA: RÁDIO BEBEDOURO FM

CNPJ: nº 01.756.106./0001-82

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO  
VIGÊNCIA: 01 DE JANEIRO 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Ponte Serrada, 19 de dezembro de 2014.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATONº02/2014- FMS  
PROCESSO Nº 03/2014 - FMS CARTA CONVITE Nº02/2014- FMS  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA  
CONTRATADA: MARLI AGOSTINI - CONSULTORIA E ASSESSORIA EM GESTÃO DE SERVIÇOS PUBLICOS DE SAUDE LTDA

CNPJ: nº 10.576.687/0001-61

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO  
VIGÊNCIA: 01 DE JANEIRO 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

Ponte Serrada, 19 de dezembro de 2014.

## Porto Belo

### CÂMARA MUNICIPAL

#### RESOLUÇÃO NO 011/2014

RESOLUÇÃO Nº 011/2014

“ SUPRIME O INCISO I DO ARTIGO 154 DO REGIMENTO INTERNO DESTE PODER LEGISLATIVO”.

JOÃO MENDES, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições asseguradas por lei, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, e, eu, PROMULGO a presente RESOLUÇÃO:

ART. 1º - Fica suprimido o inciso I do artigo 154 do Regimento Interno do Poder Legislativo do Município de Porto Belo.

ART. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 18 de dezembro de 2014

João Mendes

Presidente

Paço Legislativo Vereador Amadeu Serafim Raulino

“ Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos”

# Porto União

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 620/2014

DECRETO Nº 620, de 18 de dezembro de 2014.

Decreta a Intervenção/Encampação Municipal no Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União, para manter a continuidade do serviço público e atender interesse social, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Ofício nº. 101/2014 do Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União, associação civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 77.125.862/0001-75, com sede na Rua Coronel Belarmino, nº 355 - Centro - Porto União - SC, datado de 18 de novembro de 2014, comunicando o encerramento da atual gestão da Diretoria, bem como, da inexistência de interessados a compor uma nova Diretoria;

CONSIDERANDO o Ofício nº. 054/2014/01PJ/POR da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto União - SC;

CONSIDERANDO o risco premente de interrupção do serviço público;

CONSIDERANDO o dever do Poder Público intervir/encampar de forma a propiciar o restabelecimento e a continuidade do serviço de relevante interesse social;

CONSIDERANDO ser dever do Estado (Município) assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, nos termos do que dispõe o artigo 227 da Constituição Federal.

CONSIDERANDO que, a teor do que dispõe o artigo 88, inciso I, da Lei nº 8069/90, são diretrizes de política de atendimento à criança e ao adolescente a municipalização do atendimento;

CONSIDERANDO que o Município não pode se eximir de dar cumprimento aos programas relacionados à política social das crianças e adolescentes expostas em situação de risco, que necessitam da preservação do abrigo em que se encontram,

#### DECRETA:

Art. 1º A intervenção/encampação Municipal no Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União, para manter a continuidade do serviço público e atender o interesse social.

Art. 2º Fica desde já designada como responsável pelo Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Art. 3º O Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Senhor Marcos Antonio Vieira, fica desde já autorizado a formar equipe de transição, contendo equipe necessária para dar a plena continuidade dos serviços.

Art. 4º Em caso de inexistência de servidor aprovado em concurso

público para fins de disponibilização ao Abrigo, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, fica autorizada a contratação temporária, nos termos do que dispõe o artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, tudo conforme autoriza a Lei Municipal nº 2.621, de 28 de maio de 2001.

Art. 5º Toda a manutenção do Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União passará a ser responsabilidade do Município a partir de 1º de janeiro de 2015.

Art. 6º Após a dissolução e extinção do Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União, o Município deverá encaminhar Lei autorizativa para receber em doação o patrimônio da entidade.

Art. 7º Considerando que o Município de Matos Costa e o Município de Irineópolis situam-se na mesma Comarca, bem como utilizam os serviços do Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União, deverá o Município de Porto União firmar Convênio com aquelas municipalidades, para auxílio de manutenção dos serviços.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Porto União (SC), 18 de dezembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### DECRETO Nº 621/2014

DECRETO Nº 621, de 18 de dezembro de 2014.

Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação de Porto União - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 3.660, de 27 de outubro de 2009, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.284, de 12 de novembro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação de Porto União - SC, que com este é baixado.

Art. 2º Revogam-se o Decreto nº 463, de 17 de setembro de 2010, e as demais disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 18 de dezembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### CAPÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Conselho Municipal de Educação, criado pela Lei n.º 1.769, de 27 de novembro de 1991, e alterado pela Lei n.º 4.284, de 12 de novembro de 2014, é o órgão integrante do Sistema Municipal de Ensino de Porto União, com atribuições: normativa,

deliberativa, consultiva, fiscalizadora, mobilizadora, propositiva, de controle social e de assessoramento às questões educacionais.

§ 1º A atribuição **NORMATIVA**: compete baixar normas complementares, interpretar a Legislação e as normas educacionais, abrangendo as escolas públicas municipais de educação básica e privadas de educação infantil.

§ 2º A atribuição **DELIBERATIVA**: esta atribuição é desempenhada em relação à matéria sobre a qual o Conselho tem competência para decidir de acordo com a lei.

§ 3º A atribuição **CONSULTIVA**: trata-se de responder a consultas sobre questões que lhe são submetidas pelas escolas, pela Secretaria da Educação, pela Câmara de Vereadores e por outras entidades representativas, assim como qualquer cidadão.

§ 4º A atribuição **PROPOSITIVA**: o Conselho toma iniciativa participando das discussões, definições das políticas e do planejamento educacional, emitindo opiniões ou oferecendo sugestões.

§ 5º A atribuição **MOBILIZADORA**: tem função de estimular a participação da sociedade no acompanhamento e no controle da oferta dos serviços educacionais, com intenção de tornar o Conselho espaços aglutinadores dos esforços e das ações do governo, das famílias e sociedade, no entendimento que a educação só atingirá o patamar desejado, se compartilhado por todos.

§ 6º As atribuições de **CONTROLE SOCIAL** e **FISCALIZADORA**: se referem ao acompanhamento da execução das políticas públicas e a verificação do cumprimento da Legislação.

## CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Educação:

I- participar da discussão e da definição das políticas públicas, e do planejamento educacional, acompanhando sua execução;

II- envidar esforços para melhorar a qualidade e elevar os índices de produtividade da Educação Básica por meio de cursos, encontros, seminários e outros, visando à qualificação dos profissionais envolvidos no processo educacional;

III- determinar medidas que identifiquem a população em idade escolar obrigatória em todas as suas modalidades de ensino;

IV- assessorar os órgãos e instituições do Sistema Municipal de Ensino no diagnóstico de problemas e deliberar a respeito de medidas para aperfeiçoá-lo;

V- emitir pareceres, resoluções, indicações, instruções e recomendações sobre assuntos do Sistema Municipal de Ensino de Porto União, em especial sobre a autorização de funcionamento das unidades educacionais do Sistema Municipal de Ensino, mantidas pelo poder público municipal, e de unidades de Educação Infantil pela iniciativa privada;

VI - deliberar sobre questões pedagógicas, equivalência de estudos, calendário escolar, prestar assessoria e emitir pareceres sobre alterações dos Projetos Políticos Pedagógicos, Regimentos Escolares e grades curriculares nas unidades educacionais de sua jurisdição;

VII- desenvolver funções opinativas, normativas e deliberativas de assessoramento, inclusive funções recursais, de acordo com o Regimento Interno e respeitando o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação;

VIII- participar da elaboração e acompanhar a execução e a avaliação do Plano Municipal de Educação de Porto União;

IX- mobilizar a sociedade promovendo a participação no planejamento, no acompanhamento e na avaliação da educação municipal;

X- pronunciar-se sobre os recursos destinados à educação do Município, bem como acompanhar e fiscalizar a aplicação destes;

XI- dar publicidade aos atos do Conselho Municipal de Educação;  
XII- interpretar a legislação, as normas educacionais, e elaborar as normas complementares para o Sistema Municipal de Ensino de Porto União;  
XIII- exercer quaisquer outras competências que lhe forem atribuídas por Lei, no âmbito educativo cultural.

## CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Art. 3º O Conselho Municipal de Educação é constituído por 16 (dezesesseis) membros titulares e seus respectivos suplentes.

§ 1º Na vacância de alguns dos membros titulares, assumirá o respectivo suplente do órgão ou organização.

§ 2º Na impossibilidade de o suplente assumir ou em sua desistência, o órgão ou organização representativa indicará um substituto, no prazo de 15 (quinze) dias, após o comunicado da Mesa Diretora do Conselho.

Art. 4º O mandato dos Conselheiros é de 04 (quatro) anos, podendo haver somente uma única recondução consecutiva, devendo haver uma renovação de 1/3 (um terço) dos membros deste Conselho ao final de cada mandato.

§ 1º A Mesa Diretora do Conselho será composta de Presidente, Vice Presidente, 1.º Secretário e 2.º Secretário, eleitos por seus pares e terão mandato de 02 (dois) anos com direito a uma única recondução no cargo.

§ 2º 60 (sessenta) dias antes do final do mandato, os Conselheiros decidirão entre os diversos órgãos e organizações representativas, quais os membros que terão seu mandato renovado e quais serão substituídos, deverá ser observado à paridade das representações.

§ 3º Não pode compor o colegiado o Secretário Municipal da Educação.

Art. 5º O Conselho Municipal de Educação poderá organizar-se em 03 (três) Comissões básicas, sendo elas: a de Ensino, a de Planejamento e a de Legislação e Normas.

Parágrafo único. Outras comissões especiais poderão ser constituídas por indicação do Presidente, havendo o consenso dos Conselheiros; ou por indicação de 1/3 (um terço) dos membros e aprovação de 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos Conselheiros, de acordo com as necessidades locais.

Art. 6º O Conselho Municipal de Educação deverá contar com:  
I- Secretária Executiva responsável pela coordenação dos setores de comunicação, expedição, arquivo e controle administrativo-financeiro;  
II- assessoria técnica especializada sempre que o Conselho Municipal solicitar.

Art. 7º O período de funcionamento das atividades do Conselho é de fevereiro a dezembro.

Parágrafo único. O Conselho poderá ser convocado pelo Presidente durante o período de recesso, em casos extraordinários e de extrema necessidade.

## CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Art. 8º São atribuições do Presidente:

I- convocar reuniões e presidi-las, dando ciência a seus membros dos assuntos que interessem diretamente ao Conselho;

II- nas reuniões, organizar a ordem do dia;

III- abrir, prorrogar, encerrar e suspender as reuniões do Conselho;  
IV- determinar a verificação de presença, a redação e a leitura da ata da reunião e dar ciência das comunicações de interesse do Conselho;  
V- assinar as atas aprovadas, juntamente com os demais membros do Conselho;  
VI- conceder a palavra aos membros do Conselho, não permitindo divagações ou debates estranhos ao assunto em pauta;  
VII- colocar as matérias em discussão e votação e anunciar o resultado das votações, decidindo-as em caso de empate;  
VIII- proclamar as decisões tomadas em cada reunião;  
IX- solicitar a anotação dos dispositivos regimentais para a solução de casos análogos;  
X- assinar os livros destinados aos serviços do Conselho e seu expediente, determinando o destino dos documentos lidos nas reuniões;  
XI- representar o Conselho e agir em seu nome, mantendo o contato com as autoridades que lhe competem;  
XII- tomar ciência das justificativas de ausência dos membros do Conselho às reuniões;  
XIII- promover a execução dos serviços administrativos do Conselho;  
XIV- baixar portarias, resoluções, editais, normatizações e ordens de serviço por atos administrativos resultantes das decisões do Conselho, e encaminhá-las, por meio de protocolo, ao Secretário Municipal da Educação em exercício, para que se cumpram as determinações;  
XV- participar, quando julgar necessário:  
a) dos trabalhos de qualquer comissão interna;  
b) de comissões externas, desde que convidado;  
c) de demais Conselhos pertinentes aos assuntos educacionais;  
XVI- formular consultas e promover encontros ou reuniões com a participação de entidades ou membros da sociedade, que venham a contribuir com informações pertinentes aos assuntos educacionais, por iniciativa própria ou das comissões internas;  
XVII- caberá ao Presidente resolver soberanamente as questões de ordem ou delegar ao Conselho a decisão.  
XVIII- exercer nas reuniões plenárias, o direito de voto simples (metade mais um dos presentes) e de qualidade nos casos de empate;  
XIX- cumprir e fazer cumprir este Regimento.

Art. 9º O Vice-Presidente do Conselho Municipal de Educação é o substituto imediato do Presidente e terá as mesmas atribuições do titular na falta deste.

#### CAPÍTULO V DOS MEMBROS DO CONSELHO

Art. 10. São atribuições dos membros do Conselho:  
I- participar de todas as discussões e deliberações do Conselho;  
II- participar das votações das proposições submetidas a deliberações do Conselho;  
III- apresentar proposições, requerimentos, moções e questões de ordem;  
IV- comparecer às reuniões no horário determinado;  
V- desempenhar as funções para as quais foram designados;  
VI- obedecer às normas regimentais;  
VII- assinar as atas das reuniões do Conselho;  
VIII- apresentar retificações ou impugnações às atas;  
IX- apresentar assuntos pertinentes e relacionados às suas atribuições ao Conselho, para apreciação.

Art. 11. Perde o mandato o membro que deixar de comparecer, sem motivo justificado, a 03 (três) reuniões consecutivas e 05 (cinco) alternadas durante o ano.  
I- o prazo para requerer justificativa de ausência é de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da reunião;  
II- declarado perdido o mandato do titular, assumirá o posto o

seu suplente e caso este esteja como titular e perca o mandato, o Presidente do Conselho comunicará a entidade representativa, para que sejam indicados novos membros titular e suplente. A nomeação deverá ser oficializada por Decreto Municipal.

Art. 12. O exercício do mandato do Conselheiro constitui-se em relevante serviço de interesse público prestado ao Município, sem remuneração.

Art. 13. Será concedida a licença aos Conselheiros, nos seguintes casos:

I- para tratamento de saúde, mediante atestado médico;  
II- por motivo considerado relevante pelo Conselho, devidamente protocolado e justificado por escrito.

#### CAPÍTULO VI DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO CONSELHO

Art. 14. Os serviços administrativos do Conselho são exercidos pelo 1.º Secretário e 2.º Secretário, que são eleitos pelos demais membros, e a estes competem, dentre outras, as seguintes atividades:

1.º Secretário:

I- secretariar as reuniões do Conselho;  
II- preparar a pauta das reuniões;  
III- lavrar as atas, sua leitura e a do expediente recebido e expedido;  
IV- recolher as proposições apresentadas pelos membros do Conselho;  
V- anotar os resultados das votações e das proposições apresentadas.  
VI- receber, preparar, expedir e controlar a correspondência;  
VII- providenciar os serviços de digitação e impressão;  
VIII- providenciar os serviços de arquivo e documentos;  
IX- registrar e controlar a frequência dos membros do Conselho;  
X- distribuir aos membros do Conselho a pauta das reuniões e os convites se houver.

Parágrafo único. O 2.º Secretário é o substituto imediato do 1º Secretário e terá as mesmas atribuições do titular na falta deste.

#### CAPÍTULO VII DAS REUNIÕES

Art. 15. As reuniões do Conselho Municipal de Educação são realizadas na sala dos Conselhos, anexa à Secretaria Municipal da Educação, podendo por decisão do Presidente realizar-se em outro local.

Art. 16. O Conselho Municipal reunir-se-á em Sessão Ordinária uma vez por mês e, em Sessão Extraordinária sempre que necessário obedecido à convocação do seu presidente.

§ 1º As reuniões ordinárias do Conselho serão realizadas com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) de seus membros.

§ 2º Se no horário de início da reunião não houver quórum suficiente, aguardar-se-á durante 15 (quinze) minutos a composição do número legal.

§ 3º Esgotado o prazo referido no inciso anterior sem que haja quórum, o Presidente convocará nova reunião, a realizar-se no prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis, quando então será realizada com qualquer número de membros.

§ 4º A duração das reuniões não excederá 02 (duas) horas.

Art. 17. A convite do Presidente ou por indicação de qualquer

membro, poderão tomar parte das reuniões, com direito a voz, mas sem direito a voto, representantes dos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como outras pessoas cuja audiência seja considerada útil para prestar esclarecimentos e/ou informações.

Parágrafo único. Para ter direito a voz durante as reuniões, as pessoas convidadas farão prévia inscrição formalizada junto à mesa diretora.

Art. 18. Sempre que for oportuno, uma parte das sessões ordinárias será dedicada ao debate de assuntos educacionais não vinculados a processos protocolados, com temáticas estabelecidas por proposta de Conselheiro ou Comissão.

Art. 19. Em qualquer fase a sessão poderá ser interrompida para recepção de personalidade, por proposta do Presidente ou Conselheiro.

#### CAPÍTULO VIII DA ORDEM DOS TRABALHOS

Art. 20. A ordem dos trabalhos se desenvolverá da seguinte maneira:

- I- leitura, aprovação e assinatura da ata da reunião anterior;
- II- leitura do expediente recebido e expedido;
- III- comunicações do Presidente do Conselho;
- IV- ordem do dia.

Parágrafo único. As retificações requeridas na ata da reunião anterior constarão na ata subsequente.

Art. 21. A ordem do dia se destina à discussão e votação dos assuntos previamente distribuídos pelo Presidente, para serem debatidos em plenário e outros pertinentes trazidos à mesa pelos membros deste Conselho, respeitando-se as respectivas inserções e casos em regime de urgência.

#### CAPÍTULO IX DAS DISCUSSÕES

Art. 22. Discussão é a fase dos trabalhos destinada aos debates em plenário.

Art. 23. As matérias, após serem apreciadas pela comissão responsável e apresentadas durante a ordem do dia serão discutidas e votadas por todos os membros.

Parágrafo único. Por deliberação do Plenário, a matéria apresentada na reunião poderá ser discutida e aprovada na reunião seguinte, podendo qualquer membro do Conselho pedir vistas da matéria em debate pelo prazo de, no máximo, 02 (dois) dias úteis após sua apresentação, devendo a matéria retornar ao Plenário na reunião seguinte.

Art. 24. Durante as discussões, qualquer membro do Conselho poderá levantar questões de ordem.

§ 1º O prazo para discussão é de 15 (quinze) minutos, podendo, mediante proposta, ser prorrogado por mais 10 (dez) minutos. Não havendo consenso, a matéria será reapresentada na reunião seguinte.

§ 2º Caberá ao Presidente requerer a precedência quando mais de um Conselheiro pedir a palavra ao mesmo tempo.

§ 3º O relator terá preferência para manifestar-se sobre a matéria em discussão.

#### CAPÍTULO X DOS APARTES

Art. 25. Aparte é a interrupção do orador para esclarecimento relativo à matéria em debate.

§ 1º O Conselheiro somente poderá apartear o orador se obtiver permissão.

§ 2º Não será permitido aparte:

- I- à palavra do Presidente;
- II- paralelo à discussão;
- III- por ocasião de encaminhamento de reunião;
- IV- quando o orador estiver suscitando questão de ordem.

#### CAPÍTULO XI DAS VOTAÇÕES

Art. 26. Encerrada a discussão da matéria, ela será colocada em votação.

Art. 27. As votações podem ser simbólicas ou nominais.

§ 1º Na votação simbólica, que é regra geral para as votações, permanecerão sentados os membros do Conselho que aprovam a proposição e levantar-se-ão os que a desaprovam.

§ 2º A votação simbólica somente será abandonada por solicitação de qualquer membro e aprovada por plenário.

§ 3º A votação nominal é feita pela chamada dos presentes, devendo os membros do Conselho responder SIM ou NÃO, conforme sejam favoráveis ou contrários à proposição.

Art. 28. O Presidente anunciará o resultado das votações declarando quantos votaram a favor e quantos votaram em contrário.

Parágrafo único. Havendo dúvidas sobre o resultado das votações, o Presidente poderá pedir aos membros que se manifestem novamente.

Art. 29. Ao plenário cabe decidir se a votação deve ser global ou destacada por assunto.

Art. 30. Não haverá voto por delegação.

#### CAPÍTULO XII DAS DECISÕES

Art. 31. As decisões serão tomadas pela maioria dos membros presentes e deverão ser registradas em ata.

Art. 32. A ata é o registro de ocorrências, deliberações, decisões, conclusões verificadas em reunião.

§ 1º As atas devem ser escritas seguidamente sem rasuras ou emendas.

§ 2º As atas poderão ser redigidas em computador, devendo ser numeradas em algarismos arábicos, e devidamente chanceladas pelo Presidente e Secretário do Conselho e carimbadas.

§ 3º Todas as atas deverão ser submetidas à aprovação dos Conselheiros presentes à reunião, e registrado esse fato na ata da reunião em que foi submetida à aprovação.

§ 4º A ata será lavrada, ainda que não haja a reunião por falta de quórum, mencionando-se o nome dos Conselheiros presentes.

#### CAPÍTULO XIV DAS COMISSÕES DO CONSELHO

Art. 33. As comissões básicas e especiais serão compostas com o mínimo de 03 (três) Conselheiros, que após sua constituição elegerão seu Presidente.

Art. 34. As comissões básicas são órgãos técnicos, com a finalidade de examinar a matéria em tramitação no Conselho e emitir parecer sobre o tema.

Art. 35. As comissões especiais são as destinadas a proceder ao estudo de assuntos especiais, tendo sua finalidade especificada na resolução que a constituir, a qual indicará também o prazo para apresentarem o relatório de seus trabalhos.

Parágrafo único. A Comissão Especial estará automaticamente dissolvida uma vez concluída a tarefa de que foi incumbida.

Art. 36. As comissões básicas poderão ser constituídas na reunião seguinte à eleição da mesa diretora, por um período de 02 (dois) anos.

Parágrafo único. Cada Conselheiro manifestará verbalmente o seu interesse em compor determinada Comissão, devendo ser respeitado o número mínimo de componentes. Não havendo consenso, o Presidente determinará a composição.

Art. 37. Ao Presidente da Comissão compete:

I- convocar e presidir as reuniões da Comissão;

II- designar os relatores e distribuir-lhes matéria sobre a qual devam emitir o parecer conjunto da Comissão, e proclamar o resultado;

III- representar a Comissão perante o Conselho, o Presidente do Conselho e as demais comissões e resolver as questões de ordem suscitadas nas reuniões;

IV- solicitar ao Presidente do Conselho a substituição do membro da Comissão em caso de vacância, ausência ou impedimento.

Art. 38. As reuniões das Comissões serão realizadas em dia e hora pré-fixadas, sendo que as extraordinárias deverão ser anunciadas com antecedência ao Presidente do Conselho.

Art. 39. As Comissões não poderão reunir-se no período dedicado à reunião do Conselho.

Art. 40. As Comissões deliberarão por maioria simples dos membros presentes, lavrando-se ata das reuniões e decisões.

Parágrafo único. Havendo empate, caberá ao Presidente o voto de desempate.

Art. 41. As Comissões terão os seguintes prazos para emissão de parecer:

I- 7 (sete) dias, quando se tratar de matéria em regime de urgência;

II- 15 (quinze) dias nos demais casos.

Art. 42. Esgotados os prazos concedidos sem que tenha sido exarado o parecer ou sendo este rejeitado, o Presidente da Comissão designará outro relator.

Art. 43. Irá a Plenário, o parecer vencedor, o vencido e as declarações de voto se houver.

Art. 44. As Comissões, para desempenho de suas atribuições, poderão realizar diligências que considerem necessárias.

Art. 45. A atribuição da matéria às Comissões e aos Relatores será feita pelo Presidente, atendendo ao sistema de rodízio.

Art. 46. As Comissões poderão realizar reuniões conjuntas, solicitadas através do Presidente do Conselho.

Art. 47. As Comissões Básicas poderão reunir-se extraordinariamente, sempre que necessário, com a presença de pelo menos 02 (dois) de seus membros.

Art. 48. As decisões do Conselho Municipal de Educação que criem despesas serão executadas somente se houver recursos orçamentários e financeiros, e em acordo com o que preceitua a Lei que criou o referido Conselho.

Art. 49. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na execução do presente Regimento serão resolvidos pelo Presidente do Conselho Municipal de Educação.

Art. 50. O presente Regimento Interno entra em vigor após a aprovação pelos membros do Conselho Municipal de Educação e Decreto do Prefeito Municipal.

Porto União, 17 de dezembro de 2014.

ADRIANA MARY CORRÊA STACECHEN

Presidente do Conselho Municipal de Educação

### **DECRETO Nº 622/2014**

DECRETO Nº 622, de 19 de dezembro de 2014.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA A PEDIDO HUGO DOROTEU, do Cargo de Provisamento em Comissão de Supervisor de Topografia, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 17 de dezembro de 2014.

Porto União (SC), 19 de dezembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **DECRETO Nº 623/2014**

DECRETO Nº 623, de 19 de dezembro de 2014.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA DEIWERTSON DAMASCENO DOS SANTOS, do Cargo de Provisamento em Comissão de Assessor de Apoio Técnico, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2014, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 19 de dezembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### DECRETO Nº 624/2014

DECRETO Nº 624, de 19 de dezembro de 2014.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.155, de 08 de julho de 2013 (LDO) e 4.200, de 02 de dezembro de 2013 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no orçamento próprio do Fundo Municipal de Educação, as dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 385.000,00 (Trezentos e oitenta e cinco mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2009 – Manutenção Educação Infantil		
MODALIDADE	3190 – 112 – Aplicações Diretas	34	195.000,00
ATIVIDADE	2010 – Manutenção Secretaria da Educação		
MODALIDADE	3190 – 104 – Aplicações Diretas	08	48.000,00
ATIVIDADE	2014 – Manutenção Ensino Fundamental		
MODALIDADE	3190 – 112 – Aplicações Diretas	16	135.000,00
MODALIDADE	3190 – 113 – Aplicações Diretas	17	7.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			385.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação ocorrido no exercício, nas respectivas Fontes.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 19 de dezembro de 2014.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI  
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

### DECRETO Nº 625/2014

DECRETO Nº 625, de 19 de dezembro de 2014.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.155, de 08 de julho de 2013 (LDO) e 4.200, de 02 de dezembro de 2013 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no orçamento próprio do Fundo Municipal de Educação, a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2014 – Manutenção Ensino Fundamental		
MODALIDADE	3190 – 113 – Aplicações Diretas	17	51.000,00
ATIVIDADE	2078 – Manutenção EJA		
MODALIDADE	3190 – 112 – Aplicações Diretas	42	59.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			110.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO ORGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2014 – Manutenção Ensino Fundamental		
MODALIDADE	3191 – 112 – Aplicações Diretas – Opera- ções Intraorça- mentárias	19	21.000,00
MODALIDADE	3191 – 113 – Aplicações Diretas – Opera- ções Intraorça- mentárias	20	30.000,00
ATIVIDADE	2078 – Manutenção EJA		
MODALIDADE	3191 – 112 – Aplicações Diretas – Opera- ções Intraorça- mentárias	44	59.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			110.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 19 de dezembro de 2014.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI  
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

### DECRETO Nº 626/2014

DECRETO Nº 626, de 19 de dezembro de 2014.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.155, de 08 de julho de 2013 (LDO) e 4.200, de 02 de dezembro de 2013 (LOA),

#### DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0209 – SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
ATIVIDADE	2026 – Manutenção Secretaria de Desenvolvimento Social		
MODALIDADE	3350 – 100 – Transferência a Instituições Privadas	112	5.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			
			5.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0209 – SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
ATIVIDADE	2026 – Manutenção Secretaria de Desenvolvimento Social		
MODALIDADE	3190 – 100 – Aplicações Diretas	111	5.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			
			5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 19 de dezembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI  
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

### PORTARIA N.1253/2014 - RH

PORTARIA Nº 1253, de 17 de dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea “e”, da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 17 de dezembro de 2014 a 06 de fevereiro de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Cibele Cristina Ferreira, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos na Classe “B”, referência “01”, previsto no Artigo 64 e Anexos I e III da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar no plantão da Educação Infantil.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Arco Íris, vinculado à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 17 de dezembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### PORTARIA N.º 1250/2014 - RH

PORTARIA Nº 1250, de 17 de dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea “e”, da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 17 de dezembro de 2014 a 30 de janeiro de 2015, o Contrato de Trabalho nº 061/2014, de Vanessa Aparecida Becker Jack, que exerce as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, para atuar no Apoio Pedagógico com as crianças do Abrigo da Criança e do Adolescente de Porto União de acordo com o Termo de Ajuste de Conduta firmado com a Promotoria Pública de Porto União.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 17 de dezembro de 2014.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 1251/2014 - RH**

PORTARIA Nº 1151, de 28 de novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 009/2014 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Novembro/2014, referente ao período aquisitivo de abril de 2008 a abril de 2013, da servidora Eliane Regina Karpowicz Stringhini, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Pedagogo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 28 de novembro de 2014.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 1252/2014 - RH**

PORTARIA Nº 1152, de 28 de novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 009/2014 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Novembro/2014, referente ao período aquisitivo de março de 2009 a março de 2014, da servidora Salete Aparecida Jarentchuk Vogel, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Pedagogo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 28 de novembro de 2014.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 1254/2014 - RH**

PORTARIA Nº 1254, de 17 de dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2013, Roberto Consentins Torma, aprovado em 9º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, pertencente ao Grupo Ocupacional Técnico Administrativo - GTA, Anexo II, com vencimentos na Classe "07" Referência "A", Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 15 de dezembro de 2014.

Porto União - SC, em 17 de dezembro de 2014.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 1255/2014 - RH**

PORTARIA Nº 1255, de 17 de dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora contratada Vanessa Aparecida Becker Jack, para mais 10 (dez) horas semanais, no período de 17 de dezembro de 2014 a 30 de janeiro de 2015, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas

alterações, em virtude da demanda de atividades com as crianças do Abrigo da Criança e do Adolescente de Porto União, de acordo com o Termo de Ajuste de Conduta firmado com a Promotoria Pública de Porto União.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União, SC em 17 de dezembro de 2014.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA N.º 1256/2014 - RH**

PORTARIA Nº 1256, de 19 de dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Cordovan Frederico De Melo Neto das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais - Educação Física, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 19 de dezembro de 2014.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA N.º 1257/2014 - RH**

PORTARIA Nº 1257, de 19 de dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de José Cláudio Walkiu, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais - Educação Física, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 19 de dezembro de 2014.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA N.º 1258/2014 - RH**

PORTARIA Nº 1258, de 19 de dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Rubens Ientz Junior, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais - Educação Física, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 19 de dezembro de 2014.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA N.º 1259/2014 - RH**

PORTARIA Nº 1259, de 19 de dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Thiago Pereira da Silva, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 19 de dezembro de 2014.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA N.º 1260/2014 - RH**

PORTARIA Nº 1260, de 19 de dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Jorge Sérgio Schwartz das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais - Educação Física, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 19 de dezembro de 2014.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 1260/2014 - RH**

PORTARIA Nº 1260, de 19 de dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Jorge Sérgio Schwartz das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais - Educação Física, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 19 de dezembro de 2014.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 1261/2014 - RH**

PORTARIA Nº 1261, de 19 de dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Terezinha Eliane da Cruz Rabuske das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais - Educação Física, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 19 de dezembro de 2014.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 1262/2014 - RH**

PORTARIA Nº 1262, de 23 de dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO, a partir de 23 de dezembro

de 2014, referente ao período aquisitivo de outubro de 1994 a outubro de 1999, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor Dionísio Pudla, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Pesados, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 23 de dezembro de 2014.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 1263/2014 - RH**

PORTARIA Nº 1263, de 29 de dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 006/2013 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/07/2013;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de Dezembro/2014, referente ao período aquisitivo de setembro de 2007 a setembro de 2012, do servidor Octávio Coas, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 29 de dezembro de 2014.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 1264/2014 - RH**

PORTARIA Nº 1264, de 29 de dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 008/2013 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30/09/2013;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de Dezembro/2014, referente ao período aquisitivo de julho de 2008 a julho de 2013, do servidor Edson Antonio Alves, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 29 de dezembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 1265/2014 - RH**

PORTARIA Nº 1265, de 29 de dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 009/2013 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/10/2013;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de Dezembro/2014, referente ao período aquisitivo de maio de 2004 a maio de 2009, da servidora Suzana de Fátima Bannak, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 29 de dezembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### 6ª TERMO ADITIVO - EDA TEREZINHA LOSI DE JESUS

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 148/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 23/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EDA TEREZINHA LOSI DE JESUS, portador(a) do CPF nº 543.186.539-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 148/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 148/2014, iniciando-se a prorrogação em 23/12/2014 e encerrando-se em 06/02/2015."

#### Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 19/12/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

EDA TEREZINHA LOSI DE JESUS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

### 6ª TERMO ADITIVO - EDNA KOCH SCHOWAMBACH

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 41/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 23/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EDNA KOCH SCHOWAMBACH, portador(a) do CPF nº 026.198.369-56, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 41/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 41/2014, iniciando-se a prorrogação em 23/12/2014 e encerrando-se em 06/02/2015."

#### Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 19/12/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

EDNA KOCH SCHOWAMBACH

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

### 6ª TERMO ADITIVO - EDNA SOARES GUTZ

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 191/2014, firmado em 07/02/2014, com término previsto para 23/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EDNA SOARES GUTZ, portador(a) do CPF nº 028.172.109-21, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 191/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 191/2014, iniciando-se a prorrogação em 23/12/2014 e encerrando-se em 06/02/2015."

#### Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 19/12/2014.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

EDNA SOARES GUTZ  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

#### **6ª TERMO ADITIVO - ELIANE MARIA GARCIA RUSCH**

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 40/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 23/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIANE MARIA GARCIA RAUSCH, portador(a) do CPF nº 920.653.929-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 40/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 40/2014, iniciando-se a prorrogação em 23/12/2014 e encerrando-se em 06/02/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 19/12/2014.

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

ELIANE MARIA GARCIA RAUSCH  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

#### **6ª TERMO ADITIVO - ELIETE LESSA**

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 157/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 23/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIETE LESSA, portador(a) do CPF nº 846.062.401-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 157/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 157/2014, iniciando-se a prorrogação em 23/12/2014 e encerrando-se em 06/02/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 19/12/2014.

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

ELIETE LESSA  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

#### **6ª TERMO ADITIVO - ELISANGELA PEREIRA MACHADO**

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 190/2014, firmado em 07/02/2014, com término previsto para 23/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELISANGELA PEREIRA MACHADO, portador(a) do CPF nº 004.580.840-69, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 190/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº

190/2014, iniciando-se a prorrogação em 23/12/2014 e encerrando-se em 06/02/2015.”

#### Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 19/12/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ELISANGELA PEREIRA MACHADO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

### 6ª TERMO ADITIVO - ELISIANE NAIARA FLORIANO DA SILVA

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 224/2014, firmado em 26/02/2014, com término previsto para 23/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELISIANE NAIARA FLORIANO DA SILVA, portador(a) do CPF nº 093.363.359-95, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 224/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### “Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 224/2014, iniciando-se a prorrogação em 23/12/2014 e encerrando-se em 06/02/2015.”

#### Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 19/12/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ELISIANE NAIARA FLORIANO DA SILVA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

### 6ª TERMO ADITIVO - EDITE CARDOSO

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 47/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 23/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EDITE CARDOSO, portador(a) do CPF nº 049.454.089-39, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 47/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### “Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 47/2014, iniciando-se a prorrogação em 23/12/2014 e encerrando-se em 06/02/2015.”

#### Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 19/12/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

EDITE CARDOSO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**DECRETO Nº 4468, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4468, de 12 de dezembro de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 009/2014"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso VI, artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e ainda, de acordo com a Lei nº 3.796, de 26/06/2002 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo nº 009/2014, de acordo com o que dispunha o respectivo Edital.
Art. 2º-	O Anexo I é parte integrante deste Decreto.
Art. 3º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º-	Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

12 de dezembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO I

Processo Seletivo nº 009/2014

RESULTADO FINAL APÓS RECURSO

## AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO

Nº Inscrição	Candidato	Pontuação	Classificação	Desempate
3214	Giany Carla Garcia	6,0	1º	
3315	Carmen Farias (Portador Deficiência)	5,0	2º	
3216	Ana Cristina Mattos	4,0	3º	Item 8.1.2 1º
3234	Elizabete Sampaio Pereira	4,0	4º	Item 8.1.2 1º
3255	Elizeti Fernandes Berto	4,0	5º	Item 8.1.2 1º
3242	Mariza Nazario	3,0	6º	Item 8.1.1 1º
3340	Renilda Fernandes	3,0	7º	Item 8.1.2 1º
3338	Loreci Marchinhaki Constantino	3,0	8º	Item 8.1.2 1º
3264	Lucimara Pessoa	3,0	9º	Item 8.1.2 1º
3345	Teresinha Pereira	2,0	10º	Item 8.1.2 1º
3220	Morgana Raquel Alexandre	2,0	11º	Item 8.1.2 1º
3270	Maria Aparecida de Melo dos Santos	2,0	12º	Item 8.1.2 1º
3407	Marlene Moraes	2,0	13º	Item 8.1.2 1º
3347	Ivanir Lorenzo	2,0	14º	Item 8.1.2 1º
3228	Maria Neli Schelter	2,0	15º	Item 8.1.2 1º
3211	Celita Aparecida do Amaral	2,0	16º	Item 8.1.2 1º
3372	Rita de Cassia Moreira Branco Pietro	1,0	17º	Item 8.1.2 1º
3408	Cristiane Leite	1,0	18º	Item 8.1.2 1º
3317	Marli dos Santos Alves da Silva	1,0	19º	Item 8.1.2 1º
3237	Maria Salete Fernandes	1,0	20º	Item 8.1.2 1º
3411	Adriana Aparecida Rosa	1,0	21º	Item 8.1.2 1º
3406	Marilene Oriata Farias	1,0	22º	Item 8.1.2 1º
3275	Cimara de Souza	1,0	23º	Item 8.1.2 1º
3265	Sueli dos Santos	1,0	24º	Item 8.1.2 1º
3386	Rudinei Da Cunha	1,0	25º	Item 8.1.2 1º
3243	Elenita Aparecida de Paulo Ferreira	1,0	26º	Item 8.1.2 1º
3370	Carolina dos Santos Rodrigues	1,0	27º	Item 8.1.2 1º
3404	Zelia de Souza da Silva	1,0	28º	Item 8.1.2 1º

3257	Maria Cluerice	0,0	29º	Item 8.1.1 1º
3249	Carmen Maria Hinckel	0,0	30º	Item 8.1.1 1º
3267	Maria Rosalina Leite	0,0	31º	Item 8.1.1 1º
3241	Maria de Lourdes Martins	0,0	32º	Item 8.1.2 3º
3230	Zenir Ferreira	0,0	33º	Item 8.1.2 3º
3358	Angelita Stegemann	0,0	34º	Item 8.1.2 3º
3414	Orandina Ruas	0,0	35º	Item 8.1.2 3º
3236	Roseli Maria Cassimiro de Oliveira	0,0	36º	Item 8.1.2 3º
3409	Marli do Carmo May	0,0	37º	Item 8.1.2 3º
3244	Iracema Chiquileiro	0,0	38º	Item 8.1.2 3º
3239	Salete Machado	0,0	39º	Item 8.1.2 3º
3268	Avalcir Macedo Pereira	0,0	40º	Item 8.1.2 3º
3256	Angela Vieira da Silva	0,0	41º	Item 8.1.2 3º
3238	Jaqueline Schlischtig	0,0	42º	Item 8.1.2 3º
3218	Jeniéri Voss	0,0	43º	Item 8.1.2 3º
3254	Andrea Aparecida Reinherdt	0,0	44º	Item 8.1.2 3º
3245	Gessi Nunes	0,0	45º	Item 8.1.2 3º
3259	Maria Luzia Heidrich	0,0	46º	Item 8.1.2 3º
3219	Anelize Regina Schneider	0,0	47º	Item 8.1.2 3º
3299	Juriana Dalandrea Dias	0,0	48º	Item 8.1.2 3º
3335	Marciane Ramos Florencio	0,0	49º	Item 8.1.2 3º
3392	Marisa Rodrigues Vieira	0,0	50º	Item 8.1.2 3º
3232	Deise de Pinho	0,0	51º	Item 8.1.2 3º
3307	Catie Terezinha Correa	0,0	52º	Item 8.1.2 3º
3215	Marlize Splitter	0,0	53º	Item 8.1.2 3º
3225	Maycka Aparecida Caetano	0,0	54º	Item 8.1.2 3º
3246	Gisele Pereira	0,0	55º	Item 8.1.2 3º
3266	Gislaine Krumhem Niemeyer	0,0	56º	Item 8.1.2 3º
3273	Larissa Franco Costa	0,0	57º	Item 8.1.2 3º
3312	Sandra da Silva	0,0	58º	Item 8.1.2 3º
3378	Josiane Paula dos Santos	0,0	59º	Item 8.1.2 3º
3253	Jéssica Moik	0,0	60º	Item 8.1.2 3º

## MOTORISTA DE CAMINHÃO

Nº Inscrição	Candidato	Pontuação Prova Prática	Pontuação Títulos	Pontuação Total	Classificação	Desempate e/ou Motivo
3251	Helio Marcos Vieira	10,0	2,0	12,0	1º	
3381	Roseli Machado Malkowski	6,0	5,0	11,0	2º	
3210	Valdonir Wernke	10,0	0,0	10,0	3º	
3233	Tiago Leandro	8,0	1,0	9,0	4º	
3235	Valdir Antonio Postai	8,0	0,0	8,0	5º	Item 8.1.2 3º
3224	Rodrigo Constantino	8,0	0,0	8,0	6º	Item 8.1.2 3º
3262	Anderson Nolli	6,0	1,0	7,0	7º	
3393	Kauli Joao dos Santos	6,0	0,0	6,0	8º	
3263	Alex Granza	Não Compareceu	0,0	0,0	DESCCLASSIF.	Item 10.5
3217	Amilton Luis Custodio Dos Santos	Não Compareceu	0,0	0,0	DESCCLASSIF.	Item 10.5
3413	Anderson Schlemper	Não Compareceu	0,0	0,0	DESCCLASSIF.	Item 10.5
3271	Carlos Altamir Rodrigues Ca-breira	Não Compareceu	0,0	0,0	DESCCLASSIF.	Item 10.5
3258	Claudio Jose Cardoso Pisetta	Não Compareceu	0,0	0,0	DESCCLASSIF.	Item 10.5
3412	Elvis Felipe	Não Compareceu	1,0	1,0	DESCCLASSIF.	Item 10.5
3221	Guilherme Prill Ledra	Não Compareceu	0,0	0,0	DESCCLASSIF.	Item 10.5

3311	Jeferson Schlemper	Não Compareceu	0,0	0,0	DESCCLASSIF.	Item 10.5
3366	Jorge Martinho Moreira	Não Compareceu	0,0	0,0	DESCCLASSIF.	Item 10.5
3343	Julio Iglesias de Andrade	Não Compareceu	0,0	0,0	DESCCLASSIF.	Item 10.5
3310	Lauro Soares	3,0	3,0	6,0	DESCCLASSIF.	Item 10.9
3213	Marcelo Fernando da Rocha	Não Compareceu	0,0	0,0	DESCCLASSIF.	Item 10.5
3382	Marcondes Krueger	Não Compareceu	0,0	0,0	DESCCLASSIF.	Item 10.5
3355	Marcos Stadnik	Não Compareceu	0,0	0,0	DESCCLASSIF.	Item 10.5
3222	Marlon Patrick May	Não Compareceu	0,0	0,0	DESCCLASSIF.	Item 10.5
3248	Orivaldo Gustmann	Não realizou a prova	2,0	2,0	DESCCLASSIF.	Item 10.4
3322	Otemar Martinhago	Não Compareceu	0,0	0,0	DESCCLASSIF.	Item 10.5
3252	Paulo Frederico Dalmonico	Não Compareceu	0,0	0,0	DESCCLASSIF.	Item 10.5
3399	Radames Bach	Não Compareceu	0,0	0,0	DESCCLASSIF.	Item 10.5
3260	Rafael Felipe Brening	Não Compareceu	0,0	0,0	DESCCLASSIF.	Item 10.5
3240	Remi dos Santos Padilha	Não Compareceu	0,0	0,0	DESCCLASSIF.	Item 10.5
3391	Rodrigo Domingues Ferreira	Não Compareceu	5,0	5,0	DESCCLASSIF.	Item 10.5
3298	Sergio de Oliveira	3,0	0,0	3,0	DESCCLASSIF.	Item 10.9
3279	Valtair Luis Depine Junio	Não Compareceu	0,0	0,0	DESCCLASSIF.	Item 10.5
3212	Wiviani Francisoni Adriano	Não Compareceu	0,0	0,0	DESCCLASSIF.	Item 10.5

Rio do Sul, 11 de dezembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

#### **DECRETO Nº 4469-B, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4469, de 15 de dezembro de 2014.

“NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - COMSEA DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e nos dispositivos da Lei Municipal nº 4.003, de 09 de dezembro de 2003,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA, do município de Rio do Sul, os membros devidamente indicados por suas entidades:

I - Representando o Governo Municipal:

a) Secretaria de Assistência Social e de Habitação:

- JOÃO LUIS SUPPI RODRIGUES (titular);

- MARISTELA IARA DO NASCIMENTO (suplente).

b) Secretaria Municipal de Saúde:

- PRISCILA SEVEGNANI (titular);

- SCHEILA BATISTA DA SILVA (suplente).

c) Secretaria Municipal de Educação:

- ALICE SILVEIRA SCHELFFER (titular);

- LUIS CARLOS VISENTAINER (suplente).

d) Secretaria Municipal de Agricultura:

- ROBSON DA SILVA (titular);

- DARCY VICARI (suplente).

e) Secretaria Municipal da Fazenda:

- OLDIMA TILLMANN (titular);

- ISABEL CRISTINA SCHARF (suplente).

II - Representantes da Sociedade Civil:

a) Como representantes das Pastorais da Catedral São João Batista:

- MARLISE GRABNER SCHMIDT (titular);

- NELCI MATTE FONTANIVE (suplente).

b) Fundação Pássaro Azul:

- Genésio de Borba Júnior (titular);
- Igor Cardoso (suplente).

c) Centro Univ. para o Desenvolv. do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI:

- ANDRÉIA PASQUALINE (titular);
- PABLO ALBINO PEREIRA (suplente).

d) União das Associação de Bairros de Rio do Sul - UABRS:

- SÉRGIO JOSÉ CRISTINO (titular);
- SINAURI MAURO XAVIER (suplente).

e) Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Alto Vale do Itajaí - CDHAVI:

- ZENIR GEISLEICHTER (titular);
- ARIANE GABRIELA FÉLIX LEITE (suplente).

f) ACIRS - Associação Empresarial de Rio do Sul:

- CLEBER ANDREI SEEMANN STASSUN (titular);
- RONALDO VISENTAINER (suplente).

g) Sistema 5 S - Unidade SESC em Rio do Sul/SC:

- ROSÂNGELA FABICIACK (titular);
- ANGELITA ANCILA METTE NICOLETTI (suplente).

-

h) Clubes de Serviços - Lions:

- OSNÉRICA TEREZINHA BASTOS SCHLATTER (titular);
- ELOI VENTURI (suplente).

i) Movimento Sindical - Sindicato dos Trab. nas Indústrias de Fiação, Tecel. e do Vestuário de Rio do Sul e Região do Alto Vale do Itajaí:

- ZELI DA SILVA (titular);
- GILSON WASSEN (suplente).

j) Conselho de Igrejas Cristãs - CONIC:

- CECÍLIA MENSOR (titular);
- CARMELA PANINI (suplente).

Art. 2º - O mandato dos membros do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional- COMSEA é de 02 (dois) anos, admitidas duas reconduções consecutivas.

Art. 3º - O exercício de Conselheiro não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial, o Decreto Nº 239, de 25 de maio de 2006.

GABINETE DO PREFEITO.

15 de dezembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

## **DECRETO Nº 4472, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 4472, de 17 de dezembro de 2014.

"CONCEDE INCENTIVO ECONÔMICO A EMPRESA HETTERICH REFLORESTAMENTO S/A".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso VI, artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e na Lei Municipal nº 4.201/2005,

DECRETO:

Art. 1º-	Fica concedido a empresa HETTERICH REFLORESTAMENTO S/A, CNPJ nº 15.804.965/0001-04, localizada na Rodovia BR-470, bairro Canoas, entre a Ferro Sul e a Curt Schroeder, cadastro imobiliário nº 30745, matriculada no Registro de Imóveis sob o nº 25.550, com base no parecer exarado pela Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, inseridos nos autos do protocolo nº 126648/2011, incentivo econômico na forma que segue:
	- isenção de emolumentos relativos a análise e aprovação do projeto com área de 4.000 m2 (quatro mil metros quadrados).

Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 2.266, de 13 de dezembro de 2011.

**GABINETE DO PREFEITO**

17 de dezembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

**REGINA BONITO PETRY**

Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo

**DECRETO Nº 4473, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4473, de 17 de dezembro de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso VI, artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e na Lei nº 3.796, de 26/06/2002,

**DECRETO:**

Art. 1º-	Fica homologado o resultado final do Concurso Interno de Remoção, em conformidade com o disposto no respectivo Edital de Concurso Interno de Remoção nº 002/2014.
----------	---

Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

**GABINETE DO PREFEITO**

17 de dezembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

**GIVANILDO SILVA**

Secretário Municipal de Administração

**DECRETO Nº 4475, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4475, de 17 de dezembro de 2014.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.426, de 12/12/2013 e Lei nº 5.536, de 17/12/2014,

**DECRETA:**

Art. 1º-	Ficam suplementadas até o limite de R\$ 667.703,64 (seiscentos e sessenta e sete mil, setecentos e três reais e sessenta e quatro centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:
----------	---

02.00	GABINETE DO PREFEITO
02.01	GABINETE DO PREFEITO

2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências Financeiras a Entidades s/ Fins Lucrativos		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	90.000,00
06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
06.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO		
2.016	Manutenção do Gabinete do Secretário de Administração		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	30.000,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	35.000,00
08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.030	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	233.851,82
2.067	Manutenção do Ensino Fundamental		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	233.851,82
10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
10.03	DEPARTAMENTO DE OBRAS E MELHORIAS VIÁRIAS		
2.038	Manutenção do Departamento de Obras e Melhorias Viárias		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	45.000,00
	TOTAL	R\$	667.703,64

Art. 2º-	Em contrapartida as suplementações constantes do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 667.703,64 (seiscentos e sessenta e sete mil, setecentos e três reais e sessenta e quatro centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:
----------	--

05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE		
05.03	DEPARTAMENTO DE URBANISMO		
1.079	Contrapartida de Convênios		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		

4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	318.626,07
07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA		
01	Pagamento da Dívida Fundada Interna		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida		
3.2.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	150.000,00
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.6.00.00	Amortização da Dívida		
4.6.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	50.000,00
08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.029	Manutenção do Ensino Fundamental		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências Financeiras a Entidades s/ Fins Lucrativos		
01010000	Recursos Ordinários	R\$	78.065,75
2.066	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências Financeiras a Entidades s/ Fins Lucrativos		
01010000	Recursos Ordinários	R\$	71.011,82
	TOTAL	R\$	667.703,64

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
17 de dezembro de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 4476, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.**  
DECRETO Nº 4476, de 17 de dezembro de 2014.  
"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.426, de 12/12/2013 e Lei nº 5.537, de 17/12/2014,

DECRETA:

Art. 1º- Ficam suplementadas até o limite de R\$ 234.355,87 (duzentos e trinta e quatro mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e sete centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB. MEIO AMBIENTE		
05.06	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE		
2.060	Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	95.055,87
08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.029	Manutenção do Ensino Fundamental		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	125.000,00
08.03	DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO		
2.031	Manutenção do Departamento Administrativo		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	14.300,00
	TOTAL	R\$	234.355,87

Art. 2º- Em contrapartida as suplementações constantes do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 234.355,87 (duzentos e trinta e quatro mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e sete centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO		
2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	7.372,00
04.00	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
04.01	PROCURADORIA JURÍDICA		
2.008	Manutenção da Procuradoria Jurídica		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	5.822,00
08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO		
2.028	Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		

4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	6.572,00
09.00	SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO		
09.01	GAB. DO SEC. DE DESENV. ECON. E EMPREENDEDORISMO		
2.043	Manutenção Gab. Sec. Desenv. Econômico e Empreendedorismo		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	6.260,00
10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
10.01	GABINETE DO SEC. MUN. DE OBRAS E SERV. URBANOS		
2.036	Manutenção Gab. Sec. de Obras e Serviços Urbanos		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	1.901,87
12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
12.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
2.057	Manutenção do Fundo de Habitação		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	6.428,00
12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
12.03	DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO		
2.065	Manutenção do Fundo de Habitação		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	200.000,00
	TOTAL	R\$	234.355,87

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
17 de dezembro de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

## DECRETO Nº 4477, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4477, de 17 de dezembro de 2014.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.426, de 12/12/2013 e Lei nº 5.538, de 17/12/2014,

### DECRETA:

Art. 1º-	Fica suplementada até o limite de R\$ 92.000,00 (noventa e dois mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigentes da Fundação Municipal de Desportos:
----------	--

30.00	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
30.01	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
2.073	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	92.000,00
	TOTAL	R\$	92.000,00

Art. 2º-	Em contrapartida a suplementação constante no artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 92.000,00 (noventa e dois mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:
----------	---

07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA		
01	Pagamento da Dívida Fundada Interna		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.6.00.00	Amortização da Dívida		
4.6.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	92.000,00
	TOTAL	R\$	92.000,00

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
17 de dezembro de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 4479, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4479, de 18 de dezembro de 2014.

"REGULARIZA O CANCELAMENTO DE DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR DOS EXERCÍCIOS DE 2012 E 2013 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica do Município de Rio do Sul,

DECRETA:

Art. 1º-	Ficam regularizados os cancelamentos, na Dívida Flutuante do Fundo Municipal de Saúde, de parte dos saldos de restos a pagar não processados e processados dos exercícios de 2012 e 2013 que totalizam R\$ 412.482,09.
	Parágrafo único - Os valores constantes do caput deste artigo se encontram discriminados por ano, credor, número de empenho e valor, em relação que passa a fazer parte inseparável deste Decreto.

Art. 2º-	O pagamento que vier a ser reclamado em decorrência de cancelamentos efetuados na forma deste Decreto, poderá ser atendido à conta de dotação constante da Lei Orçamentária Anual ou de Créditos Adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida, de acordo com os permissivos contábeis vigentes e com o artigo 37 da Lei Federal nº 4.320/64.
----------	--

Art. 3º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

GABINETE DO PREFEITO  
18 de dezembro de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

LUIZ CARLOS ZANIS  
Secretário Municipal de Saúde

**DECRETO Nº 4480, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4480, de 18 de dezembro de 2014.

"REGULARIZA O CANCELAMENTO DE DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO DE 2013 DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DO SUL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica do Município de Rio do Sul,

DECRETA:

Art. 1º-	Ficam regularizados os cancelamentos, na Dívida Flutuante do Fundo Municipal de Assistência Social, de parte dos saldos de restos a pagar não processados e processados do exercício de 2013 que totalizam R\$ 43.427,99.
	Parágrafo único - Os valores constantes do caput deste artigo se encontram discriminados por ano, credor, número de empenho e valor, em relação que passa a fazer parte inseparável deste Decreto.

Art. 2º-	O pagamento que vier a ser reclamado em decorrência de cancelamentos efetuados na forma deste Decreto, poderá ser atendido à conta de dotação constante da Lei Orçamentária Anual ou de Créditos Adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida, de acordo com os permissivos contábeis vigentes e com o artigo 37 da Lei Federal nº 4.320/64.
----------	--

Art. 3º-	Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
----------	--

GABINETE DO PREFEITO  
18 de dezembro de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

CLÁUDIA MARA FRONZA DA SILVA  
Secretária Municipal de Assistência Social e de Habitação

**DECRETO Nº 4481, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4481, de 18 de dezembro de 2014.

"REGULARIZA O CANCELAMENTO DE DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO DE 2013 DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE RIO DO SUL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica do Município de Rio do Sul,

DECRETA:

Art. 1º-	Ficam regularizados os cancelamentos, na Dívida Flutuante do Fundo Municipal de Desporto, de parte dos saldos de restos a pagar não processados e processados do exercício de 2013 que totalizam R\$ 1.960,00.
----------	--

	Parágrafo único - Os valores constantes do caput deste artigo se encontram discriminados por ano, credor, número de empenho e valor, em relação que passa a fazer parte inseparável deste Decreto.
--	--

Art. 2º-	O pagamento que vier a ser reclamado em decorrência de cancelamentos efetuados na forma deste Decreto, poderá ser atendido à conta de dotação constante da Lei Orçamentária Anual ou de Créditos Adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida, de acordo com os permissivos contábeis vigentes e com o artigo 37 da Lei Federal nº 4.320/64.
----------	--

Art. 3º-	Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
----------	--

GABINETE DO PREFEITO  
18 de dezembro de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

EDUARDO MARZALL  
Superintendente da Fundação Municipal de Desportos

### DECRETO Nº 4482, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4482, de 18 de dezembro de 2014.  
"REGULARIZA O CANCELAMENTO DE DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR DOS EXERCÍCIOS DE 2010, 2011, 2012 E 2013 DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica do Município de Rio do Sul,

DECRETA:

Art. 1º-	Ficam regularizados os cancelamentos, na Dívida Flutuante da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, de parte dos saldos de restos a pagar não processados e processados dos exercícios de 2010, 2011, 2012 e 2013 que totalizam R\$ 934.122,72.
	Parágrafo único - Os valores constantes do caput deste artigo se encontram discriminados por ano, credor, número de empenho e valor, em relação que passa a fazer parte inseparável deste Decreto.

Art. 2º-	O pagamento que vier a ser reclamado em decorrência de cancelamentos efetuados na forma deste Decreto, poderá ser atendido à conta de dotação constante da Lei Orçamentária Anual ou de Créditos Adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida, de acordo com os permissivos contábeis vigentes e com o artigo 37 da Lei Federal nº 4.320/64.
----------	--

Art. 3º-	Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
----------	--

GABINETE DO PREFEITO  
18 de dezembro de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO  
Secretário Municipal da Fazenda

### LEI 5.536

LEI Nº 5.536, de 17 de dezembro de 2014.  
"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Ficam suplementadas até o limite de R\$ 667.703,64 (seiscentos e sessenta e sete mil, setecentos e três reais e sessenta e quatro centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:
----------	---

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO		
2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências Financeiras a Entidades s/ Fins Lucrativos		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	90.000,00
06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
06.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO		
2.016	Manutenção do Gabinete do Secretário de Administração		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		

01000000	Recursos Ordinários	R\$	30.000,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	35.000,00
08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.030	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	233.851,82
2.067	Manutenção do Ensino Fundamental		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	233.851,82
10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
10.03	DEPARTAMENTO DE OBRAS E MELHORIAS VIÁRIAS		
2.038	Manutenção do Departamento de Obras e Melhorias Viárias		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	45.000,00
	TOTAL	R\$	667.703,64

Art. 2º-

Em contrapartida as suplementações constantes do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 667.703,64 (seiscentos e sessenta e sete mil, setecentos e três reais e sessenta e quatro centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE		
05.03	DEPARTAMENTO DE URBANISMO		
1.079	Contrapartida de Convênios		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	318.626,07
07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA		
01	Pagamento da Dívida Fundada Interna		
3.0.00.00	Despesas Correntes		

3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida		
3.2.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	150.000,00
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.6.00.00	Amortização da Dívida		
4.6.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	50.000,00
08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.029	Manutenção do Ensino Fundamental		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências Financeiras a Entidades s/ Fins Lucrativos		
01010000	Recursos Ordinários	R\$	78.065,75
2.066	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências Financeiras a Entidades s/ Fins Lucrativos		
01010000	Recursos Ordinários	R\$	71.011,82
	TOTAL	R\$	667.703,64

Art. 3º-

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º-

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
17 de dezembro de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

**LEI 5.537**

LEI Nº 5.537, de 17 de dezembro de 2014.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-

Ficam suplementadas até o limite de R\$ 234.355,87 (duzentos e trinta e quatro mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e sete centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB. MEIO AMBIENTE		
05.06	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE		
2.060	Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	95.055,87
08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.029	Manutenção do Ensino Fundamental		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	125.000,00
08.03	DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO		
2.031	Manutenção do Departamento Administrativo		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	14.300,00
	TOTAL	R\$	234.355,87

Art. 2º-

Em contrapartida as suplementações constantes do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 234.355,87 (duzentos e trinta e quatro mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e sete centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO		
2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	7.372,00
04.00	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
04.01	PROCURADORIA JURÍDICA		
2.008	Manutenção da Procuradoria Jurídica		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	5.822,00
08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO		
2.028	Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação		

4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	6.572,00
09.00	SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO		
09.01	GAB. DO SEC. DE DESENV. ECON. E EMPREENDEDORISMO		
2.043	Manutenção Gab. Sec. Desenv. Econômico e Empreendedorismo		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	6.260,00
10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
10.01	GABINETE DO SEC. MUN. DE OBRAS E SERV. URBANOS		
2.036	Manutenção Gab. Sec. de Obras e Serviços Urbanos		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	1.901,87
12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
12.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
2.057	Manutenção do Fundo de Habitação		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	6.428,00
12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
12.03	DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO		
2.065	Manutenção do Fundo de Habitação		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	200.000,00
	TOTAL	R\$	234.355,87

Art. 3º-

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º-

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
17 de dezembro de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

**LEI 5.538**

LEI Nº 5.538, de 17 de dezembro de 2014.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica suplementada até o limite de R\$ 92.000,00 (noventa e dois mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigentes da Fundação Municipal de Desportos:		
----------	--	--	--

30.00	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
30.01	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
2.073	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	92.000,00
	TOTAL	R\$	92.000,00

Art. 2º-	Em contrapartida a suplementação constante no artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 92.000,00 (noventa e dois mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:		
----------	---	--	--

07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA		
01	Pagamento da Dívida Fundada Interna		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.6.00.00	Amortização da Dívida		
4.6.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	92.000,00
	TOTAL	R\$	92.000,00

Art. 3º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.		
----------	--	--	--

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.		
----------	---	--	--

**GABINETE DO PREFEITO**

17 de dezembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

**LEI 5.539**

LEI Nº 5.539, de 18 de dezembro de 2014.

"CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS DESAMPARADOS - APAD".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder auxílio financeiro à Associação Protetora dos Animais Desamparados – APAD –, entidade declarada de Utilidade Pública, através da Lei Municipal nº 5.170, de 26 de julho de 2011.
----------	---

Art. 2º-	A subvenção referida no artigo 1º será de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).
	Parágrafo único - O valor descrito no caput deste artigo será pago em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 3.000,00 (três mil reais), devendo o repasse da primeira parcela ocorrer no dia 15 de janeiro de 2015, e as demais parcelas no dia 15 dos meses subsequentes.

Art. 3º-	Os recursos necessários à aplicação desta Lei terão origem na seguinte dotação consignada no orçamento municipal em vigor:
	02.01.2002.3.3.50.00.00.00.00.0000 – Transferência a instituições privadas sem fins lucrativos.

Art. 4º-	A subvenção objeto da presente Lei destina-se ao pagamento das despesas relacionadas a programas de proteção de animais domésticos e/ou domesticados e também das despesas com ações preventivas para a conscientização da sociedade sobre os direitos dos animais.
----------	---

Art. 5º-	A entidade ora subvencionada fica obrigada a apresentar as respectivas prestações de contas dos recursos repassados na forma da Lei.
----------	--

Art. 6º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 7º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO  
18 de dezembro de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul.

### LEI 5.540

LEI Nº 5.540, de 18 de dezembro de 2014.  
"CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO AO GRUPO DE IDOSOS AMIZADE DO BAIRRO BOA VISTA".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder um repasse financeiro ao Grupo de Idosos Amizade, inscrito no CNPJ sob o nº 01.431.940/0001-06, entidade declarada de utilidade pública, através da Lei Municipal nº 5.531, de 26 de novembro de 2014.
	Parágrafo único - O valor total do auxílio financeiro é de R\$ 3.000,00 (três mil reais) e será repassado em parcela única, devendo o repasse ocorrer em até 05 (cinco) dias após a publicação da presente Lei.

Art. 2º-	Os recursos necessários à aplicação desta Lei, terão origem na seguinte dotação consignada no orçamento municipal em vigor:
	02.01.2002.3.3.50.00.00.00.00.0000 - Transferência à instituições privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º-	O auxílio financeiro objeto da presente Lei destina-se ao pagamento das despesas manutenção da sede do Grupo de Idosos Amizade.
	Parágrafo único - Havendo saldo remanescente do repasse financeiro conferido no artigo primeiro da presente Lei, a entidade fica autorizada a realizar despesas com energia elétrica, aquisição de gêneros alimentícios e demais despesas necessárias a continuidade da prestação das atividades do Grupo de Idosos Amizade, desde que prestadas as respectivas prestações de contas previstas em Lei.

Art. 4º-	A entidade fica obrigada a apresentar as respectivas prestações de contas dos recursos repassados na forma da Lei.
----------	--

Art. 5º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 6º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO  
18 de dezembro de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul.

### LEI 5.541

LEI Nº 5.541, de 18 de dezembro de 2014.  
"CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO A ASSOCIAÇÃO JARDINS DE INFÂNCIA VOVÓ BELINHA".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder um repasse financeiro à Associação Jardins de Infância Vovó Belinha, inscrita no CNPJ sob o nº 83.782.177/0001-14, entidade declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº 1.777, de 19 de outubro de 1983.
	Parágrafo único. O valor total do auxílio financeiro é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e será repassado em parcela única, devendo o repasse ocorrer em até 05 (cinco) dias após a publicação da presente Lei.

Art. 2º-	Os recursos necessários à aplicação desta Lei, terão origem na seguinte dotação consignada no orçamento municipal em vigor:
	08.002.2.066.3.33.50.00.00.00.00.00.0000- Transferência à instituições privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º-	O auxílio financeiro objeto da presente Lei destina-se à implementação de ação conjunta entre o Município de Rio do Sul e a Associação Jardins de Infância Vovó Belinha, no atendimento da Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica.
----------	--

Art. 4º-	A entidade fica obrigada a apresentar as respectivas prestações de contas dos recursos repassados na forma da Lei.
Art. 5º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 6º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
18 de dezembro de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul.

### LEI 5.542

LEI Nº 5.542, de 18 de dezembro de 2014.

"CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO A ASSOCIAÇÃO DE IDOSOS CLUBE PRIMAVERA DO BAIRRO CANTA GALO".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder um repasse financeiro à Associação de Idosos Clube Primavera do Bairro Canta Galo, inscrita no CNPJ sob o nº 04.059.545/0001-24, entidade declarada de utilidade pública, através da Lei Municipal nº 4.049, de 13 de maio de 2004.
	Parágrafo único. O valor total do auxílio financeiro é de R\$ 3.000,00 (três mil reais) e será repassado em parcela única, devendo o repasse ocorrer em até 05 (cinco) dias após a publicação da presente Lei.
Art. 2º-	Os recursos necessários à aplicação desta Lei, terão origem na seguinte dotação consignada no orçamento municipal em vigor:
	02.01.2002.3.3.50.00.00.00.00.0000 - Transferência à instituições privadas sem fins lucrativos.
Art. 3º-	O auxílio financeiro objeto da presente Lei destina-se ao pagamento das despesas manutenção da sede da Associação de Idosos Clube Primavera.
	Parágrafo único. Havendo saldo remanescente do repasse financeiro conferido no artigo primeiro da presente Lei, a entidade fica autorizada a realizar despesas com energia elétrica, aquisição de gêneros alimentícios e demais despesas necessárias a continuidade da prestação das atividades da Associação de Idosos Clube Primavera, desde que prestadas as respectivas prestações de contas previstas em Lei.

Art. 4º-	A entidade fica obrigada a apresentar as respectivas prestações de contas dos recursos repassados na forma da Lei.
Art. 5º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 6º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
18 de dezembro de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul.

### LEI 5.543

LEI Nº 5.543, de 18 de dezembro de 2014.

"CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO AO GRUPO DE IDOSOS ANDORINHA DO BAIRRO BELA ALIANÇA".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder um repasse financeiro ao Grupo de Idosos Andorinha do Bairro Bela Aliança, inscrita no CNPJ sob o nº 03.306.513/0001-13, entidade declarada de utilidade pública, através da Lei Municipal nº 5.464, de 11 de março de 2014.
	Parágrafo único. O valor total do auxílio financeiro é de R\$ 3.000,00 (três mil reais) e será repassado em parcela única, devendo o repasse ocorrer em até 05 (cinco) dias após a publicação da presente Lei.
Art. 2º-	Os recursos necessários à aplicação desta Lei, terão origem na seguinte dotação consignada no orçamento municipal em vigor:
	02.01.2002.3.3.50.00.00.00.00.0000 - Transferência à instituições privadas sem fins lucrativos.
Art. 3º-	O auxílio financeiro objeto da presente Lei destina-se ao pagamento das despesas manutenção da sede do Grupo de Idosos Andorinha.
	Parágrafo único. Havendo saldo remanescente do repasse financeiro conferido no artigo primeiro da presente Lei, a entidade fica autorizada a realizar despesas com energia elétrica, aquisição de gêneros alimentícios e demais despesas necessárias a continuidade da prestação das atividades do Grupo de Idosos Andorinha, desde que prestadas as respectivas prestações de contas previstas em Lei.

Art. 4º-	A entidade fica obrigada a apresentar as respectivas prestações de contas dos recursos repassados na forma da Lei.
Art. 5º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 6º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
18 de dezembro de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul.

### LEI 5.544

LEI Nº 5.544, de 18 de dezembro de 2014.

“CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS / EMPREGADOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Em conformidade com o disposto no art. 37, inciso X da Constituição Federal, fica concedido revisão geral anual, no percentual de 6,3338% (seis vírgula três mil, trezentos e trinta e oito por cento) a partir de 1º de janeiro de 2015, incidente sobre os valores das tabelas de vencimento dos servidores públicos, dos empregados públicos, do Poder Executivo Municipal (Administração Direta e Indireta), dos contratados temporariamente e aos do Poder Legislativo.
	§ 1º- Estende-se o percentual da revisão geral anual previsto nesta Lei aos subsídios dos Agentes Públicos Municipais do Poder Executivo (Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais) e do Poder Legislativo (Vereadores).
	§ 2º- As disposições da presente Lei são extensivas a todos os proventos de aposentadoria e pensões dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, pagas pelo Fundo de Aposentadoria e Pensões (FAP), e as custeadas pelos cofres públicos, com repasse ao órgão gestor, à execução dos benefícios previdenciários concedidos sem direito a paridade, os quais serão revistos na data de índice fixado pelo Regime Geral de Previdência Social.

	§ 3º- O percentual fixado no caput deste artigo é decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) apurado no período de dezembro de 2013 a novembro de 2014, conforme indica o § 1º do art. 19 da Lei Complementar nº 208, de 28 de setembro de 2010.
--	--

Art. 2º-	As despesas decorrentes com a aplicação da presente Lei correrão à conta de dotações específicas consignadas no orçamento de 2015.
----------	--

Art. 3º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO  
18 de dezembro de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul.

### LEI 5.545

LEI Nº 5.545, de 18 de dezembro de 2014.

“AUTORIZA PARCELAMENTO DE DÉBITO IMPUTADO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA”.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica o Executivo Municipal autorizado a parcelar em até 100 (cem) vezes, em parcelas mensais e consecutivas, os débitos decorrentes de glosa, multa e/ou imputação de débito aplicada aos responsáveis indicados pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, por meio dos Processos nº PCA-02/07747881, PCA-03/00319665 e PCA-04/00293447.
Art. 2º-	O valor total do débito imputado a cada responsável deverá ser atualizado pela SELIC, não podendo a parcela resultante do parcelamento ser inferior a 100,00 (cem) UFM's.

	§ 1º- O débito a ser parcelado será atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora pelos mesmos índices e forma previstos no artigo 81, inciso I, da Lei Complementar nº 110/2003, que trata do Código Tributário Municipal.
	§ 2º- A falta de pagamento de 03 (três) prestações, implicará no cancelamento automático, independente de prévio aviso ou notificação, promovendo-se de imediato a inscrição do saldo devedor em dívida ativa, para cobrança executiva, vedado novo parcelamento administrativo, salvo se proveniente de acordo judicial.

Art. 3º-	Aos casos omissos desta Lei aplicar-se-á subsidiariamente as normas do art. 77 e seguintes da Lei Complementar nº 110/2003, que trata do Código Tributário Municipal.
----------	---

Art. 4º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

GABINETE DO PREFEITO  
18 de dezembro de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul.

### LEI 5.546

LEI Nº 5.546, de 18 de dezembro de 2014.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROMOVER RESSARCIMENTO DE DANOS CAUSADOS A TERCEIROS".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a pagar à Quatro M. A. Comércio de Móveis e Decorações Ltda - ME, inscrito no CNPJ sob o nº 07.876.046/0001-18, referente às despesas de recuperação de danos causados ao vidro da vitrine do estabelecimento em razão do arremesso de pedra devido à realização do serviço de roçada na lateral da via, o valor total de R\$ 1.245,00 (mil duzentos e quarenta e cinco reais).
----------	--

Art. 2º-	As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotações do orçamento municipal vigente.
----------	--

Art. 3º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO  
18 de dezembro de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul.

### LEI 5.547

LEI Nº 5.547, de 18 de dezembro de 2014.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR BEM IMÓVEL AO FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL - FAR -, ADMINISTRADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	O Poder Executivo Municipal, objetivando promover a construção de moradias destinadas à alienação para famílias com renda mensal até R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais), no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), do Governo Federal, fica autorizado a doar ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), regido pela Lei Federal nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, representado pela Caixa Econômica Federal, responsável pela gestão e pela operacionalidade, o imóvel assim descrito:
	I - terreno situado no perímetro urbano desta cidade, na rua sem denominação, no bairro Rainha, contendo área de 3.263,98 m2 (três mil, duzentos e sessenta e três metros quadrados e noventa e oito décimos quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: frente em duas linhas, sendo a primeira linha reta em 133,80 metros, e a segunda linha curva de 4,85 metros, ambas com a rua sem denominação; fundos em três linhas retas quebradas, sendo a primeira em 110,00 metros, a segunda em 1,88 metros e a terceira em 24,00 metros, todas com terras da Prefeitura de Rio do Sul; lado direito em 25,58 metros, com a rua sem denominação e lado esquerdo em 24,00 metros com terras de Sueli Teresinha Lins Baldo, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio do Sul com matrícula nº 51.096.

	Parágrafo único - O imóvel descrito neste artigo, cuja avaliação totaliza o valor de R\$ 391.677,60 (trezentos e noventa e um mil, seiscentos e setenta e sete reais e sessenta centavos), fica, por esta Lei, desafetado de sua natureza de bem público, passando a integrar a categoria de bem dominial.
--	--

Art. 2º-	O imóvel descrito no art. 1º desta Lei será utilizado, exclusivamente, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), e constará dos bens e direitos integrantes do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), com fins específicos de manter a segregação patrimonial e contábil de haveres financeiros e imobiliários, observadas quanto a tais bens, as seguintes restrições:
	I - Não integram o ativo da Caixa Econômica Federal;
	II - Não respondem direta ou indiretamente por qualquer obrigação da Caixa Econômica Federal;
	III - Não compõe lista de bens e direitos da Caixa Econômica Federal para efeito de liquidação judicial ou extrajudicial;
	IV - Não pode ser dado em garantia de débito de operação da Caixa Econômica Federal;
	V - Não pode ser constituído qualquer ônus real sobre o imóvel.

Art. 3º-	O donatário terá como encargo a utilização do imóvel, exclusivamente, nos termos desta Lei, para a construção de unidades habitacionais, destinadas a população de menor renda.
	Parágrafo único - A propriedade das unidades habitacionais produzidas será transferida pelo donatário para cada um dos beneficiários, mediante alienação, segundo as regras estabelecidas no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Art. 4º-	A doação será revogada, revertendo a propriedade do imóvel ao Município de Rio do Sul, se:
	I - o donatário fizer uso distinto daquele expresso no art. 3º desta Lei;
	II - as construções das unidades habitacionais não tiverem início em até 36 meses, contados a partir da efetiva doação.

Art. 5º-	O imóvel objeto da doação ficará isento do recolhimento dos seguintes encargos municipais:
	I - Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), nas seguintes hipóteses:
	a) quando da transferência da propriedade do imóvel do Município de Rio do Sul para o donatário, na efetiva doação;
	b) quando da transferência da propriedade das unidades habitacionais construídas aos beneficiários, efetivadas pela Caixa Econômica Federal.
	II - Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), enquanto permanecer sob a propriedade do donatário, até o momento de sua transferência para o beneficiário do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Art. 6º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 7º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO  
18 de dezembro de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul.

### LEI 5.548

LEI Nº 5.548, de 18 de dezembro de 2014.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE CESSÃO DE USO NÃO ONEROSO DE BEM IMÓVEL COM A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO LOTEAMENTO JARDIM ALEXSANDRO".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Cessão de Uso com a Associação de Moradores do Loteamento Jardim Alexsandro, de um imóvel situado no lote nº 60, quadra "F" do Loteamento Jardim Alexsandro II, Rua Ipê, bairro Pamplona, nesta cidade, com área total de 609,75 m2 (seiscentos e nove metros e setenta e cinco decímetros quadrados), matriculado sob o nº 19782, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio do Sul.
----------	--

Art. 2º-	O prazo da cessão de uso do bem imóvel pertencente ao Município de Rio do Sul é de 05 (cinco) anos, a contar da data da assinatura, podendo ser revogado por ato unilateral e/ou prorrogado o prazo mediante Termo Aditivo.
----------	---

Art. 3º-	O Termo de Cessão de Uso destina-se à instalação de área de lazer para Associação de Moradores do Loteamento Jardim Alexsandro, bem como a instalação de energia elétrica e realização de benfeitorias para uso comunitário.
----------	--

Art. 4º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 5º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO  
18 de dezembro de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul.

### LEI 5.549

LEI Nº 5.549, de 18 de dezembro de 2014.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL FIRMAR TERMO DE CESSÃO DE USO DE VEÍCULO COM O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA”.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder pelo prazo de 5 (cinco) anos, ao Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, com interveniência do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina, para utilização exclusiva na 3ª Companhia do 5º Batalhão de Bombeiro Militar, sediado no Município de Rio do Sul, os seguintes veículos:
----------	---

	- 1 (um) veículo marca Mercedes Benz, modelo Atego 1725, espécie/tipo caminhão, combustível diesel, ano de fabricação e modelo 2011/2012, chassi nº 9BM-958074CB836940, código Renavam nº 1022425657, placas MMA – 7918, com todos os equipamentos obrigatórios.
--	--

	Parágrafo único - Os veículos objetos desta Lei deverão ter seu uso destinado exclusivamente à execução dos serviços prestados pela 3ª Companhia de Bombeiros Militar, sediado no Município de Rio do Sul.
--	--

Art. 2º-	As despesas decorrentes da manutenção, conservação, licenciamento, e de sua utilização não resultarão em ônus para o Município.
----------	---

Art. 3º-	A Cessão de Uso de que trata esta Lei, poderá ser rescindido em qualquer tempo, desde que haja interesse de qualquer das partes.
----------	--

Art. 4º-	Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
----------	--

GABINETE DO PREFEITO  
18 de dezembro de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul.

**LEI COMPLEMENTAR 295**

LEI COMPLEMENTAR Nº 295, de 17 de dezembro de 2014.

"ALTERA ANEXOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 110 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003 QUE INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Altera o Anexo I de que trata o inciso I do art. 204 da Lei Complementar nº 110 de 17 de dezembro de 2003, que define a Pauta de Valores dos Terrenos, passando a mesma a vigorar consoante Anexo I da presente Lei Complementar.
----------	---

Art. 2º-	Altera a Tabela I do Anexo IV de que trata o art. 235 da Lei Complementar nº 110 de 17 de dezembro de 2003, que define a Tabela do ITBI, passando a mesma a vigorar consoante Anexo IV da presente Lei Complementar.
----------	--

Art. 3º-	Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO

17 de dezembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº 776, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**

RESOLUÇÃO Nº 776, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre os procedimentos para regulamentação dos bens patrimoniais da Câmara de Vereadores de Rio do Sul.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. No uso das suas atribuições regimentais, resolve:

**CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º A presente Resolução estabelece normas de procedimento para o controle eficiente dos bens móveis, imóveis e intangíveis que compõe o patrimônio público da Câmara de Vereadores do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, que contém as seguintes etapas:

I - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis, com registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP;

II - Registro dos fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão;

III - Definição de tabela de taxa de depreciação, amortização e exaustão, e vida útil dos bens móveis;

IV - Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos;

V - Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independente da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.

**Seção I****Dos Conceitos**

Art. 2º Para fins de cumprimento desta Resolução entende-se que:

I - DEPRECIAÇÃO: é a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação d a natureza ou obsolescência;

II - AMORTIZAÇÃO: é a perda de valor dos bens imateriais em razão do tempo. Enquanto a depreciação é usada para os bens materiais (tangíveis) a amortização é usado para os bens imateriais (intangíveis) como marcas e patentes;

III - EXAUSTÃO: é o fenômeno patrimonial que caracteriza a perda de valor que sofrem as imobilizações suscetíveis de exploração e que se esgotam no decorrer do tempo, como por exemplo, as reservar minerais e vegetais (boques, florestas, jazidas, etc.);

IV - MENSURAÇÃO: é o ato de medir, ou seja, consiste na atribuição de valores monetários aos elementos que compõem o patrimônio;

V - VALOR BRUTO CONTÁBIL: é o valor do bem registrado na contabilidade, em uma determinada data, sem a redução da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada;

VI - VALOR DEPRECIÁVEL, AMORTIZÁVEL E EXAURÍVEL: é o valor original de um ativo deduzido do seu valor contábil, quando possível ou necessária a sua determinação;

VII - VALOR RESIDUAL: é o montante líquido que a entidade espera, com razoável segurança, obter por um ativo no fim de sua vida útil econômica, deduzidos os gastos esperados para sua alienação;

VIII - VALOR LÍQUIDO CONTÁBIL: é o valor do bem registrado na contabilidade, em uma determinada data, deduzido da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada;

IX - VIDA ÚTIL ECONÔMICA: é o período de tempo definido ou estimado tecnicamente, durante o qual se espera obter fluxo de benefícios futuros de um ativo;

X - VALOR RECUPERÁVEL: é o valor de venda de um ativo menos o custo para sua alienação (preço líquido de venda), ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, estimado com base nos fluxos de caixa futuros trazidos a valor presente por meio de taxa de desconto

(valor em uso), o que for maior;

XI - VIDA ÚTIL: é o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo ou o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo;

XII - BENS TANGÍVEIS: são aqueles que podem ser possuídos e realizados. São os bens físicos e materiais que podem ser tocados e vistos. Neste grupo temos os bens móveis e imóveis;

XIII - BENS INTANGÍVEIS: são aqueles que não podem ser tocados e vistos, ou seja, são os bens que possuem valor econômico mas carecem de substância física;

XIV - BENS DE USO COMUM: também chamados de Bens de Infraestrutura são os bem de uso geral, que podem ser utilizados livremente por todos os indivíduos, como as praças, rios praias, os parques, as vias públicas, as pontes, etc;

## CAPÍTULO II

### DO RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO

Art. 3º Para atendimento do item I do Art. 1º serão adotados os seguintes procedimentos:

I - Instituição de comissão específica, para promoção de levantamento geral dos bens da entidade, confrontando-os com os registros no Controle do Patrimônio.

II - Promoção da reavaliação dos bens, a preços de mercado, ou a valor recuperável.

III - Adoção de procedimentos específicos, visando ao Controle do Patrimônio, a possibilidade de averiguação periódica de incorporação, baixa e movimentação dos bens.

IV - Elaboração de relatórios específicos, pelo Controle do Patrimônio, encaminhando-os ao Departamento de Contabilidade, para a evidenciação das incorporações, baixas ou movimentação de bens.

V - Quando se tratar de Bem Imóvel, proceder-se-á levantamento junto aos Cartórios de Notas e de Registro de Imóveis, averiguando-se assim a situação jurídica desses imóveis, bem como a averiguação física dos mesmos, com a reavaliação destes, a preço de mercado ou a valor recuperável, promovendo-se destarte o reconhecimento e a mensuração deste ativo.

VI - Com relação aos Bens Intangíveis, adotar-se-ão os seguintes procedimentos:

a) Adoção de procedimento específicos visando a identificação de possíveis bens intangíveis que componham o patrimônio da entidade.

b) Reconhecimento dos bens intangíveis somente nos casos em que for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade e quando o custo deste ativo possa ser mensurado com segurança.

c) Mensuração dos bens intangíveis com base no valor de aquisição ou de produção, exceto aqueles a título gratuito, ou daqueles com impossibilidade de valoração, cujas avaliações devem ser objeto de notas explicativas.

d) Evidenciação somente dos bens intangíveis que possam ser reconhecidos e mensurados com segurança.

#### Seção I

##### Das Responsabilidades

Art. 4º Compete ao servidor que vier a ser designado pelo Presidente da Câmara Municipal, a supervisão, guarda e controle dos bens patrimoniais com o auxílio direto dos responsáveis dos centros de custos.

Parágrafo único. Para garantir a responsabilidade pela guarda e preservação dos bens o coordenador do patrimônio deverá:

I - levar ao conhecimento de todos os responsáveis do centro de custo o teor da presente Resolução.

II - recolher de cada responsável, a assinatura no "Termo de Responsabilidade" dos bens que estão sob sua guarda e proteção.

III - exigir dos responsáveis a comunicação no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, do conhecimento da ocorrência de extravio, perda, roubo, furto ou qualquer outra anormalidade que venha a ocorrer com os bens sob sua responsabilidade.

IV - instituir cronograma de inspeção periódica nos diversos Centros de Custos.

V - instituir penalidade aos responsáveis, quando verificado na inspeção a ausência de bens patrimoniais que não tenha sido objeto de comunicação de acordo com o item III.

#### Seção II

##### Do Tombamento

Art. 5º Tombamento é o ato de incorporar um bem ao cadastro patrimonial, com a numeração e a identificação respectiva.

Parágrafo único. Devem ser incorporadas ao patrimônio, além dos bens imóveis, todos os bens móveis adquiridos por compra, por doação, por permuta ou fabricados pela própria municipalidade, e cuja durabilidade seja superior a dois anos.

Art. 6º Para proceder o tombamento de um bem novo que vier a ser adquirido, o coordenador do patrimônio deverá obedecer os seguintes passos:

I - solicitar do setor de almoxarifado ou na ausência deste, do setor de contabilidade a nota de empenho e respectiva nota fiscal.

II - obedecer no cadastramento do bem, a classificação contábil adotada no empenho.

III - afixar plaqueta de identificação e inserir o bem no sistema de Controle Patrimonial.

IV - imprimir o novo Termo de Responsabilidade e colher a assinatura do responsável do centro de custo onde o bem foi cadastrado.

Art. 7º No caso bem móvel recebido em doação, deverá acompanhar no ato do tombamento o Termo de Doação firmado entre as partes e a Lei Autorizativa.

Art. 8º Para tombamento de um bem imóvel deverá o coordenador do Patrimônio estar munido do documento comprobatório que podem ser:

a) No caso de terreno, documento que comprove a sua propriedade (escritura pública).

b) No caso de edificação, termo de recebimento definitivo da obra.

#### Seção III

##### Da movimentação

Art. 9º A movimentação de um bem patrimonial consiste no ato de alterar a sua localização, ou seja, passar de um centro de custo para outro.

Art. 10. Quando o bem for transferido, será emitido o Termo de Transferência que será assinado pelo responsável do centro de custo de origem e do centro de custo de destino.

Art. 11. Quando a transferência ocorrer entre unidade gestoras distintas da Administração será emitido "Termo de Transferência de Bens entre Entidades".

Art. 12. No órgão de destino será feita a incorporação do bem cedido, mantendo o número de plaqueta da entidade de origem.

Art. 13. Quando a Transferência ocorrer entre Unidades Gestoras a formalização se dará por ato do Presidente da Câmara.

#### Seção IV

##### Das Baixas

Art. 14. A baixa de um bem, também chamado de destombamento ou desincorporação, consiste na exaustão do bem do cadastro patrimonial de uma unidade administrativa.

§ 1º A baixa poderá acontecer em virtude das hipóteses abaixo enumeradas:

I - Alienação;

II - Desaparecimento (furto, roubo, perda, extravio);

III - Imprestável.

§ 2º A alienação de bens móveis e imóveis, dependerá de avaliação e de licitação, e ainda, no caso de bens imóveis, de autorização

legislativa.

§ 3º O Laudo de avaliação é o documento utilizado pela comissão técnica constituída para promover a avaliação de bens patrimoniais destinados a alienação, que deverá conter, no mínimo os seguintes itens:

- Número;
- Registro patrimonial de bens alienados (identificação quantidade e especificação);
- Estado de conservação;
- Data de avaliação;
- Valor Estimado;
- Assinatura dos membros da comissão.

§ 4º A comissão de avaliação será composta por no mínimo três pessoas indicadas pelo Presidente da Câmara.

§ 5º No caso de bem móvel desaparecido por furto, roubo ou extravio, o responsável pelo setor do patrimônio deverá providenciar o boletim de ocorrência no prazo máximo de cinco dias, e se necessário, proceder a abertura de sindicância administrativa.

§ 6º Os bens imprestáveis serão recolhidos ao almoxarifado central, que após a avaliação, será providenciada a sua baixa do cadastro patrimonial.

#### Seção V

##### Da Inspeção

Art. 15. A inspeção consiste na visita do coordenador do patrimônio aos centros de custos, visando garantir o fiel cumprimento deste regulamento.

Parágrafo único. A inspeção consiste em:

- Comparar os bens relacionados no Termo de Responsabilidade emitido no levantamento ou última inspeção realizada com a atualmente existentes no centro de custo;
- Cadastrar possíveis bens novos existentes que não constam no cadastro patrimonial, verificando em especial sua origem;
- Verificar o destino do bem existente no cadastro patrimonial mas não localizado no centro de custo por ocasião da inspeção;
- Verificar o estado de conservação dos bens e proceder, se necessário, a sua respectiva correção ou depreciação.

Art. 16. A inspeção tem por objetivo propor a adoção de providências administrativas quando verificado o não cumprimento das normas patrimoniais.

Art. 17. Após a inspeção e dos ajustes realizados deverá ser emitido novo Termo de Responsabilidade para assinatura do responsável.

#### Seção VI

##### Do Inventário Patrimonial

Art. 18. O inventário físico dos bens patrimoniais é o relatório final que conterá o quantitativo, a descrição, a identificação e a localização de todos os bens que compõem o cadastro patrimonial.

Art. 19. O inventário patrimonial juntamente com o relatório dos bens por conta e/ou natureza deverá ser emitido ao final de cada exercício financeiro e entregue ao Departamento de Contabilidade para que este proceda os ajuste necessários para fechamento do inventário com os assentos contábeis.

#### CAPÍTULO III

##### REGISTRO DE FENÔMENOS ECONÔMICOS, RESULTANTES OU INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, TAIS COMO DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO

Art. 20. Para o cálculo da depreciação dos bens que compõe o patrimônio pública da Câmara Municipal de Rio do Sul será adotada a tabela abaixo, que define o período de vida útil de cada conta contábil bem como o seu valor residual.

CONTA	TÍTULO	VIDA ÚTIL	TAXA MENSAL	VALOR RESIDUAL
14212.02.00	Aeronaves	-	-	-
14212.04.00	Aparelhos de medição e orientação	15 anos	0,500%	10%
14212.06.00	Aparelhos e equipamentos de comunicação	10 anos	0,667%	20%
14212.08.00	Aparelhos, equipamentos e utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	15 anos	0,445%	20%
14212.10.00	Aparelhos e equipamentos para esportes e diversões	10 anos	0,750%	10%
14212.12.00	Aparelhos e utensílios domésticos	10 anos	0,750%	10%
14212.13.00	Armazéns estruturais – coberturas de lona	10 anos	0,750%	10%
14212.14.00	Armamentos	20 anos	0,354%	15%
14212.16.00	Bandeiras, flâmulas e insígnias	-	-	-
14212.18.00	Coleções e materiais bibliográficos	10 anos	0,840%	0%
14212.19.00	Discotecas e filmotecas	5 anos	1,500%	10%
14212.20.00	Embarcações	-	-	-
14212.22.00	Equipamentos de manobras e patrulhamento	20 anos	0,375%	10%
14212.24.00	Equipamentos de proteção, segurança e socorro	10 anos	0,750%	10%
14212.26.00	Instrumentos musicais e artísticos	20 anos	0,375%	10%
14212.28.00	Máquinas e equip. de natureza industrial	20 anos	0,375%	10%
14212.30.00	Máquinas e equip. de natureza energéticos	10 anos	0,750%	10%
14212.32.00	Máquinas e equip. de natureza gráficos	15 anos	0,500%	10%

14212.33.00	Equipamentos de áudio, vídeo e foto	10 anos	0,750%	10%
14212.34.00	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	10 anos	0,750%	10%
14212.35.00	Equipamentos de processamento de dados	5 anos	1,500%	10%
14212.36.00	Máquinas, instalações e utensílios de escritório	10 anos	0,750%	10%
14212.38.00	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10 anos	0,750%	10%
14212.39.00	Equipamentos hidráulicos e elétricos	10 anos	0,750%	10%
14212.40.00	Máquinas, equip., utensílios agrícolas, agropecuários e rodoviários	10 anos	0,750%	10%
14212.42.00	Mobiliário em geral	10 anos	0,750%	10%
14212.44.00	Obras de arte e peças para exposição	-	-	-
14212.46.00	Semoventes e equipamentos de montaria	10 anos	0,750%	10%
14212.48.00	Veículos diversos	15 anos	0,500%	10%
14212.49.00	Equipamento e material sigiloso e reservado	10 anos	0,750%	10%
14212.50.00	Veículos ferroviários	30 anos	0,250%	10%
14212.51.00	Peças não incorporáveis a imóveis	10 anos	0,750%	10%
14212.52.00	Veículos de tração mecânica	15 anos	0,500%	10%
14212.53.00	Carros de combate	30 anos	0,250%	10%
14212.54.00	Equip., peças e acessórios aeronáuticos	30 anos	0,250%	10%
14212.56.00	Equip., peças e acessórios de proteção ao voo	30 anos	0,250%	10%
14212.57.00	Acessórios para automóveis	5 anos	1,500%	10%

14212.58.00	Equipamentos de mergulho e salvamento	15 anos	0,500%	10%
14212.60.00	Equipamentos, peças e acessórios marítimos	15 anos	0,500%	10%
14212.83.00	Equipamentos e sistema de proteção e vigilância ambiental	10 anos	0,750%	10%

§ 1º As contas 14212.02.00 (Aeronaves), 14212.16.00 (Bandeiras, flâmulas e insígnias) e 14212.20.00 (Embarcações) não possuem valores estipulados porque são bens muito específicos, sendo assim, a definição da vida útil e valor residual ficará a critério dos órgãos que possuem tais bens.

§ 2º A conta 14212.44.00 (Obras de arte e peças para exposição) são bens que não sofrem depreciação.

Art. 21. A depreciação será iniciada a partir do primeiro mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.

Art. 22. O valor depreciado, amortizado ou exaurido, apurado mensalmente, deve ser reconhecido nas contas de resultado do exercício.

Art. 23. A depreciação, a amortização e a exaustão devem ser reconhecidas até que o valor líquido contábil do ativo seja igual ao valor residual.

#### Seção II

##### Do Método de Depreciação

Art. 24. O método de depreciação, amortização e exaustão deve ser compatível com a vida útil econômica do ativo e aplicado uniformemente.

Art. 25. O método a ser utilizado pela Câmara Municipal de Rio do Sul para o cálculo da depreciação é o Método Linear também chamado de Método de Quotas Constantes que consiste na aplicação de taxas constantes durante o tempo devida útil estimado para o bem, ou seja, é a divisão do valor a ser depreciado pelo tempo de vida útil.

§ 1º Para o cálculo da depreciação mensal temos que definir as seguintes variáveis:

a) Vi = Valor Inicial do bem;

b) Vr = Valor Residual;

c) N = vida útil em meses

§ 2º Com base no caput do parágrafo anterior, a depreciação mensal dos bens será calculada pela seguinte fórmula:

Depreciação Mensal =  $(Vi - Vr) / n$

#### Seção III

##### Da Amortização

Art. 26. Amortização é a redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

Parágrafo único. A amortização é um mecanismo utilizado principalmente para registro da perda de valor de bens intangíveis (marcas e patentes) e para amortizar o custo de construções e benfeitorias em bens locados, arrendados ou cedidos por terceiros.

Art. 27. A taxa de amortização será fixada tendo em vista o período

restante da existência do direito de locação, arrendamento ou cessão.

Parágrafo único. A taxa de amortização será obtida pelo método linear (ou método das quotas constantes). O custo do intangível amortizável é distribuído, através do seu prazo de duração ou existência, de forma uniforme, de acordo com a seguinte fórmula: Taxa de Amortização = 100% / vida útil do bem

#### Seção IV Da Exaustão

Art. 28. A exaustão consiste em esgotar completamente o valor de um bem. Em termos de contábeis, a exaustão se relaciona com a perda do valor dos bens ou direitos do ativo, ao longo do tempo, decorrentes de sua exploração (extração ou aproveitamento) mineral ou florestal.

Parágrafo único. O método utilizado para o cálculo da exaustão é obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

Exaustão = Valor do Ativo / Prazo estimado para esgotamento

#### CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 29. Os casos omissos serão objeto de regulamentação adicional.

Art. 30. Esta resolução entra vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de dezembro de 2014.

JAIME SBORZ

### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

#### CONTRATO Nº 85/2014

CONTRATO Nº 85/2014

DIVISÃO DE SUPRIMENTOS - SETOR DE COMPRAS

Termo Aditivo ao Processo Licitatório representado pelo edital de licitação, tipo Dispensa de Licitação nº 43/2012 - FMS, para a Locação de imóvel, no bairro Jardim América, para instalação do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) por esta secretaria.

Aos vinte um dias do mês de dezembro de 2014, por este Termo Aditivo ao contrato de prestação de serviços com origem no Edital de Dispensa de Licitação nº 43/2012 - FMS, com data de homologação 27/11/2012, e na melhor forma de direito, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, neste ato representado pelo seu gestor, Sr. Luiz Carlos Zanis, doravante denominado de CONTRATANTE, e SERGIO VASSELAI IMOVEIS LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.510.097/0001-07, CRECI 6075, doravante designada Contratada, aditam ao referido processo licitatório, as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REAJUSTE DE PREÇO

O preço contratado por este instrumento, de acordo com preço ofertado, sofrendo o reajuste de 3,6543 com base no IGPM, em conformidade com a Cláusula Quinta do Contrato de Locação de Imóvel entre esta Secretaria e a Vencedora, passa a ser R\$ 3.282,13 (três mil duzentos oitenta dois reais e treze centavos) pagos mensalmente, sempre no 15º dia dos meses subsequentes havendo desconto de 16,67 (dezesseis vírgula sessenta e sete por cento) passando para o valor 2.734,99 (dois mil setecentos trinta e quatro reais e noventa e nove centavos) quando pago antes do 15º dia, após o vencimento, a ser depositado em conta corrente, em nome do LOCADOR.

#### CLÁUSULA SEGUNDA-DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se na 4º do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRORROGAÇÃO

Prorroga-se a vigência do contrato de locação de imóvel para mais 12 (doze) meses, vigindo apartir de 21 de dezembro de 2014 até 20 de dezembro de 2015.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do edital de licitação, tipo Dispensa de Licitação e contrato, que a este deu origem.

E por estarem justos e aditados, as partes assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Rio do Sul, 21 de dezembro de 2014.

LUIZ CARLOS ZANIS

Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

SÉRGIO VASSELAI IMÓVEIS LTDA ME

Sérgio Vasselai

Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

# Salto Veloso

## PREFEITURA

### LEI Nº. 1.526, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº. 1.526, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Salto Veloso para o Exercício de 2015.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de SALTO VELOSO, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

#### DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Salto Veloso, SC, para exercício de 2015, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 17.745.954,00 (Dezessete milhões, setecentos e quarenta e cinco mil e novecentos e cinquenta e quatro reais).

#### DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º - O orçamento da Prefeitura para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 14.750.000,00 (quatorze milhões, e setecentos e cinquenta mil reais) e a Despesa Orçamentária em R\$ 11.259.655,00 (Onze milhões, duzentos e cinquenta e nove mil e seiscentos e cinquenta e cinco reais), e Despesa Financeira de R\$ 3.490.345,00 (Três milhões, quatrocentos e noventa mil e trezentos e quarenta e cinco reais)

§1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminados quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	14.749.979,00
1.1- Receita Tributária	768.900,00
1.2- Receitas de Contribuições	110.000,00
1.3- Receita Patrimonial	57.540,00
1.4- Receita Agropecuária	2.200,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	73.700,00
17-Transferências Correntes	16.042.310,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	2.441.920,00
1.9- Outras Receitas Correntes	137.249,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	21,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	21,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
TOTAL	14.750.000,00

§2º - A despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a seguinte classificação:

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	10.383.685,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	6.059.600,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	38.000,00
3.3- Outras Despesas Correntes	4.386.085,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	553.970,00
4.4- Investimentos	282.970,00
4.5- Inversões Financeiras	1.000,00
4.6- Amortização da Dívida	270.000,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	22.000,00
9.9- Reserva de Contingência	22.000,00
- TRANSF. FINANCEIRAS AS FUN- DOS MUNICIPAIS	3.490.345,00
- Fundo Municipal da Saúde	2.407.345,00
-Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos	462.000,00
- Câmara Municipal de Vereadores	621.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	14.450.000,00

Art. 3º - O orçamento do Fundo Municipal da Saúde, Poder Legislativo, Instituto de Previdência e Fundo de Assistência Médica para o exercício de 2015 estima a Receita e Fixa a Despesa conforme quadros abaixo descritos:

#### I - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	890.450,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	14.850,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	875.600,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	0,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	4,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	4,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PRE- FEITURA	2.407.345,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	2.407.345,00
TOTAL	3.297.799,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	3.180.200,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	1.888.700,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	1.291.500,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	117.599,00
4.4- Investimentos	117.599,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00

4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	3.297.799,00

## II - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	980.000,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	380.000,00
1.3- Receita Patrimonial	600.000,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	0,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	0,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	0,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
7 – RECEITA INTRA ORÇAMENTÁRIA	675.500,00
7.1 – Receitas de contribuições	675.500,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PRE- FEITURA	462.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	462.000,00
TOTAL	2.117.500,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	1.072.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	600.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	472.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
4.4- Investimentos	10.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.035.500,00
9.9- Reserva de Contingência	1.035.500,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	2.117.500,00

## III - FUNDO M. DE ASSIST. MÉDICA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	240.000,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	160.000,00
1.3- Receita Patrimonial	80.000,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00

1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	0,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	0,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	0,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
7.0 – RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	210.000,00
7.1 – Receitas de contribuições	210.000,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PRE- FEITURA	0,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	0,00
TOTAL	450.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	450.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	0,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	450.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	0,00
4.4- Investimentos	0,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	450.000,00

## IV - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PRE- FEITURA	821.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	821.000,00
TOTAL	821.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	441.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	400.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	41.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	380.000,00
4.4- Investimentos	380.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	821.000,00

Art. 4º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de intempéries da natureza conforme anexo da LDO:

## UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO

I – Passivo Contingente	0,00
II – Intempéries	22.000,00
III – Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00
IV – Obtenção de Resultado Primário	0,00
V – Reforço de dotações Orçamentárias	0,00
TOTAL	22.000,00

§1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando-se o limite para cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§2º- Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor.

Art. 5º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da Despesa estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício, e o excesso de arrecadação das receitas de capital.

Art. 6º - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

Art. 7º - Durante o exercício de 2015 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 8º - Comprovando o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeios de competência de outros entes da Federação.

Art. 9º - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 10 - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2015, a partir de 1º de janeiro, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salto Veloso,  
em 19 de dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº 112/2014**

DECRETO Nº 112 - DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.470/2012 de 13/12/2012;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 41.538,66 (Quarenta e Um Mil Quinhentos e Trinta e Oito Reais e Sessenta e Seis Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA

Projeto/Atividade: 4.011 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA

Categoria Econômica: 3.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 41.538,66

Fonte: 01.03

RED: 1

Art. 2º - A suplementação de que se trata o artigo anterior, será utilizado mesmo valor do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 16 de Dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº 113/2014**

DECRETO Nº 113 - DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.470/2012 de 13/12/2012;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.430,56 (Dois Mil Quatrocentos e Trinta Reais e Cinquenta e Seis Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA

Projeto/Atividade: 4.011 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA

Categoria Econômica: 3.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 2.430,56

Fonte: 01.00

RED: 2

Art. 2º - A suplementação de que se trata o artigo anterior, será utilizado mesmo valor da anulação da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 04 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA

Projeto/Atividade: 4.011 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA

Categoria Econômica: 3.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 2.430,56

Fonte: 01.03

RED: 3

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 16 de Dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

### DECRETO MUNICIPAL Nº 114/2014

DECRETO Nº 114 - DE 16 DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA EXCESSO DE ARRECAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.470/2012 de 13/12/2012;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4007 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 10.000,00

Fonte: 01.52

RED: 70

Art. 2º - A suplementação de que se trata o artigo anterior, será utilizado o Excesso de Arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 16 de Dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS ONEDA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 03/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 03/2014

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE TOMADA DE PREÇO 03/2014, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: Contratação de empresa para realização de concurso público.

Credenciamento: 05/01/2015

Entrega dos Envelopes: 08/01/2015 até as 09h00min.

Abertura: 08/01/2015, às 09h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 18 de dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

### LEI COMPLEMENTAR N. 031, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI COMPLEMENTAR N. 031, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N. 016/2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso das atribuições legais decorrentes de seu mandato, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 25, da Lei Complementar passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido de parágrafos:

Art. 25. As funções gratificadas, seus quantitativos e respectivos valores, são os previstos no Anexo V desta Lei Complementar.

Parágrafo único. A designação para o exercício de função gratificada será concedida mediante ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º A Tabela I, do Anexo I, dos Cargos de Provimento em Comissão, da Lei Complementar n. 016/2010, passa a vigorar com o seguinte texto:

TABELA I

CÓDIGO	CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA (h/s)	NÍVEL	VENCIMENTO
SM	Procurador Geral do Município	01	40	CC 1	Definido em Lei própria.
SM	Secretário de Administração e Finanças	01	40	CC 1	
SM	Secretário de Agropecuária e Meio Ambiente	01	40	CC 1	
SM	Secretário de Educação	01	40	CC 1	
SM	Secretário de Planejamento	01	40	CC 1	
SM	Secretário de Saúde e Assistência Social	01	40	CC 1	
SM	Secretário de Transporte, Obras e Urbanismo	01	40	CC 1	

Parágrafo único. Fica excluído da tabela, o cargo de assessor de gabinete e assessor de comunicação e informação.

Art. 3º. A Tabela II, do Grupo I, do Anexo I, que se refere a Secretaria de Educação, dos Cargos de Provimento em Comissão, da Lei Complementar n. 016/2010, passa a vigorar com o seguinte texto:

TABELA II – Grupo I Secretaria de Educação					
CÓDIGO	CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA (h/s)	NÍVEL	VENCIMENTO (VRV)
CD	Diretor de Ensino	01	40	CC2	5,30
CD	Diretor de Centro de Educação Infantil	01	40	CC 3	4,31
CD	Diretor de Centro de Educação Básica	01	40	CC 3	4,31

Parágrafo único. Ficam excluídos da tabela, o cargo de coordenador de ensino fundamental, coordenador do transporte escolar e diretor geral de ensino.

Art. 4º. A Tabela II, do Grupo II, do Anexo I, que se refere a Secretaria de Saúde e Assistência Social, dos Cargos de Provimento em Comissão, da Lei Complementar n. 016/2010, passa a vigorar com o seguinte texto:

TABELA II – Grupo II Secretaria de Saúde					
CÓDIGO	CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA (h/s)	NÍVEL	VENCIMENTO (VRV)
CD	Coordenador de Saúde	01	40	CC 7	1,56
CD	Coordenador de Assistência Social	01	40	CC 7	1,56

Parágrafo único. Fica excluído da tabela, o cargo de Diretor de Saúde e Assistência Social.

Art. 5º. A Tabela II, do Grupo IV, do Anexo I, que se refere a Secretaria de Transporte, Obras e Urbanismo, dos Cargos de Provimento em Comissão, da Lei Complementar n. 016/2010, passa a vigorar com o seguinte texto:

TABELA II – Grupo IV Secretaria de Transporte, Obras e Urbanismo					
CÓDIGO	CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA (h/s)	NÍVEL	VENCIMENTO (VRV)
CD	Diretor de Serviços de Obras e Urbanismo	01	40	CC 3	4,31

CD	Coordenador de Limpeza Urbana	01	40	CC 6	2,54
----	-------------------------------	----	----	------	------

Parágrafo único. Ficam excluídos da tabela, os cargos de Diretor Adjunto de Departamento e Coordenador de Cemitério Municipal.

Art. 6º. A Tabela II, do Grupo V, do Anexo I, da Secretaria de Administração e Finanças, dos Cargos de Provimento em Comissão, da Lei Complementar n. 016/2010, passa a vigorar com o seguinte texto:

TABELA II – Grupo IV Secretaria de Administração e Finanças					
CÓDIGO	CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA (h/s)	NÍVEL	VENCIMENTO (VRV)
CD	Coordenador do Setor de Compras e Licitações	01	40	CC 6	2,54

Parágrafo único. Ficam excluídos da Tabela II, do Grupo V, do Anexo I, da Secretaria de Administração e Finanças, os cargos de Diretor Geral de Departamento e Diretor Adjunto de Departamento.

Art. 7º. A Tabela I, Grupo I, do Anexo II, da Secretaria de Administração e Finanças, da Lei Complementar n. 016/2010, passa a vigorar acrescido das seguintes alterações:

CÓDIGO	CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA (h/s)	NÍVEL	VENCIMENTO
CPE 10	Auxiliar Administrativo	01	40	Médio	2,40
CPE 15	Advogado	01	20	Superior	4,48
CPE 16	Tesoureiro	01	40	Médio	4,48

Parágrafo único. Ficam extintos os cargos de Analista, CPE 15 e Fiscal de Obras, CPE 14.

Art. 8º. A Tabela II, do Grupo II, do Anexo II - Secretaria de Educação, da Lei Complementar n. 016/2010, passa a vigorar acrescido das seguintes alterações:

CÓDIGO	CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	NÍVEL	VENCIMENTO
CPE 04	Atendente de creche	14	40	Médio	1,57
CPE 02	Auxiliar de Alimentação e Nutrição	08	40	Fundamental	1,35
CPE 16	Nutricionista	01	30	Superior	4,29

Parágrafo único: Fica extinto o cargo de Administrador Educacional, com código CPE 18.

Art. 9º. A Tabela II, do Grupo III, do Anexo II - Secretaria de Saúde e Assistência Social, da Lei Complementar n. 016/2010, passa

a vigorar acrescido das seguintes alterações:

CÓDIGO	CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	NÍVEL	VENCIMENTO
CPE 18	Odontólogo	01	40	Superior	6,71
CPE 18	Fisioterapeuta	02	20	Superior	3,36
CPE 16	Nutricionista	01	20	Superior	2,86
CPE 12	Motorista Classe II	03	40	Fundamental	2,80
CPE 15	Psicólogo	01	40	Superior	4,48
CPE 15	Psicólogo	01	20	Superior	2,24
CPE 12	Técnico em enfermagem	03	40	Médio	2,80
CPE 12	Técnico em Higiene Dental	01	40	Médio	2,80

Parágrafo único: Ficam extintas as vagas remanescentes do cargo de dentista com carga horária de 20 e 15 horas semanais, com exceção daquela já provida por concurso público, com carga horária de 10 horas.

Art. 10. A Tabela II, do Grupo IV, do Anexo II- Secretaria de Transporte, Obras e Urbanismo, da Lei Complementar n. 016/2010, passa a vigorar acrescido das seguintes alterações:

CÓDIGO	CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	NÍVEL	VENCIMENTO
CPE 10	Auxiliar Administrativo	01	40	Médio	2,40

Parágrafo Único. Fica extinto o cargo de Almoxarife, CPE 14.

Art. 11. Fica excluído o cargo de auxiliar técnico em agropecuária, da Tabela II, do Grupo V, do Anexo II - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, da Lei Complementar n. 016/2010.

Art. 12. O Anexo III, Tabela I - cargos em extinção, passa a vigorar com a seguinte redação:

CÓDIGO	CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA (h/s)	NÍVEL	VENCIMENTO
CPE 07	Carpinteiro	01	40	Fundamental	2,54

Art. 13. O Anexo V - Quadro das Funções Gratificadas passa a vigorar com a seguinte redação:

CÓDIGO	VAGAS	VALOR EM REAIS (R\$)
FG 1	05	1.000,00
FG 2	07	750,00
FG 3	09	500,00
FG 4	11	250,00

Art. 14. A Tabela do Anexo IV, Quadro de Atribuições e Requisitos para Investidura, passa a vigorar acrescida das seguintes alterações:

Nutricionista	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prestar assistência nutricional a indivíduos e coletividades (sadios e enfermos);</li> <li>- Organizar, administrar e avaliar unidades de alimentação e nutrição;</li> <li>- Efetuar controle higiênico-sanitário;</li> <li>- Participar de programas de educação nutricional;</li> <li>- Organizar e ministrar cursos;</li> <li>- Atender, organizar, alimentar o Programa do SISVAN;</li> <li>- Participar e atender o Programa NASF.</li> </ul>	Ensino Superior em Nutrição e registro no órgão de classe
---------------	---	---

Contador	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assinar juntamente com o Prefeito, os balanços, balancetes e outras demonstrações contábeis do Município, seus fundos e fundações;</li> <li>- Visar todos os documentos elaborados pela contabilidade;</li> <li>- Elaborar, de acordo com as instruções vigentes, a proposta orçamentária do Município, bem como, coordenar a elaboração da proposta orçamentária dos fundos municipais e fundações;</li> <li>- Acompanhar a execução orçamentária do Município, seus fundos e fundações;</li> <li>- Coordenar a elaboração da Lei Orçamentária e do Plano Plurianual;</li> <li>- Elaborar, quando solicitadas e necessárias, as propostas para abertura de créditos adicionais;</li> <li>- Proceder ao levantamento, na época própria do Balanço Geral do Município, compreendido seus fundos e fundações;</li> <li>- Examinar, conferir e instituir processos de pagamento;</li> <li>- Controlar os prazos de aplicação e prestação de contas de adiantamentos;</li> <li>- Participar de sindicâncias e processos administrativos instaurados no âmbito municipal;</li> <li>- Determinar a abertura, encerramento, reabertura e o desdobramento de contas do Plano de Contas do Município;</li> <li>- Estabelecer normas e acompanhar o correto registro das entradas de receita no Município;</li> <li>- Supervisionar o registro, acompanhar e controlar as variações patrimoniais;</li> <li>- Supervisionar acompanhar e controlar as prestações de contas devidas pelo Município;</li> <li>- Supervisionar o controle de custos dos serviços públicos;</li> <li>- Desenvolver outras atividades que lhe forem atribuídas, no tocante à execução, organização e controle dos serviços de contabilidade do Município, compreendida a Administração direta e indireta;</li> <li>- Executar outras atividades correlatas</li> </ul>	Ensino Superior na área de Ciências Contábeis e registro no órgão de classe.
----------	--	--

Art. 15. As tabelas dos cargos comissionados, dispostas nos artigos 2º, 3º, 4º, 5º e 6º, entrarão em vigor na forma estabelecida por esta lei, a partir de 01/01/2015, conforme ajustado no Inquérito Civil 09.2013.00000924-1.

Art. 16. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta da dotação do orçamento vigente.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas às disposições em contrário.

Salto Veloso (SC), 19 de dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

### **LEI N.º 1527, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.**

Lei n.º 1527, DE 19 de dezembro DE 2014.

Autoriza aumento para atualização da Tabela de Valor Venal dos Imóveis Urbanos de Salto Veloso e fixa regras para o pagamento do IPTU-2015.

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal o de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, de acordo com os artigos 10, I e 102 da Lei Orgânica do Município, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a aumentar em 10% (dez por cento) a tabela de Valor Venal dos Imóveis Urbanos do Município de Salto Veloso (anexa), base de cálculo para o IPTU.

Art. 2º O pagamento do valor correspondente ao IPTU-2015 será parcelado em duas vezes vincendas em março e abril de 2015.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 19 de dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA  
PREFEITO MUNICIPAL

### **LEI Nº 1.525, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.**

Estado de Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO

LEI Nº 1.525, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito do Município de SALTO VELOSO - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições faço saber a todos os

habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam estabelecidas diretrizes, para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2015, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de Março de 1964, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

I - metas e prioridades da administração municipal;

II - a estrutura e organização do orçamento;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - das metas fiscais; e

VII - das disposições gerais.

#### CAPÍTULO I

##### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º Em consonância com o Artigo 165 § 2º, da Constituição Federal, as Metas e as Prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015, são as especificadas, no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, nas quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 2º - O anexo de metas fiscais de receita e de despesas conterà, no que couber, o disposto no § 2º do Artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

#### CAPÍTULO II

##### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 3º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por programas e ações no Plano Plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizem de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção das atividades do governo como um todo.

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa de governo, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que ocorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

IV - Operações especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como, as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, sub-função e programa às quais se vinculam.

Art. 4º A Proposta Orçamentária do Município evidenciará as receitas em conformidade com a Portaria conjunta nº.001, de 20 de Junho de 2011, e alterações posteriores efetuadas pelo Ministério da Fazenda e a despesa em conformidade com a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de Maio de 2001 e posteriores alterações, com o seguinte desdobramento:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias

Econômicas;

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

III - Resumo Geral da Despesa;

IV - Programa de Trabalho;

V - Programa de Trabalho de Governo por Funções, Sub-Funções, Programas, por Projetos e Atividades;

VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, e Sub-Funções conforme o Vínculo com os Recursos;

VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;

VIII - Demonstrativo da Despesa por modalidade, podendo ser indicado o seu desdobramento por Elemento e/ou Sub-Elemento, segundo cada Unidade Orçamentária;

IX - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;

X - Demonstrativo da Evolução da Receita por fonte, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000;

XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa por categoria econômica, podendo ser indicada as modalidades;

XII - Demonstrativo do orçamento fiscal.

§ 1º - Os Fundos Municipais poderão integrar o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

§ 2º - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº. 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001, Portaria conjunta nº. 001, de 20 de Junho de 2011 e alterações posteriores efetuadas pelo Ministério da Fazenda.

Art. 5º O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Executivo, e dos Fundos e instituto abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde (descentralizado);

- Fundo Municipal de Assist. Social (centralizado);

- Fundo Municipal da criança e adolescência (centralizado);

- Fundo Assist. Médica dos serv. Públicos (descentralizado);

- Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais (descentralizado);

Art. 6º Mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterà:

I - Texto da Lei;

II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Arrecadada dos exercícios de 2011 a 2013, fixada para 2014 e projetada para 2015 a 2017;

III - Quadro Demonstrativo da Dívida Fundada em 31 de Dezembro de 2013 e a projeção de desembolso para os exercícios de 2015 a 2017;

IV - Quadro Demonstrativo da Dívida Flutuante, com identificação das contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa da Proposta orçamentária à Câmara Municipal;

V - Quadro demonstrativo da composição do Ativo Financeiro no último dia do mês imediatamente anterior à remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;

VI - Quadro Demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados nos exercícios de 2011 a 2013;

VII - Justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2015;

VIII - Quadro Demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas de 2011 a 2013, despesas com pessoal por Poder para o mesmo período e percentual de comprometimento;

IX - Demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito, se for o caso.

#### CAPÍTULO III

##### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2014

obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo e seus Fundos e as ações e metas serão extraídas do Plano Plurianual atualizado.

Art. 8º Os estudos para definição da previsão da Receita para o exercício de 2015, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior e fatores locais que possam influenciar da definição da previsão da receita.

Art. 9º Se a receita estimada para o exercício de 2015, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

- I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação de despesas com horas extras;
- III - redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
- IV - redução dos investimentos programados;
- V - redução de contratos, auxílios, contribuições e subvenções;
- VI - demissão de ocupantes de cargos comissionados.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 11 A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não poderá exceder, no exercício de 2015 a 10% (Dez por cento) da Receita Corrente Líquida fixada no exercício de 2015.

Art. 12 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo IX desta Lei.

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2014.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 13 O Orçamento para o exercício de 2015, de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 5% da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, resultado primário e reforço de dotações orçamentárias, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 14 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 15 Para atender o disposto na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000, o Executivo Municipal incumbir-se-á do seguinte:

- I - estabelecer programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, com a devida publicação, dentro do prazo legal;
- II - publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas fiscais de receitas e despesas, e se não atingidas deverá realizar cortes na realização de despesas do Poder Executivo e do Legislativo;
- III - O Poder Executivo Municipal emitirá ao final de cada semestre, relatório de gestão fiscal, avaliando o cumprimento das metas fiscais, em audiência pública.

Art. 16 Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

§ 1º - Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, serão considerados na apuração do excesso de arrecadação pa-ra fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais;

§ 2º - A eventual arrecadação de receitas de determinada fonte de recursos vinculados ou não, em montante superior ao previsto na Lei do Orçamento Anual, se constituirá recurso hábil a suplementações orçamentárias por excesso de arrecadação, ou provável excesso, quando evidenciado o ingresso do recurso excedente ou comprovado através de convênio firmado em cada fonte específica.

Art. 17 As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2015, serão as constantes no Anexo VII desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 18 A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica.

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade Municipal.

Art. 19 Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade deverá apresentar declaração de funcionamento regular em 2014, por autoridades locais, e comprovante de regularidade fiscal e de sua Diretoria.

Art. 20 As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com a respectiva prestação de contas.

Art. 21 Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 22 Despesas de custeios de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 23 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2015, a preços correntes.

Art. 24 O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

- I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;
- II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;
- III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 40% (trinta por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;
- IV - transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do Inciso VI do Artigo 167 da Constituição Federal.

Art. 25 Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, fiscais e no plano plurianual, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes do Anexo X desta Lei e alterações posteriores.

#### CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DÍVIDA PÚBLICA

Art. 26 O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir novos programas e ações.

Art. 27 Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2015, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento e incluídas posteriormente mediante crédito especial ou suplementar.

Art. 28 As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária com alterações posteriores e autorizadas por lei específica.

Art. 29 A verificação dos limites da dívida pública serão feitas na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

#### CAPÍTULO V

#### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 30 - O Executivo Municipal, mediante lei, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 31 A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 32 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 33 O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000:

- I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;
- II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- V - Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 34 Os contratos de terceirização de mão-de-obra realizados com a Administração Pública Municipal, que se referirem à substituição de servidores ou empregados públicos, serão contabilizados como "outras despesas de pessoal".

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal, excluídas as despesas decorrentes de utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 35 A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

#### CAPÍTULO VI

#### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentado estudos do seu impacto e atender ao disposto no Artigo 14 da Lei

Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 37 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 38 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

#### CAPÍTULO VII

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39 O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 40 Caso seja necessária à limitação de empenhos e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, paralisação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição de cotas mensais do orçamento em cada órgão; reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§ 1º - Na hipótese de ocorrência dos dispostos no caput deste artigo, o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação financeira e empenho.

Art. 41 O Poder Executivo Municipal deverá elaborar e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2014, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão do Poder Executivo, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 42 Até o dia 30 de Outubro de 2014, O Executivo Municipal encaminhará a Câmara Municipal à proposta orçamentária para o Exercício Financeiro de 2015.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo, respeitando-se evidentemente toda a tramitação prevista no Regimento Interno da mesma.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2014, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a;

- Anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 43 O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhado cópia de todos os convênios firmados a Câmara Municipal de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 44 Fazem parte integrante desta Lei os seguintes Anexos:

- a) - Demonstrativo I - Metas anuais;
- b) - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

c) - Demonstrativo III - Metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixas nos três exercícios anteriores;  
d) - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;  
e) - Demonstrativo V - Origem e aplicação de recursos obtidos com alienação de ativos;  
f) - Demonstrativo VI - Avaliação da Situação financeira e atuarial do RPPS;  
g) - Demonstrativo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;  
h) - Demonstrativo VIII - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;  
i) Anexo I - Metodologia de Cálculo das Receitas;  
j) Anexo II - Metodologia de Cálculo das Despesas;  
l) Anexo III - Metodologia de Cálculo do Resultado Primário;  
m) Anexo IV - Metodologia de Cálculo do Resultado Nominal;  
n) Anexo V - Metodologia de Cálculo do Montante da Dívida;  
o) Anexo VII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais;  
p) Anexo VIII - Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por;

Art. 45 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.  
Art. 46 Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso (SC) em 19 de dezembro de 2014.  
CLAUDEMIR CESCO  
Prefeito Municipal

---

### **CÂMARA MUNICIPAL**

---

#### **PORTARIA N. 005/2014**

PORTARIA Nº 005/2014, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA.

CLAUDEMIR SARTOREL, Presidente da Câmara Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 22 de Dezembro de 2014 a 20 de Janeiro de 2015, totalizando 30 dias de férias a Servidora SILBELI MATOS GANASINI, do quadro de Pessoal do Poder Legislativo.

Art. 2º - O período de aquisição é de 02/02/2011 a 02/02/2012, correspondente a 10 dias.

Art. 3º - O período de aquisição é de 02/02/2012 a 02/02/2013, correspondente a 20 dias.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Salto Veloso, em 22 de Dezembro de 2014.  
CLAUDEMIR SARTOREL  
PRESIDENTE

#### **PORTARIA N. 006/2014**

PORTARIA Nº 006/2014, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA.

CLAUDEMIR SARTOREL, Presidente da Câmara Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 40 dias de Férias, no período compreendido de 22 de Dezembro de 2014 a 30 de Janeiro de 2015, totalizando 40 dias de férias a Servidora SUSANA ABATI, do quadro de Pessoal do Poder Legislativo.

Art. 2º - O período de aquisição é de 02/02/2012 a 02/02/2013, correspondente a 30 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Salto Veloso, em 22 de Dezembro de 2014.  
CLAUDEMIR SARTOREL  
PRESIDENTE

#### **PORTARIA N. 007/2014**

PORTARIA Nº 007/2014, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA.

CLAUDEMIR SARTOREL, Presidente da Câmara Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 15 dias de Férias, no período compreendido de 22 de Dezembro de 2014 a 05 de Janeiro de 2015, totalizando 15 dias de férias a Servidora GABRIELA BISSANI, do quadro de Pessoal do Poder Legislativo.

Art. 2º - O período de aquisição é de 16/06/2013 a 16/06/2014, correspondente a 30 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Salto Veloso, em 22 de Dezembro de 2014.  
CLAUDEMIR SARTOREL  
PRESIDENTE

**PORTARIA N. 008/2014**

PORTARIA Nº 008/2014, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA.

CLAUDEMIR SARTOREL, Presidente da Câmara Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 22 de Dezembro de 2014 a 20 de Janeiro de 2015, totalizando 30 dias de férias a Servidora FERNANDA CRISTINA VITALI DE BORTOLI, do quadro de Pessoal do Poder Legislativo.

Art. 2º - O período de aquisição é de 01/11/2013 a 01/11/2014, correspondente a 30 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Salto Veloso, em 22 de Dezembro de 2014.  
CLAUDEMIR SARTOREL  
PRESIDENTE

**Santa Rosa do Sul****PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO 191/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 191/2014

Processo de Licitação nº 95/2014 - DL

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: MARCIO LUIS DA ROSA BROCCA-MEI

OBJETO: Execução de serviços de mão-de-obra na construção de 2(duas) cabeceiras de Ponte na comunidade de Lajeado, no município de Santa Rosa do Sul/SC, tudo de conformidade com o projeto arquitetônico, memorial descritivo e cronograma físico financeiro.

Base Legal: Lei nº 8.666/93 e subsidiariamente ao Código Civil e Código de Defesa do Consumidor.

VALOR: R\$ 19.950,00 (Dezenove mil novecentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: 30 dias apartir da ordem de serviço

Assinatura do contrato 17/12/2014

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 15/2014

TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 15/2014

Pelo presente instrumento de contrato, o FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Ernesto Francisco Cardoso, CNPJ n. 11.360.515/0001-19, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa IDEALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, estabelecida na cidade de Pato Branco - PR, CNPJ n. 09.285.600/0001-18, neste ato representado pelo Sr Adriana Chiocheta Rissardi, residente e domiciliado em Pato Branco, CPF/RG n. 014.993.589-70 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo de Rescisão Parcial ao contrato n. 15/2014, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

**CLAÚSULA PRIMEIRA:** Fica pelo presente Termo e a partir desta data (16/12/2014), rescindido o contrato nº. 15/2014 e as partes liberadas dos deveres constante no referido Contrato.

**CLAÚSULA SEGUNDA:** A rescisão esta sendo realizada, com amparo nos termos previsto no Contrato original e por excepcional interesse da municipalidade, posto que o Município não necessita dos itens constante no Contrato.

Para que surta os legais e desejados efeitos, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, perante as testemunhas abaixo identificados.

Santa Terezinha do Progresso/SC, 16 de dezembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

### TERMO DE RESCISAO DE CONTRATO N. 54/2014

TERMO DE RESCISAO DE CONTRATO N. 54/2014

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida Tancredo Neves, CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa ANTONIO WALCZALCKI, estabelecida na cidade de Santa Terezinha do Progresso - SC, neste ato representado pelo Sr Antonio Walczalcki, residente e domiciliado em Santa Terezinha do Progresso, CPF/RG n. 297.064.249-20o doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo de Rescisão Parcial ao contrato n. 54/2014, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

**CLAÚSULA PRIMEIRA:** Fica pelo presente Termo e a partir desta data (16/12/2014), rescindido o contrato nº. 54/2014 e as partes liberadas dos deveres constante no referido Contrato.

**CLAÚSULA SEGUNDA:** A rescisão esta sendo realizada, com amparo nos termos previsto no Contrato original e por excepcional

interesse da municipalidade, posto que o Município não necessita dos itens constante no Contrato.

Para que surta os legais e desejados efeitos, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, perante as testemunhas abaixo identificados.

Santa Terezinha do Progresso/SC, 16 de dezembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

### TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 02/2014

TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 02/2014

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida Tancredo Neves, CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa AUTO POSTO VVS LTDA estabelecida na cidade de Santa Terezinha do Progresso - SC, CNPJ n.73.528.887/0001-69, neste ato representado pelo Sr. Ilenir Pedrinho Secchi, residente e domiciliado em Santa Terezinha do Progresso, CPF/RG n. 867.238.049-53, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo de Rescisão Parcial ao contrato n. 02/2014, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

**CLAÚSULA PRIMEIRA:** Fica pelo presente rescindido parcialmente o contrato original no valor de R\$ 16.629,00 (Dezesseis Mil Seiscentos e Vinte e Nove Reais), conforme tabela a seguir:

LOTE	ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	VL unit	VLR
3	4,00	GL	526	Oleo Lubrificante nº 90 API GL 4 Galao com 20 Litros	230,00	920,00
5	5,00	GL	1423	Oleo Lubrificante Hidraulico ATF TIPO A galao com 20 litros	225,00	1.125,00
6	8,00	GL		Oleo Lubrificante WBF100 galao com 20 litros	248,00	1.984,00
7	13,00	GL		Oleo Lubrificante 10 W 46 galao com 20 litros	240,00	3.120,00

29	25,00	GL		Oleo Lubrificante Hidraulico nº 68 galao com 20 litros	200,00	5.000,00
----	-------	----	--	--	--------	----------

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato por este aditado permanecem em vigor. Para que surta os legais e desejados efeitos, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, perante as testemunhas abaixo identificados.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 28 de outubro de 2014.  
JACOB GILMAR JUNGES ILENIR PEDRINHO SECCHI  
PREFEITO MUNICIPAL Contratado  
Contratante

### **TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 68/2014**

TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 68/2014

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida Tancredo Neves, CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa MOACIR LUIZ NOHATTO, estabelecida na cidade de Santa Terezinha do Progresso - SC, CNPJ n.15.147.616/0001-67, neste ato representado pelo Sr Moacir Luiz Nohatto, residente e domiciliado em Santa Terezinha do Progresso, CPF/RG n. 425.155.729-87 o doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo de Rescisão Parcial ao contrato n. 68/2014, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLAÚSULA PRIMEIRA: Fica pelo presente Termo e a partir desta data (16/12/2014), rescindido o contrato nº. 68/2014 e as partes liberadas dos deveres constante no referido Contrato.

CLAÚSULA SEGUNDA: A rescisão esta sendo realizada, com amparo nos termos previsto no Contrato original e por excepcional interesse da municipalidade, posto que o Município não necessita dos itens constante no Contrato.

Para que surta os legais e desejados efeitos, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, perante as testemunhas abaixo identificados.

Santa Terezinha do Progresso/SC, 16 de dezembro de 2014.  
JACOB GILMAR JUNGES  
PREFEITO MUNICIPAL  
Contratante

### **DECRETO N. 325 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.**

DECRETO N. 325 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.  
REGULARIZA FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO NOS FERIADOS DE FIM DE ANO E DÁ OUTRAS PROVISÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

#### **DECRETA:**

Art. 1º. Fica regularizado o atendimento ao público nos feriados de fim de ano em todos os departamentos do Município de Santa Terezinha do Progresso, conforme itinerário a seguir:

Art. 2º. O atendimento no prédio da Prefeitura Municipal, a partir desta data, será apenas interno. O atendimento ao público acontece somente a partir de 05 de Janeiro de 2015 no horário das 7:00hs às 13:00hs.

Art. 3º Estão também em recesso as Secretarias de Educação e de Assistência Social que também voltam ao atendimento normal em 05 de Janeiro.

Art. 4º. Já as Secretarias de Agricultura, Infraestrutura e Saúde não terão expediente nos dias 24, 25, 26 e 31 de Dezembro de 2014 e 01 e 02 de Janeiro de 2015. Nos demais dias o atendimento será das 7:00hs às 13:00hs.

Parágrafo Único - Nos dias em que não haverá expediente, a Secretaria Municipal de Saúde disponibilizará Plantão para atender possíveis necessidades urgentes da população.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Santa Terezinha do Progresso (SC),  
18 de Dezembro de 2014.  
JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA  
Diretora de Recursos Humanos.  
Matricula nº 1268/8

### **DECRETO Nº 322/2014**

DECRETO Nº 322/2014

Dispõe sobre a regulamentação da autorização para crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1241/2014,

#### **DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, por conta dos recursos de excesso arrecadação da Receita do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural, no valor de R\$ 146.000,00 (cento e quarenta e seis mil reais).

1000.00.00.00.00 Receitas Correntes

1700.00.00.00.00 Transferências Correntes

1721.00.00.00.00 Transferências da União

1721.01.00.00.00 Participação na Receita da União

1721.01.05.00.00 Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural

1721.99.00.00.00 Outras Transferências da União

0100 - Recursos Ordinários

Art. 2º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013,

até o valor de R\$ 146.000,00 (cento e quarenta e seis mil reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

02.000 Gabinete do Prefeito Municipal				
02.01 Administração Superior do Município				
041220006.2.002000 Manutenção das atividades de Adm. Superior do Mun.				
33	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Obras				
267820040.2.032000 Manutenção das atividades de estradas de rodagem				
604	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	30.000,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
175120040.2.034000 Manutenção dos serviços de tratamento e distribuição de água potável				
732	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
736	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.000,00
09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103040025.2.042000 Vigilância Sanitária				
1004	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.500,00
09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025003 Saúde da Família				
811	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	31.500,00
09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025006 Rede Básica de Saúde				
876	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	50.000,00
10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082440028.2.028001 Centro de Referência Social				
1222	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.000,00
10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082440028.2.028003 Assistência Social				
1318	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	4.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 17 de Dezembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA  
Diretora de Recursos Humanos.  
Matricula nº 1268/8

**DECRETO Nº 324/2014**

DECRETO Nº 324/2014

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso III, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei nº 1161 de 27 de Novembro de 2013;

**DECRETA**

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de até R\$ 3.000,00 (três mil reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

01.00 Câmara Municipal de Vereadores				
01.01 Câmara Municipal de Vereadores				
010310001.2.001000 manutenção das atividades do Poder Legislativo				
29	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a seguir especificados:

01.00 Câmara Municipal de Vereadores				
01.01 Câmara Municipal de Vereadores				
010310001.2.001000 manutenção das atividades do Poder Legislativo				
01	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 17 de Dezembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA  
Diretora de Recursos Humanos.  
Matricula nº 1268/8

**PORTARIA Nº 146/2014**

PORTARIA Nº 146/2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE**

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, ao servidor público municipal Sr. LAURI JOSE LEVINALLI, matrícula nº 1019/7, ocupante do cargo de Agente de Manutenção e Conservação, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura relativamente ao período aquisitivo 09/08/2013 a 08/08/2014, a serem gozadas no período de 19 de Dezembro de 2014 a 17 de Janeiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 19 de Dezembro de 2014.  
JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA  
Diretora de Recursos Humanos  
Matricula nº 1268/8

**PORTARIA Nº 147/2014**

PORTARIA Nº 147/2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE**

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, ao servidor público municipal Sr. ANTONIO RIMOLDI, matrícula nº 807/9, ocupante do cargo de Operador de Trator de Esteira, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura relativamente ao período aquisitivo 08/03/2013 a 04/03/2014, a serem gozadas no período de 19 de Dezembro de 2014 a 17 de Janeiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 19 de Dezembro de 2014.  
JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA  
Diretora de Recursos Humanos  
Matricula nº 1268/8

**PORTARIA Nº 148/2014**

PORTARIA Nº 148/2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE**

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, ao servidor público municipal Sr. CASSEMIRO DA COSTA, matrícula nº 1044/8, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde Pública, relativamente ao período aquisitivo 18/01/2012 a 17/01/2013, a serem gozadas no período de 19 de Dezembro de 2014 a 17 de Janeiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 19 de Dezembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

**REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:**

GISELDA DEOLA

Diretora de Recursos Humanos

Matricula nº 1268/8

**TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 14/2014**

TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 14/2014

Pelo presente instrumento de contrato, o FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Ernesto Francisco Cardoso, CNPJ n. 11.360.515/0001-19, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa DAMEDI - DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP, estabelecida na cidade de Pato Branco - PR, CNPJ n.95.368.320/0001-05, neste ato representado pelo Dalci Dambros, residente e domiciliado em Pato Branco, CPF/RG n. 546.515.499-34 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo de Rescisão Parcial ao contrato n. 14/2014, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLAÚSULA PRIMEIRA: Fica pelo presente Termo e a partir desta data (16/12/2014), rescindido o contrato nº. 14/2014 e as partes liberadas dos deveres constante no referido Contrato.

CLAÚSULA SEGUNDA: A rescisão esta sendo realizada, com amparo nos termos previsto no Contrato original e por excepcional interesse da municipalidade, posto que o Município não necessita dos itens constante no Contrato.

Para que surta os legais e desejados efeitos, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, perante as testemunhas abaixo identificados.

Santa Terezinha do Progresso/SC, 16 de dezembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

**TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 17/2014**

TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 17/2014

Pelo presente instrumento de contrato, o FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Ernesto Francisco Cardoso, CNPJ n.11.360.515/0001-19, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA, estabelecida na cidade de FRANCISCO BELTRAO - PR, CNPJ nº. 06.194.440/0001-03, neste ato representado pelo Sr. ROMANO ANTONIO POSSATTO, residente e domiciliado em FRANCISCO BELTRAO, CPF/RG n. 196.017.609-97 o doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo de Rescisão Parcial ao contrato n. 17/2014, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLAÚSULA PRIMEIRA: Fica pelo presente Termo e a partir desta data (16/12/2014), rescindido o contrato nº. 17/2014 e as partes liberadas dos deveres constante no referido Contrato.

CLAÚSULA SEGUNDA: A rescisão esta sendo realizada, com amparo nos termos previsto no Contrato original e por excepcional interesse da municipalidade, posto que o Município não necessita dos itens constante no Contrato.

Para que surta os legais e desejados efeitos, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, perante as testemunhas abaixo identificados.

Santa Terezinha do Progresso/SC, 16 de dezembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

**TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 18/2014**

TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 18/2014

Pelo presente instrumento de contrato, o FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Ernesto Francisco Cardoso, CNPJ n. 11.360.515/0001-19, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa VANUSA DIAS EIRELI - EPP estabelecida na cidade de CHAPECO - SC, CNPJ nº. 08.850.926/0001-88, neste ato representado pelo Sr. VINICIOS ROLIM DE MOURA, residente e domiciliado em Chapeco -SC, CPF/RG n. 012.999.330-17 o doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo de Rescisão Parcial ao contrato n. 18/2014, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLAÚSULA PRIMEIRA: Fica pelo presente Termo e a partir desta data (16/12/2014), rescindido o contrato nº. 18/2014 e as partes liberadas dos deveres constante no referido Contrato.

CLAÚSULA SEGUNDA: A rescisão esta sendo realizada, com amparo nos termos previsto no Contrato original e por excepcional interesse da municipalidade, posto que o Município não necessita dos itens constante no Contrato.

Para que surta os legais e desejados efeitos, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada

parte, perante as testemunhas abaixo identificados.

Santa Terezinha do Progresso/SC, 16 de dezembro de 2014.  
JACOB GILMAR JUNGES  
PREFEITO MUNICIPAL  
Contratante

### **TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 37/2014**

TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 37/2014

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida Tancredo Neves, CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa EB DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA ME, estabelecida na cidade de Santa Terezinha do Progresso - SC, CNPJ n. 13.723.337/0001-79 neste ato representado pelo Sr Gilberto Grunewald, residente e domiciliado em Santa Terezinha do Progresso, CPF/RG n. 040.187.049-92 o doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo de Rescisão Parcial ao contrato n. 37/2014, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLAUSULA PRIMEIRA: Fica pelo presente Termo e a partir desta data (16/12/2014), rescindido o contrato nº. 37/2014 e as partes liberadas dos deveres constante no referido Contrato.

CLAUSULA SEGUNDA: A rescisão esta sendo realizada, com amparo nos termos previsto no Contrato original e por excepcional interesse da municipalidade, posto que o Município não necessita dos itens constante no Contrato.

Para que surta os legais e desejados efeitos, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, perante as testemunhas abaixo identificados.

Santa Terezinha do Progresso/SC, 16 de dezembro de 2014.  
JACOB GILMAR JUNGES  
PREFEITO MUNICIPAL  
Contratante

### **TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 55/2014**

TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 55/2014

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida Tancredo Neves, CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa BENTO COMPARIN, estabelecida na cidade de Santa Terezinha do Progresso - SC, neste ato representado pelo Sr BENTO COMPARIN, residente e domiciliado em Santa Terezinha do Progresso, CPF/RG n. 425.151.579-04 o doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo de Rescisão Parcial ao contrato n. 55/2014, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLAUSULA PRIMEIRA: Fica pelo presente Termo e a partir desta data (16/12/2014), rescindido o contrato nº. 55/2014 e as partes liberadas dos deveres constante no referido Contrato.

CLAUSULA SEGUNDA: A rescisão esta sendo realizada, com amparo nos termos previsto no Contrato original e por excepcional interesse da municipalidade, posto que o Município não necessita dos itens constante no Contrato.

Para que surta os legais e desejados efeitos, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, perante as testemunhas abaixo identificados.

Santa Terezinha do Progresso/SC, 16 de dezembro de 2014.  
JACOB GILMAR JUNGES  
PREFEITO MUNICIPAL  
Contratante

### **TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 56/2014**

TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 56/2014

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida Tancredo Neves, CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa BERTILO PEDRO SCHONARTH, estabelecida na cidade de Santa Terezinha do Progresso - SC, neste ato representado pelo Sr BERTILO PEDRO SCHONARTH, residente e domiciliado em Santa Terezinha do Progresso, CPF/RG n. 148.310.159-20, o doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo de Rescisão Parcial ao contrato n. 56/2014, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLAUSULA PRIMEIRA: Fica pelo presente Termo e a partir desta data (16/12/2014), rescindido o contrato nº. 56/2014 e as partes liberadas dos deveres constante no referido Contrato.

CLAUSULA SEGUNDA: A rescisão esta sendo realizada, com amparo nos termos previsto no Contrato original e por excepcional interesse da municipalidade, posto que o Município não necessita dos itens constante no Contrato.

Para que surta os legais e desejados efeitos, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, perante as testemunhas abaixo identificados.

Santa Terezinha do Progresso/SC, 16 de dezembro de 2014.  
JACOB GILMAR JUNGES  
PREFEITO MUNICIPAL  
Contratante

### **TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 57/2014**

TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 57/2014

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida Tancredo Neves, CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa DIRCEU ROQUE RECALCATI estabelecida na cidade de Santa Terezinha do Progresso - SC, neste ato representado pelo Sr DIRCEU ROQUE RECALCATI residente e domiciliado em Santa Terezinha do Progresso, CPF/RG n. 589.970.329-68, o doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo

de Rescisão Parcial ao contrato n. 57/2014, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

**CLAÚSULA PRIMEIRA:** Fica pelo presente Termo e a partir desta data (16/12/2014), rescindido o contrato nº. 57/2014 e as partes liberadas dos deveres constante no referido Contrato.

**CLAÚSULA SEGUNDA:** A rescisão esta sendo realizada, com amparo nos termos previsto no Contrato original e por excepcional interesse da municipalidade, posto que o Município não necessita dos itens constante no Contrato.

Para que surta os legais e desejados efeitos, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, perante as testemunhas abaixo identificados.

Santa Terezinha do Progresso/SC, 16 de dezembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

### **TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 59/2014**

TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 59/2014

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICIPIÓ DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida Tancredo Neves, CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa FLAVIO SCHNEIDER estabelecida na cidade de Santa Terezinha do Progresso - SC, neste ato representado pelo Sr FLAVIO SCHNEIDER residente e domiciliado em Santa Terezinha do Progresso, CPF/RG n.220.329.409-49, o doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo de Rescisão Parcial ao contrato n. 59/2014, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

**CLAÚSULA PRIMEIRA:** Fica pelo presente Termo e a partir desta data (16/12/2014), rescindido o contrato nº. 59/2014 e as partes liberadas dos deveres constante no referido Contrato.

**CLAÚSULA SEGUNDA:** A rescisão esta sendo realizada, com amparo nos termos previsto no Contrato original e por excepcional interesse da municipalidade, posto que o Município não necessita dos itens constante no Contrato.

Para que surta os legais e desejados efeitos, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, perante as testemunhas abaixo identificados.

Santa Terezinha do Progresso/SC, 16 de dezembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

### **TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 60/2014**

TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 60/2014

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICIPIÓ DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida Tancredo Neves, CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa JUNIOR RIGO estabelecida na cidade de Santa Terezinha do Progresso - SC, neste ato representado pelo Sr JUNIOR RIGO residente e domiciliado em Santa Terezinha do Progresso, CPF/RG n. 056.495.159-56, o doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo de Rescisão Parcial ao contrato n. 60/2014, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

**CLAÚSULA PRIMEIRA:** Fica pelo presente Termo e a partir desta data (16/12/2014), rescindido o contrato nº. 60/2014 e as partes liberadas dos deveres constante no referido Contrato.

**CLAÚSULA SEGUNDA:** A rescisão esta sendo realizada, com amparo nos termos previsto no Contrato original e por excepcional interesse da municipalidade, posto que o Município não necessita dos itens constante no Contrato.

Para que surta os legais e desejados efeitos, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, perante as testemunhas abaixo identificados.

Santa Terezinha do Progresso/SC, 16 de dezembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

### **TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 61/2014**

TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 61/2014

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICIPIÓ DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida Tancredo Neves, CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa SEMEX DO BRASIL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, estabelecida na cidade de Blumenau - SC, CNPJ nº. 00.593.476/0001-83, neste ato representado pelo Sr Nelson Eduardo Ziehlsdofrr, residente e domiciliado em Blumenau, CPF/RG n.019.843.059-05 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo de Rescisão Parcial ao contrato n. 61/2014, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

**CLAÚSULA PRIMEIRA:** Fica pelo presente Termo e a partir desta data (16/12/2014), rescindido o contrato nº. 61/2014 e as partes liberadas dos deveres constante no referido Contrato.

**CLAÚSULA SEGUNDA:** A rescisão esta sendo realizada, com amparo nos termos previsto no Contrato original e por excepcional interesse da municipalidade, posto que o Município não necessita dos itens constante no Contrato.

Para que surta os legais e desejados efeitos, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, perante as testemunhas abaixo identificados.

Santa Terezinha do Progresso/SC, 16 de dezembro de 2014.  
JACOB GILMAR JUNGES  
PREFEITO MUNICIPAL  
Contratante

### **TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 64/2014**

TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 64/2014

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICIPIÓ DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida Tancredo Neves, CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa VALDIR COMPARIN - EIRELI - ME, estabelecida na cidade de Santa Terezinha do Progresso - SC, CNPJ nº. 19.673.001/0001-25, neste ato representado pelo Sr Valdir Comparin, residente e domiciliado em Santa Terezinha do Progresso, CPF/RG n. 061.022.959-19 o doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo de Rescisão Parcial ao contrato n. 64/2014, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLAÚSULA PRIMEIRA: Fica pelo presente Termo e a partir desta data (16/12/2014), rescindido o contrato nº. 64/2014 e as partes liberadas dos deveres constante no referido Contrato.

CLAÚSULA SEGUNDA: A rescisão esta sendo realizada, com amparo nos termos previsto no Contrato original e por excepcional interesse da municipalidade, posto que o Município não necessita dos itens constante no Contrato.

Para que surta os legais e desejados efeitos, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, perante as testemunhas abaixo identificados.

Santa Terezinha do Progresso/SC, 16 de dezembro de 2014.  
JACOB GILMAR JUNGES  
PREFEITO MUNICIPAL  
Contratante

### **TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 69/2014**

TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 69/2014

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICIPIÓ DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida Tancredo Neves, CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa SCS COMERCIO LTDA, estabelecida na cidade de Maravilha - SC, CNPJ nº. 13.995.853/0001-52, neste ato representado pelo Sr Thiago Andre Zanetti, residente e domiciliado em Maravilha - SC, CPF/RG n. 027.479.569-89 o doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo de Rescisão Parcial ao contrato n. 69/2014, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLAÚSULA PRIMEIRA: Fica pelo presente Termo e a partir desta data (16/12/2014), rescindido o contrato nº. 69/2014 e as partes liberadas dos deveres constante no referido Contrato.

CLAÚSULA SEGUNDA: A rescisão esta sendo realizada, com amparo nos termos previsto no Contrato original e por excepcional

interesse da municipalidade, posto que o Município não necessita dos itens constante no Contrato.

Para que surta os legais e desejados efeitos, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, perante as testemunhas abaixo identificados.

Santa Terezinha do Progresso/SC, 16 de dezembro de 2014.  
JACOB GILMAR JUNGES  
PREFEITO MUNICIPAL  
Contratante

### **TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 72/2014**

TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 72/2014

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICIPIÓ DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida Tancredo Neves, CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa COOPERATIVA REGIONAL AURIVERDE LTDA - FILIAL 53, estabelecida na cidade de Maravilha - SC, CNPJ nº. 83.731.927/0053-50,, neste ato representado pelo Sr VITOR HENRIQUE KOLLET, residente e domiciliado em Maravilha - SC, CPF/RG n. 066.593.829-25 o doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo de Rescisão Parcial ao contrato n. 72/2014, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLAÚSULA PRIMEIRA: Fica pelo presente Termo e a partir desta data (16/12/2014), rescindido o contrato nº. 72/2014 e as partes liberadas dos deveres constante no referido Contrato.

CLAÚSULA SEGUNDA: A rescisão esta sendo realizada, com amparo nos termos previsto no Contrato original e por excepcional interesse da municipalidade, posto que o Município não necessita dos itens constante no Contrato.

Para que surta os legais e desejados efeitos, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, perante as testemunhas abaixo identificados.

Santa Terezinha do Progresso/SC, 16 de dezembro de 2014.  
JACOB GILMAR JUNGES  
PREFEITO MUNICIPAL  
Contratante

### **TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 74/2014**

TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 74/2014

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICIPIÓ DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida Tancredo Neves, CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa MOACIR LUIZ NOHATTO, estabelecida na cidade de Santa Terezinha do Progresso - SC, CNPJ n.15.147.616/0001-67, neste ato representado pelo Sr Moacir Luiz Nohatto, residente e domiciliado em Santa Terezinha do Progresso, CPF/RG n. 425.155.729-87 o doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo de Rescisão Parcial ao contrato n. 74/2014, mediante

sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLAÚSULA PRIMEIRA: Fica pelo presente Termo e a partir desta data (16/12/2014), rescindido o contrato nº. 74/2014 e as partes liberadas dos deveres constante no referido Contrato.

CLAÚSULA SEGUNDA: A rescisão esta sendo realizada, com amparo nos termos previsto no Contrato original e por excepcional interesse da municipalidade, posto que o Município não necessita dos itens constante no Contrato.

Para que surta os legais e desejados efeitos, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, perante as testemunhas abaixo identificados.

Santa Terezinha do Progresso/SC, 16 de dezembro de 2014.  
JACOB GILMAR JUNGES  
PREFEITO MUNICIPAL  
Contratante

### **TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 75/2014**

TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 69/2014

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida Tancredo Neves, CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa SCS COMERCIO LTDA, estabelecida na cidade de Maravilha - SC, CNPJ nº. 13.995.853/0001-52, neste ato representado pelo Sr Thiago Andre Zanetti, residente e domiciliado em Maravilha - SC, CPF/RG n. 027.479.569-89 o doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo de Rescisão Parcial ao contrato n. 69/2014, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLAÚSULA PRIMEIRA: Fica pelo presente Termo e a partir desta data (16/12/2014), rescindido o contrato nº. 69/2014 e as partes liberadas dos deveres constante no referido Contrato.

CLAÚSULA SEGUNDA: A rescisão esta sendo realizada, com amparo nos termos previsto no Contrato original e por excepcional interesse da municipalidade, posto que o Município não necessita dos itens constante no Contrato.

Para que surta os legais e desejados efeitos, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, perante as testemunhas abaixo identificados.

Santa Terezinha do Progresso/SC, 16 de dezembro de 2014.  
JACOB GILMAR JUNGES  
PREFEITO MUNICIPAL  
Contratante

### **TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 77/2014**

TERMO DE RESCISAO PARCIAL DO CONTRATO N. 77/2014

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida Tancredo Neves, CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa G & I MERCADO E ACOUGUE LTDA ME, estabelecida na cidade de Santa Terezinha do Progresso - SC, CNPJ nº. 09.633.111/0001-00, neste ato representado pelo Sr GICELMA DEOLA, residente e domiciliado em Santa Terezinha do Progresso, CPF/RG n.075.178.489-33 o doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo de Rescisão Parcial ao contrato n. 77/2014, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLAÚSULA PRIMEIRA: Fica pelo presente Termo e a partir desta data (16/12/2014), rescindido o contrato nº. 77/2014 e as partes liberadas dos deveres constante no referido Contrato.

CLAÚSULA SEGUNDA: A rescisão esta sendo realizada, com amparo nos termos previsto no Contrato original e por excepcional interesse da municipalidade, posto que o Município não necessita dos itens constante no Contrato.

Para que surta os legais e desejados efeitos, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, perante as testemunhas abaixo identificados.

Santa Terezinha do Progresso/SC, 16 de dezembro de 2014.  
JACOB GILMAR JUNGES  
PREFEITO MUNICIPAL  
Contratante

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 366/2014

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 366/2014  
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 14:00 horas do dia 14 de janeiro de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA ATENDIMENTO EM OCORRÊNCIAS PRÉ-HOSPITALARES NAS AMBULÂNCIAS AUTO SOCORRO DE URGÊNCIA - ASU 24, ASU 226 E ASU 233, DA 2ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO BENTO DO SUL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 18 de dezembro de 2014.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA  
Secretário de Administração

MAURO SIQUEIRA RAMOS  
Pregoeiro

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 358/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 358/2014

DA ESPÉCIE: Décimo Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Permissão de Uso de Bem Público e Prestação de Serviços com Fornecimento de Materiais de nº 275/2011, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa WEB SYSTEM INFORMÁTICA LTDA EPP, em 08 de SETEMBRO de 2011, conforme Edital de Concorrência Pública nº 245/2011.

Considerando o objeto de Contrato nº 275/2011, que consiste na escolha de permissionária para utilização de espaço público, vinculada a prestação de serviços e entrega de material de fotocópias, encadernações, plotagem, impressão a laser e cópia de segurança em CD Room, conforme projeto básico anexo ao Edital nº 245/2011;

Considerando novo processo licitatório em andamento;

Considerando o término de Contrato nº 275/2011 no dia 31 de dezembro de 2014, e sendo que para a continuidade dos serviços contratados, e devido que os serviços prestados são de natureza contínua e passíveis de prorrogação, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato, conforme Cláusula Quinta - Da Vigência do Contrato, com base no Art. 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 06 (seis) meses, a contar de 01 de janeiro de 2015 e com término em 30 de junho de 2015.

Permanece o valor do Contrato mensal em R\$ 10.094,11 (dez mil noventa e quatro reais e onze centavos), totalizando em R\$ 60.564,66 (sessenta mil quinhentos e sessenta e quatro reais e sessenta e seis centavos) para o período prorrogado, para pagamentos de acordo com o Contrato original.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 05 de dezembro de 2014.

Ass: FERNANDO TURECK, como Prefeito Municipal.

ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA, pela Secretaria de Administração do Município.

WEB SYSTEM INFORMÁTICA LTDA EPP, como Contratada.

### VIGILÂNCIA SANITÁRIA

São Bento do Sul 12 de Dezembro de 2014

Decisão Final/ Processo 033/14

Secretaria Municipal de Saúde

Divisão de Vigilância Sanitária

Padaria e Confeitaria Oxford Ltda

CNPJ 86.050.838/0001-05

Penalidade de Interdição do Estabelecimento

Luciane M K Scatolon

Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

Decisão Final/ Processo 034/14

Secretaria Municipal de Saúde

Divisão de Vigilância Sanitária

Motel Casa Blanca

CNPJ 80.429.269/0001-27

Penalidade de interdição parcial do estabelecimento

Luciane M K Scatolon

Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

São Bento do Sul 16 de Dezembro de 2014

Decisão Final/ Processo 035/14

Secretaria Municipal de Saúde

Divisão de Vigilância Sanitária

Dallavi Produtos Agropecuários Ltda ME

CNPJ 07.557.998/0001-79

Penalidade de Interdição do estabelecimento

Luciane M K Scatolon

Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

São Bento do Sul 16 de Dezembro de 2014

Decisão Final/ Processo 036/14

Secretaria Municipal de Saúde

Divisão de Vigilância Sanitária

Supermercado Germânia S/A

CNPJ 01.905.097/0001-44

Penalidade de advertência, apreensão e inutilização de carnes

Luciane M K Scatolon

Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

São Bento do Sul 16 de Dezembro de 2014d

**REPUBLICAÇÃO LEI Nº 3463/2014****Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida

Página: 1/1

Data: 05/12/2014

Especificação	2012	2013	2014	2015	2016	2017
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	60.488.474,80	21.391.582,92	17.009.632,01	16.192.000,00	16.000.000,00	16.000.000,00
Outras dívidas	30.280.957,13	947.897,84	600.000,00	0,00	0,00	0,00
Operações de crédito	28.736.449,00	19.253.364,89	15.500.000,00	16.000.000,00	16.000.000,00	16.000.000,00
Previdenciárias (INSS)	406.089,24	304.537,24	203.045,54	0,00	0,00	0,00
Demais contribuições sociais	1.064.979,43	885.782,95	706.586,47	192.000,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES(II)	6.550.000,00	6.504.014,46	9.400.000,00	7.850.000,00	8.150.000,00	8.150.000,00
Ativo disponível	6.300.000,00	6.500.000,00	7.000.000,00	7.300.000,00	7.500.000,00	7.500.000,00
Haveres financeiros	250.000,00	4.014,46	2.400.000,00	550.000,00	650.000,00	650.000,00
DCL (III) = (I - II)	53.938.474,80	14.887.568,46	7.609.632,01	8.342.000,00	7.850.000,00	7.850.000,00

---

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

---

AURIENE ROEPKE  
Secretária de Finanças

---

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
Contadora

**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

Data: 05/12/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (conforme Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Receitas	Valor	Despesas	Valor
RECEITAS CORRENTES	255.814.955,00	DESPESAS CORRENTES	186.747.017,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	30.767.000,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	113.907.027,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	9.549.370,00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	1.278.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	36.748.235,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	71.561.990,00
RECEITA DE SERVIÇOS	17.175.280,00	DESPESAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	12.215.610,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	153.187.475,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.675.410,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.387.595,00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	140.000,00
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	12.655.910,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	400.200,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	12.424.210,00		
RECEITA DE SERVIÇOS	196.700,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	35.000,00		
DEDUÇÕES DA RECEITA	-16.650.128,00		
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-16.650.128,00		
		Superavit	52.858.110,00
Total	251.820.737,00	Total	251.820.737,00
Superavit do orçamento corrente	52.858.110,00		
RECEITAS DE CAPITAL	34.386.510,00	DESPESAS DE CAPITAL	49.544.940,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	17.000.000,00	INVESTIMENTOS	43.942.540,00
ALIENAÇÃO DE BENS	883.900,00	INVERSOES FINANCEIRAS	202.400,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	565.000,00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	5.400.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	15.337.610,00	DESPESAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	546.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	600.000,00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	546.000,00
Deficit	15.704.430,00		
Total	50.090.940,00	Total	50.090.940,00
Resumo			
RECEITAS CORRENTES	255.814.955,00	76,72 %	DESPESAS CORRENTES 198.962.627,00 59,67 %
RECEITAS DE CAPITAL	34.386.510,00	10,31 %	DESPESAS DE CAPITAL 50.090.940,00 15,02 %
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMEN	12.655.910,00	3,80 %	RESERVA DE CONTINGENCIA 37.153.680,00 11,14 %
DEDUÇÕES DA RECEITA	-16.650.128,00	-4,99 %	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 47.243.915,00 14,17 %
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	47.243.915,00	14,17 %	
Total	333.451.162,00	100,00 %	Total 333.451.162,00 100,00 %

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária de Finanças

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
Contadora

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015****Anexo 1.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas**

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 1/1

Data: 05/12/2014

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Programa	R\$ 1,00		
	2015	2016	2017
<b>1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL</b>			
2 Gestão Administrativa do Gabinete	5.171.600,00	5.367.300,00	5.903.940,00
3 Procuradoria Jurídica	2.303.125,00	3.175.323,06	5.178.601,31
4 Administração Geral	9.761.260,00	10.404.200,00	11.482.160,00
5 Gerindo Recursos com Responsabilidade	9.636.080,00	13.548.367,52	15.357.722,41
6 Planejando com Eficiência	25.023.800,00	33.002.150,00	33.184.250,00
7 Desenvolvimento Econômico, Inovação e Revitalização	8.423.400,00	3.089.999,80	3.205.200,00
8 Construindo um Município de Qualidade.	13.685.750,00	14.646.100,00	14.898.740,00
15 Educação: Ética, Aprendizagem e Responsabilidade	58.851.762,00	63.589.104,00	68.317.276,00
16 Assistência Social	7.508.520,00	8.363.450,00	8.660.350,00
17 Modernizando a Agricultura e Meio Ambiente	2.410.800,00	4.300.650,00	4.848.862,50
Total da entidade:	142.776.097,00	159.486.644,38	171.037.102,22
<b>4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>			
10 Inovando na Saúde	51.987.150,00	55.327.740,00	58.183.770,00
Total da entidade:	51.987.150,00	55.327.740,00	58.183.770,00
<b>9 - IPRESBS - INST. PREV. SERV. PUB. SAO BENTO DO SUL</b>			
14 Regime Próprio de Previdência	54.234.680,00	55.260.559,00	56.605.290,00
Total da entidade:	54.234.680,00	55.260.559,00	56.605.290,00
<b>10 - EMHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO</b>			
9 Habitação com Qualidade	6.615.500,00	5.271.729,14	5.667.020,46
Total da entidade:	6.615.500,00	5.271.729,14	5.667.020,46
<b>12 - SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE</b>			
13 Universalização dos Serviços de Água e Esgoto	18.856.580,00	20.300.500,00	21.560.000,00
Total da entidade:	18.856.580,00	20.300.500,00	21.560.000,00
<b>13 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS</b>			
11 Esporte e Cidadania	4.583.140,00	4.512.840,00	4.542.040,00
Total da entidade:	4.583.140,00	4.512.840,00	4.542.040,00
<b>14 - FUNDACAO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL</b>			
12 Manutenção e Desenvolvimento da Fundação Cultural	4.354.100,00	5.005.000,00	5.011.500,00
Total da entidade:	4.354.100,00	5.005.000,00	5.011.500,00
<b>15 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL</b>			
1 Processo Legislativo	2.800.000,00	2.952.330,48	3.120.613,32
Total da entidade:	2.800.000,00	2.952.330,48	3.120.613,32
Total geral:	286.207.247,00	308.117.343,00	325.727.336,00

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
Contadora

AURIENE ROEPKE  
Secretária de Finanças

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

Página: 1/14  
Data: 05/12/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			172.005.030,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		26.589.000,00	
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS		25.976.000,00	
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	15.138.000,00		
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	10.400.000,00		
4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	Imp.s/Propr. Predial e Territ. Urbana - Rec. Livre	5.200.000,00		
4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	Imp.s/ Propr. Predial e Territ. Urbana - 25% Educa	2.600.000,00		
4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Imp. s/ Propr. Predial e Territ. Urbana - Saúde	2.600.000,00		
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	2.713.000,00		
4.1.1.1.2.04.10.00.00.00	Pessoas Físicas	183.000,00		
4.1.1.1.2.04.10.01.00.00	Pessoas Físicas - Livre	91.500,00		
4.1.1.1.2.04.10.02.00.00	Pessoas Físicas - 25% Educação	45.750,00		
4.1.1.1.2.04.10.03.00.00	Pessoas Físicas - Saúde	45.750,00		
4.1.1.1.2.04.21.00.00.00	Pessoa Jurídica - Líquida de Incentivos	106.000,00		
4.1.1.1.2.04.21.01.00.00	I.R.P.J - Líquida de Incentivos Fiscais - Livre	53.000,00		
4.1.1.1.2.04.21.02.00.00	I.R.P.J - Líquida de Incentivos Fiscais - 25% Educ	26.500,00		
4.1.1.1.2.04.21.03.00.00	I.R.P.J - Líquida de Incentivos Fiscais - Saúde	26.500,00		
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	2.424.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF s/os Rendimentos do Trabalho - Livre	1.212.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/os Rendimentos do Trabalho - 25% Educação	606.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF s/os Rendimentos do Trabalho - Saúde	606.000,00		
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	2.025.000,00		
4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - Livre	1.012.500,00		
4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - 25% Educa	506.250,00		
4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - Saúde	506.250,00		
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	10.838.000,00		
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	10.838.000,00		
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	10.838.000,00		
4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	Imp. s/Serv. Qualquer Natureza - Livre	5.419.000,00		
4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	Imp. s/Serv. Qualquer Natureza - 25% Educação	2.709.500,00		
4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	Imp. s/Serv. Qualquer Natureza - Saúde	2.709.500,00		
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		611.000,00	
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	518.000,00		
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	255.000,00		
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	190.000,00		
4.1.1.2.1.32.00.00.00.00	Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	70.000,00		
4.1.1.2.1.35.00.00.00.00	Taxa de Alinhamento e Nivelamento	1.000,00		
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	2.000,00		
4.1.1.2.1.99.00.01.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	2.000,00		
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	93.000,00		
4.1.1.2.2.28.00.00.00.00	Taxa de Cemitérios	92.000,00		
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	1.000,00		
4.1.1.2.2.99.00.01.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	1.000,00		
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		2.000,00	
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	2.000,00		
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		2.690.000,00	
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLIC.		2.690.000,00	
4.1.2.3.0.00.00.00.00.01	Custeio p/ o Serv. de Ilumin. Pública - COSIP	2.690.000,00		
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		4.446.535,00	
4.1.3.1.0.00.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS		120.000,00	
4.1.3.1.1.00.00.00.00.00	ALUGUÉIS	120.000,00		
4.1.3.1.1.01.00.00.00.00	Aluguéis de Imóveis Urbanos	120.000,00		
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		940.500,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	940.500,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remun. Depos. de Recursos Vinculados	690.500,00		
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Remun. FUNDEB	203.000,00		
4.1.3.2.5.01.02.01.00.00	FUNDEB 60%	203.000,00		

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 2/14

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Receita de Remuneração de depósitos Bancários de Recursos	5.200,00		
4.1.3.2.5.01.03.02.00.00	Receita de Remuneração de depósitos Bancários de Recursos	5.200,00		
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Remun. Depós. Banc. Rec. Vinc. - Educação	187.200,00		
4.1.3.2.5.01.05.01.00.00	Remun. Depós. Banc. Rec. Vinc. - Educação	80.000,00		
4.1.3.2.5.01.05.02.00.00	Remun. Depós. Banc. Rec. Vinc. - FNDE Sal. Educaçã	62.700,00		
4.1.3.2.5.01.05.03.00.00	Remun. Depós. Banc. Rec. Vinc. - FNDE - PNAE	3.600,00		
4.1.3.2.5.01.05.04.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. CONV FNDE	35.900,00		
4.1.3.2.5.01.05.05.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. TRANSP ESCOLAR	5.000,00		
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - CIDE	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Dep. Banc. Recursos	294.100,00		
4.1.3.2.5.01.99.01.00.00	Remun. de Recursos da COSIP	30.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.02.00.00	Remuneração de Dep. Banc. Convênios SSP/Trânsito	39.300,00		
4.1.3.2.5.01.99.02.01.00	Remun. Dep. Banc. Conv. SSP/Trânsito - Prefeitura	19.700,00		
4.1.3.2.5.01.99.02.02.00	Remun. Dep. Banc. Conv. SSP/Trânsito - PM	12.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.02.03.00	Remun. Dep. Banc. Conv. SSP/Trânsito - PC	7.600,00		
4.1.3.2.5.01.99.03.00.00	Remun. Dep. Banc. Contribuições Facultativas	26.500,00		
4.1.3.2.5.01.99.03.01.00	Remun. Depos. Banc. Contrib. Facult. - PM	2.500,00		
4.1.3.2.5.01.99.03.02.00	Remun. Depos. Banc. Contrib. Facultat. - BOMBEIROS	24.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.04.00.00	Remun. Outros Dep. Banc. - FNAS	40.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.07.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. FIA	7.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.08.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. - CONVÊNIOS	9.500,00		
4.1.3.2.5.01.99.09.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. de Rec. Vinc. FUNDETUR	3.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.10.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. TRANSP ESCOLAR	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.11.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. LEILÃO	3.500,00		
4.1.3.2.5.01.99.12.00.00	Remun de Outros Dep. Banc de Rec. Vinc. Convenios	100.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.13.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. de Rec. Vinc. Fundo Es	9.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.14.00.00	Remun. Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. Bolsa Família	6.300,00		
4.1.3.2.5.01.99.15.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. CONV FND	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.16.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. Port. Defic	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.17.00.00	Remun. Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. Operação Credi	16.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.18.00.00	Remun. Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. Bombeiros	1.000,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. NÃO VINCULADOS	250.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. NÃO VINCULADOS	250.000,00		
4.1.3.6.0.00.00.00.00.00	Receita da Cessão de Direitos		3.386.035,00	
4.1.3.6.1.00.00.00.00.00	Rec Cessão Direito Oper Pagamentos	3.386.035,00		
4.1.3.6.1.03.00.00.00.00	Rec Cessão Direito Oper Pagamento a Fornecedores	3.386.035,00		
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		956.000,00	
4.1.6.0.0.03.00.00.00.00	Serviços de Transporte	72.000,00		
4.1.6.0.0.03.06.00.00.00	Receita de Terminais Rodoviários	72.000,00		
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	767.000,00		
4.1.6.0.0.13.01.00.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	30.000,00		
4.1.6.0.0.13.03.00.00.00	Serviços Especiais PM/Bombeiro	609.000,00		
4.1.6.0.0.13.03.02.00.00	Contribuições Facultativas Bombeiros	609.000,00		
4.1.6.0.0.13.05.00.00.00	Serviços de Vistoria de Veículos	65.000,00		
4.1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serviços Administrativos	63.000,00		
4.1.6.0.0.14.00.00.00.00	Serviços de Inspeção e Fiscalização	71.000,00		
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	46.000,00		
4.1.6.0.0.99.07.00.00.00	Outras Receitas	11.000,00		
4.1.6.0.0.99.08.00.00.00	Guarda Volume	3.000,00		
4.1.6.0.0.99.09.00.00.00	Preço Público	32.000,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		129.874.000,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		129.335.000,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	33.218.660,00		
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	26.536.140,00		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	26.500.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do FPM - Livre	13.250.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do FPM - 25% Educação	6.625.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota-Parte do FPM - Saúde	6.625.000,00		

**Estado de Santa Catarina**

Página: 3/14

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

Data: 05/12/2014

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015****Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	25.640,00		
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-parte do ITR - Livre	12.820,00		
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-parte do ITR - 25% Educação	6.410,00		
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-parte do ITR - Saúde	6.410,00		
4.1.7.2.1.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	10.500,00		
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	493.000,00		
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	118.000,00		
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	375.000,00		
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	691.420,00		
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	691.420,00		
4.1.7.2.1.34.01.03.00.00	FNAS - Pessoa Portadora de Defic. Física - PPD	14.700,00		
4.1.7.2.1.34.01.06.00.00	FNAS - GESTÃO - IGD DO SUAS	22.300,00		
4.1.7.2.1.34.01.07.00.00	FNAS - Bolsa Família	27.000,00		
4.1.7.2.1.34.01.08.00.00	FNAS - Piso Básico Fixo - PBF/CRAS	288.000,00		
4.1.7.2.1.34.01.10.00.00	FNAS - Piso Fixo Média Complexidade - PFMC/CREAS	150.000,00		
4.1.7.2.1.34.01.13.00.00	FNAS - Benefícios Eventuais	13.500,00		
4.1.7.2.1.34.01.16.00.00	FNAS - Gestão - ACESSUAS	13.920,00		
4.1.7.2.1.34.01.17.00.00	FNAS - Serv. Convívio de Fortalecimento de Vínculo	42.000,00		
4.1.7.2.1.34.01.18.00.00	PAC 1 Criança e Adolescência	120.000,00		
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	4.976.100,00		
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	3.790.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	1.118.700,00		
4.1.7.2.1.35.03.01.00.00	Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNAE - Fundamental	485.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.02.00.00	Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNAE - Pré-Escola	260.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.03.00.00	Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNAE - AEE	8.700,00		
4.1.7.2.1.35.03.04.00.00	Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNAE - E.J.A.	10.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.05.00.00	Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNAE - Creche	355.000,00		
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	66.400,00		
4.1.7.2.1.35.04.01.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE - Ens. Fundamental	45.000,00		
4.1.7.2.1.35.04.03.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE - Infantil	1.900,00		
4.1.7.2.1.35.04.06.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE - Médio	19.500,00		
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	1.000,00		
4.1.7.2.1.35.99.02.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	1.000,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	192.000,00		
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	96.000,00		
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS/Desoner - L.C. Nº 87/96 - Edu	48.000,00		
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS/Desoner - L.C. Nº 87/96 - Saú	48.000,00		
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	330.000,00		
4.1.7.2.1.99.01.00.00.00	Outras Transferências da União - CEX	330.000,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	57.205.640,00		
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	56.533.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	47.300.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS - Livre	23.650.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - 25% Educação	11.825.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - Saúde	11.825.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	8.500.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-parte do IPVA - Livre	4.250.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-parte do IPVA - 25% Educação	2.125.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-parte do IPVA - Saúde	2.125.000,00		
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	733.000,00		
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Livre	375.500,00		
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 25% Educação	178.750,00		
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Saúde	178.750,00		
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	672.640,00		
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transf. dos Estados - Transp. Escolar	475.000,00		
4.1.7.2.2.99.02.00.00.00	Outras Transf. Estado - FNAS	197.640,00		
4.1.7.2.2.99.02.01.00.00	Outras Transf. Estado - FNAS Média Complexidade	95.040,00		
4.1.7.2.2.99.02.02.00.00	Outras Transf. Estado - FNAS Alta Complexidade	72.600,00		

**Estado de Santa Catarina**

Página: 4/14

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

Data: 05/12/2014

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015****Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.1.7.2.2.99.02.03.00.00	Outras Transf. Estado - FEAS BÁSICO CORRENTE	30.000,00		
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	Transferências Multigovernamentais	38.910.700,00		
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	38.910.700,00		
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	29.010.700,00		
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	9.900.000,00		
4.1.7.2.4.01.02.01.00.00	Transf. Recursos FUNDEB - 40%	9.900.000,00		
4.1.7.3.0.00.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas		43.000,00	
4.1.7.3.0.00.00.00.00.01	Transferência de Instituições Privadas	43.000,00		
4.1.7.5.0.00.00.00.00.00	Transf. de Pessoas		1.000,00	
4.1.7.5.0.00.00.00.00.01	Transferência de Pessoas	1.000,00		
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.		495.000,00	
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	97.000,00		
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	97.000,00		
4.1.7.6.1.99.00.01.00.00	Outras Transf. de Convênios da União	97.000,00		
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	226.000,00		
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	226.000,00		
4.1.7.6.2.99.99.00.00.00	Outras Conv. Estados	226.000,00		
4.1.7.6.4.00.00.00.00.00	Transferência de Convênios Instituições Privadas	172.000,00		
4.1.7.6.4.99.00.00.00.00	Transf. de Outros Convênios de Inst. Privadas	172.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>		7.449.495,00	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		2.583.000,00	
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	117.000,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	57.000,00		
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Livre	28.500,00		
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 25% Educação	14.250,00		
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Saúde	14.250,00		
4.1.9.1.1.39.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	2.000,00		
4.1.9.1.1.39.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI - Livre	1.000,00		
4.1.9.1.1.39.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI - Educação	500,00		
4.1.9.1.1.39.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI - Saúde	500,00		
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	56.000,00		
4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Livre	28.000,00		
4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 25% Educação	14.000,00		
4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Saúde	14.000,00		
4.1.9.1.1.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contrib de Melhoria	1.000,00		
4.1.9.1.1.98.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contrib de Melhoria - Livre	1.000,00		
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	1.000,00		
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	1.000,00		
4.1.9.1.1.99.01.01.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos - Livre	1.000,00		
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	492.900,00		
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	332.000,00		
4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - Livre	166.000,00		
4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 25% Educ	83.000,00		
4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - Saúde	83.000,00		
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	64.000,00		
4.1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Livre	32.000,00		
4.1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 25% Educa	16.000,00		
4.1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Saúde	16.000,00		
4.1.9.1.3.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. San.	6.600,00		
4.1.9.1.3.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Contrib Melhoria	7.300,00		
4.1.9.1.3.98.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Contrib Melhoria - Li	7.300,00		
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	83.000,00		
4.1.9.1.3.99.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Trib. - Livre	83.000,00		
4.1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	27.100,00		
4.1.9.1.5.09.00.00.00.00	MJM Receita Div Ativa Serv de Inspeç Fiscalização	1.000,00		
4.1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	26.100,00		
4.1.9.1.5.99.01.00.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec - Principal	26.100,00		
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	28.000,00		

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 5/14

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	28.000,00		
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	1.918.000,00		
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	1.702.000,00		
4.1.9.1.9.15.01.00.00.00	Convênio SSP/Trânsito	762.000,00		
4.1.9.1.9.15.01.01.00.00	Convênio SSP/Trânsito - Prefeitura Municipal	760.000,00		
4.1.9.1.9.15.01.02.00.00	Convênio SSP/Trânsito - PM	1.000,00		
4.1.9.1.9.15.01.03.00.00	Convênio SSP/Trânsito - PC	1.000,00		
4.1.9.1.9.15.02.00.00.00	Convênio SSP/Trânsito	940.000,00		
4.1.9.1.9.15.02.01.00.00	Convênio SSP/Trânsito - Prefeitura Municipal	780.000,00		
4.1.9.1.9.15.02.02.00.00	Convênio SSP/Trânsito - PM	80.000,00		
4.1.9.1.9.15.02.03.00.00	Convênio SSP/Trânsito - PC	80.000,00		
4.1.9.1.9.26.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação Defesa Direitos Difusos	210.000,00		
4.1.9.1.9.26.02.00.00.00	M Previstas Legislação Defesa Dir Difusos	210.000,00		
4.1.9.1.9.26.02.01.00.00	M Previstas Legislação Defesa Dir Difusos Outros	210.000,00		
4.1.9.1.9.32.00.00.00.00	Multas Aplicadas no Âmbito de Processo Judicial	4.000,00		
4.1.9.1.9.32.20.00.00.00	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	4.000,00		
4.1.9.1.9.32.20.00.00.01	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Conselho Tut	3.000,00		
4.1.9.1.9.32.20.00.00.02	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Policia Militar	1.000,00		
4.1.9.1.9.35.00.00.00.00	Multas por Danos ao Meio Ambiente	1.000,00		
4.1.9.1.9.35.20.00.00.00	Multas Judiciais por Danos ao Meio Ambiente	1.000,00		
4.1.9.1.9.50.00.00.00.00	Multas por Auto de Infração	1.000,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		29.000,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	29.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	29.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.01.00.00	Outras Restit. em folha	29.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.01.01.00	Outras Rest. Folha - FUNDEB 60%	10.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.01.02.00	Outras Rest. Folha - FUNDEB 40%	5.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.01.03.00	Outras Rest. Folha - Trânsito	1.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.01.04.00	Outras Rest. Folha - Iluminação Publica	1.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.01.05.00	Outras Rest. Folha - MDE	1.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.01.06.00	Outras Rest. Folha - Prefeitura	1.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.01.99.00	Outras Restituições	10.000,00		
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		4.639.995,00	
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	4.616.295,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	4.137.925,00		
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Livre	793.180,00		
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 25% Educação	1.034.480,00		
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Saúde	2.310.265,00		
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	264.000,00		
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Livre	132.000,00		
4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 25% Educação	66.000,00		
4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Saúde	66.000,00		
4.1.9.3.1.35.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tx de Fiscaliz. e Vigil. Sanitária	47.000,00		
4.1.9.3.1.98.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. das Contrib de Melhoria	10.620,00		
4.1.9.3.1.98.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. das Contrib de Melhoria	10.620,00		
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	156.750,00		
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	156.750,00		
4.1.9.3.1.99.01.01.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	156.750,00		
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	23.700,00		
4.1.9.3.2.25.00.00.00.00	Receita Dívida Ativa Serv de Inspeç Fiscalização	1.000,00		
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	22.700,00		
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Recit - Princ	22.700,00		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		197.500,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	197.500,00		
4.1.9.9.0.99.00.00.01.00	Outras Receitas	197.500,00		
4.1.9.9.0.99.00.00.01.01	Outras Receitas - Prefeitura	1.000,00		
4.1.9.9.0.99.00.00.01.02	Outras Receitas - Contribuições Facultativas Policia Militar	196.500,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			30.264.610,00

## Estado de Santa Catarina

Página: 6/14

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

Data: 05/12/2014

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

## Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		17.000.000,00	
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas		17.000.000,00	
4.2.1.1.9.00.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	17.000.000,00		
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		200.000,00	
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	Alienação de Bens Móveis		200.000,00	
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	200.000,00		
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		13.064.610,00	
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		7.392.610,00	
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	7.392.610,00		
4.2.4.2.1.00.00.01.00.00	Transferências União	7.392.610,00		
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		5.672.000,00	
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	1.000.000,00		
4.2.4.7.1.02.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	1.000.000,00		
4.2.4.7.1.02.20.00.00.00	Outros Conv. União Area Educação	1.000.000,00		
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	4.672.000,00		
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio dos Estados	4.672.000,00		
4.2.4.7.2.99.00.01.00.00	Outras Transf. Conv. dos Estados	4.672.000,00		
4.7.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS			203.500,00
4.7.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		203.500,00	
4.7.2.3.0.00.00.00.00.00	Transferências dos Municípios		203.500,00	
4.7.2.3.0.00.00.00.00.01	Custeio p/Serv. Iluminação Pública	203.500,00		
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			-16.650.128,00
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-16.650.128,00	
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências		-16.650.128,00	
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-5.343.528,00		
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-5.305.128,00		
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-5.300.000,00		
9.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Dedução Receita do FPM - FUNDEB	-5.300.000,00		
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-5.128,00		
9.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-5.128,00		
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-38.400,00		
9.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-38.400,00		
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-11.306.600,00		
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-11.306.600,00		
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-9.460.000,00		
9.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB - ICMS	-9.460.000,00		
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-1.700.000,00		
9.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-1.700.000,00		
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-146.600,00		
9.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB - IPI E	-146.600,00		
			<b>Total das receitas:</b>	<b>185.823.012,00</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS</b>				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMEN			
4.5.0.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMEN			2.070.000,00
4.5.1.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMEN		2.070.000,00	
4.5.1.1.0.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMEN		2.070.000,00	
4.5.1.1.2.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMEN	2.070.000,00		
4.5.1.1.2.01.00.00.00.00	COTA RECEBIDA	2.070.000,00		
4.5.1.1.2.01.01.00.00.00	Transferência Financeira Recebida	2.070.000,00		
			<b>Total das transferências</b>	<b>2.070.000,00</b>
			<b>Total por entidade:</b>	<b>187.893.012,00</b>
<b>Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			20.950.975,00



## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 7/14

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		300.000,00	
4.1.1.2.0.00.00.00.00	TAXAS		300.000,00	
4.1.1.2.1.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	300.000,00		
4.1.1.2.1.17.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	300.000,00		
4.1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		171.500,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		171.500,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	171.500,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	171.500,00		
4.1.3.2.5.01.03.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. SUS PAB	146.500,00		
4.1.3.2.5.01.03.01.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. SUS PAB	42.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.02.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. SUS Teto	40.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.03.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. SUS CEO	20.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.04.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. SUS Epidem.	25.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.05.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. SUS Vig. Sanit.	4.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.06.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. SUS DST/AIDS	10.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.07.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. SUS Com. Ba. Farm.	3.500,00		
4.1.3.2.5.01.03.09.00	Remuneração Depósitos Bancários Gestão SUS	500,00		
4.1.3.2.5.01.03.10.00	Remuneração de Outros Dep. Banc. Vinc. Atenção Bás	500,00		
4.1.3.2.5.01.03.12.00	Remuneração de Média e Alta	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Saúde	20.000,00		
4.1.3.2.5.01.08.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Ações e Serv.	5.000,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		20.443.475,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		20.443.475,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	17.848.275,00		
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	17.848.275,00		
4.1.7.2.1.33.11.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	5.225.000,00		
4.1.7.2.1.33.11.10.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	2.000.000,00		
4.1.7.2.1.33.11.10.60	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	2.000.000,00		
4.1.7.2.1.33.11.30.00	Saúde da Família	2.575.000,00		
4.1.7.2.1.33.11.30.10	Saúde da Família	1.030.000,00		
4.1.7.2.1.33.11.30.11	Saúde Bucal	270.000,00		
4.1.7.2.1.33.11.30.12	Agentes Comunitários de Saúde	1.275.000,00		
4.1.7.2.1.33.11.39.00	Outros Programas Financ. por Transf. Fund.	650.000,00		
4.1.7.2.1.33.12.00.00	Teto Financeiro	11.587.500,00		
4.1.7.2.1.33.12.10.00	Teto Financeiro	8.762.500,00		
4.1.7.2.1.33.12.10.17	Teto Financeiro	8.500.000,00		
4.1.7.2.1.33.12.10.20	SAMU - Serv. Atend. Móvel de Urgência	157.500,00		
4.1.7.2.1.33.12.10.59	CEO - Centro Espec. Odontológicas	105.000,00		
4.1.7.2.1.33.12.14.00	CAPS	420.000,00		
4.1.7.2.1.33.12.20.00	Terapia Renal Substitutiva	2.400.000,00		
4.1.7.2.1.33.12.20.57	Terapia Renal Substitutiva	2.400.000,00		
4.1.7.2.1.33.12.99.00	Outros Programas Fundo a Fundo FAEC	5.000,00		
4.1.7.2.1.33.13.00.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	525.775,00		
4.1.7.2.1.33.13.10.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	480.775,00		
4.1.7.2.1.33.13.10.16	Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	400.000,00		
4.1.7.2.1.33.13.10.18	Vigilância Epid. e Amb. em Saúde - DST/HIV	80.775,00		
4.1.7.2.1.33.13.20.00	Vigilância Sanitária	45.000,00		
4.1.7.2.1.33.13.20.15	Vigilância Sanitária	45.000,00		
4.1.7.2.1.33.14.00.00	Componente Básico de Assistência Farmacêutica	500.000,00		
4.1.7.2.1.33.14.10.00	Componente Básico de Assistência Farmacêutica	500.000,00		
4.1.7.2.1.33.14.10.63	Componente Básico de Assistência Farmacêutica	500.000,00		
4.1.7.2.1.33.15.00.00	Qualificação Gestão do SUS	10.000,00		
4.1.7.2.1.33.15.10.00	Qualificação Gestão do SUS	10.000,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00	Transferências dos Estados	2.595.200,00		
4.1.7.2.2.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	2.595.200,00		
4.1.7.2.2.33.01.00.00	Atenção Farmacêutica	405.000,00		
4.1.7.2.2.33.02.00.00	PSF	289.000,00		
4.1.7.2.2.33.04.00.00	CEO	79.200,00		

## Estado de Santa Catarina

Página: 8/14

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

Data: 05/12/2014

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

## Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.2.33.05.00.00.00	Oxigenioterapia	102.000,00		
4.1.7.2.2.33.07.00.00.00	Redes de Urgência e Emergência	1.200.000,00		
4.1.7.2.2.33.08.00.00.00	Medica e Alta Complexidade	500.000,00		
4.1.7.2.2.33.11.00.00.00	Incentivo para Captação de Órgãos	20.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		36.000,00	
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		36.000,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	36.000,00		
4.1.9.2.2.07.00.00.00.00	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	21.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	15.000,00		
4.1.9.2.2.99.01.00.00.00	Outras Restituições	15.000,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			1.300.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1.300.000,00	
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		1.300.000,00	
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	500.000,00		
4.2.4.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	500.000,00		
4.2.4.2.1.01.03.00.00.00	Bloco de Investimento Média e Alta Complexidade	500.000,00		
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	800.000,00		
4.2.4.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	500.000,00		
4.2.4.2.2.02.00.00.00.00	Transf. de Recursos Destinados Programas	300.000,00		
<b>Total das receitas:</b>				<b>22.250.975,00</b>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMEN			
4.5.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMEN			29.806.175,00
4.5.1.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAME		29.806.175,00	
4.5.1.1.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMI		29.806.175,00	
4.5.1.1.2.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMI	29.806.175,00		
4.5.1.1.2.01.00.00.00.000000	COTA RECEBIDA	29.806.175,00		
4.5.1.1.2.01.01.00.00.000000	Transferência Financeira Recebida	29.806.175,00		
<b>Total das transferências</b>				<b>29.806.175,00</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>52.057.150,00</b>
<b>Entidade: 9 - IPRESBS - INST. PREV. SERV. PUB. SAO BENTO DO SUL</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			39.016.970,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		6.859.370,00	
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		6.859.370,00	
4.1.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib. Previd. do Regime Próprio	6.859.370,00		
4.1.2.1.0.29.07.00.00.00	Contrib. de Servidor Ativo para o RPPS	6.826.120,00		
4.1.2.1.0.29.07.01.00.00	Contribuição Serv. Ativo Civil - Prefeitura	4.550.000,00		
4.1.2.1.0.29.07.02.00.00	Contrib. Serv. Ativo Civil - SAMAE	341.000,00		
4.1.2.1.0.29.07.03.00.00	Contrib. Serv. Ativo Civil - Câmara	37.900,00		
4.1.2.1.0.29.07.04.00.00	Contrib. Serv. Ativo Civil - Fundo de Saúde	1.720.000,00		
4.1.2.1.0.29.07.05.00.00	Contrib. Serv. Ativo Civil - EMHAB	38.600,00		
4.1.2.1.0.29.07.06.00.00	Contrib. Serv. Ativo Civil - Fund. Cultural	98.400,00		
4.1.2.1.0.29.07.07.00.00	Contrib. Serv. Ativo Civil - Fund. Desportos	22.200,00		
4.1.2.1.0.29.07.08.00.00	Contrib. Serv. Ativo Civil - IPRESBS	18.020,00		
4.1.2.1.0.29.09.00.00.00	Contribuições de Servidor Inativo para o RPPS	16.750,00		
4.1.2.1.0.29.11.00.00.00	Contribuições de Pensionista para o RPPS	16.500,00		
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		31.546.600,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		31.546.600,00	
4.1.3.2.8.00.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPPS	31.546.600,00		
4.1.3.2.8.10.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPPS Renda Fixa	31.071.600,00		
4.1.3.2.8.20.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPPS Renda Variáv	475.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		611.000,00	
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		611.000,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	611.000,00		
4.1.9.2.2.10.00.00.00.00	Compensações Financeiras entre o Reg Geral e RPPS	610.000,00		

## Estado de Santa Catarina

Página: 9/14

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

Data: 05/12/2014

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

## Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 9 - IPRESBS - INST. PREV. SERV. PUB. SAO BENTO DO SUL</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	1.000,00		
4.1.9.2.2.99.01.00.00.00	Outras Restituições	1.000,00		
4.7.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS			12.255.710,00
4.7.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		12.220.710,00	
4.7.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		12.220.710,00	
4.7.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib. Previd. do Regime Próprio - Intra-Orçam.	12.220.710,00		
4.7.2.1.0.29.01.00.00.00	Contrib. Patr. Servi. Ativo - Intra-Orçam.	9.167.562,00		
4.7.2.1.0.29.01.01.00.00	Contrib. Patronal Serv. Ativo - Prefeitura	5.744.866,00		
4.7.2.1.0.29.01.02.00.00	Contrib. Patronal Serv. Ativo - SAMAE	568.800,00		
4.7.2.1.0.29.01.03.00.00	Contrib. Patronal Serv. Ativo - Câmara	73.023,00		
4.7.2.1.0.29.01.04.00.00	Contrib. Patronal Serv. Ativo - Fundo de Saúde	2.500.871,00		
4.7.2.1.0.29.01.05.00.00	Contrib. Patronal Serv. Ativo - EMHAB	58.105,00		
4.7.2.1.0.29.01.06.00.00	Contrib. Patronal Serv. Ativo - Fund. Cultural	148.089,00		
4.7.2.1.0.29.01.07.00.00	Contrib. Patronal Serv. Ativo - Fund. Desportos	34.548,00		
4.7.2.1.0.29.01.08.00.00	Contrib. Patronal Serv. Ativo - IPRESBS	39.260,00		
4.7.2.1.0.29.13.00.00.00	Contribuição Previdenc para Amortiz do Déficit Atu	2.507.848,00		
4.7.2.1.0.29.13.01.00.00	Contrib. Previd. p/Cobertura Déficit - PREFEITURA	1.571.544,00		
4.7.2.1.0.29.13.02.00.00	Contrib. p/Cobertura Déficit - SAMAE	155.600,00		
4.7.2.1.0.29.13.03.00.00	Contrib. p/Cobertura Déficit - Câmara	19.977,00		
4.7.2.1.0.29.13.04.00.00	Contrib. p/Cobertura Déficit - SAÚDE	684.129,00		
4.7.2.1.0.29.13.05.00.00	Contrib. p/Cobertura Déficit - EMHAB	15.895,00		
4.7.2.1.0.29.13.06.00.00	Contrib. p/Cobertura Déficit - Fund. Cultural	40.511,00		
4.7.2.1.0.29.13.07.00.00	Contrib. p/Cobertura Déficit - FMD	9.452,00		
4.7.2.1.0.29.13.08.00.00	Contrib. p/Cobertura Déficit - IPRESBS	10.740,00		
4.7.2.1.0.29.15.00.00.00	Contr. Previd em Regime de Parcelamento de Débitos	545.300,00		
4.7.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		35.000,00	
4.7.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		35.000,00	
4.7.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora-Outras Receitas	35.000,00		
4.7.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	35.000,00		
<b>Total das receitas:</b>				<b>51.272.680,00</b>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMEN			2.962.000,00
4.5.0.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMEN			2.962.000,00
4.5.1.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMEN		2.962.000,00	
4.5.1.1.0.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMEN		2.962.000,00	
4.5.1.1.2.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMEN	2.962.000,00		
4.5.1.1.2.01.00.00.00.00	COTA RECEBIDA	2.962.000,00		
4.5.1.1.2.01.01.00.00.00	Transferência Financeira Recebida	2.962.000,00		
<b>Total das transferências</b>				<b>2.962.000,00</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>54.234.680,00</b>
<b>Entidade: 10 - EMHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			147.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		76.000,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		76.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	76.000,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	2.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	2.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.99.00.00	Remun.de Outros Depós.Banc.Rec. Vinculados	2.000,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. Outros Dep. Banc. Rec. ã Vinc.	74.000,00		
4.1.3.2.5.02.01.00.00.00	Remun.de Outros Depós.Banc.Rec.Não Vinc.	14.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. Outros Dep. Banc. Rec. ã Vinc.	60.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		71.000,00	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		70.000,00	
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	70.000,00		
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	70.000,00		

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 10/14

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 10 - EMHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		1.000,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	1.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	1.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.99	Outras Restituições	1.000,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			1.780.000,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		615.000,00	
4.2.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		615.000,00	
4.2.2.2.5.00.00.00.00.00	Alienação de Imóveis Urbanos	615.000,00		
4.2.3.0.0.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		565.000,00	
4.2.3.0.0.99.00.00.00.00	Amortização de Empréstimos Diversos - EMHAB	565.000,00		
4.2.3.0.0.99.00.01.00.00	Amortização de Empréstimos Diversos EMHAB por Grupos	565.000,00		
4.2.3.0.0.99.00.01.00.01	Amort. Emprést. - Grupo 1	28.000,00		
4.2.3.0.0.99.00.01.00.03	Amort. Emprést. - Grupo 3	12.000,00		
4.2.3.0.0.99.00.01.00.05	Amort. Emprést. - Grupo 5	115.000,00		
4.2.3.0.0.99.00.01.00.06	Amort. Emprést. - Grupo 6	32.000,00		
4.2.3.0.0.99.00.01.00.07	Amort. Emprést. - Grupo 7	32.000,00		
4.2.3.0.0.99.00.01.00.08	Amort. Emprést. - Grupo 8	3.000,00		
4.2.3.0.0.99.00.01.00.10	Amort. Emprést. - Grupo 10	37.000,00		
4.2.3.0.0.99.00.01.00.12	Amort. Emprést. - Grupo 12	27.000,00		
4.2.3.0.0.99.00.01.00.13	Amort. Emprést. - Grupo 13	12.000,00		
4.2.3.0.0.99.00.01.00.14	Amort. Emprést. - Grupo 14	14.000,00		
4.2.3.0.0.99.00.01.00.15	Amort. Emprést. - Grupo 15	31.000,00		
4.2.3.0.0.99.00.01.00.16	Amort. Emprést. - Grupo 16	23.000,00		
4.2.3.0.0.99.00.01.00.17	Amort. Emprést. - Grupo 17	2.000,00		
4.2.3.0.0.99.00.01.00.18	Amort. Emprést. - Grupo 18	8.000,00		
4.2.3.0.0.99.00.01.00.19	Amort. Emprést. - Grupo 19	7.000,00		
4.2.3.0.0.99.00.01.00.20	Amort. Emprést. - Grupo 20	50.000,00		
4.2.3.0.0.99.00.01.00.21	Amort. Emprést. - Grupo 21	2.000,00		
4.2.3.0.0.99.00.01.00.22	Amort. Emprést. - Grupo 22 (COHAB)	80.000,00		
4.2.3.0.0.99.00.01.00.99	Outras Receitas de Empréstimos e Financiamentos Diversos	50.000,00		
4.2.5.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		600.000,00	
4.2.5.5.0.00.00.00.00.00	Rec D.Ativa de Amort Empréstimos e Financiamento		600.000,00	
4.2.5.5.0.00.00.01.00.00	Rec. Dív. Ativa de Amort. Emprést. e Financ. - EMHAB	600.000,00		
4.2.5.5.0.00.00.01.00.01	Rec. Dív. Ativa Amort. Emprést. - Grupo 1	72.000,00		
4.2.5.5.0.00.00.01.00.03	Rec. Dív. Ativa Amort. Emprést. - Grupo 3	10.000,00		
4.2.5.5.0.00.00.01.00.04	Rec. Dív. Ativa Amort. Emprést. - Grupo 4	102.000,00		
4.2.5.5.0.00.00.01.00.05	Rec. Dív. Ativa Amort. Emprést. - Grupo 5	145.000,00		
4.2.5.5.0.00.00.01.00.06	Rec. Dív. Ativa Amort. Emprést. - Grupo 6	22.000,00		
4.2.5.5.0.00.00.01.00.07	Rec. Dív. Ativa Amort. Emprést. - Grupo 7	40.000,00		
4.2.5.5.0.00.00.01.00.08	Rec. Dív. Ativa Amort. Emprést. - Grupo 8	2.000,00		
4.2.5.5.0.00.00.01.00.10	Rec. Dív. Ativa Amort. Emprést. - Grupo 10	24.000,00		
4.2.5.5.0.00.00.01.00.12	Rec. Dív. Ativa Amort. Emprést. - Grupo 12	10.000,00		
4.2.5.5.0.00.00.01.00.13	Amort. Emprést. Dív. Ativa - Grupo 13	26.000,00		
4.2.5.5.0.00.00.01.00.14	Rec. Dív. Ativa Amort. Emprést. - Grupo 14	8.000,00		
4.2.5.5.0.00.00.01.00.15	Rec. Dív. Ativa Amort. Emprést. - Grupo 15	22.000,00		
4.2.5.5.0.00.00.01.00.16	Rec. Dív. Ativa Amort. Emprést. - Grupo 16	28.000,00		
4.2.5.5.0.00.00.01.00.17	Rec. Dív. Ativa Amort. Emprést. - Grupo 17	2.000,00		
4.2.5.5.0.00.00.01.00.18	Rec. Dív. Ativa Amort. Emprést. - Grupo 18	3.000,00		
4.2.5.5.0.00.00.01.00.19	Rec. Dív. Ativa Amort. Emprést. - Grupo 19	16.000,00		
4.2.5.5.0.00.00.01.00.20	Rec. Dív. Ativa Amort. Emprést. - Grupo 20	55.000,00		
4.2.5.5.0.00.00.01.00.21	Rec. Dív. Ativa Amort. Emprést. - Grupo 21	13.000,00		
			<b>Total das receitas:</b>	<b>1.927.000,00</b>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMEN			
4.5.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMEN			4.688.500,00
4.5.1.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMEN		4.688.500,00	
4.5.1.1.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMI		4.688.500,00	

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 11/14

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 10 - EMHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO</b>				
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
4.5.1.1.2.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAM	4.688.500,00		
4.5.1.1.2.01.00.00.00.000000	COTA RECEBIDA	4.688.500,00		
4.5.1.1.2.01.01.00.00.000000	Transferência Financeira Recebida	4.688.500,00		
<b>Total das transferências</b>				<b>4.688.500,00</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>6.615.500,00</b>
<b>Entidade: 12 - SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			20.648.980,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		3.878.000,00	
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		3.878.000,00	
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	3.878.000,00		
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	3.878.000,00		
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		480.600,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		480.600,00	
4.1.3.2.2.00.00.00.00.00	Dividendos	200,00		
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	480.400,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	39.500,00		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	39.500,00		
4.1.3.2.5.01.99.20.00.00	Remun. Depos. Recursos Oper. Crédito Saneamento	39.500,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	440.900,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Rem. de Outros Depos. Banc. de Recursos Não Vinc.	440.900,00		
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		16.080.280,00	
4.1.6.0.0.41.00.00.00.00	Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	13.823.580,00		
4.1.6.0.0.41.01.00.00.00	Tarifa de Água Residencial	10.454.800,00		
4.1.6.0.0.41.02.00.00.00	Tarifa de Água Comercial	1.883.600,00		
4.1.6.0.0.41.03.00.00.00	Tarifa de Água Industrial	1.127.600,00		
4.1.6.0.0.41.04.00.00.00	Tarifa de Água Poderes Públicos	184.180,00		
4.1.6.0.0.41.05.00.00.00	Ligações de Água	173.400,00		
4.1.6.0.0.42.00.00.00.00	Serv. de Coleta/Transp/Trat/Destin Final do Esgoto	1.988.700,00		
4.1.6.0.0.42.01.00.00.00	Tarifa de Coleta de Esgoto Residencial	1.516.500,00		
4.1.6.0.0.42.02.00.00.00	Tarifa de Coleta de Esgoto Comercial	154.400,00		
4.1.6.0.0.42.03.00.00.00	Tarifa de Coleta de Esgoto Industrial	295.600,00		
4.1.6.0.0.42.04.00.00.00	Tarifa de Coleta de Esgoto Poderes Públicos	8.400,00		
4.1.6.0.0.42.05.00.00.00	Ligações de Esgoto	13.800,00		
4.1.6.0.0.48.00.00.00.00	Serviços de Religamento de Água	147.100,00		
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	120.900,00		
4.1.6.0.0.99.01.00.00.00	Desligamento de Água/Esgoto	7.300,00		
4.1.6.0.0.99.02.00.00.00	Taxa de Expediente	60.200,00		
4.1.6.0.0.99.03.00.00.00	Aferição de Hidrômetro	300,00		
4.1.6.0.0.99.04.00.00.00	Conservação	13.800,00		
4.1.6.0.0.99.05.00.00.00	Atualização do Padrão de Ligação	300,00		
4.1.6.0.0.99.06.00.00.00	Análises de Água	3.100,00		
4.1.6.0.0.99.07.00.00.00	Outras Receitas	35.900,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		210.100,00	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		139.500,00	
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	139.500,00		
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	139.500,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		46.500,00	
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	3.000,00		
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	3.000,00		
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	43.500,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	43.500,00		
4.1.9.2.2.99.01.00.00.00	Outras Restituições	43.500,00		
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		22.700,00	
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	22.700,00		
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	22.700,00		

**Estado de Santa Catarina**

Página: 12/14

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

Data: 05/12/2014

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015****Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 12 - SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	22.700,00		
4.1.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		1.400,00	
4.1.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	1.400,00		
4.1.9.0.99.11.00.00.00	Outras Receitas - SAMAE	1.400,00		
4.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			67.900,00
4.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		67.900,00	
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		67.900,00	
4.2.2.1.5.00.00.00.00.00	Alienação de Veículos	59.100,00		
4.2.2.1.5.00.01.00.00.00	Alienação de Veículos Diversos	59.100,00		
4.2.2.1.6.00.00.00.00.00	Alienação de Móveis e Utensílios	6.400,00		
4.2.2.1.6.00.01.00.00.00	Alienação de Móveis e Utensílios Diversos	6.400,00		
4.2.2.1.7.00.00.00.00.00	Alienação de Equipamentos	2.400,00		
4.2.2.1.7.00.01.00.00.00	Alienação de Equipamento de Informática	2.400,00		
4.7.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS			196.700,00
4.7.6.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		196.700,00	
4.7.6.0.04.00.00.00.00	Serv. Captação, Adução, Trat. Res. Distrib. Água	180.000,00		
4.7.6.0.04.04.00.00.00	Tarifa de Água Poderes Públicos	180.000,00		
4.7.6.0.04.02.00.00.00	Serv. de Coleta, Transp., Trat. e Dest. Final Res.	16.700,00		
4.7.6.0.04.02.04.00.00	Tarifa de Coleta de Esgoto Poderes Públicos	16.700,00		
<b>Total das receitas:</b>				<b>20.913.580,00</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>20.913.580,00</b>
<b>Entidade: 13 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			1.787.000,00
4.1.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		9.000,00	
4.1.3.2.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		2.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	2.000,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.98.00.00	Remun. de Outros Dep. de Rec. Vinc.	1.000,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Dep. de Rec. não Vinc.	1.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.01.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. NÃO VINCULADOS	1.000,00		
4.1.3.3.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES		7.000,00	
4.1.3.3.00.00.00.00.00	Rec. Concessões e Permissões - Dir Uso Bens Públic	7.000,00		
4.1.3.3.01.00.00.00.00	Rec de Concessão de Direito Real Uso Área Pública	7.000,00		
4.1.6.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		125.000,00	
4.1.6.0.01.00.00.00.00	Serviços Recreativos e Culturais	125.000,00		
4.1.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.650.000,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		1.650.000,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	1.650.000,00		
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	1.650.000,00		
4.1.9.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		3.000,00	
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		2.000,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	2.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	2.000,00		
4.1.9.2.2.99.01.00.00.00	Outras Restituições	2.000,00		
4.1.9.0.99.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		1.000,00	
4.1.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	1.000,00		
4.1.9.0.99.12.00.00.00	Outras Receitas - Diversas -PMSBS	1.000,00		
<b>Total das receitas:</b>				<b>1.787.000,00</b>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
4.0.0.0.00.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMEN'			
4.5.0.0.00.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMEN			2.796.140,00
4.5.1.0.00.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAME		2.796.140,00	
4.5.1.1.00.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMI		2.796.140,00	

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 13/14

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 13 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS</b>				
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
4.5.1.1.2.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAM	2.796.140,00		
4.5.1.1.2.01.00.00.00.000000	COTA RECEBIDA	2.796.140,00		
4.5.1.1.2.01.01.00.00.000000	Transferência Financeira Recebida	2.796.140,00		
<b>Total das transferências</b>				<b>2.796.140,00</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>4.583.140,00</b>
<b>Entidade: 14 - FUNDACAO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			1.259.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		18.000,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		3.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	3.000,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários Vinculados	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.01.00.00	Remun. Depos. Banc. Conta Vinculada	1.000,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	2.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Dep. de Rec. não Vinc.	2.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.01.00.00	Rem. Outros Dep. Banc. Rec. Não Vinc. 1	1.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.02.00.00	Rem. Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. 2	1.000,00		
4.1.3.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES		15.000,00	
4.1.3.3.3.00.00.00.00.00	Rec. Concessões e Permissões - Dir Uso Bens Públic	15.000,00		
4.1.3.3.3.01.00.00.00.00	Rec de Concessão de Direito Real Uso Área Pública	8.000,00		
4.1.3.3.3.02.00.00.00.00	Rec de Outorga de Dir Uso/Explor de Criação Proteg	7.000,00		
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		14.000,00	
4.1.6.0.0.19.00.00.00.00	Serviços Recreativos e Culturais	14.000,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.220.000,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		1.000.000,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	900.000,00		
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	900.000,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	100.000,00		
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	100.000,00		
4.1.7.2.2.99.99.00.00.00	Outras Transf. dos Estados - Outros	100.000,00		
4.1.7.3.0.00.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas		160.000,00	
4.1.7.3.1.00.00.00.00.00	Transf. Instituições Privadas	160.000,00		
4.1.7.7.0.00.00.00.00.00	Transferências para o Combate à Fome		60.000,00	
4.1.7.7.2.00.00.00.00.00	Provenientes de Pessoas Jurídicas	60.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		7.000,00	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		1.000,00	
4.1.9.1.2.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora das Contribuições	1.000,00		
4.1.9.1.2.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Contribuições	1.000,00		
4.1.9.1.2.99.01.00.00.00	M/J de Mora de Outras Contrib - Principal	1.000,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		6.000,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	6.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	6.000,00		
4.1.9.2.2.99.01.00.00.00	Outras Restituições	4.000,00		
4.1.9.2.2.99.02.00.00.00	Outras Restituições	2.000,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			974.000,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		1.000,00	
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		1.000,00	
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	1.000,00		
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		973.000,00	
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		65.000,00	
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	65.000,00		
4.2.4.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	65.000,00		
4.2.4.3.0.00.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas		180.000,00	
4.2.4.3.0.01.00.00.00.00	Transf. Instituições Privadas	180.000,00		
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		728.000,00	

**Estado de Santa Catarina**

Página: 14/14

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

Data: 05/12/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 14 - FUNDACAO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	728.000,00		
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	728.000,00		
<b>Total das receitas:</b>				<b>2.233.000,00</b>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMEN			
4.5.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMEN			2.121.100,00
4.5.1.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAME		2.121.100,00	
4.5.1.1.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMI		2.121.100,00	
4.5.1.1.2.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAM	2.121.100,00		
4.5.1.1.2.01.00.00.00.000000	COTA RECEBIDA	2.121.100,00		
4.5.1.1.2.01.01.00.00.000000	Transferência Financeira Recebida	2.121.100,00		
<b>Total das transferências</b>				<b>2.121.100,00</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>4.354.100,00</b>
<b>Entidade: 15 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL</b>				
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMEN			
4.5.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMEN			2.800.000,00
4.5.1.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAME		2.800.000,00	
4.5.1.1.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMI		2.800.000,00	
4.5.1.1.2.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAM	2.800.000,00		
4.5.1.1.2.01.00.00.00.000000	COTA RECEBIDA	2.800.000,00		
4.5.1.1.2.01.01.00.00.000000	Transferência Financeira Recebida	2.800.000,00		
<b>Total das transferências</b>				<b>2.800.000,00</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>2.800.000,00</b>
<b>Total geral das transferências:</b>				<b>47.243.915,00</b>
<b>Total geral das receitas:</b>				<b>286.207.247,00</b>
<b>Total geral:</b>				<b>333.451.162,00</b>

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária de Finanças

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
Contadora

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)**  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 1/14  
Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL</b>					
<b>Órgão: 02.00</b>	<b>Gabinete do Prefeito</b>	<b>20.851.150,00</b>	<b>112.260.907,00</b>	<b>9.664.040,00</b>	<b>187.893.012,00</b>
<b>Unidade: 02.01</b>	<b>Gabinete do Prefeito</b>	<b>0,00</b>	<b>4.396.400,00</b>	<b>775.200,00</b>	<b>5.171.600,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>3.436.900,00</b>	<b>775.200,00</b>	<b>4.212.100,00</b>
04	Administração		3.436.900,00		3.436.900,00
04.122	Administração Geral		2.511.800,00		2.511.800,00
04.122.0002	Gestão Administrativa do Gabinete		2.511.800,00		2.511.800,00
04.122.0002.2.002	Gestão do Gabinete do Prefeito		2.511.800,00		2.511.800,00
04.125	Normatização e Fiscalização		18.500,00		18.500,00
04.125.0002	Gestão Administrativa do Gabinete		18.500,00		18.500,00
04.125.0002.2.011	Departamento de Controle Interno - DECIN		18.500,00		18.500,00
04.131	Comunicação Social		906.600,00		906.600,00
04.131.0002	Gestão Administrativa do Gabinete		906.600,00		906.600,00
04.131.0002.4.002	Departamento de Comunicação Social - DECS		906.600,00		906.600,00
28	Encargos Especiais			775.200,00	775.200,00
28.845	Outras Transferências			775.200,00	775.200,00
28.845.0002	Gestão Administrativa do Gabinete			775.200,00	775.200,00
28.845.0002.0.049	Auxílios Financeiros para Associações de Moradores e outras Entidades.			775.200,00	775.200,00
<b>Unidade: 02.02</b>	<b>Bombeiros</b>	<b>0,00</b>	<b>709.200,00</b>	<b>0,00</b>	<b>709.200,00</b>
04	Administração		75.200,00		75.200,00
04.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		75.200,00		75.200,00
04.302.0002	Gestão Administrativa do Gabinete		75.200,00		75.200,00
04.302.0002.4.004	Gestão do Atendimento Pré-Hospitalar - BOMBEIROS		75.200,00		75.200,00
06	Segurança Pública		634.000,00		634.000,00
06.182	Defesa Civil		634.000,00		634.000,00
06.182.0002	Gestão Administrativa do Gabinete		634.000,00		634.000,00
06.182.0002.2.004	Manutenção e Conservação da OBM		634.000,00		634.000,00
<b>Unidade: 02.03</b>	<b>Polícia Militar</b>	<b>0,00</b>	<b>200.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>200.000,00</b>
06	Segurança Pública		200.000,00		200.000,00
06.181	Policimento		200.000,00		200.000,00
06.181.0002	Gestão Administrativa do Gabinete		200.000,00		200.000,00
06.181.0002.2.005	Contribuições Facultativas - Polícia Militar		200.000,00		200.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 2/14  
Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL</b>					
<b>Órgão: 02.00</b>	<b>Gabinete do Prefeito</b>	<b>20.851.150,00</b>	<b>112.260.907,00</b>	<b>9.664.040,00</b>	<b>187.893.012,00</b>
<b>Unidade: 02.04</b>	<b>Manutencao da Defesa Civil</b>	<b>0,00</b>	<b>4.396.400,00</b>	<b>775.200,00</b>	<b>5.171.600,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>50.300,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50.300,00</b>
06	Seguranca Pública		50.300,00		50.300,00
06.182	Defesa Civil		50.300,00		50.300,00
06.182.0002	Gestão Administrativa do Gabinete		50.300,00		50.300,00
06.182.0002.2.003	Departamento de Defesa Civil		50.300,00		50.300,00
<b>Órgão: 03.00 Procuradoria</b>					
<b>Unidade: 03.01</b>	<b>Assessoria Jurídica</b>	<b>0,00</b>	<b>2.303.125,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.303.125,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>2.303.125,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.303.125,00</b>
03	Essencial à Justiça		2.303.125,00		2.303.125,00
03.092	Representação Judicial e Extrajudicial		2.303.125,00		2.303.125,00
03.092.0003	Procuradoria Jurídica		2.303.125,00		2.303.125,00
03.092.0003.2.006	Gestão da Assessoria Jurídica		2.303.125,00		2.303.125,00
<b>Órgão: 05.00 Secretaria Municipal de Administração</b>					
<b>Unidade: 05.01</b>	<b>Administração Geral</b>	<b>0,00</b>	<b>8.285.420,00</b>	<b>1.475.840,00</b>	<b>9.761.260,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>7.985.420,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.985.420,00</b>
04	Administração		7.985.420,00		7.985.420,00
04.122	Administração Geral		7.985.420,00		7.985.420,00
04.122.0004	Administração Geral		7.985.420,00		7.985.420,00
04.122.0004.2.008	Gestão da Secretaria Municipal de Administração - SECAD		6.072.300,00		6.072.300,00
04.122.0004.2.051	Gestão dos Serviços Públicos		1.881.500,00		1.881.500,00
04.126	Tecnologia da Informatização		9.200,00		9.200,00
04.126.0004	Administração Geral		9.200,00		9.200,00
04.126.0004.2.012	Gestão do Departamento de Tecnologia da Informação - DETIN		9.200,00		9.200,00
04.128	Formação de Recursos Humanos		7.000,00		7.000,00
04.128.0004	Administração Geral		7.000,00		7.000,00
04.128.0004.2.009	Gestão do Departamento de Recursos Humanos - DEREH		7.000,00		7.000,00
04.131	Comunicação Social		15.420,00		15.420,00
04.131.0004	Administração Geral		15.420,00		15.420,00
04.131.0004.2.048	Publicações Oficiais e Divulgações do Município		15.420,00		15.420,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 3/14  
Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL</b>					
<b>Órgão: 05.00</b>	<b>Secretaria Municipal de Administração</b>	<b>20.851.150,00</b>	<b>112.260.907,00</b>	<b>9.664.040,00</b>	<b>187.893.012,00</b>
<b>Unidade: 05.02 Encargos Especiais</b>					
28	Encargos Especiais				
28.846	Outros Encargos Especiais			1.475.840,00	1.475.840,00
28.846.0004	Administração Geral			1.475.840,00	1.475.840,00
28.846.0004.0.050	Contribuição ao PASEP			1.475.840,00	1.475.840,00
28.846.0004.0.086	Pagamentos Pensionistas			1.455.840,00	1.455.840,00
99	Reserva de Contingência		300.000,00	20.000,00	300.000,00
99.999	Reserva de Contingência		300.000,00		300.000,00
99.999.0004	Administração Geral		300.000,00		300.000,00
99.999.0004.2.999	Reserva de Contingência		300.000,00		300.000,00
<b>Órgão: 06.00 Secretaria Municipal de Finanças</b>					
<b>Unidade: 06.01 Administração Financeira</b>					
04	Administração				
04.123	Administração Financeira		2.272.080,00		2.272.080,00
04.123.0005	Gerindo Recursos com Responsabilidade		1.988.600,00		1.988.600,00
04.123.0005.2.007	Gestão da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN		1.988.600,00		1.988.600,00
04.129	Administração de Receitas		1.988.600,00		1.988.600,00
04.129.0005	Gerindo Recursos com Responsabilidade		283.480,00		283.480,00
04.129.0005.4.007	Departamento de Receitas - DERE		283.480,00		283.480,00
<b>TRANSFÉRÊNCIAS FINANCEIRAS</b>					
	Repasse Concedido ao Fundo Municipal de Saúde				45.116.915,00
	Repasse Concedido a EMHAB				29.806.175,00
	Transf. Rec. repasse União - Trabalho Técnico Social				1.438.500,00
	Repasse concedido a Fundação Cultural de São Bento do Sul				250.000,00
	Repasse concedido a Câmara Municipal de Vereadores				2.121.100,00
	Transf. Financ. p/Pago de Inativos - Prefeitura				2.800.000,00
	Transf. Financ. Convênio União - FNHIS				2.905.000,00
	Repasse Concedido a Fundação Municipal de Desportos				3.000.000,00
					2.796.140,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)**  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 4/14  
Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL</b>					
<b>Órgão: 06.00</b>	<b>Secretaria Municipal de Finanças</b>	<b>20.851.150,00</b>	<b>112.260.907,00</b>	<b>9.664.040,00</b>	<b>187.893.012,00</b>
<b>Unidade: 06.02</b>	<b>Serviços da Dívida Pública</b>	<b>0,00</b>	<b>2.272.080,00</b>	<b>7.364.000,00</b>	<b>54.752.995,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.364.000,00</b>	<b>7.364.000,00</b>
28	Encargos Especiais			7.364.000,00	7.364.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna			7.364.000,00	7.364.000,00
28.843.0005	Gerindo Recursos com Responsabilidade			7.364.000,00	7.364.000,00
28.843.0005.0.047	Amortização e Juros da Dívida Pública			7.364.000,00	7.364.000,00
<b>Órgão: 07.00 Secretaria Municipal de Educação</b>					
<b>Unidade: 07.01</b>	<b>Secretaria de Educação</b>	<b>0,00</b>	<b>58.851.762,00</b>	<b>0,00</b>	<b>58.851.762,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>19.723.062,00</b>	<b>0,00</b>	<b>19.723.062,00</b>
12	Educação		19.723.062,00		19.723.062,00
12.306	Alimentação e Nutrição		2.042.300,00		2.042.300,00
12.306.0015	Educação: Ética, Aprendizagem e Responsabilidade		2.042.300,00		2.042.300,00
12.306.0015.2.000	Alimentação Escolar		2.042.300,00		2.042.300,00
12.361	Ensino Fundamental		8.727.040,00		8.727.040,00
12.361.0015	Educação: Ética, Aprendizagem e Responsabilidade		8.727.040,00		8.727.040,00
12.361.0015.2.023	Coordenação, Manutenção e Ampliação do Ensino Fundamental		8.317.540,00		8.317.540,00
12.361.0015.2.024	Transporte Escolar - Ensino Fundamental		409.500,00		409.500,00
12.362	Ensino Médio		155.600,00		155.600,00
12.362.0015	Educação: Ética, Aprendizagem e Responsabilidade		155.600,00		155.600,00
12.362.0015.8.024	Transporte Escolar - Ensino Médio		155.600,00		155.600,00
12.364	Ensino Superior		100.000,00		100.000,00
12.364.0015	Educação: Ética, Aprendizagem e Responsabilidade		100.000,00		100.000,00
12.364.0015.6.025	Subvenções ao Ensino Superior		100.000,00		100.000,00
12.365	Educação Infantil		100.000,00		100.000,00
12.365.0015	Educação: Ética, Aprendizagem e Responsabilidade		8.698.122,00		8.698.122,00
12.365.0015.2.022	Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil		8.698.122,00		8.698.122,00
12.365.0015.2.027	Convênios com Empresas		7.460.822,00		7.460.822,00
12.365.0015.4.024	Transporte Escolar - Educação Infantil		181.500,00		181.500,00
12.365.0015.4.027	Recurso do FNDE		17.900,00		17.900,00
			1.037.900,00		1.037.900,00
<b>Unidade: 07.02 FUNDEB</b>		<b>0,00</b>	<b>39.128.700,00</b>	<b>0,00</b>	<b>39.128.700,00</b>
12	Educação		39.128.700,00		39.128.700,00
12.361	Ensino Fundamental		23.890.100,00		23.890.100,00
12.361.0015	Educação: Ética, Aprendizagem e Responsabilidade		23.890.100,00		23.890.100,00
12.361.0015.4.026	Coordenação, manutenção e ampliação do Ensino Fundamental - FUNDEB		23.890.100,00		23.890.100,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 5/14  
Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL</b>					
<b>Órgão: 07.00</b>	<b>Secretaria Municipal de Educação</b>	<b>20.851.150,00</b>	<b>112.260.907,00</b>	<b>9.664.040,00</b>	<b>187.893.012,00</b>
<b>Unidade: 07.02</b>	<b>FUNDEB</b>	<b>0,00</b>	<b>58.851.762,00</b>	<b>0,00</b>	<b>58.851.762,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>39.128.700,00</b>	<b>0,00</b>	<b>39.128.700,00</b>
12	Educação		39.128.700,00		39.128.700,00
12.365	Educação Infantil		15.238.600,00		15.238.600,00
12.365.0015	Educação: Ética, Aprendizagem e Responsabilidade		15.238.600,00		15.238.600,00
12.365.0015.4.023	Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil - FUNDEB		15.238.600,00		15.238.600,00
<b>Órgão: 08.00</b> <b>Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo</b>					
<b>Unidade: 08.01</b>	<b>Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano</b>	<b>20.490.000,00</b>	<b>4.533.800,00</b>	<b>0,00</b>	<b>25.023.800,00</b>
		<b>20.490.000,00</b>	<b>2.601.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>23.091.500,00</b>
15	Urbanismo	20.490.000,00	2.601.500,00		23.091.500,00
15.122	Administração Geral		2.455.500,00		2.455.500,00
15.122.0006	Planejando com Eficiência		2.455.500,00		2.455.500,00
15.122.0006.2.014	Gestão da Secretaria de Planejamento e Urbanismo		2.455.500,00		2.455.500,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	20.490.000,00	146.000,00		20.636.000,00
15.451.0006	Planejando com Eficiência	20.490.000,00	146.000,00		20.636.000,00
15.451.0006.1.040	Infraestrutura em vias públicas - Operação Tapete Preto	20.490.000,00			20.490.000,00
15.451.0006.2.042	Departamento de Projetos - DEPRO		146.000,00		146.000,00
<b>Unidade: 08.02</b>	<b>DETRANSEBS</b>	<b>0,00</b>	<b>1.750.700,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.750.700,00</b>
15	Urbanismo		1.750.700,00		1.750.700,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana		1.750.700,00		1.750.700,00
15.451.0006	Planejando com Eficiência		1.750.700,00		1.750.700,00
15.451.0006.2.015	Convênio SSP/Trânsito - PREFEITURA		1.750.700,00		1.750.700,00
<b>Unidade: 08.03</b>	<b>SSP TRÂNSITO - POLÍCIA MILITAR</b>	<b>0,00</b>	<b>93.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>93.000,00</b>
06	Segurança Pública		93.000,00		93.000,00
06.181	Policimento		93.000,00		93.000,00
06.181.0006	Planejando com Eficiência		93.000,00		93.000,00
06.181.0006.2.035	Convênio SSP/Trânsito - POLÍCIA MILITAR		93.000,00		93.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 6/14

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL</b>					
<b>Órgão: 08.00</b>	<b>Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo</b>	<b>20.851.150,00</b>	<b>112.260.907,00</b>	<b>9.664.040,00</b>	<b>187.893.012,00</b>
<b>Unidade: 08.04</b>	<b>SSP TRÂNSITO - POLÍCIA CIVIL</b>	<b>0,00</b>	<b>4.533.800,00</b>	<b>0,00</b>	<b>25.023.800,00</b>
			<b>88.600,00</b>	<b>0,00</b>	<b>88.600,00</b>
06	Segurança Pública		88.600,00		88.600,00
06.181	Policimento		88.600,00		88.600,00
06.181.0006	Planejando com Eficiência		88.600,00		88.600,00
06.181.0006.2.036	Convênio SSP/Trânsito - POLÍCIA CIVIL		88.600,00		88.600,00
<b>Órgão: 09.00</b> <b>Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos</b>					
<b>Unidade: 09.01</b>	<b>Obras e Serviços Urbanos</b>	<b>0,00</b>	<b>13.685.750,00</b>	<b>0,00</b>	<b>13.685.750,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>13.685.750,00</b>	<b>0,00</b>	<b>13.685.750,00</b>
06	Segurança Pública		168.000,00		168.000,00
06.181	Policimento		168.000,00		168.000,00
06.181.0008	Construindo um Município de Qualidade.		168.000,00		168.000,00
06.181.0008.2.034	Rádio Patrulha		168.000,00		168.000,00
15	Urbanismo		10.593.250,00		10.593.250,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana		2.119.450,00		2.119.450,00
15.451.0008	Construindo um Município de Qualidade.		2.119.450,00		2.119.450,00
15.451.0008.2.030	Manutenção e Melhorias em Vias Urbanas e Rurais		2.119.450,00		2.119.450,00
15.452	Serviços Urbanos		8.473.800,00		8.473.800,00
15.452.0008	Construindo um Município de Qualidade.		8.473.800,00		8.473.800,00
15.452.0008.2.013	Manutenção e Melhorias na Frota da SEMOB		1.730.500,00		1.730.500,00
15.452.0008.2.029	Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - SEMOB		6.743.300,00		6.743.300,00
25	Energia		2.924.500,00		2.924.500,00
25.452	Serviços Urbanos		2.924.500,00		2.924.500,00
25.452.0008	Construindo um Município de Qualidade.		2.924.500,00		2.924.500,00
25.452.0008.2.031	Extensão de Rede e Melhorias na Rede de Iluminação Pública		2.924.500,00		2.924.500,00
<b>Órgão: 10.00</b> <b>Secretaria Municipal de Assistência Social</b>					
<b>Unidade: 10.01</b>	<b>Assistência Social</b>	<b>361.150,00</b>	<b>7.098.370,00</b>	<b>49.000,00</b>	<b>7.508.520,00</b>
		<b>361.150,00</b>	<b>6.021.850,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.383.000,00</b>
08	Assistência Social		6.021.850,00		6.383.000,00
08.122	Administração Geral		4.936.600,00		4.936.600,00
08.122.0016	Assistência Social		4.936.600,00		4.936.600,00
08.122.0016.2.037	Gestão Administrativa da SEMAS		4.936.600,00		4.936.600,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		993.000,00		993.000,00
08.243.0016	Assistência Social		993.000,00		993.000,00
08.243.0016.2.039	Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente		162.500,00		162.500,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)**  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 7/14  
Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL</b>					
<b>Órgão: 10.00 Secretaria Municipal de Assistência Social</b>		<b>20.851.150,00</b>	<b>112.260.907,00</b>	<b>9.664.040,00</b>	<b>187.893.012,00</b>
<b>Unidade: 10.01 Assistência Social</b>		<b>361.150,00</b>	<b>7.098.370,00</b>	<b>49.000,00</b>	<b>7.508.520,00</b>
		<b>361.150,00</b>	<b>6.021.850,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.383.000,00</b>
08	Assistência Social				6.383.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	361.150,00	6.021.850,00		993.000,00
08.243.0016	Assistência Social		993.000,00		993.000,00
08.243.0016.2.082	Gestão do Serviço de Acolhimento Institucional da Criança e Adolescente		830.500,00		830.500,00
08.244	Assistência Comunitária	361.150,00	92.250,00		453.400,00
08.244.0016	Assistência Social	361.150,00	92.250,00		453.400,00
08.244.0016.1.030	Trabalho Técnico Social - Loteamento Alpestre	241.000,00			241.000,00
08.244.0016.1.041	Horta Comunitária	120.150,00			120.150,00
08.244.0016.2.092	Gestão dos Conselhos Municipal de Assistência Social		13.000,00		13.000,00
08.244.0016.8.813	Gestão da Praça CEU		79.250,00		79.250,00
<b>Unidade: 10.02 Fundo de Assistência Social</b>		<b>0,00</b>	<b>1.061.520,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.061.520,00</b>
08	Assistência Social				1.061.520,00
08.244	Assistência Comunitária		1.061.520,00		1.061.520,00
08.244.0016	Assistência Social		1.061.520,00		1.061.520,00
08.244.0016.2.071	FNAS - Gestão - IGD do SUAS		22.300,00		22.300,00
08.244.0016.2.072	FNAS - Gestão - ACESSUAS		13.920,00		13.920,00
08.244.0016.2.079	Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade		98.040,00		98.040,00
08.244.0016.2.080	Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade		227.600,00		227.600,00
08.244.0016.2.081	Gestão dos Serv. de Proteção Social Básica - PBF		375.000,00		375.000,00
08.244.0016.2.091	Serv. Convívio de Fortalecimento de Vínculo		42.000,00		42.000,00
08.244.0016.4.079	Gestão dos Serv. de Proteção Social Especial de Média Complexidade		163.040,00		163.040,00
08.244.0016.4.080	Serv. Convívio de Fortalecimento de Vínculo - FNAS			0,00	0,00
08.244.0016.4.081	Gestão dos Serv. de Proteção Social Básica - Bolsa Família		38.300,00		38.300,00
08.244.0016.6.041	Gestão do FNAS - Port. Deficiência		81.320,00		81.320,00
<b>Unidade: 10.03 Fundo de Infância e Adolescência</b>		<b>0,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>49.000,00</b>	<b>64.000,00</b>
08	Assistência Social				64.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		15.000,00		64.000,00
08.243.0016	Assistência Social		15.000,00		64.000,00
08.243.0016.0.090	Auxílios Financeiros a Diversas Entidades - FIA			49.000,00	49.000,00
08.243.0016.2.044	Gestão do Fundo de Infância e Adolescência - FIA		15.000,00		15.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)**  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 8/14  
Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL</b>					
<b>Órgão: 11.00 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico</b>		<b>20.851.150,00</b>	<b>112.260.907,00</b>	<b>9.664.040,00</b>	<b>187.893.012,00</b>
<b>Unidade: 11.01 Secretaria de Desenvolvimento Econômico</b>		<b>0,00</b>	<b>8.423.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.423.400,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>6.807.700,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.807.700,00</b>
22	Indústria		6.807.700,00		6.807.700,00
22.661	Promoção Industrial		6.807.700,00		6.807.700,00
22.661.0007	Desenvolvimento Econômico, Inovação e Revitalização		6.807.700,00		6.807.700,00
22.661.0007.2.016	Gestão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico		1.271.000,00		1.271.000,00
22.661.0007.2.070	Departamento de Indústria e Comércio - DEICO		5.536.700,00		5.536.700,00
<b>Unidade: 11.02 Fundo Municipal de Des. Econômico - CODESBS</b>		<b>0,00</b>	<b>345.100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>345.100,00</b>
22	Indústria		345.100,00		345.100,00
22.661	Promoção Industrial		345.100,00		345.100,00
22.661.0007	Desenvolvimento Econômico, Inovação e Revitalização		345.100,00		345.100,00
22.661.0007.2.078	Gestão do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico.		345.100,00		345.100,00
<b>Unidade: 11.03 Turismo</b>		<b>0,00</b>	<b>1.215.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.215.400,00</b>
23	Comércio e Serviços		1.215.400,00		1.215.400,00
23.695	Turismo		1.215.400,00		1.215.400,00
23.695.0007	Desenvolvimento Econômico, Inovação e Revitalização		1.215.400,00		1.215.400,00
23.695.0007.2.019	Departamento de Turismo - DETUR		1.215.400,00		1.215.400,00
<b>Unidade: 11.04 Fundo Municipal de Turismo</b>		<b>0,00</b>	<b>3.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.000,00</b>
23	Comércio e Serviços		3.000,00		3.000,00
23.695	Turismo		3.000,00		3.000,00
23.695.0007	Desenvolvimento Econômico, Inovação e Revitalização		3.000,00		3.000,00
23.695.0007.2.020	Fundo Municipal de Turismo		3.000,00		3.000,00
<b>Unidade: 11.05 Fundo Municipal de Defesa do Consumidor</b>		<b>0,00</b>	<b>52.200,00</b>	<b>0,00</b>	<b>52.200,00</b>
14	Direitos da Cidadania		52.200,00		52.200,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		52.200,00		52.200,00
14.422.0007	Desenvolvimento Econômico, Inovação e Revitalização		52.200,00		52.200,00
14.422.0007.2.087	Departamento de Proteção ao Consumidor - PROCON		52.200,00		52.200,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 9/14  
Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL</b>					
<b>Órgão: 13.00</b>	<b>Secretaria Municipal de Agricultura</b>	<b>20.851.150,00</b>	<b>112.260.907,00</b>	<b>9.664.040,00</b>	<b>187.893.012,00</b>
<b>Unidade: 13.01</b>	<b>Agricultura</b>	<b>0,00</b>	<b>2.410.800,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.410.800,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>1.831.300,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.831.300,00</b>
20	Agricultura		1.831.300,00		1.831.300,00
20.606	Extensão Rural		1.831.300,00		1.831.300,00
20.606.0017	Modernizando a Agricultura e Meio Ambiente		1.831.300,00		1.831.300,00
20.606.0017.2.017	Gestão do Departamento de Agricultura - DEAGRI		1.820.100,00		1.820.100,00
20.606.0017.2.018	Departamento de Pecuária - DEPEC		11.200,00		11.200,00
<b>Unidade: 13.02 Meio Ambiente</b>					
		<b>0,00</b>	<b>570.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>570.500,00</b>
18	Gestão Ambiental		465.500,00		465.500,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		465.500,00		465.500,00
18.541.0017	Modernizando a Agricultura e Meio Ambiente		465.500,00		465.500,00
18.541.0017.4.003	Departamento de Meio Ambiente - DEMAM		465.500,00		465.500,00
20	Agricultura		105.000,00		105.000,00
20.544	Recursos Hídricos		105.000,00		105.000,00
20.544.0017	Modernizando a Agricultura e Meio Ambiente		105.000,00		105.000,00
20.544.0017.4.008	Consórcio Quiriri - Contrato de Rateio		105.000,00		105.000,00
<b>Unidade: 13.03 Fundo M. Desenvolvimento Agrário e Abastecimento</b>					
		<b>0,00</b>	<b>9.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.000,00</b>
20	Agricultura		9.000,00		9.000,00
20.606	Extensão Rural		9.000,00		9.000,00
20.606.0017	Modernizando a Agricultura e Meio Ambiente		9.000,00		9.000,00
20.606.0017.4.017	Gestão do Fundo Municipal de Desenvolvimento Agrário		9.000,00		9.000,00
<b>Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>					
<b>Órgão: 17.00</b>	<b>Fundo Municipal de Saúde</b>	<b>1.321.500,00</b>	<b>50.665.650,00</b>	<b>0,00</b>	<b>52.057.150,00</b>
<b>Unidade: 17.01</b>	<b>Fundo Municipal de Saúde</b>	<b>1.321.500,00</b>	<b>50.665.650,00</b>	<b>0,00</b>	<b>52.057.150,00</b>
10	Saúde		50.665.650,00		51.987.150,00
10.301	Atenção Básica		1.321.500,00		36.953.175,00
10.301.0010	Inovando na Saúde		1.321.500,00		36.953.175,00
10.301.0010.1.024	Ampliação da rede Física da Saúde		810.500,00		810.500,00
10.301.0010.1.025	Ampliação da Rede Física da Saude - Média e Alta Complexidade		511.000,00		511.000,00
10.301.0010.2.054	Ações Voltadas à Atenção Básica		26.612.675,00		26.612.675,00
10.301.0010.2.101	Estratégia da Saúde da Família		6.628.000,00		6.628.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 10/14  
Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>					
<b>Órgão: 17.00 Fundo Municipal de Saúde</b>		<b>1.321.500,00</b>	<b>50.665.650,00</b>	<b>0,00</b>	<b>52.057.150,00</b>
<b>Unidade: 17.01 Fundo Municipal de Saúde</b>		<b>1.321.500,00</b>	<b>50.665.650,00</b>	<b>0,00</b>	<b>52.057.150,00</b>
10	Saúde	1.321.500,00	50.665.650,00		51.987.150,00
10.301	Atenção Básica	1.321.500,00	35.631.675,00		36.953.175,00
10.301.0010	Inovando na Saúde	1.321.500,00	35.631.675,00		36.953.175,00
10.301.0010.2.102	Gestão do SUS		10.500,00		10.500,00
10.301.0010.2.401	Atenção Farmaceutica		2.380.500,00		2.380.500,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		14.469.200,00		14.469.200,00
10.302.0010	Inovando na Saúde		14.469.200,00		14.469.200,00
10.302.0010.2.201	Ações Voltadas à Média e Alta Complexidade		13.252.050,00		13.252.050,00
10.302.0010.2.202	Operação e Manutenção do SAMU		322.500,00		322.500,00
10.302.0010.2.203	Ações Voltadas ao Atendimento Odontológico		474.650,00		474.650,00
10.302.0010.2.501	Ações Voltadas à Manutenção do CAPS		420.000,00		420.000,00
10.304	Vigilância Sanitária		49.000,00		49.000,00
10.304.0010	Inovando na Saúde		49.000,00		49.000,00
10.304.0010.2.301	Ações Voltadas à Vigilância Sanitária		49.000,00		49.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		515.775,00		515.775,00
10.305.0010	Inovando na Saúde		515.775,00		515.775,00
10.305.0010.2.302	Ações Voltadas à Vigilância Epidemiológica		425.000,00		425.000,00
10.305.0010.2.303	Ações Voltadas ao Programa Nacional de HIV/AIDS e outras DST		90.775,00		90.775,00
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS</b>					
Transf. p/Cobertura do Atendimento Pré-Hospitalar					70.000,00
					70.000,00
<b>Entidade: 9 - IPRESBS - INST. PREV. SERV. PUB. SAO BENTO DO SUL</b>					
<b>Órgão: 19.00 IPRESBS</b>		<b>0,00</b>	<b>54.234.680,00</b>	<b>0,00</b>	<b>54.234.680,00</b>
<b>Unidade: 19.01 IPRESBS</b>		<b>0,00</b>	<b>54.234.680,00</b>	<b>0,00</b>	<b>54.234.680,00</b>
09	Previdência Social		17.381.000,00		17.381.000,00
09.122	Administração Geral		1.334.000,00		1.334.000,00
09.122.0014	Regime Próprio de Previdência		1.334.000,00		1.334.000,00
09.122.0014.4.062	Administração e Funcionamento do IPRESBS		1.334.000,00		1.334.000,00
09.272	Previdência do Regime Estatutário		16.047.000,00		16.047.000,00
09.272.0014	Regime Próprio de Previdência		16.047.000,00		16.047.000,00
09.272.0014.2.062	Manutenção e Funcionamento do IPRESBS		16.047.000,00		16.047.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 11/14  
Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 9 - IPRESBS - INST. PREV. SERV. PUB. SAO BENTO DO SUL</b>					
<b>Órgão: 19.00 IPRESBS</b>		<b>0,00</b>	<b>54.234.680,00</b>	<b>0,00</b>	<b>54.234.680,00</b>
<b>Unidade: 19.01 IPRESBS</b>		<b>0,00</b>	<b>54.234.680,00</b>	<b>0,00</b>	<b>54.234.680,00</b>
99	Reserva de Contingência		36.853.680,00		36.853.680,00
99.997	Reserva do Regime Próprio Previd. do Servidor-RPPS		36.853.680,00		36.853.680,00
99.997.0014	Regime Próprio de Previdência		36.853.680,00		36.853.680,00
99.997.0014.2.068	Superávit Financeiro do RPPS		36.853.680,00		36.853.680,00
<b>Entidade: 10 - EMHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO</b>					
<b>Órgão: 16.00 Empresa Municipal de Habitação</b>		<b>5.258.000,00</b>	<b>1.357.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.615.500,00</b>
<b>Unidade: 16.01 Empresa Municipal de Habitação</b>		<b>3.452.000,00</b>	<b>1.251.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.703.500,00</b>
16	Habitação	3.452.000,00	1.251.500,00		4.703.500,00
16.122	Administração Geral		1.251.500,00		1.251.500,00
16.122.0009	Habitação com Qualidade		1.251.500,00		1.251.500,00
16.122.0009.2.055	Manutenção da Estrutura Administrativa da EMHAB.		1.251.500,00		1.251.500,00
16.482	Habitação Urbana	3.452.000,00			3.452.000,00
16.482.0009	Habitação com Qualidade	3.452.000,00			3.452.000,00
16.482.0009.1.018	Programa FNHIS	3.200.000,00			3.200.000,00
16.482.0009.1.050	Convênios - Trabalho Técnico Social	252.000,00			252.000,00
<b>Unidade: 16.02 Fundo Rotativo Habitacional</b>					
		<b>1.806.000,00</b>	<b>106.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.912.000,00</b>
16	Habitação	1.806.000,00	106.000,00		1.912.000,00
16.482	Habitação Urbana	1.806.000,00	106.000,00		1.912.000,00
16.482.0009	Habitação com Qualidade	1.806.000,00	106.000,00		1.912.000,00
16.482.0009.1.017	Investindo em Programs Habitacionais	1.806.000,00			1.806.000,00
16.482.0009.2.056	Regularização Fundiária Habitacional		106.000,00		106.000,00
<b>Entidade: 12 - SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE</b>					
<b>Órgão: 23.00 Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto</b>		<b>1.424.380,00</b>	<b>17.432.200,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.913.580,00</b>
<b>Unidade: 23.01 Serviços Administrativos</b>		<b>0,00</b>	<b>3.345.800,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.402.800,00</b>
17	Saneamento		3.345.800,00		3.345.800,00
17.122	Administração Geral		3.345.800,00		3.345.800,00
17.122.0013	Universalização dos Serviços de Água e Esgoto		3.345.800,00		3.345.800,00
17.122.0013.2.063	Manutenção e Melhoria dos Serviços Administrativos		3.188.800,00		3.188.800,00
17.122.0013.2.067	Contribuição ao PASEP		157.000,00		157.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 12/14  
Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 12 - SERVIÇO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE</b>					
<b>Órgão: 23.00 Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto</b>		<b>1.424.380,00</b>	<b>17.432.200,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.913.580,00</b>
<b>Unidade: 23.01 Serviços Administrativos</b>		<b>0,00</b>	<b>3.345.800,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.402.800,00</b>
<b>Unidade: 23.02 Abastecimento de Água</b>					
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS					
Transf. Financ. p/Pagto Divída Pública - Princ. e Amort. Saneamento					2.057.000,00
Transf. Financ. p/Pagto de Aposentados e Pensionistas - SAMAE					2.000.000,00
					57.000,00
<b>Unidade: 23.03 Sistema de Esgoto Sanitário</b>					
		<b>949.680,00</b>	<b>6.673.100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.622.780,00</b>
17	Saneamento	949.680,00	6.673.100,00		7.622.780,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	949.680,00	6.673.100,00		7.622.780,00
17.512.0013	Universalização dos Serviços de Água e Esgoto	949.680,00	6.673.100,00		7.622.780,00
17.512.0013.1.001	Construção de Novos Reservatórios para Água Tratada	395.680,00			395.680,00
17.512.0013.1.002	Ampliação, Reforma e Reparelhamento do Sistema de Abastecimento de Água	554.000,00			554.000,00
17.512.0013.2.064	Manutenção e Melhoria dos Serviços de Abastecimento de Água		6.673.100,00		6.673.100,00
<b>Unidade: 23.04 Sanemaneto Geral</b>					
		<b>368.900,00</b>	<b>2.654.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.023.300,00</b>
17	Saneamento	368.900,00	2.654.400,00		3.023.300,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	368.900,00	2.654.400,00		3.023.300,00
17.512.0013	Universalização dos Serviços de Água e Esgoto	368.900,00	2.654.400,00		3.023.300,00
17.512.0013.1.003	Construção de Unidades de Coleta, Elevação e Tratamento de Esgoto	368.900,00			368.900,00
17.512.0013.2.065	Manutenção e Melhoria dos Serviços de Esgotamento Sanitário		2.654.400,00		2.654.400,00
<b>Unidade: 23.04 Sanemaneto Geral</b>					
		<b>105.800,00</b>	<b>880.900,00</b>	<b>0,00</b>	<b>986.700,00</b>
17	Saneamento	105.800,00	880.900,00		986.700,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	105.800,00	880.900,00		986.700,00
17.512.0013	Universalização dos Serviços de Água e Esgoto	105.800,00	880.900,00		986.700,00
17.512.0013.1.004	Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia	105.800,00			105.800,00
17.512.0013.2.066	Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia		880.900,00		880.900,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 13/14  
Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 12 - SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE</b>					
<b>Órgão: 23.00</b>	<b>Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto</b>	<b>1.424.380,00</b>	<b>17.432.200,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.913.580,00</b>
<b>Unidade: 23.05</b>	<b>Sistema de Resíduos Sólidos</b>	<b>0,00</b>	<b>3.878.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.878.000,00</b>
15	Urbanismo		3.878.000,00		3.878.000,00
15.452	Serviços Urbanos		3.878.000,00		3.878.000,00
15.452.0013	Universalização dos Serviços de Água e Esgoto		3.878.000,00		3.878.000,00
15.452.0013.2.069	Coleta e Transbordo dos Resíduos Sólidos		3.878.000,00		3.878.000,00
<b>Entidade: 13 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS</b>					
<b>Órgão: 15.00</b>	<b>Fundação Municipal de Desportos</b>	<b>1.656.000,00</b>	<b>2.927.140,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.583.140,00</b>
<b>Unidade: 15.01</b>	<b>Fundação Municipal de Desportos</b>	<b>1.656.000,00</b>	<b>2.927.140,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.583.140,00</b>
27	Desporto e Lazer	1.656.000,00	2.927.140,00		4.583.140,00
27.122	Administração Geral		1.553.000,00		1.553.000,00
27.122.0011	Esporte e Cidadania		1.553.000,00		1.553.000,00
27.122.0011.2.057	Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Desportos		1.553.000,00		1.553.000,00
27.811	Desporto de Rendimento		1.337.140,00		1.337.140,00
27.811.0011	Esporte e Cidadania		1.337.140,00		1.337.140,00
27.811.0011.2.058	Desporto de Iniciação e Rendimento		1.337.140,00		1.337.140,00
27.812	Desporto Comunitário	1.656.000,00	37.000,00		1.693.000,00
27.812.0011	Esporte e Cidadania	1.656.000,00	37.000,00		1.693.000,00
27.812.0011.1.029	Construção, Reforma e Ampliação de Espaços Físicos para Práticas Esportivas.	1.656.000,00			1.656.000,00
27.812.0011.2.059	Desporto Comunitário		37.000,00		37.000,00
<b>Entidade: 14 - FUNDACAO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL</b>					
<b>Órgão: 18.00</b>	<b>Fundação Cultural de São Bento do Sul</b>	<b>2.200.000,00</b>	<b>2.154.100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.354.100,00</b>
<b>Unidade: 18.01</b>	<b>Fundação Cultural de São Bento do Sul</b>	<b>2.200.000,00</b>	<b>1.954.100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.154.100,00</b>
13	Cultura	2.200.000,00	1.954.100,00		4.154.100,00
13.391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	2.200.000,00	67.000,00		2.267.000,00
13.391.0012	Manutenção e Desenvolvimento da Fundação Cultural	2.200.000,00	67.000,00		2.267.000,00
13.391.0012.1.031	Investindo na Cultura	2.200.000,00			2.200.000,00
13.391.0012.2.061	Preservação da Memória e do Patrimônio Histórico, Artístico, Material e Imaterial		67.000,00		67.000,00
13.392	Difusão Cultural		1.887.100,00		1.887.100,00
13.392.0012	Manutenção e Desenvolvimento da Fundação Cultural		1.887.100,00		1.887.100,00
13.392.0012.2.060	Manutenção da Fundação Cultural e suas Atividades		1.887.100,00		1.887.100,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 14/14  
Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 14 - FUNDACAO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL</b>					
<b>Órgão: 18.00</b>	<b>Fundação Cultural de São Bento do Sul</b>	<b>2.200.000,00</b>	<b>2.154.100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.354.100,00</b>
<b>Unidade: 18.02</b>	<b>Fundo Municipal de Incentivo à Cultura</b>	<b>0,00</b>	<b>200.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>200.000,00</b>
13	Cultura		200.000,00		200.000,00
13.392	Difusão Cultural		200.000,00		200.000,00
13.392.0012	Manutenção e Desenvolvimento da Fundação Cultural		200.000,00		200.000,00
13.392.0012.2.076	Manutenção do Fundo Municipal da Cultura		200.000,00		200.000,00
<b>Entidade: 15 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL</b>					
<b>Órgão: 01.00</b>	<b>Câmara Municipal de Vereadores</b>	<b>0,00</b>	<b>2.800.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.800.000,00</b>
<b>Unidade: 01.01</b>	<b>Câmara de Vereadores</b>	<b>0,00</b>	<b>2.800.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.800.000,00</b>
01	Legislativa		2.800.000,00		2.800.000,00
01.031	Ação Legislativa		2.800.000,00		2.800.000,00
01.031.0001	Processo Legislativo		2.800.000,00		2.800.000,00
01.031.0001.2.001	Manutenção da Câmara de Vereadores		2.800.000,00		2.800.000,00
<b>Total geral:</b>					<b>333.451.162,00</b>

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária de Finanças

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
Contadora

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 1/5

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa		2.800.000,00		2.800.000,00
01.031	Ação Legislativa		2.800.000,00		2.800.000,00
01.031.0001	Processo Legislativo		2.800.000,00		2.800.000,00
03	Essencial à Justiça		2.303.125,00		2.303.125,00
03.092	Representação Judicial e Extrajudicial		2.303.125,00		2.303.125,00
03.092.0003	Procuradoria Jurídica		2.303.125,00		2.303.125,00
04	Administração		13.769.600,00		13.769.600,00
04.122	Administração Geral		10.465.600,00		10.465.600,00
04.122.0002	Gestão Administrativa do Gabinete		2.511.800,00		2.511.800,00
04.122.0004	Administração Geral		7.953.800,00		7.953.800,00
04.123	Administração Financeira		1.988.600,00		1.988.600,00
04.123.0005	Gerindo Recursos com Responsabilidade		1.988.600,00		1.988.600,00
04.125	Normalização e Fiscalização		18.500,00		18.500,00
04.125.0002	Gestão Administrativa do Gabinete		18.500,00		18.500,00
04.126	Tecnologia da Informatização		9.200,00		9.200,00
04.126.0004	Administração Geral		9.200,00		9.200,00
04.128	Formação de Recursos Humanos		7.000,00		7.000,00
04.128.0004	Administração Geral		7.000,00		7.000,00
04.129	Administração de Receitas		283.480,00		283.480,00
04.129.0005	Gerindo Recursos com Responsabilidade		283.480,00		283.480,00
04.131	Comunicação Social		922.020,00		922.020,00
04.131.0002	Gestão Administrativa do Gabinete		906.600,00		906.600,00
04.131.0004	Administração Geral		15.420,00		15.420,00
04.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		75.200,00		75.200,00
04.302.0002	Gestão Administrativa do Gabinete		75.200,00		75.200,00
06	Segurança Pública		1.233.900,00		1.233.900,00
06.181	Policimento		549.600,00		549.600,00
06.181.0002	Gestão Administrativa do Gabinete		200.000,00		200.000,00
06.181.0006	Planejando com Eficiência		181.600,00		181.600,00
06.181.0008	Construindo um Município de Qualidade.		168.000,00		168.000,00
06.182	Defesa Civil		684.300,00		684.300,00
06.182.0002	Gestão Administrativa do Gabinete		684.300,00		684.300,00
08	Assistência Social				
08.122	Administração Geral	361.150,00	7.098.370,00	49.000,00	7.508.520,00
08.122.0016	Assistência Social		4.936.600,00		4.936.600,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 2/5

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
08	Assistência Social	361.150,00	7.098.370,00	49.000,00	7.508.520,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		1.008.000,00	49.000,00	1.057.000,00
08.243.0016	Assistência Social		1.008.000,00	49.000,00	1.057.000,00
08.244	Assistência Comunitária	361.150,00	1.153.770,00		1.514.920,00
08.244.0016	Assistência Social	361.150,00	1.153.770,00		1.514.920,00
09	Previdência Social		17.381.000,00		17.381.000,00
09.122	Administração Geral		1.334.000,00		1.334.000,00
09.122.0014	Regime Próprio de Previdência		1.334.000,00		1.334.000,00
09.272	Previdência do Regime Estatutário		16.047.000,00		16.047.000,00
09.272.0014	Regime Próprio de Previdência		16.047.000,00		16.047.000,00
10	Saúde	1.321.500,00	50.665.650,00		51.987.150,00
10.301	Atenção Básica	1.321.500,00	35.631.675,00		36.953.175,00
10.301.0010	Inovando na Saúde	1.321.500,00	35.631.675,00		36.953.175,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		14.469.200,00		14.469.200,00
10.302.0010	Inovando na Saúde		14.469.200,00		14.469.200,00
10.304	Vigilância Sanitária		49.000,00		49.000,00
10.304.0010	Inovando na Saúde		49.000,00		49.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		515.775,00		515.775,00
10.305.0010	Inovando na Saúde		515.775,00		515.775,00
12	Educação	58.851.762,00	58.851.762,00		58.851.762,00
12.306	Alimentação e Nutrição	2.042.300,00	2.042.300,00		2.042.300,00
12.306.0015	Educação: Ética, Aprendizagem e Responsabilidade	2.042.300,00	2.042.300,00		2.042.300,00
12.361	Ensino Fundamental	32.617.140,00	32.617.140,00		32.617.140,00
12.361.0015	Educação: Ética, Aprendizagem e Responsabilidade	32.617.140,00	32.617.140,00		32.617.140,00
12.362	Ensino Médio	155.600,00	155.600,00		155.600,00
12.362.0015	Educação: Ética, Aprendizagem e Responsabilidade	155.600,00	155.600,00		155.600,00
12.364	Ensino Superior	100.000,00	100.000,00		100.000,00
12.364.0015	Educação: Ética, Aprendizagem e Responsabilidade	100.000,00	100.000,00		100.000,00
12.365	Educação Infantil	23.936.722,00	23.936.722,00		23.936.722,00
12.365.0015	Educação: Ética, Aprendizagem e Responsabilidade	23.936.722,00	23.936.722,00		23.936.722,00
13	Cultura	2.200.000,00	2.154.100,00		4.354.100,00
13.391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	2.200.000,00	67.000,00		2.267.000,00
13.391.0012	Manutenção e Desenvolvimento da Fundação Cultural	2.200.000,00	67.000,00		2.267.000,00
13.392	Difusão Cultural		2.087.100,00		2.087.100,00
13.392.0012	Manutenção e Desenvolvimento da Fundação Cultural		2.087.100,00		2.087.100,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 3/5

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
13	Cultura	2.200.000,00	2.154.100,00		4.354.100,00
13.392	Difusão Cultural		2.087.100,00		2.087.100,00
13.392.0012	Manutenção e Desenvolvimento da Fundação Cultural		2.087.100,00		2.087.100,00
14	Direitos da Cidadania		52.200,00		52.200,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		52.200,00		52.200,00
14.422.0007	Desenvolvimento Econômico, Inovação e Revitalização		52.200,00		52.200,00
15	Urbanismo	20.490.000,00	18.823.450,00		39.313.450,00
15.122	Administração Geral		2.455.500,00		2.455.500,00
15.122.0006	Planejando com Eficiência		2.455.500,00		2.455.500,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	20.490.000,00	4.016.150,00		24.506.150,00
15.451.0006	Planejando com Eficiência	20.490.000,00	1.896.700,00		22.386.700,00
15.451.0008	Construindo um Município de Qualidade.		2.119.450,00		2.119.450,00
15.452	Serviços Urbanos		12.351.800,00		12.351.800,00
15.452.0013	Universalização dos Serviços de Água e Esgoto		3.878.000,00		3.878.000,00
15.452.0008	Construindo um Município de Qualidade.		8.473.800,00		8.473.800,00
16	Habitação	5.258.000,00	1.357.500,00		6.615.500,00
16.122	Administração Geral		1.251.500,00		1.251.500,00
16.122.0009	Habitação com Qualidade		1.251.500,00		1.251.500,00
16.482	Habitação Urbana	5.258.000,00	106.000,00		5.364.000,00
16.482.0009	Habitação com Qualidade	5.258.000,00	106.000,00		5.364.000,00
17	Saneamento	1.424.380,00	13.554.200,00		14.978.580,00
17.122	Administração Geral		3.345.800,00		3.345.800,00
17.122.0013	Universalização dos Serviços de Água e Esgoto		3.345.800,00		3.345.800,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	1.424.380,00	10.208.400,00		11.632.780,00
17.512.0013	Universalização dos Serviços de Água e Esgoto	1.424.380,00	10.208.400,00		11.632.780,00
18	Gestão Ambiental		465.500,00		465.500,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		465.500,00		465.500,00
18.541.0017	Modernizando a Agricultura e Meio Ambiente		465.500,00		465.500,00
20	Agricultura		1.945.300,00		1.945.300,00
20.544	Recursos Hídricos		105.000,00		105.000,00
20.544.0017	Modernizando a Agricultura e Meio Ambiente		105.000,00		105.000,00
20.606	Extensão Rural		1.840.300,00		1.840.300,00
20.606.0017	Modernizando a Agricultura e Meio Ambiente		1.840.300,00		1.840.300,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 4/5

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
20	Agricultura		1.945.300,00		1.945.300,00
20.606	Extensão Rural		1.840.300,00		1.840.300,00
20.606.0017	Modernizando a Agricultura e Meio Ambiente		1.840.300,00		1.840.300,00
22	Indústria		7.152.800,00		7.152.800,00
22.661	Promoção Industrial		7.152.800,00		7.152.800,00
22.661.0007	Desenvolvimento Econômico, Inovação e Revitalização		7.152.800,00		7.152.800,00
23	Comércio e Serviços		1.218.400,00		1.218.400,00
23.695	Turismo		1.218.400,00		1.218.400,00
23.695.0007	Desenvolvimento Econômico, Inovação e Revitalização		1.218.400,00		1.218.400,00
25	Energia		2.924.500,00		2.924.500,00
25.452	Serviços Urbanos		2.924.500,00		2.924.500,00
25.452.0008	Construindo um Município de Qualidade.		2.924.500,00		2.924.500,00
27	Desporto e Lazer	1.656.000,00	2.927.140,00		4.583.140,00
27.122	Administração Geral		1.553.000,00		1.553.000,00
27.122.0011	Esporte e Cidadania		1.553.000,00		1.553.000,00
27.811	Desporto de Rendimento		1.337.140,00		1.337.140,00
27.811.0011	Esporte e Cidadania		1.337.140,00		1.337.140,00
27.812	Desporto Comunitário	1.656.000,00	37.000,00		1.693.000,00
27.812.0011	Esporte e Cidadania	1.656.000,00	37.000,00		1.693.000,00
28	Encargos Especiais			9.615.040,00	9.615.040,00
28.843	Serviço da Dívida Interna			7.364.000,00	7.364.000,00
28.843.0005	Gerindo Recursos com Responsabilidade			7.364.000,00	7.364.000,00
28.845	Outras Transferências			775.200,00	775.200,00
28.845.0002	Gestão Administrativa do Gabinete			775.200,00	775.200,00
28.846	Outros Encargos Especiais			1.475.840,00	1.475.840,00
28.846.0004	Administração Geral			1.475.840,00	1.475.840,00
99	Reserva de Contingência		37.153.680,00		37.153.680,00
99.997	Reserva do Regime Próprio Previd.do Servidor-RPPS		36.853.680,00		36.853.680,00
99.997.0014	Regime Próprio de Previdência		36.853.680,00		36.853.680,00
99.999	Reserva de Contingência		300.000,00		300.000,00
99.999.0004	Administração Geral		300.000,00		300.000,00
<b>Total:</b>		<b>32.711.030,00</b>	<b>243.832.177,00</b>	<b>9.664.040,00</b>	<b>286.207.247,00</b>

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 5/5

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS					
	Repassse Concedido ao Fundo Municipal de Saúde				29.806.175,00
	Transf. Finac. p/Pagto Dívida Pública - Princ. e Amort. Saneamento				2.000.000,00
	Repassse Concedido a EMHAB				1.438.500,00
	Transf. Rec. repasse União - Trabalho Técnico Social				250.000,00
	Repassse concedido a Fundação Cultural de São Bento do Sul				2.121.100,00
	Repassse concedido a Câmara Municipal de Vereadores				2.800.000,00
	Transf. Financ. p/Pagto de Aposentados e Pensionistas - SAMAE				57.000,00
	Transf. Financ. p/Pagto de Inativos - Prefeitura				2.905.000,00
	Transf. p/Cobertura do Atendimento Pré-Hospitalar				70.000,00
	Transf. Financ. Convênio União - FNHIS				3.000.000,00
	Repassse Concedido a Fundação Municipal de Desportos				2.796.140,00
Total:		0,00	0,00	0,00	47.243.915,00
Total geral:		32.711.030,00	243.832.177,00	9.664.040,00	333.451.162,00
FERNANDO TURECK Prefeito Municipal		ROSILANE ZELIA DOS SANTOS Contadora			
AURIENE ROEPKE Secretária de Finanças					

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 1/5

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	2.800.000,00		2.800.000,00
01.031	Ação Legislativa	2.800.000,00		2.800.000,00
01.031.0001	Processo Legislativo	2.800.000,00		2.800.000,00
03	Essencial à Justiça	2.303.125,00		2.303.125,00
03.092	Representação Judicial e Extrajudicial	2.303.125,00		2.303.125,00
03.092.0003	Procuradoria Jurídica	2.303.125,00		2.303.125,00
04	Administração	13.694.400,00	75.200,00	13.769.600,00
04.122	Administração Geral	10.465.600,00		10.465.600,00
04.122.0002	Gestão Administrativa do Gabinete	2.511.800,00		2.511.800,00
04.122.0004	Administração Geral	7.953.800,00		7.953.800,00
04.123	Administração Financeira	1.988.600,00		1.988.600,00
04.123.0005	Gerindo Recursos com Responsabilidade	1.988.600,00		1.988.600,00
04.125	Normalização e Fiscalização	18.500,00		18.500,00
04.125.0002	Gestão Administrativa do Gabinete	18.500,00		18.500,00
04.126	Tecnologia da Informatização	9.200,00		9.200,00
04.126.0004	Administração Geral	9.200,00		9.200,00
04.128	Formação de Recursos Humanos	7.000,00		7.000,00
04.128.0004	Administração Geral	7.000,00		7.000,00
04.129	Administração de Receitas	283.480,00		283.480,00
04.129.0005	Gerindo Recursos com Responsabilidade	283.480,00		283.480,00
04.131	Comunicação Social	922.020,00		922.020,00
04.131.0002	Gestão Administrativa do Gabinete	906.600,00		906.600,00
04.131.0004	Administração Geral	15.420,00		15.420,00
04.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		75.200,00	75.200,00
04.302.0002	Gestão Administrativa do Gabinete		75.200,00	75.200,00
06	Segurança Pública			
06.181	Policimento	311.300,00	922.600,00	1.233.900,00
06.181.0002	Gestão Administrativa do Gabinete	261.000,00	288.600,00	549.600,00
06.181.0006	Planejando com Eficiência		200.000,00	200.000,00
06.181.0008	Construindo um Município de Qualidade.	93.000,00	88.600,00	181.600,00
06.182	Defesa Civil	168.000,00		168.000,00
06.182.0002	Gestão Administrativa do Gabinete	50.300,00	634.000,00	684.300,00
08	Assistência Social			
08.122	Administração Geral	7.408.520,00	100.000,00	7.508.520,00
08.122.0016	Assistência Social	4.936.600,00		4.936.600,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 2/5

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
08	Assistência Social	7.408.520,00	100.000,00	7.508.520,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	1.006.000,00	51.000,00	1.057.000,00
08.243.0016	Assistência Social	1.006.000,00	51.000,00	1.057.000,00
08.244	Assistência Comunitária	1.465.920,00	49.000,00	1.514.920,00
08.244.0016	Assistência Social	1.465.920,00	49.000,00	1.514.920,00
09	Previdência Social	17.381.000,00		17.381.000,00
09.122	Administração Geral	1.334.000,00		1.334.000,00
09.122.0014	Regime Próprio de Previdência	1.334.000,00		1.334.000,00
09.272	Previdência do Regime Estatutário	16.047.000,00		16.047.000,00
09.272.0014	Regime Próprio de Previdência	16.047.000,00		16.047.000,00
10	Saúde			
10.301	Atenção Básica	31.075.675,00	20.911.475,00	51.987.150,00
10.301.0010	Inovando na Saúde	29.855.675,00	7.097.500,00	36.953.175,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	29.855.675,00	7.097.500,00	36.953.175,00
10.302.0010	Inovando na Saúde	1.220.000,00	13.249.200,00	14.469.200,00
10.304	Vigilância Sanitária	1.220.000,00	13.249.200,00	14.469.200,00
10.304.0010	Inovando na Saúde		49.000,00	49.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		49.000,00	49.000,00
10.305.0010	Inovando na Saúde	515.775,00	515.775,00	515.775,00
12	Educação			
12.306	Alimentação e Nutrição	43.874.662,00	14.977.100,00	58.851.762,00
12.306.0015	Educação: Ética, Aprendizagem e Responsabilidade	2.042.300,00		2.042.300,00
12.361	Ensino Fundamental	2.042.300,00		2.042.300,00
12.361.0015	Educação: Ética, Aprendizagem e Responsabilidade	26.022.690,00	6.594.450,00	32.617.140,00
12.362	Ensino Médio	26.022.690,00	6.594.450,00	32.617.140,00
12.362.0015	Educação: Ética, Aprendizagem e Responsabilidade	155.600,00		155.600,00
12.364	Ensino Superior	155.600,00		155.600,00
12.364.0015	Educação: Ética, Aprendizagem e Responsabilidade	100.000,00		100.000,00
12.365	Educação Infantil	100.000,00		100.000,00
12.365.0015	Educação: Ética, Aprendizagem e Responsabilidade	15.554.072,00	8.382.650,00	23.936.722,00
13	Cultura			
13.391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	2.154.100,00	2.200.000,00	4.354.100,00
13.391.0012	Manutenção e Desenvolvimento da Fundação Cultural	67.000,00	2.200.000,00	2.267.000,00
13.392	Difusão Cultural	67.000,00	2.200.000,00	2.267.000,00
13.392.0012	Manutenção e Desenvolvimento da Fundação Cultural	2.087.100,00		2.087.100,00
		2.087.100,00		2.087.100,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 3/5

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
14	Direitos da Cidadania	52.200,00		52.200,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	52.200,00		52.200,00
14.422.0007	Desenvolvimento Econômico, Inovação e Revitalização	52.200,00		52.200,00
15	Urbanismo	39.302.950,00	10.500,00	39.313.450,00
15.122	Administração Geral	2.455.500,00		2.455.500,00
15.122.0006	Planejando com Eficiência	2.455.500,00		2.455.500,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	24.506.150,00		24.506.150,00
15.451.0006	Planejando com Eficiência	22.386.700,00		22.386.700,00
15.451.0008	Construindo um Município de Qualidade.	2.119.450,00		2.119.450,00
15.452	Serviços Urbanos	12.341.300,00	10.500,00	12.351.800,00
15.452.0013	Universalização dos Serviços de Água e Esgoto	3.878.000,00		3.878.000,00
15.452.0008	Construindo um Município de Qualidade.	8.463.300,00	10.500,00	8.473.800,00
16	Habitação	6.615.500,00		6.615.500,00
16.122	Administração Geral	1.251.500,00		1.251.500,00
16.122.0009	Habitação com Qualidade	1.251.500,00		1.251.500,00
16.482	Habitação Urbana	5.364.000,00		5.364.000,00
16.482.0009	Habitação com Qualidade	5.364.000,00		5.364.000,00
17	Saneamento	14.978.580,00		14.978.580,00
17.122	Administração Geral	3.345.800,00		3.345.800,00
17.122.0013	Universalização dos Serviços de Água e Esgoto	3.345.800,00		3.345.800,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	11.632.780,00		11.632.780,00
17.512.0013	Universalização dos Serviços de Água e Esgoto	11.632.780,00		11.632.780,00
18	Gestão Ambiental	465.500,00		465.500,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	465.500,00		465.500,00
18.541.0017	Modernizando a Agricultura e Meio Ambiente	465.500,00		465.500,00
20	Agricultura	1.945.300,00		1.945.300,00
20.544	Recursos Hídricos	105.000,00		105.000,00
20.544.0017	Modernizando a Agricultura e Meio Ambiente	105.000,00		105.000,00
20.606	Extensão Rural	1.840.300,00		1.840.300,00
20.606.0017	Modernizando a Agricultura e Meio Ambiente	1.840.300,00		1.840.300,00
22	Indústria	7.152.800,00		7.152.800,00
22.661	Promoção Industrial	7.152.800,00		7.152.800,00
22.661.0007	Desenvolvimento Econômico, Inovação e Revitalização	7.152.800,00		7.152.800,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 4/5

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
23	Comércio e Serviços	1.215.400,00	3.000,00	1.218.400,00
23.695	Turismo	1.215.400,00	3.000,00	1.218.400,00
23.695.0007	Desenvolvimento Econômico, Inovação e Revitalização	1.215.400,00	3.000,00	1.218.400,00
25	Energia		2.924.500,00	2.924.500,00
25.452	Serviços Urbanos		2.924.500,00	2.924.500,00
25.452.0008	Construindo um Município de Qualidade.		2.924.500,00	2.924.500,00
27	Desporto e Lazer	2.932.140,00	1.651.000,00	4.583.140,00
27.122	Administração Geral	1.553.000,00		1.553.000,00
27.122.0011	Esporte e Cidadania	1.553.000,00		1.553.000,00
27.811	Desporto de Rendimento	1.337.140,00		1.337.140,00
27.811.0011	Esporte e Cidadania	1.337.140,00		1.337.140,00
27.812	Desporto Comunitário	42.000,00	1.651.000,00	1.693.000,00
27.812.0011	Esporte e Cidadania	42.000,00	1.651.000,00	1.693.000,00
28	Encargos Especiais	9.615.040,00		9.615.040,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	7.364.000,00		7.364.000,00
28.843.0005	Gerindo Recursos com Responsabilidade	7.364.000,00		7.364.000,00
28.845	Outras Transferências	775.200,00		775.200,00
28.845.0002	Gestão Administrativa do Gabinete	775.200,00		775.200,00
28.846	Outros Encargos Especiais	1.475.840,00		1.475.840,00
28.846.0004	Administração Geral	1.475.840,00		1.475.840,00
99	Reserva de Contingência			37.153.680,00
99.997	Reserva do Regime Próprio Previd.do Servidor-RPPS			36.853.680,00
99.997.0014	Regime Próprio de Previdência			36.853.680,00
99.999	Reserva de Contingência			300.000,00
99.999.0004	Administração Geral			300.000,00
<b>Total:</b>		<b>239.924.024,00</b>	<b>46.283.223,00</b>	<b>286.207.247,00</b>

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 5/5

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
	Repassse Concedido ao Fundo Municipal de Saúde	29.806.175,00		29.806.175,00
	Transf. Financ. p/Pagto Dívida Pública - Princ. e Amort. Saneamento	2.000.000,00		2.000.000,00
	Repassse Concedido a EMHAB	1.438.500,00		1.438.500,00
	Transf. Rec. repasse União - Trabalho Técnico Social	250.000,00		250.000,00
	Repassse concedido a Fundação Cultural de São Bento do Sul	2.121.100,00		2.121.100,00
	Repassse concedido a Câmara Municipal de Vereadores	2.800.000,00		2.800.000,00
	Transf. Financ. p/Pagto de Aposentados e Pensionistas - SAMAE	57.000,00		57.000,00
	Transf. Financ. p/Pagto de Inativos - Prefeitura	2.905.000,00		2.905.000,00
	Transf. p/Cobertura do Atendimento Pré-Hospitalar		70.000,00	70.000,00
	Transf. Financ. Convênio União - FNHIS	3.000.000,00		3.000.000,00
	Repassse Concedido a Fundação Municipal de Desportos	2.796.140,00		2.796.140,00
Total:		47.173.915,00	70.000,00	47.243.915,00
Total geral:		239.924.024,00	46.283.223,00	333.451.162,00

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária de Finanças

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
Contadora

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 1/40  
Data: 05/12/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
02.00 - Gabinete do Prefeito		0,00	0,00	0,00	3.512.100,00	0,00	884.300,00
03.00 - Procuradoria		0,00	0,00	2.303.125,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - Secretaria Municipal de Administração		0,00	0,00	0,00	7.985.420,00	0,00	0,00
06.00 - Secretaria Municipal de Finanças		0,00	0,00	0,00	2.272.080,00	0,00	0,00
07.00 - Secretaria Municipal de Educação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	181.600,00
09.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	168.000,00
10.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - Secretaria Municipal de Agricultura		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	2.303.125,00	13.769.600,00	0,00	1.233.900,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 2/40  
Data: 05/12/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
02.00 - Gabinete do Prefeito		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - Procuradoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - Secretaria Municipal de Administração		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - Secretaria Municipal de Finanças		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - Secretaria Municipal de Educação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.851.762,00
08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social		0,00	7.508.520,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - Secretaria Municipal de Agricultura		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	7.508.520,00	0,00	0,00	0,00	58.851.762,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 3/40  
Data: 05/12/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
02.00 - Gabinete do Prefeito		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - Procuradoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - Secretaria Municipal de Administração		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - Secretaria Municipal de Finanças		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - Secretaria Municipal de Educação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo		0,00	0,00	24.842.200,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos		0,00	0,00	10.593.250,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico		0,00	52.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - Secretaria Municipal de Agricultura		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	465.500,00
Total:		0,00	52.200,00	35.435.450,00	0,00	0,00	465.500,00

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 4/40  
Data: 05/12/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
02.00 - Gabinete do Prefeito		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - Procuradoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - Secretaria Municipal de Administração		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - Secretaria Municipal de Finanças		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - Secretaria Municipal de Educação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico		0,00	0,00	0,00	7.152.800,00	1.218.400,00	0,00
13.00 - Secretaria Municipal de Agricultura		0,00	1.945.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	1.945.300,00	0,00	7.152.800,00	1.218.400,00	0,00

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 540  
Data: 05/12/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
02.00 - Gabinete do Prefeito		0,00	0,00	0,00	775.200,00	0,00	5.171.600,00
03.00 - Procuradoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.303.125,00
05.00 - Secretaria Municipal de Administração		0,00	0,00	0,00	1.475.840,00	300.000,00	9.761.260,00
06.00 - Secretaria Municipal de Finanças		0,00	0,00	0,00	7.364.000,00	0,00	9.636.080,00
07.00 - Secretaria Municipal de Educação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.851.762,00
08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.023.800,00
09.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos		2.924.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.685.750,00
10.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.508.520,00
11.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.423.400,00
13.00 - Secretaria Municipal de Agricultura		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.410.800,00
Total:		2.924.500,00	0,00	0,00	9.615.040,00	300.000,00	142.776.097,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 640  
Data: 05/12/2014

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE							
Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
17.00 - Fundo Municipal de Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 7/40  
Data: 05/12/2014

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE							
Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
17.00 - Fundo Municipal de Saúde		0,00	0,00	0,00	51.987.150,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	51.987.150,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 8/40  
Data: 05/12/2014

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE							
Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
17.00 - Fundo Municipal de Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)**  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 9/40  
Data: 05/12/2014

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE							
Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
17.00 - Fundo Municipal de Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 10/40  
Data: 05/12/2014

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE							
Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
17.00 - Fundo Municipal de Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.987,150,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.987,150,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 11/40  
Data: 05/12/2014

Entidade: 9 - IPRESBS - INST. PREV. SERV. PUB. SAO BENTO DO SUL							
Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
19.00 - IPRESBS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 12/40  
Data: 05/12/2014

Entidade: 9 - IPRESBS - INST. PREV. SERV. PUB. SAO BENTO DO SUL							
Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
19.00 - IPRESBS		0,00	0,00	17.381.000,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	17.381.000,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 13/40  
Data: 05/12/2014

Entidade: 9 - IPRESBS - INST. PREV. SERV. PUB. SAO BENTO DO SUL							
Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
19.00 - IPRESBS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 14/40  
Data: 05/12/2014

Entidade: 9 - IPRESBS - INST. PREV. SERV. PUB. SAO BENTO DO SUL							
Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
19.00 - IPRESBS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 15/40  
Data: 05/12/2014

Entidade: 9 - IPRESBS - INST. PREV. SERV. PUB. SAO BENTO DO SUL							
Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
19.00 - IPRESBS		0,00	0,00	0,00	0,00	36.853.680,00	54.234.680,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	36.853.680,00	54.234.680,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 16/40  
Data: 05/12/2014

Entidade: 10 - EMHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO							
Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
16.00 - Empresa Municipal de Habitação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 17/40  
Data: 05/12/2014

Entidade: 10 - EMHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO							
Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
16.00 - Empresa Municipal de Habitação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 18/40  
Data: 05/12/2014

Entidade: 10 - EMHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO							
Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habituação	Saneamento	Gestão Ambiental
16.00 - Empresa Municipal de Habitação		0,00	0,00	0,00	6.615.500,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	6.615.500,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 19/40

Data: 05/12/2014

Entidade: 10 - EMHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO							
Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
16.00 - Empresa Municipal de Habitação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 20/40  
Data: 05/12/2014

Entidade: 10 - EMHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO							
Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
16.00 - Empresa Municipal de Habitação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.615.500,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.615.500,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 21/40  
Data: 05/12/2014

Entidade: 12 - SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE							
Funções		Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
Órgão							
23.00 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 22/40  
Data: 05/12/2014

Entidade: 12 - SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE							
Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
23.00 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 23/40

Data: 05/12/2014

Entidade: 12 - SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE							
Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habituação	Saneamento	Gestão Ambiental
23.00 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto		0,00	0,00	3.878.000,00	0,00	14.978.580,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	3.878.000,00	0,00	14.978.580,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)**  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 24/40  
Data: 05/12/2014

Entidade: 12 - SERVIÇO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE							
Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
23.00 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 25/40  
Data: 05/12/2014

Entidade: 12 - SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE							
Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
23.00 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto							
Total:		0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	18.856.580,00 18.856.580,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 26/40  
Data: 05/12/2014

Entidade: 13 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
15.00 - Fundação Municipal de Desportos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 27/40  
Data: 05/12/2014

Entidade: 13 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
15.00 - Fundação Municipal de Desportos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 28/40  
Data: 05/12/2014

Entidade: 13 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
15.00 - Fundação Municipal de Desportos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 29/40  
Data: 05/12/2014

Entidade: 13 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
15.00 - Fundação Municipal de Desportos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 30/40  
Data: 05/12/2014

Entidade: 13 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
15.00 - Fundação Municipal de Desportos		0,00	0,00	4.583.140,00	0,00	0,00	4.583.140,00
Total:		0,00	0,00	4.583.140,00	0,00	0,00	4.583.140,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 31/40  
Data: 05/12/2014

Entidade: 14 - FUNDACAO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
18.00 - Fundação Cultural de São Bento do Sul		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 32/40  
Data: 05/12/2014

Entidade: 14 - FUNDACAO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
18.00 - Fundação Cultural de São Bento do Sul		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 33/40  
Data: 05/12/2014

Entidade: 14 - FUNDACAO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL							
Funções		Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
Órgão							
18.00 - Fundação Cultural de São Bento do Sul		4.354.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		4.354.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 35/40  
Data: 05/12/2014

Entidade: 14 - FUNDACAO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
18.00 - Fundação Cultural de São Bento do Sul		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.354.100,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.354.100,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 36/40  
Data: 05/12/2014

Entidade: 15 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - Câmara Municipal de Vereadores		2.800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		2.800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 37/40  
Data: 05/12/2014

Entidade: 15 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - Câmara Municipal de Vereadores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 38/40

Data: 05/12/2014

Entidade: 15 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL							
Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01.00 - Câmara Municipal de Vereadores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)**  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 39/40  
Data: 05/12/2014

Entidade: 15 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.00 - Câmara Municipal de Vereadores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 40/40

Data: 05/12/2014

Entidade: 15 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL							
Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
01.00 - Câmara Municipal de Vereadores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.800.000,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.800.000,00
Total geral:							286.207.247,00
FERNANDO TURECK Prefeito Municipal		AURIENE ROEPKE Secretária de Finanças		ROSILANE ZELIA DOS SANTOS Contadora			

Página: 1/14  
Data: 05/12/2014

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
<b>1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL</b>				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	202.473.140,00	225.384.720,00	241.793.790,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	172.005.030,00	194.019.020,00	209.768.890,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	26.589.000,00	29.702.600,00	32.931.850,00
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	25.976.000,00	29.066.600,00	32.172.850,00
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	15.138.000,00	17.716.600,00	20.372.850,00
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	10.400.000,00	12.200.000,00	14.200.000,00
4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	Imp.s/Propr. Predial e Territ. Urbana - Rec. Livre	5.200.000,00	6.100.000,00	7.100.000,00
4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	Imp.s/ Propr. Predial e Territ. Urbana - 25% Educa	2.600.000,00	3.050.000,00	3.550.000,00
4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Imp. s/ Propr. Predial e Territ. Urbana - Saúde	2.600.000,00	3.050.000,00	3.550.000,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	2.713.000,00	3.016.600,00	3.347.850,00
4.1.1.1.2.04.10.00.00.00	Pessoas Físicas	183.000,00	183.600,00	186.600,00
4.1.1.1.2.04.10.01.00.00	Pessoas Físicas - Livre	91.500,00	91.800,00	93.300,00
4.1.1.1.2.04.10.02.00.00	Pessoas Físicas - 25% Educação	45.750,00	45.900,00	46.650,00
4.1.1.1.2.04.10.03.00.00	Pessoas Físicas - Saúde	45.750,00	45.900,00	46.650,00
4.1.1.1.2.04.21.00.00.00	Pessoa Jurídica - Líquida de Incentivos	106.000,00	108.000,00	111.250,00
4.1.1.1.2.04.21.01.00.00	I.R.P.J - Líquida de Incentivos Fiscais - Livre	53.000,00	54.000,00	55.500,00
4.1.1.1.2.04.21.02.00.00	I.R.P.J - Líquida de Incentivos Fiscais - 25% Educ	26.500,00	27.000,00	27.750,00
4.1.1.1.2.04.21.03.00.00	I.R.P.J - Líquida de Incentivos Fiscais - Saúde	26.500,00	27.000,00	28.000,00
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	2.424.000,00	2.725.000,00	3.050.000,00
4.1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF s/os Rendimentos do Trabalho - Livre	1.212.000,00	1.350.000,00	1.500.000,00
4.1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/os Rendimentos do Trabalho - 25% Educação	606.000,00	675.000,00	750.000,00
4.1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF s/os Rendimentos do Trabalho - Saúde	606.000,00	700.000,00	800.000,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	2.025.000,00	2.500.000,00	2.825.000,00
4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - Livre	1.012.500,00	1.200.000,00	1.350.000,00
4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - 25% Educa	506.250,00	600.000,00	675.000,00
4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - Saúde	506.250,00	700.000,00	800.000,00
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	10.838.000,00	11.350.000,00	11.800.000,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	10.838.000,00	11.350.000,00	11.800.000,00
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	10.838.000,00	11.350.000,00	11.800.000,00
4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	Imp. s/Serv. Qualquer Natureza - Livre	5.419.000,00	5.700.000,00	5.900.000,00
4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	Imp. s/Serv. Qualquer Natureza - 25% Educação	2.709.500,00	2.850.000,00	2.950.000,00
4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	Imp. s/Serv. Qualquer Natureza - Saúde	2.709.500,00	2.800.000,00	2.950.000,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	611.000,00	633.000,00	755.000,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	518.000,00	536.000,00	652.000,00
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	255.000,00	260.000,00	270.000,00
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	190.000,00	200.000,00	300.000,00
4.1.1.2.1.32.00.00.00.00	Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	70.000,00	71.000,00	75.000,00
4.1.1.2.1.35.00.00.00.00	Taxa de Alinhamento e Nivelamento			

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

## ANEXO DE METAS FISCAIS

## Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 2/14

Data: 05/12/2014

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL				
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	940.500,00	984.800,00	1.024.300,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	940.500,00	984.800,00	1.024.300,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remun. Depos. de Recursos Vinculados	690.500,00	724.800,00	754.300,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Remun. FUNDEB	203.000,00	210.000,00	212.000,00
4.1.3.2.5.01.02.01.00.00	FUNDEB 60%	203.000,00	210.000,00	212.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Receita de Remuneração de depósitos Bancarios de Reci	5.200,00	5.300,00	5.400,00
4.1.3.2.5.01.03.02.00.00	Receita de Remuneração de depósitos Bancarios de Rei	5.200,00	5.300,00	5.400,00
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Remun. Depós. Banc. Rec. Vinc. - Educação	187.200,00	190.200,00	193.500,00
4.1.3.2.5.01.05.01.00.00	Remun. Depós. Banc. Rec. Vinc. - Educação	80.000,00	81.000,00	82.000,00
4.1.3.2.5.01.05.02.00.00	Remun. Depós. Banc. Rec. Vinc. - FNDE Sal. Educaçã	62.700,00	63.000,00	63.700,00
4.1.3.2.5.01.05.03.00.00	Remun. Depós. Banc. Rec. Vinc. - FNDE - PNAE	3.600,00	3.700,00	3.800,00
4.1.3.2.5.01.05.04.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. CONV FNDE	35.900,00	37.000,00	38.000,00
4.1.3.2.5.01.05.05.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. TRANSP ESCOLAR	5.000,00	5.500,00	6.000,00
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - CIDE	1.000,00	1.500,00	2.000,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Dep. Banc. Recursos	294.100,00	317.800,00	341.400,00
4.1.3.2.5.01.99.01.00.00	Remun. de Recursos da COSIP	30.000,00	31.000,00	32.000,00
4.1.3.2.5.01.99.02.00.00	Remuneração de Dep. Banc. Convênios SSP/Trânsito	39.300,00	40.800,00	42.400,00
4.1.3.2.5.01.99.02.01.00	Remun. Dep. Banc. Conv. SSP/Transito - Prefeitura	19.700,00	20.300,00	20.900,00
4.1.3.2.5.01.99.02.02.00	Remun. Dep. Banc. Conv. SSP/Transito - PM	12.000,00	12.500,00	13.000,00
4.1.3.2.5.01.99.02.03.00	Remun. Dep. Banc. Conv. SSP/Transito - PC	7.600,00	8.000,00	8.500,00
4.1.3.2.5.01.99.03.00.00	Remun. Dep. Banc. Contribuições Facultativas	26.500,00	27.500,00	28.500,00
4.1.3.2.5.01.99.03.01.00	Remun. Depos. Banc. Contrib. Facult. - PM	2.500,00	3.000,00	3.500,00
4.1.3.2.5.01.99.03.02.00	Remun. Depos. Banc. Contrib. Facultat.- BOMBEIROS	24.000,00	24.500,00	25.000,00
4.1.3.2.5.01.99.04.00.00	Remun. Outros Dep. Banc. - FNAS	40.000,00	41.000,00	42.000,00
4.1.3.2.5.01.99.07.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. FIA	7.000,00	7.500,00	8.000,00
4.1.3.2.5.01.99.08.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. - CONVÊNIOS	9.500,00	10.000,00	10.500,00
4.1.3.2.5.01.99.09.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. de Rec. Vinc. FUNDETU	3.000,00	3.500,00	4.000,00
4.1.3.2.5.01.99.10.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. TRANSP ESCOLAR	1.000,00	2.000,00	3.000,00
4.1.3.2.5.01.99.11.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. LEILÃO	3.500,00	4.000,00	5.000,00
4.1.3.2.5.01.99.12.00.00	Remun de Outros Dep. Banc de Rec. Vinc. Convenios	100.000,00	110.000,00	120.000,00
4.1.3.2.5.01.99.13.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. de Rec. Vinc. Fundo Es	9.000,00	10.000,00	11.000,00
4.1.3.2.5.01.99.14.00.00	Remun. Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. Bolsa Família	6.300,00	7.000,00	8.000,00
4.1.3.2.5.01.99.15.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. CONV FND	1.000,00	2.000,00	3.000,00
4.1.3.2.5.01.99.16.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. Port. Defic	1.000,00	2.500,00	3.000,00
4.1.3.2.5.01.99.17.00.00	Remun. Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. Operação Credi	16.000,00	17.000,00	18.000,00
4.1.3.2.5.01.99.18.00.00	Remun. Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. Bombeiros	1.000,00	2.000,00	3.000,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. NÃO VINCULADOS	250.000,00	260.000,00	270.000,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. NÃO VINCULADOS	250.000,00	260.000,00	270.000,00
4.1.3.6.0.0.00.00.00.00	Receita da Cessão de Direitos	3.386.035,00	3.500.000,00	4.000.000,00
4.1.3.6.1.00.00.00.00.00	Rec Cessão Direito Oper Pagamentos	3.386.035,00	3.500.000,00	4.000.000,00
4.1.3.6.1.03.00.00.00.00	Rec Cessão Direito Oper Pagamento a Fornecedores	3.386.035,00	3.500.000,00	4.000.000,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	956.000,00	1.020.000,00	1.090.000,00
4.1.6.0.0.03.00.00.00.00	Serviços de Transporte	72.000,00	73.000,00	74.000,00
4.1.6.0.0.03.06.00.00.00	Receita de Terminais Rodoviários	72.000,00	73.000,00	74.000,00
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	767.000,00	821.000,00	883.000,00
4.1.6.0.0.13.01.00.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	30.000,00	35.000,00	40.000,00
4.1.6.0.0.13.03.00.00.00	Serviços Especiais PM/Bombeiro	609.000,00	650.000,00	700.000,00
4.1.6.0.0.13.03.01.00.00	Contribuições Facultativas Polícia Militar	0,00	0,00	0,00
4.1.6.0.0.13.03.02.00.00	Contribuições Facultativas Bombeiros	609.000,00	650.000,00	700.000,00
4.1.6.0.0.13.05.00.00.00	Serviços de Vistoria de Veículos	65.000,00	70.000,00	73.000,00
4.1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serviços Administrativos	63.000,00	66.000,00	70.000,00
4.1.6.0.0.14.00.00.00.00	Serviços de Inspeção e Fiscalização	71.000,00	76.000,00	80.000,00
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	46.000,00	50.000,00	53.000,00
4.1.6.0.0.99.07.00.00.00	Outras Receitas	11.000,00	12.000,00	13.000,00

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

## ANEXO DE METAS FISCAIS

## Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 3/14

Data: 05/12/2014

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL				
4.1.6.0.0.99.08.00.00.00	Guarda Volume	3.000,00	4.000,00	5.000,00
4.1.6.0.0.99.09.00.00.00	Preço Público	32.000,00	34.000,00	35.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	129.874.000,00	148.059.220,00	159.399.510,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	129.335.000,00	147.503.120,00	158.825.310,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	33.218.660,00	35.287.980,00	38.396.920,00
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	26.536.140,00	28.040.000,00	31.042.000,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	26.500.000,00	28.000.000,00	31.000.000,00
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do FPM - Livre	13.250.000,00	14.000.000,00	15.500.000,00
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do FPM - 25% Educação	6.625.000,00	7.000.000,00	7.750.000,00
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota-Parte do FPM - Saúde	6.625.000,00	7.000.000,00	7.750.000,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	25.640,00	29.000,00	30.000,00
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-parte do ITR - Livre	12.820,00	14.500,00	15.000,00
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-parte do ITR - 25% Educação	6.410,00	7.250,00	7.500,00
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-parte do ITR - Saúde	6.410,00	7.250,00	7.500,00
4.1.7.2.1.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	10.500,00	11.000,00	12.000,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	493.000,00	530.000,00	541.000,00
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	118.000,00	120.000,00	121.000,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	375.000,00	410.000,00	420.000,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	691.420,00	713.020,00	725.520,00
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	691.420,00	713.020,00	725.520,00
4.1.7.2.1.34.01.03.00.00	FNAS - Pessoa Portadora de Defic. Física - PPD	14.700,00	15.300,00	16.800,00
4.1.7.2.1.34.01.06.00.00	FNAS - GESTÃO - IGD DO SUAS	22.300,00	22.300,00	22.300,00
4.1.7.2.1.34.01.07.00.00	FNAS - Bolsa Família	27.000,00	28.000,00	29.000,00
4.1.7.2.1.34.01.08.00.00	FNAS - Piso Básico Fixo - PBF/CRAS	288.000,00	288.000,00	288.000,00
4.1.7.2.1.34.01.10.00.00	FNAS - Piso Fixo Média Complexidade - PFMC/CREAS	150.000,00	170.000,00	180.000,00
4.1.7.2.1.34.01.13.00.00	FNAS - Benefícios Eventuais	13.500,00	13.500,00	13.500,00
4.1.7.2.1.34.01.14.00.00	FNAS - Piso Básico Variável II - PBV II	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.01.16.00.00	FNAS - Gestão - ACESSUAS	13.920,00	13.920,00	13.920,00
4.1.7.2.1.34.01.17.00.00	FNAS - Serv. Convívio de Fortalecimento de Vínculo	42.000,00	42.000,00	42.000,00
4.1.7.2.1.34.01.18.00.00	PAC 1 Criança e Adolescência	120.000,00	120.000,00	120.000,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	4.976.100,00	5.504.000,00	5.531.800,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	3.790.000,00	4.300.000,00	4.310.000,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	1.118.700,00	1.130.000,00	1.136.200,00
4.1.7.2.1.35.03.01.00.00	Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNAE - Fundamental	485.000,00	495.000,00	500.000,00
4.1.7.2.1.35.03.02.00.00	Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNAE - Pré-Escola	260.000,00	260.000,00	260.000,00
4.1.7.2.1.35.03.03.00.00	Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNAE - AEE	8.700,00	9.000,00	9.200,00
4.1.7.2.1.35.03.04.00.00	Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNAE - E.J.A.	10.000,00	11.000,00	12.000,00
4.1.7.2.1.35.03.05.00.00	Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNAE - Creche	355.000,00	355.000,00	355.000,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	66.400,00	72.000,00	82.600,00
4.1.7.2.1.35.04.01.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE - Ens. Fundamental	45.000,00	50.000,00	60.000,00
4.1.7.2.1.35.04.03.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE - Infantil	1.900,00	2.000,00	2.100,00
4.1.7.2.1.35.04.06.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE - Médio	19.500,00	20.000,00	20.500,00
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	1.000,00	2.000,00	3.000,00
4.1.7.2.1.35.99.02.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	1.000,00	2.000,00	3.000,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	192.000,00	160.960,00	206.600,00
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	96.000,00	100.480,00	103.300,00
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS/Desoner - L.C. Nº 87/96 - Edu	48.000,00	30.240,00	51.650,00
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS/Desoner - L.C. Nº 87/96 - Saú	48.000,00	30.240,00	51.650,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferencias da União	330.000,00	340.000,00	350.000,00
4.1.7.2.1.99.01.00.00.00	Outras Transferências da União - CEX	330.000,00	340.000,00	350.000,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	57.205.640,00	70.315.140,00	75.428.390,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	56.533.000,00	69.632.500,00	74.735.750,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	47.300.000,00	57.900.000,00	60.000.000,00
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS - Livre	23.650.000,00	28.950.000,00	30.000.000,00

## Estado de Santa Catarina

Página: 4/14

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

Data: 05/12/2014

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

## ANEXO DE METAS FISCAIS

## Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL				
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - 25% Educação	11.825.000,00	14.475.000,00	15.000.000,00
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - Saúde	11.825.000,00	14.475.000,00	15.000.000,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	8.500.000,00	11.000.000,00	14.000.000,00
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-parte do IPVA - Livre	4.250.000,00	5.500.000,00	7.000.000,00
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-parte do IPVA - 25% Educação	2.125.000,00	2.750.000,00	3.500.000,00
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-parte do IPVA - Saúde	2.125.000,00	2.750.000,00	3.500.000,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	733.000,00	732.500,00	735.750,00
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Livre	375.500,00	375.000,00	376.500,00
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 25% Educação	178.750,00	187.500,00	188.250,00
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Saúde	178.750,00	170.000,00	171.000,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	672.640,00	682.640,00	692.640,00
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transf. dos Estados - Transp. Escolar	475.000,00	485.000,00	495.000,00
4.1.7.2.2.99.02.00.00.00	Outras Transf. Estado - FNAS	197.640,00	197.640,00	197.640,00
4.1.7.2.2.99.02.01.00.00	Outras Transf. Estado - FNAS Média Complexidade	95.040,00	95.040,00	95.040,00
4.1.7.2.2.99.02.02.00.00	Outras Transf. Estado - FNAS Alta Complexidade	72.600,00	72.600,00	72.600,00
4.1.7.2.2.99.02.03.00.00	Outras Transf. Estado - FEAS BÁSICO CORRENTE	30.000,00	30.000,00	30.000,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	Transferências Multigovernamentais	38.910.700,00	41.900.000,00	45.000.000,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	38.910.700,00	41.900.000,00	45.000.000,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	29.010.700,00	30.900.000,00	33.000.000,00
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	9.900.000,00	11.000.000,00	12.000.000,00
4.1.7.2.4.01.02.01.00.00	Transf. Recursos FUNDEB - 40%	9.900.000,00	11.000.000,00	12.000.000,00
4.1.7.2.4.01.02.02.00.00	Transf. Recursos FUNDEB - 40% Infantil	0,00	0,00	0,00
4.1.7.3.0.00.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	43.000,00	43.100,00	43.200,00
4.1.7.3.0.00.00.00.00.01	Transferência de Instituições Privadas	43.000,00	43.100,00	43.200,00
4.1.7.5.0.00.00.00.00.00	Transf. de Pessoas	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.7.5.0.00.00.00.00.01	Transferência de Pessoas	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	495.000,00	512.000,00	530.000,00
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	97.000,00	103.000,00	109.000,00
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	97.000,00	103.000,00	109.000,00
4.1.7.6.1.99.00.01.00.00	Outras Transf. de Convênios da União	97.000,00	103.000,00	109.000,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	226.000,00	227.000,00	228.000,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	226.000,00	227.000,00	228.000,00
4.1.7.6.2.99.99.00.00.00	Outras Conv. Estados	226.000,00	227.000,00	228.000,00
4.1.7.6.4.00.00.00.00.00	Transferência de Convênios Instituições Privadas	172.000,00	182.000,00	193.000,00
4.1.7.6.4.99.00.00.00.00	Transf. de Outros Convênios de Inst. Privadas	172.000,00	182.000,00	193.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.449.495,00	7.922.400,00	8.388.230,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	2.583.000,00	2.749.300,00	2.838.130,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	117.000,00	127.600,00	141.530,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	57.000,00	61.200,00	65.280,00
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Livre	28.500,00	30.600,00	32.640,00
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 25% Educação	14.250,00	15.300,00	16.320,00
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Saúde	14.250,00	15.300,00	16.320,00
4.1.9.1.1.39.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	2.000,00	3.400,00	6.250,00
4.1.9.1.1.39.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI - Livre	1.000,00	1.700,00	2.500,00
4.1.9.1.1.39.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI - Educação	500,00	850,00	1.250,00
4.1.9.1.1.39.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI - Saúde	500,00	850,00	2.500,00
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	56.000,00	61.000,00	68.000,00
4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Livre	28.000,00	30.500,00	34.000,00
4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 25% Educação	14.000,00	15.250,00	17.000,00
4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Saúde	14.000,00	15.250,00	17.000,00
4.1.9.1.1.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contrib de Melhoria	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.1.98.01.00.00.00	Multas/Juros Mora das Contrib de Melhoria - Livre	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	1.000,00	1.000,00	1.000,00

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

## ANEXO DE METAS FISCAIS

## Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 5/14

Data: 05/12/2014

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL				
4.1.9.1.1.99.01.01.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos - Livre	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	492.900,00	519.700,00	536.600,00
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	332.000,00	350.000,00	365.000,00
4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - Livre	166.000,00	175.000,00	182.500,00
4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 25% Educ	83.000,00	87.500,00	91.250,00
4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - Saúde	83.000,00	87.500,00	91.250,00
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	64.000,00	71.000,00	71.000,00
4.1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Livre	32.000,00	35.500,00	35.000,00
4.1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 25% Educa	16.000,00	17.750,00	18.000,00
4.1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Saúde	16.000,00	17.750,00	18.000,00
4.1.9.1.3.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. San.	6.600,00	7.000,00	7.600,00
4.1.9.1.3.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Contrib Melhoria	7.300,00	7.700,00	8.000,00
4.1.9.1.3.98.01.00.00.00	Multas/Juros Mora Div. Ativ. Contrib Melhoria - Li	7.300,00	7.700,00	8.000,00
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	83.000,00	84.000,00	85.000,00
4.1.9.1.3.99.01.00.00.00	Multas/Juros Mora Div. Ativ. Outros Trib. - Livre	83.000,00	84.000,00	85.000,00
4.1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	27.100,00	29.500,00	31.000,00
4.1.9.1.5.09.00.00.00.00	MJM Receita Div Ativa Serv de Inspeç Fiscalização	1.000,00	2.000,00	3.000,00
4.1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	26.100,00	27.500,00	28.000,00
4.1.9.1.5.99.01.00.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec - Principal	26.100,00	27.500,00	28.000,00
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	28.000,00	29.000,00	30.000,00
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	28.000,00	29.000,00	30.000,00
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	1.918.000,00	2.043.500,00	2.099.000,00
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	1.702.000,00	1.814.000,00	1.856.000,00
4.1.9.1.9.15.01.00.00.00	Convênio SSP/Trânsito	762.000,00	774.000,00	786.000,00
4.1.9.1.9.15.01.01.00.00	Convênio SSP/Trânsito - Prefeitura Municipal	760.000,00	770.000,00	780.000,00
4.1.9.1.9.15.01.02.00.00	Convênio SSP/Trânsito - PM	1.000,00	2.000,00	3.000,00
4.1.9.1.9.15.01.03.00.00	Convênio SSP/Trânsito - PC	1.000,00	2.000,00	3.000,00
4.1.9.1.9.15.02.00.00.00	Convênio SSP/Transito	940.000,00	1.040.000,00	1.070.000,00
4.1.9.1.9.15.02.01.00.00	Convênio SSP/Trânsito - Prefeitura Municipal	780.000,00	860.000,00	870.000,00
4.1.9.1.9.15.02.02.00.00	Convênio SSP/Trânsito - PM	80.000,00	90.000,00	100.000,00
4.1.9.1.9.15.02.03.00.00	Convênio SSP/Trânsito - PC	80.000,00	90.000,00	100.000,00
4.1.9.1.9.26.00.00.00.00	Multas Previstas na Legisl Defesa Direitos Difusos	210.000,00	220.000,00	230.000,00
4.1.9.1.9.26.02.00.00.00	M Previstas Legislação Defesa Dir Difusos	210.000,00	220.000,00	230.000,00
4.1.9.1.9.26.02.01.00.00	M Previstas Legisl Defesa Dir Difusos Outros	210.000,00	220.000,00	230.000,00
4.1.9.1.9.32.00.00.00.00	Multas Aplicadas no Âmbito de Processo Judicial	4.000,00	5.500,00	7.000,00
4.1.9.1.9.32.20.00.00.00	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	4.000,00	5.500,00	7.000,00
4.1.9.1.9.32.20.00.00.01	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Conselh	3.000,00	3.500,00	4.000,00
4.1.9.1.9.32.20.00.00.02	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Policia A	1.000,00	2.000,00	3.000,00
4.1.9.1.9.35.00.00.00.00	Multas por Danos ao Meio Ambiente	1.000,00	2.000,00	3.000,00
4.1.9.1.9.35.20.00.00.00	Multas Judiciais por Danos ao Meio Ambiente	1.000,00	2.000,00	3.000,00
4.1.9.1.9.50.00.00.00.00	Multas por Auto de Infração	1.000,00	2.000,00	3.000,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	29.000,00	36.000,00	43.000,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	29.000,00	36.000,00	43.000,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	29.000,00	36.000,00	43.000,00
4.1.9.2.2.99.00.01.00.00	Outras Restit. em folha	29.000,00	36.000,00	43.000,00
4.1.9.2.2.99.00.01.01.00	Outras Rest. Folha - FUNDEB 60%	10.000,00	11.000,00	12.000,00
4.1.9.2.2.99.00.01.02.00	Outras Rest. Folha - FUNDEB 40%	5.000,00	6.000,00	7.000,00
4.1.9.2.2.99.00.01.03.00	Outras Rest. Folha - Trânsito	1.000,00	2.000,00	3.000,00
4.1.9.2.2.99.00.01.04.00	Outras Rest. Folha - Iluminação Publica	1.000,00	2.000,00	3.000,00
4.1.9.2.2.99.00.01.05.00	Outras Rest. Folha - MDE	1.000,00	2.000,00	3.000,00
4.1.9.2.2.99.00.01.06.00	Outras Rest. Folha - Prefeitura	1.000,00	2.000,00	3.000,00
4.1.9.2.2.99.00.01.99.00	Outras Restituições	10.000,00	11.000,00	12.000,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	4.639.995,00	4.935.100,00	5.254.100,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	4.616.295,00	4.909.000,00	5.225.500,00

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

## ANEXO DE METAS FISCAIS

## Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 6/14

Data: 05/12/2014

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL				
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	4.137.925,00	4.400.000,00	4.650.000,00
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Livre	793.180,00	2.200.000,00	2.325.000,00
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 25% Educação	1.034.480,00	1.100.000,00	1.162.500,00
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Saúde	2.310.265,00	1.100.000,00	1.162.500,00
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	264.000,00	290.000,00	350.000,00
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Livre	132.000,00	145.000,00	175.000,00
4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 25% Educação	66.000,00	72.500,00	87.500,00
4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Saúde	66.000,00	72.500,00	87.500,00
4.1.9.3.1.35.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tx de Fiscaliz. e Vigil. Sanitária	47.000,00	48.000,00	49.000,00
4.1.9.3.1.98.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. das Contrib de Melhoria	10.620,00	11.000,00	11.500,00
4.1.9.3.1.98.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. das Contrib de Melhoria	10.620,00	11.000,00	11.500,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	156.750,00	160.000,00	165.000,00
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	156.750,00	160.000,00	165.000,00
4.1.9.3.1.99.01.01.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	156.750,00	160.000,00	165.000,00
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	23.700,00	26.100,00	28.600,00
4.1.9.3.2.25.00.00.00.00	Receita Dívida Ativa Serv de Inspeç Fiscalização	1.000,00	2.000,00	3.000,00
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	22.700,00	24.100,00	25.600,00
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	22.700,00	24.100,00	25.600,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	197.500,00	202.000,00	253.000,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	197.500,00	202.000,00	253.000,00
4.1.9.9.0.99.00.00.01.00	Outras Receitas	197.500,00	202.000,00	253.000,00
4.1.9.9.0.99.00.00.01.01	Outras Receitas - Prefeitura	1.000,00	2.000,00	3.000,00
4.1.9.9.0.99.00.00.01.02	Outras Receitas - Contribuições Facultativas Polícia M	196.500,00	200.000,00	250.000,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	30.264.610,00	31.150.000,00	31.800.000,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	17.000.000,00	17.500.000,00	18.000.000,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas	17.000.000,00	17.500.000,00	18.000.000,00
4.2.1.1.9.00.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	17.000.000,00	17.500.000,00	18.000.000,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	200.000,00	250.000,00	300.000,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	200.000,00	250.000,00	300.000,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	200.000,00	250.000,00	300.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	13.064.610,00	13.400.000,00	13.500.000,00
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.392.610,00	7.400.000,00	7.500.000,00
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	7.392.610,00	7.400.000,00	7.500.000,00
4.2.4.2.1.00.00.01.00.00	Transferências União	7.392.610,00	7.400.000,00	7.500.000,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	5.672.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
4.2.4.7.1.02.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
4.2.4.7.1.02.20.00.00.00	Outros Conv. União Area Educação	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	4.672.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio dos Estados	4.672.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00
4.2.4.7.2.99.01.00.00.00	Outras Transf. Conv. dos Estados	4.672.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00
4.7.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	203.500,00	215.700,00	224.900,00
4.7.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	203.500,00	215.700,00	224.900,00
4.7.2.3.0.00.00.00.00.00	Transferências dos Municípios	203.500,00	215.700,00	224.900,00
4.7.2.3.0.00.00.00.00.01	Custeio p/Serv. Iluminação Pública	203.500,00	215.700,00	224.900,00
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	(16.650.128,00)	(20.752.136,00)	(22.177.144,00)
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	(16.650.128,00)	(20.752.136,00)	(22.177.144,00)
9.1.1.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA.	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÃO DE IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Deduções de Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Deduções de Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.2.02.01.00.00.00	Dedução s/o IPTU - Livre	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.2.02.02.00.00.00	Dedução s/o Imp. Predial e Territ.Urbano-25% Educ	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Dedução s/o Imp. Predial e Territ.Urbano-15% Saúde	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

**ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 7/14

Data: 05/12/2014

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL				
9.1.1.1.2.08.00.00.00.00	Deduções de Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.2.08.01.00.00.00	Deduções de Receita do ITBI - Livre	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.2.08.02.00.00.00	Deduções de Receita de ITBI - 25% Educação	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.2.08.03.00.00.00	Deduções de Receita de ITBI - 15% Saúde	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Dedução de Imposto s/ a Produção e a Circulação	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Dedução sobre o ISSQN	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Dedução ISSQN	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.3.05.01.01.00.00	Dedução ISS - Livre	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.3.05.01.02.00.00	Dedução ISSQN - 25% Educação	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.3.05.01.03.00.00	Dedução ISS - Saúde	0,00	0,00	0,00
9.1.6.0.0.00.00.00.00.00	Dedução Rec. Serviços	0,00	0,00	0,00
9.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Dedução Rec. Serviços	0,00	0,00	0,00
9.1.6.0.0.13.03.00.00.00	Dedução Receitas Serv. Especiais	0,00	0,00	0,00
9.1.6.0.0.13.03.02.00.00	Dedução FUNREBOM - Bombeiros	0,00	0,00	0,00
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(16.650.128,00)	(20.752.136,00)	(22.177.144,00)
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências	(16.650.128,00)	(20.752.136,00)	(22.177.144,00)
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	(5.343.528,00)	(7.045.136,00)	(8.047.144,00)
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	(5.305.128,00)	(7.005.536,00)	(8.005.944,00)
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	(5.300.000,00)	(7.000.000,00)	(8.000.000,00)
9.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Dedução Receita do FPM - FUNDEB	(5.300.000,00)	(7.000.000,00)	(8.000.000,00)
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	(5.128,00)	(5.536,00)	(5.944,00)
9.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	(5.128,00)	(5.536,00)	(5.944,00)
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	(38.400,00)	(39.600,00)	(41.200,00)
9.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	(38.400,00)	(39.600,00)	(41.200,00)
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(11.306.600,00)	(13.707.000,00)	(14.130.000,00)
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(11.306.600,00)	(13.707.000,00)	(14.130.000,00)
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	(9.460.000,00)	(11.500.000,00)	(11.860.000,00)
9.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB - ICMS	(9.460.000,00)	(11.500.000,00)	(11.860.000,00)
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	(1.700.000,00)	(2.060.000,00)	(2.120.000,00)
9.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	(1.700.000,00)	(2.060.000,00)	(2.120.000,00)
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	(146.600,00)	(147.000,00)	(150.000,00)
9.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB - IPI E	(146.600,00)	(147.000,00)	(150.000,00)
9.1.9.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
9.1.9.1.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
9.1.9.1.9.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
9.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Dedução Multas	0,00	0,00	0,00
9.1.9.1.9.15.02.00.00.00	Dedução Multas de Trânsito Conv. SSP/Trânsito	0,00	0,00	0,00
9.1.9.1.9.15.02.01.00.00	Dedução Multas de Trânsito Conv. SSP/Trânsito	0,00	0,00	0,00
Total entidade:		185.823.012,00	204.632.584,00	219.616.646,00
4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	22.250.975,00	22.338.200,00	22.213.900,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	20.950.975,00	21.038.200,00	21.113.900,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	300.000,00	300.000,00	300.000,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	300.000,00	300.000,00	300.000,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	300.000,00	300.000,00	300.000,00
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	300.000,00	300.000,00	300.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	171.500,00	174.700,00	177.900,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	171.500,00	174.700,00	177.900,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	171.500,00	174.700,00	177.900,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	171.500,00	174.700,00	177.900,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. SUS PAB	146.500,00	149.700,00	152.900,00
4.1.3.2.5.01.03.01.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. SUS PAB	42.000,00	42.000,00	42.000,00
4.1.3.2.5.01.03.02.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. SUS Teto	40.000,00	40.000,00	40.000,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 8/14

Data: 05/12/2014

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
4.1.3.2.5.01.03.03.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. SUS CEO	20.000,00	21.000,00	22.000,00
4.1.3.2.5.01.03.04.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. SUS Epidem.	25.000,00	26.000,00	27.000,00
4.1.3.2.5.01.03.05.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. SUS Vig. Sanit.	4.000,00	4.100,00	4.200,00
4.1.3.2.5.01.03.06.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. SUS DST/AIDS	10.000,00	11.000,00	12.000,00
4.1.3.2.5.01.03.07.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. SUS Com. Ba. Farm.	3.500,00	3.600,00	3.700,00
4.1.3.2.5.01.03.09.00.00	Remuneração Depósitos Bancarios Gestão SUS	500,00	500,00	500,00
4.1.3.2.5.01.03.10.00.00	Remuneração de Outros Dep. Banc. Vinc. Atenção Bás	500,00	500,00	500,00
4.1.3.2.5.01.03.11.00.00	Remuneração de Outros Dep Banc Vinc UPA	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.12.00.00	Remuneração de Média e Alta	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.06.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Saúde	20.000,00	20.000,00	20.000,00
4.1.3.2.5.01.08.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Ações e Serv.	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.443.475,00	20.525.500,00	20.596.000,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	20.443.475,00	20.525.500,00	20.596.000,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	17.848.275,00	17.890.000,00	17.923.000,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	17.848.275,00	17.890.000,00	17.923.000,00
4.1.7.2.1.33.11.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	5.225.000,00	5.228.000,00	5.231.000,00
4.1.7.2.1.33.11.10.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00
4.1.7.2.1.33.11.10.60.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00
4.1.7.2.1.33.11.30.00.00	Saúde da Família	2.575.000,00	2.577.000,00	2.579.000,00
4.1.7.2.1.33.11.30.10.00	Saúde da Família	1.030.000,00	1.030.000,00	1.030.000,00
4.1.7.2.1.33.11.30.11.00	Saúde Bucal	270.000,00	271.000,00	272.000,00
4.1.7.2.1.33.11.30.12.00	Agentes Comunitários de Saúde	1.275.000,00	1.276.000,00	1.277.000,00
4.1.7.2.1.33.11.39.00.00	Outros Programas Financ. por Transf. Fund.	650.000,00	651.000,00	652.000,00
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	Teto Financeiro	11.587.500,00	11.615.000,00	11.633.000,00
4.1.7.2.1.33.12.10.00.00	Teto Financeiro	8.762.500,00	8.778.000,00	8.789.000,00
4.1.7.2.1.33.12.10.17.00	Teto Financeiro	8.500.000,00	8.510.000,00	8.515.000,00
4.1.7.2.1.33.12.10.20.00	SAMU - Serv. Atend. Móvel de Urgência	157.500,00	158.000,00	159.000,00
4.1.7.2.1.33.12.10.59.00	CEO - Centro Espec. Odontologicas	105.000,00	110.000,00	115.000,00
4.1.7.2.1.33.12.14.00.00	CAPS	420.000,00	421.000,00	422.000,00
4.1.7.2.1.33.12.20.00.00	Terapia Renal Substitutiva	2.400.000,00	2.410.000,00	2.415.000,00
4.1.7.2.1.33.12.20.57.00	Terapia Renal Substitutiva	2.400.000,00	2.410.000,00	2.415.000,00
4.1.7.2.1.33.12.99.00.00	Outros Programas Fundo a Fundo FAEC	5.000,00	6.000,00	7.000,00
4.1.7.2.1.33.13.00.00.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	525.775,00	532.000,00	539.000,00
4.1.7.2.1.33.13.10.00.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	480.775,00	486.000,00	492.000,00
4.1.7.2.1.33.13.10.16.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	400.000,00	405.000,00	410.000,00
4.1.7.2.1.33.13.10.18.00	Vigilância Epid. e Amb. em Saúde - DST/HIV	80.775,00	81.000,00	82.000,00
4.1.7.2.1.33.13.20.00.00	Vigilância Sanitária	45.000,00	46.000,00	47.000,00
4.1.7.2.1.33.13.20.15.00	Vigilância Sanitária	45.000,00	46.000,00	47.000,00
4.1.7.2.1.33.14.00.00.00	Componente Básico de Assistência Farmacêutica	500.000,00	505.000,00	510.000,00
4.1.7.2.1.33.14.10.00.00	Componente Básico de Assistência Farmacêutica	500.000,00	505.000,00	510.000,00
4.1.7.2.1.33.14.10.63.00	Componente Básico de Assistência Farmacêutica	500.000,00	505.000,00	510.000,00
4.1.7.2.1.33.15.00.00.00	Qualificação Gestão do SUS	10.000,00	10.000,00	10.000,00
4.1.7.2.1.33.15.10.00.00	Qualificação Gestão do SUS	10.000,00	10.000,00	10.000,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	2.595.200,00	2.635.500,00	2.673.000,00
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	2.595.200,00	2.635.500,00	2.673.000,00
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Atenção Farmacêutica	405.000,00	406.000,00	407.000,00
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	PSF	289.000,00	311.000,00	334.000,00
4.1.7.2.2.33.04.00.00.00	CEO	79.200,00	79.500,00	80.000,00
4.1.7.2.2.33.05.00.00.00	Oxigenioterapia	102.000,00	109.000,00	117.000,00
4.1.7.2.2.33.06.00.00.00	Farmácia Básica Diabetes	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.33.07.00.00.00	Redes de Urgência e Emergência	1.200.000,00	1.210.000,00	1.215.000,00
4.1.7.2.2.33.08.00.00.00	Medic. e Alta Complexidade	500.000,00	500.000,00	500.000,00
4.1.7.2.2.33.11.00.00.00	Incentivo para Captação de Órgãos	20.000,00	20.000,00	20.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	36.000,00	38.000,00	40.000,00

Página: 9/14  
Data: 05/12/2014

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
<b>4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>				
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	36.000,00	38.000,00	40.000,00
4.1.9.2.2.0.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	36.000,00	38.000,00	40.000,00
4.1.9.2.2.07.00.00.00.00.00	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	21.000,00	22.000,00	23.000,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00.00	Outras Restituicoes	15.000,00	16.000,00	17.000,00
4.1.9.2.2.99.01.00.00.00.00	Outras Restituições	15.000,00	16.000,00	17.000,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	1.300.000,00	1.300.000,00	1.100.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.300.000,00	1.300.000,00	1.100.000,00
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.300.000,00	1.300.000,00	1.100.000,00
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00.00	Transferências da União	500.000,00	500.000,00	500.000,00
4.2.4.2.1.01.00.00.00.00.00	Participação na Receita da União	500.000,00	500.000,00	500.000,00
4.2.4.2.1.01.03.00.00.00.00	Bloco de Investimento Média e Alta Complexidade	500.000,00	500.000,00	500.000,00
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	800.000,00	800.000,00	600.000,00
4.2.4.2.2.01.00.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	500.000,00	500.000,00	300.000,00
4.2.4.2.2.02.00.00.00.00.00	Transf. de Recursos Destinados Programas	300.000,00	300.000,00	300.000,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	0,00	0,00	0,00
Total entidade:		22.250.975,00	22.338.200,00	22.213.900,00
<b>9 - IPRESBS - INST. PREV. SERV. PUB. SAO BENTO DO SUL</b>				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00	RECEITAS	51.272.680,00	52.202.559,00	53.546.290,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	39.016.970,00	39.213.130,00	39.631.540,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	6.859.370,00	6.912.130,00	7.015.540,00
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	6.859.370,00	6.912.130,00	7.015.540,00
4.1.2.1.0.29.00.00.00.00.00	Contrib Previd. do Regime Próprio	6.859.370,00	6.912.130,00	7.015.540,00
4.1.2.1.0.29.07.00.00.00.00	Contrib de Servidor Ativo para o RPPS	6.826.120,00	6.878.530,00	6.981.340,00
4.1.2.1.0.29.07.01.00.00.00	Contribuição Serv. Ativo Civil - Prefeitura	4.550.000,00	4.600.000,00	4.700.000,00
4.1.2.1.0.29.07.02.00.00.00	Contrib. Serv. Ativo Civil - SAMAE	341.000,00	342.000,00	343.000,00
4.1.2.1.0.29.07.03.00.00.00	Contrib. Serv. Ativo Civil - Câmara	37.900,00	38.000,00	38.500,00
4.1.2.1.0.29.07.04.00.00.00	Contrib. Serv. Ativo Civil - Fundo de Saúde	1.720.000,00	1.721.000,00	1.722.000,00
4.1.2.1.0.29.07.05.00.00.00	Contrib. Serv. Ativo Civil - EMHAB	38.600,00	38.700,00	38.800,00
4.1.2.1.0.29.07.06.00.00.00	Contrib. Serv. Ativo Civil - Fund. Cultural	98.400,00	98.500,00	98.600,00
4.1.2.1.0.29.07.07.00.00.00	Contrib. Serv. Ativo Civil - Fund. Desportos	22.200,00	22.300,00	22.400,00
4.1.2.1.0.29.07.08.00.00.00	Contrib. Serv. Ativo Civil - IPRESBS	18.020,00	18.030,00	18.040,00
4.1.2.1.0.29.09.00.00.00.00	Contribuições de Servidor Inativo para o RPPS	16.750,00	17.000,00	17.500,00
4.1.2.1.0.29.11.00.00.00.00	Contribuições de Pensionista para o RPPS	16.500,00	16.600,00	16.700,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	31.546.600,00	31.680.000,00	31.985.000,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	31.546.600,00	31.680.000,00	31.985.000,00
4.1.3.2.8.00.00.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPPS	31.546.600,00	31.680.000,00	31.985.000,00
4.1.3.2.8.10.00.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPPS Renda Fixa	31.071.600,00	31.200.000,00	31.500.000,00
4.1.3.2.8.20.00.00.00.00.00	Remuneração dos			

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

## ANEXO DE METAS FISCAIS

## Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 10/14

Data: 05/12/2014

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
<b>9 - IPRESBS - INST. PREV. SERV. PUB. SAO BENTO DO SUL</b>			
4.7.2.1.0.29.01.00.00.00 Contrib. Patr. Servi. Ativo -Intra-Orçam.	9.167.562,00	9.743.683,00	10.470.245,00
4.7.2.1.0.29.01.01.00.00 Contrib. Patronal Serv. Ativo - Prefeitura	5.744.866,00	6.361.807,00	7.036.556,00
4.7.2.1.0.29.01.02.00.00 Contrib. Patronal Serv. Ativo - SAMAE	568.800,00	603.035,00	639.155,00
4.7.2.1.0.29.01.03.00.00 Contrib. Patronal Serv. Ativo - Câmara	73.023,00	81.661,00	91.868,00
4.7.2.1.0.29.01.04.00.00 Contrib. Patronal Serv. Ativo - Fundo de Saúde	2.500.871,00	2.422.350,00	2.422.350,00
4.7.2.1.0.29.01.05.00.00 Contrib. Patronal Serv. Ativo - EMHAB	58.105,00	58.890,00	59.675,00
4.7.2.1.0.29.01.06.00.00 Contrib. Patronal Serv. Ativo - Fund. Cultural	148.089,00	141.336,00	145.262,00
4.7.2.1.0.29.01.07.00.00 Contrib. Patronal Serv. Ativo - Fund. Desportos	34.548,00	35.344,00	36.119,00
4.7.2.1.0.29.01.08.00.00 Contrib. Patronal Serv. Ativo - IPRESBS	39.260,00	39.260,00	39.260,00
4.7.2.1.0.29.13.00.00.00 Contribuição Previdenc para Amortiz do Déficit Atu	2.507.848,00	2.665.446,00	2.864.205,00
4.7.2.1.0.29.13.01.00.00 Contrib. Previd. p/Cobertura Déficit - PREFEITURA	1.571.544,00	1.740.312,00	1.924.894,00
4.7.2.1.0.29.13.02.00.00 Contrib. p/Cobertura Déficit - SAMAE	155.600,00	164.965,00	174.845,00
4.7.2.1.0.29.13.03.00.00 Contrib. p/Cobertura Déficit - Câmara	19.977,00	22.339,00	25.132,00
4.7.2.1.0.29.13.04.00.00 Contrib. p/Cobertura Déficit - SAÚDE	684.129,00	662.650,00	662.650,00
4.7.2.1.0.29.13.05.00.00 Contrib. p/Cobertura Déficit - EMHAB	15.895,00	16.110,00	16.325,00
4.7.2.1.0.29.13.06.00.00 Contrib. p/Cobertura Déficit - Fund. Cultural	40.511,00	38.664,00	39.738,00
4.7.2.1.0.29.13.07.00.00 Contrib. p/Cobertura Déficit - FMD	9.452,00	9.666,00	9.881,00
4.7.2.1.0.29.13.08.00.00 Contrib. p/Cobertura Déficit - IPRESBS	10.740,00	10.740,00	10.740,00
4.7.2.1.0.29.15.00.00.00 Contr Previd em Regime de Parcelamento de Débitos	545.300,00	545.300,00	545.300,00
4.7.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	35.000,00	35.000,00	35.000,00
4.7.9.1.0.00.00.00.00.00 Multas e Juros de Mora	35.000,00	35.000,00	35.000,00
4.7.9.1.8.00.00.00.00.00 Multas e Juros de Mora-Outras Receitas	35.000,00	35.000,00	35.000,00
4.7.9.1.8.99.00.00.00.00 Outras Multas e Juros de Mora	35.000,00	35.000,00	35.000,00
4.8.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CAPITAL - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00
4.8.3.0.0.00.00.00.00.00 Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
4.8.3.0.0.80.00.00.00.00 Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
4.8.3.0.0.80.01.00.00.00 Amortização de Financiamentos de Bens	0,00	0,00	0,00
Total entidade:	51.272.680,00	52.202.559,00	53.546.290,00
<b>10 - EMHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO</b>			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS	1.927.000,00	1.969.000,00	2.011.000,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	147.000,00	151.000,00	155.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	76.000,00	79.000,00	82.000,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	76.000,00	79.000,00	82.000,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	76.000,00	79.000,00	82.000,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	2.000,00	3.000,00	4.000,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00 Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	2.000,00	3.000,00	4.000,00
4.1.3.2.5.01.99.99.00.00 Remun.de Outros Depós.Banc.Rec. Vinculados	2.000,00	3.000,00	4.000,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00 Remun. Outros Dep. Banc. Rec. ã Vinc.	74.000,00	76.000,00	78.000,00
4.1.3.2.5.02.01.00.00.00 Remun.de Outros Depós.Banc.Rec.Não Vinc.	14.000,00	15.000,00	16.000,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00 Remun. Outros Dep. Banc. Rec. ã Vinc.	60.000,00	61.000,00	62.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	71.000,00	72.000,00	73.000,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00 Multas e Juros de Mora	70.000,00	70.000,00	70.000,00
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00 Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	70.000,00	70.000,00	70.000,00
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00 Outras Multas e Juros de Mora	70.000,00	70.000,00	70.000,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.000,00	2.000,00	3.000,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00 RESTITUIÇÕES	1.000,00	2.000,00	3.000,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00 Outras Restituições	1.000,00	2.000,00	3.000,00
4.1.9.2.2.99.00.00.99.00 Outras Restituições	1.000,00	2.000,00	3.000,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	1.780.000,00	1.818.000,00	1.856.000,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00 ALIENAÇÃO DE BENS	615.000,00	616.000,00	617.000,00
4.2.2.2.0.00.00.00.00.00 ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	615.000,00	616.000,00	617.000,00
4.2.2.2.5.00.00.00.00.00 Alienação de Imóveis Urbanos	615.000,00	616.000,00	617.000,00
4.2.3.0.0.00.00.00.00.00 AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	565.000,00	584.000,00	603.000,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

**ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 11/14

Data: 05/12/2014

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
10 - EMHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO				
4.2.3.0.0.99.00.00.00.00	Amortização de Empréstimos Diversos - EMHAB	565.000,00	584.000,00	603.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.00	Amortização de Empréstimos Diversos EMHAB por Grupo	565.000,00	584.000,00	603.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.01	Amort. Emprest. - Grupo 1	28.000,00	29.000,00	30.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.03	Amort. Emprest. - Grupo 3	12.000,00	13.000,00	14.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.05	Amort. Emprest. - Grupo 5	115.000,00	116.000,00	117.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.06	Amort. Emprest. - Grupo 6	32.000,00	33.000,00	34.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.07	Amort. Emprest. - Grupo 7	32.000,00	33.000,00	34.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.08	Amort. Emprest. - Grupo 8	3.000,00	4.000,00	5.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.10	Amort. Emprest. - Grupo 10	37.000,00	38.000,00	39.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.12	Amort. Emprest. - Grupo 12	27.000,00	28.000,00	29.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.13	Amort. Emprest. - Grupo 13	12.000,00	13.000,00	14.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.14	Amort. Emprest. - Grupo 14	14.000,00	15.000,00	16.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.15	Amort. Emprest. - Grupo 15	31.000,00	32.000,00	33.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.16	Amort. Emprest. - Grupo 16	23.000,00	24.000,00	25.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.17	Amort. Emprest. - Grupo 17	2.000,00	3.000,00	4.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.18	Amort. Emprest. - Grupo 18	8.000,00	9.000,00	10.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.19	Amort. Emprest. - Grupo 19	7.000,00	8.000,00	9.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.20	Amort. Emprest. - Grupo 20	50.000,00	51.000,00	52.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.21	Amort. Emprest. - Grupo 21	2.000,00	3.000,00	4.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.22	Amort. Emprest. - Grupo 22 (COHAB)	80.000,00	81.000,00	82.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.99	Outras Receitas de Empréstimos e Financiamentos C	50.000,00	51.000,00	52.000,00
4.2.5.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	600.000,00	618.000,00	636.000,00
4.2.5.0.0.00.00.00.00.00	Rec D.Ativa de Amort Empréstimos e Financiamento	600.000,00	618.000,00	636.000,00
4.2.5.0.0.00.00.01.00.00	Rec. Div. Ativa de Amort. Emprest. e Financ. - EMHAB	600.000,00	618.000,00	636.000,00
4.2.5.0.0.00.00.01.00.01	Rec. Div. Ativa Amort. Emprest. - Grupo 1	72.000,00	73.000,00	74.000,00
4.2.5.0.0.00.00.01.00.03	Rec. Div. Ativa Amort. Emprest. - Grupo 3	10.000,00	11.000,00	12.000,00
4.2.5.0.0.00.00.01.00.04	Rec. Div. Ativa Amort. Emprest. - Grupo 4	102.000,00	103.000,00	104.000,00
4.2.5.0.0.00.00.01.00.05	Rec. Div. Ativa Amort. Emprest. - Grupo 5	145.000,00	146.000,00	147.000,00
4.2.5.0.0.00.00.01.00.06	Rec. Div. Ativa Amort. Emprest. - Grupo 6	22.000,00	23.000,00	24.000,00
4.2.5.0.0.00.00.01.00.07	Rec. Div. Ativa Amort. Emprest. - Grupo 7	40.000,00	41.000,00	42.000,00
4.2.5.0.0.00.00.01.00.08	Rec. Div. Ativa Amort. Emprést. - Grupo 8	2.000,00	3.000,00	4.000,00
4.2.5.0.0.00.00.01.00.10	Rec. Div. Ativa Amort. Emprest. - Grupo 10	24.000,00	25.000,00	26.000,00
4.2.5.0.0.00.00.01.00.12	Rec. Div. Ativa Amort. Emprest. - Grupo 12	10.000,00	11.000,00	12.000,00
4.2.5.0.0.00.00.01.00.13	Amort. Emprest. Div. Ativa - Grupo 13	26.000,00	27.000,00	28.000,00
4.2.5.0.0.00.00.01.00.14	Rec. Div. Ativa Amort. Emprest. - Grupo 14	8.000,00	9.000,00	10.000,00
4.2.5.0.0.00.00.01.00.15	Rec. Div. Ativa Amort. Emprest. - Grupo 15	22.000,00	23.000,00	24.000,00
4.2.5.0.0.00.00.01.00.16	Rec. Div. Ativa Amort. Emprést. - Grupo 16	28.000,00	29.000,00	30.000,00
4.2.5.0.0.00.00.01.00.17	Rec. Div. Ativa Amort. Emprest. - Grupo 17	2.000,00	3.000,00	4.000,00
4.2.5.0.0.00.00.01.00.18	Rec. Div. Ativa Amort. Emprést. - Grupo 18	3.000,00	4.000,00	5.000,00
4.2.5.0.0.00.00.01.00.19	Rec. Div. Ativa Amort. Emprést. - Grupo 19	16.000,00	17.000,00	18.000,00
4.2.5.0.0.00.00.01.00.20	Rec. Div. Ativa Amort. Emprest. - Grupo 20	55.000,00	56.000,00	57.000,00
4.2.5.0.0.00.00.01.00.21	Rec. Div. Ativa Amort. Emprést. - Grupo 21	13.000,00	14.000,00	15.000,00
Total entidade:		1.927.000,00	1.969.000,00	2.011.000,00
12 - SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	20.913.580,00	22.458.500,00	23.819.000,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	20.648.980,00	22.177.700,00	23.515.300,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	3.878.000,00	4.396.000,00	4.660.000,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	3.878.000,00	4.396.000,00	4.660.000,00
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	3.878.000,00	4.396.000,00	4.660.000,00
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	3.878.000,00	4.396.000,00	4.660.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	480.600,00	509.600,00	540.100,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	480.600,00	509.600,00	540.100,00
4.1.3.2.2.00.00.00.00.00	Dividendos	200,00	300,00	300,00

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

## ANEXO DE METAS FISCAIS

## Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 12/14

Data: 05/12/2014

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
12 - SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE				
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	480.400,00	509.300,00	539.800,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	39.500,00	41.900,00	44.400,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	39.500,00	41.900,00	44.400,00
4.1.3.2.5.01.99.20.00.00	Remun. Depos. Recursos Oper. Crédito Saneamento	39.500,00	41.900,00	44.400,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	440.900,00	467.400,00	495.400,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Rem. de Outros Depos. Banc. de Recursos Não Vinc.	440.900,00	467.400,00	495.400,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	16.080.280,00	17.048.600,00	18.077.700,00
4.1.6.0.0.41.00.00.00.00	Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	13.823.580,00	14.655.700,00	15.541.300,00
4.1.6.0.0.41.01.00.00.00	Tarifa de Água Residencial	10.454.800,00	11.082.100,00	11.747.100,00
4.1.6.0.0.41.02.00.00.00	Tarifa de Água Comercial	1.883.600,00	1.996.700,00	2.116.500,00
4.1.6.0.0.41.03.00.00.00	Tarifa de Água Industrial	1.127.600,00	1.195.300,00	1.267.000,00
4.1.6.0.0.41.04.00.00.00	Tarifa de Água Poderes Públicos	184.180,00	197.700,00	215.800,00
4.1.6.0.0.41.05.00.00.00	Ligações de Água	173.400,00	183.900,00	194.900,00
4.1.6.0.0.42.00.00.00.00	Serv. de Coleta/Transp/Trat/Destin Final do Esgoto	1.988.700,00	2.108.300,00	2.234.800,00
4.1.6.0.0.42.01.00.00.00	Tarifa de Coleta de Esgoto Residencial	1.516.500,00	1.607.500,00	1.704.000,00
4.1.6.0.0.42.02.00.00.00	Tarifa de Coleta de Esgoto Comercial	154.400,00	163.700,00	173.500,00
4.1.6.0.0.42.03.00.00.00	Tarifa de Coleta de Esgoto Industrial	295.600,00	313.400,00	332.200,00
4.1.6.0.0.42.04.00.00.00	Tarifa de Coleta de Esgoto Poderes Públicos	8.400,00	9.000,00	9.500,00
4.1.6.0.0.42.05.00.00.00	Ligações de Esgoto	13.800,00	14.700,00	15.600,00
4.1.6.0.0.48.00.00.00.00	Serviços de Religamento de Água	147.100,00	156.000,00	165.300,00
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	120.900,00	128.600,00	136.300,00
4.1.6.0.0.99.01.00.00.00	Desligamento de Água/Esgoto	7.300,00	7.800,00	8.300,00
4.1.6.0.0.99.02.00.00.00	Taxa de Expediente	60.200,00	63.900,00	67.700,00
4.1.6.0.0.99.03.00.00.00	Aferição de Hidrômetro	300,00	400,00	400,00
4.1.6.0.0.99.04.00.00.00	Conservação	13.800,00	14.700,00	15.600,00
4.1.6.0.0.99.05.00.00.00	Atualização do Padrão de Ligação	300,00	400,00	400,00
4.1.6.0.0.99.06.00.00.00	Análises de Água	3.100,00	3.300,00	3.500,00
4.1.6.0.0.99.07.00.00.00	Outras Receitas	35.900,00	38.100,00	40.400,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	210.100,00	223.500,00	237.500,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	139.500,00	147.900,00	156.800,00
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	139.500,00	147.900,00	156.800,00
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	139.500,00	147.900,00	156.800,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	46.500,00	49.400,00	52.300,00
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	3.000,00	3.200,00	3.400,00
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	3.000,00	3.200,00	3.400,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	43.500,00	46.200,00	48.900,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	43.500,00	46.200,00	48.900,00
4.1.9.2.2.99.01.00.00.00	Outras Restituições	43.500,00	46.200,00	48.900,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA	22.700,00	24.700,00	26.800,00
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	22.700,00	24.700,00	26.800,00
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	22.700,00	24.700,00	26.800,00
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	22.700,00	24.700,00	26.800,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	1.400,00	1.500,00	1.600,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	1.400,00	1.500,00	1.600,00
4.1.9.9.0.99.11.00.00.00	Outras Receitas - SAMAE	1.400,00	1.500,00	1.600,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	67.900,00	72.100,00	76.400,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	67.900,00	72.100,00	76.400,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	67.900,00	72.100,00	76.400,00
4.2.2.1.5.00.00.00.00.00	Alienação de Veículos	59.100,00	62.700,00	66.500,00
4.2.2.1.5.00.01.00.00.00	Alienação de Veículos Diversos	59.100,00	62.700,00	66.500,00
4.2.2.1.6.00.00.00.00.00	Alienação de Móveis e Utensílios	6.400,00	6.800,00	7.200,00
4.2.2.1.6.00.01.00.00.00	Alienação de Móveis e Utensílios Diversos	6.400,00	6.800,00	7.200,00
4.2.2.1.7.00.00.00.00.00	Alienação de Equipamentos	2.400,00	2.600,00	2.700,00
4.2.2.1.7.00.01.00.00.00	Alienação de Equipamento de Informática	2.400,00	2.600,00	2.700,00

Página: 13/14  
Data: 05/12/2014

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
<b>12 - SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE</b>				
4.7.0.0.0.00.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	196.700,00	208.700,00	227.300,00
4.7.6.0.0.00.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	196.700,00	208.700,00	227.300,00
4.7.6.0.0.41.00.00.00.00.00	Serv. Captação, Adução, Trat. Res. Distrib. Água	180.000,00	190.900,00	208.500,00
4.7.6.0.0.41.04.00.00.00.00	Tarifa de Água Poderes Públicos	180.000,00	190.900,00	208.500,00
4.7.6.0.0.42.00.00.00.00.00	Serv. de Coleta, Transp., Trat. e Dest. Final Res.	16.700,00	17.800,00	18.800,00
4.7.6.0.0.42.04.00.00.00.00	Tarifa de Coleta de Esgoto Poderes Públicos	16.700,00	17.800,00	18.800,00
Total entidade:		20.913.580,00	22.458.500,00	23.819.000,00

13 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	1.787.000,00	1.792.500,00	1.798.000,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	1.787.000,00	1.792.500,00	1.798.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	9.000,00	9.500,00	10.000,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.99.98.00.00	Remun. de Outros Dep. de Rec. Vinc.	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.99.99.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. de Rec. Vinculados	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Dep. de Rec. não Vinc.	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.02.99.01.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. NÃO VINCULADO	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	7.000,00	7.500,00	8.000,00
4.1.3.3.3.00.00.00.00.00	Rec. Concessões e Permissões - Dir Uso Bens Públic	7.000,00	7.500,00	8.000,00
4.1.3.3.3.01.00.00.00.00	Rec de Concessão de Direito Real Uso Área Pública	7.000,00	7.500,00	8.000,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	125.000,00	130.000,00	135.000,00
4.1.6.0.0.19.00.00.00.00	Serviços Recreativos e Culturais	125.000,00	130.000,00	135.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.650.000,00	1.650.000,00	1.650.000,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.650.000,00	1.650.000,00	1.650.000,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	1.650.000,00	1.650.000,00	1.650.000,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	1.650.000,00	1.650.000,00	1.650.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.000,00	3.000,00	3.000,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.9.2.2.99.01.00.00.00	Outras Restituições	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.9.0.99.12.00.00.00	Outras Receitas - Diversas -PMSBS	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Total entidade:		1.787.000,00	1.792.500,00	1.798.000,00

14 - FUNDACAO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL				
4.0.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	2.233.000,00	2.724.000,00	2.722.500,00
4.1.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	1.259.000,00	1.583.000,00	1.790.500,00
4.1.3.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	18.000,00	23.000,00	25.000,00
4.1.3.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	3.000,00	3.000,00	3.000,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	3.000,00	3.000,00	3.000,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários Vinculados	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.99.01.00.00	Remun. Depos. Banc. Conta Vinculada	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Dep. de Rec. não Vinc.	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.3.2.5.02.99.01.00.00	Rem. Outros Dep. Banc. Rec. Não Vinc. 1	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.02.99.02.00.00	Rem. Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. 2	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	15.000,00	20.000,00	22.000,00

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

## ANEXO DE METAS FISCAIS

## Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 14/14

Data: 05/12/2014

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
<b>14 - FUNDACAO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL</b>			
4.1.3.3.3.00.00.00.00.00 Rec. Concessões e Permissões - Dir Uso Bens Públic	15.000,00	20.000,00	22.000,00
4.1.3.3.3.01.00.00.00.00 Rec de Concessão de Direito Real Uso Área Pública	8.000,00	9.000,00	10.000,00
4.1.3.3.3.02.00.00.00.00 Rec de Outorga de Dir Uso/Explor de Criação Proteg	7.000,00	11.000,00	12.000,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS	14.000,00	15.000,00	17.500,00
4.1.6.0.0.19.00.00.00.00 Serviços Recreativos e Culturais	14.000,00	15.000,00	17.500,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.220.000,00	1.537.000,00	1.740.000,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.000.000,00	1.302.000,00	1.480.000,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00 Transferências da União	900.000,00	1.227.000,00	1.400.000,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00 Outras Transferências da União	900.000,00	1.227.000,00	1.400.000,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00 Transferências dos Estados	100.000,00	75.000,00	80.000,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00 Outras Transferências dos Estados	100.000,00	75.000,00	80.000,00
4.1.7.2.2.99.99.00.00.00 Outras Transf. dos Estados - Outros	100.000,00	75.000,00	80.000,00
4.1.7.3.0.00.00.00.00.00 Transferências de Instituições Privadas	160.000,00	170.000,00	190.000,00
4.1.7.3.1.00.00.00.00.00 Transf. Instituições Privadas	160.000,00	170.000,00	190.000,00
4.1.7.7.0.00.00.00.00.00 Transferências para o Combate à Fome	60.000,00	65.000,00	70.000,00
4.1.7.7.2.00.00.00.00.00 Provenientes de Pessoas Jurídicas	60.000,00	65.000,00	70.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.000,00	8.000,00	8.000,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00 Multas e Juros de Mora	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.2.00.00.00.00.00 Multas e Juros de Mora das Contribuições	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.2.99.00.00.00.00 Multas e Juros de Mora de Outras Contribuições	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.2.99.01.00.00.00 M/J de Mora de Outras Contrib - Principal	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.000,00	7.000,00	7.000,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00 RESTITUIÇÕES	6.000,00	7.000,00	7.000,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00 Outras Restituições	6.000,00	7.000,00	7.000,00
4.1.9.2.2.99.01.00.00.00 Outras Restituições	4.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.9.2.2.99.02.00.00.00 Outras Restituições	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	974.000,00	1.141.000,00	932.000,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00 ALIENAÇÃO DE BENS	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00 ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00 Alienação de Outros Bens Móveis	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	973.000,00	1.140.000,00	931.000,00
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	65.000,00	50.000,00	60.000,00
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00 Transferências dos Estados	65.000,00	50.000,00	60.000,00
4.2.4.2.2.99.00.00.00.00 Outras Transferências dos Estados	65.000,00	50.000,00	60.000,00
4.2.4.3.0.00.00.00.00.00 Transf. de Instituições Privadas	180.000,00	190.000,00	200.000,00
4.2.4.3.0.01.00.00.00.00 Transf. Instituições Privadas	180.000,00	190.000,00	200.000,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	728.000,00	900.000,00	671.000,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00 Transf. Convênios da União e de suas Entidades	728.000,00	900.000,00	671.000,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00 Outras Transferências de Convênios da União	728.000,00	900.000,00	671.000,00
Total entidade:	2.233.000,00	2.724.000,00	2.722.500,00
Total geral:	286.207.247,00	308.117.343,00	325.727.336,00

FERNANDO TURECK  
Prefeito MunicipalAURIENE ROEPKE  
Secretária de FinançasROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
Contadora

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 1/1  
 Data: 05/12/2014

Anexo I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

**4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 - RECEITAS CORRENTES**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2012	174.443.442,00	----
2013	218.170.391,25	25,07
2014	234.370.085,51	7,43
2015	255.814.955,00	9,15
2016	279.974.550,00	9,44
2017	297.773.130,00	6,36

Nota:

Os indicadores foram extraídos das metas estabelecidas para a projeção do PIB total, média anual e da projeção da inflação.

**4.2.0.0.0.00.00.00.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2012	21.213.900,00	----
2013	18.915.050,00	(10,84)
2014	40.207.223,80	112,57
2015	34.386.510,00	(14,48)
2016	35.481.100,00	3,18
2017	35.764.400,00	0,80

Nota:

Projetamos as receitas das operações de crédito, os recursos que serão captados das esferas: União e Estado, bem como as contrapartidas financeiras destinadas para cada convênio.

**4.7.0.0.0.00.00.00.00.00 - RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2012	122.100,00	----
2013	11.890.018,94	9.637,94
2014	12.200.184,17	2,61
2015	12.655.910,00	3,74
2016	13.413.829,00	5,99
2017	14.366.950,00	7,11

Nota:

Projetamos as receitas dos órgãos que compõe a Administração Municipal, utilizando a projeção do PIB e inflação.

**9.0.0.0.0.00.00.00.00.00 - DEDUÇÕES DA RECEITA**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2012	(13.185.000,00)	----
2013	(15.152.495,00)	14,92
2014	(15.502.418,62)	2,31
2015	(16.650.128,00)	7,40
2016	(20.752.136,00)	24,64
2017	(22.177.144,00)	6,87

Nota:

Foram deduzidas as receitas que compõe o FUNDEB e demais deduções constitucionais.

FERNANDO TURECK  
 Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
 Secretária de Finanças

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
 Contadora

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 1/1  
 Data: 05/12/2014

**Anexo II.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas**

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

**3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2012	156.398.573,00	----
2013	171.591.228,26	9,71
2014	182.674.078,87	6,46
2015	198.962.627,00	8,92
2016	213.360.290,19	7,24
2017	227.046.588,71	6,41

Nota:

Na projeção das despesas, observamos a projeção da receita para manter o equilíbrio. Levando em consideração as despesas que são inerentes a manutenção dos serviços públicos. As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, utilizamos o aumento vegetativo e reajuste salarial dos servidores. Nos Serviços e Amortização da dívida pública, levou-se em consideração os contratos assinados, seus valores e taxas contratuais.

**4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2012	38.265.916,00	----
2013	37.429.372,25	-2,19
2014	59.626.774,03	59,30
2015	50.090.940,00	-15,99
2016	56.922.401,66	13,64
2017	59.745.879,12	4,96

Nota:

Nas despesas de Capital, foi observada as obras em andamentos e as futuras conforme o plano de investimento para o crescimento e desenvolvimento do município.

**9.0.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2012	20.249.141,91	----
2013	24.847.364,68	22,71
2014	29.019.221,96	16,79
2015	37.153.680,00	28,03
2016	37.834.651,15	1,83
2017	38.934.868,17	2,91

Nota:

Projetada conforme os passivos contingentes.

FERNANDO TURECK  
 Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
 Secretária de Finanças

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
 Contadora

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 1/2

Data: 05/12/2014

Especificação	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	161.380.542,00	203.227.596,25	218.867.666,89	251.820.737,00	272.636.243,00	289.962.936,00
Receita Tributária	26.796.581,00	29.625.105,00	32.102.079,83	30.767.000,00	34.398.600,00	37.891.850,00
Receita de Contribuição	2.500.000,00	6.047.563,57	8.776.675,42	21.973.580,00	22.782.259,00	23.920.190,00
Receita Patrimonial	2.304.920,00	22.733.224,95	24.503.315,79	36.748.235,00	37.090.600,00	37.979.300,00
Aplicações Financeiras (II)	1.913.920,00	22.599.528,58	24.377.416,37	33.220.000,00	33.432.800,00	33.814.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	390.500,00	133.596,37	125.899,42	142.200,00	157.800,00	165.300,00
Transferências Correntes	103.474.040,00	118.186.740,00	124.471.709,10	136.537.347,00	151.019.584,00	161.208.366,00
Demais Receitas Correntes	26.305.001,00	26.634.962,73	29.013.886,75	25.794.575,00	27.345.200,00	28.963.230,00
<b>RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I-II)</b>	159.466.622,00	180.628.067,67	194.490.250,52	218.600.737,00	239.203.443,00	256.148.936,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL (IV)</b>	21.213.900,00	18.915.050,00	40.207.223,80	34.386.510,00	35.481.100,00	35.764.400,00
Operações de Crédito (V)	15.671.350,00	10.000.000,00	16.343.518,62	17.000.000,00	17.500.000,00	18.000.000,00
Amortização de Empréstimo (VI)	0,00	100.000,00	74.500,00	565.000,00	584.000,00	603.000,00
Alienação de Ativos (VII)	100.000,00	1.197.250,00	1.562.095,32	883.900,00	939.100,00	994.400,00
Transferência de Capital	5.442.550,00	7.617.800,00	22.227.109,86	15.337.610,00	15.840.000,00	15.531.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	600.000,00	618.000,00	636.000,00
<b>RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V-VI-VII)</b>	5.442.550,00	7.617.800,00	22.227.109,86	15.937.610,00	16.458.000,00	16.167.000,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS (IX) = (III+VIII)</b>	164.909.172,00	188.245.867,67	216.717.360,38	234.538.347,00	255.661.443,00	272.315.936,00
<b>DESPESAS CORRENTES (X)</b>	156.398.573,00	208.864.860,52	170.905.517,10	186.747.017,00	200.462.771,19	213.194.938,71
Pessoal e Encargos Sociais	89.757.175,00	63.763.550,00	102.580.835,52	113.907.027,00	122.672.703,33	131.067.093,65
Juros e Encargos da Dívida (XI)	2.360.000,00	2.812.071,81	2.403.000,00	1.278.000,00	2.680.000,00	2.785.000,00
Outras Despesas Correntes	64.281.398,00	105.015.606,45	65.921.681,58	71.561.990,00	75.110.067,86	79.342.845,06
<b>DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)</b>	154.038.573,00	206.052.788,71	168.502.517,10	185.469.017,00	197.782.771,19	210.409.938,71
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XIII)</b>	38.265.916,00	24.703.104,67	59.165.051,95	49.544.940,00	56.222.401,66	58.945.879,12
Investimentos	32.630.916,00	18.743.131,31	52.971.074,03	43.942.540,00	48.384.314,14	49.703.336,71
Inversões Financeiras	1.085.000,00	20.000,00	740.700,00	202.400,00	204.200,00	206.100,00
Amortização da Dívida (XIV)	4.550.000,00	5.939.973,36	5.453.277,92	5.400.000,00	7.633.887,52	9.036.442,41
<b>DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII-XIV)</b>	33.715.916,00	18.763.131,31	53.711.774,03	44.144.940,00	48.588.514,14	49.909.436,71
<b>RESERVA LEGAL RPPS (XVI)</b>	19.949.141,91	24.547.364,68	28.719.221,96	36.853.680,00	37.534.651,15	38.634.868,17
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)</b>	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**

Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 2/2  
Data: 05/12/2014

Especificação	2012	2013	2014	2015	2016	2017
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00
DESpesas PRIMÁRIAS (XVIII)=(XI+XV+XVI+XVII)	208.003.630,91	249.663.284,70	251.233.513,09	266.767.637,00	284.205.936,48	299.254.243,59
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVII)	(43.094.458,91)	(61.417.417,03)	(34.516.152,71)	(32.229.290,00)	(28.544.493,48)	(26.938.307,59)

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária de Finanças

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
Contadora

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

Página: 1/1

Data: 05/12/2014

Especificação	2012 (b)	2013 (c)	2014 (d)	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	60.488.474,80	21.391.582,92	17.009.632,01	16.192.000,00	16.000.000,00	16.000.000,00
Outras dívidas	30.280.957,13	947.897,84	600.000,00	0,00	0,00	0,00
Operações de crédito	28.736.449,00	19.253.364,89	15.500.000,00	16.000.000,00	16.000.000,00	16.000.000,00
Previdenciárias (INSS)	406.089,24	304.537,24	203.045,54	0,00	0,00	0,00
Demais contribuições sociais	1.064.979,43	885.782,95	706.586,47	192.000,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	6.550.000,00	6.504.014,46	9.400.000,00	7.850.000,00	8.150.000,00	8.150.000,00
Ativo disponível	6.300.000,00	6.500.000,00	7.000.000,00	7.300.000,00	7.500.000,00	7.500.000,00
Haveres financeiros	250.000,00	4.014,46	2.400.000,00	550.000,00	650.000,00	650.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	53.938.474,80	14.887.568,46	7.609.632,01	8.342.000,00	7.850.000,00	7.850.000,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	53.938.474,80	14.887.568,46	7.609.632,01	8.342.000,00	7.850.000,00	7.850.000,00
Resultado Nominal	(b - a*)	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f - e)	(g - f)
	32.976.835,09	(39.050.906,34)	(7.277.936,45)	732.367,99	(492.000,00)	0,00

\* : Refere-se ao resultados\_nominais\_valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao previsto no exercício 2012 no resultados\_nominais\_valor de R\$ 20.961.639,71.

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária de Finanças

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
Contadora

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 1/1

Data: 05/12/2014

LRF Art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000

Especificação	2015	2016	2017
RECEITAS CORRENTES (I)	255.733.455,00	279.895.250,00	297.683.030,00
Receita Tributária	30.767.000,00	34.398.600,00	37.891.850,00
Receita de Contribuição	9.752.870,00	9.827.830,00	10.040.440,00
Receita Patrimonial	36.745.235,00	37.087.600,00	37.976.300,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita Serviços	17.175.280,00	18.213.600,00	19.320.200,00
Transferências Correntes	152.907.475,00	171.481.720,00	183.075.510,00
Outras Receitas Correntes	8.385.595,00	8.885.900,00	9.378.730,00
DEDUÇÕES (II)	24.135.498,00	28.301.766,00	29.841.684,00
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	16.650.128,00	20.752.136,00	22.177.144,00
Compensações Financeiras entre o Reg Geral e RPPS	610.000,00	620.000,00	630.000,00
Contrib. Serv. Ativo Civil - Câmara	37.900,00	38.000,00	38.500,00
Contrib. Serv. Ativo Civil - EMHAB	38.600,00	38.700,00	38.800,00
Contrib. Serv. Ativo Civil - Fund. Cultural	98.400,00	98.500,00	98.600,00
Contrib. Serv. Ativo Civil - Fund. Desportos	22.200,00	22.300,00	22.400,00
Contrib. Serv. Ativo Civil - Fundo de Saúde	1.720.000,00	1.721.000,00	1.722.000,00
Contrib. Serv. Ativo Civil - IPRESBS	18.020,00	18.030,00	18.040,00
Contrib. Serv. Ativo Civil - SAMAE	341.000,00	342.000,00	343.000,00
Contribuição Serv. Ativo Civil - Prefeitura	4.550.000,00	4.600.000,00	4.700.000,00
Contribuições de Pensionista para o RPPS	16.500,00	16.600,00	16.700,00
Contribuições de Servidor Inativo para o RPPS	16.750,00	17.000,00	17.500,00
M/J de Mora de Outras Contrib - Principal	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Rec de Concessão de Direito Real Uso Área Pública	15.000,00	16.500,00	18.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	231.597.957,00	251.593.484,00	267.841.346,00

FERNANDO TURECK  
Prefeito MunicipalAURIENE ROEPKE  
Secretária de FinançasROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
Contadora

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências - Portaria 637/2012

Página: 1/1  
Data: 05/12/2014

LRF, art 4º, § 3º

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Processos judiciais em trâmite	100.000,00	Abertura de Créditos Adicionais, a partir do cancelamento de Despesas Discricionárias.	100.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>100.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>100.000,00</b>
<b>DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS</b>		<b>PROVIDÊNCIAS</b>	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Riscos de chuvas, alagamentos e temporais com danos e prejuízos.	200.000,00	Abertura de Créditos Adicionais, a partir do cancelamento de Despesas Discricionárias.	200.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>200.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>200.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>300.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>300.000,00</b>

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária de Finanças

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
Contadora

**Estado de Santa Catarina**

Página:1/1

**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**

Data: 04/12/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

LRF, art 4º, § 2º, inciso V

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2015
Aumento Permanente da Receita	6.000.000,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	6.000.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	6.000.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	6.000.000,00
Novas DOCC	6.000.000,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	0,00

FERNANDO TURECK  
Prefeito MunicipalAURIENE ROEPKE  
Secretária de FinançasROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
Contadora

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo I - Metas Anuais

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 1/1

Data: 05/12/2014

LRF, art 4º, § 1º

R\$ 1,00

Especificação	2015			2016			2017		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	286.207.247,00	270.721.951,38	---	308.117.343,00	276.646.084,43	---	325.727.336,00	277.895.894,62	---
Receitas Primárias (I)	234.538.347,00	221.848.606,70	---	255.661.443,00	229.548.056,13	---	272.315.936,00	232.327.693,41	---
Despesa Total	286.207.247,00	270.721.951,38	---	308.117.343,00	276.646.084,43	---	325.727.336,00	277.895.894,62	---
Despesas Primárias (II)	266.767.637,00	252.334.125,05	---	284.205.936,48	255.177.000,86	---	299.254.243,59	255.310.244,34	---
Resultado Primário III = (I-II)	(32.229.290,00)	(30.485.518,35)	---	(28.544.493,48)	(25.628.944,73)	---	(26.938.307,59)	(22.982.550,92)	---
Resultado Nominal	732.367,99	692.743,09	---	(492.000,00)	(441.746,88)	---	0,00	0,00	---
Dívida Pública Consolidada	16.192.000,00	15.315.928,87	---	16.000.000,00	14.365.752,05	---	16.000.000,00	13.650.479,47	---
Dívida Consolidada Líquida	8.342.000,00	7.890.654,96	---	7.850.000,00	7.048.197,10	---	7.850.000,00	6.697.266,49	---

O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2015	2016	2017
Inflação média (% anual)	5,720	5,350	5,240
IPCA	5,610	5,325	5,230
PIB projeção	2,120	2,790	2,990

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária de Finanças

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
Contadora

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO DE METAS FISCAIS

**Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior**

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A); Realização da despesa por: Empenho

LRF, art 4º, § 2º, inciso I

R\$ 1,00

Especificação	Metas Previstas em 2013 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2013 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	222.142.646,25		185.164.088,92		(36.978.557,33)	(16,646)
Receitas Primárias (I)	188.245.867,67		171.288.253,77		(16.957.613,90)	(9,008)
Despesa Total	233.867.965,19		149.912.097,77		(83.955.867,42)	(35,899)
Despesas Primárias (II)	225.115.920,02		141.996.478,00		(83.119.442,02)	(36,923)
Resultado Primário (III) = (I-II)	(36.870.052,35)		29.291.775,77		66.161.828,12	(179,446)
Resultado Nominal	(39.050.906,34)		0,00	0,000	39.050.906,34	(100,000)
Dívida Pública Consolidada	21.391.582,92		0,00	0,000	(21.391.582,92)	(100,000)
Dívida Consolidada Líquida	14.887.568,46		0,00	0,000	(14.887.568,46)	(100,000)

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária de Finanças

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
Contadora

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 1/1  
Data: 05/12/2014

Especificação	Valores a Preços Correntes									
	2012	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017
Receita Total	182.594.442,00	233.867.965,19	28,080	271.320.074,86	16,010	286.207.247,00	5,490	308.117.343,00	7,660	325.727.336,00
Receitas Primárias (I)	164.909.172,00	188.245.867,67	14,150	216.717.360,38	15,120	234.538.347,00	8,220	255.661.443,00	9,010	272.315.936,00
Despesa Total	214.913.630,91	233.867.965,19	8,920	271.320.074,86	16,010	286.207.247,00	5,490	308.117.343,00	7,660	325.727.336,00
Despesas Primárias (II)	208.003.630,91	225.115.920,02	8,230	251.233.513,09	11,600	266.767.637,00	6,180	284.205.936,48	6,540	299.254.243,59
Resultado Primário III = (I-II)	(43.094.458,91)	(36.870.052,35)	(14,440)	(34.516.152,71)	(6,380)	(32.229.290,00)	(6,630)	(28.544.493,48)	(11,430)	(26.938.307,59)
Resultado Nominal	32.976.835,09	(39.050.906,34)	(214,420)	(7.277.936,45)	(81,360)	732.367,99	(110,060)	(492.000,00)	(167,180)	0,00
Dívida Pública Consolidada	60.488.474,80	21.391.582,92	(64,640)	17.009.632,01	(20,480)	16.192.000,00	(4,810)	16.000.000,00	(1,190)	16.000.000,00
Dívida Consolidada Líquida	53.938.474,80	14.887.568,46	(72,400)	7.609.632,01	(48,890)	8.342.000,00	9,620	7.850.000,00	(5,900)	7.850.000,00

LRf, art 4º, § 1º

R\$ 1,00

Especificação	Valores a Preços Constantes									
	2012	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017
Receita Total	205.007.909,76	247.923.429,90	20,930	271.320.074,86	9,440	270.721.951,38	(0,220)	276.646.084,43	2,190	277.895.894,62
Receitas Primárias (I)	185.151.772,86	199.559.444,32	7,780	216.717.360,38	8,600	221.848.606,70	2,370	229.548.096,13	3,470	232.327.693,41
Despesa Total	241.294.079,10	247.923.429,90	2,750	271.320.074,86	9,440	270.721.951,38	(0,220)	276.646.084,43	2,190	277.895.894,62
Despesas Primárias (II)	233.536.076,60	238.645.386,81	(1,100)	251.233.513,09	5,270	252.334.125,05	0,440	255.177.000,86	1,130	255.310.244,34
Resultado Primário III = (I-II)	(48.384.303,74)	(39.085.942,50)	(19,220)	(34.516.152,71)	(11,690)	(30.485.518,35)	(11,680)	(25.628.944,73)	(15,930)	(22.982.550,92)
Resultado Nominal	37.024.741,60	(41.397.865,81)	(211,810)	(7.277.936,45)	(82,420)	692.743,09	(109,520)	(441.746,58)	(163,770)	0,00
Dívida Pública Consolidada	67.913.435,08	22.677.217,05	(66,610)	17.009.632,01	(24,990)	15.315.928,87	(9,960)	14.365.752,05	(6,200)	13.650.479,47
Dívida Consolidada Líquida	60.559.422,58	15.782.311,32	(73,940)	7.609.632,01	(51,780)	7.890.654,56	3,690	7.048.197,10	(10,680)	6.697.266,49

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

2012	2013	2014	2015	2016	2017
5,830	5,910	6,010	5,720	5,350	5,240

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária de Finanças

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
Contadora

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido

Página: 1/1

Data: 05/12/2014

LRF, art. 4º, § 2º, inciso III

Patrimônio Líquido	2013	%	2012	%	2011	%
Patrimônio/Capital	207.241.480,00	93,50	140.123.129,00	67,61	122.009.050,00	87,07
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	14.414.306,00	6,50	67.118.348,00	32,39	18.114.079,00	12,93
<b>TOTAL</b>	<b>221.655.786,00</b>	<b>100,00</b>	<b>207.241.477,00</b>	<b>100,00</b>	<b>140.123.129,00</b>	<b>100,00</b>

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

Patrimônio Líquido	2013	%	2012	%	2011	%
Patrimônio/Capital	28.494.669,00	813,42	-43.937.622,00	-154,20	-44.220.189,00	100,64
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	-24.991.606,00	-713,42	72.432.291,00	254,20	282.567,00	-0,64
<b>TOTAL</b>	<b>3.503.063,00</b>	<b>100,00</b>	<b>28.494.669,00</b>	<b>100,00</b>	<b>-43.937.622,00</b>	<b>100,00</b>

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária de Finanças

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
Contadora

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 1/1  
 Data: 05/12/2014

**Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos**

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

RECEITAS REALIZADAS	2013 (a)	2012 (d)	2011
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	59.058,00	623.598,00	8.268,00
Alienação de Bens Móveis	14.058,00	623.598,00	8.268,00
Alienação de Bens Imóveis	45.000,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>59.058,00</b>	<b>623.598,00</b>	<b>8.268,00</b>
DESPESAS EMPENHADAS	2013 (b)	2012 (e)	2011
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	74.150,00	0,00
Investimentos	0,00	74.150,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização / Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DO RPPS	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>74.150,00</b>	<b>0,00</b>
	(c) = (a - b) + (f)	(f) = (d - e) + (g)	(g)
<b>SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO</b>	<b>616.774,00</b>	<b>557.716,00</b>	<b>8.268,00</b>

\_\_\_\_\_  
 FERNANDO TURECK  
 Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
 AURIENE ROEPKE  
 Secretária de Finanças

\_\_\_\_\_  
 ROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
 Contadora

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 1/2  
 Data: 05/12/2014

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
 2015

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS	2011	2012	2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	21.519.875,38	36.709.792,72	12.663.865,41
RECEITAS CORRENTES	21.524.555,98	37.332.627,16	17.167.734,92
Receita de Contribuições dos Segurados	4.043.725,43	4.976.188,16	5.532.926,25
Pessoal Civil	4.043.725,43	4.976.188,16	5.532.926,25
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	16.850.433,75	31.968.634,10	9.799.649,25
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	630.396,80	387.804,90	1.835.159,42
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	626.271,98	387.566,35	1.834.686,15
Demais Receitas Correntes	4.124,82	238,55	473,27
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-4.680,60	-622.834,44	-4.503.869,51
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	7.724.864,67	8.631.100,89	9.830.894,03
RECEITAS CORRENTES	7.679.864,67	8.586.100,89	9.821.512,50
Receita de Contribuições Patronais	6.172.638,59	6.634.603,30	7.502.523,43
Pessoal Civil	6.172.638,59	6.634.603,30	7.502.523,43
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	1.429.224,75	1.900.942,78	1.882.397,73
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	393.659,23
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	78.001,33	50.554,81	42.932,11
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	78.001,33	50.554,81	42.932,11
RECEITAS DE CAPITAL	45.000,00	45.000,00	45.000,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	45.000,00	45.000,00	45.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	-35.618,47
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)</b>	<b>29.244.740,05</b>	<b>45.340.893,61</b>	<b>22.494.759,44</b>
DESPESAS	2011	2012	2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	9.035.030,61	10.921.182,14	11.848.986,60
ADMINISTRAÇÃO	423.867,00	31.934,19	19.864,35
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	423.867,00	31.934,19	19.864,35
PREVIDÊNCIA	8.611.163,61	10.889.247,95	11.829.122,25
Pessoal Civil	7.753.672,22	9.755.006,28	10.819.567,23
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	857.491,39	1.134.241,67	1.009.555,02
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	4.424,99	4.203,41	1.380,21
Demais Despesas Previdenciárias	853.066,40	1.130.038,26	1.008.174,81
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	19.827,43	26.730,03	27.700,32
ADMINISTRAÇÃO	19.827,43	26.730,03	27.700,32
Despesas Correntes	19.827,43	26.730,03	27.700,32
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**

Página: 2/2  
 Data: 05/12/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
 2015

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

<b>DESPESAS</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	19.827,43	26.730,03	27.700,32
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)</b>	<b>9.054.858,04</b>	<b>10.947.912,17</b>	<b>11.876.686,92</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>20.189.882,01</b>	<b>34.392.981,44</b>	<b>10.618.072,52</b>
<b>APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	2.445.281,51	2.538.249,38	2.836.058,28
Plano Financeiro	0,00	0,00	2.836.058,28
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	2.836.058,28
Plano Previdenciário	2.445.281,51	2.538.249,38	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	2.445.281,51	2.538.249,38	0,00
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>	<b>17.424.161,27</b>	<b>19.949.141,91</b>	<b>24.547.364,68</b>
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>	<b>123.949.105,50</b>	<b>160.293.530,60</b>	<b>162.197.192,50</b>

FERNANDO TURECK  
 Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
 Secretária de Finanças

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
 Contadora

## Estado de Santa Catarina

## MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do RPPS

Página: 1/2

Data: 05/12/2014

LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea a

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	(a)	(b)	c = a - b	d = (d exercício anterior) + (c)
2014	14.343.141,58	10.244.200,48	4.098.941,10	169.615.347,10
2015	14.774.587,09	11.412.312,43	3.362.274,66	172.977.621,76
2016	14.803.927,26	12.958.187,20	1.845.740,06	174.823.361,82
2017	14.717.281,72	16.153.927,99	(1.436.646,27)	173.386.715,55
2018	14.762.667,83	17.289.570,26	(2.526.902,43)	170.859.813,12
2019	14.772.031,58	18.953.348,07	(4.181.316,49)	166.678.496,63
2020	17.777.444,10	20.769.763,43	(2.992.319,33)	163.686.177,30
2021	14.800.543,86	22.211.168,18	(7.410.624,32)	156.275.552,98
2022	14.807.582,26	23.929.364,77	(9.121.782,51)	147.153.770,47
2023	14.780.967,83	25.972.340,19	(11.191.372,36)	135.962.398,11
2024	14.724.729,89	28.577.696,91	(13.852.967,02)	122.109.431,09
2025	14.693.493,37	30.621.665,38	(15.928.172,01)	106.181.259,08
2026	14.716.379,92	31.874.863,08	(17.158.483,16)	89.022.775,92
2027	14.643.585,29	34.975.705,28	(20.332.119,99)	68.690.655,93
2028	14.654.163,13	36.612.714,02	(21.958.550,89)	46.732.105,04
2029	14.685.211,67	37.746.241,29	(23.061.029,62)	23.671.075,42
2030	14.690.376,79	39.289.196,60	(24.598.819,81)	-927.744,39
2031	14.700.037,57	40.662.427,45	(25.962.389,88)	-26.890.134,27
2032	14.654.622,65	43.070.065,65	(28.415.443,00)	-55.305.577,27
2033	14.650.313,85	44.630.591,23	(29.980.277,38)	-85.285.854,65
2034	14.661.674,29	45.954.167,95	(31.292.493,66)	-116.578.348,31
2035	14.673.265,72	47.314.592,76	(32.641.327,04)	-149.219.675,35
2036	14.696.194,50	48.413.655,91	(33.717.461,41)	-182.937.136,76
2037	14.698.712,30	49.763.227,40	(35.064.515,10)	-218.001.651,86
2038	14.691.324,53	51.414.088,33	(36.722.763,80)	-254.724.415,66
2039	14.702.691,37	52.359.832,01	(37.657.140,64)	-292.381.556,30
2040	14.707.213,69	53.407.277,21	(38.700.063,52)	-331.081.619,82
2041	14.724.941,28	54.352.751,74	(39.627.810,46)	-370.709.430,28
2042	14.751.109,98	55.112.149,03	(40.361.039,05)	-411.070.469,33
2043	14.766.183,29	55.674.414,50	(40.908.231,21)	-451.978.700,54
2044	14.792.847,10	56.278.353,95	(41.485.506,85)	-493.464.207,39
2045	14.803.314,49	56.661.271,32	(41.857.956,83)	-535.322.164,22
2046	14.849.984,63	57.091.877,62	(42.241.892,99)	-577.564.057,21
2047	14.863.180,82	58.366.668,00	(43.503.487,18)	-621.067.544,39
2048	14.833.399,22	58.584.988,86	(43.751.589,64)	-664.819.134,03
2049	14.854.930,75	58.807.417,88	(43.952.487,13)	-708.771.621,16
2050	14.866.349,07	59.304.832,26	(44.438.483,19)	-753.210.104,35
2051	14.861.423,85	59.458.661,84	(44.597.237,99)	-797.807.342,34
2052	14.867.926,71	60.160.164,43	(45.292.237,72)	-843.099.580,06
2053	14.836.342,01	60.225.317,17	(45.388.975,16)	-888.488.555,22
2054	14.842.775,36	60.116.975,16	(45.274.199,80)	-933.762.755,02
2055	14.851.702,15	60.038.603,24	(45.186.901,09)	-978.949.656,11
2056	14.855.860,73	59.809.205,65	(44.953.344,92)	-1.023.903.001,03
2057	14.864.790,38	59.797.935,11	(44.933.144,73)	-1.068.836.145,76
2058	14.851.930,93	59.735.839,48	(44.883.908,55)	-1.113.720.054,31
2059	14.837.338,92	59.459.161,04	(44.621.822,12)	-1.158.341.876,43
2060	14.834.792,81	59.547.723,55	(44.712.930,74)	-1.203.054.807,17
2061	14.806.274,12	59.059.754,86	(44.253.480,74)	-1.247.308.287,91
2062	14.818.000,44	58.833.362,45	(44.015.362,01)	-1.291.323.649,92
2063	14.806.044,64	58.587.406,78	(43.781.362,14)	-1.335.105.012,06
2064	14.792.423,09	58.012.283,35	(43.219.860,26)	-1.378.324.872,32
2065	14.805.551,27	57.789.855,46	(42.984.304,19)	-1.421.309.176,51
2066	14.790.805,59	57.503.059,80	(42.712.254,21)	-1.464.021.430,72

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do RPPS

Página: 2/2

Data: 05/12/2014

LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea a

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	(a)	(b)	c = a - b	d = (d exercício anterior) + (c)
2067	14.779.814,10	56.805.209,65	(42.025.395,55)	-1.506.046.826,27
2068	14.797.916,50	57.088.792,55	(42.290.876,05)	-1.548.337.702,32
2069	14.754.123,07	56.679.417,48	(41.925.294,41)	-1.590.262.996,73
2070	14.749.529,91	56.253.795,90	(41.504.265,99)	-1.631.767.262,72
2071	14.744.951,52	55.685.926,41	(40.940.974,89)	-1.672.708.237,61
2072	14.759.270,69	55.166.048,84	(40.406.778,15)	-1.713.115.015,76
2073	14.766.693,17	54.805.805,10	(40.039.111,93)	-1.753.154.127,69
2074	14.770.903,45	54.470.614,87	(39.699.711,42)	-1.792.853.839,11
2075	14.770.038,27	53.776.651,09	(39.006.612,82)	-1.831.860.451,93
2076	14.795.467,12	53.343.798,50	(38.548.331,38)	-1.870.408.783,31
2077	14.805.151,38	53.122.611,24	(38.317.459,86)	-1.908.726.243,17
2078	14.800.945,13	52.813.148,91	(38.012.203,78)	-1.946.738.446,95
2079	14.804.714,13	52.546.758,76	(37.742.044,63)	-1.984.480.491,58
2080	14.809.063,69	52.347.251,38	(37.538.187,69)	-2.022.018.679,27
2081	14.811.008,03	52.161.783,46	(37.350.775,43)	-2.059.369.454,70
2082	14.812.888,03	52.150.970,85	(37.338.082,82)	-2.096.707.537,52
2083	14.808.359,39	52.016.781,62	(37.208.422,23)	-2.133.915.959,75
2084	14.811.242,48	51.888.749,90	(37.077.507,42)	-2.170.993.467,17
2085	14.816.136,29	51.709.830,50	(36.893.694,21)	-2.207.887.161,38
2086	14.825.936,71	51.980.052,97	(37.154.116,26)	-2.245.041.277,64
2087	14.803.879,93	51.785.688,25	(36.981.808,32)	-2.282.023.085,96

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária de Finanças

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
Contadora

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita - Portaria 637/2012

Página: 1/1

Data: 05/12/2014

R\$ 1,00

Tributo	Modalidade	Setores/ Programas/ Beneficiário	Renúncia de Receita Prevista			Compensação
			2015	2016	2017	
Imp.s/Propr. Predial e Territ. Urbana - Rec. Livre	Remissão	Cultura/Fundação Cultural	84.099,75	88.304,74	92.719,98	
Imp.s/Propr. Predial e Territ. Urbana - Rec. Livre	Remissão	Cultura/Fundação Cultural	105.000,00	110.250,00	115.762,50	
Imp.s/Propr. Predial e Territ. Urbana - Rec. Livre	Remissão	EMHAB/EMHAB	262.500,00	395.500,00	472.500,00	
Imp.s/Propr. Predial e Territ. Urbana - Rec. Livre	Remissão	Pacientes Portadores de Câncer/Secretaria de Finanças	32.000,00	33.600,00	35.280,00	
Total			483.599,75	627.654,74	716.262,48	

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária de Finanças

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

Contadora

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A); Realização da despesa por: Empenho

Página: 1/10

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LDO
		2011	2012	2013		
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL						
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	77.170.424,43	86.290.986,08	91.615.775,35	100.784.519,26	105.271.587,00
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	47.880.114,44	57.208.086,45	60.382.037,52	66.609.743,38	74.261.762,00
3.1.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	1.209,60	7.128,00	21.323,95	32.000,00	21.000,00
3.1.71.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Con	907,20	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.71.13.00.00.00	Obrigações Patronais Consórcio	302,40	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.71.70.00.00.00	Ratão pela Participação em Consórcio Público	0,00	7.128,00	21.323,95	32.000,00	21.000,00
3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	42.592.764,80	50.321.521,45	53.588.417,42	59.096.919,01	66.924.352,00
3.1.90.01.00.00.00	Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	17.803,75	15.553,36	12.665,58	22.600,00	13.000,00
3.1.90.03.00.00.00	Pensões	4.935,37	7.332,57	25.578,80	11.300,00	7.000,00
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	40.037.919,86	47.539.293,72	49.897.233,61	54.247.370,28	61.725.192,00
3.1.90.13.00.00.00	Obrigações Patronais	2.532.105,82	2.759.341,80	2.986.415,34	3.431.648,73	4.079.760,00
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00	0,00	666.524,09	720.000,00	1.090.400,00
3.1.90.92.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.94.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	0,00	0,00	0,00	664.000,00	9.000,00
3.1.91.00.00.00.00	Aplic. Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	5.286.140,04	6.879.437,00	6.772.296,15	7.480.824,37	7.316.410,00
3.1.91.13.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	5.286.140,04	6.879.437,00	6.772.296,15	7.480.824,37	7.316.410,00
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.544.747,75	1.924.917,44	2.415.034,50	2.427.000,00	1.418.000,00
3.2.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.460.443,19	1.874.362,63	2.372.044,65	2.403.000,00	1.278.000,00
3.2.90.21.00.00.00	Juros sobre a Dívida por Contrato	1.282.403,79	1.706.380,75	2.215.780,10	2.235.000,00	1.150.000,00
3.2.90.22.00.00.00	Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	178.039,40	167.981,88	156.264,55	168.000,00	128.000,00
3.2.91.00.00.00.00	Juros sobre a Dívida por Contrato	84.304,56	50.554,81	42.989,85	24.000,00	140.000,00
3.2.91.21.00.00.00	Juros sobre a Dívida por Contrato	84.304,56	50.554,81	42.989,85	24.000,00	140.000,00
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.745.562,24	27.157.982,19	28.818.703,33	31.747.775,88	29.591.825,00
3.3.20.00.00.00.00	Transferências à União.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.20.47.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.30.00.00.00.00	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.30.36.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.50.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas s/Fins Lucr	1.719.973,31	867.322,08	1.114.025,67	1.524.111,42	1.335.900,00
3.3.50.41.00.00.00	Contribuições	1.546.764,36	638.261,79	913.045,27	1.399.800,00	1.192.600,00
3.3.50.43.00.00.00	Subvenções Sociais	173.208,95	229.060,29	200.980,40	124.311,42	143.300,00
3.3.70.00.00.00.00	Transf. a Instituições Multigovernment. Nacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.70.41.00.00.00	Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	43.268,80	5.832,00	108.070,51	84.000,00	73.500,00
3.3.71.30.00.00.00	Material de Consumo Consórcio	100,80	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.71.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica Consó	504,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.71.41.00.00.00	Contribuições a Consórcios	42.664,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.71.70.00.00.00	Ratão pela Part. Cons. Público	0,00	5.832,00	68.101,45	84.000,00	73.500,00
3.3.71.92.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores - Consórcio	0,00	0,00	39.969,06	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	25.883.884,90	26.174.507,13	27.430.206,24	29.936.264,46	27.952.825,00
3.3.90.03.00.00.00	Pensões	21.676,70	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.05.00.00.00	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.08.00.00.00	Outros Benefícios Assistenciais	2.684,28	38.000,00	43.655,40	50.000,00	52.000,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A); Realização da despesa por: Empenho

Página: 2/10

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LDO
		2011	2012	2013	2014	2015
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL						
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	180.112,50	129.890,00	114.025,00	112.500,00	75.200,00
3.3.90.18.00.00.00.00	Auxílio Financeiro a Estudantes	60.470,24	71.158,52	78.409,30	108.000,00	62.600,00
3.3.90.27.00.00.00.00	Enc.pela Honra de Avals, Garantias, Seguros e Sim.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	7.256.808,13	6.708.302,02	7.350.260,89	6.946.158,13	7.349.920,00
3.3.90.31.00.00.00.00	Premiações Culturais Artísticas Científ. e Outras	11.052,89	1.932,00	5.088,80	7.500,00	11.500,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuit	1.235.549,50	1.145.289,98	1.183.661,49	3.286.897,21	2.718.300,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	28.668,24	36.142,10	18.264,81	40.000,00	35.200,00
3.3.90.35.00.00.00.00	Serviços de Consultoria	89.700,00	150.441,00	58.500,00	62.000,00	71.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	393.161,80	438.190,62	414.120,03	520.232,25	516.800,00
3.3.90.37.00.00.00.00	Locação de Mão-de-Obra	249.791,81	306.439,11	161.904,63	228.700,00	255.100,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	13.583.358,91	13.937.266,65	13.353.843,92	13.225.067,73	11.033.600,00
3.3.90.45.00.00.00.00	Equalização de Preços e Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.45.99.00.00.00	Outras Equalizações de Preços e Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	530.169,77	1.435.006,94	2.230.516,99	1.908.900,00	2.556.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	1.194.891,15	1.273.088,81	1.365.960,53	1.594.309,14	1.532.980,00
3.3.90.48.00.00.00.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	55.300,00	88.324,00	145.431,00	131.000,00	280.000,00
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	863.971,41	400.666,40	596.014,28	1.600.000,00	1.296.625,00
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	40.000,00	0,00	220.999,28	5.000,00	1.000,00
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	86.517,57	14.368,98	89.549,89	110.000,00	105.000,00
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	98.435,23	110.320,98	166.400,91	203.400,00	196.000,00
3.3.91.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	98.435,23	110.320,98	124.169,35	151.700,00	153.700,00
3.3.91.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	0,00	0,00	42.231,56	51.700,00	42.300,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	0,00	0,00	0,00	0,00	33.600,00
3.3.93.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	33.600,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	21.218.421,51	17.591.263,67	11.328.222,33	43.261.935,82	37.204.510,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	15.200.114,96	14.346.689,08	5.827.637,06	37.343.935,82	31.255.510,00
4.4.30.00.00.00.00.00	Transferencias a Estados e ao Distrito Federal	98.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.30.42.00.00.00.00	Auxílios	98.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.50.00.00.00.00.00	Transf. a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos	101.558,26	0,00	0,00	35.066,42	10.200,00
4.4.50.42.00.00.00.00	Auxílios	101.558,26	0,00	0,00	35.066,42	10.200,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	201,60	0,00	4.052,00	13.000,00	10.500,00
4.4.71.52.00.00.00.00	Equipamento e material permanente	201,60	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.71.70.00.00.00.00	Ratão pela Participação em Consórcio Público	0,00	0,00	4.052,00	13.000,00	10.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	14.999.905,10	14.346.689,08	5.823.585,06	37.295.869,40	31.234.810,00
4.4.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	48.647,60	123.200,00	0,00	10.000,00	0,00
4.4.90.32.00.00.00.00	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuit	8.275,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	40.767,80	36.795,00	0,00	10.000,00	0,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	8.894.170,98	12.155.128,67	4.261.317,22	33.817.853,90	26.895.200,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	6.008.043,72	2.021.846,82	1.562.267,84	3.457.015,50	4.326.610,00
4.4.90.61.00.00.00.00	Aquisicao de Imóveis	0,00	0,00	0,00	1.000,00	13.000,00
4.4.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	0,00	9.718,59	0,00	0,00	0,00
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	3.167.878,36	400.000,00	0,00	3.000,00	3.000,00

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A); Realização da despesa por: Empenho

Página: 3/10

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LDO
		2011	2012	2013	2014	2015
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL						
4.5.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	3.167.878,36	400.000,00	0,00	3.000,00	3.000,00
4.5.90.61.00.00.00	Aquisição de Imóveis	3.167.878,36	400.000,00	0,00	3.000,00	3.000,00
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	2.850.428,19	2.844.574,59	5.500.585,27	5.915.000,00	5.946.000,00
4.6.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.805.428,19	2.799.574,59	5.444.870,65	5.453.277,92	5.400.000,00
4.6.90.71.00.00.00	Principal da Dívida Contratual Resgatado	2.805.428,19	2.799.574,59	5.444.870,65	5.453.277,92	5.400.000,00
4.6.91.00.00.00.00	Aplic.Direta Decrente de Operação entre Órgãos, F	45.000,00	45.000,00	55.714,62	461.722,08	546.000,00
4.6.91.71.00.00.00	Principal de Dívida Contratual Resgatado	45.000,00	45.000,00	55.714,62	461.722,08	546.000,00
9.0.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	300.000,00	300.000,00
9.9.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	300.000,00	300.000,00
9.9.99.00.00.00.00	Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	300.000,00	300.000,00
9.9.99.99.01.00.00	A Classificar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		98.388.845,94	103.882.249,75	102.943.997,68	144.346.455,08	142.776.097,00
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE						
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	34.863.418,85	40.483.448,78	42.890.712,57	46.868.722,02	49.964.850,00
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.479.722,58	22.127.352,42	20.799.350,69	22.088.500,00	23.634.175,00
3.1.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	12.944,07	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.71.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Con	9.922,47	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.71.13.00.00.00	Obrigações Patronais Consórcio	3.021,60	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	15.667.838,16	19.420.186,27	18.188.393,04	19.153.500,00	20.449.175,00
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado	624.000,00	989.983,65	932.374,96	1.080.000,00	1.405.000,00
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	11.314.149,79	14.433.138,53	15.114.993,83	16.988.800,00	17.675.175,00
3.1.90.13.00.00.00	Obrigações Patronais	529.452,47	419.988,32	364.959,20	534.700,00	980.000,00
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	352.935,00	475.475,77	431.875,05	540.000,00	388.000,00
3.1.90.34.00.00.00	Outras Despesas de Pessoal decorr.de Contr.de Terc	2.844.096,25	3.101.600,00	1.344.190,00	0,00	0,00
3.1.90.91.00.00.00	Sentenças Judiciais	3.204,65	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.94.00.00.00	Indenizacoes Restituiçoes Trabalhistas	0,00	0,00	0,00	10.000,00	1.000,00
3.1.91.00.00.00.00	Aplic. Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	1.798.940,35	2.707.166,15	2.610.957,65	2.935.000,00	3.185.000,00
3.1.91.13.00.00.00	Obrigações Patronais Instituto de Previdência Próp	1.798.940,35	2.707.166,15	2.610.957,65	2.935.000,00	3.185.000,00
3.3.00.00.00.00.00	Transferencias a União	17.383.696,27	18.356.096,36	22.091.361,88	24.780.222,02	26.330.675,00
3.3.50.00.00.00.00	Transferencias a Instituiçoes Privadas sem Fins Lu	180.000,00	180.000,00	180.000,00	180.000,00	180.000,00
3.3.50.41.00.00.00	Contribuições	180.000,00	180.000,00	180.000,00	180.000,00	180.000,00
3.3.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	332.570,22	448.806,00	453.120,00	465.000,00	475.000,00
3.3.71.30.00.00.00	Material de Consumo Consórcio	937,74	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.71.33.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção Consórcio	729,35	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.71.36.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física Consórc	515,76	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.71.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica Consó	330.387,37	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.71.41.00.00.00	Contribuições a Consórcios	0,00	448.806,00	0,00	0,00	0,00
3.3.71.70.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	0,00	0,00	453.120,00	465.000,00	475.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	16.862.499,21	17.716.589,88	21.441.967,73	24.119.222,02	25.654.675,00
3.3.90.05.00.00.00	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A); Realização da despesa por: Empenho

Página: 4/10

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LDO	
		2011	2012	2013		2014	2015
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE							
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	178.585,00	112.790,00	126.105,00	214.500,00	185.500,00	
3.3.90.18.00.00.00.00	Auxílio Financeiro a Estudantes	22.562,80	27.562,79	27.918,17	30.000,00	25.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	1.376.575,42	1.236.151,10	1.532.432,84	1.710.227,02	2.249.325,00	
3.3.90.31.00.00.00.00	Premiações Culturais,Artíst Científ,Despor. e Out	0,00	0,00	0,00	60.000,00	85.000,00	
3.3.90.32.00.00.00.00	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuit	2.042.087,34	1.642.586,19	2.243.406,39	2.327.600,00	2.505.500,00	
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	544.977,51	583.163,09	596.343,28	635.000,00	735.000,00	
3.3.90.35.00.00.00.00	Serviços de Consultoria	21.200,00	0,00	0,00	20.000,00	15.000,00	
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	51.820,40	47.361,86	61.200,40	149.000,00	120.000,00	
3.3.90.37.00.00.00.00	Locacao de Mao-de-obra	59.999,58	71.573,93	23.424,77	80.000,00	40.000,00	
3.3.90.38.00.00.00.00	Arrendamento Mercantil	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	12.401.539,66	13.560.901,34	16.074.192,77	17.985.895,00	18.544.350,00	
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	143.931,84	429.444,88	660.890,20	750.000,00	1.086.000,00	
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	5.810,21	5.054,70	3.399,17	13.000,00	13.000,00	
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	7.781,45	0,00	61.370,17	50.000,00	50.000,00	
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	5.628,00	0,00	0,00	4.000,00	1.000,00	
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	0,00	0,00	31.284,57	0,00	0,00	
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplic. Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	8.626,84	10.700,48	16.274,15	16.000,00	21.000,00	
3.3.91.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	8.626,84	10.700,48	12.450,65	16.000,00	21.000,00	
3.3.91.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	0,00	0,00	3.823,50	0,00	0,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	446.629,31	904.338,46	1.695.836,11	2.480.750,00	2.022.300,00	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	446.629,31	904.338,46	1.695.836,11	2.480.750,00	2.022.300,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	446.629,31	904.338,46	1.695.836,11	2.480.750,00	2.022.300,00	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	59.834,03	728.928,47	809.855,83	2.020.250,00	1.481.500,00	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	386.795,28	175.409,99	745.980,28	460.500,00	540.800,00	
4.4.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	0,00	0,00	140.000,00	0,00	0,00	
Total por entidade:		35.310.048,16	41.387.787,24	44.586.548,68	49.349.472,02	51.987.150,00	
Entidade: 9 - IPRESBS - INST. PREV. SERV. PUB. SAO BENTO DO SUL							
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	15.591.200,00	17.201.000,00	
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	14.773.000,00	16.337.000,00	
3.1.20.00.00.00.00.00	Compensações ao RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	
3.1.20.98.00.00.00.00	Compensações ao RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	14.723.000,00	16.282.000,00	
3.1.90.01.00.00.00.00	Aposentadorias e Reformas	0,00	0,00	0,00	8.969.000,00	10.032.000,00	
3.1.90.03.00.00.00.00	Pensões	0,00	0,00	0,00	2.574.000,00	3.239.000,00	
3.1.90.05.00.00.00.00	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00	2.251.000,00	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	600.000,00	700.000,00	
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00	75.000,00	55.000,00	
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op. Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	818.200,00	864.000,00	

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A); Realização da despesa por: Empenho

Página: 5/10

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LDO
		2011	2012	2013		
Entidade: 9 - IPRESBS - INST. PREV. SERV. PUB. SAO BENTO DO SUL						
3.3.20.00.00.00.00	Transferências a União	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
3.3.20.01.00.00.00.00	Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00
3.3.20.03.00.00.00.00	Pensões	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.50.41.00.00.00.00	Contribuições	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	716.200,00	860.000,00
3.3.90.09.00.00.00.00	Salário-Família	0,00	0,00	0,00	6.200,00	0,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0,00	0,00	0,00	14.000,00	20.000,00
3.3.90.18.00.00.00.00	Auxílio Financeiro a Estudantes	0,00	0,00	0,00	8.000,00	8.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0,00	0,00	0,00	20.000,00	50.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	0,00	0,00	0,00	15.000,00	10.000,00
3.3.90.35.00.00.00.00	Serviços de Consultoria	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0,00	0,00	0,00	25.000,00	40.000,00
3.3.90.37.00.00.00.00	Locação de Mao-de-obra	0,00	0,00	0,00	10.000,00	40.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	80.000,00	100.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentacao	0,00	0,00	0,00	15.000,00	20.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributarias e Contributivas	0,00	0,00	0,00	11.000,00	15.000,00
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	500.000,00	500.000,00
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	12.000,00	12.000,00
3.3.91.00.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas - Intra-Orç	0,00	0,00	0,00	1.000,00	3.000,00
3.3.91.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
3.3.91.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	476.700,57	180.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	476.700,57	180.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	476.700,57	180.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	0,00	0,00	0,00	406.700,57	50.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0,00	0,00	0,00	70.000,00	130.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	28.719.221,96	36.853.680,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	28.719.221,96	36.853.680,00
9.9.99.00.00.00.00.00	Reserva de Contingencia	0,00	0,00	0,00	28.719.221,96	36.853.680,00
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	44.787.122,53	54.234.680,00
Entidade: 10 - EMHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	1.280.334,00	1.586.500,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	883.434,00	1.036.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	820.711,00	962.000,00
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	746.101,00	865.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00	63.807,00	88.000,00
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	9.803,00	8.000,00
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	62.723,00	74.000,00

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A); Realização da despesa por: Empenho

Página: 6/10

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LDO
		2011	2012	2013		
Entidade: 10 - EMHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO						
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias			0,00	62.723,00	74.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	396.900,00	550.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	395.000,00	547.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	0,00	0,00	0,00	4.000,00	3.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0,00	0,00	0,00	76.000,00	25.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	0,00	0,00	0,00	50.000,00	55.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	0,00	0,00	0,00	1.000,00	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	0,00	0,00	0,00	213.000,00	416.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxilio-Alimentacao	0,00	0,00	0,00	15.000,00	31.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	0,00	0,00	0,00	12.000,00	3.000,00
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentencas Judiciais	0,00	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplic. entre órgãos	0,00	0,00	0,00	1.900,00	3.500,00
3.3.91.39.00.00.00.00	Outros Serv. Terc. Pessoa Juridica	0,00	0,00	0,00	1.500,00	3.000,00
3.3.91.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	0,00	0,00	0,00	400,00	500,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	7.053.500,00	5.029.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	6.353.500,00	4.879.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	6.353.500,00	4.879.000,00
4.4.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	56.000,00
4.4.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	0,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00
4.4.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	0,00	0,00	0,00	6.315.000,00	4.246.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0,00	0,00	0,00	38.500,00	17.000,00
4.4.90.61.00.00.00.00	Aquisicao de Imoveis	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
4.4.90.93.00.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	700.000,00	150.000,00
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	700.000,00	150.000,00
4.5.90.61.00.00.00.00	Aquisicao de Imoveis	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00
4.5.90.66.00.00.00.00	Concessao de Emprestitos e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	100.000,00	150.000,00
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	8.333.834,00	6.615.500,00
Entidade: 12 - SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	7.711.361,83	8.974.926,63	0,00	11.218.355,59	16.157.950,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.949.117,55	3.948.292,15	0,00	5.119.372,51	5.392.400,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.608.667,64	3.437.088,30	0,00	4.449.316,51	4.668.000,00
3.1.90.08.00.00.00.00	Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00	0,00	14.206,70	0,00
3.1.90.09.00.00.00.00	Salário-Família	0,00	0,00	0,00	3.331,61	0,00
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	2.232.373,50	3.002.012,45	0,00	3.811.870,00	3.992.700,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	23.330,00	13.793,87	0,00	45.500,20	66.200,00
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	352.964,14	421.281,98	0,00	504.408,00	534.900,00
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	0,00	0,00	0,00	70.000,00	74.200,00

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A); Realização da despesa por: Empenho

Página: 7/10

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LDO
		2011	2012	2013		
Entidade: 12 - SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE						
3.1.91.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	340.449,91	511.203,85	0,00	670.056,00	724.400,00
3.1.91.13.00.00.00	Obrigações Patronais Instituto de Previdência Próp	340.449,91	511.203,85	0,00	670.056,00	724.400,00
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.762.244,28	5.026.634,48	0,00	6.098.983,08	10.765.550,00
3.3.20.00.00.00.00	Transferências à União.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.20.47.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.50.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	29.936,50	16.899,00	0,00	30.240,74	32.100,00
3.3.50.41.00.00.00	Contribuicoes	29.936,50	16.899,00	0,00	30.240,74	32.100,00
3.3.70.00.00.00.00	Transf. a instituicoes Multigovernment. Nacionais	34.185,50	34.086,95	0,00	47.174,24	50.100,00
3.3.70.41.00.00.00	Contribuicoes	34.185,50	34.086,95	0,00	47.174,24	50.100,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	4.684.465,99	4.962.725,56	0,00	5.986.118,70	10.523.650,00
3.3.90.05.00.00.00	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.14.00.00.00	Diárias - Civil	40.632,50	21.563,00	0,00	42.623,02	45.500,00
3.3.90.18.00.00.00	Auxilio Financeiro a Estudantes	0,00	1.942,92	0,00	14.839,00	15.900,00
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	1.211.047,00	1.249.308,51	0,00	1.688.900,00	1.936.700,00
3.3.90.31.00.00.00	Premiações Culturais,Artísticas,Científ. e Outras	5.137,00	1.987,00	0,00	14.095,66	15.100,00
3.3.90.32.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	7.134,62	10.129,10	0,00	1.000,00	21.100,00
3.3.90.33.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	15.484,87	6.893,43	0,00	20.450,10	26.900,00
3.3.90.35.00.00.00	Servicos de Consultoria	34.369,48	73.501,52	0,00	86.377,28	169.000,00
3.3.90.36.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	5.390,00	400,50	0,00	32.100,00	32.100,00
3.3.90.37.00.00.00	Locação de Mão-de-Obra	335.051,20	412.788,45	0,00	517.153,00	905.100,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.696.597,26	2.721.035,82	0,00	2.944.911,00	6.602.450,00
3.3.90.46.00.00.00	Auxilio-Alimentação	175.352,31	219.037,19	0,00	312.220,00	368.200,00
3.3.90.47.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	135.510,82	181.021,75	0,00	210.898,06	236.800,00
3.3.90.91.00.00.00	Sentenças Judiciais	0,00	45.352,22	0,00	59.262,48	102.900,00
3.3.90.93.00.00.00	Indenizações e Restituições	20.758,93	17.764,15	0,00	43.148,36	45.900,00
3.3.91.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	13.656,29	12.922,97	0,00	35.449,40	159.700,00
3.3.91.47.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	13.656,29	12.922,97	0,00	35.449,40	159.700,00
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	3.784.402,44	11.650.548,88	0,00	3.868.387,64	2.698.630,00
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	3.784.402,44	11.650.548,88	0,00	3.840.687,64	2.669.230,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	3.784.402,44	11.650.548,88	0,00	3.840.687,64	2.669.230,00
4.4.90.30.00.00.00	Material de Consumo	0,00	1.428.776,54	0,00	561.800,00	600.100,00
4.4.90.35.00.00.00	Serviços de Consultoria	0,00	125.840,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
4.4.90.51.00.00.00	Obras e Instalacoes	3.378.706,18	9.121.491,73	0,00	2.643.590,54	1.458.180,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	405.696,26	974.440,61	0,00	607.597,10	576.550,00
4.4.90.61.00.00.00	Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	0,00	27.700,00	29.400,00
4.4.90.93.00.00.00	Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	27.700,00	29.400,00
4.5.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	27.700,00	29.400,00
4.5.90.61.00.00.00	Aquisicao de Imoveis	0,00	0,00	0,00	27.700,00	29.400,00
Total por entidade:		11.495.764,27	20.625.475,51	0,00	15.086.743,23	18.856.580,00

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A); Realização da despesa por: Empenho

Página: 8/10

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LDO
		2011	2012	2013		
Entidade: 13 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS						
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.354.648,38	2.698.944,27	0,00	2.490.196,00	3.576.140,00
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	613.778,87	677.508,88	0,00	925.846,00	948.000,00
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	593.499,44	643.578,89	0,00	888.252,00	904.000,00
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	508.819,79	552.184,61	0,00	756.000,00	745.000,00
3.1.90.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais	76.888,65	76.086,00	0,00	121.252,00	130.000,00
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	7.791,00	15.308,28	0,00	10.000,00	28.000,00
3.1.90.94.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
3.1.91.00.00.00.00	Aplic. Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	20.279,43	33.929,99	0,00	37.594,00	44.000,00
3.1.91.13.00.00.00	Obrigações Patronais Instituto de Previdência Próp	20.279,43	33.929,99	0,00	37.594,00	44.000,00
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.740.869,51	2.021.435,39	0,00	1.564.350,00	2.628.140,00
3.3.50.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	393.969,49	386.464,77	0,00	270.000,00	405.000,00
3.3.50.41.00.00.00	Contribuicoes	393.969,49	386.464,77	0,00	270.000,00	405.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.342.251,23	1.634.970,62	0,00	1.290.350,00	2.213.140,00
3.3.90.04.00.00.00	Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.05.00.00.00	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.14.00.00.00	Diárias - Civil	8.420,00	11.252,50	0,00	10.000,00	12.000,00
3.3.90.18.00.00.00	Auxilio Financeiro a Estudantes	0,00	0,00	0,00	4.000,00	6.000,00
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	209.674,77	275.253,36	0,00	230.000,00	902.000,00
3.3.90.31.00.00.00	Premiacoes Culturais,Artist,Cientif,Despor. e Out	23.273,15	22.518,70	0,00	5.000,00	35.000,00
3.3.90.32.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	0,00	0,00	0,00	18.850,00	67.000,00
3.3.90.33.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	876,94	1.155,04	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.36.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	10.968,76	17.708,30	0,00	13.000,00	32.000,00
3.3.90.37.00.00.00	Locacao de Mao-de-obra	8.263,82	19.372,78	0,00	20.000,00	12.500,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	384.994,70	402.293,24	0,00	350.500,00	348.000,00
3.3.90.46.00.00.00	Auxilio-Alimentacao	3.120,67	7.622,51	0,00	10.000,00	20.500,00
3.3.90.47.00.00.00	Obrigações Tributarias e Contributivas	52.133,42	84.384,19	0,00	20.000,00	45.000,00
3.3.90.48.00.00.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	640.525,00	793.410,00	0,00	608.000,00	732.140,00
3.3.90.93.00.00.00	Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.91.00.00.00.00	Aplicações Diretas entre Órgãos	4.648,79	0,00	0,00	4.000,00	10.000,00
3.3.91.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	4.648,79	0,00	0,00	4.000,00	10.000,00
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	838.312,03	71.664,49	0,00	1.560.000,00	1.007.000,00
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	838.312,03	71.664,49	0,00	1.560.000,00	1.007.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	838.312,03	71.664,49	0,00	1.560.000,00	1.007.000,00
4.4.90.51.00.00.00	Obras e Instalacoes	598.419,30	48.906,82	0,00	1.470.000,00	1.002.000,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	239.892,73	22.757,67	0,00	90.000,00	5.000,00
Total por entidade:		3.192.960,41	2.770.608,76	0,00	4.050.196,00	4.583.140,00
Entidade: 14 - FUNDACAO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL						
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.495.437,51	2.212.488,36	0,00	1.958.752,00	2.518.100,00
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	725.131,85	1.164.104,84	0,00	1.457.252,00	1.568.600,00
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	669.343,74	1.042.326,13	0,00	1.302.137,00	1.380.000,00
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	602.392,34	975.847,71	0,00	1.233.000,00	1.300.000,00

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A); Realização da despesa por: Empenho

Página: 9/10

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LDO	
		2011	2012	2013		2014	2015
Entidade: 14 - FUNDACAO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL							
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	66.951,40	66.478,42	0,00	66.137,00	67.000,00	
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	2.000,00	12.000,00	
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplic. Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	55.788,11	121.778,71	0,00	155.115,00	188.600,00	
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	55.788,11	121.778,71	0,00	155.115,00	188.600,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	770.305,66	1.048.383,52	0,00	501.500,00	949.500,00	
3.3.20.00.00.00.00.00	Transferências à União.	264,00	2.460,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.20.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	264,00	2.460,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas s/Fins Lucr	457.200,00	221.513,50	0,00	180.000,00	180.000,00	
3.3.50.41.00.00.00.00	Contribuições	457.200,00	221.513,50	0,00	180.000,00	180.000,00	
3.3.50.42.00.00.00.00	Auxílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvenções Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	311.938,53	823.203,23	0,00	320.000,00	767.500,00	
3.3.90.05.00.00.00.00	Outros Benefícios Previdenciários	692,05	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	8.020,00	3.700,00	0,00	1.000,00	2.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	33.417,06	32.594,38	0,00	56.000,00	107.000,00	
3.3.90.31.00.00.00.00	Premiações Culturais,Artísticas,Científ. e Outras	10.136,50	4.997,50	0,00	23.000,00	23.500,00	
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	3.827,59	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	17.338,49	60.900,35	0,00	56.000,00	143.000,00	
3.3.90.37.00.00.00.00	Locacao de Mao-de-obra	10.765,08	12.617,66	0,00	8.000,00	28.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	210.903,65	658.534,20	0,00	116.000,00	376.000,00	
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxilio-Alimentacao	7.824,00	30.149,61	0,00	50.000,00	72.000,00	
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributarias e Contributivas	9.014,11	17.273,28	0,00	9.000,00	15.000,00	
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	0,00	2.436,25	0,00	0,00	0,00	
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplic. Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	903,13	1.206,79	0,00	1.500,00	2.000,00	
3.3.91.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica	903,13	1.206,79	0,00	1.500,00	2.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	375.919,04	467.157,59	0,00	765.000,00	1.836.000,00	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	375.919,04	467.157,59	0,00	755.000,00	1.816.000,00	
4.4.50.00.00.00.00.00	Transf. a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.4.50.42.00.00.00.00	Auxílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	375.919,04	467.157,59	0,00	755.000,00	1.816.000,00	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	323.090,20	287.874,61	0,00	550.000,00	1.705.000,00	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	52.828,84	179.282,98	0,00	205.000,00	111.000,00	
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	10.000,00	20.000,00	
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	10.000,00	20.000,00	
4.5.90.61.00.00.00.00	Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	0,00	10.000,00	20.000,00	
Total por entidade:		1.871.356,55	2.679.645,95	0,00	2.723.752,00	4.354.100,00	
Entidade: 15 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL							
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.831.453,38	0,00	2.345.072,41	2.482.000,00	2.686.500,00	
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.495.382,15	0,00	1.791.327,43	2.200.000,00	2.404.500,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.467.226,50	0,00	1.737.966,09	2.115.000,00	2.311.500,00	

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A); Realização da despesa por: Empenho

Página: 10/10

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LDO
		2011	2012	2013		
Entidade: 15 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL						
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.246.048,38	0,00	1.486.795,43	1.760.000,00	1.925.500,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	219.329,60	0,00	249.236,96	350.000,00	380.000,00
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	1.848,52	0,00	1.933,70	5.000,00	6.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	28.155,65	0,00	53.361,34	85.000,00	93.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	28.155,65	0,00	53.361,34	85.000,00	93.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	336.071,23	0,00	553.744,98	282.000,00	282.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	335.047,40	0,00	553.184,97	277.000,00	277.000,00
3.3.90.05.00.00.00.00	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	28.080,00	0,00	18.584,50	30.000,00	30.000,00
3.3.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.18.00.00.00.00	Auxílio Financeiro a Estudantes	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	31.731,28	0,00	38.085,13	50.000,00	50.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	3.342,90	0,00	4.573,69	10.000,00	10.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	4.183,00	0,00	1.321,40	10.000,00	10.000,00
3.3.90.37.00.00.00.00	Locação de Mão-de-obra	81.348,38	0,00	100.883,48	100.000,00	100.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	184.020,38	0,00	379.896,77	50.000,00	50.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	2.190,00	0,00	9.808,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	151,46	0,00	32,00	2.000,00	2.000,00
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas entre Órgãos	1.023,83	0,00	560,01	5.000,00	5.000,00
3.3.91.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.023,83	0,00	560,01	5.000,00	5.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	32.687,00	0,00	36.479,00	160.500,00	113.500,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	32.687,00	0,00	36.479,00	160.500,00	113.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	32.687,00	0,00	36.479,00	160.500,00	113.500,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	0,00	0,00	0,00	130.500,00	83.500,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	32.687,00	0,00	36.479,00	30.000,00	30.000,00
Total por entidade:		1.864.140,38	0,00	2.381.551,41	2.642.500,00	2.800.000,00
Total geral:		152.123.115,71	171.345.767,21	149.912.037,77	271.320.074,86	286.207.247,00

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária de Finanças

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
Contadora

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 1/16

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2011	2012	2013			2016	2017
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL								
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS	135.309.324,05	157.051.172,84	153.375.947,00	203.577.732,72	202.473.140,00	225.384.720,00	241.793.790,00
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS CORRENTES	131.487.883,38	137.835.572,54	149.719.397,91	166.323.744,62	172.005.030,00	194.019.020,00	209.788.890,00
4.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA TRIBUTÁRIA	24.653.762,08	27.242.872,98	27.772.911,35	32.034.903,91	26.589.000,00	29.702.600,00	32.931.850,00
4.1.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0	IMPOSTOS	21.421.033,88	23.659.059,42	23.970.579,56	27.660.473,85	25.976.000,00	29.066.600,00	32.172.850,00
4.1.1.1.1.0.0.0.0.0.0.0	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	11.082.853,83	12.580.794,39	14.108.845,06	15.137.201,37	15.138.000,00	17.716.600,00	20.372.850,00
4.1.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0	Imposto s/ Propriedade Predial e Terr. Urbana	7.671.308,86	8.002.688,27	8.973.949,02	9.104.215,45	10.400.000,00	12.200.000,00	14.200.000,00
4.1.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0	Imp.s/Prop. Predial e Territ. Urbana - Rec. Livre	4.219.295,14	4.321.439,31	4.771.320,99	4.779.713,11	5.200.000,00	6.100.000,00	7.100.000,00
4.1.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0	Imp.s/ Prop. Predial e Territ. Urbana - 25% Educa	1.917.783,08	2.000.665,11	2.243.485,64	2.276.053,86	2.600.000,00	3.050.000,00	3.550.000,00
4.1.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0	Imp. s/ Prop. Predial e Territ. Urbana - Saúde	1.534.230,64	1.680.563,85	2.019.142,39	2.048.448,48	2.600.000,00	3.050.000,00	3.550.000,00
4.1.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	1.988.665,36	2.723.231,58	2.691.572,29	3.618.788,40	2.713.000,00	3.016.600,00	3.347.850,00
4.1.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0	Pessoas Físicas	46.113,40	108.441,53	162.023,63	174.088,75	183.000,00	183.600,00	186.600,00
4.1.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0	Pessoas Físicas - Livre	25.362,21	56.851,86	85.068,75	90.526,15	91.500,00	91.800,00	93.300,00
4.1.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0	Pessoas Físicas - 25% Educação	11.528,50	29.480,55	40.502,57	43.522,19	45.750,00	45.900,00	46.650,00
4.1.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0	Pessoas Físicas - 15% Saúde	9.222,69	22.109,12	36.452,31	40.040,41	45.750,00	45.900,00	46.650,00
4.1.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0	Pessoa Jurídica - Líquida de Incentivos	71.466,14	116.042,17	105.787,94	143.050,21	106.000,00	108.000,00	111.250,00
4.1.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0	IR.P.J. - Líquida de Inc.Fiscais - Livre	39.331,53	62.662,61	56.202,93	74.386,11	53.000,00	54.000,00	55.500,00
4.1.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0	IR.P.J. - Líquida de Inc.Fiscais - 25% Educação	17.852,59	29.010,67	26.097,44	35.762,55	26.500,00	27.000,00	27.750,00
4.1.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0	IR.P.J. - Líquida de Incentivos Fiscais - Saúde	14.282,02	24.368,89	23.487,57	32.901,55	26.500,00	27.000,00	28.000,00
4.1.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	1.841.305,65	2.498.747,88	2.423.760,72	3.301.649,44	2.424.000,00	2.725.000,00	3.050.000,00
4.1.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - Livre	1.013.151,66	1.349.324,76	1.272.625,71	1.716.857,71	1.212.000,00	1.350.000,00	1.500.000,00
4.1.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - 25% Educação	460.085,69	624.686,66	605.860,63	825.412,36	606.000,00	675.000,00	750.000,00
4.1.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - Saúde	368.068,30	524.736,46	545.274,38	759.379,37	606.000,00	700.000,00	800.000,00
4.1.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0	IRRF s/ outros Rendimentos - Livre	16.379,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0	IRRF s/ outros Rendimentos - 25% Educação	7.445,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0	IRRF s/ outros Rendimentos - 15% Saúde	5.958,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	1.422.879,61	1.854.884,54	2.443.323,75	2.414.197,52	2.025.000,00	2.500.000,00	2.825.000,00
4.1.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - Livre	779.890,48	1.001.641,44	1.282.743,22	1.255.382,71	1.012.500,00	1.200.000,00	1.350.000,00
4.1.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0	Imp.s/Transm. Inter Vivos Bens Imóv. e Dir.-25% Educ	357.214,61	463.722,49	610.829,78	603.549,38	506.250,00	600.000,00	675.000,00
4.1.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - Saúde	285.774,52	389.530,61	549.750,75	555.265,43	506.250,00	700.000,00	800.000,00
4.1.1.1.3.0.0.0.0.0.0.0	Impostos sobre a Produção e a Circulação	10.338.180,05	11.078.265,03	9.861.734,50	12.523.272,48	10.838.000,00	11.350.000,00	11.800.000,00
4.1.1.1.3.0.0.0.0.0.0.0	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	10.338.180,05	11.078.265,03	9.861.734,50	12.523.272,48	10.838.000,00	11.350.000,00	11.800.000,00
4.1.1.1.3.0.0.0.0.0.0.0	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	5.723.734,65	5.982.261,64	5.178.659,49	12.523.272,48	10.838.000,00	11.350.000,00	11.800.000,00
4.1.1.1.3.0.0.0.0.0.0.0	Imp. s/ Serv. Qualquer Natureza - Livre	0,00	0,00	0,00	6.512.101,69	5.419.000,00	5.700.000,00	5.900.000,00
4.1.1.1.3.0.0.0.0.0.0.0	Imp. s/ Serv. Qualquer Natureza - 25% Educação	0,00	0,00	0,00	3.130.818,12	2.709.500,00	2.850.000,00	2.950.000,00
4.1.1.1.3.0.0.0.0.0.0.0	Imp. s/ Serv. Qualquer Natureza - Saúde	0,00	0,00	0,00	2.880.352,67	2.709.500,00	2.800.000,00	2.950.000,00
4.1.1.1.3.0.0.0.0.0.0.0	Imp.s/ Serviços de Qualquer Natureza - 25% Educação	2.563.634,01	2.769.564,60	2.464.766,92	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.3.0.0.0.0.0.0.0	Imp.s/ Serviços de Qualquer Natureza - 15% Saúde	2.050.811,39	2.326.438,79	2.218.308,09	0,00	0,00	0,00	0,00
TAXAS								
4.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	3.212.622,71	3.569.190,97	3.795.059,92	4.358.133,64	611.000,00	633.000,00	755.000,00
4.1.1.2.1.0.0.0.0.0.0.0	Tx de Funcionamento Estab. Comer/Indus/P Serviços	421.543,97	436.142,48	464.866,33	797.103,31	518.000,00	536.000,00	652.000,00
4.1.1.2.1.2.0.0.0.0.0.0	Taxa de Licença para Execução de Obras	256.060,42	263.950,28	281.687,20	605.196,70	255.000,00	260.000,00	270.000,00
4.1.1.2.1.2.0.0.0.0.0.0	Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	114.964,81	121.630,22	147.059,68	135.421,06	190.000,00	200.000,00	300.000,00
4.1.1.2.1.3.0.0.0.0.0.0	Taxa de Alinhamento e Nivelamento	45.807,53	47.429,25	53.352,50	52.987,75	70.000,00	71.000,00	75.000,00
4.1.1.2.1.3.0.0.0.0.0.0	Taxa de Alinhamento e Nivelamento	832,82	845,95	180,49	945,20	1.000,00	2.000,00	3.000,00
4.1.1.2.1.99.0.0.0.0.0.0	Outras Tx pelo Exercício do Poder da Polícia	3.878,39	2.286,78	2.586,46	2.552,60	2.000,00	3.000,00	4.000,00
4.1.1.2.1.99.0.0.0.0.0.0	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	3.000,00	4.000,00
4.1.1.2.2.0.0.0.0.0.0.0	Taxas pela Prestação de Serviços	2.791.078,74	3.133.048,49	3.330.193,59	3.561.030,33	93.000,00	97.000,00	103.000,00
4.1.1.2.2.2.0.0.0.0.0.0	Taxa de Cemitérios	78.644,24	62.578,11	102.670,18	95.761,92	92.000,00	95.000,00	100.000,00
4.1.1.2.2.9.0.0.0.0.0.0	Taxa de Limpeza Pública	2.710.934,50	3.068.470,38	3.226.523,41	3.460.950,94	0,00	0,00	0,00
4.1.1.2.2.9.0.0.0.0.0.0	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	1.500,00	2.000,00	1.000,00	4.317,47	1.000,00	2.000,00	3.000,00
4.1.1.2.2.99.0.0.0.0.0.0	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	2.000,00	3.000,00
4.1.1.3.0.0.0.0.0.0.0.0	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	20.105,49	14.622,59	7.271,87	16.296,42	2.000,00	3.000,00	4.000,00
4.1.1.3.0.0.0.0.0.0.0.0	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	20.105,49	14.622,59	7.271,87	16.296,42	2.000,00	3.000,00	4.000,00
4.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECETAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.189.147,80	2.485.035,57	2.370.129,16	2.678.356,84	2.690.000,00	2.700.000,00	2.800.000,00

**Estado de Santa Catarina**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 2/16

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Arrecadado			2013	Estimado	LDO	Projeção	
		2011	2012	2016				2017	
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL									
4.1.2.3.0.0.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA								
4.1.2.3.0.0.00.00.01	Custeio para o Serviço de Iluminação Pública-COSIP	2.189.147,80	2.485.035,57	2.370.129,16	2.678.356,84	2.690.000,00	2.700.000,00	2.800.000,00	2.800.000,00
4.1.2.3.0.0.00.00.02		2.189.147,80	2.485.035,57	2.370.129,16	2.678.356,84	2.690.000,00	2.700.000,00	2.800.000,00	2.800.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	1.340.952,30	869.817,27	1.599.423,79	639.694,64	4.446.535,00	4.614.800,00	5.159.300,00	5.159.300,00
4.1.3.1.0.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	94.945,33	101.644,44	106.530,67	113.288,63	120.000,00	130.000,00	135.000,00	135.000,00
4.1.3.1.1.00.00.00.00	ALUGUEIS	94.945,33	101.644,44	106.530,67	113.288,63	120.000,00	130.000,00	135.000,00	135.000,00
4.1.3.1.1.01.00.00.00	Aluguéis de Imóveis Urbanos	94.945,33	101.644,44	106.530,67	113.288,63	120.000,00	130.000,00	135.000,00	135.000,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.246.006,97	768.172,83	1.482.893,12	526.406,01	940.500,00	984.800,00	1.024.300,00	1.024.300,00
4.1.3.2.1.01.00.00.00	Títulos da Dívida Agrária	63,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00	REMINERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCÁRIOS	1.245.943,26	768.172,83	1.482.893,12	526.406,01	940.500,00	984.800,00	1.024.300,00	1.024.300,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00	Remun. Depôs. de Recursos Vinculados	588.208,17	504.428,22	496.753,06	494.597,71	690.500,00	754.300,00	754.300,00	754.300,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FUNDEF	247.939,97	82.441,33	94.100,01	95.000,00	203.000,00	210.000,00	212.000,00	212.000,00
4.1.3.2.5.01.02.01.00	FUNDEF - 60%	247.939,97	82.441,33	94.100,01	95.000,00	203.000,00	210.000,00	212.000,00	212.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00	Recella de Remuneração de depósitos Bancarios de Recursos \	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00	Recella de Remuneração de depósitos Bancarios de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.05.00.00	Remun. Depôs. Banc. Rec. Vinc. - Educação	150.167,04	137.896,81	106.345,62	154.316,72	187.200,00	190.200,00	193.500,00	193.500,00
4.1.3.2.5.01.05.01.00	Remun. Depôs. Banc. Rec. Vinc. - Educação	79.591,71	76.426,02	79.023,14	85.587,58	80.000,00	81.000,00	82.000,00	82.000,00
4.1.3.2.5.01.05.02.00	Remun. Depôs. Banc. Rec. Vinculados-FNDE-SALEUCAÇ	65.431,62	54.123,10	24.291,13	60.503,43	62.700,00	63.000,00	63.700,00	63.700,00
4.1.3.2.5.01.05.03.00	Remun. Depôs. Banc. Rec. Vinc. - FNDE - PNAE	5.143,71	7.347,69	3.031,35	8.225,71	3.700,00	3.700,00	3.800,00	3.800,00
4.1.3.2.5.01.05.04.00	Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. CONV/FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	35.900,00	37.000,00	38.000,00	38.000,00
4.1.3.2.5.01.05.05.00	Remun. de Outros Dep. Banc. TRANSP ESCOLAR	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.500,00	6.000,00	6.000,00
4.1.3.2.5.01.09.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - CIDE	0,00	2.112,76	45,01	2.395,24	1.000,00	1.500,00	2.000,00	2.000,00
4.1.3.2.5.01.09.00.00	Remuneração de Dep. Banc. Recursos	190.101,16	281.977,32	291.460,82	242.885,75	294.100,00	317.800,00	341.400,00	341.400,00
4.1.3.2.5.01.99.01.00	Remun. de Recursos de COSIP	38.089,40	28.692,09	10.700,09	32.275,41	30.000,00	31.000,00	32.000,00	32.000,00
4.1.3.2.5.01.99.02.00.00	Remuneração de Dep. Banc. Convênios SSP/Trânsito	68.596,23	39.801,35	28.887,41	44.708,52	39.300,00	40.800,00	42.400,00	42.400,00
4.1.3.2.5.01.99.02.01.00	Convênio SSP/Trânsito-Prefeitura Municipal	57.233,78	33.904,09	20.702,19	38.083,81	19.700,00	20.300,00	20.900,00	20.900,00
4.1.3.2.5.01.99.02.02.00	Convênio SSP/Trânsito-Polícia Militar	7.408,70	3.967,76	5.416,23	4.460,62	12.000,00	12.500,00	13.000,00	13.000,00
4.1.3.2.5.01.99.02.03.00	Convênio SSP/Trânsito-Polícia Civil	3.953,75	1.929,50	2.768,99	2.164,09	7.600,00	8.000,00	8.500,00	8.500,00
4.1.3.2.5.01.99.03.00.00	Remun. Dep. Banc. Contribuições Facultativas	30.396,21	27.196,80	26.640,71	29.000,00	26.500,00	27.500,00	28.500,00	28.500,00
4.1.3.2.5.01.99.03.01.00	Remun. Depôs. Banc. Contrib. Facult. - PM	12.413,58	12.404,36	4.031,87	13.000,00	2.500,00	3.000,00	3.500,00	3.500,00
4.1.3.2.5.01.99.03.02.00	FUNREBOM - Bombeiros	17.982,63	14.782,44	22.608,84	16.000,00	24.000,00	24.500,00	25.000,00	25.000,00
4.1.3.2.5.01.99.04.00.00	Remun. de Outros Depôs. Banc. de Rec. Vinc. FNAS	21.758,63	15.022,05	19.749,23	16.704,86	40.000,00	41.000,00	42.000,00	42.000,00
4.1.3.2.5.01.99.06.00.00	Remun. de Outros Depôs. Banc. de Rec. Vinc. CONV.	133,72	0,00	116.607,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.07.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. FIA	4.407,15	142,72	2.182,62	159,04	7.000,00	7.500,00	8.000,00	8.000,00
4.1.3.2.5.01.99.08.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. - CONVÊNIO	7.942,41	65.971,06	6.458,44	3.000,00	9.500,00	10.000,00	10.500,00	10.500,00
4.1.3.2.5.01.99.09.00.00	Remun. de Outros Depôs Banc de Rec Vinc Fundatur	2.045,67	2.060,08	2.127,18	2.306,10	3.000,00	3.500,00	4.000,00	4.000,00
4.1.3.2.5.01.99.10.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. TRANSP ESCOLAR	16.731,74	2.638,97	1.930,06	2.917,26	1.000,00	2.000,00	3.000,00	3.000,00
4.1.3.2.5.01.99.11.00.00	Remun. de Outros Depôs Banc de Rec Vinc Leilão	0,00	10.748,37	14.058,27	11.974,50	3.500,00	4.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.3.2.5.01.99.12.00.00	Remun de Outros Dep. Banc de Rec Vinc. Convênios	0,00	58.971,48	1.182,38	65.209,62	100.000,00	110.000,00	120.000,00	120.000,00
4.1.3.2.5.01.99.13.00.00	Remun de Outros Depôs Banc de Rec Vinc Bolsa Família	0,00	6.256,35	3.199,19	7.021,39	9.000,00	10.000,00	11.000,00	11.000,00
4.1.3.2.5.01.99.14.00.00	Remun. Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. Bolsa Família	0,00	1.159,40	27.979,22	1.290,97	6.300,00	7.000,00	8.000,00	8.000,00
4.1.3.2.5.01.99.15.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. CONV FND	0,00	8.172,59	0,18	9.202,09	1.000,00	2.000,00	3.000,00	3.000,00
4.1.3.2.5.01.99.16.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. Port. Delft	0,00	5,89	29.758,07	6,56	1.000,00	2.500,00	3.000,00	3.000,00
4.1.3.2.5.01.99.17.00.00	Remun de Outros Depôs Banc de Rec Vinc Op credito	0,00	13.719,51	0,00	15.609,43	16.000,00	17.000,00	18.000,00	18.000,00
4.1.3.2.5.01.99.18.00.00	Remun. Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. Bombeiros	0,00	1.429,61	0,00	1.500,00	1.000,00	2.000,00	3.000,00	3.000,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. NÃO VINCULADOS	657.735,09	263.744,61	996.140,06	31.808,30	250.000,00	260.000,00	270.000,00	270.000,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. NÃO VINCULADOS	657.735,09	263.744,61	996.140,06	31.808,30	250.000,00	260.000,00	270.000,00	270.000,00
4.1.3.6.0.00.00.00.00	Recella da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	3.386.035,00	3.500.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00
4.1.3.6.1.00.00.00.00.00	Rec. Cessão Direto Oper Pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	3.386.035,00	3.500.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00
4.1.3.6.1.03.00.00.00.00	Rec Cessão Direto Oper Pagamento a Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	3.386.035,00	3.500.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	1.025.948,47	945.218,57	840.537,49	1.780.615,26	956.000,00	1.020.000,00	1.090.000,00	1.090.000,00
4.1.6.0.0.03.00.00.00.00	Serviços de Transporte	48.716,43	78.537,75	71.653,47	203.071,91	72.000,00	73.000,00	74.000,00	74.000,00
4.1.6.0.0.06.00.00.00.00	Recella de Terminais Rodoviários	47.816,43	78.537,75	71.653,47	203.071,91	72.000,00	73.000,00	74.000,00	74.000,00
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	903.507,99	776.088,98	665.707,58	1.163.923,31	767.000,00	821.000,00	883.000,00	883.000,00

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 3/16

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2011	2012	2013			2016	2017
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL								
4.1.6.0.13.01.00.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	0,00	0,00	10.145,00	0,00	30.000,00	35.000,00	40.000,00
4.1.6.0.13.03.00.00.00	Serviços Especiais PM/Bombeiro	652.780,16	679.003,96	543.191,47	853.000,00	609.000,00	650.000,00	700.000,00
4.1.6.0.13.03.01.00.00	Contribuições Facultativas Polícia Militar	194.235,37	164.620,00	1.763,60	250.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.6.0.13.03.02.00.00	FUNREBOM - Bombeiros	458.544,79	514.383,96	541.427,87	603.000,00	609.000,00	650.000,00	700.000,00
4.1.6.0.13.05.00.00.00	Serviços de Vitória de Veículos	45.600,04	50.127,06	57.094,33	158.131,32	65.000,00	70.000,00	73.000,00
4.1.6.0.13.99.00.00.00	Outros Serv. Administrativos	205.127,79	46.957,96	55.276,78	152.791,99	63.000,00	66.000,00	70.000,00
4.1.6.0.14.00.00.00.00	Serviços de Inspeção e Fiscalização	48.970,77	55.893,41	63.012,08	161.963,51	71.000,00	76.000,00	80.000,00
4.1.6.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	24.753,28	34.698,43	40.164,36	251.656,53	46.000,00	50.000,00	53.000,00
4.1.6.0.99.07.00.00.00	Outras Receitas	2.786,77	11.716,02	9.663,54	150.704,17	11.000,00	12.000,00	13.000,00
4.1.6.0.99.08.00.00.00	Guarda-Volunt	600,00	850,00	2.358,00	100.952,36	3.000,00	4.000,00	5.000,00
4.1.6.0.99.09.00.00.00	Preço Público	21.366,51	22.132,41	28.142,82	0,00	32.000,00	34.000,00	35.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	95.759.059,75	102.232.725,13	112.508.366,06	117.503.569,09	129.874.000,00	148.059.220,00	159.399.510,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	95.702.191,28	102.091.164,66	111.909.302,44	117.314.161,33	129.335.000,00	147.503.120,00	158.825.310,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	26.588.561,49	27.347.686,86	30.561.210,47	31.549.051,84	33.218.660,00	35.287.980,00	38.396.920,00
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	21.656.351,30	22.281.101,01	23.900.638,97	25.928.020,55	26.536.140,00	28.040.000,00	31.042.000,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	21.613.399,59	22.259.109,21	23.872.227,59	25.898.851,92	26.500.000,00	28.000.000,00	31.000.000,00
4.1.7.2.1.02.01.00.00.00	Cota-Parte do F.P.M. - Livre	10.267.841,57	9.515.606,54	11.840.966,32	13.467.403,00	13.250.000,00	14.000.000,00	15.500.000,00
4.1.7.2.1.02.02.00.00.00	Cota-Parte do F.P.M. - 25% Educação	5.403.349,96	5.564.777,36	5.988.056,95	6.474.712,98	6.625.000,00	7.000.000,00	7.750.000,00
4.1.7.2.1.02.03.00.00.00	Cota-Parte do F.P.M. - 15% Saúde	5.942.208,06	7.178.725,31	6.063.204,32	5.956.735,94	6.625.000,00	7.000.000,00	7.750.000,00
4.1.7.2.1.05.00.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/a Prop. Territorial Rural	42.951,71	21.991,80	28.411,38	29.168,63	25.640,00	29.000,00	30.000,00
4.1.7.2.1.05.01.00.00.00	Cota-Parte do I.T.R. - Livre	23.623,38	11.875,52	14.915,94	15.167,69	12.820,00	14.500,00	15.000,00
4.1.7.2.1.05.02.00.00.00	Cota-Parte do I.T.R. - 25% Educação	10.737,99	5.498,01	7.102,88	7.292,16	6.410,00	7.250,00	7.500,00
4.1.7.2.1.05.03.00.00.00	Cota-Parte do I.T.R. - Saúde	8.590,34	4.618,27	6.392,56	6.708,78	6.410,00	7.250,00	7.500,00
4.1.7.2.1.13.00.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	0,00	0,00	0,00	0,00	10.500,00	11.000,00	12.000,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compem. Finan. pela Exploração Rec.Nat	289.713,86	358.606,53	439.139,13	462.409,05	483.000,00	530.000,00	541.000,00
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compem. Finan. de Recursos Minerais	17.339,47	31.077,20	99.840,42	41.790,93	118.000,00	120.000,00	121.000,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	272.374,39	327.529,33	339.298,71	420.618,12	375.000,00	410.000,00	420.000,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS	599.773,91	617.224,96	619.155,45	599.377,27	691.420,00	713.020,00	725.520,00
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS	432.133,91	617.224,96	619.155,45	599.377,27	691.420,00	713.020,00	725.520,00
4.1.7.2.1.34.01.03.00.00	FNAS - Pessoa Portadora Deficiência Física PPD	15.916,16	14.691,84	14.691,84	16.304,86	14.700,00	15.300,00	16.800,00
4.1.7.2.1.34.01.05.00.00	FNAS - Outros Detalhamentos	386.603,63	407.760,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.01.06.00.00	FNAS - GESTÃO - IGD DO SUAS	0,00	20.571,18	18.582,87	16.000,00	22.300,00	22.300,00	22.300,00
4.1.7.2.1.34.01.07.00.00	FNAS - Bolsa Família	29.614,12	55.851,94	81.218,42	90.372,41	27.000,00	28.000,00	29.000,00
4.1.7.2.1.34.01.08.00.00	FNAS - Piso Básico Fixo - PBF	0,00	0,00	228.000,00	216.000,00	288.000,00	288.000,00	288.000,00
4.1.7.2.1.34.01.10.00.00	FNAS - Piso Fixo Média Complexidade - PFMC/CREAS	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	170.000,00	180.000,00
4.1.7.2.1.34.01.13.00.00	FNAS - Benefícios Eventuais	0,00	118.350,00	105.222,32	0,00	13.500,00	13.500,00	13.500,00
4.1.7.2.1.34.01.14.00.00	FNAS - Piso Básico Variável II - PBV II	0,00	0,00	19.800,00	23.700,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.01.15.00.00	FNAS - BPC Questionários	0,00	0,00	1.640,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.01.16.00.00	FNAS - Gestão - ACESSUAS	0,00	0,00	0,00	87.000,00	13.920,00	13.920,00	13.920,00
4.1.7.2.1.34.01.17.00.00	FNAS - Serv. Convênio de Fortalecimento de Vínculo	0,00	0,00	0,00	0,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00
4.1.7.2.1.34.01.18.00.00	PAC 1 Criança e Adolescência	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00
4.1.7.2.1.34.02.01.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - Convênios Estado	167.640,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação - FINE	3.294.893,22	3.726.194,01	4.921.114,34	4.338.955,18	4.976.100,00	5.504.000,00	5.531.800,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transf. do Salário-Educação	2.398.664,29	2.684.512,14	2.951.679,15	3.110.341,95	3.790.000,00	4.300.000,00	4.310.000,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	772.620,00	840.948,00	1.035.107,20	1.010.043,22	1.118.700,00	1.130.000,00	1.136.200,00
4.1.7.2.1.35.03.01.00.00	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNAE Fundamen	429.300,00	421.440,00	424.640,00	467.258,31	485.000,00	495.000,00	500.000,00
4.1.7.2.1.35.03.02.00.00	Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNAE - Pré-Escola	101.590,00	140.952,00	257.800,00	172.969,52	260.000,00	260.000,00	260.000,00
4.1.7.2.1.35.03.03.00.00	Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNAE - AEE	0,00	0,00	0,00	0,00	8.700,00	9.000,00	9.200,00
4.1.7.2.1.35.03.04.00.00	Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNAE - E.J.A.	48.660,00	6.060,00	8.467,20	6.716,83	10.000,00	11.000,00	12.000,00
4.1.7.2.1.35.03.05.00.00	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNAE - Creche	193.080,00	272.496,00	344.200,00	363.098,56	355.000,00	355.000,00	355.000,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	123.608,93	97.944,27	93.161,16	108.128,89	66.400,00	72.000,00	82.600,00
4.1.7.2.1.35.04.01.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE - Ens. Fundamental	0,00	79.709,00	72.444,89	87.975,65	45.000,00	50.000,00	60.000,00
4.1.7.2.1.35.04.03.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE - Infantil	0,00	3.597,43	992,40	3.975,80	1.900,00	2.000,00	2.100,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Selção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2011	2012	2013			2014	2015
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL								
4.17.2.1.35.04.06.00.00	Transf. Diretas do FUNDE - PNATE - Médio	0,00	14.637,84	19.723,87	16.177,44	19.500,00	20.000,00	20.500,00
4.17.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transferências Diretas do FUNDE	0,00	102.789,60	841.166,83	110.441,12	1.000,00	2.000,00	3.000,00
4.17.2.1.35.99.02.00.00	Outras Transferências Diretas do FUNDE	0,00	102.789,60	841.166,83	110.441,12	1.000,00	2.000,00	3.000,00
4.17.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	198.850,44	197.823,36	189.456,22	220.289,79	192.000,00	160.960,00	206.600,00
4.17.2.1.36.01.00.00.00	Transf.Financ.ICMS-Deson.L.C. nº 87/96 - Livre	109.427,41	106.824,60	99.464,44	114.550,69	96.000,00	100.480,00	103.300,00
4.17.2.1.36.02.00.00.00	Transf.Financ.ICMS-Deson.L.C. nº 87/96-25% Educação	49.679,50	49.455,82	47.364,09	55.072,45	48.000,00	30.240,00	51.650,00
4.17.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS/Desoner - L.C. Nº 87/96 - Sau	39.743,53	41.542,94	42.627,69	50.666,65	48.000,00	30.240,00	51.650,00
4.17.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	528.978,76	166.736,99	491.706,36	0,00	330.000,00	340.000,00	350.000,00
4.17.2.1.99.01.00.00.00	Outras Transferências da União - CEX	0,00	166.736,99	0,00	0,00	330.000,00	340.000,00	350.000,00
4.17.2.1.99.02.00.00.00	Transf. AFM Apoio Financ aos Municípios L 12859	0,00	0,00	491.706,36	0,00	0,00	0,00	0,00
4.17.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	42.637.166,72	46.060.892,52	48.343.933,42	50.865.109,49	57.205.640,00	70.315.140,00	75.428.390,00
4.17.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	42.426.218,88	45.464.120,52	47.719.767,42	50.186.464,98	56.533.000,00	69.632.500,00	74.735.750,00
4.17.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	36.104.384,15	38.482.832,51	40.576.716,12	42.194.604,08	47.300.000,00	57.900.000,00	60.000.000,00
4.17.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS - Livre	18.903.901,38	20.295.210,43	19.820.861,72	21.269.194,12	23.650.000,00	28.950.000,00	30.000.000,00
4.17.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - 25% Educação	9.979.605,95	10.088.540,26	10.813.217,08	10.898.651,02	11.825.000,00	14.475.000,00	15.000.000,00
4.17.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - Saúde	7.220.876,82	8.099.081,82	9.942.639,32	10.026.758,94	11.825.000,00	14.475.000,00	15.000.000,00
4.17.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	5.421.446,44	6.255.052,99	6.511.811,66	7.296.919,81	8.500.000,00	11.000.000,00	14.000.000,00
4.17.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA - Livre	2.981.795,19	3.376.874,39	3.418.700,76	3.794.398,30	4.250.000,00	5.500.000,00	7.000.000,00
4.17.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - 25% Educação	1.355.361,88	1.564.227,64	1.627.953,19	1.824.229,95	2.125.000,00	2.750.000,00	3.500.000,00
4.17.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - 15% Saúde	1.084.289,37	1.313.950,96	1.465.157,71	1.678.291,56	2.125.000,00	2.750.000,00	3.500.000,00
4.17.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	707.123,48	624.864,36	626.091,90	694.941,09	733.000,00	732.500,00	735.750,00
4.17.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Livre	388.917,84	337.426,69	328.698,16	361.369,37	375.500,00	375.000,00	376.500,00
4.17.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 25% Educação	176.780,92	156.216,14	156.523,05	173.735,27	178.750,00	187.500,00	188.250,00
4.17.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 15% Saúde	141.424,72	131.221,53	140.870,69	159.836,45	178.750,00	170.000,00	171.000,00
4.17.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	193.264,81	101.370,66	5.145,74	0,00	0,00	0,00	0,00
4.17.2.2.34.01.00.00.00	FNAS - Benefícios Eventuais	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00
4.17.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	210.947,84	596.772,00	624.166,00	663.644,51	672.640,00	682.640,00	692.640,00
4.17.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transf. dos Estados - Transp. Escolar	210.947,84	429.132,00	456.526,00	476.785,05	475.000,00	485.000,00	495.000,00
4.17.2.2.99.02.00.00.00	Outras Transf. Estado - FNAS	0,00	167.640,00	167.640,00	186.855,46	197.640,00	197.640,00	197.640,00
4.17.2.2.99.02.01.00.00	Outras Transf. Estado - FNAS Média Complexidade	0,00	95.040,00	95.040,00	104.855,46	95.040,00	95.040,00	95.040,00
4.17.2.2.99.02.02.00.00	Outras Transf. Estado - FNAS Alta Complexidade	0,00	72.600,00	72.600,00	82.000,00	72.600,00	72.600,00	72.600,00
4.17.2.2.99.02.03.00.00	Outras Transf. Estado - FEAS BÁSICO CORRENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS								
4.17.2.4.00.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	26.496.463,07	28.682.585,28	33.004.158,55	34.900.000,00	38.910.700,00	41.900.000,00	45.000.000,00
4.17.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	26.496.463,07	28.682.585,28	33.004.158,55	34.900.000,00	38.910.700,00	41.900.000,00	45.000.000,00
4.17.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF - 60%	21.100.900,76	21.441.003,68	24.223.295,64	26.400.000,00	29.010.700,00	30.900.000,00	33.000.000,00
4.17.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF - 40%	5.395.562,31	7.241.581,60	8.780.862,91	8.500.000,00	9.900.000,00	11.000.000,00	12.000.000,00
4.17.2.4.01.02.01.00.00	Transf. Recursos FUNDEF - 40%	0,00	0,00	0,00	3.400.000,00	9.900.000,00	11.000.000,00	12.000.000,00
4.17.2.4.01.02.02.00.00	Transf. Recursos FUNDEF - 40% Infantil	0,00	0,00	0,00	5.100.000,00	0,00	0,00	0,00
4.17.3.0.00.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas	0,00	0,00	51.634,66	0,00	43.000,00	43.100,00	43.200,00
4.17.3.0.00.00.00.00.01	Transferência de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	43.000,00	43.100,00	43.200,00
4.17.5.0.00.00.00.00.00	Transf. de Pessoas	0,00	0,00	24.127,52	22.907,38	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.17.5.0.00.00.00.00.01	Transferência de Pessoas	0,00	0,00	0,00	22.907,38	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.17.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	56.868,47	141.560,47	523.301,44	166.500,38	495.000,00	512.000,00	530.000,00
4.17.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	26.868,47	0,00	85.675,00	8.984,49	97.000,00	103.000,00	109.000,00
4.17.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Conv. da União	26.868,47	0,00	85.675,00	8.984,49	97.000,00	103.000,00	109.000,00
4.17.6.1.99.00.01.00.00	Outras Transf. de Convênios da União	0,00	0,00	0,00	0,00	97.000,00	103.000,00	109.000,00
4.17.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Dist. Fed. e suas Entid.	30.000,00	0,00	285.323,11	0,00	226.000,00	227.000,00	228.000,00
4.17.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	30.000,00	0,00	285.323,11	0,00	226.000,00	227.000,00	228.000,00
4.17.6.2.99.99.00.00.00	Outras Conv. Estados	30.000,00	0,00	285.323,11	0,00	226.000,00	227.000,00	228.000,00
4.17.6.4.00.00.00.00.00	Transferência de Convênios Instituições Privadas	0,00	141.560,47	152.303,33	157.515,89	172.000,00	182.000,00	193.000,00
4.17.6.4.99.00.00.00.00	Transf. de Outros Convênios de Inst. Privadas	0,00	141.560,47	152.303,33	157.515,89	172.000,00	182.000,00	193.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.519.012,98	4.059.903,02	4.628.030,06	11.686.604,88	7.449.495,00	7.922.400,00	8.388.230,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	3.477.600,92	2.539.988,19	2.865.373,78	3.307.395,28	2.583.000,00	2.749.300,00	2.838.130,00

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 5/16

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Arrecadado			2013	Estimado 2014	LDO 2015	Projeção	
		2011	2012	2016				2017	
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL									
4.1.9.1.1.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	98.598,06	139.393,97	179.929,20	193.532,28	117.000,00		127.600,00	141.530,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	26.055,61	23.331,77	49.912,26	25.567,96	57.000,00		61.200,00	65.280,00
4.1.9.1.1.38.01.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Livre	14.328,93	12.597,14	26.202,07	13.295,34	28.500,00		30.600,00	32.640,00
4.1.9.1.1.38.02.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 25% Educação	6.512,56	5.831,52	12.476,67	6.391,99	14.250,00		15.300,00	16.320,00
4.1.9.1.1.38.03.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Saúde	5.214,12	4.903,11	11.233,52	5.880,63	14.250,00		15.300,00	16.320,00
4.1.9.1.1.39.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	0,00	0,00	1.467,95	0,00	2.000,00		3.400,00	6.250,00
4.1.9.1.1.39.01.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI - Livre	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00		1.700,00	2.500,00
4.1.9.1.1.39.02.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00		850,00	1.250,00
4.1.9.1.1.39.03.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00		850,00	1.250,00
4.1.9.1.1.40.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	72.240,54	115.930,49	127.879,19	167.964,32	56.000,00		61.000,00	68.000,00
4.1.9.1.1.40.01.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Livre	39.730,66	62.600,66	67.132,43	87.341,45	28.000,00		30.500,00	34.000,00
4.1.9.1.1.40.02.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 25% Educação	18.059,00	28.981,23	31.966,81	41.991,08	14.000,00		15.250,00	17.000,00
4.1.9.1.1.40.03.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Saúde	14.450,88	24.348,60	28.779,95	38.631,79	14.000,00		15.250,00	17.000,00
4.1.9.1.1.98.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contrib de Melhoria	301,91	131,71	451,37	0,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.1.98.01.00.00	Multas/Juros de Mora das Contrib de Melhoria - Livre	213,43	71,08	451,37	0,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.1.98.02.00.00	Multas/Juros de Mora das CME - 25% Educação	49,13	32,90	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
4.1.9.1.1.98.03.00.00	Multas/Juros de Mora das CME - 15% Saúde	39,35	27,73	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
4.1.9.1.1.99.00.00.00	Multas e Juros de Mora dos Outros Tributos	0,00	0,00	218,43	0,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.1.99.01.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	0,00	0,00	218,43	0,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.1.99.01.01.00.00	Multa e Juros de Mora de Outros Tributos - Livre	0,00	0,00	218,43	0,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativa dos Tributos	1.672.196,82	614.760,76	755.670,52	904.747,89	492.900,00		519.700,00	536.600,00
4.1.9.1.3.1.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativa s/ IPTU	1.333.014,42	377.081,09	517.944,57	571.038,72	332.000,00		350.000,00	365.000,00
4.1.9.1.3.1.1.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativa s/ IPTU - Livre	989.481,07	371.712,44	271.905,85	296.940,13	166.000,00		175.000,00	182.500,00
4.1.9.1.3.1.1.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativa s/ IPTU - 25% Educação	190.851,90	2.917,74	129.474,61	142.759,68	83.000,00		87.500,00	91.250,00
4.1.9.1.3.1.1.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativa s/ IPTU - 15% Saúde	152.681,45	2.450,91	116.564,11	131.338,91	83.000,00		87.500,00	91.250,00
4.1.9.1.3.1.1.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativa s/ ISS	193.312,86	102.278,80	121.070,22	151.123,97	64.000,00		71.000,00	71.000,00
4.1.9.1.3.1.3.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativa s/ ISS - Livre	106.320,57	55.229,01	63.559,29	78.584,47	32.000,00		35.000,00	35.000,00
4.1.9.1.3.1.3.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativa s/ ISS - 25% Educa	48.327,13	25.568,53	30.265,69	37.780,99	16.000,00		17.750,00	18.000,00
4.1.9.1.3.1.3.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativa s/ ISS - 15% Saúde	38.665,16	21.481,26	27.245,24	34.758,51	16.000,00		17.750,00	18.000,00
4.1.9.1.3.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativa Tx Fisc. Vig. San.	0,00	0,00	0,00	0,00	6.600,00		7.000,00	7.600,00
4.1.9.1.3.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativa Contrib Melhoria	64.993,39	23.488,33	7.581,21	26.157,37	7.300,00		7.700,00	8.000,00
4.1.9.1.3.98.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativa Contrib Melhoria - Li	59.969,42	12.682,76	7.581,21	26.157,37	7.300,00		7.700,00	8.000,00
4.1.9.1.3.98.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativa CME - 25% Educação	2.790,77	5.871,39	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
4.1.9.1.3.98.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativa CME - 15% Saúde	2.233,20	4.934,18	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativa Outros Tributos	80.876,15	111.912,54	109.074,52	156.427,83	83.000,00		84.000,00	85.000,00
4.1.9.1.3.99.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativa Outros Trib. - Livre	78.905,52	110.713,05	109.074,52	156.427,83	83.000,00		84.000,00	85.000,00
4.1.9.1.3.99.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativa Out. Trib. - 25% Educa	1.094,80	651,91	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
4.1.9.1.3.99.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativa Out. Trib. - 15% Saúde	875,83	547,58	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
4.1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativa Outras Rec.	0,00	0,00	12.792,80	0,00	27.100,00		29.500,00	31.000,00
4.1.9.1.5.09.00.00.00.00	MJM Recda Div Ativa Serv de Inspec Fiscalização	0,00	0,00	46,17	0,00	1.000,00		2.000,00	3.000,00
4.1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativa Outras Rec.	0,00	0,00	12.746,63	0,00	26.100,00		27.500,00	28.000,00
4.1.9.1.5.99.01.00.00.00	Outras MJ Mora Div Ativa de Outras Rec. - Principal	0,00	0,00	12.746,63	0,00	26.100,00		27.500,00	28.000,00
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	116.295,76	72.416,11	77.631,74	82.691,99	28.000,00		29.000,00	30.000,00
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	116.295,76	72.416,11	77.631,74	82.691,99	28.000,00		29.000,00	30.000,00
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	1.590.510,28	1.713.417,35	1.839.349,52	2.126.423,12	1.918.000,00		2.043.500,00	2.099.000,00
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	1.522.828,84	1.672.274,29	1.800.162,26	2.080.254,60	1.702.000,00		1.814.000,00	1.856.000,00
4.1.9.1.9.15.01.00.00.00	Convênio SSP/Trânsito	810.480,86	877.424,92	796.657,62	1.199.530,02	762.000,00		774.000,00	786.000,00
4.1.9.1.9.15.01.01.00.00	Convênio SSP/Trânsito - Prefeitura Municipal	771.471,42	737.485,90	769.377,98	920.898,91	760.000,00		770.000,00	780.000,00
4.1.9.1.9.15.01.02.00.00	Convênio SSP/Trânsito-Polícia Militar	19.504,72	69.969,51	13.639,82	139.300,81	1.000,00		2.000,00	3.000,00
4.1.9.1.9.15.01.03.00.00	Convênio SSP/Trânsito - PC	19.504,72	69.969,51	13.639,82	139.300,81	1.000,00		2.000,00	3.000,00
4.1.9.1.9.15.02.00.00.00	Convênio SSP/Trânsito	712.347,98	794.849,37	1.003.504,64	880.724,58	940.000,00		1.040.000,00	1.070.000,00
4.1.9.1.9.15.02.01.00.00	Convênio SSP/Trânsito-Prefeitura Municipal	641.910,04	680.359,51	780.666,36	755.494,44	780.000,00		860.000,00	870.000,00
4.1.9.1.9.15.02.02.00.00	Convênio SSP/Trânsito-Polícia Militar	35.216,97	57.244,93	111.369,14	62.615,07	80.000,00		90.000,00	100.000,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Selção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2011	2012	2013			2016	2017
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL								
4.1.9.1.9.15.02.03.00.00	Convênio SSP/Trânsito - PC	35.218,97	57.244,93	111.469,14	62.615,07	80.000,00	90.000,00	100.000,00
4.1.9.1.9.19.26.00.00.00	Multas Previstas na Legisl Defêsa Direitos Difusos	66.151,44	40.343,06	39.187,26	45.249,82	210.000,00	220.000,00	230.000,00
4.1.9.1.9.19.26.00.00.01	Multas Pnfrinação ao Cod.Defesa do Consumidor	0,00	0,00	39.187,26	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.1.9.19.26.02.00.00.00	M Previstas Legislação Defêsa Dir Difusos	66.151,44	40.343,06	0,00	45.249,82	210.000,00	220.000,00	230.000,00
4.1.9.1.9.19.26.02.01.00.00	M Previstas Legis Defêsa Dir Difusos Outros	66.151,44	40.343,06	0,00	45.249,82	210.000,00	220.000,00	230.000,00
4.1.9.1.9.19.32.00.00.00.00	Multas Aplicadas no Âmbito de Processo Judicial	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	5.500,00	7.000,00
4.1.9.1.9.19.32.00.00.00.01	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	5.500,00	7.000,00
4.1.9.1.9.19.32.00.00.00.02	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Conselho Tutela	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	3.500,00	4.000,00
4.1.9.1.9.19.32.00.00.00.03	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Polícia Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	2.000,00	3.000,00
4.1.9.1.9.19.35.00.00.00.00	Multas por Danos ao Meio Ambiente	1.530,00	800,00	0,00	918,70	1.000,00	2.000,00	3.000,00
4.1.9.1.9.19.35.00.00.00.01	Multas Judiciais por Danos ao Meio Ambiente	0,00	0,00	0,00	918,70	1.000,00	2.000,00	3.000,00
4.1.9.1.9.19.35.00.00.00.02	Multas por Auto de Infração	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	2.000,00	3.000,00
4.1.9.2.0.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	31.816,67	82.331,20	92.678,36	149.506,18	29.000,00	36.000,00	43.000,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	31.816,67	82.331,20	92.678,36	149.506,18	29.000,00	36.000,00	43.000,00
4.1.9.2.2.07.00.00.00.00.00	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	2.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.2.2.07.02.00.00.00.00	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	2.045,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00.00	Outras Restituições	26.870,76	82.331,20	92.678,36	149.506,18	29.000,00	36.000,00	43.000,00
4.1.9.2.2.99.00.01.00.00.00	Outras Restit. em folha	0,00	0,00	0,00	149.506,18	29.000,00	36.000,00	43.000,00
4.1.9.2.2.99.00.01.00.00.01	Outras Rest. Folha - FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	9.000,00	10.000,00	11.000,00	12.000,00
4.1.9.2.2.99.00.01.00.00.02	Outras Rest. Folha - FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	3.000,00	5.000,00	6.000,00	7.000,00
4.1.9.2.2.99.00.01.00.00.03	Outras Rest. Folha - Trânsito	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	2.000,00	3.000,00
4.1.9.2.2.99.00.01.00.00.04	Outras Rest. Folha - Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	2.000,00	3.000,00
4.1.9.2.2.99.00.01.00.00.05	Outras Rest. Folha - MDE	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	2.000,00	3.000,00
4.1.9.2.2.99.00.01.06.00.00	Outras Rest. Folha - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	2.000,00	3.000,00
4.1.9.2.2.99.00.01.99.00.00	Outras Restituições	0,00	0,00	0,00	137.506,18	10.000,00	11.000,00	12.000,00
4.1.9.2.2.99.01.00.00.00.00	Outras Restituições	0,00	0,00	76.083,02	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.2.2.99.02.00.00.00.00	Outras Restituições - Fundeb 18	0,00	0,00	11.070,43	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.2.2.99.03.00.00.00.00	Outras Restituições - Fundeb 19	0,00	0,00	1.522,38	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.2.2.99.04.00.00.00.00	Outras Restituições - MDE	0,00	0,00	559,33	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.2.2.99.05.00.00.00.00	Outras Restituições - Trânsito	0,00	0,00	3.443,20	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	2.935.338,79	1.149.273,30	1.555.204,87	8.178.166,24	4.639.995,00	4.935.100,00	5.254.100,00
4.1.9.3.1.0.00.00.00.00.00	Rec. Div. Aliv. do IPTU	2.935.338,79	1.149.273,30	1.494.024,36	8.178.166,24	4.616.295,00	4.909.000,00	5.225.500,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00.00	Rec. Div. Aliv. do IPTU - Livre	2.076.237,94	687.218,82	1.067.189,73	7.318.166,24	4.137.925,00	4.400.000,00	4.650.000,00
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00.00	Rec. Div. Aliv. do IPTU - 25% Educação	1.141.928,15	360.295,38	560.259,71	2.650.602,51	793.180,00	2.200.000,00	2.325.000,00
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00.00	Rec. Div. Aliv. do IPTU - 15% Saúde	519.057,60	166.802,52	266.786,87	2.036.133,25	1.034.480,00	1.100.000,00	1.162.500,00
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00.00	Rec. Div. Aliv. do IPTU - 15% Saúde	415.252,19	140.120,92	240.143,15	2.631.430,48	2.310.265,00	1.100.000,00	1.162.500,00
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00.00	Rec. Div. Aliv. do ISS	463.960,37	196.444,32	234.945,79	700.000,00	284.000,00	290.000,00	350.000,00
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00.00	Rec. Div. Aliv. do ISS - Livre	255.176,58	106.078,34	123.343,91	357.000,00	132.000,00	145.000,00	175.000,00
4.1.9.3.1.13.02.00.00.00.00	Rec. Div. Aliv. do ISS - 25% Educação	115.989,09	49.109,93	58.734,53	175.000,00	66.000,00	72.500,00	87.500,00
4.1.9.3.1.13.03.00.00.00.00	Rec. Div. Aliv. do ISS - 15% Saúde	92.794,70	41.256,05	52.867,35	168.000,00	66.000,00	72.500,00	87.500,00
4.1.9.3.1.35.00.00.00.00.00	Rec. Div. Aliv. Tx de Fiscaliz. e Vigil. Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	47.000,00	48.000,00	49.000,00
4.1.9.3.1.98.00.00.00.00.00	Rec. Div. Aliv. das Contrib de Melhoria	87.209,80	19.379,80	11.598,08	10.000,00	11.000,00	11.500,00	11.500,00
4.1.9.3.1.98.01.00.00.00.00	Rec. Div. Aliv. das Contrib de Melhoria	82.581,24	10.464,20	11.598,08	10.000,00	10.620,00	11.000,00	11.500,00
4.1.9.3.1.98.02.00.00.00.00	Rec.DivAliva das Contrib de Melhoria-25% Educação	2.571,04	4.844,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.3.1.98.03.00.00.00.00	Rec.DivAliva das Contrib de Melhoria-15% Saúde	2.057,52	4.071,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00.00	Rec. Div. Aliv. de Outros Tributos	307.930,68	266.230,36	180.290,76	150.000,00	156.750,00	160.000,00	165.000,00
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00.00	Rec. Div. Aliv. de Outros Tributos	307.930,68	266.230,36	180.290,76	150.000,00	156.750,00	160.000,00	165.000,00
4.1.9.3.1.99.01.01.00.00.00	Rec. Div. Aliv. de Outros Trib- Princ - Livre	289.383,47	143.761,66	180.290,76	150.000,00	156.750,00	160.000,00	165.000,00
4.1.9.3.1.99.01.02.00.00.00	Rec. Div. Aliv. de Outros Trib- Princ-25% Educaça	10.303,43	66.555,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.3.1.99.01.03.00.00.00	Rec. Div. Aliv. de Outros Trib- Princ - 15% Saúde	8.243,78	55.913,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00.00	Rec. Div. Aliv. Não Tributária	0,00	0,00	61.180,51	0,00	23.700,00	26.100,00	28.600,00
4.1.9.3.2.25.00.00.00.00.00	Rec. Div. Aliv. Serv de Inspeç Fiscalização	0,00	0,00	50,21	0,00	1.000,00	2.000,00	3.000,00
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00.00	Rec. Div. Aliv. Não Tributária de Outras Rec.	0,00	0,00	61.130,30	0,00	22.700,00	24.100,00	25.600,00

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 7/16

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Arrecadado			2014	LDO	Projeção	
		2011	2012	2013			2016	2017
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL								
4.1.93.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	0,00	0,00	61.130,30	0,00	22.700,00	24.100,00	25.600,00
4.1.93.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	74.256,60	288.310,33	114.773,05	51.537,18	197.500,00	202.000,00	253.000,00
4.1.93.0.98.00.00.01.01	Exonomia	0,00	2.585,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.93.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	74.256,60	285.725,33	114.773,05	51.537,18	197.500,00	202.000,00	253.000,00
4.1.93.0.99.00.00.01.00	Outras Receitas - Prefeitura	0,00	18.306,24	0,00	51.537,18	197.500,00	202.000,00	253.000,00
4.1.93.0.99.00.00.01.01	Outras receitas - Fundeb 18	0,00	8.085,69	0,00	51.537,18	1.000,00	2.000,00	3.000,00
4.1.93.0.99.00.00.01.02	Outras receitas - Fundeb 19	0,00	7.614,86	0,00	0,00	196.500,00	200.000,00	250.000,00
4.1.93.0.99.00.00.01.03	Outras receitas - Restituição Pasep - não utilizar	0,00	2.605,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.93.0.99.00.00.01.06	Outras receitas - Restituição PASEP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.93.0.99.00.00.02.01	Outras receitas - Leilão sucata	0,00	240.263,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.93.0.99.00.00.03.01	Outras Receitas - FIA	26.335,78	3.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.93.0.99.06.00.00.00	Outras Receitas - Fundo de Turismo	28.226,52	20.465,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.93.0.99.12.00.00.00	Outras Receitas	19.694,30	3.400,00	61.418,63	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.93.0.99.13.00.00.00	Outras Receitas - Policia Militar	0,00	0,00	53.354,42	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	3.821.440,67	19.215.600,30	3.656.549,09	37.165.438,70	30.264.610,00	31.150.000,00	31.800.000,00
4.2.1.0.0.0.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	848.391,48	14.603.265,40	2.150.792,62	16.343.518,62	17.000.000,00	17.500.000,00	18.000.000,00
4.2.1.1.0.0.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas	848.391,48	14.603.265,40	2.150.792,62	16.343.518,62	17.000.000,00	17.500.000,00	18.000.000,00
4.2.1.1.4.99.00.01.01.00	IPRESBS - PREF.	0,00	0,00	549.093,64	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.1.1.4.99.00.01.02.00	IPRESBS - FMS	0,00	0,00	701.072,26	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.1.1.9.00.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	848.391,48	14.603.265,40	900.626,72	16.343.518,62	17.000.000,00	17.500.000,00	18.000.000,00
4.2.2.0.0.0.00.00.00.00	ALENAÇÃO DE BENS	8.268,36	552.250,00	0,00	609.810,22	200.000,00	250.000,00	300.000,00
4.2.2.1.0.0.00.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	8.268,36	552.250,00	0,00	609.810,22	200.000,00	250.000,00	300.000,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	8.268,36	552.250,00	0,00	609.810,22	200.000,00	250.000,00	300.000,00
4.2.4.0.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.964.780,83	4.060.084,90	1.505.756,47	20.212.109,86	13.064.610,00	13.400.000,00	13.500.000,00
4.2.4.2.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.908.999,50	2.902.537,07	1.346.988,23	18.952.543,96	7.392.610,00	7.400.000,00	7.500.000,00
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	1.908.999,50	2.902.537,07	1.346.988,23	18.952.543,96	7.392.610,00	7.400.000,00	7.500.000,00
4.2.4.2.1.00.00.01.00.00	Transferências União	0,00	0,00	0,00	18.952.543,96	7.392.610,00	7.400.000,00	7.500.000,00
4.2.4.2.1.02.00.10.00.00	Prog Nac Reest Aparelhagem Rede Esc Púb Educ Inf	0,00	478.492,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.2.1.02.00.99.00.00	Outras Transf Recursos Destinados Prog Educação	0,00	98.852,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	1.908.999,50	2.325.192,12	1.346.988,23	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.2.1.99.00.00.01.00	Outras Transf. União - Prefeitura	0,00	0,00	1.346.988,23	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.055.781,33	1.157.547,83	158.768,24	1.259.565,90	5.672.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	1.055.781,33	891.000,00	158.768,24	989.153,97	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
4.2.4.7.1.02.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	517.393,33	891.000,00	158.768,24	989.153,97	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
4.2.4.7.1.02.00.00.00.00	Outros Conv. União Area Educação	0,00	891.000,00	158.768,24	989.153,97	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
4.2.4.7.1.03.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programas Saneam.	538.388,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr Fed e suas Entid.	0,00	266.547,83	0,00	270.411,93	4.672.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio dos Estados	0,00	266.547,83	0,00	270.411,93	4.672.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00
4.2.4.7.2.99.00.01.00.00	Outras Transf. Conv. dos Estados	0,00	249.229,83	0,00	270.411,93	4.672.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00
4.2.4.7.2.99.00.02.00.00	Outras transferências de Convênios dos Estados Edu	0,00	17.318,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.2.3.0.0.00.00.00.00	Transferências dos Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.2.3.0.0.00.00.00.01	Custeio p/Serv. Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.0.0.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-12.728.764,41	-13.505.140,52	-14.213.108,94	-15.502.418,62	-16.650.128,00	-20.752.136,00	-22.177.144,00
9.1.0.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-12.728.764,41	-13.505.140,52	-14.213.108,94	-15.502.418,62	-16.650.128,00	-20.752.136,00	-22.177.144,00
9.1.1.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-95.269,43	-123.343,29	-47.555,40	-232.824,08	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÃO DE IMPOSTOS	-95.269,43	-123.343,29	-46.719,13	-232.824,08	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Deduções de Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	-39.736,67	-43.014,14	-37.285,18	-61.712,59	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Deduções de Receita do IPTU	-16.482,57	-20.677,30	-33.368,11	-33.368,11	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.2.02.01.00.00.00	Dedução s/o IPTU - Livre	-16.482,57	-19.711,83	-3.336,78	-17.351,42	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.2.02.02.00.00.00	Dedução s/o Imp. Predial e Territ Urbano-25% Educ	0,00	-524,71	-1.588,99	-8.342,03	0,00	0,00	0,00

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 8/16

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Arrecadado					Estimado	LDO	Projeção	
		2011	2012	2013	2014	2015			2016	2017
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL										
9.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Dedução s/o Imp. Predial e Territ.Urbano-15% Saúde	0,00	-440,76	-1.430,06	-7.674,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.2.08.00.00.00.00	Deduções de Receita do ITBI	-23.254,10	-22.336,84	-30.929,35	-28.344,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.2.08.01.00.00.00	Deduções de Receita do ITBI - Livre	-23.254,10	-18.058,31	-16.237,88	-14.739,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.2.08.02.00.00.00	Deduções de Receita de ITBI - 25% Educação	0,00	-2.325,29	-7.732,35	-7.086,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.2.08.03.00.00.00	Deduções de Receita de ITBI - 15% Saúde	0,00	-1.953,24	-6.959,12	-6.519,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Dedução de Imposto s/a Produção e a Circulação	-55.532,76	-80.329,15	-9.433,95	-171.111,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Dedução sobre o ISSQN	-55.532,76	-80.329,15	-9.433,95	-171.111,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Dedução sobre o I.S.S.Q.N. - Rec. Livres	-55.532,76	-48.468,98	-5.023,32	-171.111,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.3.05.01.01.00.00	Dedução ISS - Livre	0,00	0,00	0,00	-88.977,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.3.05.01.02.00.00	Dedução ISSQN - 25% Educação	0,00	0,00	0,00	-42.777,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.3.05.01.03.00.00	Dedução ISS - Saúde	0,00	0,00	0,00	-39.355,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.3.05.02.00.00.00	Dedução sobre o I.S.S.Q.N. - Rec. 25% Educação	0,00	-17.320,74	-2.321,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.3.05.03.00.00.00	Dedução sobre o I.S.S.Q.N. - Rec. 15% Saúde	0,00	-14.549,43	-2.089,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Dedução de Taxa de Limpeza Pública	0,00	-836,27	-836,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.6.0.0.00.00.00.00.00	Dedução Rec. Serviços	0,00	-624,06	-2.034,98	-706,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Dedução Rec. Serviços	0,00	-624,06	-1.788,18	-706,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.6.0.0.13.03.00.00.00	Dedução Recitas Serv. Especiais	0,00	-624,06	-1.788,18	-706,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.6.0.0.13.03.02.00.00	Dedução das Recitas de Serviços FUNREBOM Bombeir	0,00	-624,06	-1.788,18	-706,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.6.0.0.14.00.00.00.00	Dedução da Receita de Serv.de Inspeção e Fiscaliz.	0,00	0,00	-246,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-12.632.020,67	-13.379.444,78	-14.160.401,98	-15.266.954,99	-16.650.128,00	-20.752.136,00	-22.177.144,00	-22.177.144,00	-22.177.144,00
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Recitas de Transferências	-12.632.020,67	-13.379.444,78	-14.160.401,98	-15.266.954,99	-16.650.128,00	-20.752.136,00	-22.177.144,00	-22.177.144,00	-22.177.144,00
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Recitas de Transferências da União	-4.187.119,01	-4.306.597,40	-4.615.084,49	-5.229.661,99	-5.343.528,00	-7.045.136,00	-8.047.144,00	-8.047.144,00	-8.047.144,00
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Recitas de Transferências da União	-4.147.348,97	-4.267.032,80	-4.577.193,28	-5.185.604,11	-5.305.128,00	-7.005.536,00	-8.005.944,00	-8.005.944,00	-8.005.944,00
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-4.142.783,47	-4.262.634,58	-4.571.511,11	-5.179.770,38	-5.300.000,00	-7.000.000,00	-8.000.000,00	-8.000.000,00	-8.000.000,00
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Receita do FPM - FUNDEB	-4.142.783,47	-4.262.634,58	-4.571.511,11	-5.179.770,38	-5.300.000,00	-7.000.000,00	-8.000.000,00	-8.000.000,00	-8.000.000,00
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-4.565,50	-4.398,22	-5.682,17	-5.833,73	-5.128,00	-5.536,00	-5.944,00	-5.944,00	-5.944,00
9.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Dedução de Recella p/ Formação do FUNDEB - ITR	-4.565,50	-4.398,22	-5.682,17	-5.833,73	-5.128,00	-5.536,00	-5.944,00	-5.944,00	-5.944,00
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-39.770,04	-39.564,60	-37.891,21	-44.057,88	-38.400,00	-39.600,00	-41.200,00	-41.200,00	-41.200,00
9.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Ded Rec p/Form do FUNDEB-ICMS-Deson L.C.nº 87/96	-39.770,04	-39.564,60	-37.891,21	-44.057,88	-38.400,00	-39.600,00	-41.200,00	-41.200,00	-41.200,00
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Recitas de Transferência dos Estados	-8.444.901,66	-9.072.847,38	-9.545.317,49	-10.037.293,00	-11.306.600,00	-13.707.000,00	-14.130.000,00	-14.130.000,00	-14.130.000,00
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Recitas de Transferência dos Estados	-8.444.901,66	-9.072.847,38	-9.545.317,49	-10.037.293,00	-11.306.600,00	-13.707.000,00	-14.130.000,00	-14.130.000,00	-14.130.000,00
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-7.220.875,89	-7.696.565,49	-8.115.271,28	-8.438.920,82	-9.460.000,00	-11.500.000,00	-11.860.000,00	-11.860.000,00	-11.860.000,00
9.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ICMS	-7.220.875,89	-7.696.565,49	-8.115.271,28	-8.438.920,82	-9.460.000,00	-11.500.000,00	-11.860.000,00	-11.860.000,00	-11.860.000,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Recella para Formação do FUNDEB - IPVA	-1.084.288,25	-1.251.303,24	-1.304.827,85	-1.459.383,96	-1.700.000,00	-2.060.000,00	-2.120.000,00	-2.120.000,00	-2.120.000,00
9.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Dedução de Recella para Formação do FUNDEB - IPVA	-1.084.288,25	-1.251.303,24	-1.304.827,85	-1.459.383,96	-1.700.000,00	-2.060.000,00	-2.120.000,00	-2.120.000,00	-2.120.000,00
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPIExp p/ Formação FUNDEB	-139.737,52	-124.978,65	-125.218,36	-138.988,22	-146.600,00	-147.000,00	-150.000,00	-150.000,00	-150.000,00
9.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Ded Cota Parte IPIExp p/ Formação FUNDEB - IPI E	-139.737,52	-124.978,65	-125.218,36	-138.988,22	-146.600,00	-147.000,00	-150.000,00	-150.000,00	-150.000,00
9.1.9.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.474,31	-1.728,39	-3.116,58	-1.932,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.1.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.474,31	-1.728,39	-2.832,06	-1.932,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.1.3.11.01.00.00.00	Ded. Multas/Juros Mora da Div. Alíva IPTU - Livre	0,00	0,00	-48,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Ded. Multas/Juros Mora Div. Alíva IPTU - 25% Educ	0,00	0,00	-23,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Ded. Multas/Juros Mora Div. Alíva IPTU - 15% Saúde	0,00	0,00	-20,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.1.9.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.474,31	-1.728,39	-2.738,88	-1.932,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Dedução Multas	-1.474,31	-1.728,39	-2.738,88	-1.932,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.1.9.15.01.00.00.00	Dedução - Multas Lombadas eletrônicas	0,00	0,00	-172,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.1.9.15.02.00.00.00	Dedução - Multas de Transito - Conv. SSP/Transito	-1.474,31	-1.728,39	-2.566,49	-1.932,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.1.9.15.02.01.00.00	Dedução Multas de Transito Conv. SSP/Transito	0,00	0,00	0,00	-1.932,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Dedução Recita Dívida Alíva - IPTU - Rec.Livres	0,00	0,00	-149,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Dedução Rec. Div. Alíva do IPTU - 25% Educação	0,00	0,00	-71,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Dedução Rec. Div. Alíva do IPTU - 15% Saúde	0,00	0,00	-64,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		122.580.559,64	143.546.032,32	139.162.838,06	188.075.314,10	185.823.012,00	204.632.584,00	219.616.646,00	219.616.646,00	219.616.646,00
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE										
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	16.830.524,76	20.213.977,18	17.264.743,88	22.262.595,00	22.250.975,00	22.338.200,00	22.213.900,00	22.213.900,00	22.213.900,00



## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 10/16

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2011	2012	2013			2016	2017
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE								
4.17.2.1.33.13.20.00.00	Vigilância Sanitária	43.459,92	43.459,92	28.973,30	50.000,00	45.000,00	46.000,00	47.000,00
4.17.2.1.33.13.20.15.00	Vigilância Sanitária	43.459,92	43.459,92	28.973,30	50.000,00	45.000,00	46.000,00	47.000,00
4.17.2.1.33.14.00.00.00	Componente Básico de Assistência Farmacêutica	552.739,85	460.221,40	292.666,05	484.650,00	500.000,00	505.000,00	510.000,00
4.17.2.1.33.14.10.00.00	Componente Básico de Assistência Farmacêutica	422.739,85	390.221,40	292.666,05	484.650,00	500.000,00	505.000,00	510.000,00
4.17.2.1.33.14.10.63.00	Componente Básico de Assistência Farmacêutica	422.739,85	390.221,40	292.666,05	484.650,00	500.000,00	505.000,00	510.000,00
4.17.2.1.33.14.40.01.00	Farmácia Popular do Brasil	130.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.17.2.1.33.15.00.00.00	Qualificação Gestão do SUS	5.000,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
4.17.2.1.33.15.10.00.00	Qualificação Gestão do SUS	5.000,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
4.17.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	3.959.749,80	3.809.328,71	2.134.728,33	3.161.750,00	2.595.200,00	2.635.500,00	2.673.000,00
4.17.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	3.959.749,80	3.809.328,71	2.134.728,33	3.161.750,00	2.595.200,00	2.635.500,00	2.673.000,00
4.17.2.2.33.01.00.00.00	Atenção Farmacêutica	299.187,96	299.187,96	249.323,30	376.950,00	405.000,00	406.000,00	407.000,00
4.17.2.2.33.02.00.00.00	PSF	212.500,00	246.250,00	188.000,00	269.250,00	289.000,00	311.000,00	334.000,00
4.17.2.2.33.04.00.00.00	CEO	43.620,00	51.120,00	44.385,00	50.000,00	79.200,00	79.500,00	80.000,00
4.17.2.2.33.05.00.00.00	Oxigenioterapia	60.052,80	57.267,40	76.247,60	100.000,00	102.000,00	109.000,00	117.000,00
4.17.2.2.33.06.00.00.00	Farmácia Básica Diabetes	37.398,48	37.398,48	31.165,40	50.000,00	0,00	0,00	0,00
4.17.2.2.33.07.00.00.00	Redes de Urgência e Emergência	3.306.990,56	2.656.848,80	1.100.000,00	2.315.550,00	1.200.000,00	1.210.000,00	1.215.000,00
4.17.2.2.33.08.00.00.00	Média e Alta Complexidade	0,00	0,00	429.813,83	0,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00
4.17.2.2.33.09.00.00.00	CAPS	0,00	45.000,00	15.793,20	0,00	0,00	0,00	0,00
4.17.2.2.33.11.00.00.00	Incentivo para Captação de Órgãos	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
4.17.2.2.99.99.00.00.00	Outras Transferências dos Estados - Outros	0,00	416.256,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.19.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	16.652,01	21.830,07	66.782,71	30.000,00	36.000,00	38.000,00	40.000,00
4.19.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	16.652,01	21.830,07	29.342,26	30.000,00	36.000,00	38.000,00	40.000,00
4.19.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	16.652,01	21.830,07	29.342,26	30.000,00	36.000,00	38.000,00	40.000,00
4.19.2.2.07.00.00.00.00	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	9.888,21	16.032,82	19.924,99	20.000,00	21.000,00	22.000,00	23.000,00
4.19.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	6.763,80	5.797,25	9.417,27	10.000,00	15.000,00	16.000,00	17.000,00
4.19.2.2.99.01.00.00.00	Outras Restituições	0,00	0,00	9.417,27	10.000,00	15.000,00	16.000,00	17.000,00
4.19.9.0.21.00.00.00.00	Receta de Seguros decorrente da Indenização por S	0,00	0,00	37.440,45	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	20.000,00	726.383,73	826.493,30	1.800.000,00	1.300.000,00	1.300.000,00	1.100.000,00
4.2.4.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	20.000,00	726.383,73	826.493,30	1.800.000,00	1.300.000,00	1.300.000,00	1.100.000,00
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	20.000,00	726.383,73	826.493,30	800.000,00	1.300.000,00	1.300.000,00	1.100.000,00
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	20.000,00	726.383,73	826.493,30	0,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00
4.2.4.2.1.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sist. Único de Saúde -SUS	20.000,00	586.383,73	826.493,30	0,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00
4.2.4.2.1.01.00.00.00.01	Transf. de Rec. do Sist. Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	826.493,30	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.2.1.01.03.00.00.00	Bloco de Investimento Média e Alta Complexidade	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00
4.2.4.2.1.99.00.00.01.01	Bloco Investimento - UPA	0,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	0,00	0,00	0,00	800.000,00	800.000,00	800.000,00	600.000,00
4.2.4.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	0,00	0,00	0,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	300.000,00
4.2.4.2.2.02.00.00.00.00	Transf. de Recursos Destinados Programas	0,00	0,00	0,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		16.830.524,76	20.213.977,18	17.264.743,88	22.262.695,00	22.250.975,00	22.338.200,00	22.213.900,00
Entidade: 9 - IPRESBS - INST. PREV. SERV. PUB. SAO BENTO DO SUL								
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	0,00	0,00	26.597.656,08	41.986.922,53	51.272.680,00	52.202.559,00	53.546.290,00
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	17.167.734,92	30.025.323,08	39.016.970,00	39.213.130,00	39.631.540,00
4.1.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	5.532.926,25	6.098.318,58	6.859.370,00	6.912.130,00	7.015.540,00
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	5.532.926,25	6.098.318,58	6.859.370,00	6.912.130,00	7.015.540,00
4.1.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib. Previd. do Regime Próprio	0,00	0,00	5.532.926,25	6.098.318,58	6.859.370,00	6.912.130,00	7.015.540,00
4.1.2.1.0.29.07.00.00.00	Contrib. de Servidor Alvo para o RPPS	0,00	0,00	5.510.765,78	6.073.584,74	6.826.120,00	6.878.530,00	6.981.340,00
4.1.2.1.0.29.07.01.00.00	Contribuição Serv. Alvo Civil - Prefeitura	0,00	0,00	3.988.364,36	4.061.720,57	4.550.000,00	4.600.000,00	4.700.000,00
4.1.2.1.0.29.07.02.00.00	Contrib. Serv. Alvo Civil - SAMAE	0,00	0,00	267.047,11	290.924,17	341.000,00	342.000,00	343.000,00
4.1.2.1.0.29.07.03.00.00	Contrib. Serv. Alvo Civil - Câmara	0,00	0,00	28.817,88	37.900,49	37.900,00	38.000,00	38.500,00
4.1.2.1.0.29.07.04.00.00	Contribuição Servidor Alvo Civil - Fundo Saúde.	0,00	0,00	1.074.269,52	1.533.082,51	1.720.000,00	1.721.000,00	1.722.000,00

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 11/16

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2011	2012	2013			2014	2015
Entidade: 9 - IPRESBS - INST. PREV. SERV. PUB. SAO BENTO DO SUL								
4.1.2.1.0.29.07.05.00.00	Contrib. Serv. Ativo Civil - EMHAB	0,00	0,00	33.589,12	34.527,76	38.600,00	38.700,00	38.800,00
4.1.2.1.0.29.07.06.00.00	Contrib. Serv. Ativo Civil - Fund. Cultural	0,00	0,00	75.800,56	82.501,75	98.400,00	98.500,00	98.600,00
4.1.2.1.0.29.07.07.00.00	Contribuição Servidor Ativo Civil - Fund.Desporto.	0,00	0,00	16.290,80	19.718,49	22.200,00	22.300,00	22.400,00
4.1.2.1.0.29.07.08.00.00	Contrib. Serv. Ativo Civil - IPRESBS	0,00	0,00	16.586,43	24.200,00	18.020,00	18.030,00	18.040,00
4.1.2.1.0.29.09.00.00.00	Contrib. de Servidor Inativo Civil	0,00	0,00	8.814,18	9.754,60	16.750,00	17.000,00	17.500,00
4.1.2.1.0.29.11.00.00.00	Contrib. de Pensionista Civil	0,00	0,00	13.346,29	14.979,24	16.500,00	16.600,00	16.700,00
RECEITA PATRIMONIAL								
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	9.799.649,25	23.400.000,00	31.546.600,00	31.680.000,00	31.985.000,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPPS	0,00	0,00	9.799.649,25	23.400.000,00	31.546.600,00	31.680.000,00	31.985.000,00
4.1.3.2.8.10.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPPS Renda Fixa	0,00	0,00	9.541.330,41	22.800.000,00	31.071.600,00	31.200.000,00	31.500.000,00
4.1.3.2.8.20.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos em Renda Variável	0,00	0,00	258.318,84	600.000,00	475.000,00	480.000,00	485.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES								
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	1.835.199,42	527.004,50	611.000,00	621.000,00	631.000,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	0,00	0,00	6.004,50	6.004,50	0,00	0,00	0,00
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Alienação Outr Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	6.004,50	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES								
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	1.835.199,42	521.000,00	611.000,00	621.000,00	631.000,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	Compensações Financeiras entre o Reg Geral e RPPS	0,00	0,00	1.835.199,42	520.000,00	610.000,00	620.000,00	630.000,00
4.1.9.2.2.98.00.00.00.00	Outras Restituições	0,00	0,00	473,27	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.2.2.99.01.00.00.00	Outras Restituições	0,00	0,00	473,27	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.7.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	9.384.921,16	11.916.599,45	12.255.710,00	12.989.429,00	13.914.750,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES								
4.7.2.0.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	9.384.921,16	11.892.599,45	12.220.710,00	12.954.429,00	13.879.750,00
4.7.2.1.0.00.00.00.00.00	Contrib. Previd. do Regime Próprio - Intra-Orçam.	0,00	0,00	9.384.921,16	11.892.599,45	12.220.710,00	12.954.429,00	13.879.750,00
4.7.2.1.0.29.01.00.00.00	Contrib. Patr. Serv. Ativo - Intra-Orçam.	0,00	0,00	7.502.523,43	9.181.049,90	9.167.562,00	9.743.683,00	10.470.245,00
4.7.2.1.0.29.01.01.00.00	Contrib. Patronal Serv. Ativo - Prefeitura	0,00	0,00	5.577.243,27	5.984.659,50	5.744.866,00	6.361.807,00	7.036.556,00
4.7.2.1.0.29.01.02.00.00	Contrib. Patronal Servidor Ativo Civil - SAMAE.	0,00	0,00	388.920,85	536.044,80	568.800,00	603.035,00	639.155,00
4.7.2.1.0.29.01.03.00.00	Contrib. Patronal Serv. Ativo - Câmara	0,00	0,00	42.923,90	68.000,00	73.023,00	81.661,00	91.868,00
4.7.2.1.0.29.01.04.00.00	Contrib. Patronal Servidor Ativo Civil-Fundo Saúde.	0,00	0,00	1.279.663,36	2.348.000,00	2.500.871,00	2.422.350,00	2.422.350,00
4.7.2.1.0.29.01.05.00.00	Contrib. Patronal Serv. Ativo - EMHAB	0,00	0,00	43.063,50	50.178,40	58.105,00	58.890,00	59.675,00
4.7.2.1.0.29.01.06.00.00	Contrib. Serv. Ativo Civil - Fund. Cultural	0,00	0,00	113.356,94	124.092,00	148.089,00	141.336,00	145.262,00
4.7.2.1.0.29.01.07.00.00	Contrib. Patronal Serv. Ativo - Fund. Desportos	0,00	0,00	26.755,79	30.075,20	34.548,00	35.344,00	36.119,00
4.7.2.1.0.29.01.08.00.00	Contrib. Patronal de Servidor Ativo Civil-IPRESBS	0,00	0,00	20.595,82	40.000,00	39.260,00	39.260,00	39.260,00
4.7.2.1.0.29.13.00.00.00	Contribuição Previdenc para Amortiz do DéficitAtu	0,00	0,00	1.882.397,73	2.294.827,47	2.507.848,00	2.665.446,00	2.864.205,00
4.7.2.1.0.29.13.00.01.00	Contrib. p/Cobertura Déficit - PREFEITURA.	0,00	0,00	1.370.233,40	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.2.1.0.29.13.00.02.00	Contrib. p/Cobertura Déficit - SAMAE.	0,00	0,00	101.255,01	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.2.1.0.29.13.00.03.00	Contrib. p/Cobertura Déficit - CÂMARA.	0,00	0,00	10.437,44	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.2.1.0.29.13.00.04.00	Contrib. p/Cobertura Déficit - SAÚDE.	0,00	0,00	350.768,79	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.2.1.0.29.13.00.05.00	Contrib. p/Cobertura Déficit - EMHAB.	0,00	0,00	11.635,46	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.2.1.0.29.13.00.06.00	Contrib. p/Cobertura Déficit - CULTURA.	0,00	0,00	26.143,43	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.2.1.0.29.13.00.07.00	Contrib. p/Cobertura Déficit - FMD.	0,00	0,00	6.506,02	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.2.1.0.29.13.00.08.00	Contrib. p/Cobertura Déficit - IPRESBS.	0,00	0,00	5.418,18	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.2.1.0.29.13.01.00.00	Contrib. Previd. p/Cobertura Déficit - PREFEITURA	0,00	0,00	0,00	1.496.164,87	1.571.544,00	1.740.312,00	1.924.894,00
4.7.2.1.0.29.13.02.00.00	Contrib. p/Cobertura Déficit - SAMAE	0,00	0,00	0,00	134.011,20	155.600,00	164.965,00	174.845,00
4.7.2.1.0.29.13.03.00.00	Contrib. p/Cobertura Déficit - CÂMARA	0,00	0,00	0,00	17.000,00	19.977,00	22.339,00	25.132,00
4.7.2.1.0.29.13.04.00.00	Contrib. p/Cobertura Déficit - SAÚDE	0,00	0,00	0,00	587.000,00	684.129,00	662.650,00	662.650,00
4.7.2.1.0.29.13.05.00.00	Contrib. p/Cobertura Déficit - EMHAB	0,00	0,00	0,00	12.544,60	15.895,00	16.110,00	16.325,00
4.7.2.1.0.29.13.06.00.00	Contrib. p/Cobertura Déficit - Fund. Cultural	0,00	0,00	0,00	31.023,00	40.511,00	38.664,00	39.738,00
4.7.2.1.0.29.13.07.00.00	Contrib. p/Cobertura Déficit - FMD	0,00	0,00	0,00	7.518,80	9.452,00	9.666,00	9.881,00
4.7.2.1.0.29.13.08.00.00	Contrib. p/Cobertura Déficit - IPRESBS	0,00	0,00	0,00	9.565,00	10.740,00	10.740,00	10.740,00
4.7.2.1.0.29.15.00.00.00	Contr. Previd em Regime de Parcelamento de Débitos	0,00	0,00	0,00	416.722,08	545.300,00	545.300,00	545.300,00
4.7.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	24.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00
4.7.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	24.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 12/16

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2011	2012	2013			2016	2017
Entidade: 9 - IPRESBS - INST. PREV. SERV. PUB. SAO BENTO DO SUL								
4.7.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora-Outras Receltas	0,00	0,00	0,00	24.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00
4.7.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	24.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00
4.8.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00
4.8.3.0.0.0.00.00.00.00	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00
4.8.3.0.0.80.00.00.00.00	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00
4.8.3.0.0.90.01.00.00.00	Amortização de Financiamentos de Bens	0,00	0,00	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		0,00	0,00	26.597.656,08	41.986.922,53	51.272.680,00	52.202.559,00	53.546.290,00
Entidade: 10 - EMHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO								
4.0.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS	0,00	0,00	453.387,44	1.576.000,00	1.927.000,00	1.969.000,00	2.011.000,00
4.1.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	390.490,86	611.500,00	147.000,00	151.000,00	155.000,00
4.1.3.0.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	41.389,07	28.000,00	76.000,00	79.000,00	82.000,00
4.1.3.2.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	41.389,07	28.000,00	76.000,00	79.000,00	82.000,00
4.1.3.2.5.0.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	0,00	41.389,07	28.000,00	76.000,00	79.000,00	82.000,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	3.000,00	4.000,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	3.000,00	4.000,00
4.1.3.2.5.01.99.99.00.00	Remun. de Outros Depós Banc Rec. Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	3.000,00	4.000,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. Outros Dep. Banc. Rec. n Vinc.	0,00	0,00	41.389,07	28.000,00	74.000,00	76.000,00	78.000,00
4.1.3.2.5.02.01.00.00.00	Remun. de Outros Depós Banc. Rec. Não Vinc.	0,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00	15.000,00	16.000,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. Outros Dep. Banc. Rec. n Vinc.	0,00	0,00	41.389,07	28.000,00	60.000,00	61.000,00	62.000,00
4.1.9.0.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	349.101,79	583.500,00	71.000,00	72.000,00	73.000,00
4.1.9.1.0.0.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	26.540,73	8.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receltas	0,00	0,00	26.540,73	8.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	26.540,73	8.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00
4.1.9.2.0.0.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	2.000,00	3.000,00
4.1.9.2.2.0.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	2.000,00	3.000,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	2.000,00	3.000,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.99	Outras Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	2.000,00	3.000,00
4.1.9.9.0.99.12.00.00.00	Outras Receltas	0,00	0,00	322.561,06	575.500,00	0,00	0,00	0,00
4.2.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	62.896,58	964.500,00	1.780.000,00	1.856.000,00	1.856.000,00
4.2.2.0.0.0.00.00.00.00	ALIEAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	890.000,00	615.000,00	616.000,00	617.000,00
4.2.2.2.0.0.00.00.00.00	ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	890.000,00	615.000,00	616.000,00	617.000,00
4.2.2.2.5.00.00.00.00.00	Alienação de Imóveis Urbanos	0,00	0,00	0,00	890.000,00	615.000,00	616.000,00	617.000,00
4.2.3.0.0.0.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	62.896,58	74.500,00	565.000,00	584.000,00	603.000,00
4.2.3.0.0.99.00.00.00.00	Amortização de Empréstimos Diversos - EMHAB	0,00	0,00	62.896,58	74.500,00	565.000,00	584.000,00	603.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.00	Amortização de Empréstimos Diversos - EMHAB por Grupos	0,00	0,00	0,00	0,00	565.000,00	584.000,00	603.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.01	Amort. Emprést. - Grupo 1	0,00	0,00	0,00	0,00	28.000,00	29.000,00	30.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.03	Amort. Emprést. - Grupo 3	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	13.000,00	14.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.05	Amort. Emprést. - Grupo 5	0,00	0,00	0,00	0,00	115.000,00	116.000,00	117.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.06	Amort. Emprést. - Grupo 6	0,00	0,00	0,00	0,00	32.000,00	33.000,00	34.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.07	Amort. Emprést. - Grupo 7	0,00	0,00	0,00	0,00	32.000,00	33.000,00	34.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.08	Amort. Emprést. - Grupo 8	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	4.000,00	5.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.10	Amort. Emprést. - Grupo 10	0,00	0,00	0,00	0,00	37.000,00	38.000,00	39.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.12	Amort. Emprést. - Grupo 12	0,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	28.000,00	29.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.13	Amort. Emprést. - Grupo 13	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	13.000,00	14.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.14	Amort. Emprést. - Grupo 14	0,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00	15.000,00	16.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.15	Amort. Emprést. - Grupo 15	0,00	0,00	0,00	0,00	31.000,00	32.000,00	33.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.16	Amort. Emprést. - Grupo 16	0,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00	24.000,00	25.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.17	Amort. Emprést. - Grupo 17	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	3.000,00	4.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.18	Amort. Emprést. - Grupo 18	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	9.000,00	10.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.19	Amort. Emprést. - Grupo 19	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	8.000,00	9.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.20	Amort. Emprést. - Grupo 20	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	51.000,00	52.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.21	Amort. Emprést. - Grupo 21	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	3.000,00	4.000,00
4.2.3.0.0.99.00.01.00.22	Amort. Emprést. - Grupo 22 (COHAB)	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	81.000,00	82.000,00

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 13/16

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Arrecadado			2013	Estimado	LDO	Projeção	
		2011	2012	2016				2017	
Entidade: 10 - EMHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO									
4.2.3.0.0.99.00.01.00.99	Outras Receltas de Empréstimos e Financiamentos Diversos	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	51.000,00	52.000,00	
4.2.5.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00	618.000,00	636.000,00	
4.2.5.0.0.00.00.00.00.00	Rec D Alíva de Amort Empréstimos e Financiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00	618.000,00	636.000,00	
4.2.5.0.0.00.00.01.00.00	Rec. Div. Alíva de Amort. Emprést. e Financ. - EMHAB	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00	618.000,00	636.000,00	
4.2.5.0.0.00.00.01.00.01	Rec. Div. Alíva Amort. Emprést. - Grupo 1	0,00	0,00	0,00	0,00	72.000,00	73.000,00	74.000,00	
4.2.5.0.0.00.00.01.00.03	Rec. Div. Alíva Amort. Emprést. - Grupo 3	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	11.000,00	12.000,00	
4.2.5.0.0.00.00.01.00.04	Rec. Div. Alíva Amort. Emprést. - Grupo 4	0,00	0,00	0,00	0,00	102.000,00	103.000,00	104.000,00	
4.2.5.0.0.00.00.01.00.05	Rec. Div. Alíva Amort. Emprést. - Grupo 5	0,00	0,00	0,00	0,00	145.000,00	146.000,00	147.000,00	
4.2.5.0.0.00.00.01.00.06	Rec. Div. Alíva Amort. Emprést. - Grupo 6	0,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00	23.000,00	24.000,00	
4.2.5.0.0.00.00.01.00.07	Rec. Div. Alíva Amort. Emprést. - Grupo 7	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	41.000,00	42.000,00	
4.2.5.0.0.00.00.01.00.08	Rec. Div. Alíva Amort. Emprést. - Grupo 8	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	3.000,00	4.000,00	
4.2.5.0.0.00.00.01.00.10	Rec. Div. Alíva Amort. Emprést. - Grupo 10	0,00	0,00	0,00	0,00	24.000,00	25.000,00	26.000,00	
4.2.5.0.0.00.00.01.00.12	Rec. Div. Alíva Amort. Emprést. - Grupo 12	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	11.000,00	12.000,00	
4.2.5.0.0.00.00.01.00.13	Amort. Emprést. Div. Alíva - Grupo 13	0,00	0,00	0,00	0,00	26.000,00	27.000,00	28.000,00	
4.2.5.0.0.00.00.01.00.14	Rec. Div. Alíva Amort. Emprést. - Grupo 14	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	9.000,00	10.000,00	
4.2.5.0.0.00.00.01.00.15	Rec. Div. Alíva Amort. Emprést. - Grupo 15	0,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00	23.000,00	24.000,00	
4.2.5.0.0.00.00.01.00.16	Rec. Div. Alíva Amort. Emprést. - Grupo 16	0,00	0,00	0,00	0,00	28.000,00	29.000,00	30.000,00	
4.2.5.0.0.00.00.01.00.17	Rec. Div. Alíva Amort. Emprést. - Grupo 17	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	3.000,00	4.000,00	
4.2.5.0.0.00.00.01.00.18	Rec. Div. Alíva Amort. Emprést. - Grupo 18	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	4.000,00	5.000,00	
4.2.5.0.0.00.00.01.00.19	Rec. Div. Alíva Amort. Emprést. - Grupo 19	0,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	17.000,00	18.000,00	
4.2.5.0.0.00.00.01.00.20	Rec. Div. Alíva Amort. Emprést. - Grupo 20	0,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00	56.000,00	57.000,00	
4.2.5.0.0.00.00.01.00.21	Rec. Div. Alíva Amort. Emprést. - Grupo 21	0,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00	14.000,00	15.000,00	
Total por entidade:		0,00	0,00	453.387,44	1.576.000,00	1.927.000,00	1.968.000,00	2.011.000,00	
Entidade: 12 - SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE									
4.0.0.0.00.00.00.00.00.00	RECEITAS	11.006.193,03	12.175.691,16	11.010.264,56	14.786.743,23	20.913.580,00	22.458.500,00	23.819.000,00	
4.1.0.0.00.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	10.900.513,35	12.006.956,41	10.917.443,80	14.529.422,81	20.648.980,00	22.177.700,00	23.515.300,00	
4.1.1.0.00.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	3.878.000,00	4.396.000,00	4.660.000,00	
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	0,00	0,00	0,00	0,00	3.878.000,00	4.396.000,00	4.660.000,00	
4.1.1.2.2.0.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	3.878.000,00	4.396.000,00	4.660.000,00	
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Publica	0,00	0,00	0,00	0,00	3.878.000,00	4.396.000,00	4.660.000,00	
4.1.3.0.00.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	284.779,21	246.659,41	161.620,14	260.621,15	480.600,00	509.600,00	540.100,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	284.779,21	246.659,41	161.620,14	260.621,15	480.600,00	509.600,00	540.100,00	
4.1.3.2.2.00.00.00.00.00	Dividendos	140,90	104,82	37,48	110,79	200,00	300,00	300,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	284.638,31	246.554,59	161.582,66	260.510,36	480.400,00	509.300,00	539.800,00	
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	35.424,65	37,89	37.346,01	39.500,00	41.900,00	44.400,00	
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	35.424,65	37,89	37.346,01	39.500,00	41.900,00	44.400,00	
4.1.3.2.5.01.99.20.00.00	Remun. Depos. Recursos Oper. Crédito Saneamento	0,00	35.332,08	0,00	37.346,01	39.500,00	41.900,00	44.400,00	
4.1.3.2.5.01.99.99.00.00	Remun. de Outros Depós. Banc. de Rec. Vinculados -	0,00	92,57	37,89	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	284.638,31	211.129,94	161.544,77	223.164,35	440.900,00	467.400,00	495.400,00	
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. de Recursos n Vinculados	284.638,31	211.129,94	161.544,77	223.164,35	440.900,00	467.400,00	495.400,00	
4.1.6.0.00.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	10.449.652,94	11.600.187,37	10.642.282,56	14.102.409,46	16.080.280,00	17.048.600,00	18.077.700,00	
4.1.6.0.0.41.00.00.00.00	Serv. de Captação/Adução/Tra/Res e Dist. de Água	9.198.300,62	10.113.281,21	9.227.901,21	12.176.874,96	13.823.580,00	14.655.700,00	15.541.300,00	
4.1.6.0.0.41.01.00.00.00	Tarifa de Água Residencial	7.230.626,28	7.887.119,79	7.061.055,96	9.133.574,16	10.454.800,00	11.082.100,00	11.747.100,00	
4.1.6.0.0.41.02.00.00.00	Tarifa de Água Comercial	1.239.904,85	1.382.871,97	1.336.419,31	1.748.816,61	1.883.600,00	1.996.700,00	2.116.500,00	
4.1.6.0.0.41.03.00.00.00	Tarifa de Água Industrial	511.154,98	638.695,97	670.499,45	1.065.339,49	1.127.600,00	1.195.300,00	1.267.000,00	
4.1.6.0.0.41.04.00.00.00	Tarifa de Água Poderes Públicos	60.521,30	62.193,93	49.937,16	69.657,20	184.180,00	197.700,00	215.800,00	
4.1.6.0.0.41.05.00.00.00	Ligações de Água	156.093,21	142.399,55	109.989,33	159.487,50	173.400,00	183.900,00	194.900,00	
4.1.6.0.0.42.00.00.00.00	Serv. de Coleta/Transp/Tra/Destin Final do Esgoto	1.081.919,20	1.291.914,67	1.265.731,32	1.676.944,43	1.988.700,00	2.108.300,00	2.234.800,00	
4.1.6.0.0.42.01.00.00.00	Tarifa de Coleta de Esgoto Residencial	870.171,82	1.030.055,14	984.534,55	1.253.661,76	1.516.500,00	1.607.500,00	1.704.000,00	
4.1.6.0.0.42.02.00.00.00	Tarifa de Coleta de Esgoto Comercial	71.374,07	85.745,35	100.478,61	146.034,79	154.400,00	163.700,00	173.500,00	
4.1.6.0.0.42.03.00.00.00	Tarifa de Coleta de Esgoto Industrial	129.870,38	159.566,97	166.970,43	258.715,01	295.600,00	313.400,00	332.200,00	
4.1.6.0.0.42.04.00.00.00	Tarifa de Coleta de Esgoto Poderes Públicos	799,86	5.226,93	5.864,77	5.854,16	8.400,00	9.000,00	9.500,00	
4.1.6.0.0.42.05.00.00.00	Ligações de Esgoto	9.703,07	11.320,28	7.882,96	12.678,71	13.900,00	14.700,00	15.600,00	

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Selção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 14/16  
Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2011	2012	2013			2014	2015
Entidade: 12 - SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE								
4.1.6.0.0.48.00.00.00.00	Serviços de Religamento de Água	92.060,21	96.171,40	80.299,78	137.711,97	147.100,00	156.000,00	165.300,00
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	77.372,91	98.820,09	68.350,25	110.878,10	120.900,00	128.600,00	136.300,00
4.1.6.0.0.99.01.00.00.00	Desligamento de Água/Esgoto	6.079,22	5.926,14	4.704,34	6.637,28	7.800,00	7.800,00	8.300,00
4.1.6.0.0.99.02.00.00.00	Taxa de Expediente	43.722,34	49.444,15	41.219,68	55.377,45	60.200,00	63.900,00	67.700,00
4.1.6.0.0.99.03.00.00.00	Aferição de Hidrômetro	58,01	22,74	13,06	225,47	300,00	400,00	400,00
4.1.6.0.0.99.04.00.00.00	Conservação	8.041,47	11.308,73	11.282,84	12.665,38	13.800,00	14.700,00	15.600,00
4.1.6.0.0.99.05.00.00.00	Atualização do Padrão de Ligação	199,62	199,62	0,00	223,57	300,00	400,00	400,00
4.1.6.0.0.99.06.00.00.00	Análises de Água	907,73	2.487,42	7.601,27	2.785,91	3.100,00	3.300,00	3.500,00
4.1.6.0.0.99.07.00.00.00	Outras Receitas	18.364,52	29.431,29	3.529,06	32.963,04	35.900,00	38.100,00	40.400,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES								
4.1.9.0.0.0.0.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	166.081,20	160.109,63	113.541,10	166.392,20	210.100,00	223.500,00	237.500,00
4.1.9.1.0.0.0.0.00.00.00	Multas e Juros de Mora	94.965,30	100.501,72	89.059,42	101.598,40	139.500,00	147.900,00	156.800,00
4.1.9.1.8.0.0.0.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	79.810,57	93.466,79	89.059,42	101.598,40	139.500,00	147.900,00	156.800,00
4.1.9.1.8.99.0.0.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora.	79.810,57	93.466,79	89.059,42	101.598,40	139.500,00	147.900,00	156.800,00
4.1.9.1.9.60.0.0.00.00.00	Multa por infração à Legislação de Licitação	15.154,73	7.034,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.2.0.0.0.0.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	38.600,36	39.258,10	17.148,67	42.673,55	46.500,00	49.400,00	52.300,00
4.1.9.2.1.0.0.00.00.00	INDENIZAÇÕES	1.220,98	2.521,62	0,00	2.741,00	3.000,00	3.200,00	3.400,00
4.1.9.2.1.99.0.0.00.00.00	Outras Indenizações	1.220,98	2.521,62	0,00	2.741,00	3.000,00	3.200,00	3.400,00
4.1.9.2.2.99.0.0.00.00.00	RESTITUIÇÕES	37.379,38	36.736,48	17.148,67	39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00
4.1.9.2.2.99.01.00.00.00	Outras Restituições	37.379,38	36.736,48	17.148,67	39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00
RECEITA DA DIVIDUATIVA								
4.1.9.3.0.0.0.0.00.00.00	Recelita da Dívida Ativa não tributária	32.515,54	19.174,89	7.333,01	20.843,11	22.700,00	24.700,00	26.800,00
4.1.9.3.2.99.0.0.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	32.515,54	19.174,89	7.333,01	20.843,11	22.700,00	24.700,00	26.800,00
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec.Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	32.515,54	19.174,89	7.333,01	20.843,11	22.700,00	24.700,00	26.800,00
RECEITAS DIVERSAS								
4.1.9.9.0.0.0.0.00.00.00	Outras Recelitas	0,00	1.174,92	0,00	1.277,14	1.400,00	1.500,00	1.600,00
4.1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Recelitas - SAMAE	0,00	1.174,92	0,00	1.277,14	1.400,00	1.500,00	1.600,00
4.1.9.9.0.99.11.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	57.300,00	0,00	62.285,10	67.900,00	72.100,00	76.400,00
4.2.0.0.0.0.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	57.300,00	0,00	62.285,10	67.900,00	72.100,00	76.400,00
4.2.2.0.0.0.0.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	57.300,00	0,00	62.285,10	67.900,00	72.100,00	76.400,00
4.2.2.1.0.0.0.00.00.00	Alienação de Veículos	0,00	49.938,87	0,00	54.283,55	59.100,00	62.700,00	66.500,00
4.2.2.1.5.00.00.00.00.23	Alienação de Veículos Diversos	0,00	49.938,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.2.1.5.00.01.00.00.00	Alienação de Veículos Diversos	0,00	0,00	0,00	54.283,55	59.100,00	62.700,00	66.500,00
4.2.2.1.6.00.00.00.00.00	Alienação de Móveis e Utensílios	0,00	5.385,59	0,00	5.854,14	6.400,00	6.800,00	7.200,00
4.2.2.1.6.00.00.00.00.23	Alienação de Móveis e Utensílios Diversos.	0,00	5.385,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.2.1.6.00.01.00.00.00	Alienação de Móveis e Utensílios Diversos	0,00	0,00	0,00	5.854,14	6.400,00	6.800,00	7.200,00
4.2.2.1.7.00.00.00.00.00	Alienação de Equipamentos	0,00	1.975,54	0,00	2.147,41	2.400,00	2.600,00	2.700,00
4.2.2.1.7.00.00.00.00.23	Alienação de Equipamentos de Informática	0,00	1.975,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.2.1.7.00.01.00.00.00	Alienação de Equipamento de Informática	0,00	0,00	0,00	2.147,41	2.400,00	2.600,00	2.700,00
4.7.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	105.679,68	111.434,75	92.820,76	195.035,32	196.700,00	208.700,00	227.300,00
RECEITA DE SERVIÇOS								
4.7.6.0.0.0.0.00.00.00	Serv. Captação, Adução, Trat. Res. Distrib. Água	105.679,68	111.434,75	92.820,76	195.035,32	196.700,00	208.700,00	227.300,00
4.7.6.0.0.41.00.00.00.00	Tarifa de Água Poderes Públicos	92.821,14	97.742,50	81.261,67	179.700,00	180.000,00	190.900,00	208.500,00
4.7.6.0.0.41.04.00.00.00	Tarifa de Água Poderes Públicos	92.821,14	97.742,50	81.261,67	179.700,00	180.000,00	190.900,00	208.500,00
4.7.6.0.0.42.00.00.00.00	Serv. de Coleta, Transp., Trat. e Dest. Final Res.	12.858,54	13.692,25	11.559,09	15.335,32	16.700,00	17.800,00	18.800,00
4.7.6.0.0.42.04.00.00.00	Tarifa de Coleta de Esgoto Poderes Públicos	12.858,54	13.692,25	11.559,09	15.335,32	16.700,00	17.800,00	18.800,00
9.1.6.0.0.41.01.00.00.00	Tarifa de Água Residencial	-384,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Dedução - Outras Multas e Juros de Mora	-341,65	-3.637,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.1.9.60.00.00.00.00	Ded. de Multa de Infração à Legislação de Licitação	-5.791,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		10.999.675,80	12.172.053,36	11.010.264,56	14.786.743,23	20.913.560,00	22.456.500,00	23.819.000,00
Entidade: 13 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS								
4.0.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS	169.084,61	190.765,74	96.839,16	1.745.500,00	1.787.000,00	1.792.500,00	1.798.000,00
4.1.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	169.084,61	190.765,74	96.839,16	1.745.500,00	1.787.000,00	1.792.500,00	1.798.000,00
4.1.3.0.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	79.252,18	81.868,74	16.273,06	22.500,00	9.000,00	9.500,00	10.000,00

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 15/16

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2011	2012	2013			2016	2017
Entidade: 13 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS								
4.1.32.0.00.00.00.00	RECETAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	74.230,46	75.174,82	11.575,04	16.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.32.5.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	74.230,46	75.174,82	11.575,04	16.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.32.5.01.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	0,00	0,00	15.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.32.5.01.99.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	0,00	0,00	15.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.32.5.01.99.98.00	Remun. de Outros Dep. de Rec. Vinc.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.32.5.01.99.99.00	Remun. de Outros Dep. Banc. de Rec. Vinculados	0,00	0,00	0,00	15.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.32.5.02.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	74.230,46	75.174,82	11.575,04	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.32.5.02.99.00.00	Remun. de Outros Dep. de Rec. não Vinc.	74.230,46	75.174,82	11.575,04	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.32.5.02.99.01.00	Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. NÃO VINCULADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.33.0.00.00.00.00	RECETA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	5.021,72	6.693,92	4.698,02	6.500,00	7.000,00	7.500,00	8.000,00
4.1.33.3.00.00.00.00	Rec. Concessões e Permissões - Dir. Uso Bens Públic	5.021,72	6.693,92	4.698,02	6.500,00	7.000,00	7.500,00	8.000,00
4.1.33.3.01.00.00.00	Rec de Concessão de Direito Real Uso Área Pública	5.021,72	6.693,92	4.698,02	6.500,00	7.000,00	7.500,00	8.000,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00	RECETA DE SERVIÇOS	71.359,00	101.172,75	79.482,00	120.000,00	125.000,00	130.000,00	135.000,00
4.1.6.00.19.00.00.00	Serv. Recreativos e Culturais	71.359,00	101.172,75	79.482,00	120.000,00	125.000,00	130.000,00	135.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	1.600.000,00	1.650.000,00	1.650.000,00	1.650.000,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	1.600.000,00	1.650.000,00	1.650.000,00	1.650.000,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	0,00	0,00	0,00	1.600.000,00	1.650.000,00	1.650.000,00	1.650.000,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00	Outras Transferências da União	0,00	0,00	0,00	1.600.000,00	1.650.000,00	1.650.000,00	1.650.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	18.473,43	7.724,25	1.084,10	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00
4.1.9.0.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	1.084,10	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	1.084,10	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	1.084,10	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.2.2.07.00.00.00	Outras Restituições	0,00	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00	Outras Restituições	0,00	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.9.2.2.99.01.00.00	Outras Restituições	0,00	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00	RECETAS DIVERSAS	18.473,43	7.724,25	1.084,10	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.9.00.00.00.00	Outras Receltas	18.473,43	7.724,25	1.084,10	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.9.0.99.12.00.00	Outras Receltas - Diversas - PMSBS	18.473,43	7.724,25	1.084,10	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Total por entidade:		169.084,61	190.765,74	96.839,16	1.745.500,00	1.787.000,00	1.792.500,00	1.798.000,00
Entidade: 14 - FUNDACAO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL								
4.0.0.0.00.00.00.00	RECETAS	151.967,96	119.436,92	8.280,90	887.000,00	2.233.000,00	2.724.000,00	2.722.500,00
4.1.0.0.00.00.00.00	RECETAS CORRENTES	151.967,96	119.436,92	8.280,90	672.000,00	1.259.000,00	1.583.000,00	1.790.500,00
4.1.3.0.00.00.00.00	RECETA PATRIMONIAL	14.409,31	12.865,11	0,00	6.000,00	18.000,00	23.000,00	25.000,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00	RECETAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	14.409,31	12.865,11	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	14.409,31	12.865,11	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	3.020,32	4.205,09	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários Vinculados	3.020,32	4.205,09	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.99.01.00	Remun. Depos. Banc. Conta Vinculada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.06.00	Remun. de Outros Depos. Banc. de Rec. Vinc CONV.	3.020,32	4.205,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	11.388,99	8.660,02	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00	Remun. de Outros Dep. de Rec. não Vinc.	11.388,99	8.660,02	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.3.2.5.02.99.01.00	Rem. Outros Dep. Banc. Rec. Não Vinc. 1	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.02.99.02.00	Rem. Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. 2	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.3.0.00.00.00.00	RECETA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0,00	0,00	0,00	6.000,00	15.000,00	20.000,00	22.000,00
4.1.3.3.3.00.00.00.00	Rec. Concessões e Permissões - Dir. Uso Bens Públic	0,00	0,00	0,00	6.000,00	15.000,00	20.000,00	22.000,00
4.1.3.3.3.01.00.00.00	Rec de Concessão de Direito Real Uso Área Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	10.000,00	10.000,00
4.1.3.3.3.02.00.00.00	Rec de Outorga de Dir. Uso/Explor. de Criação Proteg	0,00	0,00	0,00	6.000,00	7.000,00	11.000,00	12.000,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00	RECETA DE SERVIÇOS	11.138,70	11.329,22	8.280,90	13.000,00	14.000,00	15.000,00	17.500,00
4.1.6.00.19.00.00.00	Serviços Recreativos e Culturais	11.138,70	11.329,22	8.280,90	13.000,00	14.000,00	15.000,00	17.500,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	116.042,02	75.199,74	0,00	649.000,00	1.220.000,00	1.537.000,00	1.740.000,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	101.467,00	75.199,74	0,00	444.000,00	1.000.000,00	1.302.000,00	1.480.000,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	0,00	0,00	0,00	379.000,00	900.000,00	1.227.000,00	1.400.000,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00	Outras Transferências da União	0,00	0,00	0,00	379.000,00	900.000,00	1.227.000,00	1.400.000,00
4.1.7.2.2.0.00.00.00	Transferências dos Estados	101.467,00	0,00	0,00	65.000,00	100.000,00	75.000,00	80.000,00

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 16/16

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2011	2012	2013			2016	2017
Entidade: 14 - FUNDACAO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL								
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	101.467,00	0,00	0,00	65.000,00	100.000,00	75.000,00	80.000,00
4.1.7.2.2.99.99.00.00.00	Outras Transf. dos Estados - Outros	101.467,00	0,00	0,00	65.000,00	100.000,00	75.000,00	80.000,00
4.1.7.2.4.99.00.00.18.00	Receita de Patrocínio	0,00	75.199,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.3.0.00.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	14.575,02	0,00	0,00	150.000,00	160.000,00	170.000,00	190.000,00
4.1.7.3.1.00.00.00.00.00	Transf. Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	150.000,00	160.000,00	170.000,00	190.000,00
4.1.7.7.0.00.00.00.00.00	Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	55.000,00	60.000,00	65.000,00	70.000,00
4.1.7.7.2.00.00.00.00.00	Provenientes de Pessoas Jurídicas	0,00	0,00	0,00	55.000,00	60.000,00	65.000,00	70.000,00
4.1.9.0.00.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.377,93	20.042,85	0,00	4.000,00	7.000,00	8.000,00	8.000,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.2.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora das Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.2.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.2.99.01.00.00.00	MJ de Mora de Outras Contrib - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.377,93	20.042,85	0,00	4.000,00	6.000,00	7.000,00	7.000,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	10.377,93	20.042,85	0,00	4.000,00	6.000,00	7.000,00	7.000,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	10.377,93	20.042,85	0,00	4.000,00	6.000,00	7.000,00	7.000,00
4.1.9.2.2.99.01.00.00.00	Outras Restituições	0,00	0,00	0,00	4.000,00	4.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.9.2.2.99.02.00.00.00	Outras Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.2.0.0.00.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	215.000,00	974.000,00	1.141.000,00	932.000,00
4.2.2.0.00.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.2.4.0.00.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	215.000,00	973.000,00	1.140.000,00	931.000,00
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	45.000,00	65.000,00	50.000,00	60.000,00
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	0,00	0,00	0,00	45.000,00	65.000,00	50.000,00	60.000,00
4.2.4.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	0,00	0,00	0,00	45.000,00	65.000,00	50.000,00	60.000,00
4.2.4.3.0.00.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	170.000,00	190.000,00	200.000,00	200.000,00
4.2.4.3.0.01.00.00.00.00	Transf. Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00	190.000,00	200.000,00
4.2.4.3.1.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	728.000,00	900.000,00	671.000,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	0,00	0,00	0,00	0,00	728.000,00	900.000,00	671.000,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	0,00	0,00	0,00	0,00	2.233.000,00	2.724.000,00	2.722.500,00
Total por entidade:		151.967,96	119.436,92	8.280,90	887.000,00	2.233.000,00	2.724.000,00	2.722.500,00
Total geral:		150.731.812,77	176.242.285,52	194.594.010,08	271.320.074,86	286.207.247,00	308.117.343,00	325.727.336,00

FERNANDO TURECK  
Prefeito MunicipalAURIENE ROEPKE  
Secretária de FinançasROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
Contadora

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Funções e Subfunções de Governo (conforme Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/1

Data: 05/12/2014

Funções	Subfunções
1 Legislativa	31 Ação Legislativa
3 Essencial à Justiça	92 Representação Judicial e Extrajudicial
4 Administração	122 Administração Geral
4 Administração	123 Administração Financeira
4 Administração	125 Normatização e Fiscalização
4 Administração	126 Tecnologia da Informatização
4 Administração	128 Formação de Recursos Humanos
4 Administração	129 Administração de Receitas
4 Administração	131 Comunicação Social
4 Administração	302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
6 Segurança Pública	181 Policiamento
6 Segurança Pública	182 Defesa Civil
8 Assistência Social	122 Administração Geral
8 Assistência Social	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
8 Assistência Social	244 Assistência Comunitária
9 Previdência Social	122 Administração Geral
9 Previdência Social	272 Previdência do Regime Estatutário
10 Saúde	301 Atenção Básica
10 Saúde	302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
10 Saúde	304 Vigilância Sanitária
10 Saúde	305 Vigilância Epidemiológica
12 Educação	306 Alimentação e Nutrição
12 Educação	361 Ensino Fundamental
12 Educação	362 Ensino Médio
12 Educação	364 Ensino Superior
12 Educação	365 Educação Infantil
13 Cultura	391 Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico
13 Cultura	392 Difusão Cultural
14 Direitos da Cidadania	422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
15 Urbanismo	122 Administração Geral
15 Urbanismo	451 Infra-Estrutura Urbana
15 Urbanismo	452 Serviços Urbanos
16 Habitação	122 Administração Geral
16 Habitação	482 Habitação Urbana
17 Saneamento	122 Administração Geral
17 Saneamento	512 Saneamento Básico Urbano
18 Gestão Ambiental	541 Preservação e Conservação Ambiental
20 Agricultura	544 Recursos Hídricos
20 Agricultura	606 Extensão Rural
22 Indústria	661 Promoção Industrial
23 Comércio e Serviços	695 Turismo
25 Energia	452 Serviços Urbanos
27 Desporto e Lazer	122 Administração Geral
27 Desporto e Lazer	811 Desporto de Rendimento
27 Desporto e Lazer	812 Desporto Comunitário
28 Encargos Especiais	843 Serviço da Dívida Interna
28 Encargos Especiais	845 Outras Transferências
28 Encargos Especiais	846 Outros Encargos Especiais
99 Reserva de Contingência	997 Reserva do Regime Próprio Previd.do Servidor-RPPS
99 Reserva de Contingência	999 Reserva de Contingência

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária de Finanças

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
Contadora

LEI Nº 3463/2014 1

**LEI Nº 3463, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014**

ALTERA ANEXOS DA LEI Nº 3429, DE 06 DE OUTUBRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

**O PREFEITO MUNICIPAL**

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Ficam alterados os anexos da Lei nº 3429, de 06 de outubro de 2014, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2015 partes integrantes desta lei.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de dezembro de 2014.

**FERNANDO TURECK**  
Prefeito Municipal

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 1/8

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL</b>				
<b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			105.271.587,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		74.261.762,00	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		21.000,00	
3.1.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	21.000,00		
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		66.924.352,00	
3.1.90.01.00.00.00.00	Aposentadorias e Reformas	13.000,00		
3.1.90.03.00.00.00.00	Pensoes	7.000,00		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	61.725.192,00		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	4.079.760,00		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	1.090.400,00		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	9.000,00		
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias		7.316.410,00	
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	7.316.410,00		
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		1.418.000,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.278.000,00	
3.2.90.21.00.00.00.00	Juros sobre a Divida por Contrato	1.150.000,00		
3.2.90.22.00.00.00.00	Outros Encargos sobre a Divida por Contrato	128.000,00		
3.2.91.00.00.00.00.00	Juros sobre a Divida por Contrato		140.000,00	
3.2.91.21.00.00.00.00	Juros sobre a Divida por Contrato	140.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		29.591.825,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		1.335.900,00	
3.3.50.41.00.00.00.00	Contribuicoes	1.192.600,00		
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvencoes Sociais	143.300,00		
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		73.500,00	
3.3.71.70.00.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBL	73.500,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		27.952.825,00	
3.3.90.08.00.00.00.00	Outros Benefícios Assistenciais	52.000,00		
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	75.200,00		
3.3.90.18.00.00.00.00	Auxilio Financeiro a Estudantes	62.600,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	7.349.920,00		
3.3.90.31.00.00.00.00	Premiacoes Culturais,Artist.Cientif.Despor. e Out	11.500,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	2.718.300,00		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	35.200,00		
3.3.90.35.00.00.00.00	Servicos de Consultoria	71.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	516.800,00		
3.3.90.37.00.00.00.00	Locacao de Mao-de-obra	255.100,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	11.033.600,00		
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxilio-Alimentacao	2.556.000,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	1.532.980,00		
3.3.90.48.00.00.00.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	280.000,00		
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentencas Judiciais	1.296.625,00		
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercicios Anteriores	1.000,00		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	105.000,00		
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		196.000,00	
3.3.91.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	153.700,00		
3.3.91.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	42.300,00		
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		33.600,00	
3.3.93.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	33.600,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			37.204.510,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		31.255.510,00	
4.4.50.00.00.00.00.00	Transf. a Instituicoes Privadas s/ Fins Lucrativos		10.200,00	
4.4.50.42.00.00.00.00	Auxílios	10.200,00		
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		10.500,00	
4.4.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	10.500,00		
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		31.234.810,00	
4.4.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0,00		
4.4.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	0,00		

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 2/8

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	26.895.200,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	4.326.610,00		
4.4.90.61.00.00.00.00	Aquisicao de Imoveis	13.000,00		
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS		3.000,00	
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		3.000,00	
4.5.90.61.00.00.00.00	Aquisicao de Imoveis	3.000,00		
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA		5.946.000,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		5.400.000,00	
4.6.90.71.00.00.00.00	Principal da Divida Contratual Resgatado	5.400.000,00		
4.6.91.00.00.00.00.00	Aplic. Direta entre Órgãos		546.000,00	
4.6.91.71.00.00.00.00	Principal de Divida Contratual Resgatado	546.000,00		
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			300.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		300.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		300.000,00	
9.9.99.99.00.00.00.00	Reserva de Contingencia	300.000,00		
<b>Total das despesas:</b>				<b>142.776.097,00</b>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
3.0.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO			45.116.915,00
3.5.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO		45.116.915,00	
3.5.1.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO		45.116.915,00	
3.5.1.2.0.00.00.00.00.000000	Transferência Financeira Concedida	45.116.915,00		
3.5.1.2.1.00.00.00.00.000000	Transferência Financeira Concedida	45.116.915,00		
3.5.1.2.1.10.00.00.00.000000	Transferência Financeira Concedida	45.116.915,00		
<b>Total das transferências:</b>				<b>45.116.915,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>187.893.012,00</b>
<b>Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			49.964.850,00
3.1.00.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		23.634.175,00	
3.1.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		20.449.175,00	
3.1.90.04.00.00.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado	1.405.000,00		
3.1.90.11.00.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	17.675.175,00		
3.1.90.13.00.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	980.000,00		
3.1.90.16.00.00.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	388.000,00		
3.1.90.94.00.00.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	1.000,00		
3.1.91.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias		3.185.000,00	
3.1.91.13.00.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	3.185.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00.00	Transferencias a Uniao		26.330.675,00	
3.3.50.00.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		180.000,00	
3.3.50.41.00.00.00.00.00	Contribuicoes	180.000,00		
3.3.71.00.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		475.000,00	
3.3.71.70.00.00.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBL	475.000,00		
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		25.654.675,00	
3.3.90.14.00.00.00.00.00	Diarias - Civil	185.500,00		
3.3.90.18.00.00.00.00.00	Auxilio Financeiro a Estudantes	25.000,00		
3.3.90.30.00.00.00.00.00	Material de Consumo	2.249.325,00		
3.3.90.31.00.00.00.00.00	Premiacoes Culturais,Artist.Cientif.Despor. e Out	85.000,00		
3.3.90.32.00.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	2.505.500,00		
3.3.90.33.00.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	735.000,00		
3.3.90.35.00.00.00.00.00	Servicos de Consultoria	15.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	120.000,00		
3.3.90.37.00.00.00.00.00	Locacao de Mao-de-obra	40.000,00		
3.3.90.38.00.00.00.00.00	Arrendamento Mercantil	0,00		
3.3.90.39.00.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	18.544.350,00		
3.3.90.46.00.00.00.00.00	Auxilio-Alimentacao	1.086.000,00		

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 3/8

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	13.000,00		
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	50.000,00		
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	1.000,00		
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		21.000,00	
3.3.91.39.00.00.00.00	Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	21.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			2.022.300,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		2.022.300,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		2.022.300,00	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	1.481.500,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	540.800,00		
<b>Total das despesas:</b>				<b>51.987.150,00</b>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
3.0.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO			70.000,00
3.5.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO		70.000,00	
3.5.1.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO		70.000,00	
3.5.1.2.0.00.00.00.00.000000	Transferência Financeira Concedida	70.000,00		
3.5.1.2.1.00.00.00.00.000000	Transferência Financeira Concedida	70.000,00		
3.5.1.2.1.10.00.00.00.000000	Transferência Financeira Concedida	70.000,00		
<b>Total das transferências:</b>				<b>70.000,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>52.057.150,00</b>
<b>Entidade: 9 - IPRESBS - INST. PREV. SERV. PUB. SAO BENTO DO SUL</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			17.201.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		16.337.000,00	
3.1.20.00.00.00.00.00.00	Compensações ao RGPS		5.000,00	
3.1.20.98.00.00.00.00.00	Compensações ao RGPS	5.000,00		
3.1.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		16.282.000,00	
3.1.90.01.00.00.00.00.00	Aposentadorias e Reformas	10.032.000,00		
3.1.90.03.00.00.00.00.00	Pensoes	3.239.000,00		
3.1.90.05.00.00.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	2.251.000,00		
3.1.90.11.00.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	700.000,00		
3.1.90.13.00.00.00.00.00	Obrigações Patronais	55.000,00		
3.1.90.16.00.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	5.000,00		
3.1.91.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias		50.000,00	
3.1.91.13.00.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	50.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		864.000,00	
3.3.20.00.00.00.00.00.00	Transferências a União		0,00	
3.3.20.01.00.00.00.00.00	Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	0,00		
3.3.20.03.00.00.00.00.00	Pensões	0,00		
3.3.50.00.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu		1.000,00	
3.3.50.41.00.00.00.00.00	Contribuições	1.000,00		
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		860.000,00	
3.3.90.09.00.00.00.00.00	Salário-Família	0,00		
3.3.90.14.00.00.00.00.00	Diárias - Civil	20.000,00		
3.3.90.18.00.00.00.00.00	Auxílio Financeiro a Estudantes	8.000,00		
3.3.90.30.00.00.00.00.00	Material de Consumo	50.000,00		
3.3.90.33.00.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	10.000,00		
3.3.90.35.00.00.00.00.00	Serviços de Consultoria	45.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	40.000,00		
3.3.90.37.00.00.00.00.00	Locação de Mão-de-obra	40.000,00		
3.3.90.39.00.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	100.000,00		
3.3.90.46.00.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	20.000,00		
3.3.90.47.00.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	15.000,00		
3.3.90.91.00.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	500.000,00		
3.3.90.93.00.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	12.000,00		

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 4/8

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 9 - IPRESBS - INST. PREV. SERV. PUB. SAO BENTO DO SUL</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		3.000,00	
3.3.91.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.000,00		
3.3.91.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	1.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			180.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		180.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		180.000,00	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	50.000,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	130.000,00		
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			36.853.680,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		36.853.680,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		36.853.680,00	
9.9.99.99.00.00.00.00	Reserva de Contingencia	36.853.680,00		
<b>Total das despesas:</b>				<b>54.234.680,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>54.234.680,00</b>
<b>Entidade: 10 - EMHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.586.500,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.036.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		962.000,00	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	865.000,00		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	88.000,00		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	8.000,00		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	1.000,00		
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias		74.000,00	
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op. Intra-Orçamentárias	74.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		550.500,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		547.000,00	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	3.000,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	25.000,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	55.000,00		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	1.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	10.000,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	416.000,00		
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxilio-Alimentacao	31.000,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	3.000,00		
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentencas Judiciais	3.000,00		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	0,00		
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		3.500,00	
3.3.91.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.000,00		
3.3.91.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	500,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			5.029.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		4.879.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		4.879.000,00	
4.4.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	56.000,00		
4.4.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	130.000,00		
4.4.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	10.000,00		
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	4.246.000,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	17.000,00		
4.4.90.61.00.00.00.00	Aquisicao de Imoveis	400.000,00		
4.4.90.93.00.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	20.000,00		
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS		150.000,00	
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		150.000,00	
4.5.90.61.00.00.00.00	Aquisicao de Imoveis	0,00		

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 5/8

Data: 05/12/2014

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 10 - EMHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.5.90.66.00.00.00.00	Concessao de Empréstimos e Financiamentos	150.000,00		
<b>Total das despesas:</b>				<b>6.615.500,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>6.615.500,00</b>
<b>Entidade: 12 - SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			16.157.950,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		5.392.400,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		4.668.000,00	
3.1.90.08.00.00.00.00	Outros Benefícios Assistenciais	0,00		
3.1.90.09.00.00.00.00	Salario-Familia	0,00		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	3.992.700,00		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	66.200,00		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	534.900,00		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	74.200,00		
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias		724.400,00	
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op. Intra-Orçamentárias	724.400,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		10.765.550,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		32.100,00	
3.3.50.41.00.00.00.00	Contribuicoes	32.100,00		
3.3.70.00.00.00.00.00	Transf. a Instituicoes Multigovernament. Nacionais		50.100,00	
3.3.70.41.00.00.00.00	Contribuicoes	50.100,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		10.523.650,00	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	45.500,00		
3.3.90.18.00.00.00.00	Auxilio Financeiro a Estudantes	15.900,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	1.936.700,00		
3.3.90.31.00.00.00.00	Premiacoes Culturais,Artist.Cientif.Despor. e Out	15.100,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	21.100,00		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	26.900,00		
3.3.90.35.00.00.00.00	Servicos de Consultoria	169.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	32.100,00		
3.3.90.37.00.00.00.00	Locacao de Mao-de-obra	905.100,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	6.602.450,00		
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxilio-Alimentacao	368.200,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	236.800,00		
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentencas Judiciais	102.900,00		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	45.900,00		
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		159.700,00	
3.3.91.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	159.700,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			2.698.630,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		2.669.230,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.669.230,00	
4.4.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	600.100,00		
4.4.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	5.000,00		
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	1.458.180,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	576.550,00		
4.4.90.61.00.00.00.00	Aquisicao de Imoveis	29.400,00		
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS		29.400,00	
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		29.400,00	
4.5.90.61.00.00.00.00	Aquisicao de Imoveis	29.400,00		
<b>Total das despesas:</b>				<b>18.856.580,00</b>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
3.0.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO			2.057.000,00
3.5.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO		2.057.000,00	
3.5.1.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO		2.057.000,00	
3.5.1.2.0.00.00.00.00.000000	Transferência Financeira Concedida	2.057.000,00		

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

Página: 6/8  
 Data: 05/12/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 12 - SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE</b>				
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
3.5.1.2.1.00.00.00.00.000000	Transferência Financeira Concedida	2.057.000,00		
<b>Total das transferências:</b>				<b>2.057.000,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>20.913.580,00</b>
<b>Entidade: 13 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			3.576.140,00
3.1.00.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		948.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		904.000,00	
3.1.90.11.00.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	745.000,00		
3.1.90.13.00.00.00.00.00	Obrigações Patronais	130.000,00		
3.1.90.16.00.00.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	28.000,00		
3.1.90.94.00.00.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	1.000,00		
3.1.91.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias		44.000,00	
3.1.91.13.00.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	44.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		2.628.140,00	
3.3.50.00.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		405.000,00	
3.3.50.41.00.00.00.00.00	Contribuicoes	405.000,00		
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.213.140,00	
3.3.90.14.00.00.00.00.00	Diarias - Civil	12.000,00		
3.3.90.18.00.00.00.00.00	Auxilio Financeiro a Estudantes	6.000,00		
3.3.90.30.00.00.00.00.00	Material de Consumo	902.000,00		
3.3.90.31.00.00.00.00.00	Premiacoes Culturais,Artist.Cientif.Despor. e Out	35.000,00		
3.3.90.32.00.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	67.000,00		
3.3.90.33.00.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	1.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	32.000,00		
3.3.90.37.00.00.00.00.00	Locacao de Mao-de-obra	12.500,00		
3.3.90.39.00.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	348.000,00		
3.3.90.46.00.00.00.00.00	Auxilio-Alimentacao	20.500,00		
3.3.90.47.00.00.00.00.00	Obrigações Tributarias e Contributivas	45.000,00		
3.3.90.48.00.00.00.00.00	Outros Auxilios Financeiros a Pessoas Fisicas	732.140,00		
3.3.91.00.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		10.000,00	
3.3.91.39.00.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			1.007.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		1.007.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.007.000,00	
4.4.90.51.00.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	1.002.000,00		
4.4.90.52.00.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	5.000,00		
<b>Total das despesas:</b>				<b>4.583.140,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>4.583.140,00</b>
<b>Entidade: 14 - FUNDACAO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			2.518.100,00
3.1.00.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.568.600,00	
3.1.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.380.000,00	
3.1.90.11.00.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.300.000,00		
3.1.90.13.00.00.00.00.00	Obrigações Patronais	67.000,00		
3.1.90.16.00.00.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	12.000,00		
3.1.90.94.00.00.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	1.000,00		
3.1.91.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias		188.600,00	
3.1.91.13.00.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	188.600,00		
3.3.00.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		949.500,00	
3.3.50.00.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		180.000,00	
3.3.50.41.00.00.00.00.00	Contribuicoes	180.000,00		
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		767.500,00	
3.3.90.14.00.00.00.00.00	Diarias - Civil	2.000,00		

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

Página: 7/8  
 Data: 05/12/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 14 - FUNDACAO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	107.000,00		
3.3.90.31.00.00.00.00	Premiacoes Culturais,Artist.Cientif.Despor. e Out	23.500,00		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	1.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	143.000,00		
3.3.90.37.00.00.00.00	Locacao de Mao-de-obra	28.000,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	376.000,00		
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxilio-Alimentacao	72.000,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	15.000,00		
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		2.000,00	
3.3.91.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			1.836.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		1.816.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.816.000,00	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	1.705.000,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	111.000,00		
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS		20.000,00	
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		20.000,00	
4.5.90.61.00.00.00.00	Aquisicao de Imoveis	20.000,00		
<b>Total das despesas:</b>				<b>4.354.100,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>4.354.100,00</b>
<b>Entidade: 15 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			2.686.500,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		2.404.500,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.311.500,00	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.925.500,00		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	380.000,00		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	6.000,00		
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias		93.000,00	
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	93.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		282.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		277.000,00	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	30.000,00		
3.3.90.18.00.00.00.00	Auxilio Financeiro a Estudantes	5.000,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	50.000,00		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	10.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	10.000,00		
3.3.90.37.00.00.00.00	Locacao de Mao-de-obra	100.000,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	50.000,00		
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxilio-Alimentacao	20.000,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	2.000,00		
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		5.000,00	
3.3.91.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			113.500,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		113.500,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		113.500,00	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	83.500,00		

**Estado de Santa Catarina**

Página: 8/8

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

Data: 05/12/2014

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 15 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	30.000,00		
			<b>Total das despesas:</b>	<b>2.800.000,00</b>
			<b>Total da entidade:</b>	<b>2.800.000,00</b>
			<b>Total geral das transferências:</b>	<b>47.243.915,00</b>
			<b>Total geral das despesas:</b>	<b>286.207.247,00</b>
			<b>Total geral:</b>	<b>333.451.162,00</b>

---

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

---

AURIENE ROEPKE  
Secretária de Finanças

---

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
Contadora

# São José

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 143/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 143/2014 - PR 050/2014

- Processo 171/2014 - Fornecedores: I - RODOVIÁRIA SANTA TEREZINHA AG. VIAGENS E TURISMO LTDA; e II - LAZERTUR TURISMO E LOCAÇÕES LTDA - ME. Objeto: Registro de preços para eventual prestação de serviços de locação de ônibus, micro-ônibus e van para transporte de atletas da Fundação Municipal de Esporte e Lazer nas competições esportivas. Valor por Fornecedor: I - R\$620.800,00 (seiscentos e vinte mil e oitocentos reais); e II - R\$121.852,80 (cento e vinte e um mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e oitenta centavos). Valor Total: R\$742.652,80 - setecentos e quarenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e oitenta centavos. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 05 de novembro de 2014. Vera Suely de Andrade / Diretora de Compras.

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 146/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 146/2014 - PE 066/2014

- Processo 198/2014 - Fornecedor: KLEBER VALDENÉSIO DE FÁRIA ME. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual prestação de serviços de instalação de fechaduras (com fornecimento de materiais), cópias de chaves e confecção de carimbos para serem utilizadas pelas Secretarias, Fundos, Fundações e Autarquias do Município de São José/SC. Valor Total: R\$82.296,30 - oitenta e dois mil, duzentos e noventa e seis reais e trinta centavos. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 11 de novembro de 2014. Vera Suely de Andrade / Diretora de Compras.

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 151/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 151/2014 - PR 090/2014

- Processo 245/2014 - Fornecedor: FAMOVESC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - ME. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para eventual aquisição de mobiliário em MDF com finalidade de atender as unidades escolares da rede municipal de ensino de São José/SC. Valor Total: R\$140.000,00 - cento e quarenta mil reais. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 25 de novembro de 2014. Vera Suely de Andrade / Diretora de Compras.

### DECRETO Nº 3513/2014

DECRETO Nº 3513/2014

DEMITE SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, IV, da Lei Orgânica Municipal, do Art. 31 e 160 da Lei N.º 2.248/1991, e,

CONSIDERANDO o relatório final constante nos autos do Processo Administrativo Disciplinar N.º 011/2013 no qual ficou configurado o abandono de emprego;

DECRETA:

Art. 1º - Fica demitido o servidor ALEXSANDRO DA SILVA ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 08 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 3709/2014

DECRETO Nº 3709/2014

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. RAÍSA PIO SILVEIRA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica da Família, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 3710/2014

DECRETO Nº 3710/2014

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. JOÃO PAULO DE OLIVEIRA BRANCO MARTINS para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico, com a carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 3711/2014

DECRETO Nº 3711/2014

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 001/2011;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. LIDIANE RAMOS LEAL para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 3712/2014

DECRETO Nº 3712/2014

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital N.º 001/2013;

DECRETA:

Art.1º- Ficam admitidos os seguintes servidores contratados por processo seletivo, exercentes de funções temporárias:

	Servidor	Função	Secretaria	Carga Horária Contratação
I	Lucimar da Rosa	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Segurança	40h/s
II	Marilusa Horalina da Silva	Agente de Serviços Gerais	Fundação de Esportes	40h/s

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 3713/2014

DECRETO Nº 3713/2014

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, CONFORME EDITAL N.º 002/2013/SMA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, IV da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o disposto no item 1.4 do Edital N.º 002/2013/SMA, que dispõe sobre a prorrogação do Contrato,

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado, por mais um ano, o contrato dos servidores admitidos em conformidade com o Edital N.º 002/2013/2013, conforme segue abaixo:

	Nome	Função	Lotação	Data Admissão
I	ANA PAULA ALTHAUS	Assistente Social	Secretaria de Assistência Social	02/01/2014
II	BÁRBARA CIDRAL DE SOUZA	Assistente Social	Secretaria de Assistência Social	02/01/2014
III	TATIANI DA SILVA LINO	Assistente Social	Secretaria de Assistência Social	02/01/2014
IV	FERNANDA REIS AUGUSTO DA SILVA	Assistente Social	Secretaria de Assistência Social	02/01/2014
V	EMILSON LÚCIO DA SILVA	Psicólogo	Secretaria de Assistência Social	02/01/2014
VI	FABIANA BATTISTI	Psicólogo	Assistência Social	02/01/2014

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT Prefeita Municipal	WALDEMAR BORNHAUSEN NETO Secretário da Administração
---	---

### DECRETO Nº 3714/2014

decreto nº 3.714/2014

FIXA O VALOR DA UNIDADE DE REFERÊNCIA MUNICIPAL - URM PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e considerando a autorização contida no art. 1º da Lei Complementar nº 65/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Para efeitos da Lei Complementar nº 65/2014, fica fixado, para o exercício de 2015, 100 (cem) Unidades de Referência do Município - URM como valor máximo da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

FRANCISCO DE ASSIS MEDEIROS  
Secretário Municipal da Receita

**LEI N.º 5.455 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014**  
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO CAMPEIROS DO CONTINENTE.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO CAMPEIROS DO CONTINENTE", com endereço na Rua Isolete Maria Hinckel Farias, 36, Forquilha, Município de São José, CEP 88106-608, e inscrita no CNPJ sob o nº 10.750.280/0001-09, registrada em 08 de fevereiro de 2012, sob o termo nº 7463, às folhas 163, no Livro A-47, no Registro Civil das Pessoas Naturais, Pessoas Jurídicas e Títulos e Documentos.

Art. 2º - Ficam asseguradas à Entidade as vantagens e os direitos da legislação em vigor.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**LEI N.º 5.456 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014**  
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A UNIÃO CATARINENSE DE ATLETISMO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a "UNIÃO CATARINENSE DE ATLETISMO", com endereço na Avenida Ivo Reis Montenegro, 407, apto 401, Floresta, Município de São José, CEP 88110-618, e inscrita no CNPJ sob o nº 18.991.412/0001-04, registrada em 20 de setembro de 2013, sob o termo nº 8544, às folhas 44, no Livro A-51, no Registro Civil das Pessoas Naturais, e de Interdições e Tutelas, Pessoas Jurídicas e de Títulos e Documentos.

Art. 2º - Ficam asseguradas à Entidade as vantagens e os direitos da legislação em vigor.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**LEI N.º 5.457 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014**  
ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 5.331, DE 10 DE OUTUBRO DE 2013, QUE INSTITUI O PROGRAMA BOLSA-ATLETA MUNICIPAL EM SÃO JOSÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. - Altera a redação da alínea 'd' do Artigo 9º da Lei nº 5.331, de 10 de Outubro de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º. [...]  
[...]"

d) dois pontos por cada participação em competição a nível nacional oficial, organizada ou autorizada por Confederação ligada ao Comitê Olímpico Brasileiro."

Art. 2º. - Inclui Parágrafo Único ao Artigo 14 da Lei nº. 5.331, de 10 de Outubro de 2013, com a seguinte redação:

"Parágrafo Único - Em caso de limitação orçamentária, a Fundação Municipal de Esportes e Lazer poderá se utilizar do critério de proporcionalidade para distribuição das bolsas entre as competições mencionadas nos incisos do Parágrafo Único do Art. 5º desta Lei, o qual consistirá na análise percentual do número de atletas inscritos na competição em ano imediatamente anterior sobre o número de atletas total nas quatro competições."

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**LEI N.º 5.458 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014**  
DENOMINA DE CENTRO DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL ESCOLA DO MAR FLÁVIA SCARPELLI LEITE, O CENTRO DE EDUCAÇÃO LOCALIZADO NO BAIRRO JARDIM SANTIAGO, NESTE MUNICÍPIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. - Fica denominado de "CENTRO DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL ESCOLA DO MAR FLÁVIA SCARPELLI LEITE", localizado à Rua Heriberto Hulse, nº. 01. Bairro Jardim Santiago, neste Município.

Art. 2º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**LEI N.º 5.459 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014**  
ACRESCENTA OS §1º, §2º, §3º, E O §4º AO ARTIGO 66 DA LEI Nº. 2.248 DE 20 DE MARÇO DE 1991 E ALTERA O ARTIGO 84 DA LEI Nº. 2.761, DE 10 DE ABRIL DE 1995

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. - O art. 66 da Lei nº. 2.248, de 20 de março de 1991, passa a vigorar acrescido dos parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º, com a seguinte redação:

"Art.66 - [...]"

§1º - Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério da administração e com reposição de custos, na forma definida em regulamento;

§2º - A modalidade de empréstimo consignado que trata o

parágrafo anterior só poderá ser realizada em instituição bancária oficial, com agência na Cidade de São José;

§3º - O desconto referente aos empréstimos consignados não poderá ultrapassar o limite de 30% da remuneração líquida do servidor;

§4º - Fica limitado o número máximo de 02 (dois) contratos por instituição bancária”.

Art. 2º. - O art. 84 da Lei nº. 2.761, de 10 de abril de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 84 - Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério da administração e com reposição de custos, na forma definida em regulamento”.

Art. 3º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### **LEI N.º 5.460 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014**

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DELEGAR COMPETÊNCIA À AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO DE SANTA CATARINA - AGESAN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. - Fica o Poder Executivo autorizado a delegar competência à AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO DE SANTA CATARINA - AGESAN, em consonância com as Leis Federais 11.445/07, 12.305/10, com o art. 241, da Constituição Federal de 1988 e Lei Complementar Estadual n.º 484/2010, das questões afetas a regulação dos serviços públicos de saneamento básico do Município.

Art. 2º. - Serão delegadas mediante convênio com a AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO DE SANTA CATARINA - AGESAN, as seguintes atribuições relativas aos serviços públicos de saneamento básico:

I - supervisionar, controlar e avaliar as ações e atividades decorrentes do cumprimento da legislação específica relativa ao saneamento básico;

II - fiscalizar a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, incluídos os aspectos contábeis e financeiros e os relativos ao desempenho técnico-operacional;

III - expedir regulamentos de ordem técnica e econômica, visando ao estabelecimento de padrões de qualidade para:

- a) prestação dos serviços;
- b) otimização dos custos;
- c) segurança das instalações; e
- d) atendimento aos usuários.

IV - estabelecer o regime tarifário, de forma a garantir a modicidade das tarifas e o equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços;

V - analisar os custos e o desempenho econômico-financeiro da prestação dos serviços;

VI - aplicar sanções e penalidades ao prestador do serviço, quando, sem motivo justificado, houver descumprimento das diretrizes técnicas e econômicas expedidas pela Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN;

VII - Elaborar estudos para subsidiar a aplicação de recursos financeiros do Estado em obras e serviços de saneamento básico;

VIII - Promover estudos visando ao incremento da qualidade e da eficiência dos serviços prestados e do atendimento a consultas dos usuários, dos prestadores dos serviços e dos entes delegatários;

IX - Manter serviço gratuito de atendimento telefônico para recebimento de reclamações dos usuários, para efeito do disposto no inciso III do caput do art. 21 da Lei Complementar 484/10, sem prejuízo do estabelecimento de outros mecanismos em regulação da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN;

X - Realização de audiências e consultas públicas, para a adição de regulamentos e demais decisões da Agência conforme previsto no regimento interno da AGESAN.

Art. 3º. - Os recursos necessários à execução de regulação e fiscalização, delegados à Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN, relativo às atribuições de que trata o art. 2º supra, proverão da cobrança da Taxa de Fiscalização, sendo de responsabilidade das entidades públicas ou privadas que prestem serviços públicos de saneamento básico o seu pagamento.

Art. 4º. - O Município exigirá, por meio da AGESAN, a ligação obrigatória de toda construção e prédios considerados habitáveis, situados em logradouros que disponham dos serviços, às redes públicas de abastecimento de água potável e de coleta de esgoto, excetuando-se da obrigatoriedade prevista apenas as situações de impossibilidade técnica, que deverão ser justificadas perante os órgãos competentes, sendo que as ligações correrão às expensas dos usuários, nos termos do inciso II, do art. 14, da Lei Estadual n.º 13.517/05.

Art. 5º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### **LEI N.º 5.461 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014**

AUTORIZA EVENTOS DE ARTES MARCIAIS MISTAS - MMA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. - Fica autorizado a realização de eventos de “ARTES MARCIAIS MISTAS (MMA)” na forma desta lei.

Parágrafo Único - Entende-se por “MMA” a modalidade esportiva onde exista o confronto, com regras definidas pelos organizadores do evento, entre praticantes de artes marciais.

Art. 2º - Os eventos deverão ser organizados por, uma entidade autorizada pela Federação Catarinense de Artes Marciais Mistas (FECAMM) órgão competente.

Art. 3º - Os eventos realizados que tiverem o apoio financeiro da Prefeitura Municipal deverão apresentar projetos devidamente aprovados pelo órgão municipal competente, a ser definido pelo executivo, contendo, obrigatoriamente dados referentes a segurança, local a ser realizado, público esperado.

Art. 4º - O projeto para realização do evento deverá ser aprovado pela Federação Catarinense de Artes Marciais - FECAMM, órgão competente que será responsável em contratar a arbitragem central e arbitragem lateral conforme normas da Confederação Brasileira de MMA.

Art. 5º - As despesas decorrentes do disposto nesta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

#### **LEI N.º 5.462 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014**

FICAM AUTORIZADOS OS ÓRGÃOS PÚBLICOS A DISPONIBILIZAREM, NAS ENTRADAS DE GABINETES E SALAS, PLACAS PARA IDENTIFICAÇÃO EM SISTEMA BRAILLE.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam autorizados os órgãos públicos situados neste Município, a disponibilizarem, nas entradas de gabinetes e salas com atendimento ao público, placas de identificação no Sistema Braille, conforme Lei Federal n. 7.853, de 1989.

Art. 2º - Os órgãos públicos também deverão instalar sinalização tátil: como piso tátil, mapa tátil, placas em braile e outros, conforme a NBR9050, a fim de garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência visual e outras necessidades especiais.

Parágrafo Único - A sinalização tátil deverá conter informações de acesso aos órgãos públicos, dos serviços e locais de atendimento dos mesmos, bem como outras informações importantes ao público.

Art. 3º - Os órgãos públicos terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação desta, para se adaptarem ao estabelecido nos artigos anteriores.

Art. 4º - Caberá ao órgão competente do Poder Público Municipal a fiscalização das determinações desta Lei.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal em São José (SC), 17 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

#### **PORTARIA Nº 014/2014**

PORTARIA Nº 014/2014

Prorrogação da Portaria 010/2014 e 012/2014

O Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições previstas no Decreto nº 30.431/2009, prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pela Portaria n.º 010/2014, de 28 de agosto de 2014, pelo prazo de 60 (sessenta dias) a contar do dia 24 de dezembro de 2014, em conformidade com o art. 182 da Lei n.º 2.248/1991.

São José, 18 de dezembro de 2014.

Clóvis Renato Squio

Procurador Geral do Município

#### **PORTARIA Nº 015/2014**

PORTARIA Nº 015/2014

Prorrogação da Portaria nº 011/2014

O Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições previstas no Decreto nº 30.431/2009, prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pela Portaria n.º 011/2014, de 02 de setembro de 2014, pelo prazo de 60 (sessenta dias) a contar do dia 22 de dezembro de 2014, em conformidade com o art. 182 da Lei n.º 2.248/1991.

São José, 18 de dezembro de 2014.

Clóvis Renato Squio

Procurador Geral do Município

#### **PORTARIA Nº 035/2014 - SSDST**

PORTARIA Nº. 35/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por sua Titular, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 032, de 13 de abril de 2009, Lei 2.248/91 (Estatuto dos Servidores Públicos) e Lei nº 4.144/2004 de 22/04/2004 e Decreto Municipal nº 2.058/2014, de 31 de janeiro de 2014 e Portaria nº 027/2014-SSDST, publicada em 10.11.2014,

CONSIDERANDO que:

- a) Novos documentos foram juntados à Sindicância e necessitam ser analisados por toda a Comissão Sindicante; e
- b) A ampla defesa deve ser preservada;

RESOLVE:

Art. 1º. Conforme estabelece o art. 3º da Portaria nº 27/2014 - SSDST, de 10.11.2014, prorrogar, a pedido do Corregedor da Guarda Municipal de São José, a sindicância nº 007/2014 do Guarda Municipal, matrícula nº 15.728, pelo prazo de mais 30 (trinta) dias, pelos motivos acima expostos.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Andrea Irany Pacheco Rodrigues

Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

#### **RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 035/2014 - HABILITAÇÃO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 035/2014 - HABILITAÇÃO - Processo nº 366/2014 Objeto: Contratação de empresa para execução de muro, sistema sanitário e pintura do centro de Educação Infantil Morar Bem, Serraria - São José/SC. EMPRESAS HABILITADAS: CONSTRUTORA DE ANGELO EIRELI EPP; e ASTECA CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. EMPRESA INABILITADA: TNH PRESTADORA DE SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100. Site: [www.pmsj.sc.gov.br](http://www.pmsj.sc.gov.br). Carlos Alfredo Schmidt, Presidente/CPL.

**RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 036/2014 - HABILITAÇÃO**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 036/2014 - HABILITAÇÃO - Processo nº 367/2014 Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços com fornecimento de materiais para pátio coberto, área de recreação e playground-recreação do CEI Vila Formosa, Bairro Forquilha, São José/SC. EMPRESA INABILITADA: TNH PRESTADORA DE SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100. Site: www.pmsj.sc.gov.br. Carlos Alfredo Schmidt, Presidente/CPL.

**RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 031/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 031/2014 - Processo nº 362/2014. Fornecedor: DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: Contratação de empresa de engenharia especializada para execução de serviços de drenagem urbana e execução de parque linear com infraestrutura, equipamentos urbanos e paisagismo no Loteamento Lisboa com fornecimento de materiais e mão de obra, necessários a execução dos serviços. Valor Total: R\$955.909,96 - novecentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e nove reais e noventa e seis centavos. Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras.

**RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 091/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 091/2014 - Processo nº 243/2014. Fornecedores: LISEGRAFF GRÁFICA E EDITORA LTDA; PRIME GRAPHICS COM. E SERV. LTDA - ME; GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO; e PERFIL GRÁFICA E EDITORA LTDA ME. Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de material gráfico, destinados aos programas de atenção básica, DST/AIDS, VISA, VIEP, SAMU, Policlínica e Secretaria de Saúde do Município de São José/SC. Valor Total: R\$186.534,30 - cento e oitenta e seis mil, quinhentos e trinta e quatro reais e trinta centavos. Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras.

**RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2014 - Processo nº 268/2014. Fornecedores: SCHEYLLA DE MENDONÇA ME; HP & E COMERCIAL LTDA EPP; DSM DISTRIB. DE MÓVEIS E SUPRIMENTOS LTDA EPP; TRACTON IND. E COM. CONFECÇÕES LTDA ME; TODT MÓVEIS LTDA EPP; FLEXFORMA COMERCIAL DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA - ME; CSN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA ME; e

NORMELIA LOTTERMANN - EPP. Objeto: Contratação de empresa(s) para fornecimento de materiais permanentes e de consumo para atender os centros de educação infantil e ensino fundamental da rede municipal de ensino de São José/SC. Valor Total: R\$617.836,80 - seiscentos e dezessete mil, oitocentos e trinta e seis reais e oitenta centavos. Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras.

**RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2014 - Processo nº 276/2014. Fornecedor: CONSTRU FORMAS - CONSTRUÇÃO, REPAROS E REFORMAS LTDA - EPP. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para eventual prestação de serviços de mão de obra diversas, destinadas a manutenção preventiva e corretiva nas instalações do centro administrativo da Prefeitura do Município de São José/SC. Valor Total: R\$466.419,40 - quatrocentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e dezenove reais e quarenta centavos. Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras.

**RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2014 - Processo nº 312/2014. Fornecedor: CONSESC & NACIONAL ELEVADORES LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em elevadores da marca OTIS, instalados no centro administrativo da Prefeitura Municipal de São José/SC, com fornecimento de peças. Valor Total: R\$37.596,00 - trinta e sete mil, quinhentos e noventa e seis reais. Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras.

## São José do Cedro

### PREFEITURA

#### **EXTRATO TOMADA DE PREÇO N.123/2014**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC.

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº123/2014.

A Prefeitura Municipal de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, promove Processo Licitatório nº 123/2014, Edital de Tomada de Preço Nº 123/2014, Objeto: Contratação, sob o regime de empreitada por preço global, de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica e pavimentação com pedras irregulares no perímetro urbano do município, com fornecimento de mão-de-obra e materiais necessários à execução dos objetos, conforme projetos, memoriais descritivos e orçamentos anexos. Recurso proveniente do FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios. Recebimento das propostas até às 08:00 horas do dia 07/01/2015. Abertura dos envelopes às 08:00 horas do dia 07/01/2015, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail - [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), pelo telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30.

São José do Cedro.

Antonio Plinio de Castro Silva

Prefeito Municipal.

## São Lourenço do Oeste

### PREFEITURA

#### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/2014, PR Nº 099/2014.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 09/01/2015, às 14:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 099/2014, OBJETO: AQUISIÇÃO DE AGENDAS ESCOLARES PARA ATENDER AOS ALUNOS DAS ESCOLAS BÁSICAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO LETIVO DE 2015. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

## São Miguel da Boa Vista

### PREFEITURA

#### **PROCESSO LICITATÓRIO 60/2014.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2014.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL (REGISTRO DE PREÇOS)  
GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", menor preço por item, para aquisição de PNEUS NOVOS e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:45 horas do dia 06/01/2015. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidas com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta - Feira, horário de expediente, das 07:00 as 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n.º 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

São Miguel da Boa Vista (SC), 19 de dezembro de 2014.  
GILNEI ANTONIO GUTH  
Prefeito Municipal.

## São Miguel do Oeste

### PREFEITURA

#### **LEI Nº 7.070/2014 - DENOMINA DE RUA JOÃO NATALINO FILIPPI, A RUA PROJETADA "C", LOCALIZADA NO LOTEAMENTO ARAUCÁRIA, SITUADO NO BAIRRO AGOSTINI, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PODENDO TER SEGUIMENTO, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 7.070/2014

DENOMINA DE RUA JOÃO NATALINO FILIPPI, A RUA PROJETADA "C", LOCALIZADA NO LOTEAMENTO ARAUCÁRIA, SITUADO NO BAIRRO AGOSTINI, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, PODENDO TER SEGUIMENTO, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominada de " RUA JOÃO NATALINO FILIPPI" a Rua Projetada "C", sem denominação, que se localiza no Loteamento Araucária, situado no Bairro Agostini, sendo uma rua sem saída, no Município de São Miguel do Oeste - SC.

Art. 2º Ficam os setores competentes da municipalidade, autorizados a realizar todos os procedimentos necessários ao cumprimento desta lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC  
Em 15 de dezembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ  
Secretária de Administração

Esta lei foi publicada  
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA  
Técnica Administrativa

#### **LEI Nº 7.071/2014 - DENOMINA DE RUA CESAR DOMINGOS FILIPPINI, A RUA PROJETADA B, LOCALIZADA NO LOTEAMENTO MADALENA, BAIRRO ESTRELA, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 7.071/2014

DENOMINA DE RUA CESAR DOMINGOS FILIPPINI, A RUA PROJETADA B, LOCALIZADA NO LOTEAMENTO MADALENA, BAIRRO ESTRELA, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE

SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominada de "RUA CESAR DOMINGOS FILIPPINI" a Rua Projetada B, localizada no Loteamento Madalena, Bairro Estrela, Município de São Miguel do Oeste - SC.

Art. 2º Ficam os setores competentes da municipalidade, autorizados a realizar todos os procedimentos necessários ao cumprimento desta lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC  
Em 15 de dezembro de 2014.  
JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ  
Secretária de Administração

Esta lei foi publicada  
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA  
Técnica Administrativa

**LEI Nº 7.072/2014- DENOMINA DE RUA BRUNO DANNEBROCK A RUA PROJETADA C, LOCALIZADA NO LOTEAMENTO MADALENA, BAIRRO ESTRELA, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

LEI Nº 7.072/2014  
DENOMINA DE RUA BRUNO DANNEBROCK A RUA PROJETADA C, LOCALIZADA NO LOTEAMENTO MADALENA, BAIRRO ESTRELA, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominada de "BRUNO DANNEBROCK" a Rua Projetada C, localizada no Loteamento MADALENA, BAIRRO ESTRELA, no Município de São Miguel do Oeste - SC, podendo ter seguimento.

Art. 2º Ficam os setores competentes da municipalidade, autorizados a realizar todos os procedimentos necessários ao cumprimento desta lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC  
Em 15 de dezembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ  
Secretária de Administração

Esta lei foi publicada  
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA  
Técnica Administrativa

**LEI Nº7.073/2014 - DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº7.073/2014  
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica extinto o Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros - FUNREBOM, criado pela Lei nº 2.685, de 26 de dezembro de 1989 e alterado pela Lei nº 2.731, de 26 de abril de 1990.

Parágrafo único. Com a extinção do FUNREBOM, ficam extintos os Conselhos Diretor e Administrativo a ele vinculados.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a transferir por doação, os veículos, equipamentos e todo o patrimônio do FUNREBOM ao Estado de Santa Catarina, sob a condição de serem utilizados e destinados ao Batalhão do Bombeiro Militar de São Miguel do Oeste.

Art. 3º O saldo financeiro de balanço do FUNREBOM apurado em 31 de dezembro de 2014 será transferido ao Município a partir da data da extinção do Fundo e utilizado em prol do Convênio nº 1.123/2011, aprovado pela Lei nº 6.434, de 29 de dezembro de 2010.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as Leis nº 2.685, de 26 de dezembro de 1989 e nº 2.731, de 26 de abril de 1990.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC  
Em 15 de dezembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ  
Secretária de Administração

Esta lei foi publicada  
na presente data

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA  
Técnica Administrativa

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 230/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
SE GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº 230/2014

ANULA E SUPLEMENTA VERBAS NO ORÇAMENTO FISCAL VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA .

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei 937/2014:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 289.479,98 (Duzentos e oitenta e nove mil quatrocentos e setenta e nove reais e noventa e oito centavos) nas dotações abaixo identificadas:

#### 02 - GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

02.01.4.122.0002.2.002 - Func. e Manutenção do Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefeito R\$ 35.905,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 35.905,00

#### 03-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01.4.122.0003.2.004 - Func. e Manutenção da Sec. De Adm. e Finanças R\$54.312,78  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$42.103,00  
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 4.124,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 8.085,78

#### 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.0004.2.014 - Func. e Manutenção do Transporte Escolar R\$ 24.189,53  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 22.727,00  
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 1.462,53

04.01.12.361.0004.2.015- Fun. e Manutenção do Ensino Fund. R\$ 16.097,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.161.0 - Aplicações Diretas R\$ 12.419,00  
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.161.0 - Aplicações Diretas R\$ 3.678,00

04.01.12.365.0004.2.016 - F Fun. e Manutenção do Ensino Infantil R\$ 117.838,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.161.0- Aplicações Diretas R\$ 116.100,00  
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.161.0 - Aplicações Diretas R\$ 1.738,00

#### 05- SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.02.8.243.0007.2036- Func. e Manutenção da

Assistência Social R\$ 4.872,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 4.872,00

#### 07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.0010.2078- Func. e Man. De Coordenadoria De Serviços Públicos R\$ 867,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.000 - Aplicações Diretas R\$ 867,00

07.01.15.452.0010.2.077- Func. e Man. De Coordenadoria De Obras R\$ 17.912,65  
3.1.90.00.00.00.00.00.000 - Aplicações Diretas R\$ 14.661,00  
3.191.00.00.00.00.00.000 - Aplicações Diretas R\$ 988,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.000 - Aplicações Diretas R\$ 2.263,65

10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
10.10.20.606.0006.2.027 - Func. e Manut. Da Agricultura R\$ 17.486,02  
3.1.90.00.00.00.00.00.000 - Aplicações Diretas R\$ 13.415,00  
3.191.00.00.00.00.00.000 - Aplicações Diretas R\$ 1.480,71  
3.3.90.00.00.00.00.00.000 - Aplicações Diretas R\$ 2.590,31

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º deste Decreto fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$289.479,98 (Duzentos e oitenta e nove mil quatrocentos e setenta e nove reais e noventa e oito centavos) nas dotações abaixo identificadas:

#### 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.0004.1.012 - Ampliação e Reforma de Escolas R\$ 43.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.01.161.0 - Aplicações Diretas R\$ 43.000,00  
04.01.27.812.5.1.022 - Construção de Academia de Rua R\$ 21.431,00  
4.4.90.00.00.00.00.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 21.431,00

#### 01 - CÂMARA MUNICIPAL

01.01.1.31.0001.2.001 - Func. e Manutenção da Câmara Municipal R\$ 25.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.01.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

#### 07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.0010.2077- Func. e Manutenção da Coordenadoria De Obras R\$ 35.341,31  
3.3.90.00.00.00.00.00.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 20.995,82  
4.4.90.00.00.00.00.00.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 14.345,49

07.01.26.782.0010.1.069- Pavimentação de Ruas a Asfalto R\$ 76.406,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 76.406,00

07.01.6.182.0010.2076 - Segurança no Trânsito R\$ 384,60  
3.3.90.00.00.00.00.00.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 384,60

07.01.26.782.00010.1.068- Pavimentação de Ruas a Lajota R\$ 83.449,20  
4.4.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 83.449,20

#### 05 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.02.8.241.0007.2.037 - Apoio ao Idoso R\$ 507,49  
3.3.90.00.00.00.00.00.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 507,49

06 - SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA  
06.01.13.392.0008 .2044 - Func. e Manutenção da Cultura R\$ 3.812,00  
3.3.90.00.00.00.00.1.000.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 3.812,00

06.02.13.392.0008.2045 - Festividades Culturais R\$ 148,38

3.3.90.00.00.00.00.00.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 148,38

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 19 de dezembro de 2014.  
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO  
PREFEITO MUNICIPAL e.e

#### DECRETO Nº 222/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br  
DECRETO Nº 222/2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, e.e Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 5º da Lei nº810/2013:

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 199.084,49 (Cento e noventa e nove mil oitenta e quatro reais e quarenta e nove centavos) por conta do excesso de Arrecadação nas dotações abaixo identificadas:

#### 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.365.04.2.016 - Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil R\$ 101.548,18

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.161.0 - Aplicações Diretas R\$ 86.140,49  
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.161.0 - Aplicações Diretas R\$ 8.066,30  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.161.0 - Aplicações Diretas R\$ 7.341,39

04.01.12.361.04.2.015- Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 95.700,15  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.161.0 - Aplicações Diretas R\$ 81.561,48  
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.161.0 - Aplicações Diretas R\$ 8.133,48  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.161.0 - Aplicações Diretas R\$ 6.005,19

#### 10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.10.20.606.06.2.027 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Munic. Agropecuario R\$ 1.470,16

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000 - Aplicações Diretas R\$ 1.470,16

#### 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01.4.122.003.2.005- Contribuição a FECAM, CNM e Granfpolis R\$ 366,00  
3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 366,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 11 de dezembro de 2014.  
EDSON JOSE DA SILVA FILHO  
Prefeito Municipal e.e

#### DECRETO Nº223/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br  
DECRETO Nº223/2014

Abre Crédito Suplementar por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº810/2013.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 2.148,10 (dois mil, cento e quarenta e oito reais e dez centavos) por conta do Excesso de Arrecadação na dotação abaixo identificada:

07.01.15.452.10.2077 - Funcionamento e Manutenção da Coordenadoria de obras R\$ 2.148,10

3.3.90.00.00.00.00.00.0160 - Aplicações Diretas R\$ 2.148,10

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 11 de dezembro de 2014.  
EDSON JOSE DA SILVA FILHO  
Prefeito Municipal e.e.

#### DECRETO Nº226/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

#### DECRETO Nº226/2014

Abre Crédito Suplementar por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$1.610,00 (um mil, seiscentos e dez reais) por conta do Excesso de Arrecadação na dotação abaixo identificada:

04.01.12.361.4.2015 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 1.610,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0161 - Aplicações Diretas R\$ 1.610,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 15 de dezembro de 2014.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

## DECRETO Nº 231/14

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº 231/14

ANULA E SUPLEMENTA VERBAS NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara e.e , Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização da Lei 938/2014:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$61.801,57 ( Sessenta e um mil oitocentos e um reais e cinquenta e sete centavos) as dotações abaixo identificadas:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.2.056 - Funcionamento e Manutenção da R\$ 52.356,00

Coordenadoria da Saúde

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 - Aplicações Diretas R\$48.329,00

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0002 - Aplicações Diretas R\$4.027,00

11.01.10.301.0009.2.059 - Funcionamento e Manutenção da R\$ 260,00

Vigilância em saúde

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 - Aplicações Diretas R\$ 260,00

11.01.10.301.0009.2.057 - Funcionamento e Manutenção da R\$ 2.741,00

Saúde Bucal

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0002 - Aplicações Diretas R\$ 514,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 - Aplicações Diretas R\$ 2.227,00

11.01.10.301.0009.2.061 - Funcionamento e Manutenção do R\$ 6.444,57

Co-Financiamento

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 - Aplicações Diretas R\$ 6.444,57

Art. 2º - Para atender o artigo 1º deste Decreto fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no valor de 61.801,57 ( Sessenta e um mil oitocentos e um reais e cinquenta e sete centavos) as dotações abaixo identificadas:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.2.058 - Funcionamento e Manutenção da Farmacia Básica R\$ 8.807,12

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 - Aplicações Diretas R\$ 8.807,12

11.01.10.301.0009.2.055 - Funcionamento e Manutenção do PSF R\$ 9.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

11.01.10.301.0009.2.060 - Func. e Manutenção do Mac R\$ 2.595,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 2.595,00

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.26.782.00010.1.068- Pavimentação de Ruas a Lajota R\$ 29.060,09

4.4.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 29.060,09

05 - SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.03.8.243.14.2.091 - Fundo Municipal da Criança e Adolescência R\$ 12.339,36

4.4.90.00.00.00.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 7.339,36

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 19 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

## DECRETO Nº221/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SE GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº221/2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA .

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, e.e Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei 810/2013:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar por conta de recursos da reserva de contingência no total de R\$ 99.964,15 ( Noventa e nove mil novecentos e sessenta

e quatro reais e quinze centavos ) nas dotações abaixo identificadas:

#### 02 - GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

02.01.4.122.0002.2002 - Func. e Manutenção do Gabinete do Prefeito e do Vice R\$ 29.991,87  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 29.991,87

#### 05 - SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.02.8.243.0007.2.036- Func. e Manut. Da Assist.Social R\$ 3.688,28  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 3.688,28

#### 04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.0004.2.014 - Func. e Manut. Do Transporte Esc. R\$ 13.204,84  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 12.696,05  
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 508,79

04.01.12.365.0004.2.016 - Func. e Manutenção da Educação Infantil R\$ 1.705,19

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 1.705,19

#### 10 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.10.20.606.0006.2.027 - Func. e Manutenção da Agricultura R\$ 12.788,44  
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 1.388,77  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 11.399,67

#### 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01.4.122.0003.2.004 - Func. e Manutenção da Secretaria De Administração Finanças e Planej. R\$ 38.585,53  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 38.585,53

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º deste Decreto fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 99.964,15 (Noventa e nove mil novecentos e sessenta e quatro reais e quinze centavos ) na dotação abaixo identificada:

#### 99-RESERVA DE CONTINGÊNCIA

9.99.99.999.12..2.087- Reserva de Contingência R\$ 99.964,15  
9.9.99.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 99.964,15

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 11 de dezembro de 2014.  
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO  
PREFEITO MUNICIPAL E.E

### LEI Nº 937, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 937, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

"Anula e Suplementa Verbas no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara".

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal (e.e) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 289.479,98 (Duzentos e oitenta e nove mil quatrocentos e setenta e nove reais e noventa e oito centavos) nas dotações abaixo identificadas:

#### 02 - GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

02.01.4.122.0002.2.002 - Func. e Manutenção do Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefeito R\$ 35.905,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 35.905,00

#### 03-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01.4.122.0003.2.004 - Func. e Manutenção da Sec. De Adm. e Finanças R\$54.312,78  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$42.103,00  
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 4.124,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 8.085,78

#### 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.0004.2.014 - Func. e Manutenção do Transporte Escolar R\$ 24.189,53  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0- Aplicações Diretas R\$ 22.727,00  
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 1.462,53

04.01.12.361.0004.2.015- Fun. e Manutenção do Ensino Fund. R\$ 16.097,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.161.0- Aplicações Diretas R\$ 12.419,00  
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.161.0 - Aplicações Diretas R\$ 3.678,00

04.01.12.365.0004.2.016 - F Fun. e Manutenção do Ensino Infantil R\$ 117.838,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.161.0- Aplicações Diretas R\$ 116.100,00  
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.161.0 - Aplicações Diretas R\$ 1.738,00

#### 05- SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.02.8.243.0007.2036- Func. e Manutenção da Assistência Social R\$ 4.872,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 4.872,00

#### 07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.0010.2078- Func. e Man. De Coordenadoria De Serviços Públicos R\$ 867,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.000 - Aplicações Diretas R\$ 867,00

07.01.15.452.0010.2.077- Func. e Man. De Coordenadoria de Obras R\$ 17.912,65

3.1.90.00.00.00.00.00.000 - Aplicações Diretas R\$ 14.661,00  
3.191.00.00.00.00.00.000 - Aplicações Diretas R\$ 988,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.000 - Aplicações Diretas R\$ 2.263,65

#### 10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.10.20.606.0006.2.027 - Func. e Manut. Da Agricultura R\$ 17.486,02  
3.1.90.00.00.00.00.00.000 - Aplicações Diretas R\$ 13.415,00  
3.191.00.00.00.00.00.000 - Aplicações Diretas R\$ 1.480,71  
3.3.90.00.00.00.00.00.000 - Aplicações Diretas R\$ 2.590,31

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º desta Lei fica o Chefe do Poder

Executivo autorizado a anular R\$289.479,98 (Duzentos e oitenta e nove mil quatrocentos e setenta e nove reais e noventa e oito centavos) nas dotações abaixo identificadas:

**04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO**

04.01.12.361.0004.1.012 - Ampliação e Reforma de Escolas R\$ 43.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.01.161.0 - Aplicações Diretas R\$ 43.000,00

04.01.27.812.5.1.022 - Construção de Academia de Rua R\$ 21.431,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 21.431,00

**01 - CÂMARA MUNICIPAL**

01.01.1.31.0001.2.001 - Func. e Manutenção da Câmara Municipal R\$ 25.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.01.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

**07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

07.01.15.452.0010.2077- Func. e Manutenção da Coordenadoria de Obras R\$ 35.341,31

3.3.90.00.00.00.00.00.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 20.995,82

4.4.90.00.00.00.00.00.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 14.345,49

07.01.26.782.0010.1.069- Pavimentação de Ruas a Asfalto R\$ 76.406,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 76.406,00

07.01.6.182.0010.2076 - Segurança no Trânsito R\$ 384,60

3.3.90.00.00.00.00.00.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 384,60

07.01.26.782.00010.1.068- Pavimentação de Ruas a Lajota R\$ 83.449,20

4.4.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 83.449,20

**05 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

05.02.8.241.0007.2.037 - Apoio ao Idoso R\$ 507,49

3.3.90.00.00.00.00.00.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 507,49

**06 - SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA** 06.01.13.392.0008.2044 - Func. e Manutenção da Cultura R\$ 3.812,00

3.3.90.00.00.00.00.1.000.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 3.812,00

06.02.13.392.0008.2045 - Festividades Culturais R\$ 148,38

3.3.90.00.00.00.00.00.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 148,38

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 19 de dezembro de 2014.

Edson José da Silva Filho

Prefeito Municipal (e.e)

**LEI Nº 938, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**

LEI Nº 938, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

"Anula e Suplementa Verbas no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara".

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal (e.e) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$61.801,57 (Sessenta e um mil oitocentos e um reais e cinquenta e sete centavos) as dotações abaixo identificadas:

**11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

11.01.10.301.0009.2.056 - Funcionamento e Manutenção da Coordenadoria da Saúde R\$ 52.356,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 - Aplicações Diretas R\$48.329,00

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0002 - Aplicações Diretas R\$4.027,00

11.01.10.301.0009.2.059 - Funcionamento e Manutenção da Vigilância em saúde R\$ 260,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 - Aplicações Diretas R\$ 260,00

11.01.10.301.0009.2.057 - Funcionamento e Manutenção da Saúde Bucal R\$ 2.741,00

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0002 - Aplicações Diretas R\$ 514,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 - Aplicações Diretas R\$ 2.227,00

11.01.10.301.0009.2.061 - Funcionamento e Manutenção do Co-Financiamento R\$ 6.444,57

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 - Aplicações Diretas R\$ 6.444,57

Art. 2º - Para atender o artigo 1º desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no valor de 61.801,57 (Sessenta e um mil oitocentos e um reais e cinquenta e sete centavos) as dotações abaixo identificadas:

**11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

11.01.10.301.0009.2.058 - Funcionamento e Manutenção da Farmácia Básica R\$ 8.807,12

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 - Aplicações Diretas R\$ 8.807,12

11.01.10.301.0009.2.055 - Funcionamento e Manutenção do PSF R\$ 9.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

11.01.10.301.0009.2.060 - Func. e Manutenção do Mac R\$ 2.595,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 2.595,00

**07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

07.01.26.782.00010.1.068- Pavimentação de Ruas a Lajota R\$ 29.060,09

4.4.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 29.060,09

**05 - SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

05.03.8.243.14.2.091 - Fundo Municipal da Criança e Adolescência R\$ 12.339,36

4.4.90.00.00.00.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 7.339,36

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 19 de dezembro de 2014.

Edson José da Silva Filho

Prefeito Municipal (e.e)

**LEI Nº 939, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014**

LEI Nº 939, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

"Altera o Artigo 1º da Lei nº927 de 24 de novembro de 2014".

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal (e.e) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 1º da Lei nº927 de 24 de novembro passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a firmar concessão do direito real de uso de uma área de 2.500,00m<sup>2</sup> (dois mil e quinhentos metros quadrados) de parte do terreno pertencente ao Município, situado em Cubatão, com uma área total de 7.923,34 m<sup>2</sup> (sete mil novecentos e vinte e três metros e trinta e quatro centímetros quadrados), matriculado no Ofício de Registro de Imóveis de São José sob nº63.417, para a instalação de uma empresa especializada na fabricação de esquadrias de alumínio e PVC e no comércio varejista de vidros.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 19 de dezembro de 2014.

Edson José da Silva Filho

Prefeito Municipal (e.e)

**Sombrio****PREFEITURA****LEI Nº. 2194/2014**

LEI Nº. 2194, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REDEFINIR DIVISAS E PERMUTAR ÁREA DE TERRA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, em exercício, Senhor Valmir Damineli, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º . Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a permutar com Japonês Imóveis Ltda, área de terra que especifica:

a) Um terreno urbano, situado no Bairro Januária, Município de Sombrio/SC, de propriedade do Município de Sombrio, parte ideal de 878,25 m<sup>2</sup> (oitocentos e setenta e oito metros e vinte e cinco decímetros quadrados), dentro de uma área maior de 1.486,85 m<sup>2</sup>, (um mil e quatrocentos e oitenta e seis metros e oitenta e cinco decímetros quadrados), da matrícula nº 70.186 do Cartório de Registro de Imóveis de Sombrio, formado o quarteirão pelas ruas e avenida: Rua Aires Medeiros de Souza, Via Lateral da BR 101 Francisco Possamai, Avenida Adolfo Tiskoski e Avenida Prefeito Francisco Lummertz Junior, com as seguintes confrontações; FRENTE AO OESTE, na extensão onde mede 54,00metros, com área 01 (um) (da matrícula 70.186) do Município do Sombrio, FUNDOS AO LESTE, na extensão onde mede 54,00metros, com de propriedade de JAPONÊS IMÓVEIS LTDA, (matrícula 70.665), LADO DIREITO AO NORTE, na extensão onde mede 16,53metros, com propriedade de JAPONÊS IMÓVEIS LTDA (matrícula 70.665); LADO ESQUERDO A SUL, na extensão onde mede 16,00metros, sendo na extensão de 12,00metros, com propriedade de Daiane José Silveira Pereira, (matrícula 65.623) do loteamento Parque Residencial Koski, na extensão de 4,00metros, com lote 12(doze) da quadra 34(trinta e quatro) do loteamento Parque Residencial Koski, propriedade de Janilson Silveira, (matrícula 13.938).

Art. 2º . Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a receber por permuta, área de terra que especifica:

b) Um terreno urbano, situado no Bairro Januária, nesta cidade e comarca de Sombrio-SC, de propriedade de Imóveis Japonês Ltda, com área de 932,20 m<sup>2</sup> (novecentos e trinta e dois metros e vinte decímetros quadrados), da matrícula nº 70.659 do Cartório de Registro de Imóveis de Sombrio, formado o quarteirão pelas ruas e avenida: Rua Aires Medeiros de Souza, Via Lateral da BR 101 Francisco Possamai, Avenida Adolfo Tiskoski e Avenida Prefeito Francisco Lummertz Junior, com as seguintes confrontações; AO OESTE, na extensão 41,02metros, com área Desmembrada 01 da matrícula nº 70.189 de propriedade do Município de Sombrio; AO LESTE, na extensão de 40,72metros, com área Desmembrada 03 da matrícula nº 70.189 de propriedade de JAPONÊS IMÓVEIS LTDA; AO SUL, na extensão de 22,73metros, sendo com distância de 11,91metros, com parte da propriedade do Município de Sombrio (matrícula 64.624) e com distância de 10,82metros, com parte da propriedade do Município de Sombrio (matrícula 57.112); AO NORTE, na extensão de 23,01metros, com parte da propriedade de HIDEKI KOUKETSU (matrícula nº 152).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 19 de dezembro de 2014.

Valmir Daminelli

Prefeito Municipal e.e

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

## Tigrinhos

### PREFEITURA

#### PORTARIA 164/2014 - FÉRIAS COLETIVAS

PORTARIA Nº. 164/2014.

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, relativo ao período aquisitivo de Janeiro de 2014 a Janeiro de 2015, no período de 22 de Dezembro de 2014 a 20 de Janeiro de 2015.

438/01 - Adão Cesar Ganzer  
372/01 - Air Mauri Schittler  
464/01 - Anderson Kreutz  
466/01 - Clarice Tomeleiro dos Santos  
326/02 - Cláudia Rodrigues  
407/01 - Claudete Manfrin Canan  
413/01 - Cleiton da Silva  
254/01 - Cleoni Maria Schabarum Cassol  
258/04 - Cleoni Azeredo Buzatto  
90/01 - Clovis Claudiomir Stanga  
469/01 - Daniel Lapazini  
393/01 - Diana Lovane Trentin  
437/01 - Elesandra Kluge  
50/01 - Eliane Miorando  
472/01 - Elton Strey  
348/02 - Elizandra Makoski Badia  
416/01 - Elizete Marafon Ganzer  
321/02 - Ernani Bruch  
354/01 - Fabiana Grando  
87/01 - Francisco Ferrari  
388/01 - Franciele Ballestreri Broetto  
300/02 - Gilnei José De Bastiani  
408/01 - Hederson Bonelli  
303/03 - Ieda Maria Badin Bourscheidt  
428/01 - Isaias Porfirio  
424/01 - Ivete Terezinha Engelmann  
28/01 - Izolde Avani Zilke  
251/01 - Jacinta Artemizia Gotardo  
370/01 - Jane Sirlei Timm Andretta  
89/01 - Jandir Jahnel  
364/01 - Jardel Rossatto  
245/01 - José Alair da Rosa Lucateli  
81/01 - Jose Odair Soares  
353/02 - Juliana de Souza  
401/01 - Katiane Alves da Silva  
402/01 - Leandro da Silva  
339/01 - Lilian Garcia Basso  
358/01 - Luciane Pissatto  
329/02 - Luciane Wilsmann Soethe  
301/03 - Maraisa de Vargas  
286/01 - Marcia Adriani de Oliveira  
286/04 - Marcia Adriani de Oliveira  
302/03 - Marcia Regina Provin de Souza  
435/01 - Marinês Kirten da Silva  
387/01 - Marcos Galvão  
262/04 - Marisa Knak Correa

347/02 - Marizete Marafon Ganzer  
394/01 - Marlei Klein Badia  
269/01 - Roseli Terezinha Buzatto de Campos  
349/02 - Sandra Aparecida Martens Cararro  
470/01 - Simone Lamb Neu  
404/01 - Sirlei Rodrigues dos Santos  
95/01 - Sirlei Martim  
341/01 - Sirlei Sandrin Mueller  
249/02 - Solange Margarette Teske  
457/01 - Ubaldo Carlos Renck  
83/01 - Vera Lucia Baczinski  
463/01 - Volnei Anoralino da Silva

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de dezembro de dois mil e quatorze.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

#### **PORTARIA 165/2014**

PORTARIA Nº. 165/2014.  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias ao Servidor Público Municipal Sr. ANTONIO BRAGA, Motorista, Efetivo, Matrícula nº. 496/01, relativo ao período aquisitivo de Abril de 2014 a Abril de 2015, pelo período de 22 (vinte e dois) dias, a partir de 22 de Dezembro de 2014 à 12 de Janeiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de dezembro de dois mil e quatorze.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

#### **PORTARIA 166/2014**

PORTARIA Nº. 166/2014.  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos,

Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias ao Servidor Público Municipal Sr. ANTONIO MARCOS GRUNWALDT, Cargo Comissionado de Diretor Geral, Matrícula nº. 482/01, relativo ao período aquisitivo de Março de 2014 a Março de 2015, pelo período de 25 (vinte e cinco) dias, a partir de 22 de Dezembro de 2014 à 15 de Janeiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de dezembro de dois mil e quatorze.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

#### **PORTARIA 167/2014**

PORTARIA Nº. 167/2014.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias a Servidora Pública Municipal Sra. CAMILA DE OLIVEIRA BACH, Professor II, Matrícula nº. 493/01, relativo ao período aquisitivo de Março de 2014 a Março de 2015, pelo período de 25 (vinte e cinco) dias a partir de 22 de Dezembro de 2014 à 15 de Janeiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE DEZEMBRO DE 2014.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de dezembro de dois mil e quatorze.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 168/2014**

PORTARIA Nº. 168/2014.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias ao Servidor Público Municipal Sr. CELSO PAULO WOLAMANN, Operador, Efetivo, Matrícula nº. 495/01, relativo ao período aquisitivo de Abril de 2014 a Abril de 2015, pelo período de 22 (vinte e dois) dias, a partir de 22 Dezembro de 2014 à 12 de Janeiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de dezembro de dois mil e quatorze.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 169/2014**

PORTARIA Nº. 169/2014.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias a Servidora Pública Municipal Sra. CLAUDIA RODRIGUES, Professor III, Matrícula nº. 492/01, relativo ao período aquisitivo de Março de 2014 a Março de 2015, pelo período de 25 (vinte e cinco) dias, a partir de 22 de Dezembro de 2014 à 15 de Janeiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de dezembro de dois mil e quatorze.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 170/2014**

PORTARIA Nº. 170/2014.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias a Servidora Pública Municipal Sra. CLEISE HONAISSER, Cargo Comissionado de Diretor Geral, Matrícula nº. 291/03, relativo ao período aquisitivo de Janeiro de 2014 a Janeiro de 2015, pelo período de 20 (vinte) dias, a partir de 22 de Dezembro de 2014 à 10 de Janeiro de 2015, sendo permitido transformar 10 (dez) dias em abono pecuniário

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de dezembro de dois mil e quatorze.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 171/2014**

PORTARIA Nº. 171/2014.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias ao Servidor Público Municipal Sr. DILMAR JOSÉ SIMONETTI, Cargo Comissionado de Diretor, Matrícula nº. 499/01, relativo ao período aquisitivo de Maio de 2014 a Maio de 2015, pelo período de 20 (vinte) dias, a partir de 22 Dezembro de 2014 à 10 de Janeiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de dezembro de dois mil e quatorze.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 172/2014**

PORTARIA Nº. 172/2014.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias a Servidora Pública Municipal Sra. ELISANGELA MARIA BECKERT ROSSATTO, Cargo Comissionado de Assessor Especial, Matrícula nº. 446/02, relativo ao período aquisitivo de Fevereiro de 2014 a Fevereiro de 2015, pelo período de 25 (vinte e cinco) dias, a partir de 22 de Dezembro de 2014 à 15 de Janeiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de dezembro de dois mil e quatorze.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 173/2014**

PORTARIA Nº. 173/2014.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias ao Servidor Público Municipal Sr. GILMAR STIELER, Operador, efetivo, Matrícula nº. 430/01, relativo ao período aquisitivo de Março de 2014 a Março de 2015, pelo período de 25 (vinte e cinco) dias, a partir de 22 de Dezembro de 2014 à 15 de Janeiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de dezembro de dois mil e quatorze.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 174/2014**

PORTARIA Nº. 174/2014.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias ao Servidor Público Municipal Sr. GLEIDSON MARCOS NEU, Operador, Efetivo, Matrícula nº. 488/01, relativo ao período aquisitivo de Março de 2014 a Março de 2015, pelo período de 22 (vinte e dois) dias, a partir de 22 de Dezembro de 2014 à 12 de Janeiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de dezembro de dois mil e quatorze.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 175/2014**

PORTARIA Nº. 175/2014.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias a Servidora Pública Municipal Sra. IARA GOHLKE, Cargo Comissionado de Diretor Geral de Escola, Matrícula nº. 475/01, relativo ao período aquisitivo de Fevereiro de 2014 a Fevereiro de 2015, pelo período de 27 (vinte e sete) dias, a partir de 22 de Dezembro de 2014 à 17 de Janeiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de dezembro de dois mil e quatorze.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 176/2014**

PORTARIA Nº. 176/2014.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias a Servidora Pública Municipal Sra. ISOLDE BARBOSA WESCHENFELDER, Professor III, Matrícula nº. 491/01, relativo ao período aquisitivo de Março de 2014 a Março de 2015, pelo período de 25 (vinte e cinco) dias, a partir de 22 de Dezembro de 2014 à 15 de Janeiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de dezembro de dois mil e quatorze.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 177/2014**

PORTARIA Nº. 177/2014.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias ao Servidor Público Municipal Sr. JACI JOSÉ DA SILVA OLIVEIRA, Motorista, Efetivo, Matrícula nº. 487/01, relativo ao período aquisitivo de Março de 2014 a Março de 2015, pelo período de 22 (vinte e dois) dias, a partir de 22 de Dezembro de 2014 à 12 de Janeiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de dezembro de dois mil e quatorze.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 178/2014**

PORTARIA Nº. 178/2014.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias a Servidora Pública Municipal Sra. JUSARA JAPPE, Professor II, Matrícula nº. 494/01, relativo ao período aquisitivo de Março de 2014 a Março de 2015, pelo período de 25 (vinte e cinco) dias, a partir de 22 de Dezembro de 2014 à 15 de Janeiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de dezembro de dois mil e quatorze.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 179/2014**

PORTARIA Nº. 179/2014.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias a Servidora Pública Municipal Sra. LAURETE TERESINHAWRZESINSKI WISSMANN, Cargo Comissariado de Assessor de Planejamento, Matrícula nº. 486/02, relativo ao período aquisitivo de Março de 2014 a Março de 2015, pelo período de 25 (vinte e cinco) dias, a partir de 22 de Dezembro de 2014 à 15 de Janeiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de dezembro de dois mil e quatorze.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 180/2014**

PORTARIA Nº. 180/2014.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias a Servidora Pública Municipal Sra. LUCIANE WILSMANN SOETHE, Professor III, Matrícula nº. 490/01, relativo ao período aquisitivo de Março de 2014 a Março de 2015, pelo período de 22 (vinte e dois) dias, a partir de 22 de Dezembro de 2014 à 12 de Janeiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de dezembro de dois mil e quatorze.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 181/2014**

PORTARIA Nº. 181/2014.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias ao Servidor Público Municipal Sr. MARIO BONETTO, Cargo Comissionado de Diretor Geral, Matrícula nº. 481/01, relativo ao período aquisitivo de Março de 2014 a Março de 2015, pelo período de 22 (vinte e dois) dias, a partir de 22 Dezembro de 2014 à 12 de Janeiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de dezembro de dois mil e quatorze.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 182/2014**

PORTARIA Nº. 182/2014.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias a Servidora Pública Municipal Sra. MARIZETE MARAFON GANZER, Professor II, Matrícula nº. 503/01, relativo ao período aquisitivo de Julho de 2014 a Julho de 2015, pelo período de 12 (doze) dias, a partir de 22 de Dezembro de 2014 à 02 de Janeiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de dezembro de dois mil e quatorze.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 183/2014**

PORTARIA Nº. 183/2014.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias ao Servidor Público Municipal Sr. MILTON MOSER, Cargo Comissionado de Diretor Geral, Matrícula nº. 483/01, relativo ao período aquisitivo de Março de 2014 a Março de 2015, pelo período de 22 (vinte e dois) dias, a partir de 22 Dezembro de 2014 à 12 de Janeiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de dezembro de dois mil e quatorze.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 184/2014**

PORTARIA Nº. 184/2014.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias ao Servidor Público Municipal Sr. NELSON TESKE, Auxiliar de Serviços Gerais, Efetivo, Matrícula nº. 406/01, relativo ao período aquisitivo de Fevereiro a Dezembro de 2014, pelo período de 25 (vinte e cinco) dias, a partir de 22 de Dezembro de 2014 à 15 de Janeiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de dezembro de dois mil e quatorze.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 185/2014**

PORTARIA Nº. 185/2014.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias a Servidora Pública Municipal Sra. ODETE TEREZINHA MIORANDO CYBULSKI, Auxiliar de Serviços Gerais, efetiva, Matrícula nº. 266/01, relativo ao período aquisitivo de Janeiro a Dezembro de 2014, pelo período de 20 (vinte) dias, a partir de 22 de Dezembro de 2014 à 10 de Janeiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de dezembro de dois mil e quatorze.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 186/2014**

PORTARIA Nº. 186/2014.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias a Servidora Pública Municipal Sra. RACHEL SIMONE FARIAS, Cargo Comissionado de Assessor em Planejamento Educacional, Matrícula nº. 476/01, relativo ao período aquisitivo de Fevereiro de 2014 a Fevereiro de 2015, pelo período de 27 (vinte e sete) dias, a partir de 22 de Dezembro de 2014 à 17 de Janeiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de dezembro de dois mil e quatorze.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 187/2014**

PORTARIA Nº. 187/2014.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias a Servidora Pública Municipal Sra. REGINA ZACHARCZUCK GATELLI, Professor II, Matrícula nº. 498/01, relativo ao período aquisitivo de Abril de 2014 a Abril de 2015, pelo período de 20 (vinte) dias, a partir de 22 de Dezembro de 2014 à 10 de Janeiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de dezembro de dois mil e quatorze.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 188/2014**

PORTARIA Nº. 188/2014.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias a Servidora Pública Municipal Sra. SIMONE CIBULSKI, Merendeira, efetiva, Matrícula nº. 474/01, relativo ao período aquisitivo de Fevereiro de 2014 a Fevereiro de 2015, pelo período de 27 (vinte e sete) dias, a partir de 22 de Dezembro de 2014 à 17 de Janeiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE DEZEMBRO DE 2014.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e dois de dezembro de dois mil e quatorze.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO 203/2014

DECRETO Nº 203, de 16 de dezembro de 2014.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO 2014 DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.699 de 03 de dezembro de 2013;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Timbé do Sul, conforme abaixo discriminado, no valor total de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais):

11.00 - Secretaria de Assistência Social e Habitação  
2.019 - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil  
3.1.90.00.00.00.00.0080(84) - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 6.500,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes da anulação parcial das seguintes dotações:

11.00 - Secretaria de Assistência Social e Habitação  
2.019 - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil  
3.3.90.00.00.00.00.0080(86) - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 6.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 16 de dezembro de 2014.  
ECLAIR ALVES COELHO  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI  
Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA 87/2014

PORTARIA Nº. 87, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições em atendimento ao que estabelece a Lei Orgânica Municipal e o Art. 57, da Lei Municipal nº 467 / 1988;

#### Resolve:

Art. 1º - Fica concedido aos servidores abaixo identificado, gozo de férias remuneradas, com 1/3 (um terço) a mais do que o vencimento normal, pelo período de 30 (trinta) dias; de 02/01/2015 à 31/01/2015.

NOME	MATRICULA	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO
ALBERTINO MARTIGNAGO	665	MOTORISTA	10/06/2013 a 09/06/2014
ALCIDES GREGÓRIO	436	MOTORISTA	15/07/2013 a 14/07/2014

ALINE TRICHÊS PEZENTE GHELLERE	1329	TECNICO PEDAGOGICO	22/02/2013 a 21/02/2014
ANGELITA MARIA BOEIRO BUENO	824	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	01/02/2012 a 31/01/2013
ANDREIA MARQUES DE BITENCOURT PETERLE	1210	MONITOR DE CRECHE E PRE ESCOLAR	22/02/2013 a 21/02/2014
BARBARA PIZZOLLO TRAMONTIN	2700	NUTRICIONISTA	20/03/2012 a 19/03/2013
BARBARA PIZZOLLO TRAMONTIN	2851	NUTRICIONISTA	15/07/2013 a 14/07/2014
BRUNA SPADER BIAVA	2753	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	12/12/2013 a 11/12/2014
CELIA PAZINI	429	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	15/07/2014 a 14/07/2015
CHRISTIANI DA SILVA AMANDIO	408	PROFESSOR MAG	02/01/2014 a 01/01/2015
CLARICE VELHO DA SILVA	1331	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	22/02/2013 a 21/02/2014
CLAUDETE DO CARMO BECKER	2750	PROFESSOR SUPLETIVO (HISTÓRIA E GEOGRAFIA)	29/11/2013 a 28/11/2014
CLAUDIA ALEXANDRE	2366	PROFESSOR SUPLETIVO CIÊNCIAS APLICADAS (MATEMÁTICA, FÍSICA E QUÍMICA)	22/02/2013 a 21/02/2014
DALVA MACHADO MORO	405	PROFESSOR	15/07/2013 a 14/07/2014
DEBORA BEATRIZ STECANELLA DE MELO	404	PROFESSOR MAG	15/07/2013 a 14/07/2014
DELIR LODETTI	412	PROFESSOR	15/07/2013 a 14/07/2014
DILSE NICOLETTI WARNIER KRUGER	389	PROFESSOR MAG	15/07/2013 a 14/07/2014
EDIANA PIZZOLO	441	PROFESSOR MAG	21/01/2013 a 20/01/2014
EDILEIA ZILLI	1334	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	22/02/2013 a 21/02/2014
EDVANIA POLLI	2356	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	29/11/2013 a 28/11/2014
ELEN IVONE PESSETTI	652	PROFESSOR MAG	04/03/2013 a 03/03/2014
ELENICE MANENTI SOARES	873	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	20/05/2013 a 19/05/2014
ELIANE DOS SANTOS	1211	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	22/02/2013 a 21/02/2014
ELISANDRA MIGUEL DA SILVA	2351	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL	27/02/2013 a 26/02/2014
ELISANDRA SAVI CONCEIÇÃO	1336	PROFESSOR SUPLETIVO NIVELAMENTO	01/03/2013 a 28/02/2014
ELIVETE ZILLI SPADER	2347	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	22/02/2013 a 21/02/2014
FABIANA ALEXANDRE PANATTA	2379	SECRETÁRIO DE UNIDADE ESCOLAR	27/02/2013 a 26/02/2014
GESSI WARNIER PESENTE	871	AGENTE ADMINISTRATIVO	10/05/2012 a 09/05/2013
GIANE MORO AGUIAR	836	PROFESSOR MAG	02/01/2014 a 01/01/2015
GLADNA DE CAMPOS HONORATO ZILLI	2376	PSICOLOGO	22/02/2013 a 21/02/2014

HELVIS DALCIONE STECANELLA	2361	MOTORISTA	22/02/2013 a 21/02/2014
IVONE BORDIGNON	414	PROFESSOR MAG	15/07/2013 a 14/07/2014
JANICE MANENTI MATIAS	1344	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	22/02/2013 a 21/02/2014
JOANACIR CENNE STECANELLA	835	AUX SERVIÇOS GERAIS I	02/01/2014 a 01/01/2015
JOSE DE FREITAS FERNANDES	2352	MOTORISTA	22/02/2013 a 21/02/2014
JOVENICE PETERLE	438	PROFESSOR MAG	03/08/2013 a 02/08/2014
JUCIANA DONADEL	653	PROFESSOR MAG	04/08/2013 a 03/08/2014
JUSSARA SOARES PADILHA TRAMONTIN	1212	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	29/11/2013 a 28/11/2014
KARINA STECANELLA MACIEL	2370	MONITOR DE CRECHE E PRÉ ESCOLAR	29/11/2013 a 28/11/2014
LEANDRO PIZZOLO	1337	PROFESSOR SUPLETIVO CIÊNCIAS APLICADAS (MATEMÁTICA, FÍSICA E QUÍMICA)	29/11/2013 a 28/11/2014
LENIO LUIZ CARDOSO	593	MOTORISTA	09/02/2013 a 08/02/2014
LENIR ZUCHINALLI DONADEL	1346	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	22/02/2013 a 21/02/2014
LIBERA DONADEL DANDOLINI	387	PROFESSOR MAG	15/07/2013 a 14/07/2014
LIBERACI MARIA CARLESSI GOUTART	673	TELEFONISTA II	01/09/2013 a 31/08/2014
LURDETE VELHO GHELLERE	654	SECRETARIO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	04/03/2013 a 03/03/2014
LUZIA IVETE BIAVA CASAGRANDE	1006	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	02/01/2013 a 01/01/2014
MARA REJANE MILIOLI GOMES	402	PROFESSOR MAG	15/07/2013 a 14/07/2014
MARIA ARIGONI	415	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	15/07/2013 a 14/07/2014
MARIA CRISTINA BERTONCINI	2358	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	22/02/2013 a 21/02/2014
MARIA DE FATIMA QUIRINO BORDIGNON	1213	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	22/02/2013 a 21/02/2014
MARIA DO CARMO FORMENTIN BATISTA	826	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	02/01/2014 a 01/01/2015
MARIA ELIANA MORO ZUCHINALLI	424	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	15/07/2013 a 14/07/2014
MARIA LUIZA PIZZONI TUROSSI	825	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	02/01/2014 a 01/01/2015
MARIA MAFFIOLETTE CREPALDI	1348	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	22/02/2013 a 21/02/2014
MARIA MARGARETE MOTA NETTO	1339	PROFESSOR SUPLETIVO DE LÍNGUAS (PORTUGUES E INGLES)	22/02/2013 a 21/02/2014
MARIA MARILETE MOTA	344	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	16/12/2013 a 15/12/2013
MARIA MARLENE MANFIOLETTI	420	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	02/01/2014 a 01/01/2015

MARIA NATAL CESARIO BORBA	419	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	15/07/2013 a 14/07/2014
MARILENE MARCHESINI MANENTI	662	PROFESSOR MAG	04/03/2013 a 03/03/2014
MARISANE BOEIRA	1214	MONITOR CRECHE	05/12/2013 a 04/12/2014
MARLENE BOEIRA STECANELLA	421	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	15/07/2013 a 14/07/2014
MARLENE DE LIMA DE ESTEFANI	428	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	15/07/2010 a 14/07/2011
MONICA RINALDI NASCIMENTO BOTELHO	407	PROFESSOR	31/01/2013 a 30/01/2014
NATALIA DE MORAES	1349	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	22/02/2013 a 21/02/2014
NEILA SOARES DE COSTA ALEXANDRE	398	PROFESSOR MAG	02/01/2014 a 01/01/2015
NILVANI MACHADO PIZZOLO	410	PROFESSOR MAG	15/07/2013 a 14/07/2014
NIVEA BERNARDETE MORO SILVEIRA	636	PROFESSOR MAG	03/06/2013 a 02/06/2014
NIVEA BERNARDETE MORO SILVEIRA	657	PROFESSOR MAG	04/03/2013 a 03/03/2014
ROSANE LODETI	1352	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	22/02/2013 a 21/02/2014
ROSANE ROCHA DA SILVA	1008	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CULTURA	01/07/2013 a 30/06/2014
ROSANGELA TEZZINHA VELHO PEDROSO	625	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	22/04/2013 a 21/04/2014
ROSIMERI PASINI DE SOUZA	858	PROFESSOR MAG	02/01/2013 a 01/01/2014
SANDRA REGINA DE BITENCOURT	384	PROFESSOR MAG	15/07/2013 a 14/07/2014
SCHANA ARIGONI PIZZOLO	661	PROFESSOR MAG	04/03/2013 a 03/03/2014
SONIA SOARES POLLI	1325	PROFESSOR MAG	27/02/2013 a 26/02/2014
SUENI DE FATIMA BLAUTER NAGILDO	417	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	12/10/2013 a 11/10/2014
SUZANA APARECIDA DE ALMEIDA PETERLE	1009	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	05/11/2013 a 04/11/2014
SUZETE STECANELLA SAVI	403	PROFESSOR MAG	15/07/2013 a 14/07/2014
VALDIR PELIZZARI	829	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO	01/02/2013 a 31/01/2014
VANIA IZIDORO MORO	422	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	15/07/2013 a 14/07/2014
VANIO MARTIGNAGO	394	PROFESSOR MAG	15/07/2013 a 14/07/2014
WALMOR DALPONT	591	MOTORISTA	09/02/2013 a 08/02/2014
ZELINA DE OLIVEIRA DA SILVA	624	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	22/04/2012 a 21/04/2013

ZELINDA PELIZ-ZARI	2332	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	27/02/2013 a 26/02/2014
--------------------	------	-------------------------------	-------------------------

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 19 de dezembro de 2014.

Eclair Alves Coelho  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti  
Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA 88/2014

PORTARIA Nº. 88, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO e PETI

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC. no uso das atribuições em atendimento ao que estabelece a Lei Orgânica Municipal e o Art. 57, da Lei Municipal nº 467 / 1988;

Resolve:

Art. 1º - Fica concedido aos servidores abaixo identificado, gozo de férias remuneradas, com 1/3 (um terço) a mais do que o vencimento normal, pelo período de 30 (trinta) dias; de 02/01/2015 à 31/01/2015.

NOME	MATRICULA	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO
ADAO VALDIR BRUSCH	869	MOTORISTA	03/05/2013 a 02/05/2014
GIGLIOLA OLIVO CIRIMBELLI	879	PSICÓLOGA	03/06/2013 a 02/06/2014
ILDA DAL PONTE	2614	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	01/03/2013 a 28/02/2014
JANICE MANENTI MATIAS	1344	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	22/02/2013 a 21/02/2014
JUSSARA SOARES P. TRAMONTIN	1212	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	29/11/2013 a 28/11/2014
LUCIANA FLORENCIO ANDRÉ	1005	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	01/07/2012 a 30/06/2013
MARIA MARLENE MANFIOLETTI	420	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	02/01/2014 a 01/01/2015

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 19 de Dezembro de 2014.

Eclair Alves Coelho  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti  
Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA 89/2014

PORTARIA Nº. 89, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL VINCULADO A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC. no uso das atribuições em atendimento ao que estabelece a Lei Orgânica Municipal e o Art. 57, da Lei Municipal nº 467 / 1988;

Resolve:

Art. 1º - Fica concedido ao servidor abaixo identificado, gozo de férias remuneradas, com 1/3 (um terço) a mais do que o vencimento normal, pelo período de 30 (trinta) dias; de 02/01/2015 à 31/01/2015.

NOME	MATRICULA	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO
BEATRIZ MACHADO SCUSSEL	876	AUXILIAR DE SERV. GERAIS I	20/05/2013 a 19/05/2014
MARILUCE ROVARIS	1014	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	01/07/2013 a 30/06/2014
RODRIGO ANELLI	2413	CHEFE DO SERVIÇO DE EMPENHO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	05/02/2013 a 04/02/2014

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 19 de dezembro de 2014.

Eclair Alves Coelho  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti  
Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA 90/2014

PORTARIA Nº. 90, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC. no uso das atribuições em atendimento ao que estabelece a Lei Orgânica Municipal e o Art. 57, da Lei Municipal nº 467 / 1988;

Resolve:

Art. 1º - Fica concedido aos servidores abaixo identificado, gozo de férias remuneradas, com 1/3 (um terço) a mais do que o vencimento normal, pelo período de 30 (trinta) dias; de 02/01/2015 à 31/01/2015.

Nome	Matrícula	Cargo	Período Aquisitivo
EVERSON CRISTIANO ANTONIN	1001	OPERADOR DE EQUIPAMENTO	01/03/2013 a 30/06/2014

GILMAR LUIZ MICHELS	2538	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	02/08/2013 a 01/08/2014
JULIA SOARES ZANELATO	875	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	20/05/2012 a 19/05/2013
VALMIR LUIS	2434	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II	08/03/2010 a 07/03/2011
VALMIR DE SOUZA	2521	OPERADOR DE EQUIPAMENTO II	07/06/2013 a 06/06/2014
VALDIR HOFMANN MOREIRA	320	OPERADOR DE EQUIPAMENTO	15/07/2013 a 14/07/2014

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 19 de dezembro de 2014.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

#### PORTARIA 91/2014

PORTARIA Nº. 91, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC. no uso das atribuições em atendimento ao que estabelece a Lei Orgânica Municipal e o Art. 57, da Lei Municipal nº 467 / 1988;

Resolve:

Art. 1º - Fica concedido aos servidores abaixo identificado, gozo de férias remuneradas, com 1/3 (um terço) a mais do que o vencimento normal, pelo período de 30 (trinta) dias; de 02/01/2015 a 31/01/2015.

NOME	MATRICULA	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO
ANA LUCIA DA SILVA PAZ	2453	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE PSF/PACS	08/03/2013 a 07/03/2014
CIBELI TANACHI MANCIO	2449	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE PSF/PACS	08/03/2013 a 07/03/2014
DEBORA SILVA	2456	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE PSF/PACS	08/03/2013 a 07/03/2014
DIONE POLLI GRIGIO	2337	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE PSF/PACS	22/02/2013 a 21/02/2014
ELIETE DE SOUZA ZILLI	2446	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE PSF/PACS	08/03/2013 a 07/03/2014
ELIZANE MOTA AMARO	1085	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE PSF/PACS	01/03/2013 a 28/02/2014
GORETTI FORNAZA FAVARIN	1135	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE PSF/PACS	22/02/2013 a 21/02/2014

JANETE DA ROSA CRAVO	2711	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE PSF/PACS	12/04/2012 a 11/04/2013
JANIR DA ROSA CRAVO DE PRA	1097	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE PSF/PACS	23/02/2013 a 22/02/2014
MARIA CÉLIA DE MATOS MANFIOLETTI	2751	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE PSF/PACS	29/11/2013 a 28/11/2014
MARIA GORETE SACHETTI	1095	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE PSF/PACS	01/03/2013 a 28/02/2014
MARILENE VELHO	2444	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE PSF/PACS	08/03/2013 a 07/03/2014
ROBERTA CAMILO TONETTO	2450	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE PSF/PACS	08/03/2013 a 07/03/2014
ROSANE TOMASI PELIZZARI	1098	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE PSF/PACS	22/02/2013 a 21/02/2014
ADEMILSON LUIS	2334	MOTORISTA	22/02/2013 a 21/02/2014
ADANIR FATIMA SCUSSEL FERRO	2457	TECNICO EM ENFERMAGEM	08/03/2012 a 07/03/2013
ANALOR PANATO NAPOLI	357	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	15/07/2011 a 14/07/2012
ELAINE FERRO	2706	ENFERMEIRO PSF/PACS	04/04/2012 a 08/04/2013
HELOISA SAVIATO TONETTO	2821	FARMACEUTICA	13/03/2013 a 12/03/2014
GERI CIRICO	2637	MOTORISTA	13/06/2012 a 12/06/2013
FRANCISCO VISSENTINI	306	ODONTÓLOGO	15/07/2010 a 14/07/2011
JANE CATARINA MACHADO	2439	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	08/03/2012 a 07/03/2013
LUCIO CARLESSI	2326	FISIOTERAPEUTA	23/02/2013 a 22/02/2014
MARIA DO CARMO PATEL	621	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	09/03/2010 a 08/03/2011
ROBERTO CARLOS MONTECINOS GALLO	584	MÉDICO	02/01/2012 a 01/01/2013
SHEILA PATEL FELTRIN	1189	ENFERMEIRO PSF/PACS	24/02/2013 a 23/02/2014
MARIA TEREZA DE LUCA SAVI	2374	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I	01/03/2010 a 28/02/2011
VALDINEIA MACARINI	2341	PSICÓLOGO	22/02/2013 a 21/02/2014

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 19 de dezembro de 2014.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA 92/2014**

PORTARIA Nº. 92, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC. no uso das atribuições em atendimento ao que estabelece a Lei Orgânica Municipal e o Art. 57, da Lei Municipal nº 467 / 1988;

Resolve:

Art. 1º - Fica concedido aos servidores abaixo identificado, gozo de férias remuneradas, com 1/3 (um terço) a mais do que o vencimento normal, pelo período de 30 (trinta) dias; de 02/01/2015 a 31/01/2015.

NOME	MATRICULA	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO
AROLD DAL PONT	600	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II	09/02/2009 a 08/02/2010
ANTONIO CARMINATTI	878	OPERADOR DE EQUIPAMENTO II	03/06/2013 a 02/06/2014
EDEVALDO BUZANELLO	847	OPERADOR DE EQUIPAMENTO I	01/03/2009 a 28/02/2010
ELENIZE BORGES	2723	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II	02/05/2012 a 01/05/2013
LEODATO GREGORIO VELHO	372	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II	23/02/2012 a 22/02/2013
VALDEMAR PADILHA	592	CHEFE DE SERVIÇOS E URBANOS	01/01/2014 a 31/12/2014
IDELFONSO DAL PONT	830	OPERADOR DE EQUIPAMENTO I	01/02/2011 a 31/02/2012
JOÃO VIEIRA DE SOUZA	923	OPERADOR DE EQUIPAMENTO II	01/12/2012 a 30/11/2014
JOSÉ DE FREITAS FERNANDES	2352	MOTORISTA	22/02/2013 a 21/02/2014
JOSÉ FLAVIO DE ESTEFANI	2392	VIGIA	07/01/2012 a 06/01/2013
LAURO MAFIOLETTI	2556	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II	04/02/2013 a 03/02/2014
LEONIR ANTONIO PETERLE	1012	OPERADOR DE EQUIPAMENTO I	01/07/2013 a 30/06/2014
NOELY SCHEIMANN PIZZOLO	2328	RECEPCIONISTA	22/02/2013 a 21/02/2014
MARIA GENOEFA MANENTI DAL PONTE	2752	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II	04/02/2012 a 03/02/2012

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 19 de dezembro de 2014.

Eclair Alves Coelho  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti  
Secretário de Administração e Finanças

**Timbó****PREFEITURA****ATA HABILITAÇÃO E PROPOSTA - TOMADA DE PREÇO Nº 159 2014 PMT**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA DA TOMADA DE PREÇO Nº. 159/2014 - PMT

Às oito horas e dez minutos, do décimo nono dia, do mês de dezembro de dois mil e catorze, no auditório da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ/SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 792/2014 (alterada pela Portaria 1432/2014), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Aline Burger e Andrea Taise Franz (designada pela Portaria nº 1228, de 22 de julho de 2014) e, representando a empresa ENGECEL ELETRO COMERCIAL LTDA, o senhor Elvis Oswald Luchtenberg.

Entregou, tempestivamente, os envelopes de Habilitação e Proposta, a empresa: ENGECEL ELETRO COMERCIAL LTDA.

A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade. A senhora Presidente em prosseguimento, passou à abertura dos envelopes Habilitação, colocando à disposição dos presentes os documentos neles contidos, para análise e rubrica.

Na sequência a Presidente suspendeu a sessão para encaminhamento dos documentos de habilitação ao Setor de Contabilidade, tendo em vista a necessidade de análise e parecer contábil, em especial do item 7.1.4 - Qualificação Econômico-Financeira.

Dando prosseguimento ao feito, o Setor de Contabilidade analisou os quantitativos contábeis, onde a contadora, Sra. Carla Moser, emitiu parecer no sentido de que a empresa ENGECEL ELETRO COMERCIAL LTDA, atendeu aos requisitos do Edital, quais sejam estes: índice de liquidez corrente; índice de liquidez total; grau de endividamento; patrimônio líquido.

Desta forma, analisada toda documentação juntada aos autos, aliado com o parecer contábil e, atendendo ainda ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, a Comissão decide pela habilitação da empresa ENGECEL ELETRO COMERCIAL LTDA.

A Comissão lembra que como só houve uma empresa participante, dispensa-se o prazo legal que seria de cinco dias úteis, para interposição de recursos, possibilitando a continuidade ao certame. Deu-se, em sequência, a abertura do envelope contendo a proposta para exame e rubrica de todos os documentos pelos membros da Comissão e representante presente, cujo valor global apresentado pela empresa foi de R\$ 113.905,59 (cento e treze mil e novecentos e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

Da análise e exame da proposta, à vista das exigências constantes do edital, decide-se pela classificação da proposta, e declara-se vencedora a empresa ENGECEL ELETRO COMERCIAL LTDA no valor total de R\$ 113.905,59 (cento e treze mil e novecentos e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

Após a empresa ser declarada vencedora o representante da mesma solicitou a comissão permissão para se retirar da reunião antes da finalização da ata, a qual foi autorizada pela Sra. Presidente. Em função da ausência deste a ata segue assinada apenas pelos membros da Comissão de Licitação.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão e pelos representantes legais presentes.

Registre-se, publique-se, intemem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO  
Presidente

ALINE BURGER  
Secretária

ANDREA TAISE FRANZ  
Membro

### **ATA HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 07-2014 FME**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº. 07/2014 - FME

Às dez horas e dez minutos, do décimo nono dia, do mês de dezembro de dois mil e catorze, no auditório da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 792/2014 (alterada pela Portaria 1432/2014), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Aline Burger e Andrea Taise Franz (designada pela Portaria nº 1228, de 22 de julho de 2014) e, representando a empresa BRUSFOGO EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA ME, o Sr. Jaime Flavio da Silva Cesari.

Entregou, tempestivamente, os envelopes de Habilitação e Proposta, a seguinte empresa BRUSFOGO EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA ME.

A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade. A senhora Presidente em prosseguimento, passou à abertura do envelope Habilitação, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, de todos os documentos neles contidos.

Na sequência a Presidente suspendeu a sessão para encaminhamento dos documentos de habilitação ao Setor de Contabilidade, tendo em vista a necessidade de análise e parecer contábil, em especial do item 7.1.4 - Qualificação Econômico-Financeira.

O envelope de PROPOSTA deverá permanecer no Setor de Licitação, devidamente lacrado, até a data designada para sua abertura. Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intinem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO  
Presidente

ALINE BURGER  
Secretária

ANDREA TAISE FRANZ  
Membro

### **AVISO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º 01 2015 PMT - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PNAE**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2015 - PMT

O Município de Timbó/SC torna público que se encontra aberta a CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, DESTINADO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE,

durante o período de janeiro à dezembro de 2015, para o fornecimento de leite, peixe de água doce, iogurte, banana, maçã, couve-flor, repolho orgânico, cenoura orgânica e batata-doce orgânica conforme calendário de entrega fornecido pela Secretaria de Educação, considerando o disposto nos artigos 14, §1º e 21 da Lei 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE nº. 38/2009, alterada pela Portaria n.º 25 de 04 de julho de 2012.

ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e Projeto de Venda até as 10h30min do dia 12 de janeiro de 2015. ABERTURA: dia 12 de janeiro de 2015 as 10h35min.

Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

Timbó, 19 de dezembro de 2014  
SERGI FREDERICO MENGARDA  
Secretário de Educação

### **AVISO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N.º 167 2014 PMT - MATERIAIS DE USO OBRIGATÓRIO**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 167/2014

OBJETO: aquisição de materiais de uso obrigatório, equipamentos de proteção individual (EPI), para uso das auxiliares operacionais de limpeza e merendeiras da rede de ensino fundamental do município de Timbó. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 10h00min do dia 14 de janeiro de 2015. ABERTURA: dia 14 de janeiro de 2015 as 10h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

TIMBO (SC), 19/12/2014  
SERGI FREDERICO MENGARDA  
Secretário de Educação

### **AVISO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N.º 169 2014 PMT - AQUISIÇÃO DE GRAMA, FLORES, ADUBO E HUMUS**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 169/2014 - PMT

OBJETO: aquisição de grama tipo esmeralda, flores, adubo e húmus, para manutenção e revitalização dos canteiros do Município de Timbó, atendendo as necessidades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 10h00min do dia 19 de janeiro de 2015. ABERTURA: dia 19 de janeiro de 2015 as 10h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

TIMBÓ (SC), 19/12/2014  
MARCIA DA ROCHA  
Secretária de Desenvolvimento Econômico

**DECRETO Nº 3646, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3646, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

Revoga os Editais de Contribuição de Melhoria nº 05, 06, 08 e 09 do corrente ano.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos V, VII e XXII, c/c art. 70, inciso I, alíneas "a", "i" e "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05/04/1990, e com fundamento nos artigos 415 a 430 da Lei Complementar nº 142, de 21/12/1998, e suas alterações posteriores, e

CONSIDERANDO que a pavimentação realizada nas ruas, Pernambuco, Chapecó, Papanduva e Lages foram realizadas pelo sistema de Mutirão previsto na lei nº. 1.940/1997 com redação dada pela lei nº. 2.451/2010;

CONSIDERANDO que existem proprietários de imóveis lindeiros a obra que não aderiram ao pagamento do melhoramento através do sistema de Mutirão;

CONSIDERANDO que foram elaborados os editais para cobrança dos valores dos proprietários não aderentes ao sistema de mutirão, das obras realizadas pela Administração Pública nas ruas Lages, Pernambuco, Chapecó e Papanduva, após a publicação dos respectivos editais, constatou-se equívoco em sua elaboração no que diz respeito a legislação utilizada;

CONSIDERANDO a necessidade de revogação para adequação dos editais nº 05, 06, 08 e 09 das ruas Pernambuco, Chapecó, Papanduva e Lages,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam revogados os Editais de Contribuição de Melhoria nº 05, 06, 08 e 09 do corrente ano, referentes as ruas Pernambuco, Chapecó, Papanduva e Lages, bem como todos os atos administrativos decorrentes desta, lançados em virtude da valorização dos imóveis agraciados com as obras realizadas pela administração pública.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

DARCÍZIO BONA

PREFEITO DE TIMBÓ EM EXERCÍCIO

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 2014.061 PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/062

CONTRATANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde

CONTRATADO: Empreiteira de Mão-de-obra E.M.C Ltda Me

OBJETO: Acréscimo ao objeto e ao preço no valor de R\$ 20.654,06 (vinte mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e seis centavos).

DATA DA ASSINATURA: 15/12/2014.

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

**EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 2014.062 PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/062

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Educação

CONTRATADO: Construtora F & F Ltda. Me

OBJETO: Acréscimo ao objeto e ao preço no valor de R\$ 17.198,11 (dezesete mil cento e noventa e oito reais e onze centavos).

DATA DA ASSINATURA: 09/12/2014.

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário de Educação

**LEI Nº 2764, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014**

LEI Nº 2764, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

Autoriza a concessão de auxílio financeiro para manutenção de atividades culturais por entidades deste município.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó fica autorizado a conceder auxílio financeiro às seguintes entidades, nestes valores, parcelas e termos:

I - À Associação Folclórica Blauer Berg, entidade sem fins lucrativos, CNPJ nº. 09.466.458/0001-05 e inscrição municipal nº. 9678 (constituída pelos grupos folclóricos "Volkstanzgruppe Blauer Berg" - Adulto e Infante Juvenil), o correspondente a R\$ 17.620,00 (dezesete mil, seiscentos e vinte reais) para o ano de 2015;

II - À Orquestra de Câmara Municipal de Timbó, entidade civil sem fins lucrativos, CNPJ nº 07.749.478/0001-68, o correspondente a R\$ 58.100,00 (cinquenta e oito mil e cem reais) para o ano de 2015;

III - À Banda Municipal Professor João Muller, entidade civil sem fins lucrativos, CNPJ nº 86.949.849/0001-21, o correspondente a 95 (noventa e cinco) UFM's para cada integrante, limitado ao total de 50 (cinquenta) integrantes, a ser pago a referida entidade durante 11 meses, com início de pagamento a partir de fevereiro/2015 e término em dezembro/2015;

IV - À Associação do Grupo Folclórico os Cinqüentões, entidade civil sem fins lucrativos, CNPJ nº. 14.738.358/0001-20, o correspondente a 85 (oitenta e cinco) UFM's para cada integrante, limitado ao total de até 15 (quinze) integrantes, a ser pago a entidade durante 11 meses, com início a partir de fevereiro/2015 e término em dezembro/2015.

V - A Banda Musical "Acordes Celestes", associação civil, sem fins lucrativos, CNPJ nº. 10.984.966/0001-64, o correspondente a R\$ 5.650,00 (cinco mil seiscentos e cinquenta reais), em parcela única, para o ano de 2015.

VI - Ao Musical Adonai Restauração, associação civil, sem fins lucrativos, CNPJ nº. 13.784.417/0001-34, o correspondente a R\$ 5.650,00 (cinco mil seiscentos e cinquenta reais), em parcela única, para o ano de 2015.

§1º Os valores deverão ser destinados exclusivamente ao custeio das despesas de manutenção das atividades dos grupos mencionados neste artigo, decorrentes do apoio e das parcerias realizadas com a Fundação Cultural de Timbó, e serão repassados por intermédio de depósito em conta específica aberta pela entidade beneficiada.

§2º Para as entidades descritas nos itens I e II do presente artigo o valor será repassado de forma parcelada, em três vezes, sendo a primeira em março/2015, a segunda até junho/2015 e a terceira até setembro/2015, sendo de até 3 (três) meses o prazo para utilização destes recursos.

§3º As entidades terão o prazo de até trinta dias após o término do prazo de utilização do recurso repassado para prestar contas, nos moldes estabelecidos pelo poder concedente.

§4º O presidente da cada entidade beneficiada é responsável pelos recursos repassados, devendo prestar contas nos termos do Decreto nº 3.080, de 15 de março de 2013, alterações e demais normas aplicáveis a espécie.

§5º A liberação de cada parcela subsequente fica condicionada à efetiva prestação de contas dos valores da parcela antecedente.

Art. 2º A despesa com a execução da presente lei, correrá à conta de dotação própria do Orçamento-Programa 2015 da Fundação Cultural de Timbó, com a seguinte classificação:

22.01.013.392.0094.2246. FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ  
22.01.013.392.0094.2246. MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE  
22.01.013.392.0094.2246. TRANSFERENCIA DE RECURSOS  
300000.00 - DESPESAS CORRENTES  
330000.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 335000.00  
- TRANSF. A INST. PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS  
335041.00 - CONTRIBUIÇÕES

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de dezembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### **TERMO DE ANULAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 33 2014 FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ

TERMO DE ANULAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 33 2014 - FMS

O Secretário de Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fundamento em sua decisão, resolve ANULAR o Edital de Pregão Presencial nº. 33/2014 e todos os atos e procedimentos dele decorrentes, cujo objeto versa acerca da aquisição de computador (mini pc nettop) para as salas de vacinação conforme deliberação da CIB (Comissão Intergestores Bipartite) n.º 243/2014. MOTIVO: Aviso de licitação não publicado no Diário Oficial do Estado, condição que o inciso II do art. 21 da Lei n.º 8.666/93 define como imprescindível à validade do certame em se tratando de recursos estaduais.

Timbó (SC), 19 de dezembro de 2014  
ALFREDO JOÃO BERRI  
Secretário de Saúde

## **Treze Tílias**

### **PREFEITURA**

#### **EXTRATO TERMO ADITIVO 01 - FUNDO DE CULTURA** EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA DE TREZE TI-  
LIAS/SC

PROPONENTE: ASSOCIAÇÃO CULTURAL AUSTRIACA BANDA DOS  
TIROLESES

OBJETO: Edital 01/2014 - Contratação de pessoa jurídica para ofe-  
recer aulas de música para a comunidade do município

1.O valor contratado é de R\$ 40.950,00 (quarenta mil, novecentos e cinquenta reais), o qual será aplicado um reajuste de 7% (sete por cento), passando a vigorar o valor de R\$ 43.816,50 (quarenta e três mil, oitocentos e dezesseis reais e cinquenta centavos), a ser pago em 10 (dez) parcelas iguais.

2.O proponente deverá prestar contas do contrato atual no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento da última parcela, conforme cláusula 4ª, II, e do Termo de Acordo e Compromisso;

3.Fica prorrogado o prazo de vigência para mais 10 (dez) meses a contar de 01/01/2015.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO nº 01/2014

DATA ASSINATURA CONTRATO: 01/03/2014

TREZE TÍLIAS/SC, 19 de dezembro de 2014.

#### **EXTRATO TERMO ADITIVO 02 - FUNDO DE CULTURA** EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA DE TREZE TI-  
LIAS/SC

PROPONENTE: ANTÔNIO DARCI BANDEIRA

OBJETO: Edital 02/2014 - Contratação de pessoa jurídica para ofe-  
recer aulas de canto junto aos corais da cidade.

1.O valor contratado é de R\$ 4.280,00 (quatro mil, duzentos e oitenta reais), o qual será aplicado um reajuste e passa a vigorar o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a ser pago em 10 (dez) parcelas iguais;

2.O proponente deverá prestar contas do contrato atual no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento da última parcela, conforme cláusula 4ª, II, e do Termo de Acordo e Compromisso;

3.Fica prorrogado o prazo de vigência para mais 10 (dez) meses a contar de 01/01/2015.

#### **EXTRATO TERMO ADITIVO 03 - FUNDO DE CULTURA** EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA DE TREZE TI-  
LIAS/SC

PROPONENTE: BERNARDO MOSER

OBJETO: Edital 03/2014 - Contratação de professor/maestro para regência da Banda Estudantil Municipal

1.O valor contratado é de R\$ 29.960,00 (vinte e nove mil, novecentos e sessenta reais), o qual será aplicado um reajuste de 7% (sete por cento), passando a vigorar o valor de R\$ 32.057,20 (trinta e dois mil, cinquenta e sete reais e vinte centavos), a ser

pago em 10 (dez) parcelas iguais.

2.O proponente deverá prestar contas do contrato atual no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento da última parcela, conforme cláusula 4ª, II, e, do Termo de Acordo e Compromisso;

3.Fica prorrogado o prazo de vigência para mais 10 (dez) meses a contar de 01/01/2015.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO nº 03/2014

DATA ASSINATURA CONTRATO: 01/03/2014

TREZE TÍLIAS/SC, 19 de dezembro de 2014.

## Tunápolis

### PREFEITURA

#### DECRETO 05/2014

DECRETO LEGISLATIVO N.º 05/2014 de 17 de Dezembro de 2014. INSTITUI PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e a Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Legislação vigente e:

#### DECRETA:

Art. 1º Fica declarado PONTO FACULTATIVO na Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis com a suspensão do expediente no período vespertino dos dias 24 e 31 de Dezembro de 2014, e dos dias 26 de Dezembro de 2014 e dia 02 de Janeiro de 2015, em virtude das comemorações festivas do natal e final de ano respectivamente.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, aos 17 de Dezembro de 2014.

FLÁVIO ALBANO WENDLING

Presidente

#### PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 138/2014 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2014 REGISTRO DE PREÇO 09/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 138/2014

Edital de Pregão Presencial nº 100/2014

Registro de Preço 09/2014

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da

Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação,

na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de tubos de concreto destinados para drenagem de água pluvial em ruas da cidade e estradas do interior do município ao longo de 12 meses.

Entrega das propostas até às 15h15min do dia 08/01/2015.

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis, SC, 19 de Dezembro de 2014.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 139/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2014**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 139/2014  
Pregão Presencial nº 101/2014

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da

Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação,

na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a contratação de empresas para a prestação de serviços de transporte escolar de alunos matriculados nas escolas Municipais e Estaduais, conforme previsão de matrículas e calendário escolar aprovado pela Secretaria Estadual e Municipal de Educação, de acordo com os quantitativos, forma, e condições estabelecidas no presente ato convocatório e seus anexos.

Entrega das propostas até às 8h15min do dia 09/01/2015.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis, SC, 19 de Dezembro de 2014.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 140/2014 CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 140/2014  
Concorrência Pública nº 01/2014

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, que tem por objeto a CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE PAVILHÃO INDUSTRIAL, PARA FINS DE INSTALAÇÃO DE INDÚSTRIA, nos termos da Lei Municipal 901/2008, de 25 de junho de 2008, alterada pela Lei Municipal nº 1077/2012, observadas as regras de licitação estabelecidas pela Lei 8.666/93.

Entrega das propostas até 23 de janeiro de 2015, às 09 horas.

Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx493)632-11-22. Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis, SC, 19 de dezembro de 2014.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

**Turvo****PREFEITURA****CONTRATO PMT 100/2014**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2013

MODALIDADE DE REGISTRO DE PREÇO

CONTRATO N.º N.º 100/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TURVO/SC

CONTRATADO: BRISAMAX COMÉRCIO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO EIRELI

OBJETO: aquisição de brinquedos e playgrounds

VIGÊNCIA: 13/11/14 a 13/11/15

VALOR: R\$ 824,70

**CONTRATO PMT 97/2014**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2013

MODALIDADE DE REGISTRO DE PREÇO

CONTRATO N.º N.º 97/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TURVO/SC

CONTRATADO: CIVIAM COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

OBJETO: aquisição de brinquedos e playgrounds

VIGÊNCIA: 11/11/14 a 11/11/15

VALOR: R\$ 3.570,00

**CONTRATO PMT 98/2014**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2013

MODALIDADE DE REGISTRO DE PREÇO

CONTRATO N.º N.º 98/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TURVO/SC

CONTRATADO: CAPRICORNIO SA

OBJETO: aquisição de brinquedos e playgrounds

VIGÊNCIA: 13/11/14 a 13/11/15

VALOR: R\$ 22.806,12

**CONTRATO PMT 99/2014**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2013

MODALIDADE DE REGISTRO DE PREÇO

CONTRATO N.º N.º 99/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TURVO/SC

CONTRATADO: BRINK MOBIL EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS LTDA

OBJETO: aquisição de brinquedos e playgrounds

VIGÊNCIA: 13/11/14 a 13/11/15

VALOR: R\$ 10.831,00

**DECRETO 67/2014**

DECRETO No 067/14, de 18 de Dezembro de 2014.

DECRETA PONTO FACULTATIVO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que estabelece a legislação vigente,

DECRETA

Art. 1º. Ponto facultativo em todas as repartições públicas

municipais nos dias 26 de dezembro de 2014 (sexta-feira) e 02 de janeiro de 2015 (sexta-feira).

Art. 2º. Os serviços que, por sua natureza não podem ser interrompidos, funcionarão na forma que os setores envolvidos determinarem.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 18 de dezembro de 2014.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

### **DECRETO 68/2014**

DECRETO Nº 068/14, de 18 de Dezembro de 2014.  
SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.180/13 (Lei Orçamentária Anual), de 12/12/2013. DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), assim classificados:  
07.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
26.782.0044.2.019 - MANUTEN. DA SEC. TRANSP. OBRAS E SERV. PÚBLICOS  
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080.0 (0090) - Aplicações Diretas  
..... R\$ 40.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte 0080 por excesso de arrecadação no valor de R\$ 40.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 18 de dezembro de 2014.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

### **LEI 2228/2014**

LEI Nº 2.228/14, de 19 de Dezembro de 2014.  
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM ASSOCIAÇÃO IRMÃ CARMEN.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina.  
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação Irmã Carmen, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 00.900.930/0001-00, com a finalidade de abrigagem de crianças e adolescentes do Município de Turvo perante a Casa Lar Irmã Carmen.

Art. 2º. O Convênio terá vigência de 01 de Janeiro de 2015 até 31 de Março de 2015, no valor de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais), para cada criança e adolescentes abrigados daqueles encaminhados pelo Município de Turvo.

Art. 3º. Fica a entidade acima obrigada a prestar contas dos recursos recebidos mensalmente, obedecida à legislação vigente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 19 de dezembro de 2014.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

### **PREGAO PRESENCIAL PMT 01/2015**

Aviso de Licitação

Processo de Licitação nº 01/2015 - Pregão Presencial nº 01/2015  
Objeto: Fornecimento de Material de Limpeza e Higiene, Gás de Cozinha e Gêneros Alimentícios para rede Municipal de Educação.  
Entrega dos envelopes: até as 07h45min do dia 08/01/2015  
Abertura da Sessão: á partir das 08:00 horas do dia 08/01/2015  
Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 588 - Centro - Turvo/SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100, fax (48) 3525-0186.

Turvo - SC - 19 de dezembro de 2014  
Ester Z. Barp  
Pregoeira

# Videira

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 11.392/14

DECRETO Nº 11.392/14, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Designa servidora para responder pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX c/c artigo 79, IV da Lei Orgânica do Município;

#### DECRETA

Art. 1º Fica designada o servidor, GILMAR PAULO RISSARDI, para responder interinamente pelo cargo de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no período de 1º de janeiro a 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Videira, 19 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

### DECRETO Nº 11.393/14

DECRETO Nº 11.393/14, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.193/14, de 10 de dezembro de 2014.

#### DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

01 – Gabinete do Prefeito Municipal
01 – Assessoria de Gabinete
2.002 – Manutenção da Chefia de Gabinete
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta do excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

### DECRETO Nº 11.394/14

DECRETO Nº 11.394/14, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.035/13, de 06 de dezembro de 2013.

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 280.000,00 (Duzentos e oitenta mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria Municipal de Educação	
03 – Departamento de Ensino Infantil	
2.037 – Manutenção do Ensino de 0 a 6 Anos	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001 - Aplicações Diretas	262.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 - Aplicações Diretas	18.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	280.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

07 – Secretaria Municipal de Educação	
03 – Departamento de Ensino Infantil	
2.037 – Manutenção do Ensino de 0 a 6 Anos	
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0001 - Aplicações Diretas	280.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO	280.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretario de Administração

**EXTRATO ADITIVO Nº 139/2014 - FMS**

Aditivo nº 139/2014  
Contrato/Ata nº: CT 417/2011  
Processo: PR 72/2011-FMS  
Fornecedor: A.J.F. DENTISTAS ASSOCIADOS S/S  
Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015; e reajustar os valores constantes da Cláusula 2ª através do IGP-M (FGV) conforme item 2.1 do Contrato.  
Valor: R\$ 163.243,68  
Data: 17/12/2014

**EXTRATO ADITIVO Nº 140/2014 - PMV**

Aditivo nº 140/2014  
Contrato/Ata nº: CT 08/2010  
Processo: PR 04/2010 - PMV  
Fornecedor: RÁDIO VIDEIRA LTDA  
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato com efeitos a partir de 01/01/2015 até 31/01/2015, prazo máximo estabelecido em Lei, conforme autorizado pelo Sr. Prefeito Municipal.  
Valor: R\$ 14.889,72  
Data: 17/12/2014

**EXTRATO ADITIVO Nº 141/2014 - FMS**

Aditivo nº 141/2014  
Contrato/Ata nº: CT 03/2014  
Processo: PR 69/2013-FMS  
Fornecedor: CLÍNICA MÉDICA SANT'ANA LTDA  
Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015; e reajustar os valores constantes da Cláusula 2ª através do IGP-M (FGV) no percentual de 3,036060%, conforme item 2.1 do Contrato.  
Valor: R\$ 31.125,84  
Data: 17/12/2014

**EXTRATO ADITIVO Nº 142/2014 -PMV**

Aditivo nº 142/2014  
Contrato/Ata nº: CT 11/2013  
Processo: DL 04/2013  
Locador: IRIS TESTA COLLE  
Objeto: Prorrogação do contrato de locação por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 01/01/2015 até 31/12/2015, no que se refere ao imóvel para uso da Secretaria de Turismo e Cultura.  
Valor: R\$ 20.894,04  
Data: 17/12/2014

**EXTRATO ADITIVO Nº 143/2014 -FMS**

Aditivo nº 143/2014  
Contrato/Ata nº: CT 123/2010  
Processo: PR 24/2010-FMS  
Fornecedor: CLÍNICA MÉDICA HENNING LTDA  
Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência por mais 03 (três) meses, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015 até 01 de abril de 2015  
Valor: R\$ 6.873,00  
Data: 18/12/2014

**EXTRATO ADITIVO Nº 144/2014 -FMS**

Aditivo nº 144/2014  
Contrato/Ata nº: CT 272/2012  
Processo: TP 01/2012-FMS  
Fornecedor: INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA  
Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência por mais 06 (seis) meses, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015 até 30 de junho de 2015, conforme solicitação e justificativa da Secretaria de Saúde.  
Valor: R\$ 23.400,00  
Data: 18/12/2014

**EXTRATO ADITIVO Nº 145/2014 -PMV**

Aditivo nº 145/2014  
Contrato/Ata nº: CT 03/2013  
Processo: IL 03/2013  
Fornecedor: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA  
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 01/01/2015 até 31/12/2015 e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, reajustando o preço dos serviços em 2,036105%, através do IGP-M acumulado de janeiro/2014 a novembro/2014.  
Valor: R\$ 8.126,52  
Data: 18/12/2014

**EXTRATO ADITIVO Nº 146/2014 - FMS**

Aditivo nº 146/2014  
Contrato/Ata nº: CT 253/2010  
Processo: DL 27/2010-FMS  
Locador: ARVINA ANCIUTTI E OUTRO  
Objeto: Prorrogação do contrato de locação por mais 06 (seis) meses, com efeitos a partir de 01/01/2015 até 01/07/2015, no que se refere ao imóvel para instalação da base descentralizada do Samu, setores do serviço social e vigilância epidemiológica municipal  
Valor: R\$ 8.095,38  
Data: 18/12/2014

**EXTRATO ADITIVO Nº 147/2014 -FMAS**

Aditivo nº 147/2014  
Contrato/Ata nº: CT 262/2013  
Processo: TP 02/2013 - FMAS  
Fornecedor: PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA  
Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 01/01/2015 até 31/12/2015 e reajustar os valores, aplicando-se o IGP-M (FGV) acumulado dos últimos doze meses no percentual de 3,65%.  
Valor: R\$ 22.648,34

Data: 18/12/2014

**EXTRATO ADITIVO Nº 148/2014 - PMV**

Aditivo nº 148/2014

Contrato/Ata nº: CT 220/2013

Processo: TP 04/2013 - PMV

Fornecedor: ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA EPP

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato, previsto na Cláusula 5ª, com efeitos a partir de 18 de dezembro de 2014 até 18 de fevereiro de 2015, conforme parecer jurídico favorável autorizado pelo Prefeito Municipal.

Data: 18/12/2014

**EXTRATO ADITIVO Nº 149/2014 - FMS**

Aditivo nº 149/2014

Contrato/Ata nº: CT 01/2012

Processo: DL 01/2012 - FMS

Locador: JOÃO SEVERINO PERIN

Objeto: Prorrogação do contrato de locação por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015 para a locação do imóvel destinado a Secretaria Municipal de Saúde.

Valor: R\$ 28.271,16

Data: 19/12/2014

**EXTRATO ADITIVO Nº 150/2014 - PMV**

Aditivo nº 150/2014

Contrato/Ata nº: CT 199/2011

Processo: TP 05/2011 - PMV

Fornecedor: MENDES E SUCKOW ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato, previsto na Cláusula 6ª, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015 até 30 de junho de 2015, conforme justificativa apresentada pelas Secretarias de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Habitação.

Data: 19/12/2014

**EXTRATO ADITIVO Nº 151/2014 - PMV**

Aditivo nº 151/2014

Contrato/Ata nº: CT 84/2011

Processo: PR 20/2011 - PMV

Fornecedor: RBS ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S.A

Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015, conforme parecer jurídico favorável autorizado pelo Prefeito Municipal.

Valor: R\$ 84.675,00

Data: 19/12/2014

**EXTRATO ADITIVO Nº 152/2014 -PMV**

Aditivo nº 152/2014

Contrato/Ata nº: CT 143/2014

Processo: DL 10/2014 - PMV

Fornecedor: BSA BUREAU DE SERVIÇOS EM ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato, previsto na

Cláusula 5ª, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015 até 31 de janeiro de 2015, conforme justificativa apresentada pelo Fundo Municipal de Saneamento Básico.

Data: 19/12/2014

**EXTRATO ADITIVO Nº 153/2014 -PMV**

Aditivo nº 153/2014

Contrato/Ata nº: CT 255/2012

Processo: TP 27/2012 - PMV

Fornecedor: IPM INFORMÁTICA PÚBLICA MUNICIPAL LTDA

Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015 até 01 de dezembro de 2015 e reajustar os valores constantes da Cláusula 2ª através do IGP-M (FGV) acumulado dos últimos doze meses no percentual de 3,65%, conforme item 2.1 do Contrato.

Valor: R\$ 125.951,50

Data: 19/12/2014

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0145/14**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0145/2014

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0461/13

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JULIANA CRISTINA PETRY

CPF: 065.659.369-51

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 01 de dezembro de 2014.

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0146/14**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0146/2014

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0592/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JUCÉLIA FABRICIO DONATTI

CPF: 794.011.209-00

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 01 de dezembro de 2014.

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0149/14**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0149/2014

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0002/13

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: NEUSELI RODRIGUES DA CRUZ

CPF: 712.953.649-72

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 01 de dezembro de 2014.

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0152/14**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0152/2014

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0420/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CLARISSA MARIA MEISTERLIN

CPF: 060.179.979-80

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 28 de novembro de 2014.

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0154/14**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0154/2014

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0660/13

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SOLANGE KRUGER LEANDRO GONÇALVES

CPF: 017.139.199-31

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 31 de dezembro de 2014.

**LEI Nº 3.194/14**

LEI N.º 3.194/14, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal proceder a Concessão de Direito Real de Uso de imóvel público que especifica, à empresa SULFIBRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-EPP, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípes que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a fazer a concessão gratuita de direito real de uso, a empresa SULFIBRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 08.285.458/0001-46, situada a Rua Ademar Mendes, s/nº, Bairro Centro, na cidade de Iomerê-SC, do Lote do Loteamento "Condomínio Industrial Campina Bela", com área total do lote de 25.374,72m² (vinte e cinco mil, trezentos e setenta e quatro metros e setenta e dois decímetros quadrados), do qual poderá fazer uso de uma área de 10.697,90m² (dez mil, seiscentos e noventa e sete metros e noventa decímetros quadrados), respeitando e preservando a área de 14.686,72m² (quatorze mil, seiscentos e oitenta e seis metros e setenta e dois decímetros quadrados) relativos à área de preservação permanente - APP contidos no projeto urbanístico do loteamento; localizado na Estrada Municipal do Bairro Campina Bela, perímetro urbano desta cidade e Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, com matrícula nº. 32.373, conforme planta arquivada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira - SC.

§ 1º A finalidade da concessão de direito real de uso é a instalação da empresa para a produção de poliuretanos e a produção de laminados reforçados com fibra de vidro, destinado para a montagem de carrocerias frigoríficas e térmicas; dentre outros, conforme consta do Processo Administrativo nº 15.076/2014.

§ 2º A empresa beneficiada por esta Lei ficará obrigada a iniciar a obra num prazo máximo de 06 (seis) meses a partir da publicação da lei, e a concluí-la dentro de 12 (doze) meses no máximo.

§ 3º Na impossibilidade de cumprimento dos prazos estabelecidos no parágrafo anterior, a empresa beneficiada terá a prerrogativa de requerer dilação de prazo devidamente justificada, a qual será apreciada pela comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, pelo prazo máximo de 12 (doze) meses.

§ 4º Em não havendo o início da execução e implantação da empresa nos prazos acima estabelecidos, será realizada a reversão da concessão, através da respectiva autorização legislativa, e ficará automaticamente revogada a concessão e revertido o imóvel ao patrimônio público municipal, mediante simples requerimento da comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e com a anuência do Chefe do Poder Executivo Municipal, acompanhado

de documentos comprobatórios do não cumprimento do projeto ao Cartório de Imóveis.

§ 5º No caso de reversão imediata do bem para o Poder Público este ocorrerá com a prévia notificação do beneficiário, reservada a ampla defesa e o contraditório, nos termos da Lei.

§ 6º Não havendo cumprimento do projeto e sendo o imóvel revertido nos termos do parágrafo anterior, fica autorizada a imediata reintegração no Município, inclusive sem indenização.

Art. 2º À empresa beneficiada com incentivos econômicos e estímulos fiscais, vedar-se-á:

I - alienar o imóvel dentro do período previsto para a reversão, a fim de desviar a finalidade originária, sem que a requerente observe as condições previstas na presente Lei, e sempre com expressa autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal, após análise e parecer da comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais;

II - gravar com ônus real de garantia, exceto a empresa que já esteja em atividade, desde que comprove previamente sua liquidez patrimonial por meio de Balanço Patrimonial Projetado, devidamente assinado por profissional habilitado e apresentado perante a comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e com a expressa autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal;

III - dar destinação diversa da prevista no plano de negócio original, às áreas de terra obtidas por meio de doação ou concessão de direito real de uso do Município de Videira;

IV - É vedada a permuta ou qualquer outra forma de transferência de áreas de terra cedidas, seja a título de doação ou de concessão de direito real de uso, pelo Município entre empresas, salvo as operações deliberadas favoravelmente pela comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

V - É proibido, em qualquer hipótese, o fracionamento do imóvel.

VI - Fica proibida a construção de benfeitorias em madeira.

VII - É vedada a implantação de empreendimentos que acarretem riscos ambientais externos, nos loteamentos e condomínios industriais.

Parágrafo único - Na hipótese do inciso II, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca de 2º grau em favor do doador, como determina o § 5º do art. 17 da lei nº 8.666/93.

Art. 3º Após a inscrição da concessão, a concessionária fluirá plenamente do terreno para os fins estabelecidos nesta lei e responderá por todos os encargos, civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel e suas rendas, bem como manter limpo, em condições de higiene sanitária e demais normas pertinentes à utilização do imóvel.

Art. 4º O interesse público resta demonstrado uma vez que a indústria a ser instalada no imóvel concedido, estimulará o crescimento deste município, gerando empregos diretos, acréscimo de renda para os beneficiários e para cidade, bem como geração de tributos e demais emolumentos para o município de Videira.

Art. 5º A concessionária deverá manter na área objeto da concessão, uma placa indicando que o imóvel foi concedido pelo

município de Videira, constando o número da Lei autorizativa e outras exigências necessárias e legais que o Poder Público entender devidas.

Art. 6º Decorridos 10 (dez) anos de funcionamento ininterrupto do empreendimento e cumpridas a sua função social, evolução da atividade e as obrigações estabelecidas na transmissão, a área, poderá ser transferida em definitivo à empresa beneficiada mediante autorização do Município.

Art. 7º O concedente no exercício regular do poder de polícia, poderá fazer a qualquer tempo levantamento, consulta, supervisão no imóvel, quando achar necessário, visando o seu estado de conservação e utilização.

Art. 8º A concessionária arcará com quaisquer ônus existentes sobre esta concessão, inclusive a necessária inclusão no Cartório de Registro de Imóveis, não tendo o Poder Público quaisquer despesas sobre a mesma.

Art. 9º À empresa beneficiada com incentivos econômicos e estímulos fiscais, deverá cumprir integralmente as disposições desta Lei e da Lei Municipal nº 3.073/14, de 09 de abril de 2014.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de dezembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL  
Secretário de Administração

### **LEI Nº 3.195/14**

LEI Nº 3.195/14, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo a proceder à autorização de uso de bem imóvel pertencente ao Município ao Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina; e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder à autorização de uso gratuito da Unidade Básica de Saúde de Anta Gorda, em especial a sala denominada "intendência", com área de 27,36m² (vinte e sete metros e trinta e seis decímetros quadrados) ao Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, nos termos da Minuta constante do Anexo Único da presente Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 08 de fevereiro de 2015.

Videira, 19 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL  
Secretário de Administração

LEI Nº 3.195/14  
ANEXO ÚNICO

MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO  
AUTORIZADO PELA LEI Nº 3.195/14

O Município de Videira-SC, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Manoel Roque, 188, inscrito no CNPJ nº 83.039.842/0001-84, representada por seu Prefeito Wilmar Carelli, doravante denominado AUTORIZANTE; e o Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Álvaro Millen da Silveira, nº 208, na cidade de Florianópolis - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.845.701/0001-59, neste ato representado pela Comarca de Videira - SC, doravante denominado como AUTORIZADO, aqui representado pelo Excelentíssimo Senhor André Luiz Anrain Trentini, Juiz de Direito e Diretor do Foro, tem entre si justo e acordado, por este instrumento e na melhor forma de direito, a autorização de uso Unidade Básica de Saúde de Anta Gorda, em especial a sala denominada "intendência", situado no Distrito de Anta Gorda, nesta Cidade, autorizada pela Lei Municipal nº 3.195/14 e, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes, além das disposições legais pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto da presente autorização de uso da Unidade Básica de Saúde de Anta Gorda, em especial a sala denominada "intendência", com área de 27,36m² (vinte e sete metros e trinta e seis decímetros quadrados).

CLÁUSULA SEGUNDA - O espaço físico cedido destina-se as atividades no interesse do AUTORIZADO.

CLÁUSULA TERCEIRA - O prazo da permissão de uso é de 90 (noventa) dias, com início em 08 de fevereiro de 2015 e término em 08 de maio de 2015.

CLÁUSULA QUARTA - Obriga-se o AUTORIZADO a conservar a parte do imóvel cujo uso lhe é permitido, como se fora de sua propriedade, não podendo usá-lo senão de acordo com o presente contrato.

Parágrafo Primeiro. O AUTORIZADO compromete a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- c. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- d. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- e. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- f. Acondicionar o lixo acumulado durante a utilização em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- g. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

Parágrafo Segundo. A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre o local cedido, ficando os autorizados inteiramente responsáveis pelos mesmos.

CLÁUSULA QUINTA - O AUTORIZADO poderá realizar no local indicado do imóvel as obras de adaptação necessárias ao fim a que se destina, incorporando-se ditas benfeitorias à propriedade, sem

direito à indenização ou retenção se não for possível sua remoção sem danos irreparáveis ao prédio.

**CLÁUSULA SEXTA** - O AUTORIZANTE comunicará ao AUTORIZADO, por escrito e com antecedência de 30 (trinta) dias, a sua intenção de retomada do espaço cedido no imóvel.

Assim, justas e contratadas sobre todas e cada uma das cláusulas acima enunciadas, as partes, com as testemunhas abaixo, assinam o presente instrumento no original e cópia de igual teor, a fim de que produza os seus regulares efeitos, inclusive perante terceiros.

Videira, de de 2014.

MUNICÍPIO DE VIDEIRA AUTORIZANTE	PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA COMARCA DE VIDEIRA AUTORIZADO
-------------------------------------	---

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

### **LEI Nº 3.196/14**

LEI Nº 3.196/14, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a repassar contribuição financeira à Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Videira - ACIAV, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a repassar contribuição financeira à Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Videira - ACIAV, conforme minuta do termo de cooperação anexo e que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º O objeto da presente lei é a cooperação financeira do Município para a manutenção do SINE mantido pela Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Videira - ACIAV, bem como da respectiva ACIAV.

Art. 3º Caberá ao Município o repasse anual de até R\$ 70.200,00 (setenta mil e duzentos reais) a serem pagos em 12 (doze) parcelas mensais, correspondente ao valor de R\$ 5.850,00 (cinco mil, oitocentos e cinquenta reais) mensalmente, no decorrer do exercício de 2015.

Parágrafo Único - O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS, e INSS.

Art. 4º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, constando os documentos previstos na Lei nº 4.320/64, e os documentos constantes no artigo 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação específica do Orçamento Municipal de 2015.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

### **MINUTA DO TERMO DE COOPERAÇÃO**

LEI Nº 3.196/14

Termo de Cooperação que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, CNPJ nº 83.039.842/0001-84, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor WILMAR CARELLI, e ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE VIDEIRA - ACIAV, entidade declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 34/77, com sede na Rua XV de Novembro, na cidade de Videira, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 86.554.672/0001-64, neste ato representado pelo seu Presidente, visando a manutenção do SINE mantido pela Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Videira - ACIAV.

Aos dias do mês de de , o MUNICÍPIO DE VIDEIRA e ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE VIDEIRA - ACIAV, resolvem, nos termos da Lei nº 3.196/14, celebrar o presente Termo de Cooperação, em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto do presente instrumento a manutenção do SINE mantido pela Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Videira - ACIAV, bem como da respectiva ACIAV.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

I- divulgar o presente convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;

II- efetuar o repasse anual de até R\$ 70.200,00 (setenta mil e duzentos reais) a serem pagos em 12 (doze) parcelas mensais, correspondente ao valor de R\$ 5.850,00 (cinco mil, oitocentos e cinquenta reais) mensalmente, no decorrer do exercício de 2015.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE VIDEIRA - ACIAV E DO SINE/SC**

I- realizar, através do SINE e ACIAV, cursos profissionalizantes e capacitação empresarial;

II- assessorar o encaminhamento de interessados para empregos e colocação dos mesmos, dentro de suas possibilidades;

III- proceder o encaminhamento do seguro desemprego;

IV- não utilizar os recursos deste Convênio com as despesas de folha de pagamento ou qualquer espécie de remuneração de servidores ou empregados diretos ou indiretos desta Associação;

V- Prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento, conforme o art. 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O presente termo de cooperação entra em vigor em 1º de janeiro de 2015 e terá validade até 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado entre as partes, sucessivamente por igual período.

**CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO E DA RESCISÃO**

O presente instrumento poderá ser alterado, através de Termo Aditivo, ou rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento de qualquer de suas cláusulas, independentemente de interpelação judicial, ou pela superveniência de norma legal que o torne material ou formalmente inexecutável, podendo, ainda, ser denunciado pelos convenientes, mediante comunicação escrita com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, não havendo, em nenhuma hipótese, indenização a favor de qualquer das partes.

**CLÁUSULA SEXTA - DO FORO DE ELEIÇÃO**

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim, haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, de de .

MUNICÍPIO DE VIDEIRA	ASSOC. COM. IND. AGRÍC. DE VIDEIRA
WILMAR CARELLI	
Prefeito Municipal	Presidente

**TESTEMUNHAS:**

NOME:	NOME:
CPF:	CPF:

**LEI Nº 3.197/14**

LEI Nº 3.197/14, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a repassar contribuição financeira, através do Fundo Municipal de Assistência Social, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a repassar contribuição financeira, através do Fundo Municipal de Assistência Social, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, conforme minuta do termo de cooperação anexo e que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º O objeto da presente lei é a cooperação financeira do Município para a manutenção da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE.

Art. 3º A participação do Município consistirá no repasse anual de até R\$ 82.000,00 (oitenta e dois mil reais) a serem pagos parceladamente, no decorrer do exercício de 2015.

Parágrafo Único - O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS, e INSS.

Art. 4º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser

realizada no prazo de 30 (trinta) dias, constando os documentos previstos na Lei nº 4320/64, e os documentos constantes no artigo 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação específica do Orçamento Municipal de 2015.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Videira, 19 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**MINUTA DO TERMO DE COOPERAÇÃO**  
**LEI Nº 3.197/14**

Termo de Cooperação que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, CNPJ nº 83.039.842/0002-65, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor WILMAR CARELLI, e ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, entidade sem fins lucrativos, filantrópica, com sede na Rua Brasil Correa, nº 620, na cidade de Videira/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 82.829.284/0001-98, neste ato representada por seu Presidente, visando a colaboração financeira do Município.

Aos dias do mês de de , o MUNICÍPIO DE VIDEIRA e ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE resolvem, nos termos da Lei nº 3.197/14, celebrar o presente termo de cooperação em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto do presente instrumento a cooperação dos convenientes para proporcionar aos portadores de deficiência, física ou mental, melhoria de qualidade de vida e garantia de respeito aos Direitos Humanos.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

I- divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;

II- repassar parceladamente o valor de até R\$ 82.000,00 (oitenta e dois mil reais) aprovado pela Lei autorizativa do presente convênio, no decorrer do exercício de 2015.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA APAE**

I- colaborar com o Município na área social, amparando os portadores de necessidades educo-especiais;

II- conscientizar a comunidade do seu papel na proteção dos portadores de deficiências;

III- oferecer aos alunos programas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Serviço de Atendimento ao Dependente, Serviço de Atendimento Operacional, Oficinas Pedagógicas e de Produção;

IV- proporcionar aos portadores de deficiência condições para que tenham:

- a) crescimento pessoal com atendimento educacional, social, psicológico, fonoaudiológico, fisioterápico, transporte, material didático e pedagógico;
- b) alimentação adequada;
- c) controle de doenças e tratamento das mesmas;
- d) manutenção e limpeza da piscina térmica, a qual oferece o serviço de hidroterapia;
- e) assistência médica e dentária;
- f) orientação e controle da higiene;
- g) controle de vacinação;
- h) recreação e exercícios físicos;
- i) incentivo aos trabalhos manuais;
- j) Participação em eventos artísticos, esportivos e culturais no Município. Estado e União;
- k) demais atividades correlatas da Associação, conforme plano de trabalho.

V - Prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento, conforme o art. 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS REPASSADOS

I - Os recursos repassados, conforme previsto no inciso II da Cláusula Segunda do presente Termo de Cooperação poderão ser empregados desde que para atendimento das obrigações constantes da Cláusula Terceira do mesmo diploma legal, para:

- a) aquisição de materiais de consumo (didático, esportivo, alimentação, limpeza, higiene, vestuário, combustível, etc);
- b) pagamento de serviços eventuais de terceiros (pintura, reboco, consertos na rede elétrica e hidráulica, piso, serviço de transporte, etc) excluído pagamento de salários a funcionários públicos;
- c) pagamento de serviços de terceiros para atendimento educacional, social, psicológico, fonoaudiológico, fisioterápico entre outros congêneres.
- d) participação em atividades recreativas e em festivais e outros eventos necessários ao desenvolvimento da Instituição e de seus alunos.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio entra em vigor em 1º de janeiro de 2015 e terá validade até 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado entre as partes, sucessivamente por igual período, podendo ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente Convênio.

E, por assim, haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, de            de            .

MUNICÍPIO DE VIDEIRA	ASS. PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
WILMAR CARELLI	
Prefeito Municipal	Presidente

#### TESTEMUNHAS:

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

#### LEI Nº 3.198/14

LEI N.º 3.198/14, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

Autoriza o Poder Executivo a receber, por doação, imóvel que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a receber, por doação, parte do bem imóvel, de propriedade de Ivete Piccoli e outros, matriculado no Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº 5.907, com a seguinte descrição:

“Uma área de terras com 6.583,84m2 (seis mil quinhentos e oitenta e três metros e oitenta e quatro decímetros quadrados), parte integrante de uma área maior com 291.369.84 m2 (duzentos e noventa e um mil, trezentos e sessenta e nove metros e oitenta e quatro decímetros quadrados), situado na linha campo experimental, 1º subdistrito deste Município e Comarca de Videira, matriculado no Cartório de Registro Imobiliário da Comarca de Videira sob o nº 5907, com as seguintes confrontações: ao Norte, confronta-se com Rua Antonio Piccoli, com distância de 12,60m, ao Sul, confronta-se com Rua Antonio Piccoli com distância de 12,10m, ao Leste, confronta-se com Therezinha Tremarin Zuchetti, com distância de 76,35m e com Área 02, com distância de 473,09m, ao Oeste confronta-se com Área 01, com distância de 545,74m.”

Art. 2º A doação, a que se refere o art. 1º desta Lei, é feita com o encargo de ser destinada à adequação da Rua Antônio Piccoli, a ser mantida pela donatária, devendo ser formalizada através da competente Escritura Pública.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 19 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL  
Secretário de Administração

#### LEI Nº 3.199/14

LEI N.º 3.199/14, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

Autoriza o Poder Executivo a receber, por doação, imóvel que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores

aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a receber, por doação, parte do bem imóvel, de propriedade de Julita Maria Pelaez e outros, matriculado no Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº 25.617, com a seguinte descrição:

“Uma área de terras com 600,80m<sup>2</sup> (seiscentos metros e oitenta decímetros quadrados), parte integrante de uma área maior com 8.811,00 m<sup>2</sup> (oito mil oitocentos e onze metros quadrados), situado no Loteamento Vila Três Maria, nesta cidade e Comarca de Videira/SC, matriculado no Cartório de Registro Imobiliário da Comarca de Videira sob o nº 25.617, com as seguintes confrontações: ao Norte, confronta-se com Área 01, com distância de 60,66m e azimute de 243º46'21”, ao Sul, confronta-se com Área 02, com distância de 59,50m e azimute de 63º46'21”, ao Leste, confronta-se com Rua Augusto Benetti, com distância de 10,13m e azimute de 163º16'30”, ao Oeste confronta-se com Rua Augusto Benetti, com distância de 10,01m e azimute de 336º19'08.”

Art. 2º A doação, a que se refere o art. 1º desta Lei, é feita com o encargo de ser destinada à adequação da Rua Augusto Benetti, a ser mantida pela donatária, devendo ser formalizada através da competente Escritura Pública.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 19 de dezembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL  
Secretário de Administração

### **LEI Nº 3.200/14**

LEI N.º 3.200/14, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

Autoriza o Poder Executivo a receber, por doação, imóvel que específica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a receber, por doação, parte bem imóvel, de propriedade de Cláudia Argenta e Cristina Argenta, matriculado no Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº 23.979, com a seguinte descrição:

“Uma área de terras com 241,55 m<sup>2</sup> (duzentos e quarenta e um metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados), parte integrante de uma área maior com 2.300,00 m<sup>2</sup> (dois mil e trezentos metros quadrados), constante do lote nº 18, situado na Avenida Dom Pedro II, situada no 1º subdistrito desta Cidade e Comarca de Videira, matriculado no Cartório de Registro Imobiliário da Comarca de Videira sob o nº 23.979, com as seguintes confrontações: ao Norte, confronta-se com a continuação da Rua Tiradentes, medindo 12,01 metros com azimute de 89º56'46”; ao Sul, confronta-se com a continuação da Rua Tiradentes, medindo 12,24 metros com azimute de 270º00'00”; ao Leste, confronta-se em

arco, com área 02 de Cláudia e Cristina Argenta, medindo 20,12 metros; e ao Oeste, confronta-se em arco, com área 01 de Cláudia e Cristina Argenta, medindo 20,14 metros.”

Art. 2º A doação, a que se refere o art. 1º desta Lei, é feita com o encargo de ser destinada à adequação da Rua Tiradentes, a ser mantida pela donatária, devendo ser formalizada através da competente Escritura Pública.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 19 de dezembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL  
Secretário de Administração

### **LEI Nº 3.201/14**

LEI N.º 3.201/14, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

Autoriza o Poder Executivo a receber, por doação, imóvel que específica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a receber, por doação, parte bem imóvel, de propriedade de Cláudio Miguel Guill, Nilson Telles Junior e Ademar Luiz Wiltgen, matriculado no Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº 25.338, com a seguinte descrição:

“Uma área de terras com 2.102,13 m<sup>2</sup> (dois mil, cento e dois metros e treze decímetros quadrados), parte integrante de uma área maior com 40.794,00 m<sup>2</sup> (quarenta mil, setecentos e noventa e quatro metros quadrados), situado ao lado ímpar da Rua Marechal Floriano Peixoto, no 2º subdistrito desta Cidade e Comarca de Videira, matriculado no Cartório de Registro Imobiliário da Comarca de Videira sob o nº 25.338, com as seguintes confrontações: ao Norte, confronta-se com 190,83 metros lineares dividindo com terras dos proprietários; ao Sul, confronta-se com 174,08 metros lineares dividindo com terras dos proprietários; ao Leste, confronta-se com 11,00 metros lineares dividindo com a João Batista Gaio; e ao Oeste, confronta-se com 11,00 metros lineares dividindo com o prolongamento das mesmas.”

Art. 2º A doação, a que se refere o art. 1º desta Lei, é feita com o encargo de ser destinada à adequação da Rua João Batista Gaio, a ser mantida pela donatária, devendo ser formalizada através da competente Escritura Pública.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 19 de dezembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

#### **PORTARIA Nº 1549/14**

PORTARIA Nº 1549/14

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00087/14-0, nos assentos funcionais da servidora JAQUELINA BERNADETE GRANDO, detentora da matrícula funcional nº 2243, e do cargo de provimento efetivo de Professora, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 21063/2014,

#### **RESOLVE**

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais da servidora JAQUELINA BERNADETE GRANDO, detentora da matrícula nº 2243 e do cargo de provimento efetivo de Professora, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00087/14-0, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de dezembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL  
Secretário de Administração

#### **PORTARIA Nº 1550/14**

PORTARIA nº 1550/14

Nomeia Comissão de Análise para Concessão de Adicional de Pós-Graduação

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 122/12,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Designar as servidoras KAROLINA BORSATTI, MIRIAM PASTORE VIECELLI e LUCIANE MARIA DOS SANTOS, para, sob a presidência da primeira, comporem Comissão, a fim de analisarem a validade do diploma apresentado, bem como o enquadramento da pós-graduação stricto sensu, com a área específica das atribuições do cargo efetivo do requerente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0960/14.

Videira, 18 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

#### **PORTARIA Nº 1551/14**

PORTARIA nº 1551/14

Nomeia Comissão de Análise para Concessão de Adicional de Pós-Graduação

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 118/11,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Designar as servidoras KAROLINA BORSATTI, MIRIAM PASTORE VIECELLI e LUCIANE MARIA DOS SANTOS, para, sob a presidência da primeira, comporem Comissão, a fim de analisarem a validade do diploma apresentado, bem como o enquadramento da pós-graduação stricto sensu, com a área específica das atribuições do cargo efetivo do requerente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0959/14.

Videira, 18 de dezembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

#### **PORTARIA Nº 1552/14**

PORTARIA nº 1552/14

Declara estável servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 19.909/2014, bem como do Parecer Jurídico nº 236/14,

#### **RESOLVE**

Declarar estável a servidora SALETE MARIA GELAIN FABIAN, Professora, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de março de 1991.

Videira, 18 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de dezembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

## RESULTADO DO JULGAMENTO DA NOVA PROPOSTA TP 18/2014-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA NOVA PROPOSTA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 18/2014 - PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento das propostas do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) PARA RECUPERAÇÃO E ALARGAMENTO DAS PONTES DA LINHA PAULINA, LINHA GEMELLI E ANTA GORDA, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, restando vencedora a empresa Ademir Luiz Bogoni - FI EPP no item 01 com o valor de R\$ 58.457,20 (cinquenta e oito mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e vinte centavos), no item 02 com o valor de R\$ 38.347,40 (trinta e oito mil, trezentos e quarenta e sete reais e quarenta centavos) e no item 03 com o valor de R\$ 12.261,50 (doze mil duzentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos).

Videira, 19 de Dezembro de 2014.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

## RESULTADO DO JULGAMENTO FINAL DAS PROPOSTAS TÉCNICA E DE PREÇOS REFERENTE À CONCORRÊNCIA Nº 03/2014-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS REFERENTE À CONCORRÊNCIA Nº 03/2014-PMV

Aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, às catorze horas, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 1.366/2014, para abertura e julgamento das propostas de preços relativas à Concorrência nº 03/2014, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PROFISSIONAIS AO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, CONFORME LEI FEDERAL Nº 12.232/2010 E DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO §1º DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Não foi constatada a presença nesta reunião de nenhum dos membros efetivos da Subcomissão Técnica, bem como de seus possíveis substitutos, cujos nomes constam do resultado do sorteio publicado no DOM/SC em 23 de setembro de 2014. Procedendo-se à identificação dos representantes credenciados das seguintes empresas:

- 1) Foco Propaganda Ltda, neste ato representada por seu sócio administrador, o Sr. Osmar Wilhner;
- 2) Agência de Publicidade TIG Ltda, neste ato representada por sua sócia administradora, a Sra. Elizabeth Aparecida Schizzi Tiepo;
- 3) Agência Trilha Publicidade e Propaganda Ltda - ME, não representada neste ato;

4) Vale Mais Comunicação Ltda, não representada neste ato; Aberta a sessão foi informado a todos os presentes que não houve interposição de recursos contra o julgamento das propostas técnicas, razão pela qual dar-se-á início a abertura dos invólucros de nº 4 (propostas de preços) em atendimento ao item 13.4 "b", de todas as empresas classificadas na fase de julgamento das propostas técnicas, cujos nomes constam a seguir:

1) Agência de Publicidade TIG Ltda.

2) Foco Propaganda Ltda.

3) Agência Trilha Publicidade e Propaganda Ltda - ME.

4) Vale Mais Comunicação Ltda.

Após a verificação do lacre dos invólucros de nº 4 pelos presentes à reunião, foram os mesmos abertos, tendo o seu conteúdo rubricado sucessivamente por cada membro da CPL e pelos representantes credenciados. Ato contínuo, procedeu o exame do cumprimento pelas licitantes supracitadas às exigências fixadas no edital respectivo para a elaboração das propostas de preços, ocasião em que se verificou que as mesmas atendem a todas as exigências editalícias e apresentam a pontuação constante do quadro abaixo:

DESCONTO/HONORÁRIOS	TIG	FOCO	TRILHA	VALE MAIS
Percentual de desconto sobre os custos internos, baseado na tabela de preços do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Santa Catarina – SINAPRO/SC, limitados ao máximo de 30% (trinta) por cento.	30	30	30	30
Percentual de honorários incidente sobre os custos de serviços realizados por fornecedores, referentes à produção e à execução técnica de peças, campanhas e materiais publicitários cuja distribuição não proporcione à licitante o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, na razão de 07 pontos para cada 1%(um por cento) de desconto sobre o máximo de 15% (quinze por cento) até o limite mínimo de 10% (dez por cento).	35	35	35	0
Percentual de honorários incidente sobre os custos de outros serviços realizados por fornecedores, referentes a pesquisas de pré-teste e pós-teste – vinculadas à concepção e criação de campanhas e peças publicitárias – e à elaboração de marcas, de expressões de propaganda, de logotipos e de elementos de comunicação visual, na razão de 07 pontos para cada 1% (um por cento) de desconto sobre o máximo de 10% (dez por cento) até o limite mínimo de 5%.(cinco por cento).	35	35	35	0
<b>TOTAL PONTUAÇÃO</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>30</b>

A seguir, procedeu-se ao julgamento final das Propostas Técnica e de Preços, de acordo com o §2º do art. 46 da Lei nº 8.666/93, com o devido cálculo da média ponderada das licitantes classificadas, conforme item 10.2 do edital, promovendo-se o seguinte ordenamento:

ORDEM	LICITANTE	NOTA FINAL
1º	Agência de Publicidade TIG Ltda.	923
2º	Foco Propaganda Ltda.	923
3º	Agência Trilha Publicidade e Propaganda Ltda – ME.	916
4º	Vale Mais Comunicação Ltda.	657

Constatado o empate na pontuação final entre as empresas Agência de Publicidade TIG Ltda e Foco Propaganda Ltda, conforme previsto no item 10.4 efetuou-se o sorteio, obtendo-se a seguinte ordem de classificação:

LICITANTE	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
Agência de Publicidade TIG Ltda	923	1ª CLASSIFICADA
Foco Propaganda Ltda	923	2ª CLASSIFICADA
Agência Trilha Publicidade e Propaganda Ltda - ME	916	3ª CLASSIFICADA
Vale Mais Comunicação Ltda	657	4ª CLASSIFICADA

Dando prosseguimento, a Comissão de Licitações declara a empresa Agência de Publicidade TIG Ltda previamente vencedora do certame por apresentar a maior média ponderada. De acordo com o item 22.6 do edital, o julgamento final das propostas será publicado no DOM/SC no dia 22/12/2014. Não havendo interposição de recursos, ficam as empresas indicadas no quadro supra mencionado convocadas para apresentarem os documentos de habilitação previstos no item 11 do edital da Concorrência nº 03/2014, em reunião pública a realizar-se no dia 08 de Janeiro de 2015, às 14:00 horas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão com a presente ata aprovada e assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e representantes legais presentes.

Videira, 19 de dezembro de 2014.

## Vitor Meireles

### PREFEITURA

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 017/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2014 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

Aos 19 de Dezembro de 2014, no Departamento de Compras, do município de Vitor Meireles, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 17/2014, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 19/12/2014, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

#### 1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o selecionar propostas objetivando Registro de Preços para aquisição de Aquisição de material de limpeza para uso nas escolas da rede municipal de ensino do município., para uso na Secretaria de Obras, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

1.2 As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

3992.6 - ELETROMOVEIS E MERCADO LUIZINHO LTDA EPP						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00009	UN	BOMBA DE AGUA 20 LT	SANTA RITA	60,00	8,49	509,40
00010	UN	CAIXA PLASTICA ORGANIZADORA PARA HORTIFRUTI VAZADA, CORES DIVERSAS, 046 LITROS MEDIDAS 56X36X31. UTILIZADA NA AGRICULTURA PARA ACONDICIONAR VERDURAS.	PLASVALE	20,00	31,00	620,00
00011	UN	CANECA DE PORCELANA, SIMILES, COM ALCA, COR BRANCA, 300ML.	UTIL-GOODR	400,00	5,76	2.304,00
00012	UN	CARGA DE GAS DE COZINHA (GLP), 13 KG	MINAS-GÁS	140,00	50,94	7.131,60
00027	UN	OLEO PARA ASSOALHO PERFUMADO EMBALAGEM 5 LITROS	SOLAR-QUIM	5,00	51,60	258,00
00045	UN	TERMOMETRO DIGITAL CULINARIO TIPO ESPETO LCD-50 CA 300 C	THERMO-SET	2,00	34,20	68,40
Total do Fornecedor: 10.891,40 ( DEZ MIL E OITOCENTOS E NOVENTA E HUM REAIS E QUARENTA CENTAVOS )						

10150.8 - CELIA REGINA W. SANI ME						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00005	UN	ASSADEIRA ALUMINIO RETANGULAR 38X26X6 CM	cambé	6,00	13,80	82,80
00006	UN	BACIA PLASTICA EXTRA GRANDE CAPACIDADE: 27,5 LITROS MODELO: HYDRUS, INCOLOR.	arquiplast	10,00	28,50	285,00
00008	UN	BANDEJA DE PLASTICO MULTIUSO, CAPACIDADE 4 LITROS	tritec	10,00	14,80	148,00
00013	UN	CESTO DE LIXO EM POLIPROPILENO COM PEDAL COM CAPACIDADE DE 25 LITROS	arquiplast	6,00	38,45	230,70
00017	UN	DESODORIZANTE AROMATICO PARA BANHEIRO COM REFIL ESUPORTE PERMANENTE COM 40 GRAMAS.	sany brill	50,00	0,65	32,50
00031	UN	PEGADOR PARA MASSA EM ACO INOX	disolle	6,00	11,75	70,50
00032	UN	POTE PLASTICO C/ TAMP. CAPACIDADE DE 2000 ML.	tritec	20,00	9,00	180,00
00035	PACOTE	ROLO DE PACOTES PLASTICOS PARA CONGELAR ALIMENTOSCAPACIDADE 5 KG C/ 100 UNIDADES	mega mil	100,00	2,70	270,00
00046	UN	TABUA DE VIDRO PARA GRANDE, COM DESENHOS DIVERSOS, UTILIZADA PARA CORTAR CARNES E LEGUMES	nadir	5,00	15,15	75,75
00048	UN	TOALHA DE ROSTO FELPUDA, COR ESCURA, SEM ESTAMPA, MEDINDO 1,30 X 0,65 M	marcotex	50,00	3,95	197,50
Total do Fornecedor: 1.572,75 ( HUM MIL E QUINHENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS )						

10326.8 - BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00007	UN	BALDE PLASTICO CAPACIDADE 20 LITROS	AR-QPLAST	10,00	4,22	42,20
00015	UN	COPOS DESCARTAVEIS 180 ML C/ 100	MI-NAPLAST	100,00	2,10	210,00
00021	UN	ESPONJA DE ESPUMA PARA LIMPEZA DUPLA FACE, COM MATERIAL ABRASIVO	ALKLIN	250,00	0,42	105,00
00022	CAIXA	FILTRO DESCARTAVEL PARA CAFE, TAMANHO MEDIO, N 102, CAIXA CONTENDO 30 UNIDADES	BRIGITA	120,00	1,49	178,80
00023	CAIXA	FOSFORO PARA COZINHA CAIXA CONTENDO 240 PALITOS	GABOARDY	50,00	1,83	91,50
00024	PACOTE	LA DE ACO, TIPO BOMBRI, EMBALAGEM COM 8 UNIDADES	INOVE	25,00	0,63	15,75
00025	PARES	LUVA DE BORRACHA NATURAL AMARELA COM INTERIOR FLOCADO EM ALGODAO, PARA FACILITAR A REMOCAO, COM VIROLA; PALMAS E DEDOS ANTIDERAPANTES, TAMANHO M	TALGE	100,00	1,85	185,00
00034	UN	RODO DE ALUMINIO, BORRACHA DUPLA, COM 50 CM, COMCABO DE APROXIMADAMENTE 1,20 M	MARINGA	20,00	7,79	155,80

00036	UN	ROLO DE PACOTES PLASTICOS PARA CONGELAR ALIMENTOS- CAPACIDADE 3 KG C/ 100 UNIDADES	NOSSO FREEZER	100,00	2,50	250,00
00039	UN	SACO DE TECIDO DE ALGODAO PRE LAVADO PARA LIMPEZA. DIMENSAO 55 CM X 80 CM	MARTINS	100,00	3,15	315,00
00040	PACOTE	SACO PLASTICO P/ LIXO C/ 100, CAPACIDADE 15 LITROS.	PEGA LIXO	30,00	5,18	155,40
00041	PACOTE	SACO PLASTICO P/ LIXO C/ 25, CAPACIDADE 100LITROS	PEGA LIXO	50,00	5,57	278,50
00042	PACOTE	SACO PLASTICO P/ LIXO C/ 50, CAPACIDADE 30 LITROS.	PEGA LIXO	50,00	5,00	250,00

Total do Fornecedor: 2.232,95 ( DOIS MIL E DUZENTOS E TRINTA E DOIS REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS )

11281.0 - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP

Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00001	UN	AGUA SANITARIA PARA USO GERAL A 2,0-2,5% IONS CLORO ATIVO EMBALAGEM 5 LITROS	FLEX CLEAN	150,00	3,86	579,00
00018	UN	DETERGENTE LIQUIDO NEUTRO, DE PRIMEIRA QUALIDADE,BIO-DEGRADAVEL PARA LIMPEZA DE ART. UTES. P/ PREPARO DE ALIMENTO EMBALAGEM DE 1L	BRILHO SUL	300,00	1,98	594,00
00019	UN	ESCOVA PARA LIMPEZA COM CERDAS DE NYLON P/ SANITARIO, CABO MEDINDO APROXIMADAMENTE 20 CM COM ESTOJO.	ARQ PLAST	5,00	1,90	9,50

00028	Fardo	PAPEL HIGIE-NICO, FOLHA SIMPLES, COR BRANCA, ALTA ALVURA, ROLO COM 60 METROS FARDO COM 64 ROLOS	GUIPEL	60,00	26,99	1.619,40
00037	UN	SABAO EM PO EMBALAGEM 2 KG	GIRANDO SOL	70,00	7,55	528,50
00044	UN	SAPOLIO LIQUIDO AROMA LIMAO	PRATIK	60,00	1,94	116,40
00049	PACOTE	TOALHAS DE PAPEL INTER-FOLHADAS, MEDINDO 22,5X21,5BRANCA, PACOTE COM /1000 UNIDADES.	GUIPEL	100,00	3,50	350,00

Total do Fornecedor: 3.796,80 ( TRES MIL E SETECENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E OITENTA CENTAVOS )

11570.3 - IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA - ME

Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00002	UN	ALCOOL ETILICO HIDRATADO COM 92,8 GRAUS/LITRO, EMBALAGEM FRASCO 1 LITRO	da ilha	150,00	3,05	457,50
00003	UN	ALCOOL GEL 70% COM ACAA ANTI-SEPTICA, EMBALAGEM COM 500GR	da ilha	150,00	2,67	400,50
00026	PACOTE	LUVA PLASTICA DESCARTAVEL PACOTE C/ 100 UNIDADES	talge	5,00	2,20	11,00
00030	PACOTE	PANO PERFEX MULTI USO, ROLO DE 300 METROS, 70% VISCOSIDADE, 30% POLIESTER, TAMANHO 30X50 CM	nobre	6,00	120,00	720,00
00033	UN	RODO COM ESPUMA, COM 30 CM, COM CABO APROXIMADAMENTE 1,20 CM	do brasil	50,00	3,50	175,00

00043	PACOTE	SACO PLASTICO P/ LIXO C/ 50, CAPACIDADE 50 LITROS.	newplast	50,00	5,30	265,00
00047	UN	TOALHA DE LOUCA DE ALGODAO MEDINDO 0,77 X 0,48M	martin	30,00	1,75	52,50
00050	PACOTE	TOUCA DES-CARTAVEL SANFONADA, EM TNT COM ELASTICO, - COR: BRANCA, PACOTE COM 100 UNIDADES	talge	15,00	5,99	89,85
Total do Fornecedor: 2.171,35 ( DOIS MIL E CENTO E SETENTA E HUM REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS )						

11659.9 - R7 INDUSTRIA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - ME						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00004	UN	AMACIANTE DE ROUPAS 2LT	MAPLE	120,00	2,48	297,60
00014	UN	CLORO ATIVO 5LT	MAPLE	50,00	6,49	324,50
00016	UN	DESINFETANTE LIQUIDO, BASE ACIDO PERACETICO E PEROXIDO DE HIDROGENIO ESTABILIZADO, AROMA RÁPIDA, AROMA PINHO, EMBALAGEM 5 LITROS	MAPLE	30,00	3,76	112,80
00020	UN	ESCOVA PARA LIMPEZA MANUAL	VASSOURAS GAÚCHA	7,00	1,20	8,40
00038	UN	SABONETE LIQUIDO, AROMA DIVERSOS, COM PH NEUTRO, EMBALAGEM DE 5 LITROS.	MAPLE	20,00	7,00	140,00

00051	UN	VASSOURA DE NAYLON, DIMENSOES: 33 X 13 X 9 CM, CERDA MEDIA PLUMADAS QUE GARANTEM A MELHOR CAPTURA DA SUJEIRA. COM CABO DE APROXIMADAMENTE 1,20 M.	VASSOURAS GAÚCHA	30,00	2,94	88,20
Total do Fornecedor: 971,50 ( NOVECIENTOS E SETENTA E HUM REAIS E CINQUENTA CENTAVOS )						
Total da Licitação: 21.636,75 ( VINTE E HUM MIL E SEISCENTOS E TRINTA E SEIS REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS )						

1.3 Este instrumento não obriga a PMVM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º, da Lei nº. 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, nos termos do Artigo 65, Inciso II, Alínea "d" da Lei nº. 8.666/93 e, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada

(requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).  
1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o PMVM solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

## 2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº. 17/2014 e seus anexos;
- b) Proposta das Licitantes.

## 3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, nos termos do § 3º, Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93.

## 4 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 A entrega dos produtos será na Secretaria Municipal de obras e será parcelada sendo que o prazo de entrega será de 24 horas após o recebimento da Ordem de Compra.

## 5 DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1 O Pagamento será realizado de acordo com a quantia dos produtos entregues e apresentação da nota fiscal, sendo que só será realizado o pagamento após todos os itens solicitados ter sido

entregues.

5.2 Os preços serão reajustados, com base no índice de variação de preço repassada pela distribuidora, sendo de responsabilidade da empresa vencedora comprovar tal variação mediante apresentação de Notas Fiscais de compras emitidas até 10 dias anteriores a licitação e Nota de Compras com valores reajustados.

#### 6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.1 A PMVM poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a PMVM não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas pela PMVM.

#### 7 DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa:

1- De 1,0% (um) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 40% (quarenta por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

III - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade Pregão, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida, com a consequente rescisão contratual;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, com a consequente rescisão contratual.

Parágrafo Único: As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

7.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

7.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

#### 8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da PMVM.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade de Presidente Getúlio - SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitor Meireles - SC, em 19 de Dezembro de 2014.

COMISSÃO:

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO - Pregoeiro

JAIR WIPPEL - Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING - Equipe de Apoio

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP  
MAIKE EISING  
Contratada

IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA - ME  
CLAITON PETRES  
Contratada

ELETROMOVEIS E MERCADO LUIZINHO LTDA EPP  
TIAGO LUIZ FOSSA  
Contratada

R7 INDUSTRIA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - ME  
MARCIO MANOEL PEREIRA  
Contratada

BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME  
EDVALDO FORTES SIMOES JUNIOR  
Contratada

CELIA REGINA W. SANI ME  
MICHEL BERNARDINO DA SILVA  
Contratada

**LEI Nº 0906**

LEI N. 0906, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES A FIRMAR TERMO DE CONVÊNIO/ PARCERIA COM OS MUNICÍPIOS DE DONA EMMA/SC E WITMARSUM/SC.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal de Vitor Meireles (SC) autorizado a firmar Termo de Convênio/Parceria com os Municípios de Dona Emma (SC) e Witmarsum (SC), objetivando a união de esforços a fim de possibilitar a melhor execução do TERMO DE PARCERIA com o SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC, que tem por finalidade o desenvolvimento do Projeto ODONTOSESC.

Art. 2º - Em razão da autorização outorgada através do artigo anterior, fica o Município de Vitor Meireles expressamente autorizado a ceder aos Municípios conveniados, durante o desenvolvimento do Projeto, 01 Odontólogo e 01 Auxiliar de Odontologia.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 19 de dezembro de 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 230/2014**

PORTARIANº 230/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, férias aos servidores abaixo relacionados, conforme cronograma estipulado:

Nome Funcionário	Período Aquisitivo			Período Concedido		
Douglas Lutke	01/12/2013	a	30/11/2014	05/01/2015	a	03/02/2015
Luciana Correa Feliciano	07/01/2013	a	06/01/2015	07/01/2015	a	16/01/2015
Marcelo Sadlowski	15/01/2014	a	30/11/2014	05/01/2015	a	01/02/2015
Odirlei Jeremias	01/12/2013	a	30/11/2014	05/01/2015	a	03/02/2015

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**PORTARIA Nº 231/2014**

PORTARIANº 231/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, férias aos servidores abaixo relacionados, conforme cronograma estipulado:

Nome Funcionário	Período Aquisitivo			Período Concedido		
Elisabeth Zoura	01/12/2013	a	30/11/2014	05/01/2015	a	03/02/2015

José da Cruz	01/12/2013	a	30/11/2014	05/01/2015	a	03/02/2015
José Watras Sobrinho	03/11/2013	a	02/11/2014	05/01/2015	a	03/02/2015
Juliana Fusinato	01/12/2013	a	30/11/2014	05/01/2015	a	03/02/2015
Katia Regina da Cruz	01/12/2013	a	30/11/2014	12/01/2015	a	10/02/2015

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

### **PORTARIA Nº 232/2014**

PORTARIANº 232/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, férias aos servidores abaixo relacionados, conforme cronograma estipulado:

Nome Funcionário	Período Aquisitivo			Período Concedido		
Leila Clarisse Hillesheim	01/12/2013	a	30/11/2014	05/01/2015	a	24/01/2015
Regina da Costa Oliveira	09/01/2014	a	30/11/2014	05/01/2015	a	01/02/2015
Rosane Ferreira da Cruz	04/05/2013	a	03/05/2014	12/01/2015	a	10/02/2015
Telmo Luiz Koerich	01/12/2013	a	30/11/2014	05/01/2015	a	03/02/2015
Vilmar Cani	01/03/2013	a	28/02/2014	05/01/2015	a	19/01/2015
Paulo Ricardo Nunes de Mello	01/12/2013	a	30/11/2014	05/01/2015	a	03/02/2015

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

### **PORTARIA Nº 233/2014**

PORTARIANº 233/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, férias aos servidores abaixo relacionados, conforme cronograma estipulado:

Nome Funcionário	Período Aquisitivo			Período Concedido		
Alexandre Lunelli	01/12/2013	a	30/11/2014	05/01/2015	a	03/02/2015
Alvaristo Garcia da Silva	03/09/2013	a	02/09/2014	05/01/2015	a	03/02/2015

Ariel Cristiano Claudino	01/12/2013	a	30/11/2014	05/01/2015	a	03/02/2015
Aurélio Bittelbrunn	01/12/2013	a	30/11/2014	05/01/2015	a	03/02/2015
Belmiro Frazão	01/12/2013	a	30/11/2014	05/01/2015	a	03/02/2015
Cleiton Alexandre Tose	01/12/2013	a	30/11/2014	05/01/2015	a	03/02/2015
Danilo Deluca	01/12/2013	a	30/11/2014	05/01/2015	a	03/02/2015

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

### **PORTARIA Nº 234/2014**

PORTARIANº 234/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, férias aos servidores abaixo relacionados, conforme cronograma estipulado:

Nome Funcionário	Período Aquisitivo			Período Concedido		
Francisco Ferreira	03/02/2014	a	30/11/2014	05/01/2015	a	29/01/2015
Ivo Pétris	18/04/2013	a	17/04/2014	05/01/2015	a	03/02/2015
Jevison Barbosa	01/12/2013	a	30/11/2014	05/01/2015	a	03/02/2015
João Batista Mazoti	01/12/2013	a	30/11/2014	05/01/2015	a	03/02/2015
José Cachoeira	01/12/2013	a	30/11/2014	05/01/2015	a	03/02/2015
Lindolf Lutke	10/05/2013	a	09/05/2014	05/01/2015	a	03/02/2015
Marcio da Silveira	01/12/2013	a	30/11/2014	05/01/2015	a	03/02/2015

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

### **PORTARIA Nº 235/2014**

PORTARIANº 235/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, férias aos servidores abaixo relacionados, conforme cronograma estipulado:

Nome Funcionário	Período Aquisitivo			Período Concedido		
Marcio Lunelli	06/10/2013	a	05/10/2014	05/01/2015	a	03/02/2015
Onadir Nardi	01/12/2013	a	30/11/2014	05/01/2015	a	03/02/2015

Othvin Steuck	01/12/2013	a	30/11/2014	05/01/2015	a	03/02/2015
Rudinei Koehler	01/12/2013	a	30/11/2014	05/01/2015	a	03/02/2015
Sergio Alves dos Santos	01/12/2013	a	30/11/2014	05/01/2015	a	03/02/2015
Valdemar da Cruz	01/03/2013	a	28/02/2014	05/01/2015	a	03/02/2015
Valdemar Fernandes de Souza	01/10/2013	a	30/09/2014	05/01/2015	a	03/02/2015

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

# Xavantina

## PREFEITURA

### CONVÊNIO Nº 007/2014 - PMXV

CONVÊNIO Nº 007/2014

1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 004/2014, DE 30/06/2014

Primeiro Termo Aditivo ao Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE XAVANTINA e a ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL DE XAVANTINA - ACIX, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnico-financeira.

O MUNICÍPIO DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 83.009.878/0001-15, com sede administrativa sita na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, portador da Cédula de Identidade nº 14/R 2.697.343 e inscrito no CPF/MF sob o nº 827.815.679-49, doravante denominado MUNICÍPIO e a ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL DE XAVANTINA - ACIX, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, s/n, no município de Xavantina, devidamente inscrita no CNPJ nº 02.216.238/0001-84, aqui devidamente representada por seu Presidente, Senhor Dirceu Casarotto, inscrito no CPF nº 497.387.129-04, doravante denominada ENTIDADE, ajustam celebrar o presente convênio, com fundamento na Lei nº 1.370, de 24 de Junho de 2014, sujeitando-se, no que couber às normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, Instrução Normativa nº TC-14/2012, Instrução Normativa nº 001/2014, de 09 de abril de 2014, e de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela ENTIDADE e aprovado pelo MUNICÍPIO, bem como das cláusulas e condições seguintes resolvem aditar o convenio nº 004/2014.

Considerando o convênio nº 004/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE XAVANTINA e a ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL DE XAVANTINA - ACIX, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnico-financeira;

Considerando a não aplicação e devolução da primeira parcela do mês de julho de 2014, no valor de R\$: 3.300,00;

Considerando a solicitação da ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL DE XAVANTINA - ACIX, para a alteração do plano de trabalho e consequentemente a alteração de datas das campanhas anuais da instituição, que tem por objetivo incentivar e valorizar o comércio local, de acordo com a Lei Municipal nº 1.370, de 24 de Junho de 2014 e novo plano de trabalho apresentado.

RESOLVEM ADITAR O CONVÊNIO Nº 004/2014, NOS SEGUINTE TERMOS:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é a contar de 19 de Dezembro de 2014 até 19 de Fevereiro de 2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS:

Para execução do presente convênio, o MUNICÍPIO transferirá recursos no valor total de R\$ 14.700,00 (quatorze mil e setecentos reais), a serem pagos, conforme cronograma abaixo e novo plano de trabalho:

Nº Parcela	Valor R\$
01ª – Dezembro de 2014	14.700,00

CLÁUSULA TERCCEIRA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

Continuam em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições previstas no convênio inicial.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Xavantina/SC, 19 de Dezembro de 2014.

MUNICÍPIO DE XAVANTINA	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE XAVANTINA - ACIX
------------------------	---

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_ 02. \_\_\_\_\_  
 Nome: Joselino Luiz Naissinger Nome: Arline Caon  
 CPF: 047.840.569-39 CPF: 055.243.049-84

### DECRETO 115/2014

DECRETO Nº 115/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.420, de 18 de Dezembro de 2014. DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Ensino Fundamental e Infantil	
Projeto Atividade: 2.004 – Manter o Ensino Fundamental	
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.01.0001 CR (12)	
R\$.....	30.000,00
.....	
Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade Orçamentária: 07.03 – Departamento dos Transportes	
Projeto Atividade: 2.019 – Manter as Atividades do DMER	
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.01.0000 CR (76)	
R\$.....	30.000,00
.....	
Órgão: 12 – ENCARGOS GERAIS	
Unidade Orçamentária: 12.01 – Encargos Gerais	
Projeto Atividade: 0.001 – Outros Encargos Gerais	
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.01.0000 CR (82)	
R\$.....	4.000,00
.....	
TO TAL	64.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 12 – ENCARGOS GERAIS	
Unidade Orçamentária: 12.01 – Encargos Gerais	
Projeto Atividade: 0.001 – Outros Encargos Gerais	
Elem. Despesa: 4.4.50.00.00.00.00.01.0000 CR (91)	
R\$.....	64.000,00
.....	
TO TAL	64.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 18 de Dezembro de 2014.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### LEI 1418

LEI Nº 1418, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

AUTORIZA REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS, PARA ENTIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Município, através do Fundo Municipal de Saúde - FMS, autorizado a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênios para as entidades consignadas no Anexo Único desta Lei, durante o Exercício de 2015.

Art. 2º A autorização pressupõe a homologação prevista no art. 20 da Lei Orgânica Municipal e o disposto no § 2º do art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no Exercício de 2015.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 18 de Dezembro de 2014.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### PROJETO DE LEI Nº 069/2014. ANEXO ÚNICO

Entidade	CNPJ Nº	Objeto do Convênio	Valor do Repasse de até
Associação Comunitária Hospital São Lucas	82.832.361/0001-69	Objetivando o estabelecimento de cooperação financeira, para melhoria nas ações e serviços essenciais e indispensáveis na área da saúde, bem como para atendimentos de urgência e emergência à população do Município de Xavantina no Hospital São Lucas, inclusive escala de sobreaviso, pagamento de salários de funcionários, diretor clínico e manutenção das atividades da entidade.	R\$ 496.000,00
Beneficência Camiliana do Sul - Hospital São Francisco	83.506.030/0002-82	Objetivando o estabelecimento de cooperação financeira, para atendimentos de urgência e emergência à população do Município de Xavantina, no pronto-socorro do Hospital São Francisco, inclusive escala de sobreaviso.	R\$ 22.000,00
Consortio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC – CIS/AMOSC	01.336.261/0001-40	Objetivando autorização para repasse de recursos financeiros para manutenção das atividades do Consórcio e/ou elaboração e execução de projetos específicos ou aquisição de bens e serviços, mediante contrato de rateio entre os consorciados.	R\$ 48.000,00

### LEI 1419

LEI Nº 1419, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

AUTORIZA REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ENTIDADES, MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Município autorizado a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênios, no exercício de 2015, para as seguintes entidades abaixo:

I - ASSOCIAÇÃO SÃO MIGUEL, pessoa jurídica de direito privado, com sede Linha São Miguel, s/n, na cidade de Xavantina, SC, devidamente inscrita no CNPJ nº 78.509.098/0001-02, no valor de até R\$ 17.650,00 (dezessete mil, seiscentos e cinquenta reais), para estabelecimento de convênio, objetivando a aquisição de mármore para bancada, rede de proteção, cadeiras em madeira e porta de ferro.

II - ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA GRÊMIO PASSO DAS ANTAS, pessoa jurídica de direito privado, com sede Linha Passo Das Antas, s/n, na cidade de Xavantina, SC, devidamente inscrita no CNPJ nº 83.607.291/0001-08, no valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para estabelecimento de convênio, objetivando a aquisição de mobiliário e matérias de construção para.

III - CONSELHO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE GUARARAPES, pessoa jurídica de direito privado, com sede Linha Guararapes, s/n, na cidade de Xavantina, SC, devidamente inscrita no CNPJ nº 02.910.353/0001-54, no valor de até R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais), para estabelecimento de convênio, objetivando a aquisição de mobiliário, bomba trifásica, caixa d'água, mangueira, conexões hidráulicas e elétricas, forno micro-ondas, ventilador e pratos de vidro.

IV - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES SÃO FRANCISCO DE LINHA DIVISA DAS ÁGUAS, pessoa jurídica de direito privado, com sede Linha Divisa das Águas, s/n, na cidade de Xavantina, SC, devidamente inscrita no CNPJ nº 05.556.878/0001-21, no valor de até R\$ 19.100,00 (dezenove mil e cem reais), para estabelecimento de convênio, objetivando a aquisição de materiais de construção para reforma da cozinha do centro comunitário.

VI - ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA TREME TERRA, pessoa jurídica de direito privado, com sede Linha Tiradentes, s/n, na cidade de Xavantina, SC, devidamente inscrita no CNPJ nº 20.446.708/0001-88, no valor de até R\$ 8.550,00 (oito mil, quinhentos e cinquenta reais), para estabelecimento de convênio, objetivando a aquisição de portões basculantes, traves de futebol e bancos em madeira.

VII - ASSOCIAÇÃO DE MÃES NOSSA SENHORA DA SALETE, pessoa jurídica de direito privado, com sede Linha Quatro Irmãos, s/n, na cidade de Xavantina, SC, devidamente inscrita no CNPJ nº 01.269.510/0001-21, no valor de até R\$ 9.350,00 (nove mil, trezentos e cinquenta reais), para estabelecimento de convênio, para aquisição de mobiliário.

VIII - ASSOCIAÇÃO SETE DE SETEMBRO, pessoa jurídica de direito privado, com sede Linha Sete de Setembro, s/n, na cidade de Xavantina, SC, devidamente inscrita no CNPJ nº 78.501.541/0001-90, no valor de até R\$ 14.300,00 (quatorze mil e trezentos reais), para estabelecimento de convênio, objetivando a aquisição de portas, janelas, cortador de grama, bacio em inox com duas cubas, materiais hidráulicos, elétrico e de consumo, tintas e calhas galvanizadas.

IX - CLUBE DE MÃES NOSSA SENHORA APARECIDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede Linha Plano Alto, s/n, na cidade de Xavantina, SC, devidamente inscrita no CNPJ nº 01.489.359/0001-37, no valor de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais), para estabelecimento de convênio, objetivando a aquisição de mobiliário e um cortador de grama.

X - ASSOCIAÇÃO SANTA TEREZINHA, pessoa jurídica de direito

privado, com sede Linha Santa Terezinha, s/n, na cidade de Xavantina, SC, devidamente inscrita no CNPJ nº 80.624.885/0001-39, no valor de até R\$ 9.400,00 (nove mil e quatrocentos reais), para estabelecimento de convênio, objetivando a aquisição de mobiliário, eletrodomésticos, materiais de construção e portas de metal.

XI - ASSOCIAÇÃO PINHALENSE, pessoa jurídica de direito privado, com sede Linha Pinhal Preto, s/n, na cidade de Xavantina, SC, devidamente inscrita no CNPJ nº 83.678.391/0001-25, no valor de até R\$ 19.600,00 (dezenove mil e seiscentos reais), para estabelecimento de convênio, objetivando a aquisição de mobiliário, suporte porta espelhos e portas de elevação.

XII - CONSELHO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE PASSO DAS ANTAS, pessoa jurídica de direito privado, com sede Linha Passo Das Antas, s/n, na cidade de Xavantina, SC, devidamente inscrita no CNPJ nº 05.618.893/0001-57, no valor de até R\$ 9.050,00 (nove mil e cinquenta reais), para estabelecimento de convênio, objetivando a aquisição de portas de metal, grades de proteção para janelas, materiais de construção e hidráulicos para reforma.

XIII - ASSOCIAÇÃO REDUTO, pessoa jurídica de direito privado, com sede Linha Reduto, s/n, na cidade de Xavantina, SC, devidamente inscrita no CNPJ nº 95.992.996/0001-75, no valor de até R\$ 10.400,00 (dez mil e quatrocentos reais), para estabelecimento de convênio, objetivando a aquisição de mobiliário e fogão industrial.

XIV - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, SOCIAL E ESPORTIVA RIO CLARO, pessoa jurídica de direito privado, com sede Linha Rio Claro, s/n, na cidade de Xavantina, SC, devidamente inscrita no CNPJ nº 78.473.675/0001-45, no valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para estabelecimento de convênio, objetivando a aquisição de porta de ferro, cortador de grama a gasolina e materiais de construção para reforma.

XV - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DA SERRA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Vicente Zanandréa, s/n, na cidade de Xavantina, SC, devidamente inscrita no CNPJ nº 13.352.983/0001-77, no valor de até R\$ 6.550,00 (seis mil quinhentos e cinquenta reais), para estabelecimento de convênio, objetivando a aquisição de freezer, fogão industrial, forno a lenha e cadeiras de plástico.

XVI - ASSOCIAÇÃO SÃO JOSE DE ALTO IRANI, pessoa jurídica de direito privado, com sede Linha Alto Irani, s/n, na cidade de Xavantina, SC, devidamente inscrita no CNPJ nº 80.629.660/0001-75, no valor de até R\$ 15.200,00 (quinze mil e duzentos reais), para estabelecimento de convênio, objetivando a aquisição de mobiliário (mesas, bancos e cavaletes).

XVII - ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS NOSSA SENHORA DA SAÚDE, pessoa jurídica de direito privado, com sede Linha Das Palmeiras, s/n, na cidade de Xavantina, SC, devidamente inscrita no CNPJ nº 80.642.606/0001-60, no valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para estabelecimento de convênio, objetivando a aquisição de materiais mobiliários.

XVIII - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES XAVANTINA, pessoa jurídica de direito privado, com sede Rua Praça Rio Branco, s/n, na cidade de Xavantina, SC, devidamente inscrita no CNPJ nº 05.741.050.0001-43, no valor de até R\$ 17.100,00 (dezessete mil e cem reais), para estabelecimento de convênio, objetivando a aquisição de Telhas de Aluzinco Galvanizado para manutenção do telhado do centro comunitário.

Art. 2º A autorização pressupõe a homologação prevista no art. 20 da Lei Orgânica Municipal e o disposto no § 2º do art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias dos orçamentos do Município do Exercício de 2015.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 18 de Dezembro de 2014.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

## LEI 1420

LEI Nº 1420, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Ensino Fundamental e Infantil	
Projeto Atividade: 2.004 – Manter o Ensino Fundamental	
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.01.0001 CR (12)	
R\$.....	30.000,00
.....	
.....	
Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade Orçamentária: 07.03 – Departamento dos Transportes	
Projeto Atividade: 2.019 – Manter as Atividades do DMER	
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.01.0000 CR (76)	
R\$.....	30.000,00
.....	
.....	
Órgão: 12 – ENCARGOS GERAIS	
Unidade Orçamentária: 12.01 – Encargos Gerais	
Projeto Atividade: 0.001 – Outros Encargos Gerais	
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.01.0000 CR (82)	
R\$.....	4.000,00
.....	
.....	
TO TAL	64.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 12 – ENCARGOS GERAIS

Unidade Orçamentária: 12.01 – Encargos Gerais

Projeto Atividade: 0.001 – Outros Encargos Gerais

Elem. Despesa: 4.4.50.00.00.00.00.01.0000 CR (91)

R\$.....	64.000,00
.....	
.....	

TO TAL	64.000,00
--------	-----------

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 18 de Dezembro de 2014.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

## LEI 1421

LEI Nº 1421, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

AUTORIZA SUBSIDIAR SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS PARA A COMUNIDADE DE LINHA MEDIANEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Município autorizado a subsidiar serviços de horas máquinas para a Comunidade de Linha Medianeira, no valor total de até R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais), visando auxiliar 20 (vinte) unidades familiares na realização de serviços em suas propriedades no exercício de 2015.

Parágrafo Primeiro - Cada Unidade Familiar receberá como forma de subsídio o valor total de até R\$: 320,00 (trezentos e vinte reais), para realização de serviços com máquinas do Município.

Parágrafo Segundo - Os valores excedentes do subsídio concedido pelo município em serviços de horas máquinas deverão ser pagos o preço público da tabela municipal.

Art. 2º A autorização pressupõe a homologação prevista no art. 20 da Lei Orgânica Municipal e o disposto no § 2º do art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias dos orçamentos do Município do Exercício de 2015.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 18 de Dezembro de 2014.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

# Xaxim

## PREFEITURA

### AVISO DE PREGÃO 115 TRANSPORTE ESCOLAR

MUNICIPIO DE XAXIM

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 115/2014 PROCESSO LICITATÓRIO N. 224/2014

O Município de Xaxim - SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar considerando 200 dias do ano letivo de acordo com o itinerário e quilometragens descritas e devidamente identificadas no anexo I do edital. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h: 45min do dia 14 de janeiro de 2015, procedendo à abertura às 09h: 00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br) maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 19 de dezembro de 2014.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

### AVISO DE REPUBLICAÇÃO CONCORRENCIA 009

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE ALTERAÇÃO DE PRAZO E PRORROGAÇÃO DE EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO 206/2014

EDITAL DE CONCORRENCIA PUBLICA N. 009/2014

O município de Xaxim torna público a REPUBLICAÇÃO referente à Alienação ad corpus de 01 (um) bem imóvel urbano, com área total de novecentos metros quadrados, conforme descrição completa no edital, autorizada pela Lei Municipal n. 4004/2014. Tipo maior oferta, na qual não houve interessados, restando à licitação deserta. Fica alterado o valor do imóvel conforme laudo de avaliação.

Pelos motivos acima mencionados fica marcada uma nova cessão para o dia 23 de janeiro de 2015 as 09h00min com entrega dos envelopes até as 08h45min deste mesmo dia. As demais disposições permanecem inalteradas.

Xaxim 19 de dezembro de 2014.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito

### AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE TOMADA DE PREÇO 09

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE ALTERAÇÃO DE PRAZO E PRORROGAÇÃO DE EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO 211/2014

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N. 009/2014

O município de Xaxim torna público a REPUBLICAÇÃO referente à contratação de empresa para execução de reforma do Centro de referencia Especializado de Assistência Social (CREAS), na Rua Pedro Lunardi, conforme projetos, orçamento, cronograma e quadro de composição de investimento anexo ao Processo, tipo menor preço global, na qual não houve interessados, restando à licitação deserta.

Pelos motivos acima mencionados fica marcada uma nova cessão para o dia 15 de janeiro de 2015 as 09h00min com entrega dos envelopes até as 08h45min deste mesmo dia. As demais

disposições permanecem inalteradas.

Xaxim 19 de dezembro de 2014.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito

### CONVITE

Convite

A Administração Municipal de Xaxim, através de seu Gestor, e da Comissão multidisciplinar nomeada pelo Decreto 254/2014, destinada à análise dos estudos de Impacto de vizinhança (EIV), convida toda a população de Xaxim, para que no dia 12/01/2015, nas dependências do Salão Comunitário do Bairro Bela Vista, situado à Rua Alberto Ângelo Sordi, às 17:00horas, para que participe da discussão/apreciação do projeto quanto à implantação do loteamento habitacional "Império do Sol", de uma área de terras de propriedade de Terezinha Maria Dalmolin, com matrícula no CRI sob o nº 23.288.

Ainda, os participantes da reunião, poderão desde que de forma pertinente, realizar questionamentos aos empreendedores e à Comissão Multidisciplinar.

Xaxim, 19 de dezembro de 2014.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Membros da Comissão Multidisciplinar

### DECRETO 475,786

DECRETO Nº. 475/2014.

Prorroga contrato de engenharia civil em caráter emergencial e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações e considerando:

CONSIDERANDO que, o Arquiteto, Sr. Ricardo Guizzi, realizou a solicitação de exoneração do cargo em que ocupava neste Município, em meados do mês de julho do corrente ano;

CONSIDERANDO que, o então Arquiteto, estava no acompanhamento e fiscalização de boa parcela das obras que eram realizadas pela Administração Municipal;

CONSIDERANDO que, a realização de um único Concurso para contratação de apenas um profissional Engenheiro Civil, demandaria tempo e despesas desnecessárias a este Ente Público;

CONSIDERANDO que, sequer há dotação orçamentária para que seja realizada a contratação de empresa para a realização de Concurso Público;

CONSIDERANDO, às diversas obras inacabadas de convênios ou não, as quais já se encontram com os referidos pagamentos agendados, apenas aguardando a indicação de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART de um Responsável para a liberação de recursos às empresas;

CONSIDERANDO que, não havendo as respectivas "medições" e consequente liberação de recursos, nenhuma empresa irá colocar funcionárias nas mesmas e trabalhar de forma voluntária;

CONSIDERANDO, os 6 (seis) projetos de engenharia que estão em análise junto a Caixa Econômica Federal GIGOV;

CONSIDERANDO que, os projetos junto a Caixa encontram-se com

cláusulas suspensivas e aguardando designação de responsável técnico para acompanhamento e ajuste dos mesmos;  
CONSIDERANDO, os diversos e-mails já recebidos da Caixa Econômica, que fazem parte dos anexos deste, informando a grande urgência dos projetos, tendo em vista as prorrogações dos prazos contratuais estabelecidos;  
CONSIDERANDO, a necessidade de fiscalização na execução das obras de pavimentação asfáltica em diversas ruas e de medições para pagamentos;  
CONSIDERANDO, a necessidade de Fiscal Técnico e medição nas 34 unidades habitacionais localizadas no bairro Santa Terezinha, sendo que algumas já estão sendo finalizadas e outras necessitam de medições e pagamentos;  
CONSIDERANDO, que das 34 casas do PAC I (do qual há convênio com o Governo Federal), 7 (sete) já estão concluídas, necessitam apenas de esgotamento, e as demais necessitam de acompanhamento e fiscalização;  
CONSIDERANDO, que o responsável das Obras do PAC I, informou a paralisação das 34 casas;  
CONSIDERANDO, os enormes prejuízos que poderão surgir com a paralisação das Obras do PAC I, dentre elas: a não realização de um novo convênio com o Governo Federal, e Novas Invasões (como já ocorreu no ano de 2012);

CONSIDERANDO, caso ocorra novas invasões, o Município terá que custear novos aluguéis sociais, possíveis reformas, além do fato de que toda eventual invasão se torna desordeira e violenta, gerando depredação do patrimônio público, e consequentemente, demanda Judicial de Reintegração de Posse, o que poderia resultar em uma efetiva retirada com utilização da força em relação aos invasores;

CONSIDERANDO, que muitos convênios são de anos anteriores, os quais já foram prorrogados os prazos por diversas vezes o que poderá não ocorrer novamente e, ainda, que as obras paralisadas poderão ensejar a tomada de contas especiais;

CONSIDERANDO, que algumas das obras fiscalizadas pelo Sr. Ricardo estão em andamento e tem convênio do governo federal, apenas aguardando apenas o encaminhamento de nova ART do responsável Técnico para liberação de recurso;

CONSIDERANDO, que as obras tem grande importância para a população do Município, dos quais em parte, se utilizam recursos próprios, e aguardam apenas análise/fiscalização do Responsável, dentre as quais podemos citar: O Abrigo Municipal; a Ampliação Escolar dos Bairros Ari Lunardi e Santa Terezinha; CAPS; Centro Especialidades; Centro Dia Idoso; Creches Bela Vista e Bairro Flor, Ginásio Alberto Sordi e os Muros do Bairro Ari Lunardi Pavilhão Lixão;

CONSIDERANDO, a urgência no andamento dos projetos idealizados por este Município em ver seu povo bem e ter avanço no crescimento na educação, moradia, saúde, abrigo, creches dentre outros;

CONSIDERANDO, que a servidora anteriormente contratada em caráter emergencial para esta função, Sr.<sup>a</sup> Laura Fiabanet também solicitou exoneração;

E Principalmente, Considerando, que todos os projetos tem o intuito de melhorar a vida dos moradores de Xaxim, assegurando assim, as garantias constitucionais previstas na Nossa Carta Magna.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado, em caráter emergencial, a partir de 24 de dezembro de 2014, o contrato da servidora municipal SIMONE MICHELON, matrícula 6883, na função de ENGENHEIRA CIVIL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, até 24 de março de 2015, quando encerra este contrato.

Art. 2º Os vencimentos do referido servidor são aqueles constantes em lei vigente.

Art. 3º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 11 de dezembro de 2014.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio Jose Dal Magro  
Procurador Geral do Município

DECRETO Nº. 486/2014.

Exonera servidor municipal comissionado e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 26 de dezembro de 2014, a servidora municipal LEILA APARECIDA PEDRUZZI LAZZARETTI, ocupante do cargo comissionado de DIRETOR ADJUNTO DE ESCOLA, portadora da matrícula 6339, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, desta Prefeitura Municipal de Xaxim - SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 19 de dezembro de 2014.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira  
Diretor Geral de Administração e RH

**DECRETO Nº 470/2014, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014. FIXA VALORES PARA OS SERVIÇOS PRESTADOS PELO MUNICÍPIO, COM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PRÓPRIOS DA FROTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 470/2014, de 10 de dezembro de 2014.

FIXA VALORES PARA OS SERVIÇOS PRESTADOS PELO MUNICÍPIO, COM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PRÓPRIOS DA FROTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Xaxim, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Considerando o prejulgado 531/2009 do TCE/SC, onde dispõe sobre a possibilidade da cobrança do particular, do custo público quanto às despesas suportadas pela Municipalidade;

Considerando que o Decreto Municipal nº 343/2014, encontra-se defasado em relação a alguns preços fixados e que há regulamento próprio instituindo a cobrança, conforme dispõe a Lei 3.378/2009

DECRETA:

Art. 1º. O art. 1º do Decreto 343/2014, passa a vigorar com a

seguinte redação:

Art. 2º. O quadro de valores fica assim estabelecido:

Descrição	Unidade de Medida	Valores
a) Caminhão Caçamba (Truck)	Carga	R\$ 37,83
b) Caminhão Caçamba (Simples)	Carga	R\$ 25,22
c) Caminhão Tanque (Chorumeira)	Carga	R\$ 37,83
d) Motoniveladora	Hora	R\$ 100,90
e) Pá-Carregadeira (Case/Michigan)	Hora	R\$ 69,36
f) Pá-Carregadeira (JCB)	Hora	R\$ 81,97
g) Retroescavadeira	Hora	R\$ 81,97
h) Trator sobre Esteiras (D41)	Hora	R\$ 107,20
i) Trator sobre Esteiras (D5)	Hora	R\$ 126,12
j) Trator sobre Esteiras (D6)	Hora	R\$ 151,34
k) Trator sobre Esteiras (New Holland)	Hora	R\$ 163,95
l) Escavadeira Hidráulica (Caterpillar)	Hora	R\$ 138,73
m) Escavadeira Hidráulica (Hyundai)	Hora	R\$ 151,34
n) Rolo Compactador (Müeller)	Hora	R\$ 63,06
o) Rolo Compactador (JCB)	Hora	R\$ 81,97
p) Cortador de grama motorizado	Cedência	R\$ 37,83
q) Trator de pneus	Hora	R\$ 45,00

Art. 2º. Este decreto em vigor na data de sua publicação, revogando-se eventuais disposições em contrário.

Xaxim, 10 de dezembro de 2014.

Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Fabio José Dal Magro  
Procurador-geral - OAB/SC 20.041

## DECRETO Nº 482/2014 NOMEIA ORDENADOR

DECRETO Nº 482/2014

Nomeia Secretário Municipal da Administração Ordenador Primário e dá outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, de acordo com as atribuições do seu cargo, embaçadas com o Artigo 66, VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor RODRIGO VERIATO MORÁS, Secretário Municipal de Administração, como Ordenador Primário das despesas do Município de Xaxim, bem como autorizado a responder por pagamentos nos dias 17 e 18 de dezembro 2014.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 16 de dezembro de 2014.

Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Fabio José Dal Magro  
Procurador Geral do Município

## DECRETO Nº 483/2014 NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 483/2014

Nomeia Membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB e dá outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal e em consonância com as Leis 3132/2007 de 07 de agosto de 2007 e Lei nº 3327/2009 de 17 de fevereiro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB, ficando assim constituído:

A) 02 (dois) Representantes do Poder Executivo Municipal dos quais pelo menos 01(um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente:

Membro Titular: Alessandra Sorgatto  
Membro Suplente: Fabiane Rissi  
Membro Titular: Silvonei Bizol  
Membro Suplente: Catiane Brunetto

B)01 (um) Representante dos Diretores das escolas Públicas Municipais :

Membro Titular: Marcelo Volpatto  
Membro Suplente: Andressa Salvi

C) 01 (um) Representante dos Professores da Educação Básica e Pública Municipal:

Membro Titular: Odacir Anghinoni  
Membro Suplente: Tania Cunico

D)01 (um) Representante dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas municipais:

Membro Titular: Claudir Carini  
Membro Suplente: Loureni da Rosa

E)02 (dois) Representantes do Conselho Municipal de Educação:

Membro Titular: Valdir Skzypcak  
Membro Suplente: Paulo Roberto da Silva

F)02 (dois) Representante do Conselho Tutelar.

Membro Titular: Eliane Sorgatto  
Membro Suplente: Michele Rosset

G)01 (um) Representante dos Pais de alunos da Educação Básica Pública Municipal:

Membro Titular: Lecimar Serpa  
Membro Suplente: Marelice Pereira  
Titular: Adriana Giachini  
Suplente: Roseli Saquet

H) 01 (um) Representante dos estudantes da educação Básica Pública e de estudantes secundaristas.

Membro Titular: Loureci da Silva  
 Membro Suplente: Dirceu Forchessatto  
 Membro Titular: Bruno Julio Correa  
 Membro Suplente: Genesi Aparecida dos Santos

Art. 2º O Chefe do Poder Executivo Municipal marcará data para dar posse aos membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB, que imediatamente se reunirão, com a finalidade da eleição de sua diretoria.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 de dezembro de 2014.  
 Idacir Antonio Orso  
 Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fábio José Dal Magro  
 Procurador Geral do Município

## DECRETO Nº. 481/2014 ABRE CREDITO ADICIONAL

DECRETO Nº 470/2014, de 10 de dezembro de 2014.  
 FIXA VALORES PARA OS SERVIÇOS PRESTADOS PELO MUNICÍPIO, COM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PRÓPRIOS DA FROTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Xaxim, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Considerando o prejulgado 531/2009 do TCE/SC, onde dispõe sobre a possibilidade da cobrança do particular, do custo público quanto às despesas suportadas pela Municipalidade;

Considerando que o Decreto Municipal nº 343/2014, encontra-se defasado em relação à alguns preços fixados e que há regulamento próprio instituindo a cobrança, conforme dispõe a Lei 3.378/2009 DECRETA:

Art. 1º. O art. 1º do Decreto 343/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. O quadro de valores fica assim estabelecido:

Descrição	Unidade de Medida	Valores
a) Caminhão Caçamba (Truck)	Carga	R\$ 37,83
b) Caminhão Caçamba (Simples)	Carga	R\$ 25,22
c) Caminhão Tanque (Chorumeira)	Carga	R\$ 37,83
d) Motoniveladora	Hora	R\$ 100,90
e) Pá-Carregadeira (Case/Michigan)	Hora	R\$ 69,36
f) Pá-Carregadeira (JCB)	Hora	R\$ 81,97
g) Retroescavadeira	Hora	R\$ 81,97
h) Trator sobre Esteiras (D41)	Hora	R\$ 107,20
i) Trator sobre Esteiras (D5)	Hora	R\$ 126,12
j) Trator sobre Esteiras (D6)	Hora	R\$ 151,34
k) Trator sobre Esteiras (New Holland)	Hora	R\$ 163,95
l) Escavadeira Hidráulica (Caterpillar)	Hora	R\$ 138,73
m) Escavadeira Hidráulica (Hyundai)	Hora	R\$ 151,34

n) Rolo Compactador (Müeller)	Hora	R\$ 63,06
o) Rolo Compactador (JCB)	Hora	R\$ 81,97
p) Cortador de grama motorizado	Cedência	R\$ 37,83
q) Trator de pneus	Hora	R\$ 45,00

Art. 2º. Este decreto em vigor na data de sua publicação, revogando-se eventuais disposições em contrário.

Xaxim, 10 de dezembro de 2014.  
 Idacir Antonio Orso  
 Prefeito Municipal

Fabio José Dal Magro  
 Procurador-geral - OAB/SC 20.041

## LEI COMPLEMENTAR Nº 149/2014 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014. ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 007/2002

LEI COMPLEMENTAR Nº 149/2014 de 15 de dezembro de 2014.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 007/2002 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O artigo 10 da Lei Complementar nº 007, de 23 de dezembro de 2002, passa a vigorar, com a seguinte redação:

Art. 10. As alíquotas a serem aplicadas sobre os valores venais dos imóveis urbanos do Município, para cálculo do IPTU, serão os seguintes:

Imóveis Edificados:	
1. A alíquota a ser aplicada no cálculo do valor do Imposto Territorial nos Setores I ao VII será de:	0,100%
2. A alíquota a ser aplicada para o cálculo do valor do imposto Predial nos Setores I ao VII será de:	0,167%
Imóveis Não Edificados:	
1. Imóveis não edificados no Setor I a alíquota será de:	0,455%
2. Imóveis não edificados nos Setores II e III a alíquota será de:	0,300%
3. Imóveis não edificados nos Setores IV, V, VI e VII a alíquota será de:	0,200%
Imóveis Edificados:	
1. A alíquota a ser aplicada no cálculo de áreas acima de 5.000 m2 do valor do imposto Predial nos Setores I ao VII será de:	0,134%
2. A alíquota a ser aplicada no cálculo de áreas acima de 5.000 m2 do valor do imposto Territorial nos Setores I ao VII será de:	0,080%
Imóveis Não Edificados: A alíquota a ser aplicada no calculo de áreas acima de 5000 m2 para o calculo do imposto Territorial nos Setores I ao VII será de:	
	0,100%

Art. 2º O artigo 49, da Lei Complementar nº 007, de 23 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 49. A base de cálculo do imposto incidente sobre o Valor Venal do bem Imóvel Urbano é o valor dos bens no momento da transmissão ou da cessão dos direitos a eles relativos, conforme valor declarado pelo promitente comprador, desde que seja valor real ou

a avaliação será atribuída pelo Fisco Municipal com base nos valores constantes no artigo 21 e na Tabela II, atualizada anualmente por comissão especial nomeada através de Decreto pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e posterior envio de projeto de lei específico ao Poder Legislativo Municipal.

§ 1º. Não concordando com o valor estimado, poderá o contribuinte requerer a avaliação contraditória obtida junto ao mercado imobiliário, de no mínimo dois representantes da classe com a avaliação administrativa realizada, instruindo o pedido com a documentação que fundamente sua discordância.

§ 2º. A Guia de Recolhimento terá vencimento de até 10 (dez) dias para recolhimento, sendo que a guia emitida durante o mês de dezembro terá vencimento dentro do Exercício Financeiro de sua emissão, findo o qual, e não tiver sido lavrado o ato de transmissão, a base de cálculo deverá ser reavaliada e se houver diferença a mesma deverá ser recolhida.

§ 3º. A Guia de Recolhimento que não for devidamente quitada dentro do Exercício Financeiro de sua emissão, deverá ser cancelada e emitida nova Guia.

Art. 3º. A Lei Complementar nº 007, de 23 de dezembro de 2002, passa a vigorar acrescida do artigo 49-A, com a seguinte redação: Art. 49-A. Para efeito de determinação do Valor Venal do bem Imóvel Rural, deverá ser levado em consideração o valor declarado pelo promitente comprador, desde que seja valor real ou avaliação com base nos valores constantes na Tabela II, atualizada periodicamente pelo CEPA - Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola, vinculado a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.

Parágrafo único. As edificações nos imóveis rurais terão como base os valores da Tabela II, em anexo a esta Lei Complementar, tendo um desconto de 35% (trinta e cinco por cento) do valor venal final, exceto os itens 4 e 5 da referida tabela.

Art. 4º A Lei Complementar nº 007, de 23 de dezembro de 2002, passa a vigorar acrescida do artigo 68-A, com a seguinte redação:

Art. 68-A. A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN na construção civil é o preço total dos serviços, dela podendo ser deduzidos unicamente o valor dos materiais/mercadorias fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos subitens 7.02 e 7.05 da Tabela I que integra a Lei Complementar nº 007/2002.

§ 1º. Considera-se material fornecido pelo prestador do serviço aquele por ele produzido ou adquirido de terceiros e que se incorporarem diretamente e definitivamente à obra, perdendo sua identidade física no ato da incorporação, não sendo passíveis de dedução as Bonificações e Despesas Indiretas - BDI, além dos gastos com ferramentas, veículos, máquinas/equipamentos, combustíveis, materiais de consumo, materiais de instalações provisórias, refeições e similares.

§ 2º. Os materiais fornecidos de que trata este artigo deverão ter sua aquisição comprovada pelo prestador dos serviços, através de notas fiscais de 'compra' dos materiais adquiridos e/ou notas fiscais de 'simples remessa', que deverá:

I - possuir data de emissão anterior ao da Nota Fiscal de Prestação de Serviço emitida, ou seja, durante a execução parcial ou total da obra;

II - discriminar as espécies, quantidades e valores dos respectivos materiais; e,

III - indicar claramente no corpo da nota fiscal a que obra se destina o material.

§ 3º. Em caso de materiais adquiridos para diversas obras, armazenado em depósito centralizado, a saída do material respectivo à cada obra deverá ser acompanhada por nota fiscal de 'simples remessa', sendo que a mesma servirá para o seu respectivo transporte até o canteiro da obra.

§ 4º. Os materiais fornecidos de que trata este artigo, considerados por espécie, não poderão exceder em quantidade e preço os

valores dispendidos na sua aquisição pelo prestador dos serviços. § 5º. Na prestação de serviços de fornecimento de concreto ou asfalto, preparados fora do local da obra, o valor dos materiais fornecidos será determinado pela multiplicação da quantidade de cada insumo utilizado na mistura pelo valor médio de sua aquisição, apurado com base nos 03 (três) últimos documentos fiscais de compras efetuadas pelo prestador dos serviços.

Art. 5º O artigo 69, da Lei Complementar nº 007, de 23 de dezembro de 2002, passa a vigorar acrescido com nova redação da tabela constante no inciso III e acrescido dos incisos IV e V, com a seguinte redação:

Art. 69. [...]

III -

Tipo de Construção	Padrão	% sobre o CUB
Alvenaria	Baixo: até 70m2	Isento
Alvenaria	Econômico: acima de 71m2 a 100m2	9%
Alvenaria	Econômico: acima de 101 a 130m2	11%
Alvenaria	Médio: acima de 131m2 a 150m2	13%
Mista	Baixo: até 70m2	Isento
	Econômico: acima de 70m2 a 100m2	5%
	Aconômico: Acima de 101m2 a 130M2	7%
	Médio: acima de 131m2 até 150m2	9%
Madeira	Baixo: até 70m2	Isento
	Econômico: acima de 71m2 até 100m2	3%
	Econômico: acima de 101m2 até 130m2	5%
	Médio: acima de 131m2 até 150m2	7%
Galpão/Barracão	Econômico: até 100m2	3%
	Médio: de 101m até 150m2	5%

IV - as obras civis com área de até 150,00 M<sup>2</sup> o preço do serviço poderá ser apurado e o imposto cobrado de acordo com o constante na tabela do inciso III.

V - as obras civis com área acima de 150,00 M<sup>2</sup> o preço do serviço será apurado e o imposto cobrado de acordo com o previsto no artigo 68-A da presente Lei Complementar.

Art. 6º. O inciso II, § 2º, do artigo 83-A, da Lei Complementar nº 007, de 23 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 83-A. [...]

[...]

§ 2º. [...]

II - a pessoa física ou jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.04, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.11, 7.12, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 11.01, 11.02, 11.04, 12.01, 12.02, 12.03, 12.04, 12.05, 12.06, 12.07, 12.08, 12.09, 12.10, 12.11, 12.12, 12.14, 12.15, 12.16, 12.17, 16.01, 17.05 e 17.09 da lista anexa.

Art. 7º O artigo 107, da Lei Complementar nº 007, de 23 de dezembro de 2002, passa a vigorar acrescido do § 2º, com a seguinte redação:

Art. 107. [...]

[...]

§ 2º. Na hipótese de ser verificado que a prestação de serviço relativo a jornada semanal seja proporcional, será cobrado conforme os dias trabalhados, considerando um mínimo de 2 (dois) dias por semana.

Art. 8º Fica pela presente Lei Complementar alterada a seguinte Tabela II constante da Lei Municipal nº 007, de 23 de Dezembro de 2002:

#### TABELA II

De que trata o artigo 23 da Lei Complementar nº 007/2002

#### PLANTA DE VALORES IMOBILIÁRIOS VALOR DO M² DE TERRENO

LOTES URBANOS	NUMERO DE VALOR EM V.R. POR M²
Setor I	4,30
Setor II	2,39
Setor III	1,40
Setor IV	0,73
Setor V	0,64
Setor VI	0,37
Setor VII	0,15
LOTES RURAIS	NÚMERO DE VALOR EM V.R. POR ha
CLASSES	
Terra de primeira (áreas mecanizadas + 50%)	237,87
Terra de segunda (até 50% mecanizada)	150,65
Terra de terceira (alta declividade + 30%)	75,33
Terra p/ servidão florestal (reserva Ambiental ou APP)	51,54

#### VALOR DO METRO QUADRADO DE EDIFICAÇÃO

TIPO DA EDIFICAÇÃO	NUMERO DE VALOR EM V.R. POR M²
1. EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA	3,30
2. EDIFICAÇÃO MISTA	1,01
3. EDIFICAÇÃO EM MADEIRA	0,68
4. GALPÕES/BARRACÕES	0,40
5. AVIÁRIOS/POCILGAS/ESTÁBULOS	0,25

Art. 9º Ficam suprimidos o § 5º, do artigo 68 e o inciso III, do § 2º, do artigo 83-A da Lei Complementar nº 007, de 23 de Dezembro de 2002.

Art. 10. Os demais artigos da Lei Complementar nº 007, de 23 de Dezembro de 2002, permanecem inalterados.

Art. 11. O Poder Executivo regulamentará os casos omissos de a presente Lei Complementar, no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 12. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a com efeitos em 90 (noventa) dias após, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,  
em 18 de dezembro de 2014.

Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro  
Procurador Geral do Município.

### LEI COMPLEMENTAR Nº 150/2014 DE 15 DE DEZEMBRO 2014. DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO,

LEI COMPLEMENTAR Nº 150/2014 de 15 de dezembro 2014.  
DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO E O FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

#### DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO

#### CAPÍTULO I

#### DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A Política Municipal de Saneamento Básico de Xaxim tem como objetivo, respeitadas as competências da União e do Estado, a melhoria na qualidade da sanidade pública e manter o Meio Ambiente equilibrado buscando o desenvolvimento sustentável e fornecer diretrizes ao poder público e à coletividade para a defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade ambiental, cabendo a todos o direito de exigir a adoção de medidas nesse sentido.

Parágrafo Único - Para os efeitos desta lei considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumento de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo de águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem

urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

Art. 2º Para o estabelecimento da Política Municipal de Saneamento Básico serão observados os seguintes princípios fundamentais:

- I - universalização do acesso;
- II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;
- III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos realizados de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente;
- IV - disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;
- V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;
- VI - articulação com políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;
- VII - eficiência e sustentabilidade econômica;
- VIII - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;
- IX - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;
- X - controle social;
- XI - segurança, qualidade e regularidade;
- XII - integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

## CAPÍTULO II

### DO INTERESSE LOCAL

Art. 3º Para o cumprimento do disposto no Artigo 30 da Constituição Federal, no que concerne ao Saneamento Básico, considera-se como de interesse local:

- I - Incentivo à adoção de posturas e práticas sociais e econômicas ambientalmente sustentáveis;
- II - a adequação das atividades e ações econômicas, sociais, urbanas e do Poder Público, às imposições do equilíbrio ambiental;
- III - a busca permanente de soluções negociadas entre o Poder Público, a iniciativa privada e sociedade civil para a redução dos impactos ambientais;
- IV - a adoção no processo de planejamento, de normas relativas ao desenvolvimento urbano e econômico que priorizem a proteção ambiental, a utilização adequada do espaço territorial e dos recursos naturais e que possibilitem novas oportunidades de geração de emprego e renda;
- V - a ação na defesa e conservação ambiental no âmbito regional e dos demais Municípios vizinhos, mediante convênios e consórcios;
- VI - a defesa e conservação das áreas de mananciais, das reservas florestais e demais áreas de interesse ambiental;
- VII - o licenciamento e fiscalização ambiental com o controle das atividades potenciais ou efetivamente degradadoras e poluidoras;
- VIII - a melhoria constante da qualidade do ar, da água, do solo, da paisagem e dos níveis de ruído e vibrações, mantendo-os dentro dos padrões técnicos estabelecidos pelas legislações de controle de poluição ambiental federal, estadual e municipal no que

couber;

- IX - o acondicionamento, a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos;
- X - a captação, o tratamento e a distribuição de água, assim como o monitoramento de sua qualidade;
- XI - a coleta, a disposição e o tratamento de esgotos;
- XII - o reaproveitamento de efluentes destinados a quaisquer atividades;
- XIII - a drenagem e a destinação final das águas;
- XIV - o cumprimento de normas de segurança no tocante à manipulação, armazenagem e transporte de produtos, substâncias, materiais e resíduos perigosos ou tóxicos;
- XV - a conservação e recuperação dos rios, córregos e matas ciliares e áreas florestadas;
- XVI - a garantia de crescentes níveis de salubridade ambiental, através do provimento de infraestrutura sanitária e de condições de salubridade das edificações, ruas e logradouros públicos;
- XVII - monitoramento de águas subterrâneas visando à manutenção dos recursos hídricos para as atuais e futuras gerações, exigindo o cumprimento da legislação.

## DOS ÓRGÃOS EXECUTORES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 4º A execução da Política Municipal de Saneamento Básico será monitorada pela Secretaria Municipal de Saúde e Departamento de Vigilância Sanitária e distribuída de forma transdisciplinar em todas as Secretarias e Órgãos da Administração Municipal, respeitadas as suas competências.

## CAPÍTULO III

### DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - FMSB

Art. 5º Fica criado o Fundo Municipal de Saneamento Básico - FMSB, como órgão da Administração Municipal, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal da Fazenda.

§ 1º Os recursos do FMSB serão aplicados exclusivamente em ações e programas de saneamento básico no espaço geopolítico do Município; após consulta ao Conselho Municipal de Saneamento.

§ 2º A supervisão do FMSB será exercida na forma da legislação própria e, em especial, pelo recebimento sistemático de relatórios, balanços e informações que permitam o acompanhamento das atividades do FMSB e da execução do orçamento anual e da programação financeira, aprovados pelo EXECUTIVO MUNICIPAL.

Art. 6º Os recursos do FMSB serão provenientes de:

- I - repasses de valores do Orçamento Geral do Município;
- II - doações e legados de qualquer ordem.
- III - outras taxas, arrecadações, multas que virem a ser destinadas para ações contempladas no Plano Municipal de Saneamento Básico.

Art. 7º O resultado dos recolhimentos financeiros será depositado em conta bancária exclusiva e poderá ser aplicado no mercado financeiro ou de capitais de maior rentabilidade, sendo que tanto o capital como os rendimentos somente poderão ser usados para as finalidades específicas descritas nesta Lei.

Art. 8º O Orçamento e a Contabilidade do FMSB obedecerão às normas estabelecidas pela Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/2000, bem como as instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e as estabelecidas no Orçamento Geral do Município e de acordo com o princípio da unidade e universalidade.

Parágrafo Único - Os procedimentos contábeis relativos ao FMSB serão executados pela Contabilidade Geral do Município.

Art. 9º A administração executiva do FMSB será de exclusiva responsabilidade do Município.

Art. 10 O Prefeito Municipal, por meio da Gerência de Contabilidade do Município, enviará, mensalmente, o Balancete ao Tribunal de Contas do Estado, para fins legais.

#### CAPÍTULO IV

##### DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO

Art. 11 Fica criado o Conselho Municipal de Saneamento, cuja composição, será formada paritariamente por representantes da Sociedade Civil de Xaxim e de Secretarias Municipais e outros órgãos públicos, todos nomeados pelo Prefeito Municipal para um mandato de 02 (dois) anos.

Art. 12 O Conselho Municipal de saneamento básico será composto por 08 (oito) membros efetivos e 08 (oito) membros suplentes sendo 04 (quatro) membros representantes dos órgãos governamentais e seus respectivos suplentes e 04 (quatro) membros representantes da área não governamental municipal e seus respectivos suplentes assim distribuídos.

§ 1º Indicarão os representantes do Poder Executivo Municipal e seus respectivos suplentes:

- I - Secretaria Municipal de Saúde;
- II - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- III - Secretaria Municipal da Fazenda;
- IV - Secretaria Municipal de Infraestrutura.

§ 2º Indicarão os representantes da área não governamental municipal e seus respectivos suplentes:

- I - Representante Local da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;
- II - Associação Comercial e Industrial de Xaxim- ACIAX;
- III - Câmara de Dirigentes Lojistas de Xaxim- CDL;
- IV - Companhia Catarinense de Água e Saneamento - CASAN

§ 3º O Conselho Municipal de Saneamento Básico definirá seu regimento interno num prazo de 90 (noventa) dias contados do seu efetivo funcionamento que, posteriormente será homologado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, através de Decreto.

Art. 13r O Conselho Municipal de Saneamento terá caráter deliberativo das atividades decorrentes da execução da Política Municipal de Saneamento.

Art. 14 O Presidente do Conselho Municipal de Saneamento será eleito entre os membros efetivos deste Conselho.

#### CAPÍTULO V

##### DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO E DA REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 15 Art. 15 O Plano Municipal de saneamento Básico terá por escopo:

- a) diagnóstico, com indicadores, apontando as causas das deficiências detectadas;
- b) objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a universalização, soluções graduais e progressivas;

c) programas projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, compatível com planos plurianuais e outros correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento;

d) ações para emergências e contingências;

e) mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia dos sistemas de operação de saneamento;

f) os planos de saneamento básico serão revistos periodicamente, em prazo não superior a 04 (quatro) anos, anteriormente à elaboração do Plano Plurianual.

Art. 16 O Município delegará a competência da regulação e fiscalização dos serviços de água e esgoto ao ÓRGÃO REGULADOR.

#### CAPÍTULO VI

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17 O Chefe do Poder Executivo adotará as providências necessárias à implementação da política e diretrizes estabelecidas nesta Lei Complementar.

Art. 18 O Poder Executivo enviará à Câmara de Vereadores Projeto de Lei específico, abrindo crédito especial e criando o orçamento do Fundo Municipal de Saneamento Básico.

Art. 19 Enquanto não houver os regulamentos específicos, as tarifas relativas aos serviços de água e esgotos sanitários poderão ser reajustadas anualmente, pelos índices de inflação.

Art. 20 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,  
em 18 de dezembro de 2014.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro  
Procurador Geral do Município.

#### **LEI Nº 4031/2014, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014. INSTITUI O PROGRAMA DE ADOÇÃO DE LOGRADOUROS**

LEI Nº 4031/2014, de 09 de Dezembro de 2014.

Institui o Programa de Adoção de Logradouros e Praças Públicas e Áreas Verdes, estabelece seus objetivos e processos, suas espécies e limitações, das responsabilidades e dos benefícios dos adotantes

A Mesa da Câmara Municipal de Vereadores de Xaxim, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que o Plenário aprovou a seguinte Lei Legislativa:

Art. 1º. Fica instituído o Programa de Adoção de Praças e Espaços Públicos, no âmbito do Município de Xaxim, com os seguintes objetivos, entre outros:

I - promover a participação da sociedade civil organizada e das pessoas jurídicas na urbanização, nos cuidados e na manutenção das praças e espaços públicos e áreas verdes do Município de Xaxim, em conjunto com o Poder Público Municipal;

II - recuperar e manter as áreas verdes da cidade;

III - oferecer locais agradáveis para lazer, prática de esportes, educação ambiental e qualidade de vida da população, por meio da manutenção e preservação das áreas adotadas;

IV - promover a participação da sociedade civil organizada e das pessoas jurídicas na urbanização, nos cuidados e na manutenção dos logradouros públicos do Município de Xaxim, em conjunto com o Poder Público Municipal;

V - propiciar que grupos organizados da população elaborem projetos de utilização das praças públicas, de esporte e áreas verdes que atinjam as diversas faixas etárias e necessidades especiais da população;

VI - manter o uso das áreas públicas adotadas, preservando as identidades locais.

Art. 2º Podem participar do Programa quaisquer entidades da sociedade civil, associações de moradores, organizações não-governamentais, sindicatos e pessoas jurídicas legalmente constituídas e cadastradas no Município de Xaxim.

Art. 3º Para a participação no Programa será necessário à assinatura de Termo de Parceria entre a entidade que vai assumir a adoção e o Poder Público Municipal de Xaxim.

Art. 4º Os requisitos que o projeto deverá contemplar serão definidos em regulamento.

Art. 5º A escolha do projeto será realizada por Comissão Especial, formada por três integrantes e respectivos suplentes, sendo:

I - um representante da Secretaria Municipal de Administração;

II - um representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e Serviços Públicos;

III - um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

Art. 6º A escolha do adotante deverá ser fundamentada pela Comissão Especial, com base nos critérios especificados no instrumento convocatório.

Art. 7º A decisão de escolha do adotante será lavrada em ata, devidamente firmada pelos membros da Comissão Especial;

Art. 8º Da decisão poderá ser interposto recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua publicação, dirigido à Comissão Especial, a qual poderá rever seu posicionamento; não sendo o caso, a Comissão remeterá o recurso para apreciação e julgamento da autoridade superior.

Art. 9º A adoção de uma praça, espaços públicos ou área verde pode destinar-se a:

I - urbanização da praça pública de acordo com projeto elaborado pelo departamento competente do Executivo Municipal ou por ele aprovado;

II - construção dos diversos equipamentos esportivos ou de lazer em praça pública de acordo com projeto elaborado pelo Executivo Municipal ou por ele aprovado;

III - conservação e manutenção da área adotada;

IV - realização de atividades culturais, educacionais, esportivas ou de lazer, de acordo com projeto apresentado para aprovação e assinatura do convênio.

Art. 10 Caberá ao Poder Executivo Municipal, através dos órgãos competentes:

I - a elaboração dos projetos de urbanização e construção das praças públicas, de esporte e áreas verdes que venham a ser adotadas;

II - definir as diretrizes a serem contempladas pelo projeto de intervenção nas áreas públicas;

III - estabelecer critérios para subsidiar as negociações visando à adoção;

IV - afiscalização das obras de cumprimento do convênio estabelecido;

V - arcar com as despesas provenientes de fornecimento de energia elétrica e de água.

Art. 11 A adoção dos logradouros públicos opera-se sem prejuízo da função do Poder Executivo de administrar os próprios municípios.

Art. 12 Fica resguardado ao Município o direito de instalar equipamentos, lixeiras e outros itens de interesse da municipalidade, nas praças e espaços públicos e áreas verdes.

Art. 13 Caberá à entidade ou pessoa jurídica adotante:

I - Executar os serviços de recuperação do patrimônio adotado, segundo projeto apresentado e diretrizes estabelecidas pelo Poder Executivo, com verba pessoal e material próprio;

II - Responsabilizar-se por perdas e danos que eventualmente venham causar durante a execução dos serviços, ainda que decorrentes de imprudência, negligência ou imperícia de seus administradores ou empregados;

III - Conservar e manter passeios internos ou cercas de proteção dos jardins, equipamentos de lazer e descanso, lixeiras, além de monumentos públicos quando existentes na área adotada;

IV - Conservar e manter árvores, gramados, arbustos e plantas ornamentais;

V - Responsabilizar-se pela decoração em datas comemorativas, exceto quando o espaço for contemplado por projeto municipal específico;

VI - Pela preservação e manutenção, conforme estabelecidos no convênio e no projeto apresentado;

Art. 14 As entidades e pessoas jurídicas, que vieram a participar do Programa, deverão zelar pela manutenção, conservação, recuperação e iluminação da área que adotar, bem como a elaboração e execução dos trabalhos de arborização, com a adoção de sementes e mudas de árvores.

§ 1º O adotante poderá optar, em se tratando de praças, bosques, parques municipais e outras áreas de grande extensão, mantidas ou não pela administração pública, pela adoção parcial, construção ou restauração de prédios, abrigos, espaços ou nichos, conforme projetos elaborados pelo departamento competente do Executivo Municipal ou por ele aprovado.

§ 2º A adoção poderá ser feita por intermédio de uma ou mais empresas ou consórcio - especialmente formalizado para esse fim

- sendo que a responsabilidade poderá ser solidária ou específica para cada ação empreendida.

§ 3º Com a aprovação do Projeto e cumpridas as exigências desta lei, sua execução poderá se dar por etapas, sendo o gerenciamento de responsabilidade do órgão competente do Município, podendo ser transferido para as empresas ou consórcio adotantes mediante sua autorização.

Art. 15 A entidade ou pessoa jurídica adotante ficará autorizada, após a assinatura do convênio, a fixar, na área adotada, uma ou mais placas padronizadas alusivas ao processo de colaboração com o Poder Executivo Municipal, bem como o objetivo da adoção:

§ 1º Áreas com superfície inferior ou igual a 5.000m<sup>2</sup>, poderão ser colocadas 2 (duas) placas com a dimensão de 1,00 X 0,70m ou 4 (quatro) placas com dimensão de 0,50 X 0,35m;

- Áreas com superfície superior a 5.000m<sup>2</sup>, poderão ser colocadas placas com a dimensão de 1,00 X 0,70m, na proporção de uma placa para cada 2.500m<sup>2</sup>, placas com a dimensão de 0,50 X 0,34m, na proporção de uma placa para cada 1.500m<sup>2</sup>;

- Área em que predomine dimensão comprimento, no caso dos canteiros divisores de vias, poderá ser colocada 01 (uma) placa com dimensão de 0,50 X 0,35m, para cada 200m de extensão da área;

- As placas de publicidade somente poderão mencionar o fato de o adotante colaborar com a manutenção da respectiva área;

- As placas e a sua localização na área adotada, deverão ser previamente aprovadas pela Comissão Especial.

§ 2º O ônus com relação à elaboração e colocação das placas será de inteira responsabilidade do adotante observados os critérios estabelecidos pela legislação.

Art. 16 Quando a adotante tratar-se de sociedade civil sem fins lucrativos, poderá esta usar dos espaços adotados para fins de publicidade com a finalidade de arrecadar fundos para a consecução dos objetivos estabelecidos no convênio, desde que previamente autorizado pelo poder público.

Parágrafo Único - Ficam excluídas da licença outorgada neste artigo publicidades relacionadas a cigarros e bebidas alcoólicas, e outras que possam ser consideradas impróprias aos objetivos propostos nesta lei.

Art. 17 O convênio de adoção não poderá conceder qualquer tipo de uso à entidade adotante a não ser aqueles estabelecidos nesta lei, principalmente no que diz respeito à concessão e/ou permissão de uso.

Art. 18 As praças e espaços públicos criados posteriormente à realização do processo de adoção, também poderão ser adotados, desde que sejam observados os mesmos requisitos previstos no ato convocatório.

§ 1º Apresentada a proposta para a adoção da nova praça ou espaço público, o Município concederá prazo para outros possíveis interessados na adoção.

§ 2º Havendo ou não outros interessados(s), projeto(s) apresentado(s) serão encaminhados à comissão especial disposta no art. 5º desta lei, para apreciação e julgamento.

Art. 19 Revogadas as disposições em contrário.

Art. 20 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 09 de dezembro de 2014.

Armando Roncaglio	Loacir Milto Fin
Presidente	1º Secretário

**LEI Nº 4032/2014 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014. DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM SAÚDE PARA EVENTOS PARTICULARES, REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE XAXIM – SC.**

LEI Nº 4032/2014 de 09 de dezembro de 2014.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM SAÚDE PARA EVENTOS PARTICULARES, REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE XAXIM - SC.

IDACIR ANTONIO ORSO Prefeito Municipal de Xaxim em Exercício - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. São considerados eventos particulares, para efeitos desta lei, os eventos realizados em locais abertos ou fechados, com fins lucrativos, não vinculados ao Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. Os eventos particulares que carecerem de equipe técnica para prestação de serviço especializado em saúde, disponibilizado pelo Município, terão o custo público às despesas dos seus interessados.

§ 1º. A utilização de ambulância e demais equipamentos necessários ficará inclusa no custo público da equipe técnica a ser contratada;

§ 2º. O número de profissionais da saúde a ser contratado deverá ser capaz de garantir a eficácia na segurança do evento, considerando:

I - o público a quem se destine; e

II - a estimativa de público.

Art. 3º. Para a utilização de serviços relacionados à saúde, em eventos particulares, haverá a cobrança de hora extraordinária, individualizada a cada servidor, proporcional à quantia de horas de duração da festividade.

§ 1º. Quando a utilização ultrapassar os horários determinados será efetuada cobrança proporcional ao período excedente ao pré-fixado.

§ 2º. Tais requerimentos deverão ser formalizados com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do evento, e o pagamento deverá ser efetuado até 10 (dez) dias anteriores à pretensa data.

§ 3º. Quando a utilização ultrapassar os horários determinados será efetuada cobrança proporcional ao período excedente ao pré-fixado, e que deverá ser recolhido até 05 (cinco) dias úteis após a verificação, sob pena de inscrição em dívida ativa.

Art. 4º. Fica sob a responsabilidade do contratante em disponibilizar local adequado para a realização das atividades da equipe contratada, garantindo o livre acesso para entrada e saída do veículo utilizado para os serviços de saúde e segurança, bem como disponibilizar água e alimentação para a equipe conforme o horário definido.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando eventuais disposições em contrário, devendo ser regulamentado por decreto o que for necessário, em especial, no que toca ao preço público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,  
em 12 de dezembro de 2014.

Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro  
Procurador Geral do Município

**LEI Nº 4033/2014 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.  
"DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES  
NO ORÇAMENTO DE 2014, EM PERÍODO DE RECESSO  
LEGISLATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

LEI Nº 4033/2014 de 11 de dezembro de 2014.

"Dispõe sobre o remanejamento de dotações no orçamento de 2014, em período de recesso legislativo e dá outras providências".

IDACIR ANTONIO ORSO Prefeito Municipal de Xaxim em Exercício - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos suplementares, mediante remanejamento de dotações orçamentárias até o valor limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), de uma programação de despesa para outra, dentro do orçamento da Prefeitura e Fundos Municipais.

Art. 2º - Para dar cobertura aos créditos suplementares serão utilizados recursos de anulação de despesas em programações, onde não mais serão necessários a utilização desses recursos.

Art. 3º - Os atos de alterações orçamentárias deverão ser publicados e encaminhados ao Poder Legislativo.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,  
em 12 de dezembro de 2014.

Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro  
Procurador Geral do Município

**LEI Nº 4034/2014 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014. "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO  
ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE  
2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

LEI Nº 4034/2014 de 15 de dezembro de 2014.

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento de 2014 e dá outras providências".

IDACIR ANTONIO ORSO Prefeito Municipal de Xaxim em Exercício - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 489.635,00 (quatrocentos e oitenta e nove mil seiscentos e trinta e cinco reais), nas seguintes programações de despesas dentro do

orçamento vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
04.01	SECRETARIA DE ADMINIS- TRAÇÃO	2.022 – Manutenção das Atividades Administrativas
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	80.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
13.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0.000 – Amortização da Dívida Municipal
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	80.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
16.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2.041 – Manutenção das Atividades da Saúde
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.02	329.635,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar serão utilizados recursos de anulação de despesas nas seguintes programações de despesa:

Código	Unidade	Projeto atividade
04.01	SECRETARIA DE ADMINIS- TRAÇÃO	2.022 – Manutenção das Atividades Administrativas
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.71.00.00	01.00	2.466,00
3.3.71.00.00	01.00	2.140,50
4.4.71.00.00	01.00	328,50

Código	Unidade	Projeto atividade
10.02	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	2.038 – Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	300.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
16.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1.002 – Ampliação da Rede Física da Saúde
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.02	50.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
16.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2.046 – Manutenção do Bloco Vigilância em Saúde Sanitária
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.02	20.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
17.01	FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO	1.010 – Apoio ao Sistema Habitacional
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	32.700,00
4.5.90.00.00	01.00	1.000,00
4.6.90.00.00	01.00	1.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
18.01	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRO-PECUARIO	2.040 – Manutenção do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	80.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,  
em 16 de dezembro de 2014.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro  
Procurador Geral do Município

## **LEI Nº 4035/2014 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014 APROVA PARCELAMENTO DO SOLO DENOMINADO "LOTEAMENTO PRIMAVERA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

LEI Nº 4035/2014 de 15 de dezembro de 2014  
Aprova Parcelamento do Solo denominado "LOTEAMENTO PRIMAVERA" e dá outras providências

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim em Exercício - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aprovado o LOTEAMENTO PRIMAVERA, de parte da chácara nº 16 (dezesseis) e por parte da chácara nº 19 (dezenove) localizado no município de Xaxim, com área total de 14.460,58m² (catorze mil, quatrocentos e sessenta metros, com cinquenta e oito decímetros quadrados), matrícula nº 21.619, no cartório de Registro de Imóveis de Xaxim, de propriedade de ROSMARI BERTOLO CADORE EIRELI - ME, CNPJ sob o nº 21.449.226/0001-44, ficando assim constituído:

### **MEMORIAL DESCRITIVO**

Nordeste: com as chácaras 14 e 20 (matrícula 3.413) em 151,00m;  
Sudoeste: com a chácara 17 (matrícula 8.294) em 80,00m e com a chácara 18 (matrícula 11.368) em 76,47m;  
Sudeste: com a Rua Rio Grande em 94,03m;  
Noroeste: com a chácara 08 (matrícula 4.418) em 94,15m.

### **DESCRIÇÃO DO LOTEAMENTO**

Quadra 729 com área de 3.903,85 m2 e a descrição dos lotes que a compõe:

Lote 01 da quadra 729 com área de 580,83m2 (quinhentos e oitenta metros e oitenta e três decímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Antonio Cadore esquina com a Rua Rio Grande e sua descrição:  
Nordeste: com as chácaras 14 e 20 (matrícula 3.413) em 22,00m;  
Sudoeste: com a Rua Antonio Cadore em 23,49m;  
Sudeste: com a Rua Rio Grande em 25,71m;  
Noroeste: com o lote 02 em 25,71m.

Lote 02 da quadra 729 com área de 320,84m2 (trezentos e vinte metros e oitenta e quatro decímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Antonio Cadore distante 23,49m da esquina com

a Rua Rio Grande e sua descrição:

Nordeste: com as chácaras 14 e 20 (matrícula 3.413) em 12,50m;  
Sudoeste: com a Rua Antonio Cadore em 12,50m;  
Sudeste: com o lote 01 em 25,71m;  
Noroeste: com o lote 03 em 25,74m.

Lote 03 da quadra 729 com área de 321,06m2 (trezentos e vinte e um metros e seis decímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Antonio Cadore distante 35,99m da esquina com a Rua Rio Grande e sua descrição:

Nordeste: com as chácaras 14 e 20 (matrícula 3.413) em 12,50m;  
Sudoeste: com a Rua Antonio Cadore em 12,50m;  
Sudeste: com o lote 02 em 25,74m;  
Noroeste: com o lote 04 em 25,76m.

Lote 04 da quadra 729 com área de 321,27m2 (trezentos e vinte e um metros e vinte e sete decímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Antonio Cadore distante 48,49m da esquina com a Rua Rio Grande e sua descrição:

Nordeste: com as chácaras 14 e 20 (matrícula 3.413) em 12,50m;  
Sudoeste: com a Rua Antonio Cadore em 12,50m;  
Sudeste: com o lote 03 em 25,76m;  
Noroeste: com o lote 05 em 25,79m.

Lote 05 da quadra 729 com área de 321,40m2 (trezentos e vinte e um metros e quarenta decímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Antonio Cadore distante 60,99m da esquina com a Rua Rio Grande e sua descrição:

Nordeste: com as chácaras 14 e 20 (matrícula 3.413) em 12,50m;  
Sudoeste: com a Rua Antonio Cadore em 12,50m;  
Sudeste: com o lote 04 em 25,79m;  
Noroeste: com o lote 06 em 25,81m.

Lote 06 da quadra 729 com área de 321,65m2 (trezentos e vinte e um metros e sessenta e cinco decímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Antonio Cadore distante 73,49m da esquina com a Rua Rio Grande e sua descrição:

Nordeste: com as chácaras 14 e 20 (matrícula 3.413) em 12,50m;  
Sudoeste: com a Rua Antonio Cadore em 12,50m;  
Sudeste: com o lote 05 em 25,81m;  
Noroeste: com o lote 07 em 25,82m.

Lote 07 - Área Institucional da quadra 729 com área de 424,85m2 (quatrocentos e vinte e quatro metros e oitenta e cinco decímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Antonio Cadore distante 85,99m da esquina com a Rua Rio Grande e sua descrição:

Nordeste: com as chácaras 14 e 20 (matrícula 3.413) em 16,50m;  
Sudoeste: com a Rua Antonio Cadore em 16,50m;  
Sudeste: com o lote 06 em 25,82m;  
Noroeste: com o lote 08 em 25,86m.

Lote 08 da quadra 729 com área de 322,60m2 (trezentos e vinte e dois metros e sessenta decímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Antonio Cadore distante 102,49m da esquina com a Rua Rio Grande e sua descrição:

Nordeste: com as chácaras 14 e 20 (matrícula 3.413) em 12,50m;  
Sudoeste: com a Rua Antonio Cadore em 12,50m;  
Sudeste: com o lote 07 em 25,86m;  
Noroeste: com o lote 09 em 25,88m.

Lote 09 da quadra 729 com área de 322,90m2 (trezentos e vinte e dois metros e noventa decímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Antonio Cadore distante 114,99m da esquina com a Rua Rio Grande e sua descrição:

Nordeste: com as chácaras 14 e 20 (matrícula 3.413) em 12,50m;  
Sudoeste: com a Rua Antonio Cadore em 12,50m;  
Sudeste: com o lote 08 em 25,88m;  
Noroeste: com o lote 10 em 25,90m.

Lote 10 da quadra 729 com área de 323,10m<sup>2</sup> (trezentos e vinte e três metros e dez décimos quadrados), localizado no lado par da Rua Antonio Cadore distante 127,49m da esquina com a Rua Rio Grande e sua descrição:

Nordeste: com as chácaras 14 e 20 (matrícula 3.413) em 12,50m;  
Sudoeste: com a Rua Antonio Cadore em 12,50m;  
Sudeste: com o lote 09 em 25,90m;  
Noroeste: com o lote 11 em 25,93m.

Lote 11 da quadra 729 com área de 323,35m<sup>2</sup> (trezentos e vinte e três metros e trinta e cinco décimos quadrados), localizado no lado par da Rua Antonio Cadore distante 139,99m da esquina com a Rua Rio Grande e sua descrição:

Nordeste: com as chácaras 14 e 20 (matrícula 3.413) em 12,50m;  
Sudoeste: com a Rua Antonio Cadore em 12,50m;  
Sudeste: com o lote 10 em 25,93m;  
Noroeste: com a chacara 08 (matrícula 4.418) em 25,95m.  
Quadra 730 com área de 5.489,45 m<sup>2</sup> e a descrição dos lotes que a compõe:

Lote 12 da quadra 730 com área de 604,35m<sup>2</sup> (seiscentos e quatro metros e trinta e cinco décimos quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Antonio Cadore esquina com a Rua Rio Grande e sua descrição:

Nordeste: com a Rua Antonio Cadore em 26,17m;  
Sudoeste: com o lote 20 em 27,47m;  
Sudeste: com a Rua Rio Grande em 22,54m;  
Noroeste: com o lote 13 em 22,50m.

Lote 13 da quadra 730 com área de 303,75m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco décimos quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Antonio Cadore distante 26,17m da esquina com a Rua Rio Grande e sua descrição:

Nordeste: com a Rua Antonio Cadore em 13,50m;  
Sudoeste: com o lote 21 em 13,50m;  
Sudeste: com o lote 12 em 22,50m;  
Noroeste: com o lote 14 em 22,50m.

Lote 14 da quadra 730 com área de 303,75m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco décimos quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Antonio Cadore distante 39,67m da esquina com a Rua Rio Grande e sua descrição:

Nordeste: com a Rua Antonio Cadore em 13,50m;  
Sudoeste: com o lote 22 em 13,50m;  
Sudeste: com o lote 13 em 22,50m;  
Noroeste: com o lote 15 em 22,50m.

Lote 15 da quadra 730 com área de 303,75m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco décimos quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Antonio Cadore distante 53,17m da esquina com a Rua Rio Grande e sua descrição:

Nordeste: com a Rua Antonio Cadore em 13,50m;  
Sudoeste: com o lote 23 em 13,50m;  
Sudeste: com o lote 14 em 22,50m;  
Noroeste: com o lote 16 em 22,50m.

Lote 16 da quadra 730 com área de 303,75m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco décimos quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Antonio Cadore distante 66,67m da esquina com a Rua Rio Grande e sua descrição:

Nordeste: com a Rua Antonio Cadore em 13,50m;  
Sudoeste: com o lote 24 em 13,50m;  
Sudeste: com o lote 15 em 22,50m;  
Noroeste: com o lote 17 em 22,50m.

Lote 17 da quadra 730 com área de 303,75m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco décimos quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Antonio Cadore distante 80,17m da esquina com a Rua Rio Grande e sua descrição:

Nordeste: com a Rua Antonio Cadore em 13,50m;  
Sudoeste: com o lote 25 em 13,50m;  
Sudeste: com o lote 16 em 22,50m;  
Noroeste: com o lote 18 em 22,50m.

Lote 18 da quadra 730 com área de 303,75m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco décimos quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Antonio Cadore distante 93,67m da esquina com a Rua Rio Grande e sua descrição:

Nordeste: com a Rua Antonio Cadore em 13,50m;  
Sudoeste: com o lote 26 em 13,50m;  
Sudeste: com o lote 17 em 22,50m;  
Noroeste: com o lote 19 em 22,50m.

Lote 19 da quadra 730 com área de 303,75m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco décimos quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Antonio Cadore distante 107,17m da esquina com a Rua Rio Grande e sua descrição:

Nordeste: com a Rua Antonio Cadore em 13,50m;  
Sudoeste: com o lote 27 em 13,50m;  
Sudeste: com o lote 18 em 22,50m;  
Noroeste: com a Rua Aquilino Cenci em 22,50m.

Lote 20 da quadra 730 com área de 632,60m<sup>2</sup> (seiscentos e trinta e dois metros e sessenta décimos quadrados), localizado no lado par da Rua Fiorelo Sechini esquina com a Rua Rio Grande e sua descrição:

Nordeste: com o lote 12 em 27,47m;  
Sudoeste: com a Rua Fiorelo Sechini em 28,77m;  
Sudeste: com a Rua Rio Grande em 22,54m;  
Noroeste: com o lote 21 em 22,50m.

Lote 21 da quadra 730 com área de 303,75m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco décimos quadrados), localizado no lado par da Rua Fiorelo Sechini, distante 28,77m da esquina com a Rua Rio Grande e sua descrição:

Nordeste: com o lote 13 em 13,50m;  
Sudoeste: com a Rua Fiorelo Sechini em 13,50m;  
Sudeste: com o lote 20 em 22,50m;  
Noroeste: com o lote 22 em 22,50m.

Lote 22 da quadra 730 com área de 303,75m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco décimos quadrados), localizado no lado par da Rua Fiorelo Sechini, distante 42,27m da esquina com a Rua Rio Grande e sua descrição:

Nordeste: com o lote 14 em 13,50m;  
Sudoeste: com a Rua Fiorelo Sechini em 13,50m;  
Sudeste: com o lote 21 em 22,50m;  
Noroeste: com o lote 23 em 22,50m.

Lote 23 da quadra 730 com área de 303,75m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco décimos quadrados), localizado no lado par da Rua Fiorelo Sechini, distante 55,77m da esquina com a Rua Rio Grande e sua descrição:

Nordeste: com o lote 15 em 13,50m;  
Sudoeste: com a Rua Fiorelo Sechini em 13,50m;  
Sudeste: com o lote 22 em 22,50m;  
Noroeste: com o lote 24 em 22,50m.

Lote 24 da quadra 730 com área de 303,75m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco décimos quadrados), localizado no lado par da Rua Fiorelo Sechini, distante 69,27m da esquina com a Rua Rio Grande e sua descrição:

Nordeste: com o lote 16 em 13,50m;  
Sudoeste: com a Rua Fiorelo Sechini em 13,50m;  
Sudeste: com o lote 23 em 22,50m;  
Noroeste: com o lote 25 em 22,50m.

Lote 25 da quadra 730 com área de 303,75m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Fiorelo Sechini, distante 82,77m da esquina com a Rua Rio Grande e sua descrição:  
 Nordeste: com o lote 17 em 13,50m;  
 Sudoeste: com a Rua Fiorelo Sechini em 13,50m;  
 Sudeste: com o lote 24 em 22,50m;  
 Noroeste: com o lote 26 em 22,50m.

Lote 26 da quadra 730 com área de 303,75m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Fiorelo Sechini, distante 96,27m da esquina com a Rua Rio Grande e sua descrição:  
 Nordeste: com o lote 18 em 13,50m;  
 Sudoeste: com a Rua Fiorelo Sechini em 13,50m;  
 Sudeste: com o lote 25 em 22,50m;  
 Noroeste: com o lote 27 em 22,50m.

Lote 27 da quadra 730 com área de 303,75m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Fiorelo Sechini, distante 109,77m da esquina com a Rua Rio Grande e sua descrição:  
 Nordeste: com o lote 19 em 13,50m;  
 Sudoeste: com a Rua Fiorelo Sechini em 13,50m;  
 Sudeste: com o lote 26 em 22,50m;  
 Noroeste: com a Rua Aquilino Cenci em 22,50m.

Quadra 731 com área de 1.221,00m<sup>2</sup> e a descrição dos lotes que a compõe:

Lote 28 -Área Verde da quadra 731 com área de 1.221,00m<sup>2</sup> (um mil duzentos e vinte e um metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Antonio Cadore, esquina com a Rua Aquilino Cenci e sua descrição:

Nordeste: com a Rua Antonio Cadore em 21,51m;  
 Sudoeste: com a chácara 17 (matrícula 8.294) em 21,63m;  
 Sudeste: com a Rua Aquilino Cenci em 56,60m;  
 Noroeste: com a chácara 08 (matrícula 4.418) em 56,60m.

#### RESUMO DO LOTEAMENTO

Quadras e Lotes:

Quadras: Nº de Lotes Área Porcentagem

729 10 3.903,85m<sup>2</sup> 24,06%

Área U. Pública: 01 424,85m<sup>2</sup> 2,94%

730 16 5.489,45m<sup>2</sup> 37,96%

731 -Área Verde: 01 1.221,00m<sup>2</sup> 8,44%

Total das Áreas dos Lotes 28 - 10.614,30m<sup>2</sup> 73,40%

Ruas:

Rua Fiorelo Sechini 1.569,89m<sup>2</sup> 10,86%

Rua Antonio Cadore 1.781,39m<sup>2</sup> 12,32%

Rua Aquilino Cenci 495,00m<sup>2</sup> 3,42%

Total das Áreas das Ruas: 3.846,28m<sup>2</sup> 26,60%

Área Total do Loteamento 14.460,58m<sup>2</sup> 100,00%

Área Verde (1 lote): 27 (Lotes Totais) 1.221,00m<sup>2</sup> 13,61%

Área Institucional (1 lote) -Lotes: 424,85m<sup>2</sup> 4,74%

Área Total Útil -Lotes 8.968,45m<sup>2</sup> 18,35%

Área dos lotes: 26 (Lotes Uteis) 8.968,45m<sup>2</sup> 62,02%

Áreas Institucionais -Total: 5.492,13m<sup>2</sup> 37,98%

Total do Loteamento 14.460,58m<sup>2</sup> 100,00%

Art. 2º. É de responsabilidade da pessoa jurídica, empreendedores e particulares, a execução das obras de infraestrutura, conforme dispõe o art. 39, I, da Lei 694/1981.

Art. 3º. Fazem parte integrante desta Lei, memoriais descritivos e plantas.

Art. 4º. As despesas decorrentes da realização desta Lei correrão por conta do orçamento municipal, no que for pertinente à implantação de aparelhos públicos nas áreas institucionais.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando eventuais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,  
em 18 de dezembro de 2014.

Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro  
Procurador Geral do Município

### **LEI Nº 4036/2014 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014. RECEBE DA COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS, DOAÇÃO EM DINHEIRO**

LEI Nº 4036/2014 de 15 de dezembro de 2014.

RECEBE DA COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS, DOAÇÃO EM DINHEIRO DA IMPORTÂNCIA DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IDACIR ANTONIO ORSO Prefeito Municipal de Xaxim em Exercício - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Prefeito Municipal autorizado a receber da Cooperativa Central Aurora Alimentos, doação em dinheiro da importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), como liberalidade da doadora para o pagamento de arbitragem e despesas com a COPA AURY LUIZ BODANESE, realizada em Xaxim-SC.

Art. 2º. O objeto da doação referido no artigo 1º deverá ser exclusivamente vinculação de uso.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, e será regulamentada por decreto, no que couber.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,  
em 18 de dezembro de 2014.

Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro  
Procurador Geral do Município

### **LEI Nº 4037/2014 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014. ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.805/2013 QUE INSTITUI PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO À AGRICULTURA,**

LEI Nº 4037/2014 de 15 de dezembro de 2014.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.805/2013 QUE INSTITUI PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO À AGRICULTURA, COM FINALIDADE DE SUBSIDIAR PARTE DE SERVIÇOS DE MÁQUINAS DE TERCEIROS PARA FINS SILAGEM DE MILHO EM PROPRIEDADES RURAIS.

IDACIR ANTONIO ORSO Prefeito Municipal de Xaxim em Exercício - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Os incisos I e VI, do art. 2º da Lei 3.805/2013 passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. [...]

I - O beneficiado terá direito a receber a título de subsídio o equivalente 66,67% do custo da hora máquina, equivalente à R\$ 90,00 (noventa reais) limitando a 15 horas por propriedade;

[...]

VI - A Secretaria de Agricultura, juntamente com o conselho da agricultura destinará o valor máximo de R\$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais) da hora/máquina para cada exercício, servindo como base para a aplicação do subsídio de 66,67%, a ser pago pela Administração, e 33,33% a serem pagos pelo Produtor.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,  
em 18 de dezembro de 2014.

Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro  
Procurador Geral do Município

## **LEI Nº 4038/2014 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014. DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,**

LEI Nº 4038/2014 de 15 de dezembro de 2014.

Dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social, estabelece readequações do Conselho Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal de Assistência Social e confere outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO Prefeito Municipal de Xaxim em Exercício - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

### **CAPÍTULO I**

#### **DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dos Princípios, Diretrizes e Objetivos

Art. 1º A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Parágrafo único. O Sistema Único da Assistência Social - SUAS - materializa o conteúdo da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e trata das condições para a extensão e universalização da proteção social dos brasileiros, através da Política de Assistência Social e para a organização, responsabilidade e funcionamento dos serviços e benefícios assistenciais nas três instâncias da gestão governamental.

Art. 2º A Política Municipal de Assistência Social reger-se-á pelos seguintes princípios:

I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências e interesses econômicos;

II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o

destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Art. 3º A Política Municipal de Assistência Social reger-se-á pelas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de Assistência Social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III - primazia de responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;

IV - centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.

Art. 4º A Política Pública de Assistência Social realizar-se-á de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. Sob essa perspectiva, tem por objetivo:

I - prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem;

II - contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em área urbana e rural;

III - assegurar que as ações no âmbito da Assistência Social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária.

Art. 5º Constitui-se público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos, famílias e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; por ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências, dependência psicoativa; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, de grupos ou indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

Art. 6º Consideram-se entidades e organizações de Assistência Social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos. Para tanto, a administração pública deverá desenvolver habilidades específicas, com destaque para a formação de redes. Neste contexto, as entidades prestadoras de Assistência Social integram a rede socioassistencial do município, não só como prestadoras complementares de serviços socioassistenciais, mas como co-gestoras através do Conselho Municipal de Assistência Social e, co-responsáveis na luta pela garantia dos direitos sociais em garantir direitos

dos usuários da Assistência Social.

## CAPÍTULO II

### SEÇÃO I

Da Organização e da Gestão da Política Municipal de Assistência Social

Art. 7º O SUAS define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da Política de Assistência Social possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial e, ainda, os eixos estruturantes e de subsistemas, segundo as seguintes referências: vigilância social, proteção social e defesa social e institucional.

Art. 8º A Política Municipal de Assistência Social está organizada por meio de uma gestão descentralizada e participativa, pautando-se em ações socioassistenciais regulamentadas pela Política Nacional de Assistência Social, cabendo a Política Municipal de Assistência Social coordenar, formular, monitorar, avaliar, capacitar, sistematizar as informações, além do co-financiamento das ações. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade.

Art. 9º O Município atuará em gestão compartilhada por meio do co-financiamento das esferas federal e estadual, cabendo-lhe a coordenação do Sistema Municipal de Assistência Social e a execução de serviços, programas, projetos e benefícios nos termos do artigo 8º desta Lei.

Art. 10. Compete ao Município:

- I - realizar diagnóstico de áreas de vulnerabilidade e risco;
- II - garantir a prioridade de acesso nos serviços de proteção social básica e/ou especial, de acordo com suas necessidades, às famílias e seus membros dos Programas de Transferência de Renda;
- III - destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos benefícios eventuais, mediante critérios aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social;
- IV - efetuar o pagamento dos benefícios eventuais;
- V - atender às ações assistenciais de caráter emergencial;
- VI - executar os serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, incluindo programas de inclusão produtiva em parceria com organizações da sociedade civil e demais esferas de governo;
- VII - co-financiar as entidades e organizações da rede socioassistenciais inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social, conforme o piso de complexidade e de acordo com a Lei Orçamentária e compromisso firmado entre as partes.
- VIII - Gestão (encaminhamento, orientação, acompanhamento dos beneficiários) do Benefício de Prestação Continuada - BPC;
- IX - apresentar Plano de Inserção e Acompanhamento de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada, selecionados conforme indicadores de vulnerabilidade, contendo ações, prazos e metas a serem executados, articulando-as às esferas da Assistência Social e as demais políticas pertinentes;
- X - garantir a gestão da Política Municipal de Assistência Social através do Comando Único;
- XI - instalar e coordenar o Sistema Municipal de monitoramento e avaliação das ações da Assistência Social por nível de proteção básica e especial, em articulação com o Sistema Estadual e Federal;
- XII - garantir que a Política Municipal de Assistência Social seja executada por equipe técnica especializada composta conforme o que estabelece a NOB RH - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos;
- XIII - elaborar e executar a Política de Recursos Humanos, com

a implantação de plano de carreira para os servidores públicos que atuam na área de Assistência Social, além da qualificação e capacitação dos recursos humanos desta Secretaria de forma sistemática e continuada.

Art. 11. A instância coordenadora da Política Municipal de Assistência Social é a Secretaria Municipal de Assistência Social:

Art. 12. Compete ao órgão gestor da Assistência Social:

- I - elaborar o diagnóstico socioterritorial e o Plano Municipal de Assistência Social e submetê-lo a apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;
- II - coordenar, articular e executar ações no campo da Assistência Social;
- III - elaborar e encaminhar ao CMAS proposta orçamentária da Assistência Social do Município;
- IV - promover recursos, no limite da Lei Orçamentária, para o pagamento dos benefícios eventuais definidos nesta Lei;
- V - propor os critérios de transferência dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, em consonância com o Plano Municipal de Assistência Social;
- VI - encaminhar à apreciação do CMAS relatórios mensais e anuais de atividades e de realização financeira dos recursos;
- VII - prestar assessoramento técnico às entidades e Organizações de Assistência Social, devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social;
- VIII - buscar apoio nos governos estadual e federal para a qualificação sistemática e continuada de recursos humanos para a atuação na Política de Assistência Social;
- IX - desenvolver estudos e pesquisas para fundamentar a análise de necessidades e formulação de proposições para a área;
- X - expedir atos normativos necessários à gestão do Fundo Municipal de Assistência Social, de acordo com diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Assistência Social;
- XI - elaborar e submeter ao CMAS os planos anuais e plurianuais de aplicação dos recursos do FMAS.
- XII - coordenar e manter atualizado o sistema de cadastro da rede socioassistencial governamental e da sociedade civil do Município e encaminhar para o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social de que trata a Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009;
- XIII - viabilizar as condições físicas, financeiras, de equipamentos, bem como de apoio técnico ao Conselho Municipal de Assistência Social a fim de garantir condições adequadas para que este possa desenvolver suas atribuições previstas em lei;
- XIV - criar o Sistema de Informações Sociais;

Art. 13. O Conselho Municipal de Assistência Social é a instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social, de caráter permanente, deliberativo e composição paritária entre governo e sociedade civil organizada.

Art. 14. A rede socioassistencial, ou seja, entidades e organizações prestadoras de serviços de Assistência Social integram um conjunto de ações de iniciativa pública e da sociedade civil, que ofertam benefícios, serviços, programas e projetos de proteção social básica e especial, sendo acordado o estabelecimento de fluxo, referência e retaguarda entre as modalidades e as complexidades de atendimento, integrando e articulando com todos os serviços de proteção social na condição de co-gestoras.

### SEÇÃO II

Dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios de Assistência social

Art. 15. Entende-se por serviços socioassistenciais as atividades continuadas, que visam à melhoria da qualidade de vida da população, e cujas ações estejam voltadas para as necessidades básicas do público usuário da Política de Assistência Social, observando os

objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas na Lei nº. 12.435, de 06 de julho de 2011.

Art. 16. A Política Municipal de Assistência Social prevê o ordenamento dos serviços em rede, de acordo com os níveis de proteção social: básica e especial de média e alta complexidade, em conformidade com a Resolução do CNAS nº 109 de 11/11/2009.

Art. 17. Os Programas de Assistência Social compreendem ações integradas e complementares, com objetivos e área de abrangência definidos, para qualificar, incentivar, potencializar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.

Parágrafo único. Os Programas deverão se articular com as demais Políticas Públicas locais, de forma a garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas e o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos, de forma a superar as condições de vulnerabilidade e a prevenir as situações que indicam risco potencial, devendo ainda garantir a efetivação dos encaminhamentos necessários.

Art. 18. Os Projetos de enfrentamento à pobreza compreendem a instituição de investimentos econômico-sociais nos grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social, buscando subsidiar técnica e financeiramente iniciativas que lhes garantam meios e capacidade produtiva e de gestão para a melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão de qualidade de vida, preservação do meio ambiente e organização social, articuladamente com as demais políticas públicas, podendo, contudo, voltar-se às famílias e pessoas em situação de risco pessoal e social.

Art.19. O Benefício de Prestação Continuada previsto na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, e no Estatuto do Idoso, é provido pelo Governo Federal, consistindo no repasse de um (01) salário mínimo ao idoso (com 65 anos ou mais), à pessoa com deficiência, que comprovem não ter meios para suprir sua subsistência ou de tê-la suprida por sua família, cuja renda mensal per capita seja inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo, esse benefício compõe o nível de proteção social básica, sendo seu repasse efetuado diretamente ao beneficiário;

I - o benefício referendado no art. 2º, item V da nº 7.842 de 07/12/93 (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS), é gerido pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), cabendo ao Município, prestar orientação, encaminhamento e outras Políticas Sociais, além de parecer social, reconhecido como elegível, ao posto de atendimento do INSS para andamento do processo cabível.

Art. 20. Benefícios Eventuais são previstos no art. 22 da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, e visam ao pagamento de auxílio por natalidade ou morte, ou para atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de calamidade pública.

### SEÇÃO III

#### Da Gestão dos Serviços de Proteção Sociassistencial

Art. 21 - Os serviços de proteção social básica serão executados e/ou referenciados ao Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

Art. 22 - O Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, é unidade de referência territorializada, que tem por objetivo a atuação com famílias, seus membros e indivíduos, residentes no município de Xaxim, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários, e promovendo a inclusão das famílias nas políticas públicas, no mercado de trabalho e na vida em comunidade por meio das seguintes ações:

I - promover o acompanhamento sócio-assistencial de famílias em um determinado território;

II - potencializar a família como unidade de referência, fortalecendo vínculos internos e externos de solidariedade;

III - contribuir com o processo de autonomia e emancipação social das famílias, fomentando o seu protagonismo;

IV - desenvolver programas que envolvam diversos setores, com o objetivo de romper o ciclo de reprodução da pobreza entre gerações;

V - atuar de forma preventiva, evitando que as famílias integrantes do público-alvo tenham seus direitos violados, recaindo em situações de risco.

Art. 23 - O Centro de Referência de Assistência Social - CRAS se constitui em unidade pública e pólo de referência, responsável pela execução, coordenação e articulação de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais para atendimento às famílias e seus membros que se encontram em situação de vulnerabilidade social, quer pela condição econômica (famílias pobres ou abaixo da linha da pobreza) quer por fazerem parte de diferentes ciclos de vida (crianças, idosos, pessoas com deficiência, adolescentes, jovens e mulheres), executando ações de combate a discriminações de gênero, etnia, deficiência, idade, entre outras.

Art. 24 - O Centro de Referência da Assistência Social - CRAS - contará com uma equipe específica, conforme previsto na NOB/SUAS-RH (resolução do CNAS nº 269, de 13 de dezembro de 2006), obedecendo ao critério de atendimento de até 2.500 famílias referenciadas por unidade de CRAS.

Art. 25 - Os serviços de proteção social de média complexidade serão executados e/ou referenciados ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

Art. 26 - O Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS - no âmbito do Município de Xaxim - SC, constitui-se em unidade pública de referência dos serviços de proteção social especial de média complexidade, que dar-se-ão por meio das seguintes ações:

I - articular, coordenar e operar a rede de serviços públicos socio-assistenciais e demais políticas públicas de garantia de direitos, no âmbito do Município;

II - prestar atendimento especializado às crianças, adolescentes, homens e mulheres vítimas de violência sexual e doméstica, bem como aos seus familiares;

III - prestar atendimento especializado as famílias, inseridas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que possuam dificuldades no cumprimento das condicionalidades do Programa;

IV - prestar atendimento às pessoas em situação de mendicância, na rua e de rua;

V - auxiliar e acompanhar as crianças e adolescentes que estejam sob medida protetiva ou medida pertinente aos pais ou responsáveis, bem como de suporte para reinserção social;

VI - auxiliar e acompanhar os adolescentes em cumprimento de medidas sócio educativas em meio aberto, bem como suas famílias.

VII - monitorar e acompanhar os serviços de média complexidade oferecidos no município e ou consorciados a crianças e adolescentes que se encontram em regime de abrigo e ou república.

Art. 27- O Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS contará com uma equipe específica, conforme previsto na NOB/SUAS-RH RH (resolução do CNAS nº 269, de 13 de dezembro de 2006), obedecendo ao critério de atendimento de até 50 pessoas/indivíduos - Gestão Inicial e Básica, ou 80 pessoas/indivíduos mês - Gestão Plena.

Art. 28 - A Proteção Social Especial de Alta Complexidade constitui-se no oferecimento de diferentes modalidades de serviços de acolhimento previstos pela Resolução do CNAS nº 109 de 11/11/2009. Os referidos serviços são destinados a famílias e/ou

indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral, sendo coordenado e articulado por equipe técnica específica de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, vinculada a Secretaria Municipal de Assistência Social. Parágrafo único: O Serviço de Proteção Especial de Alta Complexidade para atendimento a situações de calamidades públicas e de emergências, realiza-se através do apoio e proteção à população atingida por situações de emergência e calamidade pública, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas. Também, assegura a realização de articulações e a participação em ações conjuntas de caráter intersetorial para a minimização dos danos ocasionados e o provimento das necessidades verificadas.

### CAPÍTULO III DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art 29. Fica instituído o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social do Município de Xaxim, de caráter permanente e de composição paritária entre o governo e a sociedade civil, observado o disposto no art. 17, § 4º, da Lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, alterada pela Lei n. 12.435, de 06 de julho de 2011.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Xaxim é vinculado à Secretaria Municipal de Assistência - SMAS, órgão público responsável pela coordenação da política de assistência social que lhe dará apoio administrativo, assegurando dotação orçamentária para seu funcionamento.

#### SEÇÃO I Da Natureza e Finalidade

Art 30. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social, em âmbito municipal.

§1º As ações deliberativas/reguladoras são aquelas que estabelecem, por meio de resoluções, as ações da assistência social, contribuindo para a continuação do processo de implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e da Política Nacional e Municipal de Assistência Social - PNAS;

§2º As ações de acompanhamento e avaliação devem ser direcionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios prestados pelas entidades e organizações de assistência social, públicas e privadas, e advêm da competência de formular recomendações e orientações aos integrantes do sistema descentralizado de assistência social.

§3º O controle social é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da Política de Assistência Social, do Plano Plurianual de Assistência Social e dos recursos financeiros destinados a sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários da Política.

#### CAPÍTULO IV SEÇÃO I Das Atribuições

Art. 31. São atribuições do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS):

I - elaborar e aprovar seu regimento interno e o conjunto de normas administrativas definidos pelo Conselho, com o objetivo de orientar o seu funcionamento;

II - aprovar a política municipal de assistência social, elaborada em consonância com a política nacional e estadual de assistência social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, podendo contribuir nos diferentes estágios de sua formulação e, demais normas e legislações definidas pelo Conselho Nacional

de Assistência Social - CNAS;

III - convocar a Conferência Municipal de Assistência Social, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), bem como aprovar as normas de funcionamento das mesmas;

IV - encaminhar as deliberações da conferência aos órgãos competentes e monitorar seus desdobramentos;

V - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão de recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços socioassistenciais, programas e projetos aprovados na Política de Assistência Social Nacional, Estadual e Municipal;

VI - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, no âmbito do município, exercendo essas funções num relacionamento ativo e dinâmico com os órgãos gestores, resguardando-se as respectivas competências;

VII - aprovar o plano integrado de capacitação de recursos humanos para a área de assistência social, de acordo com as Normas Operacionais Básicas do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS e de Recursos Humanos (NOB RH/SUAS);

VIII - zelar pela implementação do SUAS, conforme especificidades/ responsabilidades no âmbito das três esferas de governo, bem como a efetiva participação dos segmentos representativos dos Conselhos;

IX - aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de assistência social, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

X - aprovar os critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros adotados na LOAS e explicitar os indicadores de acompanhamento;

XI - propor ações que favoreçam a interface e superem a sobreposição de programas, projetos, benefícios, rendas e serviços;

XII - inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social, bem como inscrever os programas, projetos e as ações da assistência social, no âmbito municipal;

XIII - informar ao CEAS (Conselho Estadual de Assistência social) e CNAS sobre o cancelamento de inscrição das entidades e organizações de assistência social, a fim de que este adote as medidas cabíveis;

XIV - encaminhar a documentação das entidades e organizações de assistência social que compõem a rede socioassistencial no município ao gestor municipal de Assistência Social para inclusão no Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social de que trata a Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009, e guarda;

XV - divulgar e promover a defesa dos direitos socioassistenciais;

XVI - estabelecer e fortalecer a interlocução com os demais Conselhos das políticas setoriais;

XVII - regulamentar a forma de concessão e valor para o pagamento dos auxílios natalidade e funeral e outros benefícios eventuais, conforme o disposto na Lei n. 12.435 de 06 julho de 2011;

XVIII - na falta de conselho municipal do idoso, estabelecer a forma de participação do idoso no custeio de entidade de longa permanência, observando-se o limite definido em lei de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso;

XIX - acionar o Ministério Público como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais;

XX - publicar todas suas deliberações em Mural público.

XXI - atuar como instância de controle social do Programa Bolsa Família;

#### SEÇÃO II Do Exercício das Atribuições

Art. 32. Para o exercício de suas atribuições, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) poderá solicitar os seguintes documentos e informações:

**I - da Secretaria Municipal de Assistência Social:**

- a) o plano municipal de assistência social;
- b) o plano de ação;
- c) a proposta orçamentária da assistência social para apreciação e aprovação;
- e) o plano de inserção e acompanhamento de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), selecionados conforme indicadores de vulnerabilidade, contendo ações, prazos e metas a serem executadas, articulando-se as ofertas da assistência social e as demais políticas pertinentes;
- f) o plano de aplicação do fundo municipal, balancete mensal e prestação de contas ao final do exercício;
- g) as informações relativas ao volume de recursos transferidos para o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS);
- h) as informações relativas aos recursos repassados pelo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) às entidades e organizações de assistência social;
- i) a relação das contas correntes que compõem o respectivo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);
- j) os demonstrativos das contas bancárias sob gestão do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);
- k) o relatório anual da gestão e demonstrativo sintético de execução física e financeira.

**II - das entidades e organizações de assistência social:**

- a) o estatuto social;
- b) o plano de trabalho;
- c) o relatório anual de execução;
- d) os documentos contábeis; e
- e) demais documentos previstos em normativa específicas.

**III - do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS):**

- a) para conhecimento, os documentos deliberados em Assembléia Geral, principalmente as atas;
- b) quando necessário, o assessoramento na aplicação de normas e resoluções fixadas pelo CNAS.

**IV - da Comissão Intergestora Bipartite (CIB), para conhecimento, os documentos de pactuações publicadas no Diário Oficial do Estado.****V - do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a senha de acesso ao Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social (Rede SUAS);****VI - da Comissão Intergestora Tripartite (CIT), para conhecimento, os documentos de pactuações publicadas no Diário Oficial da União.**

Parágrafo único. Além dos documentos elencados nos incisos de I a VI, o CMAS poderá requisitar outros que se fizerem necessários para o exercício de suas atribuições.

**SEÇÃO III****Da Composição**

Art. 33. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) é composto de 10 membros e respectivos suplentes, respeitados os seguintes critérios:

I - cinco representantes de entidades governamentais do Município e respectivos suplentes, da seguinte forma:

- a) um da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- b) um da Secretaria Municipal de Educação;
- c) um da Secretaria Municipal da Saúde;
- d) um da Secretaria Municipal da Agricultura;
- e) um da Secretaria de Administração e Finanças;

II - cinco representantes da sociedade civil e respectivos suplentes, eleitos em foro próprio, da seguinte forma:

- a) dois representantes dos usuários e/ou organizações de usuários da assistência social;

- b) um representante de entidades e/ou organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS; e
- c) dois representantes de trabalhadores do SUAS.

Parágrafo Único: No caso de não haver inicialmente representação de um dos segmentos do inciso II do presente artigo, a vaga poderá ser preenchida por um dos demais segmentos, conforme Regimento Interno.

Art. 34. Serão considerados representantes de usuários, pessoas vinculadas aos programas, projetos, serviços e benefícios da Política Municipal de Assistência Social.

Art. 35. Serão consideradas entidades de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento, assessoramento e/ou defesa e garantias de direitos aos beneficiários abrangidos pela LOAS, conforme estabelecido na resolução do CNAS nº 16 de 05 de maio de 2010 e decreto presidencial 6.308 de 14 de dezembro 2007.

Art.36. Os representantes do Governo de que trata o inciso I do art. 25 devem ser indicados e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 37. A eleição da sociedade civil de que trata o inciso II do art. 25 desta lei, ocorrerá em foro próprio, coordenado pelo CMAS.

§ 1º Caberá a Presidência do Conselho Municipal de Assistência Social encaminhar ao órgão oficial do município responsável pelas publicações, a convocação do foro de que trata o presente artigo, por meio de chamamento público em diário de grande circulação municipal.

§ 2º Após a escolha dos representantes da sociedade civil, a Presidência do CMAS encaminhará ao Chefe do Poder Executivo a nominata para a respectiva nomeação em forma de Decreto.

§ 3º O processo de eleição dos representantes da sociedade civil será fixado em regimento interno próprio para esta finalidade.

Art. 38. A função dos conselheiros do CMAS não será remunerada, mas considerada como de serviço público relevante e seu exercício prioritário, justificadas as ausências a quaisquer outros serviços quando determinadas pelo comparecimento às sessões do Conselho, reuniões de comissões ou grupos de trabalho e participação em atividades afins.

Parágrafo único. O ressarcimento de despesas e o adiantamento ou pagamento de diárias aos Conselheiros e pessoas a serviço do CMAS obedecerá às normas instituídas pelo Município aos servidores públicos em atos idênticos ou assemelhados.

Art. 39. Os conselheiros titulares e suplentes terão mandato de dois anos, permitida uma única recondução.

Art. 40. A participação de representantes do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não cabe nos Conselhos de Assistência Social, sob pena de incompatibilidade de poderes.

Art. 41. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) será presidido por um de seus integrantes, eleito entre seus membros em reunião plenária, para mandato de dois anos.

Art. 42. Os membros referidos do art. 33º, incisos I e II, desta Lei poderão perder o mandato antes do prazo de dois anos, nos seguintes casos:

I - por falecimento;

II - por renúncia;

III - pela ausência imotivada em três reuniões consecutivas do conselho, ou cinco alternadas;

IV - pela prática de ato incompatível com a função de conselheiro (a), por decisão da maioria dos membros do CMAS;

V - por requerimento da entidade da sociedade civil, da qual o conselheiro representa; e

VI - por interesse do responsável do Chefe do Poder Executivo quando se tratar de conselheiro por ele indicado.

§ 1º No caso de perda do mandato será designado novo conselheiro para a titularidade da função, respeitando as respectivas suplências de que trata o art. 6º, incisos I e II, da presente Lei.

§ 2º Em caso do conselheiro candidatar-se a pleito municipal, estadual ou federal o mesmo será afastado da função de conselheiro.

#### SEÇÃO IV

##### Da Organização do CMAS

Art. 43. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) compor-se-á dos seguintes órgãos:

I - Assembléia Geral;

II - Mesa Diretora;

III - Comissões; e

IV - Secretaria Executiva.

§ 1º A Assembléia Geral é órgão deliberativo e soberano do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

§ 2º A Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), eleita pela maioria absoluta dos votos da Assembléia Geral para mandato de um ano, permitida uma única recondução, é composta pelos seguintes cargos:

a) Presidente;

b) Vice-Presidente;

c) 1º Secretário; e

d) 2º Secretário.

§ 3º A composição da Mesa Diretora deverá obedecer aos princípios da paridade e da alternância governamental e sociedade civil, respeitadas as seguintes condições:

a) Quando houver vacância no cargo de presidente não poderá o/a vice-presidente assumir para não interromper a alternância da presidência entre governo e sociedade civil, cabendo realizar nova eleição para finalizar o mandato, conforme previsão a constar no Regimento Interno do Conselho;

b) Sempre que houver vacância de um membro da Mesa Diretora ou similar, seja ele representante governamental ou da sociedade civil, caberá ao plenário do Conselho decidir sobre a ocupação do cargo vago, seja por aclamação ou voto, devendo essa situação e a forma de sucessão estar contempladas no Regimento Interno;

§ 4º As Comissões Temáticas serão criadas por resoluções, aprovadas em Assembléia Geral, conforme a necessidade da demanda, integradas por conselheiros (as) titulares e suplentes e poderão participar como colaboradores (as), os (as) representantes de outras entidades, outros representantes dos(as) usuários(as) ou de organizações de usuários(as), ou pessoas de notório saber, homologadas pelo CMAS, sem direito a voto, sendo obrigatória a designação das seguintes Comissões:

a) de Normas, Regulamentos e Inscrições;

b) de Financiamento e Orçamento;

c) de Políticas, Divulgação e Comunicação.

§ 5º O CMAS poderá instituir grupos de trabalho de caráter temporário, composto por conselheiros titulares e suplentes, destinados ao estudo e elaboração de propostas sobre temas específicos, podendo, inclusive, convidar para participar destes grupos de trabalho representantes de órgãos ou entidades públicas e privadas e de outros poderes, sem direito a voto.

§ 6º As ações de capacitação dos/as Conselheiros/as deverão ser programadas, visando o fortalecimento e a qualificação de seus espaços de articulação, negociação e deliberação, a ser previsto no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

§ 7º A Secretaria Executiva, órgão de apoio técnico administrativo do Conselho, será composta de, no mínimo, por um Secretário Executivo de nível superior, sendo graduado em serviço social, Direito, Psicologia ou Pedagogia, designado para o assessoramento do CMAS, cuja competência será definida em Regimento Interno.

§ 8º A Secretaria Executiva deverá ser a unidade de apoio ao funcionamento do CMAS para assessorar suas reuniões e divulgar suas deliberações.

§ 9º A Secretaria Executiva subsidiará a Assembléia Geral com assessoria técnica e poderá se valer de consultoria e assessoramento de instituições, órgãos e entidades ligados à área da assistência social, para dar suporte e/ou prestar apoio técnico-logístico ao Conselho.

§ 10º Compete ao gestor da política municipal de assistência social providenciar o quadro de pessoal da Secretaria executiva do CMAS, a ser nomeado pelo Chefe do Poder Executivo.

#### SEÇÃO V

##### Do Funcionamento

Art. 44. A Assembléia Geral reunir-se-á, obrigatoriamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, e funcionará de acordo com o Regimento Interno, que definirá, também, o quorum mínimo para o caráter deliberativo das reuniões e para as questões de suplência e perda de mandato por faltas.

Art. 45. O CMAS tem autonomia de se auto-convocar, devendo esta previsão constar do Regimento Interno, e suas reuniões serão abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas respeitando o mínimo, 05 (cinco) dias.

Art. 46. A cada nova gestão será realizado o Planejamento Estratégico do CMAS, com o objetivo de definir metas, ações e estratégias e prazos, envolvendo todos (as) os(as) Conselheiros(as), titulares e suplentes, e os(as) técnicos(as) do Conselho.

#### CAPÍTULO III

##### DA COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DA POLÍTICA E DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

Art. 47. A coordenação e execução da Política e do Plano Municipal de Assistência Social ficam a cargo da Secretaria Municipal de Assistência Social no Município, conforme atribuições expressas no artigo 12, incisos I a XIV desta lei.

#### CAPÍTULO IV

##### DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 48. Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), instrumento de captação e aplicação de recursos que tem por objetivo prover recursos e meios para financiar a execução da política de assistência social, apoiando serviços, programas e projetos específicos de assistência social.

Art. 49. No exercício da orientação e controle do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), o Conselho Municipal de Assistência Social adotará as seguintes medidas:

I - orientar, controlar e fiscalizar a gestão do Fundo Municipal, por meio de resoluções relativas à elaboração da proposta orçamentária, que trata da destinação dos recursos; aos critérios de partilha; ao plano de aplicação e à execução orçamentária e financeira;

II - certificar se a Secretaria Municipal de Assistência Social divulga amplamente, para a comunidade local, os benefícios, serviços, programas, projetos assistenciais, bem como os recursos disponibilizados pelo poder público;

III - assegurar que o orçamento do município disponibilize recursos próprios destinados à assistência social, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

IV - apreciar e aprovar a proposta de Lei Orçamentária Municipal, na Função - Assistência Social, por ocasião de sua apreciação, considerando os seguintes aspectos:

a) apresentação dos programas e das ações, em coerência com o plano municipal de assistência social, de acordo com os níveis de complexidade dos serviços, programas, projetos e benefícios, alocando-os como sendo de proteção social básica e proteção social especial de média e/ou de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social (PNAS);

b) recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não-governamentais alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e os recursos voltados às atividades meio alocados no orçamento do órgão gestor desta política;

V - decidir sobre a regularidade do plano de ação anual, garantindo as condições para o repasse de recursos fundo-a-fundo;

VI - analisar se foram cumpridas as metas físicas e financeiras constantes do plano de ação, mediante a emissão de parecer, considerando os seguintes aspectos:

a) a análise da documentação recebida do órgão gestor da assistência social, bem como de sua capacidade de gestão;

b) relação com o plano municipal de assistência social;

c) a execução e a aplicação dos recursos financeiros recebidos na conta do respectivo fundo de assistência social;

d) regularização no alcance da previsão de atendimento;

e) a qualidade dos serviços prestados; e

f) articulação com as demais políticas sociais.

VII - verificar, mediante acesso à Rede de Sistema Único de Assistência Social (SUAS), se o plano de ação está em conformidade com o plano municipal de assistência social, aprovado pelo próprio Conselho;

VIII - analisar o plano de ação e verificar se as metas de atendimento de usuários estão de acordo com os dados da efetiva demanda local, para os serviços co-financiados pelos pisos de proteção social básica e de proteção social especial;

IX - convocar plenária do CMAS para análise e deliberação das prestações de contas, do co-financiamento federal representada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico-financeira do SUAS;

X - certificar se o município recebe, com regularidade, recursos do FNAS e do FEAS, e propor medidas saneadoras para solução do problema, previstas no Regime Interno;

XI - verificar as razões para os eventuais atrasos ou suspensão de repasse dos recursos às entidades de assistência social e propor medidas para solução do problema, previsto no Regimento Interno;

Art. 50. Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS):

I - recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social e outros legalmente instituídos;

II - dotação consignada anualmente no Orçamento do Município e os outros recursos adicionais que lhe sejam destinados;

III - doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não-governamentais;

IV - receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma da lei;

V - as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências por força da lei e de convênios;

VI - recursos de convênios firmados com outras entidades;

VII - doações em espécie;

VIII - recursos captados junto a organismos internacionais, para projetos autofinanciáveis e de interesse estratégico, visando a ampliação, cobertura e melhoria da qualidade de atendimento;

IX - rendimentos e juros provenientes de aplicações financeiras;

X - Dotação configurada, anualmente, na legislação Orçamentária Municipal no mínimo de 1% da receita líquida municipal.

X - outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

§ 1º Os recursos previstos nos incisos I a X do presente artigo serão automaticamente transferidos para a conta do FMAS, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

§ 2º Os recursos que compõem o FMAS serão depositados em instituições financeiras oficiais, em contas especiais, sob a denominação - Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

Art. 51. O FMAS será gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e controle do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

Parágrafo único: O orçamento do FMAS integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 52. Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) serão aplicados em:

I - financiamento total ou parcial de programas, projetos, serviços e benefícios de Assistência Social, desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social ou por órgãos conveniados;

II - pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas de direito público e privado, para execução de programas e projetos específicos do setor de assistência social;

III - aquisição de material permanente, de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos serviços, programas, projetos e benefícios ;

IV - construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de assistência social;

V - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de assistência social;

VI - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de assistência social;

VII - pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do art. 15 da Lei Orgânica de Assistência Social e lei nº 12.435 de 06 de julho de 2011;

VIII - atendimento das ações sócioassistenciais de caráter emergencial;

IX - provimento de recursos às entidades não-governamentais vinculadas aos objetivos da Política Municipal de Assistência Social e inscritas no CMAS competente, conforme disposto na Lei Orgânica de Assistência Social; e

X - custeio das despesas dos Conselheiros em representações e ou participações em seminários, cursos e eventos e outros relevantes à consecução da Política Municipal de Assistência Social.

Art. 53. O repasse de recursos para as entidades, organizações e/ou projetos, programas e serviços de assistência social, devidamente inscritas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único: As transferências de recursos para organizações governamentais e da sociedade civil de assistência social se processarão mediante convênios, contratos, acordos, ajustes e/ou similares obedecendo a legislação vigente sobre a matéria e de conformidade com os programas, projetos e serviços aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 54. As contas e os relatórios do gestor do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidos à apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), quadrimestral e anualmente, de forma analítica que, por sua vez, se manifestará sobre a sua aprovação.

§ 1º O FMAS deverá ter contabilidade própria capaz de tornar evidente suas operações e permitir o exercício das funções de controle e avaliação de resultados.

§ 2º A escrituração contábil do FMAS far-se-á com base em documentos hábeis, segundo normas e padrões estabelecidos na legislação pertinente, com elaboração de balancetes mensais e balanços anuais.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 55. Será emitido certificado a todos os Conselheiros regularmente nomeados, no ato de sua posse e ao término do respectivo mandato, em reconhecimento aos serviços de relevante interesse público e social prestados.

§1º Os Conselheiros admitidos anteriormente a esta Lei e que se encontram ativos quando da publicação desta, deverão receber o certificado ao término do seu mandato.

§2º Será expedido pelo CMAS aos interessados, quando requerido, certificado de participação nas Comissões Temáticas e nos Grupos de Trabalho.

Art. 56. Poderão ser convidados a participar das reuniões do CMAS, sem direito a voto, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, bem como técnicos e usuários que da pauta constar temas de sua área de atuação e ou de seu interesse.

Art. 57. O CMAS deverá estar atento à interface das políticas sociais, de forma a propiciar significativos avanços, tais como:

I - ampliação do universo de atenção para os segmentos em situação de vulnerabilidade e/ou risco social;

II - demanda e execução de ações próprias focadas nos destinatários em articulação com outras políticas públicas;

III - articulação das ações e otimização dos recursos, evitando-se a superposição de ações e facilitando a interlocução com a sociedade;

IV - racionalização dos eventos do CMAS, de maneira a garantir a participação dos(as) Conselheiros(as), principalmente daqueles(as) que fazem parte de outros Conselhos; e

V - garantia da construção da Política Municipal de Assistência Social.

Art. 58. As Assembléias Gerais do CMAS são abertas à participação de todos os cidadãos.

Art. 59. O Regimento Interno do CMAS complementarà a estruturação, competências e atribuições definidas nesta Lei para seus integrantes e estabelecerá as normas de funcionamento do CMAS, devendo ser submetido à Assembléia Geral que será especialmente convocada para este fim, submetendo-o ao Chefe do Poder Executivo para homologação mediante Decreto.

Parágrafo único. Qualquer alteração posterior ao Regimento Interno dependerá da deliberação de dois terços dos membros do CMAS e homologação, por Decreto, do Chefe do Poder Executivo.

Art. 60. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, especialmente as previstas na Lei Complementar nº 1.838, de 18 de dezembro de 1995.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,  
em 18 de dezembro de 2014.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro

Procurador Geral do Município

## **LEI Nº 4039/2014 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014. DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA,**

LEI Nº 4039/2014 de 15 de dezembro de 2014.

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, DENOMINADO LAR LEGAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IDACIR ANTONIO ORSO Prefeito Municipal de Xaxim em Exercício - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

## **CAPÍTULO I**

### **DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

#### **Dos Princípios, Diretrizes e Objetivos**

Art. 1º A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Parágrafo único. O Sistema Único da Assistência Social - SUAS - materializa o conteúdo da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e trata das condições para a extensão e universalização da proteção social dos brasileiros, através da Política de Assistência Social e para a organização, responsabilidade e funcionamento dos serviços e benefícios assistenciais nas três instâncias da gestão governamental.

Art. 2º A Política Municipal de Assistência Social reger-se-á pelos seguintes princípios:

I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências e interesses econômicos;

II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Art. 3º A Política Municipal de Assistência Social reger-se-á pelas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de Assistência Social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III - primazia de responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;

IV - centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.

Art. 4º A Política Pública de Assistência Social realizar-se-á de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. Sob essa perspectiva, tem por objetivo:

I - prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem;

II - contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em área urbana e rural;

III - assegurar que as ações no âmbito da Assistência Social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária.

Art. 5º Constitui-se público usuário da Política de Assistência

Social, cidadãos, famílias e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; por ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências, dependência psicoativa; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, de grupos ou indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

Art. 6º Consideram-se entidades e organizações de Assistência Social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos. Para tanto, a administração pública deverá desenvolver habilidades específicas, com destaque para a formação de redes. Neste contexto, as entidades prestadoras de Assistência Social integram a rede socioassistencial do município, não só como prestadoras complementares de serviços socioassistenciais, mas como co-gestoras através do Conselho Municipal de Assistência Social e, co-responsáveis na luta pela garantia dos direitos sociais em garantir direitos dos usuários da Assistência Social.

## CAPÍTULO II

### SEÇÃO I

Da Organização e da Gestão da Política Municipal de Assistência Social

Art. 7º O SUAS define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da Política de Assistência Social possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial e, ainda, os eixos estruturantes e de subsistemas, segundo as seguintes referências: vigilância social, proteção social e defesa social e institucional.

Art. 8º A Política Municipal de Assistência Social está organizada por meio de uma gestão descentralizada e participativa, pautando-se em ações socioassistenciais regulamentadas pela Política Nacional de Assistência Social, cabendo a Política Municipal de Assistência Social coordenar, formular, monitorar, avaliar, capacitar, sistematizar as informações, além do co-financiamento das ações. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade.

Art. 9º O Município atuará em gestão compartilhada por meio do co-financiamento das esferas federal e estadual, cabendo-lhe a coordenação do Sistema Municipal de Assistência Social e a execução de serviços, programas, projetos e benefícios nos termos do artigo 8º desta Lei.

Art. 10. Compete ao Município:

- I - realizar diagnóstico de áreas de vulnerabilidade e risco;
- II - garantir a prioridade de acesso nos serviços de proteção social básica e/ou especial, de acordo com suas necessidades, às famílias e seus membros dos Programas de Transferência de Renda;
- III - destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos benefícios eventuais, mediante critérios aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social;
- IV - efetuar o pagamento dos benefícios eventuais;
- V - atender às ações assistenciais de caráter emergencial;
- VI - executar os serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, incluindo programas de inclusão produtiva em parceria com organizações da sociedade civil e

demais esferas de governo;

VII - co-financiar as entidades e organizações da rede socioassistenciais inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social, conforme o piso de complexidade e de acordo com a Lei Orçamentária e compromisso firmado entre as partes.

VIII - Gestão (encaminhamento, orientação, acompanhamento dos beneficiários) do Benefício de Prestação Continuada - BPC;

IX - apresentar Plano de Inserção e Acompanhamento de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada, selecionados conforme indicadores de vulnerabilidade, contendo ações, prazos e metas a serem executados, articulando-as às esferas da Assistência Social e as demais políticas pertinentes;

X - garantir a gestão da Política Municipal de Assistência Social através do Comando Único;

XI - instalar e coordenar o Sistema Municipal de monitoramento e avaliação das ações da Assistência Social por nível de proteção básica e especial, em articulação com o Sistema Estadual e Federal;

XII - garantir que a Política Municipal de Assistência Social seja executada por equipe técnica especializada composta conforme o que estabelece a NOB RH - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos;

XIII - elaborar e executar a Política de Recursos Humanos, com a implantação de plano de carreira para os servidores públicos que atuam na área de Assistência Social, além da qualificação e capacitação dos recursos humanos desta Secretaria de forma sistemática e continuada.

Art. 11. A instância coordenadora da Política Municipal de Assistência Social é a Secretaria Municipal de Assistência Social:

Art. 12. Compete ao órgão gestor da Assistência Social:

I - elaborar o diagnóstico socioterritorial e o Plano Municipal de Assistência Social e submetê-lo a apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;

II - coordenar, articular e executar ações no campo da Assistência Social;

III - elaborar e encaminhar ao CMAS proposta orçamentária da Assistência Social do Município;

IV - promover recursos, no limite da Lei Orçamentária, para o pagamento dos benefícios eventuais definidos nesta Lei;

V - propor os critérios de transferência dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, em consonância com o Plano Municipal de Assistência Social;

VI - encaminhar à apreciação do CMAS relatórios mensais e anuais de atividades e de realização financeira dos recursos;

VII - prestar assessoramento técnico às entidades e Organizações de Assistência Social, devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social;

VIII - buscar apoio nos governos estadual e federal para a qualificação sistemática e continuada de recursos humanos para a atuação na Política de Assistência Social;

IX - desenvolver estudos e pesquisas para fundamentar a análise de necessidades e formulação de proposições para a área;

X - expedir atos normativos necessários à gestão do Fundo Municipal de Assistência Social, de acordo com diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Assistência Social;

XI - elaborar e submeter ao CMAS os planos anuais e plurianuais de aplicação dos recursos do FMAS.

XII - coordenar e manter atualizado o sistema de cadastro da rede socioassistencial governamental e da sociedade civil do Município e encaminhar para o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social de que trata a Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009;

XIII - viabilizar as condições físicas, financeiras, de equipamentos, bem como de apoio técnico ao Conselho Municipal de Assistência Social a fim de garantir condições adequadas para que este possa desenvolver suas atribuições previstas em lei;

XIV - criar o Sistema de Informações Sociais;

Art. 13. O Conselho Municipal de Assistência Social é a instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social, de caráter permanente, deliberativo e composição paritária entre governo e sociedade civil organizada.

Art. 14. A rede socioassistencial, ou seja, entidades e organizações prestadoras de serviços de Assistência Social integram um conjunto de ações de iniciativa pública e da sociedade civil, que ofertam benefícios, serviços, programas e projetos de proteção social básica e especial, sendo acordado o estabelecimento de fluxo, referência e retaguarda entre as modalidades e as complexidades de atendimento, integrando e articulando com todos os serviços de proteção social na condição de co-gestoras.

## SEÇÃO II

Dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios de Assistência social

Art. 15. Entende-se por serviços socioassistenciais as atividades continuadas, que visam à melhoria da qualidade de vida da população, e cujas ações estejam voltadas para as necessidades básicas do público usuário da Política de Assistência Social, observando os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas na Lei nº. 12.435, de 06 de julho de 2011.

Art. 16. A Política Municipal de Assistência Social prevê o ordenamento dos serviços em rede, de acordo com os níveis de proteção social: básica e especial de média e alta complexidade, em conformidade com a Resolução do CNAS nº 109 de 11/11/2009.

Art. 17. Os Programas de Assistência Social compreendem ações integradas e complementares, com objetivos e área de abrangência definidos, para qualificar, incentivar, potencializar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.

Parágrafo único. Os Programas deverão se articular com as demais Políticas Públicas locais, de forma a garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas e o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos, de forma a superar as condições de vulnerabilidade e a prevenir as situações que indicam risco potencial, devendo ainda garantir a efetivação dos encaminhamentos necessários.

Art. 18. Os Projetos de enfrentamento à pobreza compreendem a instituição de investimentos econômico-sociais nos grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social, buscando subsidiar técnica e financeiramente iniciativas que lhes garantam meios e capacidade produtiva e de gestão para a melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão de qualidade de vida, preservação do meio ambiente e organização social, articuladamente com as demais políticas públicas, podendo, contudo, voltar-se às famílias e pessoas em situação de risco pessoal e social.

Art.19. O Benefício de Prestação Continuada previsto na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, e no Estatuto do Idoso, é provido pelo Governo Federal, consistindo no repasse de um (01) salário mínimo ao idoso (com 65 anos ou mais), à pessoa com deficiência, que comprovem não ter meios para suprir sua subsistência ou de tê-la suprida por sua família, cuja renda mensal per capita seja inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo, esse benefício compõe o nível de proteção social básica, sendo seu repasse efetuado diretamente ao beneficiário;

I - o benefício referendado no art. 2º, item V da nº 7.842 de 07/12/93 (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS), é gerido pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), cabendo ao Município, prestar orientação, encaminhamento e outras Políticas Sociais, além de parecer social, reconhecido como elegível, ao posto de atendimento do INSS para andamento do processo cabível.

Art. 20. Benefícios Eventuais são previstos no art. 22 da Lei

Orgânica da Assistência Social - LOAS, e visam ao pagamento de auxílio por natalidade ou morte, ou para atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de calamidade pública.

## SEÇÃO III

Da Gestão dos Serviços de Proteção Sociassistencial

Art. 21 - Os serviços de proteção social básica serão executados e/ou referenciados ao Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

Art. 22 - O Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, é unidade de referência territorializada, que tem por objetivo a atuação com famílias, seus membros e indivíduos, residentes no município de Xaxim, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários, e promovendo a inclusão das famílias nas políticas públicas, no mercado de trabalho e na vida em comunidade por meio das seguintes ações:

I - promover o acompanhamento sócio-assistencial de famílias em um determinado território;

II - potencializar a família como unidade de referência, fortalecendo os vínculos internos e externos de solidariedade;

III - contribuir com o processo de autonomia e emancipação social das famílias, fomentando o seu protagonismo;

IV - desenvolver programas que envolvam diversos setores, com o objetivo de romper o ciclo de reprodução da pobreza entre gerações;

V - atuar de forma preventiva, evitando que as famílias integrantes do público-alvo tenham seus direitos violados, recaindo em situações de risco.

Art. 23 - O Centro de Referência de Assistência Social - CRAS se constitui em unidade pública e pólo de referência, responsável pela execução, coordenação e articulação de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais para atendimento às famílias e seus membros que se encontram em situação de vulnerabilidade social, quer pela condição econômica (famílias pobres ou abaixo da linha da pobreza) quer por fazerem parte de diferentes ciclos de vida (crianças, idosos, pessoas com deficiência, adolescentes, jovens e mulheres), executando ações de combate a discriminações de gênero, etnia, deficiência, idade, entre outras.

Art. 24 - O Centro de Referência da Assistência Social - CRAS - contará com uma equipe específica, conforme previsto na NOB/SUAS-RH (resolução do CNAS nº 269, de 13 de dezembro de 2006), obedecendo ao critério de atendimento de até 2.500 famílias referenciadas por unidade de CRAS.

Art. 25 - Os serviços de proteção social de média complexidade serão executados e/ou referenciados ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

Art. 26 - O Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS - no âmbito do Município de Xaxim - SC, constitui-se em unidade pública de referência dos serviços de proteção social especial de média complexidade, que dar-se-ão por meio das seguintes ações:

I - articular, coordenar e operar a rede de serviços públicos socioassistenciais e demais políticas públicas de garantia de direitos, no âmbito do Município;

II - prestar atendimento especializado às crianças, adolescentes, homens e mulheres vítimas de violência sexual e doméstica, bem como aos seus familiares;

III - prestar atendimento especializado as famílias, inseridas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que possuam dificuldades no cumprimento das condicionalidades do Programa;

IV - prestar atendimento às pessoas em situação de mendicância,

na rua e de rua;

V - auxiliar e acompanhar as crianças e adolescentes que estejam sob medida protetiva ou medida pertinente aos pais ou responsáveis, bem como de suporte para reinserção social;

VI - auxiliar e acompanhar os adolescentes em cumprimento de medidas sócio educativas em meio aberto, bem como suas famílias.

VII - monitorar e acompanhar os serviços de média complexidade oferecidos no município e ou consorciados a crianças e adolescentes que se encontram em regime de abrigo e ou república.

Art. 27- O Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS contará com uma equipe específica, conforme previsto na NOB/SUAS-RH RH (resolução do CNAS nº 269, de 13 de dezembro de 2006), obedecendo ao critério de atendimento de até 50 pessoas/indivíduos - Gestão Inicial e Básica, ou 80 pessoas/indivíduos mês - Gestão Plena.

Art. 28 - A Proteção Social Especial de Alta Complexidade constitui-se no oferecimento de diferentes modalidades de serviços de acolhimento previstos pela Resolução do CNAS nº 109 de 11/11/2009. Os referidos serviços são destinados a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral, sendo coordenado e articulado por equipe técnica específica de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, vinculada a Secretaria Municipal de Assistência Social. Parágrafo único: O Serviço de Proteção Especial de Alta Complexidade para atendimento a situações de calamidades públicas e de emergências, realiza-se através do apoio e proteção à população atingida por situações de emergência e calamidade pública, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas. Também, assegura a realização de articulações e a participação em ações conjuntas de caráter intersectorial para a minimização dos danos ocasionados e o provimento das necessidades verificadas.

### CAPÍTULO III

#### DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art 29. Fica instituído o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social do Município de Xaxim, de caráter permanente e de composição paritária entre o governo e a sociedade civil, observado o disposto no art. 17, § 4º, da Lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, alterada pela Lei n. 12.435, de 06 de julho de 2011.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Xaxim é vinculado à Secretaria Municipal de Assistência - SMAS, órgão público responsável pela coordenação da política de assistência social que lhe dará apoio administrativo, assegurando dotação orçamentária para seu funcionamento.

#### SEÇÃO I

##### Da Natureza e Finalidade

Art 30. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social, em âmbito municipal.

§1º As ações deliberativas/reguladoras são aquelas que estabelecem, por meio de resoluções, as ações da assistência social, contribuindo para a continuação do processo de implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e da Política Nacional e Municipal de Assistência Social - PNAS;

§2º As ações de acompanhamento e avaliação devem ser direcionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios prestados pelas entidades e organizações de assistência social, públicas e privadas, e advêm da competência de formular recomendações e orientações aos integrantes do sistema descentralizado de assistência social.

§3º O controle social é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da Política de Assistência Social, do Plano Plurianual de Assistência Social e dos recursos financeiros destinados a sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários da Política.

#### CAPÍTULO IV

#### SEÇÃO I

##### Das Atribuições

Art. 31. São atribuições do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS):

I - elaborar e aprovar seu regimento interno e o conjunto de normas administrativas definidos pelo Conselho, com o objetivo de orientar o seu funcionamento;

II - aprovar a política municipal de assistência social, elaborada em consonância com a política nacional e estadual de assistência social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, podendo contribuir nos diferentes estágios de sua formulação e, demais normas e legislações definidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;

III - convocar a Conferência Municipal de Assistência Social, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), bem como aprovar as normas de funcionamento das mesmas;

IV - encaminhar as deliberações da conferência aos órgãos competentes e monitorar seus desdobramentos;

V - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão de recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços socioassistenciais, programas e projetos aprovados na Política de Assistência Social Nacional, Estadual e Municipal;

VI - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, no âmbito do município, exercendo essas funções num relacionamento ativo e dinâmico com os órgãos gestores, resguardando-se as respectivas competências;

VII - aprovar o plano integrado de capacitação de recursos humanos para a área de assistência social, de acordo com as Normas Operacionais Básicas do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS e de Recursos Humanos (NOB RH/SUAS));

VIII - zelar pela implementação do SUAS, conforme especificidades/ responsabilidades no âmbito das três esferas de governo, bem como a efetiva participação dos segmentos representativos dos Conselhos;

IX - aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de assistência social, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

X - aprovar os critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros adotados na LOAS e explicitar os indicadores de acompanhamento;

XI - propor ações que favoreçam a interface e superem a sobreposição de programas, projetos, benefícios, rendas e serviços;

XII - inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social, bem como inscrever os programas, projetos e as ações da assistência social, no âmbito municipal;

XIII - informar ao CEAS (Conselho Estadual de Assistência social) e CNAS sobre o cancelamento de inscrição das entidades e organizações de assistência social, a fim de que este adote as medidas cabíveis;

XIV - encaminhar a documentação das entidades e organizações de assistência social que compõem a rede socioassistencial no município ao gestor municipal de Assistência Social para inclusão no Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social de que trata a Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009, e guarda;

XV - divulgar e promover a defesa dos direitos socioassistenciais;

XVI - estabelecer e fortalecer a interlocução com os demais

Conselhos das políticas setoriais;

XVII - regulamentar a forma de concessão e valor para o pagamento dos auxílios natalidade e funeral e outros benefícios eventuais, conforme o disposto na Lei n. 12.435 de 06 julho de 2011;

XVIII - na falta de conselho municipal do idoso, estabelecer a forma de participação do idoso no custeio de entidade de longa permanência, observando-se o limite definido em lei de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso;

XIX - acionar o Ministério Público como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais;

XX - publicar todas suas deliberações em Mural público.

XXI - atuar como instância de controle social do Programa Bolsa Família;

## SEÇÃO II

### Do Exercício das Atribuições

Art. 32. Para o exercício de suas atribuições, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) poderá solicitar os seguintes documentos e informações:

I - da Secretaria Municipal de Assistência Social:

- a) o plano municipal de assistência social;
- b) o plano de ação;
- c) a proposta orçamentária da assistência social para apreciação e aprovação;
- e) o plano de inserção e acompanhamento de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), selecionados conforme indicadores de vulnerabilidade, contendo ações, prazos e metas a serem executadas, articulando-se as ofertas da assistência social e as demais políticas pertinentes;
- f) o plano de aplicação do fundo municipal, balancete mensal e prestação de contas ao final do exercício;
- g) as informações relativas ao volume de recursos transferidos para o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS);
- h) as informações relativas aos recursos repassados pelo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) às entidades e organizações de assistência social;
- i) a relação das contas correntes que compõem o respectivo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);
- j) os demonstrativos das contas bancárias sob gestão do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);
- k) o relatório anual da gestão e demonstrativo sintético de execução física e financeira.

II - das entidades e organizações de assistência social:

- a) o estatuto social;
- b) o plano de trabalho;
- c) o relatório anual de execução;
- d) os documentos contábeis; e
- e) demais documentos previstos em normativa específicas.

III - do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS):

- a) para conhecimento, os documentos deliberados em Assembléia Geral, principalmente as atas;
- b) quando necessário, o assessoramento na aplicação de normas e resoluções fixadas pelo CNAS.

IV - da Comissão Intergestora Bipartite (CIB), para conhecimento, os documentos de pactuações publicadas no Diário Oficial do Estado.

V - do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a senha de acesso ao Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social (Rede SUAS);

VI - da Comissão Intergestora Tripartite (CIT), para conhecimento, os documentos de pactuações publicadas no Diário Oficial da

União.

Parágrafo único. Além dos documentos elencados nos incisos de I a VI, o CMAS poderá requisitar outros que se fizerem necessários para o exercício de suas atribuições.

## SEÇÃO III

### Da Composição

Art. 33. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) é composto de 10 membros e respectivos suplentes, respeitados os seguintes critérios:

I - cinco representantes de entidades governamentais do Município e respectivos suplentes, da seguinte forma:

- a) um da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- b) um da Secretaria Municipal de Educação;
- c) um da Secretaria Municipal da Saúde;
- d) um da Secretaria Municipal da Agricultura;
- e) um da Secretaria de Administração e Finanças;

II - cinco representantes da sociedade civil e respectivos suplentes, eleitos em foro próprio, da seguinte forma:

- a) dois representantes dos usuários e/ou organizações de usuários da assistência social;
- b) um representante de entidades e/ou organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS; e
- c) dois representantes de trabalhadores do SUAS.

Parágrafo Único: No caso de não haver inicialmente representação de um dos segmentos do inciso II do presente artigo, a vaga poderá ser preenchida por um dos demais segmentos, conforme Regimento Interno.

Art. 34. Serão considerados representantes de usuários, pessoas vinculadas aos programas, projetos, serviços e benefícios da Política Municipal de Assistência Social.

Art. 35. Serão consideradas entidades de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento, assessoramento e/ou defesa e garantias de direitos aos beneficiários abrangidos pela LOAS, conforme estabelecido na resolução do CNAS nº 16 de 05 de maio de 2010 e decreto presidencial 6.308 de 14 de dezembro 2007.

Art.36. Os representantes do Governo de que trata o inciso I do art. 25 devem ser indicados e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 37. A eleição da sociedade civil de que trata o inciso II do art. 25 desta lei, ocorrerá em foro próprio, coordenado pelo CMAS.

§ 1º Caberá a Presidência do Conselho Municipal de Assistência Social encaminhar ao órgão oficial do município responsável pelas publicações, a convocação do foro de que trata o presente artigo, por meio de chamamento público em diário de grande circulação municipal.

§ 2º Após a escolha dos representantes da sociedade civil, a Presidência do CMAS encaminhará ao Chefe do Poder Executivo a nominata para a respectiva nomeação em forma de Decreto.

§ 3º O processo de eleição dos representantes da sociedade civil será fixado em regimento interno próprio para esta finalidade.

Art. 38. A função dos conselheiros do CMAS não será remunerada, mas considerada como de serviço público relevante e seu exercício prioritário, justificadas as ausências a quaisquer outros serviços quando determinadas pelo comparecimento às sessões do Conselho, reuniões de comissões ou grupos de trabalho e participação em atividades afins.

Parágrafo único. O ressarcimento de despesas e o adiantamento ou pagamento de diárias aos Conselheiros e pessoas a serviço do CMAS obedecerá às normas instituídas pelo Município aos servidores públicos em atos idênticos ou semelhantes.

Art. 39. Os conselheiros titulares e suplentes terão mandato de dois anos, permitida uma única recondução.

Art. 40. A participação de representantes do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não cabe nos Conselhos de Assistência Social, sob pena de incompatibilidade de poderes.

Art. 41. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) será presidido por um de seus integrantes, eleito entre seus membros em reunião plenária, para mandato de dois anos.

Art. 42. Os membros referidos do art. 33º, incisos I e II, desta Lei poderão perder o mandato antes do prazo de dois anos, nos seguintes casos:

I - por falecimento;

II - por renúncia;

III - pela ausência imotivada em três reuniões consecutivas do conselho, ou cinco alternadas;

IV - pela prática de ato incompatível com a função de conselheiro (a), por decisão da maioria dos membros do CMAS;

V - por requerimento da entidade da sociedade civil, da qual o conselheiro representa; e

VI - por interesse do responsável do Chefe do Poder Executivo quando se tratar de conselheiro por ele indicado.

§ 1º No caso de perda do mandato será designado novo conselheiro para a titularidade da função, respeitando as respectivas suplências de que trata o art. 6º, incisos I e II, da presente Lei.

§ 2º Em caso do conselheiro candidatar-se a pleito municipal, estadual ou federal o mesmo será afastado da função de conselheiro.

#### SEÇÃO IV

##### Da Organização do CMAS

Art. 43. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) compor-se-á dos seguintes órgãos:

I - Assembléia Geral;

II - Mesa Diretora;

III - Comissões; e

IV - Secretaria Executiva.

§ 1º A Assembléia Geral é órgão deliberativo e soberano do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

§ 2º A Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), eleita pela maioria absoluta dos votos da Assembléia Geral para mandato de um ano, permitida uma única recondução, é composta pelos seguintes cargos:

a) Presidente;

b) Vice-Presidente;

c) 1º Secretário; e

d) 2º Secretário.

§ 3º A composição da Mesa Diretora deverá obedecer aos princípios da paridade e da alternância governamental e sociedade civil, respeitadas as seguintes condições:

a) Quando houver vacância no cargo de presidente não poderá o/a vice-presidente assumir para não interromper a alternância da presidência entre governo e sociedade civil, cabendo realizar nova eleição para finalizar o mandato, conforme previsão a constar no Regimento Interno do Conselho;

b) Sempre que houver vacância de um membro da Mesa Diretora ou similar, seja ele representante governamental ou da sociedade civil, caberá ao plenário do Conselho decidir sobre a ocupação do cargo vago, seja por aclamação ou voto, devendo essa situação e a forma de sucessão estar contempladas no Regimento Interno;

§ 4º As Comissões Temáticas serão criadas por resoluções, aprovadas em Assembléia Geral, conforme a necessidade da demanda, integradas por conselheiros (as) titulares e suplentes e poderão participar como colaboradores (as), os (as) representantes de outras entidades, outros representantes dos(as) usuários(as) ou de organizações de usuários(as), ou pessoas de notório saber,

homologadas pelo CMAS, sem direito a voto, sendo obrigatória a designação das seguintes Comissões:

a) de Normas, Regulamentos e Inscrições;

b) de Financiamento e Orçamento;

c) de Políticas, Divulgação e Comunicação.

§ 5º O CMAS poderá instituir grupos de trabalho de caráter temporário, composto por conselheiros titulares e suplentes, destinados ao estudo e elaboração de propostas sobre temas específicos, podendo, inclusive, convidar para participar destes grupos de trabalho representantes de órgãos ou entidades públicas e privadas e de outros poderes, sem direito a voto.

§ 6º As ações de capacitação dos/as Conselheiros/as deverão ser programadas, visando o fortalecimento e a qualificação de seus espaços de articulação, negociação e deliberação, a ser previsto no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

§ 7º A Secretaria Executiva, órgão de apoio técnico administrativo do Conselho, será composta de, no mínimo, por um Secretário Executivo de nível superior, sendo graduado em serviço social, Direito, Psicologia ou Pedagogia, designado para o assessoramento do CMAS, cuja competência será definida em Regimento Interno.

§ 8º A Secretaria Executiva deverá ser a unidade de apoio ao funcionamento do CMAS para assessorar suas reuniões e divulgar suas deliberações.

§ 9º A Secretaria Executiva subsidiará a Assembléia Geral com assessoria técnica e poderá se valer de consultoria e assessoramento de instituições, órgãos e entidades ligados à área da assistência social, para dar suporte e/ou prestar apoio técnico-logístico ao Conselho.

§ 10º Compete ao gestor da política municipal de assistência social providenciar o quadro de pessoal da Secretaria executiva do CMAS, a ser nomeado pelo Chefe do Poder Executivo.

#### SEÇÃO V

##### Do Funcionamento

Art. 44. A Assembléia Geral reunir-se-á, obrigatoriamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, e funcionará de acordo com o Regimento Interno, que definirá, também, o quorum mínimo para o caráter deliberativo das reuniões e para as questões de suplência e perda de mandato por faltas.

Art. 45. O CMAS tem autonomia de se auto-convocar, devendo esta previsão constar do Regimento Interno, e suas reuniões serão abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas respeitando o mínimo, 05 (cinco) dias.

Art. 46. A cada nova gestão será realizado o Planejamento Estratégico do CMAS, com o objetivo de definir metas, ações e estratégias e prazos, envolvendo todos (as) os(as) Conselheiros(as), titulares e suplentes, e os(as) técnicos(as) do Conselho.

#### CAPÍTULO III

##### DA COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DA POLÍTICA E DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

Art. 47. A coordenação e execução da Política e do Plano Municipal de Assistência Social ficam a cargo da Secretaria Municipal de Assistência Social no Município, conforme atribuições expressas no artigo 12, incisos I a XIV desta lei.

#### CAPÍTULO IV

##### DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 48. Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), instrumento de captação e aplicação de recursos que tem por objetivo prover recursos e meios para financiar a execução da política de assistência social, apoiando serviços, programas e projetos específicos de assistência social.

Art. 49. No exercício da orientação e controle do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), o Conselho Municipal de Assistência Social adotará as seguintes medidas:

I - orientar, controlar e fiscalizar a gestão do Fundo Municipal, por meio de resoluções relativas à elaboração da proposta orçamentária, que trata da destinação dos recursos; aos critérios de partilha; ao plano de aplicação e à execução orçamentária e financeira;

II - certificar se a Secretaria Municipal de Assistência Social divulga amplamente, para a comunidade local, os benefícios, serviços, programas, projetos assistenciais, bem como os recursos disponibilizados pelo poder público;

III - assegurar que o orçamento do município disponibilize recursos próprios destinados à assistência social, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

IV - apreciar e aprovar a proposta de Lei Orçamentária Municipal, na Função - Assistência Social, por ocasião de sua apreciação, considerando os seguintes aspectos:

a) apresentação dos programas e das ações, em coerência com o plano municipal de assistência social, de acordo com os níveis de complexidade dos serviços, programas, projetos e benefícios, alocando-os como sendo de proteção social básica e proteção social especial de média e/ou de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social (PNAS);

b) recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não-governamentais alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e os recursos voltados às atividades meio alocados no orçamento do órgão gestor desta política;

V - decidir sobre a regularidade do plano de ação anual, garantindo as condições para o repasse de recursos fundo-a-fundo;

VI - analisar se foram cumpridas as metas físicas e financeiras constantes do plano de ação, mediante a emissão de parecer, considerando os seguintes aspectos:

a) a análise da documentação recebida do órgão gestor da assistência social, bem como de sua capacidade de gestão;

b) relação com o plano municipal de assistência social;

c) a execução e a aplicação dos recursos financeiros recebidos na conta do respectivo fundo de assistência social;

d) regularização no alcance da previsão de atendimento;

e) a qualidade dos serviços prestados; e

f) articulação com as demais políticas sociais.

VII - verificar, mediante acesso à Rede de Sistema Único de Assistência Social (SUAS), se o plano de ação está em conformidade com o plano municipal de assistência social, aprovado pelo próprio Conselho;

VIII - analisar o plano de ação e verificar se as metas de atendimento de usuários estão de acordo com os dados da efetiva demanda local, para os serviços co-financiados pelos pisos de proteção social básica e de proteção social especial;

IX - convocar plenária do CMAS para análise e deliberação das prestações de contas, do co-financiamento federal representada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico-financeira do SUAS;

X - certificar se o município recebe, com regularidade, recursos do FNAS e do FEAS, e propor medidas saneadoras para solução do problema, previstas no Regime Interno;

XI - verificar as razões para os eventuais atrasos ou suspensão de repasse dos recursos às entidades de assistência social e propor medidas para solução do problema, previsto no Regimento Interno;

Art. 50. Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS):

I - recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social e outros legalmente instituídos;

II - dotação consignada anualmente no Orçamento do Município e os outros recursos adicionais que lhe sejam destinados;

III - doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências

de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não-governamentais;

IV - receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma da lei;

V - as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências por força da lei e de convênios;

VI - recursos de convênios firmados com outras entidades;

VII - doações em espécies;

VIII - recursos captados junto a organismos internacionais, para projetos autofinanciáveis e de interesse estratégico, visando a ampliação, cobertura e melhoria da qualidade de atendimento;

IX - rendimentos e juros provenientes de aplicações financeiras;

X - Dotação configurada, anualmente, na legislação Orçamentária Municipal no mínimo de 1% da receita líquida municipal.

X - outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

§ 1º Os recursos previstos nos incisos I a X do presente artigo serão automaticamente transferidos para a conta do FMAS, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

§ 2º Os recursos que compõem o FMAS serão depositados em instituições financeiras oficiais, em contas especiais, sob a denominação - Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

Art. 51. O FMAS será gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e controle do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

Parágrafo único: O orçamento do FMAS integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 52. Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) serão aplicados em:

I - financiamento total ou parcial de programas, projetos, serviços e benefícios de Assistência Social, desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social ou por órgãos conveniados;

II - pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas de direito público e privado, para execução de programas e projetos específicos do setor de assistência social;

III - aquisição de material permanente, de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos serviços, programas, projetos e benefícios;

IV - construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de assistência social;

V - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de assistência social;

VI - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de assistência social;

VII - pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do art. 15 da Lei Orgânica de Assistência Social e lei nº 12.435 de 06 de julho de 2011;

VIII - atendimento das ações sócioassistenciais de caráter emergencial;

IX - provimento de recursos às entidades não-governamentais vinculadas aos objetivos da Política Municipal de Assistência Social e inscritas no CMAS competente, conforme disposto na Lei Orgânica de Assistência Social; e

X - custeio das despesas dos Conselheiros em representações e ou participações em seminários, cursos e eventos e outros relevantes à consecução da Política Municipal de Assistência Social.

Art. 53. O repasse de recursos para as entidades, organizações e/ou projetos, programas e serviços de assistência social, devidamente inscritas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único: As transferências de recursos para organizações governamentais e da sociedade civil de assistência social se processarão mediante convênios, contratos, acordos, ajustes e/ou

similares obedecendo a legislação vigente sobre a matéria e de conformidade com os programas, projetos e serviços aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 54. As contas e os relatórios do gestor do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidos à apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), quadrimestral e anualmente, de forma analítica que, por sua vez, se manifestará sobre a sua aprovação.

§ 1º O FMAS deverá ter contabilidade própria capaz de tornar evidente suas operações e permitir o exercício das funções de controle e avaliação de resultados.

§ 2º A escrituração contábil do FMAS far-se-á com base em documentos hábeis, segundo normas e padrões estabelecidos na legislação pertinente, com elaboração de balancetes mensais e balanços anuais.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 55. Será emitido certificado a todos os Conselheiros regularmente nomeados, no ato de sua posse e ao término do respectivo mandato, em reconhecimento aos serviços de relevante interesse público e social prestados.

§1º Os Conselheiros admitidos anteriormente a esta Lei e que se encontram ativos quando da publicação desta, deverão receber o certificado ao término do seu mandato.

§2º Será expedido pelo CMAS aos interessados, quando requerido, certificado de participação nas Comissões Temáticas e nos Grupos de Trabalho.

Art. 56. Poderão ser convidados a participar das reuniões do CMAS, sem direito a voto, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, bem como técnicos e usuários que da pauta constar temas de sua área de atuação e ou de seu interesse.

Art. 57. O CMAS deverá estar atento à interface das políticas sociais, de forma a propiciar significativos avanços, tais como:

I - ampliação do universo de atenção para os segmentos em situação de vulnerabilidade e/ou risco social;

II - demanda e execução de ações próprias focadas nos destinatários em articulação com outras políticas públicas;

III - articulação das ações e otimização dos recursos, evitando-se a superposição de ações e facilitando a interlocução com a sociedade;

IV - racionalização dos eventos do CMAS, de maneira a garantir a participação dos(as) Conselheiros(as), principalmente daqueles(as) que fazem parte de outros Conselhos; e

V - garantia da construção da Política Municipal de Assistência Social.

Art. 58. As Assembléias Gerais do CMAS são abertas à participação de todos os cidadãos.

Art. 59. O Regimento Interno do CMAS complementarizará a estruturação, competências e atribuições definidas nesta Lei para seus integrantes e estabelecerá as normas de funcionamento do CMAS, devendo ser submetido à Assembléia Geral que será especialmente convocada para este fim, submetendo-o ao Chefe do Poder Executivo para homologação mediante Decreto.

Parágrafo único. Qualquer alteração posterior ao Regimento Interno dependerá da deliberação de dois terços dos membros do CMAS e homologação, por Decreto, do Chefe do Poder Executivo.

Art. 60. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, especialmente as previstas na Lei Complementar nº 1.838, de 18 de dezembro de 1995.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,  
em 18 de dezembro de 2014.

Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro  
Procurador Geral do Município

### PORTARIA 1475

PORTARIA Nº 1475/2014.

Prorroga prazo do Processo Administrativo Disciplinar, Portaria nº 1253/2014 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI do artigo 66 de Lei Orgânica Municipal, art. 200, parte final, da Lei 1.729/94; e,

Considerando que é dever da Administração Pública primar pelos princípios da legalidade e eficiência, ambos previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

Considerando o excesso de trabalho encontrado pelos membros da Comissão que não conseguem reunir-se com frequência; e

Considerando que o Processo Administrativo Disciplinar não poderá ser concluído no prazo assinalado inicialmente, tendo em vista os atos processuais realizados e o excesso de trabalho verificado no Órgão de assessoramento à Comissão, qual seja, a Procuradoria-Geral do Município.

#### RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo do Processo Administrativo Disciplinar, Portaria nº 1253/2014, que é movido em relação à Servidora J.A.M.O., pelo prazo de 30 (trinta) dias úteis, para conclusão do Procedimento, da seguinte forma:

I - Com vigência a partir do dia 26 de dezembro de 2014, e efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, em virtude do recesso municipal.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário, entrando a presente em vigor, na data de sua publicação, com vigência a partir da data constante do inciso I.

Comunique-se, publique-se e registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 19 de dezembro de 2014.

Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

**Zortéa****PREFEITURA****DECRETO Nº 089/2014 - DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL**

DECRETO Nº 089/2014 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2015, NOS TERMOS DO ARTIGO 43, PARÁGRAFO 1º, INCISO IV, DA LEI FEDERAL Nº 4.320 DE 17/03/1964 E LEI MUNICIPAL Nº 507/2014 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PAULO JOSÉ FRANCESCKI, Prefeito Municipal de Zortéa - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA**

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do exercício de 2015, nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Municipal nº. 507/2014, de 10 de dezembro de 2014, Art. 5º, a importância de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

Projeto 1.010 - Pavimentação e Recuperação de Vias Públicas e Passeios

Modalidade 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Destinação de Recursos 0083 - Outras Operações de Crédito Internas

Valor R\$ 1.000.000,00

Artigo 2º - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do produto de operações de crédito autorizadas, conforme art. 43, §1º, inciso IV da Lei nº 4.320/64.

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Zortéa - SC, 17 de dezembro de 2014.

PAULO JOSÉ FRANCESCKI

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente Decreto em 17 de dezembro de 2014.

PAULO CESAR BELOTO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**Associações****AMMVI****LICITAÇÃO EDITAL 10/2014**

LICITAÇÃO No 10/2014

Modalidade: CARTA CONVITE

Data Abertura: 09/01/2015

Tipo de Julgamento: menor preço global

A Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI torna publico para conhecimento dos interessados que se acha aberto Licitação, na modalidade de Convite para Aquisição, Montagem e Instalação de Móveis com a finalidade de implementar as atividades no edifício sede, que se realizará nos termos do presente e no que preceitua a Lei no 8.666/1993, alterações posteriores, e LC nº 123/2006.

**1. DO OBJETO:**

1.1 - A presente licitação tem por objeto a Aquisição, Transporte, Montagem e Instalação de Móveis na sede da AMMVI, conforme descrição dos itens relacionados no Anexo I deste Instrumento Convocatório.

**2. DA HABILITAÇÃO:**

2.1 - Para fins de habilitação no presente certame, os interessados deverão apresentar a seguinte documentação em um envelope distinto da proposta:

I - registro comercial, no caso de empresa individual, ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores ou inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis acompanhado de prova de diretoria em exercício;

II - prova de regularidade com a(o):

- \* Fazenda Federal e a Seguridade Social;
- \* Fazenda Estadual, da sede da licitante;
- \* Fazenda Municipal, da sede da licitante;
- \* Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- \* Débitos Trabalhistas;

III - Certidão expedida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, se for o caso, na forma do art. 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

IV - Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregados em desacordo com o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e na Lei nº 9.854/99, ou seja, que a licitante observa a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

2.2 - Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em 01 (uma) via, em envelope fechado, recomendando-se (a título de sugestão) que o mesmo contenha na parte frontal, as seguintes indicações:

DA: (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)

E-MAIL e TELEFONE: \_\_\_\_\_

AO SETOR DE COMPRAS/COMISSÃO DE LICITAÇÕES  
PROCESSO No 10/2014 - ABERTURA: DATA: 09/01/2015 - HORA:  
09:00  
ENVELOPE "HABILITAÇÃO"

2.3 - Toda a Documentação exigida para Habilitação deverá ser apresentada no Original, em fotocópia autenticada por cartório competente ou por funcionário da AMMVI, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial.

2.4 - Os documentos sem validade expressa, considerar-se-ão como sendo válidos para até 30 (trinta) dias da data de sua emissão.

### 3. DA PROPOSTA E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 - A proposta deverá ser apresentada em papel identificado da Empresa, escrita a punho de forma legível, datilografada ou por impressão em sistema eletrônico de Processamento de Dados, datada, carimbada e assinada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em 01 (uma) via, em envelope opaco e fechado, de forma a não permitir sua violação, recomendando-se (a título de sugestão) que o mesmo contenha na parte frontal, a seguinte indicação:

DA: (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)

AO: SETOR DE COMPRAS/COMISSÃO DE LICITAÇÕES  
PROCESSO No 10/2014 - ABERTURA: DATA: 09/01/2015 - HORA:  
09:00  
ENVELOPE "PROPOSTA"

3.2 - A proposta deverá ser feita por item, indicando valores unitários e totais conforme discriminado na lista de itens (Anexo I) deste Instrumento Convocatório.

3.3 - A proposta deverá conter:

- a) Data, nome e assinatura;
- b) Nome, razão ou denominação social do proponente;
- c) Número do CNPJ;
- d) Endereço completo;
- e) Descrição completa dos itens propostos, observando a descrição mínima contemplada no Anexo I, bem como o preço máximo estabelecido pela AMMVI;
- f) Prazo de validade da proposta não inferior a 15 (quinze) dias contados a partir da data da abertura da habilitação desta Licitação, prevalecendo tal prazo em caso de omissão;
- g) Preços unitários propostos deverão ser apresentados em algarismos e o total geral por extenso, em moeda nacional, já incluído todos os valores incidentes, tais como mão-obra, encargos, taxas, impostos, fretes e outros porventura existentes, conforme disposto no Instrumento Convocatório.

3.4 - O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis após a prestação/entrega e aceitação dos serviços, materiais e/ou equipamentos.

3.4.1 - Incidirá sobre o valor total da(s) nota(s) fiscal(is) emitida(s), os tributos decorrentes de expressa disposição legal, os quais serão retidos na fonte.

3.5 - Com base em levantamento de preços de mercado, fica estabelecido o valor de R\$ 41.335,80 (quarenta e um mil, trezentos e trinta e cinco reais e oitenta centavos) como preço total geral máximo para fins de aceitação de propostas nesta licitação.

### 4. DO ORÇAMENTO:

A despesa decorrente desta Licitação corre a conta das seguintes dotações orçamentárias do Orçamento Programa Anual da AMMVI:

Código Dotação	Descrição
1	AMMVI
0102	SECRETARIA GERAL E ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
2002	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA AMMVI
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000	APLICAÇÕES DIRETAS
440000	DESPESAS DE CAPITAL
449000	APLICAÇÕES DIRETAS

### 5. DA ABERTURA E JULGAMENTO:

5.1 - As documentações e as propostas serão apreciadas e julgadas pela Comissão Permanente de Licitações da AMMVI em observância aos procedimentos estabelecidos neste Instrumento Convocatório.

5.1.1 - A comissão de licitação lavrará ata circunstanciada, registrando todos os fatos praticados no decorrer do processo licitatório. Quaisquer observações somente serão registradas em ata, quando forem formuladas por escrito, sendo que a comissão de licitação fará a leitura para conhecimento geral.

5.2 - A abertura do ENVELOPE 1 - HABILITAÇÃO observará os seguintes procedimentos:

- No dia, hora e local determinados neste Instrumento Convocatório, em seção pública, a comissão de licitação receberá os envelopes números 1 e 2, que serão rubricados pelos membros da comissão e pelos participantes presentes. Não serão recebidos Documentos de Habilitação e Propostas após a hora aprazada.

- Após o recebimento dos envelopes, a comissão de licitação, na presença facultativa dos proponentes interessados, devidamente credenciados, efetuará a abertura dos envelopes nº 1 - HABILITAÇÃO, rubricando-os em todas as suas páginas e facultando aos proponentes presentes o mesmo procedimento.

- Antes de efetuar o julgamento da habilitação, a Comissão de Licitações identificará e comunicará a participação ou não de microempresa ou empresa de pequeno porte, para fins de aplicação das condições especiais de que tratam os artigos 42 a 45 da lei Complementar nº 123/2006.

5.2.1 - Será julgada inabilitada a proponente que:

a) deixar de atender alguma exigência constante do presente Instrumento Convocatório e de seus anexos;

b) apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal.

5.2.2 - Em face dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006, a Comissão de Licitações promoverá ao julgamento da habilitação dos licitantes não enquadrados na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e, em relação a estas adotará o seguinte procedimento:

a) serão analisados os documentos não integrantes da regularidade fiscal, decidindo-se sobre o atendimento das exigências constantes do Instrumento Convocatório, de forma que serão inabilitados os licitantes que apresentarem irregularidades em relação a estas exigências;

b) serão analisados os documentos relativos a regularidade fiscal, declarando-se:

b.1 - o atendimento das exigências constantes do Instrumento Convocatório com a respectiva habilitação; ou

b.2 - o desatendimento das exigências constantes do Instrumento Convocatório com a suspensão do julgamento da habilitação fiscal em relação aquela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, postergando sua apreciação para o momento posterior a classificação definitiva das propostas com a aplicação do § 1º do art. 43 da LC nº 123/2006, se for o caso.

5.2.3 - Ocorrendo a situação estabelecida no item b.2 acima, o licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte poderá se manifestar, na própria reunião, sob pena de decadência, sobre a desistência de sua proposta acaso não vislumbre a possibilidade de regularização da habilitação fiscal na forma da lei, isentando-se de eventual penalização em caso de ser declarada vencedora do certame.

5.2.4 - Serão devolvidos os envelopes de "Propostas de Preços" das proponentes cuja documentação tenha sido julgada definitivamente em desacordo com as exigências do presente Instrumento Convocatório, ficando a disposição das empresas inabilitadas para serem retiradas no prazo de até 15 (quinze) dias após a adjudicação, findo o qual serão inutilizados.

5.3 - Abrir-se-ão os envelopes "PROPOSTA DE PREÇOS" das proponentes cuja documentação estiver conforme o exigido, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso ou tenha havido desistência expressa ou após o julgamento dos recursos interpostos.

5.3.1 - Será desclassificada a proposta que:

a) deixar de atender a alguma exigência constante deste Instrumento Convocatório e seus anexos;

b) apresentar oferta de vantagem não prevista no Instrumento Convocatório, ou vantagem baseada nas propostas das demais proponentes;

c) apresentar preços manifestamente inexequíveis ou excessivos.

5.4 - Somente poderão se manifestar no decorrer das reuniões os representantes das proponentes, desde que devidamente credenciados.

5.5 - A presente licitação, para efeitos de julgamento, será do tipo "Menor Preço", considerando-se para fins de julgamento o "Menor Valor Global para o Objeto".

5.5.1 - Analisadas as propostas, a Comissão de Licitações fará a classificação provisória pela ordem crescente dos preços apresentados.

5.5.2 - Procedida a classificação provisória e verificado que o melhor preço foi apresentado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, a Comissão de Licitações suspenderá o julgamento das propostas e retomará a análise da habilitação fiscal desta proponente, intimando-a para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período mediante requerimento justificado, regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.5.2.1 - Regularizada a habilitação fiscal pela licitante, a mesma será declarada vencedora do certame.

5.5.2.2 - Acaso não ocorra a regularização da habilitação fiscal da licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, no prazo concedido, a mesma será declarada excluída do certame, aplicando-se-lhe a penalidade de que trata o item 7.1, "a", deste Instrumento Convocatório, e retomando a licitação na forma do item 5.5.2 ou 5.5.3.

5.5.3 - Procedida a classificação provisória e verificado que o melhor preço não foi apresentado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, a Comissão de Licitações verificará o eventual empate legal das propostas, na forma do § 1º do art. 44 da LC nº 123/2006, para aplicação do disposto no art. 45 daquele Diploma Legal.

5.5.5 - Ocorrendo empate fictício, na forma da lei, a Comissão de Licitações procederá da seguinte forma:

I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da classificação provisória, situação em que, após a verificação da regularidade fiscal (na forma do item 5.5.2, 5.5.2.1 e 5.5.2.2), será adjudicado em seu favor o objeto licitado ou feita sua exclusão, com aplicação da pena e retomada da licitação na forma estabelecida;

II - não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da LC nº 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.5.6 - O prazo para apresentação de nova proposta será de dois dias úteis, contados da intimação da licitante, sob pena de decadência do direito de inovar em seu preço.

5.5.7 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no caput do artigo 45 da LC nº 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

5.6 - Será assegurada, como critério inicial de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

5.7 - Não serão considerados os valores apresentados que estiverem em desacordo com os preços praticados no mercado local, sujeitando-se a desclassificação da proposta da proponente que apresentar preço excessivo.

## 6. DOS PRAZOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS / FORNECIMENTO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS E DA GARANTIA:

6.1 - O prazo para retirada da Ordem de Serviço/Fornecimento será comunicado a proponente vencedora pela AMMVI, depois de esgotados os prazos recursais. O início da prestação dos serviços e/ou do fornecimento dar-se-á imediatamente após a emissão e conhecimento da Ordem de Serviço/Fornecimento, devendo se concluir em até quinze (20) dias.

6.2 - A licitante deverá prestar garantia dos serviços pelo prazo mínimo de noventa (90) dias e dos materiais e equipamentos pelo prazo de um (01) ano.

**7. DAS PENALIDADES:**

7.1 - O descumprimento de obrigações importará na aplicação, por parte da AMMVI, de multa e sanções seguintes:

a) Multa de 2% (dois por cento) da proposta apresentada em caso de não regularização da documentação, no prazo previsto no § 10 do artigo 43 da LC nº 123/2006.

b) Multa de 10% (dez por cento), calculado sobre o valor da proposta da licitante vencedora e aplicada à mesma pelo descumprimento das obrigações assumidas, infração aos preceitos legais ou cometimento de fraudes, por qualquer meio, na presente licitação;

7.2 - Poderão ser aplicadas ainda as demais penalidades previstas nos incisos I, II, III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, pelo descumprimento de cláusulas contratuais ou prejuízos causados a AMMVI.

**8. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:**

8.1 - A empresa vencedora obriga-se:

I - a aceitar acréscimos ou supressões que a AMMVI realizar, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial da proposta vencedora, mediante autorização por escrito do presidente da AMMVI;

II - pela qualidade do produto/serviço e pelo fornecimento em conformidade com o Instrumento Convocatório;

III - a refazer os serviços defeituosos e repor, a suas expensas, todo e qualquer quantidade de material entregue em desconformidade com o Instrumento Convocatório;

IV - a cumprir com as exigências legais para prestação dos serviços ou para transporte e fornecimento do produto licitado, responsabilizando-se por todos os encargos correspondentes, inclusive fiscais, trabalhistas, fretes, licenciamento, etc.

**9. DOS RECURSOS:**

9.1 - Caberá recurso administrativo junto a AMMVI, na forma do artigo 109 da Lei no 8.666/93, no prazo legal, contado da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos de habilitação ou inabilitação do Licitante, e do julgamento das propostas.

**10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

10.1 - Fica estabelecida a data de 09/01/2015, até o início da sessão de abertura dos envelopes, como prazo limite para entrega da habilitação e proposta na Sede da AMMVI - Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, Blumenau (SC) - Sala da Assessoria Jurídica - 2o andar.

10.2 - A inobservância do prazo acima estabelecido importará no desinteresse ao certame, com a exclusão da presente Licitação.

10.3 - A sessão pública de abertura dos envelopes de habilitação e propostas será realizada na sede da AMMVI, 2o andar, Sala da Assessoria Jurídica, na data de 09/01/2015, às 09:00 horas.

10.4 - Se o licitante vencedor não prestar o serviço, entregar o produto ou não assinar o contrato no prazo estabelecido, a AMMVI poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela vencedora, adotando providências em relação à licitante vencedora que tenha se omitido do cumprimento de sua proposta.

**11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

11.1 - A AMMVI reserva-se ao direito de transferir ou revogar a presente licitação, no todo ou parcialmente, mediante razões de conveniência administrativa e de interesse público, nos termos do art. 49 da Lei no 8.666/93.

11.2 - No caso de não haver expediente para a data fixada, a entrega e abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e/ou proposta realizar-se-á as 09:00 horas do primeiro dia útil, após a data anteriormente marcada.

11.3 - Fazem parte integrante deste Convite o ANEXO I - Descrição mínima dos serviços, materiais e equipamentos contemplados no objeto desta Licitação e o ANEXO II - Minuta do Contrato.

11.4 - Esta licitação é regida pelas disposições da Lei no 8.666/93, alterações posteriores, e da Lei Complementar nº 123/06.

11.5 - Maiores informações e os demais anexos do Instrumento Convocatório devem ser solicitados na Assessoria de Planejamento Urbano, Engenharia e Arquitetura da AMMVI, em sua sede localizada na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, telefone (47) 3331.5825, (47) 9983-1010, na cidade de Blumenau (SC), de Segunda a Sexta-Feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas ou acessando o site: <http://www.ammvi.org.br/home/>

Blumenau (SC), 19 de Dezembro de 2014.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS  
Presidente da AMMVI

JOSÉ RAFAEL CORREA  
Secretário Executivo

**ANEXO I**

Descrição mínima dos serviços, materiais e equipamentos contemplados no objeto desta Licitação:

**MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

Local: AMMVI

Data: Dezembro / 2014

**ITEM 01 - LISTA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS:**

Nº	MATERIAL/ SERVIÇO	QUANT.	UNIT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
01	CADEIRAS				
01.01	Modelo 1 - Normal	20	unid	R\$	R\$
01.02	Modelo 2 - Normal com engate lateral	150	unid	R\$	R\$
01.03	Modelo 3 - Normal com braço articulado e porta livros	80	unid	R\$	R\$
01.04	Modelo 4 - Courino com rodas	10	unid	R\$	R\$
TOTAL DO ITEM 01					R\$
02	MÓVEIS (MDF) - medidas mínimas				
02.01	Balcão de apoio - (135 x 74 x 42)cm	2	unid	R\$	R\$
02.02	Mesa de reunião - (250 x 74 x 120)cm	1	unid	R\$	R\$

02.03	Conexão de canto - (60 x 60) cm	4	unid	R\$	R\$
TOTAL DO ITEM 02					R\$
TOTAL GERAL					R\$

**GENERALIDADES**

O presente memorial descritivo tem por objetivo descrever sucintamente o mobiliário e cadeiras, especificar os materiais e técnicas a serem empregado na execução dos serviços.

**RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR**

Fornecimento, Transporte, montagem, impostos e todos os recursos necessários para a montagem do produto orçado.

A montagem dos produtos, bem como a supervisão técnica durante a mesma.

Garantia após a data de instalação dos mesmos. Cobrir defeitos originais de fabricação e instalação dos produtos.

**RESPONSABILIDADES DA AMMVI**

A armazenagem segura dos produtos no local da obra.

Um local para guardar de máquinas e ferramentas necessárias para montagem.

**OBSERVAÇÕES GERAIS**

O início da fabricação dos produtos contratados, esta vinculada a assinatura do contrato.

O prazo de entrega se iniciará a partir da assinatura num prazo de 20 dias.

**CADEIRAS**

Projetada para atender uma grande variedade de arquiteturas e tipos de evento, ter construção sólida que objetiva maior durabilidade, com opções de acabamentos e acessórios, os produtos devem garantir ótimos níveis de usabilidade ao longo de toda sua vida útil.

Cores serão a escolher, bem como o tecido.

Incluso pintura eletrostática nos pés.

Espuma injetada.

Empilhamento máximo de 10 unidades.

Produtos com 6 anos de garantia.

Medidas mínimas aproximadas:

Modelo 1 = Normal; Modelo 2 = Com engate lateral;
Modelo 3 = Com braço articulado (prancheta) e porta livros (abaixo do assento);
Modelo 4 = Courino, cromado, preto, com braços, rodas e pés de alumínio ou aço com capa;

**MÓVEIS**

Linha comercial em Mdf de 15mm, cores branca, cinza, azul, bege e amadeirados.

Corrediças metálicas e/ou telescópicas.

Passadores de fiação e chaves em todas as gavetas.

Gaveteiros em MDF 15mm, fechadura frontal simultânea.

Tampos retos em 25mm maciço com acabamento ABS 2mm ou perfis 25mm emborrachados.

Medidas mínimas aproximadas:

Balcão de apoio: Portas + gavetas Com rodinhas e portas de correr (com chaves); (135 x 74 x 42)cm (Largura x Altura x Profundidade)	Mesa de reunião: (25mm de espessura) Mesa em MDF com detalhes iguais ao existente; (250 x 74 x 120)cm (L x A x P)	Conexão de Canto: Reto ou oval Fixar na parede como prateleiras com suportes; (60 x 60) cm (L x A x P)
---	---	--

Obs.:

a) Para execução integral desta Etapa, será de responsabilidade da licitante qualquer complemento de material e/ou serviço não contemplado ou insuficiente neste quantitativo estimado, sem aditivo de preço.

b) Os demais anexos e informações do Instrumento Convocatório, caso necessário, devem ser solicitados na Assessoria de Planejamento Urbano, Engenharia e Arquitetura da AMMVI, em sua sede localizada na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, telefone (47) 3331.5825, (47) 9983-1010, na cidade de Blumenau (SC), de Segunda a Sexta-Feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas ou acessando o site: <http://www.ammvi.org.br/home/>

Departamento de Arquitetura e Engenharia

**ANEXO II****MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO**

Contrato que entre si celebram a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AMMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.779.413/0001-43, neste ato representada pelo seu Presidente, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com endereço à Rua \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, para prestação de serviços de Aquisição, Transporte Montagem e Instalação de Móveis, de conformidade com a Licitação Convite nº 10/2014, com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, e com os demais diplomas legais aplicáveis.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto:**

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços para Aquisição, Transporte, Montagem e Instalação de Móveis no edifício sede da AMMVI, conforme descrição dos itens relacionados no Processo Licitatório nº 10/2014, Instrumento Convocatório e seus anexos.

**CLÁUSULA SEGUNDA - Do prazo e regime de execução:**

O início da prestação dos serviços e/ou do fornecimento dar-se-á imediatamente após a emissão e conhecimento da Ordem de Serviço/Fornecimento, devendo se concluir em até quinze (20) dias.

A CONTRATADA deverá prestar garantia dos serviços pelo prazo mínimo de noventa (90) dias e dos materiais e equipamentos pelo prazo de um (01) ano.

O presente contrato rege-se quanto ao regime de sua execução, pelas cláusulas constantes na Licitação Convite nº 10/2014, e pelo regime de empreitada por preço global.

**CLÁUSULA TERCEIRA - Do Preço:**

O valor total deste Contrato, para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, será de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), de conformidade com a proposta vencedora da Licitação Convite nº 10/2014.

**CLÁUSULA QUARTA - Das Condições de Pagamento:**

O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis após a prestação/entrega e aceitação dos serviços, materiais e/ou equipamentos.

Inciderá sobre o valor total da(s) nota(s) fiscal(is) emitida(s), os tributos decorrentes de expressa disposição legal, os quais serão retidos na fonte.

**CLÁUSULA QUINTA - Dos Recursos para Atender as Despesas:**

As despesas decorrentes do presente instrumento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Código Dotação	Descrição
1	AMMVI
0102	SECRETARIA GERAL E ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
2002	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA AMMVI
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000	APLICAÇÕES DIRETAS
440000	DESPESAS DE CAPITAL
449000	APLICAÇÕES DIRETAS

**CLÁUSULA SEXTA - Do Direito de Fiscalização:**

A CONTRATANTE exercerá amplo e total direito de fiscalização sobre o objeto ora contratado, sendo que em nenhuma hipótese estará a CONTRATADA eximida das responsabilidades civis, administrativas, trabalhistas, fiscais ou penais.

A fiscalização a ser efetuada pela CONTRATANTE será por escrito, onde constarão instruções, ordens e reclamações, bem como decisões acerca dos casos omissos.

**CLÁUSULA SÉTIMA - Da Responsabilidade da CONTRATADA:**

A CONTRATADA responsabiliza-se:

I - a aceitar acréscimos ou supressões que a CONTRATANTE realizar, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, mediante autorização por escrito do presidente da AMMVI;

II - pela qualidade do produto/serviço e pelo fornecimento em conformidade com o Instrumento Convocatório ou com este contrato;

III - a refazer ou trocar os materiais e serviços defeituosos e repor, a suas expensas, todo e qualquer quantidade de material entregue em desconformidade com o Instrumento Convocatório ou com este contrato;

IV - a cumprir com as exigências legais para prestação dos serviços ou para transporte e fornecimento do produto lícitado, responsabilizando-se por todos os encargos correspondentes, inclusive fiscais, trabalhistas, fretes, licenciamento, etc.

**CLÁUSULA OITAVA - Das Penalidades:**

Ressalvados os motivos de força maior (devidamente comprovados), e aqueles que por ventura possam ser apresentados pela CONTRATANTE, a CONTRATADA incorrerá nas seguintes penalidades:

I - o pagamento de 5% (cinco por cento) do valor da proposta pela recusa injustificada de assinar o instrumento contratual, no prazo estabelecido pela AMMVI;

II - o pagamento de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato por dia de atraso no início dos serviços e/ou no fornecimento dos materiais e equipamentos e/ou na entrega integral do objeto contratado;

III - o pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, pelo descumprimento da obrigação assumida e/ou pela rescisão sem justo motivo, por parte da CONTRATADA.

A multa deverá ser paga junto à Tesouraria da CONTRATANTE (podendo ser cobrada judicialmente após a notificação), e caso a CONTRATADA não efetive o pagamento da multa até a data dos pagamentos que tenha direito, poderá ser retido o valor da multa de seus créditos pelos serviços executados ou das garantias prestadas, retenção esta que a CONTRATADA autoriza neste ato de maneira expressa e irrevogável.

**CLÁUSULA NONA - Da Rescisão:**

A rescisão contratual poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos Incisos I à XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93; e

b) amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no Processo Licitatório, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.

A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão pela CONTRATANTE, com as consequências previstas na cláusula oitava.

Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa ou dolo da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido.

A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78, acarretarão às consequências previstas no art. 80, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

Constituem também motivos para rescisão do Contrato, aqueles previstos no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério da CONTRATANTE, a rescisão por culpa da CONTRATADA importará em:

a) aplicação da pena de suspensão de direito de licitar com a CONTRATANTE, e seus Municípios associados, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

b) declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má fé (a juízo da CONTRATANTE). A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, ponderando-se sua natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial, assegurando-se defesa ao infrator.

**CLÁUSULA DÉCIMA - Das Condições Gerais:**

Fica delegado atribuição aos funcionários da Assessoria de Engenharia e da Assessoria de Informática da CONTRATANTE para acompanhar e fiscalizar o presente contrato.

Integra o presente contrato todas as disposições, obrigações e responsabilidades constantes do Instrumento Convocatório da Licitação nº 10/2014, complementarmente aos dispositivos deste instrumento, independentemente de transcrição.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Do Foro:

Para dirimir questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Blumenau/SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo, para que surta os devidos fins e efeitos legais.

Blumenau (SC), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.  
 SERGIO ALMIR DOS SANTOS REPRESENTANTE LEGAL  
 PRESIDENTE da AMMVI CONTRATADA

Testemunhas:

NOME: NOME:  
 CPF: CPF:

#### RESOLUÇÃO 26/144

RESOLUÇÃO nº 24/14

Declara inservíveis diversos bens registrados no patrimônio da AMMVI, autorizando a baixa dos registros e sua doação para entidade civil sem fins lucrativos.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; e  
 Considerando-se que alguns bens estão obsoletos e não apresentam condições de uso para os fins da Associação, e nem mesmo alienação ou reaproveitamento;  
 Considerando-se que estes bens estão registrados no patrimônio contábil da Associação, necessitando da baixa para fins de correção dos registros, e que podem ser doados para entidade sem fins lucrativos que já se habilitou para seu recebimento, conforme deliberação da diretoria;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam declarados inservíveis para uso da AMMVI os seguintes bens:

Patrimônio	Descrição	Situação
Nº 86	Impressora HP 1200 Laserjet Mct/ mf.	S/ Utilid.
Nº 97	Monitor LG 15" Plano.	S/ Utilid.
Nº 55	Proc. Intel 17-3770 6,4 Ghz 8mb Lga 1155.	S/ Utilid.
Nº 95	CPU Intel Pentium Iii/750 Mhz 512mb 50gb.	S/ Utilid.
S/nº	Quant.02- Vasos Sanitários.	S/ Utilid.
Nº 670	Balcão Branco MDF 2p Prateleiras e Escaninho Later.	S/ Utilid.
Nº 668	Balcão Branco MDF 3p/correr c/ Prateleiras.	S/ Utilid.
S/nº	Aprox. 40m² Pisos de Cerâmica.	S/ Utilid.
Nº 171	CPU Pentium Iv Capricorn 2400mhz 1bg 120gb placa	S/ Utilid.
Nº 601	CPU Dell Optiplex 380 Desktop/Dribe Reinstal/ Antiv.	s/ Utilid.
Nº 520	CPU Pentium Dr.Hank Dual Core 200GHZ 1GB DDR2 LG Preto.	s/ Utilid.

Nº 534	Proces. Intel 17-3770 6,4 Ghz 8mb Lga 1155	s/ Utilid.
Nº 220	CPU Intel Pentium IV 2400Ghz 1GB Placa de Video	s/ Utilid.

Art. 2º - Fica autorizada a baixa nos registros patrimoniais dos bens móveis declarados inservíveis para Associação, na forma do artigo anterior, efetuando-se a respectiva baixa nos registros contábeis.

Parágrafo Único - Fica autorizado à doação dos bens declarados inservíveis para CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL RICARDO MANSKE, CNPJ nº 12.465.945/0001-68 sediada na Rua Hermann Kratz - Velha Grande, CEP: 89045-700, na cidade de Blumenau/SC, na forma requerida pela Entidade.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 19 de novembro de 2014; 45º Ano de Fundação.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
 Presidente da AMMVI

#### RESOLUÇÃO 28/14

RESOLUÇÃO nº 28/14

Estabelece o valor das contribuições dos Municípios associados à AMMVI para o período de janeiro a dezembro de 2015, e dá outras providências.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; e  
 Considerando-se que a alínea "g" do artigo 21 estabelece competência para Assembleia Geral fixar, por meio de Resolução, a contribuição dos Municípios associados, em valor fixo, limitado ao máximo de 1,2% do valor anual de recebimento de repasse do FPM - Fundo de Participação dos Municípios, para atender às despesas de custeio das atividades e de formação do Patrimônio da Associação;  
 Considerando-se a aprovação dos valores das contribuições dos Municípios associados, para o período de janeiro a dezembro de 2015, na Assembleia Geral realizada nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica definido o valor das contribuições dos Municípios associados para o período de janeiro a dezembro de 2015, na forma que segue:

Município	Contribuição Anual
Apiúna	R\$ 77.330,00
Ascurra	R\$ 77.330,00
Benedito Novo	R\$ 102.900,00
Blumenau	R\$ 677.100,00
Botuverá	R\$ 77.330,00
Brusque	R\$ 425.500,00
Doutor Pedrinho	R\$ 77.330,00
Gaspar	R\$ 282.200,00
Guabiruba	R\$ 154.100,00
Indaial	R\$ 282.200,00
Pomerode	R\$ 180.000,00
Rio dos Cedros	R\$ 103.000,00
Rodeio	R\$ 103.000,00
Timbó	R\$ 224.900,00

§ 1º - O valor da contribuição no período será repassado gradativamente em parcelas vencíveis nas mesmas datas de efetivação dos recebimentos do FPM - Fundo de Participação dos Municípios, regularmente ocorridos nas datas de 10, 20 e 30 de cada mês, guardando proporcionalidade com o valor de cada repasse.

§ 2º - Compete a AMMVI informar ao setor contábil dos Municípios os valores de cada parcela, observando-se as disposições do parágrafo anterior e o limite estabelecido no "caput" deste artigo.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 11 de dezembro de 2014; 45º Ano de Fundação.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Presidente da AMMVI

## RESOLUÇÃO 29/14

### RESOLUÇÃO nº 29/14

Estima a Receita e fixa a Despesa da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI para o exercício de 2015, e dá outras providências.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social e fundamentado nos artigos 165, 166 e 167 da Constituição Federal, na Lei nº 4320/64 e na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (LC nº 101/2000);

#### RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer o Orçamento da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI para o exercício de 2015, aprovado pela Assembleia Geral, estimando a Receita e fixando a Despesa em R\$ 3.114.260,00 (três milhões cento e quatorze mil e duzentos e sessenta reais).

§ 1º - A receita da AMMVI será realizada mediante a arrecadação de transferência dos municípios, rendas e outras receitas correntes, na forma da legislação em vigor, discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	
Receitas Correntes	R\$ 3.114.260,00
Receitas Patrimoniais	R\$ 192.082,47
Transferências Correntes	R\$ 2.844.220,00
Transferência de Municípios	R\$ 2.844.220,00
- Município de Apiúna	R\$ 77.330,00
- Município de Acurra	R\$ 77.330,00
- Município de Benedito Novo	R\$ 102.900,00
- Município de Blumenau	R\$ 677.100,00
- Município de Botuverá	R\$ 77.330,00
- Município de Brusque	R\$ 425.500,00
- Município de Doutor Pedrinho	R\$ 77.330,00
- Município de Gaspar	R\$ 282.200,00
- Município de Guabiruba	R\$ 154.100,00
- Município de Indaial	R\$ 282.200,00
- Município de Pomerode	R\$ 180.000,00
- Município de Rio dos Cedros	R\$ 103.000,00
- Município de Rodeio	R\$ 103.000,00
- Município de Timbó	R\$ 224.900,00
Outras Receitas Correntes	R\$ 77.957,53
TOTAL	R\$ 3.114.260,00

§ 2º - As despesas de custeio da AMMVI serão realizadas obedecendo à legislação em vigor e serão distribuídas da seguinte maneira:

#### CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

Secretaria Executiva	371.600,00
Secretaria Geral e Administrativo/ Financeiro	1.407.880,00
Assessoria Econômica e Contábil/ Orçamentária	235.770,00
Assessoria Jurídica	328.460,00
Assessoria de Planejamento e Engenharia	458.450,00
Assessoria Saneamento Básico	298.100,00
Reversa de Contingência	14.000,00
TOTAL	3.114.260,00

Art. 2º - A Presidência da AMMVI fica autorizada a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 3º - A Presidência da AMMVI está autorizada ainda, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 25% da receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III - Superávit financeiro do exercício anterior;

IV - A reserva de contingência.

Parágrafo Único - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de 1º de Janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Blumenau, SC, em 11 de dezembro de 2014; 45º Ano de Fundação.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Presidente da AMMVI

## RESOLUÇÃO 30/14

### RESOLUÇÃO nº 30/14

Abre Crédito Adicional, no valor de R\$ 152.832,32, no Orçamento-Programa da AMMVI (Secretaria Geral e Administrativo Financeiro).

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; fundamentado na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento-Programa 2014 no valor de R\$ 152.832,32 (Cento e cinquenta

e dois mil oitocentos e trinta e dois reais e trinta e dois centavos), em favor das Unidades Orçamentárias, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas, mediante a utilização do Superávit do Exercício Anterior, conforme segue:

01.002.0004.0122.0001.1002 – Ampliação sede AMMVI	
3339000000000000 – Aplicações Diretas	R\$ 92.224,80
3449000000000000 – Aplicações Diretas	R\$ 60.607,52

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 12 de Dezembro de 2014; 45º Ano de Fundação.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Presidente da AMMVI

## RESOLUÇÃO 31/14

RESOLUÇÃO nº 31/14

Designa a Comissão Permanente de Licitações para o exercício de 2015.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, e com base nos artigos 6º, Inciso XVI, e 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, e alterações; resolve:

### DESIGNAR COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Composta dos seguintes funcionários:

Nome	Função
ALEXANDRE CARVALHO BRIGIDO	Presidente
RICHARD BUCHINSKI	Secretária
RICARDO SORROCHE	Membro

Para, sob a presidência do primeiro, e sem ônus para a Associação, processar, analisar e julgar a habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, e as propostas relativas às inexigibilidades, dispensas ou licitações efetivadas pela AMMVI no exercício de 2015.

Blumenau, SC, em 16 de Dezembro de 2014; 45º Ano de Fundação.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS  
Presidente da AMMVI

## Consórcios

### AGIR

#### DECRETO Nº 016/2014 - AGIR

DECRETO Nº 016/2014

APROVA E CONFERE PUBLICIDADE A ELEIÇÃO PARA A DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHO FISCAL E DIRETOR GERAL DO CONSÓRCIO PÚBLICO DA AGIR PARA O EXERCÍCIO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MATIAS KOHLER, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR -, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 30, Inciso XI do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

CONSIDERANDO a deliberação da Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Público denominado Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, realizada em 11 de dezembro de 2014, na qual os representantes legais votaram e aprovaram a Eleição da Diretoria Executiva (Cargos: Presidente, Vice-Presidente e Tesoureiro), Conselho Fiscal (Cargos: Presidente, 02 (dois) Membros Efetivos e 03 (três) Suplentes), e após proclamado eleito o candidato à Presidente da AGIR para o exercício de 2015, Prefeito do Município de Rio dos Cedros, Exmo. Sr. Fernando Tomaselli, foi-lhe dada a palavra para que indicasse o Diretor Geral ou que então reconduzisse o atual ocupante, o que o fez confirmando-o na pessoa do Sr. Heinrich Luiz Pasold; cuja decisão foi referendada pelos votos e aclamação dos presentes;

CONSIDERANDO a aprovação do nome do Sr. Heinrich Luiz Pasold pelo Comitê de Regulação da AGIR, em reunião extraordinária do dia 18 de dezembro de 2014, conforme o inciso IV do artigo 36 do Estatuto da AGIR.

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam ratificadas e aprovadas as deliberações da Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Público denominado Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, realizada em 11 de dezembro de 2014, em especial quanto a eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal para o exercício de 2015, que para tanto passará a constar com a seguinte composição:

I - Diretoria Executiva: Presidente, Prefeito do Município de Rio dos Cedros, Exmo. Sr. Fernando Tomaselli; Vice-Presidente, Prefeito do Município de Brusque, Exmo. Sr. Paulo Roberto Eccel e Tesoureiro, Prefeito do Município de Doutor Pedrinho, Exmo. Sr. Hartwig Persuhn;

II - Conselho Fiscal: Presidente, Prefeito do Município de Apiúna, Exmo. Sr. Nicanor Morro; 02 (dois) Membros Titulares: Prefeito de Benedito Novo, Exmo. Sr. Jean Michel Grundmann e o Prefeito de Indaial, Exmo. Sr. Sérgio Almir dos Santos;

II - Conselho Fiscal Suplentes: Prefeito do Município de Gaspar, Exmo. Sr. Pedro Celso Zuchi, Prefeito de Rodeio, Exmo. Sr. Paulo Roberto Weiss e o Prefeito de Guabiruba, Exmo. Sr. Matias Kohler.

Parágrafo único: Ratifica-se a recondução em seu cargo, por mais 2 (dois) anos (2015/2016), do atual Diretor Geral da AGIR, Sr. Heinrich Luiz Pasold;

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2015.

Blumenau (SC), em 18 de dezembro de 2014.  
MATIAS KOHLER  
Presidente da Diretoria Executiva da AGIR.

---

## CIM-AMAVI

---

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2014 - COMUNICADO DE HOMOLOGAÇÃO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2014

#### COMUNICADO DE HOMOLOGAÇÃO

José Constante, Presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI, no uso de suas atribuições, comunica a HOMOLOGAÇÃO do Pregão Presencial nº 01/2014 que tem como objeto a aquisição de móveis para o Acolhimento Institucional Albertina Berkenbrock situado na Rua Walter Rohde, 02, na cidade de Vidal Ramos/SC, nos termos previstos no Edital e em seus Anexos, considerando ainda o constante no artigo 43, inciso VI da Lei 8.666/93 e no artigo 4º, inciso XXII da Lei 10.520/2002 e consoante o Termo de Homologação disponível no endereço eletrônico: [www.amavi.org.br/cim](http://www.amavi.org.br/cim).

Rio do Sul, 19 de dezembro de 2014.  
José Constante  
Presidente do CIM-AMAVI

---

## CIMCATARINA

---

### AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0031/2014 - LEITES E SUPLEMENTOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE- CIMCATARINA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0031/2014  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0036/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Leites e Suplementos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Arroio Trinta, Caçador, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiá, Irani, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Salto Veloso e Videira, durante o período de 19 de janeiro de 2015 à 31 de julho de 2015. JULGAMENTO: Menor Preço ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 22/12/2014 até às 09:00 horas do dia 08/01/2015. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 12:00 horas do dia 08/01/2015. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13:30 horas do dia 08/01/2014. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br). "Acesso Identificado". Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: [www.cimcatarina.sc.gov.br](http://www.cimcatarina.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 19 de dezembro de 2014.  
Elói Rönna  
Diretor Executivo do CIMCATARINA

---

## CIMVI

---

### CONTRATO Nº 019/2014 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIM-VI  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 019/2014  
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI  
CONTRATADO: Serrana Engenharia Ltda.  
OBJETO: Operação e Manutenção do Aterro Sanitário  
VALOR: R\$26,92 (vinte e seis reais e noventa e dois centavos) por tonelada  
VIGÊNCIA: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

Integra em [www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos)

Timbó, 22 de dezembro de 2014.  
HARTWIG PERSUHN  
Presidente

### CONTRATO Nº 020/2014 - CONSTRUÇÃO DE BASES PARA TANQUES E LEITOS DE SECAGEM

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIM-VI  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 020/2014  
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI  
CONTRATADO: Essencial Construtora e Com. De Mat. De Construção Ltda.  
OBJETO: Construção de bases para tanques e leitos de secagem  
VALOR: R\$116.214,54 cento e dezesseis mil e duzentos e quatorze reais e cinquenta e quatro centavos)  
VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias.

Integra em [www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos)

Timbó, 22 de dezembro de 2014.  
HARTWIG PERSUHN  
Presidente

### CONTRATO RATEIO Nº 2014-01 - EXERCÍCIO 2015 - GESTÃO AMBIENTAL E DE RECURSOS NATURAIS

CONTRATO DE RATEIO Nº 2014/01

CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, E OS MUNICÍPIOS DE APIÚNA, ASCURRA, BENEDITO NOVO, DOUTOR PEDRINHO, INDAIAL, POMERODE, RIO DOS CEDROS, RODEIO E TIMBÓ, OBJETIVANDO O RATEIO DE RECURSOS PARA A GESTÃO AMBIENTAL E DE RECURSOS NATURAIS NO EXERCÍCIO DE 2015.

Pelo presente contrato de rateio, de um lado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica

de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, aqui representada por seu Presidente, Hartwig Persuhn, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Doutor Pedrinho, portador do CPF nº 382.825.699-68, domiciliado e residente à Rua Fritz Donner, nº 385, na cidade de Doutor Pedrinho SC, doravante denominada simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado os MUNICÍPIOS de: APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede à Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Nicanor Morro, brasileiro, casado, portador do CPF nº 004.461.659-72, domiciliado e residente à Rua Belo Horizonte, nº 177, na cidade de Apiúna, neste Estado; ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Moacir Polidoro, brasileiro, casado, portador do CPF nº 293.339.209-78, domiciliado e residente à Rua Benjamin Constant, nº 174, Apto. 7, na cidade de Ascurra, neste Estado; BENEDITO NOVO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.780/0001-08, com sede à Rua Celso Ramos, nº 1.168, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Jean Michel Grundmann, brasileiro, casado, portador do CPF nº 043.897.169-80, domiciliado e residente na Estrada Geral Ribeirão Liberdade, s/ nº, na cidade de Benedito Novo, neste Estado; DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com sede à Rua Brasília, nº 2, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Hartwig Persuhn, brasileiro, casado, portador do CPF nº 382.825.699-68, domiciliado e residente à Rua Fritz Donner, nº 385, na cidade de Doutor Pedrinho, neste Estado; INDAIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, na cidade de Indaial, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Sergio Almir dos Santos, brasileiro, casado, portador do CPF nº 383.728.439-53, domiciliado e residente à Rua 25 de janeiro, nº 797, Bairro Carijós, na cidade de Indaial, neste Estado; POMERODE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.251/0001-04, com sede à Rua XV de Novembro, nº 525, na cidade de Pomerode, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Rolf Nicolodelli, brasileiro, casado, portador do CPF nº 421.393.179-04, domiciliado e residente à Rua Heinrich Kanis, nº 627, na cidade de Pomerode, neste Estado; RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, com sede à Rua Nereu Ramos, nº 2.055, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Fernando Tomaselli, brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF nº 016.637.969-71, domiciliado e residente na Avenida Tiradentes, nº 1.855, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado; RODEIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.814/0001-64, com sede à Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Paulo Roberto Weiss, brasileiro, casado, portador do CPF nº 765.097.459-68, domiciliado e residente à Rua Barão do Rio Branco, nº 2.495, na cidade de Rodeio, neste Estado; e TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.764/0001-15, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, na cidade de Timbó, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Laercio Demerval Schuster Júnior, brasileiro, casado, portador do CPF nº 003.860.349-74, domiciliado e residente na Av. Getúlio Vargas, nº 816, Apto. 803, na cidade de Timbó, neste Estado, doravante denominados simplesmente CONSORCIADOS, considerando a proposta de Orçamento para o exercício de 2015, aprovada na 18ª Assembleia Geral Ordinária de 10 de julho de 2014, e os Contratos de Rateio estabelecidos na 19ª Assembleia Geral Ordinária de 11 de dezembro de 2014, tem justo e contratado o que segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem como objeto o rateio dos recursos destinados à Gestão Ambiental e de Recursos Naturais do CONSÓRCIO no exercício de 2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O rateio dos recursos entre os CONSORCIADOS, para a gestão associada na área objeto, se dará pelo critério da igualdade.

O valor correspondente a cada CONSORCIADO será dividido em 12 (doze) parcelas iguais, a serem repassadas até o 15º (décimo dia) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2015, sob a forma de depósito em conta corrente de titularidade do CONSÓRCIO, no Banco do Brasil, Agência nº 0629-7, conta corrente nº 201.304-5, que fornecerá o recibo correspondente datado no dia do depósito.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

Para o objeto deste contrato considerar-se-á para o exercício de 2015 o valor total de R\$285.660,00 (duzentos e oitenta e cinco mil e seiscentos e sessenta reais), compreendendo a previsão necessária para consecução do objeto.

O rateio do valor total entre os CONSORCIADOS, observado o critério da igualdade, resulta nos seguintes valores, em reais:

Município	Valor Anual (R\$)	Valor mensal (R\$)		
		Modalidade de Despesa	Valor	Total
Apiúna	31.740,00	3190	0,00	2.645,00
		3390	2.645,00	
		4490	0,00	
Ascurra	31.740,00	3190	0,00	2.645,00
		3390	2.645,00	
		4490	0,00	
Benedito Novo	31.740,00	3190	0,00	2.645,00
		3390	2.645,00	
		4490	0,00	
Doutor Pedrinho	31.740,00	3190	0,00	2.645,00
		3390	2.645,00	
		4490	0,00	
Indaial	31.740,00	3190	0,00	2.645,00
		3390	2.645,00	
		4490	0,00	
Pomerode	31.740,00	3190	0,00	2.645,00
		3390	2.645,00	
		4490	0,00	
Rio dos Cedros	31.740,00	3190	0,00	2.645,00
		3390	2.645,00	
		4490	0,00	
Rodeio	31.740,00	3190	0,00	2.645,00
		3390	2.645,00	
		4490	0,00	
Timbó	31.740,00	3190	0,00	2.645,00
		3390	2.645,00	
		4490	0,00	
Total	285.660,00	23.805,00		

Os depósitos em conta corrente dos valores mensais correspondentes deverão ocorrer até o dia 15 (quinze) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2015.

Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento fica condicionado a aprovação em Assembleia, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

#### CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

O presente Contrato de Rateio terá início em 01 de janeiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias constantes no orçamento de cada CONSORCIADO, vigente para o exercício financeiro de 2015.

Os repasses mensais feitos pelos CONSORCIADOS ao CONSÓRCIO serão incorporados como receita orçamentária do CIMVI, conforme Orçamento-Programa Anual 2015.

Na eventualidade de não observância dos prazos para repasse pelos CONSORCIADOS estes deverão inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo ao CONSÓRCIO contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento de suas finalidades;
- contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelos CONSORCIADOS;
- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção das finalidades previstas neste instrumento;
- facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CIMVI e do Contrato de Consórcio Público, ficam os CONSORCIADOS desde já responsáveis por:

- efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, nos termos estipulados na cláusula terceira;
- inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;
- fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

O não repasse dos valores devidos ora acordados poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros de mora, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei ou no Estatuto do CIMVI.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no

pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o CONSORCIADO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste instrumento, sem prejuízo da aplicação da penalidade estabelecida na cláusula anterior.

A eventual impossibilidade de o CONSORCIADO cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obriga o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Timbó - SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 10 (dez) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

Timbó, 11 de dezembro de 2015.

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí

Nicanor Morro Município de Apiúna	Moacir Polidoro Município de Ascurra
--------------------------------------	---

Jean Michel Grundmann Município de Benedito Novo	Hartwig Persuhn Município de Doutor Pedrinho
---	---

Sergio Almir dos Santos Município de Indaial	Rolf Nicolodelli Município de Pomerode
---	---

Fernando Tomaselli Município de Rio dos Cedros	Paulo Roberto Weiss Município de Rodeio
---	--

Laércio Demerval Schuster Júnior Município de Timbó	
--	--

Testemunhas:

Luiz Claudio Kades 693.125.329-87	Valter Conrado de Araújo 379.549.389-72
--------------------------------------	--

## CONTRATO RATEIO Nº 2014-02 - EXERCÍCIO 2015 - GESTÃO DE SANEAMENTO

CONTRATO DE RATEIO Nº 2014/02

CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, E OS MUNICÍPIOS DE APIÚNA, ASCURRA, BENEDITO NOVO, DOUTOR PEDRINHO, INDAIAL, POMERODE, RIO DOS CEDROS, RODEIO E TIMBÓ, OBJETIVANDO O RATEIO DE RECURSOS PARA A GESTÃO SANEAMENTO BÁSICO NO EXERCÍCIO DE 2015.

Pelo presente contrato de rateio, de um lado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, aqui representada por seu Presidente, Hartwig Persuhn, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Doutor Pedrinho, portador do CPF nº 382.825.699-68, domiciliado e residente à Rua Fritz Donner, nº 385, na cidade de Doutor Pedrinho SC, doravante denominada simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado os MUNICÍPIOS de: APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede à Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Nicanor Morro, brasileiro, casado, portador do CPF nº 004.461.659-72, domiciliado e residente à Rua Belo Horizonte, nº 177, na cidade de Apiúna, neste Estado; ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Moacir Polidoro, brasileiro, casado, portador do CPF nº 293.339.209-78, domiciliado e residente à Rua Benjamin Constant, nº 174, Apto. 7, na cidade de Ascurra, neste Estado; BENEDITO NOVO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.780/0001-08, com sede à Rua Celso Ramos, nº 1.168, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Jean Michel Grundmann, brasileiro, casado, portador do CPF nº 043.897.169-80, domiciliado e residente na Estrada Geral Ribeirão Liberdade, s/ nº, na cidade de Benedito Novo, neste Estado; DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com sede à Rua Brasília, nº 2, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Hartwig Persuhn, brasileiro, casado, portador do CPF nº 382.825.699-68, domiciliado e residente à Rua Fritz Donner, nº 385, na cidade de Doutor Pedrinho, neste Estado; INDAIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, na cidade de Indaial, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Sergio Almir dos Santos, brasileiro, casado, portador do CPF nº 383.728.439-53, domiciliado e residente à Rua 25 de janeiro, nº 797, Bairro Carijós, na cidade de Indaial, neste Estado; POMERODE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.251/0001-04, com sede à Rua XV de Novembro, nº 525, na cidade de Pomerode, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Rolf Nicolodelli, brasileiro, casado, portador do CPF nº 421.393.179-04, domiciliado e residente à Rua Heinrich Kanis, nº 627, na cidade de Pomerode, neste Estado; RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, com sede à Rua Nereu Ramos, nº 2.055, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Fernando Tomaselli, brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF nº 016.637.969-71, domiciliado e residente na Avenida Tiradentes, nº 1.855, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado; RODEIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.814/0001-64, com sede à Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Paulo Roberto Weiss, brasileiro, casado, portador do CPF nº 765.097.459-68, domiciliado e residente à

Rua Barão do Rio Branco, nº 2.495, na cidade de Rodeio, neste Estado; e TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.764/0001-15, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, na cidade de Timbó, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Laercio Demerval Schuster Júnior, brasileiro, casado, portador do CPF nº 003.860.349-74, domiciliado e residente na Av. Getúlio Vargas, nº 816, Apto. 803, na cidade de Timbó, neste Estado, doravante denominados simplesmente CONSORCIADOS, considerando a proposta de Orçamento para o exercício de 2015, aprovada na 18ª Assembleia Geral Ordinária de 10 de julho de 2014, e os Contratos de Rateio estabelecidos na 19ª Assembleia Geral Ordinária de 11 de dezembro de 2014, tem justo e contratado o que segue:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem como objeto o rateio dos recursos destinados à Gestão de Saneamento Básico do CONSÓRCIO no exercício de 2015.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O rateio dos recursos entre os CONSORCIADOS, para a gestão associada na área objeto, se dará pelo critério da igualdade.

O valor correspondente a cada CONSORCIADO será dividido em 12 (doze) parcelas iguais, a serem repassadas até o 15º (décimo dia) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2015, sob a forma de depósito em conta corrente de titularidade do CONSÓRCIO, no Banco do Brasil, Agência nº 0629-7, conta corrente nº 201.304-5, que fornecerá o recibo correspondente datado no dia do depósito.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

Para o objeto deste contrato considerar-se-á para o exercício de 2015 o valor total de R\$1.557.120,00 (um milhão e quinhentos e cinquenta e sete mil e cento e vinte reais), compreendendo a previsão necessária para consecução do objeto.

O rateio do valor total entre os CONSORCIADOS, observado o critério da igualdade, resulta nos seguintes valores, em reais:

Município	Valor Anual (R\$)	Valor mensal (R\$)		
		Modalidade de Despesa	Valor	Total
Apiúna	60.732,00	3190	633,00	5.061,00
		3390	0,00	
		4490	4.428,00	
Ascurra	67.572,00	3190	704,00	5.631,00
		3390	0,00	
		4490	4.927,00	
Benedito Novo	48.432,00	3190	504,00	4.036,00
		3390	0,00	
		4490	3.532,00	
Doutor Pedrinho	14.016,00	3190	146,00	1.168,00
		3390	0,00	
		4490	1.022,00	
Indaial	569.748,00	3190	5.935,00	47.479,00
		3390	0,00	
		4490	41.544,00	

Pomerode	201.648,00	3190	2.101,00	16.804,00
		3390	0,00	
		4490	14.703,00	
Rio dos Cedros	76.296,00	3190	795,00	6.358,00
		3390	0,00	
		4490	5.563,00	
Rodeio	89.532,00	3190	1.006,00	7.461,00
		3390	0,00	
		4490	6.455,00	
Timbó	429.144,00	3190	4.470,00	35.762,00
		3390	0,00	
		4490	31.292,00	
Total	1.557.120,00	129.760,00		

Os depósitos em conta corrente dos valores mensais correspondentes deverão ocorrer até o dia 15 (quinze) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2015.

Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento fica condicionado a aprovação em Assembleia, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

#### CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

O presente Contrato de Rateio terá início em 01 de janeiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias constantes no orçamento de cada CONSORCIADO, vigente para o exercício financeiro de 2015.

Os repasses mensais feitos pelos CONSORCIADOS ao CONSÓRCIO serão incorporados como receita orçamentária do CIMVI, conforme Orçamento-Programa Anual 2015.

Na eventualidade de não observância dos prazos para repasse pelos CONSORCIADOS estes deverão inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo ao CONSÓRCIO contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento de suas finalidades;
- contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelos CONSORCIADOS;
- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção das finalidades previstas neste instrumento;
- facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CIMVI e do Contrato de Consórcio Público, ficam os CONSORCIADOS desde já responsáveis por:

- efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, nos termos estipulados na cláusula terceira;

- inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;
- fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

O não repasse dos valores devidos ora acordados poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros de mora, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei ou no Estatuto do CIMVI.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o CONSORCIADO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste instrumento, sem prejuízo da aplicação da penalidade estabelecida na cláusula anterior.

A eventual impossibilidade de o CONSORCIADO cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obriga o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Timbó - SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 10 (dez) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

Timbó, 11 de dezembro de 2015.

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí

Nicanor Morro  
Município de Apiúna

Moacir Polidoro  
Município de Ascurra

Jean Michel Grundmann Município de Benedito Novo	Hartwig Persuhn Município de Doutor Pedrinho
Sergio Almir dos Santos Município de Indaial	Rolf Nicolodelli Município de Pomerode
Fernando Tomaselli Município de Rio dos Cedros	Paulo Roberto Weiss Município de Rodeio
Laércio Demerval Schuster Júnior Município de Timbó	

## Testemunhas:

Luiz Claudio Kades 693.125.329-87	Valter Conrado de Araújo 379.549.389-72
--------------------------------------	--

**CONTRATO RATEIO Nº 2014-03 - EXERCÍCIO 2015 - GESTÃO DE TURISMO**

## CONTRATO DE RATEIO Nº 2014/03

CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, E OS MUNICÍPIOS DE APIÚNA, ASCURRA, BENEDITO NOVO, DOUTOR PEDRINHO, INDAIAL, POMERODE, RIO DOS CEDROS, RODEIO E TIMBÓ, OBJETIVANDO O RATEIO DE RECURSOS PARA A GESTÃO DE TURISMO NO EXERCÍCIO DE 2015.

Pelo presente contrato de rateio, de um lado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, aqui representada por seu Presidente, Hartwig Persuhn, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Doutor Pedrinho, portador do CPF nº 382.825.699-68, domiciliado e residente à Rua Fritz Donner, nº 385, na cidade de Doutor Pedrinho SC, doravante denominada simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado os MUNICÍPIOS de: APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede à Rua Quintino Bocaiuva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Nicanor Morro, brasileiro, casado, portador do CPF nº 004.461.659-72, domiciliado e residente à Rua Belo Horizonte, nº 177, na cidade de Apiúna, neste Estado; ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Moacir Polidoro, brasileiro, casado, portador do CPF nº 293.339.209-78, domiciliado e residente à Rua Benjamin Constant, nº 174, Apto. 7, na cidade de Ascurra, neste Estado; BENEDITO NOVO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.780/0001-08, com sede à Rua Celso Ramos, nº 1.168, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Jean Michel Grundmann, brasileiro, casado, portador do CPF nº 043.897.169-80, domiciliado e residente na Estrada Geral Ribeirão Liberdade, s/ nº, na cidade de Benedito Novo, neste Estado; DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com sede à Rua Brasília, nº 2, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Hartwig Persuhn, brasileiro, casado, portador do CPF nº 382.825.699-68, domiciliado e residente à Rua Fritz Donner, nº 385, na cidade de Doutor Pedrinho, neste Estado; INDAIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, na cidade de Indaial, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Sergio Almir dos Santos, brasileiro, casado, portador do CPF nº 383.728.439-53,

domiciliado e residente à Rua 25 de janeiro, nº 797, Bairro Carijós, na cidade de Indaial, neste Estado; POMERODE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.251/0001-04, com sede à Rua XV de Novembro, nº 525, na cidade de Pomerode, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Rolf Nicolodelli, brasileiro, casado, portador do CPF nº 421.393.179-04, domiciliado e residente à Rua Heinrich Kanis, nº 627, na cidade de Pomerode, neste Estado; RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, com sede à Rua Nereu Ramos, nº 2.055, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Fernando Tomaselli, brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF nº 016.637.969-71, domiciliado e residente na Avenida Tiradentes, nº 1.855, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado; RODEIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.814/0001-64, com sede à Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Paulo Roberto Weiss, brasileiro, casado, portador do CPF nº 765.097.459-68, domiciliado e residente à Rua Barão do Rio Branco, nº 2.495, na cidade de Rodeio, neste Estado; e TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.764/0001-15, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, na cidade de Timbó, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Laércio Demerval Schuster Júnior, brasileiro, casado, portador do CPF nº 003.860.349-74, domiciliado e residente na Av. Getúlio Vargas, nº 816, Apto. 803, na cidade de Timbó, neste Estado, doravante denominados simplesmente CONSORCIADOS, considerando a proposta de Orçamento para o exercício de 2015, aprovada na 18ª Assembleia Geral Ordinária de 10 de julho de 2014, e os Contratos de Rateio estabelecidos na 19ª Assembleia Geral Ordinária de 11 de dezembro de 2014, tem justo e contratado o que segue:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem como objeto o rateio dos recursos destinados à Gestão de Turismo do CONSÓRCIO no exercício de 2015.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O rateio dos recursos entre os CONSORCIADOS, para a gestão associada na área objeto, se dará pelo critério da igualdade.

O valor correspondente a cada CONSORCIADO será dividido em 12 (doze) parcelas iguais, a serem repassadas até o 15º (décimo dia) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2015, sob a forma de depósito em conta corrente de titularidade do CONSÓRCIO, no Banco do Brasil, Agência nº 0629-7, conta corrente nº 201.304-5, que fornecerá o recibo correspondente datado no dia do depósito.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

Para o objeto deste contrato considerar-se-á para o exercício de 2015 o valor total de R\$307.680,00 (trezentos e sete mil e seiscentos e oitenta reais), compreendendo a previsão necessária para consecução do objeto.

O rateio do valor total entre os CONSORCIADOS, observado o critério da igualdade, resulta nos seguintes valores, em reais:

Município	Valor Anual (R\$)	Valor mensal (R\$)		
		Modalidade de Despesa	Valor	Total
Apiúna	17.232,00	3190	258,00	1.436,00
		3390	1.149,00	
		4490	29,00	

Ascurra	13.320,00	3190	200,00	1.110,00
		3390	888,00	
		4490	22,00	
Benedito Novo	18.528,00	3190	278,00	1.544,00
		3390	1.235,00	
		4490	31,00	
Doutor Pedrinho	6.468,00	3190	98,00	539,00
		3390	431,00	
		4490	10,00	
Indaial	98.268,00	3190	1.474,00	8.189,00
		3390	6.551,00	
		4490	164,00	
Pomerode	49.812,00	3190	747,00	4.151,00
		3390	3.321,00	
		4490	83,00	
Rio dos Cedros	18.456,00	3190	277,00	1.538,00
		3390	1.230,00	
		4490	31,00	
Rodeio	19.572,00	3190	294,00	1.631,00
		3390	1.305,00	
		4490	32,00	
Timbó	66.024,00	3190	990,00	5.502,00
		3390	4.402,00	
		4490	110,00	
Total	307.680,00	25.640,00		

Os depósitos em conta corrente dos valores mensais correspondentes deverão ocorrer até o dia 15 (quinze) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2015.

Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento fica condicionado a aprovação em Assembleia, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

#### CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

O presente Contrato de Rateio terá início em 01 de janeiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias constantes no orçamento de cada CONSORCIADO, vigente para o exercício financeiro de 2015.

Os repasses mensais feitos pelos CONSORCIADOS ao CONSÓRCIO serão incorporados como receita orçamentária do CIMVI, conforme Orçamento-Programa Anual 2015.

Na eventualidade de não observância dos prazos para repasse pelos CONSORCIADOS estes deverão inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo ao CONSÓRCIO contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento de suas finalidades;

- contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelos CONSORCIADOS;
- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção das finalidades previstas neste instrumento;
- facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CIMVI e do Contrato de Consórcio Público, ficam os CONSORCIADOS desde já responsáveis por:

- efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, nos termos estipulados na cláusula terceira;
- inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;
- fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

O não repasse dos valores devidos ora acordados poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros de mora, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei ou no Estatuto do CIMVI.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o CONSORCIADO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste instrumento, sem prejuízo da aplicação da penalidade estabelecida na cláusula anterior.

A eventual impossibilidade de o CONSORCIADO cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obriga o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

As partes elegem o Foro da Comarca de Timbó - SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 10 (dez) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

Timbó, 11 de dezembro de 2015.

**Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí**

Nicanor Morro Município de Apiúna	Moacir Polidoro Município de Ascurra
--------------------------------------	---

Jean Michel Grundmann Município de Benedito Novo	Hartwig Persuhn Município de Doutor Pedrinho
---	---

Sergio Almir dos Santos Município de Indaial	Rolf Nicolodelli Município de Pomerode
---	---

Fernando Tomaselli Município de Rio dos Cedros	Paulo Roberto Weiss Município de Rodeio
---	--

Laércio Demerval Schuster Júnior Município de Timbó	
--	--

**Testemunhas:**

Luiz Claudio Kades 693.125.329-87	Valter Conrado de Araújo 379.549.389-72
--------------------------------------	--

**CONTRATO RATEIO Nº 2014-04 - EXERCÍCIO 2015 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES**

CONTRATO DE RATEIO Nº 2014/04

CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, E OS MUNICÍPIOS DE APIÚNA, ASCURRA, BENEDITO NOVO, DOUTOR PEDRINHO, INDAIAL, POMERODE, RIO DOS CEDROS, RODEIO E TIMBÓ, OBJETIVANDO O RATEIO DE RECURSOS PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES NO EXERCÍCIO DE 2015.

Pelo presente contrato de rateio, de um lado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, aqui representada por seu Presidente, Hartwig Persuhn, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Doutor Pedrinho, portador do CPF nº 382.825.699-68, domiciliado e residente à Rua Fritz Donner, nº 385, na cidade de Doutor Pedrinho SC, doravante denominada simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado os MUNICÍPIOS de: APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede à Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Nicanor Morro, brasileiro, casado, portador do CPF nº 004.461.659-72, domiciliado e residente à Rua Belo Horizonte, nº 177, na cidade de Apiúna, neste Estado; ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Moacir Polidoro, brasileiro, casado, portador do CPF nº 293.339.209-78, domiciliado e residente à Rua Benjamin Constant, nº 174, Apto. 7, na

cidade de Ascurra, neste Estado; BENEDITO NOVO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.780/0001-08, com sede à Rua Celso Ramos, nº 1.168, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Jean Michel Grundmann, brasileiro, casado, portador do CPF nº 043.897.169-80, domiciliado e residente na Estrada Geral Ribeirão Liberdade, s/ nº, na cidade de Benedito Novo, neste Estado; DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com sede à Rua Brasília, nº 2, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Hartwig Persuhn, brasileiro, casado, portador do CPF nº 382.825.699-68, domiciliado e residente à Rua Fritz Donner, nº 385, na cidade de Doutor Pedrinho, neste Estado; INDAIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, na cidade de Indaial, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Sergio Almir dos Santos, brasileiro, casado, portador do CPF nº 383.728.439-53, domiciliado e residente à Rua 25 de janeiro, nº 797, Bairro Carijós, na cidade de Indaial, neste Estado; POMERODE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.251/0001-04, com sede à Rua XV de Novembro, nº 525, na cidade de Pomerode, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Rolf Nicolodelli, brasileiro, casado, portador do CPF nº 421.393.179-04, domiciliado e residente à Rua Heinrich Kanis, nº 627, na cidade de Pomerode, neste Estado; RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, com sede à Rua Nereu Ramos, nº 2.055, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Fernando Tomaselli, brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF nº 016.637.969-71, domiciliado e residente na Avenida Tiradentes, nº 1.855, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado; RODEIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.814/0001-64, com sede à Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Paulo Roberto Weiss, brasileiro, casado, portador do CPF nº 765.097.459-68, domiciliado e residente à Rua Barão do Rio Branco, nº 2.495, na cidade de Rodeio, neste Estado; e TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.764/0001-15, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, na cidade de Timbó, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Laercio Demerval Schuster Júnior, brasileiro, casado, portador do CPF nº 003.860.349-74, domiciliado e residente na Av. Getúlio Vargas, nº 816, Apto. 803, na cidade de Timbó, neste Estado, doravante denominados simplesmente CONSORCIADOS, considerando a proposta de Orçamento para o exercício de 2015, aprovada na 18ª Assembleia Geral Ordinária de 10 de julho de 2014, e os Contratos de Rateio estabelecidos na 19ª Assembleia Geral Ordinária de 11 de dezembro de 2014, tem justo e contratado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente contrato tem como objeto o rateio dos recursos destinados à Manutenção das Atividades do CONSÓRCIO no exercício de 2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO**

O rateio dos recursos entre os CONSORCIADOS, para a gestão associada na área objeto, se dará pelo critério da igualdade.

O valor correspondente a cada CONSORCIADO será dividido em 12 (doze) parcelas iguais, a serem repassadas até o 15º (décimo dia) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2015, sob a forma de depósito em conta corrente de titularidade do CONSÓRCIO, no Banco do Brasil, Agência nº 0629-7, conta corrente nº 201.304-5, que fornecerá o recibo correspondente datado no dia do depósito.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO**

Para o objeto deste contrato considerar-se-á para o exercício de 2015 o valor total de R\$381.480,00 (trezentos e oitenta e um mil e quatrocentos e oitenta reais), compreendendo a previsão necessária para consecução do objeto.

O rateio do valor total entre os CONSORCIADOS, observado o critério da igualdade, resulta nos seguintes valores, em reais:

Município	Valor Anual (R\$)	Valor mensal (R\$)		
		Modalidade de Despesa	Valor	Total
Apiúna	21.360,00	3190	1.513,00	1.780,00
		3390	231,00	
		4490	36,00	
Ascurra	16.500,00	3190	1.169,00	1.375,00
		3390	179,00	
		4490	27,00	
Benedito Novo	22.920,00	3190	1.624,00	1.910,00
		3390	248,00	
		4490	38,00	
Doutor Pedrinho	8.040,00	3190	570,00	670,00
		3390	87,00	
		4490	13,00	
Indaial	121.980,00	3190	8.640,00	10.165,00
		3390	1.321,00	
		4490	204,00	
Pomerode	61.740,00	3190	4.373,00	5.145,00
		3390	669,00	
		4490	103,00	
Rio dos Cedros	22.920,00	3190	1.624,00	1.910,00
		3390	248,00	
		4490	38,00	
Rodeio	24.240,00	3190	1.717,00	2.020,00
		3390	263,00	
		4490	40,00	
Timbó	81.780,00	3190	5.793,00	6.815,00
		3390	886,00	
		4490	136,00	
Total	381.480,00	31.790,00		

Os depósitos em conta corrente dos valores mensais correspondentes deverão ocorrer até o dia 15 (quinze) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2015.

Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento fica condicionado a aprovação em Assembleia, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS**

O presente Contrato de Rateio terá início em 01 de janeiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015.

**CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da execução do presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias constantes

no orçamento de cada CONSORCIADO, vigente para o exercício financeiro de 2015.

Os repasses mensais feitos pelos CONSORCIADOS ao CONSÓRCIO serão incorporados como receita orçamentária do CIMVI, conforme Orçamento-Programa Anual 2015.

Na eventualidade de não observância dos prazos para repasse pelos CONSORCIADOS estes deverão inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo ao CONSÓRCIO contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

Fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento de suas finalidades;
- contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelos CONSORCIADOS;
- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção das finalidades previstas neste instrumento;
- facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CIMVI e do Contrato de Consórcio Público, ficam os CONSORCIADOS desde já responsáveis por:

- efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, nos termos estipulados na cláusula terceira;
- inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;
- fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

O não repasse dos valores devidos ora acordados poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros de mora, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei ou no Estatuto do CIMVI.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES**

Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o CONSORCIADO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a

contribuição prevista neste instrumento, sem prejuízo da aplicação da penalidade estabelecida na cláusula anterior.

A eventual impossibilidade de o CONSORCIADO cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obriga o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Timbó - SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 10 (dez) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

Timbó, 11 de dezembro de 2015.

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí

Nicanor Morro Município de Apiúna	Moacir Polidoro Município de Ascurra
Jean Michel Grundmann Município de Benedito Novo	Hartwig Persuhn Município de Doutor Pedrinho
Sergio Almir dos Santos Município de Indaial	Rolf Nicolodelli Município de Pomerode
Fernando Tomaselli Município de Rio dos Cedros	Paulo Roberto Weiss Município de Rodeio
Laércio Demerval Schuster Júnior Município de Timbó	

Testemunhas:

Luiz Claudio Kades 693.125.329-87	Valter Conrado de Araújo 379.549.389-72
--------------------------------------	--

### CIS NORDESTE

#### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2014

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2014

Origem: Dispensa de Licitação

Processo Administrativo nº 090/2014

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS/NORDESTE

Contratada: PRINZ TRANSPORTE E TURISMO LTDA. ME(CNPJ 09.537.042/0001-30)

Objeto: Participar de reunião no dia 25/11/2014, com todos os colaboradores do CISNORDESTE/SC juntamente com Secretários de Saúde dos Municípios consorciados, na câmara de vereadores do município de Piên/PR, visita ao hospital da cidade e ao CAMU. Logo após houve reunião na prefeitura com a presença da diretora, assessora jurídica e gerente financeiro do CISNORDESTE/SC, com o prefeito e secretário da saúde do Município de Piên/PR e com o prefeito e secretário da saúde do Município de Garuva/SC

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II c/c art. 23, § 8º, ambos da Lei nº 8.666/93.

Valor Global: R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais)

Data: 26 de novembro de 2014.  
Mário Fernando Reinke  
Prefeito Municipal de Massaranduba  
Presidente do CISNORDESTE/SC  
CONTRATANTE

#### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2014

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2014

Origem: Dispensa de Licitação

Processo Administrativo nº 0112/2014

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS/NORDESTE  
Contratada: JVO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. ME(CNPJ 80.701.766/0001-32)

Objeto: Aquisição de transformador e periféricos para o CISNORDESTE/SC.

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II c/c art. 23, § 8º, ambos da Lei nº 8.666/93.

Valor Global: R\$ 254,00 (duzentos e cinquenta e quatro reais)

Data: 10 de dezembro de 2014.  
Mário Fernando Reinke  
Prefeito Municipal de Massaranduba  
Presidente do CISNORDESTE/SC  
CONTRATANTE

#### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2014

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2014

Origem: Dispensa de Licitação

Processo Administrativo nº 0113/2014

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS/NORDESTE  
Contratada: BIT BRASIL INFORMÁTICA LTDA. - ME(CNPJ: 03.910.354/0001-61)

Objeto: Manutenção de impressora para o CISNORDESTE/SC.

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II c/c art. 23, § 8º, ambos da Lei nº 8.666/93.

Valor Global: R\$ 153,00 (cento e cinquenta e três reais)

Data: 10 de dezembro de 2014.

Mário Fernando Reinke  
Prefeito Municipal de Massaranduba  
Presidente do CISNORDESTE/SC  
CONTRATANTE

## CIS/AMREC

### EXTRATOS DE CONTRATOS 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CISAMREC- Consórcio Intermunicipal de saúde da AMREC.  
CNPJ 13.791.885/0001-36

EXTRATOS DE CONTRATOS /2014.

1-Extrato de contrato: nº 04/2014  
Contratante: PAM CLINICA MÉDICA LTDA  
Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde- cirurgia geral  
Vigência: a partir de fevereiro/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratada o Sr. RENATO FERNANDES JOÃO.

2-Extrato de contrato: nº 05/2014  
Contratante: ALEXANDRA ALINE LEWKOWICZ  
Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde-fonoaudiologia  
Vigência: a partir de fevereiro/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratada a Senhora ALEXANDRA ALINE LEWKOWICZ.

3-Extrato de contrato: nº 06/2014  
Contratante: JORGE YOUSSEF  
Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde-anestesista  
Vigência: a partir de fevereiro/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratado o Sr. JORGE YOUSSEF.

4-Extrato de contrato: nº 07/2014  
Contratante: ASSOCIAÇÃO BENEDITINA DA PROVIDENCIA - ABENP -  
Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde- cirurgia geral.  
Vigência: a partir de fevereiro/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratada a Senhora Diretora IRMÃ MARIA ZÉLIA MENDES.

5-Extrato de contrato: nº 08/2014  
Contratante: MÁRCIA CLAUMANN  
Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde-psicopedagogia.  
Vigência: a partir de março/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratada a Senhora MÁRCIA CLAUMANN.

6-Extrato de contrato: nº 09/2014  
Contratante: MED SERVICE CONSULTAS AMBULATORIAIS LTDA

- ME  
Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde-neurologista  
Vigência: a partir de março/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratado o Sr. PEDRO CARON LA SALVIA.

7-Extrato de contrato: nº 10/2014  
Contratante: TAIS POSSAMAI  
Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde-dermatologia  
Vigência: a partir de abril/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratada a Senhora TAIS POSSAMAI.

8-Extrato de contrato: nº 11/2014  
Contratante: THIAGO PAZ CASAGRANDE  
Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde-cardiologia.  
Vigência: a partir de abril/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratada o Sr. THIAGO PAZ CASAGRANDE.

9-Extrato de contrato: nº 12/2014  
Contratante: NUCLEARMED - CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR CATARINENSE LTDA.  
Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde-medicina nuclear.  
Vigência: a partir de abril/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratada o Sr. MARCOS DOMINGOS ROCHA.

10-Extrato de contrato: nº 13/2014  
Contratante: LS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - ME.  
Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde-endocrinologia.  
Vigência: a partir de abril/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratada o Sr. MARCOS MAFFIOLETTI.

11-Extrato de contrato: nº 14/2014  
Contratante: RAPHAEL ELIAS FARIAS.  
Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde-infectologia.  
Vigência: a partir de abril/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratada o Sr. RAPHAEL ELIAS FARIAS.

12-Extrato de contrato: nº 18/2014  
Contratante: LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS EDGAR RUDI MATTOS & CIA LTDA.  
Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde-laboratório de análises clínicas.  
Vigência: a partir de abril/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratada o Sr. EDGAR RUDI MATTOS.

13-Extrato de contrato: nº 19/2014  
Contratante: JS LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS LTDA.  
Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde-exames de análises clínicas.  
Vigência: a partir de abril/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratada a Senhora KATIANI WERNER SALVALAGGIO DELLA BRUNA.

14-Extrato de contrato: nº 20/2014  
Contratante: DIEGO ALVAREZ NARANJO & CIA LTDA.  
Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde-cirurgia geral, cabeça e pescoço.  
Vigência: a partir de maio/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratada o Sr. DIEGO ALVAREZ NARANJO & CIA LTDA,

15-Extrato de contrato: nº 21/2014  
Contratante: CARDIOEXPRESS CLINICA DE CARDIOLOGIA E MEDICINA DO ESPORTE E REABILITAÇÃO LTDA - ME  
Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde-medicina esportiva.  
Vigência: a partir de maio/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratada o Sr. PAULO HENRIQUE CARDOSO.

16-Extrato de contrato: nº 22/2014  
Contratante: DANIEL MELLER DAL TOÉ  
Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde-endocrinologia.  
Vigência: a partir de maio/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratada o Sr. DANIEL MELLER DAL TOÉ.

17-Extrato de contrato: nº 23/2014  
Contratante: LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DA MARINHA  
Objetivo: venda de medicamentos.  
Vigência: a partir de junho/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratada o Sr. ACLAIR MACHADO.

18-Extrato de contrato: nº 24/2014  
Contratante: PRONTO AR PULMOCLINICA CLINICA MÉDICA LTDA - ME  
Objetivo: prestação de serviços de saúde, conforme as necessidades do CISAMREC, abrangendo a seguinte especialidade: PNEUMOLOGIA.  
Vigência: a partir de julho/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratada o Sr. FABIO JOSE FABRICIO DE BARROS SOUZA.

19-Extrato de contrato: nº 25/2014  
Contratante: GENESIO BERGER.  
Objetivo: prestação de serviços de saúde, conforme as necessidades do CISAMREC, abrangendo a seguinte especialidade: GINECOLOGIA E OBSTETRICIA.  
Vigência: a partir de julho/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratada o Sr. GENESIO BERGER.

20-Extrato de contrato: nº 26/2014  
Contratante: LPG CLINICA MEDICA LTDA - ME.  
Objetivo: prestação de serviços de saúde, conforme as necessidades do CISAMREC, abrangendo a seguinte especialidade: PEDIATRIA.  
Vigência: a partir de julho/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratada a Sra. PRISCILLA SOUSA PRUDENTE DE AQUINO.

21-Extrato de contrato: nº 28/2014  
Contratante: JOSÉ CANDIDO RIBEIRO JUNIOR.  
Objetivo: prestação de serviços de saúde, conforme as necessidades do CISAMREC, abrangendo a seguinte especialidade: GINECOLOGIA E OBSTETRICIA.

Vigência: a partir de agosto/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratada o Sr. JOSÉ CANDIDO RIBEIRO JUNIOR.

22-Extrato de contrato: nº 29/2014  
Contratante: NEUROSUL CLINICA MÉDICA LTDA- ME.  
Objetivo: prestação de serviços de saúde, conforme as necessidades do CISAMREC, abrangendo a seguinte especialidade: NEUROLOGIA, RADIOLOGIA.  
Vigência: a partir de agosto/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratada o Sr. ANDRE NESI.

23-Extrato de contrato: nº 30/2014  
Contratante: VICENTE GANEM.  
Objetivo: prestação de serviços de saúde, conforme as necessidades do CISAMREC, abrangendo a seguinte especialidade: PSIQUIATRIA.  
Vigência: a partir de agosto/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratada o Sr. VICENTE GANEM.

24-Extrato de contrato: nº 31/2014  
Contratante: ANA PAULA MARTINS NAZÁRIO  
Objetivo: prestação de serviços de saúde, conforme as necessidades do CISAMREC, abrangendo a seguinte especialidade: ANGIOLOGIA/PEQUENAS CIRURGIAS  
Vigência: a partir de setembro/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratada o Sr. ANA PAULA MARTINS NAZÁRIO.

25-Extrato de contrato: nº 32/2014  
Contratante: CLINICA E MICROCIRURGIA DE OLHOS SÃO DONATO LTDA - ME  
Objetivo: prestação de serviços de saúde, conforme as necessidades do CISAMREC, abrangendo a seguinte especialidade: OFTALMOLOGIA  
Vigência: a partir de setembro/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratada o Sr. DR. HENRIQUE DORNBUSCH DE CAMPOS.

26-Extrato de contrato: nº 33/2014  
Contratante: CENTRO PNEUMOLÓGICO CRICIUMA LTDA - ME  
Objetivo: prestação de serviços de saúde, conforme as necessidades do CISAMREC, abrangendo a seguinte especialidade: PNEUMOLOGIA.  
Vigência: a partir de setembro/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratada o Sr. CARLA PATRICIA ULIANO.

27-Extrato de contrato: nº 34/2014  
Contratante: CLINICA MÉDICA SANTA CLARA LTDA  
Objetivo: prestação de serviços de saúde, conforme as necessidades do CISAMREC, abrangendo a seguinte especialidade: RADIOLOGIA; MASTOLOGIA; TOMOGRAFIA; ULTRA-SONOGRAFIA.  
Vigência: a partir de dezembro/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratada o Sr. MILENA C. KOCH.

28-Extrato de contrato: nº 35/2014  
Contratante: A. G. KIENEN & CIA LTDA.  
Objetivo: aquisição de medicamentos conforme as necessidades do CISAMREC.  
Vigência: a partir de dezembro/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratada o Sr. ADEMIR GERALDO KIENEN.

29-Extrato de contrato: nº 36/2014  
Contratante: BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA.  
Objetivo: aquisição de medicamentos conforme as necessidades do CISAMREC.  
Vigência: a partir de dezembro/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratada o Sr. Cleiton de Castro Marques.

30-Extrato de contrato: nº 37/2014  
Contratante: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.  
Objetivo: aquisição de medicamentos conforme as necessidades do CISAMREC.  
Vigência: a partir de dezembro/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratada o Sr. Renata Casagrande Galiotto.

31-Extrato de contrato: nº 38/2014  
Contratante: GESSER MEDICAL LTDA EPP.  
Objetivo: aquisição de medicamentos conforme as necessidades do CISAMREC.  
Vigência: a partir de dezembro/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratada o Sr. Liliana Carla Michilin Gesser

32-Extrato de contrato: nº 39/2014  
Contratante: HOSPFAR INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.  
Objetivo: aquisição de medicamentos conforme as necessidades do CISAMREC.  
Vigência: a partir de dezembro/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratada o Sr. Moisés Alves de Oliveira Neto.

33-Extrato de contrato: nº 40/2014  
Contratante: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.  
Objetivo: aquisição de medicamentos conforme as necessidades do CISAMREC.  
Vigência: a partir de dezembro/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratada o Sr. Elcio Luiz Bordignon.

34-Extrato de contrato: nº 41/2014  
Contratante: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.  
Objetivo: aquisição de medicamentos conforme as necessidades do CISAMREC.  
Vigência: a partir de dezembro/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratada o Sr. Anacleto Ferrari.

35-Extrato de contrato: nº 42/2014  
Contratante: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES  
Objetivo: aquisição de medicamentos conforme as necessidades do CISAMREC.  
Vigência: a partir de dezembro/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratada o Sr. Edivar Szymanski.

36-Extrato de contrato: nº 43/2014  
Contratante: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS E FARMACEUTICOS LTDA.  
Objetivo: aquisição de medicamentos conforme as necessidades do CISAMREC.  
Vigência: a partir de dezembro/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS

ROSSI, e pela empresa contratada o Sr. Iris Scussel Stevanatto.  
37-Extrato de contrato: nº 44/2014  
Contratante: DIMACI/SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA.  
Objetivo: aquisição de medicamentos conforme as necessidades do CISAMREC.  
Vigência: a partir de dezembro/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratada o Sr. Pedro Antonio Lapinski .

38-Extrato de contrato: nº 45/2014  
Contratante: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.  
Objetivo: aquisição de medicamentos conforme as necessidades do CISAMREC.  
Vigência: a partir de dezembro/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratada o Sr. Odair José Balestrin

39-Extrato de contrato: nº 46/2014  
Contratante: EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA  
Objetivo: aquisição de medicamentos conforme as necessidades do CISAMREC.  
Vigência: a partir de dezembro/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratada o Sr. Adroaldo Machado.

40-Extrato de contrato: nº 47/2014  
Contratante: MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.  
Objetivo: aquisição de medicamentos conforme as necessidades do CISAMREC.  
Vigência: a partir de dezembro/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratada o Sr. Mauro Marciano Garcia de Freitas.

41-Extrato de contrato: nº 48/2014  
Contratante: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.  
Objetivo: aquisição de medicamentos conforme as necessidades do CISAMREC.  
Vigência: a partir de dezembro/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratada o Sr. Walter Prochnow Junior.  
42-Extrato de contrato: nº 49/2014  
Contratante: EMPRESA WINCORP FARMÂCEUTICA COMERCIAL LTDA.  
Objetivo: aquisição de medicamentos conforme as necessidades do CISAMREC.  
Vigência: a partir de dezembro/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratada o Sr. Willian Moura Cemino.

43-Extrato de contrato: nº 50/2014  
Contratante: SOCIEDADE BENEFICENTE SANTA TERESINHA  
Objetivo: prestação de serviços de saúde, conforme as necessidades do CISAMREC, abrangendo a seguinte especialidade: ULTRASSONOGRAFIA, RADIOLOGIA, TOMOGRAFIA, OTORRINOLARINGOLOGIA, INFECTOLOGIA, UROLOGIA.  
Vigência: a partir de dezembro/2014.  
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratada o Sr. ARLEY JOSÉ FELIPE.

44-Extrato de contrato: nº 15/2014  
Contratante: MEDMAIS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA  
Objetivo: aquisição de medicamentos conforme as necessidades do CISAMREC.  
Vigência: a partir de /2014.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor JOÃO RÉUS ROSSI, e pela empresa contratada o Sr. ACLAIR MACHADO.

# CIS/AMURES

**ATA N° 13/2014**

Ata nº 13/2014

## Reunião do Conselho Fiscal

Aos dez dias do mês de Dezembro de dois mil e quatorze, com início às onze horas, nas dependências da Amures, reuniram-se os prefeitos, membros do Conselho Fiscal, para aprovação das contas do CIS/AMURES, referente aos meses de Agosto, Setembro, Outubro e Novembro do corrente ano. Dando início á reunião, a diretora executiva, Nalú Terezinha Júlio, cumprimentou os prefeitos e convidou a assessora de contabilidade Sra. Vânia Lima, do CIS/AMURES a fim de que efetuasse a prestação de contas dos meses acima citados, bem como a ratificação da prestação de contas de Janeiro à Novembro do corrente ano, conforme tabela a seguir:

Fonte: CIS/AMURES/D.A./2014

A Nalú efetuou a exposição dos dados aos prefeitos presentes, entregou cópia de relatório de pagamento de despesas, e ainda cópia de documento comprovando a entrada dos recursos financeiros do caixa do CIS/AMURES. Lembrou aos senhores prefeitos presentes que todos os relatórios mensais encontram-se disponíveis no setor de contabilidade à disposição para consulta dos senhores Prefeitos, se assim desejarem. A mesma informou ainda que o valor que aparece ao superávit é devido o pagamentos atrasados por alguns municípios. Após a explanação a diretora informou aos prefeitos os valores repassados pelo SUS, através da secretaria municipal de saúde de Lages ao CIS/Amures. Informou ainda que o último repasse foi efetuado referente ao mês de Julho. O valor mensal é R\$ 57.894,40 (cinquenta e sete mil oitocentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos). Foi ressaltado que as obrigações patronais estão sendo pagas em dia. Esclarecidas as dúvidas, foi colocada em votação e os prefeitos conselheiros recomendaram a homologação das contas do período supracitado. Em tempo registramos que dois conselheiros suplentes substituíram os titulares. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. Estiveram presentes os três conselheiros titulares: Sr. Luiz Carlos Alves Freitas, Prefeito de Capão Alto e os suplentes Sr. Albino Alves Padilha, Prefeito de Bom Retiro; Sr. Ivonir Fernandes da Silva, Prefeito de Anita Garibaldi, o Presidente Sr. Edelvânio Nunes Topanoti e a Sra. Nalú Terezinha Júlio, Diretora executiva CIS/AMURES.

Luiz Carlos Alves Freitas      Albino Alves Padilha  
Prefeito de Capão Alto      Prefeito de Bom Retiro

Ivonir Fernandes da Silva Edelvânio Nunes Topanoti  
Prefeito de Anita Garibaldi Presidente CIS/AMURES e  
Prefeito de Bom J. da Serra

Nalú Terezinha Júlio  
Diretora Executiva CIS/AMURES

**ATA N° 14/2014**

Ata nº 14/2014

Aos dez dias do mês de Dezembro de dois mil e quatorze, com início às treze e trinta horas, estiveram reunidos em assembleia ordinária os prefeitos dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMURES. A Diretora Executiva Nalú Terezinha Júlio, cumprimentou aos presentes, agradeceu a parceria no decorrer do ano de dois mil e quatorze. Informou aos prefeitos que, o Conselho Fiscal em reunião no período da manhã, daquele mesmo dia, havia analisado as contas do CIS/AMURES, de Janeiro à Novembro do corrente ano. Em seguida a diretora leu o Parecer do Conselho Fiscal, o que recomendou a aprovação de contas. A exemplo do que tem sido feito nos anos anteriores, foi deliberado que, os relatórios das atividades de 2014, bem como o planejamento para o próximo exercício será apresentada na primeira reunião ordinária de 2015. Foi reeleito por aclamação o Prefeito de Bom Jardim da Serra, Sr. Edelvânio Topanotti. Foram eleitos como primeiro e segundo vice-presidentes, respectivamente, Sr. Arno Tadeu Marian, Prefeito de São José do Cerrito e Sr. Flávio Antonio Neto da Silva, Prefeito de Painel. O Conselho Fiscal, ficou com a seguinte composição: primeiro Conselheiro, Prefeito de Bom Retiro, Sr. Albino Gonçalves Padilha; Segundo conselheiro, prefeito de São Joaquim, Sr. Humberto Luiz Brighenti e terceiro Conselheiro, Prefeito de Otacílio Costa, Sr. Luiz Carlos Xavier; Para as suplências dos conselheiros, foram eleitos: prefeito de Rio Rufino, Sr. Ademar de Bona Sartor; prefeita de Cerro Negro, Sra. Sirlei Kley Varela e prefeito de Correia Pinto Sr. Vanio Foster, respectivamente. A posse da nova diretoria, bem como do Conselho Fiscal do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMURES, conforme prevê o protocolo de intenções e o estatuto do mesmo, dar-se-á no mês de janeiro de 2015. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia. Estiveram presentes: Sr. Luiz Carlos Alves Freitas, Prefeito de Capão Alto; Sr. Albino Alves Padilha, Prefeito de Bom Retiro; Sr. Ivonir Fernandes da Silva, Prefeito de Anita Garibaldi; Sr. Edelvânio Nunes Topanoti, Prefeito de Bom J. da Serra; Sr. Vanio Foster, Prefeito de Correia Pinto; Sr. Ademar de Bona Sartor, Prefeito de Rio Rufino; Sr. Arno Tadeu Marian, Prefeito de São J. do Cerrito; Sr. Fidelis Schappo, Prefeito de Urubici; Sra. Arlita de Souza Pagani, Vice-Prefeito de Urupema; Pe. Edilson José de Souza, Prefeito de Campo B. do Sul; Sra. Sirlei Kley Varela, Prefeita de Cerro Negro; Sr. Antonio A. Duarte, Prefeito de Lages e Sra. Nalú Terezinha Júlio, diretora Executiva CIS/AMURES.

Luiz Carlos Alves Freitas      Albino Alves Padilha  
Prefeito de Capão Alto      Prefeito de Bom Retiro

[illegible]

Vânio Foster  
Prefeito de Correia Pinto

Ademar de Bona Sartor  
Prefeito de Rio Rufino

Arno Tadeu Marian  
Prefeito de São J. do Cerrito

Fidelis Schappo  
Prefeito de Urubici

Arlita de Souza Pagani      Pe. Edilson José de Souza  
Vice-Prefeito de Urupema    Prefeito de Campo B. do Sul

Sirlei Kley Varela  
Prefeita de Cerro Negro

Antonio A. Duarte  
Prefeito de Lages

Nalú Terezinha Júlio  
Diretora Executiva CIS/AMURES

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI****ATA ASSEMBLEIA GERAL DE 17/12/2014**

Ata da Reunião de Assembléia Geral do

Consórcio Intermunicipal Quiriri

Campo Alegre - Corupá - Rio Negrinho - São Bento do Sul

17/12/2014

Gabinete do Prefeito de São Bento do Sul

Aos dezessete dias do mês de dezembro de dois mil e quatorze, nas dependências da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul - Gabinete do Prefeito, com a presença de: Alcides Grohskopf - Prefeito de Rio Negrinho [alcidesgrohskopf@gmail.com](mailto:alcidesgrohskopf@gmail.com), Fernando Tureck - Prefeito de São Bento do Sul [celia@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:celia@saobentodosul.sc.gov.br), Rubens Blaskowski - Prefeito de Campo Alegre [rubens@cam-poalegre.sc.gov.br](mailto:rubens@cam-poalegre.sc.gov.br), Luis Carlos Tamanini - Prefeito de Corupá, [gabinete@corupa.sc.gov.br](mailto:gabinete@corupa.sc.gov.br), Emerson Hinke - Assessor Jurídico SBS [emerson@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:emerson@saobentodosul.sc.gov.br), Jamile Machado Douat [cult7.consultoria@gmail.com](mailto:cult7.consultoria@gmail.com), Juana Dobro - Assessora de Imprensa CA [jornalnoticiasdaserra@gmail.com](mailto:jornalnoticiasdaserra@gmail.com), Alice Droszczaka - contadora [alice@saobentodosul.sc.gov.br](mailto:alice@saobentodosul.sc.gov.br), Mauro Fernandes Bácsfalusi - Consórcio Quiriri - [mauro@quiriri.com.br](mailto:mauro@quiriri.com.br) Leoni Fuerst - biol. SEPLAN RN/Consórcio Quiriri - [leoni@quiriri.com.br](mailto:leoni@quiriri.com.br) teve início às 09:00 horas a Assembleia al do Consórcio Intermunicipal Quiriri com a seguinte pauta: Apresentação de proposta comercial para a elaboração do Plano Integrado de Desenvolvimento Turístico para os municípios que compõem o CIQ por Jamile Machado Douat; Apresentação do orçamento do CIQ para o ano de 2015; Assinatura do Contrato de Rateio de Manutenção para 2015; Assinatura do Termo Aditivo ao Contrato nº 010/2014 para o prosseguimento dos serviços de gerenciamento, capacitação e manutenção do Circuito das Araucárias de Cicloturismo nos municípios consorciados, conforme projeto básico do Processo Licitatório nº 001/2013 e do Contrato de Rateio para a manutenção do Circuito; Apresentação da situação dos repasses financeiros dos Contratos de Rateio já firmados; Assuntos gerais; Eventuais moções de censura. Abrindo a reunião, [Presidente Rubens] agradece a presença de todos e solicita a inversão de pauta devido a compromissos de agenda que o forcem a retirar-se da reunião com antecedência. Aponta que o tema de número 01 da pauta versando sobre a proposta comercial de elaboração de um plano integrado de desenvolvimento turístico para a região do Consórcio Quiriri exigirá mais tempo para apresentação e análise e solicita que devido a importância da aprovação do Orçamento para o próximo exercício e demais encaminhamentos administrativos seja invertida a pauta de forma a priorizar tais análises antes de sua retirada. Os demais prefeitos concordam e argumentam também estarem sofrendo da "síndrome de final de ano" tendo pouco tempo disponível. Consultam da possibilidade de retomar o tema na primeira reunião de 2015, transferindo a apresentação da Sra. Jamile Machado Douat para a próxima reunião. Jamile cordialmente disponibiliza-se. Fica decidido Incluir o tema "Apresentação de proposta comercial para a elaboração do Plano Integrado de Desenvolvimento Turístico para os municípios que compõem o CIQ por Jamile Machado Douat" na pauta da primeira reunião de 2015. No item dois da pauta Mauro apresenta os números do orçamento para 2015 aos presentes, sendo complementado pela explanação da contadora Alice. Rubens questiona sobre os valores serem os mesmos do orçamento anterior, e Mauro informa que procedeu-se desta forma pois há inadimplência das prefeituras consorciadas quanto aos contratos de rateio já firmados, não sendo prudente aumentar o orçamento diante disto. [Presidente Rubens] questiona aos demais prefeitos sobre a aceitação dos números e todos concordam que seja aprovado o orçamento apresentado.

[Presidente Rubens] informa que uma vez aprovado o orçamento, há que se fazer resolução estimando as despesas e receitas para o ano de 2015 e também o Contrato de Rateio entre os municípios

consorciados. Leoni informa que os documentos citados já foram confeccionados por Mauro e os entrega aos prefeitos para que sejam devidamente analisados, e em caso de concordância, assinados. Ficou decidida a assinatura da Resolução CIQ nº 007/2014 que estima a receita e fixa a despesa do Consórcio Intermunicipal Quiriri para o ano de 2015 em R\$ 351.761,85 e Assinatura do Contrato de Rateio nº 009/2014 dos recursos necessários à manutenção das finalidades do Consórcio no exercício de 2015. Para o 4º item da pauta [Presidente Rubens] solicita que a Secretária Executiva Leoni explique sobre a situação do Circuito das Araucárias de Cicloturismo e esta relata que o contrato de prestação de serviços firmado com a ASBCICLO finda em 02 de janeiro de 2015, e este prevê a assinatura de Termo Aditivo. Mauro informa que já redigiu o referido Termo Aditivo e o disponibilizou para a apreciação e assinatura do Presidente, informando que em o reajuste do preço dos serviços deveria ser pelo acumulado do INPC do período, mas como a assinatura se daria nesta assembleia, foi acordado em reunião no dia 17/12/2014 com representantes da ASBCICLO que seria utilizado o acumulado do INPC de janeiro a novembro de 2014, perfazendo 5,02, sendo o valor mensal reajustado para R\$ 4.805,32. Mauro informa ainda que para a manutenção do circuito de Cicloturismo e pagamento dos valores mensais à ASBCICLO, faz-se necessária a assinatura de Contrato de Rateio no valor total de R\$ 57.633,84, que totaliza as doze parcelas mensais de R\$ 4.805,32. Leoni informa que o contrato com a ASBCICLO tem sido cumprido de forma satisfatória e que há um bom empenho desta associação na manutenção dos trechos do circuito e na prestação de informações pertinentes na forma de relatos presenciais e de relatórios impressos por parte da associação. [Presidente Rubens] questiona aos demais prefeitos sobre o tema, não havendo manifestações, ficando decidido a assinatura do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 10/2014 firmado entre o CIQ e a ASBCICLO e a assinatura do Contrato de Rateio nº 008/2014 entre os municípios consorciados e o CIQ para a manutenção dos serviços de gerenciamento, capacitação e manutenção do Roteiro de Cicloturismo Caminho das Araucárias. Para o item 5º da pauta Mauro apresenta tabela com os contratos de rateio firmados entre os municípios e detalha os pagamentos não efetuados, destacando que apenas Campo Alegre estava em dia até o mês 08/2014 e Corupá em dia com o pagamento do rateio do Cicloturismo, estando os demais inadimplentes. Explicou, ainda que a manutenção das atividades do Consórcio esta sendo feita através da transferência de verbas destinadas a outro programa, o PIA, que deverão ser restituídas à conta de origem, e que estas verbas estão sendo esgotadas, com risco de que no próximo ano não haver verba suficiente para manter as atividades do Consórcio, ensejando no encerramento dos contratos de prestação de serviço e outros por falta de condições de pagamento. Diz, ainda, temer que no caso de inadimplência do consórcio com seus prestadores de serviço, com inserção do seu CNPJ nos órgão de defesa como o SERASA, isto possa de alguma forma refletir nos prefeitos. Leoni reforça as palavras de Mauro e pede a colaboração dos prefeitos para que a situação seja normalizada. Reforça que o Programa PIA, existente no CIQ desde o ano de 2000 está tendo suas atividades comprometidas tendo, inclusive, cancelado as coletas de água bruta para monitoramento e análise no ano de 2014.

Os Prefeitos comprometeram-se a regularizar a situação dos repasses o mais breve possível. Assuntos gerais: dado aos compromissos firmados dos prefeitos, nada foi discutido. Eventuais moções de censura: não houve manifestação dos presentes. Findos os assuntos da pauta o Presidente Rubens encerra a Assembleia às 11:20 horas com as assinaturas nesta Ata que eu, Leoni Fuerst, Secretária Executiva do CIQ lavrei.

**RESOLUÇÃO CIQ Nº 008/2014**

Resolução CIQ nº 008/2014

Determina o período de recesso e de férias de funcionários cedidos ao CIQ.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI - CIQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, ratificado pela indicação dos prefeitos consorciados

**RESOLVE:**

Art. 1º - Determinar o período de recesso e de férias para os funcionários cedidos ao Consórcio Intermunicipal Quiriri;

Art. 2º - Fica estabelecido o período de férias do administrador Mauro Fernandes Bácsfalusi nos dias 22 de dezembro de 2014 a 20 de janeiro de 2015 conforme o Decreto Municipal da Prefeitura de São Bento do Sul nº 0773 de 03/12/2014.

Art. 3º - Fica estabelecido o período de férias da Secretária Executiva Leoni Fuerst nos dias 22 de dezembro de 2014 a 31 de janeiro de 2015 conforme os Decretos Municipais da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho nº 11.836 de 29/10/2014 e 11.839 de 31/10/2014

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre, Corupá, Rio Negrinho e São Bento do Sul, 11 de dezembro de 2014.

Rubens Blaszkowski

Presidente

# Editais de Notificação

## GASPAR

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 1/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 1/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADF5652	LE000000015	16/07/2001	62380	218 * II * a	127.69
ADG5972	LE000000597	11/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
AED7317	LE000000476	04/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
AEX2020	LE000000496	05/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
AMD0150	LE000000339	31/07/2001	62380	218 * II * a	127.69
AME1925	LE000000318	30/07/2001	62380	218 * II * a	127.69
ANP1414	LE000000031	17/07/2001	62380	218 * II * a	127.69
AOP1943	LE000000615	12/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
BAD2309	LE000000294	29/07/2001	62380	218 * II * a	127.69
BGZ5285	LE000000282	28/07/2001	62380	218 * II * a	127.69
BIN5590	LE000000125	23/07/2001	62380	218 * II * a	127.69
BNH0959	LE000000060	19/07/2001	62380	218 * II * a	127.69
BPH8655	LE000000268	28/07/2001	62380	218 * II * a	127.69
BRI6399	LE000000351	01/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
BWF0189	LE000000238	26/07/2001	62380	218 * II * a	127.69
CEN7939	LE000000372	27/07/2001	62380	218 * II * a	127.69
CLY1060	LE000000554	08/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
EKI1000	LE000000308	29/07/2001	62380	218 * II * a	127.69
GSZ3377	LE000000462	03/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
IDH8513	LE000000259	27/07/2001	62380	218 * II * a	127.69
JKU6424	LE000000097	21/07/2001	62380	218 * II * a	127.69
KQG6207	LE000000180	19/07/2001	62380	218 * II * a	127.69
LAL6052	LE000000347	01/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LAN0492	LE000000264	28/07/2001	62380	218 * II * a	127.69
LVG0250	LE000000237	26/07/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWW0796	LE000000656	03/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWW2424	LE000000495	05/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWY5995	LE000000519	07/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXB1730	LE000000299	29/07/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXD3150	LE000000075	20/07/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXI3904	LE000000754	13/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXN3725	LE000000333	31/07/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXO2834	LE000000105	22/07/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXP5609	LE000000120	22/07/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXP7778	LE000000539	07/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXR2010	LE000000705	08/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXR7913	LE000000195	21/07/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXS2915	LE000000302	29/07/2001	62380	218 * II * a	127.69

LXT0909	LE000000092	21/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXU0556	LE000000606	11/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXU3291	LE000000646	02/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXU3539	LE000000303	29/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXV6465	LE000000711	09/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXW3060	LE000000215	24/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXW7989	LE000000525	07/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYB4205	LE000000059	19/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYE3340	LE000000046	18/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYG3932	LE000000508	06/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYJ6026	LE000000187	20/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYK7952	LE000000660	03/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYK8710	LE000000320	30/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYL3149	LE000000051	18/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYN1113	LE000000397	29/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYN4094	LE000000545	07/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYN4759	LE000000261	27/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYN4876	LE000000630	13/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYP7590	LE000000245	26/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYQ6341	LE000000039	18/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYR4242	LE000000474	03/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYT1424	LE000000355	01/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYT2069	LE000000272	28/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYV1256	LE000000076	20/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYX5168	LE000000547	08/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZA5797	LE000000511	06/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZB4849	LE000000285	28/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZC2980	LE000000531	07/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZC8517	LE000000101	21/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZG8323	LE000000115	22/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZI3303	LE000000563	09/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZJ5959	LE000000534	07/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZK4000	LE000000336	31/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZK8432	LE000000080	20/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZP2573	LE000000119	22/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZQ7169	LE000000605	11/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZR9910	LE000000152	24/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZT4891	LE000000140	24/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAA0433	LE000000072	19/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAA7378	LE000000446	02/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAB3388	LE000000426	31/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAB5506	LE000000289	29/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAD6526	LE000000006	15/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAF5696	LE000000198	22/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAG0656	LE000000469	03/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAH9866	LE000000497	05/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAK6114	LE000000179	19/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAK9904	LE000000394	28/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAL7615	LE000000233	26/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAM8290	LE000000346	31/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAN1051	LE000000038	18/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAO8635	LE000000423	30/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAR5750	LE000000011	16/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAS7762	LE000000182	19/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAT4972	LE000000518	07/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAU0112	LE000000102	21/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAU6496	LE000000202	22/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAU9131	LE000000286	28/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAX7804	LE000000023	17/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAX7966	LE000000287	29/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAY4282	LE000000644	02/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAZ8273	LE000000516	06/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAZ8615	LE000000292	29/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69

MAZ9109	LE000000636	14/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBA1988	LE000000254	27/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBB5905	LE000000222	25/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBC6326	LE000000362	01/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBC8763	LE000000141	24/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBD1711	LE000000192	20/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBE1243	LE000000441	02/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBF5403	LE000000196	22/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBG1890	LE000000542	07/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBG6913	LE000000484	04/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBJ2081	LE000000199	22/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBJ2081	LE000000117	22/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBN8850	LE000000144	24/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBO2721	LE000000070	19/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBW8392	LE000000112	22/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBY0852	LE000000557	08/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBZ3070	LE000000639	02/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBZ3070	LE000000427	31/07/2001	62460	218	*	II	*	b	574.61
MCC3355	LE000000189	20/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCY9050	LE000000096	21/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDE9880	LE000000295	29/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDG0077	LE000000163	16/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDW1111	LE000000200	22/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEC9300	LE000000632	14/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEP9590	LE000000443	02/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MER8130	LE000000157	16/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFB0500	LE000000211	23/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MKM2727	LE000000524	07/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 10/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 10/2001**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZQ4781	LE00001507	15/09/2001	62380	218 * II * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 11/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 11/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAG4143	LE00001820	25/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
AAH5391	LE00001843	25/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
AJM1794	LE00001990	27/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
BTB3300	LE00002040	31/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
BZP4625	LE00001858	26/10/2001	62460	218 * II * b	574.61
GTV0365	LE00001860	26/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
IBU0939	LE00001902	28/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
IIU8735	LE00001966	25/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWW3126	LE00002021	30/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWX5442	LE00002035	31/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWY2397	LE00002004	28/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXA3415	LE00001832	25/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXC2773	LE00001927	29/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXD7684	LE00001991	27/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXG4632	LE00001959	24/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXH8131	LE00002026	31/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXK1798	LE00001874	27/10/2001	62380	218 * II * a	127.69

LXS8524	LE000002020	30/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXT4445	LE000001894	27/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXU3242	LE000001771	22/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYC4721	LE000001971	25/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYC4721	LE000001836	25/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYD1761	LE000001818	24/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYG3296	LE000001835	25/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYJ3918	LE000001866	26/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYL3149	LE000001770	22/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYQ9630	LE000001969	25/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYR9147	LE000001784	23/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYS7146	LE000001974	25/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYV9792	LE000001967	25/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYY7180	LE000001847	25/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZA0949	LE000001852	25/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZB7951	LE000001803	24/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZD2766	LE000001873	26/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZM2852	LE000001810	24/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZX6160	LE000001936	29/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZY9362	LE000002006	28/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAC4389	LE000001887	27/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAI1959	LE000001970	25/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAJ1662	LE000001977	26/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAJ2833	LE000001910	28/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAO6213	LE000001809	24/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAU3519	LE000002008	28/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAW8568	LE000001908	28/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAW9241	LE000001945	30/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBA2701	LE000001786	23/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBM9900	LE000002009	28/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBN2506	LE000001893	27/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBP0902	LE000001948	30/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBV4960	LE000002037	31/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCC2482	LE000001787	23/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEB7990	LE000001886	27/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEI1320	LE000001896	27/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MER5910	LE000001831	23/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MER8360	LE000001855	26/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MJN9000	LE000001880	27/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 12/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 12/2001**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AVM4004	LE000002149	05/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
IBH3463	LE000002099	03/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
IEK7657	LE000001891	27/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXB1671	LE000001916	28/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYA8650	LE000002136	03/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYD9996	LE000001899	27/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYJ3241	LE000001867	26/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYS3109	LE000001869	26/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYT6559	LE000001996	28/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYU5025	LE000002089	02/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYV2183	LE000002116	01/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYY0100	LE000002074	02/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZJ9620	LE000002153	05/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZP9727	LE000002140	03/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZX5232	LE000002130	03/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZY8165	LE000002077	02/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAI1959	LE000002080	02/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAT6431	LE000001776	22/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
MBC3156	LE000001806	24/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
MBF6025	LE000001798	23/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
MBG2276	LE000002158	06/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
MBK3922	LE000001901	27/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
MCE8990	LE000002098	02/11/2001	62380	218 * II * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 13/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 13/2001**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AIF3569	LE00002335	11/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
ALS0061	LE00001795	23/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
ARV2323	LE00002177	07/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
BGY6760	LE00001850	25/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
BIQ9247	LE00002318	10/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
CES0321	LE00002014	29/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
CZK4911	LE00002025	31/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
ICR2796	LE00002226	05/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWT6780	LE00002255	06/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWT9069	LE00002234	05/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWU0423	LE00002088	02/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWY5021	LE00002225	05/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWZ7560	LE00002383	11/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXF2048	LE00001984	27/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXG4701	LE00002163	06/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXH1711	LE00002091	02/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXI2100	LE00001793	23/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXJ1789	LE00002073	01/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXJ5014	LE00002218	04/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXQ4097	LE00002230	05/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXQ5466	LE00002347	12/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXT5017	LE00002269	07/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXU7583	LE00001975	25/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXV4289	LE00001963	24/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXX6356	LE00002085	02/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXY1690	LE00002262	06/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXY2640	LE00001848	25/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYE8884	LE00002387	12/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYH3243	LE00002334	11/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYN9997	LE00002207	03/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYN9997	LE00002321	11/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYQ6778	LE00001946	30/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYR5107	LE00002229	05/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYS5761	LE00002309	09/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYT7130	LE00002414	13/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYX2141	LE00002283	08/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYX3212	LE00002240	05/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYZ3298	LE00001815	24/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYZ3548	LE00002095	02/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZA3700	LE00002118	01/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZB8848	LE00002364	13/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZD0452	LE00002245	05/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZH3806	LE00002097	02/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZH5823	LE00002213	04/11/2001	62380	218 * II * a	127.69

LZJ1100	LE000002188	08/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZL7883	LE000002277	07/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZO8111	LE000002422	13/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZQ8756	LE000002081	02/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZR1831	LE000001889	27/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZT6076	LE000002258	06/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZU7668	LE000002332	11/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZV4005	LE000002425	14/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZX3852	LE000001998	28/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAC0269	LE000002227	05/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAG9106	LE000002397	13/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAM3809	LE000002101	03/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAP6596	LE000002344	12/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAQ8623	LE000002342	12/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAW0546	LE000001844	25/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAW8121	LE000002050	31/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAY2490	LE000002361	13/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAZ3075	LE000002271	07/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBB1541	LE000002175	07/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBC3426	LE000001878	27/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBD9726	LE000001780	22/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBG5316	LE000002068	01/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBG5987	LE000001774	22/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBG9733	LE000001842	25/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBL8280	LE000002113	01/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBM3191	LE000002015	29/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBN9407	LE000002138	03/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBO6987	LE000002351	12/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBQ2002	LE000001968	25/10/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBQ9791	LE000002152	05/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBT2327	LE000002357	12/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBV1470	LE000002165	06/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBV4890	LE000002319	10/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCR0050	LE000002339	12/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCZ1920	LE000002256	06/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDH7900	LE000002217	04/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MED9960	LE000002275	07/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEV8280	LE000002170	07/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MGP2200	LE000002151	05/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 14/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 14/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAM0001	LE000002615	20/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
ARM4747	LE000002087	02/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
ARO7979	LE000002474	20/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
BGY6100	LE000002145	05/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
BMK9825	LE000002583	18/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
CCY6246	LE000002368	09/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
CEZ2291	LE000002494	14/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
CLS5505	LE000002396	12/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
CXV0333	LE000002399	13/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
JML6725	LE000002498	14/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
JZF7970	LE000002466	19/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LIN1508	LE000002576	18/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LJV6054	LE000002063	01/11/2001	62460	218 * II * b	574.61
LWT0129	LE000002554	17/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWX4496	LE000002561	17/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXC8033	LE000002504	15/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXD2317	LE000002604	19/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXF2811	LE000002553	17/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXJ6167	LE000002439	17/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXJ8522	LE000002479	14/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXK0061	LE000002061	31/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXM4541	LE000002434	16/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXP9006	LE000002328	11/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXZ4150	LE000002558	17/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYA9273	LE000002449	18/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYB9992	LE000002603	19/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYD5378	LE000002542	16/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYE6320	LE000002565	17/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYQ4715	LE000002575	18/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYR4932	LE000002126	02/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYT7183	LE000002599	19/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYX0427	LE000002214	04/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZB1465	LE000002585	18/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZL7883	LE000002485	14/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZR3769	LE000002322	11/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAH8681	LE000002588	18/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAN1493	LE000002265	07/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAO2841	LE000002480	14/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAT7382	LE000002329	11/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAU7350	LE000002307	09/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAU8682	LE000002070	01/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAW4485	LE000002132	03/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAY3482	LE000002574	18/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
MBA4192	LE000002325	11/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
MBE5955	LE000002457	18/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
MBG5526	LE000002545	16/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
MBG7715	LE000002581	18/11/2001	62380	218 * II * a	127.69

MBI5735	LE000002451	18/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBJ8008	LE000002124	02/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBM2968	LE000002611	20/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBN6572	LE000002452	18/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBO1702	LE000002372	09/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBS3327	LE000002331	11/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCB6162	LE000002123	02/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCC2822	LE000002502	14/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCI3430	LE000002543	16/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDU7777	LE000002493	14/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEG3140	LE000002320	11/11/2001	62460	218	*	II	*	b	574.61
MEI0150	LE000002094	02/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEU0200	LE000002421	13/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MHH7000	LE000002613	20/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MJC1935	LE000002438	16/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MLN2500	LE000002064	01/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 15/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 15/2001**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABP2394	LE000002746	21/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
ACX2773	LE000002274	07/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
ADY5231	LE000002411	13/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
AHE9117	LE000002723	25/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
ASR3002	LE000002261	06/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
BZP4625	LE000002649	22/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
CCO6337	LE000002708	25/11/2001	62380	218 * II * a	127.69

CRB7825	LE000002183	08/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
IAU8931	LE000002826	02/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
IBG3455	LE000002967	02/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
KOV6364	LE000002436	16/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWR6889	LE000002710	25/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWT8119	LE000002736	26/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWV2499	LE000002486	14/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWV9307	LE000002821	02/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWW9860	LE000002918	01/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXG0907	LE000002721	25/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXH3267	LE000002656	22/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXL3257	LE000002263	06/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXL7177	LE000002843	03/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXP9452	LE000002901	30/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXQ4566	LE000002346	12/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXS5180	LE000002882	29/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXZ8721	LE000002644	22/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYC0097	LE000002761	22/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYE2191	LE000002672	23/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYE5296	LE000002996	03/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYM3934	LE000002260	06/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYP6231	LE000002300	09/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYR2683	LE000002902	30/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYU1229	LE000002667	23/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYV6636	LE000002388	12/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYX2141	LE000002740	26/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZC4897	LE000002367	09/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZC6762	LE000002692	24/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZF0841	LE000002412	13/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZI5408	LE000003006	04/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZN2310	LE000002986	03/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZP3023	LE000002787	24/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZZ1340	LE000002306	09/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAE9466	LE000002690	24/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAF1567	LE000002680	23/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAK8521	LE000002239	05/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAO2841	LE000002752	22/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAU6511	LE000002221	04/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAY3244	LE000002253	06/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBC6752	LE000002735	26/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBD4672	LE000002517	15/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBG5526	LE000002741	26/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBJ0370	LE000002778	23/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBM6672	LE000002762	23/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBM8971	LE000002519	15/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBP7801	LE000002771	23/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MES1400	LE000002820	01/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MGS4630	LE000002777	23/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MXV3294	LE000002715	25/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

# **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 16/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 16/2001**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACG1778	LE000002661	23/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
ADT4394	LE000002931	01/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
BIT1966	LE000002932	01/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
BUU6311	LE000002578	18/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
CZP8737	LE000002964	02/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
IFG4926	LE000002972	02/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
KTM3633	LE000002445	17/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWU6894	LE000002447	17/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXC5320	LE000002776	23/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXF1852	LE000002711	25/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXO9119	LE000002836	02/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXP4446	LE000002804	25/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYK5139	LE000002669	23/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYL9226	LE000002873	29/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYM0584	LE000002697	24/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZH0012	LE000002650	22/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZH2402	LE000002790	24/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZL5189	LE000002860	28/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZY5735	LE000003003	04/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAB3706	LE000002786	24/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAJ4759	LE000002594	19/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAL7712	LE000002956	02/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAN6908	LE000002928	01/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAP7042	LE000002662	22/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAT7382	LE000002948	02/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAU2198	LE000002924	01/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAV0741	LE000002814	01/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
MBI8086	LE000002926	01/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
MBJ7728	LE000002920	01/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
MBR0158	LE000003010	04/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
MBR8386	LE000002897	30/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
MCA5072	LE000002885	29/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
MCI2000	LE000002968	02/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
MCJ8100	LE000002953	02/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
MCM8010	LE000002984	03/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
MDL6050	LE000002857	28/11/2001	62380	218 * II * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 17/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 17/2002**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BJP2650	LE00003075	09/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
BNO1991	LE00002719	25/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXH2829	LE00003087	09/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXH6407	LE00002694	24/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXL1945	LE00003081	09/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXN2953	LE00003061	07/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXR2065	LE00002634	21/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXS3380	LE00003023	05/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYI9678	LE00003084	09/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYT8917	LE00003136	09/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYZ4656	LE00002757	22/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZA4855	LE00003092	10/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZB1918	LE00003119	08/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZB9238	LE00002654	22/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZT5854	LE00003070	08/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZV9722	LE00002793	24/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZX7023	LE00002797	25/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAB5090	LE00002811	30/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAG3120	LE00003016	04/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAJ8937	LE00002783	24/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAM1331	LE00002633	21/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAV6036	LE00002635	21/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
MBI6952	LE00003027	05/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
MJH0300	LE00002702	24/11/2001	62380	218 * II * a	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 18/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 18/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAC8996	LE00003085	09/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
ABO4444	LE00003115	08/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
ABP2394	LE00003248	18/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
AFS4326	LE00003371	20/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
AGE0811	LE00003064	07/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
AGL2534	LE00003214	13/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
AHE6692	LE00003093	13/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
AJY0020	LE00003062	07/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
AYG8000	LE00003009	04/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
BME9958	LE00003063	07/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
BOC9219	LE00003014	04/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
BTH0221	LE00003271	20/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
CAI9829	LE00003355	19/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
CBV2888	LE00003222	14/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
CFH5080	LE00003082	09/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWU1342	LE00003191	11/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWV0790	LE00002981	03/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWW3285	LE00003201	12/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWZ3639	LE00003103	06/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXE2760	LE00002997	03/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXG2852	LE00003011	04/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXH5990	LE00003393	21/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXH7957	LE00003209	12/12/2001	62380	218 * II * a	127.69

LXI5030	LE000003394	21/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXK0228	LE000003149	10/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXK5409	LE000003101	06/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXL0397	LE000003278	16/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXM8081	LE000003323	18/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXR8120	LE000003186	16/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXS7082	LE000002947	02/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXT6448	LE000003202	12/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXU5438	LE000002993	03/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXU9388	LE000003183	16/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXX1024	LE000003194	12/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYB8085	LE000002958	02/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYE8392	LE000003032	05/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYG7967	LE000003142	09/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYN7472	LE000003020	05/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYT6961	LE000003298	16/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYW3706	LE000003208	12/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYX0226	LE000002985	03/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYZ2279	LE000003312	17/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZB9444	LE000002875	29/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZC2841	LE000002847	27/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZD9166	LE000003165	14/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZE6943	LE000003350	19/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZG5948	LE000002938	01/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZH3596	LE000003002	04/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZJ9367	LE000002871	29/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZL3581	LE000003139	09/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZL5972	LE000003041	05/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZP4094	LE000003039	05/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZQ7188	LE000003144	09/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZT4009	LE000003079	09/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZX8842	LE000003192	12/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAE2716	LE000003104	06/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAH7102	LE000003083	09/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAI1959	LE000003230	14/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAK9374	LE000003227	14/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAM5199	LE000003206	12/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAP7323	LE000003200	12/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAU8007	LE000003046	06/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAZ9210	LE000003025	05/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAZ9213	LE000003225	14/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBD0951	LE000002832	02/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBD3332	LE000002895	30/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBE6302	LE000003182	16/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBF1643	LE000003175	15/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBL7767	LE000003078	09/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBO1491	LE000003131	08/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBU0368	LE000002900	30/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCC3098	LE000003126	08/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEE0090	LE000003055	07/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEF8790	LE000003148	10/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEO5650	LE000003123	08/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEP1420	LE000002912	30/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MGT1100	LE000002937	01/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MIL2412	LE000002886	29/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 19/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 19/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACK2910	LE00003043	05/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
AMV1818	LE00003266	20/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
BNJ8586	LE00003435	22/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
HQU1411	LE00003273	15/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
IEX2929	LE00003127	08/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
JMG2746	LE00003179	16/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWS7950	LE00003257	19/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWT5841	LE00003322	18/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWU9984	LE00003427	22/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWX4609	LE00003367	20/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWY0849	LE00003294	16/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXA0103	LE00003386	21/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXB6384	LE00003399	21/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXN0910	LE00003439	23/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXO8942	LE00003291	16/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXQ0423	LE00003289	16/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYA5689	LE00003472	24/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYA8097	LE00003333	18/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYD4670	LE00003476	24/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYF9603	LE00003344	19/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYO6124	LE00003425	22/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYY2840	LE00003276	16/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZB1102	LE00003033	05/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZC9122	LE00003151	10/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZD7223	LE00003321	18/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZG7798	LE00003316	17/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZL8611	LE00003477	24/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZO1461	LE00003388	21/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZR2021	LE00003396	21/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAC3109	LE00003480	24/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAD3544	LE00003141	09/12/2001	62380	218 * II * a	127.69

MAM0674	LE000003365	20/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAQ8623	LE000003313	17/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAX4873	LE000003330	18/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAZ6831	LE000003244	17/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBB0635	LE000003285	16/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBH4875	LE000003297	16/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBJ8701	LE000003334	18/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDR1998	LE000003331	18/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEU6565	LE000003022	05/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MIL0144	LE000003466	23/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 2/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 2/2001**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAT9999	LE00000492	05/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
AFX2842	LE00000456	03/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
BMM0750	LE00000757	13/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
BND4085	LE00000651	03/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWW7607	LE00000619	13/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWX8037	LE00000756	13/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWY1283	LE00000677	05/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXB4207	LE00000617	12/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXC4760	LE00000555	08/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXJ0286	LE00000431	01/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXK3392	LE00000307	29/07/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXN7190	LE00000388	28/07/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXS0882	LE00000584	10/08/2001	62380	218 * II * a	127.69

LXU3539	LE000000382	28/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXV3451	LE000000695	06/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYE9586	LE000000627	13/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYH3892	LE000000465	03/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYJ8889	LE000000396	29/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYP0559	LE000000613	11/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYT3741	LE000000731	10/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYT5048	LE000000694	06/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYW2486	LE000000745	12/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYY7180	LE000000728	10/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZM4359	LE000000703	07/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZR4411	LE000000447	02/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZU1149	LE000000437	01/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAE4964	LE000000510	06/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAE9587	LE000000321	30/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAK6251	LE000000690	06/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAT5863	LE000000453	02/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBA7703	LE000000649	03/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBB7726	LE000000634	14/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBB8524	LE000000429	31/07/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBC6192	LE000000707	08/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBF2674	LE000000689	06/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBJ1216	LE000000722	10/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBJ4937	LE000000553	08/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBL3450	LE000000672	05/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBP3589	LE000000736	11/08/2001	62460	218	*	II	*	b	574.61
MBZ3070	LE000000702	07/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEE3110	LE000000658	03/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEH2920	LE000000528	07/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEU4120	LE000000650	03/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFB1400	LE000000365	02/08/2001	62460	218	*	II	*	b	574.61
MKM0009	LE000000500	05/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MMH5050	LE000000697	06/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

# **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 20/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 20/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFJ4999	LE00003582	27/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
BQR1618	LE00003624	28/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
CRS1716	LE00003411	22/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
GLP6726	LE00003442	21/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
GTD3973	LE00003760	30/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
GTH8885	LE00003726	30/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
ICU2978	LE00003403	21/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
KCT3902	LE00003494	23/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWV3762	LE00003459	23/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWX6044	LE00003513	24/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWX8273	LE00003532	26/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXA0824	LE00003722	29/12/2001	62460	218 * II * b	574.61
LXA0824	LE00003522	25/12/2001	62460	218 * II * b	574.61
LXD7287	LE00003516	25/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXE1339	LE00003463	23/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXE3430	LE00003521	25/12/2001	62460	218 * II * b	574.61
LXF7234	LE00003594	27/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXG3017	LE00003544	26/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXH5345	LE00003715	30/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXI3300	LE00003523	25/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXI6930	LE00003514	24/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXL2070	LE00003615	28/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXP9756	LE00003747	30/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXR8203	LE00003465	23/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXS4599	LE00003592	27/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXT5421	LE00003502	24/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXZ7099	LE00003612	28/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYG7648	LE00003547	26/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYI3956	LE00003757	30/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYK0992	LE00003625	28/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYR0435	LE00003497	23/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYT1063	LE00003649	29/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYW9297	LE00003178	16/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYZ5048	LE00003213	13/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZB0085	LE00003575	27/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZD8786	LE00003408	22/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZF1899	LE00003474	24/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZH9793	LE00003524	25/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZK2706	LE00003478	24/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZL2855	LE00003754	30/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZS4819	LE00003485	23/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZV4998	LE00003782	01/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZV6952	LE00003525	25/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAC8159	LE00003511	24/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAH3981	LE00003613	28/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAI1321	LE00003599	27/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAI2441	LE00003650	29/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAK2880	LE00003643	29/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAL0382	LE00002193	03/11/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAM0174	LE00003520	25/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAM5773	LE00003679	26/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAO6438	LE00003653	29/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAQ7220	LE00003236	15/12/2001	62380	218 * II * a	127.69

MAS5002	LE000003397	21/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBB0274	LE000003727	30/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBC6938	LE000003763	31/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBD1976	LE000003541	26/12/2001	62460	218	*	II	*	b	574.61
MBD3364	LE000003585	27/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBN3333	LE000003492	23/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBS6059	LE000003410	22/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBU4447	LE000003660	29/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBZ9618	LE000003456	23/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCF0249	LE000003721	29/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCP1010	LE000003508	24/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDA3060	LE000003637	28/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDH0800	LE000003602	27/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MMM1219	LE000003181	16/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 21/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 21/2002**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACW1306	LE000003830	02/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
ADP2319	LE000003878	05/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
ADU2946	LE000003954	10/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
ADU4789	LE000003581	27/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
AEJ7478	LE000003688	27/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
AFS4326	LE000003922	04/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
AHJ3405	LE000003247	18/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
AHU4347	LE000003475	24/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
BGJ8301	LE000003665	25/12/2001	62380	218 * II * a	127.69

BLL8353	LE00003675	26/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
CAK9999	LE00002278	07/11/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
CCW1162	LE00003454	22/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
CET0669	LE00003468	24/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
DAL1826	LE00003709	29/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
FCF0404	LE00003677	26/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
HRJ1594	LE00003801	02/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
KBP2343	LE00003481	24/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWR4739	LE00003880	05/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWS1884	LE00003708	29/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWV0267	LE00003928	05/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWX0933	LE00003904	09/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWY8855	LE00003671	25/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXB9911	LE00003712	29/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXC8140	LE00003381	20/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXD7608	LE00003735	30/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXG5713	LE00003695	27/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXI0114	LE00003872	05/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXP3722	LE00003854	04/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXU0015	LE00003458	23/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXU3291	LE00003864	05/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXU9529	LE00003831	02/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXW4109	LE00003706	28/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXX4517	LE00003683	26/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXY7361	LE00003678	26/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXY7440	LE00003884	08/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXZ2382	LE00003857	04/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXZ4585	LE00003630	28/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYE4398	LE00003275	15/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYE5495	LE00003846	04/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYG7967	LE00003799	02/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYH2807	LE00003776	31/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYH6234	LE00003790	02/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYJ5572	LE00003862	04/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYK7888	LE00003794	02/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYL9822	LE00003659	29/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYP5987	LE00003560	26/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYR2909	LE00003670	25/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYV1062	LE00003765	31/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYW6285	LE00003473	24/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYZ5721	LE00003736	30/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZB4884	LE00003929	05/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZF1375	LE00003518	25/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZF1619	LE00003572	27/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZG9000	LE00003738	30/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZH4662	LE00003867	05/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZI1091	LE00003617	28/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZP6052	LE00003844	04/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZS4322	LE00003909	09/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZS9662	LE00003669	25/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAE1805	LE00003262	19/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAE1805	LE00003361	19/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAF2796	LE00003837	03/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAH4366	LE00003920	10/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAJ6260	LE00003903	09/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAK7449	LE00003818	01/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAM1077	LE00003915	10/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAM9413	LE00003552	26/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAQ2098	LE00003856	04/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAS8860	LE00003816	01/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAV4486	LE00003861	04/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAW4620	LE00003455	22/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAX8950	LE00003787	01/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69

MAZ5182	LE00003835	03/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAZ6789	LE00003839	03/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBA3903	LE00003849	04/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBC2340	LE00003536	26/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBD3975	LE00003648	29/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBI1876	LE00003850	04/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBI4249	LE00003779	31/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBL3856	LE00003786	01/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBM9259	LE00003901	09/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBR0738	LE00003379	20/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBV8039	LE00003240	16/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCA0999	LE00003836	03/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCB3109	LE00003812	31/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCB3782	LE00003441	21/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCK5029	LE00003587	27/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCM8010	LE00003681	26/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDU4110	LE00003804	31/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDX4290	LE00003753	30/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEP0460	LE00003848	04/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEX2600	LE00003767	31/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEY1270	LE00003569	26/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEZ1810	LE00003783	01/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MIG8100	LE00003914	09/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MML3003	LE00003707	28/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 22/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 22/2002**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

AFS2615	LE00003583	27/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
IGI6987	LE00003750	30/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWY6932	LE00003507	24/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXA5643	LE00003917	10/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXB3721	LE00003805	31/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXJ0093	LE00003605	28/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXN2953	LE00003921	11/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXT9127	LE00003559	26/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYA2736	LE00003931	05/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYK4344	LE00003924	04/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYO2881	LE00003733	30/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYR9512	LE00003731	30/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYS1764	LE00003773	31/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZB2559	LE00003562	26/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZH7256	LE00003692	27/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZP3313	LE00003558	26/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZP9480	LE00003607	28/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZQ7278	LE00003768	31/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZZ1465	LE00003925	04/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAQ9938	LE00003764	31/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAY0228	LE00003817	01/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBB7154	LE00003906	09/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBJ4935	LE00003640	29/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBN4908	LE00003504	24/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBO1569	LE00003490	23/12/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBW1757	LE00003896	08/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBX7800	LE00003875	05/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 23/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 23/2002**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

## INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACP0049	LE00003939	05/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
AEC0931	LE00004077	20/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
AFF2648	LE00003975	13/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
BFN9333	LE00003892	08/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
BFN9333	LE00003912	09/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
CRL4726	LE00004164	18/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
IHB8479	LE00003483	24/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWX3509	LE00004176	18/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWY9329	LE00004127	27/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXH4323	LE00004063	20/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYC2230	LE00004053	18/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYE1573	LE00003985	13/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYN8897	LE00004110	25/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYQ5803	LE00003843	04/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYR8743	LE00004156	17/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYS8830	LE00003927	05/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZB1107	LE00004026	16/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZF6837	LE00003983	13/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZH3596	LE00003942	08/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZN8347	LE00004123	26/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZR2613	LE00003937	05/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZS9620	LE00003828	02/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAA7374	LE00003946	08/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAF8550	LE00003964	12/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAK5263	LE00004062	20/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAO4282	LE00003887	08/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAS9518	LE00004132	27/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAW1417	LE00003900	09/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAW2417	LE00004082	21/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBG9252	LE00003996	14/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBT3532	LE00003841	04/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBZ1240	LE00004071	20/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
MCD5412	LE00004056	19/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
MEL4490	LE00004075	20/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
MEU0200	LE00004145	17/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
MFA4260	LE00003870	05/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
MFE0720	LE00003908	09/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
MFE1810	LE00004000	14/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
MFJ3090	LE00004016	16/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
MIO4556	LE00004101	24/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
MIS3300	LE00004121	26/01/2002	62380	218 * II * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 24/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
 DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 24/2002**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADD8725	LE00004396	30/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
BJR5845	LE00004137	16/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
BMI4222	LE00004036	14/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
CSF3729	LE00004136	16/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWS4387	LE00004014	16/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWT5168	LE00004135	16/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWV5600	LE00004080	20/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWZ4769	LE00004216	20/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXA2736	LE00004005	15/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXI8457	LE00004143	16/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXJ1433	LE00004070	20/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXM5768	LE00003999	14/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXQ4839	LE00004165	18/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXZ6874	LE00004376	06/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYD1868	LE00004202	20/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYF2186	LE00004252	23/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYJ9975	LE00004039	14/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYP8893	LE00004104	24/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYT1605	LE00004240	22/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYT3899	LE00004247	23/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYT3899	LE00003998	14/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYU1992	LE00004315	27/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYU1992	LE00004218	20/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYW6319	LE00004323	28/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYX2443	LE00004181	18/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZE0003	LE00004174	18/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZF1772	LE00004103	24/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZJ9998	LE00004367	06/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZS5389	LE00004196	19/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAA2395	LE00003966	12/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAD1096	LE00004166	18/01/2002	62460	218 * II * b	574.61
MAE6436	LE00003698	28/12/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAE9992	LE00004261	23/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAK0693	LE00004106	24/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAN8521	LE00004011	16/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAQ1608	LE00004197	19/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAZ2310	LE00004205	20/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBB3064	LE00004316	27/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBB3064	LE00003993	13/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBE5379	LE00003972	12/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBE6887	LE00004083	21/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBH6921	LE00004027	13/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBJ7358	LE00004095	22/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBK0639	LE00003976	13/01/2002	62380	218 * II * a	127.69

MBT8638	LE000003991	13/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBU2757	LE000004017	16/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBU2757	LE000004191	19/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBU2757	LE000004228	22/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBZ3070	LE000004022	16/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCA6322	LE000004058	19/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCD6489	LE000003968	12/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEJ8170	LE000004311	27/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MKL1989	LE000004148	17/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 25/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 25/2002**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFH2824	LE000004328	28/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
AHR3632	LE000004375	06/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
AOA9009	LE000004430	04/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
BGJ1490	LE000004244	23/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
BIL8771	LE000004447	07/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
BMP7861	LE000004133	27/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
BOF8440	LE000004251	23/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
CGG8914	LE000004339	28/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
HOQ4185	LE000004260	23/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
ICY7239	LE000004173	18/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWR7390	LE000004389	29/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWW5300	LE000004381	27/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXC2604	LE000004404	31/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXD8375	LE000004204	20/01/2002	62380	218 * II * a	127.69

LXF1847	LE000004444	06/02/2002	62460	218	*	II	*	b	574.61
LYK7045	LE000004435	04/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYL4056	LE000004286	26/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYO9746	LE000004368	06/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYP4937	LE000004331	28/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYQ7733	LE000004259	23/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYS0906	LE000004321	27/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYS1066	LE000004054	19/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYT1486	LE000004394	30/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYW3789	LE000004207	20/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYZ1847	LE000004038	14/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZA4388	LE000004146	17/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZA6795	LE000004248	23/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZB0026	LE000004271	25/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZG3853	LE000004117	26/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZG6565	LE000004226	20/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZJ4199	LE000004431	04/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZJ8500	LE000004126	27/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZL8081	LE000004285	26/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZL9702	LE000004418	03/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZO9742	LE000004214	20/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZS6284	LE000004161	18/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZU2523	LE000004302	27/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAE1617	LE000004379	06/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAE7775	LE000004312	27/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAK2895	LE000004293	26/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAL3150	LE000004187	19/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAO0862	LE000004219	20/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAR0331	LE000004310	27/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAS4950	LE000004023	16/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAT9165	LE000004042	17/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAW1259	LE000004343	29/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAW4076	LE000004193	19/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAW5706	LE000004306	27/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAX6295	LE000004237	22/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBD0761	LE000004357	30/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBF5255	LE000004223	20/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBF8314	LE000004249	23/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBI3345	LE000004429	03/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBM3886	LE000004355	30/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBR6967	LE000004225	20/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBS9141	LE000004354	29/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBT8577	LE000004352	29/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBU0051	LE000004326	28/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBU0691	LE000004402	31/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBU0691	LE000004445	06/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBU2182	LE000004155	17/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBW6268	LE000004366	05/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDS8800	LE000004414	03/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEK6990	LE000004335	28/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEZ1810	LE000004358	05/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEZ2060	LE000004332	28/01/2002	62460	218	*	II	*	b	574.61
MJJ0160	LE000004263	24/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 26/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 26/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADZ3861	LE00004595	11/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
CAB0917	LE00004341	29/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWR8739	LE00004651	13/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWS3582	LE00004467	08/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWY7013	LE00004604	11/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXA2889	LE00004420	03/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXA7250	LE00004548	09/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXB9073	LE00004523	12/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXI0472	LE00004494	09/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXK5917	LE00004662	13/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXN2526	LE00004479	09/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXR6824	LE00004628	12/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXS4977	LE00004565	09/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXS6905	LE00004649	13/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXW9856	LE00004539	17/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXY5938	LE00004468	08/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYQ0795	LE00004654	13/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYS4095	LE00004460	08/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZA0413	LE00004661	13/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZB0067	LE00004478	09/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZB2699	LE00004489	09/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZN4603	LE00004424	03/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZT5023	LE00004626	12/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZV6989	LE00004557	09/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZX5031	LE00004459	08/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZZ1522	LE00004525	13/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAD8545	LE00004403	31/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAI8380	LE00004279	25/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBB3064	LE00004474	08/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBH9309	LE00004411	02/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBP1268	LE00004588	10/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
MDU5170	LE00004498	10/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
MEC5220	LE00004556	09/02/2002	62380	218 * II * a	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 27/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 27/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADB2320	LE00004280	25/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
ADI8080	LE00004598	11/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
ADO6453	LE00004779	20/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
ADY4444	LE00004618	11/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
AEX5947	LE00004610	11/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
ANJ0085	LE00004700	15/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
IDQ0722	LE00004264	24/01/2002	62380	218 * II * a	127.69
IIM5484	LE00004374	06/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LAB7909	LE00004541	19/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWZ4413	LE00004726	16/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXB2384	LE00004782	20/02/2002	62460	218 * II * b	574.61
LXE3111	LE00004640	12/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXF4607	LE00004362	05/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXI7940	LE00004789	21/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXP4080	LE00004770	19/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXR8120	LE00004519	12/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXT3485	LE00004675	14/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXW9490	LE00004639	12/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXY5938	LE00004587	10/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYC3726	LE00004739	17/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYC3928	LE00004768	18/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYF5069	LE00004582	10/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYH7224	LE00004453	06/02/2002	62380	218 * II * a	127.69

LYK6774	LE000004672	14/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYY1057	LE000004630	12/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYY1938	LE000004584	10/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZJ7192	LE000004558	09/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZM0491	LE000004748	17/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZM1422	LE000004365	05/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZO7090	LE000004287	26/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZP9263	LE000004776	20/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZQ8515	LE000004276	25/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZT4953	LE000004780	20/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZV8600	LE000004589	10/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZX2944	LE000004543	20/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZX3822	LE000004786	21/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZY5644	LE000004685	15/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZZ5259	LE000004647	13/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZZ8515	LE000004599	11/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAA8932	LE000004537	17/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAB3390	LE000004581	10/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAG9267	LE000004442	05/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAK3738	LE000004702	15/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAK4813	LE000004669	14/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAK9733	LE000004438	05/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAL7751	LE000004497	10/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAQ2900	LE000004597	11/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAS9565	LE000004534	16/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAU2154	LE000004465	08/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAZ5602	LE000004577	10/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBA5088	LE000004561	09/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBE7040	LE000004737	17/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBF6022	LE000004664	13/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBH8773	LE000004363	05/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBM3886	LE000004648	13/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBN7891	LE000004551	09/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCF5042	LE000004476	09/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCH7459	LE000004533	16/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCM8010	LE000004516	11/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDR0060	LE000004278	25/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEO3440	LE000004333	28/01/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFI7800	LE000004771	19/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MGA5300	LE000004692	15/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MMB8448	LE000004443	05/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 28/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 28/2002**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BKW8591	LE00004535	17/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
CCR9943	LE00004527	13/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
IHI4513	LE00004783	20/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWR8419	LE00004593	11/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWT6459	LE00004743	17/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWX7703	LE00004797	22/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXH3495	LE00004808	23/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYL0569	LE00004778	20/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYN7460	LE00004733	17/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYT0075	LE00004699	15/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYT8090	LE00004747	17/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZH6924	LE00004750	17/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZL0800	LE00004455	07/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZT9802	LE00004787	21/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAD7831	LE00004555	09/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAF5696	LE00004679	14/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAO0393	LE00004805	23/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAS9474	LE00004844	03/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAZ8530	LE00004760	18/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBH4022	LE00004694	15/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBK2316	LE00004712	16/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBK2316	LE00004790	21/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBS6912	LE00004784	20/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
MCF6440	LE00004825	25/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
MCP6040	LE00004608	11/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
MEO3980	LE00004566	09/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
MGI2000	LE00004828	26/02/2002	62380	218 * II * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 29/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 29/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BLB2299	LE00004821	25/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYZ9684	LE00004755	18/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZN8042	LE00004602	11/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAK1604	LE00004735	17/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAO9802	LE00004767	18/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAW4797	LE00004745	17/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBK4918	LE00004741	17/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBT5099	LE00004667	13/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
MDT5510	LE00004766	18/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
MKM0009	LE00004841	03/03/2002	62380	218 * II * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 3/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 3/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFC0511	LE000000932	19/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
AHL2196	LE000000486	04/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
IEQ0971	LE000000801	17/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
KBG1212	LE000000509	06/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWU1724	LE000000945	20/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXB7509	LE000000541	07/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXJ2774	LE000000653	03/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXM9150	LE000000832	18/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXN1644	LE000000618	12/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXT9127	LE000000491	05/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXY7090	LE000000859	19/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYA2598	LE000000820	17/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYC5041	LE000000714	09/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYD9811	LE000000848	19/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYF2727	LE000000472	03/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYQ9383	LE000000823	18/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYS0576	LE000000779	16/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYY1439	LE000000821	18/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZF5771	LE000000857	19/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZK4705	LE000000507	06/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZK9848	LE000000629	13/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZM3580	LE000000490	04/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZN6217	LE000000851	19/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZO1582	LE000000815	17/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZV4676	LE000000844	18/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZV5673	LE000000865	19/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZW0014	LE000000802	17/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZX1383	LE000000813	17/08/2001	62460	218 * II * b	574.61
MAN1493	LE000000925	18/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAO9691	LE000000869	19/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAS2692	LE000000665	04/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
MBA0293	LE000000867	19/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
MBB0685	LE000000876	15/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
MBB0685	LE000000792	16/08/2001	62460	218 * II * b	574.61
MBI7915	LE000000843	18/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
MBJ2482	LE000000498	05/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
MBM6491	LE000000571	09/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
MBS9050	LE000000849	19/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
MBT7092	LE000000791	16/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
MBT8869	LE000000921	18/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
MEL5540	LE000000928	18/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
MFF9999	LE000000591	10/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
MML1818	LE000000799	17/08/2001	62380	218 * II * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 30/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 30/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAG4143	LE00005011	08/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
AHV5079	LE00004996	08/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
AI14012	LE00004885	26/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
BUM6746	LE00004887	26/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
GLP8725	LE00004911	28/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWW8811	LE00004899	27/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWX4609	LE00004866	24/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWZ1988	LE00005002	08/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXA9336	LE00004944	02/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXE6037	LE00004937	01/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXJ9885	LE00005081	05/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXM7222	LE00004909	27/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXP2588	LE00004948	02/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXP3918	LE00004946	02/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXR3934	LE00005029	10/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXS0119	LE00004851	23/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXT4965	LE00004849	23/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXU4970	LE00004832	27/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXY4028	LE00005087	08/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXY4028	LE00005003	08/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXY9207	LE00004912	28/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXZ3768	LE00005042	11/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYE1518	LE00004903	27/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYG4072	LE00004892	26/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYH0868	LE00004879	25/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYK7045	LE00005025	09/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYM1633	LE00004925	01/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYN0978	LE00004947	02/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYR4446	LE00004915	28/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYS8384	LE00004917	28/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYU0342	LE00004863	23/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYZ2846	LE00004873	24/02/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYZ9684	LE00004878	25/02/2002	62380	218 * II * a	127.69

LYZ9684	LE000005047	11/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZA4333	LE000005104	13/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZB0840	LE000005054	12/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZD1902	LE000005014	09/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZD3596	LE000005082	06/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZG3211	LE000004936	01/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZH6646	LE000004927	01/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZH7794	LE000004876	24/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZQ0309	LE000004756	18/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZQ8670	LE000004818	24/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZR3647	LE000004958	03/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZS5854	LE000005008	08/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAE9289	LE000004867	24/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAP9755	LE000004812	22/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAQ7873	LE000004888	26/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAR8007	LE000004932	01/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAU4961	LE000004865	24/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAV0605	LE000005057	13/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAX4874	LE000005074	14/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAZ6123	LE000005103	13/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAZ9999	LE000004940	02/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBD4880	LE000004901	27/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBN3308	LE000005055	12/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBP1268	LE000005032	10/03/2002	62460	218	*	II	*	b	574.61
MBP1268	LE000005038	11/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBR6990	LE000004987	06/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBS0328	LE000004872	24/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBU9222	LE000004955	03/03/2002	62460	218	*	II	*	b	574.61
MBX5281	LE000004859	23/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBX8549	LE000005004	08/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBZ2638	LE000004802	22/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCA1321	LE000004992	07/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCD5001	LE000005105	13/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDM4820	LE000004895	26/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDO0600	LE000004868	24/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEG1650	LE000004957	03/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEL0323	LE000004902	27/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MJC2500	LE000004852	23/02/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MMM5760	LE000004962	03/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 31/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 31/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ANJ0085	LE00004991	07/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
CAW7650	LE00004981	06/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LJX4668	LE00005122	16/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXB5221	LE00005132	16/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXD5174	LE00005101	12/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXP5587	LE00005127	16/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXX0506	LE00005131	16/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYQ2727	LE00005129	16/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYV0111	LE00005056	12/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZL3013	LE00005017	09/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAJ5914	LE00005023	09/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAN0890	LE00005066	14/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAY4831	LE00004971	04/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBD6570	LE00005027	10/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBL6500	LE00005249	30/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
MCA9309	LE00004979	06/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
MCH5239	LE00005155	18/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
MFI9660	LE00005012	09/03/2002	62380	218 * II * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 32/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 32/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BLV1280	LE00004975	05/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
BQX3459	LE00005125	16/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
CAL7888	LE00005149	17/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
CBO4378	LE00005117	16/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
CBO4378	LE00005281	17/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
GTO5950	LE00005294	19/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWV5425	LE00005337	24/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWV5425	LE00005308	22/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWV5425	LE00005181	20/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWV5425	LE00005341	24/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWW9423	LE00005192	21/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWX6044	LE00005265	31/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXB7515	LE00005394	05/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXB9073	LE00005335	23/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXC5186	LE00005388	05/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXG6584	LE00005019	09/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXH6179	LE00005051	11/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXK0727	LE00005094	10/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXM5768	LE00005487	10/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXT2561	LE00005163	19/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXX4779	LE00005239	29/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXX9965	LE00004988	06/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXY1795	LE00005316	22/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYA1759	LE00005245	30/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYB7606	LE00005124	16/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYC3390	LE00005287	18/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYD0526	LE00005430	07/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYD4670	LE00005225	27/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYE1461	LE00005275	17/03/2002	62460	218 * II * b	574.61
LYF4281	LE00004978	06/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYI0513	LE00005161	18/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYN3646	LE00005371	04/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYP8839	LE00005318	22/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYP8839	LE00005211	25/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYS1876	LE00005313	22/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYT7183	LE00005262	31/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYW8557	LE00005479	09/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYZ5567	LE00005504	10/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZB1055	LE00005254	30/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZF1030	LE00005324	23/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZF3598	LE00005283	17/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZH4137	LE00005255	30/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZL4928	LE00005144	17/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZM9359	LE00005279	17/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZN3212	LE00005210	25/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZO8111	LE00005506	10/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZV5444	LE00005164	19/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZY9943	LE00005423	07/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZZ3357	LE00005157	18/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAA3810	LE00005307	22/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAR6771	LE00005140	17/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAU9243	LE00005296	20/03/2002	62380	218 * II * a	127.69

MAU9537	LE00005111	15/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAY4831	LE00005086	07/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAZ5656	LE00005360	03/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBB6055	LE00005142	17/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBG1559	LE00005378	04/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBI5735	LE00005472	09/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBI7011	LE00005362	03/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBN5032	LE00005253	30/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBO9802	LE00005175	20/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBR0333	LE00005311	22/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBS1600	LE00005212	25/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBS3102	LE00005422	07/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCB8690	LE00005044	11/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCB8999	LE00005485	10/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCD6489	LE00005392	05/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDK3010	LE00005063	14/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDL0380	LE00005180	20/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEC5220	LE00005412	06/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFG6230	LE00004977	05/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 33/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 33/2002**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BQT2328	LE00005256	30/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
GKY0098	LE00005468	09/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
GNK7238	LE00005515	11/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
IID9558	LE00005349	02/04/2002	62380	218 * II * a	127.69

LXA5643	LE00005344	01/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXC8450	LE00005494	10/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXK0727	LE00005511	11/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXM7688	LE00005441	07/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXN1117	LE00005331	23/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXN7016	LE00005496	10/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXQ6285	LE00005451	08/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXX4338	LE00005113	15/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXZ1205	LE00005230	27/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXZ3987	LE00005473	09/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYC0255	LE00005242	29/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYC6675	LE00005328	23/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYL3101	LE00005345	01/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYM7353	LE00005289	18/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYS0006	LE00005323	23/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYY1057	LE00005486	10/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYZ2846	LE00005356	03/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZC4309	LE00005112	15/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZJ5971	LE00005461	08/04/2002	62460	218	*	II	*	b	574.61
LZN2310	LE00005503	10/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZT2208	LE00005519	11/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAF0069	LE00005520	10/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAH4061	LE00005123	16/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAI9018	LE00005505	10/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAO7650	LE00005179	20/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAV1602	LE00005409	06/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAX5595	LE00005130	16/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAX6295	LE00005518	11/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBC7148	LE00005403	06/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBO1387	LE00005512	11/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBR5782	LE00005193	21/03/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBW6381	LE00005482	10/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBW7691	LE00005375	04/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFI7800	LE00005492	10/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MGA1599	LE00005387	05/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MKU0009	LE00005382	04/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 34/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 34/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CWO4605	LE00005687	11/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWX7703	LE00005533	12/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXG4685	LE00005547	12/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXJ1626	LE00005266	15/03/2002	62460	218 * II * b	574.61
LXM5845	LE00005310	22/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXQ4648	LE00005541	12/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYB7567	LE00005450	08/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYI1233	LE00005694	12/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYI5407	LE00005546	12/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYR6398	LE00005562	13/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZC2337	LE00005369	04/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZD5191	LE00005555	13/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZM0311	LE00005611	15/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZO8111	LE00005653	18/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZZ9470	LE00005645	18/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZZ9470	LE00005690	12/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZZ9470	LE00005633	17/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZZ9470	LE00005620	16/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZZ9470	LE00005710	15/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAK3738	LE00005677	20/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAK9140	LE00005715	15/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAV4170	LE00005673	20/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAV4170	LE00005652	18/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBB1269	LE00005574	14/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBE7805	LE00005544	12/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBG2649	LE00005566	14/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBH1196	LE00005521	10/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBN8991	LE00005523	11/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBQ3612	LE00005638	17/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBR6941	LE00005617	15/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBY5607	LE00005269	16/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
MCD6489	LE00005550	13/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
MCH7141	LE00005457	08/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
MFA3390	LE00005663	19/04/2002	62380	218 * II * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 35/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
 DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 35/2002**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACW5469	LE00005667	19/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
BGV5473	LE00005408	06/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
IHI2361	LE00005502	10/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
KFO7184	LE00005705	14/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LBQ6750	LE00005551	13/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWU4436	LE00005659	19/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXE9906	LE00005500	10/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXR5819	LE00005697	12/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXR9704	LE00005493	10/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXS2047	LE00005540	12/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXX5827	LE00005554	13/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXY1703	LE00005600	15/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXZ6417	LE00005370	04/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYM0702	LE00005456	08/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYN8174	LE00005618	15/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYR1246	LE00005517	11/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYR2699	LE00005643	18/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYS1862	LE00005590	14/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYV1676	LE00005399	05/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYV8942	LE00005596	14/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYW1947	LE00005525	11/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZB8370	LE00005676	20/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZE0336	LE00005722	17/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZI6173	LE00005591	14/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZL3209	LE00005651	18/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZU5139	LE00005592	14/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZU9613	LE00005483	10/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAI2119	LE00005615	15/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAO9267	LE00005672	20/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAQ2491	LE00005536	12/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAW1259	LE00005583	14/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAZ3952	LE00005561	13/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBB8492	LE00005647	18/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBX1538	LE00005593	14/04/2002	62460	218 * II * b	574.61
MCJ9171	LE00005470	09/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
MEL3620	LE00005389	05/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
MEZ2980	LE00005607	15/04/2002	62380	218 * II * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 36/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 36/2002**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AES5490	LE00005960	29/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
AHL4687	LE00005885	03/05/2002	62380	218 * II * a	127.69
AIB6176	LE00005842	29/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
AME3567	LE00005530	12/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
BGM9811	LE00005824	28/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
BLH1599	LE00005963	01/05/2002	62380	218 * II * a	127.69
BPF8212	LE00005924	05/05/2002	62380	218 * II * a	127.69
CKH0564	LE00005779	26/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
HTY7007	LE00005743	22/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
IDX3420	LE00005833	29/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWT2112	LE00005563	13/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWV6228	LE00005836	29/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXC7215	LE00005603	15/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXF7348	LE00005961	30/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXJ6699	LE00005559	13/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXK4656	LE00005670	20/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXO6043	LE00005927	05/05/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYB9270	LE00005875	02/05/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYH3572	LE00005575	14/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYI0508	LE00005952	28/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYK2372	LE00005919	04/05/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYL6062	LE00005752	23/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYP6205	LE00005892	03/05/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYQ4378	LE00005818	28/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZB8424	LE00005817	28/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZC9251	LE00005931	22/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZH1454	LE00005768	25/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZH7294	LE00005917	04/05/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZI4219	LE00005661	19/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZO1907	LE00005764	25/04/2002	62380	218 * II * a	127.69

LZT7726	LE00005946	27/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZX4392	LE00005614	15/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZZ6302	LE00005928	21/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAB8771	LE00005973	04/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAE0905	LE00005857	01/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAH4366	LE00005808	27/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAJ2390	LE00005702	14/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAM5119	LE00005783	26/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAT3733	LE00005835	29/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAU6235	LE00005865	01/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBB8847	LE00005629	17/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBD3975	LE00005929	22/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBE5821	LE00005771	25/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBJ6570	LE00005793	26/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBL4156	LE00005805	27/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBT9530	LE00005787	26/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCD6489	LE00005834	29/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCD9000	LE00005619	15/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCP1010	LE00005867	01/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEG4510	LE00005972	04/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFF2410	LE00005894	03/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 37/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 37/2002**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACM9592	LE00005897	03/05/2002	62380	218 * II * a	127.69
AEE4861	LE00005861	01/05/2002	62380	218 * II * a	127.69

LWT6459	LE00005809	27/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXI7940	LE00005921	05/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYJ6951	LE00005831	29/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYV7639	LE00005822	28/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYW7710	LE00005908	04/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAP4551	LE00005807	27/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAT8004	LE00005965	02/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBC5024	LE00005742	22/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBL5847	LE00005826	28/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBL7679	LE00005840	29/04/2002	62460	218	*	II	*	b	574.61
MBM6036	LE00005792	26/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCA8508	LE00005975	04/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 38/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 38/2002**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACM3555	LE00005845	30/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
AEM9290	LE00006063	12/05/2002	62380	218 * II * a	127.69
AEU2048	LE00005744	22/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXK0727	LE00005977	05/05/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXP8953	LE00006216	17/05/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXZ4598	LE00006065	12/05/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYI4733	LE00005762	25/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYK4483	LE00005987	06/05/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYU1830	LE00005760	25/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYV4669	LE00005789	26/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYY0166	LE00005823	28/04/2002	62380	218 * II * a	127.69

LZK2347	LE000006119	16/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZL6816	LE000006135	17/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZO8111	LE000005997	07/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZV7203	LE000006114	16/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAF7447	LE000005954	28/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAO6057	LE000005827	28/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBA1174	LE000006130	17/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBD0704	LE000005862	01/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBH0186	LE000006103	15/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBJ6792	LE000005947	28/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBN4388	LE000005784	26/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCA1341	LE000005895	03/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCH5211	LE000005877	02/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCL0352	LE000005959	29/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEL0009	LE000005941	27/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 39/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 39/2002**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADM3645	LE000006060	12/05/2002	62380	218 * II * a	127.69
AHL1702	LE000006078	13/05/2002	62380	218 * II * a	127.69
BOG2712	LE000006161	18/05/2002	62380	218 * II * a	127.69
HQU1411	LE000006033	10/05/2002	62380	218 * II * a	127.69
HQZ8249	LE000006102	15/05/2002	62380	218 * II * a	127.69
HRH6871	LE000005137	17/03/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWS3230	LE000006098	14/05/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWS3230	LE000006084	13/05/2002	62380	218 * II * a	127.69

LWS3230	LE000006031	10/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWS3394	LE000006009	08/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWV0194	LE000006028	09/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXB5872	LE000006163	18/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXB9466	LE000006097	14/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXR7218	LE000006181	07/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXY4526	LE000006177	19/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYD7303	LE000006202	12/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYD7303	LE000006066	12/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYF3598	LE000006083	13/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYF8800	LE000006174	19/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYH5542	LE000006226	19/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYN9997	LE000006050	11/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYT6961	LE000006052	11/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYT7183	LE000006079	13/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYV8059	LE000006179	06/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZA0684	LE000006007	08/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZC4078	LE000006053	11/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZC9251	LE000006021	09/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZH7766	LE000006175	19/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZJ8141	LE000006217	17/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZV5444	LE000006186	09/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZX8721	LE000005982	05/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAG0302	LE000006142	18/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAG2771	LE000006087	14/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAM2331	LE000006074	13/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAN6669	LE000006204	13/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBA0396	LE000006096	14/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBD1816	LE000006125	17/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBF9977	LE000006197	12/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBG4451	LE000006150	18/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBG6524	LE000006057	11/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBJ2876	LE000006176	19/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBW9538	LE000006000	08/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBX2101	LE000006069	12/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBX9261	LE000006027	09/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCA9309	LE000006086	14/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCY5912	LE000006013	08/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MED3900	LE000006144	18/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEP0460	LE000006056	11/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEU4787	LE000006128	17/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFG0007	LE000006088	14/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 4/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 4/2001**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJL7266	LE00000899	16/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
BPF7055	LE00000887	15/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
BQK3624	LE00000931	19/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
BVM7413	LE00001023	21/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
IBH1298	LE00000979	22/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
IBV1795	LE00000764	14/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
IFL8862	LE00000917	18/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWS9924	LE00000853	19/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWT4801	LE00000874	15/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWU7524	LE00001002	23/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWY6528	LE00000822	18/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXD4883	LE00001027	22/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXO3104	LE00000978	22/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXO3104	LE00000977	22/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXQ3948	LE00000995	23/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXQ5902	LE00000933	19/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXQ8155	LE00000875	15/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXS3380	LE00001106	28/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXS3449	LE00001093	27/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXU5579	LE00001009	24/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYB9372	LE00001010	24/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYC3938	LE00001072	26/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYC6198	LE00001001	23/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYC9946	LE00001089	26/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYM5714	LE00000998	23/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYP6983	LE00000907	17/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYS2362	LE00001012	24/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYT5048	LE00001030	23/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYT5048	LE00000910	17/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZA8157	LE00000930	19/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZM0311	LE00001086	26/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZO6920	LE00000895	16/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZQ7169	LE00000926	18/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZS8094	LE00000994	23/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZZ8595	LE00000993	23/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZZ8595	LE00001029	23/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAA8439	LE00000845	18/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAA9539	LE00000787	16/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAD6945	LE00000968	21/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAG4349	LE00000902	16/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAJ0867	LE00000962	21/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAM8327	LE00000984	22/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAS0747	LE00000881	15/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAT0687	LE00001031	23/08/2001	62380	218 * II * a	127.69

MAV1806	LE00000934	19/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAV3432	LE00001099	27/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAW9503	LE00000965	21/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAX6451	LE00000991	23/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAZ0190	LE00000958	21/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBD2491	LE00000989	23/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBE5331	LE00000924	18/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBK9899	LE00001014	20/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBL6502	LE00001080	26/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBV8740	LE00001038	24/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDM8060	LE00001024	21/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDQ7350	LE00000938	19/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEK3370	LE00001153	26/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MES7700	LE00000890	15/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEW1939	LE00000830	18/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MKM7770	LE00001016	20/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 40/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 40/2002**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADJ2567	LE00006137	17/05/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXM3369	LE00005996	07/05/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXP8975	LE00006220	18/05/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXX1021	LE00006022	09/05/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYD7507	LE00006077	13/05/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYR8873	LE00006209	14/05/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYX0752	LE00006149	18/05/2002	62380	218 * II * a	127.69

LZL0858	LE000006133	17/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZW6534	LE000006090	14/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZZ5033	LE000006122	16/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAO7861	LE000006024	09/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCW8970	LE000006006	08/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDT9040	LE000006214	16/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEZ2980	LE000005995	07/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEZ2980	LE000006038	10/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MGV0007	LE000006190	11/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 41/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 41/2002**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
HVM8185	LE000006247	21/05/2002	62380	218 * II * a	127.69
ICT5530	LE000006242	21/05/2002	62380	218 * II * a	127.69
LAU7725	LE000006250	22/05/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWW2313	LE000006352	29/05/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXB0218	LE000006295	25/05/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXF2486	LE000006454	25/05/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXZ5807	LE000006425	05/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYG0023	LE000006476	02/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYG7939	LE000006296	25/05/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYH6540	LE000006418	04/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYK5460	LE000006228	20/05/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYO9294	LE000006317	26/05/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYO9294	LE000006447	23/05/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYP1818	LE000006327	27/05/2002	62380	218 * II * a	127.69

LYP1818	LE00006484	05/06/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYP1818	LE00006461	27/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYQ0879	LE00006383	01/06/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYQ7908	LE00006298	25/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYT7183	LE00006235	21/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYX9366	LE00006341	28/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYZ9546	LE00006471	31/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZB1107	LE00006278	24/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZG8980	LE00006302	26/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZH8690	LE00006357	30/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZQ0309	LE00005646	18/04/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZV1024	LE00006306	26/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZW3431	LE00006340	28/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZW3958	LE00006268	24/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAE2178	LE00006249	22/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAF7421	LE00006434	06/06/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAO8395	LE00006417	04/06/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAX4560	LE00006335	28/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAZ5656	LE00006334	28/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBE2129	LE00006409	03/06/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBE7343	LE00006332	28/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBI0948	LE00006395	02/06/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBI7199	LE00006273	24/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBK6357	LE00006376	01/06/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBL4156	LE00006366	30/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBN3333	LE00006351	29/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBP0121	LE00006387	01/06/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBT2732	LE00006356	30/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCM8010	LE00006400	02/06/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCT6932	LE00006398	02/06/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDG6000	LE00006293	25/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEZ0750	LE00006397	02/06/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MIL2112	LE00006428	05/06/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 42/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 42/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAR0330	LE00006331	28/05/2002	62380	218 * II * a	127.69
AJX3833	LE00006372	31/05/2002	62380	218 * II * a	127.69
HQZ6003	LE00006243	21/05/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZC6386	LE00006362	30/05/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZK0553	LE00006289	25/05/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZS3439	LE00006429	05/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAG5959	LE00005402	05/04/2002	62380	218 * II * a	127.69
MCH5211	LE00006442	06/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
MDH3380	LE00006485	05/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
MFG2002	LE00006286	25/05/2002	62380	218 * II * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 43/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 43/2002**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABH2822	LE00006415	04/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
ACQ4871	LE00006546	10/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
APS4400	LE00006716	16/06/2002	62380	218 * II * a	127.69

BFO5104	LE000006681	22/06/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
CGP5964	LE000006495	07/06/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWU4520	LE000006402	03/06/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXB5872	LE000006500	07/06/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXE9357	LE000006347	29/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXF1847	LE000006496	07/06/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXO0908	LE000006598	15/06/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXS0106	LE000006308	26/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYF3598	LE000006486	06/06/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZA2315	LE000006576	13/06/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZE9631	LE000006684	22/06/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZH3859	LE000006426	05/06/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZO8111	LE000006570	12/06/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZS3904	LE000006412	04/06/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZU6064	LE000006359	30/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZZ5033	LE000006256	22/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAA0510	LE000006499	07/06/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAB8657	LE000006441	06/06/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAC0912	LE000006626	17/06/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBC0366	LE000006551	10/06/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBD5161	LE000006505	08/06/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBF8350	LE000006229	20/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBI0913	LE000006316	26/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBV0551	LE000006707	07/06/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCF2270	LE000006637	18/06/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCH6199	LE000006489	06/06/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDM5620	LE000006725	20/06/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDS2550	LE000006467	30/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEB3260	LE000006284	25/05/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEE5310	LE000006613	16/06/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 44/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 44/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFG3105	LE000006726	21/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
AHT7244	LE000006641	18/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
ALJ0330	LE000006593	15/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
BQT8291	LE000006611	16/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
DCH0011	LE000006531	09/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
GTS5005	LE000006502	08/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWV6228	LE000006554	11/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWW0223	LE000006627	17/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXB3534	LE000006701	24/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXK0032	LE000006694	23/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXQ5116	LE000006501	08/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXZ2126	LE000006595	15/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXZ2151	LE000006529	09/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXZ3287	LE000006700	24/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYB4468	LE000006674	21/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYZ2846	LE000006578	13/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZB2699	LE000006569	12/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAI0009	LE000006594	15/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAK3366	LE000006513	08/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAT8224	LE000006540	10/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAU4711	LE000006663	20/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAV2305	LE000006698	24/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAV6892	LE000006719	17/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBC7148	LE000006577	13/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBD8265	LE000006552	11/06/2002	62460	218 * II * b	574.61
MBH5147	LE000006666	20/06/2002	62460	218 * II * b	574.61
MBI7197	LE000006490	06/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBO1387	LE000006545	10/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBP2388	LE000006536	09/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBW9419	LE000006604	16/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
MCG0612	LE000006671	21/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
MCS6472	LE000006526	09/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
MDW9550	LE000006528	09/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
MML0007	LE000006692	23/06/2002	62380	218 * II * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 45/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 45/2002**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAF3783	LE00006610	16/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
ADZ3861	LE00006746	26/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
AEI1266	LE00006751	27/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
AFX4221	LE00006818	03/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
AHU9550	LE00006783	29/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
AIE3603	LE00006574	13/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
AXL8888	LE00006713	16/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
BEF3333	LE00006557	11/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
CGP5964	LE00006760	28/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
HQU1411	LE00006782	29/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWX8825	LE00006749	26/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXF1679	LE00006805	01/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXH5563	LE00006688	22/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXW4535	LE00006779	29/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXW5369	LE00006677	21/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXZ8226	LE00006745	26/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYB7962	LE00006548	10/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYM3632	LE00006786	29/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYP1818	LE00006814	02/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYV0961	LE00006785	29/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZO1582	LE00006804	01/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZO8563	LE00006711	15/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZY9807	LE00006591	14/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAM1143	LE00006492	06/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAM4215	LE00006772	29/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAV4893	LE00006833	29/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAV7460	LE00006756	28/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAV9976	LE00006668	20/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBF5567	LE00006800	30/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBG0098	LE00006640	18/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBI0663	LE00006535	09/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBO2161	LE00006589	14/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBV8879	LE00006628	17/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBX1751	LE00006787	29/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
MCI8941	LE00006767	28/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
MCJ4350	LE00006794	30/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
MCK7062	LE00006643	18/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
MCS1082	LE00006807	02/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MEO6100	LE00006646	18/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
MET0250	LE00006541	10/06/2002	62380	218 * II * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENA-

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-  
GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-  
AS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE  
EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO  
N.590 46/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 46/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI  
N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,  
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA  
AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO  
QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.  
INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACX8925	LE00006827	28/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBK3928	LE00000795	16/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
MBL4344	LE00006771	28/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
MCL0060	LE00006816	03/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MJR1700	LE00006788	29/06/2002	62380	218 * II * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU  
INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENA-  
LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-  
GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-  
AS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE  
EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 47/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 47/2002**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFZ0829	LE00006972	17/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
BLA0320	LE00006798	30/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
CHB5354	LE00007010	14/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
CNP6715	LE00006737	25/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
ETE1704	LE00006883	08/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
GNK7238	LE00006905	11/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWS8830	LE00006915	12/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWY0244	LE00006938	14/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWZ8073	LE00006806	01/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXA1034	LE00006993	09/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXA2826	LE00006876	08/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXB5872	LE00006939	14/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXD4883	LE00006910	12/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYG9335	LE00007004	13/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYP1416	LE00006757	28/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYS1565	LE00006738	25/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYT3223	LE00006920	12/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYY0052	LE00006947	15/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYY7166	LE00006849	06/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZH4280	LE00007005	13/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZJ2671	LE00006979	18/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZM8016	LE00006925	13/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZN7577	LE00006858	07/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZO1907	LE00006853	06/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAD8303	LE00006898	10/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAH8783	LE00006966	17/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAH9742	LE00006892	09/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAJ1096	LE00006931	13/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAL3173	LE00006985	05/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAU3170	LE00006850	06/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAX8050	LE00006758	28/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBA9075	LE00006932	14/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBC2576	LE00006870	08/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBC8809	LE00006953	16/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBW5378	LE00006810	02/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBY3117	LE00006770	28/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
MCD5532	LE00006801	01/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MDA1620	LE00006862	07/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MEE3070	LE00006964	17/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MEL6934	LE00006852	06/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MFB1600	LE00006983	05/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MFN1950	LE00006950	15/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MIN9900	LE00006580	13/06/2002	62380	218 * II * a	127.69
MMH0808	LE00007013	14/07/2002	62380	218 * II * a	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 48/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 48/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJF1156	LE00006851	06/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
CCK1003	LE00007011	14/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
IGX6480	LE00006992	07/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
IIR0870	LE00007020	17/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
IIR0870	LE00006961	17/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWV0920	LE00007021	17/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZR8073	LE00006954	16/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAV4593	LE00006930	13/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAV8504	LE00006886	09/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAW1564	LE00006990	06/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBA0972	LE00006863	07/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBE4642	LE00006963	17/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBI5577	LE00006900	10/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBK5829	LE00006987	06/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBS6672	LE00006955	16/07/2002	62380	218 * II * a	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 49/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 49/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AED7317	LE00007148	27/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
AHI7494	LE00007114	25/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
AIB8790	LE00006936	14/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
BFP8763	LE00006845	05/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
BWD0263	LE00007031	19/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
GTS5580	LE00006969	17/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
IJU5541	LE00006877	08/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
JEL2190	LE00006928	13/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWV1289	LE00007169	19/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXD4803	LE00006943	15/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXH4312	LE00006844	05/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXJ3020	LE00007075	23/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXP1187	LE00007127	26/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXV3299	LE00007162	28/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXV3414	LE00007050	20/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXY0900	LE00007135	26/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYL4280	LE00007201	25/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYW7799	LE00006872	08/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZG0536	LE00007129	26/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZS5213	LE00006854	06/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAE0905	LE00007122	26/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAJ1024	LE00006859	07/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAU3069	LE00006878	08/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBE4799	LE00006924	12/07/2002	62460	218 * II * b	574.61
MBF2724	LE00006989	06/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBI1118	LE00006855	06/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBN5543	LE00007194	24/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBR4072	LE00006882	08/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBV7937	LE00006929	13/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBY0410	LE00006941	14/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBZ4749	LE00006951	16/07/2002	62380	218 * II * a	127.69

MCQ3672	LE000007147	27/07/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEM0440	LE000007092	23/07/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 5/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 5/2001**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFS6100	LE00000918	18/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
BMS6042	LE00000846	18/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
BUE8204	LE00001165	27/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
CEN7939	LE00001247	01/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
CKM1431	LE00000913	17/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
HRD9426	LE00001048	24/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
IFV1858	LE00001129	29/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWR0801	LE00001332	05/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWS3551	LE00001261	03/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWS7850	LE00001320	04/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWW0367	LE00001412	09/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWX0566	LE00001159	26/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXF2811	LE00001242	01/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXL2202	LE00000861	19/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXP1001	LE00001308	03/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXP3471	LE00001317	04/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXY6807	LE00000922	18/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYB7067	LE00000868	19/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYK2382	LE00001066	25/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYK2382	LE00001068	26/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYN3645	LE00000950	20/08/2001	62380	218 * II * a	127.69

LYO4879	LE000001321	05/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYQ2422	LE000001303	03/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYZ2418	LE000001274	02/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYZ8383	LE000000772	15/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZG3605	LE000001105	28/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZG4535	LE000001339	06/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZJ9998	LE000001264	03/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZK4000	LE000001315	04/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZK6814	LE000001069	26/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZQ7502	LE000001135	30/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZR5733	LE000001018	21/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAA4133	LE000001032	23/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAF2679	LE000001202	31/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAF9900	LE000000964	21/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAG0725	LE000000852	19/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAG7004	LE000001077	26/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAL6920	LE000001067	26/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAM5891	LE000001221	01/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAP6730	LE000001060	25/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAQ8109	LE000001268	03/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAS3640	LE000001039	24/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAT2172	LE000001070	26/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAW4890	LE000001171	28/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAZ9194	LE000001075	26/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBB4871	LE000001218	01/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBC0252	LE000000906	17/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBC2576	LE000001186	30/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBC4863	LE000001152	26/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBD9202	LE000001116	28/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBH2281	LE000001246	01/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBK3869	LE000000880	15/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBK4881	LE000000774	15/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBK9899	LE000001263	03/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBL8118	LE000001236	31/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBU5942	LE000000850	19/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBU6429	LE000001333	05/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBV4722	LE000000812	17/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBV5279	LE000001259	02/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBY3819	LE000001255	02/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCE5770	LE000001040	24/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEL1948	LE000000908	17/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEO0860	LE000001000	23/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEO8600	LE000001265	03/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEO8600	LE000001231	31/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFC6060	LE000001205	31/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MIM1331	LE000001166	27/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 50/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 50/2002**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BMM5928	LE000007213	28/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
CAA0867	LE000007352	07/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
DAW2575	LE000007143	27/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
GYR5187	LE000007304	03/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
HOX4083	LE000007250	31/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
IBP6248	LE000007096	24/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
JTC7234	LE000007145	27/07/2002	62460	218 * II * b	574.61
JTH8361	LE000007094	24/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWY0740	LE000007103	24/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXL0907	LE000007212	28/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYK2736	LE000007174	20/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZF3575	LE000007246	31/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZK5794	LE000007282	02/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZU4395	LE000007090	23/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAB3785	LE000007023	18/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAG6878	LE000007060	21/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAV7594	LE000007205	26/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBE8681	LE000007315	04/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBK8282	LE000007237	30/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBO8636	LE000007110	25/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MCF2270	LE000007236	30/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MCJ7160	LE000007269	02/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
MFH4310	LE000007039	19/07/2002	62380	218 * II * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 51/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 51/2002**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEM5070	LE00007082	23/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
AHZ4383	LE00007267	01/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
BPM4031	LE00007137	27/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
CAE3845	LE00007165	28/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
CJJ7337	LE00007268	01/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
CVY3484	LE00007164	28/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
GUC4159	LE00007238	30/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWV0210	LE00007354	07/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWZ3827	LE00007297	03/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXG4685	LE00007336	05/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXK4862	LE00007365	30/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXM0670	LE00007477	18/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXT0573	LE00007312	04/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXW0666	LE00007070	22/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXY7022	LE00007066	21/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYP1092	LE00007320	04/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYP4069	LE00007289	03/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYS2986	LE00007381	08/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYV2253	LE00007206	27/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYZ3204	LE00007301	03/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZN4058	LE00007387	09/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZO6191	LE00007476	17/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZO8111	LE00007462	16/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZQ1036	LE00007404	11/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZR0945	LE00007043	20/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZR2723	LE00007030	19/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZT4209	LE00007448	15/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAA0007	LE00007270	02/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAA7306	LE00007220	29/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAC5556	LE00007447	15/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAN4167	LE00007291	03/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAQ4202	LE00007314	04/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAV3625	LE00007160	28/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAX9262	LE00007324	04/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAY4831	LE00007233	30/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAY5133	LE00007053	21/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAZ0706	LE00007464	16/08/2002	62460	218 * II * b	574.61
MBB0406	LE00007358	08/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBF1514	LE00007253	31/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBG2854	LE00007349	07/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBH2518	LE00007245	31/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBI0090	LE00007382	08/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBR4743	LE00007355	07/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBR6003	LE00007383	08/08/2002	62380	218 * II * a	127.69

MBR7032	LE000007264	01/08/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBV1111	LE000007097	24/07/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCT8120	LE000007224	29/07/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEM3005	LE000007451	15/08/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEM3005	LE000007425	13/08/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MLN2500	LE000007286	03/08/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 52/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 52/2002**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFZ1833	LE000007488	18/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
BGS5201	LE000007384	09/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXC8470	LE000007571	24/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXJ3523	LE000007444	15/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXN7099	LE000007562	24/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYJ5522	LE000007252	31/07/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYN8042	LE000007575	25/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYP9708	LE000007545	23/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZJ6191	LE000007446	15/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZV3858	LE000007555	23/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAH4620	LE000007419	13/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAV6400	LE000007491	18/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAV8504	LE000007547	23/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBO5658	LE000007576	25/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBT6695	LE000007585	25/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
MCA5190	LE000007408	11/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
MCC9071	LE000007427	13/08/2002	62380	218 * II * a	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 53/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 53/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AML5667	LE00007532	21/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
MJR0130	LE00007279	02/08/2002	62380	218 * II * a	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 54/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
 DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 54/2002**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEB3064	LE00007516	19/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
AED1500	LE00007510	12/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
BXU3705	LE00007572	24/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
CGP5964	LE00007711	02/09/2002	62380	218 * II * a	127.69
IFJ0854	LE00007539	22/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
LCC5853	LE00007761	01/09/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWR2720	LE00007568	24/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWR5908	LE00007607	28/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWV0210	LE00007590	26/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWV0210	LE00007523	20/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWV4260	LE00007635	27/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXD9542	LE00007713	02/09/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXE8660	LE00007682	31/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXJ9428	LE00007670	31/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXN1338	LE00007653	29/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXR9534	LE00007548	23/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYB4205	LE00007702	02/09/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYC9341	LE00007712	02/09/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYF2028	LE00007598	27/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYP8839	LE00007521	20/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYS0654	LE00007698	01/09/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYU7297	LE00007536	21/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYY3636	LE00007608	28/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYZ2725	LE00007570	24/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZH4387	LE00007719	03/09/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZJ6758	LE00007754	01/09/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZR5946	LE00007640	28/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAD8464	LE00007672	31/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAF0534	LE00007553	23/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAJ2573	LE00007696	01/09/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAK1604	LE00007593	26/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAM8652	LE00007621	25/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAN7024	LE00007581	25/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAQ9023	LE00007645	29/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAW0025	LE00007611	19/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBB7777	LE00007515	12/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBC2309	LE00007599	27/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBC5035	LE00007693	01/09/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBC6482	LE00007717	03/09/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBD3364	LE00007595	27/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBE6310	LE00007716	02/09/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBK3835	LE00007618	24/08/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBL2492	LE00007734	04/09/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBO7239	LE00007601	28/08/2002	62380	218 * II * a	127.69

MBQ5742	LE000007733	04/09/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBS0547	LE000007584	25/08/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBW6798	LE000007630	26/08/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCB0909	LE000007737	04/09/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCO7162	LE000007623	25/08/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCO9932	LE000007708	02/09/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDA2980	LE000007626	25/08/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 6/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 6/2001**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGW9632	LE000001399	07/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
AHC3089	LE000001567	16/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
AHH8745	LE000001373	09/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
BGV8366	LE000001439	11/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
IFL9950	LE000001557	16/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWR7417	LE000001121	29/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWW0367	LE000001560	16/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWW2567	LE000001374	09/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWY9793	LE000001036	24/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWZ0510	LE000001169	28/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWZ7331	LE000001524	16/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXO3104	LE000001327	05/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXQ2187	LE000001119	29/08/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXQ3591	LE000001273	02/09/2001	62460	218 * II * b	574.61
LXR0226	LE000001386	10/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXR4303	LE000001578	16/09/2001	62380	218 * II * a	127.69

LXW7989	LE000001360	08/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYB8085	LE000001291	02/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYE8545	LE000001543	16/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYJ8188	LE000001398	07/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYL9708	LE000001499	13/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYM5714	LE000001357	08/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYT5048	LE000001389	05/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYT8193	LE000001445	14/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYV4827	LE000001302	03/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYW4419	LE000001396	07/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYW9795	LE000001432	12/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYX4027	LE000001476	14/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYY9786	LE000001280	02/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZA8451	LE000001456	15/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZB0858	LE000001288	02/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZC4420	LE000001289	02/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZG5180	LE000001450	14/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZH5768	LE000001437	12/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZI1091	LE000001461	12/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZI6259	LE000001375	09/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZM4727	LE000001584	17/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZQ6655	LE000001444	13/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZU2900	LE000001220	01/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZZ5033	LE000001229	02/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAF7138	LE000001266	03/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAG3344	LE000001532	16/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAH7821	LE000001372	09/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAL8301	LE000001407	09/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAN7085	LE000001151	26/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAS3514	LE000001216	01/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAS9564	LE000001434	12/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAT5173	LE000001541	16/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAT5487	LE000001384	10/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAU4711	LE000001344	06/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAV1997	LE000001331	05/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAW0561	LE000001513	15/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBB2486	LE000001140	24/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBB4191	LE000001230	31/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBC3426	LE000001307	03/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBC7148	LE000001403	08/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBD1954	LE000001260	03/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBD2841	LE000001296	02/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBE9073	LE000001127	29/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBE9332	LE000001167	28/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBF7293	LE000001462	12/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBG3813	LE000001323	05/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBN3559	LE000001474	14/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBP2029	LE000001431	12/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBR4529	LE000001294	02/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBS3528	LE000001269	04/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBT7028	LE000001447	14/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBW8062	LE000001295	02/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBX6870	LE000001125	29/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDV0200	LE000001142	25/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEO3980	LE000001413	09/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEP9660	LE000001215	01/09/2001	62460	218	*	II	*	b	574.61
MEQ3200	LE000001468	13/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MGS0003	LE000001433	12/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 60/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 60/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADA6420	LE00008151	06/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWV0210	LE00008161	07/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXL0100	LE00008194	12/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYD5133	LE00008148	05/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYE2191	LE00008137	04/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYE4743	LE00008220	04/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYV4110	LE00008129	03/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZX8653	LE00008181	09/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAF5956	LE00008154	06/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAM2903	LE00008134	03/10/2002	62380	218 * II * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 61/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 61/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAA2213	LE00008190	11/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
CAQ2577	LE00008140	04/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
CJD2993	LE00008236	12/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
IFT6139	LE00008230	11/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWW7282	LE00008218	03/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXH4666	LE00008155	07/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXL7018	LE00008186	10/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYF2394	LE00008152	06/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYN0060	LE00008238	12/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYO3833	LE00008214	02/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZO6520	LE00008215	02/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZS8664	LE00008135	04/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAI1735	LE00008178	09/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAU4878	LE00008136	04/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAY2543	LE00008246	13/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBB1301	LE00008139	04/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBL0416	LE00008221	06/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBS0328	LE00008131	03/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
MCD6039	LE00008209	01/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
MCH4869	LE00008172	08/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
MCI9560	LE00008150	06/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
MFR7777	LE00008226	10/10/2002	62380	218 * II * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 62/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 62/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CGT0609	LE00008470	31/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXA7825	LE00008255	15/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZR0053	LE00008464	28/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZT9160	LE00008364	26/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBD9352	LE00008319	23/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBI7524	LE00008308	22/10/2002	62380	218 * II * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 63/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 63/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAJ4025	LE00008416	20/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
ACV0674	LE00008417	20/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
AHE5455	LE00008433	23/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
ARN0109	LE00008286	19/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
BQT8777	LE00008441	25/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
CHU3157	LE00008400	15/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
GNJ5046	LE00008259	16/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
JTH8361	LE00008469	31/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
JYP2007	LE00008384	31/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXC7642	LE00008107	28/09/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXW1542	LE00008396	14/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXX0747	LE00008391	13/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXX9479	LE00008292	20/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYA9231	LE00008266	16/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYB7027	LE00008362	26/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYK8825	LE00008403	17/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYP8839	LE00008374	30/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYQ0534	LE00008387	01/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYT0777	LE00008450	26/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYU3539	LE00008397	14/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYV8913	LE00008402	16/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZD3033	LE00008287	19/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZF4387	LE00008448	26/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZR8556	LE00008288	20/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZV5135	LE00008467	30/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZY5804	LE00008356	26/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAB5700	LE00008389	01/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAM2723	LE00008411	19/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAQ3255	LE00008466	30/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAQ9203	LE00008317	22/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAS4208	LE00008281	19/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBA4684	LE00008326	23/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBB3942	LE00008429	22/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBC9050	LE00008368	26/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBD2609	LE00008298	20/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBE6791	LE00008422	20/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBG5547	LE00008434	24/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBL9255	LE00008318	23/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBN3308	LE00008352	25/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBZ5187	LE00008328	24/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
MCH8438	LE00008322	23/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
MCL9602	LE00008460	28/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
MEG3010	LE00008346	25/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
MEU4676	LE00008458	28/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
MEW6630	LE00008375	30/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
MFN1950	LE00008270	17/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
MIR2800	LE00008392	13/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
MLC1130	LE00008471	31/10/2002	62380	218 * II * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 64/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 64/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAG4143	LE00008335	24/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
AAZ6339	LE00008713	17/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
ABB5298	LE00008627	16/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
ABO4444	LE00008691	15/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
ADA1783	LE00008622	16/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
AGP6548	LE00008661	08/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
AIN6878	LE00008530	07/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
BGK8566	LE00008696	16/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
BQL7781	LE00008586	12/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
CAK9999	LE00008596	14/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
CAV9961	LE00008720	19/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
CNT6825	LE00008443	25/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
ERJ0007	LE00008587	12/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
HQI7940	LE00008303	21/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
JKW7163	LE00008498	04/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWR7039	LE00008620	15/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWT1300	LE00008730	16/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWT8039	LE00008757	19/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWW2939	LE00008716	17/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXA2127	LE00008519	07/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXC8396	LE00008551	09/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXF0760	LE00008629	17/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXH7358	LE00008559	10/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXI1200	LE00008662	09/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXM4946	LE00008695	16/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXN6304	LE00008252	15/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXO2772	LE00008606	14/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXO2772	LE00008683	13/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXO8916	LE00008575	11/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXP3648	LE00008580	11/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXR2892	LE00008272	18/10/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXZ5858	LE00008634	17/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYJ5756	LE00008666	10/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYL8076	LE00008485	03/11/2002	62380	218 * II * a	127.69

LYP9541	LE000008427	21/10/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYS7618	LE000008301	21/10/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYV1362	LE000008489	03/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYZ0553	LE000008501	05/11/2002	62460	218	*	II	*	b	574.61
LYZ1101	LE000008740	17/11/2002	62460	218	*	II	*	b	574.61
LYZ1362	LE000008591	13/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZA6227	LE000008548	08/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZE1580	LE000008641	17/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZF7970	LE000008643	17/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZI4467	LE000008565	10/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZN8201	LE000008708	17/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZR2723	LE000008323	23/10/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZR8036	LE000008630	17/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZW3149	LE000008692	15/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZX1369	LE000008502	05/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZX6275	LE000008483	03/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZZ8562	LE000008735	16/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAA5020	LE000008650	03/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAE6622	LE000008478	02/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAJ4021	LE000008268	17/10/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAL8800	LE000008539	08/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAS8860	LE000008652	06/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAT6121	LE000008615	15/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAW5344	LE000008742	17/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAZ8507	LE000008718	18/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBE9231	LE000008705	17/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBI2965	LE000008349	25/10/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBL4858	LE000008581	11/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBQ7998	LE000008529	07/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBQ9823	LE000008509	06/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBS6931	LE000008616	15/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBS9798	LE000008725	19/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBX1179	LE000008726	19/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCO3020	LE000008648	03/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDH4910	LE000008603	14/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDU8888	LE000008688	15/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEC3580	LE000008513	06/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEG0099	LE000008665	09/11/2002	62460	218	*	II	*	b	574.61
MEU6508	LE000008734	16/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFN1950	LE000008567	11/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFN1950	LE000008582	11/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 65/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
 DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 65/2002**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFQ7216	LE00008960	26/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
HRJ0818	LE00008753	19/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWT8752	LE00008689	15/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXH4521	LE00008990	24/11/2002	62460	218 * II * b	574.61
LXX5323	LE00008633	17/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYE5921	LE00008845	26/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYM3726	LE00008721	19/11/2002	62460	218 * II * b	574.61
LYO5930	LE00008550	09/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYZ1362	LE00008772	19/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZC2061	LE00008677	12/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZR4103	LE00008950	24/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAL0910	LE00008490	03/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAX1410	LE00008608	15/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAZ0189	LE00008956	26/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBN3365	LE00008568	11/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBO8344	LE00008624	16/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBP8493	LE00008827	25/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBQ0035	LE00008536	08/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBQ6310	LE00009004	27/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBX0697	LE00008874	23/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBZ7712	LE00008957	26/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
MIO5995	LE00008754	19/11/2002	62380	218 * II * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
 OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
 DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 66/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 66/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEN5093	LE00008638	17/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
BGB0170	LE00008690	15/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
BOO2426	LE00008584	12/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
BPJ0660	LE00008492	03/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWR3373	LE00008604	14/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYB2244	LE00008533	07/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYM7855	LE00008576	11/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYV1310	LE00008482	03/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAF1991	LE00008697	16/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBY4211	LE00008748	19/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
MCA2730	LE00008621	15/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
MCD4428	LE00008583	11/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
MCO0192	LE00008684	14/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
MFC4270	LE00008532	07/11/2002	62380	218 * II * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 67/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 67/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAP1781	LE00008968	26/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
ACO8555	LE00008773	19/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
ADE3328	LE00008941	24/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
AGO1600	LE00008777	19/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
AHZ7679	LE00008923	23/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
AJD8149	LE00008916	21/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
AZP9992	LE00008846	26/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
BII4940	LE00008847	17/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
BJH8199	LE00008808	22/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
BPI7070	LE00008854	17/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
BQB7048	LE00008812	23/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
CHO2015	LE00008833	25/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
CSU6011	LE00008825	24/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
GNP4031	LE00008853	17/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
HRE5030	LE00008862	20/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
ICU8315	LE00008932	23/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
IFP3182	LE00008875	23/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
IJL1683	LE00008789	20/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
JTO7243	LE00008804	22/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWS4137	LE00008883	24/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWT3271	LE00008800	22/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWV3400	LE00008889	25/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXB2724	LE00008888	25/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXC9378	LE00008927	23/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXI1468	LE00008996	26/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXI9935	LE00008985	23/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXO0718	LE00008763	18/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXP2344	LE00008802	22/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXP2467	LE00008929	23/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXR0739	LE00008805	22/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXT5391	LE00008813	23/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXT9960	LE00008973	20/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXU9812	LE00008801	22/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXW7456	LE00008814	23/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXX3831	LE00008902	20/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXY7691	LE00008958	26/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXZ5807	LE00008978	22/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYE8858	LE00008810	22/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYE9351	LE00008940	24/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYG5162	LE00008819	24/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYG6292	LE00008860	19/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYH2438	LE00008857	18/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYM4632	LE00008911	20/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYP0373	LE00008975	21/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYS1242	LE00008868	21/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYU2811	LE00008836	26/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYW2636	LE00008803	22/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYW3618	LE00008913	20/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYW6621	LE00008774	19/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYX7618	LE00008776	19/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYZ1571	LE00008840	26/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZA2112	LE00008878	24/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZA2986	LE00008904	20/11/2002	62380	218 * II * a	127.69

LZC1497	LE00008936	23/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZC5522	LE00008963	26/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZD2765	LE00008870	22/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZD3696	LE00008922	23/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZI6173	LE00008869	21/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZI9378	LE00008781	20/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZJ5220	LE00008830	25/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZK3918	LE00008979	22/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZN1610	LE00008906	20/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZP2271	LE00008848	17/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZR4244	LE00008866	21/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZR7473	LE00008767	18/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZR9776	LE00008989	24/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZS6541	LE00008905	20/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZU2633	LE00008852	17/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZV1459	LE00008766	18/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZW0644	LE00008798	22/11/2002	62460	218	*	II	*	b	574.61
LZW8639	LE00008903	20/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZX6740	LE00008849	17/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZY0205	LE00008937	24/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAB2974	LE00008924	23/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAB5127	LE00008872	22/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAC3688	LE00008892	18/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAF3910	LE00008946	24/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAG1245	LE00008910	20/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAG2700	LE00008856	18/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAI8643	LE00008917	22/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAK1051	LE00008775	19/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAK8621	LE00008842	26/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAK8683	LE00008831	25/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAM6702	LE00008988	24/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAO3456	LE00008967	26/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAP0955	LE00008943	24/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAP3241	LE00008843	26/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAP7150	LE00009000	26/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAT9255	LE00008844	26/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAZ7403	LE00008820	24/11/2002	62460	218	*	II	*	b	574.61
MBB7003	LE00008769	18/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBB7534	LE00008818	23/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBD2352	LE00008994	24/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBD3079	LE00008837	26/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBD5362	LE00008955	25/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBD8660	LE00008832	25/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBD8854	LE00008839	26/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBG5073	LE00008931	23/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBJ0366	LE00008884	25/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBK0172	LE00008977	21/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBL1076	LE00008901	20/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBM9603	LE00008779	19/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBO1893	LE00008919	22/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBO2264	LE00008921	23/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBP7357	LE00008864	21/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBQ4558	LE00008859	19/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBQ6148	LE00008980	22/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBQ9606	LE00008877	24/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBS1248	LE00008954	25/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBS5411	LE00008873	23/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBU7740	LE00008794	21/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBU9496	LE00008898	20/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBV1169	LE00008858	18/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBV5288	LE00008850	17/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBW2909	LE00008961	26/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBX3232	LE00008939	24/11/2002	62460	218	*	II	*	b	574.61

MBX6391	LE00008790	20/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBY0127	LE00008949	24/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCA7018	LE00008882	24/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCB0619	LE00008900	20/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCB9688	LE00008822	24/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCB9688	LE00008944	24/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCC3398	LE00008865	21/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCE8582	LE00008965	26/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCG3439	LE00008982	22/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCG3439	LE00008974	21/11/2002	62460	218	*	II	*	b	574.61
MCH0241	LE00008788	20/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCH6006	LE00008829	25/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCI2388	LE00008863	21/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCJ1691	LE00008784	20/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCL4422	LE00008838	26/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCL5522	LE00008826	24/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCL6470	LE00008915	21/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCN1058	LE00008928	23/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCQ3852	LE00008771	18/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCR0011	LE00008791	20/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCS1770	LE00008997	26/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDY9990	LE00008942	24/11/2002	62460	218	*	II	*	b	574.61
MDY9990	LE00008895	18/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEE0590	LE00008959	26/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEE5550	LE00008834	25/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEH5290	LE00008806	22/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFA1060	LE00008880	24/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFH4310	LE00008797	21/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFR0190	LE00008841	26/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFY6660	LE00008920	23/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MIG0500	LE00008815	23/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MKP4100	LE00008764	18/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69
MMB1010	LE00008768	18/11/2002	62380	218	*	II	*	a	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

MHT5550 LE00008930 23/11/2002 62380 218 \* II \* a 127.69

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 68/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 68/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADZ6059	LE00009081	01/12/2002	62380	218 * II * a	127.69
AUD0313	LE00009160	08/12/2002	62380	218 * II * a	127.69
BOZ0135	LE00009140	06/12/2002	62380	218 * II * a	127.69
HXM5000	LE00009207	01/12/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWV0920	LE00009325	07/12/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWX8117	LE00009085	01/12/2002	62380	218 * II * a	127.69
LWZ0925	LE00009064	27/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LXC0813	LE00009036	30/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYC3390	LE00009135	06/12/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYF3924	LE00009022	28/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LYY0756	LE00009077	30/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZF4913	LE00009431	14/12/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZL2053	LE00009045	01/12/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZN0701	LE00009203	01/12/2002	62380	218 * II * a	127.69
LZO9541	LE00009101	28/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAD5918	LE00009089	02/12/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAG8748	LE00009112	30/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAL1153	LE00009050	02/12/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAN5609	LE00009113	30/11/2002	62460	218 * II * b	574.61
MAO2432	LE00009194	30/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAP6696	LE00009185	29/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAV0786	LE00009068	29/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAW0929	LE00009260	10/12/2002	62380	218 * II * a	127.69
MAX3415	LE00009199	30/11/2002	62460	218 * II * b	574.61
MBN5603	LE00009043	30/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
MCB2539	LE00009099	28/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
MCH5211	LE00009055	02/12/2002	62380	218 * II * a	127.69
MDM4711	LE00009021	28/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
MED6200	LE00009031	29/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
MEI0070	LE00009367	04/12/2002	62380	218 * II * a	127.69
MJH6000	LE00008809	22/11/2002	62380	218 * II * a	127.69
MLC0540	LE00009173	27/11/2002	62380	218 * II * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTES EDITAIS.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 7/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 7/2001**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGE0790	LE00001577	16/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
BIN8331	LE00001587	17/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
BRG5326	LE00001500	13/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
CAL2024	LE00001605	18/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
CCG0841	LE00001739	23/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
KAK1993	LE00001371	09/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWY7005	LE00001573	16/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXB6748	LE00001652	21/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXG8934	LE00001441	13/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXH4681	LE00001492	12/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXJ0286	LE00001400	08/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXJ0286	LE00001418	11/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXJ1795	LE00001711	21/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXO3341	LE00001520	15/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXR3794	LE00001425	11/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXS2915	LE00001539	16/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXU9232	LE00001756	23/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYA3180	LE00001674	19/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYE2259	LE00001748	23/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYI0155	LE00001588	17/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYO2659	LE00001663	23/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYS6909	LE00001600	18/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYZ7915	LE00001691	20/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZA2315	LE00001719	22/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZA2726	LE00001732	23/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZA4005	LE00001505	13/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZD5018	LE00001391	05/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZG7342	LE00001369	09/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZL0475	LE00001633	18/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZL4103	LE00001352	07/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZM0562	LE00001701	21/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZO6920	LE00001644	20/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAD5186	LE00001549	16/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAP1990	LE00001641	19/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAQ6005	LE00001341	06/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAS0314	LE00001693	20/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAU7787	LE00001494	12/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAW2099	LE00001597	18/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAW7230	LE00001629	17/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
MBA9114	LE00001449	14/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
MBB9655	LE00001497	12/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
MBE0348	LE00001379	10/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
MBE6864	LE00001440	11/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
MBG2217	LE00001356	08/09/2001	62380	218 * II * a	127.69

MBR2900	LE000001436	12/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEV4090	LE000001705	21/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 8/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 8/2001**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFF3695	LE000001568	16/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
AHG1122	LE000001764	24/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
GLK7815	LE000001579	17/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
IEK7657	LE000001650	21/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
IGP3902	LE000001566	16/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LWY1963	LE000001611	18/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXK8379	LE000001695	20/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXO5883	LE000001519	15/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXQ1868	LE000001551	16/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXR6593	LE000001608	18/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXV0379	LE000001570	16/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXY4577	LE000001741	23/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYD9405	LE000001728	22/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYF1559	LE000001702	21/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYK4444	LE000001533	16/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYR6502	LE000001501	13/09/2001	62460	218 * II * b	574.61
LYT2766	LE000001602	18/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYT5048	LE000001763	24/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYU8474	LE000001627	17/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LYW9891	LE000001753	23/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZI3699	LE000001625	17/09/2001	62380	218 * II * a	127.69

LZO4766	LE00001689	20/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZW8639	LE00001189	30/08/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAG8925	LE00001636	18/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAP3630	LE00001681	20/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAT9781	LE00001581	17/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAW7238	LE00001682	20/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBE5256	LE00001521	15/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBH3985	LE00001547	16/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBL3342	LE00001558	16/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBP3628	LE00001752	23/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBQ3132	LE00001528	16/09/2001	62460	218	*	II	*	b	574.61
MBU8688	LE00001510	15/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBZ3032	LE00001651	21/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDW5660	LE00001580	17/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69
MIM0051	LE00001680	19/09/2001	62380	218	*	II	*	a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 82/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 82/2003**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAG2593	LE00014260	22/03/2003	62380	218 * II * a	127.69
AAT7058	LE00014250	27/03/2003	62380	218 * II * a	127.69
ABO2561	LE00013991	22/03/2003	62380	218 * II * a	127.69
ABQ7726	LE00014013	25/03/2003	62380	218 * II * a	127.69
ADA1786	LE00015027	03/04/2003	62380	218 * II * a	127.69
ADH0371	LE00014123	21/03/2003	62380	218 * II * a	127.69
ADI8690	LE00014713	30/03/2003	62380	218 * II * a	127.69
ADJ6277	LE00014339	24/03/2003	62380	218 * II * a	127.69

ADO5204	LE00015032	03/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
ADY7578	LE00014523	30/03/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
ADZ1373	LE00014500	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
AEA0897	LE00014819	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
AEB8426	LE00014415	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
AED1298	LE00015007	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
AEF9708	LE00014427	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
AEH1803	LE00014435	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
AER1682	LE00014750	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
AET7204	LE00014865	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
AEW9804	LE00014975	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
AFS1251	LE00014374	26/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
AGB1319	LE00014793	26/03/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
AGD9485	LE00013994	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
AGD9485	LE00014038	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
AGZ5960	LE00014668	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
AHH1826	LE00014706	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
AHN9700	LE00014126	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
AHP0679	LE00014556	03/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
AHZ2596	LE00014804	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
AIA0432	LE00014509	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
AIC9281	LE00014076	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
AIF2474	LE00014257	21/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
AIR5545	LE00014758	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
AIY5385	LE00015002	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
AJS0001	LE00015022	02/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
AJT0473	LE00014055	25/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
AJV3489	LE00014585	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
AKN7790	LE00013987	21/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
AKW9900	LE00014133	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
ALE0210	LE00014812	02/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
AMG0712	LE00014929	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
ARA2323	LE00014588	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
AUD0018	LE00014590	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
BBB2070	LE00014920	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
BEK0500	LE00014226	24/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
BGR6450	LE00014294	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
BGY6760	LE00014001	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
BIQ9247	LE00014104	24/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
BJR0560	LE00014179	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
BJR8780	LE00014078	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
BKA2128	LE00014691	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
BLB2299	LE00014515	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
BLB9914	LE00014641	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
BLG8039	LE00014784	03/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
BMD8962	LE00014948	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
BNR6818	LE00014157	21/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
BOP2043	LE00014180	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
BOW8702	LE00014340	24/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
BQV5334	LE00014146	24/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
BVB0095	LE00014287	21/03/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
BXO3702	LE00014324	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
BYE5350	LE00014386	26/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
BYN8117	LE00014770	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
BZV5100	LE00014858	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CBB1824	LE00014117	20/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CCP5928	LE00014412	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CCQ6045	LE00014136	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CEG9535	LE00014772	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CEG9535	LE00014604	02/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CFT0806	LE00014741	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CHZ5312	LE00014950	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CIB0781	LE00014234	25/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69

CKN2275	LE00014577	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CLF8340	LE00014864	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CMG6420	LE00014600	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CTI1846	LE00014760	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CTP5701	LE00014090	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
DAM9762	LE00014134	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
DAQ0492	LE00014930	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
DCC1580	LE00014470	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
DDK2533	LE00014923	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
GTD3973	LE00014574	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
GTD3973	LE00014727	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
GTF9056	LE00014670	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
GUE9042	LE00014501	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
HQW7922	LE00014939	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
ICN4770	LE00014453	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
ICQ1609	LE00014649	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
IDJ0846	LE00014788	03/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
IDP6983	LE00014139	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
IDZ5557	LE00014934	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
IDZ7503	LE00014825	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
IEI8195	LE00014831	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
IEY5930	LE00014780	02/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
IEY5930	LE00014335	24/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
IFL0464	LE00014253	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
IFP6131	LE00014731	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
IGH5246	LE00014773	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
IGM5808	LE00014581	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
IHA7604	LE00014394	26/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
IHR5557	LE00014631	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
IHR5557	LE00014778	02/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
IJJ2055	LE00014528	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
JNN1595	LE00014601	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
KAR3118	LE00014063	21/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
KBD9193	LE00014231	25/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
KOR1096	LE00014506	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LBG4893	LE00014555	03/04/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
LBZ1293	LE00014686	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LCU3789	LE00014836	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LCZ0802	LE00014728	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LND9048	LE00014834	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWR6030	LE00014168	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWR6462	LE00014447	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWR8590	LE00014265	24/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWR8877	LE00014654	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWS1981	LE00014323	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWS7520	LE00014796	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWT2909	LE00014153	26/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWT2909	LE00014266	25/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWT8206	LE00014652	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWU2124	LE00014978	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWU5963	LE00014803	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWU7492	LE00014846	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWU7492	LE00014859	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWV1387	LE00014491	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWV8865	LE00014904	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWV9638	LE00014621	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWW7679	LE00014676	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWW8884	LE00014936	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWX1478	LE00014222	24/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWX1559	LE00014710	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWX2940	LE00014613	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWX5010	LE00014992	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWX6289	LE00014072	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69

LWY0096	LE00013993	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWZ1304	LE00014480	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWZ1594	LE00014987	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWZ2855	LE00014542	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWZ9735	LE00014459	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXA1606	LE00014540	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXA3673	LE00014748	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXB2258	LE00014738	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXC0158	LE00014045	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXC8683	LE00014425	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXC8770	LE00014103	24/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXC9613	LE00014077	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXC9855	LE00014764	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXD2203	LE00014429	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXD4686	LE00014890	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXE4090	LE00014524	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXE5904	LE00014109	26/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXF3356	LE00014410	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXG4920	LE00014845	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXH0489	LE00014271	21/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXI5495	LE00014635	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXJ1378	LE00014578	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXJ9464	LE00014190	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXK1866	LE00014028	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXM6798	LE00014449	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXM8603	LE00014306	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXN0144	LE00014828	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXN1070	LE00014135	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXN2753	LE00014124	21/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXN4573	LE00014551	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXO0155	LE00014994	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXO2503	LE00014272	21/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXO2574	LE00014518	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXO5928	LE00014484	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXP0496	LE00014233	25/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXP2641	LE00014628	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXP3632	LE00014561	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXP6422	LE00014995	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXQ0710	LE00014903	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXQ6764	LE00014195	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXQ8342	LE00014696	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXQ9095	LE00014325	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXR3129	LE00014204	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXR7150	LE00014742	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXS5932	LE00014505	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXS7487	LE00013990	21/03/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
LXT6894	LE00014321	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXU2948	LE00014516	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXU6305	LE00014529	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXU8698	LE00014667	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXV4843	LE00014068	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXV5985	LE00014360	25/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXV7493	LE00014548	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXW3465	LE00014380	26/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXW4573	LE00014582	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXW4573	LE00014662	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXW5151	LE00014448	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXW9107	LE00014084	25/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXW9442	LE00014343	24/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXX1435	LE00014488	28/03/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
LXX2853	LE00014716	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXX4800	LE00014765	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXX5051	LE00014672	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69

LXX6316	LE00014258	21/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXY1703	LE00014800	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXY3328	LE00014595	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXY5550	LE00014844	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXY9207	LE00014757	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXZ2422	LE00014999	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXZ5367	LE00014046	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYA2673	LE00014320	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYA8097	LE00014341	24/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYA8551	LE00014411	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYB0104	LE00014761	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYB2911	LE00014201	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYB6177	LE00014142	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYB7353	LE00014128	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYB8603	LE00014797	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYC6881	LE00014181	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYD2618	LE00014838	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYD8752	LE00014108	25/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYE9423	LE00014693	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYF0232	LE00014350	24/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYF1806	LE00014025	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYF6721	LE00014835	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYF6842	LE00014679	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYF6899	LE00014541	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYG1429	LE00014383	26/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYG1634	LE00014790	03/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYH4712	LE00014229	25/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYI0646	LE00014355	25/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYI0989	LE00014291	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYI9869	LE00014300	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYJ3183	LE00014605	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYJ7039	LE00015005	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYK0535	LE00014594	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYK1854	LE00014872	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYK5561	LE00014230	25/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYL0549	LE00014497	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYL0888	LE00014892	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYL3680	LE00014175	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYM0002	LE00014494	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYM0314	LE00014898	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYM3322	LE00014751	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYM3440	LE00014545	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYM6086	LE00014140	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYM7443	LE00014034	20/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYM8011	LE00014189	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYN4783	LE00014857	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYN8330	LE00014185	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYN8838	LE00014479	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYN8838	LE00014536	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYO9216	LE00014115	20/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYP1750	LE00014101	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYP5442	LE00014337	24/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYQ0428	LE00014421	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYQ8085	LE00014210	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYR0334	LE00014543	31/03/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
LYR2733	LE00014008	24/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYR3902	LE00014182	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYR8376	LE00014307	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYR8376	LE00014407	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYS1659	LE00014255	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYS5827	LE00014106	24/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYT1174	LE00014754	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYT2612	LE00014580	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69

LYU7995	LE00014376	26/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYU9823	LE00014251	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYV3322	LE00014535	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYV6375	LE00014466	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYV6636	LE00014973	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYV8737	LE00014702	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYV8802	LE00014893	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYW2680	LE00014974	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYW3150	LE00014907	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYX6095	LE00014120	21/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYX9959	LE00014256	20/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYY1802	LE00014445	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYY4119	LE00014246	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYY5957	LE00014829	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYY6545	LE00014437	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYY8932	LE00014174	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYZ6028	LE00014371	26/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZA7345	LE00014895	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZA7779	LE00014913	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZA8470	LE00014193	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZA9528	LE00014262	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZB2594	LE00014489	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZB2594	LE00014432	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZB9180	LE00014576	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZB9311	LE00015017	02/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZC1445	LE00014436	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZC1497	LE00014236	25/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZC5948	LE00014338	24/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZC6762	LE00014517	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZC9827	LE00014288	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZD0310	LE00014377	26/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZD1900	LE00014644	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZD2239	LE00014273	21/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZD3536	LE00014064	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZD7207	LE00014454	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZD8235	LE00014663	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZD9078	LE00014212	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZE1858	LE00014967	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZE7692	LE00014988	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZF1198	LE00014202	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZF3217	LE00014609	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZG1087	LE00014955	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZG1087	LE00014406	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZG1087	LE00014331	24/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZG2808	LE00014443	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZG3330	LE00014184	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZG5632	LE00014870	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZG8381	LE00014896	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZH6310	LE00014088	26/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZH8918	LE00014475	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZI1928	LE00014503	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZI3233	LE00014720	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZI8189	LE00014353	24/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZJ4632	LE00014794	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZJ5121	LE00014496	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZJ8363	LE00014237	25/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZL0108	LE00014922	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZL7705	LE00015019	02/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZL8486	LE00014203	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZM5132	LE00015012	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZN4079	LE00015004	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZN4305	LE00014848	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZN4305	LE00014570	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69

LZN6673	LE00014295	22/03/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
LZN8065	LE00014259	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZO0356	LE00014938	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZO2888	LE00014724	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZO8013	LE00014820	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZP7582	LE00014281	21/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZP8909	LE00014646	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZQ1402	LE00014011	24/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZQ2986	LE00015006	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZQ2986	LE00014809	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZQ4741	LE00014102	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZR2723	LE00014098	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZR6812	LE00014473	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZS1486	LE00014840	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZS4120	LE00014575	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZS5072	LE00014719	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZS5253	LE00014860	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZS8091	LE00015035	03/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZT6194	LE00014457	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZT8472	LE00014810	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZT9266	LE00014075	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZU0001	LE00015009	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZU9339	LE00013989	21/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZV8150	LE00014194	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZV8675	LE00014863	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZW2594	LE00014949	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZW4693	LE00014254	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZW5406	LE00014326	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZW5625	LE00014525	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZW7193	LE00014402	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZW8689	LE00014642	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZX0659	LE00014599	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZX2670	LE00014167	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZX2873	LE00014192	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZX4603	LE00014132	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZZ0249	LE00014546	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZZ0504	LE00014186	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZZ2409	LE00014392	26/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZZ2487	LE00014566	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZZ4098	LE00014053	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZZ7793	LE00014935	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAA5358	LE00014313	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAB3800	LE00014079	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAB4780	LE00014396	26/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAB5300	LE00014645	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAB5704	LE00014005	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAC2125	LE00014753	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAC4357	LE00014888	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAD9230	LE00014984	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAD9500	LE00014178	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAE1617	LE00014851	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAE3060	LE00014363	25/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAE8098	LE00014816	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAF2067	LE00014729	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAF5172	LE00014763	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAG2222	LE00014091	21/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAH8537	LE00014315	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAI4606	LE00014544	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAI9993	LE00014694	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAJ0756	LE00014683	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAJ6040	LE00014317	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAJ7542	LE00014397	26/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAK0511	LE00014952	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69

MAK3721	LE00014322	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAK3977	LE00014617	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAK6413	LE00014603	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAK7813	LE00014762	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAK8727	LE00014389	26/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAK9204	LE00014071	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAL1451	LE00015000	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAM0016	LE00014107	25/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAM1931	LE00014887	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAM2381	LE00014811	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAM3795	LE00014066	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAM8901	LE00014122	21/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAN0472	LE00014268	26/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAN1566	LE00014451	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAN2716	LE00014937	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAN5813	LE00014861	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAN6379	LE00014653	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAN6784	LE00014172	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAN6875	LE00014946	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAN9340	LE00014704	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAO1136	LE00014942	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAO6635	LE00014238	26/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAO6635	LE00014379	26/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAP4615	LE00014611	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAP4790	LE00014697	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAP6842	LE00014511	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAR3006	LE00014196	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAS3179	LE00014113	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAS5863	LE00014823	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAT3098	LE00014154	26/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAT7347	LE00014813	02/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAU0325	LE00014151	25/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAU0895	LE00014417	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAU4193	LE00014206	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAU4968	LE00014882	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAU7420	LE00014916	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAU8487	LE00014684	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAU8614	LE00014687	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAW0483	LE00014183	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAW1064	LE00013995	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAW1064	LE00014434	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAW2141	LE00014391	26/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAW3665	LE00014141	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAW5136	LE00014711	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAW8545	LE00014912	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAW9025	LE00014648	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAX2513	LE00015010	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAX4873	LE00014826	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAX5541	LE00014378	26/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAX6291	LE00014029	19/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAX6316	LE00014416	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAX8635	LE00014114	20/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAY0414	LE00014633	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAY1171	LE00014513	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAY2053	LE00014458	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAY6073	LE00014166	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAY6267	LE00014533	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAY8236	LE00014519	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAY9230	LE00014900	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAZ3872	LE00014963	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAZ6170	LE00014297	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAZ9749	LE00014756	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBA0688	LE00014049	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69

MBA1403	LE00014657	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBA3304	LE00014814	03/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBA3886	LE00015030	03/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBA5915	LE00014284	21/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBA7982	LE00014065	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBA8331	LE00014689	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBA9153	LE00014673	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBB0273	LE00014148	24/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBB1054	LE00014213	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBB2625	LE00014736	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBB2732	LE00014280	21/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBB5080	LE00014725	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBB7854	LE00014362	25/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBB8088	LE00014563	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBB9992	LE00014344	24/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBC7703	LE00014444	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBC8555	LE00014329	24/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBD1208	LE00014375	26/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBD1208	LE00014332	24/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBD9242	LE00014369	25/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBD9636	LE00014567	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBD9685	LE00014216	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBE0135	LE00014802	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBE1213	LE00014818	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBE2213	LE00014877	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBE8377	LE00014399	26/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBF3074	LE00014996	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBF3614	LE00014366	25/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBF4126	LE00014650	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBF4126	LE00014558	03/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBF5975	LE00014387	26/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBF8426	LE00014805	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBG1206	LE00014311	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBG3516	LE00014015	25/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBG4854	LE00014460	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBG5081	LE00014214	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBG5302	LE00014382	26/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBG5347	LE00014082	24/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBG5914	LE00014847	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBG6804	LE00014161	21/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBG7672	LE00014274	21/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBG8094	LE00014275	21/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBH1857	LE00014656	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBH3572	LE00014027	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBH4225	LE00014062	21/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBH6938	LE00014708	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBH7346	LE00014298	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBH8341	LE00015011	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBH9556	LE00014956	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBH9899	LE00014908	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBI0175	LE00014041	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBI3436	LE00014094	21/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBI4468	LE00014993	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBI6820	LE00014660	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBI7838	LE00014774	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBI7991	LE00014129	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBI9427	LE00014771	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBJ1117	LE00015015	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBJ2278	LE00014537	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBJ4137	LE00014630	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBJ5964	LE00014487	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBJ6610	LE00014564	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBJ8551	LE00014767	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69

MBJ9090	LE00014431	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBK0484	LE00014909	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBK0535	LE00014905	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBK0806	LE00014419	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBK1975	LE00014894	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBK2718	LE00014361	25/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBK3475	LE00014659	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBL1145	LE00014927	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBL2295	LE00014430	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBL5620	LE00014721	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBL7808	LE00014853	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBM1006	LE00014279	21/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBM1676	LE00014333	24/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBM6002	LE00014856	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBM6579	LE00014869	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBM7178	LE00014137	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBM9005	LE00014456	02/04/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
MBN0036	LE00014839	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBN2505	LE00014622	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBN2586	LE00014227	24/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBO0854	LE00014381	26/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBO1804	LE00014017	25/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBO3282	LE00014384	26/03/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
MBO4713	LE00014069	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBO4828	LE00014464	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBO6557	LE00014283	21/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBO6924	LE00014368	25/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBO7108	LE00014664	29/03/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
MBO8067	LE00014944	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBO9423	LE00014589	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBP0705	LE00014014	25/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBP1053	LE00014640	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBP8532	LE00014469	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBQ9437	LE00014998	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBQ9611	LE00014420	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBR1385	LE00014854	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBR6745	LE00014947	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBS3522	LE00014520	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBS4206	LE00014036	21/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBS5566	LE00014932	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBS7412	LE00014187	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBT0168	LE00014817	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBT6728	LE00014775	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBT7525	LE00014571	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBT7877	LE00014786	03/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBU0619	LE00014565	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBU4126	LE00014217	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBU5029	LE00014715	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBU9222	LE00014539	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBV1540	LE00014592	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBV1827	LE00014248	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBV3609	LE00014198	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBV5652	LE00014220	24/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBW0680	LE00014358	25/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBW1456	LE00014897	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBW2502	LE00014980	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBW4189	LE00014004	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBW7107	LE00014030	19/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBW7502	LE00014852	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBX1699	LE00014150	25/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBX3136	LE00014482	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBX3712	LE00014096	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBX4520	LE00014365	25/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69

MBX5486	LE00014409	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBY0897	LE00014112	26/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBY1826	LE00014089	26/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBY2080	LE00014688	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBY4976	LE00014474	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBY5158	LE00014176	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBY6929	LE00014116	20/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBY9558	LE00014680	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBZ0681	LE00014408	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBZ0877	LE00014919	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBZ8802	LE00014723	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBZ8802	LE00014806	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCA0438	LE00014745	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCA1962	LE00014976	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCA2832	LE00014261	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCA3769	LE00014450	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCA7227	LE00014608	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCA8679	LE00014502	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCA8702	LE00014531	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCB0169	LE00014899	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCB1669	LE00014316	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCB4630	LE00014110	26/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCB9638	LE00014799	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCC3077	LE00014792	03/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCC7306	LE00014875	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCC8497	LE00014717	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCD0318	LE00014734	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCD0610	LE00014743	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCD8688	LE00014787	03/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCE3281	LE00014044	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCE7239	LE00014040	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCF3950	LE00014485	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCF7652	LE00014940	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCF9711	LE00014830	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCG1297	LE00014037	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCG5171	LE00014690	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCG5171	LE00014586	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCH1459	LE00014891	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCH2626	LE00014881	29/03/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
MCH9461	LE00014655	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCI9671	LE00014345	24/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCJ6058	LE00014221	24/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCJ6691	LE00014393	26/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCJ7482	LE00014440	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCK7071	LE00014607	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCK9148	LE00014048	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCL5238	LE00015001	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCL5308	LE00014057	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCL6268	LE00014327	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCL6611	LE00014583	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCL7470	LE00014170	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCL9372	LE00014779	02/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCM4258	LE00014879	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCM5481	LE00014739	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCN1029	LE00014874	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCN7249	LE00014476	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCO2003	LE00014620	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCO3822	LE00014744	31/03/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
MCO8548	LE00014527	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCO9319	LE00014087	26/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCO9718	LE00014951	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCP0539	LE00014439	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCP1372	LE00015025	03/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69

MCP4061	LE00014359	25/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCP8989	LE00014591	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCQ3742	LE00014073	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCQ4839	LE00015016	02/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCR1322	LE00014884	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCR7871	LE00014749	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCS7701	LE00014910	30/03/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
MCS8590	LE00014849	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCS8701	LE00014138	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCS9111	LE00014889	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCS9111	LE00014481	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCT9310	LE00014241	26/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCV0122	LE00014807	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCV5111	LE00014423	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCV7131	LE00014042	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCW3812	LE00014735	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCW6100	LE00014777	02/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCX1172	LE00014855	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCX2171	LE00014026	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCY4492	LE00014349	24/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCY6940	LE00014629	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCY7332	LE00014658	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCY8942	LE00014405	27/03/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
MCZ0670	LE00014446	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDA4530	LE00014626	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDD0461	LE00014224	24/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDD4962	LE00014032	20/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDD9791	LE00014286	21/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDE7761	LE00014549	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDE9720	LE00015034	03/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDF4240	LE00014606	27/03/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
MDF5220	LE00014824	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDF6851	LE00014730	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDG6700	LE00014579	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDN0770	LE00014348	24/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDR0008	LE00014461	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDS9820	LE00014293	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDZ0290	LE00014759	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEC9190	LE00014163	21/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MED4500	LE00014587	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEE8950	LE00014352	24/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEG0099	LE00014239	26/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEG3010	LE00014159	21/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEG8190	LE00015031	03/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEH0444	LE00014099	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEH3050	LE00014943	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEK6880	LE00014669	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEL3110	LE00014901	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEL5020	LE00014965	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEL8496	LE00014372	26/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEM4200	LE00014507	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEM9970	LE00014438	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEN3005	LE00014024	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEN3600	LE00014058	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEN7340	LE00014752	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEO6070	LE00014347	24/03/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
MEO8760	LE00014276	21/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEO9390	LE00014634	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEQ2880	LE00014941	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MET5550	LE00014097	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEU3898	LE00014346	24/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEV5090	LE00014033	20/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEW8100	LE00014455	02/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69

MFA9440	LE00014267	25/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFC0201	LE00014508	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFC3950	LE00014002	23/03/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
MFC9370	LE00014007	24/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFE0300	LE00014499	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFE9510	LE00014318	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFF0610	LE00014426	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFF6900	LE00013996	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFF9690	LE00014398	26/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFH9260	LE00015026	03/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFI9700	LE00014305	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFK1510	LE00014737	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFL1550	LE00014093	21/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFM0180	LE00014647	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFN4980	LE00014498	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFN6740	LE00014010	24/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFO0006	LE00014928	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFO0010	LE00014085	26/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFO1670	LE00014003	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFQ2760	LE00014388	26/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFR5070	LE00014785	03/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFR5600	LE00014990	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFV2430	LE00014562	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MGA1390	LE00014309	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MGA1390	LE00014902	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MGA1938	LE00014705	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MGH4400	LE00014050	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MGP0099	LE00014969	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MGP1800	LE00014921	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MGS4000	LE00014554	03/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MIL0042	LE00014035	21/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MIL2233	LE00014876	29/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MIL2340	LE00014783	03/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MIO1112	LE00014985	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MIO4554	LE00015013	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MIR3250	LE00014100	23/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MIS7707	LE00014766	01/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MJA0270	LE00014282	21/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MJM7777	LE00014801	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MJP9090	LE00014552	02/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MJZ6000	LE00014054	25/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MKL2002	LE00014490	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MKT1110	LE00014733	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MLC0220	LE00014532	31/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MMF0808	LE00014395	26/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MMK0204	LE00014414	27/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MMK2626	LE00014127	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MML8900	LE00014530	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MMY6320	LE00014173	22/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MPH0898	LE00014712	30/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MVN4483	LE00014428	28/03/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 85/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 85/2003**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAL0923	LE00016622	02/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AAM8365	LE00017129	09/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AAQ4503	LE00016758	04/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AAZ6214	LE00016664	27/04/2003	62380	218 * II * a	127.69
ABO8720	LE00016732	02/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
ABQ7726	LE00016525	02/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
ACL8949	LE00017200	15/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
ADE3328	LE00016632	03/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
ADG5110	LE00016564	07/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
ADN5787	LE00017154	10/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
ADP0021	LE00016509	28/04/2003	62380	218 * II * a	127.69
ADS2467	LE00016903	05/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AEP8678	LE00016577	08/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AEV5542	LE00016663	27/04/2003	62380	218 * II * a	127.69
AFC3804	LE00016488	04/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AFC9471	LE00016904	06/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AFF8038	LE00017145	10/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AFN6038	LE00016914	06/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AFY0468	LE00017026	10/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AGA7758	LE00017267	15/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AGN2576	LE00017273	16/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AGP7583	LE00016778	06/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AHJ5411	LE00016704	28/04/2003	62380	218 * II * a	127.69
AHM5952	LE00016771	06/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AIL4353	LE00016934	08/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AJA4419	LE00016702	28/04/2003	62380	218 * II * a	127.69
AJL5153	LE00016989	10/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
ALF6066	LE00016785	07/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
ALM5544	LE00016972	13/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
ALU0066	LE00016842	01/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
ANJ0353	LE00017235	11/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
ANL1939	LE00016516	01/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AP01010	LE00016988	10/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
ARG1333	LE00016700	28/04/2003	62380	218 * II * a	127.69

AVW0200	LE00016672	29/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
AYC0006	LE00016754	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
BAG0900	LE00017122	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
BAP2407	LE00016511	28/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
BAR0013	LE00016925	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
BEJ5550	LE00017013	09/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
BGR2559	LE00016935	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
BHP6447	LE00017201	15/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
BKO3298	LE00017276	16/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
BMD5835	LE00016714	29/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
BUK4807	LE00016851	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
BZS9685	LE00017146	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CBE8906	LE00017150	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CBP9546	LE00016552	05/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CBX8779	LE00016611	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CCW1162	LE00016982	15/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CHV3399	LE00016978	14/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CIW6768	LE00016805	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CIY4239	LE00017265	15/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CLP1769	LE00016788	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CMI5159	LE00016407	29/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CMY1062	LE00016729	02/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
COH7732	LE00017050	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
COZ6669	LE00017123	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CQV7178	LE00016698	28/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CRY3405	LE00016826	28/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CTB5676	LE00016973	13/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CWY6666	LE00016974	13/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
DBK3415	LE00017176	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
DJM9999	LE00016938	09/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
DUV0777	LE00016484	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
GOS1713	LE00016813	27/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
HMP3058	LE00016434	05/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
HVG9378	LE00016783	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
ICO1105	LE00016492	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
ICT2385	LE00016726	02/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
IEI5282	LE00016951	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
IEI8686	LE00017252	12/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
IEM9699	LE00017199	14/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
IEP6703	LE00016856	02/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
IEV2909	LE00016861	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
IFX2234	LE00016479	02/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
IFX3417	LE00016947	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
IGG0212	LE00017211	09/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
IHA4803	LE00016514	30/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
IHE6105	LE00016629	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
IHQ0787	LE00016768	05/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
IIS7821	LE00017164	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
IIV3469	LE00016456	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
IJR2912	LE00016818	28/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
IKL4353	LE00017138	09/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
JDS3595	LE00016844	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
JED8510	LE00017212	09/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
JLA0277	LE00017033	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
JNA1500	LE00016911	06/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
JWO6574	LE00017021	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
JXE0830	LE00017081	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
JYD2639	LE00017155	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
KGF5090	LE00016980	15/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
KPB6360	LE00016408	29/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
KQE2288	LE00017102	13/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LAL2652	LE00017022	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LAV5888	LE00016427	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69

LBC8169	LE00016562	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LNE6569	LE00017213	09/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWR0779	LE00017246	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWR2215	LE00016414	30/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWR3800	LE00016954	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWR5101	LE00016612	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWT6169	LE00016804	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWU3049	LE00016943	09/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWU3777	LE00016765	05/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWU9501	LE00016876	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWV0002	LE00016810	30/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWV3251	LE00017019	09/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWV9955	LE00016668	28/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWW3462	LE00016692	06/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWW9423	LE00016423	02/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWX2579	LE00016666	27/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWX9084	LE00017197	13/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWY5530	LE00016756	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWY7829	LE00016589	30/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWZ0656	LE00017234	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWZ1776	LE00017097	12/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWZ2797	LE00017218	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWZ5464	LE00016409	29/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXA8363	LE00016681	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXB5217	LE00017179	12/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXC0218	LE00016502	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXC6529	LE00016458	08/05/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
LXD1195	LE00017184	12/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXE0468	LE00016520	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXE3606	LE00016431	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXE5188	LE00016849	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXE8609	LE00016797	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXF8145	LE00016545	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXG1880	LE00016854	02/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXG3037	LE00016494	05/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXH6511	LE00016718	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXI4208	LE00017262	14/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXI5381	LE00016827	28/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXJ5902	LE00016946	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXJ6826	LE00016685	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXJ7809	LE00016675	30/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXK8067	LE00016455	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXL0424	LE00016451	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXL0682	LE00016655	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXL0682	LE00016652	06/05/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
LXL1810	LE00017071	09/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXL8022	LE00017108	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXM1359	LE00016674	30/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXM2962	LE00017086	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXN2319	LE00016644	05/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXN7782	LE00016574	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXN9644	LE00017055	12/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXO2030	LE00016748	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXO3407	LE00016497	06/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXO8243	LE00016676	30/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXP0357	LE00016809	30/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXP6629	LE00017180	12/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXP6919	LE00017277	16/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXP9555	LE00017143	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXQ5770	LE00017014	09/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXQ7869	LE00017117	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXQ8217	LE00016736	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXR8280	LE00017060	15/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69

LXR9330	LE00016695	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXS0493	LE00017099	13/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXT1389	LE00016461	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXT1598	LE00016858	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXT6265	LE00017178	12/05/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
LXU4894	LE00017239	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXU6737	LE00016621	02/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXV4123	LE00016659	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXV8125	LE00016874	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXW2503	LE00017112	09/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXW6326	LE00016432	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXW8273	LE00017186	12/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXW8410	LE00017247	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXY0891	LE00016530	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXY4577	LE00017165	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXY5319	LE00017161	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXY9266	LE00016822	28/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXY9266	LE00016619	02/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXZ0505	LE00016800	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXZ0546	LE00016614	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXZ6411	LE00016728	02/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXZ9977	LE00016738	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXZ9977	LE00016688	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYA6157	LE00017224	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYA7222	LE00016962	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYB0467	LE00017149	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYB2000	LE00016546	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYB2925	LE00017195	13/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYB5328	LE00017107	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYB9245	LE00016894	05/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYC3416	LE00016832	29/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYD1711	LE00016510	28/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYD5138	LE00017062	15/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYD9938	LE00016932	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYE3450	LE00016734	02/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYE5000	LE00016555	06/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYE6067	LE00016543	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYE6647	LE00017238	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYE9338	LE00016422	02/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYF5257	LE00016803	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYF6851	LE00016984	09/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYG1178	LE00016707	28/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYG4085	LE00016593	30/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYG8386	LE00017271	15/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYH2444	LE00017039	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYI3700	LE00016482	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYI7829	LE00016465	28/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYJ5820	LE00016882	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYJ7039	LE00016905	06/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYJ8220	LE00016883	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYK3610	LE00016710	29/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYK3863	LE00016499	06/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYK5527	LE00016975	14/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYL6722	LE00016720	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYL6904	LE00016873	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYL7573	LE00017254	12/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYM1844	LE00016566	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYM3622	LE00017066	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYM6247	LE00016767	05/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYM7619	LE00016583	29/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYN0692	LE00017070	09/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYN8296	LE00016750	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYO2307	LE00017130	09/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69

LYO6010	LE00017054	12/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYO9209	LE00016789	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYP1086	LE00016463	28/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYP2647	LE00016839	30/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYP5722	LE00016638	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYQ2775	LE00016706	28/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYQ6341	LE00017279	16/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYQ7516	LE00016582	29/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYQ9834	LE00016415	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYR2885	LE00016512	29/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYR5886	LE00016930	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYR7663	LE00016741	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYR8743	LE00017077	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYS0436	LE00016919	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYS1453	LE00016400	27/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYS6264	LE00016656	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYS6642	LE00017006	13/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYS7353	LE00017095	12/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYS8922	LE00017134	09/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYT2373	LE00017000	12/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYT3992	LE00017139	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYT7167	LE00017059	14/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYT9543	LE00017043	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYU4077	LE00016870	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYU6499	LE00016929	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYU7920	LE00016528	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYU8172	LE00016824	28/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYV9364	LE00016802	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYV9552	LE00017190	13/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYW0157	LE00017136	09/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYW2845	LE00016787	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYW3638	LE00017104	13/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYX3046	LE00016445	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYX5627	LE00017216	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYY3743	LE00016959	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYZ4980	LE00016875	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYZ6282	LE00016462	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYZ7335	LE00016556	06/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZB1373	LE00016627	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZB3238	LE00016660	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZB3567	LE00016990	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZB4340	LE00016764	05/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZB6879	LE00017217	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZC1445	LE00016615	02/05/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
LZC6118	LE00016926	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZC6571	LE00017093	12/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZD0037	LE00017233	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZD2759	LE00017171	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZD2765	LE00016444	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZD6661	LE00017193	13/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZD7265	LE00016823	28/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZE5255	LE00016730	02/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZE5938	LE00016623	02/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZE9149	LE00016532	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZF3863	LE00016991	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZF9583	LE00016667	27/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZG0655	LE00017036	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZG1327	LE00017142	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZG2269	LE00017110	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZG4513	LE00016636	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZG5455	LE00016760	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZH1468	LE00017229	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZH8428	LE00016994	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69

LZI3448	LE00017076	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZI4271	LE00016968	12/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZI4512	LE00016922	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZI5851	LE00016816	28/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZJ7871	LE00016609	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZJ8324	LE00017119	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZK4877	LE00017056	13/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZL2445	LE00016890	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZL4570	LE00016900	05/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZL9631	LE00016834	29/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZL9845	LE00016506	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZM1302	LE00016927	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZM5990	LE00016749	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZM7143	LE00016693	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZM9101	LE00016500	06/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZN5775	LE00016723	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZN6660	LE00016957	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZN9005	LE00016931	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZO0625	LE00016976	14/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZO2675	LE00016537	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZO4053	LE00016933	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZO5369	LE00017111	09/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZP2289	LE00016806	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZP3961	LE00016761	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZP7552	LE00016985	09/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZQ4719	LE00016897	05/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZQ6135	LE00016831	29/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZR2921	LE00016913	06/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZS0541	LE00016475	30/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZT0121	LE00016853	02/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZT2213	LE00016846	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZU2173	LE00017037	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZU3159	LE00016847	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZU3821	LE00017208	09/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZV1459	LE00016690	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZV2909	LE00016852	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZV3523	LE00016808	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZW0243	LE00017223	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZW2503	LE00016689	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZW7015	LE00017011	09/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZW8075	LE00016792	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZW9404	LE00016647	05/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZY2485	LE00016410	30/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZY4686	LE00017203	06/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZY9998	LE00017166	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZZ0429	LE00016779	06/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZZ3406	LE00017068	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZZ4949	LE00016940	09/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZZ5432	LE00016762	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZZ9601	LE00016561	06/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAA1548	LE00016708	28/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAA2742	LE00017275	16/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAA7712	LE00016864	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAA8325	LE00016746	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAB1402	LE00016654	06/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAB4268	LE00016992	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAC5482	LE00016793	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAD0046	LE00017162	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAD4178	LE00016735	02/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAD4482	LE00016866	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAD5623	LE00017198	14/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAD6269	LE00016661	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAD9263	LE00017085	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69

MAD9263	LE00017069	09/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAD9366	LE00016828	28/04/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
MAE3991	LE00016417	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAE6268	LE00016889	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAE6336	LE00016794	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAF0355	LE00016474	30/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAH0468	LE00016845	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAH3200	LE00017260	13/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAH9237	LE00016885	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAH9572	LE00016544	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAH9915	LE00016472	29/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAI0716	LE00016763	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAI1400	LE00017115	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAI4042	LE00016867	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAI4042	LE00016686	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAI4630	LE00016631	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAI8390	LE00016440	06/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAK1058	LE00016595	30/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAK1058	LE00016416	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAK4520	LE00016837	30/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAK8953	LE00016880	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAL4570	LE00016774	06/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAL8652	LE00016840	30/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAL9302	LE00016971	13/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAM4872	LE00016924	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAM5968	LE00016478	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAM7245	LE00016592	30/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAM8264	LE00016907	06/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAM8264	LE00016441	06/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAN1237	LE00016557	06/05/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
MAN1617	LE00016835	30/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAN2485	LE00016626	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAN5044	LE00016453	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAN6425	LE00017052	12/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAN6467	LE00017278	16/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAN7951	LE00017065	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAN8554	LE00016725	02/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAN9435	LE00017253	12/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAO0137	LE00017044	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAO2617	LE00017023	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAO2854	LE00016884	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAO6772	LE00017236	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAO7170	LE00016784	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAO7590	LE00017135	09/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAP0894	LE00016585	29/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAP0894	LE00016620	02/05/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
MAP2257	LE00016892	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAP2448	LE00016948	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAQ2970	LE00016712	29/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAQ5472	LE00017053	12/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAQ9280	LE00017206	09/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAR1675	LE00016780	06/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAR5551	LE00016457	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAS2470	LE00016425	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAS3179	LE00016559	06/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAS5036	LE00017226	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAS5164	LE00017242	11/05/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
MAS5376	LE00017204	12/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAS6004	LE00016811	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAS7378	LE00016421	02/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAS8792	LE00017156	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAS9207	LE00017152	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAS9207	LE00017118	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69

MAT0545	LE00016449	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAT2345	LE00017220	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAT3724	LE00016857	02/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAT6047	LE00016490	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAT8811	LE00017192	13/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAU0473	LE00017100	13/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAV1654	LE00016915	06/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAV2015	LE00017058	14/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAV2156	LE00017128	09/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAV2177	LE00017144	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAV2746	LE00017187	12/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAV2919	LE00017183	12/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAV3432	LE00017016	09/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAV8962	LE00016411	30/04/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
MAW0430	LE00017049	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAW1943	LE00017227	10/05/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
MAW2354	LE00017209	09/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAW3501	LE00016568	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAW3516	LE00016624	02/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAW5315	LE00016896	05/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAW7611	LE00016657	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAW7738	LE00016733	02/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAW9764	LE00016565	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAX0166	LE00016977	14/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAX0578	LE00017051	12/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAX3153	LE00017113	09/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAX4873	LE00017222	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAX5962	LE00016539	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAX6646	LE00017188	12/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAX8443	LE00016819	28/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAY5271	LE00017258	13/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAY7711	LE00016613	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAY7746	LE00016969	13/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAZ2911	LE00016646	05/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAZ5095	LE00017103	13/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAZ6521	LE00016548	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAZ9444	LE00016886	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBA1953	LE00017105	14/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBA2559	LE00016653	06/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBA3648	LE00017020	09/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBA7150	LE00016918	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBA7955	LE00016404	28/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBB1234	LE00016941	09/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBB1685	LE00017221	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBB3811	LE00016878	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBB6598	LE00017078	10/05/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
MBB6850	LE00017158	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBB7492	LE00016607	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBB9864	LE00016740	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBC0474	LE00016910	06/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBC1562	LE00016648	05/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBC4752	LE00016493	05/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBC5297	LE00016442	06/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBC5297	LE00016970	13/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBC7799	LE00016888	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBD1571	LE00017028	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBD4630	LE00017047	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBD5435	LE00016769	05/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBD5435	LE00016751	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBD6038	LE00017250	12/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBD6764	LE00016987	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBD9740	LE00016618	02/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBE2056	LE00017088	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69

MBE5202	LE00017231	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBE6202	LE00016578	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBE8192	LE00017073	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBE8644	LE00016850	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBF0740	LE00017007	14/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBF1833	LE00016460	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBF3595	LE00017243	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBF4047	LE00016863	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBF4882	LE00017169	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBF5441	LE00016486	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBF8304	LE00016573	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBG2373	LE00016419	02/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBG3577	LE00017012	09/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBG5718	LE00016590	30/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBG6770	LE00016713	29/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBH0141	LE00016790	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBH1757	LE00016603	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBH4370	LE00017219	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBH5218	LE00017126	14/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBI3688	LE00017244	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBI6596	LE00017009	14/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBI6596	LE00016503	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBI7936	LE00016782	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBJ4807	LE00016747	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBJ6995	LE00016697	28/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBJ7222	LE00017079	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBK2181	LE00016731	02/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBK5207	LE00016979	14/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBK5885	LE00016743	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBK6599	LE00016997	12/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBL1795	LE00016677	30/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBL3576	LE00017185	12/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBL3995	LE00016912	06/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBL7657	LE00017024	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBL8295	LE00016635	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBL9534	LE00016950	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBL9832	LE00016523	02/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBM0107	LE00016958	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBM0499	LE00017064	15/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBM0903	LE00016673	29/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBM1578	LE00016534	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBM3503	LE00016965	12/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBM5633	LE00016401	28/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBM7486	LE00017255	13/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBM9054	LE00016594	30/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBN2006	LE00016830	29/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBN2505	LE00016551	05/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBN2857	LE00017027	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBN2949	LE00016908	06/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBN3406	LE00016535	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBN3621	LE00016515	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBN4844	LE00017127	14/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBN5122	LE00016536	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBN5479	LE00016860	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBN5577	LE00017237	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBN9850	LE00016986	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBO0728	LE00016501	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBO0829	LE00016937	09/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBO2141	LE00016505	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBO6748	LE00017147	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBO6954	LE00016485	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBO9157	LE00016547	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBO9328	LE00017266	15/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69

MBO9697	LE00017003	13/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBP0312	LE00016812	02/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBP0375	LE00017157	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBP1326	LE00016608	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBP2151	LE00016600	30/04/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
MBP2854	LE00016998	12/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBP2854	LE00016967	12/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBP6643	LE00016759	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBP7762	LE00016691	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBQ3360	LE00016669	28/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBQ3486	LE00017257	13/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBQ4901	LE00016429	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBQ7778	LE00017182	12/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBQ7998	LE00016928	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBR0646	LE00016791	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBR1112	LE00016426	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBR6091	LE00016801	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBR6555	LE00016591	30/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBR6772	LE00016795	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBR7177	LE00016838	30/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBS3722	LE00017094	12/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBS6076	LE00017256	13/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBS6687	LE00016776	06/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBS7419	LE00017153	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBT0770	LE00016960	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBT7569	LE00016955	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBU0748	LE00016848	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBU1208	LE00016575	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBU1646	LE00016996	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBU3406	LE00016917	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBV1307	LE00017114	09/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBV3649	LE00016567	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBV6540	LE00017125	14/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBV7057	LE00016617	02/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBW1201	LE00016576	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBW1938	LE00016606	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBW2099	LE00016498	06/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBW2688	LE00016817	28/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBW4189	LE00016399	27/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBW4952	LE00016447	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBW5638	LE00017074	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBW6958	LE00016642	05/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBX0548	LE00016865	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBX1858	LE00016641	05/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBX2519	LE00017084	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBX4520	LE00016587	30/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBY0719	LE00016961	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBY0939	LE00016814	27/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBY1289	LE00016722	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBY1891	LE00017046	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBY4048	LE00016651	06/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBZ0108	LE00017228	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBZ0458	LE00016871	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBZ2612	LE00017170	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBZ3129	LE00016807	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBZ3129	LE00016684	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBZ5207	LE00016755	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBZ6486	LE00016569	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBZ6669	LE00016649	05/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBZ6849	LE00016744	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBZ9931	LE00016639	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCA0952	LE00016508	28/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCA1561	LE00016637	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69

MCA3056	LE00016405	29/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCA4067	LE00017264	14/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCA7716	LE00016446	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCB1786	LE00016563	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCB3169	LE00016554	05/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCC1309	LE00016893	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCC1621	LE00016507	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCC1638	LE00016645	05/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCC2188	LE00017215	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCC3121	LE00016909	06/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCC3916	LE00017018	09/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCD1179	LE00017030	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCD1921	LE00016602	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCD3386	LE00017132	09/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCD3929	LE00017096	12/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCD8899	LE00016799	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCD9338	LE00016466	28/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCD9438	LE00016402	28/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCD9957	LE00016464	28/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCE0679	LE00016798	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCE1478	LE00016999	12/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCE4211	LE00016766	05/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCE7809	LE00016705	28/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCE8957	LE00016518	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCF4477	LE00016898	05/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCF7277	LE00016406	29/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCF8137	LE00016715	30/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCG7050	LE00016687	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCH2599	LE00017001	13/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCI0659	LE00016481	02/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCI1322	LE00017083	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCI1920	LE00016836	30/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCI3250	LE00016872	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCI4359	LE00016527	02/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCI6479	LE00017251	12/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCI6709	LE00016513	29/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCI7591	LE00016412	30/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCI9669	LE00016599	30/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCJ0698	LE00016628	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCJ1008	LE00017151	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCJ4919	LE00017249	12/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCJ9102	LE00016696	27/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCK1550	LE00016724	02/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCK1901	LE00016522	02/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCK5691	LE00016570	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCK9418	LE00016921	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCM0238	LE00016450	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCM8289	LE00016682	02/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCM9000	LE00016679	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCN0281	LE00016995	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCN0369	LE00016879	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCN0599	LE00016773	06/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCN3219	LE00016616	02/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCN3502	LE00016558	06/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCO3768	LE00016662	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCO3768	LE00017091	12/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCO8822	LE00016942	09/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCP6622	LE00016944	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCP6659	LE00016533	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCP9638	LE00017263	14/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCP9792	LE00017167	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCQ2768	LE00016418	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCQ4192	LE00016855	02/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69

MCQ5662	LE00016902	05/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCQ8308	LE00016438	05/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCQ8989	LE00017061	15/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCQ9008	LE00016952	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCR0211	LE00017245	11/05/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
MCR2628	LE00016781	06/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCS0989	LE00016496	05/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCS3339	LE00016895	05/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCS3852	LE00017029	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCS6959	LE00017174	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCS9199	LE00016403	28/04/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
MCT8661	LE00017137	09/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCT9011	LE00016630	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCU0007	LE00016529	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCV3099	LE00016634	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCV4321	LE00017004	13/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCV9069	LE00017090	12/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCW1561	LE00017005	13/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCW3700	LE00016717	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCW5219	LE00017131	09/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCW7251	LE00016467	28/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCW7411	LE00017230	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCW9522	LE00017140	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCX2342	LE00016775	06/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCY0661	LE00016519	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCY7332	LE00017168	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCZ0221	LE00016680	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCZ5740	LE00016683	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCZ5832	LE00016757	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCZ7872	LE00017080	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDA3600	LE00017202	15/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDA9981	LE00017205	13/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDB0840	LE00016936	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDB2550	LE00017241	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDC0731	LE00016671	29/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDC1601	LE00016770	05/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDC4111	LE00016571	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDD4272	LE00016993	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDD8811	LE00016448	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDD9400	LE00017034	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDE1440	LE00016815	27/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDF6770	LE00016843	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDF8141	LE00017120	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDG2671	LE00017106	14/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDG2862	LE00016435	05/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDG3771	LE00017089	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDH3151	LE00016829	29/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDH3950	LE00017181	12/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDH8752	LE00017075	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDI6662	LE00016436	05/05/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
MDJ0052	LE00016796	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDK7852	LE00016956	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDL0003	LE00017082	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDL1122	LE00017002	13/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDL3942	LE00016586	29/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDL5392	LE00016901	05/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDM0220	LE00016887	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDM2822	LE00016678	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDQ6710	LE00016597	30/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDR1860	LE00016825	28/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDR5242	LE00017210	09/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDT8882	LE00017272	15/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDU0440	LE00017225	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69

MDU3302	LE00017148	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDW7470	LE00016560	06/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEA8640	LE00016777	06/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEB4170	LE00016721	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEC1555	LE00017124	13/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEC7050	LE00016605	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MED3530	LE00016739	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MED6480	LE00016772	06/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MED7040	LE00017048	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEF6170	LE00016430	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEG2750	LE00016579	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEG2750	LE00016459	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEK0307	LE00016542	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEL0557	LE00016487	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEM0501	LE00017121	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEM0501	LE00017040	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEM3630	LE00016581	29/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEM5850	LE00016625	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEN8800	LE00017207	09/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEO7070	LE00017101	13/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEQ0013	LE00016428	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MER2130	LE00017008	14/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MER3540	LE00016916	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MER9090	LE00016862	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEU3280	LE00016949	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEZ9430	LE00016719	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFA6310	LE00016443	06/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFA9730	LE00017035	11/05/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
MFB4930	LE00017268	15/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFC2600	LE00016473	29/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFC7040	LE00016601	30/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFC7040	LE00017098	13/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFF6190	LE00016541	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFF6550	LE00016489	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFF7680	LE00016963	12/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFI5760	LE00016711	29/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFI5760	LE00016670	29/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFJ1010	LE00016983	09/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFJ9150	LE00016471	29/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFN1950	LE00017038	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFN1950	LE00017072	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFN4870	LE00016553	05/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFO0010	LE00017045	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFO0720	LE00017092	12/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFP0570	LE00016477	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFP1900	LE00017163	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFP9850	LE00016953	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFR7870	LE00016786	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFS3333	LE00017196	13/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFS6210	LE00017159	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFS9900	LE00016454	08/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFT0128	LE00016610	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFV8970	LE00016604	01/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFW8130	LE00016699	28/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFX0990	LE00016420	02/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MGA0590	LE00016584	29/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MGD1111	LE00017274	16/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MGE0999	LE00016833	29/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MGE1940	LE00017173	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MGE4444	LE00016820	28/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MGG0560	LE00016538	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MGH0120	LE00016923	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MGH7770	LE00016495	05/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69

MGL3300	LE00016742	03/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MGS1111	LE00016694	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MGS3400	LE00016476	30/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MGT0033	LE00016716	30/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MII0850	LE00017015	09/05/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
MIL0606	LE00016701	28/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MIM9797	LE00016981	15/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MIN2900	LE00016470	29/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MIO3330	LE00017010	09/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MIR5005	LE00016491	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MIS1958	LE00016727	02/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MJA0330	LE00016468	28/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MJJ0309	LE00017189	13/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MJM4500	LE00016709	29/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MKS9050	LE00016665	27/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MKT2244	LE00016469	29/04/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MLA5005	LE00016945	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MLB0070	LE00017175	11/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MLC0220	LE00016964	12/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MLV1919	LE00017232	10/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MMB1949	LE00016881	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MMF0022	LE00017025	10/05/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
MMH1450	LE00016452	07/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MMM9989	LE00017248	12/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MPH0898	LE00016877	04/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MYC4089	LE00016906	06/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 86/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 86/2003**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAF3783	LE00017615	25/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AAG5102	LE00017555	29/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AAM2532	LE00017335	24/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AAV0755	LE00017365	26/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
ABA4286	LE00018089	30/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
ABX1067	LE00017763	24/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
ACT4391	LE00017633	18/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
ACT4391	LE00017930	18/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
ACW5441	LE00017844	26/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
ADI5615	LE00018387	06/06/2003	62380	218 * II * a	127.69
ADO5204	LE00017898	16/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
ADO5204	LE00017969	22/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
ADS9147	LE00017719	19/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AEA8021	LE00017451	16/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AEB5458	LE00017413	23/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AED1912	LE00017509	25/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AEU2897	LE00018020	25/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AFA1922	LE00017809	25/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AFA3997	LE00018137	10/06/2003	62380	218 * II * a	127.69
AFB6224	LE00017653	24/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AFC9729	LE00017818	25/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AFD8040	LE00017968	22/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AFK2652	LE00017951	21/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AFL6259	LE00017949	20/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AFQ3378	LE00018399	09/06/2003	62380	218 * II * a	127.69
AFV7958	LE00017982	23/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AFX0474	LE00018489	03/06/2003	62380	218 * II * a	127.69
AGR9656	LE00017332	23/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AHJ8701	LE00017423	25/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AHT9889	LE00017367	27/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AHZ0578	LE00017655	25/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AHZ0578	LE00017768	24/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AHZ4634	LE00017589	18/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AIT0794	LE00017843	26/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AIW8082	LE00017777	24/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AIY0275	LE00017436	27/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AJE5469	LE00017837	26/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AJN8873	LE00017878	29/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AJT0473	LE00018119	04/06/2003	62380	218 * II * a	127.69
AJW0777	LE00017958	21/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
ALD1090	LE00017953	21/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
ALE0210	LE00017337	24/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AOS0999	LE00017479	19/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
AQQ1090	LE00018040	26/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
ARN8181	LE00017494	21/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
ATF0130	LE00018201	01/06/2003	62380	218 * II * a	127.69
BGU4298	LE00017287	16/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
BJE2743	LE00017507	25/05/2003	62460	218 * II * b	574.61
BJE2743	LE00018019	25/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
BJS9516	LE00017994	24/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
BKG1202	LE00017668	15/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
BLA9021	LE00017947	20/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
BLR5365	LE00017944	20/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
BNO9607	LE00017829	25/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
BOA8924	LE00017581	17/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
BOK9291	LE00017453	16/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
BOK9291	LE00017338	24/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
BOO9372	LE00017641	22/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
BPC3126	LE00017856	27/05/2003	62380	218 * II * a	127.69
BRB8334	LE00018022	26/05/2003	62380	218 * II * a	127.69

BUH4471	LE00017297	18/05/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
BUQ3882	LE00017782	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
BZY9269	LE00017742	22/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CDB2808	LE00017769	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CDM3630	LE00017540	28/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CFE3588	LE00018012	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CFE9099	LE00017634	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CFP4263	LE00017973	22/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CHA4411	LE00017839	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CHB2608	LE00017426	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CIB2288	LE00018075	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CIC5427	LE00017689	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CJB9180	LE00018048	27/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CLI6660	LE00017860	28/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CLT1203	LE00017483	20/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CLT2893	LE00017850	27/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CRI2820	LE00017797	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CXY0520	LE00017980	23/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CXY7943	LE00017503	23/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
CZF9336	LE00017541	28/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
DAL9005	LE00017794	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
DAU7707	LE00017531	27/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
DBN7755	LE00017354	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
GTC0656	LE00017865	28/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
GTH3095	LE00017918	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
HQM5967	LE00017623	28/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
HRE0938	LE00017987	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
HRP9951	LE00018021	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
HZO5119	LE00018085	30/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
IAU5871	LE00017280	15/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
IBM2266	LE00017590	19/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
ICD8872	LE00017952	21/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
ICG9713	LE00017369	27/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
IDY0833	LE00017563	14/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
IEM9699	LE00018380	05/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
IHG6506	LE00017750	23/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
IIR0898	LE00017289	16/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
IJC3412	LE00017547	28/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
JEP5508	LE00017674	16/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
JNP7843	LE00017954	21/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
JXZ3613	LE00018015	25/05/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
JYL5512	LE00017950	20/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
KAE2030	LE00017640	21/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
KCO6192	LE00017690	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
KCR5661	LE00017887	19/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
KCT1492	LE00017284	16/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
KGF7872	LE00017907	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
KKL0356	LE00017993	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
KOD6949	LE00017625	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LAN6112	LE00018080	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LBI9310	LE00017646	23/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LBP4743	LE00017799	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LBT4881	LE00017345	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWR8250	LE00017760	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWS0020	LE00017661	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWS5245	LE00017662	27/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWS9960	LE00017504	23/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWT9256	LE00017663	27/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWU1594	LE00017734	21/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWU3049	LE00018146	11/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWU4700	LE00017524	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWU9815	LE00018059	28/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWV3351	LE00017704	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69

LWV5600	LE00017712	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWV6537	LE00017572	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWV8320	LE00017676	16/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWW3885	LE00017432	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWW3886	LE00017557	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWW4302	LE00017833	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWW6995	LE00017906	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWX3322	LE00017903	16/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWX4483	LE00017835	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWX5335	LE00017749	23/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWX6011	LE00018279	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWX7213	LE00017523	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWY8083	LE00017647	23/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWY8083	LE00018395	08/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LWY9624	LE00017941	19/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXA2392	LE00018339	31/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXA2392	LE00018192	31/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXA2657	LE00018083	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXA6572	LE00017832	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXA7704	LE00018077	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXC5409	LE00018409	10/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXD4594	LE00017488	21/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXE7874	LE00017636	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXG8335	LE00017685	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXH4240	LE00017475	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXH4880	LE00017826	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXI0340	LE00017559	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXI4208	LE00017977	23/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXI8621	LE00017311	20/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXJ0451	LE00017914	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXJ0589	LE00017449	16/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXJ3386	LE00017300	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXJ3651	LE00017609	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXJ5406	LE00017550	28/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXK6354	LE00018032	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXM0619	LE00017800	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXN0614	LE00017434	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXN4573	LE00018494	04/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXN7799	LE00017915	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXN8470	LE00017491	21/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXO2008	LE00018181	31/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXO6163	LE00018054	27/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXO7413	LE00017535	27/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXO8148	LE00018052	27/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXP2720	LE00017292	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXP8562	LE00017402	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXQ7125	LE00017934	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXQ7607	LE00017783	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXQ8650	LE00018063	28/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXR2150	LE00017886	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXR9179	LE00017866	28/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXS0533	LE00017803	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXS6744	LE00017787	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXS8156	LE00018337	31/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXT2151	LE00017841	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXT3079	LE00017784	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXT6265	LE00017869	28/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXT6429	LE00017437	28/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXT9969	LE00017937	19/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXU3493	LE00018062	28/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXU5492	LE00018245	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXU6460	LE00017849	27/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXU9587	LE00017910	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69

LXU9673	LE00017988	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXV0763	LE00018123	05/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXV4188	LE00017321	21/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXV7365	LE00017334	23/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXV8659	LE00018533	11/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXW6326	LE00017796	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXW6326	LE00017700	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXX3189	LE00017737	21/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXX5643	LE00017529	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXX6227	LE00017463	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXX7853	LE00017613	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXX7853	LE00017419	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXY1416	LE00017585	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LXZ1763	LE00018302	07/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYA1248	LE00017888	20/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYA3961	LE00018422	11/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYA8017	LE00017648	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYB5449	LE00017855	27/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYB9087	LE00017659	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYC3390	LE00017637	19/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYC4588	LE00017566	15/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYD4131	LE00018001	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYD4182	LE00017735	21/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYD7531	LE00017890	22/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYD8688	LE00017576	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYF3288	LE00017765	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYG2809	LE00017441	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYG6119	LE00017838	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYG8162	LE00017995	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYG9142	LE00018069	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYH1401	LE00018386	06/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYH4458	LE00017684	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYH6248	LE00018057	27/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYH9262	LE00017642	23/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYI6073	LE00017781	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYI6658	LE00017773	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYI8175	LE00017549	28/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYJ4841	LE00017792	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYJ5572	LE00018368	01/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYJ6079	LE00017587	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYJ7842	LE00018259	03/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYK2300	LE00017465	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYK2429	LE00017764	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYK5527	LE00017515	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYK7656	LE00017388	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYK8194	LE00017716	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYL5557	LE00017825	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYM0528	LE00017628	16/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYM9864	LE00017874	28/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYN0529	LE00017845	27/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYO1902	LE00017495	21/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYO2750	LE00017804	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYO3028	LE00017726	19/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYQ2132	LE00017798	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYQ6519	LE00017828	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYQ8982	LE00017682	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYR2506	LE00017601	23/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYR3260	LE00018039	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYR3385	LE00017505	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYR5140	LE00017733	21/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYR8198	LE00017420	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYR8932	LE00017455	16/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYR9015	LE00017793	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69

LYR9139	LE00018023	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYS1453	LE00017741	22/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYS5156	LE00017485	20/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYS7734	LE00017496	22/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYT3224	LE00018016	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYT5272	LE00017864	28/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYT6273	LE00017990	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYT6585	LE00018036	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYU1013	LE00018086	30/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYU3552	LE00018037	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYV1482	LE00017852	27/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYV5077	LE00017834	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYV6636	LE00018178	30/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYV7715	LE00017753	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYW2516	LE00017620	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYW2769	LE00017938	19/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYW9102	LE00017694	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYW9106	LE00017569	16/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYX2466	LE00017731	21/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYX8910	LE00017823	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYX9959	LE00017331	23/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYY6296	LE00017943	19/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYY9616	LE00017467	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LYY9786	LE00017298	18/05/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
LYZ7806	LE00017501	23/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZA3535	LE00017714	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZB0277	LE00017525	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZB2810	LE00018429	30/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZC3845	LE00017344	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZC6260	LE00017816	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZC6762	LE00017526	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZC6762	LE00018205	03/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZC8228	LE00018376	04/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZD2765	LE00018159	05/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZD2765	LE00018231	08/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZD3110	LE00017932	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZD4187	LE00017678	16/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZF8713	LE00017895	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZG0464	LE00017966	22/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZG2409	LE00017842	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZH6053	LE00017484	20/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZH7005	LE00017614	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZH9857	LE00017789	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZI1210	LE00017917	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZI1952	LE00018010	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZI5042	LE00017755	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZJ0441	LE00017462	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZJ3131	LE00017759	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZJ4908	LE00017736	21/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZK3024	LE00017723	19/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZK8864	LE00017500	23/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZL2904	LE00018222	06/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZL5852	LE00017831	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZM3294	LE00017703	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZM3703	LE00017428	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZM4572	LE00017464	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZN3669	LE00017542	28/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZN4887	LE00017372	27/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZO6376	LE00017442	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZP2992	LE00017606	23/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZP7661	LE00017707	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZQ3033	LE00017408	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZQ3514	LE00017868	28/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69

LZS9243	LE00017992	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZS9243	LE00017851	27/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZT6600	LE00017909	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZT8342	LE00018126	05/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZU2144	LE00017691	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZU6411	LE00018042	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZU7361	LE00017386	28/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZU7799	LE00017810	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZV3481	LE00017672	16/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZV7677	LE00017877	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZV8816	LE00017790	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZV9511	LE00017815	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZW3046	LE00017775	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZW5021	LE00018087	30/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZW9404	LE00017595	21/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZX0885	LE00017680	16/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZX1563	LE00018149	31/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZX2223	LE00017296	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZX3353	LE00017748	23/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZX7430	LE00017573	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZY3059	LE00017656	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZY4859	LE00017630	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZY5926	LE00017608	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZY6695	LE00017996	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZY9747	LE00017854	27/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZZ3490	LE00017651	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZZ5962	LE00017925	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
LZZ9404	LE00017905	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAA2813	LE00017771	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAA3341	LE00017867	28/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAA7747	LE00018480	02/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAB5614	LE00017315	20/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAB8527	LE00017532	27/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAC3275	LE00017669	16/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAC6180	LE00017533	27/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAD4055	LE00017616	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAD4168	LE00018045	27/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAE1191	LE00017336	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAE1211	LE00017528	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAE2112	LE00018007	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAE3129	LE00017376	28/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAE3396	LE00017921	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAE3850	LE00017801	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAF2796	LE00017972	22/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAF5280	LE00017725	19/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAF7227	LE00017983	23/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAG6232	LE00017517	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAG8436	LE00017666	15/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAH0149	LE00018355	01/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAH3448	LE00017649	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAH3918	LE00017370	27/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAH9992	LE00017396	16/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAI2096	LE00018490	04/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAI7055	LE00017405	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAJ1251	LE00017489	21/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAJ4750	LE00017846	27/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAJ4757	LE00017776	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAJ5473	LE00017706	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAJ8053	LE00017511	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAJ8492	LE00017318	21/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAK4180	LE00017710	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAK4928	LE00017303	19/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAK7202	LE00017847	27/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69

MAK8627	LE00017443	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAK9991	LE00017326	22/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAL3176	LE00018106	01/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAL4990	LE00017568	16/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAL5461	LE00017543	28/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAL6874	LE00017456	16/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAM0446	LE00017482	20/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAM1741	LE00017359	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAM5817	LE00017713	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAM7245	LE00017362	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAN4059	LE00017430	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAN5791	LE00017520	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAN6594	LE00017986	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAO0808	LE00017827	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAO1047	LE00017904	16/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAO1187	LE00017635	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAO8744	LE00017730	20/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAP3101	LE00017814	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAQ9096	LE00017283	15/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAS0066	LE00017721	19/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAS2543	LE00017314	20/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAS8888	LE00017884	16/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAT0142	LE00018009	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAT0315	LE00017715	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAT2192	LE00017497	22/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAT4813	LE00018028	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAT6765	LE00018251	01/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAT7138	LE00017975	23/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAT9165	LE00017761	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAU1022	LE00017319	21/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAU9205	LE00017458	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAV6640	LE00018035	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAV7651	LE00018008	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAV8689	LE00017357	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAV9303	LE00017512	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAW1137	LE00017282	15/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAW2011	LE00018017	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAW5070	LE00017417	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAW5261	LE00018145	11/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAW6044	LE00017389	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAW6044	LE00017480	20/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAW7181	LE00018026	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAW7325	LE00017571	17/05/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
MAX2307	LE00018003	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAX3750	LE00017427	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAX8822	LE00018065	28/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAY0414	LE00018284	30/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAY3045	LE00017387	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAY3552	LE00017534	27/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAY4181	LE00017936	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAY4324	LE00018430	30/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAY8367	LE00017836	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAZ3561	LE00017586	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAZ3561	LE00017406	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAZ3612	LE00017955	21/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAZ6100	LE00017791	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAZ6170	LE00018111	01/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MAZ8772	LE00017738	22/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBA0473	LE00017957	21/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBA0486	LE00017984	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBB1433	LE00017548	28/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBB1749	LE00017603	23/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBB2963	LE00017891	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69

MBB3620	LE00017356	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBB4902	LE00017598	22/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBB8554	LE00017574	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBB8810	LE00017612	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBC3627	LE00017705	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBC5274	LE00018034	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBC5297	LE00017393	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBC9485	LE00017976	23/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBC9485	LE00017644	23/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBC9837	LE00018250	01/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBD2843	LE00018029	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBD8316	LE00017558	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBD8863	LE00017664	28/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBD9037	LE00017756	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBE1523	LE00017652	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBE1793	LE00017821	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBE2167	LE00017885	16/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBE4152	LE00017425	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBE6073	LE00017920	18/05/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
MBE6894	LE00017392	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBE9684	LE00017916	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBF1155	LE00018525	10/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBF1614	LE00017329	23/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBF5787	LE00018469	01/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBF6507	LE00017552	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBF6608	LE00017469	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBF8149	LE00017840	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBF8665	LE00017892	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBG2164	LE00017508	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBG5283	LE00017404	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBG5418	LE00017599	22/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBG6365	LE00018049	27/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBG9018	LE00017724	19/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBH2906	LE00017530	27/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBH3992	LE00018478	02/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBH4370	LE00017899	16/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBH9071	LE00018074	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBI1342	LE00017457	16/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBI4681	LE00018031	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBI5846	LE00017350	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBI7205	LE00017290	16/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBJ2204	LE00017745	22/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBJ4056	LE00017893	27/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBJ5615	LE00017774	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBJ6149	LE00017919	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBJ8877	LE00017989	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBK0797	LE00017767	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBK1920	LE00018481	02/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBK3663	LE00017342	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBK3937	LE00017727	20/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBK4823	LE00017391	29/05/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
MBK5207	LE00017627	15/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBK7086	LE00017348	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBL0268	LE00017486	20/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBL2757	LE00018416	11/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBL4404	LE00018290	02/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBL6635	LE00017802	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBM3503	LE00017306	19/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBM4029	LE00017379	28/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBM5316	LE00017940	19/05/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
MBM9301	LE00017600	22/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBM9610	LE00017346	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBN0365	LE00017450	16/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69

MBN0852	LE00017308	19/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBN3159	LE00017607	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBN6321	LE00018084	30/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBN9217	LE00018104	31/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBO0094	LE00018170	30/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBO0193	LE00017545	28/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBO4836	LE00017751	23/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBO5453	LE00018014	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBO5695	LE00017897	30/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBO5803	LE00017822	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBO6316	LE00017997	25/05/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
MBO6774	LE00017770	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBO8700	LE00017718	19/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBP1695	LE00017564	15/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBP4032	LE00017310	19/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBP4751	LE00018345	01/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBP6833	LE00017817	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBP7307	LE00017390	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBP7307	LE00017431	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBP8935	LE00017305	19/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBP8935	LE00018060	28/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBP8956	LE00017683	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBQ0582	LE00018281	30/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBQ1003	LE00018353	01/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBQ2217	LE00017294	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBQ2902	LE00017754	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBQ4146	LE00017309	19/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBQ6572	LE00017708	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBQ8107	LE00017424	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBQ8990	LE00017908	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBR2986	LE00017911	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBR3262	LE00018171	30/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBR6216	LE00017412	22/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBR7115	LE00017701	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBR8223	LE00017394	16/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBS1633	LE00017439	28/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBS1646	LE00017575	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBS2472	LE00017444	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBS4030	LE00017926	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBS6210	LE00017665	28/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBS7315	LE00017896	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBS7422	LE00017295	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBT1447	LE00017900	16/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBT1920	LE00017514	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBT2780	LE00017931	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBT3232	LE00017288	16/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBT4605	LE00017971	22/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBT5312	LE00017681	16/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBT7739	LE00017879	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBT8193	LE00017579	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBT8641	LE00017960	21/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBT9327	LE00017414	23/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBU0568	LE00017415	23/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBU4772	LE00017654	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBU7137	LE00017660	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBU8647	LE00017693	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBU9582	LE00017978	23/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBV6298	LE00017435	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBV7447	LE00017619	26/05/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
MBV8241	LE00018024	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBW2938	LE00018013	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBW4566	LE00017894	27/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBX1166	LE00017863	28/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69

MBX3588	LE00018051	27/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBX5456	LE00017478	19/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBX6052	LE00017472	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBX6416	LE00017447	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBX7528	LE00018053	27/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBX7741	LE00018160	05/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBX9742	LE00017516	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBY6306	LE00017446	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBY7746	LE00017492	21/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBY8952	LE00017582	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBZ6249	LE00017596	22/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MBZ9121	LE00017762	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCA2580	LE00018095	30/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCA5980	LE00017928	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCB5868	LE00017578	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCB6819	LE00018079	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCB8500	LE00017371	27/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCB9537	LE00017881	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCC3257	LE00017924	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCC8619	LE00017381	28/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCC9436	LE00017322	22/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCD2529	LE00017325	22/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCD5360	LE00017304	19/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCD5828	LE00017409	19/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCD6046	LE00017580	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCD8600	LE00017946	20/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCE0167	LE00017974	23/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCE1111	LE00017454	16/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCE2437	LE00017476	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCE4239	LE00017686	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCE5848	LE00017650	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCE7239	LE00017460	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCF4477	LE00017939	19/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCF4477	LE00018011	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCF7621	LE00017858	28/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCF8761	LE00017677	16/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCG0360	LE00017407	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCG1559	LE00017358	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCG9648	LE00017429	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCH1289	LE00017806	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCH6109	LE00017752	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCH6997	LE00018041	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCH9182	LE00017422	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCI3662	LE00017592	19/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCI3921	LE00017312	20/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCI3921	LE00017360	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCI6358	LE00018538	11/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCJ4100	LE00017788	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCJ8841	LE00017341	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCK0399	LE00017859	28/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCK0402	LE00017739	22/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCK3339	LE00017743	22/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCL0752	LE00017471	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCL6812	LE00017438	28/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCM0708	LE00017320	21/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCM0781	LE00017567	15/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCM2428	LE00017339	24/05/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
MCM2838	LE00018410	10/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCM3209	LE00017400	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCM6912	LE00018466	01/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCM7399	LE00017702	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCN3219	LE00018142	11/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCO0431	LE00018135	10/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69

MCO3601	LE00017433	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCO3768	LE00017351	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCO6921	LE00017902	16/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCO7509	LE00017474	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCP0608	LE00017848	27/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCP1502	LE00017352	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCP1502	LE00018002	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCQ0778	LE00018056	27/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCQ0778	LE00017374	27/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCQ5772	LE00018068	29/05/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
MCQ7371	LE00017605	23/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCR0091	LE00017717	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCR0468	LE00017544	28/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCR4510	LE00017805	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCR4628	LE00017679	16/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCS9199	LE00017981	23/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCT2489	LE00017785	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCT8051	LE00017397	16/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCU3333	LE00017875	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCV1961	LE00018018	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCV3719	LE00017317	20/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCV7550	LE00017440	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCV9111	LE00017562	14/05/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
MCW1069	LE00017553	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCX7882	LE00018526	10/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCX8701	LE00017403	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCY7160	LE00017872	28/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCZ1282	LE00018047	27/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCZ5000	LE00017536	27/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MCZ8951	LE00017291	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDA2062	LE00017452	16/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDA6392	LE00017631	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDB0900	LE00018103	31/05/2003	62460	218	*	II	*	b	574.61
MDC0501	LE00017629	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDC1630	LE00017461	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDC3681	LE00018055	27/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDD0102	LE00018073	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDD4161	LE00018030	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDD4180	LE00017695	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDD9141	LE00017778	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDE4371	LE00018241	10/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDE6446	LE00017399	16/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDE6741	LE00017502	23/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDE7622	LE00017758	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDF0332	LE00017377	28/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDG0822	LE00017643	23/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDH3791	LE00018067	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDI0660	LE00017411	20/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDK0500	LE00017687	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDK7502	LE00017979	23/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDK7852	LE00017323	22/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDL0682	LE00018033	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDL2482	LE00017591	19/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDM4602	LE00017349	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDO6292	LE00017343	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDP9462	LE00018070	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDQ6860	LE00017353	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDQ8412	LE00017473	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDS9732	LE00017961	21/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDT8010	LE00018027	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDU6742	LE00017313	20/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDU9942	LE00017378	28/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDV6180	LE00017493	21/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69

MDV6920	LE00017448	30/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MDY0009	LE00017722	19/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEC6630	LE00018078	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEC6630	LE00018278	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MED0420	LE00017671	16/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MED7878	LE00017385	28/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEE8400	LE00017998	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEH1100	LE00018025	26/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEK6750	LE00017692	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEL4350	LE00017964	22/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEM7140	LE00017373	27/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEP1111	LE00018081	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MER4950	LE00017459	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEX3700	LE00018194	31/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MEY1950	LE00017922	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFD3740	LE00017328	23/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFE1220	LE00017593	20/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFF0610	LE00017418	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFF1850	LE00017375	27/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFG4690	LE00017340	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFI5760	LE00017740	22/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFJ2890	LE00017811	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFK7690	LE00017490	21/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFL1420	LE00017882	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFM3430	LE00018243	10/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFP6170	LE00017594	21/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFP8740	LE00017466	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFQ5830	LE00017639	20/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFQ5830	LE00017728	20/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFQ9780	LE00017468	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFR0590	LE00017510	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFR2001	LE00017912	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFR8990	LE00017556	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFT0001	LE00017711	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFV0080	LE00017720	19/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFV6900	LE00018076	29/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MFY3333	LE00017658	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MGB9500	LE00017597	22/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MGE6720	LE00017604	23/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MGL3200	LE00017299	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MGS0111	LE00017970	22/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MIG8500	LE00018066	28/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MIL2730	LE00017499	22/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MIM0040	LE00018394	07/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MIM0260	LE00017398	16/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MIN1470	LE00017991	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MIN1470	LE00017611	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MIO1324	LE00017923	18/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MJZ7777	LE00018216	04/06/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MKM0002	LE00018050	27/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MLB0190	LE00017293	17/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MMB0150	LE00017812	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MMM9944	LE00017416	24/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69
MUE7885	LE00017506	25/05/2003	62380	218	*	II	*	a	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 9/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 9/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACL4580	LE00001757	23/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
IBZ6269	LE00001686	20/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LXU5056	LE00001754	23/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
LZR0780	LE00001718	22/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAL0872	LE00001737	23/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAM9503	LE00001677	19/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAS5973	LE00001687	20/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
MAU5505	LE00001698	21/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
MCB6860	LE00001750	23/09/2001	62380	218 * II * a	127.69
MCR4240	LE00001745	23/09/2001	62380	218 * II * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 930/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 930/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LLR7024	8590067696	01/07/2014	74550	218 * I	85.12
MCO9534	8590068896	02/08/2014	74550	218 * I	85.12
MCV9138	8590067871	06/07/2014	74550	218 * I	85.12
MHF1076	8590070879	19/09/2014	74550	218 * I	85.12
MJJ9636	8590067765	03/07/2014	74550	218 * I	85.12
MJZ6849	8590070902	19/09/2014	74630	218 * II	127.69
MKV8064	8590067948	09/07/2014	74550	218 * I	85.12
MKV8310	8590069215	14/08/2014	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 06 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.685 1/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - FOTOSENSOR - 28117

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.685 1/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAU1266	SF000000460	09/11/2002	60500	208	191.53
ABV4558	SF000000771	13/11/2002	60500	208	191.53
ACT3660	SF000001256	05/11/2002	60500	208	191.53
ADY7914	SF000000708	12/11/2002	60500	208	191.53
AGJ3804	SF000000341	08/11/2002	60500	208	191.53
AIV4780	SF000000362	08/11/2002	60500	208	191.53
AKG2001	SF000000814	13/11/2002	60500	208	191.53
BID4910	SF000000839	13/11/2002	60500	208	191.53
BQP3598	SF000000095	06/11/2002	60500	208	191.53
BVM2638	SF000000309	08/11/2002	60500	208	191.53
CBN2777	SF000000063	06/11/2002	60500	208	191.53
CIR7474	SF000001286	10/11/2002	60500	208	191.53
GTD9388	SF000000388	08/11/2002	60500	208	191.53
HUD5631	SF000000520	10/11/2002	60500	208	191.53
LWR2215	SF000000745	12/11/2002	60500	208	191.53
LWR3719	SF000001178	12/11/2002	60500	208	191.53
LWT3732	SF000000253	07/11/2002	60500	208	191.53
LWW4878	SF000000748	12/11/2002	60500	208	191.53
LWX6436	SF000000522	10/11/2002	60500	208	191.53
LWX7546	SF000000750	12/11/2002	60500	208	191.53
LWY4557	SF000000298	08/11/2002	60500	208	191.53
LXA1606	SF000000874	14/11/2002	60500	208	191.53
LXA6399	SF000000382	08/11/2002	60500	208	191.53
LXC4144	SF000000020	05/11/2002	60500	208	191.53
LXE2760	SF000001242	17/11/2002	60500	208	191.53
LXF5790	SF000001289	10/11/2002	60500	208	191.53
LXF7241	SF000000030	05/11/2002	60500	208	191.53
LXG5055	SF000000342	08/11/2002	60500	208	191.53
LXL3922	SF000000647	11/11/2002	60500	208	191.53
LXN9203	PF000000204	09/11/2002	56730	183	85.12
LXP6286	SF000001085	06/11/2002	60500	208	191.53
LXP7951	SF000000918	14/11/2002	60500	208	191.53
LXQ9351	SF000000357	08/11/2002	60500	208	191.53
LXR1800	SF000000529	10/11/2002	60500	208	191.53
LXW9135	SF000001064	17/11/2002	60500	208	191.53
LYA9209	SF000000004	05/11/2002	60500	208	191.53
LYE6208	SF000000801	13/11/2002	60500	208	191.53
LYJ4799	SF000000523	10/11/2002	60500	208	191.53
LYK1476	SF000001101	07/11/2002	60500	208	191.53
LYO0097	SF000001062	16/11/2002	60500	208	191.53
LYP3451	SF000001119	08/11/2002	60500	208	191.53
LYP7806	SF000000442	09/11/2002	60500	208	191.53
LYS4851	SF000000711	12/11/2002	60500	208	191.53
LYT4522	SF000000489	09/11/2002	60500	208	191.53
LYU8704	SF000001261	06/11/2002	60500	208	191.53
LYW8223	SF000000126	06/11/2002	60500	208	191.53
LYW8556	SF000000185	07/11/2002	60500	208	191.53
LYZ7952	SF000000535	10/11/2002	60500	208	191.53
LZA1754	SF000001061	16/11/2002	60500	208	191.53
LZF1486	SF000000154	07/11/2002	60500	208	191.53
LZG1553	SF000000161	07/11/2002	60500	208	191.53
LZH4280	SF000000484	09/11/2002	60500	208	191.53
LZI0267	SF000000898	14/11/2002	60500	208	191.53
LZK2706	SF000001281	09/11/2002	60500	208	191.53
LZM5403	SF000000057	06/11/2002	60500	208	191.53
LZN6020	SF000000198	07/11/2002	60500	208	191.53
LZS3019	SF000000040	05/11/2002	60500	208	191.53
LZW1491	SF000000188	07/11/2002	60500	208	191.53
LZW6959	SF000000394	08/11/2002	60500	208	191.53

LZX6934	SF00000844	13/11/2002	60500	208	191.53
MAD5543	SF00001107	07/11/2002	60500	208	191.53
MAI3584	SF00001288	10/11/2002	60500	208	191.53
MAI8692	SF00001005	15/11/2002	60500	208	191.53
MAO6321	SF00000722	12/11/2002	60500	208	191.53
MAP0743	SF00000524	10/11/2002	60500	208	191.53
MAT4456	SF00000566	11/11/2002	60500	208	191.53
MAU8760	SF00000178	07/11/2002	60500	208	191.53
MAW6575	SF00000045	06/11/2002	60500	208	191.53
MAX1096	SF00000383	08/11/2002	60500	208	191.53
MAY3532	SF00000386	08/11/2002	60500	208	191.53
MBC3417	SF00000363	08/11/2002	60500	208	191.53
MBC5934	SF00001246	17/11/2002	60500	208	191.53
MBD2841	SF00000226	07/11/2002	60500	208	191.53
MBF8360	SF00000830	13/11/2002	60500	208	191.53
MBH0850	SF00000051	06/11/2002	60500	208	191.53
MBI8470	SF00000435	09/11/2002	60500	208	191.53
MBK6950	SF00000659	12/11/2002	60500	208	191.53
MBK7723	SF00000233	07/11/2002	60500	208	191.53
MBL5473	SF00000755	13/11/2002	60500	208	191.53
MBO8689	SF00000645	11/11/2002	60500	208	191.53
MBO8689	SF00001027	16/11/2002	60500	208	191.53
MBQ5281	SF00000514	10/11/2002	60500	208	191.53
MBV1220	SF00000913	14/11/2002	60500	208	191.53
MBW3281	SF00000639	11/11/2002	60500	208	191.53
MBX3659	SF00001105	07/11/2002	60500	208	191.53
MBX5232	SF00000130	06/11/2002	60500	208	191.53
MCB0080	SF00000746	12/11/2002	60500	208	191.53
MDE6030	SF00000858	14/11/2002	60500	208	191.53
MEE0009	SF00001074	06/11/2002	60500	208	191.53
MEU9151	SF00000845	13/11/2002	60500	208	191.53
MIL1331	SF00001294	10/11/2002	60500	208	191.53

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.685 2/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - FOTOSENSOR - 28117

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.685 2/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAN3847	SF000000031	05/11/2002	60500	208	191.53
ABD2688	SF000001607	19/11/2002	60500	208	191.53
ABV4558	SF000002516	29/11/2002	60500	208	191.53
ACF6727	SF000001320	17/11/2002	60500	208	191.53
ACJ3282	SF000000427	09/11/2002	60500	208	191.53
ACL0586	SF000002118	03/12/2002	60500	208	191.53
ACR8524	SF000001345	12/11/2002	60500	208	191.53
ACR9181	SF000002075	30/11/2002	60500	208	191.53
ACT3628	SF000002312	28/11/2002	60500	208	191.53
ACW5134	SF000001463	14/11/2002	60500	208	191.53
ADA8296	SF000002238	24/11/2002	60500	208	191.53
ADP9628	SF000000174	07/11/2002	60500	208	191.53
ADS3383	SF000000106	06/11/2002	60500	208	191.53
AE8543	SF000000699	12/11/2002	60500	208	191.53
AEQ2013	SF000001609	19/11/2002	60500	208	191.53
AEZ1895	PF000000208	12/11/2002	56730	183	85.12
AFA1726	SF000000955	14/11/2002	60500	208	191.53
AFF7438	SF000001318	17/11/2002	60500	208	191.53
AFO2724	SF000002387	19/11/2002	60500	208	191.53
AFS2221	SF000001280	09/11/2002	60500	208	191.53
AFS8892	SF000001284	10/11/2002	60500	208	191.53
AFZ0829	SF000001411	11/11/2002	60500	208	191.53
AGJ3804	SF000001779	21/11/2002	60500	208	191.53
AGR1381	SF000001098	07/11/2002	60500	208	191.53
AHI6563	SF000001315	17/11/2002	60500	208	191.53
AIT3061	SF000000912	14/11/2002	60500	208	191.53
AJA4364	SF000001637	19/11/2002	60500	208	191.53
AJS0597	SF000000319	08/11/2002	60500	208	191.53
AKC9165	SF000001919	25/11/2002	60500	208	191.53
ALE1620	SF000001843	23/11/2002	60500	208	191.53
AME0100	SF000001035	16/11/2002	60500	208	191.53
ANI2500	SF000002358	30/11/2002	60500	208	191.53
APR5500	SF000001311	17/11/2002	60500	208	191.53
AVQ1960	SF000002067	30/11/2002	60500	208	191.53
AVV2220	SF000000207	07/11/2002	60500	208	191.53
AXD2002	SF000001991	28/11/2002	60500	208	191.53
BGK4135	SF000000176	07/11/2002	60500	208	191.53
BHN0442	SF000000584	11/11/2002	60500	208	191.53
BIK5656	SF000000749	12/11/2002	60500	208	191.53
BIQ9247	SF000001532	18/11/2002	60500	208	191.53
BKE1163	SF000000368	08/11/2002	60500	208	191.53
BNC9396	SF000000983	15/11/2002	60500	208	191.53
BOF4949	SF000000264	08/11/2002	60500	208	191.53
BOK5000	SF000002263	26/11/2002	60500	208	191.53
BOP2043	SF000002309	28/11/2002	60500	208	191.53
BQT2636	SF000000803	13/11/2002	60500	208	191.53
BVM2638	SF000002504	28/11/2002	60500	208	191.53
BWO7189	SF000001420	11/11/2002	60500	208	191.53
CBB3622	SF000002241	24/11/2002	60500	208	191.53
CBJ9631	SF000000507	10/11/2002	60500	208	191.53
CEL3579	SF000001658	20/11/2002	60500	208	191.53
CHP3740	SF000000820	13/11/2002	60500	208	191.53
CHU3157	PF000000203	08/11/2002	56730	183	85.12
CID5826	SF000000415	09/11/2002	60500	208	191.53

CIU0370	SF000002498	28/11/2002	60500	208	191.53
CJU7139	SF000002318	29/11/2002	60500	208	191.53
CJU7235	SF000001269	09/11/2002	60500	208	191.53
CLK2923	SF000001632	19/11/2002	60500	208	191.53
CLS5505	SF000000237	07/11/2002	60500	208	191.53
CMR1153	SF000001924	25/11/2002	60500	208	191.53
COD1380	SF000000780	13/11/2002	60500	208	191.53
CSW9336	SF000000344	08/11/2002	60500	208	191.53
GKU6347	SF000002328	29/11/2002	60500	208	191.53
GTD1494	SF000001331	17/11/2002	60500	208	191.53
GUX3571	SF000000548	10/11/2002	60500	208	191.53
HQW9513	SF000001381	16/11/2002	60500	208	191.53
ICF8435	SF000001125	08/11/2002	60500	208	191.53
ICX1356	SF000000595	11/11/2002	60500	208	191.53
IDC3765	SF000002469	25/11/2002	60500	208	191.53
IHG9259	SF000000102	06/11/2002	60500	208	191.53
IID9203	SF000001625	19/11/2002	60500	208	191.53
IJU2908	SF000000965	14/11/2002	60500	208	191.53
JKU0153	SF000002202	22/11/2002	60500	208	191.53
JKV1399	SF000000413	09/11/2002	60500	208	191.53
JNA1500	SF000002437	22/11/2002	60500	208	191.53
JNA1500	SF000000619	11/11/2002	60500	208	191.53
JNR8783	SF000001712	20/11/2002	60500	208	191.53
JPA9213	SF000000687	12/11/2002	60500	208	191.53
JYH3882	SF000002013	28/11/2002	60500	208	191.53
KBI5151	SF000001925	25/11/2002	60500	208	191.53
KQH7235	SF000001405	11/11/2002	60500	208	191.53
LJW7256	SF000000107	06/11/2002	60500	208	191.53
LWR0274	SF000000172	07/11/2002	60500	208	191.53
LWR5765	SF000001460	14/11/2002	60500	208	191.53
LWR8460	SF000001788	21/11/2002	60500	208	191.53
LWS6488	SF000001354	13/11/2002	60500	208	191.53
LWT0723	SF000000265	08/11/2002	60500	208	191.53
LWT0731	SF000001184	13/11/2002	60500	208	191.53
LWT1471	SF000001054	16/11/2002	60500	208	191.53
LWT4208	SF000002228	23/11/2002	60500	208	191.53
LWT4989	SF000002338	29/11/2002	60500	208	191.53
LWT6517	SF000000774	13/11/2002	60500	208	191.53
LWU7980	SF000000195	07/11/2002	60500	208	191.53
LWV6100	SF000002220	23/11/2002	60500	208	191.53
LWV9374	SF000002242	24/11/2002	60500	208	191.53
LWX7843	SF000001719	21/11/2002	60500	208	191.53
LWX8780	SF000001886	24/11/2002	60500	208	191.53
LWY1220	SF000001267	08/11/2002	60500	208	191.53
LWY4733	SF000000985	15/11/2002	60500	208	191.53
LWY5724	SF000001377	15/11/2002	60500	208	191.53
LWY8026	SF000000964	14/11/2002	60500	208	191.53
LWY8923	SF000000156	07/11/2002	60500	208	191.53
LWZ3181	SF000002489	27/11/2002	60500	208	191.53
LWZ3181	SF000001441	12/11/2002	60500	208	191.53
LWZ5882	SF000002436	22/11/2002	60500	208	191.53
LWZ9269	SF000001185	13/11/2002	60500	208	191.53
LXA3290	SF000002440	22/11/2002	60500	208	191.53
LXA3290	SF000002313	28/11/2002	60500	208	191.53
LXA7094	SF000001465	14/11/2002	60500	208	191.53
LXA7350	SF000001147	09/11/2002	60500	208	191.53
LXB0982	SF000001723	21/11/2002	60500	208	191.53
LXB3419	SF000001475	16/11/2002	60500	208	191.53
LXB5203	SF000002115	02/12/2002	60500	208	191.53
LXB5411	SF000000235	07/11/2002	60500	208	191.53
LXB8714	SF000001918	25/11/2002	60500	208	191.53
LXB8714	SF000001332	17/11/2002	60500	208	191.53
LXB8926	SF000000981	15/11/2002	60500	208	191.53

LXB9041	SF000002458	25/11/2002	60500	208	191.53
LXB9073	PF000000209	13/11/2002	56730	183	85.12
LXC0946	SF000002375	18/11/2002	60500	208	191.53
LXC2451	SF000000234	07/11/2002	60500	208	191.53
LXC5026	SF000001947	26/11/2002	60500	208	191.53
LXC5026	SF000001481	16/11/2002	60500	208	191.53
LXC6087	SF000001240	17/11/2002	60500	208	191.53
LXD8849	SF000000266	08/11/2002	60500	208	191.53
LXD9267	SF000002023	29/11/2002	60500	208	191.53
LXE2058	SF000002165	20/11/2002	60500	208	191.53
LXE6770	SF000002253	25/11/2002	60500	208	191.53
LXE8609	SF000002320	29/11/2002	60500	208	191.53
LXE8609	SF000000895	14/11/2002	60500	208	191.53
LXE9930	SF000001855	23/11/2002	60500	208	191.53
LXF1326	SF000000340	08/11/2002	60500	208	191.53
LXF6898	SF000000949	14/11/2002	60500	208	191.53
LXF7377	SF000001317	17/11/2002	60500	208	191.53
LXG0596	SF000000553	10/11/2002	60500	208	191.53
LXG0764	SF000001963	27/11/2002	60500	208	191.53
LXG4528	SF000000116	06/11/2002	60500	208	191.53
LXG4567	SF000001274	09/11/2002	60500	208	191.53
LXH2168	SF000000612	11/11/2002	60500	208	191.53
LXH6504	SF000001997	28/11/2002	60500	208	191.53
LXH7941	SF000001891	24/11/2002	60500	208	191.53
LXH8244	SF000000787	13/11/2002	60500	208	191.53
LXH8364	SF000002547	04/12/2002	60500	208	191.53
LXH9659	SF000001823	22/11/2002	60500	208	191.53
LXI9340	SF000001295	16/11/2002	60500	208	191.53
LXJ2722	SF000001334	17/11/2002	60500	208	191.53
LXJ3635	SF000002065	30/11/2002	60500	208	191.53
LXJ4848	SF000001247	17/11/2002	60500	208	191.53
LXJ8065	SF000000613	11/11/2002	60500	208	191.53
LXK8732	SF000001813	22/11/2002	60500	208	191.53
LXM4675	SF000002169	20/11/2002	60500	208	191.53
LXM4952	SF000002089	30/11/2002	60500	208	191.53
LXM5489	SF000000513	10/11/2002	60500	208	191.53
LXM5692	SF000001551	18/11/2002	60500	208	191.53
LXN7682	SF000000306	08/11/2002	60500	208	191.53
LXN9597	SF000002382	19/11/2002	60500	208	191.53
LXO8588	SF000001150	10/11/2002	60500	208	191.53
LXO9032	SF000001589	19/11/2002	60500	208	191.53
LXP8880	SF000000215	07/11/2002	60500	208	191.53
LXP9067	SF000001338	17/11/2002	60500	208	191.53
LXQ0460	SF000000510	10/11/2002	60500	208	191.53
LXQ3377	SF000002520	29/11/2002	60500	208	191.53
LXQ9171	SF000002421	21/11/2002	60500	208	191.53
LXR0233	SF000001032	16/11/2002	60500	208	191.53
LXR1800	SF000001859	23/11/2002	60500	208	191.53
LXR2380	SF000002162	19/11/2002	60500	208	191.53
LXR2441	SF000001838	22/11/2002	60500	208	191.53
LXR3716	SF000001143	09/11/2002	60500	208	191.53
LXR5629	SF000001045	16/11/2002	60500	208	191.53
LXR9135	SF000000189	07/11/2002	60500	208	191.53
LXS0040	SF000002097	01/12/2002	60500	208	191.53
LXS0135	SF000002308	28/11/2002	60500	208	191.53
LXS0776	SF000001901	25/11/2002	60500	208	191.53
LXS2017	SF000002126	03/12/2002	60500	208	191.53
LXS2802	SF000000978	14/11/2002	60500	208	191.53
LXS4598	SF000000271	08/11/2002	60500	208	191.53
LXS9915	SF000001336	17/11/2002	60500	208	191.53
LXS9964	SF000002190	21/11/2002	60500	208	191.53
LXT1750	SF000000906	14/11/2002	60500	208	191.53
LXT4640	SF000002004	28/11/2002	60500	208	191.53

LXT7559	SF000002199	21/11/2002	60500	208	191.53
LXU3672	SF000000526	10/11/2002	60500	208	191.53
LXU5770	SF000001804	22/11/2002	60500	208	191.53
LXU9430	SF000001096	07/11/2002	60500	208	191.53
LXV8615	SF000001677	20/11/2002	60500	208	191.53
LXW0976	SF000000110	06/11/2002	60500	208	191.53
LXW4222	SF000002274	27/11/2002	60500	208	191.53
LXW5111	SF000001777	21/11/2002	60500	208	191.53
LXW5111	SF000000861	14/11/2002	60500	208	191.53
LXW6248	SF000001503	19/11/2002	60500	208	191.53
LXX3126	SF000001980	27/11/2002	60500	208	191.53
LXX7450	SF000001449	13/11/2002	60500	208	191.53
LXY2340	SF000001454	13/11/2002	60500	208	191.53
LXZ4344	SF000000105	06/11/2002	60500	208	191.53
LXZ8011	SF000000351	08/11/2002	60500	208	191.53
LYA2736	SF000001752	21/11/2002	60500	208	191.53
LYA8017	SF000002524	30/11/2002	60500	208	191.53
LYA8490	SF000001666	20/11/2002	60500	208	191.53
LYB2701	SF000001967	27/11/2002	60500	208	191.53
LYB2701	SF000002135	04/12/2002	60500	208	191.53
LYB3564	SF000001472	15/11/2002	60500	208	191.53
LYB5720	SF000002362	01/12/2002	60500	208	191.53
LYB6025	SF000000231	07/11/2002	60500	208	191.53
LYC0097	SF000001387	16/11/2002	60500	208	191.53
LYC2659	SF000001257	05/11/2002	60500	208	191.53
LYC4839	SF000002409	21/11/2002	60500	208	191.53
LYD2771	SF000001916	25/11/2002	60500	208	191.53
LYD3868	SF000002196	21/11/2002	60500	208	191.53
LYD9451	SF000001915	25/11/2002	60500	208	191.53
LYE2098	SF000002211	22/11/2002	60500	208	191.53
LYE4905	SF000002180	20/11/2002	60500	208	191.53
LYE5895	SF000002357	30/11/2002	60500	208	191.53
LYE6208	SF000001683	20/11/2002	60500	208	191.53
LYE9542	SF000001636	19/11/2002	60500	208	191.53
LYF2836	SF000000967	14/11/2002	60500	208	191.53
LYG6292	SF000001154	10/11/2002	60500	208	191.53
LYG7574	SF000002175	20/11/2002	60500	208	191.53
LYG9676	SF000000641	11/11/2002	60500	208	191.53
LYG9779	SF000000320	08/11/2002	60500	208	191.53
LYG9779	SF000001026	16/11/2002	60500	208	191.53
LYG9779	SF000001355	13/11/2002	60500	208	191.53
LYG9779	SF000000428	09/11/2002	60500	208	191.53
LYG9779	SF000001423	11/11/2002	60500	208	191.53
LYH0070	SF000002518	29/11/2002	60500	208	191.53
LYH1553	SF000000410	09/11/2002	60500	208	191.53
LYH3243	SF000002456	25/11/2002	60500	208	191.53
LYJ0653	SF000002152	18/11/2002	60500	208	191.53
LYJ4298	SF000000631	11/11/2002	60500	208	191.53
LYJ4298	SF000002187	21/11/2002	60500	208	191.53
LYK8635	SF000000973	14/11/2002	60500	208	191.53
LYL4528	SF000001996	28/11/2002	60500	208	191.53
LYL4966	SF000001367	14/11/2002	60500	208	191.53
LYL5766	SF000002302	28/11/2002	60500	208	191.53
LYL5994	SF000000064	06/11/2002	60500	208	191.53
LYL7977	SF000001083	06/11/2002	60500	208	191.53
LYM1633	SF000000581	11/11/2002	60500	208	191.53
LYN0101	SF000000573	11/11/2002	60500	208	191.53
LYN1400	SF000001672	20/11/2002	60500	208	191.53
LYN2349	SF000000616	11/11/2002	60500	208	191.53
LYN3243	SF000002134	04/12/2002	60500	208	191.53
LYN5687	SF000001051	16/11/2002	60500	208	191.53
LYO0005	SF000000454	09/11/2002	60500	208	191.53
LYO3499	SF000000919	14/11/2002	60500	208	191.53

LYO5643	SF000002237	24/11/2002	60500	208	191.53
LYO9215	SF000001772	21/11/2002	60500	208	191.53
LYO9753	SF000002130	03/12/2002	60500	208	191.53
LYP0214	SF000002101	01/12/2002	60500	208	191.53
LYP2033	SF000001300	16/11/2002	60500	208	191.53
LYP2195	SF000002370	18/11/2002	60500	208	191.53
LYP3791	SF000001704	20/11/2002	60500	208	191.53
LYQ2937	SF000000865	14/11/2002	60500	208	191.53
LYQ3001	SF000001245	17/11/2002	60500	208	191.53
LYR6149	SF000001530	18/11/2002	60500	208	191.53
LYS3619	SF000000738	12/11/2002	60500	208	191.53
LYS7482	SF000000893	14/11/2002	60500	208	191.53
LYT6649	SF000000673	12/11/2002	60500	208	191.53
LYT9630	SF000000338	08/11/2002	60500	208	191.53
LYU2447	SF000002247	25/11/2002	60500	208	191.53
LYU2612	SF000000602	11/11/2002	60500	208	191.53
LYU3260	SF000001954	26/11/2002	60500	208	191.53
LYV2799	SF000001880	24/11/2002	60500	208	191.53
LYW7396	SF000000966	14/11/2002	60500	208	191.53
LYX6549	SF000002452	24/11/2002	60500	208	191.53
LYX7205	SF000002062	30/11/2002	60500	208	191.53
LYY0762	SF000000773	13/11/2002	60500	208	191.53
LYY3230	SF000000994	15/11/2002	60500	208	191.53
LYY4327	SF000001369	14/11/2002	60500	208	191.53
LYY6021	SF000001722	21/11/2002	60500	208	191.53
LYY7426	SF000002404	20/11/2002	60500	208	191.53
LYZ1740	SF000001846	23/11/2002	60500	208	191.53
LYZ5373	SF000002040	29/11/2002	60500	208	191.53
LYZ6452	SF000000802	13/11/2002	60500	208	191.53
LYZ8745	SF000002010	28/11/2002	60500	208	191.53
LZA1754	SF000001382	16/11/2002	60500	208	191.53
LZA3167	SF000001840	23/11/2002	60500	208	191.53
LZA6508	SF000001408	11/11/2002	60500	208	191.53
LZB0921	SF000000077	06/11/2002	60500	208	191.53
LZB7875	SF000000202	07/11/2002	60500	208	191.53
LZB8456	SF000001439	12/11/2002	60500	208	191.53
LZC1653	SF000001122	08/11/2002	60500	208	191.53
LZC4208	SF000001404	11/11/2002	60500	208	191.53
LZF6979	SF000001087	07/11/2002	60500	208	191.53
LZG3948	SF000001296	16/11/2002	60500	208	191.53
LZG3992	SF000000204	07/11/2002	60500	208	191.53
LZG5633	SF000001171	12/11/2002	60500	208	191.53
LZH0041	SF000002543	03/12/2002	60500	208	191.53
LZH7069	SF000001746	21/11/2002	60500	208	191.53
LZH7678	SF000001402	19/11/2002	60500	208	191.53
LZH8043	SF000001301	16/11/2002	60500	208	191.53
LZH9148	SF000002066	30/11/2002	60500	208	191.53
LZI9171	SF000001197	13/11/2002	60500	208	191.53
LZI9628	SF000000169	07/11/2002	60500	208	191.53
LZJ3326	SF000001478	16/11/2002	60500	208	191.53
LZJ7021	SF000002151	18/11/2002	60500	208	191.53
LZJ7413	SF000001456	14/11/2002	60500	208	191.53
LZK0050	SF000001180	12/11/2002	60500	208	191.53
LZK5894	SF000000001	05/11/2002	60500	208	191.53
LZL7933	SF000001258	05/11/2002	60500	208	191.53
LZL9554	SF000000203	07/11/2002	60500	208	191.53
LZM2592	SF000001102	07/11/2002	60500	208	191.53
LZM5403	SF000001464	14/11/2002	60500	208	191.53
LZN9242	SF000002322	29/11/2002	60500	208	191.53
LZN9539	SF000000314	08/11/2002	60500	208	191.53
LZN9917	SF000001353	13/11/2002	60500	208	191.53
LZO1532	SF000000317	08/11/2002	60500	208	191.53
LZO2134	SF000002140	18/11/2002	60500	208	191.53

LZP2166	SF000001077	06/11/2002	60500	208	191.53
LZP2170	SF000001268	09/11/2002	60500	208	191.53
LZP6682	SF000002471	26/11/2002	60500	208	191.53
LZP6923	SF000002198	21/11/2002	60500	208	191.53
LZP8675	SF000001496	18/11/2002	60500	208	191.53
LZQ9863	SF000000015	05/11/2002	60500	208	191.53
LZS0335	SF000002528	30/11/2002	60500	208	191.53
LZS1928	SF000001388	16/11/2002	60500	208	191.53
LZS2797	SF000002415	21/11/2002	60500	208	191.53
LZS4857	SF000002517	29/11/2002	60500	208	191.53
LZS4920	SF000002396	20/11/2002	60500	208	191.53
LZT6994	SF000001796	22/11/2002	60500	208	191.53
LZT9594	SF000001782	21/11/2002	60500	208	191.53
LZU2531	SF000002093	01/12/2002	60500	208	191.53
LZV3678	SF000000190	07/11/2002	60500	208	191.53
LZV4686	SF000001060	16/11/2002	60500	208	191.53
LZW4814	SF000000052	06/11/2002	60500	208	191.53
LZW8103	SF000000867	14/11/2002	60500	208	191.53
LZW8103	SF000001511	18/11/2002	60500	208	191.53
LZX1369	SF000001339	17/11/2002	60500	208	191.53
LZY8412	SF000002125	03/12/2002	60500	208	191.53
LZZ0440	SF000001070	06/11/2002	60500	208	191.53
LZZ6394	SF000000709	12/11/2002	60500	208	191.53
LZZ7712	SF000001847	23/11/2002	60500	208	191.53
MAA6908	SF000002386	19/11/2002	60500	208	191.53
MAB2995	SF000002299	28/11/2002	60500	208	191.53
MAB4898	SF000002053	29/11/2002	60500	208	191.53
MAB7058	SF000000870	14/11/2002	60500	208	191.53
MAC2392	SF000002216	22/11/2002	60500	208	191.53
MAC5820	SF000000132	06/11/2002	60500	208	191.53
MAC8561	SF000002532	01/12/2002	60500	208	191.53
MAD0008	SF000001019	15/11/2002	60500	208	191.53
MAD3886	SF000000864	14/11/2002	60500	208	191.53
MAD5549	SF000002007	28/11/2002	60500	208	191.53
MAD5549	SF000002306	28/11/2002	60500	208	191.53
MAD8840	SF000001707	20/11/2002	60500	208	191.53
MAE1313	SF000001907	25/11/2002	60500	208	191.53
MAE3698	SF000001821	22/11/2002	60500	208	191.53
MAE5096	SF000001299	16/11/2002	60500	208	191.53
MAE5601	SF000000459	09/11/2002	60500	208	191.53
MAF2930	SF000001493	17/11/2002	60500	208	191.53
MAF4256	SF000000303	08/11/2002	60500	208	191.53
MAG9959	SF000000377	08/11/2002	60500	208	191.53
MAH1069	SF000001971	27/11/2002	60500	208	191.53
MAH5208	SF000001641	20/11/2002	60500	208	191.53
MAI4095	SF000001188	13/11/2002	60500	208	191.53
MAI7192	SF000002035	29/11/2002	60500	208	191.53
MAI8643	SF000001393	19/11/2002	60500	208	191.53
MAI9073	SF000002515	29/11/2002	60500	208	191.53
MAI9958	SF000001049	16/11/2002	60500	208	191.53
MAJ0418	SF000001090	07/11/2002	60500	208	191.53
MAJ7795	SF000001875	24/11/2002	60500	208	191.53
MAK6139	SF000000680	12/11/2002	60500	208	191.53
MAL3056	SF000000618	11/11/2002	60500	208	191.53
MAL4571	SF000001265	08/11/2002	60500	208	191.53
MAL5119	SF000002346	29/11/2002	60500	208	191.53
MAL6478	SF000000735	12/11/2002	60500	208	191.53
MAM0141	SF000001567	19/11/2002	60500	208	191.53
MAM8875	SF000001372	14/11/2002	60500	208	191.53
MAM8875	SF000000926	14/11/2002	60500	208	191.53
MAN0904	SF000001771	21/11/2002	60500	208	191.53
MAN2336	SF000001403	11/11/2002	60500	208	191.53
MAN3387	SF000000761	13/11/2002	60500	208	191.53

MAO2282	SF00000453	09/11/2002	60500	208	191.53
MAP5676	SF000002326	29/11/2002	60500	208	191.53
MAP9202	SF000001292	10/11/2002	60500	208	191.53
MAQ4008	SF000001501	19/11/2002	60500	208	191.53
MAQ8803	SF000001217	14/11/2002	60500	208	191.53
MAR1083	SF000001259	05/11/2002	60500	208	191.53
MAS7605	SF000001394	19/11/2002	60500	208	191.53
MAS8335	SF000000136	06/11/2002	60500	208	191.53
MAT1623	SF000001359	13/11/2002	60500	208	191.53
MAT2864	SF000000090	06/11/2002	60500	208	191.53
MAT7942	SF000001930	25/11/2002	60500	208	191.53
MAU3005	SF000002094	01/12/2002	60500	208	191.53
MAV4851	SF000000318	08/11/2002	60500	208	191.53
MAV5445	SF000000177	07/11/2002	60500	208	191.53
MAV8190	SF000000762	13/11/2002	60500	208	191.53
MAW6916	SF000002000	28/11/2002	60500	208	191.53
MAW7481	SF000000141	07/11/2002	60500	208	191.53
MAW7639	SF000000496	10/11/2002	60500	208	191.53
MAX4311	SF000001863	23/11/2002	60500	208	191.53
MAX6175	SF000001495	17/11/2002	60500	208	191.53
MAX6175	SF000001000	15/11/2002	60500	208	191.53
MAY1850	SF000001279	09/11/2002	60500	208	191.53
MAY5395	SF000002475	26/11/2002	60500	208	191.53
MAY7420	SF000000099	06/11/2002	60500	208	191.53
MAZ1139	SF000002291	27/11/2002	60500	208	191.53
MAZ3185	SF000000277	08/11/2002	60500	208	191.53
MBA2351	SF000000873	14/11/2002	60500	208	191.53
MBB5992	SF000000302	08/11/2002	60500	208	191.53
MBB6242	SF000001202	13/11/2002	60500	208	191.53
MBC2904	SF000000876	14/11/2002	60500	208	191.53
MBC3417	SF000001368	14/11/2002	60500	208	191.53
MBC4671	SF000001526	18/11/2002	60500	208	191.53
MBC5934	SF000001837	22/11/2002	60500	208	191.53
MBD1597	SF000000593	11/11/2002	60500	208	191.53
MBD2609	SF000001435	12/11/2002	60500	208	191.53
MBD2841	SF000002042	29/11/2002	60500	208	191.53
MBD3927	SF000001490	17/11/2002	60500	208	191.53
MBD6751	SF000002480	26/11/2002	60500	208	191.53
MBE0699	SF000000249	07/11/2002	60500	208	191.53
MBE2766	SF000001624	19/11/2002	60500	208	191.53
MBE8524	SF000001351	13/11/2002	60500	208	191.53
MBF7964	SF000001890	24/11/2002	60500	208	191.53
MBF8357	SF000000607	11/11/2002	60500	208	191.53
MBF8745	SF000001612	19/11/2002	60500	208	191.53
MBF9342	SF000002012	28/11/2002	60500	208	191.53
MBG0935	SF000001043	16/11/2002	60500	208	191.53
MBG1130	PF000000201	12/11/2002	56730	183	85.12
MBG3344	SF000002133	04/12/2002	60500	208	191.53
MBG6972	SF000000406	09/11/2002	60500	208	191.53
MBH3477	SF000001349	12/11/2002	60500	208	191.53
MBH7332	SF000002389	19/11/2002	60500	208	191.53
MBH9899	SF000001330	17/11/2002	60500	208	191.53
MBI7147	SF000001917	25/11/2002	60500	208	191.53
MBI7802	SF000002129	03/12/2002	60500	208	191.53
MBJ0391	SF000001888	24/11/2002	60500	208	191.53
MBJ2000	SF000001765	21/11/2002	60500	208	191.53
MBJ2000	SF000001651	20/11/2002	60500	208	191.53
MBK8851	SF000000358	08/11/2002	60500	208	191.53
MBK9012	SF000001563	19/11/2002	60500	208	191.53
MBM0788	SF000001580	19/11/2002	60500	208	191.53
MBM7176	SF000000331	08/11/2002	60500	208	191.53
MBM9151	SF000001183	13/11/2002	60500	208	191.53
MBN0279	SF000001926	25/11/2002	60500	208	191.53

MBN5608	SF000000429	09/11/2002	60500	208	191.53
MBN8991	SF000001679	20/11/2002	60500	208	191.53
MBN9357	SF000002016	28/11/2002	60500	208	191.53
MBO0003	SF000000707	12/11/2002	60500	208	191.53
MBO4082	SF000001201	13/11/2002	60500	208	191.53
MBO4225	SF000000671	12/11/2002	60500	208	191.53
MBO7548	SF000002523	29/11/2002	60500	208	191.53
MBO8689	SF000001856	23/11/2002	60500	208	191.53
MBO8967	SF000001577	19/11/2002	60500	208	191.53
MBP0233	SF000000096	06/11/2002	60500	208	191.53
MBP0937	SF000000488	09/11/2002	60500	208	191.53
MBP3083	SF000000646	11/11/2002	60500	208	191.53
MBP6082	SF000001558	18/11/2002	60500	208	191.53
MBP7377	SF000001123	08/11/2002	60500	208	191.53
MBQ1968	SF000002371	18/11/2002	60500	208	191.53
MBQ3473	SF000000339	08/11/2002	60500	208	191.53
MBQ6985	SF000001346	12/11/2002	60500	208	191.53
MBQ8113	SF000000760	13/11/2002	60500	208	191.53
MBQ9363	SF000001277	09/11/2002	60500	208	191.53
MBQ9701	SF000000143	07/11/2002	60500	208	191.53
MBR2766	SF000000670	12/11/2002	60500	208	191.53
MBS3312	SF000002164	19/11/2002	60500	208	191.53
MBS3415	SF000000905	14/11/2002	60500	208	191.53
MBS3786	SF000001461	14/11/2002	60500	208	191.53
MBS5769	SF000001981	27/11/2002	60500	208	191.53
MBS7083	SF000000281	08/11/2002	60500	208	191.53
MBS7907	SF000000883	14/11/2002	60500	208	191.53
MBT3425	SF000000740	12/11/2002	60500	208	191.53
MBT5366	SF000000991	15/11/2002	60500	208	191.53
MBT8020	SF000000689	12/11/2002	60500	208	191.53
MBU5142	SF000000498	10/11/2002	60500	208	191.53
MBV0672	SF000002317	28/11/2002	60500	208	191.53
MBV1220	SF000001337	17/11/2002	60500	208	191.53
MBV3272	SF000001497	18/11/2002	60500	208	191.53
MBV4380	SF000000005	05/11/2002	60500	208	191.53
MBV4860	SF000002213	22/11/2002	60500	208	191.53
MBV7167	SF000001739	21/11/2002	60500	208	191.53
MBV8651	SF000002349	30/11/2002	60500	208	191.53
MBW6022	SF000001099	07/11/2002	60500	208	191.53
MBW8446	SF000001430	12/11/2002	60500	208	191.53
MBX2519	SF000001145	09/11/2002	60500	208	191.53
MBX3616	SF000000937	14/11/2002	60500	208	191.53
MBX3677	SF000001313	17/11/2002	60500	208	191.53
MBX4837	SF000000403	08/11/2002	60500	208	191.53
MBX6541	SF000001758	21/11/2002	60500	208	191.53
MBX6901	SF000000931	14/11/2002	60500	208	191.53
MBX7520	SF000000431	09/11/2002	60500	208	191.53
MBY0410	SF000000564	10/11/2002	60500	208	191.53
MBY0991	SF000001006	15/11/2002	60500	208	191.53
MBY4887	SF000000831	13/11/2002	60500	208	191.53
MBY9250	SF000000288	08/11/2002	60500	208	191.53
MBZ0003	SF000001732	21/11/2002	60500	208	191.53
MBZ0003	SF000001864	23/11/2002	60500	208	191.53
MBZ0170	SF000001224	15/11/2002	60500	208	191.53
MBZ6779	SF000000840	13/11/2002	60500	208	191.53
MCA7100	SF000001504	19/11/2002	60500	208	191.53
MCC0106	SF000001701	20/11/2002	60500	208	191.53
MCC1006	SF000001716	20/11/2002	60500	208	191.53
MCC5870	SF000000578	11/11/2002	60500	208	191.53
MCC6808	SF000000638	11/11/2002	60500	208	191.53
MCE4748	SF000000301	08/11/2002	60500	208	191.53
MCH9121	SF000000402	08/11/2002	60500	208	191.53
MCI0922	SF000002355	30/11/2002	60500	208	191.53

MCI4819	SF00000366	08/11/2002	60500	208	191.53
MCL5308	SF00000543	10/11/2002	60500	208	191.53
MCL7520	SF00000804	13/11/2002	60500	208	191.53
MCN1770	SF000001251	05/11/2002	60500	208	191.53
MCN1770	SF00000652	11/11/2002	60500	208	191.53
MCN4180	SF00000254	07/11/2002	60500	208	191.53
MCP1010	SF00000098	06/11/2002	60500	208	191.53
MCP6520	SF000001307	16/11/2002	60500	208	191.53
MCQ7230	SF00000210	07/11/2002	60500	208	191.53
MCQ7230	SF000001768	21/11/2002	60500	208	191.53
MCR9742	SF00000891	14/11/2002	60500	208	191.53
MCV0240	SF00000068	06/11/2002	60500	208	191.53
MCX4412	SF00000976	14/11/2002	60500	208	191.53
MCZ4342	SF000001974	27/11/2002	60500	208	191.53
MDD7007	SF000002178	20/11/2002	60500	208	191.53
MDD7007	SF000001385	16/11/2002	60500	208	191.53
MDG1890	SF000001196	13/11/2002	60500	208	191.53
MDH4910	SF00000927	14/11/2002	60500	208	191.53
MDK3290	SF000000002	05/11/2002	60500	208	191.53
MDM6690	SF00000260	08/11/2002	60500	208	191.53
MDR0303	SF00000323	08/11/2002	60500	208	191.53
MDX1420	SF000001468	15/11/2002	60500	208	191.53
MDX5820	SF000001076	06/11/2002	60500	208	191.53
MEC0870	SF000002087	30/11/2002	60500	208	191.53
MEC6790	SF00000407	09/11/2002	60500	208	191.53
MED4500	SF000002376	18/11/2002	60500	208	191.53
MED6200	SF000002022	29/11/2002	60500	208	191.53
MEG4230	SF000002170	20/11/2002	60500	208	191.53
MEH1090	SF00000545	10/11/2002	60500	208	191.53
MEH5290	SF000002425	22/11/2002	60500	208	191.53
MEK0088	SF00000100	06/11/2002	60500	208	191.53
MEK4730	SF00000287	08/11/2002	60500	208	191.53
MEM3670	SF00000131	06/11/2002	60500	208	191.53
MEO0240	SF00000903	14/11/2002	60500	208	191.53
MEQ0390	SF000001252	05/11/2002	60500	208	191.53
MEQ7100	SF000001962	27/11/2002	60500	208	191.53
MEV8710	SF000002364	17/11/2002	60500	208	191.53
MEX4300	SF00000367	08/11/2002	60500	208	191.53
MFA7810	SF00000150	07/11/2002	60500	208	191.53
MFC5000	SF000001225	15/11/2002	60500	208	191.53
MFF0008	PF00000211	27/11/2002	56730	183	85.12
MFJ5490	SF00000492	10/11/2002	60500	208	191.53
MGD0070	SF000001711	20/11/2002	60500	208	191.53
MGL3330	SF000002092	01/12/2002	60500	208	191.53
MHA1900	SF000001021	16/11/2002	60500	208	191.53
MIL0092	SF000001109	07/11/2002	60500	208	191.53
MJJ0888	SF000001692	20/11/2002	60500	208	191.53
MLN1001	SF000001647	20/11/2002	60500	208	191.53
MMI0031	SF000001869	23/11/2002	60500	208	191.53

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.685 3/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - FOTOSENSOR - 28117

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.685 3/2003**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BQP7473	SF00002402	20/11/2002	60500	208	191.53
CGZ4002	SF00002693	09/12/2002	60500	208	191.53
CXI0793	SF00002903	04/12/2002	60500	208	191.53
GPK2139	SF00002642	06/12/2002	60500	208	191.53
GXU5240	SF00002254	26/11/2002	60500	208	191.53
IDI0255	SF00002479	26/11/2002	60500	208	191.53
KCK4181	SF00002137	18/11/2002	60500	208	191.53
LWR3719	SF00003138	02/12/2002	60500	208	191.53
LWS4564	SF00002268	26/11/2002	60500	208	191.53
LWU2618	SF00002728	10/12/2002	60500	208	191.53
LWV3427	SF00002929	05/12/2002	60500	208	191.53
LWV9374	SF00002839	14/12/2002	60500	208	191.53
LWV9374	SF00003191	07/12/2002	60500	208	191.53
LWV9374	SF00003111	15/12/2002	60500	208	191.53
LWZ6847	SF00001595	19/11/2002	60500	208	191.53
LXB7207	SF00002803	13/12/2002	60500	208	191.53
LXC9730	SF00002082	30/11/2002	60500	208	191.53
LXD4131	SF00001892	24/11/2002	60500	208	191.53
LXG3707	SF00003074	12/12/2002	60500	208	191.53
LXK6043	SF00003104	14/12/2002	60500	208	191.53
LXO6955	SF00001742	21/11/2002	60500	208	191.53
LXS0532	PF00000212	06/12/2002	56730	183	85.12
LXV4336	SF00002027	29/11/2002	60500	208	191.53
LXW8806	SF00002730	10/12/2002	60500	208	191.53
LXX2882	SF00001537	18/11/2002	60500	208	191.53
LXY2410	SF00003072	12/12/2002	60500	208	191.53
LXZ3458	SF00002069	30/11/2002	60500	208	191.53
LYB3741	SF00002188	21/11/2002	60500	208	191.53
LYC2060	SF00002529	30/11/2002	60500	208	191.53
LYC3839	SF00002707	09/12/2002	60500	208	191.53
LYD2213	SF00002679	07/12/2002	60500	208	191.53
LYF6893	SF00002762	11/12/2002	60500	208	191.53
LYG4596	SF00002607	05/12/2002	60500	208	191.53
LYH3855	SF00002084	30/11/2002	60500	208	191.53

LYL9516	SF000002842	14/12/2002	60500	208	191.53
LYO3875	SF000002210	22/11/2002	60500	208	191.53
LYQ3587	SF000001682	20/11/2002	60500	208	191.53
LYR4089	SF000002368	18/11/2002	60500	208	191.53
LYW8223	SF000003284	14/12/2002	60500	208	191.53
LZA9702	SF000002246	25/11/2002	60500	208	191.53
LZB0698	SF000002301	28/11/2002	60500	208	191.53
LZC7285	SF000002063	30/11/2002	60500	208	191.53
LZE7100	SF000001882	24/11/2002	60500	208	191.53
LZF8698	SF000002603	05/12/2002	60500	208	191.53
LZG1407	SF000001922	25/11/2002	60500	208	191.53
LZH6653	SF000003063	12/12/2002	60500	208	191.53
LZK1739	SF000003147	04/12/2002	60500	208	191.53
LZK2228	SF000002714	10/12/2002	60500	208	191.53
LZN5803	SF000002659	07/12/2002	60500	208	191.53
LZS5086	SF000003079	13/12/2002	60500	208	191.53
LZS5086	SF000003300	16/12/2002	60500	208	191.53
LZS5086	SF000003156	05/12/2002	60500	208	191.53
LZT0365	SF000001552	18/11/2002	60500	208	191.53
LZT5854	SF000002615	05/12/2002	60500	208	191.53
LZU6169	SF000002510	29/11/2002	60500	208	191.53
MAB4898	SF000002753	11/12/2002	60500	208	191.53
MAD0230	SF000003044	11/12/2002	60500	208	191.53
MAG6114	SF000002378	18/11/2002	60500	208	191.53
MAM3623	SF000002343	29/11/2002	60500	208	191.53
MAP9236	SF000002298	28/11/2002	60500	208	191.53
MAS5843	SF000002332	29/11/2002	60500	208	191.53
MAS9855	SF000002230	23/11/2002	60500	208	191.53
MBA5351	SF000001988	28/11/2002	60500	208	191.53
MBB4871	SF000001533	18/11/2002	60500	208	191.53
MBD8861	SF000001561	19/11/2002	60500	208	191.53
MBI8238	SF000001673	20/11/2002	60500	208	191.53
MBZ3920	SF000002828	14/12/2002	60500	208	191.53
MCE5228	SF000003184	06/12/2002	60500	208	191.53
MCJ8251	SF000001946	26/11/2002	60500	208	191.53
MEU4656	SF000001783	21/11/2002	60500	208	191.53
MJN0070	SF000002073	30/11/2002	60500	208	191.53

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 929/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.590 929/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa      N.Auto      Data Infr.      Infr/Desd.      Enquadramento  
-----

AAW6837	8590073036	09/11/2014	74630	218 * II
AFO2149	8590072962	09/11/2014	74550	218 * I
AHG6406	8590072747	02/11/2014	74630	218 * II
ARM8397	8590072681	01/11/2014	74550	218 * I
AVX2716	8590073046	10/11/2014	74550	218 * I
DFM4774	8590072772	02/11/2014	74550	218 * I
EBG9524	8590072794	04/11/2014	74550	218 * I
HPN0504	8590072910	08/11/2014	74630	218 * II
JPO6854	8590072690	01/11/2014	74550	218 * I
LXC6026	8590072880	07/11/2014	74550	218 * I
LYG4002	8590073028	09/11/2014	74550	218 * I
LYX4862	8590073013	09/11/2014	74550	218 * I
LZX7779	8590072977	09/11/2014	74550	218 * I
MAR8490	8590072736	02/11/2014	74550	218 * I
MAX1351	8590072831	05/11/2014	74550	218 * I
MBF8855	8590072816	04/11/2014	74550	218 * I
MBN6893	8590072956	09/11/2014	74630	218 * II
MBZ6880	8590072779	03/11/2014	74630	218 * II
MCA5743	8590073031	09/11/2014	74550	218 * I
MCC1646	8590072761	02/11/2014	74630	218 * II
MCH8346	8590072978	09/11/2014	74550	218 * I
MCN7696	8590072890	08/11/2014	74550	218 * I
MCV2315	8590072800	04/11/2014	74630	218 * II
MCX4253	8590072703	01/11/2014	74630	218 * II
MDB8688	8590072826	05/11/2014	74550	218 * I
MDL9757	8590072830	05/11/2014	74550	218 * I
MDO9479	8590072851	06/11/2014	74550	218 * I
MEB1259	8590072996	09/11/2014	74550	218 * I
MEH3608	8590072984	09/11/2014	74550	218 * I
MES3296	8590072881	07/11/2014	74550	218 * I
MET0135	8590073018	09/11/2014	74630	218 * II
MFL2106	8590072844	06/11/2014	74550	218 * I
MFL8427	8590072863	07/11/2014	74550	218 * I
MGM8467	8590073033	09/11/2014	74550	218 * I
MGO3905	8590072931	08/11/2014	74550	218 * I
MGO7997	8590072731	01/11/2014	74550	218 * I
MGP6865	8590073007	09/11/2014	74630	218 * II
MGQ7909	8590072842	06/11/2014	74550	218 * I
MGS4096	8590072672	01/11/2014	74550	218 * I
MGY1943	8590072683	01/11/2014	74630	218 * II
MGY1943	8590072716	01/11/2014	74550	218 * I
MHC2980	8590072850	06/11/2014	74550	218 * I
MHL4305	8590072673	01/11/2014	74550	218 * I
MHM4165	8590071579	04/10/2014	74550	218 * I
MHN7793	8590073032	09/11/2014	74550	218 * I
MHN7793	8590072948	09/11/2014	74550	218 * I

MHQ9760	8590073044	10/11/2014	74550	218	*	I
MIB6189	8590072827	05/11/2014	74550	218	*	I
MII1709	8590072720	01/11/2014	74630	218	*	II
MJY4658	8590072918	08/11/2014	74550	218	*	I
MKC9651	8590072682	01/11/2014	74550	218	*	I
MKI4623	8590072896	08/11/2014	74550	218	*	I
MKS7268	8590073056	10/11/2014	74550	218	*	I
MKT7364	8590072994	09/11/2014	74550	218	*	I
MKW8168	8590072837	05/11/2014	74550	218	*	I
MLB6383	8590072717	01/11/2014	74550	218	*	I
MLB7193	8590072733	02/11/2014	74550	218	*	I
MLI2023	8590072792	04/11/2014	74550	218	*	I
MLT2284	8590072854	06/11/2014	74630	218	*	II
MMM1512	8590072771	02/11/2014	74550	218	*	I
OKG0237	8590072738	02/11/2014	74550	218	*	I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 06 DE DEZEMBRO DE 2014.

JACKSON JOS DOS SANTOS  
DIRETOR DE TRANSITO

### GUARAMIRIM

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 641/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 641/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BGE4670	54525626C	06/09/2011	51851	167	127.69
MDD0420	54020336D	03/09/2011	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MDD0420	54020335D	03/09/2011	50100	162 * I	574.61
MHP1256	54525640C	12/09/2011	73662	252 * VI	85.12
MIK3906	54020315D	17/08/2011	66450	230 * X	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 643/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 643/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDD0314	54021620D	15/09/2011	51851	167	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 645/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 645/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BMP1086	54022442D	18/09/2011	55250	181 * XV	85.12
CAM7821	54021617D	15/09/2011	51851	167	127.69
ECM0017	54021577D	20/09/2011	69200	233	127.69
HRD1921	54020345D	03/10/2011	65992	230 * V	191.53
HRD1921	54020346D	03/10/2011	50100	162 * I	574.61
IDO2680	54021513D	04/10/2011	69200	233	127.69
LYI4347	54022363D	05/10/2011	65992	230 * V	191.53
LYI4347	54022362D	05/10/2011	50100	162 * I	574.61
MCK3235	54022258D	03/10/2011	65992	230 * V	191.53
MGU7292	54021712D	05/10/2011	66102	230 * VII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 647/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 647/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEW1510	54021821D	03/10/2011	66102	230 * VII	127.69
MIE1561	54020126D	17/02/2011	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 649/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 649/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAG3918	54022013D	24/10/2011	51851	167	127.69
ADX1620	54022447D	26/09/2011	50100	162 * I	574.61
AGQ0142	54022018D	25/10/2011	66102	230 * VII	127.69
MDL7878	54020950D	27/10/2011	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 651/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 651/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AMW4885	54021713D	05/10/2011	51851	167	127.69
LXL3960	54022433D	17/09/2011	51691	165	957.69
LXL3960	54022435D	17/09/2011	52741	175	191.53
LYC9751	54021709D	05/10/2011	73662	252 * VI	85.12
LYC9751	54021708D	05/10/2011	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 653/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 653/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACK5555	54021530D	10/10/2011	66102	230 * VII	127.69
AJV9943	54021842D	10/10/2011	51852	167	127.69
AOJ4193	54021536D	11/10/2011	51851	167	127.69
KHZ4119	54021525D	10/10/2011	51851	167	127.69
MDM3635	54021805D	30/09/2011	51851	167	127.69
MGD9443	54021517D	11/10/2011	51851	167	127.69
MHP8807	54525548C	25/10/2011	51851	167	127.69
MID4143	54021843D	10/10/2011	51851	167	127.69
MIV4070	54022122D	20/10/2011	51851	167	127.69
MJA8358	54022147D	07/11/2011	50100	162 * I	574.61
MJN7719	54022416D	16/07/2011	51691	165	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 655/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 655/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADU8532	54022282D	19/11/2011	69120	232	53.20
DRG5453	54020603D	01/11/2011	69200	233	127.69

MCN6544	54021795D	24/11/2011	69200	233		127.69
MGE0442	54022266D	05/10/2011	73400	252 * IV		85.12

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 657/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 657/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDQ5025	54020585D	01/12/2011	67001	230 * XVI	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 659/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 659/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJX7460	54022143D	04/11/2011	73662	252 * VI	85.12
LYX8113	54022313D	18/11/2011	50100	162 * I	574.61
MEE3462	54022319D	02/12/2011	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 661/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 661/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AMA2912	54021114D	30/04/2011	51691	165	957.69

LYX8113	54022312D	18/11/2011	65992	230 * V	191.53
LYX8113	54022314D	18/11/2011	58350	195	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 663/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 663/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
HRM0004	55428783D	13/12/2011	51851	167	127.69
KIS0257	55428751D	25/11/2011	69200	233	127.69
LYH9527	55428860D	12/12/2011	65992	230 * V	191.53
MFJ6275	54021732D	18/11/2011	66532	230 * XI	127.69
MFP9019	55428752D	28/11/2011	69200	233	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS

DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 665/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 665/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ARB2478	54022371D	30/11/2011	51851	167	127.69
HCM9797	55618546C	09/12/2011	54522	181 * VIII	127.69
MBE8766	55428871D	16/12/2011	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 667/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 667/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEA6891	55428931D	29/12/2011	54521	181 * VIII	127.69
AEA6891	55428932D	29/12/2011	53710	180	85.12
EIJ8909	55429270D	23/12/2011	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 668/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 668/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEP6316	54022215D	14/10/2011	58350	195	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS

DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 670/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 670/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCE7107	54021439D	12/08/2011	66700	230 * XIII	127.69
MGY7823	55428901D	13/12/2011	69200	233	127.69
MHW4276	55428869D	16/12/2011	73662	252 * VI	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 672/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 672/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DJD7164	55429321D	24/01/2012	69200	233	127.69
LZC7282	55428985D	24/01/2012	50100	162 * I	574.61
MDH4756	54021883D	04/01/2012	50450	162 * V	191.53
MDH4756	54021884D	04/01/2012	51420	164 c/c 162 * V	191.53
MGL6028	55428885D	23/12/2011	50100	162 * I	574.61
MGL6028	55428886D	23/12/2011	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MHD0321	55428930D	23/12/2011	51852	167	127.69
MHV3423	55428787D	15/12/2011	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 674/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 674/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CXN6639	54022132D	25/10/2011	66102	230 * VII	127.69
DHY8647	55429329D	26/01/2012	69200	233	127.69
MAA4820	54021167D	31/01/2012	66102	230 * VII	127.69
MDY4744	54020896D	18/09/2011	60760	210	191.53
MFZ0098	54525537C	20/10/2011	66450	230 * X	127.69
MGF5387	55428808D	29/01/2012	55500	181 * XVIII	85.12
MGR7672	55428945D	27/01/2012	69200	233	127.69
MGV9175	54021894D	10/01/2012	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-  
GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-  
AS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE  
EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO  
N.204 676/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 676/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI  
N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,  
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA  
AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO  
QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.  
INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
API2170	54021233D	14/01/2012	51851	167	127.69
API2170	54021232D	14/01/2012	65482	229	85.12
MBF5292	55428819D	14/02/2012	69200	233	127.69
MCZ8299	55429348D	16/02/2012	66372	230 * IX	127.69
MJB8770	55429411D	16/02/2012	58350	195	127.69
MJB8770	55429412D	16/02/2012	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU  
INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENA-  
LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-  
GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-  
AS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE  
EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 678/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 678/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ANF5528	55429349D	16/02/2012	51851	167	127.69
MCZ8299	55429347D	16/02/2012	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 680/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 680/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXT4814	55429275D	20/01/2012	51851	167	127.69
MBH1424	55429304D	05/01/2012	50100	162 * I	574.61

MHC6086 54021176D 02/02/2012 66102 230 \* VII 127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 682/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 682/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFW7504	54021245D	06/02/2012	51851	167	127.69
ARD1456	55428973D	18/01/2012	73662	252 * VI	85.12
EAT2081	54021225D	07/01/2012	54521	181 * VIII	127.69
MCL9475	54021202D	16/11/2011	51691	165	957.69
MEJ3809	55429327D	26/01/2012	69200	233	127.69
MFH6824	54021174D	01/02/2012	69200	233	127.69
MHV7679	54021898D	15/01/2012	50100	162 * I	574.61
MHV7679	54021899D	15/01/2012	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MJB7051	54020641D	06/02/2012	51851	167	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 684/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 684/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCG0474	54021335D	10/03/2012	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 686/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 686/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGR3089	55429879D	15/03/2012	65992	230 * V	191.53
LWT8729	54021331D	05/03/2012	50100	162 * I	574.61
LWT8729	54021332D	05/03/2012	65992	230 * V	191.53
LXN0854	55429413D	16/02/2012	66102	230 * VII	127.69
LXR8073	55429758D	16/02/2012	51851	167	127.69
MAQ1499	55429429D	08/03/2012	54521	181 * VIII	127.69
MGU3913	55430904D	12/03/2012	57380	186 * II	191.53
MGZ7515	54021343D	18/03/2012	57380	186 * II	191.53
MHS5081	54020321D	17/08/2011	66450	230 * X	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 689/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 689/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABW1548	55429475D	03/03/2012	50100	162 * I	574.61
LXC8005	55429015D	21/03/2012	69200	233	127.69
MAJ5037	54022334D	28/02/2012	66102	230 * VII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 691/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 691/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ANX9241	55430921D	14/03/2012	51851	167	127.69
APT8039	55429432D	09/03/2012	54521	181 * VIII	127.69
BHP7053	55429810D	29/02/2012	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 693/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO

## DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 693/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ALO5906	54020598D	13/12/2011	67001	230 * XVI	127.69
ALO5906	54020597D	13/12/2011	51851	167	127.69
IKF1605	55430980D	11/04/2012	50450	162 * V	191.53
MBW4231	54020444D	01/04/2011	65992	230 * V	191.53
MEL1176	55430013D	03/04/2012	73662	252 * VI	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 695/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 695/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CCS1404	55429898D	17/04/2012	51851	167	127.69
DJE1334	55430151D	28/03/2012	51852	167	127.69
IKF1605	55430979D	11/04/2012	65992	230 * V	191.53
MEP9650	55428890D	26/12/2011	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MET0381	54022345D	23/03/2012	55250	181 * XV	85.12
MIV1576	55429017D	21/03/2012	73662	252 * VI	85.12

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 697/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 697/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAV7031	55430339D	19/04/2012	51852	167	127.69
AJI5542	55430306D	18/04/2012	66290	230 * VIII	127.69
AJI5542	55430319D	18/04/2012	59670	203 * V	191.53
AKW6586	55429849D	09/03/2012	51851	167	127.69
ALP2622	55430024D	01/05/2012	65992	230 * V	191.53
ALP2622	55430025D	01/05/2012	65482	229	85.12
AMX8783	55429840D	08/03/2012	51851	167	127.69
BIA1501	55430346D	19/04/2012	51851	167	127.69
LXG3749	55430435D	02/05/2012	66102	230 * VII	127.69
LXG3749	55430436D	02/05/2012	66532	230 * XI	127.69
LXR5452	55429041D	03/05/2012	69200	233	127.69
LYS4337	55430388D	25/04/2012	51180	164 c/c 162 * I	574.61
LYS4337	55430387D	25/04/2012	50100	162 * I	574.61
LYS4337	55430389D	25/04/2012	51852	167	127.69
LZI2050	55430439D	02/05/2012	66102	230 * VII	127.69
MAY1853	55429846D	08/03/2012	69200	233	127.69
MBH0416	54021166D	31/01/2012	66371	230 * IX	127.69
MDZ8667	55430901D	09/03/2012	58350	195	127.69
MDZ8667	55430902D	09/03/2012	58191	193	574.61
MEB2258	55429826D	05/03/2012	51851	167	127.69
MEE2261	55429828D	05/03/2012	73662	252 * VI	85.12
MGU3371	55430908D	12/03/2012	60501	208	191.53
MHE6452	54022336D	09/03/2012	73400	252 * IV	85.12

MHJ3847	55429919D	22/03/2012	51851	167	127.69
MIE5295	55430915D	12/03/2012	51851	167	127.69
MIH7087	55430927D	14/03/2012	51851	167	127.69
MJE4185	55429830D	07/03/2012	54521	181 * VIII	127.69
MMA0085	55429845D	08/03/2012	69200	233	127.69
NEZ5271	55430905D	12/03/2012	51851	167	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 699/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 699/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJI5542	55430499D	10/05/2012	51851	167	127.69
AJI5542	55430499D	10/05/2012	51852	167	127.69
DBY8566	55430166D	14/04/2012	51691	165	957.69
DMK1691	55430491D	10/05/2012	64080	221	85.12
LYO0885	55429776D	02/04/2012	57380	186 * II	191.53
MCA5893	55430092D	16/05/2012	50100	162 * I	574.61
MFZ0837	55430053D	23/03/2012	51851	167	127.69
MIM2009	55429977D	26/03/2012	73400	252 * IV	85.12
MIM2009	55429978D	26/03/2012	69120	232	53.20

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 701/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 701/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAV7031	55429514D	18/05/2012	50100	162 * I	574.61
AAV7031	55429515D	18/05/2012	51180	164 c/c 162 * I	574.61
DMK1691	55430490D	10/05/2012	66102	230 * VII	127.69
MBA0555	55430051D	23/03/2012	66102	230 * VII	127.69
MDF8376	55430149D	11/04/2012	58350	195	127.69
MDF8376	55430150D	11/04/2012	58191	193	574.61
MDF8376	55430142D	11/04/2012	65992	230 * V	191.53
MHY2741	55430973D	04/04/2012	69200	233	127.69
MJG4308	55430521D	21/05/2012	66102	230 * VII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 703/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 703/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXL3627	55430234D	13/04/2012	69200	233	127.69
MCA5893	55430093D	16/05/2012	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MCA5893	55430094D	16/05/2012	65992	230 * V	191.53
MIV2001	55429813D	01/03/2012	73662	252 * VI	85.12
MJS1410	55430116D	28/03/2012	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 705/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 705/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

BSS6383	55429887D	23/03/2012	51851	167		127.69
BZQ4710	55429381D	20/04/2012	51851	167		127.69
CDC3740	55430342D	19/04/2012	61220	214	* I	191.53
LZI2050	55430440D	02/05/2012	66532	230	* XI	127.69
MCE7609	55429566D	25/05/2012	66102	230	* VII	127.69
MEC9428	55430167D	18/04/2012	57380	186	* II	191.53
MGS9004	55430396D	25/04/2012	57380	186	* II	191.53
MHE1156	55430418D	30/04/2012	50100	162	* I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 707/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 707/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGA2647	55430427D	30/04/2012	51691	165	957.69
AGA2647	55430428D	30/04/2012	69120	232	53.20
AKI2611	55430247D	18/04/2012	51852	167	127.69
HWD4351	55430260D	04/05/2012	69200	233	127.69
LZF9141	55430176D	25/04/2012	69200	233	127.69
MBC3202	55430495D	10/05/2012	65992	230 * V	191.53
MBK7824	55429039D	03/05/2012	69200	233	127.69
MHE1156	55430419D	30/04/2012	69120	232	53.20
MHR2942	55429056D	10/05/2012	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 709/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 709/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFD2285	55429518D	18/05/2012	66102	230 * VII	127.69
LXH6371	55429070D	14/05/2012	65992	230 * V	191.53
LYG5530	55430601D	31/05/2012	66102	230 * VII	127.69
MBH0416	54021857D	19/09/2011	70561	244 * III	191.53
MFS4129	55430514D	21/05/2012	50100	162 * I	574.61
MFS4129	55430515D	21/05/2012	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MFS4129	55430516D	21/05/2012	64080	221	85.12
MFS4129	55430517D	21/05/2012	65992	230 * V	191.53
MGV0030	55430089D	15/05/2012	51852	167	127.69
MHA2356	55429391D	11/05/2012	69200	233	127.69
MHI6519	55430550D	24/05/2012	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 711/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 711/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXF2887	55429569D	25/05/2012	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 713/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 713/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

LYN2347	55429589D	31/05/2012	69120	232		53.20
MDF8196	54020526D	12/06/2012	54281	181	* V	191.53
MGM1961	55429579D	26/05/2012	65992	230	* V	191.53
MGM1961	55429578D	26/05/2012	51691	165		957.69
MGX9761	55429933D	23/03/2012	51851	167		127.69
MHQ8952	55430884D	05/05/2012	57380	186	* II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 715/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 715/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFZ6134	55429747D	11/06/2012	65992	230 * V	191.53
AIV2500	55430295D	13/06/2012	73662	252 * VI	85.12
AIV2500	55430296D	13/06/2012	51851	167	127.69
CRC2257	55430643D	11/06/2012	55250	181 * XV	85.12
CRC2257	55430644D	11/06/2012	66102	230 * VII	127.69
LYB6783	55430602D	31/05/2012	51851	167	127.69
LYI4677	55430718D	14/06/2012	66102	230 * VII	127.69
LYI4677	55430719D	14/06/2012	66102	230 * VII	127.69
LZQ7334	55430803D	13/06/2012	73662	252 * VI	85.12
LZQ7334	55430804D	13/06/2012	51930	168	191.53
MCL9475	55429617D	23/05/2012	51691	165	957.69
MFK4128	55429749D	11/06/2012	66102	230 * VII	127.69
MKD5252	55429159D	30/06/2012	52741	175	191.53
MKD5252	55429156D	30/06/2012	50100	162 * I	574.61
MKD5252	55429158D	30/06/2012	66102	230 * VII	127.69
MKD5252	55429157D	30/06/2012	58350	195	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 717/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 717/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DHV8839	55430195D	10/05/2012	51691	165	957.69
LXW0915	55428657D	13/07/2012	50100	162 * I	574.61
LXW0915	55428658D	13/07/2012	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MBQ8328	55430745D	18/06/2012	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MBQ8328	55430744D	18/06/2012	50100	162 * I	574.61
MCL7375	55430743D	15/06/2012	66102	230 * VII	127.69
MCY8323	55619590C	09/07/2012	65992	230 * V	191.53
MGA7490	55429073D	16/05/2012	67001	230 * XVI	127.69
MGM8007	55430730D	15/06/2012	65992	230 * V	191.53

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 719/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 719/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEZ3223	55430829D	25/06/2012	65992	230 * V	191.53
MEZ3223	55430830D	25/06/2012	50100	162 * I	574.61
MEZ3223	55430831D	25/06/2012	51180	164 c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 721/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 721/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAO2295	55430828D	25/06/2012	66532	230 * XI	127.69
LXQ6302	55429618D	02/07/2012	53800	181 * I	85.12
MBW0932	55430587D	25/07/2012	65992	230 * V	191.53
MBW0932	55430589D	25/07/2012	57380	186 * II	191.53
MDU6142	55428698D	30/07/2012	69200	233	127.69
MFQ5885	55429106D	03/07/2012	69200	233	127.69
MJO2210	55429694D	23/07/2012	73662	252 * VI	85.12
MYB8444	55430562D	06/06/2012	53800	181 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 723/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 723/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
KLV5436	55430892D	03/06/2012	50100	162 * I	574.61
KLV5436	55430893D	03/06/2012	51180	164 c/c 162 * I	574.61
LZG9770	55429795D	24/06/2012	65800	230 * IV	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 725/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 725/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWZ4913	55429169D	16/07/2012	69200	233	127.69
MAB0964	55430771D	22/07/2012	65992	230 * V	191.53
MAV7071	55896003D	01/08/2012	65561	230 * I	191.53
MCF4079	55430685D	18/07/2012	66532	230 * XI	127.69
MDS4144	55430844D	16/07/2012	65992	230 * V	191.53
MGJ4886	55428521D	21/07/2012	55760	182 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 727/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 727/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CJA2902	55428676D	20/07/2012	66290	230 * VIII	127.69
LWX5424	55428688D	23/07/2012	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO  
N.204 729/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 729/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCL9475	55430726D	14/06/2012	51691	165	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 731/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 731/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABA1846	55429634D	30/08/2012	69200	233	127.69
BEN0264	55428659D	13/07/2012	64080	221	85.12
LZT6204	55429626D	25/08/2012	69120	232	53.20
MAI5736	55429838D	08/03/2012	51851	167	127.69
MEY8849	55429371D	07/03/2012	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 733/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.204 733/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYQ3310	55428638D	09/08/2012	69200	233	127.69
MGE1992	55429175D	28/07/2012	60502	208	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

